



**CONGRESSO NACIONAL**

**ANAIS DO SENADO FEDERAL**

ATAS DA 85ª SESSÃO À 89ª SESSÃO DA 3ª SESSÃO  
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 52ª LEGISLATURA

VOLUME 29 Nº 25  
17 JUN. A 23 JUN.

SENADO FEDERAL  
SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES  
**SUBSECRETARIA DE ANAIS**  
BRASÍLIA – BRASIL  
2005

**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**  
**(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL	Roseana Sarney	PSOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Hélio Costa	PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	PSOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	PT	Delcídio Amaral
S/ Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
PT	Serys Slhessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
S/ Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Moraes		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da Luz



## **SENADO FEDERAL**

### **COMISSÃO DIRETORA (2005-2006)**

<b>PRESIDENTE</b>	<b>Senador RENAN CALHEIROS (PMDB-AL)</b>
<b>1º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador TIÃO VIANA (PT-AC)</b>
<b>2º VICE-PRESIDENTE</b>	<b>Senador ANTERO PAES DE BARROS (PSDB-MT)</b>
<b>1º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EFRAIM MORAIS (PFL-PB)</b>
<b>2º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador JOÃO ALBERTO DE SOUZA (PMDB-MA)</b>
<b>3º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador PAULO OCTÁVIO (PFL-DF)</b>
<b>4º SECRETÁRIO</b>	<b>Senador EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB-TO)</b>

### **SUPLENTES DE SECRETÁRIO**

<b>1º Senadora</b>	<b>SERYS SLHESSARENKO (PT-MT)</b>
<b>2º Senador</b>	<b>PAPALÉO PAES (PSDB-AP)</b>
<b>3º Senador</b>	<b>ALVARO DIAS (PSDB-PR)</b>
<b>4º Senador</b>	<b>AELTON FREITAS (PL-MG)</b>

## **VOLUMES NÃO PUBLICADOS DOS ANAIS DO SENADO FEDERAL**

**1919, 1920, 1927 a 1930, 1936, 1937, 1949 a 1952, 1963, 1964 e 1966.**

Anais do Senado / Senado Federal, Subsecretaria de Anais. – 1823-.  
Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Anais, 1823-  
v. ; 27 cm.  
Quinzenal.

Volumes anteriores a 1977 publicados sob numerações próprias, com periodicidade irregular. Editado pela Diretoria de Anais e Documentos Parlamentares no período de 1950-1955; pela Diretoria de Publicações no período de maio de 1956 a 1972 e pela Subsecretaria de Anais a partir de 1972.

Variações do título: Annaes do Senado do Império do Brazil, 1826-1889. Annaes do Senado Federal, 1890-1935. Anais do Senado Federal, 1946-

1. Poder legislativo – Anais. I. Brasil. Congresso. Senado Federal, Subsecretaria de Anais.

CDD 341.2531  
CDU 328(81)(093.2)

**Senado Federal  
Subsecretaria de Anais - SSANS  
Via N 2, Unidade de Apoio I.  
CEP - 70165-900 – Brasília – DF – Brasil.**



## ÍNDICE TEMÁTICO

	Pág.		Pág.
<b>ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA</b>			
Discorre a respeito dos gastos em propaganda na Petrobrás. Senador Mão Santa. ....	107	Realiza transcrição do artigo “A ressaca do regresso”, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 29 de maio de 2005. Senador Sérgio Guerra. ....	126
Realiza defesa de projeto de lei de autoria de S.Exa., que determina, independentemente de autorização judicial, a quebra de sigilo bancário e telefônico para agentes públicos. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	510	Tece considerações acerca da matéria “A agenda presidencial”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 18 de maio de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ....	127
Apela às autoridades alfandegárias pela liberação de motores destinados à instituição salesiana Pró-Menor Dom Bosco, em Manaus. Senador Arthur Virgílio. ....	533	Comenta o artigo “Lula sob a luz da História”, publicado no jornal <b>O Globo</b> , edição de 17 de junho de 2005. Senadora Lúcia Vânia. ....	128
<b>ARTIGOS DE IMPRENSA</b>			
Comenta matéria, do Jornal <b>Correio Braziliense</b> , de 17 de junho de 2005, intitulada “De Volta ao Congresso”. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Heráclito Fortes. ....	98	Solicita transcrição de artigo publicado pela Revista <b>Veja</b> , intitulado “Lula em seu labirinto”, do jornalista André Petry. Senador Efraim Moraes. ....	160
Tece comentários aos artigos “Degradação política” e “Fadiga dos metais”, publicados nos jornais <b>Folha de S.Paulo</b> e <b>Correio Braziliense</b> , edições de 21 e 22 de maio de 2005, respectivamente. Senador Reginaldo Duarte. ....	116	Comenta matéria intitulada “Ao vencedor, os problemas”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 20 de maio de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ....	197
Realiza transcrição do artigo “O ridículo e os esboços”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 20 de maio de 2005. Senador Leonel Pavan. ....	118	Tece comentário a respeito de artigo do colunista Clóvis Rossi, intitulado “Revelou-se?”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 31 de maio de 2005. Senador Reginaldo Duarte. ....	207
Transcreve o artigo “De volta ao apartamento de Roberto Jefferson”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 4 de junho de 2005. Senador Arthur Virgílio. ....	119	Encaminha à Mesa, para que seja publicado nos Anais, artigo publicado pelo Jornal <b>O Globo</b> , intitulado “Ser direito dá cadeia”, do jornalista Elio Gaspari. Senador Arthur Virgílio. ....	363
Tece considerações a respeito do artigo “Sair da crise”, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 5 de junho de 2005. Senador Eduardo Azeredo. ....	124	Registra artigo intitulado “Bravata ontem, bravata hoje”, do jornalista Clovis Rossi, do jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 23 de junho de 2005. Senador Flexa Ribeiro. ....	479
Comenta a matéria “A maior crise de Lula”, publicada na revista <b>Veja</b> , edição de 25 de maio de 2005. Senador Almeida Lima. ....	125	<b>ATUAÇÃO PARLAMENTAR</b>	
		Protesta contra a atividade antiparlamentar da Senadora Ana Júlia Carepa ao não permitir o aparte do orador. Senador César Borges. ....	342
		Explica o porquê de não ter concedido o aparte ao Senador César Borges, alegando que os discursos estavam ficando demasiadamente longos. Senadora Ana Julia Carepa. ....	342

	Pág.		Pág.
<b>COOPERATIVISMO</b>			
Tece considerações a respeito do pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o sistema de cooperativas, em Luziânia, Goiás. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	322	Demonstra preocupação com o desgaste da imagem do Congresso Nacional em virtude de denúncias de corrupção. Senador Eduardo Azeredo. ..	377
<b>CORRUPÇÃO</b>			
Realiza análise do episódio envolvendo funcionário da ECT em denúncia de corrupção. Senador Aloízio Mercadante. ....	212	Refuta as atribuições da crise política ao Congresso Nacional diante das diversas denúncias de corrupção no Governo Federal. Senador Efraim Morais. ....	386
Pede esclarecimentos às denúncias de corrupção realizadas pelo Deputado Roberto Jefferson. Aparte ao Senador Siba Machado. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	234	Comenta o pronunciamento do Senador Efraim Morais, no qual são refutadas as atribuições da crise política ao Congresso Nacional diante das diversas denúncias de corrupção no Governo Federal. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Mão Santa. ....	387
Comenta os indícios de corrupção no governo Lula. Senadora Heloísa Helena. ....	245	Afirma que as acusações de corrupção no Governo Federal serão apuradas. Aparte ao Senador José Jorge. Senador Eduardo Suplicy. ....	446
Solicita ao Presidente Lula a investigação dos indícios de corrupção de seu governo. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Álvaro Dias. ....	247	Tece considerações sobre as denúncias de corrupção e a conseqüente necessidade de sua apuração. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	503
Fala a respeito dos indícios de corrupção no governo Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Sérgio Guerra. ....	247	Comenta o pronunciamento da Senadora Ana Júlia Carepa a respeito das denúncias de corrupção e a conseqüente necessidade de sua apuração. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. Senador Heráclito Fortes. ....	505
Comenta os indícios de corrupção no governo Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Tasso Jereissati. ....	247	Reflete a respeito da postura adotada pela Oposição na defesa da apuração das denúncias de corrupção. Senador Arthur Virgílio. ....	506
Tece considerações a respeito da corrupção que atinge o governo. Senador Álvaro Dias. ....	281	Discorre a respeito da conotação política que tem sido dada às denúncias de corrupção generalizada em órgãos do Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Tasso Jereissati. ....	516
Comenta o pronunciamento do Senador Álvaro Dias a respeito da corrupção que atinge o governo. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Mão Santa. ....	282	Reflete sobre a postura adotada pela Oposição na defesa da apuração das denúncias de corrupção. Senador Arthur Virgílio. ....	519
Afirma que não há apuração das denúncias de corrupção no Brasil. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador César Borges. ....	343	Trata da instalação do Conselho de Combate à Corrupção. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Álvaro Dias. ....	522
Afirma que há, no Governo, denúncias muito graves que precisam ser apuradas. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senador Sérgio Guerra. ....	344	Tece considerações a respeito das denúncias de corrupção nos governos passado e atual. Senadora Heloísa Helena. ....	525
Comenta o pronunciamento do Senador Efraim Morais a respeito das denúncias de corrupção no Brasil. Aparte ao Senador Efraim Morais. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	344	Comenta o pronunciamento da Senadora Heloísa Helena a respeito das denúncias de corrupção nos governos passado e atual. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Mão Santa. ....	526
Realiza análise de fatos que envolvem o Partido dos Trabalhadores em denúncias de corrupção. Senador Jorge Bornhausen. ....	361	Realiza comentários ao pronunciamento da Senadora Heloísa Helena a respeito das denúncias de corrupção nos governos passado e atual. Aparte à Senadora Heloísa Helena. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	527
Resposta às críticas da oposição dirigidas aos discursos do Presidente Lula, referentes às denúncias de corrupção no governo. Senador Aloízio Mercadante. ....	366	Tece comentários ao pronunciamento da Senadora Heloísa Helena a respeito das denúncias de corrupção nos governos passado e atual. Aparte	

Pág.	Pág.		
à Senadora Heloísa Helena. Senador Cristovam Buarque. ....	527	Tece considerações a respeito da atuação do PMDB no processo legislativo e, em especial, na CPI destinada a esclarecer denúncias de corrupção no atual governo. Senador Ney Suassuna. ....	187
(CPI)		Comenta a decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de afastamento do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Senador César Borges. .	188
Discorre a respeito da importância da isenção nas investigações da CPI dos Correios. Senador José Agripino. ....	68	Tece comentários ao pronunciamento do Senador César Borges a respeito da decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de afastamento do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Aparte ao Senador César Borges. Senador Demóstenes Torres. ....	189
Apóia a CPI dos Correios, presidida pelo Senador Delcídio Amaral. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Mão Santa. ....	78	Trata da importância, para a apuração das denúncias de corrupção nos Correios, da atuação do relator e do presidente da CPI. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	191
Demonstra apoio à CPI dos Correios, presidida pelo Senador Delcídio Amaral. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Alberto Silva. ....	78	Registra vários artigos publicados pela imprensa nacional a respeito da repercussão das denúncias feitas pelo Deputado Roberto Jefferson, referentes à existência do “Mensalão”. Senador Leonel Pavan. ....	198
Afirma que as acusações feitas ao Senador Delcídio Amaral devem-se ao objetivo de tirar a credibilidade do presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador José Agripino. ....	78	Exalta a importância de uma investigação imparcial na CPI dos Correios. Senador Álvaro Dias. ....	214
Discorda das acusações feitas ao Senador Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Heráclito Fortes. ....	78	Comenta o pronunciamento do Senador Álvaro Dias a respeito da importância de uma investigação imparcial na CPI dos Correios. Aparte ao Senador Álvaro Dias. Senador Marcelo Crivella. ....	216
Demonstra sua indignação diante das acusações sofridas pelo presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Pedro Simon. ....	79	Tece considerações acerca do funcionamento da CPI dos Correios. Senador José Jorge. ....	236
Demonstra indignação diante das acusações feitas ao Senador Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Cristovam Buarque. ....	79	Comenta o depoimento do Sr. Maurício Marinho na CPI dos Correios. Senador Efraim Morais. ....	342
Comenta as acusações feitas ao Senador Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Arthur Virgílio. ....	79	Demonstra confiança na apuração, pela CPI dos Correios, das denúncias de corrupção. Senador Roberto Saturnino. ....	347
Demonstra solidariedade ao Senador Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, pelas acusações que vem sofrendo. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Marcelo Crivella. ....	80	Cumprimenta o Senador Roberto Saturnino pelo pronunciamento no qual demonstra confiança na apuração, pela CPI dos Correios, das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. Senador Paulo Paim. ....	348
Afirma que a CPI não é feita apenas para punir, mas pode também melhorar práticas administrativas governamentais e das empresas estatais. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Delcídio Amaral. ....	93	Afirma que a CPI é um instrumento do processo democrático. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Paulo Paim. ....	351
Realiza comentários acerca da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Heráclito Fortes. ....	93	Tece considerações a respeito do depoimento do Sr. Maurício Marinho perante a CPI dos Correios. Senador José Agripino. ....	362
Comenta o início desacertado da CPI dos Correios. Senador Arthur Virgílio. ....	110	Anuncia que o Supremo Tribunal Federal encontra-se em processo de apreciação e votação da CPI dos Bingos. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	365
Faz comentário ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio a respeito do início desacertado da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Mão Santa. ....	113	Discorre a respeito da importância da instalação da CPI destinada a investigar as irregularidades na emigração ilegal de brasileiros. Senador Hélio Costa. ....	369

	Pág.		Pág.
Comenta a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à indicações para composição da CPI dos Bingos. Senador Eduardo Suplicy. ....	378	Discorre a respeito dos trabalhos pelo Senador Delcídio Amaral na CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador José Agripino. ....	73
Registra a conclusão, pelo Supremo Tribunal Federal, do Mandado de Segurança proposto por diversos Senadores, para que o Presidente do Senado indique os membros dos Partidos da base do Governo para comporem a CPI dos Bingos. Senador José Jorge. ....	380	<b>DATAS COMEMORATIVAS</b>	
Manifesta satisfação diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de determinar ao presidente do Senado que indique os integrantes da CPI dos Bingos. Senador José Jorge. ....	445	Registra a comemoração das festas juninas no Nordeste, especialmente, em Campina Grande/PB, onde se realiza o maior São João do mundo. Senador Ney Suassuna. ....	525
Debate sobre o cenário político atual e realiza defesa da instalação, na Câmara dos Deputados, de CPI destinada a investigar as denúncias de pagamento de “mensalão”. Senador Aloízio Mercadante. ....	511	<b>DEMOCRACIA</b>	
Comenta o pronunciamento no qual o Senador Aloízio Mercadante debate sobre o cenário político atual e realiza defesa da instalação, na Câmara dos Deputados, de CPI destinada a investigar as denúncias de pagamento de “mensalão”. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	512	Defende a democracia no Brasil. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	517
Tece comentários ao pronunciamento no qual o Senador Aloízio Mercadante debate sobre o cenário político atual e realiza defesa da instalação, na Câmara dos Deputados, de CPI destinada a investigar as denúncias de pagamento de “mensalão”. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. Senador Tasso Jereissati. ....	512	<b>DESENVOLVIMENTO REGIONAL</b>	
Responde ao pronunciamento do Senador Aloízio Mercadante a respeito da CPI. Senador Arthur Virgílio. ....	515	Discorre a respeito da política do Banco do Brasil para o Estado de Goiás. Senador Demóstenes Torres. ....	179
Realiza réplica ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio a respeito da CPI. Senador Aloízio Mercadante. ....	517	<b>DIREITOS HUMANOS</b>	
Responde ao pronunciamento do Senador Aloízio Mercadante a respeito da CPI. Senador Tasso Jereissati. ....	519	Realiza encaminhamento do apelo da Sra. Izabel Vasconcelos, irmã do engenheiro seqüestrado no Iraque, ao Presidente da República. Senador Eduardo Suplicy. ....	378
Discorre a respeito da necessidade de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	522	Comenta o encaminhamento do apelo da Sra. Izabel Vasconcelos, irmã do engenheiro seqüestrado no Iraque, ao Presidente da República. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Eduardo Azeredo. ....	379
(CPMI)		Agradece o Senador Eduardo Suplicy pelo empenho e dedicação no caso do engenheiro seqüestrado no Iraque, João José Vasconcelos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. Senador Hélio Costa. ....	380
Tece considerações a respeito dos trabalhos a serem desenvolvidos pela CPMI dos Correios. Senador Delcídio Amaral. ....	72	<b>DÍVIDA EXTERNA</b>	
		Critica a condução da política econômica quanto ao pagamento da dívida externa. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	185
		<b>DROGAS</b>	
		Registra a comemoração do Dia Mundial do Combate às Drogas, no dia 26 de junho e apela à Mesa para que colabore com o parque gráfico da Casa para a publicação de cartilha de combate às drogas. Senador Magno Malta. ....	454
		Comenta o pronunciamento do Senador Magno Malta a respeito da comemoração do Dia Mundial	

	Pág.		Pág.
do Combate às Drogas. Aparte ao Senador Magno Malta. Senador Mão Santa. ....	455	do Acre e a empresa Nova Data. Senador Aloízio Mercadante. ....	212
<b>ECONOMIA NACIONAL</b>		Demonstra indignação com as críticas feitas ao ex-ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu. Senador Siba Machado. ....	233
Solicita transcrição nos Anais do Senado de várias matérias publicadas na imprensa nacional, tratando da turbulência no cenário político e de suas conseqüências no mercado econômico brasileiro. Senador Sérgio Guerra. ....	192	Parabeniza o Presidente Lula pela indicação do Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de procurador-geral da República. Senador Siba Machado. ....	233
<b>EDUCAÇÃO</b>		Tece considerações a respeito da crise política no Governo Federal. Senador Arthur Virgílio. ....	240
Demonstra preocupação com os entraves para incorporação de faculdades à Universidade Federal do Tocantins. Senador Nezinho Alencar. ....	528	Demonstra preocupação com a crise política no Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. Senador Jefferson Peres. ....	241
<b>ELOGIO</b>		Elogia a escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Senador Tião Viana. ....	258
Elogia o fato de o Senador Flexa Ribeiro demonstrar ao país o valor da Oposição. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mão Santa. ....	376	Comenta a escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Heráclito Fortes. ....	259
Tece elogios ao Senador Leonel Pavan. Senador Mão Santa. ....	502	Discorre a respeito da escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Siba Machado. ....	259
Tece elogios ao Senador Flexa Ribeiro. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. Senador Mão Santa. ....	534	Trata a respeito da escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Rodolpho Tourinho. ....	260
<b>GOVERNO FEDERAL</b>		Fala a respeito da escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Cristovam Buarque. ....	260
Comenta a saída do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Senadora Heloísa Helena. ....	99	Comenta a escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Delcídio Amaral. ....	260
Tece comentários a respeito de matérias publicadas na imprensa sobre a crise política. Senador Efraim Morais. ....	104	Realiza críticas ao Governo Federal. Senador César Borges. ....	342
Discorre a respeito da crise política que assola o Governo. Senador Mão Santa. ....	107	Afirma que a oposição não é golpista conforme anuncia o governo. Senador Leonel Pavan. ....	349
Critica a condução da política econômica quanto ao pagamento da dívida externa. Senador Geraldo Mesquita Júnior. ....	155	Comenta o pronunciamento do Senador Leonel Pavan, que afirma que a oposição não é golpista conforme anuncia o governo. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Heráclito Fortes. ....	350
Demonstra expectativa quanto à reassunção no mandato de deputado federal pelo ex-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Senador Arthur Virgílio. ....	178	Demonstra preocupação com a forma de tratamento usada pelo ex-Ministro José Dirceu dirigindo-se à Ministra Dilma Roussef, chamando-a de "companheira de armas". Senador Romeu Tuma. ..	353
Critica o Governo do PT. Senador Mão Santa. ....	182	Comenta a forma de tratamento usada pelo ex-Ministro José Dirceu dirigindo-se à Ministra Dilma Roussef, chamando-a de "companheira de armas".	
Trata a respeito das providências adotadas pelo governo em relação ao caso Waldomiro Diniz. Senador Aloízio Mercadante. ....	210		
Registra ações tomadas pelo governo em prol do combate à corrupção. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. Senadora Ideli Salvatti. ....	211		
Esclarece matéria divulgada pelo jornal <b>Folha de S.Paulo</b> sobre negociação entre o governo			



	Pág.		Pág.
Aparte ao Senador Romeu Tuma. Senador Paulo Paim. ....	354	Elogia a escolha da Ministra Dilma Rouseff para comandar a Casa Civil. Senador Paulo Paim. .	225
Crítica a posição adotada pelo Presidente Lula em seus discursos, diante das denúncias de corrupção no governo. Senador Jorge Bornhausen. ....	361	Realiza saudação à primeira Desembargadora negra nomeada no país, Doutora Neusa Maria Alves da Silva. Senador Paulo Paim. ....	225
Tece considerações a respeito do desinteresse do Governo Federal em relação ao Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória 239, que versa sobre as unidades de conservação da natureza. Senador Flexa Ribeiro. ....	375	Tece elogios à escolha da Ministra Dilma Rouseff para comandar a Casa Civil. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Roberto Saturnino. ....	226
Trata da assunção, na Casa Civil, da Ministra Dilma Rouseff como Ministra Chefe da Casa Civil. Senador Eduardo Suplicy. ....	378	Realiza homenagem ao Líder do PDT, Leonel de Moura Brizola, pela passagem de um ano de sua morte, lembrando sua atuação na vida política brasileira. Senador Mão Santa. ....	230
Congratula a Sra. Dilma Rouseff, pela assunção na Casa Civil do Governo Federal. Senadora Lúcia Vânia. ....	382	Cumprimenta o Senador Mão Santa pela homenagem ao Líder do PDT, Leonel de Moura Brizola, pela passagem de um ano de sua morte, lembrando sua atuação na vida política brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Paulo Paim. ....	231
Reivindica que o Governo colabore nas investigações de corrupção. Senador José Jorge. ....	445	Agradece ao Senador Mão Santa pela homenagem ao Líder do PDT, Leonel de Moura Brizola, pela passagem de um ano de sua morte, lembrando sua atuação na vida política brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa. Senador Osmar Dias. ....	231
Atesta que o PFL não defende a queda de Lula e classifica de gravíssima a situação do País. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	447	Solidariza-se com o Senador Mão Santa pela homenagem ao Líder do PDT, Leonel de Moura Brizola, pela passagem de um ano de sua morte, lembrando sua atuação na vida política brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa. Senadora Heloísa Helena. ....	232
Comenta o pronunciamento no qual o Senador Antônio Carlos Magalhães atesta que o PFL não defende a queda de Lula e classifica de gravíssima a situação do País. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Suplicy. ....	448	Realiza homenagem ao Líder do PDT, Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte. Senador Osmar Dias. ....	234
Tece comentários ao pronunciamento no qual o Senador Antônio Carlos Magalhães atesta que o PFL não defende a queda de Lula e classifica de gravíssima a situação do País. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Eduardo Azeredo. ....	449	Homenageia o Líder do PDT, Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte. Aparte ao Senador Osmar Dias. Senador Jefferson Péres. ....	236
Faz comentários ao pronunciamento no qual o Senador Antônio Carlos Magalhães atesta que o PFL não defende a queda de Lula e classifica de gravíssima a situação do País. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. Senador Mão Santa. ....	449	Faz homenagem a Leonel Brizola, lembrando sua atuação na vida política brasileira. Senador Pedro Simon. ....	242
Discorre a respeito do desinteresse do Governo Federal em relação ao Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória 239, que versa sobre as unidades de conservação da natureza. Senador Flexa Ribeiro. ....	533	Realiza homenagem a Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte e afirma que o Senador Pedro Simon foi companheiro de Brizola em defesa da democracia. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Paulo Paim. ....	243
<b>HOMENAGEM</b>		Homenageia o Líder do PDT, Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Sibá Machado. ....	243
Registra transcurso, em 10 de junho, do dia Nacional da Língua Portuguesa. Senador Marco Maciel. ....	65	Realiza homenagem a Leonel Brizola por ocasião do transcurso de um ano de sua morte. Senador Roberto Saturnino. ....	255
Comenta o pronunciamento do Senador Marco Maciel a respeito do transcurso, em 10 de junho, do dia Nacional da Língua Portuguesa. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador José Agripino. ...	67	Presta homenagem a Leonel Brizola por ocasião do transcurso de um ano de sua morte. Senador Leonel Pavan. ....	256
Demonstra apoio ao ex-Ministro José Dirceu. Senador Delcídio Amaral. ....	72		

	Pág.		Pág.
Registra o transcurso dos 75 anos da Revolta de Princesa, ocorrida no município de Princesa/PB. Senador Ney Suassuna. ....	256		
Faz homenagem a Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte. Senador Aloízio Mercadante. ....	263		
Registra aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do nome Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República. Senador Aloízio Mercadante. ....	263		
Saúda a volta do Governador do Estado do Tocantins, Marcelo Miranda, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. Senador Maguito Vilela. ....	365		
Realiza homenagem a Leonel Brizola por ocasião do transcurso de um ano de sua morte. Senador Roberto Saturnino. ....	393		
<b>HOMENAGEM DE PESAR</b>			
Realiza homenagem de pesar pelo falecimento da mãe da Senadora Ideli Salvatti. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	236		
Apresenta nota de condolências, em nome da Bancada do PSDB, à Senadora Ideli Salvatti, pelo falecimento de sua mãe. Senador Leonel Pavan. ....	242		
Registra o falecimento da mãe da Senadora Ideli Salvatti. Senador Aloízio Mercadante. ....	263		
Realiza registro do falecimento de Paulo Affonso Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. Senador Aloízio Mercadante. ....	263		
<b>(IBAMA)</b>			
Realiza defesa da honra do Senhor Antônio Carlos Hummel, Diretor de Floresta do Ibama. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. Senador Arthur Virgílio. ....	513		
<b>IMPREENSA</b>			
Denuncia disputa dos veículos de comunicação, no caso das denúncias de corrupção no governo. Senadora Ideli Salvatti. ....	141		
<b>LINGUAGEM</b>			
Sugere a integração entre as Línguas Portuguesa e Espanhola. Aparte ao Senador Marco Maciel. Senador Mão Santa. ....	67		
		<b>MANIFESTAÇÃO COLETIVA</b>	
		Comenta o chamado do Deputado José Dirceu para que o MST venha às ruas. Senador Demóstenes Torres. ....	383
		Tece comentários ao chamado do Deputado José Dirceu para que o MST venha às ruas. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. Senador José Jorge. ....	384
		<b>MENSAGEM</b>	
		Mensagem nº 162, de 2005 (nº 365/2005, na origem), do Presidente da República, que informa sua ausência do País no período de 19 e 20 de junho de 2005, para realizar visita a Assunção, República do Paraguai, a fim de participar da reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Países Associados. ....	11
		Mensagem nº 163, de 2005 (nº 370/2005, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh. ....	396
		<b>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA</b>	
		Comunica à Mesa o não comparecimento do Ministro Nilmário Miranda à reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça. Senador José Jorge. ....	385
		<b>MIGRAÇÃO</b>	
		Anuncia que haverá, no Senado Federal, sessão de exibição de filme que conta a saga da migração do povo japonês para o Brasil. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....	374
		<b>PARECER</b>	
		Parecer nº 1.018, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004 (nº 1.039/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda	

	Pág.		Pág.
média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás. Senador Hélio Costa. ....	1	co-Hospitalar Conceição LTDA. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	405
Parecer nº 1.019, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 160, de 2005, do Presidente da República (Mensagem nº 362, de 2005, na origem), que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de procurador-geral da república, na vaga decorrente do término do mandato do doutor Cláudio Lemos Fonteles, com mandato de 2 anos.” Senador Antônio Carlos Magalhães. ....		Parecer nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. Senador José Jorge. ....	407
Parecer nº 1.020, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta dois artigos à Lei nº 8.987, Lei de Concessão e Permissão de prestação de serviços públicos, que impedem que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor e que efetivem na cobrança da conta mensal diferenças relativas a contas já pagas e dá outras providências. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	219	<b>POLÍTICA AGRÍCOLA</b>	
Parecer nº 1.021, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005, (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências. Senador Marcelo Crivella. ....	294	Registra o pronunciamento do Presidente Lula na cerimônia de abertura do Congresso Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Luziânia/GO. Senador Aloízio Mercadante. ....	263
Parecer nº 1.022, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 156, de 2005 (347/2005 na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até U\$38.600.00,00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, de principal, para o financiamento parcial do Programa de Mobilização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX. Senador Demóstenes Torres. ....	303	Reivindica recursos para setores do agronegócio atingidos por dificuldades econômicas. Senador Jonas Pinheiro. ....	370
Parecer nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transferência das cotas representativas ad participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médi-	307	Anuncia manifestação de agricultores em Brasília, por melhores condições de financiamento para o setor agrícola. Senador Jonas Pinheiro. ....	430
		Comenta o pronunciamento do Senador Jonas Pinheiro a respeito de manifestação de agricultores em Brasília, por melhores condições de financiamento para o setor agrícola. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. Senador Augusto Botelho. ....	430
		Tece comentários ao pronunciamento do Senador Jonas Pinheiro a respeito de manifestação de agricultores em Brasília, por melhores condições de financiamento para o setor agrícola. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. Senador Siba Machado. ....	431
		Cumprimenta o Senador Jonas Pinheiro pelo pronunciamento a respeito de manifestação de agricultores em Brasília, por melhores condições de financiamento para o setor agrícola. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. Senador Paulo Paim. ....	431
		Registra encontro dos produtores de arroz, ocorrido em Araranguá – SC, destacando a forma ordeira de reivindicação. Senador Leonel Pavan. ..	499
		Trata de votação de projeto a respeito da renegociação da dívida dos microprodutores rurais. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Flexa Ribeiro. ....	500
		Discorre a respeito de votação de projeto a respeito da renegociação da dívida dos microprodutores rurais. Aparte ao Senador Leonel Pavan. Senador Eduardo Azeredo. ....	500
		Parabeniza o Senador Leonel Pavan pelo pronunciamento no qual é registrado encontro dos produtores de arroz, ocorrido em Araranguá – SC.	





	Pág.		Pág.
Defende o comparecimento do Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) para definição mensal da taxa de juros básica Selic. Senador Eduardo Suplicy. ....	432	– INCRA, do Estado do Tocantins, por promover a substituição de famílias assentadas no campo há cerca de 20 anos por outras recém-chegadas. Senador Nezinho Alencar. ....	228
<b>POLÍTICA ENERGÉTICA</b>			
Trata da questão enfrentada pela Petrobrás envolvendo o suprimento e transporte de gás natural da Bolívia. Senador Delcídio Amaral. ....	72	Comenta a substituição do superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do Estado do Tocantins, por promover a substituição de famílias assentadas no campo há cerca de 20 anos por outras recém-chegadas. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....	229
Comenta a questão enfrentada pela Petrobrás envolvendo o suprimento e transporte de gás natural da Bolívia. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. Senador Tião Viana. ....	77	Solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da decisão do juiz federal Cândido Alfredo da Silva Leal Júnior, da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre, que garantiu a posse aos legítimos ocupantes de uma área na região de Três Filgueiras, conhecido como “Associação Comunitária do Kilombo da Família Silva”, ocupada há mais de 60 anos, por famílias remanescentes de quilombos. Senador Paulo Paim. ....	410
Discorre a respeito do aumento do preço da gasolina no Brasil. Senador Mão Santa. ....	107	Realiza registro de reunião da Comissão de Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa do Paraná, para tratar do pagamento das indenizações devidas pela União às famílias desalojadas da Ilha Grande, no Entorno do Lago Itaipu, após a criação do Parque Nacional de Ilha Grande. Senador Álvaro Dias. ....	532
Tece considerações a respeito de projeto do biodiesel. Senador Alberto Silva. ....	351	<b>POLÍTICA INDUSTRIAL</b>	
Registra a inauguração de Pólo de Gás-Químico no Estado do Rio de Janeiro. Senador Sérgio Cabral. ....	363	Registra novo recorde de exportações de produtos fabricados no Pólo Industrial de Manaus. Senador Arthur Virgílio. ....	277
Registra reunião com representantes do setor de energia sobre fornecimento para a região Amazônica. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	503	Tece considerações sobre o veto do CADE, às negociações de venda da fábrica de chocolates “Garoto”. Senador João Batista Motta. ....	477
<b>POLÍTICA EXTERNA</b>			
Realiza anúncio de viagem de S.Exa. aos EUA para tratar da repatriação de brasileiros presos por imigração ilegal. Senador Marcelo Crivella. ....	99	<b>POLÍTICA NACIONAL</b>	
Registra encontro entre representantes do Brasil e Venezuela e tece considerações a respeito do fechamento da fronteira oficial entre o Estado de Roraima e Venezuela a partir das 22 horas. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	315	Tece considerações a respeito da crise política no País. Senador Tião Viana. ....	91
Apresenta balanço da Cúpula América do Sul – Países Árabes, realizada em Brasília, em maio de 2005, e destaca as discussões ocorridas no encontro empresarial realizado paralelamente à cúpula, reunindo mais de 1.200 empresários de países árabes e sul-americanos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. Senador Paulo Octávio. ....	443	Comenta a crise política no País. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Marcelo Crivella. ...	92
<b>POLÍTICA FUNDIÁRIA</b>			
Registra viagem de S.Exa. ao Rio Grande do Sul para tratar do problema dos quilombolas. Senador Mão Santa. ....	107	Parabeniza o Senador Tião Viana pelo pronunciamento a respeito da crise política no País. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Pedro Simon. ....	93
Solicita a substituição do superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária		Discorre a respeito da crise política no País. Senador Pedro Simon. ....	94
		Comenta o pronunciamento do Senador Pedro Simon a respeito da crise política no País. Aparte ao Senador Pedro Simon. Senador Mão Santa. ....	97
		Trata a respeito da crise política no País. Senador Heráclito Fortes. ....	101



	Pág.		Pág.
larial dos militares das Forças Armadas da mesma forma que estão sendo atendidas a polícia judiciária e militar dos Estados e do Distrito Federal. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Álvaro Dias. ....	71	Aconselha o Presidente Lula a não defender pessoas acusadas de corrupção pela imprensa. Senador José Jorge. ....	445
Discorre a respeito do valor do salário dos militares. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador Mão Santa. ....	71	<b>PREVIDÊNCIA SOCIAL</b>	
Cumprimenta o Senador Edison Lobão pela qualidade do pronunciamento a respeito do valor do salário dos militares. Aparte ao Senador Edison Lobão. Senador José Agripino. ....	72	Trata a respeito de irregularidades na manipulação dos recursos dos maiores fundos de pensão do país. Senador Heráclito Fortes. ....	252
Tece comentários ao pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizado em clubes militares sobre reajuste para os servidores militares. Senador Demóstenes Torres. ....	383	Encaminha requerimento que assegura um calendário especial, para a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que dispõe sobre a Reforma da Previdência (PEC Paralela), e dá outras providências. Senador Paulo Paim. ....	264
Em defesa da greve dos funcionários públicos federais. Senador Paulo Paim. ....	410	Discorre a respeito da PEC Paralela. Senador Paulo Paim. ....	345
<b>POLÍTICA SOCIAL</b>		Parabeniza o Senador Paulo Paim pelo pronunciamento a respeito da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador Efraim Morais. .	345
Reflete a respeito do papel do parlamentar para a construção da cidadania positiva. Senador Pedro Simon. ....	152	Trata da importância da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. Senador José Jorge. ....	346
Faz referência ao Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2001, que regulamenta o cão guia. Senador Paulo Paim. ....	345	Reafirma posição com relação à PEC Paralela. Senador Romeu Tuma. ....	353
Questiona a criação da Secretaria da Juventude. Senadora Lúcia Vânia. ....	382	<b>PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL</b>	
Discorre a respeito da responsabilidade social levada a sério com uma gestão sustentável dos investimentos. Senador Arthur Virgílio. ....	390	Projeto de Lei nº 7, de 2005-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais) e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais) para os fins que especifica. ....	11
Apresenta relatório sobre as principais conclusões do seminário internacional sobre políticas contra a fome, realizado em Berlim, Alemanha, do qual S.Exa. participou representando o Senado. Senador Eduardo Suplicy. ....	432	Projeto de Lei nº 8, de 2005-CN, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00 (trinta e oito milhões e dez mil reais), para os fins que especifica. ....	48
Realiza questionamentos sobre a implantação de projeto destinado à assistência social a pequenos agricultores no Estado do Pará. Senadora Ana Júlia Carepa. ....	503	Projeto de Lei nº 9, de 2005-CN, que Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente. ....	401
<b>POLÍTICA SOCIOECONÔMICA</b>		<b>PROJETO DE LEI DO SENADO</b>	
Critica as políticas socioeconômicas do atual governo. Senador Mão Santa. ....	529	Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para	
<b>PRESIDENTE DA REPÚBLICA</b>			
Afirma que o Presidente Lula é responsável pelo aprofundamento da crise política brasileira. Senador Arthur Virgílio. ....	355		



Pág.	Pág.
estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo. Senador Álvaro Dias. ....	59
Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2005, que altera os arts. 62 a 69 e 2.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e revoga os arts. 1.199 a 1.204 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). (Dispõe sobre a criação de Fundações). Senador José Sarney. ....	60
Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2005, que dispõe sobre a autenticidade e o valor jurídico e probatório de documentos produzidos, emitidos ou recebidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, por meio eletrônico. Senador Pedro Simon. ....	285
Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2005, que dispõe que os crimes de corrupção na Administração Pública são inafiançáveis e imprescritíveis. Senador Hélio Costa. ....	288
Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2005, que confere isenção do pagamento de foro e taxas de ocupação, relativos aos terrenos de marinha e acrescidos, aos templos de qualquer culto e às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos. Senador Gerson Camata. ....	289
Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2005, que altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 8.730, de 10 de novembro de 1993, e dá outras providências. (Dispõe sobre a obrigatoriedade em disponibilizar as informações sobre bens patrimoniais e sigilo bancário de servidores, autoridades e entidades envolvidos com recursos públicos). Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	291
<b>PROJETO DE RESOLUÇÃO</b>	
Projeto de Resolução nº 57, de 2005, que altera a redação dos arts. 114 e 209 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as atas. Senador Sérgio Guerra. ....	224
Projeto de Resolução nº 58, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Senador César Borges. ....	310
<b>REFORMA AGRÁRIA</b>	
Discorre a respeito de ações do Governo Lula em favor da reforma agrária. Senador Aloísio Mercadante. ....	210
<b>REFORMA POLÍTICA</b>	
Discorre a respeito da necessidade de amadurecimento das instituições democráticas brasileiras para enfrentamento da atual crise política. Senador Antônio Carlos Valadares. ....	260
Realiza apelo pela votação da reforma política em tramitação na Câmara dos Deputados. Senador Garibaldi Alves Filho. ....	368
Trata da importância da Reforma Política em curso na Câmara dos Deputados. Senador João Capiberibe. ....	450
Salienta os avanços da Reforma Política. Senador Eduardo Azeredo. ....	477
<b>REQUERIMENTO</b>	
Requerimento nº 647, de 2005, que requer voto de aplauso à Brasília Super Rádio FM, pelo transcurso de seu jubileu de prata. Senador Arthur Virgílio. ....	140
Requerimento nº 648, de 2005, que requer informações ao Ministro de Minas e Energia relativas ao andamento das obras de construção do GASENE. Senador Rodolpho Tourinho. ....	140
Requerimento nº 649, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do músico Mestre Zé Paulo, ocorrido em 14 de junho de 2005. Senador Arthur Virgílio. ....	223
Requerimento nº 650, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da cantora e atriz Norma Suely, ocorrido em 14 de junho de 2005. Senador Arthur Virgílio. ....	224
Requerimento nº 651, de 2005, que solicita a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003. Senador Sérgio Guerra. ....	224
Requerimento nº 652, de 2005, que solicita a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2003. Senador Sérgio Guerra. ....	224
Requerimento nº 653, de 2005, que solicita a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003. Senador Sérgio Guerra. ....	224
Requerimento nº 654, de 2005, que solicita a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003. Senador Sérgio Guerra. ....	224
Requerimento nº 655, de 2005, que solicita Voto de Lembrança pelo transcurso do primeiro aniversário de falecimento de Leonel Brizola. Senadora Heloísa Helena. ....	265

	Pág.		Pág.
Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. Senador Arthur Virgílio. ....	266		
Requerimento nº 657, de 2005, que requer sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil (BCB) informações sobre multas aplicadas aos importadores, por aquela instituição bancária. Senador Arthur Virgílio. ....	270	Requerimento nº 665, de 2005, que requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União esclarecimento sobre o coeficiente de participação de Macapá, Estado do Amapá, no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no exercício de 2004 e 2005, conforme as Decisões Normativas do TCU nºs 54 de 2003 – TC nº 020.256/2003-9, e 63 de 2004 – TC nº 013.324/2004-9. Senador Papaléo Paes. ....	314
Requerimento nº 658, de 2005, que requer autorização para desempenhar missão nos Estados Unidos, no período de 20 de junho a 1 de julho de 2005, junto ao Departamento de Segurança Nacional daquele país, para tratar da situação dos 18.312 brasileiros detidos pelo Serviço de Imigração. Senador Marcelo Crivella. ....	272	Requerimento nº 666, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o projeto de construção do ramal ferroviário ligando Pirapora a Unai em Minas Gerais. Senador Eduardo Azeredo. ....	478
Requerimento nº 659, de 2005, que requer calendário especial, para a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que dispõe sobre a Reforma da Previdência (PEC Paralela), e dá outras providências. Senador Paulo Paim. ....	273	Requerimento nº 667, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério de Minas e Energia, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	480
Requerimento nº 660, de 2005, que requer Voto de Aplauso à Jornalista Miriam Leitão, contemplada com o Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade de Columbia dos Estados Unidos, que seja levado ao conhecimento da homenageada e à Rede Globo de Televisão. Senador Arthur Virgílio. ....	313	Requerimento nº 668, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	480
Requerimento nº 661, de 2005, que requer seja oficiado, ao Desembargador Hugo Bengtsson, votos de congratulações pela sua eleição no dia 20 de junho de 2005, como novo Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG. Senador Eduardo Azeredo. ....	313	Requerimento nº 669, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	481
Requerimento nº 662, de 2005, que requer informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre repasse de recursos a Organizações Não-Governamentais firmados entre a Superintendência Regional do INCRA, no Estado do Tocantins. Senador Eduardo Siqueira Campos. ....	313	Requerimento nº 670, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	481
Requerimento nº 663, de 2005, que requer sejam encaminhados votos de congratulações ao Professor Doutor MIGUEL SROUGI por sua condução à titularidade da Cadeira de Urologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	314	Requerimento nº 671, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo	
Requerimento nº 664, de 2005, que requer licença e autorização para representar a Casa em missão ao exterior, a convite da República Bolivariana de Venezuela, para a VII Reunião Binacional do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Fronteiriço Venezuela – Brasil, em Santa Elena de Uairén, Estado Bolívar, Venezuela, nos dias 27 e 28 de junho de 2005. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	314		

50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 482

Requerimento nº 672, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 482

Requerimento nº 673, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. . 483

Requerimento nº 674, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 483

Requerimento nº 675, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério do Esporte, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 484

Requerimento nº 676, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério da Educação, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 484

Requerimento nº 677, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 485

Requerimento nº 678, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 485

Requerimento nº 679, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 486

Requerimento nº 680, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Cultura, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 486

Requerimento nº 681, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 487

Requerimento nº 682, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 487

Requerimento nº 683, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. .... 488

Requerimento nº 684, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado das Cidades, a respeito da con-

	Pág.		Pág.
cessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	488	nários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	491
Requerimento nº 685, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	489	Requerimento nº 691, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	492
Requerimento nº 686, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e abastecimento, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	489	Requerimento nº 692, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	492
Requerimento nº 687, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	490	Requerimento nº 693, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	493
Requerimento nº 688, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	490	Requerimento nº 694, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações à Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	493
Requerimento nº 689, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	491	Requerimento nº 695, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações à Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	494
Requerimento nº 690, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcio-		Requerimento nº 696, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....	494



Pág.	Pág.
<p>Requerimento nº 697, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência da República, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....</p>	<p>Felicita o Senador Tião Viana por solicitar políticas públicas e decisão política para a eliminação da hanseníase do cenário nacional. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Marco Maciel. ....</p>
495	168
<p>Requerimento nº 698, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Turismo, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....</p>	<p>Comenta o pronunciamento do Senador Tião Viana, que solicita políticas públicas e decisão política para a eliminação da hanseníase do cenário nacional. Aparte ao Senador Tião Viana. Senador Mão Santa. ....</p>
495	169
<p>Requerimento nº 699, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....</p>	<p>Critica o Ministro da Saúde, Humberto Silva, pela demora na aprovação das normas criadas pela Câmara Técnica do Fígado, em março último, solicitando a prioridade para os transplantes de fígado em pacientes em casos de comprovada gravidade. Senador Arthur Virgílio. ....</p>
495	208
<p>Requerimento nº 700, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....</p>	<p>Fala da necessidade de caracterização da genética como política pública. Senador Flávio Arns. ..</p>
496	278
<p>Requerimento nº 701, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria de Imprensa e Divulgação, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. Senador José Jorge. ....</p>	<p>Realiza denúncias contra o descuido dos órgãos responsáveis pela saúde pública no Brasil pela falta de ações preventivas para evitar a epidemia da dengue nos Estados da Região Norte. Senador Mozarildo Cavalcanti. ....</p>
496	387
<p>Tece considerações a respeito de documento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária denominado "Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para Uso Humano em Farmácias". Senador Leonel Pavan. ....</p>	<p>Comenta o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito do descuido dos órgãos responsáveis pela saúde pública no Brasil pela falta de ações preventivas para evitar a epidemia da dengue nos Estados da Região Norte. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. Senador Augusto Botelho. ....</p>
497	388
<p>Solicita políticas públicas e decisão política para a eliminação da hanseníase do cenário nacional. Senador Tião Viana. ....</p>	<p>Alerta para o perigo da automedicação estimuladas pelos meios de comunicação. Senador Papaléo Paes. ....</p>
118	390
<p>Trata da importância das pesquisas científicas para o combate ao câncer e da necessidade da implantação do Hospital do Câncer no Estado do Maranhão. Senador Antônio Leite. ....</p>	<p>Trata da importância das pesquisas científicas para o combate ao câncer e da necessidade da implantação do Hospital do Câncer no Estado do Maranhão. Senador Antônio Leite. ....</p>
167	472
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	
<p>Apóia a realização do referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo. Senador Paulo Octávio. ....</p>	<p>Demonstra apoio à manifestação ocorrida em favor da urgente aprovação do projeto de decreto legislativo que marca a data do plebiscito do desarmamento. Senador Arthur Virgílio. ....</p>
497	186
<b>SENADO FEDERAL</b>	
<p>Afirma que o Regimento Interno do Senado Federal deve ser respeitado. Senador Osmar Dias. ....</p>	<p>Afirma que o Regimento Interno do Senado Federal deve ser respeitado. Senador Osmar Dias. ....</p>
167	353

XVIII

	Pág.		Pág.
<b>VOTO DE PESAR</b>			
Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. Senador Heráclito Fortes. ....	266	mento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. Senador Tasso Jereissati. ....	268
Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. Senador Marco Maciel. ....	266	Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. Senador Arthur Virgílio. ....	268
Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	267	Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. Senador Edison Lobão. ....	269
Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo faleci-		Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. Senador Maguito Vilela. ....	269

# Ata da 85ª Sessão Não Deliberativa, em 17 de junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Edison Lobão, Efraim Morais,  
Mão Santa e da Sra. Heloísa Helena*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que se encerrou ontem o prazo para apresentação de emendas ao **Projeto de Lei da Câmara nº 65, de 2004** (nº 1.103/99, na Casa de origem), que dá nova redação ao §3º do art. 1º da Lei nº 6.902, de 27 de abril de 1981, que dispõe sobre a criação de estações ecológicas, áreas de proteção ambiental, e dá outras providências.

Ao projeto não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **PARECER Nº 1.018, DE 2005**

**Da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004 (nº 1.039/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. Para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.**

Relator: Senador **Hélio Costa**

#### **I – Relatório**

Chega a esta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Decreto Legislativo (PDS) nº 1.267, de 2004 (nº 1.039, de 2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda. para explorar o serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás.

Por meio de Mensagem Presidencial, o Presidente da República submete ao Congresso Nacional o ato constante do Decreto de 20 de agosto de 2002, que renova concessão para a exploração de canal de radiodifusão sonora, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

A exposição de motivos do Ministro das Comunicações ao Presidente da República, documento que integra os autos, dá conta de que a presente solicitação

foi instruída de conformidade com a legislação aplicável, o que levou ao seu deferimento.

O referido projeto foi aprovado pela Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados, que seguiu o parecer favorável de seu relator. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Redação daquela Casa, o projeto foi considerado jurídico, constitucional e vazado em boa técnica legislativa.

#### **II – Análise**

Conforme determina o Regimento Interno do Senado Federal, no seu art. 102, IV, cumpre à Comissão de Educação opinar acerca de proposições que versem sobre comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, devendo pronunciar-se também sobre a constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa dessas proposições.

O processo de exame e apreciação dos atos do Poder Executivo que outorgam ou renovam concessão, permissão ou autorização para que se executem serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens, nos termos do art. 223 da Constituição Federal, orienta-se, nesta Casa do Legislativo, pelas formalidades e pelos critérios estabelecidos na Resolução nº 39, de 1992, do Senado Federal. Essa norma interna relaciona os elementos a serem informados pela entidade pretendente e pelo Ministério das Comunicações, a fim de instruir o processo submetido à análise da Comissão de Educação.

O exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.267, de 2004, não evidenciou violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente.

A matéria é de competência exclusiva do Congresso Nacional, sendo o projeto de decreto legislativo o instrumento adequado, conforme preceitua o art. 213, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

A proposição oriunda da Câmara, destinada a aprovar o ato do Poder Executivo sob exame, atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União e às atribuições do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 49, XII, e 223 da Constituição. Constata-se que o referido projeto não contraria preceitos ou princípios da Lei Maior, nada havendo, pois, a objetar no tocante à sua constitucionalidade material.

#### **III – Voto**

Tendo em vista que o exame da documentação que acompanha o PDS nº 1.267, de 2004, não evi-

denciou violação das formalidades estabelecidas na legislação pertinente, e não havendo reparos quanto aos aspectos de constitucionalidade, juridicidade e de técnica legislativa, opinamos pela aprovação do ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros

Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás, na forma do projeto de decreto legislativo originário da Câmara dos Deputados.

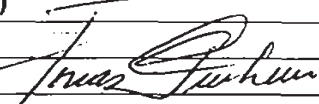

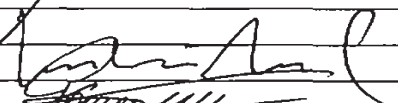
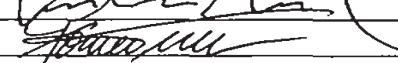
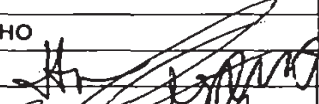
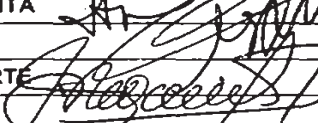
Sala da Comissão, 31 de maio de 2005.

## COMISSÃO DE EDUCAÇÃO


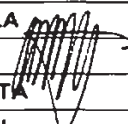
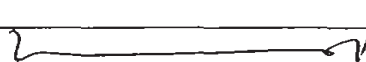
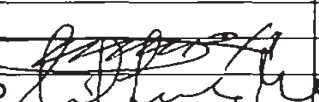

ASSINAM O PARECER AO PDS N° 1267/04 NA REUNIÃO DE 31 105 103  
OS SENHORES SENADORES:

VICE-PRESIDENTE NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA:  SEN: FLÁVIO ARNS


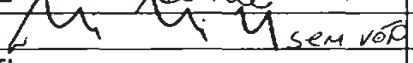
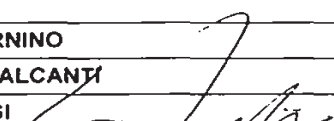

### BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)

DEMÓSTENES TORRES	1- ROSEANA SARNEY
JORGE BORNHAUSEN	2- JONAS PINHEIRO 
JOSÉ JORGE	3- CÉSAR BORGES
MARIA DO CARMO ALVES 	4- JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	5- MARCO MACIEL 
MARCELO CRIVELLA	6- ROMEU TUMA 
TEOTÔNIO VILELA FILHO	7- EDUARDO AZEREDO
GERALDO MESQUITA 	8- SÉRGIO GUERRA
LEONEL PAVAN	9- LÚCIA VÂNIA
REGINALDO DUARTE 	10- TASSO JEREISSATI

### PMDB

HÉLIO COSTA RELATOR 	1- AMIR LANDO
MAGUITO VILELA 	2- GARIBALDI ALVES FILHO
VALDIR RAUPP	3- (VAGO)
GERSON CAMATA	4- PAPALÉO PAES
SÉRGIO CABRAL	5- MÃO SANTA 
JOSÉ MARANHÃO	6- LUIZ OTÁVIO
WIRLANDE DA LUZ 	7- (VAGO)
GILBERTO MESTRINHO 	8- (VAGO)

### BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

AELTON FREITAS	1- PAULO PAIM
CRISTOVAM BUARQUE	2- ALOÍZIO MERCADANTE
FÁTIMA CLEIDE 	3- FERNANDO BEZERRA
FLÁVIO ARNS  SEM VOTO	4- DELCÍDIO AMARAL
IDELI SALVATTI	5- ANTÔNIO CARLOS VALADARES
ROBERTO SATURNINO	6- MAGNO MALTA
MOZARILDO CAVALCANTI	7- PATRÍCIA SABOYA GOMES
SÉRGIO ZAMBIASI 	8- NEZINHO ALENCAR 

### PDT

AUGUSTO BOTELHO 	1- JUVÊNCIO DA FONSECA 
---	--

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

PDS

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
DEMÓSTENES TORRES					ROSEANA SARNEY				
JORGE BORNHAUSEN					JONAS PINHEIRO	X			
JOSÉ JORGE					CÉSAR BORGES				
MARIA DO CARMO ALVES	X				JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO					MARCO MACIEL	X			
MARCELO CRIVELLA					ROMEU TUMA	X			
TEOTONIO VILELA FILHO					EDUARDO AZEREDO				
GERALDO MESQUITA	X				SERGIO GUERRA				
LEONEL PAVAN	X				LÚCIA VANIA				
REGINALDO DUARTE	X				TASSO JEREISSATI				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
HÉLIO COSTA	X				AMIR LANDO				
MAGUITO VILELA					GARIBALDI ALVES FILHO				
VALDIR RAUPP	X				VAGO				
GERSON CAMATA					PAPALEO PAES				
SERGIO CABRAL					MÃO SANTA	X			
JOSE MARANHÃO					LUIZ OTAVIO				
WIRLANDE DA LUZ	X				VAGO				
GILBERTO MESTRINHO	X				VAGO				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL, E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AELTON FREITAS					PAULO PAIM				
CRISTOVAM BUARQUE					ALOIZIO MERCADANTE				
FÁTIMA CLEIDE	X				FERNANDO BEZERRA				
FLÁVIO ARNS					DELÍCIO AMARAL				
IDELI SALVATI					ANTÔNIO CARLOS VALADARES				
ROBERTO SATURNINO					MAGNO MALTA				
MOZARILDO CAVALCANTI					PATRICIA SABOYA GOMES				
SERGIO ZAMBIASI	X				NEZINHO ALENCAR	X			
TITULAR - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PDT	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
AUGUSTO BOTELHO	X				JUVÊNCIO DA FONSECA				

*M. U. M.*

TOTAL: 17 SIM: 16 NÃO: 1 ABS: 0 AUTOR: 0 PRESIDENTE: 01

SALA DAS REUNIÕES, EM 31/05/2005

SENADOR  
Presidente Eventual da CE



*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
SEÇÃO II  
**Das Atribuições do Congresso Nacional**  
.....

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

XII – apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;

.....  
CAPÍTULO V  
**Da Comunicação Social**  
.....

Art. 223. Compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal.

§ 1º O Congresso Nacional apreciará o ato no prazo do art. 64, § 2º e § 4º, a contar do recebimento da mensagem.

§ 2º A não renovação da concessão ou permissão dependerá de aprovação de, no mínimo, dois quintos do Congresso Nacional, em votação nominal.

§ 3º O ato de outorga ou renovação somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, na forma dos parágrafos anteriores.

§ 4º O cancelamento da concessão ou permissão, antes de vencido o prazo, depende de decisão judicial.

§ 5º O prazo da concessão ou permissão será de dez anos para as emissoras de rádio e de quinze para as de televisão.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana – Bloco/PT – AC) – Com referência ao **Ofício nº 76, de 2005**, da Comissão de Educação, lido em 9 de julho de 2005, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §3º, do Regimento Interno, combinado com o Parecer nº 34, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aprovado pelo Plenário em 25 de março de 2003, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Decreto**

**Legislativo nº 1.267, de 2004**, aprovado pela Comissão de Educação, cujo parecer acaba de ser lido, seja apreciado pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana – Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 440, de 2004** (nº 315/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Eirunepé a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Eirunepé, Estado do Amazonas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 508, de 2004** (nº 3.083/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Urbano de Tarrafas – Ceará – Asdut a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tarrafas, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 591, de 2004** (nº 807/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rede de Radiodifusão Novidade Técnica Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Manaus, Estado do Amazonas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 733, de 2004** (nº 421/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária em Prol de Araguari – Acepa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Araguari, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 736, de 2004** (nº 431/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Rádio Educativa de Uberaba – Fureu para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Uberaba, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 751, de 2004** (nº 3.058/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Comunicação Beneficente Comunitária Integrativa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Serra do Salitre, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 786, de 2004** (nº 192/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Produtores Rurais de Chácara a executar serviço de*

- radiodifusão comunitária na cidade de Chácara, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 866, de 2004** (nº 426/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Central do Triângulo Mineiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Monte Alegre de Minas, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 871, de 2004** (nº 449/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Maria de Jesus Pessoa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Chapadinha, Estado do Maranhão;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 904, de 2004** (nº 3.178/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária FJB FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Geraldo do Baixo, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 925, de 2004** (nº 506/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Rio Grande Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lavras, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 948, de 2004** (nº 567/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Vitória de Divinópolis a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Divinópolis, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 955, de 2004** (nº 3.059/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Beneficente Universo – Acobeu a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Caratinga, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 962, de 2004** (nº 17/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Embracet – Empresa Brasileira de Comunicação, Educação e Turismo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sabinópolis, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 966, de 2004** (nº 166/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Ascombap – Associação Comunitária de Cultura e Comunicação do Barro Preto a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.004, de 2004** (nº 584/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM do Vale do Piracicaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de João Monlevade, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.071, de 2004** (nº 659/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pedra Pintada – ACP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.095, de 2004** (nº 848/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Itacaiúnas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marabá, Estado do Pará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.128, de 2004** (nº 198/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Uberlândia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.148, de 2004** (nº 705/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura de Aracati Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Aracati, Estado do Ceará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.149, de 2004** (nº 707/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura da Bahia S/A para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Salvador, Estado da Bahia;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.166, de 2004** (nº 764/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Maciço de Baturité Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Baturité, Estado do Ceará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.169, de 2004** (nº 773/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Difusora de Itacoatiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.208, de 2004** (nº 977/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comu-*

- nitária São Pedro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tejuçuoca, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.210, de 2004** (nº 985/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aratuba, Estado do Ceará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.224, de 2004** (nº 238/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Teodoro Sampaio, Estado de São Paulo;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.232, de 2004** (nº 575/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio FM Iguatú Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Sobral, Estado do Ceará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.234, de 2004** (nº 580/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Apoio ao Cidadão Carente – A.A.C.C. a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pindamonhangaba, Estado de São Paulo;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.253, de 2004** (nº 620/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Bahiana de Itaberaba Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itaberaba, Estado da Bahia;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.264, de 2004** (nº 1.034/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Paraíso Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maceió, Estado de Alagoas;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.269, de 2004** (nº 1.043/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tianguá, Estado do Ceará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.278, de 2004** (nº 1.214/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Morro Alto FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Arroio do Meio, Estado do Rio Grande do Sul;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.290, de 2004** (nº 590/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Uirapuru Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.293, de 2004** (nº 651/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Iguaiense Novo Milênio a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iguai, Estado da Bahia;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.295, de 2004** (nº 667/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a autorização outorgada à Prefeitura Municipal de Taquari para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Taquari, Estado do Rio Grande do Sul;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.298, de 2004** (nº 699/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Evangelii Nuntiandi para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Parintins, Estado do Amazonas;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.331, de 2004** (nº 1.076/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Caraíbas Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Irecê, Estado da Bahia;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.355, de 2004** (nº 1.135/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sul Paraná Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.359, de 2004** (nº 576/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cristal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Marmeleiro, Estado do Paraná;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.380, de 2004** (nº 1.084/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Emissora Sul Goiana de Quirinópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Quirinópolis, Estado de Goiás;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.387, de 2004** (nº 1.125/2004, na Câmara dos Deputados),



- que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura dos Palmares S.A. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Palmares, Estado de Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.393, de 2004** (nº 1.137/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Liberdade de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Quitéria, Estado do Ceará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.399, de 2004** (nº 1.162/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Maringá de Pombal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pombal, Estado da Paraíba;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.403, de 2004** (nº 1.169/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Difusão Comunitária de Galante a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.405, de 2004** (nº 1.172/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Liberal Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Belém, Estado do Pará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.408, de 2004** (nº 1.177/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Beneficente de Marapanim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Marapanim, Estado do Pará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.410, de 2004** (nº 1.179/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa Casa da Providência para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Reritaba, Estado do Ceará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.414, de 2004** (nº 1.197/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Nelson Ribeiro a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Vitória do Palmar, Estado do Rio Grande do Sul;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.415, de 2004** (nº 1.198/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Creche Godiva Agostini da Matta a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Miradouro, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.417, de 2004** (nº 1.203/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária e Assistencial Manje a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Rio Grande, Estado do Rio Grande do Sul;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.419, de 2004** (nº 1.211/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária “FM” de Tupanatinga – Pernambuco a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tupanatinga, Estado de Pernambuco;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.422, de 2004** (nº 1.183/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Resgate a Cultura do Rio das Traíras a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Trairi, Estado do Ceará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.423, de 2004** (nº 1.184/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Radiodifusão para o Desenvolvimento Cultural e Social de Maetinga a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maetinga, Estado da Bahia;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.427, de 2004** (nº 1.195/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico, Amigos da Cidade de Jacarezinho a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jacarezinho, Estado do Paraná;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.429, de 2004** (nº 1.199/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária em Defesa do Desenvolvimento de Wanderley – Adwan a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Wanderley, Estado da Bahia;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.432, de 2004** (nº 1.208/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Itabaiana FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lagoa Seca, Estado da Paraíba;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.439, de 2004** (nº 1.268/2004, na Câmara dos Deputados), que

- aprova o ato que outorga permissão à Fundação Educativa e Cultural São Judas Tadeu para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Itaúna, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.447, de 2004** (nº 417/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Saúde a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Saúde, Estado da Bahia;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.448, de 2004** (nº 461/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural dos Amigos de Nova Esperança do Piriá – Acanep a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Esperança do Piriá, Estado do Pará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.451, de 2004** (nº 862/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Rainha de Senhor do Bonfim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Senhor do Bonfim, Estado da Bahia;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.453, de 2004** (nº 961/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Atlântica de Santos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santos, Estado de São Paulo;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.454, de 2004** (nº 962/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Parapanema Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Piraju, Estado de São Paulo;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.481, de 2004** (nº 769/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Roberto Rabello de Comunicação Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Afonso Cláudio, Estado do Espírito Santo;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.485, de 2004** (nº 783/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Mello e Bruno Comunicação e Participações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Barão de Cocais, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 2, de 2005** (nº 617/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cidade de Maracaju Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2005** (nº 801/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Tropical de Dionísio Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Dionísio, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 9, de 2005** (nº 856/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Curvelo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Curvelo, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 14, de 2005** (nº 1.035/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Pimenta Bueno Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 2005** (nº 1.040/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora de Educação Rural Santarém Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Santarém, Estado do Pará;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2005** (nº 1.050/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Difusora de Itacoatiara Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itacoatiara, Estado do Amazonas;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 28, de 2005** (nº 1.187/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Montes Belos de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Paraúna, Estado de Goiás;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 31, de 2005** (nº 1.218/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Rádio Monte Castelo FM (ACRMCFM) a executar serviço de radiodifusão comunitária na*

- cidade de Mariano Moro, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 44, de 2005** (nº 1.260/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Amigos de Carai (Acac) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carai, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 51, de 2005** (nº 1.328/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Clube de Tanabi Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Tanabi, Estado de São Paulo;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 54, de 2005** (nº 1.296/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Movimento Comunitário Rádio Comunitária FM – AMCRC/FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Taquarussu, Estado de Mato Grosso do Sul;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 56, de 2005** (nº 1.309/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Cultural Princesa do Sul para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pelotas, Estado do Rio Grande do Sul;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 2005** (nº 1.335/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Antônio Dias a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Antônio Dias, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 66, de 2005** (nº 1.227/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cidade FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bela Vista de Minas, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 73, de 2005** (nº 1.259/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação de Radiodifusão Rodesindo Pavan para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Balneário Camboriú, Estado de Santa Catarina;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 75, de 2005** (nº 1.265/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Comunitária de São José do Cerrito a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Cerrito, Estado de Santa Catarina;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 78, de 2005** (nº 1.283/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da J.M.B. Empreendimentos Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Santa Cruz do Capibaribe, Estado de Pernambuco;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 81, de 2005** (nº 1.290/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Anunciação a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 82, de 2005** (nº 1.293/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária A Voz de São João da Barra a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Barra, Estado do Rio de Janeiro;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 84, de 2005** (nº 1.308/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural Celinauta para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Pato Branco, Estado do Paraná;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 85, de 2005** (nº 1.312/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Moradores da Comunidade Nossa Senhora de Fátima a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Babaçulândia, Estado do Tocantins;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 87, de 2005** (nº 1.315/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Acocab – Associação Comunitária do Desenvolvimento Cultural e Artístico de Boa Vista da Aparecida – PR a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 91, de 2005** (nº 1.329/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Costa Azul Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Ubatuba, Estado de São Paulo;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 98, de 2005** (nº 1.342/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Fundação Roberto Rabello de Comunicação*



*Social para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vila Velha, Estado do Espírito Santo;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 108, de 2005** (nº 419/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Ação Social São Francisco de Assis – ASFA a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina;*

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 110, de 2005** (nº 854/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da *Fundação Emissora Rural A Voz do São Francisco para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Petrolina, Estado de Pernambuco;* e

– **Projeto de Decreto Legislativo nº 116, de 2005** (nº 1.224/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a *Associação Comunitária Santa Luzia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Aparecida de Goiânia, Estado de Goiás.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senhor Presidente da República adotou, em 15 de junho de 2005, e publicou, em 16 do mesmo mês e ano, a **Medida Provisória nº 252, de 2005**, que “institui o Regime Especial de Tributação para Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, e Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências.”

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos da Resolução nº 1, de 2002-CN, art. 2º e seus parágrafos, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

### SENADORES

Titulares	Suplentes
<b>Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)</b>	
José Jorge (PFL)	1.vago
Álvaro Dias (PSDB)	2.vago
Tasso Jereissati (PSDB)	3.vago
César Borges (PFL)	4.vago

### PMDB

Ney Suassuna	1.Luiz Otávio
Maguito Vilela	2.Gerson Camata
Hélio Costa	3.Leomar Quintanilha

### Bloco de Apoio ao Governo(PT/PSB/PL/PPS)

Delcídio Amaral (PT)	1.vago
Sibá Machado (PT)	2.vago
Antônio Carlos Valadares (PSB)	3.vago

### PDT

Osmar Dias	1.vago
------------	--------

### PTB

Mozarildo Cavalcanti	1.Sérgio Zambiasi
----------------------	-------------------

### P-SOL\*

Heloísa Helena	1.Geraldo MesquitaJúnior
----------------	--------------------------

### DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
-----------	-----------

### PT

Paulo Rocha	1.Fernando Ferro
Colombo	2.Henrique Fontana

### PMDB

José Borba	1. Benjamin Maranhão
Mendes Ribeiro Filho	2.Asdrúbal Bentes

### Bloco (PFL/PRONA)

Rodrigo Maia	1.Murilo Zauith
Roberto Brant	2.Kátia Abreu

### PSDB

Alberto Goldman	1.Eduardo Paes
-----------------	----------------

### PP

Francisco Dornelles	1.Delfim Netto
---------------------	----------------

### PTB

José Múcio Monteiro	1.Ricarte de Freitas
---------------------	----------------------

### PL

Sandro Mabel	1.Miguel de Souza
--------------	-------------------

### PPS

Dimas Ramalho	1.Rogério Teófilo
---------------	-------------------

### PSB

Renato Casagrande	1.Dr. Ribamar Alves
-------------------	---------------------

### PSC\*

Costa Ferreira	1.Zequinha Marinho
----------------	--------------------

\* Designação feita nos termos da Resolução nº 2, de 2000-CN.

De acordo com a Resolução nº 1, de 2002-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

- Publicação no DO: **16-6-2005**
- Designação da Comissão: **17-6-2005**
- Instalação da Comissão: **20-6-2005**
- Emendas: **até 22-6-2005** (7º dia da publicação)
- Prazo final na Comissão: **16-6-2005 a 29-6-2005** (14º dia)
- Remessa do processo à CD: **29-6-2005**
- Prazo na CD: **de 30-6-2005 a 13-8-2005** (15º ao 28º dia)
- Recebimento previsto no SF: **13-8-2005**
- Prazo no SF: **de 14-8-2005 a 27-8-2005** (42º dia)
- Se modificado, devolução à CD: **27-8-2005**
- Prazo para apreciação das modificações do SF, pela CD: de **28-8-2005 a 30-8-2005** (43º ao 45º dia)
- Regime de urgência, obstruindo a pauta a partir de: **31-8-2005** (46º dia)
- Prazo final no Congresso: **14-9-2005** (60 dias)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência comunica ao Plenário que, de acordo com as normas constantes da Resolução do Congresso Nacional nº 1, de 2003, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica aberto, a partir desta data, o prazo para interposição de recurso por 1/10 (um décimo) dos representantes de cada Casa, por cinco dias úteis, para que seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional o **Projeto de Decreto Legislativo nº 5, de 2005 – CN**, tendo em vista publicação em avulsos, nesta data, do parecer da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

O recurso será recebido na Secretaria-Geral da Mesa do Senado Federal.

Será feita comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 162, DE 2005**

(Nº 365/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

Dirijo-me a Vossas Excelências para informá-los de que me ausentarei do País no período de 19 e

20 de junho de 2005, para realizar visita a Assunção, República do Paraguai, a fim de participar da reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Países Associados.

Brasília, 15 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O expediente que acaba de ser lido, anexado ao processado da Mensagem nº 11, de 2005, vai à publicação.

Sobre a mesa, projetos de lei do Congresso Nacional que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PROJETO DE LEI Nº 7, DE 2005-CN**

**Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005) crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil, duzentos e setenta e sete reais), em favor de diversas empresas estatais, para atenderá programação constante do Anexo I a esta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria, de recursos para aumento do patrimônio líquido e de outros recursos de longo prazo, conforme demonstrado no “Quadro Síntese por Receita” constante do Anexo I a esta Lei, e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta lei.

Art. 3º Fica reduzido o Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 2005), relativamente às dotações orçamentárias de diversas empresas estatais, constantes do Anexo II a esta Lei, no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais).

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00	
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			85.008.152
25 ENERGIA			368.630.125
		TOTAL - GERAL	453.638.277
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
694 SERVIÇOS FINANCEIROS			85.008.152
752 ENERGIA ELETRICA			368.630.125
		TOTAL - GERAL	453.638.277
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			85.008.152
694 SERVIÇOS FINANCEIROS			85.008.152
25 ENERGIA			368.630.125
752 ENERGIA ELETRICA			368.630.125
		TOTAL - GERAL	453.638.277
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS			24.720.010
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA			1.386.437
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE			30.750.306
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL			19.973.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE			131.502.680
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE			119.000.000
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS			33.159.769
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			71.461.083
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			21.684.992
		TOTAL - GERAL	453.638.277
QUADRO SINTESE POR ORGAO			
25000 MINISTERIO DA FAZENDA			85.008.152
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			368.630.125
		TOTAL - GERAL	453.638.277
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
4.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			124.836.208
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			86.348.369
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			86.348.369
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			38.281.690
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA			38.281.690
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO			206.149
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA			206.149
TOTAL DA RECEITA	124.836.208	RECEITAS CORRENTES	86.348.369
		RECEITAS DE CAPITAL	38.487.839

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DO ORGAO : R\$ 85.008.152			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			85.008.152
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
694 SERVICOS FINANCEIROS			85.008.152
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS			33.159.769
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			51.848.383
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS			
25202 BANCO DA AMAZONIA S.A.			82.521.582
25234 BANCO DO BRASIL S.A.			2.486.570
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA			
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			85.008.152
TOTAL			85.008.152
QUADRO SINTESE POR RECEITA			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO			72.164.898
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			72.164.898
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			72.164.898
TOTAL DA RECEITA	72.164.898	RECEITAS CORRENTES	72.164.898
		RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO I		CREDITO SUPLEMENTAR	
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 82.521.582			
QUADRO SINTESE POR FUNCOES			
23 COMERCIO E SERVICOS			82.521.582
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES			
694 SERVICOS FINANCEIROS			82.521.582
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS			
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS			30.673.199
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			51.848.383

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	82.521.582
<b>TOTAL</b>	<b>82.521.582</b>

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA				
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO				72.164.898
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS				72.164.898
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA				72.164.898
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>72.164.898</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>72.164.898</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>
				<b>0</b>

ORÇAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

**ANEXO I** **CREDITO SUPLEMENTAR**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS</b>									<b>30.673.199</b>
<b>ATIVIDADES</b>									
23 694	0781 4106	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO							5.418.488
23 694	0781 4106 0001	MANUTENCAO DA INFRA-ESTRUTURA DE ATENDIMENTO - NACIONAL	I	4 - INV	3	90	0	495	5.418.488
<b>PROJETOS</b>									
23 694	0781 3252	INSTALACAO DE AGENCIAS							1.680.090
23 694	0781 3252 0015	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA							1.387.172
23 694	0781 3252 0021	AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 2 INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MARAÑHAO	I	4 - INV	3	90	0	495	1.387.172
23 694	0781 3252 0021	AGENCIA INSTALADA (UNIDADE)	I	4 - INV	3	90	0	495	292.918
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS							23.574.621
23 694	0781 3324 0011	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA							1.961.000
23 694	0781 3324 0012	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1 MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ACRE	I	4 - INV	3	90	0	495	1.961.000
23 694	0781 3324 0012	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	3	90	0	495	1.623.032
23 694	0781 3324 0013	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							2.374.500
23 694	0781 3324 0013	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 5	I	4 - INV	3	90	0	495	2.374.500
23 694	0781 3324 0014	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RORAIMA							618.500
23 694	0781 3324 0015	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1 MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA	I	4 - INV	3	90	0	495	618.500
23 694	0781 3324 0015	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	3	90	0	495	5.946.584
23 694	0781 3324 0016	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAPA							948.500
23 694	0781 3324 0017	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 1 MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE TOCANTINS	I	4 - INV	3	90	0	495	948.500
23 694	0781 3324 0017	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	I	4 - INV	3	90	0	495	3.103.105
23 694	0781 3324 0021	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MARAÑHAO							4.168.400
23 694	0781 3324 0021	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 5	I	4 - INV	3	90	0	495	4.168.400
23 694	0781 3324 0051	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO							2.831.000
23 694	0781 3324 0051	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) 2	I	4 - INV	3	90	0	495	2.831.000
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>51.848.383</b>
<b>ATIVIDADES</b>									
23 694	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.495.030
23 694	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL	I	4 - INV	3	90	0	495	1.495.030
23 694	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							50.353.353
23 694	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL	I	4 - INV	3	90	0	495	50.353.353
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>82.521.582</b>

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.486.570

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 23 COMERCIO E SERVICIOS	f	2.486.570
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 694 SERVICIOS FINANCEIROS		2.486.570
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS		2.486.570
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		2.486.570
TOTAL		2.486.570

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	F S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS									2.486.570
PROJETOS									
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS							2.486.570
23 694	0781 3324 0013	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							495.285
23 694	0781 3324 0024	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	1	4 - INV	3	90	0	495	495.285
23 694	0781 3324 0029	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DA BAHIA	1	4 - INV	3	90	0	495	420.000
23 694	0781 3324 0031	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE MINAS GERAIS	1	4 - INV	3	90	0	495	840.000
23 694	0781 3324 0041	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARANA	1	4 - INV	3	90	0	495	200.000
23 694	0781 3324 0051	AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE) MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO	1	4 - INV	3	90	0	495	36.000
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0	495	495.285
TOTAL - INVESTIMENTO									2.486.570

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 368.630.125

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		368.630.125
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA		368.630.125
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0273 LUZ PARA TODOS		24.720.010
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA		1.386.437
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE		30.750.306
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL		19.973.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE		131.502.680
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE		119.000.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		19.612.700
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		21.684.992
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS		
32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.		14.000.000
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.		136.800.000
32225 ELTROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.		20.676.000
32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO		7.486.643
32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.		131.502.680
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE		500.000
32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS		1.100.000
32269 COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI		45.279.810
32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON		3.734.992
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.		520.000
32273 MANAUS ENERGIA S.A.		6.700.000
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA		330.000



<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	368.630.125
<b>TOTAL</b>	<b>368.630.125</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>				
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	52.671.310			
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		14.183.471		
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		14.183.471		
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		38.281.690		
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA		38.281.690		
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		206.149		
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		206.149		
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>52.671.310</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>14.183.471</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>
				<b>38.487.839</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00  
 TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.000.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>	
25 ENERGIA	14.000.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>	
752 ENERGIA ELETRICA	14.000.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	14.000.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	14.000.000
<b>TOTAL</b>	<b>14.000.000</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F	E	G	N	D	R	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO																	14.000.000
PROJETOS																	
25	752	0807 12GA	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - SEDE RIO DE JANEIRO														14.000.000
25	752	0807 12GA 0101	AQUISIÇÃO DE IMÓVEL - SEDE RIO DE JANEIRO - NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ)														14.000.000
			1	4	INV	2	90	0	495								14.000.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>																	<b>14.000.000</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00  
 TOTAL DA UNIDADE : R\$ 136.800.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>	
25 ENERGIA	136.800.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>	
752 ENERGIA ELETRICA	136.800.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>	
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE	4.800.000
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE	119.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	13.000.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	136.800.000
<b>TOTAL</b>	<b>136.800.000</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	F I S I C A	D Z G	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE</b>									<b>4.800.000</b>
PROJETOS									
25 752	0294 1891	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E DE 695 MVA DE TRANSFORMAÇÃO DE POTENCIA EM SUBESTAÇÕES)							4.800.000
25 752	0294 1891 0021	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO ASSOCIADO A UHE TUCURUI NO ESTADO DO MARANHÃO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 120 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO E DE 695 MVA DE TRANSFORMAÇÃO DE POTENCIA EM SUBESTAÇÕES) - NO ESTADO DO MARANHÃO							4.800.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	4.800.000
<b>0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE</b>									<b>119.000.000</b>
PROJETOS									
25 752	0297 1897	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS)							4.000.000
25 752	0297 1897 0015	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO ESTADO DO PARA ASSOCIADO A UHE TUCURUI (ACRESCIMO DE 1.582 MVA NAS SUBESTAÇÕES ASSOCIADAS) - NO ESTADO DO PARA							4.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000
25 752	0297 3235	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 8.370 MW							115.000.000
25 752	0297 3235 0015	AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE GERAÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE TUCURUI - 2ª ETAPA - DE 4.245 PARA 8.370 MW - NO ESTADO DO PARA							115.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	115.000.000
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>									<b>13.000.000</b>
PROJETOS									
25 752	1042 3242	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ACRE/RONDONIA							10.000.000
25 752	1042 3242 0010	EXPANSÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO ACRE/RONDONIA - NA REGIAO NORTE							10.000.000
		SISTEMA EXPANDIDO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	10.000.000
25 752	1042 3243	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO AMAPA							3.000.000
25 752	1042 3243 0016	IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO NO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA							3.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>136.800.000</b>
ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA									
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.									
ANEXO I					CREDITO SUPLEMENTAR				
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)					RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00				
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 20.676.000									
QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
25 ENERGIA									20.676.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES									
752 ENERGIA ELETRICA									20.676.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									19.643.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									1.033.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO									20.676.000
<b>TOTAL</b>									<b>20.676.000</b>

**QUADRO SÍNTESE POR RECEITA**

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	7.391.500
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	7.391.500
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	7.391.500
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>7.391.500</b>

RECEITAS CORRENTES 7.391.500 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

**ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0295 ENERGIA NA REGIAO SUL</b>									<b>19.643.000</b>
PROJETOS									
25 752	0295 105K	AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES)							19.643.000
25 752	0295 105K 0040	AMPLIACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO SUL (38 KM E REFORCOS EM 9 SUBESTACOES) - NA REGIAO SUL							19.643.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	19.643.000
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>1.033.000</b>
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.033.000
25 752	0807 4101 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO SUL							1.033.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.033.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>20.676.000</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

**ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 7.486.643

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 7.486.643

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 7.486.643

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS  
 0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA | 1.386.437  
 0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE | 6.100.206

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 7.486.643

TOTAL | 7.486.643

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO

**ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA</b>									<b>1.386.437</b>
ATIVIDADES									
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA							1.386.437
25 752	0276 6508 0020	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIAO NORDESTE							1.386.437
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	1.386.437

0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									6.100.206
			PROJETOS						
25 752	0294 5482	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO PRESIDENTE DUTRA (MA) - TERESINA - FORTALEZA II (LT DE 500 KV - 1º CIRCUITO P. DUTRA/FORTALEZA, APROX. 750 KM, 2º CIRCUITO EMERGENCIAL P. DUTRA/TERESINA, APROX. 210 KM E 3 SES ASSOCIADAS, COM 2.550 MVA)							6.100.206
25 752	0294 5482 0020	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO PRESIDENTE DUTRA (MA) - TERESINA - FORTALEZA II (LT DE 500 KV - 1º CIRCUITO P. DUTRA/FORTALEZA, APROX. 750 KM, 2º CIRCUITO EMERGENCIAL P. DUTRA/TERESINA, APROX. 210 KM E 3 SES ASSOCIADAS, COM 2.550 MVA) - NA REGIAO NORDESTE							6.100.206
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	6.100.206
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>7.486.643</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 131.502.680

QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
25 ENERGIA		131.502.680
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES		
752 ENERGIA ELETRICA		131.502.680
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0294 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE		131.502.680
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		131.502.680
<b>TOTAL</b>		<b>131.502.680</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE</b>									
<b>131.502.680</b>									
ATIVIDADES									
25 752	0296 2192	REFORCOS NO SISTEMA DE TRANSMISSAO NA AREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPRITO SANTO							111.443.337
25 752	0296 2192 0030	REFORCOS NO SISTEMA DE TRANSMISSAO NA AREA DOS ESTADOS DO RIO DE JANEIRO E DO ESPRITO SANTO - NA REGIAO SUDESTE							111.443.337
			1	4 - INV	2	90	0	495	111.443.337
PROJETOS									
25 752	0296 7164	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO - VITORIA (345 KV - 370 KM) - (MG/ES)							20.059.343
25 752	0296 7164 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO OURO PRETO - VITORIA (345 KV - 370 KM) - (MG/ES) - NA REGIAO SUDESTE							20.059.343
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	20.059.343
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>131.502.680</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 500.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 500.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 500.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 500.000

TOTAL | 500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									500.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							500.000
25 752	0807 4101 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO ACRE	1	4 - INV	2	90	0	495	500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.100.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 1.100.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 1.100.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 1.100.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 1.100.000

TOTAL | 1.100.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO I CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	----------------------------------	-------	-------	-----	-------	-----	-------	-------



0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								1.100.000
		ATIVIDADES						
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					1.100.000	
25 752	0807 4103 0027	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE ALAGOAS					1.100.000	
			1	4 - INV	2	90	0 495	1.100.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>1.100.000</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 45.279.810

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 45.279.810

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA | 45.279.810

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0273 LUZ PARA TODOS | 23.720.010  
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE | 19.850.100  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 1.709.700

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 45.279.810

TOTAL | 45.279.810

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 45.279.810  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 6.791.971  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA | 6.791.971  
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO | 38.281.690  
6.2.2.0.00.00 CONTROLADORA | 38.281.690  
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO | 206.149  
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA | 206.149  
TOTAL DA RECEITA 45.279.810 RECEITAS CORRENTES 6.791.971 RECEITAS DE CAPITAL 38.487.839

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32269 - COMPANHIA ENERGETICA DO PIAUI

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									23.720.010
PROJETOS									
25 752	0273 11YL	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS							23.720.010
25 752	0273 11YL 0022	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS - NO ESTADO DO PIAUI							23.720.010
		REDE AMPLIADA (KM) 226	1	4 - INV	2	90	0	495	23.720.010
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE									19.850.100
PROJETOS									
25 752	0294 3379	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI							13.468.070
25 752	0294 3379 0022	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							13.468.070
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 33	1	4 - INV	2	90	0	495	13.468.070
25 752	0294 3407	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI							6.382.030
25 752	0294 3407 0022	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO PIAUI - NO ESTADO DO PIAUI							6.382.030
		REDE AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	6.382.030

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								1.709.700
		ATIVIDADES						
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS						296.500
25 752	0807 4101 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90	0 495	296.500
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO						1.413.200
25 752	0807 4103 0022	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO PIAUI	1	4 - INV	2	90	0 495	1.413.200
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>45.279.810</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.734.992

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 3.734.992

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 3.734.992

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 1.000.000  
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS | 2.734.992

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 3.734.992

TOTAL | 3.734.992

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO I PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FLUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								1.000.000	
		ATIVIDADES							
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.000.000
25 752	0807 4103 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0 495		1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS								2.734.992	
		PROJETOS							
25 752	1042 3404	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA							2.734.992
25 752	1042 3404 0011	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA REDE AMPLIADA (KM) 29	1	4 - INV	2	90	0 495		2.734.992
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>								<b>3.734.992</b>	



ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	F T E	VALOR
<b>0273 LUZ PARA TODOS</b>									<b>1.000.000</b>
<b>PROJETOS</b>									
25 752	0273 11XU	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS							1.000.000
25 752	0273 11XU 0101	AMPLIACAO DA REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA - LUZ PARA TODOS - NO MUNICIPIO DE MANAUS - AM REDE AMPLIADA (KM)	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>									<b>5.700.000</b>
<b>PROJETOS</b>									
25 752	1042 3259	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO, SUBTRANSMISSAO E TRANSFORMACAO DA SE, LIGANDO MANAUS A IRANDUBA, MANACAPURU E NOVO AIRAO (AM)							5.700.000
25 752	1042 3259 0013	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO, SUBTRANSMISSAO E TRANSFORMACAO DA SE, LIGANDO MANAUS A IRANDUBA, MANACAPURU E NOVO AIRAO (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495	5.700.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>6.700.000</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 330.000

<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>									
25 ENERGIA									330.000
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES</b>									
752 ENERGIA ELETRICA									330.000
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>									
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									330.000
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>									
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO									330.000
<b>TOTAL</b>									<b>330.000</b>

ORGÃO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	I U	F T E	VALOR
<b>0295 ENERGIA NA REGIAO SUL</b>									<b>330.000</b>
<b>PROJETOS</b>									
25 752	0295 3386	ESTUDOS PARA TRANSFORMACAO DA USINA TERMELETRICA DE SAO JERONIMO, 20 MW, EM UNIDADE GERADORA DE ENERGIA COMPETITIVA							330.000
25 752	0295 3386 0043	ESTUDOS PARA TRANSFORMACAO DA USINA TERMELETRICA DE SAO JERONIMO, 20 MW, EM UNIDADE GERADORA DE ENERGIA COMPETITIVA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 36	1	4 - INV	2	90	0	495	330.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>330.000</b>

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		12.843.254
25 ENERGIA		791.512.444
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>804.355.698</b>
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES		
694 SERVICOS FINANCEIROS		12.843.254
752 ENERGIA ELETRICA		791.512.444
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>804.355.698</b>
QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCIONES		
23 COMERCIO E SERVICOS		12.843.254
694 SERVICOS FINANCEIROS		12.843.254
25 ENERGIA		791.512.444
752 ENERGIA ELETRICA		791.512.444
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>804.355.698</b>
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0273 LUZ PARA TODOS		2.500.000
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA		30.350.000
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE		91.389.803
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL		33.823.341
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE		294.096.751
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE		138.800.000
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA		1.855.000
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS		10.645.354
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		59.002.988
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		141.592.461
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL		300.000
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>804.355.698</b>
QUADRO SINTESE POR ORGAO		
25000 MINISTERIO DA FAZENDA		12.843.254
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA		791.512.444
	<b>TOTAL - GERAL</b>	<b>804.355.698</b>
QUADRO SINTESE POR RECEITA		
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		475.553.629
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS		371.053.629
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA		371.053.629
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO		104.500.000
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA		104.500.000
TOTAL DA RECEITA	475.553.629	RECEITAS CORRENTES 371.053.629
		RECEITAS DE CAPITAL 104.500.000

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DO ORGAO : R\$ 12.843.254		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		12.843.254
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES		
694 SERVICOS FINANCEIROS		12.843.254
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS		10.645.354
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.197.900
QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS		
25202 BANCO DA AMAZONIA S.A.		10.356.684
25234 BANCO DO BRASIL S.A.		2.486.570
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		12.843.254
TOTAL		12.843.254

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

ANEXO II		CREDITO SUPLEMENTAR
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 10.356.684		
QUADRO SINTESE POR FUNCOES		
23 COMERCIO E SERVICOS		10.356.684
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES		
694 SERVICOS FINANCEIROS		10.356.684
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS		
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS		8.158.784
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		2.197.900
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA		
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		10.356.684
TOTAL		10.356.684



ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25202 - BANCO DA AMAZONIA S.A.

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS</b>									<b>8.158.784</b>
<b>PROJETOS</b>									
23 694	0781 3252	INSTALACAO DE AGENCIAS							8.158.784
23 694	0781 3252 0011	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA							1.402.094
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 4	1	4 - INV	3	90	0	495	1.402.094
23 694	0781 3252 0012	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ACRE							1.594.056
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	1.594.056
23 694	0781 3252 0013	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAZONAS							1.477.388
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	1.477.388
23 694	0781 3252 0014	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RORAIMA							1.202.766
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	1.202.766
23 694	0781 3252 0016	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO AMAPA							593.594
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 2	1	4 - INV	3	90	0	495	593.594
23 694	0781 3252 0017	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE TOCANTINS							1.423.070
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	1.423.070
23 694	0781 3252 0051	INSTALACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO MATO GROSSO							465.816
		AGENCIA INSTALADA (UNIDADE) 1	1	4 - INV	3	90	0	495	465.816
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>2.197.900</b>
<b>PROJETOS</b>									
23 694	0807 3286	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS							2.197.900
23 694	0807 3286 0015	INSTALACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO PARA							2.197.900
		IMOVEI. INSTALADO (UNIDADE) 3	1	4 - INV	3	90	0	495	2.197.900
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>10.356.684</b>

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1.00**

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.486.570

QUADRO SINTESE POR FUNCOES									
23 COMERCIO E SERVICOS									2.486.570
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES									
694 SERVICOS FINANCEIROS									2.486.570
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS									
0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS									2.486.570
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA									
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO									2.486.570
<b>TOTAL</b>									<b>2.486.570</b>

ORGAO : 25000 - MINISTERIO DA FAZENDA  
 UNIDADE : 25234 - BANCO DO BRASIL S.A.

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO SUPLEMENTAR**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	----------------------------------	-------	-------	-----	-------	-----	-------	-------

0781 AMPLIACAO E MODERNIZACAO DAS INSTITUICOES FINANCEIRAS OFICIAIS							2.486.570	
PROJETOS								
23 694	0781 3324	MODERNIZACAO DE AGENCIAS					2.486.570	
23 694	0781 3324 0011	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE RONDONIA					210.400	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0 495	210.400
23 694	0781 3324 0015	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO PARA					720.000	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0 495	220.000
23 694	0781 3324 0023	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO CEARA					180.001	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0 495	180.001
23 694	0781 3324 0032	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO ESPIRITO SANTO					100.170	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0 495	100.170
23 694	0781 3324 0033	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					455.999	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0 495	455.999
23 694	0781 3324 0043	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL					440.000	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0 495	440.000
23 694	0781 3324 0052	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO ESTADO DE GOIAS					220.000	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0 495	220.000
23 694	0781 3324 0053	MODERNIZACAO DE AGENCIAS - NO DISTRITO FEDERAL					660.000	
		AGENCIA MODERNIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	3	90	0 495	660.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>							<b>2.486.570</b>	
<b>ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA</b>								
<b>ANEXO II</b>							<b>CREDITO SUPLEMENTAR</b>	
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)</b>							<b>RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00</b>	
<b>TOTAL DO ORGAO : R\$ 791.512.444</b>								
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>								
25 ENERGIA							791.512.444	
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>								
752 ENERGIA ELETRICA							791.512.444	
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>								
0273 LUZ PARA TODOS							2.500.000	
0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA							30.350.000	
0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE							91.389.803	
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL							33.823.341	
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE							294.096.751	
0297 ENERGIA NA REGIAO NORTE							138.800.000	
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO SETOR DE ENERGIA							1.855.000	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO							56.805.088	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS							141.592.461	
1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL							300.000	
<b>QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS</b>								
32201 CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL							1.855.000	
32204 ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR							107.646.141	
32223 CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.							37.628.620	
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.							182.000.000	
32225 ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.							13.284.500	
32226 COMPANHIA HIDRO ELETRICA DO SAO FRANCISCO							89.937.728	
32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.							194.132.637	
32267 COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE							5.650.106	
32268 COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS							6.889.628	
32270 CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON							6.459.467	
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.							3.928.976	
32273 MANAUS ENERGIA S.A.							111.200.000	
32276 COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA							16.379.641	
32277 COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM							14.500.000	
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>								
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO							791.512.444	
<b>TOTAL</b>							<b>791.512.444</b>	
<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>								
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO							475.553.629	
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS							371.053.629	
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA							371.053.629	
6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO							104.500.000	
6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA							104.500.000	
<b>TOTAL DA RECEITA</b>							<b>475.553.629</b>	
			RECEITAS CORRENTES	371.053.629	RECEITAS DE CAPITAL	104.500.000		

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 1.855.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 1.855.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA | 1.855.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DO SETOR DE ENERGIA | 1.855.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 1.855.000

TOTAL | 1.855.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 1.855.000  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 1.855.000  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA | 1.855.000  
TOTAL DA RECEITA 1.855.000 RECEITAS CORRENTES 1.855.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32201 - CENTRO DE PESQUISAS DE ENERGIA ELETRICA - CEPEL

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	ESF	IND	RP	MOD	I	U	FTE	VALOR
0476 DESENVOLVIMENTO TECNOLOGICO DO SETOR DE ENERGIA										1.855.000
ATIVIDADES										
25	752	0476 2745								1.855.000
25	752	0476 2745 0001								1.855.000
		PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS								1.855.000
		PESQUISA DE TECNOLOGIA AVANÇADA NO CAMPO DOS EQUIPAMENTOS E SISTEMAS ELÉTRICOS - NACIONAL								1.855.000
		PESQUISA REALIZADA (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495		1.855.000
TOTAL - INVESTIMENTO										1.855.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 107.666.141

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA | 107.666.141

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA | 107.666.141

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE | 101.819.945  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 5.846.196

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 107.666.141

TOTAL | 107.666.141

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 107.666.141  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 107.666.141  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA | 107.666.141  
TOTAL DA RECEITA 107.666.141 RECEITAS CORRENTES 107.666.141 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32204 - ELETROBRAS TERMONUCLEAR S.A. - ELETRONUCLEAR

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	ES.F.	DZ	RP	MOD	I	U	FTE	VALOR
<b>0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE</b>										<b>101.819.94</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 752	0296 4477	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ)								25.744.671
25 752	0296 4477 0033	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO DE ENERGIA TERMONUCLEAR DE ANGRA I E II (RJ) - NO ESTADDO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495		25.744.671
25 752	0296 6486	USINA TERMONUCLEAR ANGRA III (RJ)								61.644.237
25 752	0296 6486 0033	USINA TERMONUCLEAR ANGRA III (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495		61.644.237
<b>PROJETOS</b>										
25 752	0296 1853	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ)								14.431.033
25 752	0296 1853 0033	SUBSTITUICAO DE GRUPO DE GERADORES DE VAPOR DA USINA DE ANGRA I (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GERADOR SUBSTITUIDO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0	495		14.431.033
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>										<b>5.846.196</b>
<b>ATIVIDADES</b>										
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS								1.398.705
25 752	0807 4102 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495		1.398.705
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								4.447.491
25 752	0807 4103 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	1	4 - INV	2	90	0	495		4.447.491
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>										<b>107.666.141</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELETRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 37.628.620

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
25 ENERGIA

37.628.620

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
752 ENERGIA ELETRICA

37.628.620

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0296 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA  
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL  
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

19.000.000  
13.500.000  
5.128.620

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

37.628.620

TOTAL

37.628.620

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO  
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS  
6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA  
TOTAL DA RECEITA

23.628.620  
23.628.620  
23.628.620  
0

23.628.620 RECEITAS CORRENTES 23.628.620 RECEITAS DE CAPITAL

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32223 - CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00							
FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C D Z	R P	M O D	I U	F T E	VALOR	
0276		GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA								19.000.000
		PROJETOS								
25	752	0276 3427	ESTUDOS DE INVENTÁRIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO E DE TRANSMISSÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA						19.000.000	
25	752	0276 3427 0010	ESTUDOS DE INVENTÁRIO E PROJETOS DE VIABILIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE GERAÇÃO E DE TRANSMISSÃO NA REGIÃO AMAZÔNICA - NA REGIÃO NORTE						19.000.000	
			1	4 - INV	2	90	0	495	19.000.000	
0295		ENERGIA NA REGIÃO SUL								13.500.000
		PROJETOS								
25	752	0295 5115	INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS BRASILEIRO E URUGUAIANO ATRAVÉS DA CONVERSORA DE RIVERA (RESSARCIMENTO DE 50% DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA ESTADAL URUGUAIANA USINAS Y TRANSMISIONES ELECTRICAS - UTE)						13.500.000	
25	752	0295 5115 0040	INTERLIGAÇÃO DOS SISTEMAS ELÉTRICOS BRASILEIRO E URUGUAIANO ATRAVÉS DA CONVERSORA DE RIVERA (RESSARCIMENTO DE 50% DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS PELA EMPRESA ESTADAL URUGUAIANA USINAS Y TRANSMISIONES ELECTRICAS - UTE) - NA REGIÃO SUL						13.500.000	
			1	4 - INV	2	90	0	495	13.500.000	
0807		INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO								5.128.620
		ATIVIDADES								
25	752	0807 4101	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS						1.000.000	
25	752	0807 4101 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL						1.000.000	
			1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000	
25	752	0807 4102	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS						4.128.620	
25	752	0807 4102 0001	MANUTENÇÃO E ADEQUAÇÃO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL						4.128.620	
			1	4 - INV	2	90	0	495	4.128.620	
		TOTAL - INVESTIMENTO								37.628.620

ORGÃO : 32000 - MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)		CRÉDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00	
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 182.000.000			
QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA		182.000.000	
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA		182.000.000	
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS			
0273 LUZ PARA TODOS		2.500.000	
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA		7.800.000	
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE		6.000.000	
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE		138.800.000	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		15.000.000	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		11.900.000	
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		182.000.000	
TOTAL		182.000.000	



QUADRO SÍNTESE POR RECEITA				
6.0.0.0.00.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			45.200.000
6.1.0.0.00.00	RECURSOS PRÓPRIOS			45.200.000
6.1.1.0.00.00	GERAÇÃO PRÓPRIA			45.200.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>45.200.000</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>45.200.000</b>	<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>
				0

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									2.500.000
PROJETOS									
25 752	0273 1048	ATENDIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AS COMUNIDADES ISOLADAS							2.500.000
25 752	0273 1048 0001	ATENDIMENTO DE ENERGIA ELETRICA AS COMUNIDADES ISOLADAS - NACIONAL							2.500.000
		AÇÃO IMPLEMENTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	2.500.000
0276 GESTÃO DA POLÍTICA DE ENERGIA									7.800.000
ATIVIDADES									
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA							3.900.000
25 752	0276 6508 0010	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA GERAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA - NA REGIÃO NORTE							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
25 752	0276 6510	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA							3.900.000
25 752	0276 6510 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIAÇÃO DA TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA - NACIONAL							3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	3.900.000
0296 ENERGIA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE									6.000.000
PROJETOS									
25 752	0296 1887	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA)							6.000.000
25 752	0296 1887 0051	EXPANSÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSÃO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA) - NO ESTADO DO MATO GROSSO							6.000.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
0297 ENERGIA NA REGIÃO NORTE									138.800.000
ATIVIDADES									
25 752	0297 4462	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA							3.000.000
25 752	0297 4462 0010	MANUTENÇÃO DE SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELETRICA NA REGIÃO NORTE							3.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	3.000.000
PROJETOS									
25 752	0297 1829	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ITAITUBA (PA) - PARINTINS /BARREIRINHA /MAUES /BOA VISTA DO RAMOS (AM)							40.000.000
25 752	0297 1829 0002	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO ITAITUBA (PA) - PARINTINS /BARREIRINHA /MAUES /BOA VISTA DO RAMOS (AM) - NA REGIÃO NORTE							40.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	40.000.000

25 752	0297 10EF	IMPLANTACAO DE LINHA DE TRANSMISSAO OIAPOQUE - CALCOENE NO ESTADO DO AMAPA								29.000.000
25 752	0297 10EF 0004	IMPLANTACAO DE LINHA DE TRANSMISSAO OIAPOQUE - CALCOENE NO ESTADO DO AMAPA - NO ESTADO DO AMAPA								29.000.000
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 32	1	4 - INV	2	90	0	495		29.000.000
25 752	0297 1109	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO PARA								50.000.000
25 752	0297 1109 0002	IMPLANTACAO DE SISTEMAS DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO PARA - NO ESTADO DO PARA								50.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (UNIDADE) 2	1	4 - INV	2	90	0	495		50.000.000
25 752	0297 1907	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA)								3.900.000
25 752	0297 1907 0015	ESTUDO DE VIABILIDADE DE IMPLANTACAO DA USINA HIDRELETRICA DE BELO MONTE (PA) - NO ESTADO DO PARA								3.900.000
		ESTUDO REALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 30	1	4 - INV	2	90	0	495		3.900.000
25 752	0297 7096	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO								12.900.000
25 752	0297 7096 0001	INTERLIGACAO ELETRICA DO SISTEMA ISOLADO ACRE/RONDONIA A REDE BASICA NACIONAL EM MATO GROSSO - NACIONAL								12.900.000
		SISTEMA DE TRANSMISSAO IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0	495		12.900.000

**0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 15.000.000**

		ATIVIDADES								
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS								10.000.000
25 752	0807 4101 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NA REGIAO NORTE								10.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495		10.000.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO								5.000.000
25 752	0807 4103 0010	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO NORTE								5.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495		5.000.000

**1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 11.900.000**

		PROJETOS								
25 752	1042 1042	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA								7.000.000
25 752	1042 1042 0014	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA								7.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 6	1	4 - INV	2	90	0	495		7.000.000
25 752	1042 3366	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA								4.900.000
25 752	1042 3366 0014	IMPLANTACAO DE REFORCOS NA SUBESTACAO BOA VISTA PARA REPASSE DE ENERGIA ELETRICA AO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE RORAIMA - NO ESTADO DE RORAIMA								4.900.000
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 12	1	4 - INV	2	90	0	495		4.900.000

**TOTAL - INVESTIMENTO 182.000.000**

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO B  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 13.284.500

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 13.284.500

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCIONES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 13.284.500

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA | 3.550.000  
 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL | 3.943.700  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 5.790.800

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		13.284.500
<b>TOTAL</b>		<b>13.284.500</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32225 - ELETROSUL CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	D Z C	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0276 GESTAO DA POLITICA DE ENERGIA</b>									<b>3.550.000</b>
ATIVIDADES									
25 752	0276 6508	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELÉTRICA							3.550.000
25 752	0276 6508 0001	ESTUDOS DE VIABILIDADE PARA AMPLIACAO DA GERACAO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL							3.550.000
		ESTUDO REALIZADO (UNIDADE)	1	4 - INV	2	90	0	495	3.550.000
<b>0295 ENERGIA NA REGIAO SUL</b>									<b>3.943.700</b>
ATIVIDADES									
25 752	0295 4471	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELÉTRICA							462.800
25 752	0295 4471 0001	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL							462.800
			1	4 - INV	2	90	0	495	462.800
PROJETOS									
25 752	0295 121Q	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELÉTRICA							3.480.900
25 752	0295 121Q 0040	IMPLANTACAO DO COMPLEXO HIDRELÉTRICO SAO BERNARDO PARA A GERACAO DE ENERGIA ELÉTRICA - NA REGIAO SUL							3.480.900
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 3	1	4 - INV	2	90	0	495	3.480.900
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>5.790.800</b>
ATIVIDADES									
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							2.938.200
25 752	0807 4102 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NA REGIAO SUL							2.938.200
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.938.200
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.852.600
25 752	0807 4103 0040	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NA REGIAO SUL							2.852.600
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.852.600
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>13.284.500</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32226 - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SAO FRANCISCO

ANEXO II PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) CREDITO SUPLEMENTAR RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 89.937.728

QUADRO SÍNTESE POR FUNCÕES 25 ENERGIA		89.937.728
--	--	------------

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELÉTRICA		89.937.728
---	--	------------

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		84.800.175 5.137.553
--	--	-------------------------

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		89.937.728
--	--	------------



		NORDESTE		1   4 - INV   2   90   0   495		2.537.553
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>						<b>89.937.728</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 194.132.637

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA	194.132.637
--	-------------

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA	194.132.637
---	-------------

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	186.276.806 7.855.831
--	--------------------------

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO	194.132.637
--	-------------

<b>TOTAL</b>	<b>194.132.637</b>
--------------	--------------------

QUADRO SINTESE POR RECEITA 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA TOTAL DA RECEITA	62.629.957 62.629.957 62.629.957 62.629.957	RECEITAS CORRENTES	62.629.957	RECEITAS DE CAPITAL	0
---	--	--------------------	------------	---------------------	---

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R F	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE</b>									<b>186.276.806</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 752	0296 2194	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS							7.758.256
25 752	0296 2194 0030	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE SÃO PAULO E DE MINAS GERAIS - NA REGIÃO SUDESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	7.758.256
25 752	0296 2200	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL							15.406.226
25 752	0296 2200 0050	REFORÇOS NO SISTEMA DE TRANSMISSÃO NA ÁREA DOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO E DO DISTRITO FEDERAL - NA REGIÃO CENTRO-OESTE	1	4 - INV	2	90	0	495	15.406.226
25 752	0296 4469	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERACÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							15.405.579
25 752	0296 4469 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE GERACÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	15.405.579
25 752	0296 4478	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE							26.762.397
25 752	0296 4478 0001	MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NAS REGIÕES SUDESTE E CENTRO-OESTE - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	26.762.397
25 752	0296 8549	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERACÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA							10.744.153
25 752	0296 8549 0001	PRESERVAÇÃO E CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE EMPREENDIMENTOS DE GERACÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - NACIONAL	1	4 - INV	2	90	0	495	10.744.153



		PROJETOS						
25 752	0296 3288	OBRAS COMPLEMENTARES NA AREA DO RESERVATORIO DO APROVEITAMENTO MULTIPLO DE MANSO NO ESTADO DE MATO GROSSO					1.469.390	
25 752	0296 3288 0051	OBRAS COMPLEMENTARES NA AREA DO RESERVATORIO DO APROVEITAMENTO MULTIPLO DE MANSO NO ESTADO DE MATO GROSSO - NO ESTADO DO MATO GROSSO					1.469.390	
		OBRAS EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0 495 1.469.390	
25 752	0296 3292	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG)					71.302.833	
25 752	0296 3292 0031	MODERNIZACAO DA UHE FURNAS DE 1.200 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					71.302.833	
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 10	1	4 - INV	2	90	0 495 71.302.833	
25 752	0296 3302	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW (MG)					4.262.101	
25 752	0296 3302 0031	MODERNIZACAO DA UHE MASCARENHAS DE MORAES COM 476 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					4.262.101	
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA) 2	1	4 - INV	2	90	0 495 4.262.101	
25 752	0296 3360	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II)					11.226.465	
25 752	0296 3360 0001	SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ITAIPU (PR) - SAO PAULO (SP) (REFORÇOS NAS TORRES DA LT 750 KV FOZ - IVAIPORA, LT IVAIPORA - ITABERA I E II E NA LT ITABERA - TIJUCO PRETO I E II) - NACIONAL					11.226.465	
		OBRAS EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 34	1	4 - INV	2	90	0 495 11.226.465	
25 752	0296 3414	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELÉTRICA SANTA CRUZ - FASE I - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ)					11.286.330	
25 752	0296 3414 0033	IMPLANTACAO DE CICLO COMBINADO NA USINA TERMELÉTRICA SANTA CRUZ - FASE I - COM ACRESCIMO DE 350 MW (RJ) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO					11.286.330	
		OBRAS EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 1	1	4 - INV	2	90	0 495 11.286.330	
25 752	0296 5361	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO CACHOEIRA PAULISTA - ADRIANOPOLIS - 3º CIRCUITO (500 KV - 177 KM) - (SP/RJ)					4.303.076	
25 752	0296 5361 0030	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO CACHOEIRA PAULISTA - ADRIANOPOLIS - 3º CIRCUITO (500 KV - 177 KM) - (SP/RJ) - NA REGIAO SUDESTE					4.303.076	
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0 495 4.303.076	
25 752	0296 7066	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG)					6.350.000	
25 752	0296 7066 0031	MODERNIZACAO DA UHE LUIZ CARLOS BARRETO DE CARVALHO COM 1.050 MW (MG) - NO ESTADO DE MINAS GERAIS					6.350.000	
		USINA MODERNIZADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0 495 6.350.000	
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>							<b>7.855.831</b>	
		ATIVIDADES						
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS					1.156.464	
25 752	0807 4101 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NACIONAL					1.156.464	
			1	4 - INV	2	90	0 495 1.156.464	
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS					1.256.435	
25 752	0807 4102 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NACIONAL					1.256.435	
			1	4 - INV	2	90	0 495 1.256.435	
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO					5.442.932	
25 752	0807 4103 0001	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NACIONAL					5.442.932	
			1	4 - INV	2	90	0 495 5.442.932	
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>							<b>194.132.637</b>	

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 5.650.106

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	25 ENERGIA	:	5 650.106
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	752 ENERGIA ELETRICA		5.650.106
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		1.800.000
	1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS		3.850.106
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		5 650.106
TOTAL			5 650.106
QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		5.150.106
	4.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS		5.150.106
	6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA		5.150.106
TOTAL DA RECEITA	5.150.106 RECEITAS CORRENTES	5.150.106 RECEITAS DE CAPITAL	0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32267 - COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ACRE

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	F	S	F	U	Z	R	P	M	O	D	I	U	F	T	E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO																		1.800.000
ATIVIDADES																		
25	752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS															1.300.000
25	752	0807 4102 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO ACRE															1.300.000
			1			4	- INV	2		90			0		495			1.300.000
25	752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO															500.000
25	752	0807 4103 0012	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO ACRE															500.000
			1			4	- INV	2		90			C		495			500.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS																		3.850.106
PROJETOS																		
25	752	1042 3367	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE															3.850.106
25	752	1042 3367 0012	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ACRE - NO ESTADO DO ACRE REDE AMPLIADA (KM) 40															3.850.106
			1			4	- INV	2		90			0		495			3.850.106
TOTAL - INVESTIMENTO																		5.650.106

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.889.628

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES	25 ENERGIA		6.889.628
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES	752 ENERGIA ELETRICA		6.889.628
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE		6.589.628
	1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL		300.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	6.889.628
<b>TOTAL</b>	<b>6.889.628</b>

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	5.789.628
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	5.789.628
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	5.789.628
TOTAL DA RECEITA	0
5.789.628 RECEITAS CORRENTES	5.789.628 RECEITAS DE CAPITAL

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32268 - COMPANHIA ENERGETICA DE ALAGOAS

**ANEXO II** CREDITO SUPLEMENTAR  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	ESF	GN D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0294 ENERGIA NA REGIAO NORDESTE</b>									<b>6.589.628</b>
<b>PROJETOS</b>									
25 752	0294 3375	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DE ALAGOAS (69 KV)							954.018
25 752	0294 3375 0027	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO NO ESTADO DE ALAGOAS (69 KV) - NO ESTADO DE ALAGOAS LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 55	1	4 - INV	2	90	0	495	954.018
25 752	0294 3409	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM ALAGOAS							5.635.610
25 752	0294 3409 0027	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM ALAGOAS - NO ESTADO DE ALAGOAS REDE AMPLIADA (KM) 200	1	4 - INV	2	90	0	495	5.635.610
<b>1044 ENERGIA ALTERNATIVA RENOVAVEL</b>									<b>300.000</b>
<b>ATIVIDADES</b>									
25 752	1044 4893	ESTUDO DE VIABILIDADE DE PROJETOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDROELETRICAS (PCHS) E DE APROVEITAMENTO DE FONTES ENERGETICAS ALTERNATIVAS (EOLICA E BIOMASSA)							300.000
25 752	1044 4893 0027	ESTUDO DE VIABILIDADE DE PROJETOS DE PEQUENAS CENTRAIS HIDROELETRICAS (PCHS) E DE APROVEITAMENTO DE FONTES ENERGETICAS ALTERNATIVAS (EOLICA E BIOMASSA) - NO ESTADO DE ALAGOAS ESTUDO REALIZADO (UNIDADE) 1	1	4 - INV	2	90	0	495	300.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>6.889.628</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

**ANEXO II** CREDITO SUPLEMENTAR  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)** RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 6.459.467

QUADRO SÍNTESE POR FUNCOES	
25 ENERGIA	6.459.467

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNCOES	
752 ENERGIA ELTRICA	6.459.467

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS	
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO	2.200.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	4.259.467

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	6.459.467

<b>TOTAL</b>	<b>6.459.467</b>
--------------	------------------

QUADRO SÍNTESE POR RECEITA	
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	2.724.475
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS	2.724.475
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA	2.724.475
TOTAL DA RECEITA	0
2.724.475 RECEITAS CORRENTES	2.724.475 RECEITAS DE CAPITAL

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32270 - CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S.A. - CERON

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	C N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>2.200.000</b>
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.200.000
25 752	0807 4101 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	1.200.000
25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							1.000.000
25 752	0807 4102 0011	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>									<b>4.259.467</b>
ATIVIDADES									
25 752	1042 4881	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA							500.000
25 752	1042 4881 0011	MANUTENCAO DO SISTEMA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DE RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA	1	4 - INV	2	90	0	495	500.000
PROJETOS									
25 752	1042 3381	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA							3.759.467
25 752	1042 3381 0011	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM RONDONIA - NO ESTADO DE RONDONIA LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 49	1	4 - INV	2	90	0	495	3.759.467
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>6.459.467</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 3.928.976

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 3.928.976

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 3.928.976

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 3.646.088  
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS | 282.888

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 3.928.976

TOTAL | 3.928.976

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 3.408.976  
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 3.408.976  
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA | 3.408.976  
 TOTAL DA RECEITA 3.408.976 RECEITAS CORRENTES 3.408.976 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>3.646.088</b>
			ATIVIDADES						
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							3.646.088
25 752	0807 4101 0014	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DE RORAIMA	1	4 - INV	2	90	0	495	3.646.088
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>									<b>282.888</b>
			ATIVIDADES						
25 752	1042 2789	MANUTENCAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA							282.888
25 752	1042 2789 0014	MANUTENCAO DO SISTEMA DE SUBTRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA	1	4 - INV	2	90	0	495	282.888
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>3.928.976</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 111.200.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 111.200.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 111.200.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 2.000.000  
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS | 109.200.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 111.200.000

TOTAL | 111.200.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 104.500.000  
 6.9.0.0.00.00 OUTROS RECURSOS DE LONGO PRAZO | 104.500.000  
 6.9.2.0.00.00 CONTROLADORA | 104.500.000  
 TOTAL DA RECEITA 104.500.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 104.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32273 - MANAUS ENERGIA S.A.

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	J U	F T E	VALOR
<b>0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO</b>									<b>2.000.000</b>
			ATIVIDADES						
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.000.000
25 752	0807 4101 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000



25 752	0807 4102	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS							600.000
25 752	0807 4102 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS MOVEIS, VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	600.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							400.000
25 752	0807 4103 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	400.000
<b>1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS</b>									<b>109.200.000</b>
		<b>ATIVIDADES</b>							
25 752	1042 2218	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS							6.000.000
25 752	1042 2218 0013	MANUTENCAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
25 752	1042 2224	MANUTENCAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS							1.000.000
25 752	1042 2224 0013	MANUTENCAO DE REDE RURAL DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
25 752	1042 4886	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO EM MANAUS (AM)							200.000
25 752	1042 4886 0013	MANUTENCAO DO SISTEMA DE TRANSMISSAO E SUBTRANSMISSAO EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	200.000
25 752	1042 869Q	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO HIDRAULICA DE ENERGIA ELETRICA EM BALBINA (AM)							2.000.000
25 752	1042 869Q 0013	MANUTENCAO DO SISTEMA DE GERACAO HIDRAULICA DE ENERGIA ELETRICA EM BALBINA (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
		<b>PROJETOS</b>							
25 752	1042 3263	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA DE MANAUS (AM)							10.100.000
25 752	1042 3263 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO DE ENERGIA ELETRICA DE MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	10.100.000
		PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 14							10.100.000
25 752	1042 3398	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (AM)							20.000.000
25 752	1042 3398 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO EM MANAUS (AM) NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	20.000.000
		LINHA DE TRANSMISSAO IMPLANTADA (KM) 78							20.000.000
25 752	1042 3410	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM)							5.000.000
25 752	1042 3410 0013	AMPLIACAO DE REDE URBANA DE DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA EM MANAUS (AM) - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	5.000.000
		REDE AMPLIADA (KM) 166							5.000.000
25 752	1042 7110	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO TERMELETRICA EM MANAUS							64.900.000
25 752	1042 7110 0013	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DE GERACAO TERMELETRICA EM MANAUS - NO ESTADO DO AMAZONAS	1	4 - INV	2	90	0	495	64.900.000
		USINA IMPLANTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 19							64.900.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>111.200.000</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 16.379.641

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 16.379.641

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 16.379.641

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0295 ENERGIA NA REGIAO SUL | 16.379.641

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 16.379.641

TOTAL | 16.379.641

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 16.049.641  
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 16.049.641  
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 16.049.641  
 TOTAL DA RECEITA 16.049.641 RECEITAS CORRENTES 16.049.641 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32276 - COMPANHIA DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0295 ENERGIA NA REGIAO SUL									16.379.641
PROJETOS									
25 752	0295 3380	ADEQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS)							16.379.641
25 752	0295 3380 0043	ADEQUACAO AMBIENTAL DA USINA TERMELETRICA PRESIDENTE MEDICI, FASES A E B, EM CANDIOTA (RS) - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL							16.379.641
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA) 19	1	4 - INV	2	90	0	495	16.379.641
TOTAL - INVESTIMENTO									16.379.641

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO II CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 14.500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 14.500.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 14.500.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO 2.400.000  
 1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS 12.100.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 14.500.000

TOTAL | 14.500.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
 6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO 14.500.000  
 6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS 14.500.000  
 6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA 14.500.000  
 TOTAL DA RECEITA 14.500.000 RECEITAS CORRENTES 14.500.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32277 - COMPANHIA ENERGETICA DO AMAZONAS - CEAM

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO SUPLEMENTAR  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.400.000
ATIVIDADES									
25 752	0807 4101	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS							1.400.000
25 752	0807 4101 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE BENS IMOVEIS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	1.400.000
25 752	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							1.000.000
25 752	0807 4103 0013	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									12.100.000
ATIVIDADES									
25 752	1042 2208	MANUTENCAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM							1.000.000
25 752	1042 2208 0013	MANUTENCAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
PROJETOS									
25 752	1042 1167	AMPLIACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM							1.000.000
25 752	1042 1167 0013	AMPLIACAO DE REDE DE DISTRIBUICAO URBANA DE ENERGIA ELETRICA NA AREA DE CONCESSAO DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
		REDE AMPLIADA (KM) 11							
25 752	1042 1183	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW							2.900.000
25 752	1042 1183 0013	REVITALIZACAO DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA DA CEAM DE 71,2 KW - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	2.900.000
		PARQUE DE GERACAO REVITALIZADO (% DE EXECUCAO FISICA) 8							
25 752	1042 1721	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM							200.000
25 752	1042 1721 0013	IMPLANTACAO DE OLEODUTOS E INSTALACAO DE TANQUES DE ARMAZENAMENTO DE COMBUSTIVEIS NAS USINAS DA CEAM - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	200.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA)							
25 752	1042 3267	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO AMAZONAS							6.000.000
25 752	1042 3267 0013	AMPLIACAO DA CAPACIDADE DO PARQUE DE GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA NO ESTADO DO AMAZONAS - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	6.000.000
		CAPACIDADE DE GERACAO AMPLIADA (% DE EXECUCAO FISICA) 11							
25 752	1042 3277	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA							1.000.000
25 752	1042 3277 0013	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO PELA GERACAO TERMICA DE ENERGIA ELETRICA - NO ESTADO DO AMAZONAS	I	4 - INV	2	90	0	495	1.000.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 5							
TOTAL - INVESTIMENTO									14.500.000

**MENSAGEM Nº 360**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 86/2005/MP

Brasília, 13 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de V. Ex<sup>a</sup>, em conformidade com o prescrito no art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo projeto de lei, que abre ao Orçamento de Investimento para 2005 (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 (quatrocentos e cinquenta e três milhões, seiscentos e trinta e oito mil e duzentos e setenta e sete reais), em favor de diversas empresas, e, ao mesmo tempo, reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais), para atendimento de pleitos dos respectivos ministérios supervisores.

2. Os créditos ora solicitados têm por finalidade reforçar e adequar as dotações orçamentárias das respectivas empresas, em decorrência de novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício.

3. A seguir, a destinação, por empresa, dos referidos créditos, bem como as respectivas fontes de financiamento:

**a)** Banco da Amazônia S.A. – BASA – R\$82.521.582,00, sendo:

– R\$30.673.199,00 destinados ao programa “Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais”, para aplicação na manutenção da infra-estrutura de atendimento, na instalação e na modernização de agências na sua área de atuação; e

– R\$ 51.848.383,00 destinados ao programa “Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio”, para aplicação

na manutenção e adequação de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos e de ativos de informática, informação e teleprocessamento.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos da própria empresa.

**b)** Banco do Brasil S.A. – BB – R\$2.486.570,00 destinados ao programa “Ampliação e Modernização das Instituições Financeiras Oficiais”, para aplicação na modernização de agências na sua área de atuação.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos da própria empresa.

**c)** Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS – R\$14.000.000,00 para suplementação ao projeto aquisição da sede da empresa na Cidade do Rio de Janeiro (RJ).

Os recursos necessários à realização do referido investimento são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**d)** Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE – R\$136.800.000,00, sendo:

– R\$4.800.000,00 para “Expansão de Sistema de Transmissão Associado a UHE Tucuruí, no Estado do Maranhão (acréscimo de aproximadamente 120 km de linha de transmissão e de 695 MVA de transformação de potência em subestações)”;

– R\$4.000.000,00 destinados à “Expansão de Sistema de Transmissão no Estado do Pará Associado a UHE Tucuruí (acréscimo de 1.582 MVA nas subestações associadas)”;

– R\$115.000.000,00 para “Ampliação da Capacidade de Geração da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – 2ª Etapa – de 4.245 para 8.370 MW”, no Estado do Pará;

– R\$10.000.000,00 destinados à “Expansão do Sistema de Transmissão Acre/Rondonia”;

– R\$ 3.000.000,00 para “Implantação de Sistema de Transmissão no Amapá”.

Os recursos necessários à realização dos referidos investimentos são provenientes de cancelamento

de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- e) ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.**  
– R\$20.676.000,00, sendo:  
– R\$19.643.000,00 para a ação “Ampliação de Sistema de Transmissão no Sul (38 km e reforços em 9 subestações)”, na região Sul; e  
– R\$1.033.000,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, na região Sul.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- f) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF – R\$7.486.643,00, sendo:**  
– R\$1.386.437,00 destinados à ação “Estudos de Viabilidade para Ampliação da Geração de Energia Elétrica”, na região Nordeste; e  
– R\$6.100.206,00 para “Implantação de Sistema de Transmissão Presidente Dutra (MA) – Teresina – Fortaleza II (LT de 500 Kv – 1º circuito P. Dutra/Fortaleza, aproximadamente 750 km, 2º circuito emergencial P. Dutra/Teresina, aproximadamente 210 km e 3 subestações associadas, com 2.550 MVA)”.

Os recursos necessários à realização do referido investimento são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- g) Furnas – Centrais Elétricas S.A. – R\$131.502.680,00, sendo:**  
– R\$111.443.337,00 para a ação “Reforços no Sistema de Transmissão na área dos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo”, na região Sudeste; e  
– R\$20.059.343,00 para “Implantação de Sistema de Transmissão Ouro Preto -Vitória (345 Kv – 370 km) – (MG/ES), na região Sudeste”.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- h) Companhia de Eletricidade do Acre – ELETROACRE – R\$500.000,00 destinados à**

“Manutenção e Adequação de Bens Imóveis”, no Estado do Acre.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

- i) Companhia Energética de Alagoas – CEAL – R\$1.100.000,00 destinados à “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado de Alagoas.**

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotação aprovada para outros projetos da própria empresa.

- j) Companhia Energética do Piauí – CEPISA – R\$45.279.810,00, sendo:**  
– R\$23.720.010,00 destinados à “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz Para Todos”, no Estado do Piauí;  
– R\$13.468.070,00 para a ação “Implantação de Sistema de Transmissão no Piauí”;  
– R\$6.382.030,00 destinados à “Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica no Piauí”, e  
– R\$1.709.700,00 destinados a ações do Programa “Investimentos das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio”, no Estado do Piauí.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de geração própria, de recursos para aumento do patrimônio líquido e de outros recursos de longo prazo.

- k) Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – CERON – R\$3.734.992,00, sendo:**  
– R\$1.000.000,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado de Rondônia”, e  
– R\$2.734.992,00 destinados à “Ampliação de Rede Urbana de Distribuição de Energia Elétrica em Rondônia”.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.



**l) Boa Vista Energia S.A. – BOVESA – R\$520.000,00, sendo:**

– R\$270.000,00 para a ação “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado de Roraima; e

– R\$250.000,00 destinados à ação “Manutenção de Sistema de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista”, no Estado de Roraima.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**m) Manaus Energia S.A. – R\$6.700.000,00, sendo:**

– R\$1.000.000,00 destinados à “Ampliação da Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica – Luz para Todos”, no Município de Manaus (AM);

– R\$5.700.000,00 para “Implantação do Sistema de Transmissão, Subtransmissão e Transformação da SE, ligando Manaus a Iranduba, Manacapuru e Novo Airão (AM)”, no Estado do Amazonas.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

**n) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica – CGTEE – R\$330.000,00 destinados à ação “Estudos para Transformação da Usina Termelétrica de São Jerônimo, 20 MW, em Unidade Geradora de Energia Competitiva”, no Estado do Rio Grande do Sul.**

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades da própria empresa.

4. A suplementação solicitada pelas empresas acima relacionadas possibilitará a realização de investimentos nos respectivos projetos/atividades, de modo especial a assegurar o fornecimento de energia elétrica ao mercado consumidor, e corresponde ao valor mínimo necessário para a consecução dos empreendimentos prioritários pelas referidas empresas.

5. Com a abertura deste crédito, ocorrerá redução líquida de R\$350.717.421,00 (trezentos e

cinquenta milhões, setecentos e dezessete mil e quatrocentos e vinte e um reais) no Orçamento de Investimento para 2005, uma vez que está sendo proposto neste projeto de lei cancelamento de dotações no valor total de R\$804.355.698,00 (oitocentos e quatro milhões, trezentos e cinquenta e cinco mil e seiscentos e noventa e oito reais), em outros projetos/atividades. Segundo as empresas, essa redução está em consonância com as prioridades estabelecidas para o corrente exercício e não comprometerá o desempenho das suas atividades, uma vez que está ocorrendo apenas adequação dos cronogramas de desembolso dos respectivos projetos/atividades em 2005.

6. Quanto à geração da meta global de Resultado Primário pelas Empresas Estatais Federais para 2005, fixada no Anexo IX ao Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, no montante de R\$15.103.319.000,00, equivalente a 0,77% do Produto Interno Bruto – PIB, cabe esclarecer que não será comprometida com a abertura do crédito ora proposto, uma vez que a mencionada redução líquida nos investimentos permitirá atingir o superávit estabelecido para este segmento de Governo após a aprovação do Orçamento de Investimento para o corrente ano.

7. São essas as razões que me levam a propor a Vossa Excelência o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo projeto de lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

Aviso nº 580 – C. Civil.

Em 14 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro Secretário do Senado Federal  
**Assunto:** Projeto de lei.

Senhor Primeiro Secretário,  
Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República relativa ao projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito suplementar no valor total de R\$453.638.277,00 e reduz o Orçamento de Investimento de diversas empresas no valor global de R\$804.355.698,00, para os fins que especifica”.

Atenciosamente, – **José Dirceu de Oliveira e Silva,** Ministro de Estado-Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

**LEGISLAÇÃO CITADA****LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005.**Mensagem de veto

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.

**DECRETO Nº 5.379 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005.**Vide texto compilado

Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

ANEXO IX  
RESULTADO PRIMÁRIO DAS EMPRESAS ESTATAIS FEDERAIS  
(Redação dada pelo Decreto nº 5.463, de 2005)

- - R\$ mil

DISCRIMINAÇÃO	VALORES ACUMULADOS	
	QUADRIMESTRES	
	II	III
A - Grupo ELETROBRÁS (I-II+III-IV)	1.025.782	1.612.69
I - Receitas	19.196.454	29.083.57
II - Despesas	18.142.121	28.288.43
Investimentos	2.581.977	4.218.71
Demais Despesas	15.560.144	24.069.71
III - Ajuste Competência/Caixa	520.760	1.580.42
IV - Juros	549.311	762.86
B - Grupo PETROBRÁS (I-II+III-IV)	3.715.219	9.495.60
I - Receitas	104.738.835	162.327.708
II - Despesas	94.309.807	149.410.536
Investimentos	12.571.705	18.985.812
Demais Despesas	81.738.102	130.424.726
III - Ajuste Competência/Caixa	(7.318.699)	(4.480.768)
IV - Juros	(604.890)	(1.062.198)

C - ITAIPU (I-II+III-IV)	2.977.666	4.690.770
I - Receitas	4.794.687	7.240.591
II - Despesas	3.111.188	4.736.907
Investimentos	700.644	1.062.669
Demais Despesas	2.410.544	3.674.238
III - Ajuste Competência/Caixa	(776.974)	(950.006)
IV - Juros	(2.071.141)	(3.137.092)
D - Demais empresas (I-II+III-IV-V)	(434.310)	(610.492)
I - Receitas	12.486.148	20.514.556
II - Despesas	13.591.952	20.772.814
Investimentos	729.503	1.008.787
Demais Despesas	12.862.449	19.764.027
III - Ajuste Competência/Caixa	442.275	(689.877)
IV - Juros	(229.219)	(337.643)
V - Transferências Itaipu		
RESULTADO PRIMÁRIO EMPRESAS ESTATAIS (A+B+C+D)	7.284.357	15.191.57

**DECRETO Nº 5.463, DE 13 DE JUNHO DE 2005.**

Altera os Anexos V, VI, VIII, IX e X do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto no § 1º do art. 9º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e no § 1º do art. 71 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004,

**DECRETA:**

Art. 1º Os Anexos V, VI, VIII, IX e X do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III, IV e V deste Decreto, respectivamente.

Art. 2º A demonstração da compatibilidade entre os limites de pagamento e o cumprimento da meta de superávit primário, de que trata o art. 71, § 1º, inciso IV, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, consta do Anexo V deste Decreto.

Art. 3º A reserva de que trata a alínea "a" e o valor constante da alínea "b" do inciso I do art. 12 do Decreto nº 5.379, de 2005, ficam acrescidos de R\$ 772.490.000,00 (setecentos e setenta e dois milhões, quatrocentos e noventa mil reais).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 13 de junho de 2005; 184ª da Independência e 117ª da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
Murilo Portugal Filho  
Paulo Bernardo Silva

**PROJETO DE LEI Nº 8, DE 2005-CN**

**Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00, para os fins que especifica.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento de Investimento (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005) crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00 (trinta e oito milhões e dez mil reais), em favor de diversas empre-

sas estatais, para atender à programação constante do Anexo I a esta Lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º são oriundos de geração própria e de saldos de recursos repassados pelo Tesouro Nacional em exercícios anteriores, conforme demonstrado no "Quadro Síntese por Receita" constante do Anexo I a esta Lei, e de cancelamento de parte de dotações aprovadas para outros projetos/atividades constantes do Anexo II a esta Lei.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília,

<b>ANEXO I</b>		<b>CREDITO ESPECIAL</b>	
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)</b>		<b>RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00</b>	
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>			
25 ENERGIA			37.950.000
26 TRANSPORTE			60.000
<b>TOTAL - GERAL</b>			<b>38.010.000</b>
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>			
122 ADMINISTRACAO GERAL			2.000.000
752 ENERGIA ELETRICA			35.950.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			60.000
<b>TOTAL - GERAL</b>			<b>38.010.000</b>
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES</b>			
25 ENERGIA			37.950.000
122 ADMINISTRACAO GERAL			2.000.000
752 ENERGIA ELETRICA			35.950.000
26 TRANSPORTE			60.000
784 TRANSPORTE HIDROVIÁRIO			60.000
<b>TOTAL - GERAL</b>			<b>38.010.000</b>
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>			
0235 CORREDOR NORDESTE			60.000
0273 LUZ PARA TODOS			200.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE			31.500.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			2.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			4.250.000
<b>TOTAL - GERAL</b>			<b>38.010.000</b>
<b>QUADRO SINTESE POR ORGAO</b>			
32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA			37.950.000
39000 MINISTERIO DOS TRANSPORTES			60.000
<b>TOTAL - GERAL</b>			<b>38.010.000</b>
<b>QUADRO SINTESE POR RECEITA</b>			
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			2.060.000
6.1.0.0.00.00 RECURSOS PRÓPRIOS			2.000.000
6.1.1.0.00.00 GERAÇÃO PRÓPRIA			2.000.000
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO			60.000
6.2.1.0.00.00 TESOURO			60.000
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			60.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>2.060.000</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.000.000</b>
		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>60.000</b>
<b>ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA</b>			
<b>ANEXO I</b>		<b>CREDITO ESPECIAL</b>	
<b>PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)</b>		<b>RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00</b>	
<b>TOTAL DO ORGAO : R\$ 37.950.000</b>			
<b>QUADRO SINTESE POR FUNCOES</b>			
25 ENERGIA			37.950.000
<b>QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES</b>			
122 ADMINISTRACAO GERAL			2.000.000
752 ENERGIA ELETRICA			35.950.000
<b>QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS</b>			
0273 LUZ PARA TODOS			200.000
0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE			31.500.000
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO			2.000.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS			4.250.000
<b>QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS</b>			
32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.			4.000.000
32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.			31.500.000
32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.			450.000
32314 EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE			2.000.000
<b>QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>			
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO			37.950.000
<b>TOTAL</b>			<b>37.950.000</b>

<b>QUADRO SÍNTESE POR RECEITA</b>			
6.0.0.0.00	RECURSOS DE CAPITAL - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		2.000.000
6.1.0.0.00	RECURSOS PRÓPRIOS		2.000.000
6.1.1.0.00	GERAÇÃO PRÓPRIA		2.000.000
<b>TOTAL DA RECEITA</b>	<b>2.000.000</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.000.000</b>
		<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>0</b>

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

**ANEXO I** **CREDITO ESPECIAL**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

**TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.000.000**

<b>QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES</b>	
25 ENERGIA	4.000.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES</b>	
752 ENERGIA ELETRICA	4.000.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS</b>	
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS	4.000.000

<b>QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA</b>	
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO	4.000.000

<b>TOTAL</b>	<b>4.000.000</b>
--------------	------------------

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

**ANEXO I** **CREDITO ESPECIAL**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)** **RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	ESF	GN D	RP	MOD	U	ITE	VALOR
1042		ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS							4.000.000
		<b>PROJETOS</b>							
25 752	1042 1A29	AMPLIAÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA SANTANA NO AMAPA EM 90 MW							4.000.000
25 752	1042 1A29 0016	AMPLIAÇÃO DA USINA TERMOELÉTRICA SANTANA NO AMAPA EM 90 MW - NO ESTADO DO AMAPA							4.000.000
		USINA AMPLIADA (% DE EXECUÇÃO FÍSICA) 2	1	4 - INV	2	90	0	495	4.000.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>4.000.000</b>



ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO ESPECIAL  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 31.500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES 25 ENERGIA		31.500.000
QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES 752 ENERGIA ELETRICA	(	31.500.000
QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE		31.500.000
QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO		31.500.000
TOTAL		31.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32228 - FURNAS CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO ESPECIAL  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/CAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0296		ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE							31.500.000
		PROJETOS							
25 752	0296 1A01	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAE (RJ) - CAMPOS (RJ), 3º CIRCUITO (345KV - 92 KM)							31.500.000
25 752	0296 1A01 0033	IMPLANTACAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO MACAE (RJ) - CAMPOS (RJ), 3º CIRCUITO (345KV - 92 KM) - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							31.500.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 40	1	4 - INV	2	90	0	495	31.500.000
TOTAL - INVESTIMENTO									31.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO)

CREDITO ESPECIAL  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 450.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES  
25 ENERGIA | 450.000

QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES  
752 ENERGIA ELÉTRICA | 450.000

QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS  
0273 LUZ PARA TODOS | 200.000  
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS | 250.000

QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO | 450.000

TOTAL | 450.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32272 - BOA VISTA ENERGIA S.A.

ANEXO I  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

CREDITO ESPECIAL  
RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/SUBTÍTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0273 LUZ PARA TODOS									200.000
		PROJETOS							
25 752	0273 3401	AMPLIAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BOA VISTA							200.000
25 752	0273 3401 0014	AMPLIAÇÃO DE REDE RURAL DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA DE BOA VISTA - NO ESTADO DE RORAIMA							200.000
		REDE AMPLIADA (KM) 15	1	4 - INV	2	90	0	495	200.000
1042 ENERGIA NOS SISTEMAS ISOLADOS									250.000
		ATIVIDADES							
25 752	1042 2793	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA DE BOA VISTA (RR)							250.000
25 752	1042 2793 0014	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE GERAÇÃO TÉRMICA DE ENERGIA ELÉTRICA DE BOA VISTA (RR) - NO ESTADO DE RORAIMA							250.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	250.000
TOTAL - INVESTIMENTO									450.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32314 - EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE

ANEXO I CREDITO ESPECIAL  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 2.000.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES

25 ENERGIA | 2.000.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES

122 ADMINISTRACAO GERAL | 2.000.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS

0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 2.000.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA

495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 2.000.000

TOTAL | 2.000.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA

6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 2.000.000

6.1.0.0.00.00 RECURSOS PROPRIOS | 2.000.000

6.1.1.0.00.00 GERACAO PROPRIA | 2.000.000

TOTAL DA RECEITA 2.000.000 RECEITAS CORRENTES 2.000.000 RECEITAS DE CAPITAL 0

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32314 - EMPRESA DE PESQUISA ENERGETICA - EPE

ANEXO I CREDITO ESPECIAL  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/VACAO/SUBTTULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO									2.000.000
ATIVIDADES									
25 122	0807 4103	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO							2.000.000
25 122	0807 4103 0033	MANUTENCAO E ADEQUACAO DE ATIVOS DE INFORMATICA, INFORMACAO E TELEPROCESSAMENTO - NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO							2.000.000
			1	4 - INV	2	90	0	495	2.000.000
TOTAL - INVESTIMENTO									2.000.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES

ANEXO I CREDITO ESPECIAL  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DO ORGAO : R\$ 60.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
26 TRANSPORTE | 60.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 60.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0235 CORREDOR NORDESTE | 60.000

QUADRO SINTESE POR UNIDADES ORCAMENTARIAS  
39217 COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN | 60.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 60.000

TOTAL | 60.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 60.000  
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO | 60.000  
6.2.1.0.00.00 TESOURO | 60.000  
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 60.000  
TOTAL DA RECEITA 60.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 60.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

ANEXO I CREDITO ESPECIAL  
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 60.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
26 TRANSPORTE | 60.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
784 TRANSPORTE HIDROVIARIO | 60.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
0235 CORREDOR NORDESTE | 60.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 60.000

TOTAL | 60.000

QUADRO SINTESE POR RECEITA  
6.0.0.0.00.00 RECURSOS DE CAPITAL - ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 60.000  
6.2.0.0.00.00 RECURSOS PARA AUMENTO DO PATRIMONIO LIQUIDO | 60.000  
6.2.1.0.00.00 TESOURO | 60.000  
6.2.1.3.00.00 SALDOS DE EXERCICIOS ANTERIORES | 60.000  
TOTAL DA RECEITA 60.000 RECEITAS CORRENTES 0 RECEITAS DE CAPITAL 60.000

ORGAO : 39000 - MINISTERIO DOS TRANSPORTES  
 UNIDADE : 39217 - COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE - CODERN

**ANEXO I**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)**

**CREDITO ESPECIAL**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
0235 CORREDOR NORDESTE									60.000
PROJETOS									
26 784	0235 10VV	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA							60.000
26 784	0235 10VV 0024	IMPLANTACAO DO SISTEMA DE SEGURANCA PORTUARIA (ISPS - CODE) NO TERMINAL SALINEIRO DE AREIA BRANCA - NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE							60.000
		SISTEMA IMPLANTADO (% DE EXECUCAO FISICA) 100	1	4 - ENV	2	90	0	495	60.000
<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>									<b>60.000</b>

**ANEXO II**

**CREDITO ESPECIAL**

**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**RECURSOS DE TODAS AS FONTES R\$ 1,00**

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES**  
 25 ENERGIA

**TOTAL - GERAL** | 35.950.000  
 35.950.000

**QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES**  
 752 ENERGIA ELETRICA

**TOTAL - GERAL** | 35.950.000  
 35.950.000

**QUADRO SINTESE POR FUNCOES/SUBFUNCOES**  
 25 ENERGIA  
 752 ENERGIA ELETRICA

**TOTAL - GERAL** | 35.950.000  
 35.950.000  
 35.950.000

**QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS**  
 0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO

**TOTAL - GERAL** | 4.000.000  
 31.950.000  
 35.950.000

**QUADRO SINTESE POR ORGAO**  
 32000 MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

**TOTAL - GERAL** | 35.950.000  
 35.950.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA

**ANEXO II**  
**PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)**

**CREDITO ESPECIAL**  
**RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00**

TOTAL DO ORGAO : R\$ 35.950.000



QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA		35.950.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELETRICA		35.950.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO		4.000.000 31.950.000
QUADRO SÍNTESE POR UNIDADES ORÇAMENTARIAS 32224 CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. 32228 FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A. 32272 BOA VISTA ENERGIA S.A.		4.000.000 31.500.000 450.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		35.950.000
TOTAL		35.950.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II CREDITO ESPECIAL  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00  
TOTAL DA UNIDADE : R\$ 4.000.000

QUADRO SÍNTESE POR FUNÇÕES 25 ENERGIA		4.000.000
QUADRO SÍNTESE POR SUBFUNÇÕES 752 ENERGIA ELETRICA		4.000.000
QUADRO SÍNTESE POR PROGRAMAS 0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE		4.000.000
QUADRO SÍNTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA 495 RECURSOS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO		4.000.000
TOTAL		4.000.000

ORÇAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
UNIDADE : 32224 - CENTRAIS ELETRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A.

ANEXO II CREDITO ESPECIAL  
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
------	--------------	---------------------------------	-------------	-------------	--------	-------------	--------	-------------	-------

0296 ENERGIA NAS REGIOES SUDESTE E CENTRO-OESTE								4.000.000
		PROJETOS						
25 752	0296 1887	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA)					4.000.000	
25 752	0296 1887 0051	EXPANSAO DE SISTEMA DE TRANSMISSAO DE ENERGIA ELETRICA NO MATO GROSSO (ACRESCIMO DE APROXIMADAMENTE 365 KM DE LINHA DE TRANSMISSAO, IMPLANTACAO DA SE JAURU (MT) 400 MVA E REFORCO NAS SUBESTACOES ASSOCIADAS EQUIVALENTE A 563 MVA) - NO ESTADO DO MATO GROSSO					4.000.000	
		OBRA EXECUTADA (% DE EXECUCAO FISICA)	1	4 - INV	2	90	0 495 4.000.000	
		<b>TOTAL - INVESTIMENTO</b>						<b>4.000.000</b>

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

TOTAL DA UNIDADE : R\$ 31.500.000

QUADRO SINTESE POR FUNCOES  
 25 ENERGIA | 31.500.000

QUADRO SINTESE POR SUBFUNCOES  
 752 ENERGIA ELETRICA | 31.500.000

QUADRO SINTESE POR PROGRAMAS  
 0807 INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO | 31.500.000

QUADRO SINTESE POR FONTES E GRUPOS DE DESPESA  
 495 RECURSOS DO ORCAMENTO DE INVESTIMENTO | 31.500.000

TOTAL | 31.500.000

ORGAO : 32000 - MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA  
 UNIDADE : 32228 - FURNAS - CENTRAIS ELETRICAS S.A.

ANEXO II  
 PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

CREDITO ESPECIAL  
 RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1,00

FUNC.	PROGRAMATICA	PROGRAMA/AÇAO/SUBTTITULO/PRODUTO	F S F	G N D	R P	M O D	I U	F T E	VALOR
-------	--------------	----------------------------------	-------	-------	-----	-------	-----	-------	-------



**MENSAGEM Nº 361**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento de Investimento para 2005, em favor de diversas empresas estatais, crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00, para os fins que especifica”.

Brasília, 14 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM nº 87/2005/MP

Brasília, 13 de maio de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à consideração de V. Ex<sup>a</sup>, em conformidade com o prescrito no art. 167, inciso V, da Constituição, o anexo projeto de lei, que abre ao Orçamento de Investimento, para 2005 (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), crédito especial no valor total de R\$38.010.000,00 (trinta e oito milhões e dez mil reais), em favor de empresas do Grupo Eletrobrás, da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e da Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN, para atendimento de pleitos dos respectivos ministros supervisores.

2. A abertura dos créditos ora solicitados objetiva atender à demanda por novos investimentos priorizados após a elaboração do Orçamento de Investimento para 2005, em razão da nova estratégia comercial de empresas do Grupo Eletrobrás, e incorporar saldo de recursos repassados pelo Tesouro Nacional no exercício anterior, no caso da Codern. Além disso, visa também inserir no Orçamento de Investimento para 2005 a programação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE, criada por intermédio do Decreto nº 5.184, de 16 de agosto de 2004, a partir da autorização legislativa consubstanciada na Lei nº 10.847, de 15 de março de 2004.

3. A seguir, a destinação, por empresa, dos referidos créditos, bem como as respectivas fontes de financiamento:

**a)** Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – ELETRONORTE – R\$4.000.000,00 destinados à ação “Ampliação da Usina Termelétrica Santana no Amapá em 90 MW”, no Estado do Amapá.

Os recursos necessários à realização desse investimento são de cancelamento de parte de dotação aprovada para outro projeto da própria empresa.

**b)** Furnas – Centrais Elétricas S.A. – R\$31.500.000,00 destinados à ação “Implan-

tação de Sistema de Transmissão Macaé (RJ) – Campos (RJ), 3º Circuito (345Kv – 92 Km)”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização dos investimentos propostos são provenientes de cancelamento de parte de dotação aprovada para outra atividade da própria empresa.

**c)** Boa Vista Energia S.A. – BOVESA – R\$450.000,00, sendo:

- R\$200.000,00 destinados à ação “Ampliação de Rede Rural de Distribuição de Energia Elétrica de Boa Vista”, no Estado de Roraima; e

- R\$250.000,00 destinados à “Manutenção do Parque de Geração Térmica de Energia Elétrica de Boa Vista”, no Estado de Roraima.

Os recursos necessários à realização dos novos investimentos são provenientes de cancelamento de parte de dotação aprovada para outra atividade da própria empresa.

**d)** Empresa de Pesquisa Energética – EPE – R\$2.000.000,00 destinados à ação “Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento”, no Estado do Rio de Janeiro.

Os recursos necessários à realização desse investimento são provenientes de geração própria.

**e)** Companhia Docas do Rio Grande do Norte – CODERN – R\$60.000,00 destinados à ação “Implantação do Sistema de Segurança Portuária (ISPS – Code) no Terminal Salineiro de Areia Branca”, no Estado do Rio Grande do Norte.

Os recursos necessários à abertura do referido crédito são originários de saldos de recursos repassados pelo Tesouro Nacional no exercício de 2004, a título de participação da União no capital social da empresa.

4. Cabe ressaltar que as reduções propostas em outros projetos/atividades decorrem das novas prioridades estabelecidas para o corrente exercício e objetivam adequar os seus respectivos cronogramas de desembolso, não comprometendo o desempenho das atividades das empresas do Grupo Eletrobrás.

5. Quanto à geração da meta global de Resultado Primário pelas Empresas Estatais Federais para 2005, fixada no Anexo IX ao Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, no montante de R\$15.103.319.000,00, equivalente a 0,77% do Produto Interno Bruto – PIB,

cabe esclarecer que não será comprometida com a abertura do crédito ora proposto.

6. São essas as razões que me levam a propor a V. Ex<sup>a</sup> o encaminhamento à consideração do Congresso Nacional do anexo projeto de lei.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.**

DECRETO Nº 5.184, DE 16 DE AGOSTO DE 2004

**Cria a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, aprova seu Estatuto Social e dá outras providências.**

LEI Nº 10.847, DE 15 DE MARÇO DE 2004

**Autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EFE e dá outras providências**

DECRETO Nº 5.379, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2005

**Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso do Poder Executivo para o exercício de 2005, e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Os projetos que acabam de ser lidos vão à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos da Resolução nº 1, de 2001 – CN, a Presidência estabelece o seguinte calendário para tramitação dos projetos:

Até 22/6 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 30/6 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 5/8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 15/8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Sobre a mesa, projetos de lei do Senado que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2005

**Altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, passa vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

Art. 7º-A. O piso salarial mínimo devido aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia corresponderá a sessenta e seis por cento da menor remuneração atribuída em lei para os diplomados pelos cursos regulares superiores que exigem registro profissional perante os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

#### Justificação

A presente proposição visa estender aos profissionais de nível médio, registrados perante os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, piso salarial mínimo correspondente a sessenta e seis por cento da menor remuneração atribuída em lei para os diplomados pelos cursos regulares superiores que exigem também registro profissional perante os Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

Não se trata da instituição de novos pisos salariais, mas apenas de harmonização e tratamento isonômico para abranger atividades técnicas abrangidas por um mesmo sistema de registro e fiscalização profissional.

Por esta razão esperamos contar com o apoio de todos os nossos Pares para esta justa reivindicação de um contingente significativo de profissionais que atuam nos mais diferentes setores da atividade econômica deste País.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2005. – Senador **Álvaro Dias**

*LEGISLAÇÃO CITADA*

LEI Nº 4.950-A, DE 22 DE ABRIL DE 1966

**Dispõe sobre a remuneração de profissionais diplomados em Engenharia, Química, Arquitetura, Agronomia e Veterinária.**

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou e manteve, após veto presidencial, e eu, Auro Moura Andrade, Presidente do Senado Federal, de acordo com o disposto no § 4º do art. 70, da Constituição Federal, promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O salário-mínimo dos diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária é o fixado pela presente Lei.

Art. 2º O salário-mínimo fixado pela presente Lei é a remuneração mínima obrigatória por serviços prestados pelos profissionais definidos no art. 1º com relação de emprego ou função, qualquer que seja a fonte pagadora.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei as atividades ou tarefas desempenhadas pelos profissionais enumerados no art. 1º são classificadas em:

**a)** atividades ou tarefas com exigência de 6 (seis) horas diárias de serviço;

**b)** atividades ou tarefas com exigência de mais de 6 (seis) horas diárias de serviço.

Parágrafo único. A jornada de trabalho é a fixada no contrato de trabalho ou determinação legal vigente.

Art. 4º Para os efeitos desta Lei os profissionais citados no art. 1º são classificados em:

**a)** diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de 4 (quatro) anos ou mais;

**b)** diplomados pelos cursos regulares superiores mantidos pelas Escolas de Engenharia, de Química, de Arquitetura, de Agronomia e de Veterinária com curso universitário de menos de 4 (quatro) anos.

Art. 5º Para a execução das atividades e tarefas classificadas na alínea a do art. 3º, fica fixado o salário-base mínimo de 6 (seis) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais relacionados na alínea a do art. 4º, e de 5 (cinco) vezes o maior salário-mínimo comum vigente no País, para os profissionais da alínea b do art. 4º.

Art. 6º Para a execução de atividades e tarefas classificadas na alínea b do art. 3º, a fixação do salário-base mínimo será feito tomando-se por base o custo da hora fixado no art. 5º desta Lei, acrescidas de 25% as horas excedentes das 6 (seis) diárias de serviços.

Art. 7º A remuneração do trabalho noturno será feita na base da remuneração do trabalho diurno, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 8º Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 22 de abril de 1966; 145º da Independência e 78º da República.

.....  
(À Comissão de Assuntos Sociais – decisão terminativa.)

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 228, DE 2005****Altera os arts. 62 a 69 e 2.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e revoga os arts, 1.199 a 1.204 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69 e 2.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 62. Fundação é pessoa jurídica de direito privado, nos termos do art. 44, inciso III, deste Código.

§ 1º Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se o quiser, a maneira de administrá-la.

§ 2º A fundação somente poderá constituir-se para fins culturais, religiosos ou de assistência.

§ 3º A fundação, quando não for instituída ou mantida pelo poder público, não terá sua organização nem o seu funcionamento submetidos ao exame ou fiscalização do Ministério Público.

§ 4º É admitida a pluralidade de instituidores. (NR)”

“Art. 63. Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados. (NR)”

“Art. 64. Aqueles aos quais o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, cientes do encargo, formularão logo, de acordo com o previsto no art. 62 deste Código, o seu estatuto. (NR)”

“Art. 65. A fundação será presidida pelo próprio instituidor ou por pessoa que ele indicar por instrumento público ou particular.



Parágrafo único. O prazo para exercer a presidência será fixado pelo instituidor. (NR)”

“Art. 66. São órgãos da fundação os mencionados no seu estatuto, o qual deverá ser registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.

Parágrafo único. A composição dos órgãos da fundação obedecerá ao estatuto. (NR)”

“Art. 67. A alteração do estatuto da fundação será feita unicamente pela forma nele prevista. (NR)”

“Art. 68. Quando os bens pertencentes à fundação forem insuficientes para manter o seu funcionamento, serão, por vontade do seu instituidor, incorporados a outra fundação, que se proponha a fim igual ou semelhante. (NR)”

“Art. 69. Tornando-se impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, o seu instituidor, seu descendente, ou seu representante legal, promover-lhe-á a extinção, reincorporando o seu patrimônio, na forma prevista no estatuto. (NR)”

.....  
.....  
“Art. 2.033. Salvo o disposto em lei especial, e nos arts. 68 e 69, as modificações dos atos constitutivos das pessoas jurídicas referidas no art. 44, bem como sua transformação, incorporação, cisão ou fusão, regem-se desde logo por este Código. (NR)”

Art. 2º Ficam revogados os arts. 1.199, 1.200, 1.201, 1.202, 1.203 e 1.204, integrantes do Livro IV, Título II, Capítulo X, da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

As instituições de direito privado, desde as últimas décadas do século passado, têm experimentado notável revolução em suas estruturas, e, aos poucos, vão deixando para trás valores antigos para, seguindo a tendência mundial, se revestirem de flexibilidade e, sobretudo, maior eficácia.

Dentre as mais notáveis alterações na ordem privada, destacam-se as contidas na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, que disciplinou as organizações não-governamentais (OnG), qualificou as pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, disciplinadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), e instituiu o “Termo de Parceria” e as condições para a sua utilização.

teriais se fossem instituídas ou mantidas pelo Poder Público (Constituição Federal, art. 71, inciso II). Não sendo, deve-se alterar os dispositivos do Código Civil que as regem e revogar os do Código de Processo Civil que discrepem da liberdade de agir dentro dos padrões de licitude a que todos se obrigam.

Sala das Sessões, 17 de junho de 2005. – Senador **José Sarney**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

##### Seção IX

#### Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária

Art. 71. O controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, ao qual compete:

II – julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;

LEI Nº 5.669, DE 11 DE JANEIRO DE 1973

#### Institui o Código de Processo Civil

##### CAPÍTULO X

#### Da Organização e da Fiscalização das Fundações

Art. 1.199. O instituidor, ao criar a fundação, elaborará o seu estatuto ou designará quem o faça.

Art. 1.200. O interessado submeterá o estatuto ao órgão do Ministério Público, que verificará se foram observadas as bases da fundação e se os bens são suficientes ao fim a que ela se destina.

Art. 1.201. Autuado o pedido, o órgão do Ministério Público, no prazo de 15 (quinze) dias, aprovará o estatuto, indicará as modificações que entender necessárias ou lhe denegará a aprovação.

§ 1º Nos dois últimos casos, pode o interessado, em petição motivada, requerer ao juiz o suprimento da aprovação.

§ 2º O juiz, antes de suprir a aprovação, poderá mandar fazer no estatuto modificações a fim de adaptá-lo ao objetivo do instituidor.

Art. 1.202. Incumbirá ao órgão do Ministério Público elaborar o estatuto e submetê-lo à aprovação do juiz:

I – quando o instituidor não o fizer nem nomear quem o faça;

II – quando a pessoa encarregada não cumprir o encargo no prazo assinado pelo instituidor ou, não havendo prazo, dentro em 6 (seis) meses.

Art. 1.203. A alteração do estatuto ficará sujeita à aprovação do órgão do Ministério Público. Sendo-lhe denegada, observar-se-á o disposto no art. 1.201, §§ 1º e 2º.

Parágrafo único. Quando a reforma não houver sido deliberada por votação unânime, os administradores, ao submeterem ao órgão do Ministério Público o estatuto, pedirão que se dê ciência à minoria vencida para impugná-la no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 1.204. Qualquer interessado ou o órgão do Ministério Público promoverá a extinção da fundação quando:

I – se tornar ilícito o seu objeto;

II – for impossível a sua manutenção;

III – se vencer o prazo de sua existência.

#### LEI Nº 9.790, DE 23 DE MARÇO DE 1999

Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria, e dá outras providências.

#### LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

#### Institui o Código Civil.

Art. 40. As pessoas jurídicas são de direito público, interno ou externo, e de direito privado.

Art. 44. São pessoas jurídicas de direito privado:

I – as associações;

II – as sociedades;

III – as fundações;

IV – as organizações religiosas;

V – os partidos políticos.

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.

### CAPÍTULO III Das Fundações

Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

Art. 63. Quando insuficientes para constituir a fundação, os bens a ela destinados serão, se de outro modo não dispuser o instituidor, incorporados em outra fundação que se proponha a fim igual ou semelhante.

Art. 64. Constituída a fundação por negócio jurídico entre vivos, o instituidor é obrigado a transferir-lhe a propriedade, ou outro direito real, sobre os bens dotados, e, se não o fizer, serão registrados, em nome dela, por mandado judicial.

Art. 65. Aqueles a quem o instituidor cometer a aplicação do patrimônio, em tendo ciência do encargo, formularão logo, de acordo com as suas bases (art. 62), o estatuto da fundação projetada, submetendo-o, em seguida, à aprovação da autoridade competente, com recurso ao juiz.

Parágrafo único. Se o estatuto não for elaborado no prazo assinado pelo instituidor, ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias, a incumbência caberá ao Ministério Público.

Art. 66. Velará pelas fundações o Ministério Público do estado onde situadas.

§ 1º Se funcionarem no Distrito Federal, ou em Território, caberá o encargo ao Ministério Público Federal.

§ 2º Se estenderem a atividade por mais de um estado, caberá o encargo, em cada um deles, ao respectivo Ministério Público,

Art. 67. Para que se possa alterar o estatuto da fundação é mister que a reforma:

I – seja deliberada por dois terços dos competentes para gerir e representar a fundação;

II – não contrarie ou desvirtue o fim desta;

III – seja aprovada pelo órgão do Ministério Público, e, caso este a denegue, poderá o juiz supri-la, a requerimento do interessado.

Art. 68. Quando a alteração não houver sido aprovada por votação unânime, os administradores da fundação, ao submeterem o estatuto ao órgão do Ministério Público, requererão que se de ciência à minoria vencida para impugná-la, se quiser, em dez dias.

Art. 69. Tornando-se ilícita, impossível ou inútil a finalidade a que visa a fundação, ou vencido o prazo de sua existência, o órgão do Ministério Público, ou qualquer interessado, lhe promoverá a extinção, incorporando-se o seu patrimônio, salvo disposição em contrário no ato constitutivo, ou no estatuto, em outra fundação, designada pelo juiz, que se proponha a fim igual ou semelhante.

Art. 104. A validade do negócio jurídico requer:

I – agente capaz;

II – objeto lícito, possível, determinado ou determinável;

III – forma prescrita ou não defesa em lei.

Art. 2.031. As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, terão o prazo de 2 (dois) anos para se adaptar às disposições deste Código, a partir de sua vigência igual prazo é concedido aos empresários. (Vide Medida Provisória nº 234, de 2005)

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às organizações religiosas nem aos partidos políticos.

Art. 2.032. As fundações, instituídas segundo a legislação anterior, inclusive as de fins diversos dos previstos no parágrafo único do art. 62, subordinam-se, quanto ao seu funcionamento, ao disposto neste Código.

Art. 2.033. Salvo o disposto em lei especial, as modificações dos atos constitutivos das pessoas jurídicas referidas no art. 44, bem como a sua transformação, incorporação, cisão ou fusão, regem-se desde logo por este Código.

Art. 2.034. A dissolução e a liquidação das pessoas jurídicas referidas no artigo antecedente, quando iniciadas antes da vigência deste Código, obedecerão ao disposto nas leis anteriores.

LEI Nº 10.825, DE 22 DE JANEIRO DE 2003

**Dá nova redação aos arts. 44 e 2.031  
da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002,  
que institui o Código Civil,**

O Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Esta lei define as organizações religiosas e os partidos políticos como pessoas jurídicas de direito privado, desobrigando-os de alterar seus estatutos no prazo previsto pelo art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.

Art. 2º Os arts. 44 e 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 44. ....

IV – as organizações religiosas;

V – os partidos políticos.

§ 1º São livres a criação, a organização, a estruturação interna e o funcionamento das organizações religiosas, sendo vedado ao poder público negar-lhes reconhecimento ou registro dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento.

§ 2º As disposições concernentes às associações aplicam-se subsidiariamente às sociedades que são objeto do Livro II da Parte Especial deste Código.

§ 3º Os partidos políticos serão organizados e funcionarão conforme o disposto em lei específica.” (NR)

“Art. 2.031. ....

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às organizações religiosas nem aos partidos políticos.” (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 22 de dezembro de 2003; 182º da Independência e 115º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Márcio Thomaz Bastos.**

LEI Nº 10.838, DE 30 DE JANEIRO DE 2004

**Institui regime especial para alteração estatutária das associações, e altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil.**

O Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º O **caput** do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.031. As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, terão o prazo de 2 (dois) anos para se adaptar às disposições deste Código, a partir de sua vigência igual prazo é concedido aos empresários.

.....” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 30 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República. – **José Alencar Gomes da Silva – Guido Mantega.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 234,  
DE 10 DE JANEIRO DE 2005

**Dá nova redação ao caput do art. 2.031 da Lei nº 10,406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte medida provisória, com força de lei:

Art. 1º O **caput** do art. 2.031 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2.031. As associações, sociedades e fundações, constituídas na forma das leis anteriores, bem assim os empresários, deverão se adaptar às disposições deste Código até 11 de janeiro de 2006.” (NR)

Art. 2º Esta medida provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 10.838, de 30 de janeiro de 2004.

Brasília, 10 de janeiro de 2005; 184º da Independência e 117º da República. – **LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA – Luiz Paulo Teles Ferreira Barreta.**

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – decisão terminativa)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 126/05-GLPSDB

Brasília, 17 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a V.Exª, o Senador Eduardo Azeredo, para integrar como suplente a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, na vaga do Senador Reginaldo Duarte.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração.

Atenciosamente, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:



OF/GAB/II/Nº 752

Brasília, 16 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que os Deputados João Magalhães, Paulo Afonso e Waldemir Moka passam a integrar, na qualidade de Suplente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em vagas existentes.

Por oportuno, renovo a vossa Excelência protestos de estima e elevada consideração. – Deputado **José Borba**, Líder do PMDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência designa os Srs. Deputados João Magalhães, Paulo Afonso e Waldemir Moka, como suplentes, para compor a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao eminente Senador Marco Maciel, sem prejuízo dos demais oradores inscritos.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “a *língua portuguesa é a nossa grande pátria comum*”, disse Fernando Pessoa. E o cito para fazer memória do transcurso, em dez de junho, do Dia da Língua Portuguesa, em homenagem à data de aniversário de Camões – o maior de todos os bardos do nosso idioma e alçado ao pleno reconhecimento da literatura universal. Falado atualmente por cerca de 250 milhões de pessoas, oitenta por cento das quais no Brasil, o português é a língua oficial em Portugal (incluindo o Arquipélago de Açores e a Ilha da Madeira), espargindo-se por países africanos (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), na Ásia (Macau e Goa), além da Oceania, no Timor Leste. É assim, nosso idioma, uma das cinco mais faladas no mundo e a terceira das línguas ocidentais, não superada senão pelo inglês e pelo castelhano.

A sua disseminação pelos diversos continentes se deveu ao espírito expansionistas de Portugal, mormente na era dos grandes descobrimentos marítimos, durante os séculos XV e XVI, quando – com o propósito de difundir a fé e o Império – teve a sabedoria de adaptar a sua língua aos hábitos e crenças dos povos das regiões descobertas, daí resultando dialetos, chamados *crioulos*. Observe-se que o nosso português brasileiro possui não poucas diferenças com o falar da pátria-mãe, sobretudo de natureza fonética, as quais Eça de Queirós apelidava “*português com açúcar*”. Verdade é que nosso povo possui maneiras de falar

e escrever que se foram incorporando com o fluir do tempo, diferenciando-se das de Portugal com variações, de região para região, dentro do nosso quase continental território. Pois os idiomas, como as civilizações, são dinâmicos, como já advertia Camões, em quadra inicial, de célebre soneto:

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,  
Muda-se o ser, muda-se a confiança,  
Todo o mundo é composto de mudança  
Tornando sempre novas qualidades.

A língua não é um mero **flatus vocis**, é uma força docente, forjando padrões de exemplaridade, e fonte perene de utopia, reiterando, assim, seu caráter projetivo, frisa o pensador Gilberto Melo Kujawski. Na história dos povos, a língua é mais do que um símbolo ou, mais exatamente, uma simples justaposição de símbolos. Ela se constitui no cerne da própria identidade de um povo ou, num sentido mais amplo, de uma civilização.

Convém lembrar que a Academia Brasileira de Letras, da qual Olavo Bilac, autor do Soneto “*Língua portuguesa*”, foi um dos membros fundadores, assumiu o papel, no Brasil, de dedicar-se ao idioma, como reza o primeiro artigo de seu estatuto, firmado em 28 de janeiro de 1897: “*A Academia Brasileira de Letras, tem por fim a cultura da língua nacional,...*”. Assinado por Machado de Assis e Joaquim Nabuco, respectivamente presidente e secretário-geral da primeira diretoria da entidade, o entendimento dessa auto-missão foi assim explicitado:

A Academia, trabalhando pelo conhecimento desses fenômenos, buscará ser, com o tempo, a guarda da nossa língua. Caber-lhe-á então defendê-la daquilo que não venha das fontes legítimas – o povo e os escritores –, não confundindo a moda, que perece, com o moderno, que vivifica. Guardar não é impor; nenhum de vós tem para si que a Academia decrete fórmulas. E depois, para guardar uma língua, é preciso que ela se guarde também a si mesma, e o melhor dos processos é ainda a composição e a conservação de obras clássicas.

No momento, portanto, em que se festeja o dia de nosso idioma, considero que é fundamental, também, por oportuno, lembrar a CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. A CPLP é uma das expressões mais notáveis da disposição dos países que a integram, de promover ações cooperativas a partir desse laço cultural.

É comum dizer-se que a CPLP é uma associação de países de interesses diversos e perspectivas distintas. De fato, é verdade que existe uma acentuada diversidade de condições e interesses aparentemente voltadas para diferentes perspectivas econômicas e políticas. Muitas nações da CPLP têm vinculações com outros blocos como é o caso de Portugal com relação à União Européia, Angola com relação a SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Mistral), Moçambique com a Commonwealth (Comunidade Britânica das Nações) e mesmo o Brasil com relação ao Mercosul. Contudo, esse fato não invalida a necessidade que as nações têm de oferecer respostas a um mundo caracteristicamente multifacetado em suas demandas. Nem mesmo os interesses comerciais, por serem muitos variados, podem ser definidos apenas em termos de um único parceiro, ainda que esse parceiro seja um bloco de nações ricas e poderosas.

O Prof. Álvaro Vasconcelos, do Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa, entende que reconhecer essa realidade é o primeiro passo para se promover uma cooperação efetiva entre os países integrantes da CPLP:

é preciso conciliar a integração de cada um dos países em sua realidade regional com uma Comunidade que não deverá ser, regra geral, a sua primeira prioridade”, e conclui: “... a CPLP deve ser pensada como a rede que liga diferentes países com diferentes perspectivas e, ao fazê-lo, deve tirar partido desse fato para promover as relações inter-regionais.

A CPLP, criada em 1996, em Lisboa, tem entre seus princípios: a igualdade soberana dos Estados membros; a não-ingerência nos assuntos internos de cada Estado; o respeito pela identidade nacional; o primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; e a promoção do desenvolvimento.

Sabemos que o substancial aumento da presença brasileira em Portugal, por meio do comércio, da cultura e da política, o fato de Portugal ter se transformado, desde o fim do século XX, num dos maiores investidores no Brasil constituem sinais evidentes da existência de um grande potencial de oportunidades a serem exploradas a partir do adensamento das relações inter-regionais.

Cabe, porém, registrar que, no campo mais amplo do intercâmbio entre os diferentes integrantes da CPLP, ações outras estão sendo deflagradas, entre as quais poderia citar:

A reconstrução da infra-estrutura econômica de nações que enfrentaram longas guerras civis e as

variadas demandas por desenvolvimento econômico aponta para uma extensa gama de oportunidades para a cooperação no âmbito da CPLP.

A propósito, salientaria o fato de que Angola e Moçambique enfrentaram, durante grande período da sua história – são nações recém emancipadas –, grandes conflitos internos, e o de Angola somente recentemente teve término com a morte do líder rebelde Savimbi. Podemos dizer, também, que outras nações tiveram graves conflitos, como Guiné Bissau, sem falar na questão mais recente de Timor Leste, que somente agora conseguiu obter a sua emancipação, saindo, portanto, do jugo da Indonésia.

Ações, num sentido mais amplo, de cooperação com vistas à promoção da cidadania também têm sido praticadas de muitas formas. Acordos nas áreas da educação e formação profissional, da promoção da saúde e também na área das questões ligadas à regularização da situação de imigrantes têm sido negociados tanto de forma bilateral quanto no âmbito das reuniões da CPLP.

A busca de solucionar providências decorrentes das migrações, uma questão que, nos dias de hoje, tem afetado em diferentes intensidades a todos os países e, com os países da CPLP, não poderia ser diferente, exigindo que arranjos cooperativos sejam construídos ou aprimorados a fim de preservar, simultaneamente, tanto a estabilidade econômica e social quanto os direitos de cidadania dos migrantes.

A cooperação, baseada na língua como laço comum, pois tem um propósito tão importante quanto a cooperação econômica, social e política. Na verdade, não apenas não exclui esses campos da cooperação como também serve de base para que ela seja mais efetiva e completa. Nela está implícita uma dimensão raramente encontrada nas formas de cooperação com propósitos mais imediatos, que é o fortalecimento da identidade nacional.

Formas de cooperação internacional no campo das relações comerciais e financeiras, além de mecanismos de solução de controvérsias na ordem política. Convém lembrar que a cooperação bilateral e multilateral apresenta uma variada gama de possibilidades.

Criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (julho de 2000), com sede em Maputo, para difusão e fortalecimento do idioma português, constitui iniciativa bastante promissora. Com efeito, numa época caracterizada por um processo de universalização de normas, costumes e padrões de comportamentos, o fortalecimento das identidades nacionais se afigura uma preocupação tão importante quanto a preservação de patrimônios arquitetônicos e ambientais.



**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Sr. Presidente, antes de concluir, eu gostaria de ouvir o aparte de S. Ex<sup>a</sup>, o nobre Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Marco Maciel, ninguém melhor que V. Ex<sup>a</sup> nesta Casa para fazer um culto à Língua Portuguesa, já que V. Ex<sup>a</sup> e o Presidente Sarney são os nossos representantes na Academia Brasileira de Letras. Aprendi com um homem do Piauí, Petrônio Portella, que dirigiu esta Casa – acho que ninguém o excedeu – o seguinte: “não vamos agredir os fatos; só não muda quem se demite do seu direito de pensar”. O fato é que a língua quem faz é o povo; é o meio de se comunicar, de se aproximar. V. Ex<sup>a</sup> foi seminarista, não foi?

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Não. Sou católico, apostólico e romano, mas não fui seminarista.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Penso que V. Ex<sup>a</sup> deveria receber título até de cardeal, porque simboliza o que há de melhor entre os cristãos católicos do nosso País.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Muito obrigado.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Jânio Quadros, quando Presidente da República, pensou que deveríamos nos aproximar da língua espanhola. A língua muda. Veja o latim; V. Ex<sup>a</sup> deve ter declamado e dissertado as Fábulas de Esopo em latim. Na Espanha, Sr. Presidente Edison Lobão, há vários dialetos. Tem um na Galícia, que é o galego, uma mistura de português e espanhol. Hoje, há o Mercosul, a globalização, o progresso do transporte aéreo e rodoviário. Existe um livro, de uma professora muito viajada, que já li umas quatro vezes, Senador Lobão, que está presidindo a sessão: **Portunhol**. Então, é tempo de percebemos que, juntando Português com Espanhol, teremos uma das línguas de maior comunicação, aproximação, comercialização e globalização, uma das línguas mais fortes do mundo. Então, a Academia Brasileira de Letras poderia buscar fazer essa integração, aproximando a comunicação. É a neurolinguística que nos difere dos outros animais. V. Ex<sup>a</sup> é a pessoa qualificada para buscar esse avanço entre os povos.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Está aí a grande missão de V. Ex<sup>a</sup> na Academia Brasileira de Letras, muito importante mesmo.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Muito obrigado ao nobre Senador Mão Santa pelo aparte, assim como também agradeço, igualmente sensibilizado, o aparte do Senador Pedro Simon.

Sr. Presidente, não se pode pensar que um elo comum como a língua seja suficiente para produzir a ampliação do comércio ou o desenvolvimento econômico, mas é possível pensar que a Comunidade de Países da Língua Portuguesa pode ser útil no sentido de contribuir para que percepções individuais sejam compartilhadas.

Afinal, entre os muitos paradoxos que integram a vida humana, um dos mais notáveis é o fato de que a maioria das grandes obras que a humanidade já produziu tiveram por base a experiência individual de um povo, de uma comunidade ou mesmo de um único indivíduo.

Ouçõ o nobre e ilustre Líder, Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador Marco Maciel, quero fazer uma observação. A TV Senado é muito ouvida no Brasil inteiro. E o Brasil inteiro hoje está antenado nos fatos políticos que estão acontecendo: demissão do Primeiro-Ministro José Dirceu, crise do Governo, denúncias de corrupção. E V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso *light* sobre Língua Portuguesa. Podem até imaginar que V. Ex<sup>a</sup> esteja dissociado da realidade brasileira. Quero aqui repor a verdade dos fatos para aqueles que não o conhecem. Feliz do Parlamento que tem, dentre seus integrantes, um Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Com uma palavra ponderada no momento de crise, é capaz de fazer um discurso sério sobre um tema sério como esse, sem dissociar-se, sem deixar de ter a sua atenção privilegiada voltada para os fatos que estão acontecendo, mas para dar a opinião na hora certa, para ser o conselheiro da hora certa, o homem sensato da hora certa, o que V. Ex<sup>a</sup> é. Faço este registro para testemunhar, em nome do meu Partido, o homem equilibrado que V. Ex<sup>a</sup> é, mas de posição, determinado...

*(Interrupção do som.)*

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) –...atento aos fatos. E, neste momento em que todos só falam de crise, V. Ex<sup>a</sup> traz um tema que não é de crise. Mas estão enganados aqueles que pensam que V. Ex<sup>a</sup> não está acompanhando os fatos e, com sua opinião e sua posição sensata, correta e séria para dar na hora certa.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Muito Obrigado ao nobre Líder José Agripino. As palavras de V. Ex<sup>a</sup> servem para lembrar que, desde anteontem, estivemos reunidos num grande Congresso de Refundação do nosso Partido. Por ocasião desse fórum, que começou

no dia 15 e terminou ontem à noite, e do qual participei integralmente, discutimos as momentosas questões que vive o Brasil. E mais do que isso: o nosso partido, agora na oposição, firmou posição clara em relação aos diferentes episódios que vive o país nesses dias e parecem toldar o nosso ambiente político, econômico social. Quero dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o seu aparte muito me sensibiliza, sobretudo porque V. Ex<sup>a</sup> vem cumprindo, aqui no Senado Federal e fora dele, um papel muito importante, não somente como um dos líderes da oposição mas também como um respeitado e acatado líder do nosso partido.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ao celebrar o Dia da Língua Portuguesa, as nossas vistas, pois, devem se voltar, ao lado da promoção do idioma, para a consolidação da CPLP, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Essa instituição poderá vir a ensinar uma maior cooperação entre os povos que se expressam no mesmo idioma, criando condições para maior inserção da ação dos seus integrantes na comunidade internacional dos nossos tempos, ainda caracterizada por enormes assimetrias que comprometem a busca de um mundo mais harmonicamente desenvolvido.

Sr. Presidente, gostaria igualmente de fazer um breve registro. Diz respeito ao fato de a escritora Nélida Piñon haver sido agraciada com o prêmio Príncipe de Astúrias das Letras de 2005, concedido no dia 15 de junho deste mês.

Nélida Piñon, autora de importantes obras, como “Guia-mapa de Gabriel Arcanjo”, “Fundador”, “A casa da paixão” e outras mais, pertence à Academia Brasileira de Letras, tendo-a presidido em 1997, ano do centenário da instituição. É a primeira escritora brasileira a ser agraciada com tal distinção, inclusive “desbancando” – para usar uma expressão usada nos jornais – outros concorrentes, como o israelense Amos Oz e os americanos Paul Auster e Philip Roth .

Aproveito a ocasião em que faço este registro para felicitar não somente a consagrada autora brasileira, a quem me ligam antigos laços de amizade, mas também estender os meus cumprimentos à Academia Brasileira de Letras, da qual Nélida Piñon é uma das mais ilustres e acatadas integrantes.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, peço também que a este meu discurso seja anexado documento que contém dados básicos sobre a chamada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

*Durante o discurso do Sr. Marco Maciel, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada sucessivamente pelos Srs. Edison Lobão e Efraim Morais, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Líder José Agripino.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem aconteceu um fato que estava escrito. Não houve nenhum *glamour* especial, Senador Pedro Simon, no pedido de demissão, na demissão ou na negociação da saída do governo do Ministro José Dirceu. Era uma situação insustentável que não se justificava. Ela se impunha, e o ministro saiu.

Os registros de imprensa que vejo desde ontem nas emissoras de televisão, nas rádios e, hoje, nos jornais dão conta de uma satisfação, de um contentamento por parte da oposição. Negativo. Nada disso. Repilo à altura: não há nenhum contentamento nem nenhuma satisfação. Nada disso. Não há razão para comemoração.

Comemorar, Senador Pedro Simon, eu, pessoalmente, comemorarei, como V. Ex<sup>a</sup> também, no dia em que as investigações sobre as denúncias feitas forem concluídas, os corruptos forem entregues à Justiça e a Justiça levá-los à cadeia. Aí, sim, haverá razão palpável para comemoração. No momento, o Deputado José Dirceu deixou o governo pelas razões que se conhece. Vai-se, a partir de agora, estabelecer um duro embate entre os que o acusavam e S. Ex<sup>a</sup>, entre Roberto Jefferson, mais especificamente, para citar o último, e S. Ex<sup>a</sup>.

Vamos acompanhar os fatos, as apurações e as conclusões. Mas, comemorar, em hipótese alguma; neste momento, não. Não somos aves agoureiras que batemos palmas para a desgraça alheia. Se a desgraça aconteceu, ela pode ser corrigida se argumentos houver. Neste momento a atitude da oposição é de fiscalização e cobrança. É sobre isso que falarei hoje.

Senador Mão Santa, tenho em mãos um dos jornais de hoje, o jornal **O Estado de S. Paulo**, que traz, entre suas manchetes, a seguinte: “Dirceu cai antes da reforma”. Senadora Heloísa Helena, curiosamente, há mais uma manchete falando de quatro – quatro, que são os Senadores apenas neste momento presentes neste plenário. Senador Mão Santa, mais uma vez R\$4 milhões. Roberto Jefferson disse que recebeu do PT, citando nomes, R\$4 milhões em duas parcelas, uma de R\$2,2 milhões e outra de R\$1,8 milhão, parte dos R\$20 milhões que teriam sido ofertados ao PTB. Isso vai ser esclarecido. Isso, o Ministro José Dirceu e o Roberto Jefferson terão de esclarecer. São 4 milhões, novamente, manchete em letras garrafais no **O Estado de S. Paulo** de hoje: “PPS recebeu oferta de R\$4 milhões para apoiar Marta”. É o repeteco, Senador Pedro Simon, de novo com o mesmo número – parece que eles gostam do quatro.

É gravíssimo, porque um jornal com a qualidade de **O Estado de S. Paulo**, Senador Tião Viana, jamais colocaria em sua primeira página notícia infundada. A denúncia tem testemunha – testemunha que deve ter nome, com certeza –, e citam-se pessoas, quem foram os emissários. Foi o Sr. Sílvio Pereira, sempre Sílvio Pereira, Secretário-Geral do Partido dos Trabalhadores, e um senhor chamado Valdemir Garreta, que nas páginas internas aparece numa enorme fotografia visitando uma obra com a Prefeita Marta Suplicy. Seriam eles os emissários, os emissários da oferta dos R\$4 milhões. A notícia é circunstanciada, Senador Delcídio Amaral, e, seguramente, vai terminar no rol dos fatos a serem esclarecidos.

É muito bom que o Senador Delcídio Amaral tenha acabado de chegar ao plenário, porque eu queria fazer uma consideração e um apelo. Senador Arthur Virgílio, no mesmo jornal, **O Estado de S. Paulo**, na página 13, há uma grande fotografia: “Crise no Governo Lula, a Queda de Dirceu”. Uma manchete que não quero nem ler, porque não sei de sua procedência ou não, quero comentar é a fotografia.

Senador Pedro Simon, o que mais tememos e combateremos será a CPI chapa branca, a CPI de um lado só, o facciosismo das investigações. Esse é o meu temor e esse é o meu pavor.

Quando o Senador Delcídio Amaral foi eleito Presidente e escolheu como Relator o Deputado Osmar Serraglio, do PMDB, da Base aliada, tive a oportunidade de manifestar a minha preocupação, falei até sobre a espada de Dâmocles que estava posta sobre a cabeça da Comissão, uma vez que ela nascia sob a égide da desconfiança da opinião pública, como que para manifestar um alerta.

Essa fotografia, para mim, é o pior dos mundos, porque a fotografia retrata a primeira reunião informal da Comissão. É uma reunião administrativa? Suponho que sim, claro; para definir fundamentos. Ela ocorreu onde? Ela poderia ter ocorrido, Senador Edison Lobão, na Biblioteca do Senado. Quantas reuniões fizemos em um próprio coletivo do Senado? Ela teria uma simbologia especial. Não tem ainda sala para a Comissão, mas tem a Biblioteca do Senado, a sala dos Senadores, para que não haja nenhuma interpretação distorcida, ou ainda, em qualquer sala de comissão. Não é uma reunião qualquer, mas a primeira das reuniões de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que nasce sob a égide da desconfiança, do facciosismo, de um lado só, da chapa branca. Temos a obrigação de garantir a isenção. É aquela história da mulher de César: tem que ser e parecer honesta.

Senador Pedro Simon, a fotografia foi feita na sede da Liderança do PT. O honrado Senador Delcí-

dio Amaral, meu queridíssimo amigo na cabeceira da mesa, ao seu lado o Relator, Deputado Osmar Serraglio, uma série de funcionários – alguns conheço, todos competentes – e, na ponta da mesa, poderia estar, por exemplo, o Senador Alvaro Dias, que é membro da Comissão, se tivesse sido convidado a participar, até para dar uma demonstração de neutralidade, mas estava a Senadora Ideli Salvatti, só ela. Ou seja, uma reunião só entre eles, no local deles. É o recado que essa foto passa para o País.

Agora podemos nós, Senador Edison Lobão, ficar calados, se temos a responsabilidade? Recebo dezenas de *e-mails* me cobrando responsabilidade: “Senador José Agripino, vigie essa turma”. Sou cobrado o tempo todo. Posso ficar calado diante dessa fotografia que fala por si só? Tenha paciência!

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Senador José Agripino?!

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Ouço com muito prazer o Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Vou ser sincero com V. Ex<sup>a</sup> e dizer o que penso. Acho que o Senador Delcídio Amaral não agiu de má-fé; agiu na ingenuidade.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Acredito.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Porque essa reunião pode ser feita – ainda que não haja razão – às escondidas. Não tinha que chamar a imprensa nem chamar ninguém. Fecha a porta de um gabinete conversa e acertam entre eles. Agora, daí a fotografar, é...

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Isso nos deixa mal.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – (...) é muita ingenuidade. Não tinham razão para botar no jornal aquilo que estavam fazendo e que estava errado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Vejam bem: se os primeiros passos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito não forem marcados pela demonstração clara da isenção, ela começa contaminada. Senador Mão Santa, a Nação toda está acompanhando e vai acompanhar as investigações da CPMI, as ações do Relator, do Presidente e de todos os seus membros, do Governo e da Oposição. Se não exercermos o nosso papel com serenidade, equilíbrio e, sobretudo, com determinação, vamos pagar um preço muito caro perante a opinião pública. Ela não nos vai perdoar; vai achar que fomos todos coniventes.

Senadora Heloísa Helena, Senador Tião Viana, nobre ex-Líder do PT e meu estimadíssimo amigo, quero fazer um apelo ao Senador Delcídio Amaral: se tiver que acontecer esse tipo de reunião, tem que ser em ambiente aberto. Não se trata de uma CPMI qual-



quer, mas uma que nasceu sob a pecha que o povo lhe atribuiu: “CPI da chapa branca”, de um lado só.

Estou absolutamente consciente de que V. Ex<sup>a</sup> tem a melhor das intenções. Não conheço o Relator, mas admito que também tenha a melhor das intenções. Porém, esse tipo de fotografia não depõe bem com relação ao início dos trabalhos. Essa reunião deveria ser pública; ela poderia acontecer com a presença ou não de outros Senadores, com a equipe administrativa, mas precisava ter ocorrido em local público, neutro, e, se havia alguém do PT que é apenas membro, deveria ter sido convidado ou chamado alguém da Oposição para presenciar os primeiros passos dela.

O meu apelo é para que esse tipo de fotografia não se repita em respeito à opinião pública. Seremos implacáveis na vigilância. Não vamos fazer palco em momento algum das investigações, mas não vamos permitir hora nenhuma que o povo ache que, com a nossa convivência, esteja ocorrendo uma CPI Chapa Branca.

Tanto não achamos, que já tomamos uma providência. Aliás, Senador Arthur Virgílio, gostaria, inclusive, se V. Ex<sup>a</sup> ainda não assinou, há tempo de assinar – e eu queria a assinatura de V. Ex<sup>a</sup> nesse requerimento, como Líder do PSDB. Senador Pedro Simon, Senador Lobão, Senador Mão Santa, Senador Efraim Morais, digno Presidente, Senadora Heloísa Helena, requeremos ontem, ao Presidente do Congresso, a instalação de uma Comissão Mista Especial Externa para acompanhar as investigações da Polícia Federal sobre as ocorrências envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos – ECT. Não é que desconfiemos da Polícia Federal, longe disso, mas é que a Polícia Federal pode sofrer ingerências externas, algum tipo de pressão; a Polícia Federal é subordinada, hierarquicamente, ao Ministério da Justiça. E, no clima que estamos vivendo, ninguém pode desprezar a alternativa de pressões externas sobre esse ou aquele delegado que não quer receber pressão e quer fazer uma investigação correta e isenta. Então, a Comissão Externa que estamos propondo vai dar à Polícia Federal a força que precisa para ser isenta como quer ser.

Para facilitar a tarefa que já é intenção da Polícia Federal, estamos solicitando e o Presidente do Congresso, de plano e de público...

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nobre líder, peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua seu discurso.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

O Presidente do Congresso, de plano e de público, defronte às câmaras de televisão, firmou compromisso no sentido de, em curto prazo, instalar essa Comissão que solicitamos, composta por membros

da Câmara e do Senado, para garantir a eficiência e a lisura das investigações da Polícia Federal, a fim de que a sociedade tenha atendido aquilo que ela quer no menor espaço de tempo possível: a investigação da corrupção que tem que ser removida pela punição. O pior dos males é a impunidade e queremos a colaboração isenta da Polícia Federal para que não ocorra impunidade no Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Edison Lobão.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com mais dois minutos de prorrogação, segundo o critério adotado pela Mesa e muitas vezes repetido pelo Senador Tião Viana.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as dependências do Congresso Nacional são visitadas diariamente por estamentos da sociedade que aqui, sobretudo, vêm fazer as suas reivindicações.

Nos últimos dias, temos sido procurados, nós todos, Senadores, por delegados de polícia judiciária do Brasil inteiro e agora também pelos comandantes das Polícias Militares e Corpos de Bombeiros. Eles reivindicam, como todas as categorias sociais do País, melhoria salarial. O que pedem a rigor os delegados e os oficiais das polícias estaduais? Eles pretendem que os seus vencimentos sejam incluídos no subteto de 90% dos Desembargadores Estaduais. Essa reivindicação, de algum modo, já foi atendida na Câmara, com a inclusão de um dispositivo na chamada PEC paralela, o Projeto de Emenda Constitucional da Previdência Social, agora sob exame do Senado Federal. O Relator da matéria é o Senador Rodolpho Tourinho. S. Ex<sup>a</sup> pretende juntar as duas categorias, a Polícia Judiciária e a Polícia Militar, seja para negar, seja para atender a reivindicação.

Sr. Presidente, e os militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica? Como fica a situação das nossas Forças Armadas? Aos militares do Exército, da Marinha e da Aeronáutica não se concedeu sequer o aumento prometido pelo Presidente da República.

Sr. Presidente, situações humilhantes têm ocorrido com relação aos oficiais das Forças Armadas. As esposas dos militares federais, vamos chamá-los assim, que também tentam fazer o seu movimento reivindicatório, são humilhadas nas ruas pela truculência daqueles que rechaçam a reivindicação justa dessas senhoras em nome de seus maridos.

Perguntar-se-á: por que os próprios oficiais não vão às ruas? Graças a Deus não vão exatamente pela disciplina e pela hierarquia a que estão submetidos.

Mas nós não queremos a humilhação dos nossos oficiais pelo salário injusto que eles hoje recebem. Se vamos conceder à Polícia Judiciária do Brasil e aos militares das Polícias Militares, não podemos deixar de atender o Exército, a Marinha e a Aeronáutica.

Ouçõ o eminente Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Senador Edison Lobão, V. Ex<sup>a</sup> é sempre muito oportuno e agora mais do que nunca. Eu vejo que, quando se discute aumento de salário e reajuste salarial, tem que se olhar a possibilidade de orçamento, sim. Por outro lado, estamos diante de um Governo que se elegeru prometendo que faria mundos e fundos nesse campo e que obteve votação consagradora entre os servidores públicos federais civis e militares. Eu entendo que o tal reajuste linear de zero vírgula zero não sei o quê um por cento é um escárnio, é meramente para fingir que cumpre a lei orçamentária. Mas o que me dói é a figura da truculência, é o uso da força contra senhoras desarmadas numa República, felizmente, graças a Deus, de democracia consolidada na qual só opinam sobre política os militares da reserva, que é um direito deles; os da ativa se portam com absoluta observância da hierarquia, da responsabilidade que lhes cabe e com o silêncio que engrandece a democracia. Mas o serviço público está todo entrando em greve: o INSS e um cem número de autarquias e repartições deste País. E não se vê, não se ouve uma palavra do Governo ou de ninguém que o represente explicando como está a negociação, qual é a solução, qual é a proposta ou então que digam que a greve é errada, é equivocada ou que é absurda ou que aceitam a greve como legítima. É como se não houvesse. É como se eles pudessem tocar o País sem utilizar o recurso da máquina pública e do material humano que está ali para honrá-la e para servi-la. Portanto, a meu ver, é um quadro que não é a crise, mas que reflete uma séria crise de desgoverno.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex<sup>a</sup> aborda com firmeza e segurança esse tema tão delicado no momento.

Somos testemunhas de que, no passado, freqüentemente, aguardava-se a ordem do dia do Ministro do Exército para saber o tamanho da crise política. Hoje não; hoje, os militares estão recolhidos aos quartéis. Eles perderam a coragem? Tornaram-se excessivamente tímidos? Acovardados? Não! É apenas a disciplina que devemos exaltar e homenagear neles. Mas também eles não podem ser diminuídos como estão sendo.

Ouçõ o eminente Senador Alvaro Dias e, em seguida, o Senador Mão Santa e o meu Líder José Agripino.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Edison Lobão, faz bem V. Ex<sup>a</sup> ao trazer, nesta manhã, este tema diante sobretudo da fotografia que olhamos todos os dias ao chegar ao Senado Federal: em frente ao Congresso, está armada aquela barraca das esposas de militares que fazem ali o seu protesto. Trata-se do cumprimento da palavra apenas, é o que se está exigindo neste momento. O Governo empenhou a sua palavra em relação ao reajuste e, mais uma vez, não a cumpriu. A palavra está muito desgastada no atual Governo; desrespeitar compromissos, esquecer promessas, tornou-se regra. Se houve uma promessa, se o Governo assumiu um compromisso de forma solene diante das lideranças deste movimento, por que não cumpri-la? Portanto, V. Ex<sup>a</sup> traz da tribuna da Casa hoje a sua palavra sempre ponderada, exemplo de moderação, de equilíbrio. V. Ex<sup>a</sup> é homem de diálogo, que vem, com muita autoridade, fazer esse apelo ao Governo. Espero que, partindo de V. Ex<sup>a</sup>, o Governo tenha mais ouvidos para ouvir.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Eu diria, Senador Alvaro Dias, que o governo faz muito bem em ter cuidados com a economia. O que custaria um aumento do soldo dos militares que está entre os mais baixos do mundo? E o efetivo das Forças Armadas, Senador Pedro Simon, no Brasil, é também um dos menores. O Brasil possui apenas um pouco mais de trezentos mil militares no Exército, na Marinha e na Aeronáutica. O Exército não vai além de 180 mil soldados e oficiais.

Portanto, esse aumento não significaria grande coisa. Significaria apenas restaurar, restabelecer a justiça com que se deve tratar as Forças Armadas deste nosso País.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Edison Lobão, V. Ex<sup>a</sup> traz um assunto muito importante e que pode explodir. Não existe pátria forte sem Forças Armadas. E eles já ganham muito pouco há muito tempo. Quando eu governava o Piauí, nomeei como meu secretário de obras o General Oliveira, e vi o contracheque dele. Era cinco vezes menor do que os vencimentos dos funcionários da Justiça, do que o da própria Polícia Militar, do que os outros salários, quer dizer, isso já vem ocorrendo de tempos passados. E, sem dúvida, basta o exemplo. Já que eles citam Cuba, lá o salário dos militares é o mais alto. Fui ao Chile, recentemente, e o Embaixador brasileiro disse-me que os carabineiros, a força auxiliar das Forças Armadas, é a instituição mais respeitada. Então, os nossos militares merecem respeito, porque, até hoje, nesses 505 anos, foram eles que mantiveram a inscrição de nossa Bandeira: Ordem e Progresso. E o PT está querendo mudar para desordem e regresso.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – E sempre, Senador Mão Santa, que os militares tiveram uma interferência em nosso País foi no sentido de restaurar a ordem e a disciplina para que o País pudesse prosseguir na sua caminhada para o grande futuro que todos nós desejamos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Pois não. Ouço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador Edison Lobão, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela qualidade do seu pronunciamento e pelo tema. V. Ex<sup>a</sup> foca nos militares e está abordando, no aumento dos militares, uma questão que é geral: a frustração do servidor público – e os militares o são – com a promessa não cumprida do Governo Lula de lhe conceder aumentos decentes. E o servidor público sempre carregou a bandeirinha vermelha do PT, nas campanhas eleitorais, quando Lula era candidato. Mas V. Ex<sup>a</sup> cita o caso específico dos militares. As esposas dos militares – de soldados a oficiais – estão acampadas na frente do Congresso. São senhoras, Senador Edison Lobão, que não fazem nenhum movimento de contestação explícita, de baderna. Elas são a imagem e semelhança dos maridos, que são guardiões da ordem, e elas seguem o exemplo dos maridos. Elas têm o direito de protestar – direitos e razões. Deixe-me dar, aqui, uma informação, se é que V. Ex<sup>a</sup> não sabe: depois de um movimento de pressão legítima dos militares ao Poder Executivo, o Presidente Lula ofereceu uma proposta conciliatória de aumento de 23%, em duas parcelas, uma de 10% e outra de 13%. Deu a de 10%. Palavra de Presidente é para ser cumprida. É o que elas imaginam, o que eu imagino e o que a Nação imagina. O que pode ter acontecido? Se faltava uma geladeira na casa do soldado, da Marinha, do Exército ou da Aeronáutica, se estavam tomando água quente, ela comprou a geladeira à prestação. Fez um carnê pensando nos 13% que o Lula estava devendo e que nunca pagou. Hoje o que ela exhibe é um carnê não pago ou a notificação do Serasa, cobrando a prestação não paga, porque Lula não pagou. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão e tem a minha absoluta solidariedade. Não é apenas pelo aumento, não é pelo ridículo 0,1% de aumento aos servidores, é para uma coisa muito mais séria: o não cumprimento da palavra de um Presidente da República, que aceitou, prometeu, tomou compromisso de dar 23% de reajuste. Deu a primeira parcela, não deu a segunda e frustrou as pessoas, entregou as pessoas à humilha-

ção do registro no cadastro dos inadimplentes. Além de queda, coice. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – O registro histórico, vamos chamar assim, que faz V. Ex<sup>a</sup> é a demonstração cabal da necessidade de que o Governo tome uma providência imediata quanto aos vencimentos dos militares. Eu não posso conceber a hipótese de as nossas Forças Armadas, os oficiais do Exército, da Marinha e da Aeronáutica terem de buscar outra fonte de renda para poder manter sua família com dignidade. Hoje, eles não estão conseguindo mais suportar as despesas diante do tão baixo salário que recebem.

Sr. Presidente, os nossos oficiais, praças e soldados não podem continuar sendo tratados com esse tipo de discriminação.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA) – Vou concluir, Sr. Presidente. Ou eles são atendidos na sua justa reivindicação, com a promessa feita pelo Governo, solenemente feita, ou então não sei o que poderá acontecer. Temos de confiar apenas na sua disciplina, na honradez de cada qual, que proclamo aqui desta tribuna.

Concluo, Sr. Presidente, lembrando uma frase do ex-Presidente Tancredo Neves. Ele dizia que “a remuneração dos militares brasileiros não deveria ser considerada uma despesa e sim um investimento na tranquilidade nacional.”

Faço, portanto, um apelo aqui ao Governo para que, em primeiro lugar, olhe para a situação aflitiva das famílias dos militares brasileiros e, em segundo lugar, cumpra a sua promessa, solenemente feita.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Tem a palavra V. Ex<sup>a</sup>, nobre Líder.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, gostaria de falar pela Liderança do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, nobre Líder. V. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos, com a tolerância necessária desta Mesa.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de dividir a minha fala em três fases.

Primeiramente, quero dizer que, em função de alguns problemas pessoais em Mato Grosso do Sul, não poderei estar presente hoje e amanhã, em São Paulo, ao ato do meu Partido, na reunião do Diretório



Nacional. Assim sendo, aproveito este ensejo para registrar a importância do Ministro José Dirceu no Governo do Presidente Lula, a liderança que representa para o Partido dos Trabalhadores, e para dizer que S. Ex<sup>a</sup> é muito bem-vindo à Câmara dos Deputados. Tenho absoluta certeza de que fará um grande trabalho como Deputado Federal, como líder partidário que é e também como um dos principais auxiliares do Presidente Lula, na busca de um Brasil melhor, mais fraterno, mais solidário, mais cidadão.

Como não estarei presente à reunião de São Paulo, nem hoje nem amanhã, quero, ainda, declarar o apoio de toda a nossa Bancada ao Presidente José Genoíno e dizer-lhe que, entendendo os pontos de vista de cada Senadora e de cada Senador, todas as questões relativas ao Partido discutiremos primeiramente na Bancada, com a presença de todos os Senadores, na busca de uma solução conjunta. E, mais do que nunca, as questões partidárias serão discutidas na Executiva do Partido dos Trabalhadores, especialmente com o Presidente José Genoíno, a quem expresso nosso carinho, nosso apreço e nossa admiração pela sua história de homem público.

Sr. Presidente, sobre a segunda fase da minha fala, peço a V. Ex<sup>a</sup> que tenha um pouco de paciência, porque tratarei de um tema relacionado à Petrobras e preciso de um tempo maior para fazer essa abordagem. Tratarei de algumas notícias veiculadas pela imprensa de que eu já admitiria uma correlação entre as denúncias dos Correios e as do “mensalão”.

Quero aproveitar a oportunidade, Sr. Presidente, para registrar com muito clareza que os trabalhos da CPI dos Correios estão se iniciando, e eu não poderia, até porque estamos começando a nos debruçar sobre todos os documentos relativos a essa denúncia, fazer uma ilação direta sobre essas questões. Eu poderia até admitir, Sr. Presidente, no transcorrer das investigações da CPMI, mas não poderia, evidentemente, até por uma questão de bom senso e pelo conhecimento ainda pequeno que tenho de todas essas denúncias, fazer qualquer tipo de relação imediata.

Sr. Presidente, como o assunto atual da mídia, mais do que nunca, é a CPMI, e também em função do aparte do Senador Pedro Simon, quero falar, meu caro líder e amigo, Senador José Agripino, da fotografia hoje veiculada no jornal **O Estado de S. Paulo**.

No rigor que sempre pauta seu posicionamento, V. Ex<sup>a</sup> está absolutamente correto, como também o está o Senador Pedro Simon.

Foi um gesto inocente, tão inocente que nos deixamos fotografar. Tenha a certeza, meu caro Senador Agripino, de que estamos tomando as providências devidas para que a CPMI tenha uma sala. Houve difi-

culdades para a instalação da equipe que vai trabalhar na CPMI com muita competência, pois são pessoas sérias, várias delas funcionários do Senado Federal e de outros órgãos públicos. Tenha a certeza de que até segunda-feira teremos nossas instalações, até porque elas não foram liberadas, ainda, em função da CPMI do Banestado, que não trouxe os resultados que a população esperava, ao contrário, não tenho dúvida nenhuma, do que ocorrerá com a CPMI dos Correios.

Então, houve, efetivamente, Senador Agripino, um vacilo – se é que podemos falar assim –, por absoluta falta de espaço.

A sala das Comissões é contígua ao gabinete da Liderança do PT e, até para reunir o pessoal, acabei disponibilizando a minha sala para que fizéssemos uma reunião de trabalho. Não foi uma reunião às escuras, porque foi filmada e amplamente divulgada. Essa foi a primeira reunião de trabalho, estruturando a nossa organização, olhando as pessoas. Teremos assessoria jurídica, assessoria comercial para olhar os contratos e as licitações, e apoio da Polícia Federal, da Receita Federal e do Tribunal de Contas da União. Nessa reunião inicial de trabalho, olhamos requerimentos que, não tenho dúvida, meu caro Líder Agripino Maia, vamos discutir na segunda-feira.

É importante que se registre isso porque, apesar de muitas pessoas falarem em CPMI “chapa branca”, meu caro Presidente Agripino, a votação que o Senador César Borges recebeu mostra que essa será uma CPMI equilibradíssima, que levará a um trabalho sempre alinhado entre Oposição e Situação, ou Oposição e Governo.

Sou uma pessoa, meu caro Senador Agripino, e V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, assim como o Senador Arthur Virgílio, de conciliação, de diálogo, e esse é o meu compromisso absoluto para que tenhamos uma CPMI eficiente, na qual a pauta e os requerimentos serão discutidos previamente e onde todos os Parlamentares, titulares, suplentes e aqueles que não pertencem à Comissão, tenham vez e voz.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Permite-me um aparte, Senador?

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Pois não, meu caro Senador José Agripino.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Concordo inteiramente com V. Ex<sup>a</sup>. Aplaudo a sua atitude de se desculpar, que nem era necessária. Tenho-o em altíssima conta, considero-me seu amigo, considero V. Ex<sup>a</sup> um homem de bem, cordato e bom companheiro. Causou-me estranheza a perda do equilíbrio à qual V. Ex<sup>a</sup> se refere. Na primeira reunião, está correto reunirem-se os competentes assessores escolhidos pelo Presidente e pelo Relator, é um direito que lhes assis-

te. Na reunião do Presidente e do Relator não houve equilíbrio ou a manifestação do equilíbrio. Estavam lá uma Senadora do PT que é apenas membro da Comissão, assessores, Presidente e Relator, mas o que me causou estranheza é que não houve o contraponto, um Senador ou uma Senadora da base da Oposição, para estabelecer o diálogo desejado por V. Ex<sup>a</sup> e por mim para que a isenção seja garantida nas investigações. Faço-lhe o apelo para que, em respeito à opinião pública, sempre que houver qualquer ato, público ou não, as oportunidades do debate e do contraditório sejam oferecidas.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Absolutamente registrado, meu caro Líder Agripino Maia. Honra-me ter a amizade de V. Ex<sup>a</sup> e essa relação de carinho e respeito que pauta a nossa vida parlamentar. Não tenha dúvida nenhuma de que os registros já estão absolutamente feitos e de que trabalharemos juntos nessa CPMI.

Sr. Presidente, peço a paciência e a devida vênia de V. Ex<sup>a</sup>.

Eu quis saudar nosso querido Ministro José Dirceu e o nosso Presidente José Genoíno, prestando-lhes minha solidariedade; tratei da questão da CPMI dos Correios, até para deixar muito clara a separação entre ela e o “mensalão”; ouvi as ponderações lúcidas do Líder Agripino Maia e dei-lhe minhas justificativas, também sensatas, fruto do momento em que vivemos, do início dos trabalhos da CPMI dos Correios, mas também quero, hoje, registrar um editorial do jornal **O Estado de S. Paulo**, cujo título é: “Quem controla a CPMI”.

O editorial afirma:

O currículo de seriedade das carreiras profissionais e parlamentares, tanto do seu Presidente petista, tucano até 2001, quanto do seu relator peemedebista, dá tranquilidade quanto às suas indispensáveis posições de isenção.

Sr. Presidente, peço paciência à Mesa, pois eu gostaria de aproveitar o mote desse editorial, porque eu sempre tive uma vida profissional muito honrada, e acredito que terei igual vida política, para fazer alguns comentários sobre uma outra matéria divulgada, hoje, no **Estado de S. Paulo**, dizendo: “Petrobras teve prejuízo com contratos de Delcídio”.

Sr. Presidente, eu já esperava por mais essa ação de algumas pessoas de que me ocuparei no final desta exposição.

Eu gostaria, inicialmente, de fazer um preâmbulo rápido, Sr. Presidente, se os demais Senadores tiverem paciência e me permitirem a oportunidade de

explicar essas questões. Peço que o Senado registre no Anais, em absoluto, o material que estou trazendo, para demonstrar claramente como um profissional, uma equipe de trabalho, uma companhia séria como a Petrobras e como Ministros de Minas e Energia se comportam.

Lerei alguns trechos desse pequeno relatório referente ao programa de geração termelétrica da Petrobras, os quais vão ilustrar as minhas conclusões.

Sr. Presidente, a queda no nível dos reservatórios provocada pelo desequilíbrio entre oferta e demanda começou a ser observada e detectada a partir de 1995/96, o que motivou a Petrobras a analisar alternativas para o seu suprimento de energia elétrica. A Petrobras estava preocupada em buscar soluções energéticas em função de um racionamento que se avizinhava, até porque existia um novo modelo em implantação e, ao mesmo tempo, condições hidrológicas pouco favoráveis, pois a nossa base de geração de energia é hidrelétrica.

Evidentemente, o que já se esperava, e a Petrobras olhando a possibilidade de promover geração de energia usando o gás boliviano, começou a fazer estudos e aquilo tudo que sinalizava mostrou-se uma realidade. Veio a crise do racionamento em 2001, que levou o Governo Fernando Henrique Cardoso – o Ministro à época era Rodolpho Tourinho, com o qual tenho muita honra de ter trabalhado; depois, foi o próprio Ministro José Jorge, que deu continuidade a esse trabalho – a criar o Programa Prioritário de Termelétricidade (PPT), para fazer frente, de maneira ágil, rápida, às necessidades do País.

É importante ressaltar, mais uma vez, que, em 1998 – já em 1995/96, a sinalização era de racionamento –, estudos de várias autarquias, de várias organizações do Ministério de Minas e Energia já sinalizavam o racionamento, o que efetivamente aconteceu.

Sr. Presidente, é importante ressaltar, como eu disse anteriormente, que, já prevendo essa crise de energia, a Petrobras, precisando de energia para o seu processo industrial, desde 1996, já estudava a participação na geração termoelétrica. Portanto, muito antes que eu assumisse a Diretoria de Gás e Energia.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, esses projetos já vinham sendo instalados, estudados e discutidos há muito tempo.

Com a assinatura dos contratos de suprimento e de transporte de gás natural oriundo da Bolívia, a Petrobras assumiu compromissos de *take-or-pay* e *ship-or-pay* significativos.

A partir do início da operação do gasoduto da Bolívia, em julho de 1999, esses compromissos passaram a gerar dispêndios irre recuperáveis de cerca de US\$300 milhões por ano, situação que, à época, estava prevista para perdurar até 2009.

A necessidade premente de desenvolver o mercado de gás natural como uma forma de reduzir os prejuízos dos anos iniciais de operação do gasoduto Bolívia/Brasil, aliada à perspectiva da falta de energia elétrica, foi a principal motivação da Petrobras para incrementar sua participação na termoeletricidade.

Portanto, Sr. Presidente, os estudos das termoelétricas já vinham desde 1996, porque a Petrobras já enxergava que ia faltar energia e não podia haver falta de energia para o seu processo industrial, o que colocaria o País em colapso no suprimento de combustíveis. Isso desde 1996.

Com o advento do gasoduto, que trazia um prejuízo anual para a Petrobras de US\$300 milhões, pelo contrato que foi firmado, lá atrás, em Governos anteriores, contrato absolutamente importante para essa integração por que tanto o Presidente Lula trabalha, diuturnamente, e uma integração por meio de energia, de gás natural, como acontece em outros continentes, na Europa, especialmente.

A Petrobras vislumbrou uma grande oportunidade. Consumiu gás que estava no contrato e que precisava ser consumido pelas lógicas contratuais e gerar energia para sua necessidade em função do racionamento que já se avizinhava. E é por isso, Sr. Presidente, que a Petrobras começou a trabalhar celeremente na instalação de usinas termoelétricas para garantir energia para as suas principais refinarias e ao mesmo tempo fornecer vapor para os processos industriais dessas refinarias.

Portanto, lá de trás, Sr. Presidente, já havia esse programa em implantação. E é claro, diante da crise e de uma solução ágil, rápida para que o País não enfrentasse um racionamento que diminuía o PIB em 1,5% ou 2%, o Programa Prioritário de Termoeletricidade era absolutamente importante, para que o País, que enfrentava um momento de economia estável, reunisse todas as condições de crescimento, que foram obstaculizadas pela falta de energia.

Sr. Presidente – e vou procurar abreviar essa minha fala –, com base em estudos da Eletrobrás, do Cepel e de universidades, foi projetado o programa prioritário de termoelétricas, com alguns projetos considerados essenciais.

Hoje, Sr. Presidente, aquilo que foi projetado opera com confiabilidade, garantindo a otimização energética do setor elétrico e do sistema elétrico brasileiro. Hoje temos a usina de Ibirité, em Minas Gerais; a usina de

Três Lagoas, no meu Estado; a usina Termobahia, em Camaçari; a usina de Canoas, em Porto Alegre; a usina Termelétrica de Willian Arjona, em Campo Grande, no meu Estado também; e vários projetos de termoeletricidade que efetivamente responderam àquilo que o País exigia: energia. E projetos tão importantes, Sr. Presidente, que hoje garantem a otimização energética.

E não tenho dúvida, Sr. Presidente, de que, com a implementação do novo modelo e as dificuldades que temos enfrentado na implementação dessas usinas, o Programa Prioritário de Termoeletricidade é essencial para que não tenhamos problemas de suprimento de energia no País, fechando-se o ciclo, gerando-se mais energia agregada por meio do vapor gerado. E essas usinas serão fundamentais, meu caro Senador Tião Viana, para que não falte energia no País, fruto das várias dificuldades na implantação dos projetos ora em andamento, apesar de todo o trabalho competente, sério e determinado da Ministra Dilma Rousseff. E, dentre esses projetos, Sr. Presidente, e essas usinas são objeto da matéria...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – ... de **O Estado de S. Paulo**, são as famosas Usinas *Merchants*, utilizadas para venda no mercado *spot*, seguindo modelos adotados nos Estados Unidos, na Europa, e, principalmente, criadas em países que enfrentam racionamento, onde o preço do mercado atacadista da energia é elevado, em função das condições precárias de suprimento. Essas usinas foram pautadas e mais do que nunca ratificadas por estudos da Aneel, do Operador Nacional do Sistema, do Cepel, e tinha todas as premissas necessárias para que inclusive se mudasse o cenário energético do País e esses contratos viessem a ser rediscutidos.

É importante registrar, com relação a essa matéria...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me adverte quanto ao tempo, mas peço-lhe paciência, que é natural a V. Ex<sup>a</sup>, para que eu exponha essa questão, que, de acordo com meu ponto de vista, é muito séria. Nós não podemos permitir que esses pontos fiquem sem resposta.

Ao analisar esses contratos, o Ministro Eros Grau, hoje do Supremo Tribunal Federal, num parecer obtido pelo mesmo jornal **O Estado de S. Paulo**, diz que não houve má-fé dos representantes da estatal na assinatura desses contratos, mas que esses contratos promoveriam o enriquecimento sem causa aos investidores privados.

É importante registrar, Sr. Presidente, que todos esses investimentos foram todos feitos pelos investidores privados, como El Passo, Enron, MPX, no Ceará, que é outro projeto que também fez parte desse elenco de usinas que estão operando hoje nos grandes centros de carga num momento importantíssimo para o País.

Sr. Presidente, então, temos aqui uma afirmação de que houve boa fé dos gestores. Isso é muito importante, porque mostra honestidade de propósito e, acima de tudo, honradez. No entanto, Sr. Presidente, esses contratos tinham cláusulas que poderiam levar à sua rediscussão a qualquer momento.

Em 2003, Sr. Presidente, os reservatórios se recuperaram, e o mercado de energia elétrica, em função do racionamento, caiu, meu caro Senador Tião Viana, meu caro Senador Mão Santa, em 25%. Janeiro de 2003 era o momento adequado para se rediscutirem esses contratos.

E quando se diz que os contratos dessas três usinas deram prejuízo de 2 bilhões, eu pergunto, Sr. Presidente: se os contratos já estabeleciam a sua rediscussão a qualquer momento, inclusive por arbitragem, por que a diretoria responsável não chamou os parceiros para rediscutirem esses contratos em novas bases?

Essa é a resposta que precisa ser dada, e não acusações levianas por pessoas que, se não são incompetentes, têm má-fé; má-fé com relação a uma corporação séria; má-fé com relação a uma corporação feita de pessoas que têm uma história de 28, 30 anos e que não podem admitir esse posicionamento de parte de determinados dirigentes que nada conhecem do que representa e do que é a Petrobras, não só para os seus funcionários de carreira, mas para o Brasil. Não posso admitir essa leviandade, que a mim me causa indignação!

Sr. Presidente, tenho sido muito elegante, apesar de ataques que tenho sofrido de parte de alguns dirigentes da companhia. No entanto, não posso deixar de registrar e alertar à diretoria da Petrobras, ao seu Presidente, José Eduardo Dutra, um homem de bem, as minhas preocupações. Primeiro, com relação à não discussão dos contratos em janeiro de 2003. Isso, inclusive, me levou a uma entrevista à **Folha de S. Paulo**, mostrando claramente o objetivo e como esses contratos foram desenhados.

Sr. Presidente, destaco algumas preocupações relativas à área de gás: a paralisação de projetos essenciais na área de gás natural; a interligação, Senador

Arthur Virgílio, dos sistemas Sudeste e Nordeste; os investimentos para propiciar mais gás natural para o mercado, no momento, inclusive, em que o gasoduto Bolívia/Brasil enfrenta dificuldades, mas com o seu suprimento mantido em função das dificuldades dos nossos irmãos bolivianos; o gás de Coari-Manaus; o gás de Uruçu-Porto Velho.

Sr. Presidente, imagine se fôssemos verificar quanto a população paga, por meio da conta de consumo de combustível, pela não-implementação desses gasodutos! Que prejuízos isso causa a todos os brasileiros que pagam, na sua fatura de energia, a conta de consumo de combustíveis. A frustração de operações de financiamento absolutamente estruturadas e que foram abortadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Delcídio Amaral, esta Mesa já lhe concedeu trinta minutos e dará mais dois a fim de que V. Ex<sup>a</sup> conclua o seu pronunciamento.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Já concluo, Sr. Presidente.

Anúncios, Sr. Presidente, de grandes jazidas numa grande trapalhada, sem registrar fato relevante para o mercado e sem se ter certeza efetivamente do potencial que se tinha.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Com todo o respeito ao Senador Delcídio Amaral, S. Ex<sup>a</sup> disse que ia expor três motivos. Creio que V. Ex<sup>a</sup> não pode deixar o Líder descer da tribuna sem fazer referência, que sei que vai fazer, aos acontecimentos políticos do momento, em especial à queda do companheiro José Dirceu. Acho que se deve dar mais de dois minutos. É um apelo que faço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A Presidência acata o pedido de V. Ex<sup>a</sup>.

Só para fazer um registro, confesso a V. Ex<sup>a</sup> que, dentro do tempo solicitado, a Mesa foi bastante flexível. A Presidência garantirá o tempo necessário para que o Plenário possa ouvir o Líder, ainda porque, para mim, é um prazer ouvi-lo.

S. Ex<sup>a</sup> terá o tempo necessário, de acordo com os Srs. Senadores.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem. Entendo que a tolerância



de mais cinco minutos está mais do que suficiente, sob pena de prejuízo aos demais oradores.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Dez, quinze, vinte, o que V. Ex<sup>a</sup> desejar.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Eu mesmo gostaria de apartear o meu prezado Líder, dizendo que é o mais claro exercício de fogo amigo que já vi neste Governo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– A Mesa agradece a solidariedade dos Srs. Parlamentares, pois, assim, fica livre de um futuro questionamento após o uso da palavra por S. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, para a Oposição, oportunamente, a metade do tempo basta.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Darei mais cinco minutos a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Delcídio Amaral.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Pois não, é o suficiente, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, questões de não pagamento levando inclusive a Petrobras a situações de *default*, com reestruturação de algumas áreas. Não são majoritariamente as demais áreas, mas simplesmente o desmonte de áreas que funcionavam muito bem. O desplante de se apresentarem propostas, em algumas reuniões de diretoria, no sentido de cindir a área de exploração e produção do óleo para o gás. Pessoas contratadas caroneando, Sr. Presidente, o pessoal de carreira da companhia, sem entenderem como funciona uma corporação como a Petrobras. Em algumas situações, em flagrante desrespeito a muitas pessoas que, com suor e lágrimas, construíram a maior empresa brasileira.

Sr. Presidente, para concluir e antes de conceder a palavra aos Senadores Tião Viana e Mão Santa, faça um registro. O Presidente Lula, hoje, mostra claramente o desejo de mudanças. O Presidente Lula precisa olhar com carinho a necessidade de mudanças na diretoria da Petrobras. Não falo em todas as diretorias, porque a Petrobras tem muitos diretores absolutamente sérios. O Presidente José Eduardo Dutra é um homem sério, mas precisa olhar algumas áreas com mais atenção para lhes dar efetividade e para fazer com que correspondam, realmente, àquilo que se projetou para a companhia; para que algumas áreas não criem confusões corporativas numa companhia tão séria como a Petrobras; e que algumas áreas da Petrobras deixem de fabricar dossiês sistemáticos contra pessoas da casa, contra pessoas que já foram da casa e até contra Parlamentares.

O que aconteceu hoje é, como disse o Senador Tião Viana, um reflexo sublime do fogo amigo. No momento em que tenho uma responsabilidade extraordinária de conduzir a Presidência da CPMI, talvez, mais importante do Congresso Nacional, recebo, como lealdade e como respeito à minha pessoa, uma matéria como esta. Por isso, Senador Tião Viana, precisamos fazer uma avaliação clara do nosso comportamento. O maior adversário do PT não é a Oposição. O maior adversário do PT somos nós mesmos, alguns companheiros que nos acusam injustamente, que querem colocar nas manchetes homens dignos, homens de fé, que têm uma folha de serviços prestados ao País. Esses “bacanas” que plantam dossiês sistemáticos em revistas e jornais nunca saíram de São Paulo.

Tenho uma história de vida, de trabalho, de empenho, três malárias nas costas, já vivi na Amazônia, no Sul do País e também no exterior e trabalhei em empresas multinacionais. Tenho uma vida ilibada e não aceito, Sr. Presidente, num momento como o de hoje, uma molecagem como essa. E essa molecagem tem nome e sobrenome: chama-se Ildo Sauer. Eu espero que a lucidez do Presidente Lula neutralize esse elemento absolutamente nocivo à vida da Petrobras e à vida do Governo.

Meu caro Senador Tião Viana.

**O Sr. Tião Viana** (Bloco/PT – AC) – Meu nobre

Senador Delcídio, uso a palavra apenas para expressar a minha absoluta solidariedade. V. Ex<sup>a</sup> é um dos quadros políticos do Partido dos Trabalhadores que mais têm nos honrado em sua trajetória de homem público. Fez parte do Governo Fernando Henrique com honradez, numa atividade técnica de Estado. Conhecemos a sua trajetória, como conhecemos a do ex-Senador José Eduardo Dutra, que hoje nos honra na presidência da Petrobras. Tenho certeza de que ele será o primeiro a tomar medidas administrativas que permitam a correção dessa injustiça velada contra V. Ex<sup>a</sup>. Todos os Senadores que se envolveram com o problema do apagão sabiam da previsão de crise energética. Como V. Ex<sup>a</sup> disse, em 1996, já havia um diagnóstico instalado, havia uma previsão. Então, vejo esse ataque, sim, como pleno exercício do fogo amigo, é o verdadeiro fogo amigo. V. Ex<sup>a</sup> não é merecedor desse ataque. Apegue-se à força do Regimento, de sua biografia e de sua atividade parlamentar que V. Ex<sup>a</sup> passará por essa crise. Depois de um discurso tão completo, sugiro a V. Ex<sup>a</sup> que responda com flores aos espinhos que atiraram contra V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Obrigado, Senador Tião Viana.

Meu caro Senador Mão Santa, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Delcídio, venho aqui externar o meu repúdio ao pejorativo que querem dar à CPI que V. Ex<sup>a</sup> preside: chapa branca. Querem dizer que é atrelada e subserviente ao Governo. V. Ex<sup>a</sup> é maior. O branco de V. Ex<sup>a</sup> é o branco que está na bandeira no qual está escrito “Ordem e Progresso”, é o branco das nossas estrelas – aliás, é mais do que as estrelas, porque as estrelas brilham somente à noite, e V. Ex<sup>a</sup> brilha de dia e de noite e tem a nossa admiração. Tanto é verdade que, outro dia, quando técnicos do Piauí vieram buscar informações sobre gasodutos, e eu lhes disse que os levaria à pessoa que melhor poderia orientá-los de forma a permitir que esse benefício chegasse ao Piauí. Levei os técnicos e engenheiros ao gabinete de V. Ex<sup>a</sup>. Quero traduzir aqui o respeito e a gratidão do povo do Piauí por sua presença no mundo político. V. Ex<sup>a</sup>, aliás, lembra Alberto Silva, que diz sempre que é um engenheiro político, um engenheiro de construção. O País está certo de que V. Ex<sup>a</sup> será o grande engenheiro político que vai dar a essa CPI a construção da busca da verdade que o povo quer.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Obrigado, Senador Mão Santa.

Meu caro Senador Alberto Silva, ouço V. Ex<sup>a</sup> e, em seguida, os Senadores Agripino e Heráclito.

**O Sr. Alberto Silva** (PMDB – PI) – Meu caro Senador, com a licença do nosso Presidente porque o tempo já vai longe, V. Ex<sup>a</sup> acaba de dizer o que não precisava dizer. Conheci melhor V. Ex<sup>a</sup> nesta legislatura, mas o conheci quando era Ministro, sei de sua história e de seu trabalho. E todos nós, engenheiros deste País – aqui falo como um engenheiro político –, trazemos a nossa solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, nesta Casa e fora dela. V. Ex<sup>a</sup> tem uma história. Nosso companheiro Tião Viana disse-lhe que mandasse flores. Sim, Senador Delcídio, V. Ex<sup>a</sup> está muito acima do que estão escrevendo contra V. Ex<sup>a</sup> e, por isso, tem a nossa solidariedade. Aqui o estou conhecendo de perto e já tive oportunidade de saber como V. Ex<sup>a</sup> age: homem sério, capaz de construir e nunca de destruir. V. Ex<sup>a</sup>, na presidência dessa CPI, vai dar ao Brasil exatamente o que o País espera de um homem sério, justo e honesto, como é V. Ex<sup>a</sup>. Receba a nossa solidariedade neste momento em que faz esse discurso.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Alberto Silva. Muito me honram os pronunciamentos de V. Ex<sup>a</sup>, do Senador Mão Santa e do Senador Tião Viana.

Passo a palavra ao Senador Agripino Maia.

**O Sr. José Agripino** (PFL – RN) – Senador Delcídio, V. Ex<sup>a</sup> estava chegando ao plenário quando eu estava falando sobre uma fotografia que era encimada por uma manchete. Não li essa manchete, porque só costumo comentar coisas em que acredito. Como não acredito na manchete que lhe traz acusações frontais, nem ao menos a comentei. Comentei a fotografia que me causou estranheza e sobre a qual V. Ex<sup>a</sup> já se manifestou. Quero apresentar a V. Ex<sup>a</sup> o meu desagravo, porque não é o juízo que faço do comportamento de V. Ex<sup>a</sup>, uma pessoa cordata, de comportamento sério e que está sendo atingida. V. Ex<sup>a</sup> reage com precedente indignação. V. Ex<sup>a</sup> está sendo atingido por fogo amigo, por pessoas ligadas ao seu Partido que desejam desestabilizá-lo. Com que objetivo? O de tirar a credibilidade do presidente da comissão parlamentar de inquérito? É isso o que um petista quer para outro petista? Pelo amor de Deus! V. Ex<sup>a</sup> tem a minha indignação e a minha solidariedade à sua indignação.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS)

– Muito obrigado, Senador Agripino.

Senador Heráclito Fortes, ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Meu caro Senador Delcídio Amaral, quando V. Ex<sup>a</sup> foi investido presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, aqui da tribuna do plenário dei pêsames a V. Ex<sup>a</sup>: no sentido figurado, porque sabia que V. Ex<sup>a</sup> iria ser vítima de campanhas como essa. É apenas o começo, prepare o couro! Pense no couro do jacaré pantaneiro, resista porque vem mais pancada por aí. Estranhamente, é tudo fogo amigo. Quero dar o testemunho de fato que ocorreu há cerca de dois meses – V. Ex<sup>a</sup> sabe disso, embora nunca tenhamos falado sobre o assunto. Houve, na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado, a votação do Sr. José Fantini – V. Ex<sup>a</sup> estava lá lutando pela aprovação do nome desse cidadão, funcionário da Petrobras que pagou um preço por um fato com o qual ele nada tinha a ver, ele foi vítima de um episódio. A coisa mais fácil quando esses fatos acontecem é encontrar culpados. Ouvi seus próprios companheiros jogarem a culpa sobre V. Ex<sup>a</sup>. Passados alguns dias, fui convidado pela Ministra Dilma Rousseff a ir a seu gabinete tratar de outro assunto. Numa conver-



sa franca, disse à Ministra – depois, inclusive, ela me agradeceu – que ficasse inteiramente tranqüila, porque o Senador Delcídio era vítima daquele episódio, havia lutado até a última hora, não fora avisado de que teria dificuldades com antecedência. Quando foi avisado, estavam faltando apenas dez minutos para o fim da votação. Foi uma arapuca em que jogaram V. Ex<sup>a</sup>. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> se prepare, porque tem sido vítima e continuará sendo vítima da inveja dentro do seu Partido, entre os seus companheiros. Evidentemente, terá da Oposição – e isso é justo – o embate, terá sempre a discordância, mas não ações dessa natureza. Não fazemos isso. Lamento, porque V. Ex<sup>a</sup> não merece esse tipo de campanha que está enfrentando. V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso corajoso.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Caberá ao Presidente da República tomar uma atitude. Tenho certeza de que, se Sua Excelência não tomar essa atitude, V. Ex<sup>a</sup> a tomará. Um dos dois é demais neste Governo: ou é o Sauer, ou é V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Concedo um aparte ao Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Quero levar o meu abraço a V. Ex<sup>a</sup> e lamentar profundamente que isso esteja acontecendo. É grosseiro que uma coisa dessa natureza seja feita a uma pessoa como V. Ex<sup>a</sup>, que tem nome, que tem sobrenome, que tem liderança e que podia ser chamado para explicar. Isso não deveria ter sido colocado no jornal dessa maneira. Na verdade, concordo plenamente com o nobre Senador. A inveja machuca. Eu já tinha dito: V. Ex<sup>a</sup> está sendo brilhante como Líder e já tem gente de olho em V. Ex<sup>a</sup>. Quando V. Ex<sup>a</sup> pegou a Presidência da Comissão, eu disse: vai ser pior. Eles querem desestabilizá-lo, para que V. Ex<sup>a</sup> fique com uma atuação dúbia na Comissão, mas V. Ex<sup>a</sup> deu uma demonstração de coragem, de franqueza, de sensatez nos argumentos. Também concordo com o meu querido Senador, no sentido de que o Presidente Lula terá de analisar essa questão, e não tenho dúvida de que V. Ex<sup>a</sup> terá colaboração e solidariedade. Na medida em que prova que a verdade está com V. Ex<sup>a</sup>, terá o nosso apoio. É claro que todos queremos a verdade, mas isso não deve atingir, de modo nenhum, a sua firmeza e a sua convicção na condução da importante Comissão que está presidindo.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Meu companheiro e amigo, como já posso dizer tendo em vista esses meses em que aqui estamos, Senador Delcídio Amaral, se todo Parlamentar viesse à tribuna e manifestasse, com essa indignação que V. Ex<sup>a</sup> demonstrou, o sentimento diante de acusações como essa, o Congresso seria melhor. É uma pena que muitos, quando vêem notícias como essas, sentem-se tão acostumados que nem sofrem, como V. Ex<sup>a</sup> demonstrou nessa sua fala. Fico satisfeito com o fato de V. Ex<sup>a</sup> ter demonstrado isso, embora, para mim e para quem lhe conhece, isso não seria preciso. É muito bom que a opinião pública veja sua manifestação, mesmo contra uma pessoa que faz parte do Governo, ou, até mais, especialmente por fazer parte do Governo. Já ouvi outras pessoas dizerem ter feito parte do Governo Fernando Henrique como uma acusação. Devo dizer que tenho o maior respeito pela maioria das pessoas que faziam parte do Governo Fernando Henrique. Precisávamos de mais gente com experiência em outros Governos para colaborar com o nosso. Sinto-me muito feliz de ser parte dos seus liderados na minha Bancada. Espero que o Presidente Lula resolva essa situação. Se tiver de escolher, não há a menor dúvida de qual escolha Sua Excelência deve fazer.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque, pelo posicionamento sempre lúcido e crítico, que vem de um homem público de bem, como é V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PL – RJ) – Senador Delcídio Amaral, peço-lhe um aparte.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Senador Marcelo Crivella, o Senador Arthur Virgílio falará. Depois, eu lhe concederei o aparte.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PL – RJ) – Pois não.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Concedo o aparte ao Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Serei bastante breve, Senador Delcídio Amaral. V. Ex<sup>a</sup>, sim, faz uma denúncia que me estarrece. V. Ex<sup>a</sup> disse que a denúncia tem nome e sobrenome: o nome é Ildo, e o sobrenome, Sauer. Portanto, é um diretor que serve ao Governo Lula. E V. Ex<sup>a</sup> é operoso Líder do principal Partido da base de apoio ao Presidente no Congresso, o Partido dos Trabalhadores. Vejo que V. Ex<sup>a</sup>, com o peso da liderança que exerce, pode tranqüilamente defenestrar o Sr. Ildo Sauer do Governo. E penso que

ele não escolheu o melhor método. Se for ele – e tenho todas as razões para crer em V. Ex<sup>a</sup> e, portanto, endossar que foi ele –, escolheu o pior método. Em primeiro lugar, ele poderia ter dito abertamente ao Presidente da Petrobras e ao Presidente Lula – e esse era o dever de lealdade dele: se o senhor fulano de tal é mantido como Líder, saio da Petrobras. O Presidente Lula não o atenderia, e ele, então, poderia dizer à imprensa: saí por isso, isso e mais aquilo. O jogo da plantação de notícia, o jogo da picuinha e da intriga me deixa preocupado. Se for minimamente equilibrado e minimamente normal, este Governo haverá de tomar enérgicas providências nesse episódio aqui relatado por V. Ex<sup>a</sup>. Portanto, só reforço aquilo que Heiner dizia da Alemanha, às vésperas da implantação e da consolidação do III Reich: “De noite, quando penso na Alemanha, perco o sono”. De noite, quando penso nos rumos deste Governo, perco o sono também.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio, pelas suas palavras.

Concedo o aparte ao Senador Marcelo Crivella.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PL – RJ) – Senador Delcídio Amaral, V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. Hoje, nessa República de suspeitos, um parlamentar só pode ser considerado inocente se passar pelo crivo depurador da imprensa, do fogo amigo ou talvez do Roberto Jefferson, que, sem prova, passou a ser o homem que tem a chave na mão e que separa os inocentes dos culpados. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão de estar indignado, e, há poucos dias, também assomei a essa tribuna indignado por isso. Anteontem, encontrei-o, às 22 horas, no elevador, indo para casa preocupado, com seus assessores, levando trabalho, assumindo uma CPI de repercussão nacional. São 180 milhões de brasileiros que esperam a decisão de V. Ex<sup>a</sup>. Neste momento tão importante, em que a base do Governo precisa estar unida, temos de sofrer coisas como essa! Sou solidário com V. Ex<sup>a</sup> também quando pede providências ao Governo, para hoje. Nós, que somos base do Governo, precisamos, no Senado e na Câmara, agir de maneira rápida, com resposta pontual e eficiente, mas fatal; e o Governo precisa nos apoiar. Senador Delcídio, a sua indignação é a minha indignação, do meu Partido e da base do Governo no Senado Federal. Tem de se tomar providência! Muito obrigado. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>! Conte com a nossa solidariedade.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Muito obrigado, Senador Marcelo Crivella, por essas palavras, que muito me honram.

Sr. Presidente, para encerrar, primeiramente quero deixar claro que trouxe este registro porque, com a lealdade e com o companheirismo que sempre tive e com a coragem que sempre tive, inclusive contrariando meus bons amigos Senadores e Senadoras que me falaram sobre isso, recebo, infelizmente, do meu Partido esse prêmio, esse presente.

Não conheço time que vença partidas em que o zagueiro chuta para dentro do próprio gol ou em que o centro-avante, em vez de partir para a ofensiva, procura prejudicar algum companheiro ou nele encontrar defeito para não tomar alguma decisão. Confesso, Sr. Presidente, que estou cansado desse tipo de coisa.

O que nos enfraquece, Sr. Presidente, são essas posturas de alguns companheiros do PT. Este meu discurso é também em defesa da corporação, porque essas mesmas pessoas têm atacado dirigentes e profissionais de carreira formados pela Petrobras ao longo de 30 anos, os quais não merecem que se levante um “a” com relação à sua idoneidade, honestidade e competência.

Então, o meu lamento e a minha indignação não são apenas em relação ao que foi dito a meu respeito, porque defendo os meus atos. E digo isso, porque, no mercado de energia, de petróleo e gás, na área da infra-estrutura, todos os principais investidores – estatais e privados – sabem quem é o Engenheiro Delcídio do Amaral Gomes, um profissional exemplar. Perdoe-me V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, pela falta de modéstia.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Para concluir, Sr. Presidente, espero que, em um momento importante como este, eu tenha, pelo menos – não estou generalizando –, solidariedade dos meus companheiros pela responsabilidade e coragem que tive ao assumir a CPMI dos Correios.

Para quem não sabe, estou me expondo à opinião pública tendo uma candidatura ao Governo de Mato Grosso do Sul, mas, para defender o Governo do Presidente Lula, assumi com coragem, determinação e – tenham certeza, Senadores José Agripino e Arthur Virgílio – isenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR DELCÍDIO AMARAL EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.)*

## BALANÇO DO PROGRAMA PRIORITÁRIO DE TERMELETRICIDADE

R1

Janeiro 2005

### INTRODUÇÃO

A crise do setor elétrico em 2001, cujos efeitos se estendem até os dias atuais, embora tenha sido deflagrada pela escassez de chuvas no verão 2000/01, foi causada pela redução dos investimentos do Estado em obras de geração e transmissão e pelas dificuldades para a implantação dos projetos privados desde o início da década de 90, o que resultou em atrasos e cancelamento de obras, levando ao desequilíbrio entre a oferta e a demanda de energia elétrica. A queda no nível dos reservatórios provocada por esse desequilíbrio começou a ser detectada a partir de 1995/96, o que motivou a PETROBRAS a analisar alternativas para o seu suprimento de energia elétrica. Porém, foi a chegada do gás da Bolívia em 1999 e o agravamento da crise que levaram a PETROBRAS a tornar-se o principal ator na termeletricidade. A crise de 2001 poderia ter sido evitada, se o Programa Prioritário de Termeletricidade – PPT tivesse sido implantado, com as premissas do Programa Emergencial, alguns meses mais cedo.

### 2. DESCASAMENTO ENTRE A OFERTA E A DEMANDA DE ENERGIA ELÉTRICA

No Brasil, a demanda por energia elétrica tem um histórico de crescimento contínuo, mesmo nos anos de recessão, e sempre com taxas maiores que a taxa de crescimento do PIB. As principais justificativas para esse comportamento são:

- Aumento extraordinário do número de unidades consumidoras, passando de 6,8 milhões em 1970 para 38,6 milhões em 1999, provocado pela universalização do consumo residencial, representando um acréscimo de 120 milhões de pessoas beneficiadas;
- Aumento de 340% no consumo médio por residência entre 1970 e 1999, provocado tanto pelo aumento da renda *per capita* como pela mudança nos hábitos de consumo;
- Aumento significativo do consumo no setor de comércio e de serviços, pela evolução do setor, com utilização generalizada de ambientes amplos, refrigerados e com iluminação artificial (*Shopping centers*, supermercados, hotéis);
- Aumento do consumo de energia elétrica na indústria, tanto pelo aumento da produção de bens duráveis como pela instalação da indústria eletrointensiva ocorrida na década de 80. Nos últimos anos, com a racionalização do uso da energia o crescimento do consumo industrial tem sido parcialmente sustentado pelas medidas de conservação de energia do setor.

Esse comportamento da demanda não era desconhecido dos órgãos de planejamento do Governo e, portanto, o descasamento entre a oferta e a demanda não pode ser atribuída a erros de planejamento. Porém, o crescimento do PIB abaixo do esperado nas décadas de 80 e 90 ajudou o Governo a justificar adiamentos tanto da construção de novas usinas e linhas de transmissão como nas ampliações das existentes. Além disso, um longo período com chuvas acima da média impediu que os cortes nos investimentos afetassem o abastecimento de energia. Com a continuidade da falta de recursos para investimentos estatais e o baixo incentivo aos investidores privados, o nível de risco do Sistema Interligado foi se elevando paulatinamente. Em 1998 já era claro pelos estudos do próprio Ministério de Minas e Energia que, para o ano de 2001, havia um elevado risco de desabastecimento.

### 3. ORIGEM DA PARTICIPAÇÃO DA PETROBRAS

**Desde 1996, a PETROBRAS vinha estudando a participação na geração termelétrica. Naquela época as motivações da empresa eram:**

- Redução de custos de aquisição de energia elétrica e geração de vapor;
- Desenvolver mercado para o gás natural;
- Possibilidade de racionamento de energia elétrica no curto e médio prazos;
- Necessidade de expansão dos sistemas de geração de energia elétrica e de vapor em alguns órgãos operacionais da PETROBRAS.

**Destes estudos foram levantadas uma série de oportunidades de investimento em termelétricas, todas de cogeração, tendo sido aprovados entre 1997 e 1998 os seguintes projetos de parceria:**

- TERMOBÁHIA - BA - Termelétrica a gás natural de 406MW e 400t/h de vapor;
- CCBS - SP - Termelétrica a gás natural de 369MW e 400t/h de vapor;
- TERMORIO - RJ - Termelétrica a gás natural de 390MW e 400t/h de vapor;
- COFEPAR - PR - Termelétrica consumindo óleo combustível ultraviscoso de 600MW e 150t/h de vapor;
- FAFEN-BA - Termelétrica a gás natural de 50MW e 42t/h de vapor.

Os compromissos de compra de energia elétrica por parte da PETROBRAS, nesses projetos, eram limitados a 450MW, que era o consumo próprio nas instalações terrestres da PETROBRAS. Assim todos estes projetos necessitavam, para a sua viabilização, da venda de parte da energia elétrica para terceiros. A dificuldade da venda desta energia e a necessidade de financiamento foram os principais obstáculos para a implantação dos projetos, impedindo o início das obras.

**Com a assinatura dos contratos de suprimento e de transporte de gás natural oriundo da Bolívia, a PETROBRAS assumiu compromissos de *take-or-pay* e *ship-or-pay* significativos. A partir do início da operação do GASBOL, em julho de 1999, estes compromissos passaram a gerar dispêndios irrecuperáveis de cerca de US\$ 300 milhões por ano, situação que à época estava prevista para perdurar até 2009.**

**A necessidade premente de desenvolver o mercado de gás natural, como uma forma de reduzir os prejuízos nos anos iniciais de operação do GASBOL, aliada à perspectiva de falta de energia elétrica, foi a principal motivação da PETROBRAS para incrementar sua participação na termelétricidade.**

### 4. PROGRAMA PRIORITÁRIO DE TERMELETRICIDADE

**Desde o final de 1998, a iminência de uma crise de abastecimento era consenso no Setor Elétrico. Em 13/05/99, em reunião realizada no MME, foi considerada prioritária a instalação de termelétricas no Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Pernambuco para prevenir o colapso no abastecimento previsto nos estudos do MME.** Porém, uma série de fatores impediu a implantação dos projetos, entre os quais se destacavam: a variação mensal do custo do gás natural - dolarizado e com indexação trimestral ao preço do óleo combustível no mercado internacional-, a falta de interesse das concessionárias de energia elétrica em comprar



energia nova, a escassez de turbinas a gás de grande porte e a dificuldade na obtenção dos financiamentos.

**Para quebrar este impasse, em maio de 1999, a PETROBRAS, motivada pela redução dos custos operacionais e pela antecipação do consumo do gás natural, aprovou a compra de até 600MW dos projetos CCBS, TERMOBAHIA e TERMORIO, com o objetivo de viabilizar a implantação da primeira fase dos mesmos. Como resultado, foram iniciadas as obras da TERMOBAHIA e da TERMORIO. As obras da CCBS não puderam ser iniciadas devido a dificuldades no licenciamento ambiental.**

**Em outubro de 1999, o MME, sob a gestão do Senador Rodolpho Tourinho Neto, criou o Comitê de Acompanhamento da Expansão Termelétrica – CAET, que tinha como finalidade o acompanhamento da implantação das usinas termelétricas. O referido comitê era presidido pelo Secretário Executivo do Ministério de Minas e Energia, com a participação do Secretário de Energia do MME, da ELETROBRAS, da PETROBRAS, da GASPETRO e do Secretário de Energia do Estado de São Paulo, além da ANEEL e do ONS.**

**Em dezembro de 1999, o nível dos reservatórios na Região Sudeste atingiu um valor extremamente baixo (18,1%) e as chuvas do verão de 2000 estavam ligeiramente abaixo da média. Com isso a possibilidade de falta de energia elétrica aumentou muito. Em resposta a essa ameaça, em 24/02/2000, o Governo Federal lançou o Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT.**

**O PPT era um programa constituído de 49 projetos de usinas térmicas com previsão de entrada em operação até o final do ano 2003. Se implantado na totalidade acrescentaria cerca de 15 000 MW ao sistema de geração elétrica do país. Foi estruturado com o objetivo de eliminar os impasses que impediam a viabilidade dos projetos termelétricos. Naquele momento as termelétricas eram a única alternativa possível para que fosse evitada a crise de abastecimento de energia elétrica.**

**O PPT condicionava que, para a inclusão no programa, as termelétricas deveriam entrar em operação até dezembro de 2003 e conferia a estas usinas as seguintes prerrogativas:**

- Garantia de suprimento de gás natural, pelo prazo de até vinte anos, ao preço de US\$ 2,475 / MM BTU, eliminando a indexação pela cesta de óleos;
- Garantia às distribuidoras de energia elétrica do repasse à tarifa dos consumidores cativos dos custos de aquisição de energia das termelétricas, limitada ao Valor Normativo Termelétrico, por um período de até vinte anos;
- Garantia pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES - de acesso ao Programa de Apoio Financeiro a Investimentos Prioritários no Setor Elétrico.

Apesar do esforço do Governo, o problema não foi resolvido, já que o pagamento do gás natural continuou dolarizado e portanto, variando mensalmente, o que era incompatível com os critérios de repasse para a tarifa de energia elétrica. Ou seja, não havia possibilidade legal de que o custo do gás fosse repassado à tarifa de energia elétrica. Desta forma, com exceção da TERMOBAHIA e TERMORIO, nas quais a compra de energia tinha sido assumida pela PETROBRAS, nenhuma obra foi iniciada.

**Com a continuidade da crise em julho de 2000, o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, em estudo apresentado ao Ministério de Minas e Energia - MME, declarou que: para afastar o risco de racionamento, era necessário aumentar a oferta de energia em 2 500 MW em 2001/02, sendo que, pelo menos 1 500 MW de geração termelétrica deveria estar implantada até o final de 2001.**



**Diante da gravidade do quadro apresentado, o MME criou um grupo com a participação da ELETROBRAS e da PETROBRAS, com a finalidade de elaborar um Programa Emergencial. Este grupo estabeleceu os seguintes requisitos para que as usinas fossem enquadradas dentro do Programa Emergencial:**

- Disponibilidade de gás natural no local da usina;
- Investimento direto pelos proprietários (100% *equity*);
- Licença ambiental obtida antes das obras;
- Turbinas a gás disponíveis e reservadas;
- Início da operação comercial até outubro/01.

Para atender ao prazo do Programa Emergencial, todas as usinas iniciariam a operação em ciclo aberto, isto é, somente com as turbinas a gás operando. A construção da usina seria completada, depois que a mesma já estivesse em operação.

Como a operação em ciclo aberto traria custos maiores de produção de energia elétrica para o operador, o MME concordou que a comercialização dessa energia fosse considerada como necessária para efeito de segurança do Sistema, uma espécie de seguro do Sistema Interligado. Desta forma, estes projetos teriam garantia de compra de 100% da capacidade de produção de energia elétrica para os primeiros dois anos de operação, tempo suficiente para o fechamento do ciclo.

Para a PETROBRAS, o Programa Emergencial era bastante atrativo, pela oportunidade de antecipação da receita proveniente da venda de gás natural para as termelétricas, em quase dois anos.

As termelétricas enquadradas no programa emergencial foram:

<b>UTE's DO PROGRAMA EMERGENCIAL</b>	
<b>Projetos</b>	<b>Potência MW</b>
<b>TERMOBAHIA - BA</b>	<b>187</b>
<b>TERMORIO - RJ</b>	<b>220</b>
<b>IBIRITÉ - MG</b>	<b>150</b>
<b>FAFEN - BA</b>	<b>25</b>
<b>CCBS - SP</b>	<b>160</b>
<b>CORUMBÁ - MS</b>	<b>88</b>
<b>TRÊS LAGOAS - MS</b>	<b>240</b>
<b>REFAP (CANOAS) - RS</b>	<b>160</b>
<b>RIOGEN MERCH (ELETROBOLT) - RJ</b>	<b>380</b>
<b>PUERTO SUÁREZ - BOLÍVIA</b>	<b>88</b>
<b>ARJONA - MS</b>	<b>120</b>
<b>PIRATININGA - SP</b>	<b>200</b>
<b>MACAÉ MERCHANT - SP</b>	<b>700</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.718</b>

Quadro 1 – Termelétricas do Programa Emergencial

Como resultado dos esforços conjuntos do Governo e dos investidores privados, foram implantados 950 MW de termelétricas em 2001 e mais 1.540 MW em 2002, valores bastante próximos das metas requeridas pelo NOS. Porém, este esforço foi em vão, as chuvas muito

abaixo da média aumentaram muito o nível de risco de desabastecimento do Sistema Interligado, principalmente nas Regiões Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste.

## 5. PROGRAMA EMERGENCIAL DE REDUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA (O RACIONAMENTO)

Em 16 de maio de 2001 o baixo nível dos principais reservatórios das regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste aumentou o risco de colapso no abastecimento, levando o Governo a decretar o início do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica (o racionamento) e criar o Comitê de Gestão da Crise Energética – CGCE, sob a coordenação do Ministro Pedro Parente, com o objetivo de avaliar a extensão da crise e propor medidas para atenuar os impactos negativos da crise de energia elétrica sobre os níveis de crescimento, emprego e renda. As perspectivas, na época, eram de uma crise profunda de oferta de energia elétrica, cuja recuperação somente seria possível após um período de três a cinco anos, com a implantação acelerada de novos projetos de geração e de transmissão, além da regularização do regime de chuvas. Porém, o impacto do racionamento sobre a demanda e as chuvas excepcionais permitiram que o racionamento fosse suspenso em 01 de março de 2002.

O CGCE também via as termelétricas como a única alternativa possível para uma saída mais rápida da crise. Para melhorar a confiabilidade no cronograma de construção das usinas do PPT, o CGCE definiu algumas premissas para que uma usina permanecesse no PPT e também criou critérios para que novas usinas fossem incluídas. Desta forma, para que uma usina permanecesse no PPT era necessário:

- Estar autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL;
- Ter licença ambiental;
- Estar com as obras iniciadas e não interrompidas;
- Ter firmado contrato de engenharia, projeto e execução - EPC; e
- Ter firmado contrato de fornecimento das unidades geradoras.

Para a inclusão de novas usinas era necessária a participação em um processo seletivo para o qual era requerido:

- Cronograma de implantação da usina, com os respectivos marcos intermediários de execução e com as datas previstas para a operação comercial da usina em seus diversos estágios;
- Autorização da ANEEL para funcionamento;
- Contrato de aquisição das unidades geradoras;
- Licenciamento ambiental;
- Fornecer mensalmente o estágio de andamento da obra;
- Contratos de engenharia, projeto e execução - EPC;
- Declarar a viabilidade financeira do empreendimento;
- Possuir contrato de compra e venda de energia - PPA; e
- Ter firmado contrato de acesso à rede elétrica.

**Estas medidas, que passaram a ter acompanhamento sistemático do CGCE fizeram com que a previsão de entrada das usinas fosse mais confiável e ensejaram uma fiscalização mais rigorosa por parte da ANEEL.**

Apesar de a crise já ter sido superada, o PPT ainda persiste. As usinas termelétricas que hoje fazem parte do PPT são:

Usina	Situação Atual	Potência Atual MW
ARAUCARIA	em litígio	484
ARJONA	em operação	114
CAMAÇARI	oper/testes	360
CANOAS	em operação	160
CCBS (CUBATAO)	construção	190
ELETROBOLT	em operação	390
FAFEN	em operação	130
FORTALEZA	em operação	347
IBIRITÉ	em operação	240
JUIZ DE FORA	em operação	82
MACAE MERCHANT	em operação	970
MPX TERMOCEARA	em operação	220
NORTE FLUMINENSE	em operação	860
PIRATININGA	oper/testes	400
SANTA CRUZ	em operação	320
TERMOAÇU	construção	325
TERMOBAHIA	em operação	186
TERMOPERNAMBUCO	em operação	520
TERMORIO	oper/testes	1.020
TRES LAGOAS	em operação	240
URUGUAIANA	em operação	510
Total		8.068

Quadro 2 – Usinas Termelétricas do PPT

Como pode ser visto, o PPT, apesar de todas as dificuldades, conseguiu disponibilizar para o Sistema Interligado 8.000 MW de geração termelétrica.

## 6. AS USINAS MERCHANT

**A PETROBRAS assumiu o compromisso de garantir uma remuneração mínima para as chamadas Usinas Merchant (Macaé, Eletrobolt e Termocará), adotando modelo de parceria público privada, semelhante ao da Lei das PPPs, recentemente aprovada pelo Congresso Nacional, dividindo com os parceiros privados os resultados da comercialização de energia acima da rentabilidade mínima dos projetos. Estas usinas tinham como estratégia inicial de operação a venda da energia exclusivamente no mercado "spot" (MAE). Para que fosse tomada esta decisão, a PETROBRAS, para avaliar o risco envolvido, além de utilizar estudos de órgãos do Governo (ANEEL, ONS, CEPEL), contratou também estudos de universidades (USP, UFRJ) e de consultorias privadas. Todos estes estudos convergiam na previsão de preços altos no MAE por pelo menos três anos. Essa condição tornavaperfeitamente aceitáveis os compromissos contratuais assumidos pela PETROBRAS, quando da assinatura dos contratos com a Macaé Merchant e Eletrobolt.**

**Cumpra destacar que a instalação das usinas ELETROBOLT e MACAÉ Merchant trariam mais confiabilidade ao suprimento de energia do Rio de Janeiro por estarem situadas no centro de carga do sistema, possibilitando, ainda, a produção adicional de 150.000 barris diários de petróleo na bacia de Campos.**

**O contrato com a MPX Termo Ceará foi assinado em abril de 2002. É importante observar que estudos realizados com utilização do NEWAVE (ELETROBRAS/CEPEL/ONS) indicavam que existia para a usina uma alta probabilidade de despacho nos próximos anos, tendo em vista o nível dos reservatórios, à época ainda não recuperados, e o isolamento do sub-mercado Nordeste. Tais estudos se revelaram acertados, já que no final de 2002 os reservatórios estiveram bem próximos de atingir o nível crítico. No final de 2003, a falta de chuvas obrigou ao despacho das usinas emergenciais e, se houvesse gás natural suficiente, todas as usinas termelétricas a gás natural do Nordeste teriam sido despachadas.**

## 7. CONTRATAÇÃO DA ENERGIA EMERGENCIAL

Em 29 de agosto de 2001, em meio ao racionamento, o Governo criou a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE com o objetivo de contratar, adquirir ou arrendar de usinas térmicas a fim de viabilizar o aumento da capacidade de geração de qualquer fonte em curto prazo. Embora o edital para a contratação das usinas emergenciais tivesse previsão para a utilização de qualquer combustível, entre as usinas a gás natural apenas a Usina Willian Arjona conseguiu ser contratada pela CBEE. O Governo, através da CBEE, contratou 2.123 MW de capacidade; destes, 25 MW estavam disponíveis no final de 2001 e mais 1.804 MW no final de 2002. Quatro usinas, totalizando 294 MW, não chegaram a ser instaladas.

**Se a CBEE tivesse contratado as termelétricas a gás em ciclo aberto inclusive as Usinas Merchant, cumprindo o acordo inicial do MME com as usinas, o prejuízo dos investidores (notadamente a PETROBRAS) com a termelétricidade teria sido bastante minimizado e o custo para o consumidor final, pago através do chamado “seguro-apagão,” teria sido bem menor já que o custo de implantação das usinas a gás é muito inferior ao das usinas contratadas pela CBEE.**

## 8. CONSEQÜÊNCIAS DO RACIONAMENTO

O racionamento teve como principal impacto a desaceleração da economia, que entrou em recessão, agravando o desemprego e a situação das empresas.

**Para o Setor Elétrico, a principal consequência foi a redução de 25% na demanda de energia elétrica, fato inédito na história do país, gerando, de imediato, uma enorme perda de faturamento para as distribuidoras.**

**Além disso, o extraordinário período de chuvas que ocorreu no verão de 2002 e a confirmação da redução na demanda de energia elétrica acarretaram num excesso de capacidade instalada.**

**Com isso o preço da energia elétrica no MAE para a Região Sudeste que estava a R\$ 680 /MWh no início do racionamento, caiu em seis meses para R\$ 5 /MWh, preço que permaneceu durante longo tempo, frustrando a expectativa de obtenção de lucro com as térmicas “Merchant” no curto / médio prazo.**

**Lembramos que o preço do MAE é calculado através de um modelo computacional e o que as principais contribuições para esta queda foram as seguintes mudanças nos dados do programa:**

- Redução da demanda após o racionamento, e baixa retomada do crescimento;
- Previsão da implantação de 100% das térmicas do PPT, segundo a revisão pelo CGCE;
- Implantação das Termelétricas Emergenciais da CBEE.

Durante o período de preços altos do “spot” operaram apenas: URUGUAIANA, UTE FAFEN, ARJONA, MACAÉ Merchant e ELETROBOLT.

## 9. SITUAÇÃO ATUAL DAS TÉRMICAS

As tabelas abaixo apresentam, de forma resumida, a atual situação quanto ao atendimento do mercado consumidor brasileiro pelas usinas térmicas que foram implantadas pela Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras visando atender às determinações do Governo Federal tendo em vista a crise no abastecimento de energia elétrica que já se vislumbrava no início da década de 2000.

### Capacidade das Usinas Térmicas da PETROBRÁS (em MW):

<b>SUDESTE</b>	<b>2005</b>
IBIRITERMO	212
TRÊS LAGOAS	218
TERMORIO	202
<b>NORDESTE</b>	
TERMOBAHIA	60
<b>SUL</b>	
CANOAS	148
<b>TOTAL</b>	<b>1449</b>

### Contratos Bilaterais (em MW):

<b>REGIÃO</b>	<b>2005</b>
SUDESTE	975
NORDESTE	23
SUL	149
<b>TOTAL</b>	<b>1147</b>



**Consumo Interno (em MW):**

<b>REGIÃO</b>	<b>2005</b>
SUDESTE	130
NORDESTE	78
SUL	14
<b>TOTAL</b>	<b>221(*)</b>
<b>SALDO</b>	<b>1368</b>

(\*) Nota: o consumo interno, após resolvidos os problemas de contratos de conexão com distribuidoras e outros problemas inerentes à nova regulamentação, deverá se situar em torno de 400 MW, principalmente na região Nordeste.

## 10. CONCLUSÃO

O Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT já trouxe para o Sistema Interligado aproximadamente 7.200MW de capacidade instalada de termelétricas a gás natural. Como pode ser visto no gráfico abaixo, se esta capacidade tivesse sido implantada com um cronograma um pouco mais acelerado, a crise de energia de 2001 poderia ter sido evitada, impedindo-se com isso a conseqüente redução do PIB (avaliada em 1,5%). Além disso, as termelétricas do PPT ajudaram a desenvolver a infra-estrutura de suprimento de gás natural, o que incentivou a instalação de uma grande quantidade de usinas. Assim, parte dos 1.000MW de usinas fora do PPT, instaladas no período, somente foi viabilizada pela construção dos gasodutos que visavam o atendimento das usinas do PPT.

A necessidade de se dispor de uma capacidade termelétrica adequada num sistema hidrotérmico, consenso entre os técnicos do Setor, foi demonstrada durante a crise de abastecimento do Nordeste do verão de 2003/04. Além do mais, com a retomada do crescimento do País, é importante assegurar que a falta de investimentos em geração não venha a produzir uma nova crise de abastecimento de energia elétrica. Portanto, também é necessário que as regras dos leilões permitam que os projetos termelétricos considerados importantes pelo Planejamento do Setor Elétrico possam ser viabilizados.

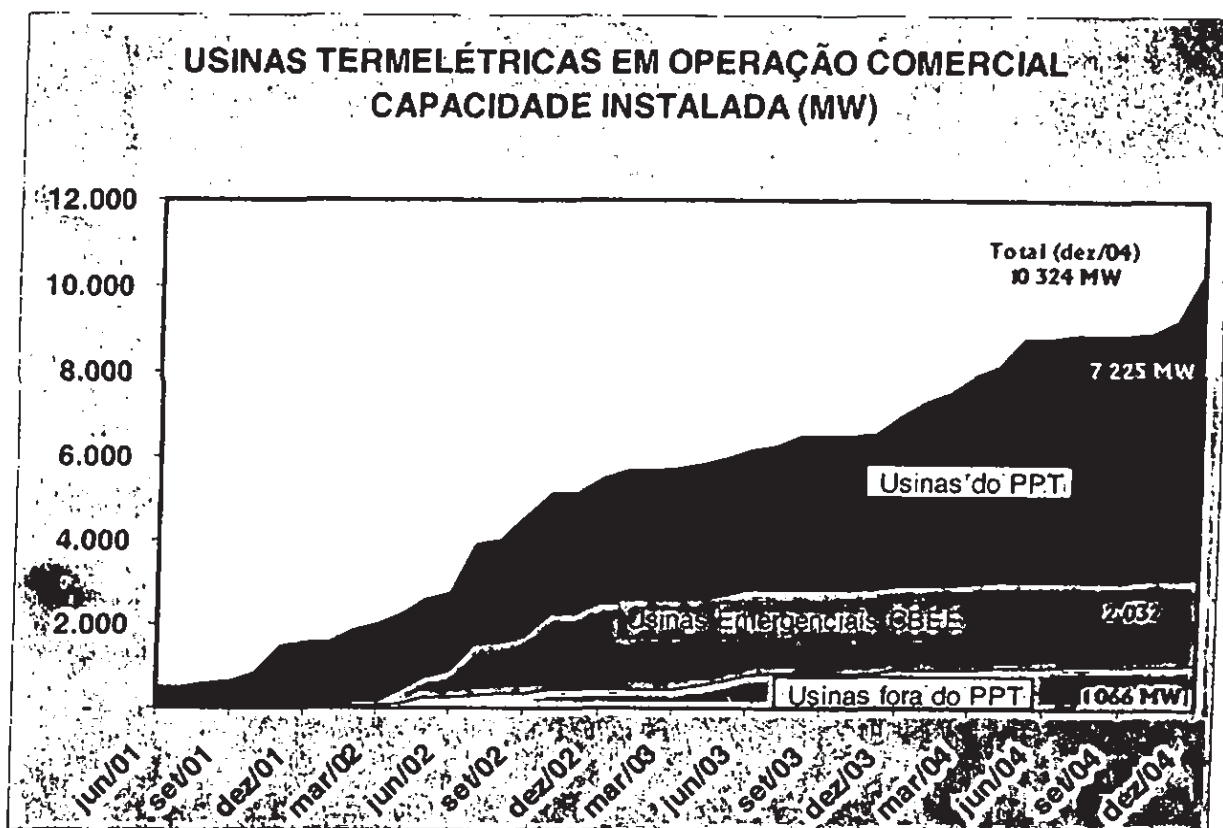


Gráfico 1 – Capacidade termelétrica instalada desde o início do PPT

Resumindo, o PPT trouxe, para o Sistema Interligado, capacidade instalada suficiente para que o país retome o crescimento. Porém, é necessária a adoção de medidas para a viabilização do crescimento sustentado da capacidade instalada, pois a atual folga poderá ser rapidamente consumida com os atuais níveis de crescimento do País.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido.

Senador Delcídio Amaral, em nome da Mesa Diretora desta Casa, receba V. Ex<sup>a</sup> a nossa solidariedade, porque todos que fazemos o Senado Federal sabemos da linha reta e da transparência de V. Ex<sup>a</sup> e temos convicção de que este momento de solidariedade é dever de cada um de nós.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias, como Líder do PSDB, por cinco minutos, e, em seguida, ao Senador Tião Viana.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO**

**DIA 17 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

*Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Efraim Moraes, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> usou o tempo que quis.

Há uma passagem bíblica que diz: “Passarão o céu e a terra, mas as minhas palavras não passarão”. Também as palavras do Senador Alvaro Dias ficarão.

S. Ex<sup>a</sup>, como Cristo, falou sob a forma de parábola: “Imaginal Beira-Mar consultor das polícias para combater o narcotráfico”.

Dando seqüência aos nossos trabalhos desta sessão de sexta-feira, não deliberativa, concedo a palavra ao Senador Tião Viana, representante do Estado do Acre pelo Partido dos Trabalhadores, por cessão da Senadora Serys Slhessarenko.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, mais cinco de prorrogação, pela minha generosidade e a do Sr. Carreiro, que são grandes.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos no meio de uma grave crise política, esta é a constatação de todos que acompanham a vida pública. Hoje, há um duro ataque à imagem dos partidos políticos e do Congresso Nacional, que tenta atingir também o próprio Poder Executivo.

Senador Alberto Silva, na CPI do Collor havia a crise instalada numa porção do Executivo, com o chamado caso PC Farias. A CPI dos Anões atingiu o Congresso Nacional, por intermédio da Comissão de Orçamento. Agora, se atingem três instituições. A resposta, então, deve ser à altura. Este é o meu entendimento.

Tenho absoluta confiança, pela grandeza e autoridade moral, pela responsabilidade e pelo comportamento de estadista do Presidente Lula, de que faremos a travessia desse momento de crise. Também tenho absoluta confiança na responsabilidade dos partidos políticos para que possamos agir com absoluta isenção e autoridade moral para atravessar essa crise.

É verdade que, no meio desse momento político, estabeleceu-se um debate em que está sendo colocada em dúvida a honra do Partido dos Trabalhadores. Isso tem levado o meu Partido a uma profunda reflexão, a uma revisão de todos os seus momentos, do surgimento à evolução histórica. São mais de 25 anos de presença na vida pública nacional. Já falei, na semana passada, do momento em que o Presidente Lula entrou no estádio de São Bernardo do Campo, onde milhares de pessoas esperavam sua chegada, com a presença marcante do movimento estudantil, das organizações camponesas, dos intelectuais, das comunidades de base da Igreja, daqueles que acreditavam num projeto de Nação, na necessária redemocratização do Brasil como um grito de liberdade e na construção de um novo horizonte moral, político e social para o nosso País. E, agora, fomos duramente atingidos.

Há um processo público de linchamento moral do Partido dos Trabalhadores, em função da acusação de um Deputado Federal chamado Roberto Jefferson.

A notícia se tornou muito mais forte do que os fatos. O Ministro José Dirceu foi condenado politicamente sem que tivesse um julgamento isento e sereno. Teve que abdicar do Governo. Em outras crises da vida política nacional, isso também ocorreu. No passado, o meu Partido também participou de erros com atitudes semelhantes, devo reconhecer. Não acho justo, pois nunca tive esse tipo de participação e, agora, precisamos dar uma resposta à altura. A única resposta à altura para este momento da política é o PT ser maior do que a crise. E só há um caminho para isso: o PT deve se mostrar absolutamente desprendido e aberto a toda e qualquer investigação que faça parte de um processo de recuperação da moral pública brasileira, neste momento que estamos atravessando. Não há outro modo.

Tenho ouvido muitas pessoas, assim como todos os Parlamentares, e a imagem que tenho é de que o Sr. Roberto Jefferson está quase virando um herói nacional.

E toda a nossa história? E o Ministro José Dirceu, um homem de 59 anos, que teve a sua vida mostrada para o País? Em 1968, foi preso pela força brutal da ditadura militar, um momento triste e dramático da vida brasileira; passou 11 meses na prisão; teve rasgada a sua nacionalidade, o seu direito de ser brasileiro; foi para o exílio, onde estudou mais, aprendeu mais; voltou para o País clandestinamente; enfrentou todas as dificuldades daqueles que tentaram ocupar o Brasil para consolidar a redemocratização; ajudou, de maneira forte, a colocar a pedra fundamental do surgimento do PT; construiu todas as etapas de ascensão do PT na credibilidade nacional; enfrentou todas as dificuldades; foi reconhecido como Presidente de Honra da União dos Estudantes de São Paulo; atravessou cinco mandatos legitimamente eleito pelo povo de São Paulo; ganhou mais de dois milhões de votos numa eleição para o Governo de São Paulo; e foi decisivo na orientação e coordenação política da eleição do Presidente Lula. Com 59 anos de idade, tendo sofrido tanto em tantas décadas de história e de vida pessoal, tendo partilhado tanto sentimento de responsabilidade com a ética e com a moralidade, como esse homem poderia ter um desvio moral como estão insinuando? Não é possível imaginar isso. Trata-se de um homem que tem sua vida e seus propósitos de cidadão brasileiro e de dirigente político abertos para qualquer observação.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, precisamos ter muito cuidado neste momento. Traz-me satisfação ver o comportamento do Senador Arthur Virgílio ponderando que o momento exige serenidade e responsabilidade política, sobretudo, para que essa crise não seja

injusta com ninguém. O preço da injustiça para com qualquer pessoa, nesta hora, poderá ser muito alto.

O Ministro José Dirceu saiu da condição de homem mais importante do Governo Lula além do próprio Presidente, embora seja o mais preparado dos quadros do Partido dos Trabalhadores, o melhor de todos nós, e resolveu voltar de peito aberto para a Câmara dos Deputados, reassumindo o seu mandato e enfrentando toda e qualquer dúvida sobre suposto desvio moral que ele e o seu Partido pudessem ter tido.

Estamos prontos para o debate, para a ampla investigação e para que esse caso seja apurado até o fim, doa a quem doer e, como disse o Presidente Lula, para que não fique pedra sobre pedra. Creio que essa é a única maneira de recuperarmos a credibilidade moral e a honra que construímos com tanto sacrifício. Para nós, do PT, nada é mais valioso e sublime, além das responsabilidades de família, de pessoa humana, que a honra que temos. Esse é o nosso grande patrimônio, Senador Delcídio Amaral, construído com muito sacrifício. Rasgá-lo será muito difícil. Se for preciso, iremos para o campo de batalha, dentro dos preceitos da civilidade e da luta política, mas vamos lutar pela nossa honra. Tenho certeza de que esse horizonte será alcançado.

Penso que a vinda do Ministro José Dirceu foi um ato político acertado. Não tínhamos outra forma de defendê-lo, e ele não tinha outra forma melhor de se defender, neste momento, e de tentar proteger quem mais o merece no Brasil, hoje, que é o Presidente Lula, preservando o Governo. Este momento significa a nossa determinação de lutar em campo aberto, onde todos são do mesmo tamanho, dentro do Parlamento brasileiro.

É evidente que outras mudanças no Governo virão logo. O Governo precisa deste momento de readequação, porque o cenário está posto. Não temos nenhuma dificuldade de fazer um quadro comparativo do que foi a política econômica do Presidente Lula, do que foi a pecha de incompetência dele, que mostrou ser muito maior do que isso. É um homem reconhecido no plano internacional. E, como gestor, hoje os indicadores e qualquer estudo comparativo sobre as políticas sociais do Governo do Presidente Lula mostram que seu governo confirmou o crescimento econômico, a estabilidade da moeda, a democracia plena. É um Governo que está pronto a fazer muito mais e trazer muito mais convencimento à sociedade brasileira.

Então, o meu entendimento é o de que a vinda do Ministro José Dirceu representa a chegada de um legítimo companheiro, aquele que, ombro a ombro com o Partido dos Trabalhadores, escreveu 25 anos da história do PT na recuperação da democracia brasileira.

D. Paulo Evaristo Arns disse uma vez em uma palestra no meu Estado: “A ditadura marca a sociedade por, pelo menos, 50 anos após o seu encerramento”. Ainda vivemos este momento no qual a denúncia parece já um traço da cultura brasileira, cresce em progressão geométrica, mas as virtudes andam em passos de cágado, Senador Delcídio, a passos muito lentos. São muito pouco reconhecidas. Vivemos o risco da extinção das virtudes no reconhecimento público se não agirmos com absoluta coragem, transparência e determinação política, que é o que tem motivado a nossa história e o surgimento do Partido dos Trabalhadores.

Tenho certeza de que essa crise será superada por nossa coragem, por nossa responsabilidade política, ética e que será dos outros Partidos nesta hora. Se houver desvio moral, que esse seja apresentado à sociedade, que a justiça se faça presente e que o Parlamento saiba agir de maneira exemplar.

Estou aqui para manifestar e reafirmar a mais absoluta confiança na honra, na dignidade e na responsabilidade política do Ministro José Dirceu. S. Ex<sup>a</sup> é muito bem-vindo a esta Casa para nos ajudar e para ser mais um dos coordenadores da nossa atividade política dentro do Parlamento.

Concedo o aparte ao eminente Senador Marcelo Crivella. Depois, ao meu Líder, Senador Delcídio Amaral.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PL – RJ) – Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> faz um depoimento muito lúcido, hoje, para o Plenário do Senado Federal. Na terça-feira passada, assistimos a um dos mais deprimentes espetáculos da história política da nossa República: um achacador, um manipulador de cargos públicos por interesse próprio, um mascate de partido político, um receptor de dinheiro sujo declarou ter recebido R\$4 milhões, colocou o Conselho de Ética de cócoras, de onde saiu como herói – bandido –, sob os aplausos do seu próprio Partido e de outros. Mas cada um de nós saiu diminuído desse episódio. E V. Ex<sup>a</sup> hoje fala do Ministro José Dirceu. Não merecia isso! Não merecia isso mesmo! Volta para a planície, como disse ele, e daqui poderá responder como um homem que não tem o que temer. Parece-me que, no Conselho de Ética, muitos ficaram intimidados pelo medo de serem acusados. Roberto, de repente, passou a ter a chave da inocência e da culpa no País. Para quem desferisse uma acusação, ficaria um gravame. Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup> mostra a estatura do homem público que é, ao defender de peito aberto seu Ministro, seu Líder e ao prestar-lhe solidariedade. V. Ex<sup>a</sup> não só nos motiva a isso, mas também recebe de nós a mesma solidariedade que dá ao seu companheiro. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>.



**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e já comentarei o seu aparte. Ouço os Senadores Delcídio Amaral, Pedro Simon e Heráclito Fortes.

**O Sr. Delcídio Amaral** (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Tião Viana, ilustre companheiro do PT, muito pertinente é o discurso de V. Ex<sup>a</sup> e, mais do que nunca, os registros que faz em relação ao nosso querido Ministro José Dirceu. A história do Ministro José Dirceu se confunde com a história do nosso Partido, na defesa da ética, na luta pela democracia, por tudo aquilo que ele defendeu e sonhou ao longo dos 59 anos de vida. Quero dizer, meu caro Senador Tião Viana, que não tenho dúvida de que o Governo vai ganhar muito com a vinda do Ministro José Dirceu para a Câmara dos Deputados. Tenho absoluta convicção de que ele fará um trabalho político exemplar, com competência, determinação e fé no Brasil. Como homem de bem que é, tomou essa decisão corajosa e firme de se defender na Casa que ele conhece muito bem, na Câmara dos Deputados, a Casa do povo, para mostrar a lisura, honestidade, decência e história. Não tenho dúvida nenhuma, meu caro Senador Tião Viana, de que ele será importante em todo esse desafio que temos pela frente, neste momento, como V. Ex<sup>a</sup> disse com absoluta lucidez, difícil que o País hoje enfrenta, com a responsabilidade que temos na CPI dos Correios. Há necessidade de isenção, de equilíbrio, de diálogo com a Oposição, para que apresentemos à opinião pública um trabalho eficiente, que mostre as irregularidades, que apure com rigor, cortando na carne – como o Presidente Lula disse –, mas que também apresente propostas, porque uma CPI não é só para punir. Por meio dela, práticas administrativas governamentais e das empresas estatais podem ser melhoradas. Tenho absoluta certeza de que iremos fazer isso. Temos um objetivo bem claro, que é a CPI dos Correios. Quero, mais uma vez, registrar que uma coisa são os Correios, outra coisa, aproveitando este aparte que V. Ex<sup>a</sup> me dá, é a CPI do Mensalão. Quero esclarecer que o trabalho da Comissão será centrado nessa questão dos Correios, porque não existe nenhuma evidência, até o momento e até fruto daquilo que foi analisado, qualquer ligação com a outra CPI. Senador Tião Viana, quero mais uma vez registrar o homem público que V. Ex<sup>a</sup> é: equilibrado, firme, coerente e, acima de tudo, um Senador que honra o nosso Partido, com a sua dignidade, fé, luta e história, não só pelo seu Estado do Acre, mas pelo Brasil.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Tião Viana, fique tranqüilo quanto ao tempo de V. Ex<sup>a</sup>, porque já o proroguei por mais cinco minutos, em respeito ao conteúdo de seu pronunciamento e à grandeza que V. Ex<sup>a</sup> representa.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senador Mão Santa, digno Presidente.

Ouçó, com prazer, o Senador Pedro Simon.

**O Sr. Pedro Simon** (PMDB – RS) – Senador Tião Viana, como sou o próximo orador inscrito e vou falar exatamente sobre essa matéria, quero apenas dizer o seguinte: V. Ex<sup>a</sup> honra esta Casa e o seu Partido com seu pronunciamento. Que bom ouvir um pronunciamento como o de V. Ex<sup>a</sup>! Há uma semana, V. Ex<sup>a</sup> fez um pronunciamento chamando a atenção do Governo, dizendo que ele devia agir, tomar providências, fazer algo concreto e positivo para sair desse impasse. Hoje, V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de dizer que está tranqüilo com as decisões que o Governo está tomando. Também acho que V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão. É para se estar tranqüilo, porque o Governo começou a agir. Que bom que V. Ex<sup>a</sup> possa ser um dos nomes que o Presidente pode chamar, na hora de reconstruir o seu Partido e o seu Governo, para, participando ou não do Governo, ser um dos conselheiros que possam dizer a ele o que V. Ex<sup>a</sup> está dizendo aqui, como amigo, como companheiro, como alguém que deseja, realmente, que seu Partido e seu Governo sejam grandes. Vou para a tribuna, mas faço este aparte na obrigação de dizer que V. Ex<sup>a</sup> está somando muito nesta manhã para todos nós.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Pedro Simon.

Ouçó, com prazer, o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Tião Viana, em primeiro lugar, quero registrar a profunda frustração da Oposição nesta Casa. Já estamos há dois anos e seis meses e não conseguimos criar nenhuma crise para o Governo de V. Ex<sup>a</sup>. Veja quanta frustração! O Governo de V. Ex<sup>a</sup> se encarrega de todas. Quando imaginávamos que o fogo tinha abrandado, vem agora essa envolvendo a maior estatal do Brasil, cujo Diretor atinge, de maneira desleal, um colega, companheiro de partido, que é o Líder e que, neste momento, está pisando em ovos, como Presidente de uma CPI importante e complicada. Uma coisa o Governo precisa ter na cabeça: esta CPI não é do Presidente, não é do Relator; ela é do Brasil. Tenho recebido telefonemas do Piauí, de pessoas me contando, estarrecidas, que, nas cidades do interior, o carteiro chega para entregar a correspondência e passa dez minutos falando mal do Partido de V. Ex<sup>a</sup>, mostrando a frustração, ou falando mal do político. Esses são os grandes divulgadores do escândalo. A capilaridade dos Correios e Telégrafos, Senador Delcídio Amaral, é gigantesca. Então, quem pisar em falso nessa CPI vai pagar um preço altíssimo. Acho muito engraçado quando vejo as pessoas cantarem de galo como uma grande vitória o fato de terem aliado a Oposição do comando da CPI. Quem ri



por último ri melhor, é só esperar. Senador Tião Viana, ouvi, como sempre faço, com muita atenção, o aparte do nosso querido “condutor de almas”, o pastor Crivella. Compreendi a sua ira contra um Deputado que acusou de receptor, o que é justo – não estou entrando no mérito. Mas V. Ex<sup>a</sup> é “condutor de almas” e tem de ser justo também. A sua ira deve também voltar-se para os que entregaram o dinheiro. Senador, divida e distribua a sua ira dos dois lados: o que entregou e o que recebeu. Como V. Ex<sup>a</sup> é homem que fala em nome de Deus e que está sempre em paz com a consciência, faça esse reparo, porque tenho certeza de que V. Ex<sup>a</sup> não está querendo colocar panos quentes naqueles que integram o PT e que foram responsáveis por isso. Nós, Senadores, Parlamentares, estamos sendo vítimas desse episódio. A crise é do Executivo, mas ela está estourando aqui, como essa crise do Senador Delcídio Amaral. O Executivo fabrica crises, e elas estouraram no Parlamento, e nós pagamos perante a opinião pública o preço disso. No mais, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup>. O Ministro José Dirceu, na sua posse, tinha 300 pessoas para abraçá-lo, para “puxar o saco”, como se diz na linguagem; na saída, são poucos os que ficam. E V. Ex<sup>a</sup> tem o mérito de estar aqui segurando na alça, não digo do caixão, mas pelo menos da saída do Ministro José Dirceu do Palácio. Não vou entrar no mérito da questão, mas, com segurança, eu lhe digo: é mais uma vítima...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Heráclito Fortes (PFL – PI)** –...do fogo amigo do seu Governo o Ministro José Dirceu; não é vítima da Oposição, não. A Oposição crítica, porque é legítimo criticar, mas os destruidores foram exatamente os seus colegas, os que se manifestam à socapa, os que se manifestam por meio de documentos e os que se diziam indignados com o superpoder – são os que não tiveram talvez o mesmo acesso, o mesmo prestígio. Senador Tião Viana, não quero avaliar aqui a atuação do Ministro José Dirceu. Certa vez, fui incompreendido pelo meu Partido e pela opinião pública, porque não assinei o pedido de instalação de uma CPI que o envolvia. Não entro no mérito da questão. Mas, com certeza, ele jogou um cesto de pedras para cima, esqueceu-se de sair debaixo, e, agora, elas começam a cair sobre ele. Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Senadores Heráclito Fortes, Marcelo Crivella, Pedro Simon e Delcídio Amaral, os apartes de V. Ex<sup>as</sup> engrandecem o meu pronunciamento, e peço que eles sejam transformados em bons conselhos àqueles que possam ter oportunidade de refletir sobre aquilo que foi dito aqui. Ao ouvi-los, vem sempre à minha lembrança o que o Senador

Pedro Simon já me disse pessoalmente e também já externou na tribuna, como cristão convicto e praticante que é: que S. Ex<sup>a</sup> é daqueles brasileiros que todos os dias reserva um pouco do seu tempo para pedir a Deus que permita o melhor para o Presidente da República, o melhor para o Presidente Lula, por tudo que ele é, por tudo que representa em sua história e sua vida e por tudo o que o Brasil está precisando.

Não tenho dúvidas de que essa crise nos conduzirá a um vetor, em que nós, sabedores de que a corrupção e o banditismo neste País têm cabelos brancos, estando impregnados nas instituições, sejamos capazes de promover uma limpeza moral e não um linchamento moral do PT.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Concedo a palavra à Senadora Heloísa Helena, do Estado de Alagoas, Líder e fundadora do P-SOL e pré-candidata à Presidência da República. (Pausa.)

A pedido da própria inscrita, colocaremos em seu lugar o Senador Pedro Simon, que falará por cessão do Senador Maguito Vilela.

Desnecessário é dizer que o Senador Pedro Simon não representa só o Rio Grande do Sul, mas a própria grandeza do Estado dos gaúchos e também a grandeza e virtude do PMDB.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é importante que V. Ex<sup>a</sup> esteja presidindo esta importante e muito significativa sessão. Que, com sua grandeza de espírito, V. Ex<sup>a</sup>, que tem feito pronunciamentos profundos neste cenário, possa nos orientar e nos coordenar no que pensar neste momento!

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, gostei muito do discurso do nobre companheiro que saiu nesse momento da tribuna. O nobre Senador do Acre foi muito firme. Repete, com as conseqüências, o pronunciamento que fez uma semana atrás. Há uma semana, S. Ex<sup>a</sup> alertava o Governo, dizendo que, na sua opinião, o Governo deveria fazer uma profunda reformulação e que os Ministros deveriam colocar os cargos à disposição, para que o Presidente pudesse ter ampla liberdade para enfrentar as horas que está vivendo.

Hoje, S. Ex<sup>a</sup> vem felicitar o Governo e dizer – faz isso com muita categoria – que o Governo e o PT estão preparados para enfrentar a hora que estamos vivendo. Que bom! Que bom que isso esteja acontecendo!

Venho aqui com um profundo sentimento de respeito, primeiro, ao querido Chefe da Casa Civil. Falei várias vezes, desta tribuna, que eu achava que ele deveria sair, mas sempre fiz questão de salientar o meu respeito pelo Presidente da Casa Civil. Eu não via e nunca vi nada que atinja a sua dignidade, honorabili-

dade, capacidade. Não, não vi nada a esse respeito. Quem tem de sair por isso é o Ministro da Previdência. Ainda não saiu e está na hora de sair, senão, daqui a pouco, o Tribunal o condena e é o Tribunal que vai demiti-lo.

Está na hora de demitir o Presidente do Banco Central, que está sendo processado. Nunca vi, na História da Humanidade, um presidente do Banco Central ser investigado. As contas estão abertas no Supremo Tribunal Federal. Já era hora de sair.

Mas o Ministro José Dirceu realmente tem condições especiais: a sua vida, a sua biografia, a sua história, desde o tempo da UNE. Fui presidente da junta da UNE e respeito os jovens que por lá passaram, principalmente a sua geração, que sofreu, tombou e lutou contra a ditadura. Lutou como estudante, lutou como líder, teve de ir para o exílio, voltou, mudou inclusive a sua face, lutou na guerrilha, até que se organizou a democracia e organizou o seu Partido. E foi braço direito de Lula na construção do PT e no Governo.

Não se podem atirar pedras e, de repente, disse bem V. Ex<sup>a</sup>, jogar às trapas um homem como esse, porque ele prestou e está prestando serviços.

Mas a vida é muito triste. A vida é cruel. Se olharmos a história, vamos ver gente que até hoje não se sabe por que chegou tão alto, uma vez que não tinha biografia, não tinha história para ser presidente, como um Collor de Melo. E vamos ver gente com uma biografia fantástica, como o Dr. Ulysses, como Teotonio Vilela, mas que não teve nenhuma chance. Vamos ver, ainda, o Dr. Tancredo, que teve a chance, mas, na hora de sentar na cadeira, não conseguiu. A vida é assim.

A mim emocionou o discurso que pronunciou o Chefe da Casa Civil, ele mostrou a categoria de um líder. Mostrou ali que a hora não era de esperar. Poderia ter dito: “Vamos nos reunir e decidir que sai esse, sai aquele, sai A, sai B, sai C”. Não fez isso, preferiu sair. Saiu o mais importante, o mais respeitado, o mais significativo, o que nada tinha a dever. Saindo, ele entra: entra na história por sua grandeza – alguns ficam até o fim, chorando, choramingando, pedindo pelo amor de Deus para ficar. Ele sai pela porta da frente. E diz que vem para defender a si, o seu PT e seu governo. Tenho certeza de que muita coisa vai mudar a partir de segunda-feira na Câmara dos Deputados. Que bom que isso aconteça!

O importante nisso, caro Presidente, é analisar a profundidade das coisas. Não podemos ficar nessa crise, querer fazê-la crescer, aumentar, dividir. Temos de entrar nesta crise com o objetivo de encontrar uma saída para ela. E uma coisa somos obrigados a dizer, meu Presidente: o culpado não foi o Fernando Henrique. Acho que Fernando Henrique foi deselegante, não

cumpriu a tradição dos ex-presidentes da República, como Itamar Franco e José Sarney. O ex-Presidente da República deve observar a tradição de manter respeito ao governo que está no poder. Isso é assim nos Estados Unidos: foram cobrar do Presidente Clinton que dissesse palavras pesadas contra o Presidente Bush quando ele invadiu o Iraque, mas ele só respondeu que sabia que o presidente em exercício enfrentava dificuldades e que o respeitava. Não foi o Fernando Henrique nem as palavras dele que fizeram essa crise. Reparem que também não teve origem aqui a crise, não foi a Senadora Heloísa Helena, expulsa do PT, a culpada por essa crise. Não vejo nada que ela tenha feito que possa ter ocasionado isso.

Perdoem-me a sinceridade, mas há certas coisas que não consigo entender. Em primeiro lugar, temos um Presidente como o Lula. Não vou repetir aqui sua história, sua biografia, não vou repetir aqui a história do homem que veio do nada; que veio da miséria, da fome; que é um sobrevivente que tinha de morrer antes de completar dois anos de idade; o pai abandona a mulher e seus filhos, que vêm para São Paulo num pau-de-arara e são jogados naquela selva de miséria onde um mata o outro. Lula consegue vencer, faz um curso de mecânico, perde um dedo, entra num sindicato, vai à luta e consegue fazer uma greve sindical que empolga o País, cria um partido – o único partido de trabalhadores no mundo – e se elege depois de três derrotas. É um grande homem. Mas não existe um grande homem sozinho, mesmo sendo ele um herói, um cara que tem toda a capacidade, toda a credibilidade, toda a possibilidade de avançar. Lula não é Deus. Lula foi longe, longe, longe, e o mundo o respeita.

Cá entre nós, o Lula não é um tocador de obras, isso é simples. Pode-se dizer o que quiser do governador de Brasília, mas ele é um tocador de obras. Pode-se falar o que quiserem de Mário Covas, prefeito e governador, mas ele era um tocador de obras. O Lula não é. Ele é um homem de idéias, de pensamentos, de debater, de andar pelo mundo. Perdoem-me, mas faltou ao PT entender que um homem com a grandeza do Lula deveria estar em um pedestal para falar, para discutir, para debater e tinha de ter uma equipe embaixo dele para tocar obras. Até agora, não tem. Era para ser o Chefe da Casa Civil – pelo menos, quando criaram o Ministro das Relações Políticas, disseram que o Ministro das Relações Políticas ficaria no relacionamento político e o Chefe da Casa Civil seria o tocador de obras, seria o coordenador do Governo, seria o super secretário. Isso não aconteceu, na verdade, não aconteceu.

Então, esta hora deve ser aproveitada para isto: primeiro, a moral. Olhem como o PT errou. O PT tinha

de ser um partido que não se deixasse atingir por calúnia. Diante de uma acusação, deveriam dizer: “Nós sabemos que é calúnia. Afasta para ver e depois ele volta”.

Essa história, por exemplo, de o Presidente dizer que ainda não vai julgar... Primeiro, não julgava por manchete. Tudo bem. Mas o Procurador da República denuncia o Ministro da Previdência, o Supremo Tribunal aceita, o relator aceita: ele tem de ser afastado, porque o normal é que uma pessoa que esteja sendo acusada no Supremo Tribunal Federal não ocupe cargo, porque pode usá-lo para dificultar as investigações. Ele pode estar usando o cargo em que está para que as pessoas em volta dele não saiam para falar contra ele.

Nós temos um presidente de Banco Central que é ministro – é o primeiro presidente do Banco Central que é ministro. Ele está sendo processado no Supremo Tribunal, e as suas contas, a sua biografia, as suas contas bancárias, o seu sigilo fiscal, o seu sigilo telefônico estão sendo visados no Supremo. E esse homem é o presidente do Banco Central... Não é nem licenciado! Então eu digo aqui...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Um minutinho só, já lhe concederei o aparte.

José Dirceu saiu num gesto de grandeza pois, se quisesse, poderia ter até ficado. O Governo agora tem de fazer uma limpeza, cortar na carne. E para cortar na carne, não precisa esperar a CPI, não precisa esperar a condenação do Supremo. Sou muito sincero: precisam sair o Ministro da Previdência, que é do meu partido, e o presidente do Banco Central. Eles tem de ser afastados, pelo menos afastados temporariamente, enquanto durar o processo.

O PT tem por obrigação iniciar uma nova caminhada, restabelecer que o PT é o partido da ética e da seriedade, como ele era na oposição, quando ele atirava pedras – foi o melhor atirador de pedras da história da humanidade o PT na oposição. Ele agora deve zelar, zelar para valer por seu nome e por sua honra.

O PT deve buscar agora escolher ministros que realmente queiram e tenham condições de fazer. Escolheu o Tarso Genro, um grande ministro; escolheu o ministro da Agricultura, um grande ministro; escolheu o Ministro das Relações Exteriores, um grande ministro; escolheu o Ministro da Exportação, um grande ministro; escolheu Patrus Ananias, um grande ministro. Mas há alguns que... Não dá. Se não dá, tira. O Dr. Lula, meu querido amigo Lula, não pode ter ministro porque é amigo. Essa tese que se espalhou pelo Brasil de que ele não tem coragem de mexer com amigo tem de ser derrubada. Presidente da República não tem amigo,

não tem companheiro, não tem colega. O que vale é o interesse da República, doa a quem doer.

Se tiver de afastar, que afaste, e essa é a última chance, Sr. Presidente. Falo com a autoridade de quem viu e sofreu. Fui 1º vice-presidente e secretário-geral e, a quatro mãos, toquei dez anos com o Dr. Ulysses o MDB. Nas horas dramáticas estava lá o MDB à frente da sociedade brasileira, levando-a contra tudo e contra todos a estabelecer a democracia, e derrubando os militares sem nenhum golpe, sem nenhum tiro.

O Dr. Ulysses foi um herói. O MDB foi um Partido fantástico. Ninguém mais deve estar na História do Brasil, no futuro, como o nosso MDB. Fizemos um papel excepcional. Na Constituinte, elegemos dois terços na Câmara e dois terços no Senado, e todos os governadores, à exceção de Sergipe, que não era do PMDB, mas do PFL, teve o apoio do PMDB.

O Brasil todo estava do nosso lado. O MDB era o Brasil. Mas não se deu conta. Chegou no Governo, morre o Dr. Tancredo e pagamos a conta. Sarney, que não era nosso, era o Presidente da Arena, que precisamos para fazer maioria no Colégio, assume. Penso que agiu com dignidade e respeito. Tenho o maior carinho pelo Presidente Sarney. S. Ex<sup>a</sup> foi uma vítima da fatalidade.

Mas o MDB não teve competência nem de ficar no Governo e fechar do seu lado, nem de sair e fazer a sua vida. E fruto desse vai não vai, desse disse não disse, o Dr. Ulysses, herói da pátria, termina com meia dúzia de votos na eleição. E um Collor, que nem sabia quem era, nem de onde vinha, nem o que queria, terminou elegendo-se Presidente da República.

Esse exemplo deve servir para o PT, porque o patrimônio do PT não são os votos que o Lula fez, isso é passado. O patrimônio do PT é a credibilidade, a seriedade, a honorabilidade que tinha, tem, mas está em jogo, está em xeque. Ou diz que tem e se mantém, ou não tem e era uma vez. É isso o que o Governo tem que fazer.

Lamento profundamente a saída do Fonteles. Acho que é o melhor nome na História deste País, hoje. Mas reconheço que a escolha do seu substituto, Antonio Fernando, é um grande nome. Conheço o Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, um homem da mesma equipe que o Fonteles, e representa uma garantia de que será bem representado. Mas daria um conselho ao Lula: pega esse Fonteles e leve para dentro do Palácio. Fazer, por exemplo, o que fez o Itamar Franco, criou uma comissão ligada a ele composta de elementos da sociedade, para receber qualquer dúvida, qualquer interrogação, e fazer a fiscalização do seu Governo e levar diretamente ao Presidente. Acho que

se ele fizesse isso, e colocasse o Fonteles, estaria resolvendo o primeiro problema, que é o da seriedade.

O outro, por amor de Deus, meu grande amigo Lula, não vá agora atrás de alguns líderes do partido A, do partido B, do partido C, que se querem apresentar para salvar a pátria com nomes predeterminados. Ele tem que escolher os melhores; o Lula, neste momento, tem que escolher o que tem de melhor, de mais capaz, de mais competente, que resolva os problemas e, principalmente, se há uma “vírgula” de dúvida com relação a seu passado não pode colocar. Daria este conselho ao Lula: que ele arrume agora uma equipe que faça neste um ano e oito meses o que ele não fez até aqui. Isso é bom para nós, é bom para o Brasil.

É bom para todos nós que ele faça um grande governo. É muito melhor que a próxima eleição tenha o Lula de candidato, o PSDB com o seu candidato, que tenha a Heloísa Helena de candidata, que o PMDB tenha um candidato, mas que estejamos debatendo grandes teses para o Brasil, grandes propostas para o Brasil, do que estarmos enlameados. Quer dizer, o PSDB contando as coisas que aconteceram no Governo do Lula e o PT contando as coisas que aconteceram no Governo do PSDB. E nós todos no chão, sem autoridade para nos levantarmos.

Temos dois caminhos e a verdade é esta: o Lula se reconfortando, o Lula crescendo, o Lula fazendo um grande governo, não significa dizer que ele ganha, mas que é bom para o Brasil. E é bom para o Brasil no sentido de que nos compenetrems, pois está na hora de debatermos uma grande tese para a sociedade brasileira.

A Heloísa vai ter condições de discutir? O que ela diverge do PT? Nas grandes teses? Não, eu divirjo do PT, porque, quando eu era do PT, defendia isso, mais isso, mais isso, e o PT fez aquilo, mais aquilo, mais aquilo. Não vamos baixar a lama, vamos ficar nas teses! Vamos ver o que o PSDB vai dizer. Olha, o Fernando Henrique fez isso e o PT não fez. Enfim, vamos discutir. Vamos fazer uma tese construtiva na hora da eleição e não uma tese destrutiva, que, parece, querem alguns que aconteça.

Dou aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, o Brasil está ouvindo. Ninguém fala melhor do que V. Ex<sup>a</sup>. Esse negócio de dizer que Cícero foi o maior orador, isso lá para os romanos e porque V. Ex<sup>a</sup> não tinha nascido. Mas quero dizer: V. Ex<sup>a</sup> é bíblico, é franciscano. Está escrito, Senadora Heloísa Helena, quem planta colhe. Lula plantou a sua vida, a sua bibliografia, colheu a Presidência, mas ele plantou a mais desgraçada equipe administrativa na História deste País. Aumentou de 16, num ato tresloucado, para 38. O melhor

de ser Oposição, Tião Viana, é porque não sei nem o nome desses; são tão incompetentes, tão incapazes e nenhum brasileiro sabe o nome de meia dúzia.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Até porque são muitos, são 34.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Agora, quem planta colhe. Eu aqui, com lealdade, e fui na busca da esperança – onde houver desespero, busque a esperança. Votei em Lula, Heloísa Helena. Não fomos ouvidos pelo núcleo duro. Tião Viana nos ouvia, mas de pouca influência. Eu levei aquele que ajudei a fazer, até levar o PT ao Piauí. Se arrependimento matasse, eu estaria aqui estirado, morto. Mas levei também, atentai bem, ao Líder Mercadante naqueles banquetes, useiros e vezeiros, dessa mordomia tresloucada. A do Fernando Henrique era moderada. Essa é cantada. Levei o nome de V. Ex<sup>a</sup> para representar a grandeza do nosso Partido, as virtudes, a honestidade e a seriedade. Aí, foi a diferença. O nome de V. Ex<sup>a</sup> foi vetado pelo núcleo duro.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – A mágoa de V. Ex<sup>a</sup> é compreensível. Não há dúvida de que, no momento em que Lula chegou na Presidência... Fui um dos que falou pessoalmente com ele: “Presidente, o senhor está no ponto mais alto em que um homem público chegou no Brasil, o senhor não tem compromisso com ninguém. Graças a Deus, o senhor não fez acordo com empresários, não fez acordo com banco nem com multinacional. O senhor pode fazer o governo que quiser”. Hoje, neste Brasil, todo mundo é PT. Fala-se com os empresários, todo mundo só fala em PT; fala-se com os homens das universidades, intelectuais, todo mundo é PT. Escolha o melhor para aquela posição. Ele me traz 19 que perderam as eleições no Governo do Estado. Isso não é argumento para fazer um governo. Pode até ter homem de muita capacidade, mas não é argumento para pegar 19 e colocar no Governo, não era isso que ele deveria ter feito. Aí começou: para colocar esses 19, ele tinha que aumentar para 34. O Collor que era o Collor baixou para sete. O Fernando Henrique já fez muita coisa: elevou para 19. Estamos com 34. V. Ex<sup>a</sup> tem razão.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Trinta e oito.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Isso porque não se fala no Ministro do Exército, no Ministro da Guerra, no Ministro da Marinha, no Chefe da Casa Militar, no homem do SNI, que, nos outros Governos, eram Ministros, tinham cargo de Ministro embora não fossem chamados de Ministro, porque é um cargo muito alto; então, eles ficavam na posição deles. Mas V. Ex<sup>a</sup> tem razão: isso é uma coisa que o Presidente deve ver. Agora é a hora de ele fazer aquilo que não fez quando assumiu: um governo de gabarito, sério, apresentando



uma, duas, três, quatro, cinco, seis propostas. Isso é o que vamos fazer e tocar para frente.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Pedro Simon, não é novidade para V. Ex<sup>a</sup> que sou seu fã de carteirinha, desde minha chegada a esta Casa. Aprendi muito com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – É que nós dois tivemos a sorte muito grande de conviver com Teotônio, Ulysses, Tancredo, Arraes. V. Ex<sup>a</sup> era ainda um gurizinho.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Aprendi muito. Nessa época, mensalão, conchavo, acordos dessa natureza, nem pensar! E isso me marcou muito. Talvez o patrimônio que carrego na vida pública seja exatamente esse exemplo que aprendi, quando cheguei aqui, com esse grupo que V. Ex<sup>a</sup> acaba de citar e mais alguns que deixamos de nomear, como Renato Archer e outros. Era um grupo grande. Mas fiquei muito feliz em ouvi-lo falar sobre um dos caminhos para a saída do Presidente Lula, que é exatamente a reforma do Ministério, colocando pessoas de qualificação na sua equipe. E pelo visto o Presidente está bem intencionado. O jornal **Correio Braziliense**, de hoje, em matéria assinada por Eumano Silva, Rudolfo Lago e Denise Rothenburg, intitulada “De Volta ao Congresso” fala do desejo de mudança do Presidente, de retirar alguns Ministros e diz: “Senador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, é um nome que Lula gostaria de ver no seu Ministério”. Fico feliz porque, diante de tudo o que foi dito, V. Ex<sup>a</sup> não poderá rejeitar uma convocação para servir não ao Governo Lula mas ao Governo do Brasil. Tenho certeza de que, se isso vier a acontecer, pelo menos na sua área de atuação, V. Ex<sup>a</sup> fará uma limpeza em regra. Essa figura das eminências pardas, dos arrecadadores, dos tesoureiros que não ocupam função mas que têm sala ao lado, que mandam e falam em nome do Governo, não terá vez. Talvez seja esse um dos caminhos do Presidente Lula. Não sei se é especulação do jornal ou se essa conversa já anda nos bastidores, mas, de qualquer maneira, não para mim mas para todo o Brasil, é um alento, um conforto e uma tranquilidade, pois, se isso vier a acontecer, finalmente, o Presidente Lula vai começar a se aliar a homens de bem. Muito obrigado.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Quero dizer que, antes de Sua Excelência assumir o governo houve uma sondagem nesse sentido, e eu, com toda a sinceridade, disse não porque criaria

um problema muito grande com o PT do Rio Grande do Sul, e eu não tinha obrigação de criar um problema desse. Hoje, é a mesma coisa. Eu posso e quero ajudar, mas sou daqueles que pode ajudar nesta tribuna, debatendo, discutindo, analisando, sendo convocado para reuniões de colaboração. Mas não posso assumir um Ministério – não fui convidado nem sondado, isso é notícia que não tem significado –, porque diriam que “o Dr. Pedro Simon ficou três anos falando na tribuna para terminar ganhando o Ministério, que era o que ele queria”. Como V. Ex<sup>a</sup> sabe, não aceitei ser Ministro do Governo Itamar Franco porque coordenei a CPI, lutei na CPI, cassamos o mandato do Presidente, e eu não queria que colocassem na minha biografia: lutou para cassar o mandato e, depois, pegou um Ministério. Assim foi feito com o Dr. Getúlio, quando o levaram ao suicídio. O pessoal da UDN, que fez a banda de música, que matou o Dr. Getúlio, foi para o Ministério.

Então, a maneira de ajudar é a que estou fazendo. E o Lula sabe que estou fazendo de coração, que estou torcendo e que quero que ele faça um bom Governo. Se depender de mim, estarei, nesta tribuna, ajudando para que ele o faça.

O ato de ontem foi muito importante; um ato de grandeza. Depois do discurso do Deputado, que olhou para as câmaras de televisão apontando e dizendo que ele, o Zé, tinha que sair para não levar gente justa com ele, e ele sair é um gesto de humildade, um gesto de grandeza. O normal seria dizer: “Vamos esperar para sair todo mundo junto. Vamos esperar para que esqueçam esse discurso”. Mas ele saiu em 48 horas. Isso é gesto de grandeza, que merece ser respeitado. Isso é gesto de quem tem espírito público. Isso não é gesto daquele que teria toda a condição de dizer: “Presidente, agora, não. Depois que ele fez isso, vamos esperar uns dias”. Não. Foi o primeiro que fez e o primeiro que saiu. Começou bem.

Que o Presidente Lula entenda que deve escolher um grande Governo, mas que fique bem claro o que digo: o Lula é um homem excepcional, que tem mil qualidades. Não é à toa que é uma liderança que o mundo olha com expectativa, mas o Lula não é um tocador de obras. Ele tem que ter uma equipe que coordene essa ação e execute esses planos do Governo. Até aqui não teve. Era para ser o Chefe da Casa Civil, que não fez. Isto ele terá que fazer: reunir uma equipe que tocará as obras, porque, caso contrário, tudo ficará igual. Que Deus ilumine o Lula e o PT!

Para completar, apenas digo: está na hora de o PT e o PSDB transferirem sua sede nacional para Brasília e realizarem suas reuniões nacionais em Brasília. Chega de serem partidos paulistas. PT é só São Paulo; PSDB é só São Paulo. Nós, do PMDB, fizemos nos-



sas reuniões em Brasília. O PFL faz suas reuniões em Brasília. Lugar de fazer reunião nacional é em Brasília e não em São Paulo. Está na hora de o PSDB e o PT fazerem as suas reuniões nacionais aqui, na Capital.

*Durante o discurso do Sr. Pedro Simon, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o nobre Senador Marcelo Crivella, pela Liderança do PL, e, a seguir, a Senadora Heloísa Helena.

**O SR. MARCELO CRIVELLA** (Bloco/PL – RJ.

Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço apenas uma rápida comunicação de interesse não apenas do meu Partido, mas também do Congresso Nacional.

Hoje, à noite, viajarei para o Arizona, onde hoje estão presos muitos brasileiros. No ano passado, tive oportunidade de visitar e trazer mil brasileiros que estavam presos, por imigração ilegal, nos Estados Unidos. Este ano, o número surpreendeu a todos: de outubro a maio deste ano, 18 mil brasileiros – não mais os mil do ano passado – foram presos por imigração ilegal para os Estados Unidos. De 18 mil, 2 mil são meninos e meninas abaixo dos 18 anos de idade. Um horror! Uma loucura!

Mas ainda há centenas de crianças de colo, mesmo porque os coiotes dizem às pessoas humildes, sobretudo as do Leste de Minas, que, se a mãe levar o filho, vai contar com a compaixão das autoridades americanas que vão permitir que elas permaneçam no País. Não é verdade. Pelo contrário, a mãe fica presa num presídio e a criança vai para outro, causando um drama ainda maior para essa criança que, depois de atravessar o rio Grande, de andar horas pelo deserto durante à noite, é presa por uma patrulha de fronteira, que eles chamam **border patrol**, que é horrível, feita realmente para pegar pessoas que estão invadindo o país. Isso causa um trauma sem precedentes e que vai marcar essa criança, seguramente, pelo resto da vida.

Sr. Presidente, faço essa comunicação de que viajarei hoje e que volto na semana que vem. Como acredito que o Congresso fará uma autoconvocação para esse recesso de meio de ano, aguardarei essa oportunidade para apresentar o relatório dessa viagem.

Quero também dizer a V. Ex<sup>a</sup> que o Governo americano se dispôs, novamente, a colocar aviões à disposição para que esses milhares de brasileiros possam ser repatriados.

Fica aqui, Sr. Presidente, esta comunicação, a tristeza e também o alerta. E agora que perdemos um quadro extraordinário no Governo, que era o Ministro José Dirceu, que exatamente se contrapunha a essa política monetária extremamente contorcionista de fazer superávit primário e pagar juros tão altos à elite brasileira, não sei o que será. Estamos com um déficit de empregos de 26 milhões e temos, a cada dia, mais brasileiros fugindo do País para tentar uma vida melhor, para tentar sobreviver nos Estados Unidos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e à Senadora Heloísa Helena pela gentileza de ter-me cedido o espaço.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Marcelo Crivella, encaminharei o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> ao Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e julgo da maior oportunidade que o Sr. Ministro das Relações Exteriores possa vir àquela Comissão tratar de uma matéria tão relevante.

Concedo a palavra à nobre Senadora Heloísa Helena, Líder do P-SOL.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vários Parlamentares, de alguma forma, comentaram, cada um de acordo com suas convicções e interpretação do momento – Senador Tião Viana, Senador Pedro Simon –, o assunto que está, sem dúvida, rebuscando mentes e corações no Brasil todo, que, ontem, culminou com a saída do Ministro José Dirceu, um fato extremamente importante.

Acompanhei pela imprensa as formulações dos articulistas e os comentários feitos, inclusive por petistas, e uma das frases que está colocada hoje num dos jornais de grande circulação é que o Ministro José Dirceu foi vítima do seu próprio veneno. Isso teria sido dito por alguns petistas.

Muitas pessoas, Senador Heráclito Fortes, do Brasil todo, quando me encontram, sempre perguntam se eu estou comemorando todas essas denúncias de corrupção e se estou comemorando a queda do Ministro José Dirceu. As pessoas citam comentários sórdidos, frios e intolerantes que ele fazia contra mim no processo de expulsão. Essas pessoas, Senador Tião Viana, lembram mais do que eu própria. Comentam a fala dele no programa “Bom Dia Brasil”, no “Jornal Nacional”. Um jornalista comenta o que ele, na surdina, falou, até de forma vulgar e sórdida, contra mim, desde a minha vida política até a minha vida pessoal, coisas que nem eu conseguia identificar se verdade era.

O Ministro José Dirceu, enquanto fui militante do PT, sempre foi para mim – claro que Lula era a maior liderança popular da América Latina, e continua sendo,

e tinha todo aquele misto da subjetividade conosco, porque um operário, retirante nordestino, filho do povo, que, pelas mãos e vontade bela e legítima do povo, chegou pela primeira vez a ocupar a maior instância de decisão política do País, que é o Palácio do Planalto – e para os militantes do Partido, o mais preparado quadro partidário. O mais preparado quadro partidário sempre foi o Ministro José Dirceu. E quando eu era militante, ele nunca foi comigo o que muitas pessoas consideram, uma pessoa fria e intolerante. Muito pelo contrário, sempre foi um grande companheiro. Eu até reconheço que, durante o processo de coligação com o PL, ele fez um esforço grande para tentar retirar o caso de Alagoas, porque sabia que eu não aceitaria, de nenhuma forma, a aliança com o PL. Até reconheço que ele fez muitos esforços.

Por isso, para mim, era extremamente complicado ver a transformação do grande companheiro, que não era frio comigo, pelo contrário, me saudava com entusiasmo onde eu estivesse, em uma pessoa intolerante e implacável quando precisou servir ao rei, servir a Lula. Embora eu reconheça em Lula a mais brilhante personalidade que o movimento sindical já fez, a maior liderança popular da América Latina, nunca compartilhei da concepção elitista e preconceituosa de que Lula é um fraco, um pau-mandado, que os outros mandam e por ele fazem. Nunca compartilhei dessa visão. E claro que essa análise minha serve para o bem e para o mal.

E José Dirceu sempre foi... Do Lula, eu não tenho dúvida, ele reproduz aquele conhecido estratagema do 'mel na boca e bÍlis no coração'. É capaz de lhe abraçar e sorrir pela frente e entregar um punhal para que algum outro lhe apunhale pelas costas. O Ministro José Dirceu é diferente, ele é o inimigo sem máscara, é o inimigo que olha nos seus olhos e diz: "Eu vou lhe aniquilar." E você, por sua vez, olha nos olhos dele e diz: "Eu vou resistir e tentar lhe aniquilar também." Ele sempre foi assim.

É por isso que eu sempre digo que ou todos são inocentes ou todos são responsáveis pelos mesmos crimes contra a administração pública. Eu não consigo acreditar que o Ministro José Dirceu desse algum passo – nem o Tesoureiro do PT, o Sr. Delúbio – sem a concordância, sem a autorização, sem o conhecimento do Presidente Lula. Eu acho isso impossível e talvez a Comissão Parlamentar de Inquérito me diga o contrário e eu terei a obrigação de vir a esta tribuna para dizer que errei, especulei, analisei de forma indevida.

Ao ouvir, ontem, o pronunciamento do Ministro José Dirceu, do 'samurai' José Dirceu, e ele falava sobre a mãe dele, mandando um recado carinhoso à mãe, dizendo que a mãe estava muito preocupada;

imediatamente, a minha mãe me ligou, perguntando por que ele não pensou na mãe da HeloÍsa quando agiu com tanta intolerância, truculência e, sob o comando do Presidente Lula, me expulsou e promoveu um dos momentos de maior dor da vida minha, da Luciana, do Babá e do João Fontes. E eu observava a expressão do 'samurai'. Samurai, todos sabem como eu gosto do mundo oriental, vem de saburai, que significa 'servir ao senhor'.

E o 'samurai' José Dirceu, quando teve sua honra atingida e portanto a honra do seu mestre, o Presidente Lula, atingida também, tinha duas opções: o haraquiri, que, como sabem todos, significa o samurai empunhando sua espada, cortando o seu ventre e se suicidando, ou se transformar num ronin, que é o samurai errante, o samurai sem mestre e sem honra, que sai por aí afora para tentar resgatar a sua honra ou para tentar vingar o seu mestre. E foi exatamente isso que vi ontem no Ministro José Dirceu, promovendo, em concordância com o Presidente Lula e com a cúpula palaciana do PT, tal qual o samurai que tem duas alternativas, ou o haraquiri ou se transformar num ronin. Portanto, o guerreiro brilhante, implacável, corajoso, combativo, mas que se transforma num ronin, um samurai sem honra e sem mestre.

E eu me lembrava, com muita precisão, da forma como ele se estava conduzindo, ajudando o Governo Lula a patrocinar uma manobra extremamente inteligente.

Essa manobra do Governo foi muito inteligente: retira-se o Ministro José Dirceu, que é o foco das gravÍssimas denúncias de corrupção, para se tentar esvaziar a crise, ludibriando a opinião pública, impedindo o aprofundamento das investigações, resguardando, de forma intocável, o Presidente Lula. Foi exatamente isso que aconteceu. Numa manobra muito inteligente, esvaziou-se o foco das denúncias graves de corrupção, que supostamente seria o Ministro José Dirceu. No entanto, não tenho dúvida de que ele nada faria sem a concordância, o conhecimento e a autorização do Presidente Lula.

A única dúvida que fica é se essa manobra inteligente de tentar esvaziar a crise, retirando o Ministro José Dirceu, foco das denúncias de corrupção, significa oxigênio suficiente para o Governo atravessar o nevoeiro das denúncias de crimes contra a Administração Pública e se isso não pode significar, também, tornar-se ainda mais refém do Senado, da Câmara e dos delinqüentes de luxo fisiológicos, que até querem que haja fragilidade no Governo para continuarem parasitando e privatizando a máquina pública, o aparelho de Estado.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu não poderia deixar de fazer essas brevíssimas colocações, diante dessa manobra inteligente do Governo, que tenta obter oxigênio para ludibriar a opinião pública, retirando o Ministro para, supostamente, esvaziar o foco das graves denúncias de corrupção que pesam contra o Governo.

Espero, sinceramente, que esta Casa seja capaz de dar continuidade à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Várias pessoas telefonam-me, mandam *e-mail*, ligam para o 0800 gratuito do Senado, dizendo, a todo tempo, que a CPMI é “chapa branca” que não vai acontecer nada. É claro que a CPMI tem uma classificação “chapa branca”, pois são da Maioria os cargos de Presidente, de Vice-Presidente e de Relator, mas ainda continuo acreditando que este Congresso, tão desmoralizado perante a opinião pública, será capaz de aprofundar as investigações na CPI e apresentar à opinião pública os delinquentes de luxo que parasitam o aparato público, o aparelho de Estado, para que possamos aprimorar essa tão desavergonhada e combatida democracia representativa.

Portanto, é só, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mão Santa.*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes, que representa o PFL do Piauí. S. Ex<sup>a</sup> terá dez minutos regimentais e mais cinco de prorrogação.

Evidentemente, sendo V. Ex<sup>a</sup> do Piauí, jamais vou cortar a sua voz.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não é sem nenhum motivo que o Governo chama esta sexta-feira de “muro das lamentações”, de “sexta-feira ingrata” ou de outros adjetivos.

Até há pouco tempo, as sextas-feiras, no Senado, eram dias de descanso; não havia número em plenário, o que aliviava não só os Senadores, como os jornalistas e também os funcionários da Casa.

As sextas-feiras, neste Governo, passaram a ser dias de vigília cívica, mas o Governo, muito ocupado, com algumas exceções como o Senador Tião Viana, não aparece aqui. São compromissos internacionais, ministeriais, inaugurações, visitas, mas a atividade parlamentar, a defesa do Governo é muito pouca. Raramente vêm aqui. Alguns são escalados e ficam aqui cabisbaixos.

Lembro-me da altivez, da autoridade com que o mesmo Partido, quando era Oposição, defendia suas teses, suas causas, atacava os corruptos e as corrupções. Eram verdadeiros paladinos da moralidade, que achavam ser monopólio exclusivo de uma rara espécie. Tudo caiu por terra.

Se nós, Senador Tião Viana, tivéssemos prestado atenção de como começou a mudar o Governo Lula, perceberíamos uma semelhança grande com o Presidente Collor, em dimensões diferentes, até pela origem de um e outro.

No dia da eleição do Presidente Lula, durante a comemoração na Avenida Paulista, o líder petista saiu da sua casa de origem humilde, numa cidade de trabalhadores, não no carro de costume, mas num helicóptero inglês, emprestado pela Rolls-Royce. Aquilo foi noticiado como uma coisa natural pelos seus assessores e asseclas, como uma grande conquista. O Brasil todo estava anestesiado e não percebeu o fato. De lá, ele saiu e ocupou, numa mesma tarde, dois hotéis próximos à Avenida Paulista, pertencentes a multinacionais: o Intercontinental e o Meliá. A 100m de distância, Senadora Heloísa Helena, passando por uma crise financeira fantástica, o Hotel Maksoud, de origem brasileira, foi desprezado.

O Collor fez parecido. Saiu num jatinho, com poucos amigos, e foi para as Seychelles. Evidentemente, as proporções de um fato e de outro não se comparam, mas um homem refinado, acostumado com tudo de bom e de melhor na vida, viajar para as Seychelles num jatinho tem a mesma dimensão que um trabalhador, um torneiro mecânico, sair da sua casa, no bairro em que viveu durante os momentos mais bonitos de sua vida, entrar num helicóptero e se dirigir para a Paulicéia Desvairada. Aquilo, para mim, foi a simbologia da despedida de Lula da classe trabalhadora.

Os fatos que vêm ocorrendo mostram que alguns conseguiram blindar o Presidente. O Presidente não consegue mais, como antigamente, respirar o ar comum dos mortais. Não o permitem.

Eu já disse aqui, e repito, que o conterrâneo do Senador Marco Maciel, Agamenon Magalhães, dizia que o homem público deveria dormir com um alfinete na cabeceira da sua cama ou no criado-mudo, para, de manhã, ao acordar, dar uma espetada no corpo e perceber que a dor que sentia era igual a de todos. Portanto, eram iguais. Infelizmente, os homens públicos se esquecem disso.

Senadora Heloísa Helena, Senador Mão Santa, não queiram sentir nem avaliar a minha frustração por estar nesta Oposição. Oh, Oposição incompetente! Oh, Oposição sem criação! Oh, Oposição sem imaginação! Passaram-se dois anos e seis meses, e não conseguiram



mos criar uma crise para esse Governo, pois ele toma conta de todas. O Governo não dá espaço. Por mais tentativas que façamos, não conseguimos.

Hoje, estourou um fato que penso seja mais grave do que o jornal **O Estado de S. Paulo** anuncia: a denúncia contra o Sr. Delcídio Amaral.

Vamos admitir que seja verdade que S. Ex<sup>a</sup> deu prejuízo. Por que o Sr. Sauer não o denunciou no começo? Não o denunciou há um mês? Não o denunciou anteriormente? Faz essa denúncia dois dias depois de o Sr. Delcídio ser anunciado Presidente da da CPI? E nós todos, aqui no plenário, sabemos que o Sr. Delcídio aceitou na marra essa presidência, e a aceitou como um presente de grego, sabendo que os que maquinaram a sua indicação o fizeram exatamente com a intenção de queimá-lo. É o fogo amigo palaciano. Lá no Piauí, temos uma expressão que diz que, em determinados casos, é melhor levar um bode amarrado para dentro d'água do que um cidadão assumir certas circunstâncias. O Senador Delcídio foi, com a mesma má vontade do bode, entrar em água. V. Ex<sup>a</sup> é nordestina e sabe que o bode pula, o bode estrebucha. E, para nós, a primeira esperança de chuva é quando o bode começa a sair do relento, sair do tempo e se agasalhar em alguma coisa. Nunca vi uma incompatibilidade tão grande como entre o bode e a água. O Senador Delcídio foi nessas circunstâncias.

Aliás, o fogo amigo tem sido uma constante no Governo. A vítima agora é o maior de todos, o Ministro José Dirceu. V. Ex<sup>a</sup> falou em samurai, não entendi bem, mas sei que V. Ex<sup>a</sup> é inteligente. Parece que essas inspirações orientais, essas coisas que estão vindo muito de longe, estão exatamente maquinando algumas coisas.

Senadora Heloísa Helena, Senador Mão Santa, V. Ex<sup>as</sup> tiveram a curiosidade de observar no cenário da saída do Ministro José Dirceu – todos imaginávamos que fosse de pranto, aquele grande guerreiro, aquele grande combatente, para quem faziam fila na hora de recebê-lo – o ar de alívio, de alegria, nos sorrisos marotos de seus colegas? Revejam isso, vale a pena. A televisão está mostrando constantemente. Uns mais, outros menos, ninguém conseguia esconder o sorriso de alegria e satisfação. É triste, mas é verdade.

Acho que o Presidente Lula ou se liberta dessa camarilha que o cerca ou vai jogar por terra toda sua história e toda sua trajetória. Observo, algumas vezes, Senadora Heloísa Helena, quando este plenário está calmo, que alguns companheiros nossos fazem os discursos mais despropositais, defendendo a figura de quem não está sendo acusado, que é o Presidente, jogando para ele o foco de uma questão que

nunca, nem de longe, se pensou em colocar em Sua Excelência.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Srs. Senadores, cheguei a esta Casa, primeiro na Câmara e agora aqui, muito novo e aprendi um bocado. Esta é uma academia de aprendizagem fantástica e, graças a Deus, entrei numa escola boa, convivendo com grandes figuras. Mas tenho comigo um sentimento. Existe no ar, nunca foi escrito, nunca foi colocado no papel, como aquele dicionário do correto, mas existe na mente de todos nós a existência de um manual de como não repetir erros, porque, se formos examinar as últimas crises que o Brasil viveu, vamos ver que, da primeira até a de agora, são repetições de erros.

Collor foi vítima dos próprios erros. Mas, antes de qualquer dos desacertos virem à tona, de maneira preconceituosa, criou-se a República das Alagoas. Estigmatizaram o Estado, o que deixou seus conterrâneos inteiramente indignados, porque, de uma maneira preconceituosa, começaram a enxovalhar o próprio Estado. Depois, os fatos vieram.

O Governo atual tem uma República gravíssima, que é a República da Previ. Anote o que estou dizendo, Sr<sup>a</sup> Senadora, Srs. Senadores, essa história da Previ não está bem contada. O Sr. Sérgio Ricardo Rosa precisa prestar esclarecimento da sua atuação. Estão blindando o homem.

A finada Previ, que foi criada por decreto-lei e derrotada nesta Casa, voltando, pelo menos provisoriamente, a funcionar a SPC, é presidida por ele, que tem um passado recente de assessoria e sociedade com o Ministro Gushiken.

O Ministro Gushiken tem todo o direito de gostar dessa matéria. Admiro-o, fui Deputado com ele e vi a sua atuação na CPI dos Fundos de Pensões, envolvendo o Banco do Brasil. Mas então assumo o Ministério da Previdência! Não coloque um órgão paralelo dentro do Palácio do Planalto, indicando o Presidente, manobrando e manipulando essa área, que é sensível. Digo isso porque, em determinado momento da minha vida, fui superintendente de um fundo de pensão, exatamente dos Correios e Telégrafos, onde passei de um ano e meio a dois anos. Assumi numa época difícil, em que todos os escândalos remanescentes do Governo Collor estavam para ser consertados. Não se respeitava limite de aplicação, não se respeitava uma série de parâmetros exigidos pela legislação. Mas a SPC fiscalizava. Quando não tinha quadros próprios, requisitava do Banco Central e do Banco do Brasil pessoas experientes e mandava apurar. Mandaram para cá a medida provisória criando 600 ou 700 cargos. Criaram a estrutura de uma agência reguladora, só que o Presidente era indicado pelo Governo. E os

Ministros da Previdência – pelo menos de um eu já ouvi, não me desmente – disse-me que, ao assumir, a recomendação que recebeu foi a de que não mexesse com esse rapaz que está lá, do qual não me lembro o nome agora. Que depois o Presidente Lula não diga que não sabe. Quem está alertando é um Senador da República.

Os funcionários aposentados do Banco do Brasil visitaram vários gabinetes, inclusive o de V. Ex<sup>a</sup>, o da Senadora Ana Júlia Carepa e de vários Senadores, Senadora Heloísa Helena, alertando para prejuízos dados nas transações feitas por esse fundo de pensão. Sou irmão de três funcionários do Banco do Brasil – dois morreram e um está vivo. Convivi muito com essa gente, com os servidores do Banco do Brasil. Quando cheguei em Brasília, ainda solteiro, os três moravam na 204, na Asa Sul, e essa convivência fraterna se estende até hoje. Toda vez que o alarme anuncia, sou visitado por ele, procurado, insiste tão desesperado. As correspondências que chegam não são poucas, algumas pedem a blindagem da origem da informação com medo de represália.

É preciso que se verifique realmente o que está acontecendo. E aí não cabe a mim. Na hora em que eu tiver denúncias concretas, venho aqui e as faço sem nenhum constrangimento. Os indícios são muitos. É preciso que o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva volte os olhos para esse fato.

E quero até fazer justiça. As informações que me chegaram eram de que, no momento final, nos últimos meses, o Ministro José Dirceu já se atritava com o Ministro Gushiken exatamente por fatos que lhe chegavam ao conhecimento e que o alertavam. É um fato que merece, Senadora Heloísa Helena, uma reflexão do Governo. Porque, afinal de contas, estão em jogo a aposentadoria e a estabilidade de milhões de brasileiros. São vários os fundos, as denúncias estão aí, as providências não são tomadas. Não é brincadeira.

O Presidente disse, com muita firmeza, que iria cortar na própria carne. Que ponha em prática esse fato. Já encontrou o primeiro problema: quis cortar na carne, mas sentiu que o Delúbio é osso, que o Sílvio Pereira é osso, e já fica mais difícil. Parece que apareceu uma serra chamada Karina, porque para osso só serra ou serrrote. Vamos ser se isso chega a algum lugar.

Digo isso com o respeito que tenho ao Presidente da República, para alertá-lo, mesmo que não seja nada. Apure, mande examinar. Conforme denúncias dos funcionários, as decisões são tomadas sem ouvir o conselho, sem o Banco do Brasil se manifestar. O que acontece? A Previ é maior que o Banco do Brasil.

Há uma denúncia deles sobre o encontro de contas havido entre um fundo e o Banco do Brasil, que

gerou um prejuízo de dez milhões, e ninguém apura. Um senhor chamado Valdir Camilo, que representa os funcionários denunciou – foi ao Presidente do Banco do Brasil de nome Maranhão –, e nada aconteceu.

Senadora Heloísa Helena, duas matérias sobre o assunto foram censuradas na mídia. A última foi do **Correio Braziliense** e, depois de reclamações feitas aqui, a correção foi feita e a publicação foi feita uma semana depois, quando não mais havia nenhum sentido o efeito da notícia. Essa é uma coisa esquisita.

Dessa forma, lamentando não poder criar e ver a minha Oposição criar crise para o Governo, peço, agora, pelo amor de Deus, que não procurem criar, porque o Governo já tem as suas, em número suficiente. Creio que quanto menos se criar crise agora, melhor, porque os companheiros do Presidente Lula se encarregarão.

Minha última palavra é de tranqüilidade ao Brasil com relação à CPI dos Correios, da qual faço parte. Essa CPI não é minha, nem do Senado; essa CPI é do Brasil. Temos que respeitar os funcionários dos Correios, principalmente, os carteiros, que enfrentam chuvas, mordidas de cães e tantas intempéries. Os Correios, durante dez anos, foram considerados um dos três mais eficientes do mundo. Sua qualidade caiu recentemente, mas não se pode perder, de maneira tão grave e tão grande, essa eficiência.

Em homenagem àqueles carteiros, que, com suas roupas amarelas, de bicicleta, a pé, a cavalo, onde quer que cheguem, fazem chegar as correspondências, essas com os mais diversos objetivos, devemos honrar essa CPI. Em homenagem ao trabalhador brasileiro, beneficiado com a eficiência dessa empresa, precisamos dar toda a atenção a essa CPI. Por conta disso e pela capilaridade dessa instituição centenária, toda a Nação brasileira está de olho em nós. Não podemos permitir que a CPI não tenha fim, acabe em pizza ou não convença no seu desfecho.

Portanto, confiante de que, na terça-feira, teremos o início da CPI, sem nenhum objetivo de procrastinação, sem nenhum objetivo que não seja o da apuração, despeço-me de todos, nesta sexta-feira, na certeza de que, se o Governo não criar outra crise, vamos ter uma semana, pelo menos, tranqüila, que será a semana que vem.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Heráclito Fortes, o Sr. Mão Santa, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P – SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Heráclito Fortes.



Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.  
(Pausa)

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P – SOL – AL) – A Presidência comunica ao Plenário que reassume nesta data o mandato de Senador pela representação do Estado do Maranhão, o Sr. Mauro Fecury, Primeiro Suplente da Senadora Roseana Sarney, em virtude de licença concedida à titular.

Sobre a mesa, expedientes que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Brasília, 17 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, que em decorrência da licença da Senadora Roseana Sarney, estou reassumindo nesta data a representação do Estado do Maranhão.

Atenciosas saudações. – **Mauro Fecury**

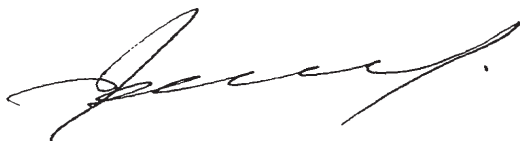
#### **COMUNICAÇÃO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA E NOME PARLAMENTAR**

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em conformidade com o art. 7º do Regimento Interno, que, assumindo nesta data a representação do Maranhão adotarei o nome abaixo consignado e integrarei a bancada do Partido PMDB

Nome Parlamentar: **Mauro Fecury**

Sala das Sessões, –



**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P – SOL – AL) – Com a palavra o Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>., Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador Mão Santa, graças a Deus chegamos a sexta-feira. Foi uma semana de muito vai-e-vem, em que o País parou para ouvir, lá na Casa vizinha, a Câmara dos Deputados, na Comissão de Ética, o Deputado Roberto Jefferson, que fez um rosário de acusações a Parlamentares, ao Poder Executivo, a ministros, diretores de autarquias. Enfim, fez uma denúncia que gerou uma CPI, a CPI Mista dos Correios. Vem a CPI do Mensalão e, no próximo dia 22, Senadora Heloísa Helena, parece-me

que o Supremo colocará em pauta a decisão do caso Waldomiro. Quatro ou cinco ministros já se pronunciaram e votaram a favor de que o Presidente desta Casa indique os nomes da CPI do Waldomiro.

Então, é bom que o País todo e toda a população brasileira se coloquem de alerta, porque vem aí mais uma CPI. Na realidade, é isso o que deseja o povo brasileiro. O povo brasileiro quer que se passem a limpo todas as denúncias do Deputado Roberto Jefferson. É uma surpresa para muitos. Tive oportunidade de, no dia seguinte e até o dia de ontem, abrir alguns sites deste País, que repetiram com muita frequência uma consulta ao povo brasileiro, e as declarações ou as acusações, seja como for, do Deputado Roberto Jefferson convenceram 70% da população brasileira. Isso deixa o nosso Poder, o Poder Legislativo em uma situação que deve ser bem analisada e estudada por todos nós.

Repito que temos uma oportunidade única de nos recuperarmos perante a opinião pública. E a única forma de fazê-lo, Senadores Mão Santa e Arthur Virgílio, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é se apurarmos tudo: pessoas que foram citadas, do Poder Executivo, do Poder Legislativo, outras denúncias que começam a chegar e, acima de tudo, o DNA que V. Ex<sup>a</sup> há pouco traçava, Senadora Heloísa Helena, da CPI, batizada CPI Chapa Branca. Realmente ela tem esse DNA, porque tem a maioria do Governo, o Presidente do PT, o Vice-Presidente do PMDB, o Relator do PMDB, e a maioria é da Base aliada que defende o Governo do PT, o Governo de Lula.

Pois bem; eu sou daqueles que entendem que o maior presidente e o maior relator é a sociedade, é o povo brasileiro. Na hora em que a CPMI começar realmente a trabalhar, que os fatos forem surgindo, com o apoio da imprensa – tenho certeza disso, porque em todos os tempos tivemos esse apoio e agora teremos novamente –, aí sim, teremos a força do povo brasileiro, da sociedade, como aconteceu no passado. Tenho certeza de que acontecerá isso se os fatos denunciados se concretizarem. A partir daí, não tenho a menor dúvida, vamos conseguir apurar, melhorar e recuperar o Poder Legislativo. O caminho é só esse e mais nenhum. Com a ajuda de Deus, espero que isso aconteça.

Senadora, na época em que eu era Líder da Minoridade, que está se transformando em maioria agora – e lembro do Senador Mão Santa nesta tribuna –, recordo-me do início tumultuado do Governo Lula em relação a V. Ex<sup>a</sup>. E ainda ontem eu ouvi umas palavras aqui do Líder do Governo em relação à nossa estimada amiga, Senadora Patrícia Saboya Gomes, que foi brutalmente expulsa de seu partido, e S. Ex<sup>a</sup> a estava

defendendo, estava achando que era leninismo, era não sei o quê, não sei o quê lá mais, esquecendo-se de que o partido de S. Ex<sup>a</sup>, até com o apoio dele e de muitos outros, havia expulsado V. Ex<sup>a</sup> do PT, Senadora Heloísa Helena. É aquela história do PT: o discurso é um, a prática é outra. Mais uma vez isso se comprovou aqui neste plenário.

Fui solidário a V. Ex<sup>a</sup>, fui solidário à Senadora Patrícia e serei solidário a qualquer parlamentar, porque se trata de uma violência expulsar alguém de um partido por uma questão ideológica; expulsar alguém que assume a verdade acima de tudo. E V. Ex<sup>a</sup> tinha razão: o Brasil hoje sabe disso, principalmente o seu querido Estado de Alagoas.

Quando Líder, eu gostava de, na sexta-feira, fazer um pequeno apanhado das manchetes dos jornais de maior circulação. Hoje farei isso novamente. Contudo, para surpresa minha, como eram mais de vinte manchetes, tive de selecionar algumas para que houvesse tempo de lê-las.

Vejam V. Ex<sup>as</sup> o que se registra hoje na nossa imprensa nacional.

**Correio Braziliense**, manchete principal: “A queda”.

Para não ficar num mesmo periódico, vamos ao **Jornal do Brasil**: “A queda do primeiro ministro”.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Efraim...

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu concederei depois...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Atentai bem: tem de ser agora, na queda.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – É na queda?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – O repórter se inspirou num filme, um sucesso, que está passando agora: sobre a queda de Hitler.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Muito bem.

Então, vou repetir: **Correio Braziliense**: “A Queda”; **Jornal do Brasil**: “A queda do primeiro ministro”; **Jornal do Commercio**, lá do nosso Pernambuco: “Cai Dirceu”. Está aqui, na seqüência: “A Queda”, “A queda do primeiro ministro”, “Cai Dirceu”.

**Folha de S. Paulo**: “Mensalão derruba José Dirceu”.

O Brasil está nos ouvindo e vendo por meio da Rádio e da nossa Televisão: são manchetes dos jornais de hoje.

**Estado de S. Paulo**: “Sob suspeita, Dirceu cai e deflagra ampla reforma ministerial”.

Em **O Globo**, lá no Panorama Político, a colunista Tereza Cruvinel diz “Dirceu vai à guerra” e faz o segu-

te comentário: “Deixar o governo Lula, projeto de sua vida nos últimos 25 anos, foi uma decisão dramática para José Dirceu, que já havia chegado perto dela no caso Waldomiro”. Quer dizer, reincidente.

Depois dessa, vem uma outra manchete de **O Globo**: “Dirceu: ‘Lula, eu só errei numa coisa: deveria ter saído no caso Waldomiro’”. Aqui é réu confesso. É o próprio José Dirceu dizendo. Estou exatamente transmitindo e comunicando essas palavras a quem não teve oportunidade de ler essa manchete, principalmente lá no nosso Nordeste, em cidadezinhas pequenas, onde os grandes jornais não chegam – mas a **TV Senado** chega lá!

Outra manchete de **O Globo**: “Não me envergonho de nada”, frase de José Dirceu. Eu não sei como é esse “não me envergonho de nada”. Aliás, acho que não deve se envergonhar mesmo. Quem está envergonhado é o povo brasileiro, é o partido dele, são aqueles companheiros que acreditavam nele. Ele, tenho certeza de que não está.

Mas vejam o que vem depois do “Não me envergonho de nada”, outra manchete do mesmo jornal: “Vou continuar governando o Brasil como deputado”. Quer dizer, governou como ministro e agora vai governar como deputado. É bom que o Deputado José Dirceu entenda que são 513 deputados – ele e mais 512. Agora, para que ele possa governar a partir da Câmara, terá de se explicar ao Poder Legislativo, como Deputado. Ele terá de ir ao Conselho de Ética, da mesma forma como foi o Deputado Roberto Jefferson. Existem vários suspeitos, várias acusações. Tudo isso deverá ser defendido e provado por José Dirceu.

Vem a **Folha de S. Paulo** de novo e diz: “Dirceu cai vítima de seu próprio veneno”. Ora, Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> conhece muito bem esse veneno não é? V. Ex<sup>a</sup> andou por perto desse veneno na época em que era do PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Com soro antiofídico...

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Graças a Deus, é o soro!

Diz a **Folha de S. Paulo**: “Dirceu cai vítima de seu próprio veneno”. Por quê? Porque se afastou dos companheiros, se isolou, com um projeto político pessoal, e assim por diante.

Vem o jornal **O Estado de S. Paulo** de novo. Diz a colunista Dora Kramer: “Atirando da planície”. Lá no meio, ela faz uma ressalva interessante: “José Dirceu sai tarde demais, com a majestade perdida e a reputação”. Está aqui, Dora Kramer, que todos os brasileiros gostam de ler: “José Dirceu sai tarde demais, com a majestade perdida e a reputação”. Estou lendo, estou

vendo aqui matérias em todos os jornais deste País, do Nordeste ao Sul do Brasil.

O jornal **O Estado de S. Paulo**: “Crise no Governo Lula. Volta para a Câmara é ato de humildade, diz Mercadante”. Que ato de humildade, hein? Se o cidadão é Deputado Federal e se licencia para ser ministro, ao sair do Ministério, como disse aqui Dora Kramer, com a majestade perdida e a reputação, ele volta a ser Deputado Federal. Que humildade? Se ele pensa em humildade mesmo, que renuncie a seu mandato de Deputado Federal e volte, com humildade, a ser um cidadão comum. Aí sim seria humildade. Não, mas ele precisa do mandato para se defender.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nobre Senador Efraim Morais, permita-me interrompê-lo – V. Ex<sup>a</sup>, terá todo o tempo necessário, bem como o Senador Mão Santa e o Senador Arthur Virgílio – apenas para prorrogar a sessão por mais meia hora a fim de que todos possam falar.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> e vou diminuir as manchetes.

Veja V. Ex<sup>a</sup>, a seguinte manchete – depois dessa volta humildemente – do jornal **O Estado de S. Paulo**: “Dirceu deve ser chamado a depor no caso Jefferson”. Não é só no caso Jefferson, vai ter que depor na CPI dos Correios e vai ter que depor na CPI do Waldomiro, que, tenho certeza, está chegando.

Aqui temos um artigo, cuja manchete dá para ler muito bem, desse extraordinário colunista Clóvis Rossi. Eu já o citei, aqui, neste meu mandato, por várias vezes, pela sua independência, pela sua transparência. Ele faz um alerta: “Sai Dirceu, entra PMDB, crise fica”. Isso porque não adianta sair Dirceu e alguns companheiros do PT e entrar o PMDB com mais dois ou três Ministros, tomando conta de alguns Ministérios. Não interessa. Eu sei que o PMDB tem uma grande Bancada na Câmara e tem a maior Bancada nesta Casa. Mas eu repito: nós temos o Presidente da CPI, nós temos a maioria da CPI, nós temos o Relator da CPI, Senador Arthur Virgílio, porque o Presidente da CPI, o Relator da CPI e a maioria da CPI, tudo isso é igual a povo brasileiro, à sociedade brasileira. E quando a sociedade quer, quando o povo deseja se apura tudo nesta Casa, faz-se tudo no Poder Legislativo, no Poder Executivo, até porque quem coloca e quem tira Presidente, quem coloca e tira Deputado e Senador é o eleitor, é o povo brasileiro.

Pois bem, então, como diria o Senador Mão Santa, atentai bem a imprensa e o povo brasileiro para esta manchete: “Sai Dirceu, entra PMDB, crise fica”. Vamos esperar pela reforma que se diz que vai acontecer na próxima semana.

Outra matéria que está tocando fundo a sociedade brasileira e a classe política é a manchete da **Folha de S. Paulo**, que diz: “Indicados do PT demitidos voltam a cargos nos Correios”. Senadores e Senadoras, esses companheiros que foram demitidos dos Correios estão sendo fiscalizados. Está sendo feita uma auditoria, a CPI vai chegar lá, mas, com uma pressa enorme do Governo, pessoas do PT demitidas voltam aos cargos nos Correios. A CPI não começou, não se teve ainda o primeiro depoimento na CPI dos Correios e os companheiros já estão voltando. Paciência!

Bom, só tem mais duas manchetes, Senadora, e acho que esta é a mais grave de todas. Está aqui no jornal **O Estado de S. Paulo**, o Estadão, a maior manchete, com letras garrafais. Diz aqui, Senador Mão Santa: “Denúncia aponta para contas do PT em Miami”. Vou repetir: “Denúncia aponta para contas do PT em Miami”.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Efraim.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Deixe-me terminar as manchetes, pois só tem mais uma.

Então, veja bem. A Deputada Denise Frossard diz ter ouvido histórias sobre mala preta do PT. É uma ex-juíza, hoje Deputada pelo PPS do Rio de Janeiro, que gera esta manchete: “Denúncia aponta para contas do PT em Miami”. Aqui não teve nenhuma manchete que foi feita por mim, pela Oposição ou por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, que é do PMDB de Ulysses Guimarães.

A última, é do **Correio Braziliense**: “Um substituto para Meirelles”. É o que vínhamos dizendo há tempo: é melhor o Presidente Lula afastar o José Dirceu, afastar outros companheiros do seu Partido, de outras legendas, inclusive o Meirelles, antes que o Supremo mande afastar. É isso o que o Brasil está esperando, é isso o que deseja o povo brasileiro.

Essas são algumas manchetes que estamos lendo para o povo, trazendo ao conhecimento daqueles irmãos que não têm oportunidade de receber **O Globo**, a **Folha de S. Paulo**, o **Jornal do Commercio**, **O Estadão**, o **Correio Braziliense**, o **Jornal do Brasil**, a imprensa em geral.

Escuto, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, do PMDB do Piauí.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – A Senadora Heloísa Helena não gosta de mordomia. A mordomia de S. Ex<sup>a</sup> é zero. Vejo-a num carinho e tal. Mas eu gosto, moderada. Eu e o Fernando Henrique Cardoso – ele era Presidente, eu Governador –, gostamos de uma mordomia moderada. Senador Arthur Virgílio, não sei a sua, ainda não analisei muito bem, mas a da Senadora Heloísa Helena sou testemunha, porque somos vizinhos, é mordomia zero. Eu não, como Fernando

Henrique, gosto de uma mordomia moderada. Mas o PT, pelo que tenho observado, outro dia fui a uma viagem, é uma mordomia deslumbrada. Estão encantados! Então, essa conta em Miami tem que ser averiguada, porque eles estão deslumbrados. Miami é sinônimo de mordomia, de Disney World, de Key West. Então, isso tem que ser averiguado. Penso que vou pedir uma CPI da mordomia deslumbrada do PT.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Muito bem.

Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão, meus caros Senadores, diante de todas essas manchetes e da saída do Ministro braço direito do Presidente Lula, do ‘Primeiro-Ministro’, da queda do Deputado José Dirceu, vou encerrar deixando bem claro e para a tranquilidade da sociedade brasileira que não vamos parar por aí não. Isso não resolveu nada! O brasileiro não quer saber quem está sendo demitido ou foi demitido por estar sob suspeita. É obrigação do Governo tomar essas atitudes. E aquela história se o ministro pediu, renunciou ou se renunciaram ou lhe tiraram, não se sabe. A realidade é que estão sob suspeita ele e outros. Tenho certeza de que o Presidente Lula não vai acatar muito os meus conselhos, mas sugiro a Sua Excelência que faça com todos aqueles que estão sob suspeita em seu Governo o que fez com o José Dirceu: exonerasse, demitisse, para que se possa apurar realmente os escândalos que envolvem o Poder Executivo e o Poder Legislativo. Não paramos por aí. Vamos continuar, porque esse é um desejo do povo brasileiro. Vamos seguir esse rumo. Temos um rumo e é reto: é aquilo que deseja o povo brasileiro.

Vamos pedir a Deus que tenhamos uma semana mais produtiva. Essa crise só teve um lado positivo, que foi o Procon, aliás, o Copom; não, foi o Procon mesmo, pois foi a força do povo que exigiu que não subissem os juros. Então, o Copom funcionou de acordo com o Procon. O povo contestou, gritou, cobrou, e, com medo da crise, o Governo disse: vamos dar uma enganada, depois a gente volta. Espero que isso não seja verdade.

Senadora Heloísa Helena, Srs. Senadores, tenham um bom fim de semana! Até a próxima segunda-feira, quando voltaremos para conversar, mais uma vez, com o povo brasileiro, fazendo a nossa missão de minoria e de Oposição: uma oposição responsável que busca resultados e que, acima de tudo, como deseja o povo, fiscaliza o Governo e procura passar a limpo o que acontece neste momento no nosso País.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Efraim Moraes.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa e, depois, ao Senador Arthur Virgílio, pelo tempo que ambos entenderem necessário.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senadora Heloísa Helena, que preside esta sessão de sexta-feira, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiras e brasileiros que nos assistem pelo sistema de comunicação, o que vou falar, Senadora Heloísa Helena, V. Ex<sup>a</sup> não viu – pode ter lido –, pois é muito novinha, tem uns 40 anos. Mas o Senador Efraim Moraes, com esses cabelos brancos, deve ter ouvido isso, assim como o Senador Arthur Virgílio, que também deve ter ouvido de seu pai, que participou dos fatos que vou relatar.

Senadora Heloísa Helena, tínhamos esperança, quando à época de Getúlio, dizia-se: “O Petróleo é nosso”. Essa frase é de 1953, de 1954. V. Ex<sup>a</sup> não tinha nascido, Senadora, mas, estudiosa que é, conhece uma das campanhas mais bonitas deste País.

Houve uma campanha dos gaúchos, a Farroupilha, que antecedeu a República. Era uma esperança para a libertação e foi sufocada.

Houve outras campanhas civilistas de Rui Barbosa, mas V. Ex<sup>a</sup> presenciou as Diretas Já. Essa campanha do “O Petróleo é Nosso” foi, em todo o País, a salvação. Isso se deu em 1954, há mais de meio século. Sei que a Petrobras não é nossa, é da sem-vergonhice, é do descaramento.

Senadora Heloísa Helena, que petróleo é nosso?

Sebastião Nery, um dos mais inteligentes jornalistas deste País, eleito em Pernambuco, em Minas Gerais e no Rio de Janeiro, escreveu o artigo “PT e Gás”, em que diz: “Quando Fernando Henrique Cardoso assumiu, em 1995, o gás custava R\$4,80. Hoje, no Nordeste, é quase R\$40,00”.

Atentai bem! Essa velocidade no aumento do preço, ó Lula, deu-se no reinado do PT. Senadora Heloísa Helena, ouço a voz rouca da rua. Ontem, o povo mesmo – gosto do povo –, diante desses trágicos acontecimentos, disse: “Senador Mão Santa, PT é Partido Trágico, da tragédia!”

Parece até que tenho prevenção contra José, Zé, São José, embora eu seja Francisco. De jeito nenhum! Não tenho nada contra o Zé, o Zé Maligno. Sou a favor do Brasil, do povo do Brasil. Hoje, entra aqui outro Zé: Zé Eduardo Dutra. O Antonio Carlos Magalhães aqui veio, Senador Arthur Virgílio, e o batizou. Com a sua vida, a sua história e o seu poder, batizou o Zé Eduardo de Zé do Forró – e ele o é.

A Petrobras fugiu do seu sentido: do pensamento de Getúlio; da campanha “o petróleo é nosso”; do sentimento dos brasileiros; do sentimento de Arthur Virgílio,



o pai, que lutou, e do filho, que está aqui; do sentimento de Heloísa Helena, que viu isso na história, que não assistiu à luta, porque é novinha, é muito jovem. Senadora Heloísa Helena, que campanha bonita!

Mas quero dizer que isso é ridículo. Sou muito prático. Cirurgião é um homem prático. Juscelino era como nós, cirurgião, prefeitinho, foi médico de Santa Casa, Governador de Estado, sorridente, alegre, mas trabalhador. Até cassado ele foi. Mas é assim, sofrido.

Então, quero dizer que sou muito prático. A esse negócio de dinheiro, não dou muito valor. Existem outros valores: a fé, o amor, o estudo, o trabalho e o povo. Senadora Heloísa Helena, eu mensuro as coisas. Senador Efraim Morais, nós aqui fizemos campanha todos juntos. A Senadora Heloísa Helena não a fez recentemente. O Senador Arthur Virgílio a fez.

Tenho um Tracker, aquele carrinho, um Jeep pequeno. Parece com o seu, Senadora Heloísa Helena; é só um pouquinho maior. E mensuro de forma muito simples: R\$50,00 enchia o tanque do Tracker, na campanha. Fui para a minha Parnaíba, no Tracker – gosto de ir com ele –, e coloquei R\$50,00 de combustível. Senador Arthur Virgílio, deu um terço do tanque. E nossa campanha foi outro dia!

Sou prático, então meço R\$50,00. Aí fui refletir. De repente, eu estava no Parlatino, na Venezuela de Chávez. Perguntei: quanto é para encher o tanque? Responderam-me que era R\$5,00. Lá a corrida de carro parece com a de um mototáxi do meu Piauí, de tão barata que é: R\$3,00, R\$4,00, R\$5,00.

Confesso – o povo do Piauí me conhece – que gosto de uma mordomia moderada. Ontem mesmo, fui com o PT, com o Senador Paulo Paim, defender o Quilombo. É a maior imoralidade, a maior vergonha! Não sei em que país estamos! É o Rio Grande do Sul, da Farroupilha, de Anita Garibaldi, de Bento Gonçalves, de Alberto Pasqualini, de Getúlio, de Brizola, de João Goulart, de Pedro Simon, de Paulo Paim! É uma vergonha! A área não dá meio hectare; são pouco mais de 4,5 mil metros quadrados. Um Quilombo sendo despejado! Que injustiça é essa!

Castro Alves dizia: ó Deus, onde estás que não vês tamanha vergonha e injustiça? Senador Arthur Virgílio, são três governos: federal, estadual e municipal. Por menos de meio hectare, despejaram-se os pobres negros que construíram esta Pátria e que lá estão há quase um século. Isso é uma vergonha!

Digo isso, porque fui prefeitinho, governei o Piauí e nunca permiti que isso acontecesse. E essa será a maior vergonha e desonra para o bravo povo do Rio Grande do Sul. Que justiça é essa? Não é justiça não! Justiça, Senadora Heloísa Helena, é aquela de Cristo: “bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça.”

A terra é de quem nela nasce, nela trabalha e nela mora. É uma família Silva.

E fomos lá fazer uma audiência. Nós, que somos católicos, sabemos que o grande mistério é o dogma da Trindade, três pessoas em uma só. Que se unam, esse Presidente aí – que está traíndo o nosso Nordeste, a nossa sensibilidade –, o Governador, que é do nosso Partido, e o Prefeito.

Existem leis. Fui prefeitinho e sei disto, Lula: qualquer Poder pode fazer um decreto de desapropriação, e eu fiz muito, para fim social. Aquilo é simbólico. É um quilombo, onde vivem famílias negras. Existe em todo o País.

E o nosso Zumbi, das suas terras, Senadora Heloísa Helena...permitir isso é uma vergonha.

Três pessoas em uma só: Pai, Filho e Espírito Santo. Juntem-se esse Presidente, o Governador e o Prefeito em uma só direção: a justiça que o povo quer.

E a nossa Petrobras? A Ministra fala em desmatamento na Amazônia, em Mato Grosso. E é o Nordeste que está sendo desmatado. Quero denunciar à Ministra, que vocês conhecem, eu só conheço alguns Ministros, porque são 40, com quem nunca me encontrei. Pior é desmatar o Nordeste e está sendo desmatado. Porque, Senador Arthur Virgílio?

Porque, lá, o gás custa R\$40,00, Senador Efraim Morais. E o nosso homem honrado, o nosso caboclo tem que comer, e comida quente. O Lula não disse que não se deve comer frio? Então, lá ele precisa de carvão e está tirando madeira porque não tem dinheiro para comprar gás. Essa é a verdade, Senador Arthur Virgílio.

Se há desmatamento na Amazônia, no Nordeste é pior, porque há pouca. Estão desmatando para fazer carvão. Enquanto, na Venezuela, o botijão de gás custa R\$10,00, no Nordeste custa R\$40,00. Por quê? Porque o Zé do forró, o PT, o Partido da Tragédia, desviou o sentido.

Senador Arthur Virgílio, atentai bem: quando Getúlio deu início a esse sonho – e a Senadora Heloísa Helena ainda não havia nascido –, o imposto sobre a gasolina era de 4,8%. Os dados estão aqui. Hoje o imposto é de 59,2%. Motorista, quanto você está botando no tanque de gasolina? Eu só boto R\$50,00, mas para facilitar o entendimento, vamos supor R\$100,00. Desses R\$100,00, R\$59,20 são dados para o Governo.

Além disso, Senador Efraim Morais, há o gasto com publicidade. Que propaganda, Zé do forró, a Petrobras precisa fazer? De produto bom não se faz propaganda. Sou médico e sei que apenas no início se faz propaganda do produto. Mas, depois que ele se consagra, Senadora Heloísa Helena, procura-se amostra grátis e não tem mais. Quem precisa do me-



dicamento é o médico para curar e o doente para se recuperar. Para que propaganda?

Observem o que gasta de propaganda essa Petrobras. E para quê? Vão fazer propaganda de oxigênio, de água? A gasolina, o gás, o óleo diesel, isso tudo encarece. A gasolina brasileira é a mais cara do mundo.

Senadora Heloísa Helena, sei que V. Ex<sup>a</sup> não gosta; o Arthur Virgílio ainda não sei, não fiz um análise; sei que Fernando Henrique gosta, e eu gosto, moderadamente. A Heloísa Helena, zero. Mas, na classificação, existe agora uma mordomia deslumbrada, a do PT. Está todo mundo deslumbrado. Ainda vou classificar.

Estive lá na Venezuela do Chávez e, como gosto de mordomia moderada, o povo me conhece – vou já sair para comer na casa do Heráclito, é bom... Então, Senador Arthur Virgílio, quando terminou esse Congresso, fui passear na ilha da Venezuela. Apareceu um brasileiro, e pedi para arrumar um táxi para as 4h, depois que eu e Adalgisa almoçássemos e repousássemos.

Andei na ilha da Venezuela. O passeio começou às 4h; o motorista recordava a história da ilha, da política, dava uma de *paparazzi*, e voltamos ao hotel quase às 21h. Quando fui pagar, R\$30,00, porque o combustível é barato.

Presidente Lula, se baixar o preço do combustível, a gasolina, o petróleo, o gás, você está ajudando a todos os brasileiros e brasileiras, principalmente os mais pobres.

Está no jornal, a Petrobras está nessa farra de distribuição de dinheiro para projetos – e não sou contra a arte e cultura. Mas o nosso Governo, Senador Arthur Virgílio, é estruturado: tem o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura. É uma farra, uma simpatia, com o dinheiro alheio.

Eu faria só uma indagação ao Presidente Lula. Parece-me que, ontem, o Espírito Santo baixou e ele tomou essa decisão de limpar o núcleo duro, de arejar, de oxigenar. Vamos aguardar. O dólar chegou a quase R\$4,00. Atentai bem, Lula, medite, reflita. Tem que pensar. “Penso, logo existo”, dizia o filósofo. Pare para pensar. Não vai na onda desse Goebbles Duda Mendonça, que não dá. Mentira, mentira, mentira não se torna nunca verdade. A verdade é a verdadeira, é aquela, Heloísa Helena, que Cristo falava sozinho e ainda hoje chega: “De verdade em verdade eu vos digo...”

Gosto de uma mordomia moderada. Na posse do PT, eu antevi que não ia dar certo no meu Estado, e fui com a minha Adalgisinha, caladamente, a Miami, onde o PT abriu conta. Fui a Disney World. O dólar estava a quase R\$4,00. Vamos ser práticos, eu sou um homem comum. Tudo era caro. Nós fazíamos apenas

uma refeição e, graças a Deus, como o sanduíche era grande, eu dividia com Adalgisa e economizava.

Senador Arthur Virgílio, o dólar não baixou de R\$4,00? Dizem que nós ainda importamos petróleo, mas, alguma vez, baixou o preço da gasolina, do óleo diesel ou do gás de cozinha?

O Lula criou ou Fome Zero. Lula, a primeira coisa é gás para que o povo possa cozinhar e comer. O povo tem gás para dois dias na semana e para os outros cinco, não. Está caro no Nordeste, lá o botijão custa R\$40,00. O salário mínimo atual é R\$300,00, mas o povo gasta quase 15% com o gás.

Senadora Heloísa Helena, a sua colega Senadora que é também Ministra precisa saber que estão desmatando o Nordeste. Lá, o nosso pobre desmata para fazer carvão. Talvez o Senador Arthur Virgílio não saiba o que é isso, mas eles pegam os gravetos e vão queimá-los enterrados, para não ter combustão. É assim que eles conseguem se alimentar.

Para justificar tudo isso, eu queria apenas dizer que – atentai bem – o imposto era de 4,8%, na época de Getúlio; agora, é de 59,2%.

Em 1953, apenas o Imposto Único incidia sobre o preço da gasolina. A alíquota era de 4,8% do valor de revenda. Agora, está aí essa situação. Eu iria adiante: nos Estados Unidos, o litro da gasolina em dólar é US\$0.47; aqui, é US\$0.70. A renda deles é muito maior. Lá, um operário ganha US\$8.00 por hora. Como trabalha dez horas por dia, ele ganha US\$80.00. É o que o brasileiro ganha por mês, mas, lá, a gasolina custa praticamente a metade.

Como é isso? E dizem que somos quase auto-suficientes, mas em farra, em convênios, em contratos para promoção pessoal dos políticos do PT. Essa é a vergonha.

Vamos colocar essa farra em zero, na Petrobras, e diminuir o preço do combustível, Lula. Aí, estará dividido igualmente entre os brasileiros, baixando o custo de vida e proporcionando ao povo a oportunidade de comer quente, porque ele está comendo frio, ou então com carvão, desmatando.

Essas são as nossas palavras.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Senador, prorrogo a sessão por meia hora, para que V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Arthur Virgílio falem pelo tempo que julgarem necessário. Pode continuar.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pois continuemos:

O preço da gasolina na bomba, em março de 2004, no Rio de Janeiro, era de R\$1,95 (...) – paga-se mais de R\$1,00 de imposto, muito mais da metade, aproximadamente 60%. Nos Estados Unidos, Capiberibe, somadas todas as taxas, o percentual é de 26% .

Lá, há governo, progresso e oferecem-se segurança de retorno, educação e saúde.

Além disso, eles falam, Senador Arthur Virgílio, em lucro. A Petrobras teve lucro, lucro! Lucro com essa farra de gastos, não é? São pródigos em gastos desnecessários e não naquilo que é fundamental.

Dizem que a empresa ganhou, no último ano, mais de dez bilhões. Eu quero saber o que o povo ganhou. O povo!

Agora a Petrobras faz caridade com o chapéu dos outros. O povo não come, compra o gás, a gasolina e o óleo diesel mais caros do mundo, e os “bonitinhos” do PT (Partido da Tragédia) fazem filantropia.

Esse é um discurso de Antonio Carlos Magalhães. Foi ele quem inventou esse negócio de forró. O apelido de “Zé do Forró” não é meu, é do Senador Antonio Carlos Magalhães. A manchete era: “Petrobras financia forró petista na Bahia” e ele indagava como estaria Sergipe.

Recebi agora, Heloísa Helena, “A Festa Junina do Governo”. Já houve a festa de Santo Antônio, haverá a festa de São João e há uma modinha que já está sendo cantada.

Terminarei nossa festa com ela, porque muito mais que a oratória, as palavras, Senador Arthur Virgílio, a musicalidade comunica. Tanto é verdade, Senadora Heloísa Helena, que Salomão usava os Cânticos, os Salmos, cuja comunicação chega até hoje.

Estão cantando “A Festa Junina do Governo”, do PT, Partido da Tragédia:

Tem pamonha, quentão  
e tapioca!  
Bolo de coco, de fubá,  
de amendoim!  
Tem canjica, capeta e cocada!  
Batata-doce, arroz-doce e pudim!  
Nossa festa tem comida  
o mês inteiro!  
Aqui ninguém passa fome não!  
Melhor que tudo isso:  
tem dinheiro!  
Porque junho é o mês  
do mensalão!  
Olha a propina!!!  
É mentira!!!  
Ó o mensalão!!!  
Né comigo não!!!  
Mão na cintura!!!  
Tira a assinatura!!!  
Tá todo mundo aí???  
Olha a CPI!!!!

Essa é a crítica que nasce do povo do Brasil, porque a destinação de um povo são o trabalho, a riqueza e a felicidade.

As minhas palavras são no sentido de que o Divino Espírito Santo pouse em Lula, ilumine-o e transforme-o, para voltarmos a ter esperança.

Já falava o Apóstolo Paulo de três valores que Heloísa Helena sabe de cor: o amor, a fé e a esperança. E dizia Francisco, o santo: onde houver desespero, a esperança.

Essas são as minhas palavras para que o Presidente da República, com o seu PT, Partido da Tragédia, não tire a esperança de melhores dias do povo brasileiro.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio pelo tempo que entender necessário.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Líder do PFL, Senador José Agripino, fez, hoje, uma referência muito sensata ao início desacertado dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga a corrupção no Governo Lula, envolvendo, possivelmente, setores do Parlamento brasileiro.

O Líder pefelista abriu o jornal **O Estado de S. Paulo** e mostrou uma foto do Presidente, Senador Delcídio Amaral, do Relator da CPI, ilustre Deputado paranaense, de uma vice-Líder do Governo na Casa e dos técnicos de assessoria da Direção da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito.

Dizia o Senador José Agripino – é claro que o PSDB endossa esse ponto de vista e parece-me que as pessoas de bom senso o farão também – que era um começo ruim, porque passava a impressão de vinculação, do tipo “Nós, do Governo, reunidos para traçar estratégia”, quando é fundamental que essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, até para não perder a credibilidade e chegar a algum lugar, deve procurar refletir a ansiedade da Nação por respostas efetivas e não fictícias em relação às denúncias que estão avassalando a consciência dos brasileiros.

No atropelo de anteontem e ontem, deixei de registrar da tribuna a repercussão, captada pela mídia que a Radiobrás envia para os Srs. Senadores, da eleição de dois membros do Governo para dirigir a CPMI.

Sr<sup>a</sup> Presidenta, todos os jornais captados pela mídia da Radiobrás – com exceção de um jornal que cuida, basicamente, de Economia e, portanto, dos reflexos na política, a partir da economia, que é o **Valor Econômico**, e de um jornal do Rio de Janeiro, **O Dia**, que, na primeira página, cuidou do escândalo mas

não fez referência à expressão que agora vou citar -, de Pernambuco, da Bahia, o **Zero Hora**, que, me pareceu, com o mais agudo editorial, das dezenas de editoriais que foram publicados nos principais órgãos da imprensa brasileira, mencionaram as palavras “CPI chapa branca”, “Governo tenta controlar a CPMI”, “PT comandando a CPI”, ou algo parecido. Ou seja, o trabalho da Direção da CPI tem que ser o mais rigorosamente próximo da verdade, para que não desabe o descrédito, porque, se isso acontecer, será pior. Para a Nação, sem dúvida, um grande prejuízo. Ela quer a verdade. Para a Oposição, extremamente desagradável, porque será obrigada a adotar outras atitudes. Pior para o Governo. O grande perdedor de uma investigação deturpada haveria de ser o Governo, porque as cobranças estão sendo cada vez mais fortes na direção do Governo do Presidente Lula da Silva.

Digo isso porque a repercussão da CPI mostrou que o Governo perdeu uma batalha de opinião pública. Tentar passar como vitória o que na verdade foi uma vitória de Pirro, o Governo não conseguiu. Conseguiu passar a idéia da vitória de Pirro, aquela que não vale a pena.

Mais ainda, chamo a atenção para a desarticulação grave. Quero fazer um pronunciamento grave, um pronunciamento sóbrio. A desarticulação, que começa a intranquilizar todos nós no Parlamento, intranquiliza também a sociedade brasileira.

O Governo pode, eventualmente, dizer que uma rebelião no Plenário da Câmara, votos contra o Governo, e o Governo, não contando com isso, pode dizer que isso aí não depende dele, não depende do talento ou da falta de talento de seus articuladores. A mesma coisa no Senado. Afinal de contas, o Governo não elegeu os Senadores nem os Deputados; cada um se elegeu pelas articulações próprias. Mas o Governo pinçou do Plenário do Senado e do Plenário da Câmara 19 pessoas, Senadora Heloísa Helena, para o representarem na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito. As Oposições, 13 pessoas.

O Governo escolheu a dedo 19 pessoas e as colocou para atuarem na CPMI. Na primeira votação, os 19 do Governo caíram 17 e os 13 da Oposição viraram 15. Indago se isso é ou não é falta de controle, se isso é ou não é falta de pulso e de comando sobre uma situação que se está transformando em crise extremamente grave. Crise grave porque vimos, no episódio Collor, o Parlamento, de camarote, a cavaleiro, intervindo sobre o desdobramento da crise. Não estava em xeque naquele momento a autoridade do Parlamento. Vimos o episódio dos Anões do Orçamento, com o trauma da suspeição sobre 10 ou 12 pessoas, que foram cassadas, alguns foram absolvidos, envol-

vendo, quem sabe, 20 Parlamentares. Foi um escândalo, algo extremamente grave. Vimos o Executivo, a cavaleiro, observando a cena do Parlamento. Desta vez, estamos vendo uma crise do Executivo com reflexos muito profundos, marcados pelas acusações a três partidos políticos da Base de Sustentação ao Governo e, portanto, teoricamente, colocando sob suspeita mais de 100 Parlamentares federais, algo que é complicado e grave do ponto de vista da matemática; algo que é complicado e grave do ponto de vista de um Congresso, que não tem como não dar as satisfações todas à opinião pública; algo que é extremamente grave e delicado do ponto de vista de um Governo que, até pela sua própria sobrevivência, precisará mesmo tomar atitudes. Jamais vi um Governo que acionasse tão mal ou até que não acionasse os seus mecanismos de sobrevivência.

Digo a V. Ex<sup>a</sup>, Sr<sup>a</sup> Presidente, que os acontecimentos de ontem, a mim, provocaram sensações diversas, porque pude analisá-los ou, pelo menos, receber o primeiro impacto deles, olhando para mim mesmo – para dentro da minha alma, para dentro da minha vida pública – como alguém que tem obrigações a cumprir como homem público.

Então, o homem público que sou diz sobre a demissão do Sr. Ministro José Dirceu que ela era inevitável, chegou atrasada. Deveria ter vindo há mais de um ano, quando explodiu o escândalo Waldomiro Diniz.

Desta tribuna, dezenas de Senadores já se manifestaram quanto a não ser o Ministério mais o lugar adequado para a permanência do Sr. Ministro José Dirceu.

O homem público que sou, Líder de um partido de Oposição, insiste em que temos dois vieses para percorrer nessa luta pela apuração dos fatos. O primeiro viés, que interessa muito de perto à Nação, é darmos uma grande e cabal resposta às inquietações que pesam hoje sobre o segmento político como um todo. O Congresso está com a sua credibilidade no chão. O Governo está com a sua credibilidade no chão. O Presidente Lula está ameaçando jogar fora o patrimônio que construiu ao longo de uma vida de 60 anos de idade. O Partido dos Trabalhadores está em xeque. Uma história bonita de 23 anos de idade não deveria estar sendo arriscada em dois anos e meio de ação de governo. O homem público que sou diz que é preciso defender esta instituição secular que é o Congresso brasileiro. E só se defende o Congresso brasileiro com respostas e não com evasivas, com atitudes e não com meias palavras. Só se defende a saúde da governabilidade sem panos quentes e sim com apuração efetiva dos fatos, com atitudes e não com gestos de propaganda por parte do Presidente da República.

O ser humano que sou, ontem, deixou de lado todas as desavenças até pessoais com o Ministro José Dirceu e se pôs a pensar no fato de que, sendo o Ministro uma pessoa da minha geração e tendo ele trilhado, em algum momento, caminhos, de certa forma, afins com os meus; em outros momentos, não... A partir da redemocratização, felizmente, cada um pôde, sobretudo, tomar o seu próprio caminho. Era possível já aqueles que lutaram contra a ditadura se dividirem, porque a democracia nos sugere isso. Não tem que se trabalhar frente ampla, frente única. Se temos a democracia, esta é exatamente para os segmentos da sociedade exporem as suas divergências muito claramente. Mas dizia que, por mais divergências que tenha tido com a linha adotada pelo Ministro José Dirceu ao longo até do período da ditadura, uma visão, a meu ver, demasiadamente radical, às vezes, sectária do processo de enfrentamento da ditadura, mas eu dizia que foi ele um líder de sua geração, alguém que sonhou os seus sonhos e tinha o direito de sonhá-los, alguém que tinha até o dever de lutar pela realização dos seus sonhos. Chega ao poder e de maneira retumbante, porque foi o principal articulador de um Partido que ele havia sobremaneira ajudado a construir, o PT. Chega com legitimidade, força, para ser não um Ministro a mais, mas para ser o Ministro do Governo Lula. Chega para ser o grande articulador político de um projeto que, não tenho dúvida, ele e o Presidente Lula, supunham de efetivas mudanças no País.

Não me alegrei, não me contentei, não me dei por feliz com esse desfecho, não sei se momentâneo ou se é para sempre a duração desse crepúsculo. Pessoalmente, não me contentei, como adversário, porque estava muito acostumado a enfrentar o Ministro todo-poderoso. Não enfrento ex-Ministros. Não me contentei como alguém que supunha a intensidade dos sonhos que devam ter sido sonhados pelo Ministro José Dirceu, porque eu dizia para mim mesmo: afinal de contas, a tentativa terminou sendo desvirtuada e não foi o final brilhante que imagino que muitos dos que têm idade assemelhadas às nossas pudessem supor e desejar.

O Ministro alega que vem para o Congresso, e virá dentro da diretriz que melhor lhe aprover. Não estou aqui para me imiscuir em questões internas ao Partido dos Trabalhadores. Estou para dizer que a adversidade logo, logo retornará.

Recebo o Ministro, sem prejulgamentos, no Congresso Nacional, de volta, como seu adversário. Estou inteiramente a sua disposição para tocarmos a luta; ele na sua trincheira, eu, na minha.

Afastando essa digressão sobre a questão pessoal, concentro-me nesse momento grave de crise, que, se Deus quiser, não se transformará em crise institucional.

Digo isso, Senadora Heloísa Helena, porque me criei num ambiente de contestação à ditadura militar e tenho raízes familiares. Meu pai foi Líder do Governo João Goulart no Senado, durante todo o tempo em que durou aquele Governo, acumulando com a Liderança do PTB da outra tradição, o Partido Trabalhista Brasileiro de Vargas.

Meu pai foi o primeiro Líder de oposição à ditadura militar. Portanto, aprendi que nunca fez bem à minha saúde pessoal e política nem fez bem à saúde política e de qualquer sorte da minha família a figura do golpe. Nunca fez bem. Nunca estivemos do lado dos que, no golpe, mandam prender. Nosso lado sempre foi dos que o golpe mandava prender.

Portanto, não brinco com a questão institucional. O meu ambiente é o da luta democrática, da efervescência da troca de idéias, mas, sob a égide de uma Constituição que jurei e juro respeitar, procurando mudá-la, atualizá-la e adequá-la aos tempos que surgem, mas não à idéia do clima de vivandeira, a idéia do clima de inquietação... Louvo termos hoje as Forças Armadas que não se manifestam, a não ser internamente – o cidadão tem o direito de fazer isso. Não se vê mais militar da ativa fazendo manifestações, até porque, em obediência à hierarquia e ao espírito das Forças Armadas, o ambiente é de absoluta normalidade democrática. Coloco-me e sei que essa é a posição do meu Partido, a posição de cobrarmos com clareza, com isenção e com força a apuração de todas as responsabilidades, isentando inocentes, indicando culpados, mas sem a preocupação de insuflarmos a crise, de querermos crescer na crise, de querermos fazer da crise um trampolim para nossas supostas aspirações de poder. Jamais me beneficiou crise, que pode desembocar no imponderável e jamais beneficiaria algum democrata neste País. Pode servir a aventureiros, e meu Partido não é de aventureiros. Pode servir a populistas, e meu Partido não é de populistas. Digo que esta crise assume proporções preocupantes.

Ainda há pouco, aparteando o Senador Delcídio Amaral – eu citava Heiner, escritor alemão tão festejado. Às vésperas de o III Reich se consolidar, ele dizia: “Quando de noite penso na Alemanha, eu perco o sono”. Tenho perdido o sono pensando no Brasil do Presidente Lula da Silva. Corrupção por todos os lados, e ninguém esperava essa licenciosidade por parte de um governo dirigido pelo Partido dos Trabalhadores. Desacerto administrativo, incapacidades, falta de autoridade. O Presidente não está exercendo



seu comando sobre a Nação. Às vezes, demonstra um certo autoritarismo, uma certa impaciência com a crítica, mas não está sendo forte para comandar uma Nação que precisa de alguém forte para comandá-la, sobretudo porque, infelizmente, a meu ver, vivemos sob um sistema presidencialista.

O Presidente precisa perceber que seu papel é fundamental para que não fiquem dúvidas. Precisa mostrar que seu Governo, Sua Excelência principalmente, não tem rabo preso com quem quer que seja. Precisa mostrar que está mesmo disposto a ver todos os escaninhos das denúncias nas repartições públicas abertos, para que se possa fazer um julgamento muito preciso, passando o País a limpo.

Ainda há pouco, o Senador Delcídio Amaral – já concedo o aparte ao Senador Mão Santa –, Líder do PT e Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, dizia aqui que a denúncia sobre ele, publicada no jornal **O Estado de S.Paulo** de hoje, tem nome e sobrenome: Ildo Sauer, professor e diretor da Petrobras, homem muito festejado. Eu era Líder do Governo Fernando Henrique e me lembro que não havia um só evento do PT discutindo privatizações, sobretudo do setor energético, em que a palavra do Sr. Pinguelli Rosa não fosse convocada pelo PT e que o Sr. Ildo Sauer não fosse chamado a opinar.

Hoje, o Senador Delcídio Amaral disse para todos da imprensa, ali fora, e para mim pessoalmente, que o Sr. Ildo Sauer é um intrigante, forjador de dossiês e que não teria respeitabilidade pessoal. Eu disse para o Senador Delcídio Amaral que me espanto com esse tipo de comportamento, porque o Sr. Ildo Sauer poderia ter dito ao Presidente da Petrobras, que por sua vez teria de ter dito ao Presidente da República, da dificuldade que o Sr. Sauer poderia ter de conviver num governo com o Sr. Delcídio Amaral. Poderia dizer: Presidente, leal a Vossa Excelência, agradecido pela oportunidade de trabalhar para o País, eu, Ildo Sauer, saio se esse moço ficar.

Não essa coisa da intriga que está mostrando um principado decadente, um reinado decadente, algo de muito podre para tão pouco tempo de governo. Há intriga: nenhum gosta do outro, todos querem o lugar de cada um, todos entendem que é hora de boicotar alguém. A Oposição sente-se desempregada porque não consegue, nem que queira, impor crises a um governo que fabrica crises dentro das suas entranhas. Essas crises nascem dentro das entranhas do Governo.

Senador Mão Santa, já ouvirei V. Ex<sup>a</sup>. Esse Governo vai ter de se pronunciar agora, se é que não se pronunciou. Ou demite o Líder, Presidente da CPI, ou demite o Sr. Ildo Sauer. A falta de comando gerará indisciplina em massa, e o fato de estarmos, graças

a Deus, numa democracia, não sugere que partidos devam ser indisciplinados, não sugere que governos devam ser desorganizados, não sugere que devamos ter todos os dias essas demonstrações de quebra de disciplina, de quebra de hierarquia, arrostando e enfrentando a autoridade do Presidente da República.

Estou muito preocupado com isso, porque, de repente, o céu se turvou. O Presidente Fernando Henrique Cardoso, em um de seus artigos mensais publicados em dois jornais do País – **O Globo** e **O Estado de S.Paulo** – escreveu uma frase típica de quem viveu oito anos de governo, como ele. Recomendava ao Governo mais cautela, mais previdência, menos ufanismo, menos triunfalismo, dizendo que o quadro internacional não é ruim, que o quadro interno não é desfavorável, que nenhuma crise sistêmica está abalando o País e que não há nenhuma aposta contra a moeda brasileira. Ele dizia, Sr<sup>a</sup> Presidente, que, neste mundo de hoje, as crises aparecem quando o céu está mais azul. Quanto mais azul o céu, maior a surpresa que governos e presidentes podem ter diante da crise. E o Governo passado foi obrigado a conviver com sete delas e obrigado a apreender a conviver com a crise durante uma sucessão de crises. E foi forjando sua experiência nos seus erros e nos seus acertos. Este Governo não sabia esta verdade, de que as crises aparecem quando o céu está mais azul, e houve a crise da economia americana na sua aterrissagem, na sua *hard landing*. Não sei nem se será uma *hard landing*. Pode ser uma aterrissagem *soft*, leve. É a crise da economia chinesa, que, em algum momento vai ter que se ajustar, cambialmente, por exemplo; o recrudescimento da crise na Argentina, ao contrário, pois a Argentina hoje está vivendo um momento não sei se de definitiva saída – não sinto que seja assim –, mas de algum alívio. Voltou a ser um grande comprador dos produtos brasileiros, que havia deixado de ser no segundo Governo do Presidente Fernando Henrique. Não sei.

A crise não é de fora para dentro. É uma crise das empresas brasileiras? Não. É uma crise da sociedade brasileira? Não. É uma crise do Governo, marcada por denúncias fundas, fortes, graves, de corrupção; é uma crise marcada por uma relação promíscua entre o Executivo e o Legislativo, ameaçando a estabilidade de dois poderes; é uma crise que a todos nos desmoraliza, Senador Mão Santa, e que tem de ser resolvida e decidida a partir do bom-senso, da firmeza de caráter e de gestos a favor do país.

Ouçó, com prazer, o Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, hoje o País deve ter gratidão a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu comportamento. Entendamos o *to be or not to be* dessa



questão, o ser ou não ser. Só há Governo e Oposição. V. Ex<sup>a</sup> cumpre seu papel. Não há democracia sem isto: os três Poderes, por inspiração de Montesquieu, um freando o outro. V. Ex<sup>a</sup> tem dado esse freio, o que também cabe a nós, que estamos na Oposição. Estamos na nossa trincheira: a Senadora Heloísa Helena, na Presidência; V. Ex<sup>a</sup>, na tribuna; e eu, no plenário. Mas o que povo nenhum, em regime algum, pode viver é a esperança. O Apóstolo Paulo disse: amor, fé, esperança. E, hoje, na democracia, a esperança é a alternância de poder. Essa alternância é uma conquista, está dentro da democracia. A própria Senadora Heloísa Helena propõe isso; S. Ex<sup>a</sup> é essa esperança de alternância, na Oposição, oferecendo um novo Partido e seu nome à Presidência. E V. Ex<sup>a</sup> tem dado essa confiança ao País, essa esperança, pela autoridade com que tem feito uma oposição preparada, consciente, correta. Nunca vi V. Ex<sup>a</sup> dizer “Fora, Lula” – aí, sim, estaria tudo acabado. Não, V. Ex<sup>a</sup> está pregando a essência da democracia, uma Oposição forte, que ainda dá ao povo esperança na alternância de poder.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM)** – Muito obrigado, Senador Mão Santa, pela fraternidade com que sempre se dirige a este seu companheiro e admirador.

Procuro marchar para o encerramento, Sr<sup>a</sup> Presidente, dizendo que a cena de ontem, do Palácio do Planalto, que seria – e foi apresentada assim – de despedida do Ministro José Dirceu – que retornaria para assumir seu mandato, conquistado nas urnas de São Paulo, primeiro me causou um grande impacto. Praticamente os Ministros todos, um deles, uma figura que sempre respeitei e com quem sempre lidei muito bem, um deles com um risinho no canto da boca. Atrás, não entendi: um risinho meio alvar, atoleimado; quero creditar que não por satisfação pelo episódio, mas talvez pelo impacto emocional do momento. Estranho, aquilo ali dava para tudo, até para chorar – e alguns choraram –, mas, para rir, não. Posso estar enganado, podia ser algum cacoete.

O que me preocupou naquele evento – fui Ministro Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República; vivi, digamos assim, o peso daquela liturgia do poder, algumas coisas que podem acontecer, não no Congresso, mas no Palácio, porque é outra a cultura – é que percebi, naquela despedida, uma cena inusitada: o Ministro José Dirceu não me dava a impressão de ser um Ministro demissionário, mas, sim, um presidente renunciante. Para mim, aquilo teve um forte simbolismo; foi carregado de marcas, de símbolos fortes. Todo o Ministério, diretrizes, enfim, aquilo me deixou com alguma pulga atrás da orelha.

Olhei a figura do Presidente Lula, onde estava Sua Excelência. A pergunta era: cabia, ou não, o Presidente Lula ali? Mas, no Palácio, não caber o Presidente? Uma festa no PT, quem sabe? Não é razão para festa, mas uma reunião no PT quem sabe coubesse? Ali, no Palácio, onde já trabalhei, parece-me que não cabia. Parece-me que se mostrava algo que pode ser parte da explicação psicológica que buscamos para essa crise de poder, de legitimidade, de autoridade.

No mais, digo da minha preocupação e do meu compromisso com meu País. Cada um haverá de contribuir para a solução dessa crise da melhor maneira. O PSDB saberá fazer do seu jeito o seu papel. O PSDB será inflexível nas apurações e procurará ser justo o tempo inteiro. O PSDB tem compromisso com as instituições democráticas brasileiras; não tem o compromisso de apadrinhar quem se tenha envolvido em ações malfeitas. O PSDB tem compromisso com a estabilidade da democracia, e isso é inarredável. O PSDB tem, por outro lado, a plena consciência de que está integrado a instituições que não podem silenciar neste momento, e uma delas é o Congresso Nacional.

O Ministro José Dirceu haverá de fazer a sua parte. O Presidente Lula que faça a sua. Que cada um cumpra com o seu dever. É a sensação mais nítida que me vem à cabeça. Que cada um cumpra estritamente com seu dever. Que cada um dê o melhor de si. Que cada um faça a sua parte. Que cada um seja o mais generoso que conseguir. Que cada um seja o mais bravo possível, usando a mistura da sua inteligência com a sua bravura, a favor do País. O Brasil, a depender de mim, terá rotina de governos que se sucederão uns aos outros, em eleição, e com a faixa presidencial passada de um Presidente para outro, em praça pública, como aconteceu de Itamar para Fernando Henrique Cardoso, como aconteceu de Fernando Henrique para Lula. Não importa se gosta, se não gosta, se está satisfeito ou não: é dever de um Presidente governar do primeiro ao último dia do seu governo e passar a faixa presidencial para quem venceu as eleições. Esse é um dever e ninguém pode fugir dele, se porventura investido na Presidência da República.

Não cabem mais aquelas molecagens do passado. Não cabem aquelas fragilidades, coisas do tipo Figueiredo não gosta de Sarney, então sai pela porta dos fundos. Não cabem mais situações, por exemplo, como o Senador Silvestre Péricles de Góes Monteiro\* Governador de Alagoas, espalhando fezes pelo palácio do governo, para não homenagear o eleito pelo povo, o depois Senador Arnon de Mello\*. Não cabe mais isso. É dever de um Presidente governar do primeiro dia, já nas festividades, até o último minuto, na entrega da faixa presidencial. Isso significa que o Presidente deve

ser o principal guardião da legalidade. Deve ser ele o principal zelador da governabilidade. Cabe aos demais segmentos dar o seu quinhão de contribuição. Mas o peso da governabilidade recai sobre as costas do Presidente da República no presidencialismo.

Se o regime fosse o parlamentarismo, Sr<sup>a</sup> Presidente Heloísa Helena, Sr. Senador Mão Santa, teríamos uma solução simples. O Brasil não está – sou parlamentarista e respeito quem não é – pronto para o parlamentarismo, até porque seu povo não o deseja, e eu, como parlamentarista, não prego esse regime como solução do tipo que é remendo para crises que possam estar ocorrendo. O parlamentarismo tem de vir, ou não, de acordo com a maturação histórica do povo brasileiro.

Mas, se fosse uma crise no parlamentarismo, o Presidente da República estaria às voltas com as suas obrigações de Chefe de Estado, com a orientação da política externa, e o Primeiro-Ministro teria caído. Com a sua queda, o parlamento seria dissolvido, e haveria uma nova eleição para todos nós. Nós iríamos para uma eleição. E veja, Sr<sup>a</sup> Presidente, como o parlamentarismo poderia oferecer uma saída sábia (cassa, não cassa, vai cassar trinta, vai cassar dez, não vai cassar nenhum, vai cassar cem, não sei): uma convocação de eleição para daqui a dois meses daria ao povo oportunidade de cassar todos esses que supostamente não mereceriam retornar ao Parlamento, por estarem crivados de desconfiança no campo ético. Poderíamos rapidamente resolver essa questão. Um novo ministério entraria, sangue novo, compromissos com a democracia renovados, compromissos com a ética por exigência do próprio povo, a figura do gastador de campanha eleitoral, das campanhas muito caras, esse também seria apenado, porque cada dissolução de gabinete – e pode acontecer uma agora e outra daqui a quatro anos, mas também daqui a três meses. E eles perceberiam que, no parlamentarismo, não valeria a pena gastar tanto dinheiro assim, para se eleger. Mas, não, estamos sob a égide do presidencialismo, que deploro mas aceito e cabe ao Presidente exercer a liderança, e a liderança é dele, não é do Sr. Duda Mendonça, Senador Mão Santa; a liderança é dele, não é do ex-Ministro José Dirceu, Sr<sup>a</sup> Presidente; a liderança é do Presidente, não é minha, a liderança não é do meu partido, a liderança não é de ninguém do PT, a liderança não é de nenhum segmento da sociedade, a liderança não está em o Presidente encher o seu Ministério de medalhões, está em encher o seu Ministério de pessoas corretas, pessoas competentes, ele comandando essas pessoas, ele articulando essas pessoas, ele dizendo a essas pessoas qual é o caminho pelo qual ele pretende fazer o Brasil trilhar, para dar

satisfação a 53 milhões de pessoas que o colocaram, tão cheias de esperanças, no Palácio do Planalto.

Portanto, se eu pudesse hoje dirigir algum tipo de prece em favor de alguém, orar, me dirigir a Deus pedindo por alguém, eu pediria pela lucidez do Presidente Lula, eu pediria para que o Presidente Lula olhasse para dentro do seu coração, sinceramente para dentro do seu coração, sem dichotes, sem risos de meia boca, aquele riso em que metade está preocupado com a crise e outra metade finge que sorri, sem isso. O Presidente Lula precisa olhar de frente para si próprio, olhar de frente para a Nação, o Presidente Lula precisa prezar e preservar a bela biografia que fez tantos de nós discordarmos dele, passarmos a vida toda entre alianças e entre discordâncias, mas admirando a figura do Presidente Lula, respeitando a sua integridade, respeitando toda a sua trajetória de vida, tudo que passou, tudo que sofreu, tudo que viveu.

Está nas suas mãos, Presidente, neste momento, até salvar o seu Partido, que não é o mais importante para o País, mas está nas suas mãos, Presidente, tomar uma atitude pelo Brasil, uma atitude que, ao mesmo tempo – isso também não é o mais importante – resgatará a sua biografia. Mas, sobretudo, Presidente Lula, pense no País. O País não pode, por falta de liderança de sua parte, interromper essa série que já se vem tornando bonita na história brasileira, essa série de presidentes que começam o seu mandato no primeiro dia, terminam no último dia, e terminam no último dia cumprindo com o seu dever, com erros e acertos, e passam a faixa para o próximo Presidente da República, diante do povo. Isso acontecendo durante 50, 100 anos, é que vai criar a cultura de que o Brasil é uma democracia inarredável. Isso é que vai criar a cultura de que o Brasil é um país de regras fixas, não é um país aberto para aventureirismos e para experiências que se podem casar com o caos.

Portanto, se eu tenho o dever – e o faço por dever – de criticar e fiscalizar o Presidente Lula, eu diria que, talvez, em nenhuma das vezes em me tenha dirigido a S. Ex<sup>a</sup> da tribuna possa ter usado de tanta boa-fé e de tanta sinceridade.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arhur Virgílio.

Os Srs. Senadores Reginaldo Duarte, Leonel Pavan, Arthur Virgílio, Eduardo Azeredo, Almeida Lima, Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Lucia Vânia e Teotonio Vilela Filho enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “*Degradação política*”, de autoria do articulista Fernando Rodrigues, publicado no jornal Folha de São Paulo do último dia 21 de maio do corrente.

Marcado pelo desajuste administrativo de um governo incompetente, o panorama atual da política brasileira tem se caracterizado por escândalos de corrupção e um descompasso total entre ações do Executivo e do Legislativo.

O autor afirma que a estabilidade econômica, baseada exclusivamente por uma ortodoxia extremada do Banco Central, pode ser atingida duramente pela atual desordem política do governo: “Ocorre que, em alguns momentos, a crise política transborda e contamina a economia. Quando, e se, isso acontecer, será rápido e fulminante.”

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Também ocupo a tribuna, Sr. Presidente, neste momento para comentar o artigo intitulado “*Fadiga dos metais*” de autoria do ex-Ministro do STF Mauricio Cor-

reia, publicado no jornal Correio Braziliense do último dia 22 de maio do corrente.

O artigo comenta as tentativas do governo de impedir a instalação da CPI destinada à apuração de atos de corrupção envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Aponta também o erro político da base do governo no Senado Federal em rejeitar o nome do consagrado jurista Alexandre de Moraes, indicado pela Câmara dos Deputados, para fazer parte do Conselho Nacional de Justiça.

O autor alerta para a desordem política e fadiga administrativa do atual governo e que a sua apatia pode comprometer a estabilidade das instituições democráticas do país.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Degradação política

**BRASÍLIA** - *Os acontecimentos no Congresso desde o caso Waldomiro, há mais de um ano, indicam uma degradação crescente nas relações políticas entre o Palácio do Planalto e o Poder Legislativo. Ainda é impossível enxergar onde dará esse acelerado processo de falta de respeito mútuo. Coisa boa é que não será.*

*Com menos de dois anos e meio de mandato, Lula tem dois cadáveres insepultos entre seus 36 ministros (Romero Jucá e Henrique Meirelles), duas CPLs explosivas na bica para serem instaladas (a dos Correios e a dos Bingos, que trará Waldomiro Diniz para a ribalta) e uma base de apoio que assina pedidos de investigação contra si própria.*

*O esfacelamento do nível de debate dentro do Congresso pode ser medido pela insignificância de certos personagens em cargos relevantes. Fora do mundinho da política, poucos sabem dizer, por exemplo, o nome dos líderes de partidos como PMDB e PL na Câmara. São os famosos José Borba (PR) e Sandro Mabel (GO), respecti-*

*vamente. Muitos dos 513 deputados se transformaram em radicais livres que não atendem a nenhum tipo de orientação.*

*Num café da manhã com Lula no Palácio do Planalto, no meio da semana, alguns líderes partidários levantavam-se da mesa para atender chamadas telefônicas em seus celulares. Mais do que uma falta de respeito, um sinal da sem-cerimônia com que as instituições da República se relacionam nestes tempos estranhos.*

*É certo que a economia do país continua em um nível de estabilidade ainda incomparável com épocas passadas —apesar da ortodoxia extremada do BC. Tem sido comum no Brasil a economia sustentar a política. A regra é quase planetária. O bordão “é a economia, estúpido” propagou-se dos EUA para o mundo.*

*Ocorre que, em alguns momentos, a crise política transborda e contamina a economia. Quando, e se, isso acontecer, será rápido e fulminante.*

@ → frodriguesbsb@uol.com.br



## OPINIÃO

# Fadiga dos metais

**MAURÍCIO CORRÊA**

*Advogado*

**N**a última semana foi completada a coleta de assinaturas, no Senado Federal e na Câmara dos Deputados, para a instalação da comissão parlamentar de inquérito destinada à apuração de atos de corrupção envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. A reprodução da gravação feita por um empresário com o então chefe de Contratação e Administração de Material do órgão — este indicado por parlamentares da base de apoio do governo, conforme publicado pelo *Correio Braziliense* na edição de 19 passado — traz ingredientes e particularidades que demandam severa e inadiável apuração. Na Câmara, 222 deputados subscreveram o documento, e no Senado Federal, 44, o que ultrapassa de sobre o quorum constitucional exigido de um terço dos parlamentares de ambas as casas, conforme estabelece o § 3º do artigo 58 da Constituição Federal.

Se não ocorrer o refluxo de assinaturas por pressão do governo, como já se verificou em hipóteses parecidas, e o quorum atingido para a abertura não cair, estar-se-á diante da primeira CPI a ser instaurada na vigência do mandato do atual presidente da República. Lembre-se que, embora perfeito o número constitucional de subscrições, é possível que tudo volte à estaca zero, como se deu, por exemplo, com o requerimento de assinaturas para a abertura da CPI que visava à apuração das circunstâncias, até agora não bem esclarecidas, do assassinato do prefeito Celso Daniel, de Santo André, SP.

O que seria inimaginável aconteceu também nesta semana no Senado. Depois da aprovação do nome do jurista Alexandre de Moraes, secretário de Cidadania e Justiça do Estado de São Paulo, vitorioso na Câmara dos Deputados por 183 votos contra 154 dados ao secretário de Assuntos da Reforma

do Poder Judiciário, órgão do governo federal, o nome do aprovado foi ali rejeitado. Obedecendo-se a que critério? Sem dúvida, a simples questiúnculas políticas. Ora, derrotar o candidato do governo por alguém ligado ao PSDB e que serve ao governo tuca-no de São Paulo é demais, pensaram.

A atribuição do Senado que se limita exclusivamente à avaliação técnica da existência ou não dos pressupostos para o preenchimento da vaga reservada pela Emenda Constitucional 45 à Câmara dos Deputados jamais poderia ter qualquer sentido de vingança, desbordando-se para atitudes dessa natureza, que demonstram vilania e pequenez. Pena é que o CNJ vai se privar da participação de nome tão qualificado e competente. Além de uma clara desconsideração à Câmara, não me parece que o Senado tenha sido feliz ao recusar o nome do professor, respeitado e admirado em todos os meios acadêmicos e judiciários do país.

Há um bordão nos meios parlamentares que diz que se sabe como começa uma CPI, mas não se sabe como acaba. O atual contexto político é conturbado e preocupante. As relações entre a comunidade política e o Planalto estão cada vez mais se definindo. A operação montada pela Polícia Federal para adiantar-se às ações da CPI tem o nítido propósito de esvaziar suas ações e desmoralizá-la. Apressando-se às investigações, espera o governo que possam surgir fatos que frustrariam o início das atividades do órgão.

Para atingir essa meta, o importante é procrastinar a leitura em plenário dos requerimentos e valer-se de outros expedientes eticamente não muito recomendáveis, se é que se pode falar em ética política quando se trata, nesse terreno, das constantes atitudes do presidente da República. Mais ainda, depois que o seu imaculado partido até antes de sua posse, negando todas as pregações de vinte anos pós-fundação, admitiu fazer parcerias políticas não

muito ortodoxas em sintonia com a linha de conduta que preconizava para o Brasil.

Tal é a situação de risco que corre o governo que já no começo do próximo ano, se chegar até lá, porque lhe faltam alternativas, deverá tentar remodelar a estrutura que lhe dá apoio nos meios parlamentares, na busca de recuperar o prejuízo sofrido, com alterações a serem feitas com o ingresso de novos atores para atuar nessa frente. Já imagino quais seriam os personagens que poderão compor esse núcleo que já se prepara para um choque de ações. 2006 será o ano das eleições e o presidente, se já não pensava efetivamente em administrar o país, agora que sua obsessão é a reeleição, aí é que não faz mais nada.

O grande problema é saber até quando continuará com esse estilo pachorrento de total letargia e de congênita indecisão no comando dos deveres funcionais de chefe da Nação, mantendo pessoas em altos cargos, que há muito deveriam ter sido exoneradas ou pelo menos afastadas, até que as acusações contra elas — que até agora, como se sabe, são graves — sejam devidamente esclarecidas. Essa providência seria o mínimo que o povo brasileiro aguardaria de seu presidente. Mas dele, infelizmente, não se pode esperar mais nada. A não ser contabilizar apoios para a reeleição.

Como é sabido, os aviões têm idade-limite para voar pelo desgaste natural dos metais de que se compõe sua fuselagem. É o que se chama de fadiga dos metais. Tantas são as trapalhadas do governo, tamanha é a sua indolência, indecisão, inapetência, e carência de aptidão nas relações da administração do cotidiano da vida política, que não é exagero afirmar que também ele está a padecer do mesmo mal.

Esperava-se que esse cansaço viesse a demorar mais. A incompetência, entretanto, é tão explícita que, precocemente, a mesma doença atacou os humanos que habitam o Palácio do Planalto. É a fadiga dos metais.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “O ridículo e os escroques”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** na sua edição de 20 de maio do corrente.

O artigo diz respeito aos comentários dados Senador Aloizio Mercadante, no qual afirma que a crise política enfrentada atualmente pelo país é na verdade uma tentativa das elites de desestabilizar o governo do presidente Lula.

O autor enfatiza que essa indagação foi duramente criticada por seu companheiro de partido Delcídio Amaral, e ainda acrescenta que “o grande erro do partido, que é também uma espécie de corrupção, é ter cometido fraude eleitoral”.

Para que conste dos Anais do Senado da República, requero, Sr. Presidente, que o artigo acima citado passe a integrar este pronunciamento.

Outro assunto que me reporto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, é que venho cerrar fileiras com milhares de farmacêuticos, sobre quem o Estado brasileiro resolveu, há bem pouco, descarregar um pacote de medidas intimidativas. Para os profissionais da área, trata-se simplesmente da proibição terminal da manipulação de determinados medicamentos, se estes coincidirem na forma e na concentração com aqueles já produzidos pela indústria.

Sem dúvida, tais medidas visam apenas ao impedimento do exercício profissional da categoria diretamente relacionada à farmácia de manipulação, pela qual, de acordo com uma imagem bastante difundida no País, a população brasileira menos privilegiada nutre uma incomensurável simpatia. Mais que isso, na linguagem dos próprios profissionais, eles representam, junto ao povo, parcela diferenciada em consciência e qualificação na saúde pública.

De forma sintética, o documento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que é denominado “Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para Uso Humano em Farmácias”, consiste em estabelecer novas regras e restrições à prática da manipulação farmacêutica. Seguindo literalmente o texto, “trata-se de fixar os requisitos mínimos exigidos para a avaliação farmacêutica da prescrição, manipulação, fracionamento, conservação, transporte, dispensação de preparações magistrais e oficinais, alopáticas e ou homeopáticas e de outros produtos de interesse da saúde.”

Não sem razão, a Associação Nacional dos Farmacêuticos Magistrais protesta, com muita indignação, contra as iniciativas reguladoras descabidas da Anvisa. Tal será o caso, por exemplo, com a proibição da manipulação da isotretinoína, substância essencial ao tratamento de pele, por meio da qual inúmeros farmacêuticos brasileiros confeccionam seus produtos.

Isso, naturalmente, implicará uma redução drástica do espaço econômico das farmácias no mercado

dos produtos de beleza. A bem da verdade, segundo especialistas econômicos, para a farmácia, o ramo dos cosméticos equivale, *grosso modo*, ao próspero mercado dos celulares no meio da indústria telefônica.

Sr. Presidente, o expediente da “consulta pública” a que a Anvisa, hoje, recorre para legitimar a imposição de regras draconianas aos farmacêuticos não pode carregar outro significado senão aquele comum aos poderosos de plantão, para quem a vitrine democrática serve mais como um cosmético engabelador que um transparente recurso para a visibilidade política. Na verdade, desprovido de uma discussão mais ampla e verdadeiramente democrática, o Estado brasileiro promove, no lugar, um jogo de cena autoritário, descendo goela abaixo tudo o que despoticamente determina.

Após o lançamento da tal “consulta pública”, a necessidade de se resguardar dos “avanços” normativos impostos à profissão pela Anvisa tem sido a tônica invariável das discussões entre os farmacêuticos brasileiros. Indignados com a proibição sobre a manipulação, não se conformam com as aberrações encerradas nas demais medidas, como aquela que proíbe qualquer propaganda de produtos, mesmo de cosméticos, junto à classe médica e à própria população.

Conseqüência imediata desses atos governamentais será, inevitavelmente, a liquidação da visita médica pelo farmacêutico e de tudo o mais que dela se pressupõe. Isso implicaria, entre outras coisas, o banimento da integração multiprofissional, a partir da qual melhores condições de vida poderiam ser oferecidas ao cliente/paciente, o ápice do chamado “triângulo da saúde”.

Restou ao farmacêutico, portanto, apenas a produção de associações medicamentosas, e, mesmo assim, desde que o profissional que as prescrever justifique tal manipulação e desde que a indústria não as produza. Vale frisar que, até bem pouco tempo atrás, era uma prática comum que, no Brasil, farmácias legalmente estabelecidas manipulassem medicamentos liberados junto a médicos, a outros profissionais da saúde e à própria população.

Em outras palavras, para o profissional de farmácia, a suspensão do ofício da manipulação de medicamentos significará a brutal extinção da categoria. Na seqüência do cinismo, o Estado faz vistas grossas diante do descalabro em que se converteu o alastramento das tais casas de “produtos naturais”. Até onde se sabe, não há qualquer política por parte da Anvisa que restrinja as atividades dessas casas, tampouco medidas que lhes possam cobrar exigências mínimas de funcionamento dentro das regras da saúde pública brasileira.

Em suma, o retorno ao tempo do “farmacêutico balconista” nada mais será que a consagração do retrocesso na saúde pública, privilegiando os gigantes laboratórios farmacológicos, que já controlam quase todo o mercado mundial. Enquanto à indústria se concedem benefícios os mais variados, ao profissional da farmácia reservam-lhes as mais severas e injustas restrições de trabalho.



Ora, se, de fato, os farmacêuticos são os responsáveis pelo estado deplorável da saúde pública brasileira atual, que isso, então, seja denunciado de forma categórica, aberta e fundamentada em evidências inequívocas. Caso contrário, não se pode tolerar tão aviltante golpe do Estado brasileiro contra uma classe profissional já tão massacrada pelas condições estreitas de trabalho.

De todo modo, para encerrar, Senhor Presidente, manifesto apoio ao pleito dos farmacêuticos, na direção da busca de um diálogo mais democrático com os dirigentes da Anvisa. Nesse sentido, graças à sensatez da Agência, soube que o prazo da “consulta pública” foi ampliado para mais noventa dias a partir de 20 de junho. Que isso, por fim, sinalize para uma convergência mais harmoniosa entre os diversos interesses envolvidos na questão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “De volta ao apartamento de Roberto Jefferson”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 4 de junho do corrente, de autoria do Deputado Federal Fernando Gabeira.

No seu artigo, o Deputado descreve o que via na foto do jantar oferecido pelo Deputado Roberto Jefferson,

ao presidente Lula, em seu apartamento em Brasília: “Se fosse escolher um bom cenário para contar em teatro a história desse sobressalto brasileiro, apontaria o apartamento de Jefferson. Ali houve o encontro em que Lula já flutuava na sua ambigüidade. De um lado, o corpo arredio; de outro, aquela frase: ‘Assino um cheque em branco e o entrego nas mãos de Jefferson’”

Segue, em seu lúcido artigo, dizendo que após algumas semanas, foi amplamente noticiado que “Dois ministros imploravam, segundo as versões não desmentidas, a Jefferson que não envolvesse o governo nos inúmeros depoimentos que teria pela frente”. Lula talvez não imaginasse as conseqüências do jantar.

Finalizando seu artigo, o Deputado Fernando Gabeira conclui: “Levarei muitos anos para justificar a mim mesmo como foi possível acreditar nisso, já no fim do século 20, quando experiência e prática nos incitavam a duvidar”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Senhor Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

## O ridículo e os escroques

**SÃO PAULO** - O problema de que padece o governo do PT não é apenas de desarticulação política. É também, e principalmente, de incompetência pura e simples.

Em meio à catarata de exemplos que poderiam ser invocados para provar a hipótese, a mais recente vem da boca de Aloizio Mercadante, o líder do governo no Senado, para quem a crise é uma tentativa da elite de desestabilizar o governo Lula.

Tão ridículo, mas tão ridículo, que coube a outro petista ilustre, o senador Delcídio Amaral (MS), tentar acordar seu colega: “Ô, Mercadante, a elite somos nós”, disse Amaral, segundo o “Painel” desta Folha.

Para ganhar lugar no panteão mundial de tolices, Mercadante poderia ter acrescentado que a conspiração que só ele vê está sendo financiada pelos grandes banqueiros, insatisfeitos com o maná do céu que é para eles o governo do PT.

Como se sabe, grandes banqueiros são do andar de baixo, jamais da elite (pelo menos deve ser essa a visão do agudo analista Mercadante).

Com analistas desse calibre, o governo só pode afundar mais e mais na, digamos, desarticulação. Mas, feita essa observação indispensável, convém deixar claro que o PT não é nem remotamente o único culpado pela desagregação política visível a olho nu.

O grande erro do partido, que é também uma espécie de corrupção, é ter cometido fraude eleitoral: vendeu a mudança e está entregando a continuidade. Vendeu a pose de carnepeão mundial da ética na política e está entregando as mesmas operações-abafa velhas conhecidas.

Mas os outros partidos não têm moral para tirar casquinha em cima dessas grossas ranhuras na antiga vestal da política tupiniquim.

Se fossem sérios, PDT, PL, PMDB e PP teriam, para começar, expulsado os seus deputados estaduais flagrados em extorsão ao governador Ivo Cassol (RO). São escroques, e partido que abriga escroque é cúmplice. Não há duas interpretações nesse ponto.

@ → [crossi@uol.com.br](mailto:crossi@uol.com.br)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “De volta ao apartamento de Roberto Jefferson”, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** de 4 de junho do corrente, de autoria do Deputado Federal Fernando Gabeira.

No seu artigo, o deputado descreve o que via na foto do jantar oferecido pelo deputado Roberto Jefferson, ao presidente Lula, em seu apartamento em Brasília: “*Se fosse escolher um bom cenário para contar em teatro a história desse sobressalto brasileiro, apontaria o apartamento de Jefferson. Ali houve o encontro em que Lula já flutuava na sua ambigüidade. De um lado, o corpo arredio; de outro, aquela frase: ‘Assino um cheque em branco e o entrego nas mãos de Jefferson’*”.

Segue, em seu lúcido artigo, dizendo que após algumas semanas, foi amplamente noticiado que “*Dois ministros imploravam, segundo as versões não desmentidas, a Jefferson que não envolvesse o governo nos inúmeros depoimentos que teria pela frente*”. Lula talvez não imaginasse as conseqüências do jantar.

Finalizando seu artigo, o Deputado Fernando Gabeira conclui: “*Levarei muitos anos para justificar a mim mesmo como foi possível acreditar nisso, já no fim do século 20, quando experiência e prática nos incitavam a duvidar*”.

Para que conste dos Anais do Senado, requeiro, Sr. Presidente, que o referido artigo seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Outro assunto:

### **O FUTURO DA AMAZÔNIA É O FUTURO DO BRASIL**

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é possível que nunca a Amazônia tenha, como agora, figurado de forma tão intensa no debate, no noticiário e, principalmente, nas nossas apreensões.

Afora as cenas da devastação da floresta, que impressionaram o mundo todo, preocupam-nos muito mais os indicadores das perdas futuras da mata amazônica, pela devastação que segue em ritmo relativamente acelerado.

Leio, a propósito, as duas matérias da seção *Tendências/Debate*, da Folha de S.Paulo, edição do último dia 5, e destaco uma frase:

Se há pouco a Amazônia era o grande ativo nas nossas negociações internacionais, talvez já comece a ser um passivo.

Dizem as duas análises dessa coluna do jornal que o *Governo praticamente ignora, em sua estratégia econômica e social, a existência dos 620 mil km<sup>2</sup> de área desmatada na Amazônia, 17% do total da Grande Floresta*.

Na mesma análise, que estou incluindo neste pronunciamento, para constar dos Anais, vem à baila o SIVAM/SIPAM e, com ele a crítica de que o sistema ainda não funciona a contento. Mais recentemente, veio a boa notícia, uma das poucas no Governo Lula, de que o importante sistema está prestes a se completar.

Fico com o título do debate da **Folha**:  
*O futuro da Amazônia é o nosso futuro*

Portanto, mais do que preocupação, o Brasil e as autoridades, a sociedade, todo, enfim, devemos ficar alertas. Acender a luz amarela e adotar providências, antes que se concretizem as previsões sombrias sobre a nossa estratégica região Amazônica.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

FOLHA DE S. PAULO

FERNANDO GABEIRA

## De volta ao apartamento de Roberto Jefferson

QUANDO Lula e Roberto Jefferson jantaram juntos, escrevi um relato descrevendo o que via nas fotos. Falei de quase tudo o que as fotos mostravam, a arara de cabeça baixa, as bolsas das mulheres deixadas no sofá.

Lembro-me de que Lula parecia não estar totalmente ali. Havia alguma coisa em sua pose, uma certa recusa, uma dúvida na expressão corporal. Os fatos posteriores arrastaram as hesitações e ele se mostrou solidário com Jefferson quando aconteceu o escândalo.

Se fosse escolher um bom cenário para contar em teatro a história desse sobressalto brasileiro, apontaria o apartamento de Jefferson. Ali houve o encontro em que Lula já flutuava na sua ambiguidade. De um lado, o corpo arredio; de outro, aquela frase: "Assino um cheque em branco e o entrego nas mãos de Jefferson".

Isso é muito comum no Lula. Em todos nós, para dizer a verdade: Quando algo hesita no fundo, compensamos com uma frase categórica, algo que esmague verbalmente a dúvida e nos permita a ilusão de liquidar o dilema.

O sentido do jantar era mostrar o quanto Lula confiava em Jefferson, como estavam próximos. Ali, no mesmo lugar, o apartamento de Jefferson, aconteceria o desfecho poucas semanas depois. Dois ministros imploravam, segundo as versões não desmentidas, a Jefferson que não envolvesse o governo nos inúmeros depoimentos que teria pela frente.

Nesse ponto, a falha do autor. Descrevi o jantar inicial, mencionei a arara, as bolsas; a hesitação corporal de Lula, as aulas de canto de Jefferson, sua interpretação de "Eu Sei que Vou te Amar". Foi como se o jantar se fizesse por si próprio e voasse para a mesa, como um pássaro do certão. Esqueci-me da empregada da casa de Roberto Jefferson.

No segundo ato, ela tem um papel decisivo. Abriu a porta para os dois ministros, que haviam tentado visitar Jefferson duas vezes em vão. Por que abriu se o patrão queria se isolar? Os historiadores do futuro vão desvendar esse detalhe ou, talvez, deixar que mergulhe no limbo como tantos outros.

Aqui em Brasília, todos se apresentam na portaria. Há duas vezes que ouvimos com frequência: a dos vendedores de água mineral e de gás. Pode ser que ela tenha se enganado com isso. Talvez, ao ouvir a campanha, tenha usado o olho mágico, que, na verdade, aumenta o ângulo de visão, transformando levemente o rosto.

Com uma visão limitada das faces, pode ter pensado que um ministro fosse o vendedor de gás, e o outro, mais encorpado, de óculos e com o rosto redondo, fosse o próprio dono do comércio. Só viriam juntos se houvesse alguma conta atrasada, algo que comprometesse sua administração doméstica. Deve ter aberto a porta simplesmente para que tudo ficasse esclarecido.

As pessoas pensam assim, mas têm sempre os governos a fazerem.

Entretanto, incorreto concluir que os governos são menos inteligentes do que pessoas isoladas. O diabo com eles é que costumam se meter em situações não desfeitas no sentido de perderem a margem de manobra, que são condenados a cometer um erro atrás do outro.

Essa ideia não é minha. A primeira vez que tive contato com ela foi nos livros de Isaac Deutscher sobre Trotski. Ele falava das situações históricas, nas quais a margem de manobra se estreitava e os dirigentes de um governo, ou mesmo de uma classe social, mergulhavam numa inevitável sequência de erros.

Lula, talvez não, imaginasse as consequências do jantar. Jefferson cantava um amor por toda a vida em cada ausência sua, eu vou chorar, mas cada volta tua há de apagar a dor que a tua ausência me causou. A lua de Brasília e talvez um conhaque os fizessem sentimentais.

Hoje vivemos um clima do tipo "Eu Sei o que Vocês Fizeram no Verão Passado". De um lado, acusações; de outro, tentativas de desfazer as pegadas, dissolver pisadas. Para ser franco, entramos num túnel de onde sairemos vivos, mas alguns com cicatrizes em suas biografias.

A esperança dos que hoje se comportam como tropa de choque, que se recusam, ao contrário da empregada de Jefferson, a abrir a porta, é a de que o problema seja limitado aos políticos que entregues a si próprios, sem

pre encontrar os caminhos da conciliação.

Eles acham também que a popularidade do Lula é inegociável e que, bem trabalhada pelos marqueteiros, pode suplantar todos esses problemas do Waldomiro ao Jefferson, passando pela incompetência específica em governar.

Essa certeza de que tudo se vende com dinheiro, essa confiança cega em neutralizar a televisão, ampliar a clientela social e simplesmente ignorar os milhares de consciências que assistem a tudo, é um dado novo. Os amigos não estão perdidos simplesmente passarão a acreditar que o bandido vence no final.

Enfrentamos cadeia, tortura e exílio e, de certa forma, sobrevivemos moralmente inteiros. A experiência do poder quebrou muitos nossos valores do que todos os pais de arara, os holofotes e o cordão de puxa-sacos nos confundiram mais do que choques elétricos. Amigos que enfrentaram horas de tortura para salvar os outros, hoje se dedicam a produzir notinhas, lês contra os outros.

Tudo o que é sólido se desmancha no ar. Há dissoluções mais bonitas, passagens mais perfumadas. Esse episódio, mascarado de ascensão de um trabalhador ao governo, é uma crueldade histórica.

Levarei muitos anos para justificar, a mim mesmo como foi possível acreditar nisso, já no fim do século 20, quando experiência e prática nos incitavam a duvidar. Ignorantes da tragédia histórica, fomos condenados a farsa.



## TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com essa assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.  
E-mail: debates@red.com.br

# O futuro da Amazônia é o nosso futuro

ISRAEL KLABIN, RUBENS RICUPERO, PHILIPPE REICHSTUL, MARIA SILVIA B. MARQUES

OS ÚLTIMOS dados sobre a taxa de desmatamento da Amazônia indicam claramente que o Brasil perderá em curto prazo o grande ativo de que ainda dispõe no mundo globalizado: a maior floresta tropical do planeta.

Por ser um dos grandes ecossistemas do planeta, se não o maior, a Amazônia está diretamente ligada ao problema das mudanças climáticas. A posse desse enorme potencial econômico de uso sustentável de recursos não-madeiráveis e de geração de energias limpas representa uma vantagem, mas também uma responsabilidade e um risco. Não podemos esquecer que os efeitos climáticos da Amazônia são globais e que, em consequência, a preocupação sobre o desmatamento e as mudanças climáticas fazem parte de uma agenda global.

Portanto, se há pouco tempo a Amazônia era o grande ativo nas nossas negociações internacionais, provavelmente já começa a ser um passivo. Alguns pontos sobressaem quanto à necessidade, por parte do governo, de implementação das legislações já existentes:

1) A falta de prioridade efetiva da alocação de recursos e de formação de uma estratégia com relação ao desmatamento da Amazônia. O governo nega que isso seja verdade e sustenta que a simples criação de decretos e leis ou do atual plano contra o desmatamento encerra a garantia de que eles sejam cumpridos. Bastaria o governo se comprometer seriamente com o que ele próprio propõe que a situação seria outra. Sem recursos disponíveis, a declaração de prioridade passa a ser uma mistificação.

2) A falta de uso de ferramentas disponíveis para monitoramento e intervenção em tempo real de ações predatórias. O sistema Sivam/Sipam, que custou ao país quase 3 bilhões de dólares e cuja função fundamental era a produção de um banco de dados com acesso público sobre a realidade socioambiental da Amazônia, encontra-se com a sua efi-

ciência reduzida na formação de políticas públicas nas áreas econômica, social e ambiental. Esse sistema não vem funcionando, seja por motivos políticos, seja por incapacidade técnica.

3) É óbvio que a vocação natural da bacia amazônica em matéria de transporte é hidroviária. A maior parte da depredação de origem humana, nos últimos 30 anos, foi consequência de estratégias de desenvolvimentos errôneas, que deram ênfase à abertura de rodovias e à exploração predatória de recursos naturais. Em torno dessas rodovias (Belém-Brasília, Transamazônica, Cuiabá-Porto Velho), formaram-se as

*Se há pouco a Amazônia era o grande ativo nas nossas negociações internacionais, talvez já comece a ser um passivo*

grandes acumulações de miséria das populações que para lá se dirigiram, com esperança de uma proposta de desenvolvimento que nunca aconteceu. E isso continua agora com o projeto da BR-163, ligando Cuiabá a Santarém.

4) A falta de prioridade quanto ao potencial que representa para o Brasil o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) levou-nos a privilegiar na nossa política externa assuntos de somenos importância. A base da implementação eficiente do TCA passa necessariamente pela formação de uma agenda comum com os outros seis países que compõem a grande Amazônia. O Brasil já sedia a secretaria do TCA; já tem a ferramenta fundamental para um planejamento estratégico conjunto, que é o Sivam/Sipam; já dispõe de tecnologias para formação de políticas socioambientais de desenvolvimento da Amazônia. No entanto, nada disso é utilizado.

5) Vem o governo ignorando, em sua estratégia econômica e social, que já existem 620.000 km<sup>2</sup> de área desmatada, ou seja, 17% da área de floresta densa da Amazônia Legal brasileira disponíveis para uma verdadeira revolução organizada e eficiente, visando a uma ocupação e reforma agrária que viriam a ser um dos trunfos de um governo consciente e consequente no que tange aos seus projetos de desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Até poucos anos atrás, o Brasil era responsável por uma porcentagem desprezível do total de emissões de gases de efeito estufa do planeta. Porém, nos últimos quatro anos, as emissões brasileiras aumentaram geometricamente, atingindo proporções preocupantes devido às taxas desenfreadas de desmatamento. As consequências disso são de extrema gravidade, não apenas com relação ao impacto ambiental global mas também devido à eventual perda de classificação do Brasil entre países não-Anexo I do Protocolo de Kyoto. Isso quer dizer que o Brasil poderá perder, em pouco tempo, o seu potencial de receber recursos ponderáveis oriundos de créditos de carbono, seja pelo Protocolo de Kyoto ou por qualquer outro instrumento internacional criado para redução das emissões e do efeito estufa.

Como disse José Goldemberg, no ano que vem, possivelmente, ao sermos questionados sobre a problemática da Amazônia, as nossas respostas ainda serão as mesmas e a situação de desmatamento terá proporções ainda maiores.

Israel Klabin, 78, engenheiro, é presidente da FDS (Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável). Foi prefeito do Rio de Janeiro de 1979 a 1983. Rubens Ricupero, 66, é membro do conselho da FDS. Foi secretário-geral da Unctad (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento) e ministro da Fazenda (governo Collor/Franco). Manuel Philippe Reichstul, 51, economista, é membro do conselho da FDS. Foi presidente da Petrobras e secretário-geral do ministério do Planejamento (1985-87). Maria Sílvia Bastos Marques, 48, economista, é membro do conselho da FDS. Foi presidente da Companhia Siderúrgica Nacional.

# A corrupção em nossa história

BORIS FAUSTO

## *Após a democratização, pela primeira vez, um partido de esquerda, o PT, assumiu a luta contra a corrupção*

A CORRUPÇÃO faz parte de nossa história desde o primeiro momento em que Cabral e seu séquito puseram os pés nas costas da Bahia. Mas levou muito tempo para que ela se tornasse um mal suscetível de ampla indignação social e, ao mesmo tempo, um recurso da luta política.

Se é possível datar fatos dessa natureza, o ano de 1945 é um bom começo. Foi o ano do lançamento da União Democrática Nacional (UDN), que levantou como bandeira, entre outros pontos, a moralização da sociedade e dos costumes políticos.

Na luta que empreendeu para afastar Getúlio do poder, em 1953-1954, a UDN martelou o tema da corrupção, denunciando, por exemplo, favores concedidos pelo Banco do Brasil ao jornalista Samuel Wainer, editor de "Última Hora" — um dos poucos jornais que, não por acaso, faziam a defesa do presidente. Nas semanas que antecederam o suicídio de Getúlio, as acusações ganharam ímpeto. Ele próprio teria dito a conhecida frase de que, sem ser de seu conhecimento, um "mar de lama" invadira o Palácio do Catete.

Mas faltava ao udenismo apoio popular, embora encantasse a classe média letrada. Isso fez com que as denúncias de corrupção pudessem ser convertidas em "moralismo" pelos adversários trabalhistas e fossem vistas pela massa como manobras dos privilegiados contra o homem que representava os interesses dos trabalhadores. Mais ainda, os comunistas do PCB, embora integrados na campanha pela renúncia de Getúlio, viam na bandeira da luta contra a corrupção apenas uma manobra pequeno-burguesa, destinada a desviar as massas do caminho revolucionário.

Quem percebeu que o tema traria altos dividendos políticos, numa versão populista, foi Jânio Quadros. De vasoura em punho, prometeu varrer a corrupção e venceu assim as eleições de outubro de 1960, diante do sóbrio general Lott. Logo depois veio a renúncia, mas isso e muita e desastrosa história.

O desenvolvimentismo de Juscelino e o populismo radical que Jango acabou por assumir passaram ao largo do combate à corrupção, deixando a denúncia das práticas delituosas, mais uma vez, nas mãos da chamada direita. Quando os militares tomaram o poder, no movimento de março/abril de 1964, a tão alegada necessidade de reprimir duramente comunistas e corruptos atraiu muitos setores da classe média. Por fim, tudo acabou como acabou.

Após a democratização, pela primeira vez, um partido de esquerda — o PT — assumiu como um dos seus temas básicos a luta contra a corrupção. A opção não se impôs da noite para o dia, mas ganhou força, principalmente, sob influência das lideranças de inspiração católica. A "ética na política" se transformou, assim, na irmã das propostas de ruptura do modelo econômico.

Se, internamente, mais do que outra coisa, a ruptura do modelo como passo no rumo do socialismo embalou os corações petistas, na sociedade em geral a valorização da ética ficou em primeiro plano. Mesmo quem estava vacinado contra ilusões revolucionárias reconhecia que o PT era um partido diferente dos demais, por seu maior compromisso ético. O monopólio da virtude, que o partido se atribuía, tinha muito de arrogante, mas minimizava-se esse aspecto em nome de uma qualidade maior.

Passados quase dois anos e meio do governo Lula, a bandeira petista da ética na política esfrangalhou-se. Os fatos mostram que não houve o mesmo

caso. Basta lembrar o caso triste e escabroso do assassinato do prefeito Celso Daniel, ainda objeto de tantas dúvidas; as alianças sem princípios com partidos e personagens turvos; o caso abafado envolvendo Waldomiro Diniz, assessor de José Dirceu; o recente escândalo dos Correios que, mais uma vez, o governo e o PT querem abafar, impedindo a instalação da CPI ou cortando-lhes as asas.

Tudo isso vem provocando o desalento e as críticas de vários petistas ou ex-petistas, embora o chamado realismo da direção partidária e de muitos setores, que se beneficiaram com a chegada ao poder, olhe para a oposição interna como quem olha para crianças embaladas em sonhos.

Ao mesmo tempo, o tema da denúncia de práticas condenáveis, sob diferentes aspectos, indo da crítica ao nepotismo à corrupção sem disfarces, ganhou definitivamente a opinião pública. Vejam, por exemplo, os números da recente pesquisa CNT/Sensus, apontando a corrupção como o maior motivo para não ter orgulho do Brasil, superando até a violência. Ainda, o fato de que 86% das pessoas entrevistadas, que dizem ter conhecimento do caso, apóiam a formação da CPI dos Correios.

Por ora, o tema da luta contra a corrupção está mais nas mãos da sociedade do que dos partidos, respeitadas as vozes partidárias sérias que existem — e não são tão poucas assim. Mas sociedade e política são vasos comunicantes e a opinião pública, assim como os movimentos sociais, não podem enfrentar isoladamente um problema histórico tão enraizado e com tantas facetas. Para finalizar, nesse campo, como em tantos outros, a prática indica que caminhar passo a passo, com medidas concretas, vale mais do que mil slogans.

Boris Fausto, historiador, é presidente do Conselho Acadêmico do Gacint (Grupo de Conjuntura Internacional) da USP. É autor de, entre outras obras, "A Revolução de 30" (Cia. das Letras).

... eua.org/ptg/boletim



**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para registrar o artigo intitulado “Sair da crise”, de autoria do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, publicado no jornal **Correio Braziliense** de 5 de junho do corrente.

No referido artigo, o ex-Presidente trata de sua preocupação quanto a incapacidade de sair da crise política que os atuais detentores do poder vêm demonstrando, e que continuando assim, acabarão por tornar sistêmica o que é uma crise conjuntural.

Apointa ainda, em suas palavras que: “Dada a dificuldade de deter a crise por meios que são, na verdade, a causa da própria crise (ameaças, nomeações, pressões,

culpabilização permanente do governo anterior e assim por diante), quem sabe fosse o caso de pedir ao governo que escolhesse um caminho de maior grandeza e, se por aí vier, encontrar o respaldo da própria oposição.”

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento.

Era o que tinha a dizer.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO AZEREDO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## Sair da crise

**FERNANDO HENRIQUE CARDOSO**  
Sociólogo e ex-presidente da República

**H**á algumas semanas, numa entrevista a uma revista econômica, fiz referência aos riscos de se aprofundar o descolamento entre o sistema político e a sociedade. Não tinha em mente a conjuntura, mas uma tendência que, aliás, não se vê só no Brasil. A democracia representativa encontra-se em questão em muitas “sociedades de massa”. O fenômeno é geral (basta ver os índices de absenteísmo eleitoral nos países em que o voto não é obrigatório), mas é mais visível nas sociedades de massas em que há muitos pobres. Nessas, a melhoria do grau de instrução e o desejo de usufruir os bens que o sistema econômico oferece aumentam a pressão, mais do que justa, dos mais pobres por um melhor lugar ao sol. Dei o exemplo da Venezuela para mostrar como, pouco a pouco, o desgaste do sistema político pode erodir a democracia. Lá, o desapontamento com os governos constitucionais do tempo da Ação Democrática e da Democracia Cristã veio a se tornar insuportável durante o governo de um homem honrado, Rafael Caldeira, antecessor de Hugo Chávez.

Houve quem tomasse minha observação como crítica abrasadora ao governo atual. A alguns que dele participam ocorreu o disparate de dizer que minhas observações eram fruto da inveja pelos feitos que supostamente caracterizariam o governo Lula. Era só o que faltava.

Não estou torcendo pelo “quanto pior melhor”. Sei separar os interesses do país dos partidários e não confundo estado com partido. Falava de uma tendência. Preocupa-me a incapacidade

de sair da crise política que os atuais detentores do poder vêm demonstrando. A continuar assim, acabarão por tornar sistêmica o que é uma crise conjuntural.

Dada a dificuldade de deter a crise pelos meios que são, na verdade, a causa da própria crise (ameaças, nomeações, pressões, culpabilização permanente do governo anterior e assim por diante), quem sabe fosse o caso de pedir ao governo que escolhesse um caminho de maior grandeza e, se por aí vier, encontrar o respaldo da própria oposição.

Explico melhor o que tenho em mente. Durante o ano de 2003 os partidos que haviam perdido as eleições votaram as medidas que o novo governo enviou ao Congresso, surpresas com a guinada do governo Lula, que assumiu como suas bandeiras que o PT até então combatera (responsabilidade fiscal, demonstrada pelos superávits primários, manutenção dos contratos e até um pouco das reformas que tanto combateram). Não faltou mesmo uma palavra de apoio à responsabilidade da nova equipe econômica, quando o “fogo amigo” ameaçava desestabilizá-la. Qual foi, entretanto, a resposta do governo? Insistir em que haviam recebido uma “herança maldita” e que fariam do Brasil um outro país. Da herança, vivem até hoje, refestelados; de novidade nada de marcante se viu, depois da eficiência nenhuma do Fome Zero e da aceitação, com nomes trocados, da rede de proteção social que havia sido implementada no governo anterior.

Em uma coisa, entretanto, o governo se esmerou: em aumentar sua base política no Congresso. É sabido que sem maioria se torna muito difícil governar. Quando presidente, propus de-

zenas de reformas constitucionais, que precisam de 2/3 dos votos na Câmara e no Senado, sem contar com sequer um único voto das forças de oposição, PT à frente. Agora, todas as vezes que o governo apresentou propostas de reformas ou de leis às quais antes se opunham (por exemplo, a lei de falências), não faltaram os votos do PSDB, do PFL e de tantos outros partidos ou grupos que hoje estão na oposição. O governo faz, portanto, alianças custosas e inúteis, pois com elas mais desgoverna do que governa, na ilusão de conseguir o que realmente parece lhe interessar: a reeleição.

A possibilidade de reeleição é um dispositivo constitucional benéfico para o país. E pleiteá-la é inteiramente legítimo. Eu também quis a reeleição, mas tinha um propósito de governo. Foi no segundo mandato que consolidamos o câmbio flutuante, base da guinada exportadora, aprovamos a lei de responsabilidade fiscal, implantamos a rede de proteção social. O propósito da reeleição não pode ser simplesmente perpetuar-se no poder.

Onde está o projeto de país deste governo? Por que ele nunca acenou às oposições para um caminho de convergência? Por que não deixou sequer margens para que essa convergência ocorresse, como propôs o senador Cristovam Buarque e eu próprio deixei entrever em entrevista que dei a ele? Preferiram bater estacas no terreno movido da fisiologia, no qual o governo está agora atolado.

Já não é sem tempo de voltar aos grandes temas da organização do sistema político e do estado, temas que o PSDB trouxe para a agenda política do país e que foram retomados no último encontro do partido em São Paulo:

fidelidade partidária, alguma forma de voto distrital, algum tipo de lista fechada de candidatos que dê maior organicidade aos partidos, restrição drástica das nomeações em cargos de confiança e, ao mesmo tempo, a continuação da privatização de certos órgãos, como o Instituto de Resseguro do Brasil (IRB), que foi sustada em meu governo por liminares solicitadas pelas oposições. Imagine-se o que ocorreria hoje se as mais de cento e vinte diretorias das teles ainda fossem preenchidas por nomeações políticas. Não seria melhor que na Petrobras, no Banco do Brasil, na Caixa etc. as nomeações em comissão se restringissem ao número mínimo necessário de dirigentes para imprimir a marca da política governamental?

Fazer avançar uma agenda assim pede grandeza. Exige olhar para além da popularidade momentânea. Requer propor caminhos viáveis para formar maiorias que em vez de corroer as instituições do estado e da democracia possam reformá-las e fortalecê-las.

Se nada for feito, caberá a quem venha a ser o candidato do PSDB nas próximas eleições apresentar ao eleitorado um programa muito claro com reformas eleitorais, partidárias e da máquina pública. Caberá anunciar de antemão a disposição, se eleito, de recorrer aos mecanismos de consulta à população para validar essas reformas e mesmo, se entender necessário, solicitar ao Congresso uma lei delegada para fazê-las. É urgente buscar caminhos que restabeleçam a confiança do eleitorado em seus representantes e que tornem estes últimos mais responsáveis para com as promessas que fizeram durante as campanhas eleitorais.

**O SR. ALMEIDA LIMA** (PSDB – SE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro da matéria intitulada “A maior crise de Lula”, publicada na revista *Veja* em sua edição de 25 de maio do corrente.

A matéria trata das denúncias de corrupção nos Correios e da possível existência de esquemas semelhantes em outras estatais. O maior destaque, no entanto, fica para o clima de pânico instalado no governo Lula, que irritado e assustado, faz de tudo para evitar a instalação da CPI que irá apurar estas denúncias.

A matéria mostra, também, que “A azáfama do governo contra a CPI é a ironia elevada à última potência. As estrelas mais cintilantes do PT arregaçaram as mangas para barrar a CPI, esse poderoso instrumento

que ajudou a construir a fama de defensores da ética de boa parte dos petistas hoje no governo. Nada como um dia após o outro”.

Para concluir, Sr. Presidente, requeiro que a reportagem acima citada seja dada como lida e que seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ALMEIDA LIMA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# A MAIOR CRISE DE LULA

Atingido por um estado de espírito que varia entre o irritado e o assustado, o governo do PT — quanta ironia! — faz tudo contra a CPI

Otávio Cabral

**E**m seus quase trinta meses de vida, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva nunca esteve tão acuado. A crise que se seguiu à divulgação por *VEJA* do vídeo da corrupção nos Correios espalhou o receio de que o caso acabasse se multiplicando em outros escândalos. Afinal, em suas desassombradas confissões, o alto funcionário Maurício Marinho descreve a corrupção nos Correios e relata a existência de esquemas semelhantes em outras estatais. Mais um motivo para o susto foi a rapidez com que a oposição — com a ajuda de boa parte dos aliados — viabilizou a criação de uma CPI mista para investigar o caso. A possibilidade de que a CPI seja mesmo instalada produziu um clima de pânico. Na quarta-feira, em conversa com um aliado, o ministro José Dirceu explicou a origem de tanta apreensão: “É impossível que uma CPI mininamente bem-feita não pegue o Delúbio e o Silvinho”. Ele referia-se ao tesoureiro do PT, Delúbio Soares, e ao secretário-geral do partido, Silvio Pereira. Os dois participaram da distribuição de cargos federais entre os partidos aliados — o PTB, inclusive.

A azáfama do governo contra a CPI é a ironia elevada à última potência. As estrelas mais cintilantes do PT arregaçaram

as mangas para barrar a CPI, esse poderoso instrumento que ajudou a construir a fama de defensores da ética de boa parte dos petistas hoje no governo. Nada como um dia após o outro. Na segunda-feira, Lula evitou a realização de um encontro que os aliados fariam sem a presença do PT e chamou-os todos — PT, inclusive — para um almoço no Palácio no dia seguinte. Na quarta-feira, tomou café-da-manhã com os líderes da Câmara, entre eles os da oposição, e cedeu às chantagens de Severino Cavalcanti, que emplacou seu afilhado, Djalma Rodrigues, na diretoria de exploração e produção da Petrobras. Irritado, o presidente da estatal, o petista José Eduardo Dura, insinuou que poderia deixar o cargo se Rodrigues fosse realmente nomeado. Lula mandou dizer ao petista que, se for assim, terá mesmo de procurar outro emprego. Derramadamente agradecido, Severino já começou a servir ao governo. Para assustar os tucanos, ameaçou tirar da gaveta a CPI sobre a privatização do setor elétrico.

Na mesma quarta-feira, Lula juntou com quatro governadores e pediu que convencessem suas bancadas a retirar o apoio à CPI. “Lula está preocupado com a crise política e a imagem negativa dos políticos e das instituições”, diz Eduardo

Braga, governador do Amazonas, que esteve no jantar. Para quem não é político, é quase impossível entender por que uma CPI incumbida de apurar corrupção pode provocar crise e piorar a imagem dos políticos e instituições. Não deveria ser o contrário? A CPI apuraria os desvios nos Correios e identificaria os culpados, que seriam punidos, e as brechas para novas ações ilegais do mesmo tipo seriam fechadas. Resultado natural: políticos e instituições sairiam fortalecidos, com imagem renovada. Lula deve uma explicação aos brasileiros sobre por que está anteendo crise política e perigo para as instituições na investigação de corrupção de um funcionário de terceiro escalão dos Correios ligado a caciques do PTB, partido que, não é de hoje, sempre esteve na coluna dos custos dos governantes.

Nunca, nem no auge da votação da reforma da Previdência Social, o governo mobilizou-se tanto para granjear apoio no Congresso. A apreensão tem sido maior até do que quando veio a público o caso de Waldomiro Diniz, revelado pela revista *Epoca* em fevereiro do ano passado. “Waldomiro cometeu o crime quando era funcionário do governo de Garotinho. E o caso tinha potencial para destruir o José Dirceu, e não o governo todo. Agora, é diferente. A corrupção foi flagrada

dentro de um órgão federal, no atual mandato, e pode não se limitar a esse órgão”, compara um ministro com gabinete no Planalto. A situação estava tão tensa que, na quinta-feira à noite, se cogitou a idéia de cancelar a viagem do presidente ao Japão e à Coreia do Sul, prevista para durar oito dias e levar uma robusta comitiva de nove ministros. Até a noite de sexta-feira passada, a viagem estava mantida, embora a comitiva de ministros tenha sido reduzida — e o rolo compressor do governo no Congresso já surtira algum efeito. Nove deputados do PL solicitaram que suas assinaturas fossem retiradas do pedido de CPI. Com is-

so, o governo compensou, com uma pequena vantagem numérica, um desfalque na base aliada: o rompimento do Partido Verde, legenda do ministro da Cultura, Gilberto Gil. A discordância do PV com o governo diz respeito a vários aspectos da política ambiental, mas inclui também a postura do governo de tentar evitar a CPI. Com o rompimento, o PV anunciou seu “integral apoio” à CPI.

Com uma mobilização ímpar, houve até reunião de ministros para definir uma ação comum. Os ministros petistas José Dirceu, Luiz Dulci, Luiz Gushiken e Jacques Wagner selaram um pacto de coevi-

lência pacífica com o ministro Aído Rebelo, do PCdoB, cuja cabeça o PT tem pedido com desleigante insistência pública. A primeira estratégia é a ameaça direta aos aliados: quem assinar a CPI será tratado como inimigo, deixando de receber o dinheiro de emendas ao Orçamento e tendo de entregar eventuais cargos no governo. Há outras ironias da história no episódio. O governo petista montou uma tropa de choque para evitar uma CPI cuja primeira vítima potencial é o deputado Roberto Jefferson, do PTB, o mesmo que liderou a tropa de choque que tentou salvar Collor do impeachment. Será que foi por isso que a famosa cartilha de expressões politicamente corretas do governo proibia que se falasse “fanhna do mesmo saco”? ■

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar o artigo intitulado “A ressaca do regresso”, de autoria do ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, Maurício Corrêa, publicado na edição de 29 de maio do corrente do jornal **Correio Braziliense**.

A recusa do nome do jurista Alexandre de Moraes, pelo Senado, para integrar o Conselho Nacional de Justiça, as áreas federais afetadas pela corrupção, o descontentamento de vários setores parlamentares, a insatisfação dos servidores públicos civis e militares e as denúncias que envolvem o presidente do Banco Central e o ministro da Previdência, formam o rol das incompetências do gerenciamento político do governo. O insucesso na retirada de assinaturas do requerimen-

to para a CPI dos Correios foi apenas mais um item que entrou para esse rol. E, como diz o autor, Maurício Corrêa, “para qualquer um, isso seria combustível suficiente para tirar muitas noites de sono. Seria também para o presidente da República, mesmo com a ressaca da longa viagem ao outro lado do mundo?”

Para concluir, Sr. Presidente, requiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

#### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

# A ressaca do regresso

**MAURÍCIO CORRÊA**  
Advogado

O país não vive, pelo menos por ora e felizmente, nenhum quadro de ingovernabilidade, malgrado o desgosto petista. As tensões e turbulências ocorridas ultimamente se devem às péssimas relações do governo com a comunidade parlamentar, esta carente de interlocutores que possam purgar os erros até aqui cometidos e retribuir-lhe pragmaticamente ações mais saudáveis e eficientes. Mas, como tudo isso depende da participação e vontade diretas do presidente da República, fica difícil imaginar que um dia tal estado de conforto e estabilidade possa existir.

Na contabilidade de atos que não poderiam ter acontecido, está a recusa na semana retrasada, no Senado Federal, do nome do jurista Alexandre de Moraes, escolhido pela Câmara dos Deputados como representante no Conselho Nacional de Justiça. Foi uma trapalhada lamentável. Para corrigir tamanha estultice, na terça-feira passada os senadores bateram pé, giraram a roda do tempo, desfizeram a votação da derrota e acabaram aprovando o nome rejeitado, dessa feita para fazer justiça e prestar reverência ao ilustre constitucionalista.

No rol das incompetências do gerenciamento político também se inclui o insucesso no Congresso Nacional (ainda bem!) para barrar a coleta de assinaturas do requerimento de abertura da Co-

missão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar atos de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Apesar de todos os esforços da base de apoio do governo, não se logrou vencer a lógica da evidência, consistente na necessidade da investigação dos fatos fartamente descritos pelo então chefe de Contratação e Administração de Material dos Correios, na gravação feita por empresários, e à sorrelfa, conforme reprodução veiculada pelo **Correio Braziliense** na edição de 19 passado.

Até mesmo um delegado da Polícia Federal, encarregado de proceder à investigação do caso, chegou a declarar na televisão que, embora tenha sido significativo o que teria constatado até então, seria imprescindível que a CPI fosse instalada. Ora, como se sabe, os instrumentos legais e políticos de uma CPI são de extrema versatilidade — já participei de algumas, inclusive da que apurou denúncias de corrupção no governo Collor —, sobretudo se se levar em conta que, na forma do § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, são elas dotadas dos poderes de investigação próprios das autoridades judiciais. Ainda que tais poderes tenham sido delimitados por reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal quando, por exemplo, seus atos decisórios padecem de fundamentação ou invadem competência reservada e específica do juiz, mesmo assim sobralhe muita coisa a fazer.

Instalada a CPI dos Correios, o

governo deve pôr suas barbas de molho e se preparar para uma outra que poderá em breve também estar em condições de iniciar suas atividades. Recordem que a CPI dos Bingos só não foi instalada, logo após a ocorrência dos fatos relacionados com Waldomiro Diniz, da Casa Civil, porque à ocasião se negou tal direito às minorias do Senado Federal, nada obstante haver sido preenchido o requisito constitucional para a sua formação, com a coleta de assinaturas de mais de um terço dos membros da Casa.

Como os partidos da maioria se negaram a remeter os nomes de seus representantes para a instalação do órgão e o presidente do Senado ter se recusado a preenchê-los com indicações próprias, seis mandados de segurança foram impetrados no Supremo Tribunal Federal. Os pedidos se resumem em compelir o presidente do Senado a promover a indicação de membros que falem à complementação do número de integrantes do quorum legal, tudo em respeito aos direitos e princípios inerentes às minorias parlamentares. Direitos esses, aliás, bem definidos no excelente voto proferido pelo ministro Celso de Mello, no Mandado de Segurança nº 24.849, cujo julgamento se iniciou em 4 último, tendo nele afirmado que o instituto constitucional da CPI ampara os grupos minoritários no desempenho “do direito de investigar os próprios detentores do Poder, impedindo que estes, por intermédio dos blocos hege-

mônicos no Parlamento, obstuem, mediante artifícios regimentais ou manipulações interpretativas, a manobração do inquérito parlamentar”.

Até o momento são quatro os votos pela manutenção da tese do relator, que acolheu o pedido de segurança, tendo sido o julgamento suspenso por pedido de vista. Espera-se a conclusão da votação para breve, até mesmo pela natureza do feito e a relevância da matéria de que se reveste.

Tem-se, assim, já de pronto, o seguinte quadro perturbador: a CPI dos Correios já definida, cujo barulho já se faz ouvir; a dos Bingos, diga-se, do Waldomiro Diniz, praticamente em vias de se instalar; acrescente-se a essas duas, mais a do setor elétrico, que seria a reação da ira petista à oposição.

Para apimentar mais esse trepidante cenário, somem-se outras áreas federais afetadas por corrupção; o descontentamento de vários setores parlamentares; a insatisfação dos servidores públicos civis e militares; o rescaldo gerado pela inapetência do Planalto em tomar decisões, de que é prova maior a passividade no trato com as denúncias, já no STF a envolver o presidente do Banco Central e o ministro da Previdência, que já deveriam há tempo ter sido afastados.

Para qualquer um, isso seria combustível suficiente para tirar muitas noites de sono. Seria também para o presidente da República, mesmo com a ressaca da longa viagem ao outro lado do mundo?



**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, de 18 de maio de 2005, de autoria do professor Marco Antonio Villa, intitulada “A agenda presidencial”.

Diz: “Lula não tem interesse pelas atividades administrativas”, comentando os 851 dias de agenda do Presidente Lula até a data de hoje. Em pesquisa no site oficial da Presidência da República, relata que “No dia 21 de abril 2004, Lula recebeu o animador Ratinho, às 11 horas, para um almoço-entrevista. A próxima atividade estava marcada para às 17 horas e 20 minutos. Portanto permaneceu por quase seis horas com o seu amigo pessoal para uma entrevista que nem sequer foi exibida, enquanto isso, o Ministro Ciro Gomes, da

Integração Nacional, no dia 19 de maio do mesmo ano, teve audiência de exatos 30 minutos”.

Diz, ainda: “Mas, se a agenda é pobre, o site da Presidência é rico em propaganda oficial, enquanto nas metrópoles o desemprego continua assolando milhões de trabalhadores. E os dez milhões de empregos prometidos na campanha? E o caos na saúde, estradas, moradias?” E finaliza “Espera-se que uma agenda presidencial tenha outro conteúdo”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

### **DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

FOLHA DE S. PAULO

OPINIAO

## TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. E-mail: debates@folha.com.br

# A agenda presidencial

MARCO ANTONIO VILLA

**A** AGENDA do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está disponível no site [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br). Qualquer cidadão pode confirmar os dados apresentados por mim no artigo publicado por esta Folha em 24 de abril (“Os trabalhos e os dias”, pág. A3). A resposta de Gilberto Carvalho, chefe-de-gabinete do presidente (“851 dias de muito trabalho, sim senhor”, pág. A3, 3/5), reforça o que escrevi. Lula não tem interesse pelas atividades administrativas, cerne de qualquer governo, preferindo as cerimônias públicas, no Brasil e no exterior. Somente em viagens ao exterior — 47, até hoje — o presidente passou quase quatro meses perambulando por quatro continentes. É fato inédito e tem toda a razão o senhor Carvalho. Mas isso até parece recorde do “Guinness Book”: nada representa.

Nenhum dos dados que apresentei foi contestado e, certamente, eles foram checados pelas dezenas de assessores palacianos. Somente um foi negado: a audiência ao presidente do Clube do Choro de Brasília. Realmente foi o vice-presidente da República quem o recebeu. Nesse dia, a agenda presidencial omitiu as atividades em Monterrey.

Não é preciso estar no Palácio do Planalto e perguntar para os funcionários e jornalistas, como sugere Carvalho, para chegar à conclusão de que a agenda é reveladora de um estilo de governo. No dia 21 de abril de 2004, Lula recebeu o animador Ratinho, às 11h, para um almoço-entrevista. A próxima atividade estava marcada para às 17h20. Portanto permaneceu por quase seis horas com o seu amigo pessoal para uma entrevista que nem sequer foi exibida. Enquanto isso, concedeu meia hora ao ministro Ciro Gomes, no dia 19 de maio do mesmo ano, apesar de a agenda ter, segundo Carvalho, “um planejamento cuidadoso”, e ser organizada por um grupo de assessores — e isto, convenhamos, é o que não falta no Palácio.

A agenda revela a busca da popularidade fácil, adquirida com base na simpatia e no paternalismo, mantendo a velha tradição brasileira: é a cultura política da casa-grande.

O presidente encontrou-se com moradores de rua a 23 de dezembro de 2003 (das 15h40 às 16h). Porém, para o senhor Carvalho, Lula “celebrou o Natal” com eles. Não seria mais eficaz estabelecer políticas públicas para enfrentar esse grave problema? Ou os 20 minutos com os moradores de rua já bastam?

O chefe-de-gabinete exige rigor do historiador. Tem razão. Todos os dados que citei têm origem oficial. Ele é que não é muito rigoroso. Diz que a assessoria usa um modelo de trabalho com base na experiência de quatro presidentes.

### **A agenda de Lula revela a busca da popularidade fácil, adquirida com base na simpatia e no paternalismo**

cias e inclui a Inglaterra. Inglaterra? Fala que em muitos dias o trabalho do presidente no Planalto vai até as 22h. Dos 805 dias pesquisados, em nenhum deles, nenhum mesmo, o presidente esteve no Palácio até esse horário. Pelo contrário, em inúmeros dias Lula começa o trabalho às 10h e termina o expediente no meio da tarde.

O chefe-de-gabinete fala em preconceito. É inadmissível blindar qualquer crítica ao trabalho de Lula com essa pecha. A ausência de uma agenda efetivamente presidencial não tem nenhuma relação com sua escolaridade. A discussão é no campo da política, e não da moral. É para um tipo de gestão que se manifesta de forma cristalina numa agenda caótica.

Mas, se a agenda é pobre, o site da Presidência é rico em propaganda oficial. Nas duas páginas disponibilizadas na internet, Lula é chamado de “carismático dirigente” e teria liderado a campanha pelo impeachment de Fernando

Collor; ou seja, a mobilização da sociedade civil não passou de um movimento conduzido por ele. No final da apo-

teouca ougrana, ficamos sabendo que o “presidente Lula e sua equipe de governo deram início a uma série de transformações estruturais que encaminham o país para se encontrar com seu promissor destino”. É uma espécie de destino manifesto petista, que seria até bom, se fosse verdade. Onde estão as transformações estruturais?

É intolerável aceitar que o site da Presidência da República se transforme em instrumento de propaganda, independentemente de ser do PT, do PSDB ou do PFL. Lula não é presidente do PT, mas é presidente do Brasil. O site não é do PT, mas da Presidência da República. Espera-se que uma agenda presidencial tenha outro conteúdo. Por exemplo, que dê atenção aos índios. Quantos não morreram de fome no Mato Grosso do Sul? O que o governo fez? Ou será que bastou o lançamento, com presença de Lula, da ONG Fome Zero no hotel Unique, um cinco estrelas dos Jardins, em São Paulo, em 8 de julho de 2003, para resolver o problema da fome?

Roraima vive uma guerra civil. O que o governo fez? A agenda é praticamente omissa no tratamento da questão.

Nunca a floresta amazônica foi tão destruída? A agenda mostra que a ministra Marina Silva raras vezes esteve com o presidente.

Nas metrópoles o desemprego continua assolando milhões de trabalhadores. E os dez milhões de empregos prometidos na campanha? E o caos na saúde, estradas, moradia?

O senhor Carvalho tem toda a razão, nunca “um governo abriu tanto sua agenda para um diálogo com o setor produtivo do país”. Para Lula, o importante é dar atenção ao setor produtivo, aos empresários. Já o “andar de baixo” serve só para ser eleitor e aguarda não se sabe até quando para ser cidadão.

Marco Antonio Villa, 49, é professor de história da Universidade Federal de São Carlos e autor de “Jango, um Perfil (1945-1964)” (editora Globo).

marcovilla@uol.com.br

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, os últimos acontecimentos envolvendo o Governo do Presidente Lula têm sido analisados sob os mais diversos ângulos.

Cientistas políticos, sociólogos, a classe política e a própria população têm oferecido suas versões sobre o que está ocorrendo dentro de um partido que chegou ao poder com uma proposta de governo que pretendia mudar os rumos do país.

Nessa sexta-feira o jornal **O Globo** publica artigo do professor de ciência política na Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, Octávio Amorim Neto, que faço questão de registrar.

Intitulado “Lula sob a luz da História” o professor faz uma avaliação do que considera uma “gravíssima crise” enfrentada pelo governo Lula.

Ao longo de seu artigo, o professor Octávio Amorim Neto compara os sucessivos presidentes democráticos, que governaram o Brasil entre 1946 e 1964 e entre 1985 e 2005.

Segundo ele, há uma perigosa realidade: governos de coalizão foram quase sempre sucedidos por presidentes que não conseguiram reunir uma

base parlamentar sólida, acabando por não terminar seus mandatos, tendo que entregar seus cargos aos vices.

Ao contrário, aqueles presidentes que estiveram à frente de ampla e sólida coalizão de apoio parlamentar, garantiram um governo estável do ponto de vista político.

E chega ao final de seu artigo, perguntando: “Conseguirá Lula chegar a dezembro de 2006 no Palácio do Planalto? Torçamos para que sim. Porém, se é que a História pode nos servir de guia, isto vai depender da disposição e da capacidade do presidente de satisfazer as seguintes condições: (1) mostrar que não soube de nenhum esquema de corrupção dentro do seu governo; (2) fazer uma ampla reforma no seu ministério para sinalizar à nação que não é tolerante com condutas ilícitas e recompor sua maioria parlamentar”.

Sr. Presidente: pela profundidade da análise do professor e cientista político, Octávio Amorim Neto, peço a inserção de seu artigo ao meu pronunciamento.

Obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA LÚCIA VÂNIA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

O GLOBO

**Um espaço para professores e alunos**

## Lula sob a luz da História

OCTAVIO AMORIM NETO

O governo de Lula encontra-se sob uma gravíssima crise. Tudo tem sido muito confuso e atordoante, até para um cientista político. Infelizmente, o que está acontecendo tem assustadores precedentes no nosso passado. Para tentar dar ordem à casa, vamos botar a presidência de Lula em perspectiva histórica, levando em conta a experiência de todos os nossos presidentes democráticos, isto é, aqueles que governaram o país entre 1946 e 1964 e 1985 e 2005.

Comparando-se todas as nossas sucessões presidenciais, constata-se uma perigosa regularidade: governos de coalizão foram quase sempre sucedidos por presidentes que podem ser considerados *outsiders* (forasteiros, em português), que, por sua vez, não conseguiram terminar seus mandatos, cedendo lugar ao seu vice. Aos fatos.

Nosso primeiro presidente democraticamente eleito, Eurico Dutra, iniciou seu governo em 1946, apoiado por uma coalizão integrada pelo PSD e o PTB. Mais tarde, o PTB foi excluído do governo, dando lugar à UDN e ao PR. Em 1951, Dutra foi sucedido por Getúlio Vargas, que — apesar de haver criado o PSD com a mão direita e o PTB com a esquerda — pouco compromisso tinha, de fato, com qualquer partido. Conquanto Vargas tenha nomeado políticos de várias siglas para seu Ministério, nunca logrou estabilizar sua base de apoio parlamentar. Não à toa, sua presidência foi abalada por uma série de crises, culminando com o seu suicídio em agosto de 1954. Café Filho, seu vice, assumiu a chefia do Executivo. Porém, também incapaz de estabelecer um relacionamento harmônico com a maioria do Congresso, acabou deposto a dois meses do fim do mandato, completado por Nereu Ramos.



Em 1955, elege-se Juscelino Kubitschek. Já no governo, o novo presidente constituiu um amplo e sólido ministério de coalizão que o acompanhou até o fim do mandato, em janeiro de 1961. Kubitschek foi sucedido por Jânio Quadros, o *outsider* por excelência. Sempre desprezando os partidos e o Congresso, Jânio renunciou ao cabo de sete meses. João Goulart, seu vice, só conseguiu assumir a Presidência depois de aprovada a emenda constitucional n 4, que instituía o parlamentarismo. A presidência de João Goulart, como se sabe, foi um fracasso político, tendo sido abortada pelo golpe militar de março de 1964.

Vinte e um anos depois, restabelece-se o poder civil com a posse de José Sarney, em março de 1985. Sarney governou com uma coalizão integrada pelo PMDB e o PFL. Surpreendentemente, o padrão verificado entre 1946 e 1964 se verifica novamente: Fernando Collor, outro *outsider* por excelência, logra suceder a Sarney. No governo, Collor se recusa a formar uma maioria parlamentar. É destituído em outubro de 1992. Seu vice, Itamar Franco, ascende à chefia do governo.

A lógica subjacente à sucessão de um governo de coalizão por um *outsider* é simples: a manutenção de um governo de coalizão, ainda que garanta estabilidade e efetividade políticas ao titular da Presidência, implica complexas e custosas negociações com os partidos aliados. Tais negociações tendem a retardar o processo decisório e gerar a suspeita de serem escusas, irritando os eleitores e, portanto, enfraquecendo a autoridade presidencial. O eleitorado, por sua vez, pune a coalizão governativa alçando ao poder um candidato visceralmente oposto ao sistema de partidos, ou seja, um *outsider*. Mas voltemos à nossa história.

Em 1994, FHC empalma a Presidência no rastro do Plano Real. Em 1998, é reeleito. Durante quase todos os seus oito anos como chefe de Estado, FHC esteve à frente de uma ampla e sólida coalizão de apoio parlamentar, que propiciou o mais estável governo, do ponto de vista político, dos nossos dois períodos democráticos.

Em 2002, Lula é eleito. O que representou sua vitória à luz do que foi dito acima?

Em primeiro lugar, Lula não é um *outsider*. Trata-se do líder de um partido, o PT, que, há 25 anos, disputa eleições e que conta com forte apoio nos sindicatos, nas universidades, no funcionalismo público, na Igreja e no MST. Ademais, hoje, o PT é o maior partido na Câmara. Portanto, o fato de FHC ter passado o bastão ao líder de um partido político constitui uma feliz ruptura com o perigoso padrão acima registrado.

Há, contudo, desde a vitória de Severino Cavalcanti para a presidência da Câmara em fevereiro de 2005, um traço de semelhança entre Lula e os presidentes *outsiders*: todos foram ou tornaram-se minoritários no Congresso. E nenhum presidente minoritário jamais terminou o seu mandato em nossa História. Aqueles que têm falado de golpismo deveriam prestar mais atenção a essa temerosa regularidade, que indica que há algo mais sério e profundo acontecendo em nosso sistema político do que as supostas más intenções de alguns personagens.

## O Globo - Imprimir Matéria

Conseguirá Lula chegar a dezembro de 2006 no Palácio do Planalto? Torçamos para que sim. Porém, se é que a História pode nos servir de guia, isto vai depender da disposição e da capacidade do presidente de satisfazer as seguintes condições: (1) mostrar que não soube de nenhum esquema de corrupção dentro do seu governo; e (2) fazer uma ampla reforma no seu Ministério para sinalizar à nação que não é tolerante com condutas ilícitas e recompôr sua maioria parlamentar. É muito simples dizê-lo, mas não é fácil fazê-lo. Oremos.

*OCTAVIO AMORIM NETO é professor de ciência política na Escola de Pós-Graduação de Economia da Fundação Getúlio Vargas no Rio.*

<http://oglobo.globo.com/jornal/opiniaio/168713329.asp>

[Voltar](#) ↩

[Topo](#) ↑

**O SR. TEOTONIO VILELA FILHO** (PSDB – AL. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna na manhã de hoje, para dar continuidade aos pronunciamentos que venho fazendo sobre a Transposição do Rio São Francisco. Como prometi, hoje abordarei aspectos técnicos para demonstrar equívocos claramente detectáveis no projeto do governo.

Se o que se pretende, com a transposição, é um grande projeto de irrigação, também válido e legítimo, por que não concluir, antes, os projetos do gênero paralisados praticamente na beira do rio, por alegada falta de recursos? Por que esterilizar recursos escassos em obras que apenas começam, jamais terminam e nunca produzem?

Repito que só às margens do Rio pararam as obras de 150 mil hectares de perímetros irrigados, alguns iniciados há mais de dez anos. Pararam as obras do Canal do Sertão, em Alagoas.

Previsto para três etapas, este canal deverá levar água do Rio São Francisco, renda e desenvolvimento para 27 municípios alagoanos da mais pobre de todas as nossas regiões. Com essa obra, vamos garantir a mais de 700 mil alagoanos do semi-árido água tratada para o consumo humano, irrigação em milhares de hectares às margens do canal, produção de alimentos para o consumo regional e para a exportação, viabilização da pecuária e aumento da oferta de alimentos através da introdução da piscicultura. Tão importante é o Canal do Sertão para Alagoas e para o Nordeste que o Governo Fernando Henrique a considerou estratégica para o Brasil. Mas tudo está parado. Tudo foi contingenciado.

Não se trata de achar que Minas, a Bahia ou Pernambuco, por exemplo, tenham mais direito à irrigação que o Ceará ou o Rio Grande do Norte. Mas se trata do bom senso administrativo e da lógica econômica de que, antes de iniciar qualquer investimento, sobretudo um investimento de quase 7 bilhões de reais, é preciso primeiro concluir as obras que já foram iniciadas, algumas muito perto da conclusão.

Quem defende essa lógica irrefutável é o próprio Presidente da República. Em fevereiro desse ano, na cidade de Surubim, interior de Pernambuco, ele jurou que não começaria uma obra nova sem antes concluir os projetos paralisados. Disse o presidente, textualmente, criticando antecessores: “no Brasil se criou a cultura de que é preciso deixar a cara do governante na obra. E isso faz com que, muitas vezes, a gente tenha lido na imprensa brasileira o cemitério de obras paralisadas no nosso país”. Mais adiante, insiste o presidente Lula: “o que eu disse ao companheiro Ciro Gomes, eu disse ao companheiro Humberto Costa,

quando assumiu a Saúde: eu não quero um hospital novo, sem antes a gente estar fazendo funcionar todos aqueles que já existem no país”. O que mudou de fevereiro até aqui, senão o calendário, que está mais apertado, aproximando o presidente do juízo final das eleições do próximo ano?

O que mudou? Mudou a lógica administrativa ou mudou, antes, a necessidade eleitoral do Governo, que precisa, urgentemente, de uma bandeira, pelo menos, para se apresentar ao Nordeste rural no pleito do ano que vem? O que mudou? o bom-senso de aplicação racional do minguado recurso público ou a constatação tardia do governo de que precisa, ao menos, de um discurso para compensar o fato real de que nada, rigorosamente nada fez no semi-árido nordestino?

Mas sempre se poderá dizer: se a obra do canal está pronta, ao invés de uma vazão mínima de 26,4 metros cúbicos/segundo, por que não transpor a vazão máxima de 127 metros? Ou até mais, se a obra física já está pronta? Entra aqui um dos pontos mais polêmicos do projeto. O São Francisco tem mesmo água para isso?

Quem conhece o rio, quem conhece o tema garante que não. Garante com números atuais e com dados históricos. Em seu primeiro plano diretor, a recém-surgida Codevasf observava, há 30 anos, que o Vale do São Francisco oferecia 3 milhões de hectares irrigáveis, dentro da tecnologia disponível naquela época. Mas o Plano só previa a irrigação de 450 mil hectares por falta d’água. Hoje o potencial irrigável é estimado em 8 milhões de hectares, mas o Vale tem apenas cerca de 340 mil hectares efetivamente em produção. Faltam investimentos, mas sobretudo falta água. Mas falta mesmo? Como admitir essa escassez, se a gente sabe que o rio despeja no mar, a cada segundo, quase 2 mil metros cúbicos? Essa percepção enseja mais engodos.

O São Francisco desce com uma vazão regularizada de 1.850 metros cúbicos por segundo. Mas o próprio Ibama considerou o volume de 1.300 metros cúbicos/segundo como vazão mínima para garantir os ecossistemas da foz do rio, a pesca e a navegação. Depois de considerar outros usos e perdas, há um consenso entre os técnicos de que o São Francisco tem hoje uma vazão alocável de apenas 360 metros cúbicos/segundo.

O mais grave é que 93% de toda essa água já foi disponibilizada por instâncias do próprio governo para os fins mais diversos: são exatos 335 metros cúbicos outorgados, o que, ao final, representa uma disponibilidade de meros 25 metros cúbicos/segundo. Esse volume é inferior à vazão mínima pretendida pelo projeto, que é de 26,4 metros cúbicos/segundo.

Haverá quem possa dizer, e com razão, que esse volume outorgado não é inteiramente utilizado, mas é verdade, também, que muitos grandes projetos de irrigação já foram ou estão em fase de implantação com canais e bombas instaladas para transportar o volume outorgado.

Haverá quem defenda, e com razão, uma imediata revisão dos processos de outorga. É verdade, é possível e é preciso revisá-los. É possível que a revisão recomende seu cancelamento. É uma hipótese, mas somente uma hipótese. É absurdo que o Governo monte um projeto de 7 bilhões de reais baseado numa hipótese e numa suposição. Ou será que o Governo pretende simplesmente cancelar tudo o que fez, deixando de repente sem água todos os projetos industriais, agrícolas e de abastecimento já autorizados ao longo dos anos? Será?

Os números conhecidos e aceitos sobre a vazão alocável do São Francisco compõem um cenário inquietador. O consumo de água pra irrigação, no próprio Vale, vem crescendo, nos últimos dez anos, a uma taxa anual de 4%, o que, em 20 anos, já representará o dobro do consumo. Não é preciso ser vidente para afirmar que haverá conflitos inevitáveis entre os usuários nos próximos anos. O projeto de transposição só irá agravá-los.

Ninguém está falando, até aqui, na geração de energia, que tem sido, hoje, a principal destinação estratégica das águas do São Francisco. O Brasil investiu 13 bilhões de dólares para explorar o potencial total de geração de 10.484 MW, que hoje correspondem a 85% de toda a energia consumida no Nordeste inteiro.

Os dados sobre o consumo regional registram um crescimento de demanda de energia de 2 pontos percentuais acima da variação do PIB regional. No ano passado, o consumo cresceu 6% e vem crescendo, nos últimos anos, em patamares próximos a esse. Qualquer técnico advertirá para o inevitável: nos próximos 12 anos, é preciso dobrar a oferta de energia no Nordeste, apenas para manter os níveis atuais de crescimento. E registre-se que os níveis de desenvolvimento do Nordeste estão longe de reduzir as diferenças regionais com o sudeste e o sul, e mal permitem evitar a absoluta estagnação econômica da região.

No momento em que se vislumbra a necessidade de dobrar a oferta regional de energia, o projeto de transposição acena com a retirada do mercado de 400 MW, pouco menos de 4% da produção do São Francisco. De fato, a transposição significa gerar 200 MW a menos e consumir 200 MW a mais para o transporte da água por 720 quilômetros e recalques de até 304 metros.

Quanto custará essa água só Deus sabe, porque tudo sabe. Os estudos oficiais não fazem qualquer referência detalhada aos custos de transporte e bombeamento da água. Mas os técnicos do Governo e de instituições privadas arriscam uma estimativa: a água transposta vai custar pelo menos cinco vezes mais que a água atualmente posta à disposição dos nordestinos. Essa constatação leva a duas perguntas inevitáveis: os custos serão inteiramente repassados aos usuários ou haverá subsídios públicos? Nesse caso, quem os pagará, os Estados que mal conseguem bancar suas folhas de pessoal, ou o governo federal?

Se a conta for para os usuários, me permito uma outra dúvida: quem conseguirá irrigar com competitividade utilizando água cinco vezes mais cara? Ou serão os usuários urbanos que pagarão a fatura das roças de melão e dos viveiros de camarão? O projeto não registra uma só linha sobre o custo da água, menos ainda sobre quem o pagará.

O Brasil corre o risco de investir R\$ 7 bilhões para transpor uma água que não vai chegar ao fim da linha e irrigar produtos inviabilizados por seu custo. O Brasil terá desperdiçado R\$ 7 bilhões, mas como no bordão de um antigo programa humorístico da televisão, o presidente da república terá feito seu comercial...

Não há como fugir de uma grave constatação adicional. Os números do projeto de transposição mudam de documento a documento. São uns no Estudo de Impacto Ambiental, já diferem no Relatório de Impacto Ambiental. De um documento do Ministério da Integração para um discurso do presidente da República a população supostamente beneficiada já cresce em 2 milhões de habitantes. O próprio Ministro da Integração muda de discurso e, sobretudo, muda de enfoque de acordo com o auditório.

Quando acham pouco a vazão mínima de 26,4 metros cúbicos/segundo, os defensores da transposição trabalham com a vazão máxima sonhada, de 127 metros cúbicos/segundo, mesmo omitindo que essa vazão máxima só acontecerá quando a barragem de Sobradinho estiver cheia, em apenas quatro a cada dez anos.

Se o auditório questiona o volume d'água retirado do rio, aí se trabalha com a vazão mínima. Um só item permanece rigorosamente o mesmo em todas as declarações do Ministro da Integração: o governo federal só construirá o canal central. Tudo o mais será responsabilidade dos Estados.

Mas me permito de novo questionar: com que recursos, se esses mesmos governos não têm como sequer distribuir a água já acumulada em seus estados? Com que dinheiro vão fazer adutoras, sistemas de distribuição de água para a água transposta, se

em muitos casos não conseguem sequer atender aos municípios vizinhos a seus grandes açudes?

Há uma inegável sensação de que o governo federal quer uma bandeira eleitoral, não importa se transfere para os estados o pesado ônus econômico de fazer obras sem lastro orçamentário. Responda quem puder: o que o governo federal está investindo em abastecimento d'água no semi-árido nordestino? Atrevo-me a estender a pergunta: o que o governo lula está investindo em água mesmo nas grandes cidades nordestinas?

O que se vê é o mesmo quadro, de Minas à Paraíba, de Alagoas ao Ceará: todo o investimento em água e saneamento básico feito hoje no Nordeste é de responsabilidade dos próprios estados, que tomaram dinheiro emprestado na Caixa Econômica, pagando juros, correção monetária e tudo o mais a que só os bancos têm direito.

Em Alagoas, por exemplo, pararam as obras das adutoras do sertão e do agreste, que tiravam água do São Francisco para abastecer municípios ribeirinhos. Parou por completo o projeto de revitalização do Rio São Francisco, por falta de recursos – e a revitalização é essencial para garantir água e trabalho para dezenas de municípios ribeirinhos dos sertões.

Todos os projetos de exploração econômica do baixo São Francisco estão paralisados e prejudicados. O projeto de piscicultura baseado em Penedo, por exemplo, tem um potencial de produção de 200 mil toneladas de pescado a cada ano. Lá produzimos a melhor tilápia do mundo. Chegamos a produzir 15 toneladas, mas quando o projeto estava para deslanchar, parou tudo: a produção já caiu para 4 toneladas no ano passado. Só Deus sabe quanto se poderá produzir este ano...

Faça-se um registro de justiça ao Governo Lula: não há, no caso, qualquer discriminação em relação à água. O governo parou tudo. Com exceção única das obras do aeroporto, custeadas pela superavitária Infraero, todas, rigorosamente todas as obras federais em Alagoas foram paralisadas pelo Governo Lula. O Governo Federal não as toca, o Estado não tem como reiniciá-las. Desgraçadamente, o investimento feito está se perdendo.

Faltam recursos, diz o mesmo Governo que pretende, agora, iniciar um investimento de R\$7 bilhões para fazer o que hoje já não está conseguindo por falta de dinheiro: distribuir água a quem tem sede, permitir a irrigação a quem quer plantar. Lamento que faltem mais que recursos, faltam compromissos.

Nesta casa mesmo, questioneei o vice-Presidente José Alencar, que por muito tempo coordenou o projeto de transposição, sobre o sentido de começar

essa obra quando o baixo Vale do São Francisco estava penalizado com a paralisação de todos os seus projetos. Está nos anais do Senado a garantia do vice-presidente da República de que a transposição só seria iniciada quando os projetos do Baixo São Francisco estivessem concluídos. O vice-Presidente Alencar também foi enganado. Nessa questão, como na questão dos juros que não param de subir, o Vice José Alencar é voto vencido e voz desprezada. Para sofrimento do Brasil.

Faltam compromissos, mas falta também respeito. O Governo desrespeita o Comitê da Bacia, que desaprovou a transposição para outro uso que não o abastecimento humano e animal. O governo desrespeita normas institucionais, quando abre concorrências sem sequer ter, ainda, a aprovação dos órgãos de defesa do meio-ambiente. O governo semeia a confusão institucional, quando decide unilateralmente questões obviamente multilaterais, como a destinação das águas de um rio que banha cinco estados brasileiros.

Nesse caos institucional criado, que dirá o Governo Federal se um Estado como Minas resolver gerir por conta própria seus rios e riachos caudatários do São Francisco, por exemplo? E se amanhã Minas ou Bahia resolverem barrar os afluentes do São Francisco, comprometendo sua vazão, sua navegabilidade e os projetos a jusante?

Todos dirão que, para decidir e normatizar questões como essas, existe um Comitê de Gestão da Bacia, criado por uma legislação que representou um inegável e aplaudido avanço institucional em nossa política de recursos hídricos. Mas eu lhes pergunto: que conselho, se o próprio governo federal o atropela hoje para impor seu capricho? Que conselho, que lei, que harmonia institucional sobreviverá se tudo está sendo atropelado pelo próprio Governo que deveria preservá-los?

A transposição, como está posta, não passa, infelizmente, de um projeto eleitoral, porque não atende a urgências nem prioridades, porque violenta o bom senso administrativo e a lógica econômica, porque desperdiça recursos, porque mistifica e engana o País inteiro. Poucas vezes, ao longo de nossa história, um governo se dispôs, com igual cinismo, a manipular tão descaradamente a emoção do País e, pior ainda, instrumentalizar de forma tão inescrupulosa a sede e a miséria de milhões de sertanejos.

Só a história poderá dimensionar o prejuízo que essa aventura orçamentária trará para o Nordeste e os nordestinos. Sabe o Governo, sabe o seu partido que estão enganando o Brasil quando afirmam, pela televisão, que esse projeto vai acabar com a sede e com a miséria do Nordeste. E quando já no próximo



verão e na próxima seca, de novo o Nordeste se levantar pedindo carros-pipas e assistência emergencial? O que dirá o Brasil, a não ser que a região é inviável e um poço sem fundo de investimentos sem retorno? Quem pagará por esse crime de lesa-Nordeste?

Volto ao ponto de partida desse pronunciamento. Ninguém poderá ser contra levar uma cuia d'água a quem tem sede. Quem o ousaria? Ninguém poderá ser contra a pretensão absolutamente legítima do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco de se desenvolverem, criando oportunidades de trabalho e de renda para seus agricultores. Ninguém poderá criticar o anseio de todos estados pelo desenvolvimento econômico e social de sua zona rural. Mais que simples pretensão, este é um direito legítimo e absolutamente inquestionável.

Respeito e defendo, igualmente, que o Governo, qualquer governo, eleja suas bandeiras eleitorais. Mas se o Governo Lula pretende mesmo levar água ao semi-árido, se ele quer mudar o destino dessa região, que faça o que é lógico: tome os R\$700 milhões destinados à transposição, este ano, e faça, de fato, a interligação entre açudes, a distribuição da água acumulada nos reservatórios do semi-árido nordestino, construa adutoras, cisternas, sistemas simplificados, poços, chafarizes, pontos de abastecimento para a população difusa.

Ele entrará para a história como o presidente que mudou, radicalmente, não apenas a face do semi-árido, mas o destino do Nordeste. A transposição, ao contrário, só o marcará como protagonista da teimosia mais cara e da aventura mais custosa de toda a nossa história.

Por mais que se tenha dito, jamais será bastante repetir, até para que o governo o ouça e assimile: o que falta no Nordeste não é água, presidente. O que falta é política de água. A chuva do início do ano passado fez daquele o mais chuvoso dos últimos 90 janeiros. As águas destruíram cidades, estradas, pontes, casas e plantações. A água escoou, desceu pelos rios, entrou pelos mares, drenando esperanças, deixando rastros de destruição.

Poucos meses depois, já era verão, já era seca, exigindo carro-pipa para levar aos sertões a água que não subemos captar.

Apesar de tudo, água temos, em milhares de pequenos e grandes açudes, alguns quase oceânicos, como o Castanhão e o Orós, o Armando Ribeiro Gonçalves e o Coremas mãe-d'água, para citar apenas os que acumulam mais de 1 bilhão de metros cúbicos. Água temos. Mas como não temos política de água, temos cidades com sede bem à margem dos grandes açudes. Lavouras apenas de sequeiro à beira de verdadeiros oceanos de água doce e quase nas barrancas do próprio São Francisco. Faltam a todos recursos para

distribuir a água, levando-a às torneiras das casas ou aos pivôs de irrigação.

Por que, então, não complementar essas obras que já estão prontas? Por que iniciar outra que nem se sabe se dará para terminar? Mas com certeza se sabe que não dará pra funcionar? Por que? Por mais que me pergunte, por mais que os questione, não consigo responder: por quê?

Mesmo nascido na zona da mata de Alagoas, onde o verde pinta o horizonte o ano inteiro, aprendi com o sofrimento do sertanejo que a água tem para nós um sentido absolutamente especial e mágico. Não é à toa que as casas das fazendas nordestinas são todas voltadas para o rio ou o açude, pois nenhuma paisagem será mais cara ao sertanejo que a da água acumulada.

Só quem nasceu nos sertões, só quem viveu ou testemunhou a saga da lata d'água disputada com animais em barreiros lamacentos, só quem já bebeu lama mais que água, poderá sentir em sua alma o significado de uma chuva, de um rio cheio ou de um açude transbordando. Para qualquer brasileiro, será apenas mais uma cena da natureza. Para o nordestino, será mais um milagre da vida.

Lamento, e como lamento, ter que mostrar a esta Casa que o Nordeste corre o risco de desperdiçar um investimento de R\$7 bilhões, que jamais teve, esterilizando tantos recursos em uma obra economicamente inviável, tecnicamente questionável e socialmente discutível. Lamento, e como lamento, que na hora em que o Nordeste tem a chance de conseguir um investimento que poderia mudar sua face e seu destino, corra antes o risco de tudo perder. Pior ainda, de atrair para si a descrença e o desencanto mais absoluto por parte do resto do País.

Espero, e como espero, que Lula, o Presidente-retirante, reveja esse projeto e destine os recursos que reservou para a transposição, para fazer o que o Nordeste espera e exige: distribuir a água que já tem. Recurso público, presidente, não se desperdiça. E com água não se brinca. E se querem desperdiçar orçamentos e recursos, respeitem ao menos nossos símbolos. Respeitem nossa água.

Era o que tinha a dizer!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Nada mais havendo a tratar, com fé em Deus e fé na luta do povo, a Presidência vai encerrar a sessão.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 14 horas e 13 minutos.)*



# Ata da 86ª Sessão Não Deliberativa, em 20 de junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Moraes, Alvaro Dias,  
Demóstenes Torres e Geraldo Mesquita Júnior*

*(Inicia-se a sessão às 14 horas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência defere os **Requerimentos nº 640 e 641, de 2005**, dos Senadores Amir Lando e Valdir Raupp, lidos na sessão do dia 16 último, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que, uma vez findo o prazo fixado no parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno, sem interposição do recurso ali previsto, determinou o arquivamento definitivo do **Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2005** (nº 444/2003, na Casa de origem), que estabelece a obrigatoriedade de as companhias teatrais ou de atores que tenham obtido financiamento público ou incentivos fiscais previstos na legislação cultural federal vigente realizarem apresentação gratuita para as escolas públicas do ensino fundamental e médio.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência comunica ao Plenário que recebeu no dia 16 do corrente o **Aviso nº 20, de 2005 – CN** (nº 89 – SGS – TCU – Plenário/2005, na origem), do Presidente do Tribunal de Contas da União, encaminhando o Relatório sobre as Contas do Governo da República referentes ao exercício de 2004, acompanhado das Declarações de Voto dos Ministros e dos Pareceres Prévios sobre as Contas do Poder Executivo, do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, da Justiça Federal, da Justiça Trabalhista, da Justiça Eleitoral, da Justiça Militar, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e do Ministério Público da União, aprovados pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Extraordinária realizada no dia 14 do cor-

rente mês, e será despachado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação da matéria:

- até **30-8-2005** (40 dias) para apresentação, na Comissão, do relatório e dos projetos de decreto legislativo, a partir do recebimento do parecer prévio;
- até **14-9-2005** (15 dias) para apresentação de emendas ao relatório e aos projetos apresentados, a partir do término do prazo anterior;
- até **29-9-2005** (15 dias) para apresentação do parecer do Relator às emendas apresentadas ao relatório e aos projetos de decreto legislativo, a partir do término do prazo anterior;
- até **6-10-2005** (7 dias) para discussão e votação do parecer do Relator, a partir do término do prazo anterior;
- até **11-10-2005** (5 dias) a partir do término da votação do parecer da Comissão, para encaminhamento à Mesa do Congresso Nacional;
- até **14-10-2005** (3 dias) para sistematização das decisões do Plenário do Congresso Nacional e geração da redação final.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Esgotou-se na última sexta-feira o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 459, de 2004** (nº 2.934/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Pratapolense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pratápolis, Estado de Minas Gerais*;

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 513, de 2004** (nº 3.085/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Comunicação Social a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João da Lagoa, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 916, de 2004** (nº 366/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Desenvolvimento Comunitária, Educativa e Cultural de Alto Alegre do Maranhão – Acecaa a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alto Alegre do Maranhão, Estado do Maranhão;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.009, de 2004** (nº 616/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Cultural de Radiodifusão Comunitária de Bom Jesus dos Perdões – R.C.P. – FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus dos Perdões, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.185, de 2004** (nº 896/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM 101.1 de Pouso Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.214, de 2004** (nº 1.004/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Tropical de Três Corações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Três Corações, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.223, de 2004** (nº 2.729/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão do Sistema de Radiodifusão Veredas de Unaí Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Unaí, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.247, de 2004** (nº 564/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação de Radiodifusão Comunitária de Capivari de Baixo a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Capivari de Baixo, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.254, de 2004** (nº 621/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Princesa do Vale de Camapuã S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Camapuã, Estado de Mato Grosso do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.256, de 2004** (nº 623/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Televisão Atalaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracaju, Estado de Sergipe;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.305, de 2004** (nº 809/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Sociedade Rádio Continental Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.311, de 2004** (nº 934/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Fundação Cultural João Paulo II para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Contagem, Estado de Minas Gerais;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.339, de 2004** (nº 1.091/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Campo Alegre Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rio Verde de Mato Grosso, Estado de Mato Grosso do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.395, de 2004** (nº 1.140/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Artístico e Cultural de Nhamundá a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nhamundá, Estado do Amazonas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.404, de 2004** (nº 1.171/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade Assistencial de São João Batista – SAB a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São João Batista, Estado do Maranhão;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.430, de 2004** (nº 1.200/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente Dom Lino – ABDL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Russas, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.433, de 2004** (nº 1.253/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Educadora do Nordeste e Correio da Semana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão so-*

- nora em onda média na cidade de Sobral, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.443, de 2004** (nº 1.273/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza o Grupo Mutirão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Luís Gomes, Estado do Rio Grande do Norte;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 1.446, de 2004** (nº 320/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Passagem Franca a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Passagem Franca, Estado do Maranhão;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 15, de 2005** (nº 1.037/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Floresta Negra Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 20, de 2005** (nº 1.057/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da TV O Estado – Florianópolis Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 27, de 2005** (nº 1.182/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Santa Tereza do Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Santa Tereza do Oeste, Estado do Paraná;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 33, de 2005** (nº 1.239/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Universidade do Contestado – Campus de Concórdia para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Concórdia, Estado de Santa Catarina;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 38, de 2005** (nº 1.245/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Cultural de Joinville para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 43, de 2005** (nº 1.258/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Meio Ambiente e Desenvolvimento Artístico e Cultural de Fonte Boa – Ascomadafb a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 48, de 2005** (nº 1.285/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Rádio Rural de São João Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São João D'Aliança, Estado de Goiás;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 57, de 2005** (nº 1.311/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão ao Sistema Interativa de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Laguna, Estado de Santa Catarina;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 58, de 2005** (nº 1.319/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Centralinense de Radiodifusão Comunitária a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Centralina, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 64, de 2005** (nº 1.222/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Tupancy a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arroio do Sal, Estado do Rio Grande do Sul;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 65, de 2005** (nº 1.225/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural e Artística “Joaquim Pereira Cruz” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conquista, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 71, de 2005** (nº 1.236/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Botelhense de Radiodifusão a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Botelhos, Estado de Minas Gerais;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 74, de 2005** (nº 1.263/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Lagoa do Mato a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Lagoa do Mato, Estado do Maranhão;*
  - **Projeto de Decreto Legislativo nº 79, de 2005** (nº 1.287/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária para o Desenvolvimento Artístico e Cultural a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Leandro Ferreira, Estado de Minas Gerais;*



- **Projeto de Decreto Legislativo nº 90, de 2005** (nº 1.327/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Moradores do Bairro de Itapeua a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Raposa, Estado do Maranhão;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 92, de 2005** (nº 1.330/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Educadora de Rolim de Moura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 93, de 2005** (nº 1.331/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária N'Ativa FM de Tabuleiro do Norte a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 94, de 2005** (nº 1.332/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Fundação Antônio Dias de Lima – FADL a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bonito de Santa Fé, Estado da Paraíba;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 101, de 2005** (nº 1.349/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação da Rádio Comunitária do Bairro Santo Antônio FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cachoeiro do Itapemirim, Estado do Espírito Santo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 103, de 2005** (nº 1.254/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Cidade do Rio de Janeiro Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 105, de 2005** (nº 797/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio FM Esperança Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nova Esperança, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 106, de 2005** (nº 1.071/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Universitária Metropolitana Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 107, de 2005** (nº 2.320/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Orlandia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Orlandia, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 2005** (nº 510/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Pérola FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bragança, Estado do Pará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 111, de 2005** (nº 869/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Alagoas Rádio e Televisão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Maceió, Estado de Alagoas;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 112, de 2005** (nº 964/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Alvorada de Estrela D'Oeste Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Estrela D'Oeste, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 113, de 2005** (nº 969/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga concessão à Fundação União de Comunicação para executar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São João da Boa Vista, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 115, de 2005** (nº 3.235/2003, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural Santa Edwiges a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 119, de 2005** (nº 1.232/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cadeado para o Desenvolvimento Cultural e Artístico a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Augusto Pestana, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 120, de 2005** (nº 1.291/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Benevente de Moradores a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Anchieta, Estado do Espírito Santo;*

- **Projeto de Decreto Legislativo nº 121, de 2005** (nº 1.094/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Moreno Braga Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Vigia, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 122, de 2005** (nº 1.096/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Jornal do Povo Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Limeira, Estado de São Paulo;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 141, de 2005** (nº 1.365/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Clube de Rolim de Moura Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rolim de Moura, Estado de Rondônia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 142, de 2005** (nº 1.367/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza o Grupo de Apoio Comunitário – GAC a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 143, de 2005** (nº 1.368/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM Maior de Aracati Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aracati, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 145, de 2005** (nº 1.372/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Beneficente e Cultural Comunitária Nossa Gente a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracás, Estado da Bahia;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 150, de 2005** (nº 866/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Paraíso de Comocim Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Tabuleiro do Norte, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 152, de 2005** (nº 1.020/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão à Rádio Antena 5 FM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carnaubal, Estado do Ceará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 153, de 2005** (nº 3.169/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Rádio Comunitária Voz do Povo – ARCVP a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de João Alfredo, Estado de Pernambuco;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 154, de 2005** (nº 1.160/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Norte Paranaense Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 155, de 2005** (nº 1.191/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que outorga permissão ao Sistema de Comunicação São Miguel do Araguaia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Mozarlândia, Estado de Goiás;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 159, de 2005** (nº 1.234/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Fundação de Assistência Comunitária “José Belém” a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Vigia, Estado do Pará;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 161, de 2005** (nº 1.244/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação de Amigos do Vale do Guaporé (AAVG) a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pontes e Lacerda, Estado de Mato Grosso;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 162, de 2005** (nº 1.295/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária de Desenvolvimento Cultural e Artístico de Jaguapitã a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jaguapitã, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 163, de 2005** (nº 1.305/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio e Televisão OM Ltda. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Londrina, Estado do Paraná;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 164, de 2005** (nº 1.310/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Contemporânea Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2005** (nº 1.333/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Central de Pompéia Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Pompéia, Estado de São Paulo;



- **Projeto de Decreto Legislativo nº 167, de 2005** (nº 1.338/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultura e Cidadania de Jardim a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jardim, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 168, de 2005** (nº 1.345/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Unidos para Sempre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Araguaia, Estado do Pará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 169, de 2005** (nº 1.348/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural de Divulgação Comunitária da Vila Tropical e Região Sul de Santa Maria a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Santa Maria, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 170, de 2005** (nº 1.358/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Rádio Comunitária Terra FM a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 171, de 2005** (nº 1.344/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Amigos de Pinhais a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Pinhais, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 172, de 2005** (nº 1.359/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Comunitária Cultural Alto Alegre a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Cascavel, Estado do Paraná;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 173, de 2005** (nº 2.462/2002, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à SJC – Sistema Juinense de Comunicação Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Castanheira, Estado de Mato Grosso;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 176, de 2005** (nº 1.237/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Mauá Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Giruá, Estado do Rio Grande do Sul;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 178, de 2005** (nº 1.363/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que renova a concessão da Rádio Emissora Convenção de Itu S/C Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Itu, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 180, de 2005** (nº 1.373/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Sociedade de Assistência e Ocupação do Menor – Proame a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Presidente Alves, Estado de São Paulo;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2005** (nº 1.410/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Josué Pereira para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de São Lourenço da Mata, Estado do Pernambuco;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 183, de 2005** (nº 1.411/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à E.F. Comunicações Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 184, de 2005** (nº 1.413/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão a Studio G Comunicação e Marketing Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Catalão, Estado de Goiás;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 185, de 2005** (nº 1.418/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação dos Defensores da Cultura e da Arte Popular de Catunda a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catunda, Estado do Ceará;*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 187, de 2005** (nº 1.445/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que autoriza a Associação Cultural “Orlando do Carmo Arantes” de Edéia a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Edéia, Estado de Goiás; e*
- **Projeto de Decreto Legislativo nº 213, de 2005** (nº 1.444/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o ato que outorga permissão à Fundação Vale do Taquari de Educação e Desenvolvimento Social – Fuvates para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Lajeado, Estado do Rio Grande do Sul.*

Tendo sido aprovadas terminativamente pela Comissão de Educação, as matérias vão à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– A Presidência comunica ao Plenário que terminou sexta-feira, dia 17 do corrente, o prazo, sem interposição de recurso, para que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 4, de 2005 – CN**, seja apreciado pelo Plenário do Congresso Nacional, nos termos da Resolução nº 1, de 2003, do Congresso Nacional, adotada pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004).

O projeto vai à promulgação e será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados e à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 647, DE 2005**

##### **Requer voto de aplauso à Brasília Super Rádio FM, pelo transcurso de seu jubileu de prata.**

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Brasília Super Rádio FM, pelo transcurso, hoje, 20 de junho de 2005, do 25º aniversário de criação de uma iniciativa vitoriosa na área de comunicação no Brasil.

A Brasília Super Rádio FM nasceu de um sonho, mas também do trabalho, da perseverança e da dedicação de um notável jornalista, o saudoso Mário Garófalo, que, sendo pioneiro da comunicação social no Rio de Janeiro, veio para Brasília logo no começo da nova Capital e aqui trabalhou anos na Rádio Planalto. Mais tarde, ganhou um canal de FM, sem dúvida uma das poucas vezes em que uma concessão é conferida com total legitimidade. Afinal, foi contemplado um autêntico radialista, o próprio Mário, como o chamava Lúcia, sua esposa e dedicada força empreendida na montagem e consolidação da Super FM, uma estação que conquistou audiência pela qualidade, principalmente a musical. Também pudera, Mário Garófalo era possuidor da talvez mais rica coleção de discos, os velhos 78 rotações, sempre de música do agrado do povo.

Requeiro, ademais, que o Voto de Aplauso do Senado Federal seja levado ao conhecimento de Lúcia Garófalo e, por seu intermédio, a toda a equipe que fez da Super FM o êxito que hoje desfruta.

#### **Justificação**

A homenagem que ora formulo justifica-se diante do que representam a Brasília Super Rádio FM e seu fundador, o saudoso Mário Garófalo, e sua mulher, a batalhadora e incansável Lúcia, uma extraordinária mulher, uma extraordinária locutora, com sua voz serena, pausada, ajudando a fazer da sua emissora o que ela significa no panorama da radiofonia brasileira. Aqui vale

registrar o esforço de Mário e Lúcia na apresentação nos finais do dia do programa. Um Piano ao Cair da Tarde. A voz de Mário é ainda lembrada: Neste momento, a Brasília Super Rádio FM passa a transmitir diretamente de seu pato-auditório no Conjunto Nacional, para mais uma audição de Um piano ao cair da tarde... Sempre às 18h, sempre agradável, sempre um sucesso.

Sala das Sessões, 20 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio** – Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 648, DE 2005**

Nos termos do art. 50, § 2º da Constituição Federal e art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, seja encaminhado à Ministra de Minas e Energia, Exma. Srª Dilma Rousseff, o seguinte pedido de informações.

No balanço apresentado pelo Ministério de Minas e Energia – MME, no final do ano passado, em relação à expansão da infra-estrutura de transporte do gás natural o documento citava quatro empreendimentos o Projeto Malhas, o Gasoduto que integrará as regiões Sudeste e Nordeste, o Gasene, o Gasoduto Coari-Manaus e o Gasoduto Urucu-Porto Velho.

Mais especificamente em relação ao Gasene, o relatório do MME registrava que o projeto estava em processo de licenciamento ambiental e que o gasoduto era dividido em três trechos: Cabiúnas (RJ) – Vitória (ES), Vitória (ES) – Cacimbas (ES) e Cacimbas (ES) – Catu (BA), totalizando 1.335 quilômetro de extensão. Segundo o MME, em novembro de 2004, a Petrobrás assinou Protocolo de Intenções com o Eximbank da China, o BNDES e a Companhia Petroquímica da China (Sinopec) objetivando estruturar o financiamento desse empreendimento, para iniciá-lo em 2005 e colocá-lo em operação em setembro de 2006.

Com o intuito de subsidiar o Senado Federal com dados relativos ao andamento das obras de construção do Gasene, solicito as seguintes informações:

- 1) Como está o processo de licenciamento ambiental do empreendimento?
- 2) Em relação ao cronograma oficial anunciado pelo Ministério de Minas e Energia, a obra já foi iniciada?

3) Ainda de acordo com o cronograma oficial anunciado pelo MME o Gasene estará efetivamente em operação em setembro de 2006?

4) Em que medida a situação política da Bolívia, que poderá comprometer a oferta de gás natural nos estados das regiões Sul e Sudeste, relaciona-se com o andamento da construção do Gasene?

5) Qual é a avaliação real do Ministério de Minas e Energia em relação ao tempo necessário para conclusão do Gasene?

Sala das Sessões, 20 de junho de 2005. – Senador **Rodolpho Tourinho**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (PSOL

– AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, após o pedido de inscrição da Senadora Ideli Salvatti, que chegou primeiro, requeiro a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ideli Salvatti.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Pela

ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável, mas gostaria de falar após o Senador Geraldo Mesquita, para que eu possa concluir meus apontamentos.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC.)

– Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, também peço a palavra para uma comunicação inadiável. Se não for possível, gostaria de ser inscrito para falar no tempo normal.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O Senador Geraldo Mesquita, a Senadora Ideli Salvatti e o Senador Paulo Paim estão inscritos para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos de modo intercalado com os oradores regularmente inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Alvaro Dias.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com prorrogação de até cinco minutos, para o seu pronunciamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AL)

– Agradeço ao Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ideli Salvatti, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por cinco minutos, com dois minutos de prorrogação.

**A SRA. IDELI SALVATTI** (Bloco/PT – SC. Para

uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, as segundas-feiras são sempre aguardadas com muita expectativa, principalmente pela Oposição, para trazerem à tribuna as questões que vêm sendo apresentadas pela mídia nacional.

O final de semana passado foi muito intenso, Senador Tião Viana, desde a quinta-feira, quando acompanhamos muito atentamente a saída do Ministro José Dirceu, que fez um belíssimo pronunciamento que tive a oportunidade de registrar desta tribuna. José Dirceu volta à Câmara para defender a sua honra, o nosso partido e o nosso Governo com a competência e com a história de luta e de compromisso que o ex-ministro e Deputado Federal José Dirceu já demonstrou ao longo de toda a sua vida pública. Tivemos o ato em São Paulo, também muito emocionante, a reunião do diretório – peço, a propósito, que seja registrada, na íntegra, a nota que o diretório aprovou em defesa do PT, da ética e da democracia, para que fique registrado nos anais desta sessão.

Mas o que me traz a esta tribuna são as notícias, a forma pela qual a mídia tem trabalhado essa crise, essa tão falada e comentada crise.

Temos visto notícias, denúncias, ilações e tiros para todos os lados, os noticiários apontam para vários lados ao mesmo tempo. O que se quer é, efetivamente, investigar? Essa é a pergunta que tem de ser feita. A política adotada é a do diversionismo, a política de atirar para todos os lados, colocar tudo sob suspeita, focar tudo e, obviamente, nada focar. Essa tem sido uma ca-



racterística marcante do posicionamento, de como vêm se conduzindo setores importantes da mídia nacional.

A outra característica – e essa é gritante, escandalosa – é que as denúncias são apresentadas, mas não apresentam provas. Exemplo disso é aquela matéria escandalosa da **Veja** sobre a ex-Prefeita Marta Suplicy, que, além de ser escandalosa, é profundamente machista. Não terei tempo de registrar as matérias individualmente, mas em todas elas muitas coisas são afirmadas sem que provas sejam apresentadas.

Com esse processo de atirar para todos os lados, sem apresentar provas, começa, inclusive, a disputa nos meios de comunicação. Para ilustrar o que estou dizendo, cito reportagem da revista **IstoÉ Dinheiro**, que antecipou sua edição publicando uma entrevista que estava guardada há quase um ano. Não tinham provas, e a declaração foi desmentida pela tal secretária, ainda no dia seguinte, no depoimento oficial, sob juramento. Está posta, está colocada a disputa na mídia para ver quem vai emplacar a capa mais contundente nas bancas.

Para subsidiar essa disputa, há a questão da ex-mulher do Deputado Valdemar Costa Neto. Sem nenhuma prova, foi veiculada no principal mecanismo de imprensa do domingo a notícia de que o PT teria recebido recursos do governo de Taiwan. Qualquer pessoa que junta um mais um sabe da posição e da disputa política e econômica que há entre o governo da China Popular e o de Taiwan. Então, fazer uma ilação dessas é algo primário. A troca de que haveria esse financiamento? Qual é a lógica? Além de não ter sido apresentada nenhuma prova, é algo que não se sustenta, que não tem cabimento político e econômico, para não mencionar o absurdo da ilegalidade que seria qualquer tipo de financiamento de um país para uma campanha dentro do Brasil.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir que fosse incluído em meu pronunciamento, além da nota do PT, a íntegra do texto de Mino Carta, da **Carta Capital** desta semana. Lerei apenas um trecho: “A mídia quer desestabilizar o governo, demolir o PT e preparar o retorno dos tucanos. Esquece a conveniência da mediação com um povo tão injustiçado”. O artigo de Mino Carta, como sempre, é brilhante.

Por último, peço também que seja publicado, na íntegra, um artigo veiculado na revista **Fórum** deste mês, no dia 15 de junho, escrito por Renato Rovai. Lerei alguns trechos. Ele começa com “Há um cheiro estranho nas últimas notícias sobre o PT”, relata a sua ida à Venezuela e trata de algumas coisas parecidas.

Comparando com o que aconteceu com Hugo Chávez, ele assim se refere à posição da imprensa:

Com uma sutileza: ela não é personalizada na figura do presidente da República,

como no caso venezuelano, mas no seu partido político, o PT.

É fato que há uma denúncia que precisa ser apurada e do bom jornalismo espera-se uma investigação com base em entrevistas e reunião de documentos. Faz bem à democracia que a imprensa assim atue. É isso o que dela se espera.

Em outros trechos, referindo-se ao famoso livro **Brasil Privatizado**, de Aloysio Biondi:

Seu livro, o **Brasil Privatizado**, repleto de provas escandalosas, vendeu mais de 100 mil exemplares e mereceu apenas registros pontuais nos veículos. Não impulsionou nenhum movimento anti-PSDB nos veículos de comunicação.

Mais à frente:

Sugere-se em editorias e opiniões de articulistas e parlamentares tucanos que Lula precisará se livrar do PT caso queira terminar o mandato. Justifica-se a pressão por conta de o tesoureiro do partido estar sendo acusado de comprar toda a bancada de deputados do PL e do PP. O curioso é que desses deputados acusados nada se fala. Alguns são bastante famosos (...). Mas nenhum foi emparedado por veículos de comunicação para dar explicações. Ao contrário, o presidente do PT, José Genoíno, tem sido acuado com ironias e grosserias em muitas de suas participações em programas de rádio e TV.

Falando sobre a matéria da **Veja**, “O mensalão da perua”, em que Marta Suplicy foi acusada:

A liberdade de imprensa de **Veja** nunca permitiria que um de seus funcionários escrevesse algo como “Picolé de chuchu repete as mesmas balelas em relação ao caos na Febem”.

(...) O fato de investigar o PT e seus dirigentes faz bem à democracia. Fiscalizar o governo também. A imprensa deve ter liberdade para isso. Precisa fazer o seu papel. Mas há um limite entre investigação, fiscalização e perseguição. Na sociedade contemporânea, onde a cidadania é garantida de certa forma pela informação que se recebe, quando o setor midiático – associado a um espectro da política – resolve fazer uma campanha persecutória contra um partido ou governo, sem tratar com rigor e responsabilidade o que publica, não há outro nome para designar tal movimento.



**Busca-se nesse caso um golpe midiático.**

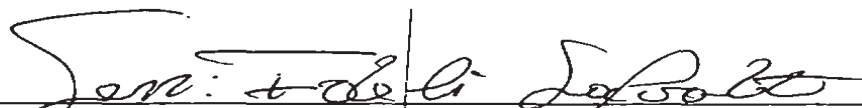
E para que isso aconteça basta ao midiático poder brasileiro acompanhar o toque editorial da última edição de Veja. Estará desenhado o cenário. **E o cheiro podre que vem da Veja pode infestar a democracia brasileira.** E não será a primeira vez que a "liberdade de imprensa" participa de um golpe no Brasil. Com a diferença que, desta vez, nada indica que os quartéis serão acionados. Na atualidade é

mais aconselhável, para parecer democrático, que o midiático poder aja sozinho.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Peço a inclusão, na íntegra, das três matérias.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE A SRA. SENADORA IDELI SALVATTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



Trata-se material que deve ser lido (ou dado como lido) em Plenário. É consistente e de muito boa qualidade.

Revista Fórum - junho de 2005

**Há um cheiro estranho nas últimas notícias sobre o PT**

Por: Renato Rovai\* - em: 15/06/2005

Fui à Venezuela duas vezes no último período. Ambas as visitas foram de aproximadamente quinze dias. A primeira foi na semana seguinte à tentativa de golpe. Estive lá com o fotógrafo Satoru Takaesu.

Chegamos ao país com apenas um contato, o do secretário-geral do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Imprensa, Gregório Salazar. Ele foi nosso guia. Gentil, prestativo e antichavista, nos apresentou tudo o que em sua opinião tornava a tentativa de golpe ao presidente de seu país, de certa forma, justificável.

Exatamente isso, um jornalista de postura solícita e que parecia de fato acreditar em valores democráticos defendia o movimento golpista. Apontava excessos por parte da turma de Pedro Carmona, o líder empresarial que fechou o Congresso, destituiu a Suprema Corte, rasgou a Constituição e durou 28 horas na presidência, mas entendia que aquelas posturas se justificavam, já que do outro lado estava Chávez.

Em todos os programas de televisão e nos jornais e revistas de maior circulação da Venezuela, as palavras de Salazar pareciam ter sentido. A mídia local veiculava em uníssono seu ódio antichavista!

A cobertura midiática dos últimos episódios que apontam para um suposto esquema de corrupção na formação da base do atual governo brasileiro está ganhando contornos muito semelhantes ao que ocorreu no país vizinho. Com uma sutileza: ela não é personalizada na figura do presidente da República, como no caso venezuelano, mas no seu partido político, o PT!

É fato que há uma denúncia que precisa ser apurada e do bom jornalismo espera-se uma investigação com base em entrevistas e reunião de documentos. Faz bem à democracia que a imprensa assim atue. É isso o que dela se espera.

Como se esperava também que assim fosse quando ocorreu o processo de privatização das telefônicas e de outras empresas públicas do país. Naquele momento, os escândalos não precisavam ser abafados pelo governo ou denigrados governistas. O midiático

poder brasileiro se encarregava disso. O falecido **jornalista Aloysio Biondi**, de forma quixotesca, tentava "destampar a panela", mas seus artigos, publicados duas vezes por semana na Folha de S. Paulo, não recebiam sequer chamada de primeira página. Ao contrário, uma vez me confidenciou que quando recebeu convite para ir trabalhar no então Diário Popular, ganhando um pouco mais, mas tendo uma coluna diária, recebeu como contraproposta da Folha ganhar mais para escrever apenas uma única coluna semanal. Entendeu aquilo como um cala-boca e foi para o Diário.

Seu livro, o Brasil Privatizado, repleto de provas escandalosas, vendeu mais de 100 mil exemplares e mereceu apenas registros pontuais nos veículos. Não impulsionou nenhum movimento anti-PSDB nos veículos de comunicação.

É disso que se trata. Anuncia-se na mídia brasileira uma campanha sanguinolenta contra o PT. Se vier a acontecer em sua plenitude, será contra tudo o que partido representa. Ou mesmo o que um dia representou com mais firmeza. Não será uma campanha contra o que pode haver de podre na agremiação.

Sugere-se em editoriais e opiniões de articulistas e parlamentares tucanos que Lula precisará se livrar do PT caso queira terminar o mandato. Justifica-se a pressão por conta de o tesoureiro do partido estar sendo acusado de comprar toda a bancada de deputados do PL e do PP. O curioso é que desses deputados acusados nada se fala. Alguns são bastante famosos/como Delfim Neto e o próprio presidente da Câmara, Severino Cavalcanti/Mas nenhum foi emparedado por veículos de comunicação para dar explicações. Ao contrário, o presidente do PT, José Genoino, tem sido acuado com ironias e grosserias em muitas de suas participações em programas de rádio e TV.

Não se espera que o midiático poder brasileiro se comporte como em relação a Eduardo Jorge Caldas, secretário-geral da Presidência da República, que, entre outras coisas, foi acusado de participar de suposto esquema de liberação de verbas no valor de R\$ 169 milhões para o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, e de criar caixa-dois para a reeleição de FHC. Naqueles dias, tudo era debatido via jornais e revistas com excesso de cuidado além da conta. Espera-se que se vá mais a fundo, como manda o bom jornalismo, no escândalo do suposto mensalão.

Mas é bom que se saiba que no ataque ao PT o que está na mira não

é só a sigla, mas algumas de suas bandeiras históricas e também de amplos setores da esquerda/A campanha para renovar o fôlego da onda das privatizações como maneira de diminuir a corrupção no Estado já começou/Porta-vozes do mercado têm tratado do assunto sem corar ou gaguejar. Atenção aos artigos e/ou comentários de rádio e TV de certos articulistas econômicos.

Ao mesmo tempo que ataca o PT por suposto envolvimento em corrupção, o midiático poder também joga contra sua credibilidade política. Mesmo sendo avalista da atual política econômica, nos últimos tempos passou a ampliar a voz daqueles que criticam o partido por ter traído princípios históricos e se rendido à lógica do capital. Há uma clara tentativa de misturar as coisas para que tudo pareça resultado de uma mesma confusão. Na Venezuela, o sangramento público midiático de Chávez durou quase dois anos até que se buscasse o golpe que a revista Fórum denominou de midiático-militar. A imagem de um Chávez autoritário e fanfarrão, como grifou a revista Veja na edição de 12 de setembro de 2002 ("A queda do presidente fanfarrão") foi cuidadosamente trabalhada. Aqui no Brasil algo começa a ser construído nesse sentido. Até a cartilha do Politicamente Correto, que de fato merece ser criticada pelo que representa de estapafúrdia, foi apontada como mais um lance do autoritarismo do atual governo petista, que pretenderia cercear até a língua portuguesa. Ignorou-se que ela em nenhum momento, mesmo sendo uma grande bobagem, tinha como único objetivo divulgar termos supostamente preconceituosos. Nada mais.

Em nome da liberdade de imprensa, a revista Veja desta semana faz uma matéria sem uma única fonte em *on* acusando a ex-prefeita Marta Suplicy de também comprar votos na Câmara Municipal. O título da matéria é sintomático da venezuelização do midiático poder brasileiro: "O mensalão da perua". A liberdade de imprensa de Veja nunca permitiria que um de seus funcionários escrevesse algo como "Picolé de chuchu repete as mesmas balelas em relação ao caos na Febem". Evidente que se trata de uma liberdade assistida, onde quem pode de fato exercê-la não são os jornalistas, mas os donos dos veículos e seus capitães do mato, que tratam repórteres à base da chibata, como bem sabem aqueles que vivem ou viveram experiências de dia-a-dia em redações. Que também sabem o quanto essas empresas, paladinas da moralidade, respeitam, por exemplo, as leis trabalhistas.

Ou mesmo o quanto não fazem de acordos comerciais que garantem espaços editoriais aos tais clientes. E ao mesmo tempo mantém uma relação sabuja com eles.

O fato de investigar o PT e seus dirigentes faz bem à democracia!

Fiscalizar o governo também. A imprensa deve ter liberdade para isso!

Precisa fazer o seu papel. Mas há um limite entre investigação,

fiscalização e perseguição. Na sociedade contemporânea, onde a cidadania é garantida de certa forma pela informação que se recebe,

quando o setor midiático - associado a um espectro da política -

resolve fazer uma campanha persecutória contra um partido ou

governo, sem tratar com rigor e responsabilidade o que publica, não

há outro nome para designar tal movimento. **Busca-se nesse caso**

**um golpe midiático.** E para que isso aconteça basta ao midiático

poder brasileiro acompanhar o toque editorial da última edição de

Veja. Estará desenhado o cenário. **E o cheiro podre que vem da**

**Veja pode infestar a democracia brasileira.** E não será a primeira

vez que a "liberdade de imprensa" participa de um golpe no Brasil.

Com a diferença, que desta vez, nada indica que os quartéis serão

acionados. Na atualidade é mais aconselhável, para parecer

democrático, que o midiático poder aja sozinho.



# A Semana

DE 11 A 17 DE JUNHO DE 2005

MINO CARTA

## Quando a esquerda é necessária

A mídia quer desestabilizar o governo, demolir o PT e preparar o retorno dos tucanos. Esquece a conveniência da mediação com um povo tão injustiçado

**CONTRA LULA.** Os donos do poder toparam o *outsider* atrabiliário e descobriram o homem do seu destino

**O**s donos da mídia nativa não nutrem maior simpatia uns pelos outros, cultivam, porém, interesses comuns e se unem quando os consideram em xeque. Há décadas e décadas de exemplos destas alianças, logo desfeitas quando passa o perigo.

Não é que, encarada a ameaça, costumem sentar-se à mesma mesa para definir planos de batalha. De hábito agem como orquestra afinada sem precisar de pauta e maestro. Movem-se, automaticamente, em perfeita sintonia, porque todos prezam o *status quo*, o bem-bom do *establishment*, e não medem esforços para mantê-lo intocado.

Desta vez, diante das denúncias de um Jefferson nada jeffersoniano, parece esboçar-se alguma alteração nos comportamentos usuais. Correm rumores de encontros entre os senhores da comunicação, e até informações precisas sobre tertúlias de confraternização. Talvez novo capítulo esteja a ser escrito na história do jornalismo pátrio.

**O risco tem origem antiga**, nasce no fim da década de 70, nas greves do ABCD paulista, tempo em que Lula presidia o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. Pioneiro, testou-se ali uma geração de líderes operários distantes da tradição pelega. Depois, brotou a idéia de um partido de esquerda, autenticamente popular.

O projeto não desagradou o Richelieu do Planalto, o general Golbery do Couto e Silva, cuja reforma partidária visa a estilhaçar a oposição emedebista, cada vez mais eficaz sob a batuta de Ulysses Guimarães. Os mais radicais do MDB, calcula o general, irão para o PT. Os liberais para o PP de Tancredo. Os iludidos para o PDT de Leonel Brizola. *No meio, linha auxiliar, o PTB, entregue de bandeja a Ivette Vargas.*

O plano não deu certo. Com as bombas do Rio-centro e a preponderância no governo Figueiredo do general Octavio Medeiros, Golbery demitiu-se e seu sucessor, Leitão de Abreu, introduziu na receita as suas trapalhadas. Tancredo voltou à casa paterna, agora PMDB, enquanto o PT crescia. A ponto de concorrer, com Lula candidato contra Fernando Collor, na reta final das primeiras diretas presidenciais pós-ditadura.

A mídia uniu-se contra o petista e não hesitou em apoiar o *outsider* atrabiliário. Contra Lula, resistente tenaz, cinco anos após o *establishment* aceitar Fernando Henrique Cardoso, que temia em odor de esquerdismo e descobriu ser o homem do seu destino. De sorte que na reeleição comprada com o "propinão", engoliu o maior engodo eleitoral de todos os tempos. Reeleito à sombra da bandeira da estabilidade, FHC desvalorizou o real exatos 12 dias depois da posse. E quebrou o País.

Em 2002, preces, contribuições e apoio foram para o candidato de FHC, apontado depois do pleito como primeiro responsável pela derrota, em virtude, dizia-se, de sua semelhança com o Conde Drácula e imitadores. Estranhamente, José Serra, hoje prefeito de São Paulo, é apontado pelas pesquisas como o preferido dos eleitores entre os possíveis aspirantes tucanos à Presidência em 2006.

**Quem perdeu há três anos** foram mesmo o príncipe dos sociólogos e sua desastrada política econômica. O que não impediu, para tristeza dos sonhadores da mudança, a repetição da mesma rota por parte de Palocci e Cia.

Ecoa no panorama o aviso sinistro de FHC, pronunciado há dois meses: não sou candidato, declarou, mas poderia ser em caso de crise gravíssima. Profeta ou mensageiro? Estrategista? Titerreiro? Certo é que a manobra desenvolvida nestes tristes dias pela mídia chega a ofuscar: trata-se de desestabilizar o governo e de preparar o terreno para a desforra tucana.

Trata-se de solapar a autoridade de Lula, como se, em vez de detubar a estátua, o objetivo fosse destruí-la e o pedestal. No ataque há acomodamento, embora temperado pela postura cautelosa de quem percebe a longa distância que ainda nos separa da próxima eleição. Os próprios vigias instalados no topo dos mastros da casa dos senhores não têm olhos para outros riscos amarrados ao horizonte.

**Uma crise gravíssima, além de atingir o mercado financeiro e o câmbio, com consequências imprevisíveis sobre a situação econômica e social, tende a favorecer o populismo. A promessa messiânica da redenção impossível. Digamos, candidaturas à la Garotinho.**

Por outro lado, há o toque da irresponsabilidade,

a visão medieval, na campanha feroz. No País vice-campeão mundial em má distribuição de renda, um partido de esquerda (seria mesmo o PT de hoje?) e uma CUT e um MST da vida representam a mediação necessária junto ao povo infeliz, em larga parte privado da consciência da cidadania. Seria lamentável a perda de um intermediário tão ativo e pontual quanto foi o PT.

Mas há e me pergunto não do bem e da justiça social atingiu proporções desproporcionais. Os donos do poder sempre apostaram na resignação do povo, que chamam de cordialidade. Apostaram na herança da escravidão. É verdade, não há sinais de fumaça, iguais àqueles que se erguem nas alturas rochosas dos domínios apaches dos filmes do Oeste selvagem. Mas vale perguntar: até quando? ■

## A Semana

### TRIBUTOS

O governo anuncia 26 medidas para aliviar a carga de impostos do setor produtivo

## MP do Bem tenta compensar Selic

**A**ntes tarde do que nunca. Em meio ao tiroteio de denúncias sobre o mensalão, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou na quarta-feira 15 a Medida Provisória (MP) do Bem, que engloba 26 iniciativas – a esmagadora maioria para desonerar a economia real de tributos. Lula estava acompanhado do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan. A contrapartida da bondade será uma perda de arrecadação estimada em R\$ 1,5 bilhão neste ano e em R\$ 3,3 bilhões em 2006. A oportunidade da MP é inquestionável, uma vez que vários setores produtivos estão perdendo o fôlego, em razão do câmbio apreciado e da Taxa Selic, mantida em 19,75% na reunião do Comitê de Política Monetária, decisão também anunciada na quarta-feira.

Para investimentos industriais a ser realizados de agora em diante, a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) caiu de 2% para

**BATALHA. O ministro Furlan atende a parte das demandas dos empresários**

1% e as pequenas empresas que vivem e exportam ao menos 80% de sua produção terão isenção, na compra de máquinas, do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Para o setor de construção civil, que invariavelmente puxa a atividade econômica, a MP permite o não-pagamento do Imposto de Renda (IR) sobre o ganho de capital, quando da venda do imóvel, desde que outro seja comprado em até seis meses. Num caso renúncia ao caso Encol, um prédio em construção vai precisar ter, a partir da MP, sua contabilidade expressa em separado da construtora.

Já os microempresários que haviam atrasado pagamentos, e por isso foram excluídos do Simples, terão o direito de voltar a esse sistema de tributação. Por fim, empresas das regiões Norte e Nordeste pagarão menos IR, PIS, Cofins e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). ■

A esmola do G 8 aos países mais pobres é uma forma de obrigá-los a praticar as políticas de Banco Mundial e FMI

## POBREZA

# Uma caridade muito interessada

No sábado 11, os ministros da Fazenda do G 8 anunciaram um acordo em relação a uma proposta britânica de anulação de dívidas de 18 dos países mais pobres do mundo (na maioria africanos, mas também Bolívia, Guiana, Nicarágua e Honduras), somando US\$ 40 bilhões. A aprovação da medida só depende da reunião dos chefes de Estado, prevista para julho.

Parece bom demais para ser verdade, e é. O acordo refere-se só a créditos do Banco Mundial, Banco Africano de Desenvolvimento e FMI. A dívida com instituições privadas, comparável ou maior, não foi afetada. E o alívio está condicionado, conforme ressaltaram Bush júnior e Tony Blair, ao cumprimento das

receitas de austeridade e abertura econômica às transnacionais do G 8.

Ficaram de fora países em situação pior, mas que não atendem a essas condições, como o Haiti. A medida poderá ser estendida a mais nove países e US\$ 11 bilhões em 12 a 18 meses e, eventualmente, a outros 11 países, com dívida total de US\$ 4 bilhões, mas só se implantarem as políticas recomendadas pelo FMI e Banco Mundial. O total de US\$ 55 bilhões a ser eventualmente perdoado é só uma fração da dívida total dos 61 países mais pobres, da ordem de US\$ 600 bilhões.

Os ministros prometeram, por dez anos, reembolsar as instituições pelos pagamentos devidos pelos 18 beneficiados, cerca de US\$ 1,5 bilhão anual - ou 0,007% do PIB total do G 8, superior a US\$ 21 trilhões. Um preço muito baixo para melhorar a imagem dos países ricos e das instituições multilaterais e ajudar a artilhar as nações mais pobres às políticas econômicas por eles exigidas. ■

## Em defesa do PT, da ética e da democracia

1 - O PT enfrenta uma inescrupulosa campanha que visa desmoralizar o partido perante a opinião pública com acusações falsas e mentirosas. Trata-se de uma campanha patrocinada por setores da oposição e pela direita que se expressa numa tentativa de condenar política e moralmente o PT num processo sem fatos e sem provas. Procuram quebrar a espinha dorsal do PT e atingi-lo naquilo que mais o identifica com a sociedade, que é a defesa da ética na política e o combate à corrupção.

2 - O PT não aceitará essa campanha porque seu compromisso com a ética na política e com o combate à corrupção é irrenunciável. O PT não aceitará essa campanha porque sabe que o que esses setores pretendem é comprometer o governo Lula e a história do partido, desmoralizar a esquerda, seus valores e seu projeto histórico. O que está em jogo não é apenas a apuração da verdade sobre alguns fatos denunciados, mas também a continuidade de um projeto democrático de esquerda que promove avanços sociais e políticos e que busca superar anos e anos de injustiças e privilégios.

3 - Existe um evidente vínculo entre os agentes de falsas denúncias contra o PT com setores da oposição - especialmente do PSDB e do PFL. O depoimento do deputado Roberto Jefferson na Comissão de Ética da Câmara, além de disseminar uma grande mentira para todo o Brasil, serviu para produzir uma peça de propaganda do PSDB veiculada na televisão no programa do partido no último dia 16 de junho. Não contentes com as falsas acusações, setores da oposição,

escudados nas mentiras de Roberto Jefferson, começam a agir de forma desinibida para desestabilizar o governo de forma artificial e irresponsável. O PT irá denunciar com vigor esta tentativa desestabilizadora e antidemocrática, defendendo o governo Lula e as instituições democráticas.

4 - O PT quer e lutará para que todos os fatos sejam esclarecidos. Os dirigentes do PT não temem comparecer diante da CPI ou de qualquer outro órgão de investigação porque nada têm a esconder. O PT confia que as instituições democráticas restabeleçam a verdade, através de investigações isentas. Iremos até as últimas conseqüências legais para exigir a reparação dos danos e a punição dos responsáveis pela disseminação dessa campanha difamatória contra o partido. A militância do PT está pronta e mobilizada para defender o partido, o governo Lula e a democracia e impedir que a irresponsabilidade política destes setores da oposição e da direita prospere.

5 - A CPI mista do Congresso terá a oportunidade de investigar dez anos e meio de gestão da Empresa Brasileira dos Correios e Telégrafos, abrangendo os períodos do governo de Fernando Henrique Cardoso e do governo Lula. Dessa investigação poderão ser estabelecidas comparações dos métodos de gestão, das licitações e concorrências, da contratação de serviços e de possíveis irregularidades. Por iniciativa da base do governo também será instalada na Câmara dos Deputados a CPI para investigar as denúncias sobre o chamado mensalão. A CPI terá oportunidade de esclarecer a veracidade ou a mentira dessas denúncias. Como se vê, no governo Lula as CPIs podem funcionar sem pressão, desde que obedeçam as prerrogativas constitucionais de investigar fatos determinados. O governo FHC, ao contrário, abafou todas as investigações, mesmo quando as CPIs eram apoiadas por um milhão e meio de assinaturas e por manifestações populares na frente do Congresso. Convém lembrar que foram abafadas as CPIs da compra de votos para a reeleição, do caso Sivam, da privatização das telecomunicações, da pasta rosa etc.

6 - Setores da oposição conservadora, além de atingir o PT, querem também negar os avanços e as conquistas do governo Lula. Não é por acaso que quem fabrica as mentiras contra o PT e o governo são os mesmos que criticam todos os avanços sociais e democráticos do governo Lula. São os mesmos que atacam a política externa ativa e ativa do governo. Tentam atacar o governo Lula nas questões da ética e da corrupção porque perceberam que não conseguirão derrotar o governo Lula na política econômica competente que resgatou o emprego e o desenvolvimento e garante a estabilidade; na política social, que resgatou a dignidade de milhões de brasileiros e que promove a inclusão social e o combate às desigualdades.

7 - Nas questões éticas esses setores da oposição também não terão êxito, pois o governo Lula já demonstrou seus compromissos no combate à corrupção. Das 77 operações especiais realizadas pela Polícia Federal, a partir da orientação direta do governo Lula, 40 (ou 52%) resultaram em prisões de servidores públicos e integrantes da própria PF - todos membros de organizações criminosas desmanteladas. Em 20 desses casos, foram desmontados esquemas de corrupção, extorsão e desvio de dinheiro público. Também houve prisões de servidores por prevaricação, concussão, formação de quadrilha e fraudes em geral, sobretudo contra a Previdência. Nestes 29 meses foram efetuadas 1.424 prisões de integrantes destas quadrilhas.

8 - O PT reafirma seu compromisso com os avanços sociais



promovidos pelo Governo Lula, e no PED aprofundará esta relação e estes vínculos. O PT deverá discutir neste processo a consolidação das políticas patrocinadas pelo nosso governo. O governo fez o Brasil voltar a crescer, depois de anos de estagnação; foram mais de 2,9 milhões de empregos gerados; é uma reforma agrária de qualidade que está sendo realizada; serão mais de 11 milhões de famílias incluídas no programa Bolsa Família; é a criação do FUNDEB, que provocará uma revolução no ensino fundamental; é o ProUni, 31 novos campus universitários e mais de 760 mil novas vagas no ensino superior; é o financiamento inédito da agricultura familiar que está permitindo a expansão do mercado interno e o governo acaba de criar o Fundo de Habitação Popular. Nosso partido também deixa claro seu compromisso com o avanço das políticas de crescimento e desenvolvimento econômico estreitamente sintonizadas com políticas sociais de inclusão e de combate à desigualdade e à miséria.

9 - O Diretório Nacional do PT conclama todos os militantes e todos os simpatizantes e eleitores petistas para que se mobilizem, dialoguem com a sociedade para defender o PT e o governo. As instâncias e lideranças do PT devem estreitar suas relações com a opinião pública democrática e com os movimentos sociais, alertá-los e mobilizá-los contra essa campanha da oposição e construir, através do diálogo com esses movimentos, pautas e agendas comuns de lutas, reivindicações e mobilizações. Cada vereador petista, cada deputado estadual e federal deve transformar sua tribuna num espaço de defesa dos valores e da história do PT e do governo Lula. Os Diretórios Municipais e Estaduais devem promover atos políticos e outras atividades para mobilizar a militância e os amigos do partido, informando e esclarecendo os filiados e opinião pública sobre os atos do governo e demonstrando todo o orgulho de fazer parte deste projeto e de ser um petista.

10 - O Diretório Nacional reafirma o roteiro da agenda legislativa e governamental aprovado na última reunião, mas destaca a necessidade e a urgência de encaminhar os seguintes pontos:

- apresentação de uma Proposta de Projeto de Lei que oriente instauração progressiva do controle público do Orçamento, através da definição de ações de desenvolvimento regional, orientadas com a participação direta da sociedade;

- reforma política, com a adoção do financiamento público das campanhas e fidelidade partidária;

- ampla divulgação das ações anticorrupção que o governo federal vem realizando, comparando-as com o que ocorreu no governo FHC;

11 - O Diretório Nacional manifesta sua integral solidariedade e confiança no deputado José Dirceu, entendendo que seu gesto de afastamento das funções de Ministro-Chefe da Casa Civil foi uma atitude corajosa. José Dirceu volta para a Câmara dos Deputados para defender o PT e o governo dos ataques e falsas acusações que ambos vêm sofrendo.

12 - Do ponto de vista interno do PT, o Diretório Nacional propõe que no contexto do movimento de defesa contra os ataques e as acusações e dos debates do PED se promova uma repactuação política do partido, envolvendo todas as correntes que estejam dispostas a participar do processo de renovação e fortalecimento partidário.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendida na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao nobre Senador Pedro Simon.

S Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, fora do violento debate ético e moral, mas entrando no debate social, que também é ético e moral, saio das manchetes e mudo de assunto.

Um dia desses, um amigo me contou uma história que me fez refletir sobre a situação do País dos nossos dias e que me proporcionou também uma profunda reflexão sobre o nosso papel de Parlamentares, eleitos pelo povo para representá-los num projeto coletivo de construção da democracia, da cidadania e da soberania.

Disse-me aquele meu amigo, que se encontrava no interior de uma loja especializada na venda de instrumentos musicais. Havia ali possibilidades de sons e acordes para todos os gostos e para todos os bolsos. Das flautas e das marimbas mais singelas aos mais sofisticados violinos, oboés, contrabaixos, harpas, pianos e vibrafones.

Ficou ele imaginando todos aqueles instrumentos tocados em conjunto, numa praça ao ar livre ou no palco mais requintado de uma sala de espetáculos. Sentia-se transportar a uma outra dimensão da vida, ao som de uma orquestra, com suas partituras criadas sob a inspiração divina. Mas, ali, só havia a imaginação fértil de um amante da música e de seu poder de elevar os homens a patamares quase transcendentais, de levá-los às proximidades de Deus.

Aqueles instrumentos, entretanto, estavam ali, mudos, sem as mãos e o dom dos homens criados à Sua semelhança.

De repente, surge à porta da loja um menino maltrapilho: um pé descalço, outro arrastando uma sandália arrebentada, olhos fixos nos instrumentos de corda – violas, violões e bandolins.

Logo, os vendedores da loja transmutaram-se em verdadeiros seguranças, com os olhos fitos naquele menino que se vestia pobremente. O garoto permanecia, quase que hipnotizado, diante de um cavaquinho. Olhando-o, parecia transportar-se para outro mundo. Imaginava-se, talvez, num recital no mesmo ar livre que lhe servia de abrigo nessas noites frias de final de outono. Imaginava-se dedilhando aquele instrumento no meio de uma orquestra, uma orquestra que certamente incluiria seus amigos de relento. Talvez ele estivesse imaginando um solo ou um duo, ele e Deus,

para mostrar o quanto um é semelhante ao Outro: criatura e Criador.

De repente, o menino maltrapilho reuniu toda a sua coragem e apanhou, com as suas mãos sujas do asfalto, aquele pequeno instrumento, reluzente e afinado. Agora, não só todos os olhos, mas todos os passos dos vendedores-seguranças se dirigiram para aquele fiapo de gente. Sairia ele correndo pela porta? Não. Certamente, tropeçaria numa rasteira que o jogaria de volta à calçada, já em posição de mãos à cabeça. Perguntaria ele o preço do seu sonho e devolveria à prateleira fria, até que outras mãos “mais limpas” detalhassem as cordas de aço?

Não mais que de repente, aquele menino maltrapilho deslizou os dedos sujos pelas cordas esticadas do cavaquinho e, olhos fechados como que em transe, encheu o ambiente com os acordes de “Brasileirinho”.

As pernas apressadas dos vendedores travestidos de segurança quedaram trôpegas. Os olhos de lince ficaram marejados. Aquele menino maltrapilho, quem diria, era um verdadeiro brasileiro. E “um brasileiro quando é do choro é entusiasmado, quando cai no samba não fica abafado, e é um desacato quando chega no salão”.

Fico eu, agora, imaginando o som daquele verdadeiro “hino nacional”, o “Brasileirinho”, dedilhado por um desses meninos para os quais fechamos, no nosso dia-a-dia excludente, os vidros dos nossos carros e as portas das nossas bem vigiadas casas. Quantos serão os brasileiros maltrapilhos, dedos sujos de terra, que saberiam – como diz o poeta – fazer “todo mundo dançar a noite inteira no terreiro até o sol raiar?”

São milhões os brasileiros excluídos do nosso carro, da nossa casa, do nosso coração, da nossa vida, do nosso País! E quem são os maestros dessa orquestra excludente, cuja batuta teima em não aceitar artistas de dedos sujos? Somos nós, que teimamos em tocar, apenas, para um público refinado, nas mais requintadas salas de espetáculo. Esquecemos o ar livre, democrático e cidadão.

O povo pode até servir como inspiração para as nossas partituras, as nossas orações e os nossos discursos, mas ele está longe da nossa prática. Ele é chamado, apenas, para montar os nossos palcos, mas não participa nem da nossa orquestra, nem de nosso público!

É essa cruel realidade que mostra o trabalho realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Ipea, chamado Radar Social 2005, recentemente divulgado. São quase 54 milhões de brasileiros em situação de pobreza, sobrevivendo de uma renda **per capita** que não passa de meio salário mínimo mensal. Imaginem: meio salário mínimo que, como se sabe, já

nem honra o termo, porque, mesmo quando é inteiro, é insuficiente para uma vida digna!

São quase 22 milhões de indigentes, sobrevivendo com menos de um quarto de um salário mínimo mensal. Quatro, em cada dez brasileiros, já podem ser considerados em situação de miséria absoluta.

O Brasil tem algo como 15 milhões de analfabetos acima de 15 anos! São cegos do saber. De cada mil crianças nascidas vivas, 25 não completam o primeiro aniversário, morrem principalmente por causas decorrentes da desnutrição. São 6,6 milhões de favelados, 17 milhões moram em casebres abarrotados com mais de três pessoas por dormitório.

Já falei, nesta tribuna, deste país de verdadeiros clandestinos. São milhões os que não existem oficialmente. Nascem em manjedouras, fogem do Herodes dos nossos tempos, que é a fome, e morrem crucificados pelo desdém. Sobrevivem num país anexo. Não têm nome de registro nem sobrenome de fato. Têm idade apenas de memória. Aparentam ter “tantos anos”, embora o desgaste físico distancie o aparente do real. Na Região Norte, a metade das crianças nascidas, quando sobrevivem, não são registradas nos Cartórios de Registro Civil. Essa situação se repete em alguns Estados do Nordeste, a despeito de termos discutido aqui, anos a fio, um novo Código Civil, a despeito também da gratuidade dos registros de nascimento.

O grande sonho desses brasileiros é o de serem migrantes. Para onde? Para o Sudeste, para as grandes cidades, para as fronteiras da Amazônia? Não importa, desde que seja para o país oficial!

Todas as questões detectadas no documento do IPEA e nos últimos trabalhos sobre a pobreza no Brasil poderiam dizer respeito a um país pobre em recursos materiais, mas não ao Brasil, essa verdadeira obra-prima da natureza.

É inacreditável que se possa conviver ainda com situações e números tão lamentáveis, num país que ostenta todos os microclimas do planeta, onde se podem produzir, no verão, produtos de inverno e, no inverno, produtos de verão; onde as terras são consideradas mais produtivas; onde se estende o rio mais caudaloso e a maior floresta; onde estão as mais belas praias, a mais rica variedade de pássaros e de animais silvestres, plantas que a ciência já demonstra ser o futuro da medicina; onde estão recursos minerais dos mais nobres, indispensáveis na informática e na corrida espacial. Enfim, o Brasil é um paraíso terrestre aos moldes de uma loja de instrumentos de trabalho, prontos para a orquestração da produção, do emprego e da geração de renda.

Ocorre, meus irmãos, que todos esses instrumentos são tocados por poucos. Apenas 1,7 milhão de brasileiros abocanham 13,3% da renda nacional, percentual semelhante ao total correspondente aos 50% mais pobres, que somam 87 milhões de pessoas. Um milhão e setecentos mil brasileiros recebem o equivalente à renda de outros 87 milhões de brasileiros! Ou seja, os 10% mais ricos ficam com mais da metade de tudo o que é gerado no País.

Essa loja de instrumentos de trabalho e de produção chamada Brasil é excludente. Como o menino maltrapilho dos pés descalços, a população pobre do País não consegue ter acesso à terra, ao trabalho, à habitação, à saúde, à educação, à renda, à vida, enfim.

Como aquele mesmo menino, os brasileiros pobres são vistos como um perigo à propriedade concentrada de tais instrumentos. Atribui-se à pobreza as causas da violência, e cria-se um verdadeiro muro da vergonha, a separar ricos e pobres, como que num *apartheid* social que a história mundial tão bem conhece de outras terras, plena de sofrimento e morte.

Quando essa mesma população pobre se organiza e tenta obter instrumentos de trabalho, de renda e de vida, igualmente recebe olhares e atitudes de repressão, como se praticasse, na verdade, arrastões que surrupiam o direito exclusivo dos ricos à propriedade privada dos meios de produção.

Os sem-terra são vistos como vândalos, a despeito do latifúndio. Os sem-casa são considerados como se fossem animais de rua, apesar da grilagem rural e urbana. Os sem-saúde morrem nas filas dos hospitais públicos, embora a Constituição lhes atribua o direito à vida, na sua plenitude. São, no entanto, todos, meninos maltrapilhos capazes de abalar a ordem constituída, com seus dedos sujos. Se tocarem em algum instrumento de trabalho, mesmo que para perguntar o preço, receberão a rasteira e a ordem da “mão na cabeça”.

O que não se quer admitir é que essa mesma população pobre, tal e qual o menino maltrapilho, é capaz de tocar, com maestria, todos esses instrumentos. Sabem lavrar a terra, sabem deitar semente ao chão, sabem colher os frutos desta terra benfazeja, sabem produzir o tijolo e erguer as paredes da casa, mesmo que singela, sabem o que é o saber que liberta da escuridão do analfabetismo, sabem, enfim, que o conjunto de tais instrumentos formam a grande orquestra da cidadania. São pobres e analfabetos, não lêem partituras, mas a vida lhes ensinou a tocar de ouvido.

Quem são, afinal, os maestros dessa orquestra brasileira, hoje tão desafinada pela corrupção, pela fraude, pela dilapidação do patrimônio público, pela má

distribuição de renda, pelo desemprego, pela miséria e pela pobreza, em um País abundante de instrumentos capazes dos melhores acordos de desenvolvimento social e humano?

Somos nós, que decidimos pela vida política, exatamente para melhor distribuir tais instrumentos, em nome da sonoridade que rima cidadania com democracia e soberania.

Fico imaginando o engenheiro no acompanhamento de sua obra: andar por andar, ele se satisfaz profissionalmente com a sua construção. Imagino o cirurgião que extirpa um tumor, devolvendo ao paciente a esperança de vida.

*(A Presidência faz soar a campanha.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – O agricultor vê a planta nascer, crescer, frutificar e alimentar seus semelhantes. O político, com seu trabalho honesto, provê, ao seu semelhante, a possibilidade de obter os meios necessários para a construção da cidadania coletiva.

Fico também imaginando o sentimento do engenheiro que observa sua obra sua ruir; o sentimento do cirurgião que assiste à morte do seu paciente; o sentimento do agricultor que não vê a sua semente prosperar e germinar; e, igualmente, o sentimento do político que vive num país mergulhado em índices de distribuição de renda no rodapé do planeta, pior que outras nações devastadas por sangrentas guerras civis e lutas genocidas.

É este o sentimento que deve povoar corações e mentes de políticos de trabalho honesto, frente aos números do documento do Ipea: uma sensação de inutilidade do discurso e da prática.

O Brasil buscou, para reger a sua grande orquestra, um maestro que, quando menino, era também maltrapilho, de pés descalços, que, certamente, quando entrava nas lojas de instrumentos de trabalho, no Recife, era visto como alguém que poderia causar danos à propriedade concentrada do Nordeste, terra de capitães e de coronéis, da indústria da seca e do latifúndio.

Pendurado num pau-de-arara, numa viagem torturante, foi para São Paulo à procura de outros instrumentos de trabalho e de vida. Mãos sujas de graxa, dedo decepado nas lâminas da lida, era tido como um exímio encantador de turbas. Sabia que, sozinho, jamais seria uma orquestra. Organizou sindicatos, comandou caminhadas da cidadania, fundou um Partido Político e foi eleito Presidente da República.

Portanto, como maestro, ele sabe do potencial de cada um dos instrumentistas dessa grande or-

questra chamada Brasil, que já foi chamada celeiro do mundo.

Pois bem, o Brasil é essa orquestra formada por tocadores exímios, de afinados instrumentos, e um maestro que conhece perfeitamente todos os acordos. Entretanto, os tais números do Radar Social 2005 não são assim tão musicais para os ouvidos da platéia, dos músicos e do maestro. Da população, da sua representação parlamentar e do Presidente da República. Há certamente um problema da escolha da partitura. A música que executamos nesse momento parece não ser a mais adequada para a apresentação da orquestra política brasileira.

Há que se tocar, de novo, o “Brasileirinho”. Um projeto de desenvolvimento verdadeiramente nacional, fundado em notas de autores brasileiros, que conhecem, como o Presidente da República, a nossa realidade, as nossas diferenças e os nossos potenciais de desenvolvimento econômico e social. Que todos os brasileiros tenham acesso a instrumentos de produção e de renda, para que possam desenvolver, plenamente, as suas habilidades. Acesso à terra, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à cidadania e à vida.

É preciso derrubar esse muro vergonhoso que divide o Brasil em dois. De um lado, o da platéia refinada, do requinte das salas de espetáculos. Do outro, como nas palavras do poeta, os ‘iguais em tudo na vida’, os que morrem ‘de velhice antes dos trinta, de emboscada antes dos vinte e de fome um pouco por dia’.

A partitura política dos últimos anos construiu um País **a latere**, na Sociologia, na Antropologia e na Economia. Pior: no Direito, à medida em que o conjunto de leis vale, em tese, para os dois lados de tal muro, mas a sua prática dependente das interpretações moldadas pela conveniência. Com esses dois países, um oficial, outro paralelo, criou-se, também, um Estado igualmente paralelo, marginal: o da corrupção, o da fraude, o do narcotráfico e o da violência.

Não é à toa, por exemplo, que, nas grandes favelas brasileiras, no país clandestino, a população, muitas vezes, dá mais valor ao traficante do que à polícia. É porque, ali, a educação, a saúde, a proteção e outros requerimentos de cidadania são fornecidos pelo tráfico, e não pelo Estado. O aparato policial é visto, deste lado do muro, como defensor do país da ribalta.

O Estado foi posto em segundo plano, também na economia. Houve um verdadeiro endeusamento mercado. E esse Deus-mercado, como se sabe, é, também, discriminador em nome do lucro e da ganância. Do outro lado do muro, o que os economistas dizem ser ‘o lado escuro do mundo’, o que não consome, o que retira do mercado os recursos ‘necessários ao investi-



mento', em nome de gastos que o mercado considera algo assim como 'jogados fora', como o pagamento de aposentadorias e pensões para a população mais idosa, mas que, agora, 'não contribuem para o lucro', ou, para utilizar uma expressão marxista, deles não podem mais extrair a "mais-valia".

Exemplo típico desse poder do mercado são os comentários que se ouvem nesses momentos de turbulência política, quando a corrupção desfila pelo noticiário. Recentemente, comentarista de renome da maior rede de comunicação do País afirmou que tal turbulência não afetará o País enquanto não atingir o Ministro da Fazenda. Não importa até mesmo se o maestro, o Presidente, errou, ou não, na regência da sua orquestra, ou que ele tenha desafinado. O que importa é que tal erro não interfira na performance do *spalla*. Como se sabe, na ausência do maestro, é ele, o Ministro da Fazenda, quem rege. Isso comprova um País comandado pelo mercado, cada vez mais forte, reverenciado e endeusado. Outro, dirigido pelo Estado, cada vez mais frágil, desdenhado e demonizado.

Portanto, meus irmãos, para que se inicie a demolição de tal muro da vergonha, que separa os dois Brasis, tal como detectado pelo Radar Social, do IPEA, é necessário que se resgate o Estado brasileiro como formulador de políticas públicas. E isso passa também pela revisão de nossa atuação no Congresso Nacional.

Nesta Casa, as questões nacionais são tratadas de forma estanque, isolada, com um viés puramente vertical, sem uma contextualização mais abrangente, compreensiva e horizontal. Nós, raramente, discutimos a lógica que alinhava a seqüência das matérias que nos são enviadas pelo Poder Executivo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço a gentileza de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Na nossa analogia musical, tratamos cada músico em sua apresentação isolada, cada um com uma partitura diferente, sem uma visão de conjunto, de orquestra.

E, convenhamos, nos últimos tempos, o Congresso tem atuado muito mais como agente do mercado do que como formulador de políticas públicas no seu verdadeiro sentido. Por exemplo, votamos a quebra do monopólio do petróleo, a propriedade do sub-solo, o conceito de empresa nacional e a lei de patentes, todos esses assuntos de forte interesse do mercado, sem levar em consideração a forte correlação que existe entre eles.

Um bom exemplo do que ainda virá é o caso da chamada reforma da Previdência Social. Fala-se em

uma terceira edição, atingindo, agora, o Regime Geral Público. Ora, não fora a Previdência Social nos moldes atuais, outros 18 milhões de brasileiros se somariam ao contingente revelado pelo IPEA, como sendo pobres absolutos.

Imagine-se, então, se a grande massa de aposentados e pensionistas rurais tiverem cortados os seus benefícios, o que acontecerá com a migração rural-urbana e o inchaço das grandes cidades. Hoje, em quase dois terços dos Municípios brasileiros, o total de recursos pagos a aposentados e pensionistas é maior do que o valor que esses mesmos Municípios recebem a título de repasse constitucional do fundo de participação. Esses custos e benefícios sociais têm, necessariamente, que ser discutidos por todos nós, quando votamos matérias de relevância para o País.

Como se vê, os instrumentos de produção, de emprego e renda no Brasil, tal qual a história da loja de instrumentos musicais, estão disponíveis, à espera de mãos hábeis que possam tocá-los. Há muitos meninos maltrapilhos e homens de mãos calejadas e sujas de terra que poderiam desenvolver o seu engenho e a sua arte nessa grande orquestra chamada Brasil.

O tal menino tocou "Brasileirinho" que, como se sabe, trata-se de um choro. Não sei se foi mera coincidência. Eu só sei que, lá pelas tantas, a obra musical de Waldyr Azevedo diz algo assim: "E quando o baile terminou/ a turma não se conformou/ Brasileirinho abafou".

Se não há falta de instrumento e se os músicos são hábeis, é preciso assumir a batuta!

Isso é que deveríamos pedir ao Presidente.

Encerro, Sr. Presidente, fazendo referência à música que ontem ouvi na Igreja:

Quando o dia da paz renascer, quando o sol da esperança brilhar, eu vou cantar. Quando o povo nas ruas sorrir, e a roseira de novo florir, eu vou cantar./Quando as cercas caírem no chão, quando as mesas se encherem de pão, eu vou cantar. Quando os muros que cercam os jardins, destruídos, então, os jasmims vão perfumar. Refr.: Vai ser tão bonito se ouvir a canção cantada de novo. No olhar do homem a certeza do irmão. Reinado do Povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 14, inciso VII, do Regimento Interno, por cinco minutos.

A seguir, Senador Marco Maciel.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-Sol – AC. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presi-

dente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a crise política que o País atravessa em função de denúncias de corrupção envolvendo dirigentes do PT e integrantes do Governo é grave e está apenas no começo. Ramificações e fatos novos deverão chegar ao conhecimento público, provocando indignação e revolta da sociedade, com os trabalhos a serem desenvolvidos pela CPMI dos Correios, sem impedimento da criação de outra CPI Mista, formada por Senadores e Deputados, para investigar o pagamento de propina a Parlamentares, no escabroso caso do “mensalão”.

Ambas as CPMIs contaram com o meu apoio, assim como qualquer iniciativa que vise a combater a corrupção.

Os Parlamentares não podem fugir de sua obrigação de esclarecer os escândalos, doa a quem doer, ou que não fique pedra sobre pedra, de acordo com expressões utilizadas pelo próprio Presidente Lula. O ex-Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, ex-Ministro José Dirceu, é citado em todas as denúncias, Senador Efraim. Informado sobre o pagamento do “mensalão”, foi incapaz de tomar uma atitude concreta para investigar os fatos, tal como acontecera anteriormente, em relação ao caso Waldomiro, ex-assessor de seu gabinete, também envolvido com propinas. Nada a respeito foi cabalmente esclarecido, barrada a pretensão de uma CPI para investigar o caso, muito menos punidos os envolvidos.

Outros Ministros foram avisados do famigerado “mensalão”, assim como o Presidente Lula, mas nada aconteceu. Neste caso, mais uma vez, o Presidente e seu ex-Chefe do Gabinete Civil tiveram comportamentos semelhantes, limitando-se a negativas verbais. O Presidente e o ex-Ministro Dirceu, amigos próximos e confidentes de longa data, não possuem segredos entre si, Senador Mão Santa. Dirceu costuma dizer que não tomava nenhuma iniciativa no Governo sem o consentimento do Presidente Lula, o que faz supor, na prática, que ambos estiveram de acordo, coincidentemente, pelo menos na tentativa de esquecimento do “mensalão”, quando o comportamento exigido pela responsabilidade dos cargos que ocupam deveria ter sido exatamente o contrário.

Até o denunciante oficial da falcatrua, Deputado Roberto Jefferson, fala sobre tudo e todos mas poupa a figura do Chefe do Governo, fazendo questão de destacar-lhe a inocência. “Mas o Presidente foi avisado e nada fez, assim como Dirceu”, devem estar questionando brasileiros e brasileiras. Mais uma coincidência de comportamento. O Presidente Lula, na realidade, foi omissos diante da vergonhosa compra de apoio político na Câmara. Com o respeito devido ao Chefe do

Governo, excluí-lo totalmente dos acontecimentos é prestar desserviço ao País e ao esclarecimento dos fatos, com serenidade e isenção, como requer uma democracia consolidada. Não se trata de acusá-lo indevidamente de nenhuma irregularidade, mas de avaliar precisamente o contexto dos fatos e os setores e personagens envolvidos.

O isolamento do Chefe do Governo, a pretexto de poupá-lo politicamente ou preservar sua imagem, distanciada do centro das investigações, corresponde a uma espécie de acordo verbal com a participação de quase todos os partidos. O resultado de tal estratégia seria o afastamento do Presidente do núcleo dos acontecimentos, quando Sua Excelência deveria ser o exemplo da disposição de nortear as investigações em busca do esclarecimento total das denúncias e posterior punição dos culpados. Como consequência, um Presidente enfraquecido e o Governo à deriva quando os resultados das investigações forem sendo levados ao conhecimento da opinião pública.

Nada pode obstar o trabalho da CPMI dos Correios e de outras que se venham a constituir. Lamentavelmente, não há falta de escândalos, neste País, e sim de vontade coletiva do Governo em proporcionar à sociedade o completo esclarecimento das denúncias de corrupção. O Presidente da República tem a obrigação de estar informado e tomar atitudes drásticas para eliminar as dúvidas sobre integrantes de seu partido e de seu Governo, sem que isso signifique incriminação ou desconfiança antecipada em relação ao seu comportamento. Isolado, aí sim, o Chefe do Governo perderia o rumo dos acontecimentos.

É preciso lembrar que após as primeiras notícias sobre o escândalo nos Correios e os “mensalões”, e quando dúvidas surgiam em relação ao comportamento do Deputado Roberto Jefferson, o Presidente Lula, precipitado ou não, fez declarações em defesa do Parlamentar, dando solidariedade ao parceiro da base política do Governo e afirmando que a ele passaria um cheque em branco. Se o Presidente da República não estava ciente de fatos de tal gravidade, falhou redondamente o ex-Ministro-Chefe do Gabinete Civil em sua responsabilidade de informá-lo e assessorá-lo.

É preciso desmistificar fatos e personagens, ainda que nesse conjunto esteja incluído o Presidente da República. O Brasil exige a verdade, do mais alto mandatário ao mais humilde servidor desta Nação.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até 15 minutos.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho à tribuna para registrar acontecimento de grande significação para a vida do Partido do qual fui fundador – o PFL.

Realizamos, na semana passada, exatamente entre os dias 16 e 17 de junho, um congresso nacional que teve força de uma convenção, durante o qual aprovamos dois instrumentos extremamente importantes para a vida do Partido.

O primeiro foi um documento intitulado “Refundação do Partido – Compromissos Programáticos”. O segundo intitula-se “Plataforma Democrática de Mudanças”. Além disso, fizemos também a atualização dos nossos Estatutos e criamos o Fórum dos Deputados Estaduais, uma instituição que se volta também para se articular, nos Estados, com as Câmaras Municipais, isto é, com os Vereadores.

Antes de analisarmos esses dois documentos, em rápidas palavras, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de dizer que o PFL nasceu de um grande movimento histórico que tornou possível a eleição da chapa de Tancredo Neves e José Sarney, este como Vice-Presidente da República, mas que, sobretudo, viabilizou a transição do regime militar para a democracia, e redundou, é importante destacar, na convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que ofereceu ao País uma nova Constituição.

Devo dizer que essa nova Constituição representou, para nós, o fim de um processo de transição para a democracia ou, como se falava à época, um processo de distensão ou de abertura política.

É certo que, a partir de 1988, o País passou a viver num Estado Democrático de Direito, isto é, numa democracia sem adjetivos. Essa talvez tenha sido a primeira grande contribuição que o Partido ofereceu à sociedade brasileira.

Certamente, foi isso que levou o Presidente do Partido – aliás, excelente e competente Presidente –, o Senador Jorge Bornhausen, a dizer que “*o PFL tem certificado democrático de origem. Nasceu com a Nova República e nunca desonrou os seus objetivos: a consolidação do regime de liberdade, de justiça e desenvolvimento. O PFL jamais traiu esse trinômio e quer agora, passados 20 anos, refundar-se, atualizar-se e modernizar o seu compromisso democrático*”.

De fato, Sr. Presidente, o Partido se rejubila ao comemorar seus vinte anos de existência, que trans-

correm este ano, de ter dado uma grande contribuição à democracia, à estabilidade democrática, algo que nos leva a dizer que hoje dispomos de instituições robustas no Brasil. A democracia não é mais aquela planta tenra a que se referia Otávio Mangabeira, ela já deita raízes muito fundas no tecido social brasileiro.

E isso pode ser demonstrado não somente pelo amplo gozo da liberdade em todos os aspectos, mas também pela realização de eleições periódicas feitas com uma pluralidade partidária e a verdade eleitoral obtida pela consulta popular que se afere, inclusive usando os modernos meios eletrônicos, que são uma defesa contra a fraude, enfim, contra todo tipo de deturpação da vontade popular.

É certo que, passado esse episódio que levou à criação do PFL, não podemos também deixar de registrar algo ocorrido dez anos depois. Se o movimento que permitiu a eleição de Tancredo Neves e o Governo José Sarney ocorreu entre 1984 e 1985, do segundo grande movimento também participou o PFL, ocorrido entre 1994 e 1995: a eleição de uma chapa tendo à frente o Presidente Fernando Henrique Cardoso. Aí já não estava mais em jogo a democracia, mas algo não menos importante porque dizia respeito à estabilidade econômica.

Sabemos que a estabilidade econômica por si só não assegura o desenvolvimento, mas é um pré-requisito para que possamos obtê-lo. Com o Plano Real, que, para nós, é síntese desse plano de estabilidade econômica, o Brasil se livrou das taxas – para usar uma expressão do Ministro Simonsen – não-civilizadas de inflação. É de triste memória que tenhamos convivido com índices inflacionários de 85% a 87% ao mês. Isso tinha não somente grandes reflexos sobre a economia e sobre a percepção que se tinha do nosso País no exterior, como também provocava, como provocou, o empobrecimento de largas parcelas da população e – mais do que isso – contribuiu e muito para que se agravasse a concentração de renda. Isto é, os ricos ficaram mais ricos, e os pobres, mais pobres.

O Plano Real, nome da nova moeda, além da sua significação econômica, teve também uma significação ética. Por quê? Porque, de alguma forma, com uma moeda estável, começamos a incorporar parcelas da sociedade ao que se chama “economia de mercado”. Conseguimos, também, reduzir ou começar a reduzir as enormes desigualdades de renda, não somente inter-regionais, mas também, e sobretudo, interpessoais.

Hoje, no Brasil, ainda temos problemas sociais graves e agudos, mas são menores do que o foram no passado. Há pobres, infelizmente, e miseráveis, o que é mais grave. Mas, de alguma forma, o processo de inclusão social foi deflagrado. Isso é muito impor-

tante para que possamos construir não somente uma sociedade democrática mais justa ou, pelo menos, marcada por menos desigualdades sociais.

Isso permitiu também, como subproduto – mas algo não menos importante –, que pudéssemos melhorar a percepção que se tem no exterior do nosso País. Hoje, somos vistos pelo olho externo de um modo mais favorável pelos progressos que conseguimos obter no campo da democracia, da estabilidade econômica, da inclusão social e, por que não dizer, da inserção internacional que se faz sob diferentes formas, inclusive por meio da integração regional, da qual o Mercosul é um bom exemplo. Infelizmente, o Mercosul não vive um bom momento. Por meio de instituições de integração regional – sobretudo dos países do Prata e de outros países que posteriormente ao Mercosul se agregaram –, começamos a ter possibilidades de enlace com outros blocos regionais, inclusive a União Européia e, por que não dizer – isso é um projeto iniciado no ano 2000 – na criação da chamada Comunidade Sul-Americana das Nações. E, dentro desse quadro, o Brasil tem um papel destacado, mercê dos progressos internos que conseguiu obter.

Mas, Sr. Presidente, eu gostaria também de dizer que essa nossa convenção, que se intitulou Congresso de Refundação, teve um significado para nós, que somos pefelistas, muito grande, porque partimos do pressuposto de que, como estamos celebrando vinte anos de existência, deveríamos fazer uma reflexão sobre o passado, porque, de alguma forma, o passado ajuda a iluminar o futuro. E verificamos que muitas das teses que defendíamos há duas décadas, hoje já se materializaram, como, por exemplo, a democracia, a estabilidade econômica, a inserção internacional, busca de inclusão social –, mas que outros fenômenos que emergiram, por exemplo, das sociedades da informação e da tecnologia do conhecimento estavam a exigir de nós uma manifestação. Isto é, quando o Partido se constituiu, nos idos de 1984-85, ainda não ocorrera no mundo, por exemplo, a queda do Muro de Berlim, ainda não se tornaram tão visíveis essas últimas e grandes transformações científicas e tecnológicas. E o Partido, então, nesse processo de refundação, incorporou essas novas demandas da sociedade ao seu ideário programático.

Eu não diria que somos portadores de uma ideologia. De Gasperi, na Itália, disse certa feita que o democrata tem idéias, não necessariamente ideologia. E se olharmos a nossa legislação eleitoral-partidária, verificaremos que a lei não exige dos partidos que tenham uma ideologia; exige, sim, que tenhamos um manifesto, um programa.

É isso que o PFL fez: atualizou ao usar esta expressão de raiz galega, podemos dizer – talvez um espanholismo –, de refundação do seu programa. O ato de refundar retiramos, de alguma forma, daquilo que praticou o PP espanhol, sob a presidência de José María Aznar. Isto é, o esforço de refundar foi um esforço de atualizar. Nós, portanto, fizemos um processo de atualização da nossa proposta. Com isso, estamos concorrendo para melhorar o desfrute democrático e enriquecer o quadro partidário. Mais: não podemos deixar de lembrar que, na essência, somos um Partido social liberal. Quando se fala em liberalismo, falamos num grande movimento de idéias que ajudou a consolidar a democracia.

Citando um livro de Miguel Reale – penso que é “*Pluralismo e Liberdade*” –, ele chama atenção para as grandes contribuições que, ao longo da história, foram dadas à formação da democracia. A primeira foi a contribuição grega, a capacidade do homem de refletir sobre si mesmo e, mais que isso, de intercambiar reflexões – esse ato do livre pensar e de raciocinar conjuntamente. A segunda grande contribuição, não menos importante e especialmente foi a contribuição do Direito Romano, consolidando regras consuetudinárias, de possibilitar, conseqüentemente, que a convivência humana se fizesse sob regras claras, precisas, e que assim pudéssemos respeitar os valores fundamentais inerentes às pessoas. Ninguém pode deixar de reconhecer isso, na medida em que eles conseguiram consolidar regras jurídicas que ainda hoje marcam a vida dos povos. A terceira contribuição, não menos importante, foi certamente a trazida pelo Cristianismo, na medida em que se desenvolveu “*a cultura da personalidade*” e, mais do que isso, da alteridade, a idéia da fraternidade, da comunhão, da participação, enfim, aquela mensagem que Cristo deixou muito vincada em todo o mundo, e, de modo especial, a partir do desenvolvimento da doutrina social da Igreja.

Não podemos deixar de reconhecer a contribuição das idéias liberais, resultantes daquela concepção de que o homem nasceu livre e de que se deve assegurar-lhe a liberdade em todos campos. É lógico que a liberdade de cada cidadão termina kantteanamente onde começa a do outro.

Por isso, não posso deixar de reconhecer que o liberalismo que nosso Partido pratica expressa essa pensamento. Defendemos a liberdade como princípio, a igualdade de oportunidade como fim e a participação como base da ação política. Esse é, poderíamos dizer, o nosso trinômio. O PFL, portanto, define-se como um Partido social liberal; como tal é “*partido da cidadania*”, porque falar em liberalismo é falar no cidadão que convive e interage numa sociedade aberta e que,



conseqüentemente, deseja realizar-se plenamente na comunidade em que vive.

Também desejo dizer, Sr. Presidente, que o nosso Partido aprovou, ao lado dessa atualização do seu programa, um documento intitulado “*Plataforma Democrática de Mudança*”, com vistas às eleições de 2006. É lógico que ainda não estamos com o processo sucessório aberto; ainda não é possível lançar candidaturas; mas pré-candidatos, sim. Nesse texto ofereceu um conjunto de medidas chamado “*Simplifica Brasil*”.

É necessário ter presente que não basta simplesmente haver democracia; é fundamental que ela se incorpore a uma componente não pouco importante, que é a governabilidade. Nosso esforço é o de sairmos de uma democracia procedimental para uma democracia decisional, o que passa pela governabilidade, que pode ser traduzida, na semântica de nossos tempos, como habilitar as instituições a dar respostas adequadas às demandas da sociedade.

Então, nosso Partido também oferece para 2006 uma série de propostas no campo político, econômico, social, cultural e – como não poderia deixar de ser – da integração internacional. Cada vez mais, nesses tempos de mundialização da economia, devemos estar atentos à necessidade de uma crescente inserção do País no mundo; mais do que isso, devemos fazer com que a globalização, de que tanto se fala, seja menos assimétrica ou, como certa feita falou o Presidente Fernando Henrique Cardoso, mais solidária, a fim de que possa concorrer, para edificarmos uma sociedade internacional mais atenta aos valores que devem permear o planeta; a cultura da liberdade, da paz, da solidariedade, do desenvolvimento sinônimo de pão e justiça. Nosso Partido, portanto, consagrou esses objetivos.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, rejubilo-me ao ver o PFL dar esses passos. Aproveito a ocasião para cumprimentar o Presidente do meu Partido, Jorge Bornhausen, um modelo de homem público, que realiza um trabalho notável à frente da nossa instituição partidária. Também estendo meus cumprimentos aos membros da Comissão Executiva, ao Diretório Nacional, aos diferentes Conselhos, às Bancadas na Câmara, através dos Deputados Rodrigo Maia, líder do PFL e José Carlos Aleluia, líder da Minoria, e no Senado, nas pessoas dos líderes José Agripino, do PFL, e José Jorge, da Minoria, nas Assembléias Legislativas, aos filiados de modo geral.

Gostaria de fazer referência que julgo indispensável sobre o trabalho desenvolvido por especialistas em

diferentes questões, ainda que sem vínculo partidário, e ao trabalho de síntese feito pelo ex-Ministro Gustavo Krause, que consolidou as sugestões oferecidas pelos comitês temáticos em textos que nos permitem, de forma sistemática, agora oferecermos ao País e, de modo especial, ao nosso Partido.

Devo dizer também que, durante a convenção, mais uma vez, definimos como nosso pré-candidato o culto e operoso Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que, na ocasião, manifestou-se, expondo como vê o País e as suas instituições.

O Partido fez também um exame de sua trajetória nesses dois anos em que se encontra em oposição ao Governo do Presidente Lula. O PFL...

*(O Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Vou concluir, Sr. Presidente. Tão logo ocorreu o segundo turno – é bom lembrar – o nosso Partido se definiu em oposição ao Governo Federal. Se não estou equivocado, no dia 30 de outubro, o PFL, sob a Presidência do Senador Jorge Bornhausen, fez uma reunião da sua Comissão Executiva e aprovou moção ficando nossa conduta de opositores ao governo do Presidente Lula, uma oposição responsável, fiscalizadora, mas preocupada com a governabilidade. Nesse caminho, nós prosperamos.

Nosso Partido também pôde, nesta última convenção, avaliar quanto está contribuindo, na oposição, para melhorar os rumos do País.

Ouçó o nobre Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senador Marco Maciel, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte. Em primeiro lugar, não poderia deixar de dizer que me congratulo com o PFL, por estar fazendo esse esforço; em segundo, resalto que esse é um exemplo que, a meu ver, os demais Partidos deveriam seguir. Isso, porque precisamos refundar a República brasileira, ou melhor, completá-la, já que foi, de certa maneira, fundada, mas não completada. Desejo a V. Ex<sup>a</sup> sucesso nesse trabalho. Não sei se é tarde ou não, mas quero dizer que os princípios republicanos precisam estar fortemente impregnados na alma desse novo PFL, que é diferente do meu Partido, obviamente: os valores republicanos da igualdade, do direito a uma educação de qualidade para todos, do fim da exclusão social, porque, enquanto houver exclusão, não haverá república. Gostaria de ver o PLF ressurgido, refundado – ressurgido, não, porque não desapareceu –, com um compromisso cada vez maior com a República brasileira.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Nobre Senador Cristovam Buarque, agradeço muito sensibilizado o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e quero dizer, em rápidas palavras, duas coisas: em primeiro lugar, quando V. Ex<sup>a</sup> fala em república, fala em cidadania. *Res publica*, como diziam os latinos, coisa pública, é naturalmente o primeiro valor da cidadania. Quando se fala em república, fala-se no cidadão e não no súdito.

Portanto, precisamos fazer um grande *aggiornamento*\* e um grande esforço para o fortalecimento da república em nosso País. E mais: com o fortalecimento da república, pensar também no fortalecimento da federação, porque a república pressupõe também desconcentração do poder e significa também descentralização.

É bom sempre ter presente que descentralizar é diferente de desconcentrar, e precisam ser praticadas em nosso País para que tenhamos de fato uma verdadeira República Federativa.

E a segunda questão a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu no seu substancioso aparte diz respeito aos partidos políticos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Entendo cada vez mais que a democracia reclama partidos. Houve um grande pensador austríaco, Hans Kelsen, que disse certa feita: “A democracia é o Estado partidário”. Isto é, não se pode pensar numa sociedade verdadeiramente democrática sem os partidos políticos, que são aqueles grandes canais de interlocução entre governo e sociedade.

Portanto, uma sociedade na qual a livre manifestação de pensamento se realiza e as aspirações da sociedade são realizadas pressupõe certamente que tenhamos partidos capazes de realizar essa tarefa de interlocução entre governo e sociedade. E isso requer – insisto mais uma vez – fazermos as chamadas reformas políticas. Ou, se quisermos, as reformas institucionais.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE) – Acho que esse é o nó não desatado da questão do desenvolvimento do País, porque, se fizermos as reformas políticas, vamos melhorar não somente o quadro eleitoral e partidário e as instituições republicanas, mas também a percepção que se tem, no exterior, do nosso País, melhorando também o desempenho da economia, porque a economia se ressentida da falta de seguran-

ça jurídica, assim como vamos melhorar – e muito – a fruição dos direitos sociais.

Sr. Presidente, pedindo escusas pela demora e agradecendo pela generosidade do tempo concedido, mais uma vez, transmito meus cumprimentos à direção do meu Partido, que tem à sua frente o arguto Presidente Jorge Bornhausen – e aqui estão presentes alguns Parlamentares do Partido, inclusive o 1º Secretário, o Senador Efraim Moraes. Cumprimento ainda todos aqueles que, direta ou indiretamente, participaram da Convenção e, de modo particular, o ex-Ministro e ex-Governador Gustavo Krause, que coordenou os documentos a respeito dos quais fizemos referência nesta tarde.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Efraim Moraes pela Liderança da Minoria, nos termos do art. 14, inciso II, alínea a, do Regimento Interno, por cinco minutos. A seguir, terá a palavra o Senador Alberto Silva.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvi alguns pronunciamentos há pouco. Parabenizo, inicialmente, o Senador Marco Maciel pelo retrato que traçou e que mostrou da nossa Convenção Nacional, quando tivemos a reconstrução do PFL, depois de amplamente discutida por todos os setores, por todas as executivas estaduais, com a participação de Parlamentares municipais, estaduais e federais.

Cumprimento, então, o Senador Marco Maciel e, em seu nome, a nossa executiva, o Presidente Jorge Bornhausen, bem como todos aqueles que participaram do documento que culminou com o encerramento da nossa convenção. Quero principalmente dar parabéns ao ex-Ministro Gustavo Krause pelo excelente trabalho. Em nome dele, saúdo também todos aqueles que fizeram um trabalho extraordinário.

Sr. Presidente, ouvi outros discursos hoje e percebi que o próprio Partido dos Trabalhadores – nem todos os seus membros, mas alguns deles – tenta dizer que a culpa pelo que está acontecendo é da imprensa. Algumas declarações aqui nos deixaram apreensivos, porque são Parlamentares que não gostam quando a imprensa retrata os fatos reais.

Em função disso, venho aqui exatamente ler, e peço para que seja transcrito nos Anais da Casa, artigo da revista **Veja**, que traz na capa a seguinte manchete: “Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o governo e sua biografia. Tem conserto?” Essa é a pergunta que a revista **Veja** faz em sua capa.

Quero transcrever um artigo que transmite a realidade dos fatos, aquilo que pensa o povo brasileiro, depois de todos os episódios que vêm ocorrendo tanto no Congresso Nacional como no Poder Executivo.

Sr Presidente, trata-se do artigo do jornalista André Petry, cujo título é “Lula em seu labirinto”. Diz o seguinte:

O presidente Lula até pode superar a crise atual e, quem sabe, reeleger-se para um segundo mandato. Mas é hipocrisia esconder que foi definitivamente alvejado pelos estilhaços do escândalo – e no coração. Do labirinto em que foi jogado pelo mensalão, Lula tem só duas saídas, e nenhuma delas é boa. Ou o presidente sabia de tudo (e foi conivente) ou não sabia de nada (e foi inepto). Não há uma terceira alternativa. A situação é tão lamentável, mas tão lamentável, que existe uma torcida silenciosa para que a verdade esteja na segunda hipótese. Ou seja: torce-se para que o presidente seja inepto, apenas isso...

É melancólico, mas a outra hipótese é ainda pior. Se a verdade estiver na primeira alternativa, a de que Lula foi conivente, o desdobramento inevitável é a instalação de um processo de **impeachment** por prevaricação, crime no qual uma autoridade incorre quando deixa de fazer o que a lei manda que faça – no caso, investigar.

É melancólico porque, tendo sido apenas inepto, então Lula pode permanecer presidente da República. Um Presidente da República que ignora o que acontece no núcleo de seu governo. Que desconhece o que seus principais auxiliares andam fazendo. Que vive alheio ao que se passa à sua volta. Mas, ainda assim, um presidente da República.

É melancólico porque, a esta altura, só farsantes são capazes de sustentar que não existia mensalão ou que jamais ouviram falar dele. E só quem faz da estupidez uma profissão de fé é capaz de acreditar, a esta altura, que o tremendo inchaço das bancadas de PL, PTB e PP se deu à base do convencimento político e ideológico.

É melancólico porque o Lula de hoje é o José Dirceu de ontem. Quando veio a público o caso de Waldomiro Diniz, José Dirceu levou um tiro no peito e, dali em diante, jamais re-

montaria sua autoridade, porque ficou patente que – na melhor das hipóteses – fora incompetente ao não saber o que fazia, nem quem era o assessor de sua plena confiança. Hoje, Lula está numa situação parecida. Na melhor das hipóteses.

É melancólico porque há um visível esforço coletivo para acreditar na versão presidencial – a de que foi informado do mensalão, mandou investigar, mas, sabendo que o caso fora arquivado numa sindicância da Câmara, deu-se por satisfeito. Algo não faz sentido. Roberto Jefferson, no embalo de inocentar o presidente, disse que ele ficou chocado quando soube do mensalão. Reagiu como quem é traído, como quem leva uma facada nas costas, como quem – nas palavras de Jefferson – flagra a esposa com outro. É curioso que o presidente, depois de receber notícia tão inédita e tão dramática, se tenha dado por satisfeito com tão pouco.

É melancólico porque, em trinta meses de governo, Lula apequenou sua figura pública, cuja nobre dimensão fazia tão bem ao país e, sobretudo, às camadas mais populares – que podiam ver em sua ascensão a possibilidade real de furar o hermético bloqueio político e social imposto aos de origem mais humilde.

É melancólico ver esse gigante da história brasileira agora apenas oscilando entre a espantosa hipótese de ter sido conivente e a mediocridade de ser inepto.

É melancólico.

Sr. Presidente, acredito ser exatamente isso o que pensa o povo brasileiro. Para tornar mais fácil a leitura desse artigo, pedi a um assessor meu que fizesse a sua transposição para o papel, tirando aqui da revista **Veja**. Dois, três ou quatro assessores que liam a matéria diziam: “Este é o quadro do Brasil, isto é o que nós pensamos, isto é o que pensa o Brasil”.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> já me deu o suficiente, mas peço ainda um minuto para concluir.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Senador Efraim Morais, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Escuto V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Gostaria de interrompê-lo por breve instante apenas para agradecer a referência ao que acabei de dizer antecedendo

o seu discurso e referendar o que V. Ex<sup>a</sup> afirma com relação ao papel que cumpre o nosso partido. V. Ex<sup>a</sup> é bem a expressão disso. V. Ex<sup>a</sup>, que exercitou com muita competência e brilho a função de Líder da Minoria tem dado provas de sua preocupação para melhorar o País, sobretudo, denunciando os erros, os equívocos do atual Governo. Nossas bancadas, tanto no Senado quanto na Câmara dos Deputados cumpre com muito destaque esse papel oposicionista. V. Ex<sup>a</sup> tem razão quando homenageia também o Partido pela convenção realizada na semana passada.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Efraim.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL– PB) – Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Efraim, atentamente ouvi o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e do grande homem público Marco Maciel, intelectual da Academia Brasileira de Letras. A contribuição do PFL na democracia é reconhecida. Quando prefeito de minha cidade, tive como vice-prefeito um membro do PFL. Relembro a luta do PFL, que naquele tempo avançou – penso que houve um pouco de retrocesso, ressalvada a intenção de contribuir para a democracia. Sou do PMDB, de Ulysses, que no Piauí é dirigido pelo Senador Alberto Silva, nosso líder. Naquele tempo, houve prévia para o lançamento de candidato à Presidente da República. E eu, solicitado pelo vice-prefeito e por meu irmão, que hoje é deputado federal pelo PFL, entrei na luta e vi como era bela. Na cidade de Parnaíba houve uma prévia para saber quem seria candidato a Presidente da República. Disputavam Aureliano Chaves, aquele extraordinário homem público que foi vice-presidente, e Marco Maciel. E Marco Maciel foi o vencedor em nossa cidade. E eu, embora não tivesse voto, estava participando dessa luta. Penso que é hora de repetir a história. Se Marco Maciel, no início de 90, era cotado para Presidente da República, por que não agora, que S. Ex<sup>a</sup> está mais experimentado, mais provado, mais querido e mais aceito e acreditado, não só no Nordeste, mas no Brasil todo? Além disso, não tem mais Aureliano Chaves, que está no céu, que foi um obstáculo àquele sonho. O PFL deve marcar posição e voltar ao que iniciou: às prévias para candidato a Presidente da República.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, agradeço ao Senador Marco Maciel pelo aparte e agradeço pelas referências feitas à minha atuação política nesta Casa.

Senador Marco Maciel, feliz é o partido que tem V. Ex<sup>a</sup> como um dos seus filiados. Digo isso em razão

da história de V. Ex<sup>a</sup> neste País, das ações de V. Ex<sup>a</sup> para com o seu Estado, meu querido Pernambuco, vizinho lá da minha Paraíba. Sei da importância do cidadão Marco Maciel, do político Marco Maciel, do pai de família Marco Maciel, do intelectual Marco Maciel. O Brasil hoje precisa de homens como V. Ex<sup>a</sup>, principalmente neste momento. Nós, que fazemos o PFL, nos orgulhamos de ter V. Ex<sup>a</sup> em nossos quadros.

Agradeço ao nobre Senador Mão Santa, lá do PMDB do Piauí, PMDB de Ulysses Guimarães, por sua interferência.

Sr. Presidente, só um minuto pediria a V. Ex<sup>a</sup> para concluir. Essa situação nos preocupa. A saída do Chefe da Casa Civil, de volta à Câmara dos Deputados, não significa que as investigações pararam. Não, pelo contrário, mais do nunca as oposições irão buscar na CPI instrumentos legítimos, instrumentos democráticos e instrumentos constitucionais para que possamos apurar todos os acontecimentos.

São artigos como esses que precisam ser esclarecidos para que o povo entenda que quem nomeia ministros, quem nomeia diretores, quem nomeia dirigentes de autarquias é o Presidente da República, é o Presidente Lula. Mais adiante, vem Diogo Mainardi, cujo artigo peço que seja transcrito também: “Roberto Jefferson garantiu que Lula não sabia o que os petistas faziam por baixo do pano. Eu sabia. O leitor sabia. Todo mundo sabia. O único que não sabia era seu maior beneficiário: Lula”. São palavras do jornalista Diogo Mainardi publicadas no artigo “Eu sabia. Todo mundo sabia”, pela revista **Veja**.

Sr. Presidente, li “Lula em seu labirinto”, do jornalista André Petry, da revista **Veja**, que certamente estará transcrito e peço a V. Ex<sup>a</sup> para que fique registrado nos anais desta Casa também este artigo do Diogo Mainardi.

Amanhã teremos a primeira reunião da CPI. Espero, realmente, que se possa fazer uma CPI do jeito que quer o povo brasileiro, da forma que espera o povo brasileiro: transparente, apurando e não abafando. O governo ganhou a primeira parada, elegeu o presidente e o relator, mas, para mim, o maior relator e o maior presidente é o povo brasileiro. Esta Casa fará o que quer o povo brasileiro.

Agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Tião Viana.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR EFRAIM MORAIS EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



ANDRÉ PETRY

## Lula em seu labirinto

O presidente Lula até pode superar a crise atual e, quem sabe, reeleger-se para um segundo mandato. Mas é hipocrisia esconder que foi definitivamente alvejado pelos estilhaços do escândalo — e no coração. Do labirinto em que foi jogado pelo mensalão, Lula tem só duas saídas, e nenhuma delas é boa. Ou o presidente sabia de tudo (e foi conivente) ou não sabia de nada (e foi inepto). Não há uma terceira alternativa. A situação é tão lamentável, mas tão lamentável, que existe uma torcida silenciosa para que a verdade esteja na segunda hipótese. Ou seja: torce-se para que o presidente seja um inepto, apenas isso.

É melancólico, mas a outra hipótese é ainda pior. Se a verdade estiver na primeira alternativa, a de que Lula foi conivente, o desdobramento inevitável é a instalação de um processo de impeachment por prevaricação, crime no qual uma autoridade incorre quando deixa de fazer o que a lei manda que faça — no caso, investigar.

É melancólico porque, tendo sido apenas inepto, então Lula pode permanecer presidente da República. Um presidente da República que ignora o que acontece no núcleo de seu governo. Que desconhece o que seus principais auxiliares andam fazendo. Que vive alheio ao que se passa à sua volta. Mas, ainda assim, um presidente da República.

É melancólico porque, a esta altura, só farsantes são capazes de sustentar que não existia mensalão ou que jamais ouviram falar dele. E só quem faz da estupidez uma profissão de fé é capaz de acreditar, a esta altura, que o tremendo inchaço das bancadas de PL, PTB e PP se deu à base do convencimento político e ideológico.

É melancólico porque o Lula de hoje é o José Dirceu de ontem. Quan-

do veio a público o caso de Waldomiro Diniz, José Dirceu levou um tiro no peito e, dali em diante, jamais remontaria sua autoridade porque ficou patente que — na melhor das hipóteses — fora incompetente ao não saber o que fazia nem quem era o assessor de sua plena confiança. Hoje, Lula está numa situação parecida. Na melhor das hipóteses.

É melancólico porque há um visível esforço coletivo para acreditar na versão presidencial — a de que foi informado do mensalão, mandou investigar, mas, sabendo que o caso fora arquivado numa sindicância da Câmara, deu-se por satisfeito. Algo não faz sentido. Roberto Jefferson, no embalo de inocentar o presidente, diz que ele ficou chocado quando soube do mensalão. Reagiu como quem é traído, como quem leva uma facada nas costas, como quem — nas palavras de

Jefferson — flagra a esposa com outro. É curioso que o presidente, depois de receber notícia tão inédita e tão dramática, se tenha dado por satisfeito com tão pouco.

É melancólico porque, em trinta meses de governo, Lula apequenou sua figura pública, cuja nobre dimensão fazia tão bem ao país e, sobretudo, às camadas mais populares — que podiam ver em sua ascensão a possibilidade real de furar o hermético bloqueio político e social imposto aos de origem mais humilde.

É melancólico ver esse gigante da história brasileira agora apenas oscilando entre a espantosa hipótese de ter sido conivente e a mediocridade de ser inepto.

É melancólico.

***“Ou o presidente sabia de tudo (e foi conivente), ou não sabia de nada (e foi inepto). A situação é tão lamentável que há uma torcida para que o presidente seja um inepto”***

**DIOGO MAINARDI**

## **Eu sabia. Todo mundo sabia**

Está a maior farra aqui em casa. Chegou a hora de tripudiar. De contar vantagem. De esfregar na cara. De soltar rojão. De me cobrir de glória. O depoimento de Roberto Jefferson na Comissão de Ética foi melhor do que Copa do Mundo. Foi meu hexacampeonato particular.

Lula reagiu ao ataque de Roberto Jefferson afirmando que não aceitaria "vender a alma pela reeleição". Foi mais uma tentativa de engabelar o eleitorado. Seu governo não foi acusado de vender a alma aos parlamentares. Pelo contrário: foi acusado de comprar.

Agora a reeleição morreu. Não é tão surpreendente assim. Em outubro de 2004, numa coluna intitulada "O partido do topa-tudo", apostei que Lula não seria reeleito, com o argumento de que "os eleitores estão nauseados com o PT. Ele será sempre identificado como o partido que compra o apoio de outros partidos com malas cheias de dinheiro. Que recebe doações de empresários acusados de corrupção. Que se alia desavergonhadamente a políticos que sempre combateu. Que dá carta branca a seu tesoureiro em reuniões ministeriais. Que protege os amigos do presidente".

Eu não sou jornalista. Não tenho fonte no Congresso Nacional. Não conheço Roberto Jefferson. Não grampo o telefone de José Dirceu. Só reuni a informação que estava escancarada na imprensa. Roberto Jefferson diz que todo mundo sabia do esquema de propina do PT. Ele tem razão. Eu sabia. O leitor sabia. Todo mundo sabia. Antes de Roberto Jefferson, um ilustre deputado já tinha dito que "Waldomiro Diniz era um dos caixas do José Dirceu". Antes de

Roberto Jefferson, um nobre senador já tinha chamado Marcelo Sereno de "PC Farias do PT". Claro que, cedo ou tarde, o esquema seria revelado.

O plano para a reeleição de Lula sempre foi muito suspeito. Quando ele nomeou seu guarda-costas, Mauro Marcelo de Lima, para a diretoria da Abin, eu comentei: "Mauro Marcelo admitiu estar na torcida por um bis de Lula. O serviço de informação dos Estados Unidos, no passado, torceu pela reeleição de um presidente. O resultado foi Watergate". Quando Lula indi-

cou o arrecadador de fundos de sua campanha eleitoral, Henrique Pizzolato, para a diretoria de marketing do Banco do Brasil, eu também estranhei. Acusei Pizzolato de usar a verba de propaganda do Banco do Brasil para patrocinar a reeleição de Lula, através da TV-CUT, da torcida do time de vôleibol nas Olimpíadas e do curta-metragem ufanista de Jorge

Furtado. Roberto Jefferson disse que a Abin e as agências de propaganda do Banco do Brasil estão envolvidas com o esquema de corrupção do PT. Sugiro que Lima e Pizzolato sejam ouvidos pela CPI.

Lula temia se transformar num Lech Walesa. Se a acusação de Roberto Jefferson for comprovada, é o que irá acontecer. Roberto Jefferson garantiu que Lula não sabia o que os petistas faziam por baixo do pano. Eu sabia. O leitor sabia. Todo mundo sabia. O único que não sabia era seu maior beneficiário: Lula.

***"Roberto Jefferson garantiu que Lula não sabia o que os petistas faziam por baixo do pano. Eu sabia. O leitor sabia. Todo mundo sabia. O único que não sabia era seu maior beneficiário: Lula"***

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Efraim Morais, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento quanto às solicitações de inclusão dos textos que foram citados.

Concedo a palavra, por até 15 minutos, ao Senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, nesta tarde, imbuído de um sentimento a respeito do que está acontecendo neste País e que deixa o povo e os políticos, nesta Casa e na outra Casa do Congresso, perplexos.

Arma-se – e é necessário que assim seja – uma CPI para apurar as denúncias de corrupção e, enquanto isso, neste enorme País, neste grande País, a economia cresce – fala-se nos jornais que a economia vai bem –, visto que já dobramos a casa dos 100 bilhões.

Lembro que, quando recebi o título de Conselheiro da República, no discurso que fiz ao agradecer ao Presidente aquele diploma que me era conferido, disse a Sua Excelência: Presidente, se temos 100 bilhões, já ultrapassamos essa casa pela primeira vez e isso se deve à política econômica do atual Governo – não podemos deixar de reconhecer –, para que esse dinheiro todo? Para pagar dívidas internas e externas?

Naquela ocasião, ao falar a respeito do êxito da campanha do Presidente lá fora, levando o nome do Brasil como um País emergente, disposto a ajudar os outros, de um povo bom, hospitaleiro, sério e trabalhador, soube que Sua Excelência ficou emocionado, pedi: Presidente, diga aos ricos que vamos pagar esse dinheiro, mas que nos devolvam uma parte dele para aplicarmos aqui no País, na construção de um programa que gere renda e que contemple a educação, a saúde e a segurança. Pela ordem, que haja renda, emprego e educação. Havendo renda as pessoas se alimentam e não adoecem. Creio que as filas dos hospitais – e aqui está o meu companheiro Mão Santa, do Piauí, que é médico, e garanto que S. Ex<sup>a</sup> concorda comigo –, que as filas dos doentes, a maior parte, decorre de fome crônica. Essa máquina perfeita que Deus criou, que é o homem, precisa se alimentar desde que a criança deixa o seio da mãe. Entretanto, no Brasil, há uma série de fatos que não deveriam acontecer.

Por exemplo – e já falei isso aqui uma vez, inclusive o nosso grande Ministro que está ali, Cristovam Buarque, até tomou um susto –, o Ministério da Educação, do alto da sua sapiência, ainda não resolveu um problema que é tão claro: as crianças de dois a seis anos ainda não têm escola no Brasil. Há uns ensaios de pré-escolar, mas não existem ainda. E como não há pré-escolar, não há merenda. Então, as crianças de dois a seis anos, de um modo geral as pobres,

não têm a merenda escolar, não comem. É incrível que isso esteja acontecendo num País tão grande como o nosso.

Penso que se deve incluir o pré-escolar como prioridade nº 1 no programa Educação, até mesmo antes da universidade, antes do Ensino Básico, porque o cérebro das crianças de dois a seis anos que não se alimentam diminui. Não sou um especialista, mas tenho certeza de que os médicos aqui, inclusive o Presidente Tião Viana, sabem que, se uma criança não se alimenta ou se alimenta pouco, o seu cérebro diminui.

Temos uma experiência vivida, provada do Projeto Casa Escola que criamos no Piauí, quando éramos Governador, para crianças de dois a seis anos. Não fizemos prédios, não movimentamos como se fosse uma escola normal. Criamos um fato novo no ensino deste País: as pessoas de classe média mais baixa ofereceram as suas casas para criarmos nelas uma escola. E alguém pergunta: e no barraco cabe uma escola? Cabe, sim, uma mesinha com seis cadeiras e uma professora. V. Ex<sup>as</sup> já imaginaram o que aprendem seis crianças de cinco anos com uma professora e se alimentando?

Criamos uma fábrica de alimentos porque não podíamos usar a merenda escolar, que só pode ser dada para crianças a partir de sete anos. Criamos uma fábrica de alimentos – e o Senador Mão Santa sabe perfeitamente que isso é verdade – e alimentamos 50 mil crianças, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores. Isso não é brincadeira! E havia professoras que ensinavam essas crianças por uma metodologia diferente e adequada aos nossos meninos mais pobres. E a primeira coisa que eles aprendiam é que eram brasileiros – fiz questão disso –, eram piauienses pertencentes a um País grande e forte. Eles seriam os cidadãos do futuro e, nunca, os desvalidos ou os deserdados da sorte. Dentro do seu barraco, eles aprendiam a ler, a escrever e a amar este País.

Creio ser isto o que está faltando neste momento: trazer esperança ao povo brasileiro. De cada lado, nota-se algo. Traz-nos constrangimento ver que todo Governo está enrolado. Não digo A, B ou C, pois quem decidirá isso são as CPIMs. Mas, enquanto isso, o que fazemos do País? Vamos deixá-lo parado? O comandante está dirigindo a Nação. É claro que Sua Excelência terá de reformular o Governo. Diz-se que novos ministros serão nomeados.

Está na hora de o Senado e a Câmara dizerem ao povo brasileiro: qual é nossa responsabilidade? Nós fazemos leis, mas não temos canetas para executá-las. No entanto, posso sugerir ao Presidente Lula o seguinte: “Presidente, assumo o comando. Vossa Excelência está no comando do País. Digam os artigos que Vossa Excelência sabia ou não, Vossa Excelência foi eleito



com 70 milhões de votos. Os brasileiros não podem descrever de Vossa Excelência de uma vez por todas”.

Para onde vai este País? Quem guiará o País? Enquanto se apura – deve-se apurar e estamos aplaudindo o movimento das duas Casas do Congresso, criando comissões que apurem a realidade –, o que devemos oferecer ao comando do País? Braços cruzados? Dizem que a reforma política resolverá. Sim, mas tem tempo. Vamos, ao longo do que vai acontecer, pensar a reforma política. Ela resolverá o problema? Não. Qual é o problema número um? Venho de uma escola em que não se admitia que, entre vários problemas, não se aprendesse a discernir qual era o principal. O principal problema do Brasil, hoje, é a corrupção? Não. É a falta de segurança? Sim. É a educação? Sim. É saúde? Sim. A corrupção é fruto de quê? Não podemos saber, não vamos diagnosticar. Existe no mundo inteiro. Tem no Brasil? Tem. Vamos apurar. Mas o País deve parar? Nós, aqui, devemos ficar de braços cruzados ou poderemos oferecer alguma coisa ao Presidente, ao País? Falo em nome dos meus companheiros. Como engenheiro, como ex-Governador por duas vezes, como Senador pela segunda vez, como Deputado duas vezes, como Prefeito duas vezes, creio que tenho experiência e idade suficientes para dizer: Presidente, aja, assumo o comando! O País está estarrecido, está com medo do que vai acontecer porque não está vendo um timoneiro. É como quem está em um avião e dizem que o comandante desmaiou. Os passageiros vão deixar o avião cair ou vão pedir que o co-piloto assumo? Não tem co-piloto. O comandante é Sua Excelência mesmo. Assuma, Presidente, assumo todas as responsabilidades! Inclusive, do que está acontecendo na CPI.

Aqui vai o meu conselho: o desemprego, esse sim. Aqui, o Senador Pedro Simon fez um belo discurso. Diria que S. Ex<sup>a</sup> pintou um quadro com pinceladas fortes, em português escorreito e perfeito. Disse dos desempregados, dos que estão morrendo de fome, disse tudo, mas não disse o que fazer. O que fazer? Sabemos que é assim mesmo, mas o que fazer? S. Ex<sup>a</sup> declarou que encaramos os Sem-Terra como se fossem uns vândalos ou qualquer coisa assim.

Eu diria, como engenheiro que sou, que devemos ordenar as coisas. Aprendi, na minha escola, que, primeiro, se faz uma ordenação, descobre-se qual é o problema. Se você tem um problema, há diversas variáveis e, dentro delas, existe o imponderável. Está ali um engenheiro, meu colega, que sabe do que estou falando: a linguagem matemática dos imponderáveis. O imponderável é o povo, com seus problemas difusos. Não sabemos exatamente quantos são os problemas. O povo precisa de transporte, de educação, mas, em primeiro lugar, quer emprego. E de onde vem o empre-

go? Como vamos resolver o problema? Vamos para o campo? Vamos para o campo.

O *biodiesel*, por exemplo, é uma solução? Todo mundo diz que sim, que chegou a hora de um combustível alternativo. Mas sabe o que está acontecendo? Estamos caminhando para uma espécie de Proálcool.

No Piauí, Senador Mão Santa, montaram uma usina para 90 mil litros de biodiesel/dia. Então, chamaram os lavradores e disseram: “Vocês vão plantar mamona para nos vender, mas o preço nós é que vamos dar”. Assim, vamos ter um Proálcool outra vez: os grandes usineiros, e os bóias-frias cortando cana. Eu não quero isso.

Estamos montando, Senador Mão Santa, em nossa cidade, Parnaíba, um protótipo para servir de exemplo ao Brasil. Parnaíba terá uma usina dos próprios lavradores. O Banco do Nordeste aceitou a proposta: ele financiará uma usina de biodiesel, e os lavradores farão parte do projeto. Sabem como? O Pronaf – Programa Nacional de Agricultura Familiar é um programa antigo que o atual Governo está implementando. Hoje, quando o lavrador é cadastrado no Pronaf, recebe o dinheiro no banco. Quando chega em casa, pergunta à mulher o que está faltando. Ela responde que está faltando tudo e, então, ele gasta uma parte desse dinheiro. No fim, ele se enrola, porque não tem educação suficiente para gerir o recurso que nunca teve. Ele recebe o dinheiro e o gasta. Depois, planta uma roça comum, a renda não dá e ele não paga ao Pronaf.

Então, propusemos ao Banco Nordeste uma associação. Em Parnaíba, serão 1.500 lavradores, oriundos daqueles bairros que V. Ex<sup>a</sup> criou, Senador Mão Santa. Por exemplo, no Bairro Piauí, estão morrendo de fome, porque, no seu tempo, ainda havia obras e serviços, mas agora não tem. Eles estão na pior. Então, estamos cadastrando esses homens para plantar mamona e feijão. Eles receberão o dinheiro do Pronaf, mas não o levarão para casa. Propusemos abrir uma conta no banco em nome dele e da associação.

Criamos o Instituto de Desenvolvimento do Piauí, uma ONG e não uma Oscip, que vai administrar e gerenciar o dinheiro e também a usina, com a sua parte industrial. E o que a usina vai fazer? Acrescentar valor industrial ao trabalho do homem do campo, que colheu a mamona e a entregou na usina.

E, durante o tempo em que cuida da roça, de onde vem seu dinheiro? De um cartão igual ao nosso. O Banco do Nordeste abre uma conta para ele com o dinheiro do Pronaf e estabelece, como combinado, algo em torno de R\$250,00 por mês. Ele tem o cartão e tira o dinheiro semanalmente. Com isso, alimenta-se e sustenta a família, enquanto planta. E, depois que colhe, entrega tudo na usina, que transforma o produto em óleo, o qual vale R\$2,50 o litro e pode ser exportado.



Nesse caso, qual será a renda do lavrador com apenas três hectares, com os argumentos que estou usando aqui e com os implementos que vamos dar? Será de R\$700,00 a R\$800,00 por mês E assino embaixo, como engenheiro e ex-Governador. A usina de 90 mil litros pagará R\$0,60 pelo quilo da mamona. No máximo, ele terá 900kg por hectare. Portanto, em três hectares, terá 2.700kg. A R\$0,60...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alberto Silva, o maior líder da nossa geração, John Fitzgerald Kennedy, disse: precisamos de muita imaginação, muita invenção, muita criação e muita coragem para atravessar a nova fronteira. Quero dar o testemunho de que, quando V. Ex<sup>a</sup> governou o Piauí, foi fiel a essa inspiração de John Kennedy.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Mão Santa.

Apenas desejo que Deus me dê ainda vida e saúde para ver esses projetos de educação na residência dos pobres. Não precisamos de salas de aulas, mas de professoras que amem este País e que sintam que a educação dos pequenos é uma necessidade nacional.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, se me permite, concluiria concedendo um aparte ao nosso companheiro Cristovam Buarque, um dos grande homens desta Casa, que tem algo a dizer, e ficaria muito agradecido em poder ouvi-lo.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senador Alberto Silva, gostaria de dizer da satisfação de ouvir o seu discurso não apenas porque falou em educação, mas porque há dias, nesta Casa, pergunto-me se nós – 723 líderes eleitos no plano federal, somando Senadores, Deputados, Presidente, Vice-Presidente – estamos à altura do momento. O Brasil tem sua história amarrada como se fosse um nó ou diversos nós: o nó da corrupção, o nó da concentração da renda, o nó da exclusão social, o nó da educação. E, às vezes, pergunto-me se estamos à altura. Se, daqui a vinte ou trinta anos, quando historiadores centrarem-se sobre o que falamos e fizemos aqui, dirão que aqui estava uma geração à altura do desafio ou se nós passamos ao largo, alheios à grande crise que o Brasil vive na busca de desatar esses nós que amarram seu futuro. Seu discurso me dá esperança.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado, Senador Cristovam Buarque.

Encerro, Sr. Presidente. Concluindo...

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Senador Alberto Silva, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Pode deferir o aparte, se desejar, Senador Alberto Silva.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Com o maior prazer, ouço o Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Senador Alberto Silva, em rápidas palavras, quero apenas cumprimentar V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso que produz na tarde de hoje e que não me surpreende. Já o conheço há muito tempo, sei dos seus conhecimentos na área de sua específica formação no campo da engenharia, mas também sei que V. Ex<sup>a</sup> é um humanista, que domina bem todos os assuntos, conhece os problemas de nosso País, sabe como encaminhá-los, como resolvê-los. Portanto, meu cumprimentos pelas palavras que profere na tarde de hoje.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, permita-me encerrar dizendo: Presidente Lula, aqui nas duas Casas do Congresso há homens dispostos a ajudá-lo; convoque-nos! Armemos um programa mínimo; não vamos nos perder em várias soluções periféricas. Vamos ao miolo da questão: gerar emprego, gerar esperança para este País. Convoque os homens das duas Casas do Congresso, diga o que deseja e teremos algumas sugestões a fazer a Vossa Excelência para sairmos dessa entaladela que não nos vai levar aos caos. Tenhamos fé em Deus e fé neste País. Somos 180 milhões de brasileiros e, por isso, temos a obrigação de não nos omitirmos.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Tenhamos fé! Tenho certeza de que sairemos desta, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.*

*Durante o discurso do Sr. Alberto Silva, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Demóstenes Torres.*

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Demóstenes Torres, inicialmente agradeço ao Senador Cristovam Buarque a gentileza de ter cedido o espaço de uso da tribuna para que eu pudesse trazer uma contribuição ao debate.

Não me reportarei ao tema da crise política que estamos vivendo porque já o fiz há três dias. E entendo que os campos de batalha estão delimitados entre Governo e Oposição e teremos todo o tempo para um exercício de cidadania, de responsabilidade política do

Parlamento para investigar, por meio da CPMI, esse episódio, esclarecendo a verdade da maneira clara que a Nação nos impõe agora. Que a justiça seja feita nesse episódio e quem tiver culpa que seja punido, que pague o preço perante a opinião pública, seja com a perda de mandato, com prisões, ou o que quer que seja.

Acredito que temos o dever de afirmar o Estado democrático de direito por meio das nossas ações e o Parlamento tem uma enorme responsabilidade neste momento. É hora de repensar o papel dos Partidos políticos no Brasil diante da crise que estamos vivendo, de repensar a responsabilidade do Congresso Nacional, sua credibilidade perante a opinião pública e, sem dúvida alguma, o próprio desenho do Estado.

O assunto a que quero me reportar diz respeito às chamadas doenças órfãs, como é o caso da hanseníase. O Brasil ainda é o primeiro País em número de casos no mundo. Há uma dívida histórica com a sociedade brasileira, por seus gestores, no que diz respeito à eliminação dessa doença.

A Organização Mundial de Saúde, em 1991, estabeleceu como meta para o povo brasileiro que, em 2000, nós teríamos a eliminação da hanseníase. Essa meta foi redesenhada em 2000 e 2001 e sua eliminação ficou prevista para 2005. Mas já temos a informação oficial de que não será possível o cumprimento dessa meta. Essa é uma situação que aflige os sanitaristas do Brasil, a Sociedade Brasileira de Dermatologia, os gestores de saúde pública.

Penso que temos o dever de fazer uma reflexão no meio de tanta confusão sobre um tema como esse. É uma doença órfã, é uma doença de pobres, em regra, uma doença de excluídos.

É verdade, Senador Mão Santa, que, na Antigüidade, ela atingia reis, como o rei Ozias, no século VIII a.C, e o Rei Balduino. Está em cartaz um belíssimo filme, "Cruzada", em que mostra que o Rei Balduino, nos idos de 1180, era vítima da hanseníase e que isso gera uma crise de domínio cruzado em toda a Palestina.

Essa história lembra São Francisco de Assis, que foi quem rompeu com aquilo que está descrito no Levítico, da Bíblia, que conta que a segregação era absoluta, a condenação de vida para pessoa vítima da doença ainda chamada lepra era a segregação nas cavernas.

Hoje em dia, temos todos os instrumentos para eliminação dessa doença e não custa dinheiro, custa apenas decisão política, responsabilidade sanitária e ação de governo envolvendo a sociedade. E refiro-me a todas as esferas de Governo, Federal, Estadual e Municipal, e a sociedade como um todo. Com a eliminação dessa doença, levaremos adiante aquilo que poderia ser um extraordinário motivo de orgulho e satisfação da sociedade brasileira.

Nesses 500 anos, o Brasil poderia comemorar a qualquer momento a eliminação dessa doença do cenário nacional. Mas, infelizmente, ainda não será este ano. Teremos que repactuar com a sociedade, com os governos, com os meios de comunicação.

Fico imaginando o que isso significaria. Se custasse tanto... Mas é uma doença cujo tratamento é de baixo custo, de fácil governabilidade e com alto impacto como referencial de dignidade das políticas públicas. Porém, mais uma vez, vamos adiar.

No Brasil, 12 milhões de pessoas com essa doença já foram tratadas e consideradas curadas. Temos 500 mil novos casos por ano. O Brasil tem 155 mil pessoas infectadas neste momento que apresentarão a doença nos próximos 10 anos. O tratamento é simples demais. Em alguns casos a cura se dá em seis meses; em outros casos já se faz experiência com dose única e em outros levam-se até dois anos de acompanhamento. Mas nós não damos ainda a resposta que a sociedade quer. Há basicamente 165 Municípios que são foco da doença hoje. A falta de controle leva a uma incidência maior de casos e uma ação de comunicação de massa bem definida, uma ação de diagnóstico e acompanhamento da população levaria a um controle e a meta de menos de um caso para cada 10 mil habitantes.

Enquanto na Região Sul há menos de um caso por 10 mil habitantes, na nossa Região Norte, são 10,7 casos por 10 mil habitantes. O meu Estado é um belo exemplo por ter conseguido dar passos decisivos. Na década de 70, no Acre, havia 105 casos de hanseníase em cada dez mil habitantes. Era a maior incidência no Brasil e perdeu por sessenta anos. Nos últimos vinte anos, uma ação de governo permitiu uma redução para menos de quatro e há chances de se eliminar a doença até o próximo ano.

Então, eu não entendo porque estamos hesitantes na luta contra essa doença. E não falo como uma crítica corrosiva ao Ministério da Saúde, que tem tantas virtudes, como a luta contra a hipertensão, a luta contra o diabetes, a luta contra as nefropatias, o programa de saúde bucal, "Brasil Sorridente", de que tanto podemos nos orgulhar, o programa de saúde da família em expansão, a melhoria do financiamento público do SUS. Mas essa doença órfã fica esquecida e não há outra maneira de despertar a não ser falando, para tentar chamar a atenção, como faz hoje um agente da cultura brasileira, Ney Matogrosso, que tem dedicado parte de sua vida nesse debate, no sentido de chamar a atenção e invocar um pouco de sensibilidade.

Concedo um aparte, com muita alegria, ao eminente Senador Marco Maciel.

**O Sr. Marco Maciel (PFL – PE)** – Nobre Senador Tião Viana, quero felicitar V. Ex<sup>a</sup> por trazer esse tema à consideração do Senado Federal. Como salientou V. Ex<sup>a</sup>, essa é uma doença ainda marcada por

muitos preconceitos. E se vêm de tempos remotos, posso dizer que esses preconceitos ainda são muito fortes no mundo e, de modo especial, nas cidades brasileiras. Observo que as pessoas têm receio de se aproximar quando sabem que se trata de uma pessoa sofrendo do mal de hanseníase. Governador de Pernambuco, tive uma preocupação grande em relação a essa questão, não somente criando políticas ativas, tentando dar uma melhor assistência, sobretudo na Mirueira, na região metropolitana do Recife, onde temos um hospital voltado para doentes desse mal e fazer voltar à vida útil pessoas que ali estavam recolhidas. Portanto, considero que, no País de hoje, que já alcançou inclusive certa expressão no campo econômico e no campo financeiro, não deveria haver mais espaço para doenças como a hanseníase, para a qual nos chama a atenção V. Ex<sup>a</sup>. Espero que o apelo de V. Ex<sup>a</sup> seja atendido e, mais do que isso, possamos nos empenhar em eliminá-la no Brasil. Esse é um projeto possível e não muito oneroso, como alerta V. Ex<sup>a</sup>, grande especialista no assunto, médico e professor da Escola de Medicina.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Marco Maciel, sei da sua responsabilidade social como homem público e cristão que é.

De fato, essa doença faz parte da história da humanidade. A propagação dela viria desde Alexandre, o Grande, no século IV a.C, por meio de seus exércitos e soldados. E, hoje, discute-se muito a sua origem no leste da África, a partir do Congo, de onde teria migrado, pelo processo de mobilização das sociedades.

Mas temos ainda muitas indagações a responder sobre a origem dessa doença. O medo da contaminação, de fato, como V. Ex<sup>a</sup> diz, está basicamente extinto hoje, salvo por estrita ignorância. Não há mais razão para receio de contato, de um abraço, de um beijo ou de um gesto de afeto de um hanseniano, porque não é assim que se pega a doença. É preciso muita exposição a muita carga bacteriana para que haja a ocorrência da doença, como está provado pelas peculiaridades genéticas da própria transmissão.

Uma doença que tem entre 5 mil a 50 mil anos não pode mais receber o tratamento que lhe é dado pelas sociedades atuais. Ocorrem, no mundo, 500 mil casos novos todos os anos. Cerca de 1,4 milhão de pessoas serão vítimas das deformidades nos próximos 10 anos. Isso é algo descabido de se imaginar.

Entendo que o Ministério da Saúde, na pessoa do Ministro Humberto Costa, que tanto tem zelado pela saúde pública, poderia refletir e fazer disso a grande prioridade do seu Governo, um canto onde toda semana ele refletisse e acompanhasse as metas de execução da política de controle e de eliminação da hanseníase no Brasil. Não custaria dinheiro algum, mas apenas a decisão política de colher o fruto e de

mostrar para o País, com a maior alegria, que nos livramos de uma enfermidade que aumenta os preconceitos e os incômodos no dia-a-dia das famílias pobres, sobretudo.

Concedo um aparte ao eminente Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Tião Viana, V. Ex<sup>a</sup>, realmente, é mestre. Recentemente, passou em um concurso – brilhantemente, em primeiro lugar – que tratava de doenças infecciosas e parasitárias. Podemos afirmar que a ciência médica é a mais humana das ciências e que o médico é o grande benfeitor da Humanidade. Formei-me em 1966 e vi, em grande escala, os deformados da lepra, que praticamente deixaram de existir depois do aparecimento da sulfona, em 1945. O mesmo aconteceu com a sua doença irmã, causada pelo agente *Mycobacterium tuberculosis*, primo do *Mycobacterium leprae*, e com a hemoptise, que vi muito. Então, houve um avanço extraordinário. Feliz da ciência médica quando encontra pessoas como V. Ex<sup>a</sup>, que se preocupam com o assunto. Avançamos muito, mas poderemos ser vencedores dessas duas enfermidades, que são uma vergonha para a evolução da Medicina, tão desenvolvida no nosso País. Recentemente, houve uma conquista enorme, uma vitória em relação a uma doença moderna, a AIDS, mas essas, milenares, ainda não conseguimos vencer. V. Ex<sup>a</sup> é um nome. Uma oradora do PT, hoje, foi infeliz ao dizer que todos estamos sob suspeita. V. Ex<sup>a</sup> é do PT e não está sob suspeita, nem seu irmão. Merecem, sim, os aplausos de todo o Brasil.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup>, como médico, tem sensibilidade para com essa matéria, pois fez sua travessia de vida testemunhando as doenças do Nordeste, do Piauí e do Ceará, berço de sua escola médica.

Concluo, pedindo que o Ministério da Saúde reflita mais uma vez, pois precisamos de uma força-tarefa sustentada sobre esse tema. O custo é baixíssimo para o Governo, e a colaboração e a sensibilidade dos meios de comunicação, a exemplo do que tem feito a Rede Globo, são algo factível, que se pode, de fato, assegurar em uma parceria com a sociedade.

A MORHAN, organização não-governamental que apóia a luta contra essa doença, faz um belíssimo trabalho.

No meu Estado, um homem apenas, Dr. Willian Woods, que já recebeu, inclusive, o prêmio de Cavaleiro da Coroa Inglesa, concedido pela Rainha Elizabeth por sua luta contra essa doença, conseguiu fazer, em poucos meses, o estudo de mais de 15% da população do Estado, caso a caso, subindo os rios, entrando nas estradas e nas áreas isoladas. Por que o País não pode enfrentar essa enfermidade, quando, entre mais



de 5,5 mil Municípios, basicamente 165 constituem-se nos focos relevantes de transmissão da doença?

Espero, sinceramente, que possamos homenagear, na luta contra essa doença, os grandes pesquisadores da Medicina tropical, como Gaspar Vianna, Carlos Chagas, Oswaldo Cruz e Souza Araújo, que percorreu, durante todo o século XIX, os rios amazônicos, descrevendo o drama que afligia as populações que ali viviam. Dessa forma, poderemos sentir orgulho do País em que

vivemos e das riquezas e dos valores humanos que devem fundamentar, de fato, a República.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

### DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR TIÃO VIANA EM SEU PRO-NUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º do Regimento Interno.)

**EPIDEMIOLOGIA** *Doença teria vindo do leste do continente e infecta homem há pelo menos 5.000 anos, indica novo estudo*

# Hanseníase surgiu na África, sugere DNA

REINALDO JOSÉ LOPES  
DA REPORTAGEM LOCAL

Em algum lugar da atual Etiópia, há mais de 5.000 anos, um micróbio aparentemente capenga, com metade de seus genes inutilizados, conseguiu infectar pela primeira vez um ser humano. Não parece um começo muito promissor, mas o invasor microscópico acabaria se tornando o terror de reis e mendigos desde a Antiguidade: é a bactéria da hanseníase (antes conhecida como lepra), cujo avanço ao longo das eras uma equipe internacional de cientistas acaba de desvendar.

O trabalho, publicado na edição de hoje do periódico científico "Science" ([www.sciencemag.org](http://www.sciencemag.org)), usou as pouquíssimas diferenças genéticas que existem entre as variantes do micróbio, conhecido como *Mycobacterium leprae*, para desafiar a teoria de que ele teria surgido na Índia.

Segundo essa tese, os culpados por espalhá-lo pelo mundo seriam os soldados de Alexandre, o Grande (século 4º a.C.), que invadiram a região e depois voltaram para o Oriente Médio e a Europa.

Contudo, segundo a equipe, liderada por Marc Monet e Stewart Cole, do Instituto Pasteur (França), o mais provável é que o berço da moléstia seja mesmo o leste da África, ou talvez o Oriente Médio. Mais tarde, seu avanço teria tomado simultaneamente a América ocidental e o continente, chegando às Américas e à África no organismo dos colonizadores europeus.

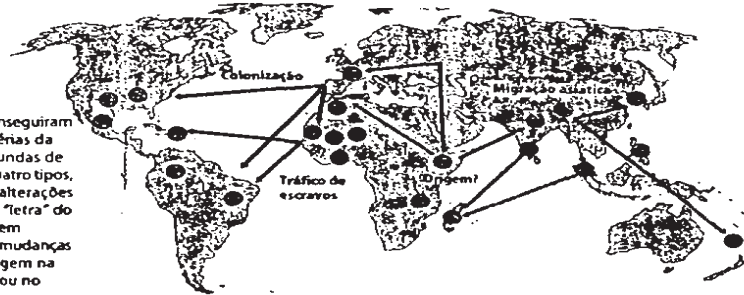
Mas o dado mais bizarro derivou da dificuldade de achar va-

#### MARCIA MACABUSO

Com base no DNA, veja como os pesquisadores traçaram o avanço da hanseníase pelo mundo

- Tipo 1
- Tipo 2
- Tipo 3
- Tipo 4

Os cientistas conseguiram classificar bactérias da hanseníase oriundas de 21 países em quatro tipos, separados por alterações de apenas uma "letra" do genoma. A ordem possível dessas mudanças sugere uma origem na África Oriental ou no Oriente Médio



**A ANTIGUIDADE DA DOENÇA É REGISTRADA POR RELATOS EGÍPCIOS, CHINESES, INDIANOS E BÍBLICOS**

■ Ozeias, rei de Judá (século 6 a.C.), relatado nesta pintura de Rembrandt, teria contraído o mal por ofender a Deus

■ Na Itália, São Francisco de Assis (século 12) foi um dos primeiros a romper o tabu do contato com os doentes e buscar incluí-los na sociedade

■ Tudo indica que a lepra foi um dos problemas de saúde a afetar o artista mineiro Aleijadinho (século 18), autor de obras como a Estátua de Jesus

riantes genéticas entre as *M. leprae* de 21 países que, assim, confirmam a tese de que a doença se espalhou a partir do leste da África. "Isso pode ser explicado devido ao seu tempo de geração extremamente longo, 13 dias, o que se reflete numa população total de bactérias muito baixa, limitando a diversidade genética", disse Monet à Folha, por e-mail. É claro que 13 dias parece uma taxa reprodutiva de fazer inveja a qualquer coelho, mas em termos bacterianos é passo de tartaruga — e não abre muito espaço para as numerosas mutações que caracterizam as demais bactérias.

De quebra, o genoma da *M. leprae* é literalmente manco: nada

menos que 50% de seus genes viraram "pseudogenes" — pedaços de DNA que até parecem servir para alguma coisa, mas não são mais traduzidos em proteínas úteis para a bactéria. "Realmente, é um paradoxo que ele tenha conseguido se espalhar tanto", diz o médico Marcos Virmond, do Instituto Lauro de Souza Lima, em Bauru (SP). "É como uma máquina muito simples: é mais difícil você perturbar o funcionamento dela do que o de uma mais complexa, porque ela tem poucas peças que podem ser mexidas. Por ser muito primitiva, ela é muito robusta [resistente a erros]", diz.

O pesquisador também assina o estudo e forneceu aos colegas franceses amostras brasileiras da bactéria. Segundo ele, tudo indica



que esse processo evolutivo minimalista tenha tornado a *M. leprae* um micróbio completamente adaptado ao organismo humano — tanto que é difícil cultivá-la em laboratório ou em animais. O único outro mamífero que consegue abrigá-la é o tatu-galinha (*Dasyptus novemcinctus*).

Depois de quebrar a cabeça atrás de variações, os pesquisadores acharam alguns SNPs (pronuncia-se “snips”; a sigla quer dizer “polimorfismos de nucleotídeos únicos” em inglês). São trocas de apenas uma “letra” do alfabeto químico do DNA (formado pelas letras A, T, C e G).

Com base nessas diferenças minúsculas, eles classificaram o *M. leprae* em quatro tipos (veja mapa à esq.). “Esse pequeno número de permutações permite uma classificação desses tipos por mutação sucessiva”, explica Monot.

Olhando para a troca de letras, dá para estimar qual transformação ocorreu primeiro e quais se seguiram a ela. Com base nesse critério, o tipo 2 é considerado o mais provável ancestral dos outros. No Brasil, predomina o 3 (europeu) e o 4 (provavelmente oriundo dos escravos da África Ocidental).

O momento em que ocorreu a primeira infecção ainda não pode ser estimado com exatidão: algo entre 5.000 e 50 mil anos atrás, dizem os pesquisadores.

#### SAIBA MAIS

**Estigma do mal na história tem pouco fundamento**

DA REPORTAGEM LOCAL SE

O rei de Jerusalém-Baldul

no 4º (1161-1185), retratado no filme “Cruzada”, ficou marcado pela doença desde a infância e sua morte desestabilizou o reino cruzado na Palestina. Nobres, como ele ou simples plebeus, sempre temeram a lepra e isolaram seus portadores, a julgar por relatos egípcios, hindus e bíblicos. Segundo Marcos Virmond, é uma fama injustificada: “Grças aos defeitos do genoma, é muito difícil acontecer a infecção.”

É preciso viver em condições precárias e apertadas, perto de muitas pessoas com alta carga da bactéria no corpo. São condições comuns nas metrópoles do mundo antigo e no Terceiro Mundo, onde há 500 mil novos casos por ano. (R/L)

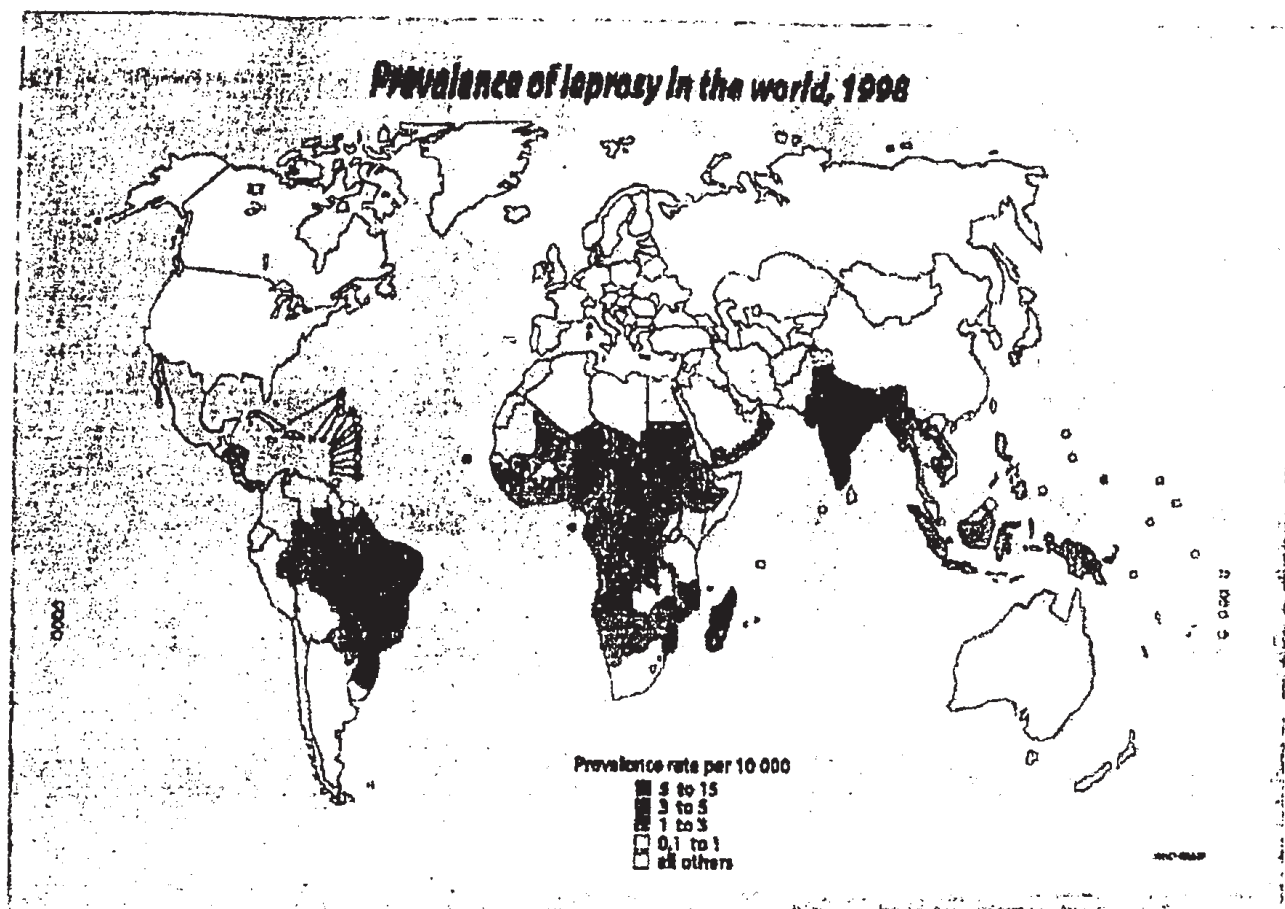
DOCUMENTO A QUE SE REFERE

*Sen. Tião Uirana*

**GOVERNO DO ESTADO DO ACRE**

**SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

**PROGRAMA  
DE  
ELIMINAÇÃO  
DA HANSENÍASE**



## Países com alta prevalência de Hanseníase

1º Brasil

2º Índia

- 112 países já eliminaram a Hanseníase
- 12 milhões de pacientes já foram curados
- Março 2005
- Brasil tem a maior prevalência do mundo
- Brasil tem a maior número de casos novos registrados por ano
- Brasil tem o 2o. maior número de casos em tratamento
- Acre teve a maior prevalência do Brasil durante 60 anos



**Durante 60 anos o Acre teve a prevalência mais alta do País**

**Média 105/10.000**

### **História da Hanseníase no Acre**

- 8 de julho de 1854 – Prof<sup>a</sup> M. Porter apresentou “ a nação do rio Purus como foco da lepra .”
- 1928 - DR. Damasceno Junior, Diretor de Saúde Pública e o governador Hugo Carneiro abriram o Lazeto Souza Araújo
- 1928 - Leprosário Souza Araújo Rio Branco
- até 1940 – Chamugro era único tratamento
- 1940 - Dapsona é o milagre da Hanseníase
- Outubro de 1957 – Dr. Braga Montenegro veio de Minas Gerais, sob orientação do Dr. Orestes Diniz para iniciar tratamento ambulatorial em Cruzeiro do Sul

- 1958 – Campanha Nacional contra Lepra: Em Cruzeiro do Sul 374 pessoas examinadas e 36 pacientes fichados
- 1946 / 1958 registrados 1.021 casos novos
- Nesta época os pacientes se esconderam no mato: 1970 65.253 moradores nas margens do rio Juruá e 31.189 na cidade de Cruzeiro do Sul
- Uma vez por ano uma canoa foi fretada para atender os pacientes ribeirinhos - cada um recebia uma caixa com 360 comprimidos de sulfona
- 08/1973 a 02/1979 - Dadds foi usado no Acre

### Situação da Hanseníase na década de 1970:

- Prevalência Altíssima
- Deformidade inevitável
- Experiência com Dadds = sem remédio
- Sem recursos humanos

### 1979 - 2005

- A eliminação da Hanseníase do Estado do Acre será realizada em duas fases
- 1a. Fase Cada paciente já registrado – medicado com MDT
- Rio Juruá 2003 23 pacientes



- 2a. Fase Cada paciente existente - diagnosticado e medicado
- Usamos agentes de Saúde do PSF

**Resultados das campanhas 1997 - 2005**

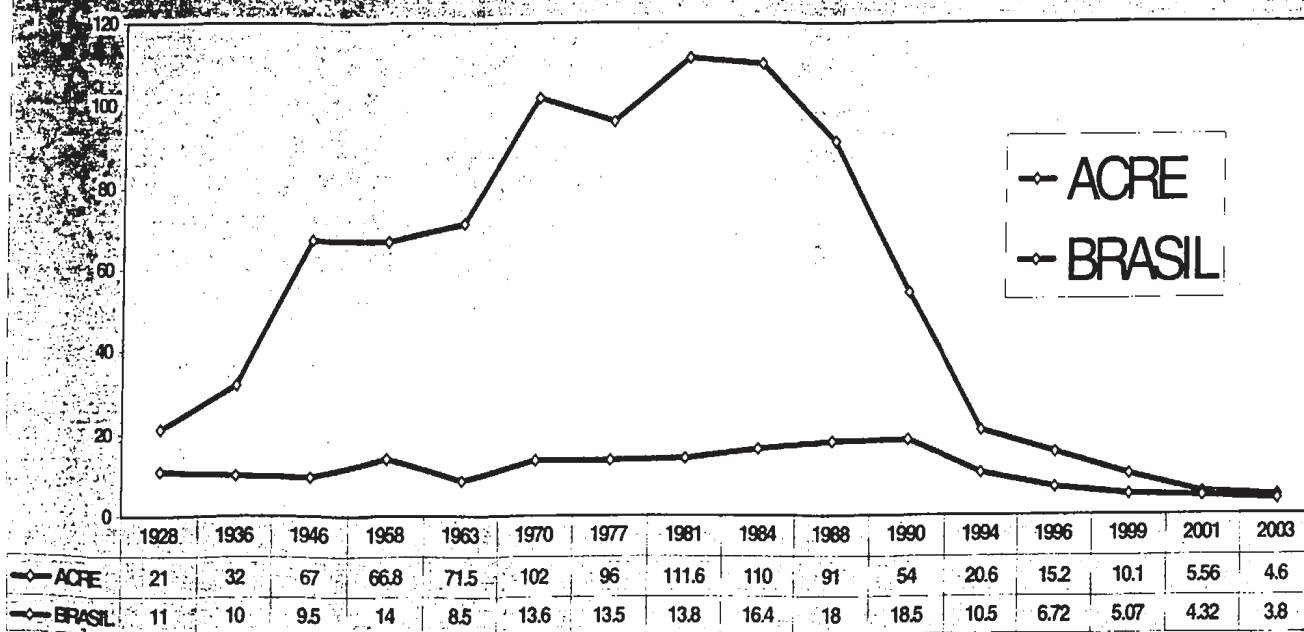
<b>Residências Visitadas</b>	<b>Pessoas Examinadas</b>
<b>51.872</b>	<b>104.985</b>

**Total Examinadas 104.985**  
**Casos Novos 241 Biopsias 299**  
**Metas**

<b>Residências Visitadas</b>	<b>Examinadas</b>
<b>50.000</b>	<b>100.000</b>

- 2003 – 2004 – 42.349 alunos em 101 escolas em 12 municípios receberam palestras sobre Hanseníase
- Desde 1980 as cirurgias tem mudada a qualidade de vida de centenas de pacientes

Prevalência da Hanseníase no Estado do ACRE e no BRASIL 1928 - 2003



Fonte: 1928. Tratado de Leprologia - Dr. Souza Araujo Vol. 1 pagina 61 e D. Belisário Pena pagina 37  
 1936. Tratado de Leprologia - Dr. Ernani Agricola pagina 33. 1946. Profilaxia de Lepra - Dr. Orestes Diniz, pagina 108. 1958. Manoel de Leprologia pagina 159. 1962. Anais do VIII Congresso de Leprologia Vol.3 pagina 43. 1970-2003 Ministério de Saude e Secretária Estadual de Saúde do Acre.

## Atendimento em 2002

RioBaixo Juruá	807
Rio Alto Juruá	5.572
Rio Muru	2.066
Rio Iaco	4.595
Total nos Rios	13.040
Ambulatorial	54.051
Campanhas de Eliminação	18.932
<b>Total</b>	<b>86.023</b>

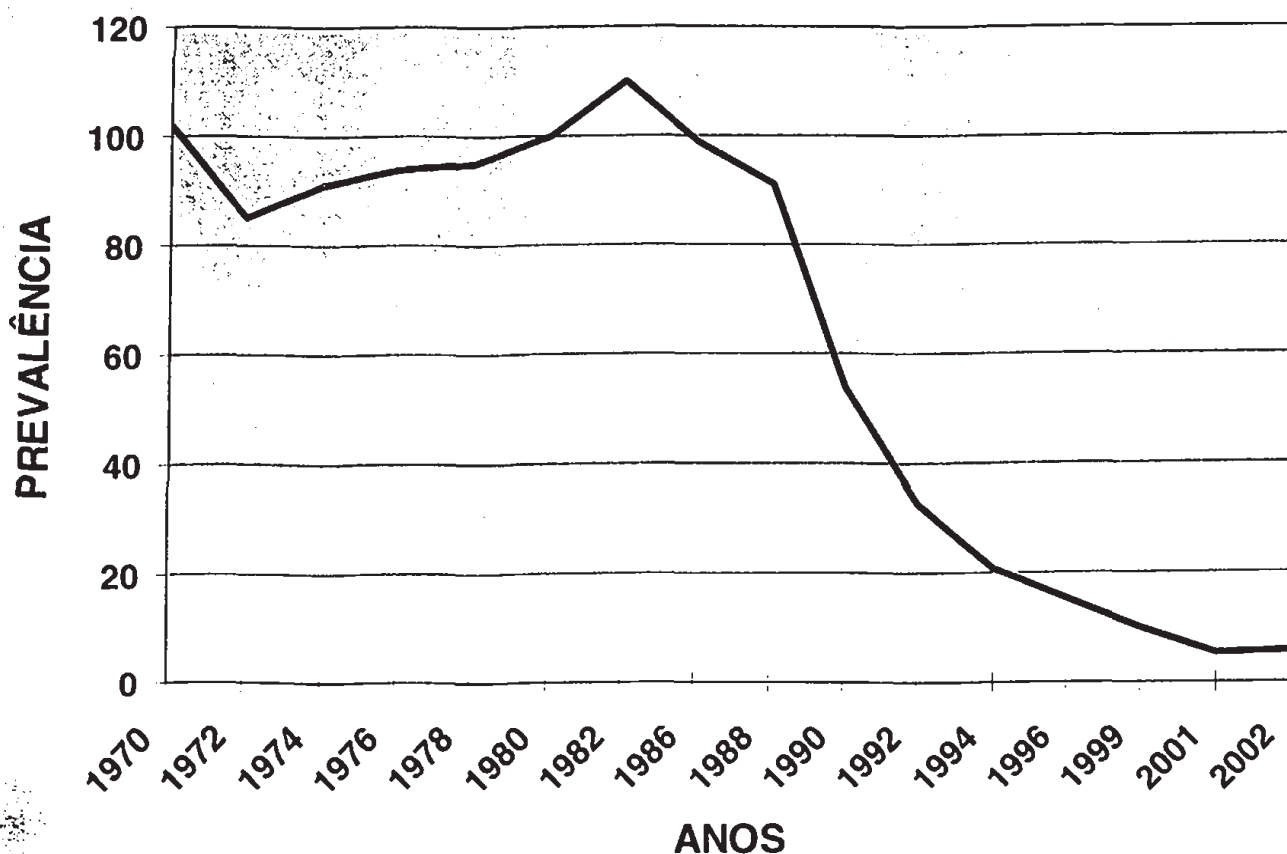
## Total Geral em 2002

Campanhas para diagnostico	18.932
Viagens fluviais	13.051
Ambulatórios	54.051
<b>Total</b>	<b>86.023</b>

**Total de Cirurgias 460**

**Pessoas Treinados 339**

**Visitas aos municípios  
pelo Dr. William 62**



### Atividades em 2003

Implantação de banco de Dados do Sinan e

Treinamentos de Técnicos dos Municípios ( em andamento)

Capacitação de técnicos e Municipalização em Taumaturgo e Porto Valter

Municipalização em Rio Branco e Cruzeiro do Sul

Campanha de Diagnostico e Capacitação de PSF em Tarauacá, Porto Acre, Bujari e Rio Branco (realizada)

Conclusão de Busca ativa No Alto Juruá (Realizada)

Vacinação com BCG dos Contatos no Alto Juruá

Conclusão do Controle da Hanseníase no vale do Purus (Realizada)

Reimplantação da Baciloscopia nos municípios.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Demóstenes Torres. PFL – GO) – Concedo a palavra ao nobre Senador Arthur Virgílio, como Líder do PSDB, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

V. Ex<sup>a</sup> ainda tem direito a dois minutos de prorrogação, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Oposição brasileira está aguardando o retorno – e os termos em que se dará esse retorno – do Ministro José Dirceu.

Em primeiro lugar, S. Ex<sup>a</sup> não vem para cá na condição de inquisidor de coisa alguma, mas para explicar o muito que deve de explicações à Nação.

Em segundo lugar, não passa pela nossa cabeça cairmos nós no verdadeiro conto da vigarice política que seria aceitarmos que se procure jogar à Oposição – comedida, correta, séria e não-golpista – a pecha de não ser comedida e de ser golpista, mais ou menos no modelo Chaves, já tentado na Venezuela e, quem sabe, repetido de maneira canhestra pelo Presidente Lula.

Ouçõ o Sr. José Dirceu dizendo que vai mobilizar, vai fazer, vai acontecer, quando, na verdade verdadeira, volta para uma Câmara e para um Congresso que não têm um pingõ de medo dele. Um pingõ! E olhem que tratei com muita paciência e parcimônia o seu retorno, até, talvez, por deformação da minha formação esportiva: não gosto de chutar quem cai.

Vamos à verdade dos fatos, Senador César Borges.

Revista **Veja**: em 112 páginas, fora as duas capas, as duas contracapas e 57 páginas de propaganda, 31 são destinadas a analisar a corrupção neste Governo.

Revista **Época**: em 104 páginas, fora as duas capas, as duas contracapas e 27 páginas de propaganda, 25 são destinadas a analisar a corrupção neste Governo.

Revista **Istoé**: em 120 páginas, fora as capas, contracapas e 31 páginas de propaganda, 30 são para analisar a corrupção neste Governo.

Capa da revista **Veja**: rosto petrificado do Presidente Lula. Diz ela: “Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o Governo e sua biografia: **Tem conserto?**”

Revista **Época**: retrato do Sr. João Cláudio Genu, uma figura de olhar lombrosiano, chefe de gabinete do Líder do PP. Está escrito: “Homem da

mala”, abaixo de uma foto do tipo 3x4, no estilo de “Procura-se”. Ao lado, um retrato do Ministro José Dirceu: “Caiu. Com a saída de Dirceu, PT e Lula ficam cada vez mais afastados”. Abaixo de “Homem da mala”: “A rica e misteriosa trajetória do braço direito do Deputado José Janene (PP), apontado como peça-chave do mensalão”. E, depois, uma noticiuzinha sobre uma fazenda onde haveria trabalho escravo, um retrato do Presidente da Câmara, de Santos Dumont, o Pai da Aviação, e, ainda, menção ao caso da Schincariol.

Revista **Istoé**: capa: retrato do Ministro José Dirceu com uma luva de boxe – não leva o menor cacoete para boxeador. Escrito assim: “Agora é guerra. José Dirceu volta ao Congresso para liderar tropa de choque governista”. Não é verdade, não vai liderar coisa alguma. Tem que explicar o que deve de explicações à Nação. Essa é a sua primeira obrigação! O resto é tentativa de se jogar cortina de fumaça diante de uma Nação que quer verdades e não quer encenação, parta de onde partir. “Lula faz reforma ministerial para atenuar a crise política. Documentos apontam: Deputado Janene enriqueceu com mensalão. Envolvidos confirmam as declarações da Secretária de Marcos Valério a **IstoÉ Dinheiro**.”

Sr. Presidente, é algo que deve ser dito de maneira definitiva para este Governo que aí está. Estou aqui em mãos com matéria de hoje dita lá no Paraná, numa cidade do Paraná, pelo Relator da CPI dos Correios. Diz ele: “Não sou eu e me recusei a dizer isso o tempo inteiro”. Quem diz isso é o Sr. Osmar Serraglio(\*), para quem, como Relator da CPI do Correios, Lula pode acabar como Collor.

Deputado aponta excesso de comissões. Mensalão não foi investigado antes por falta de informações mais detalhadas, matéria do Sr. José Antônio Pedriali(\*), especial para **O Estado de S.Paulo**, quem diz isso é o Relator escolhido para a tal CPI, escolhido a dedo, após toda aquela guerra em que se impedia que o Relator tivesse sido o Senador César Borges, por exemplo.

E a revista **Veja** tem lá o Sr. André Petry, dizendo que, na melhor das hipóteses, Sua Excelência o Senhor Presidente da República é inepto, na pior das hipóteses seria o caos neste País, eu não disse nada disso. Digo, de maneira bem clara, que estou devolvendo, espero que seja a última fala. Fora disso, vamos descer a ladeira soltando os freios de uma vez. Estou devolvendo toda essa encenação armada de Oposição golpista – porque Oposição não é golpista e não tem sido essa a postura do meu Partido. O Sr. José Dirceu tem que parar com essas histórias para “boi dormir” e explicar para valer o que deve de ex-



plicações à Nação, isto sim, devolvendo, porque, se vem para cá para mistificar, vai-nos ter pela frente, no nível que quiser, no padrão que quiser, na intensidade que quiser!

Estamos sendo moderados não em homenagem a um Governo marcado por esses casos de corrupção todos, mas à normalidade institucional do País. Se, por outro lado, a disposição dele é guerra – e guerra com o Sr. Roberto Jefferson, que guerreiem os dois por lá. Se é guerra com a Oposição, terá. Estamos aqui de cabeça erguida e prontos para dizer ao País que não haverá de nossa parte omissão, não haverá de nossa parte conviência. Tem havido serenidade, mas basta de mentira de um Governo e de um Partido que têm mentido insistentemente sobre essa história de que haveria um golpe por parte da Oposição. Há é corrupção dentro do Governo Lula, e isso tem que ser explicado sem “cortina de fumaça”.

A Oposição está perdendo a paciência, como a Nação parece já tê-la perdido há muito tempo.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

Revista **Época** – 20 de junho de 2005

**HOMEM DA MALA**

**A RICA E MISTERIOSA TRAJETÓRIA DO  
BRAÇO DIREITO DO DEPUTADO  
JOSÉ JANENE (PA), APONTADO COMO  
PEÇA-CHAVE DO MENSALÃO**

Revista **IstoÉ** – 22 de junho de 2005

**AGORA É GUERRA**

- José Dirceu volta ao Congresso para liderar tropa de choque governista
- Lula faz reforma ministerial para atenuar crise política
- Documentos apontam: Deputado Janene enriqueceu com mensalão
- Envolvidos confirmam as declarações da Secretária de Marcos Valério a IstoÉ Dinheiro

Revista **Veja** – 22 de junho de 2005

**TEM CONSERTO?**

Com a demissão de José Dirceu, Lula tenta salvar o governo e sua biografia

Jornal **O Estado de S. Paulo** – 20 de junho de 2005

**CRISE NO GOVERNO LULA**

**Planalto encurralado**

Para Relator da CPI dos Correios, Lula pode acabar como Collor

Apesar de governista, Deputado do PMDB diz que Presidente foi omissivo e vários Parlamentares serão cassados.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Demóstenes Torres, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias) – Concedo a palavra ao Senador Demóstenes Torres.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com prorrogação de cinco minutos.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pronuncia o seguinte o discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Estado de Goiás já foi um dos mais pobres da Federação e iniciou o século XXI como a oitava economia do Brasil. É possível melhorar muito, apesar dos entraves, até porque alguns deles são provocados pelo Poder Público Federal. O Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sabe que tem de instalar em Senador Canedo, na Grande Goiânia, a nova refinaria da Petrobras. Sabe que precisa passar por Goiás o Gasoduto Brasil-Bolívia. O Presidente da República tem o compromisso de fazer ainda este ano a parte goiana da ferrovia Norte-Sul e de manter transitáveis as rodovias federais, inclusive, a BR 153, que precisa ser duplicada não apenas entre Aparecida de Goiânia e Itumbiara, mas também de Porangatu a Anápolis.

Atualmente, o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transporte está a tal ponto sem recurso que usa terra, areia, barro nas operações tapa-buraco. Apesar da boa vontade da direção local do Dnit, as rodovias federais que cortam Goiás estão parecendo o solo lunar tamanhas são as crateras que substituíram o asfalto, espalhando dor e luto nas famílias, dando prejuízo aos produtores, aterrorizando motoristas com a rotina de acidentes.

O Governo Federal tem igualmente de ajudar Goiás a cuidar da segurança pública, tanto com armamento e proteção dos policiais e dos bombeiros, quanto nas viaturas, construção de prédios, aparelhamento da Polícia Científica e gratificação para os servidores. Tudo isso implica pequeno investimento, uma parcela mínima do que Goiás manda para a União todos os dias, pois menos de 10% dos tributos arrecadados

nas unidades da Federação a elas retornam direta ou indiretamente. Além disso, meu Estado entrega para o Governo Federal, em média, 30 milhões de reais de mensalão, como pagamento de dívidas, a maioria contraída com obras que deveriam ter sido feitas pela União. Essa discriminação é altamente nociva, mas em algumas situações o Governo consegue ser ainda mais danoso, chegando ao surreal, como no caso do Banco do Brasil, que exige apenas o querer – se o Presidente, do Brasil ou do Banco, quiser, a situação se resolve.

O Banco do Brasil deveria ser a solução para financiar o crescimento e se transformou em um dos empecilhos para a ascensão de Goiás. Se o Estado sobrevive e até evolui, nada tem a ver com o Governo Federal, pois emanam de Brasília as ordens para que o banco só entre onde der lucro alto. Sua função social foi mandada para o brejo junto com a balela de que a instituição existe para servir. Está insculpido como sua missão: “Ser a solução em serviços e intermediação financeira, atender às expectativas de clientes e acionistas, fortalecer o compromisso entre os funcionários e a empresa e contribuir para o desenvolvimento do País”. Com que desenvolvimento o Banco do Brasil está contribuindo? A resposta ficou trancada nas agências fechadas e nos Municípios excluídos. Mais que isso, rasga-se a Constituição Federal e leis como a própria 4.595, de 31 de dezembro de 1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias. Poderia ser apenas a constatação do absurdo, mas é o fortalecimento da pobreza, o desprezo aos Municípios, o abandono do pacto federativo.

No Estado de Goiás, em cerca de um terço das 246 cidades não existe sequer uma agência bancária. Nenhuma. Quem quiser que se contente em pagar a conta de luz na lotérica mais próxima ou sacar um dinheirinho no posto dos Correios. Que investidor vai se instalar num Município com tamanha deficiência? Aliás, a pergunta é até mais drástica: que empresário, pequeno ou grande, quer ficar num lugar assim? Em Goiás, o drama é maior porque o banco do Estado, o BEG, foi dilacerado e, depois de recuperado, entregue ao Itaú. Esperava-se que o dono do novo BEG investisse no Estado, porém ocorreu o contrário. O Itaú ficou com toda a movimentação de dinheiro público estadual – num negócio que o Ministério Público ainda vai investigar com o rigor que o caso exige – e, em troca, fechou 83 agências e postos de atendimento. O Governo de Goiás deveria tirar todas as contas do banco que virou as costas para a população, e esse é um apelo que faço ao Governador Marconi Perillo, aos 41 Deputados Estaduais e ao Ministério Público: acabem com a farrá que o Banco Itaú está fazendo à

custa do sofrimento do povo goiano e estanquem o efeito rabo de cavalo desses Municípios – crescendo sempre para baixo.

Seria cômico, mas é uma tragédia. O que o Itaú fez com Goiás foi vergonhoso, pois deixou, de uma hora para outra, dezenas de Municípios sem qualquer posto bancário e automaticamente transferiu as contas de correntistas e poupadores para a agência mais próxima, e esse “mais próxima”, às vezes, significa horas de viagem. Como o Itaú é uma banca privada, sem qualquer compromisso com a dor de cabeça que está dando à população prejudicada, espera-se que os banqueiros do setor público acudam os goianos. Não é o que está acontecendo.

A Presidência do Banco do Brasil deveria tirar a corda que colocou no pescoço de seus gerentes, diretores e superintendentes que querem fomentar o desenvolvimento. A orientação espalhada por Brasília é a de abrir agência ou posto de atendimento apenas nas cidades em que o lucro for absurdo de grande.

Ora, absurdo é o Banco do Brasil ter essa política escravagista de liberar dinheiro apenas para o produtor que provar que não precisa de financiamento, e, se as condições climáticas ou o mercado externo se mostrarem desfavoráveis e não for possível quitar o débito na hora, este perde a fazenda. Absurdo é o banco deixar de abrir agência em um Município, apenas porque o número de lojas estabelecidas não bate com o que exige a sede em Brasília. Absurdo é o Banco do Brasil desprezar o art. 19 da Lei nº 4.595, todo a ele dedicado, principalmente os incisos IX, X e XI, que tratam de “financiar a aquisição e instalação da pequena e média propriedade rural”, “financiar as atividades industriais e rurais”, “difundir e orientar o crédito, inclusive as atividades comerciais, suplementando a ação da rede bancária”.

As letras **a** e **b** do inciso XI do artigo 19 da Lei nº 4.595 são petardos contra as atividades do Banco do Brasil, já que prevêm “financiamento das atividades econômicas, atendendo às necessidades creditícias das diferentes regiões do País” e o “financiamento das exportações e importações”. Na atual política do Banco do Brasil, os critérios são os mesmos para a bilionária Avenida Paulista, em São Paulo, e para os Municípios do interior.

Ao mesmo tempo em que o Governo Federal brinca de gerar emprego e de legalizar as atividades informais, o Banco do Brasil vale-se apenas das informações das secretarias estaduais, quando vai avaliar se uma cidade pode ou não receber uma agência. Como as Secretarias da Fazenda ou Planejamento dispõem apenas do cadastro das empresas legalizadas, as pequenas firmas não-registradas, informais,

como as fábricas de fundo de quintal e os empreendimentos rurais, ficam fora do banco de dados. É um ciclo vicioso, que começa na cabeça obtusa dos burocratas da sede do banco, passa pelos anacrônicos sistemas das pastas estaduais e termina na inanição dos Municípios.

O Banco do Brasil, no modelo adotado pelo Governo Federal, quer que os Municípios pobres continuem pobres, que as empresas não-registradas continuem na informalidade, que o desemprego continue combatido apenas no *marketing* de Duda Mendonça e que a Constituição Federal continue violentada impunemente.

A Carta de 1988, logo em seu art. 1º, reza que um dos fundamentos da República Federativa do Brasil são “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” O que os bancos, a começar pelo Banco do Brasil, fazem com os Municípios do interior é um verdadeiro bloqueio econômico, impedindo o trabalho dos pequenos comerciantes que se arriscam a gerar emprego nas cidades esquecidas pelos burocratas de Brasília.

*(Interrupção do som.)*

#### **O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)**

– São mais cinco minutos, Sr. Presidente.

As instituições financeiras, entre elas o Banco do Brasil, desrespeitam também dois incisos do art. 3º da Constituição Federal, que tratam dos objetivos fundamentais da República. O inciso II manda “garantir o desenvolvimento nacional”, e a segunda parte do inciso III, “reduzir as desigualdades sociais e regionais”. O Banco do Brasil age na contramão da Lei Maior, pois só garante o desenvolvimento de seus balanços, promovendo as já abissais desigualdades.

Enquanto banqueiros surfam nas ondas do mar de suor do povo, o Banco do Brasil lucrou um iate cheio de notas em 2004. No final do ano passado, a repórter Patrícia Zimmerman, da **Folha Online** em Brasília, informou que “o lucro líquido do Banco do Brasil cresceu 27% em 2004 em relação ao ano anterior, atingindo 3 bilhões e 24 milhões de reais. Somente no quarto trimestre, o banco obteve lucro de 771 milhões de reais, resultado 21% maior do que os 637 milhões no mesmo período de 2003. Os ativos totais em 2004 somaram 239 bilhões de reais contra 230 bilhões em 2003”. Vou repetir para as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores e para o grande público que nos honra com a audiência na rádio e na TV Senado: o Banco do Brasil lucrou mais de R\$3 bilhões em 2004. É um escândalo, quando se conhecem as maneiras pelas quais o banco arrancou esse lucro, ou seja, rasgando a Constituição Federal, desrespeitando as leis, impedindo o crescimento dos Municípios, arrojando os clientes com tarifas escorchantes.

Quem considerou alto o lucro do Banco do Brasil em 2004 deve preparar-se para surpresas cavalares. A jornalista Fabiana Futema, da mesma sucursal brasileira da **Folha Online**, escreve que o “Banco do Brasil encerrou o primeiro trimestre de 2005 com lucro líquido de 965 milhões de reais, o que representa um incremento de 56,7% sobre o resultado do mesmo período de 2004 (616 milhões de reais)”. Os lucros do banco, que, em 2004, haviam aumentado 27% em relação a 2003, agora estão subindo quase 57%, comparando-se com o ano passado. Lido apenas na totalização, o estupendo lucro do Banco do Brasil poderia ser sinônimo de gestão eficiente e de outras expressões grandiloquentes cultuadas pelos economistas.

A leitura é outra, conforme a revista **Veja** da semana passada. Na reportagem “Com o saco cheio”, **Veja** aponta como responsáveis pelo alto lucro dos bancos as “receitas com serviços bancários e intermediação financeira”, ou seja, “as altas taxas de juros e os aumentos de tarifas”. Somente nessa atividade, foram R\$116 bilhões arrecadados pelos bancos em 2004. Assim, diz a **Veja**, Senador Alvaro Dias, citando a consultoria Econômica, que os bancos brasileiros se transformaram nos maiores e mais lucrativos da América Latina.

A revista **Veja** e a **Folha Online** ainda não fizeram reportagem, em Goiás, sobre a carência de agências e postos bancários, que o Governo Federal tenta maquiar com o Banco Postal e o Banco Popular do Brasil. É uma pauta interessante também para o Congresso Nacional, que deveria, inclusive, suplantando os debates sobre CPI dos Correios, mensalão e diversas outras mazelas. Nos últimos meses...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES (PFL – GO)** – Vou concluir, Sr. Presidente.

Nos últimos meses, continuo percorrendo o meu Estado, de norte a sul, de Porangatu a Itumbiara, de leste a oeste, de Sítio D’Abadia a Santa Rita do Araguaia, de Campos Belos a Chapadão do Céu, dos maiores aos menos populosos, de Goiânia a Anhangüera, e um dos pedidos constantes não há como resolver, que é o clamor por instalação de agência bancária. Os renomados financistas do Primeiro Mundo ficariam estupefatos com um povo que reclama por instituição bancária, porque seria a vitória do capitalismo, mas os banqueiros brasileiros se revelam medievais, quando o assunto são projetos sociais não-dedutíveis do Imposto de Renda. Os grandes economistas do mundo adorariam trabalhar com um povo que quer um banco em sua cidade, mas os dirigentes do Banco do Brasil parecem ter estacionado seu raciocínio no feudalismo.

mo e acham que no interior do País a economia vive à base de escambo, e alimentação são as caças abastidas com flecha.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Os dirigentes do Banco do Brasil estão completamente divorciados da realidade. É o interior do País, tão abençoado por Deus e amaldiçoado pelos burocratas. É o interior que sustenta a banca nacional e internacional. Só mesmo a trogloditas das finanças interessa manter no isolamento comunidades inteiras, das quais os investidores se afastam como se a falta de banco fosse uma doença contagiosa. Empresários do Brasil e até do exterior ficam espantados quando se fala em cidade sem posto, sem agência, sem caixa eletrônico, numa cruel exclusão bancária. Na sexta-feira, 10 de junho, estive em cinco cidades e um distrito, e em apenas um dos lugares há banco. Um dos prefeitos, Íris Aurélio, de Cristianópolis, disse na reunião que a maior reivindicação da cidade é uma agência do Banco do Brasil. Foi aplaudido por uma multidão que concorda com ele. Um empresário norte-americano está fazendo um investimento de R\$6 milhões em Cristianópolis e não entende como uma cidade pode não ter banco. Ninguém entende.

Na segunda-feira passada, estive mais uma vez na Superintendência do Banco do Brasil em Goiânia. Fui acompanhado de Íris Aurélio e do Prefeito de Araçu, Juarez Vieira, assim como de vereadores e vice-prefeitos. Mais uma vez, ouvimos “não”. Sobra boa-vontade no superintendente Ari Joel, aliás um excelente e sensível funcionário, mas ele tem de seguir as normas do banco. Não são normas normais. O que o Banco do Brasil quer se resume a lucro fácil e grande em pouco tempo. Não parece ser o desejo do Banco crescer com as cidades, fomentar o desenvolvimento, enfim, cumprir o que determinam as suas próprias regras escritas, a Lei nº 4.595 e a Constituição Federal. Ainda está em tempo de mudar, basta que a direção do Banco em Brasília reveja os rumos da aplicação dos extraordinários dividendos de 2004 e do primeiro trimestre de 2005. Se o Banco do Brasil se instalar nos Municípios que a privatização covardemente abandonou, o Governo de Goiás vai ser impelido a transferir todas as suas contas para a instituição financeira pública, como mandam o bom senso e as diversas leis ignoradas pelo contrato prorrogado com o Itaú. Dinheiro público tem de ser movimentado em banco público, desde que essa instituição tenha interesse. Os Municípios goianos contam com o Banco do Brasil, que só é tão pretendido por ser tão querido pelos goianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Geraldo Mesquita Júnior.*

*Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Geraldo Mesquita Júnior, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência agradece.

Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que dispõe de 15 minutos.

Em seguida, o Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, que preside esta sessão de segunda-feira, Senadoras e Senadores presentes à Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pela TV e pela Rádio Senado, há pouco assistimos o Líder do PFL mostrar todas as capas de revista do nosso País, quase todas ligadas à corrupção.

Senador Alvaro Dias, Senador César Borges, que saudades tenho da minha mocidade quando as capas das revistas eram Miss Martha Rocha; Emilia Corrêa Lima, Miss Brasil cearense; Teresinha Morango; Adalgisa Colombo e outras belezas da nossa Pátria.

Que pensa a nossa mocidade hoje? Como foi provado, Senador Geraldo Mesquita, as capas das revistas mostram a corrupção. Senador Geraldo Mesquita, não sei qual é a filosofia lá do Acre, mas, no nosso Nordeste, aprendo com o povo e nunca a sabedoria popular erra. Senador Demóstenes Torres, até a Bíblia tem os provérbios, a voz do povo. Na nossa região há um dito popular: “pau que nasce torto morre torto”.

Quero dizer que ajudei a eleger esse Governo, Senador Alvaro Dias, porque nele votei, assim como o Senador Geraldo Mesquita, e, como médico, tive um aprendizado: arrendimento não mata, porque estou vivo e votei no PT.

“Pau que nasce torto morre torto”. Começou errado.

Demóstenes é o nome do grande orador grego, mas S. Ex<sup>ª</sup> é melhor – acabou de nos brindar com sua oratória – do que o grego, que era gago. Este é falador, falante. E, já que estou na Grécia, Sócrates disse que “só há um bem: o saber”. E foi mais adiante: “só há um grande mal: a ignorância”. A ignorância do PT e do Governo é ousada, demais.

Senador Demóstenes Torres, Platão montou a primeira escola e, na primeira classe, ele ensinava: sede ousado! Na segunda classe, no segundo ano,



outro ensinamento, Senador Geraldo Mesquita: sede ousado cada vez mais. E, no terceiro ano, os concludentes, Senador Alvaro Dias, na sala estava escrito: “Sede ousado, não em demasia”.

Ousadia com prudência, mas a ousadia do PT é audaciosa. A ignorância é audaciosa.

E aí está: no começo do governo, falou-se nesse negócio de coalizão. Coalizão tem; divisão também.

Senador Alvaro Dias, transporte-se para a Inglaterra ou para qualquer país parlamentarista, onde se elege o Primeiro-Ministro, a divisão é feita logo no começo. Tony Blair tem que ter apoio. É pluripartidarismo logo no começo. Agora, Senador Geraldo Mesquita, o Presidente... Nós tínhamos uma tradição de 12 a 16 ministros. Collor teve a coragem de diminuí-los. Depois, Itamar e Fernando Henrique aumentaram para 16. Aí, de chofre, o Presidente da República coloca quase quarenta ministros. E a grande vantagem de ser Oposição, ô Tião Viana, é não precisar ter na cabeça o nome desses e dessas. Graças a Deus não sei o nome nem sequer de meia dúzia, porque eles são inexpressivos e não têm nada a contribuir. É uma grande vantagem para a Oposição. Tião Viana tem dores de cabeça para gravar o nome de 38 ministros e ministras. Aumentou, mas o cobertor é curto. Alvaro, brilhante, lá do Paraná: eu fui prefeitinho, Governador de Estado e sei que o cobertor é curto, como dizem os nossos economistas, tira-se de um lugar e descobre-se o outro. Ele tirou da segurança, da educação e da saúde e agasalhou esses quase 40 companheiros derrotados. Falta dinheiro para a segurança, para a educação, para a saúde, para as estradas, para a energia – Juscelino: energia e transporte –, e o dinheiro foi para o PT, para a mordomia do PT.

E aí está: não tem mais jeito. Agora, Senador Alvaro Dias, buscar o meu PMDB, o PMDB de Ulysses, o PMDB de Teotônio Vilela, que, com altruísmo, com câncer, pregou a redemocratização; de Tancredo, que se imolou pela redemocratização; de Juscelino, que foi cassado bem aqui, nessa cadeira; de Alberto Silva? O PMDB nosso agora?

Pau que nasce torto tem de se endireitar no começo. Nome nós tínhamos, experiência nós tínhamos. Só agora, Demóstenes?! Não! Não, porque eu represento aqui Ulysses Guimarães. Ele está encantado no fundo do mar, Senador Geraldo Mesquita, mas disse: “Ouçam a voz rouca das ruas”. A voz rouca das ruas quer que o PMDB vá à luta. Senador Alberto Silva, meditei, atentai bem. Senador Demóstenes, lembro-me de que, na ditadura, Ulysses Guimarães teve coragem de ser candidato, ele e Sobral Pinto. Não vamos permitir que agora seja diferente. Esse Partido, que tem maioria aqui, vai se acocorar? Vai vender a sua tradição, a sua

história e sua luta para fazer renascer a democracia? Onde está a nossa história e o nosso saber?

Lula, Rui Barbosa é fonte de inspiração. Atentai bem, Alberto Silva: ele, que foi precursor da República e da libertação dos escravos, como ministro da Fazenda de Deodoro, quando viu que os militares queriam meter o terceiro militar, pulou fora. Suassuna, você, que tem estudado e não foi aproveitado para dar aulas no PT, veja o que Rui Barbosa disse: “Não troco a trouxa das minhas convicções por ministério”. Iniciou a campanha civilista e ganhou. Essa é a história.

Agora? Agora, com o barco afundando em um mar que não é nem aquele em que Ulysses está encantado, é um mar de lama, de podridão e de corrupção nunca dantes vista?

Sejamos justos com o Presidente Collor. Eu recebi a esposa do Presidente Collor em Parnaíba, quando eu era Prefeito e Alberto Silva, Governador. Rui disse que justiça tardia é injustiça qualificada. É assim, Demóstenes, você que sabe tudo de Rui? Vamos ser justos com o Presidente Collor. Esse caso de agora é muito, muito, muito mais grave. O Presidente Collor, insinuante, simpático, de repente, é colocado como Prefeito pelo governo militar. Ele vai a Deputado Federal e é eleito Governador. Apareceu lá o PC Farias – o apelido dele, Alberto Silva, era Paulo Gasolina, porque gostava muito de carro, de negociar e de vender – e se aproximou do Collor na campanha para governador, mas Collor não o nomeou nada. Então, ele usou da sua influência para vender telefone no interior. Chamava e ligava do Palácio, mas não como membro da equipe – atentai bem, Geraldo Mesquita, seja justo. Dizia: “Ô, prefeito, eu estou aqui no Palácio, e há interesse do governador” – isso não existia – “em colocar telefones na sua cidade; me arrume cem compradores”. No fim de semana, ele pegava um carro do Palácio e ia lá. E assim ele ganhou dinheiro, assim ele contratou e assim Collor chegou à Presidência da República. E ele, que tinha dado certo nessa sua filosofia de ganhar dinheiro...

Senador Demóstenes, o livro de cabeceira de Tião Viana e de Jorge Viana, com certeza, é a Bíblia. O livro de cabeceira dele era Onassis. Ele quis, mas não tinha ligação nenhuma com o Collor, nunca foi nomeado na Prefeitura do Collor, no Governo do Collor e nem na Presidência. Esses não, esses estão todos aí. Não é o núcleo duro mais não: é o núcleo fedorento da podridão da corrupção. Essa é a verdade. É muito mais grave. É aqui, Parlamentares.

Senador Tião Viana, li muito e quero dizer que o PMDB, que tem como Presidente Michel Temer, na última convenção, decidiu que o Partido terá candidato próprio em respeito ao Brasil. Essa é a decisão. Nós não vamos vender nem mudar essa decisão. Será uma

candidatura que ofereça uma nova opção, uma opção nacionalista, não uma opção liberal, como o Demóstenes falou, que favoreça os banqueiros, o ganho fácil. Primazia ao trabalho e ao trabalhador – ele é quem vem antes, ele é quem faz a riqueza. Queremos uma candidatura com esse compromisso, uma candidatura com um compromisso nacionalista, das nossas raízes, de Getúlio, de Juscelino, de Tancredo, de Jucá. Essa é a nossa idéia.

Quantos minutos ainda tenho, Presidente?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> extrapola o tempo regimental em um minuto, mas a Mesa lhe concede mais dois minutos para concluir.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – De todos os jornais que li – e nós analisamos todos, estudamos a mídia –, selecionei o melhor dos analistas. É o jornalista Zózimo Tavares, do Piauí, que é membro da Academia Piauiense de Letras. Passo a ler:

Que pena!

O deputado federal Fernando Gabeira (PT) tem produzido reflexões lúcidas, sinceras e corajosas sobre a crise política brasileira. Como esta, ao comparar a ditadura com o governo Lula: “Uma neutralizou o Congresso Nacional pelo medo; o outro, pelo pagamento de mesada. Ditadura e governo Lula compartilham o mesmo desprezo pela democracia, ambos violentaram a democracia reduzindo o Parlamento a uma ruína moral”.

Gabeira completa: “Os militares prepararam sua saída de forma organizada. Nem muito devagar para não parecer provocação nem muito rápido para não parecer que estavam com medo. Já o núcleo duro do governo Lula parece perdido, batendo cabeça, ou melhor, enfiando-a na areia, sem perceber que a polícia está chegando”.

Um dos perseguidos pela ditadura, Gabeira revela: “Os militares batiam, davam choques e insultavam na sessão de tortura, mas vi muitos dizendo que me respeitavam porque deixei um bom emprego para combatê-los com risco de vida. Eles viam ideais no meu corpo arrasado pelo tiro e pela cadeia”. E mais:

“O PT queria que eu abrisse mão exatamente da minha alma e me tornasse um deputado obediente, votando tudo o que o Professor Luizinho nos mandava votar. Os militares jamais pediram isso. Desde o princípio, disseram que eu era um irreversível e limitaram-se à tortura de rotina. Jamais imaginei que seria grato aos torturadores por não me pedirem a

alma. Não sabia que dias tão cinzentos ainda viriam pela frente.”

E, desolado: “Vamos ter de encarar juntos essa realidade. A grande experiência eleitoral da esquerda latino-americana, admirada por uma Europa desiludida com Cuba e Nicarágua, a grande novidade que verteu tintas, atraiu sábios, produziu livros e seminários, vai acabar na delegacia como um triste fato policial de roubo do dinheiro público e suborno de parlamentares”.

Para terminar, pela bondade e grandeza acreana, aqui foi dito que estamos sob suspeita. Eu não estou sob suspeita, nós não estamos sob suspeita. E quero dizer que V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, simboliza as virtudes e a pureza. Quero ver o PT e todos os Partidos grandes, como o meu PMDB.

Termino com a Bíblia e com Deus. Atentai bem, Senador Paulo Octávio, que é bíblico. V. Ex<sup>a</sup> já leu a Bíblia, Senador Paulo Octávio? Vou ler o que diz Eclesiastes 10. Abram o livro, brasileiros e brasileiras, cristãos de todas as Igrejas. Diz-se em Eclesiastes 10:

Governante sábio educa o seu povo, e a autoridade de homem inteligente é bem estabelecida. Da mesma forma que o governante do povo, assim também serão seus ministros. Rei sem instrução arruinará seu povo. Uma nação será construída graças à inteligência dos chefes.

Isso está em Eclesiastes 10.

Ainda está em tempo, Lula. Leve Tião Viana, que enquadra essas virtudes!

*Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pela ordem.) – Peço a palavra pela Liderança do P-SOL.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela Liderança do P-SOL, por cinco minutos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra pela Liderança do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> falará após o Senador Geraldo Mesquita Júnior, Senador Paulo Octávio.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pela Liderança do P-SOL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, refletindo a respeito da crise que se abate sobre o povo brasileiro, sofrido, cansado, com a esperança rota, já estraçalhada, traído por quem se anunciava o condutor e o construtor de novos tempos, fico imaginando se esse processo de corrupção não se inaugurou logo no início do Governo Lula.

Senador Mão Santa, chama-me a atenção o fato de que chegaremos ao final deste ano com uma transferência – pasmem! – de cerca de R\$300 bilhões, que se destinam e se destinarão ao pagamento do serviço da dívida ativa. Hoje, pela manhã, li notícia, que precisamos confirmar, de que, de 1995 para cá, o País já desembolsou quantia próxima de R\$1 trilhão só para o pagamento da dívida ativa.

Senador Mão Santa, isso é desvio de dinheiro público para finalidades essenciais. Toda essa dinheirama poderia estar servindo ao propósito de se investir no nosso País. É dito aqui, vez por outra, que se perdem em torno de 30% da produção de grãos do nosso País só do deslocamento dos locais de produção para os portos, porque as nossas estradas estão em pandarécos, a nossa infra-estrutura portuária encontra-se carecendo de investimentos pesados.

A situação é a seguinte, Senador Mão Santa: o Governo procura culpados ora no Parlamento, ora na Oposição, ora na mídia, que vem sendo apontada como a vilã, como a grande culpada do que ocorre ultimamente em nosso País. A mídia, a meu ver, repercute, ora com acertos, ora com alguns equívocos, apenas o que aflora, o que surge nessa história imunda de corrupção no nosso País.

Fiquei igualmente pasmo quando me detive por alguns minutos a ouvir o pronunciamento do ex-Ministro José Dirceu, quando de sua despedida do cargo que exerceu por dois anos e meio no Governo. Dizia S. Ex<sup>a</sup> que viria para a “planície” lutar contra aqueles que pretendem interromper o processo democrático. Olhe que coisa arrogante, que coisa inadequada, que coisa não razoável!

E aqui faço uma grande distinção que está precisando ser feita. Tenho encontrado com militantes do PT por onde ando, no meu Estado, aqui em Brasília,

que estão igualmente atordoados, aturdidos, decepcionados, tristes e envergonhados.

Atribuir-se ao PT a condução desse processo de corrosão da política, da atividade pública, da gestão pública, penso que não é de toda verdade. Quero crer que a cúpula do PT se apropriou do Partido e, em nome desse Partido de tradições e lutas, que tem história neste País, Senador Mão Santa, deu-lhe a condução que não condiz – tenho certeza absoluta – com o sentimento da grande maioria da militância do PT.

Portanto, aqui quero fazer uma distinção: quando tratar de PT, leia-se, Senador Mão Santa, cúpula da direção do Partido. E digo: se a cúpula do PT, se a cúpula palaciana se dirigisse ao povo brasileiro com humildade e reconhecesse erros cometidos e esse desvão por onde se meteu e se compromettesse com uma ação enérgica, no sentido de recuperar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – ... o tempo perdido, retomar essa história do seu início, dar-lhe um curso de seriedade, de trabalho, de dedicação a uma causa que era propalada aos quatro ventos por ocasião da campanha, tenho certeza absoluta de que o povo brasileiro, mesmo triste, envergonhado, decepcionado, acolheria esse pedido de desculpas que o povo brasileiro merece e que a ele está sendo devido.

A situação tomou uma proporção tão grave que não vejo, além da apuração dos fatos, outra solução para a cúpula do PT e de seus periféricos aliados senão pedir desculpas à população brasileira.

Tenho certeza de que o povo brasileiro entenderia e consideraria a possibilidade de retomarmos o curso da história e uma linha de trabalho, para que pudéssemos sair dessa situação com algum ganho.

Senador Mão Santa, os fatos são do domínio público hoje, e aqui se cobra a produção de provas. Eu já disse, de outra feita, que o Deputado Roberto Jefferson, amigo íntimo do Presidente da República, membro de um Partido que compõe a base de sustentação do Governo no Congresso, ao fazer as suas revelações e ao dar as suas declarações...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Na verdade, o Deputado fez, em nome do Governo, uma autoconfissão e colocou todo o Governo sob suspeição.

Defendo a tese de que, enquanto não se passar essa questão toda a limpo, não se pode conceder a esse Governo o direito de ver aprovado no Congresso,

neste plenário e no da Câmara, matérias que tratem da alteração da estrutura do Estado.

Tenho dito que, enquanto durar o processo de apuração dos fatos e de punição de quem deva ser punido, o Governo deve administrar o feijão-com-arroz. Aquelas medidas consideradas indispensáveis e essenciais para o dia-a-dia da gestão...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – ...pública terão o respaldo deste Congresso. No entanto, medidas que impliquem a alteração da constituição do Estado brasileiro não poderão ter a aprovação deste Plenário nem do Plenário da Câmara. porque, repito, esse Governo encontra-se em estado profundo de suspeição. Nessa situação, não se devem correr riscos de aprovar medidas que se traduzam na alteração do Estado brasileiro.

Senador Mão Santa, faço um apelo à cúpula do PT – e não ao PT: que se dirija à Nação brasileira com humildade. Chega de arrogância, chega de arrogância! É muita prepotência! A pessoa está saindo derrotada do Palácio do Planalto...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua o seu pronunciamento.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Um ex-Ministro deixa o Palácio do Planalto e, ao invés de adotar uma postura de humildade pois sai de lá derrotado, se dirige à Nação brasileira com arrogância, dizendo que combaterá aqueles que pretendem interromper o processo democrático.

Olhe que coisa irresponsável, dita por alguém que tem e teve a responsabilidade, até pouco tempo atrás, de dividir a condução dos assuntos públicos deste País com o Presidente da República.

Senador Mão Santa, essas pessoas estão precisando exercitar um pouco de humildade. Quando V. Ex<sup>a</sup> diz que foi prefeitinho, exercita humildade.

Para concluir, a mídia é culpada do que está acontecendo? Não, Senador Mão Santa. A mídia reproduz o que está acontecendo e os fatos que surgem aos borbotões.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa concede mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup> para que conclua.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Senador Mão Santa, na Câmara, no Senado, no meio da rua, em qualquer esquina deste País, as pessoas estão aflitas, discutindo essa situação.

A mídia apenas reproduz esse estado de espírito, os fatos que dizem respeito a esse processo – profundo, triste, tenebroso, imundo, que nunca vi ocorrer, com tanta intensidade, em nosso País – de corrupção, de utilização de recursos públicos, de estatais, para compra de consciências, de votos neste Parlamento.

Assim, Senador Mão Santa, prego a suspeição deste Governo e que ele tenha mais humildade com este País, que, em má hora, elegeu um governo que se comprometeu a fazer transformações profundas e se aliou às elites nacionais e internacionais e aos banqueiros internacionais para prosseguir na faina de judiar, cada vez mais, da população brasileira, aprofundando o ciclo de miséria que este País vive há tantos anos.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Paulo Octávio pela liderança do PFL. Em seguida, concederei a palavra aos Senadores Ney Suassuna, César Borges e Antonio Carlos Magalhães.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobre Senador Tião Viana, eu iria fazer um pronunciamento sobre a Cúpula Americana do Sul, realizada em Brasília há alguns dias.

Vou mudar o meu pronunciamento em homenagem a um grupo de senhoras e senhoritas de Brasília e do Brasil, que fazem um grande trabalho para que nosso País possa abdicar de suas armas.

Ontem, houve um evento muito importante em Brasília, a Copa de Hipismo, que reuniu os melhores cavaleiros do País e da América do Sul, onde estive presente ao lado do Vice-Presidente da República e do Governador.

No evento, tive o prazer de receber, das mãos de duas servidoras do Senado Federal – Denise e Patrícia – uma camiseta. Estavam presentes, também, outras senhoras, como Valéria Velasco, do Convive, e Cristina Leonardo. A camiseta conclamava o Brasil a votar definitivamente o projeto que permitirá a realização de um referendo em outubro para saber se o Brasil proibirá o comércio de armas de fogo.

Tenho certeza de que, com o esforço das inúmeras instituições que estão trabalhando em prol da conscientização da população sobre o desarmamento, como o Comitê Nacional de Vítimas da Violência e o Centro Brasileiro de Cidadania, a proibição do comércio de armas deve e precisa ser aprovada. Com isso, estaremos evitando milhares de mortes.

De acordo com o levantamento feito pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (USP) em conjunto com o Ministério da Saúde, entre



1991 e 2002, 265 mil pessoas morreram por arma de fogo no Brasil. Assim como a Sociedade Hípica de Brasília aderiu a campanha, quero convocar toda população a aderir também.

Quero aproveitar para reafirmar meu compromisso na defesa da aprovação do referendo. A campanha do desarmamento promovida pelo Governo Federal já retirou das ruas, em pouco menos de um ano, 330 mil armas. Em algumas cidades, como o Rio de Janeiro, o número de mortes decorrente delas já caiu significativamente.

Por isso, peço a todos os Senadores que se engajem nessa luta e que a população se mantenha mobilizada contra a violência. Entendo que o Estatuto do Desarmamento, aprovado e sancionado em 2003, não está em vigor totalmente, porque precisamos nos empenhar na aprovação do projeto legislativo que prevê a realização de referendo sobre a proibição do comércio de armas de fogo. E tem que ser aprovado ainda este mês, para que o referendo possa ser realizado em outubro deste ano.

Aproveito, também, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, para repassar a todos o convite que recebi:

Estudantes, familiares de vítimas de violência e representantes da sociedade civil estarão no gramado em frente ao Congresso Nacional, amanhã (dia 21), para manifestar a preocupação do brasileiro ante o atraso na votação do PDL que marca para outubro próximo o referendo popular sobre a proibição do comércio de armas de fogo no País.

A manifestação, realizada pelo Convive e Centro Brasileiro de Defesa da Cidadania, será pacífica e ordeira, como todas as que realizamos. Inscreveremos no gramado as frases – vejam que extraordinário –: “Cada dia que passa, são mais 104 vítimas de armas de fogo, uma a cada 15 minutos”.

Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup>, que é médico, sabe o prejuízo que isso traz ao Brasil.

“Quem vai pagar essa conta?”, acompanhadas da marcação de 104 corpos.

O objetivo é chamar a atenção dos Parlamentares para o exíguo prazo de aprovação do PDL na Câmara dos Deputados, para que o TSE possa viabilizar o referendo.

Contamos com a importante presença de V. Ex<sup>a</sup> [e de todos os parlamentares, interessados, funcionários do Congresso Nacional] ao meio-dia, amanhã, dia 21, nesse ato de contagem regressiva para a aprovação da medida decisiva para a história do Brasil”.

Recebo esse convite com muita alegria e o retransmito a todos os membros do Congresso Nacional. Acho fundamental a aprovação, na Câmara dos Deputados, do projeto que está lá parado há tanto tempo. Deus queira que possamos fazer esse referendo popular sobre o comércio de armas de fogo no País no mês de outubro, como estava previsto.

Era o que eu tinha a dizer, transmitindo esse convite a todos os Senadores presentes e cumprimentando as funcionárias do Senado Federal que estão engajadas nessa luta. Parabéns, isso demonstra uma grande cidadania e uma grande participação, num momento tão importante da vida nacional.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço ao Senador Paulo Octávio.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, por até quinze minutos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Não gastarei os quinze minutos, Sr. Presidente.

O choque cultural experimentado por um empresário, no caso eu, quando se depara com a rotina do Legislativo é grande; é muito difícil compreender o processo, chega a ser angustiante. É muita conversa! É muita falação!

Se eu, que estou aqui há doze anos, às vezes, irrito-me com os debates infundáveis, imaginem o cidadão comum, que acompanha, principalmente por meio da TV Senado, o processo legislativo, sempre pautado por exaustivas discussões e, por isso mesmo, demorado e, às vezes, incompreensível. Já me perguntaram várias vezes por que, quando apenas dois ou três Parlamentares se levantam, a matéria é aprovada. Não sabem da atuação dos Líderes, etc.

A Constituição determina o papel e as atribuições de Deputados e Senadores, nos arts. 48 e 52, como a fiscalização e o controle do Executivo e, no processo orçamentário, a apreciação da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, e da Lei de Orçamento Anual – LOA, bem como de créditos suplementares e especiais, cabendo aos Parlamentares o oferecimento de emendas para Estados e Municípios. Não são todas as que são aprovadas e, muitas das aprovadas, são contingenciadas e não chegam, jamais, a serem executadas.

Tudo isso dói na gente que tem esse viés executivo.

Parece que também a imprensa não compreende bem o processo legislativo. Assim, prosperou uma espécie de maniqueísmo estapafúrdio como se no Congresso houvesse um constante embate entre o bem e o mal, ou seja, aqueles que apresentam emendas – os suspeitos, o mal – e aqueles que formam o exército do bem, ratificam sempre a vontade do Executivo; os

fisiológicos de um lado, que racham a unidade partidária e estimulam as legendas de aluguel e, de outro, as vestais, que pairam acima do bem e do mal como juízes divinos.

O processo legislativo é muito mais complexo do que essa visão simplista e mal intencionada que vem desviando a opinião pública do cerne da crise.

O PMDB, meu Partido, não se pretende melhor nem pior do que as demais agremiações com assento no Congresso Nacional. Apenas traz consigo o patrimônio de uma história construída enquanto ainda vigorava o Estado de exceção. Somos o maior Partido no Senado e temos consciência do peso da nossa Bancada.

O que o PMDB espera é que as investigações que geraram essa crise sejam realizadas dentro dos pressupostos republicanos da transparência, da igualdade e da punição dos culpados e da reafirmação da inocência dos inocentes.

O que o PMDB oferece é o peso da sua estrutura e experiência para apoiar a governabilidade e quebrar o imobilismo que onera o crescimento desesperadamente almejado.

Ao contrário do que divulgam os arautos do 'quanto pior, melhor', não reivindicamos Ministérios nem cargos em estatais para cumprirmos o dever que nossos mandatos e a estatura do PMDB nos impõem, mesmo porque entendemos ser a reforma ministerial competência e prerrogativa exclusivas do Presidente da República, cujo Governo apoiamos.

Reafirmo que o PMDB, coerente com a sua história de grandeza, só agirá institucionalmente. Defendemos, sim, que as ações, tanto da CPI quanto da Polícia Federal e do Ministério Público, sejam realizadas com a firmeza necessária, amparadas por rapidez e eficácia.

Acima de tudo é preciso que a reorganização da Base de sustentação do Governo se dê a partir dos valores éticos e republicanos que o PMDB sempre defendeu nos seus estatutos e na sua concepção programática e ocorram na velocidade que não admite postergações, de modo a evitar que a crise política contamine a economia, que, depois de anos de insucesso e frustração, encontra-se novamente nos trilhos.

De nós, Líderes e operadores políticos, o mínimo que a sociedade pode exigir e esperar é a lucidez e a coragem para a recolocação do debate sobre os pontos essenciais da crise, evitando o debate falso e maniqueísta que a imprensa e alguns personagens de má-fé vêm pautando nos últimos dias.

O Brasil não pode continuar refém do denunciamento sem contar com a reação operosa da apura-

ção dos fatos, único caminho para o restabelecimento urgente da governabilidade.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Senador, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Pois não, nobre Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – O discurso de V. Ex<sup>a</sup> nos enche de alegria, porque vemos que não é uma coisa acertada do PMDB ir de qualquer maneira para o Governo. V. Ex<sup>a</sup> condiciona esses valores éticos, morais, enfim, a uma nova atuação do Governo. Isso nos enche de alegria e é motivo de regozijo de toda a sociedade, principalmente dos seus correligionários.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Muito obrigado, nobre Senador. Nós estamos realmente preocupados com o *timing*. Hoje completam-se um mês e seis dias que a crise iniciou e precisamos colocar tudo com transparência. O que o PMDB quer resume-se nestas três palavras: transparência, firmeza e governabilidade. É isso que nos dirige no momento.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador César Borges, por até 15 minutos.

Em seguida, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na última quinta-feira, vimos o Presidente da República tomar a decisão que o País esperava, ao retirar do seu Governo o principal foco de suspeitas na ligação entre o Palácio do Planalto e o pagamento do chamado "mensalão".

A saída do ex-Ministro José Dirceu foi efetivamente a primeira resposta que este Governo deu à sociedade, que está, neste momento, cheia de interrogações, interrogações não respondidas. Com isso, o Governo tenta melhorar a imagem pública, mostrando que, finalmente, existe uma disposição, na prática, que se alinha às palavras do Presidente de "cortar na própria carne", o que, aparentemente, era apenas um discurso, esquecido nos dias seguintes ao pronunciamento.

O Governo também tenta mostrar isenção, na medida em que luta para monopolizar a investigação de um caso que, ao que tudo indica, tem por trás uma formidável central de pagamentos financiada com dinheiro suspeito, senão público, cujo comando estava instalado nas próprias ante-salas do Palácio do Planalto.

Mesmo que tenha havido o cuidado de se preservar o ex-Ministro, Deputado José Dirceu, ficaram claros para o País os verdadeiros motivos da sua saída, derrotado que foi na tentativa de usar todas

as armas para constranger o próprio Presidente da República e impedir essa decisão inevitável. Sua saída do Governo já veio tarde, porque ele deveria ter compreendido que, quando colocou o Sr. Waldomiro Diniz para articular a ação política do Governo no Congresso Nacional, trabalhando no 4º andar do Palácio do Planalto, aquela era ocasião para se retirar do Governo e não para fazer o abafamento da CPI que desejava o Senado Federal e que, agora, o Supremo Tribunal Federal fará com que seja efetivamente instalada.

Entretanto, agora, de volta à “planície”, como o próprio ex-Ministro, Deputado Federal José Dirceu, fez questão de acentuar, S. Ex<sup>a</sup> mostra, como disse o Senador Geraldo Mesquita, uma arrogância inaceitável e um tom de desafio no seu discurso de despedida do Governo. Depois, repete de forma até mais virulenta esse discurso na reunião do PT em São Paulo.

Há que se perguntar: o que quer o Deputado José Dirceu? O que deseja? Mostrar que é quem manda na República? Que mesmo como Deputado Federal vai continuar governando e mandando na República? Que será um Deputado Primeiro-Ministro? Será que deseja intimidar o País? Será que deseja intimidar as Oposições deste País, chamando-as de nazi-fascistas? Será que deseja uma conflagração política no País, ou será que deseja, na verdade, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> que é do Partido dos Trabalhadores, tornar o Presidente da República refém do que sabe e do que pode fazer com a República? Talvez seja isso, diante de tantas indagações.

Acusar o PFL e o PSDB de estarem por trás das acusações contra ele, ou alegar uma “conspiração das elites”, como foi publicado na **Folha de S.Paulo** pelo articulista Clóvis Rossi, uma “risível teoria da conspiração tucano-midiática”, para desestabilizar o Governo? Diz o articulista:

Se há conspiração, Lula e Dirceu são seus membros, seus mentores. Afinal, foram eles que fizeram o acordo com o PTB, de Roberto Jefferson, e a ele entregaram os Correios e tantas outras estatais. Sem o caso dos Correios não haveria escândalo nem combustível para a oposição.

E, lá adiante, diz:

Conspirações se fazem, como é óbvio, quando interesses da classe dominante, para usar o velho jargão do ex-PT, são contrariados. Qual o fio de cabelo dos interesses dominantes tocado pelo governo Lula? Zero vezes zero.

Portanto, o que há é uma tentativa de acusar as Oposições de estarem tramando uma conspiração das elites. Tudo isso parece fruto de um espírito profundamente ferido pela mágoa, por um caudal amazônico de mágoa, em busca de revanche, incapaz de reconhecer a situação delicada em que colocou o seu Governo perante todo o País. Há, também, o tom de chantagem, que parece dirigida ao seu próprio Governo e ao PT, como se sobressaísse uma leve ameaça de que ele não vai “morrer” sozinho na incursão que tomou para formar a sustentação política do Governo.

No todo, as conclamações do Sr José Dirceu soam arrivistas – ele sempre foi um arrivista da vida pública nacional –, irresponsáveis, próprias de quem quer o poder de qualquer maneira, apenas o poder pelo poder. Se fosse patriota, se tivesse amor pelo País ou até pelo Governo, esse ex-Ministro se afastaria, silencioso, para se encontrar com seus advogados de defesa e, com eles, procurar uma saída para o imbróglio em que meteu a si próprio e, por via de consequência, o seu Governo.

No Congresso, não há ninguém que não queira a continuação do tecido institucional do País. Já ouvi Senadores experientes, homens como Pedro Simon e Jefferson Péres, defendendo a apuração com o sentido de afirmar a nossa democracia. As declarações do Sr. Dirceu soam, diante disso, ainda mais estranhas. Por isso, não se entende, também, a estranha nota do Partido dos Trabalhadores. Estranha porque eleva o tom dos pronunciamentos anteriores, acusa o PFL e o PSDB, oficializa a idéia de que existe uma conspiração contra o Partido e, finalmente, coloca o PT na mesma afinação do ex-Ministro José Dirceu.

Agora, é preciso que se pergunte: que conspiração é essa? Que interesses da elite econômica e empresarial foram feridos por este Governo, para que se pudesse organizar uma “conspiração das elites” para defenestrá-lo do poder? O que todos estão vendo é um Governo que faz o que o FMI quer, o que os bancos desejam.

Concedo um aparte ao nobre Senador Demóstenes Torres.

**O Sr. Demóstenes Torres** (PFL – GO) – Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso muito profícuo, um verdadeiro exercício de limpeza. Muito interessante – apenas para contribuir com o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva – é que ele, realmente, vem cogitando ter próximo a si o hoje Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Isso é muito bom porque, devido à gestão do ex-Ministro José Dirceu, para qualquer eventualidade, ele já terá um advogado criminalista às mãos. Concordo perfeitamente com V. Ex<sup>a</sup>.



**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço o aparte, nobre Senador Demóstenes Torres. A visão de futuro do Governo foi escolher o grande advogado criminalista brasileiro para ser o seu Ministro da Justiça.

Portanto, é preciso cessar esse tom desrespeitoso contra a Oposição, até porque isso passa ao País um sentimento de pânico por parte do Governo. Basta a ação do Governo para que tivesse consigo a Presidência e a Relatoria da CPMI, a que a imprensa brasileira chama de “chapa branca”, montada na tentativa de não se apurar nada que o Governo não queira.

A própria reunião de trabalho da CPI, realizada a portas fechadas, somente entre os Parlamentares da Bancada governista, na semana passada, corrobora esse sentimento de todo o País.

Não bastasse ser o Líder do PT nesta Casa, o nobre Senador Delcídio Amaral, que não devia ter sido colocado na posição de Presidente da CPI, ainda disse ao País que estava nessa função “para atender um pleito do Presidente Lula”, revelando uma interferência descabida do Executivo que envergonha, inclusive, o próprio Congresso, que deveria, por intermédio de suas Lideranças, tomar as posições mais cabíveis e corretas dentro dos Partidos.

É bom se destacar que o próprio Senador Delcídio Amaral ficou em uma situação ainda mais delicada ao dizer claramente aqui, desta tribuna, que, se não conseguir demitir o seu desafeto da Petrobras, vai conduzir as investigações contra o Governo. Conclui-se, então, que, havendo a demissão, o Senador Delcídio vai fazer o jogo chapa branca do Governo e dificultar as investigações? Por maior que seja o apreço pelo Senador Delcídio, assim como a sua declaração quanto ao fato de a reunião ter ocorrido na sala da Liderança ter sido um escorregão, um deslize, essa outra colocação também foi um grande deslize. Exigir uma demissão para que a apuração não seja feita, ou vice-versa.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste momento, é preciso que o Presidente da República se livre dos compromissos que tinha com aqueles que, na sala ao lado, montavam uma máquina financeira para controlar sua Base no Congresso Nacional, comprando consciência de Deputados, comprando Partidos inteiros. Nem o Presidente, nem o próprio PT, nem os movimentos sociais precisam se imolar em solidariedade a essas pessoas. Não sirvam como reféns do ex-Ministro José Dirceu! É um alerta de um Parlamentar que vê preocupado a crise por que passa, neste momento, a Nação brasileira.

Com todas as dificuldades, o Presidente da República começou a se livrar da corrupção ao demitir o

seu Ministro da Casa Civil e ao pedir que o PT fizesse o mesmo – o que não fez até agora –, afastando o secretário-geral Silvio Pereira e o tesoureiro Delúbio Soares e, com certeza, também o Presidente do PT, José Genoíno, que sabia de tudo e que estava envolvido em todo esse imbróglio.

Entretanto, o PT não tomou essa decisão, desafiando o momento político e até o Presidente da República. Esse Partido, que ofereceu uma notável contribuição para a organização política do País, agora pode se transformar em mera trincheira, em refúgio de políticos suspeitos do maior escândalo que esta República já viu.

O que significam, por exemplo, atos “em defesa do PT e da democracia”? Quem está ameaçando a democracia, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a não ser esses atos que vêm de dentro do Governo e do Partido que o apóia? Por que o PT se deixa envolver pelos erros dos Srs. José Genoíno, Silvio Pereira, Delúbio Soares e José Dirceu? Está claro que esse grupo quer transformar o Partido em seu cúmplice.

Portanto, está na hora de o PT acordar. O Partido pode ser renovado, pode ser salvo, e ninguém melhor do que o Senador Eduardo Suplicy para simbolizar o Partido dos Trabalhadores digno, sério, capaz de dignificar o voto de seus eleitores.

Sr. Presidente, para encerrar, está convocada uma manifestação, se não me engano, para amanhã, aqui em Brasília, de alguns chamados movimentos sociais. Vão bater também na política econômica do Governo. Vão fazer o jogo de José Dirceu e José Genoíno. Vão tentar fazer o Governo de refém.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Alguns Parlamentares advertiram que esse grupo belicoso e suspeito, que se encastelou agora na direção do PT, tenta uma saída “a la Chávez”, o Presidente da Venezuela, dividindo o País.

Isso é muito perigoso, Sr. Presidente. A ser verdade essa intenção, torço para que tudo ocorra como no passado, quando a população brasileira foi convocada pelo Presidente Collor a apoiá-lo vestindo verde e amarelo. Como todos lembram, aquele ex-Presidente ganhou um País coberto de preto, a cor do luto.

Ainda há tempo de se refletir, Sr. Presidente. Ainda há tempo para que o Governo reconheça os seus erros, para que o PT reconheça os seus erros, que não procurem dissimular diante da Nação fatos tão graves que requerem uma apuração..

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência pede que V. Ex<sup>a</sup> conclua.



**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Para concluir, Sr. Presidente, que vá mostrar à população brasileira que as suas instituições estão firmes, que sabemos cumprir o nosso dever diante de uma situação tão grave por que passa a República brasileira.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, por até 15 minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acabamos de ouvir o discurso, sempre bem lançado, do Senador César Borges, cuja capacidade e prestígio são indiscutíveis.

Mas, hoje, tenho razão para estar otimista, porque a chapa branca da CPI dá um sinal positivo em relação ao que vai acontecer lá.

Para surpresa geral, Sr. Presidente, todos os jornais do Brasil colocam a declaração do Relator, que é do PMDB, Deputado Osmar Serraglio, que diz: “Para Relator da CPI dos Correios, Lula pode acabar como Collor”.

Em primeiro lugar, quero dizer que nós não desejamos que Lula acabe como Collor. Desejamos comprovar tudo o que for possível do Governo Lula, de seus auxiliares e dele próprio, mas não queremos *impeachment*, não queremos retirar o Presidente da República, até porque isso se reverteria em benefício para o próprio Lula. Diriam que foi golpismo, que as elites são sempre as mesmas, que não podem deixar um torneiro mecânico no Governo e que ele estava fazendo o melhor Governo do mundo. Tudo isso vão dizer. Mas, na realidade, trata-se do pior Governo, de uma equipe péssima de derrotados que não souberam fazer nada de positivo em relação a este País.

O Deputado Osmar Serraglio, Relator da CPI dos Correios, diz que a situação é grave, que os fatos são terrivelmente preocupantes e que o País vive momentos de crise tremenda. E S. Ex<sup>a</sup> diz isso sendo do PMDB, que, segundo toda a imprensa, será altamente contemplado. Vejam V. Ex<sup>as</sup>: vão moralizar o Governo, contemplando o PMDB. Esta é uma dúvida: não sei se vão levar o Senador Pedro Simon, mas isso não é tão provável, porque as indicações recentes do PMDB deram algum problema ao Governo – e ainda estão dando, até porque já estão até no Supremo Tribunal Federal.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o fato de esse Relator ter a coragem de dizer que as coisas são gravíssimas já nos enche de alegria, porque sabemos

que se vão apurar os fatos com imparcialidade e celeridade. O Senador Ney Suassuna, com sua autoridade de Líder, declarou que tudo deve ser apurado celereamente, porque o País está nessa crise há mais de um mês – eu diria que a crise já dura dois anos.

Que a CPI convoque todos que merecem ser convocados e que possamos – não só os membros da CPI, como todos os Parlamentares – interrogá-los, para que essa verdade que era tão contestada nesta Casa venha à lume e para que sofra punição quem merece ser punido!

Louvo a discrição do Presidente Lula. Se o Presidente Lula disse que assinava um cheque em branco para o seu grande parceiro Roberto Jefferson, não há sentido, hoje, em dar uma declaração que venha a ofendê-lo. O Presidente está discreto nesse ponto, querendo que se apure o que Roberto Jefferson disse.

Tudo isso são sinais positivos, que estão surgindo agora, porque tudo até aqui foi negativo. O medo estampado na fisionomia dos Parlamentares do PT de que houvesse a Comissão Parlamentar de Inquérito e a tristeza deles com o depoimento, completo e arrasador, do Sr. Roberto Jefferson – que não vou dizer que é santo – dão-nos a segurança de que a consciência nacional acordou para o mau Governo existente. A consciência nacional já conseguiu mudanças no Governo, mas poucas ou quase nenhuma. Afinal de contas, este Governo mudou há um ano, para melhorar, para fazer coisas notáveis, mas o que se viu foi o Vampiro na Saúde, que continua lá, obedecendo ao Sr. Jorge Solla, que muitos aqui desejam que seja Ministro, o que é inacreditável.

Mas tudo pode acontecer neste Governo. Querem que o Sr. Jorge Solla seja Ministro, e nós, da Bahia, que o conhecemos, achamos graça na afirmativa. Mas tudo pode acontecer: muita gente pode vir a ser Ministro, até porque os bons quadros do PMDB estão recusando-se a participar do Ministério, e o PMDB não está interessado em apontá-los.

Evidentemente, fora do Partido, existem nomes muito elevados; até surgiram nomes de capitães da indústria para Ministro, mas não é essa a tese da base aliada. Essa é a tese do Lula, que não tem a coragem de fazer. Está pensando em fazer, gostaria de fazer, mas lhe falta coragem. E observa-se um contraste tremendo: um homem que veio da luta, do Nordeste, que lutou pelos sindicatos e por grandes causas, nessa situação de hoje não poder fazer aquilo que deseja, porque as bases aliadas de que necessita no Congresso não o permitem.

Ora, Sr. Presidente, quem teve a votação que o Sr. Luiz Inácio Lula da Silva obteve em todo o País

tem a força para fazer o Ministério dos mais capazes, mas, quando se começa um Ministério com 20 derrotados nas urnas, evidentemente, esse Ministério não representa a vontade nacional, mas sim a vontade dos sofreadores da derrota, daqueles que querem vingar-se não só dos adversários, o que seria pouco, mas do País, dos seus Estados, o que é mais grave.

Por isso, Sr. Presidente, quando alguém tem a coragem de dizer que os fatos são gravíssimos e têm de ser apurados, só tenho a louvar. Nunca ouvi falar antes do Dr. Osmar Serraglio, achei que era mais uma invenção do PT, mas, na realidade, a sua entrevista nos encoraja. Mas temo que S. Ex<sup>a</sup>, tendo dado a entrevista tão cedo, sofra pressões e mude sua linha de ação. Mantendo-se na sua linha de ação, evidentemente, o País vai aplaudi-lo, mas, se S. Ex<sup>a</sup> aceitar as pressões, como outros tantos as têm aceitado nesta Casa e na Câmara dos Deputados, decepcionará o eleitorado da sua terra. Mas o amor próprio de cada um é maior, sem dúvida, do que o sentido de aceitar as pressões, sobretudo se elas são irresponsáveis.

Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> está trabalhando demais nesta Casa. Sempre que falamos, V. Ex<sup>a</sup> está na Presidência. Precisamos de pessoas como V. Ex<sup>a</sup> no Governo. Quando digo isso, sei que o estou prejudicando: se estou elogiando V. Ex<sup>a</sup>, eles não farão nunca o que digo. É evidente que estamos precisando de pessoas capazes como V. Ex<sup>a</sup>, que, no Ministério da Saúde, honrariam o Governo do Presidente Lula, mas não sou hoje um otimista quanto a isso. Se soubessem do que falo – e estão-me ouvindo os arapongas nesta hora –, V. Ex<sup>a</sup> estará com o câmbio baixo. Mas fique certo de que V. Ex<sup>a</sup> está forte em seu Estado e entre seus colegas, que o respeitam e que sabem da sua atuação.

Sr. Presidente, a crise, sendo tão séria quanto o é, exige de nós reflexões e compreensão. É muito difícil que cheguemos a dizer que este Governo mudará o método de ação; acostumou-se no caminho errado e, dificilmente, voltará a caminhar certo. Mas desejamos que acerte e escolha Ministros corretos. O número já diminuiu: primeiro, ele ia demitir todos, mas, agora, só demitirá quatro ou cinco. Mas que, pelo menos, desses quatro ou cinco, tirem os piores, aqueles que estão lesando a coisa pública, tirem aqueles que não merecem o respeito da sociedade, tirem aqueles que o meu amigo, Senador Demóstenes Torres, entende que poderiam estar em presídios e não em ministérios.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, mais uma vez, que, se for ouvido, opine sempre por uma mudança mais radical. Que o

PT volte a ser aquilo que disse que era e não o que está sendo. As lutas internas do PT já o demonstram. Querem tirar o Delúbio, mas não podem tirá-lo. Caso contrário, Delúbio irá falar. Querem tirar o Silvio Pereira. Não podem tirá-lo, senão o Silvio Pereira irá falar. O Governo é refém dos seus próprios correligionários. Enquanto não se livrar disso e resolver governar para a Nação, vamos viver os dias tristes que estamos vivendo. Não é com uma ou duas modificações que o assunto será resolvido. Será, sim, com homens competentes, sérios, dignos, que possam fazer tudo o que a Nação precisa. A Nação hoje, mais do que ontem, precisa muito mais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Sérgio Guerra, Flexa Ribeiro, Leonel Pavan, Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. SÉRGIO GUERRA** (PSDB – PE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para tratar da atual turbulência no cenário político e de como isso pode afetar o ambiente econômico brasileiro. A imprensa nacional noticiou, no último dia 7 de junho, que o dólar subiu quase 1%, a Bovespa desabou e o risco-país teve alta considerável.

Os jornais de grande circulação no país mostram que o mercado aproveita qualquer momento de desestabilização política para alterar suas posições e, com base nessas oscilações, especular. Caso as denúncias de corrupção no governo, surgidas com o caso dos Correios, não sejam devidamente apuradas, o país corre o risco de enfrentar uma instabilidade econômica que, a cada dia que passa, pode ir ganhando mais força.

É nesse contexto, Sr. Presidente, que requero que as matérias abaixo relacionadas sejam consideradas como parte integrante deste pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR SÉRGIO GUERRA EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## POR DENTRO DO MERCADO

LUÍZ SÉRGIO GUIMARÃES

# Crise chega a Lula e mercado sente golpe

O mercado financeiro ignorou ontem as notícias positivas do dia — como a queda na expectativa de IPCA para 2005, de 6,35% para 6,32%, relatada pelo Boletim Focus do Banco Central e o recuo do IPC-S, calculado pela FGV, de 0,99% para 0,79% — e se concentrou no novo round, bem mais feroz, da crise política que, desde a eleição de Severino Cavalcanti à presidência da Câmara, separa o Congresso e o governo Lula. A crise, agora, bate às portas do terceiro andar do Palácio do Planalto, o que é bem diferente das denúncias de corrupção anteriores. Embora enfraquecessem o governo, elas não impediam a governabilidade nas questões que mais interessam aos investidores, as políticas monetária, cambial e fiscal. Agora, pode ser diferente se a temperatura não baixar logo.

O mercado não teme, por enquanto, o afastamento de Lula — uma bola de neve incontrolável que resulte em campanhas populares do tipo “fora Lula” ou caras-pintadas na rua pedindo a moralização política do país. Para tanto, Lula teria de perder o apoio da parte mais influente dos meios de comunicação. Não

### Exportador aproveita dólar alto para vender

há clima político para isso. Pelas contas informais de um economista, enquanto FHC, em seus dois mandatos, foi alvo de 22 pedidos protocolados de impeachment, Lula ainda não sofreu nenhum. É claro que os tesoureiros de bancos traçam o “cenário José Alencar”, mas não acreditam que, se o vice-presidente tiver de assumir, irá por em prática uma política econômica desenvolvimentista radical e antimercado. “Crítico de fora é fácil. Uma vez no poder, a coisa é bem diferente”, diz um deles. No limite, e sem a companhia do ministro Antonio Palocci, Alencar iria executar uma política monetária mais frouxa, com algum controle de capitais estrangeiros, mas sem rupturas do tipo calote das dívidas interna e externa.

hã clima político para isso. Pelas contas informais de um economista, enquanto FHC, em seus dois mandatos, foi alvo de 22 pedidos protocolados de impeachment, Lula ainda não sofreu nenhum. É claro que os tesoureiros de bancos traçam o “cenário José Alencar”, mas não acreditam que, se o vice-presidente tiver de assumir, irá por em prática uma

O grande problema resultante do enfraquecimento político de Lula tem, para o mercado, o nome de Anthony Garotinho, o ex-governador carioca, hoje filiado ao PMDB. Dos candidatos que podem, no ano que vem, derrotar um debilitado Lula, o único temido é Garotinho. Qualquer outro, tanto do PSDB quanto do PFL, não inspira medo.

Os temores, de mais longo prazo, ficaram patentes no comportamento do mercado futuro de juros da BM&F. Enquanto os contratos curtos quase não se mexeram — para a virada do mês, a projeção se manteve em 19,80%, ainda embutindo a perspectiva de que o Copom irá, em sua reunião marcada para a semana que vem, interromper o aperto monetário —, os contratos mais longos dispararam. O referente a janeiro de 2007, o mais negociado ontem, subiu de 17,71% para 17,99%. Muitos investidores que se posicionavam em ativos prefixados de longo prazo foram forçados a inverter posição ontem.

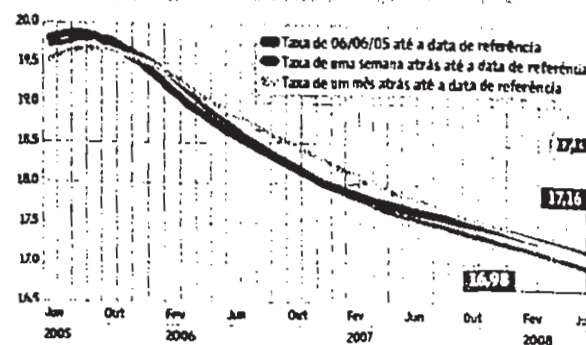
Os exportadores não apostam no acirramento da crise política. Tanto que, ontem, quando a zeragem das posições vendidas dos bancos fez a moeda subir 2,18%, para R\$ 2,48, os exportadores aproveitaram o preço fora dos fundamentos econômicos atuais e fecharam contratos de câmbio. Com essa oferta, o dólar perdeu ímpeto e fechou a R\$ 2,45, em alta de 0,94%. Os fundos internacionais venderam bônus da dívida externa brasileira. O risco-país, pronto de novo para testar os 400 pontos-base, e estimular nova captação externa soberana, foi obrigado a subir. Fechou a 430 pontos-base, alta de 3,37%.

Embora o mercado não tenha entrado em pânico ontem, os próximos lances da crise — sobretudo as provas de Jefferson às compras de votos — podem desencadear uma volatilidade especulativa favorável não mais à genuína zeragem de posições otimistas mas a instauração de um pessimismo interessado em lucros.

Luiz Sérgio Guimarães é repórter de Finanças  
E-mail: luiz.guimaraes@valor.com.br

### Estrutura de juro privado

Dígitos/Swaps - em % ao ano





# Crise política pode afetar economia, diz Scheinkman

Para economista, tudo depende dos desdobramentos

## EFEITO CPI

Adriana Chiarini

RIO

Os problemas políticos do Brasil podem afetar a economia, dependendo da intensidade com que aparecerem, considera o economista José Alexandre Scheinkman, professor da Universidade de Princeton. "Se houver total paralisação política, é uma coisa; se houver uma crise que possa ser resolvida por negociação do governo com a oposição, é outra", disse o economista, ontem, antes de saber detalhes das denúncias do presidente do PTB, Roberto Jefferson, de que o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, teria feito pagamentos mensais a parlamentares do PP e PL para que votassem com o governo.

Em entrevista no seminário Economia e Comportamento Humano, promovido pelo Ibmec no Rio, Scheinkman disse também, quando questionado sobre como investidores internacionais veriam as denúncias, que "as pessoas entendem que os países passam por CPI, por crises; isso é normal".

Scheinkman voltou a criticar a elevada taxa de juros no País, principalmente por seus efeitos fiscais. "O custo real da nossa dívida este ano pode se aproximar de 5% do PIB (Produto Interno Bruto). É mais que o superávit fiscal (4,25% do PIB)", afirmou. "Esse é um custo pago por todos nós."

Ele considera importante que o Brasil reduza a dívida pública em relação ao PIB, hoje em cerca de 50%, para em torno de 40% até "o próximo aperto de liquidez internacional".

O professor acredita que pode estar ocorrendo uma bolha especulativa no mercado imobiliário

em cidades americanas, principalmente Nova York. "Se de fato houver uma bolha e ela estourar, isso levaria a uma queda no consumo americano e teria efeito na economia mundial porque os Estados Unidos são a maior economia do mundo e, entre as economias desenvolvidas, a que mais cresce", disse.

Segundo o economista, "hoje o Brasil é o melhor lugar do mundo para investimentos de curto prazo". Conseqüentemente, atrai dólares. De acordo com ele, é por isso que o real está se valorizando e é injusta a acusação de que o governo está usando o dólar para controlar a inflação.

Scheinkman considera que os preços administrados devem ser retirados da medição da inflação para efeito de meta a ser atingida pelo BC, porque a política monetária não é eficaz para deter esse tipo de reajuste.

Para ele, a meta de inflação deve continuar a ser definida pelo governo. É contra a participação de empresários e sindicatos no Conselho Monetário Nacional (CMN), que define a meta. •

## Mercado reduz projeção de alta do PIB de 3,5% para 3,27%

### CENÁRIOS

Gustavo Freire

BRASÍLIA

Os analistas do mercado financeiro cortaram as projeções de crescimento da economia este ano, de 3,50% para 3,27%. É o que mostra a pesquisa semanal Focus, feita com mais de uma centena de instituições financeiras

e divulgada ontem pelo Banco Central (BC).

A queda coincidiu com a divulgação da informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que o PIB havia apresentado aceleração de apenas 0,3% no primeiro trimestre do ano. A mudança deixou as estimativas de mercado ainda mais descoladas das expectativas do governo de que a economia venha apresentar uma expansão de 4% neste ano.

O aumento do pessimismo do mercado quanto aos cenários de expansão da atividade econômica foi contrabalançado pela melhora das expectativas de inflação neste ano. As previsões de IPCA recuaram de 6,35% para 6,32% e passaram a acumular uma queda de 0,07 ponto percentual num período de três semanas.

Apesar disso, o percentual projetado ainda se encontra bastante acima do objetivo de 5,1% perseguido pelo Comitê de Política Monetária (Copom) neste ano. As estimativas de inflação para maio e junho seguiram a mesma tendência de queda e recuaram de 0,57% para 0,56% e de 0,36% para 0,35%, respectivamente.

As instituições financeiras participantes da pesquisa do BC mantiveram, ao mesmo tempo, a aposta de que a taxa de juros não subirá na reunião do Copom da próxima semana. A taxa, na visão do mercado, permanecerá estável em 19,75% e deverá começar a cair somente entre agosto e setembro. Nesta situação, os juros chegariam ao final do ano em 18%. Em 2006, o Copom teria espaço, na visão do mercado, para realizar novas reduções de juros e deixar a taxa em 15,00% ao final do período.



**TURBULÊNCIA** Após acusações de Roberto Jefferson, dólar sobe 1% e risco-país aumenta; operadores vêem chance para especular

## Crise política bate no mercado, e Bolsa cai 3%

FABRICIO VIEIRA

DA REPORTAGEM LOCAL

Dessa vez, o mercado financeiro não deixou para segundo plano as turbulências no cenário político. As acusações do presidente do PTB, Roberto Jefferson, feitas em entrevista à Folha, de que o governo pagaria "mesada" a parlamentares da base aliada sacudiram o mercado: o dólar subiu quase 1%, a Bovespa desabou 3,07% e o risco-país teve alta considerável.

Na abertura dos negócios, o dólar chegou a ser vendido a R\$ 2,48 (valorização de 2,20%), mas perdeu força no fim da tarde. A moeda norte-americana encerrou as operações a R\$ 2,45, em alta de 0,95% diante do real.

A Bolsa de Valores de São Paulo chegou a registrar perdas de 4,35% no pior momento do dia.

Tentando acalmar a situação, o secretário-executivo da Fazenda, Murilo Portugal, disse que o mercado deve olhar mais os fundamentos da economia do que as más notícias da política.

Analistas disseram acreditar que o movimento fortemente negativo de ontem não representou uma mudança na tendência do mercado doméstico. "O mercado aproveita qualquer chance para mudar posições e especular. Foi exatamente o que aconteceu hoje [ontem], um dia marcado por um movimento de susto diante de uma deterioração no cenário político", diz Adolpho Nardy Filho, diretor de operações e finanças do banco Cruzeiro do Sul.

As projeções futuras de juros também subiram um pouco, mas nada que signifique alterações nas expectativas para a reunião do Copom (Comitê de Política Monetária) da próxima semana.

O volume de contratos DI — que mostram as projeções futuras de juros — no pregão da BM&F (Bolsa de Mercadorias & Futuros) de ontem cresceu 21% em relação à sexta. No contrato DI mais negociado, com vencimento na virada do ano, a taxa foi de 19,43% para 19,52%.

"Há o temor de que os ruídos políticos comecem a se refletir no campo econômico. Algo assim faria o mercado realmente mudar de tendência. Mas ainda não é o caso", diz Newton Rosa, economista-chefe da Sul América Investimentos. "O mais importante, para o mercado não entrar em uma fase de grandes sobressaltos, é a inflação seguir controlada, o câmbio, livre, e a busca pelo equilíbrio fiscal não ser abandonada", completa o economista.

O risco-país brasileiro, medido pelo banco americano JP Morgan, chegou ao fim do dia em alta de 3,4%, a 430 pontos. Como o risco é apurado a partir de uma cesta de títulos da dívida brasileira negociados no exterior, quando sobe, indica que houve uma venda maior desses papéis.

No dia em que eclodiu a crise envolvendo Waldomiro Diniz, ex-assessor do ministro José Dirceu (Casa Civil), em fevereiro de 2004, o risco-país subiu quase 6%, indo aos 522 pontos.

Operadores avaliam que a elevação do dólar ontem foi impulsionada muito mais por tesourarias de bancos que pelo aumento da procura por hedge (proteção contra a oscilação da moeda). Nos momentos de crise, costuma aumentar consideravelmente as operações de hedge, impulsionadas por empresas e instituições financeiras preocupadas com o futuro da economia. Ao menos por enquanto, isso não ocorreu.

O dólar ontem fechou em seu maior valor em 20 dias. Mas a depreciação da moeda acumulada diante do real no ano ainda é bem grande, ficando em 7,7%.

No pregão da Bovespa, apenas 3 das 55 ações de maior liquidez conseguiram fugir da queda generalizada. Dessas, duas foram os papéis PN e ON da Embraer, que subiram 2,26% e 0,65%, embaladas por novo acordo de venda de aviões (leia na pag. B6).

Um destaque positivo de ontem foi a divulgação do boletim semanal Focus, elaborado pelo Banco Central junto a instituições financeiras, que trouxe uma pequena redução na projeção mediana para o IPCA acumulado em 2005, que caiu de 6,35% para 6,32%.

Na sexta-feira, será conhecido um dado que os investidores consideram, ao menos neste momento, mais importante para ajustar suas posições em relação ao futuro da política monetária: o IPCA.

Se esse índice, que baliza a meta de inflação do governo, vier abaixo do esperado, a tendência é de crescerem as apostas na manutenção da taxa Selic (que está em 19,75% anuais). Por enquanto, o mercado está dividido entre os que afirmam que os juros devem ficar inalterados e os que esperam alta de 0,25 ponto percentual na taxa. Mas os desdobramentos políticos podem alterar o quadro.

**Denúncias Bovespa fecha com queda de 3,07%, dólar sobe 0,94% e risco-país avança 3,37%**

# Crise política chega aos mercados

**Luiz Sergio Guimarães  
e James Rocha**  
De São Paulo

A crise política chegou ao mercado financeiro. As denúncias anteriores à revelação do deputado Roberto Jefferson — Correios, IRB, Receita Federal, Ibama, Banco Central — foram ignoradas quase por completo pelos mercados. O suposto esquema político do "mensalão", por tentar envolver o presidente Lula e o ministro da Fazenda Antonio Palocci, teve imediata e aguda reação no mercado.

Os investidores desmancharam posições otimistas, temendo os desdobramentos das denúncias, e o comportamento dos pregões azedou. A Bovespa fechou em queda de 3,07%, a maior baixa desde 28 de abril. O dólar comercial avançou 0,94%, cotado a R\$ 2,45. O risco-país subiu 3,37%, para 430 pontos-base.

Mesmo assim, não houve pânico. "Os mercados mantiveram o sangue-frio", diz o economista-chefe do Banco Pátria, Luis Fernando Lopes. Os investidores vinham ignorando os vários escândalos noticiados nas últimas semanas e concentrando as análises no ambiente externo e nos fundamentos da economia brasileira. Ambos emitiam sinais otimistas. E as posições carregadas pelos bancos, investidores locais e estrangeiros refletiam esses viés positivo.

A surpresa com a reportagem da "Folha de S. Paulo" foi grande. E, no susto, as posições — "compradas" em bolsa, em juros prefixados longos e em títulos da dívida externa brasileira; e "vendidas" em dólar — foram revistas. Os investidores não sabem a dimensão que as denúncias de Jefferson podem tomar. Mas, em princípio, destacam-se os cenários mais extremos, como mudanças de política econômica ou impeachment de Lula.

Para os analistas, não adianta mudar a política econômica para desviar o foco das atenções. O caso é típico de incompetência política. É a mesma coisa que a crise tem de ser resolvida.

O economista-chefe do ABM Amro Real, Mário Mesquita, acredita que a crise não será longa, mas

pode provocar períodos de volatilidade mais intensa nos mercados. O risco maior é de paralisia das votações no Congresso. Para o analista, é baixa a probabilidade de mudanças na política econômica. As consequências podem ser de mais longo prazo, sobretudo em relação às eleições de 2006.

Conforme explicou um analista que não quis se identificar, os investidores não acreditam, no momento, em um impeachment do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e sua sucessão pelo vice, José de Alencar. Isso seria contrário os interesses da oposição "mais sólida" como PSDB e PMDB, pela coincidência de "bandeiras" políticas.

O que se dizia ontem era que a continuidade da política econômica poderia estar ameaçada para as próximas eleições. "O mercado teme que essas denúncias fortaleçam a posição de um candidato populista (à presidência em 2006) como o (Anthony) Garotinho (secretário de governo do Rio e presidente regional do PMDB)", afirmou esse analista.

Newton Rosa, economista-chefe da Sul América Investimentos, disse que os investidores com quem ele conversou ontem estavam "perplexos" e "desanimados". "É um filme que nós já vimos antes e, pior, você não sabe a amplitude que pode ter", avaliava o economista, explicando a reação dos investidores. "Tudo isso" lembra, "em um ambiente no qual a economia se desacelera" — referindo-se à divulgação, semana passada, de um crescimento de apenas 0,3% do PIB no primeiro trimestre.

Alex Agostini, economista da consultoria GRC Visão, relatou que muitos investidores estrangeiros re-

solveram abandonar parte de suas posições em ativos brasileiros. "Ninguém quer pagar pra ver" (o resultado da crise política), disse Agostini.

Porém tanto Rosa quanto Agostini não viam motivo para pânico. "Não há motivo algum para desespero", disse Newton Rosa, lembrando que os fundamentos da economia não se alteraram. "Na nossa avaliação, muita coisa ainda pode acontecer, mas não dá para fazer uma previsão apenas a partir das denúncias apresentadas", completou Agostini. Para o economista da GRC Visão, a imagem do governo ficou arranhada e uma consequência prática das denúncias poderá ser a demissão de algum membro importante do governo. "A situação ainda é de fumaça e de fogo controlado. Até o desfecho dessa história vai haver muita volatilidade no mercado", aposta Agostini.

# Mercados começam a se agitar com denúncias



Os mercados financeiros oscilaram fortemente ontem, pela primeira vez desde que surgiram denúncias de corrupção nos Correios estreladas pelo PTB, um dos aliados da base do governo. Foi uma avant-première da instabilidade que pode ganhar força, caso todas as suspeitas não sejam rapidamente apuradas. Da forma como vem evoluindo, a crise, que a princípio poderia ser circunscrita a mais um episódio vexaminoso de roubalheira do dinheiro público causada pela uma divisão fisiológica de cargos públicos, tem agora o grave potencial de machucar seriamente a credibilidade do governo.

Ancorados nos sólidos resultados da economia, os mercados vinham passando ao largo das marolas políticas, pois não contavam com a possibilidade de que eventuais desvios de indicados políticos inescrupulosos pudessem atingir com força o governo. Os prejuízos para o governo do PT advinham mais da má escolha dos aliados e da repetição do jogo fisiológico na repartição de cargos, que o partido um dia combateu. Além disso, uma carga adicional de desgaste era esperada, pela veemência com que o governo se lançou na empreitada de impedir a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigasse as suspeitas. A entrevista que o deputado Roberto Jefferson, presidente nacional do PTB, envolvido nas denúncias de corrupção, concedeu à "Folha de S. Paulo", publicada no domingo, pode ser um divisor de águas. Jefferson acusou o tesoureiro de campanha do PT, Delúbio Soares, de pagar um "jcton" mensal a parlamentares do PP e do PL, de R\$ 30 mil, em troca de apoio político, pelo menos até janeiro. Mais ainda: segundo Jefferson, ele próprio teria relatado o caso ao ministro da Casa Civil, José Dirceu, ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, e ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Após o relato ao presidente, o dinheiro teria parado de fluir, segundo o presidente nacional do PTB.

É possível que as acusações de Jefferson sejam invenções de um político em maus lençóis, que estampa em seu currículo o fato de ter sido da base de apoio do então presidente Fernando Collor, que encabeçou um dos governos mais corruptos da história republicana recente. Mas há igualmente a chance de que as versões apresentadas por Jefferson sejam verdadeiras.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria publicada no jornal **O Estado de S. Paulo**, de 20 de maio de 2005, intitulada "Ao vencedor, os problemas".

O Governo conseguiu recusar o nome de Alexandre de Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça, mas, ao invés de comemorar uma vitória contra a oposição, criou um problema. Agindo com imaturidade, o governo quis dar o troco quando a oposição apresentou o requerimento de CPI dos Cor-

reios, mas ganhou com isso apenas mais prejuízos e crises futuras.

Investigações nessa direção poderiam levar a uma devassa nas contas do tesoureiro de campanha do PT, Delúbio Soares, com desdobramentos imprevisíveis. O financiamento de campanhas, já se sabe há muito tempo, é uma caixa preta e dela sempre podem sair surpresas muito desagradáveis. Jefferson jogou uma bomba em direção ao Palácio do Planalto. Na mais branda das hipóteses, caso suas denúncias sejam verdadeiras, o presidente da República teve conhecimento de uma grave irregularidade e não teria tomado nenhuma providência contra quem agira ilegalmente ao redor do poder.

Já se disse que o PT mudou de cara e de política ao assumir o poder, que aprendeu rápido o jogo fisiológico que tanto execrava e que passara a combater CPIs com o mesmo afincamento e histeria com que no passado as defendia. O impacto no jogo político e na opinião pública de manobras políticas moralmente condenáveis foi claro, mas residual até agora. Tudo poderá mudar de figura se ficar comprovado que o PT, além disso, participa de esquemas de corrupção como outro partido qualquer. Administrações honestas sempre foram a bandeira e a marca registrada do partido em todas as eleições que disputou.

Há apenas uma maneira de o governo se ver livre de aliados em apuros com a lei e de suspeitas que poderão manchar fortemente sua integridade — é apoiar que todas as investigações sejam feitas rapidamente por todas as formas, seja por uma Comissão Parlamentar de Inquérito, seja pelos instrumentos de que dispõem para esses fins, como a Polícia Federal e o Ministério Público. É óbvio que há interesses eleitorais em jogo por parte da oposição, mas eles podem ser canalizados para uma apuração séria e responsável sobre as denúncias que vieram a público até agora. O governo já está pagando um alto preço por tentar impedir uma CPI que, a esta altura, já se tornou inevitável. Ele já perdeu a presidência da Câmara por um erro político inacreditável e cometeria outra incongruência ao manobrar contra investigações no exato momento em que as ações contra a corrupção executadas pela Polícia Federal dão seus melhores frutos. O fato de os mercados terem colocado em seus radares a crise é um dos sinais mais evidentes de que o governo, pela primeira vez, tem se mostrado vulnerável. É um péssimo sinal.

reios, mas ganhou com isso apenas mais prejuízos e crises futuras.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# DORA KRAMER

dkramer@estadao.com.br

## Ao vencedor, os problemas

A recusa no Senado do nome de Alexandre de Moraes para integrar o Conselho Nacional de Justiça é, para o governo, o tipo da vitória mal cantada: não rende benefício, traz prejuízo e mantém inalterada a situação de minoria em que está o Planalto por ora no Congresso.

Ligado ao PSDB, até recentemente era secretário de Justiça do governador Geraldo Alckmin, Moraes havia sido aprovado pela Câmara. Na quarta-feira, seu nome caiu no Senado por falta de dois votos no quórum mínimo exigido para a votação.

Tudo normal, não fosse o resultado atribuído a manobra do líder do governo, senador Aloizio Mercadante, que enxergou oportunidade de se vingar das constantes derrotas que o Executivo vem sofrendo no Congresso.

Também essa reação seria muito natural e de acordo com o jogo parlamentar, não estivesse o governo na iminência de ter uma empresa estatal (Correios) e um partido aliado (PTB) virados do avesso por uma comissão parlamentar de inquérito que vai investigar corrupção.

Absolutamente nos conformes poderia ser encarado o revide do senador Mercadante, caso o Planalto não estivesse atolado em crise e confusão até as orelhas.

Sem contar o fato de que cabe e interessa a governos de um modo geral aplacar e não acirrar ânimos mesmo em cenários de vantagem política — arreganhos ficam bem na oposição, que tem pouco a perder —, a este em particular deveria interessar a serenidade, não a agressividade.

O episódio da alegada vitória só não foi gratuito porque tudo indica custará prego alto. Por nada, aliás.

Moraes foi rejeitado em função de duas ausências. Diferente teria sido se o senador Mercadante tivesse conseguido mobilizar apoios suficientes para derrotar a oposição nos votos e invertido o quadro atual de desvantagem política e numérica.

**Governo deu  
“troco” à  
oposição, nada  
ganhou, mas  
contratou  
prejuízos e  
crises futuras**

Objetivamente, o governo conseguiu que um integrante do Conselho Nacional de Justiça, cuja criação é bandeira levantada com orgulho pelo ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, deixasse de ser indicado. E daí?

Daí criou-se um impasse jurídico sobre a nova indicação e aumentaram as arestas políticas. A

oposição já avisou que não vai dar um passo para ajudar a desatar o nó da composição do Conselho. Pois o governo, cujo plantel de problemas já está bastante fardoado, terá mais este para resolver.

O senador pode ter se sentido vingado e emocionalmente confortado (isso para não entrarmos na questão da disputa política de São Paulo onde Aloizio Mercadante pretende se candidatar ao governo), mas em matéria de serviço prestado ao Palácio do Planalto, francamente, fez as vezes de líder da oposição.

Deu prioridade aos nervos e ao fígado, agora terá de dar tratos ao cérebro, à mão que afaga e à coluna vertebral que se dobra para ajeitar a confusão acrescida ao já bastante conturbado ambiente. O líder aplicou força onde era preciso.

Justiça se faça ao senador Aloizio Mercadante, não é o único nesse diapasão.

Tem a companhia do presidente da República e de muitos outros nesse partido que até outro dia ainda achava possível eleger o presidente da Câmara ignorando a opinião do colegiado e levando em conta só suas conveniências internas para acomodação de tendências.

O PT ainda tem muito o que avançar na transição de legenda de oposição para partido de governo. Deu uma lida na carinha do poder, absorveu a primeira lição sobre as regras sem ideologia da economia, mas parece que foi só.

### Transparência-Brasil

O presidente Luiz Inácio da Silva desdramatiza a prática do fisiologismo quando diz, como disse aos líderes partidários na terça-feira, que pretende negociar “abertamente” cargos federais e emendas ao Orçamento da União.

O tesoureiro do PT, Delúbio Soares, já havia enveredado por esse caminho muito antes. Ano passado, a serem contestadas suas andanças por reuniões no Palácio do Planalto e suas investidas sobre financiamento de estatais a eventos em benefício financeiro do partido, o tesoureiro defendia-se dizendo que fazia tudo com “transparência”.

Ou seja, abertamente, na maior desfaçatez.

### Na pressão

Será um milagre de de fazer inveja ao Padre Eterno o governo conseguir evitar a instalação da CPI dos Correios na base da cooptação de parlamentares para retrabarem suas assinaturas do requerimento a ser lido na semana que vem.

Não tão difícil será a recuperação da fidelidade perdida na base de apoio no Congresso.

A chance, embora exista, é uma só: o presidente Luiz Inácio da Silva dar sinais reais e substanciais de que será reeleito para mais quatro anos em 2006. Mas tal certeza só poderá se concretizar, ou voltarizar, no ano que vem.

Daqui até lá, o caminho será de solavancos um atrás do outro. Até porque a rapaziada já descobriu, literalmente, o caminho das pedras usando a intuição do opositor.

### Aguilha no palheiro

Os artífices da CPI têm consciência de que os nomes do presidente e do relator da comissão terão de ser escolhidos com precisão cirúrgica. De preferência entre excelências muito acima de qualquer suspeita. E imunes a pressões. ●

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB-SC)** Sr. Presidente, Sr<sup>as.</sup> e Srs. Senadores, ocupo a Tribuna neste momento para fazer o registro de alguns artigos, dos muitos publicados hoje, sobre as denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson de que deputados recebiam uma mesada paga pelo tesoureiro do Partido do Trabalhador, para votar de acordo com os interesses do governo Lula.

As acusações, relatadas por dezenas de matérias em todos os jornais do país, repercutiram e ficou evidente o envolvimento do governo. Os Ministros Aldo Rebelo, José Dirceu, Antonio Palocci, Ciro Gomes e Walfrido Mares Guia, entre outros membros do gover-

no e da bancada, sabiam. Nenhuma providência foi tomada. Nada fizeram, foram coniventes.

Cabe a apuração, torna-se irreversível a abertura de uma CPI. O governo não pode mais deixar questões tão estarrecedoras sem resposta.

Para que conste dos anais do Senado da República, requeiro, Sr. Presidente, que os artigos relacionados passem a integrar este pronunciamento.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE  
O SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



# FOLHA DE S. PAULO

## COMO FUNCIONARIA O ESQUEMA

Segundo Jefferson, a base pedia reajuste da mesada para R\$ 50 mil ou R\$ 60 mil. A suspensão do pagamento explica a insatisfação na base: **"A insatisfação está brutal porque a mesada acabou"**

### Delúbio Soares

Tesoureiro do PT e membro da Executiva Nacional do partido. Pagava R\$ 30 mil mensais a deputados da base aliada. Jefferson não informou de onde vinha esse dinheiro



### U que diz o PT

Nota divulgada pelo presidente do PT, José Genoino, "nega as declarações do deputado Roberto Jefferson, pois elas não têm o mínimo de fundamento na realidade"

### PTB

Segundo Jefferson, Delúbio procurou José Carlos Martínez para oferecer a mesada aos deputados do PTB, que rejeitou a oferta. Depois, Delúbio procurou o deputado José Múcio, sem êxito



### PP

Segundo Jefferson, os deputados do PP recebiam o "mensalão". O presidente do PTB afirma que o deputado Pedro Henry (PP-MT) teria pressionado petebistas a aceitar a mesada



**"Hoje eu sei que são R\$ 3 milhões, R\$ 1,5 milhão mensal para o PL e [outro] para o PP"**

Roberto Jefferson, em entrevista à Folha

### PL

Os deputados também recebiam a mesada. Jefferson afirma que os deputados Valdemar Costa Neto (PL-SP) e Bispo Rodrigues (PL-RJ) pressionaram José Múcio a aceitar a mesada



### BANCADA

Deputados federais: 48  
Senadores: 3

### PRINCIPAIS CARGOS NO GOVERNO LULA

- Ministério do Turismo
- Diretorias de estatais

### BANCADA

Deputados federais: 51  
Senadores: 1

### PRINCIPAIS CARGOS NO GOVERNO LULA

- Diretorias de estatais

**Defesa:** Henry disse que nunca fez reunião com nenhum parlamentar para tratar desse tipo de pagamento

**Defesa:** Valdemar disse que as denúncias têm como objetivo "confundir a opinião pública e chantagear o governo". Disse que vai interpelar judicialmente Jefferson

### BANCADA

Deputados federais: 50  
Senadores: 3

### PRINCIPAIS CARGOS NO GOVERNO LULA

- Ministério dos Transportes
- Diretorias de estatais

## AS DENÚNCIAS CONTRA ROBERTO JEFFERSON

### CORREIOS

Estapim das acusações envolvendo Jefferson. Segundo gravação revelada pela revista "Veja", um diretor da estatal aparece negociando propina com empresários. Dizia ter o respaldo do presidente do PTB

### ELETRONUCLEAR

A subsidiária da Eletrobras enviou carta à sua seguradora pedindo que a corretora do dono da Assuré fosse contratada. O gênero do deputado é assessor da Eletronuclear e já foi sócio do corretor amigo de Jefferson

### IRB

Também no Instituto de Resseguros do Brasil havia esquema envolvendo o PTB e Jefferson. Segundo a "Veja", o deputado exigia, por meio da corretora de seguros Assuré, de um amigo, mesada de R\$ 400 mil do então presidente da estatal

### ELETRONORTE

O presidente da estatal, que também é citado na gravação que revelou o esquema nos Correios, seria uma das pessoas-chave que atuariam em favor de Jefferson, de quem é amigo e que o indicou ao cargo na Eletronorte

### INFRAERO

Em licitação de 2004, a estatal teria beneficiado a Assuré, do amigo de Jefferson. O fato contrariou o próprio edital licitatório, que proibia a contratação de corretoras de seguro. A estimativa de lucro da empresa do amigo do deputado é de R\$ 1 milhão ao ano

### FURNAS

Mesmo com barreiras técnicas apresentadas pela própria estatal, a corretora do amigo de Jefferson foi designada pela diretoria de Furnas para operar suas ações de resseguros. O negócio é avaliado em R\$ 2,2 milhões

## O MENSALÃO SEGUNDO ROBERTO JEFFERSON

### QUEM SABIA

#### LULA

Avisado por Jefferson no início deste ano, na presença de Walfrido Mares Guia, Aldo Rebelo, José Dirceu e Gilberto Carvalho:  
**"Não é possível isso"**, teria dito o presidente que, segundo Jefferson, chorou

#### MIRO

##### TEIXEIRA

(na época era ministro das Comunicações)  
 Avisado no final de 2003. Teria dito:  
**"Roberto, eu**

**vou denunciar o 'mensalão'. Você me dá estofos?"** Jefferson disse que preferia avisar Lula  
**Defesa:** Miro afirma que só não foi a Lula porque Jefferson se recusou, e que sem o petebista ele não teria como confirmar a existência do esquema

#### ANTONIO

##### PALOCCI

(fazenda)  
 Jefferson não informou a data em que revelou o esquema ao ministro.

Ele teria dito a Palocci: **"Tem isso e é uma bomba"**  
**Defesa:** Palocci declarou, por meio de nota, que "nunca foi abordado pelo deputado Roberto Jefferson sobre procedimentos inadequados junto à base parlamentar"

#### WALFRIDO

##### MARES GUIA

(Turismo)  
 Avisado no início de 2004, rejeitou a proposta:  
**"Em hipótese**

**alguma. Eu não terei coragem de olhar nos olhos do presidente Lula. Nós não vamos aceitar"**  
**Defesa:** Walfrido ainda não comentou o caso

#### ALDO

##### REBELO

(líder do governo)  
 Avisado quando era líder do governo na Câmara e depois

no ministério da Coordenação Política, na presença de Lula  
**Defesa:** Aldo ainda não comentou o caso

#### JOSÉ

##### DIRCEU

(Casa Civil)  
 Avisado por Jefferson no início de 2004, teria dado um soco na mesa:

**"O Delúbio está errado. Isso não pode acontecer. Eu falei para não fazer"**  
**Defesa:** Dirceu não quis comentar o assunto

#### CIRO

##### GOMES

(Integração Nacional)  
 Informado da existência do mensalão em

junho de 2004, declarou:  
**"Roberto, é muito dinheiro, eu não acredito nisso"**  
**Defesa:** Ciro Gomes está em Washington e não foi localizado para falar

**Acusação de petebista de que PT pagava propina a deputados atordoa o Palácio do Planalto**

# LAMA EM LULA

**O** governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva enfrenta sua maior crise política. As denúncias do deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), de que deputados recebiam uma mesada paga pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, para votar conforme o interesse do Planalto, tornaram irreversível a abertura de uma CPI para investigar suspeitas de corrupção. O próprio presidente Lula manifestou a ministros e dirigentes petistas o desejo de que seja investigado o pagamento do "mensalão". E o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), quer instalar em 48 horas a CPI dos Correios.

As denúncias afetaram o mercado financeiro. Petistas ficaram atônitos e a oposição fez cobranças diretamente a Lula — e não mais a ministros ou líderes no Congresso. O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), confirmaram que Jefferson comentara com Lula a existência de boatos sobre o "mensalão" e argumentaram que o presidente mandou investigar. O governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), revelou que alertara Lula para o assédio a deputados tucanos para que mudassem de partido em troca de mesada. A crise provocou ontem a renúncia do presidente da Eletronorte, Roberto Salmeron, indicado para o cargo por Roberto Jefferson.

## PRESIDENTE APOSTA EM CPI

UGO BRAGA E SANDRO LIMA  
DA EQUIPE DO CORREIO

Ao contrário do que vinha fazendo em relação às denúncias de corrupção na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu, em duas reuniões internas, a abertura imediata de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a compra de votos favoráveis ao governo na Câmara dos Deputados. A acusação sobre um suposto balcão de negócios montado pelo tesoureiro do PT, Delúbio Soares, com os partidos aliados foi feita pelo presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), em entrevista publicada ontem pela *Folha de S. Paulo*.

Uma tropa de bombeiros combatou durante todo o dia a posição do presidente. Nela, perfilaram o líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), o ex-presidente da Câmara João Paulo Cunha (PT-SP) e o presidente nacional do PT,

José Genoino. Eles defendem uma operação-abafa ainda mais potente do que a lançada sobre a CPI dos Correios. Achaem que, ao fazer isso, o governo pagará um preço, mas que em dois meses a opinião pública terá esquecido e o jogo político recomeçará.

Essa posição anti-CPI aparece na nota oficial divulgada pelo PT logo pela manhã. Ela foi arquivada numa reunião feita na sede do partido, em São Paulo, ao primeiro raio de sol do dia. Às 6h30, Genoino e João Paulo já faziam as primeiras avaliações e davam instruções para a redação da nota, que foi feita na sede de Brasília do partido.

A dupla e mais Mercadante trocavam opiniões pelo telefone com o presidente Lula, que estava em São Bernardo do Campo. Ao presidente, os três analisaram o cenário e sugeriram a estratégia de desqualificar as acusações e enterrar no nascedouro qualquer ideia de CPI. Ficaram surpresos quando Lula expressou o que pensava.

O presidente deu três motivos para defender a CPI. Pensa que com ela vai se livrar de uma penca de aliados fisiológicos; acha que vai conseguir restaurar o PT e, sobretudo, acredita que a investigação tende a enfraquecer o Congresso, ponto mais forte na caneta presidencial. Experimentados no varejo político da Câmara, os três bombeiros consideraram a análise equivocada e a estratégia, suicida. E se puseram a tentar modificá-la.

# A REPÚBLICA DO MENSALÃO

**Ministro Aldo Rebelo confirma: Lula soube da denúncia sobre propina em março**

**Presidente avalia que nova CPI "pegaria" partidos, mas não chegaria ao Planalto**

**Quem é Delúbio Soares, o tesoureiro do PT acusado de subornar parlamentares**

Denúncias de presidente do PT, Roberto Jefferson (RJ), agravaram a crise política que ameaça paralisar o governo. Em entrevista publicada ontem, o deputado acusou o tesoureiro do PT, Delúbio Soares, de pagar mensais de R\$ 30 mil para que parlamentares do PP e PL apoiassem o Planalto no Congresso. Ele disse que levou o caso ao conhecimento de Lula e de cinco ministros. Desde então, o pagamento da mensalidade virou fato suspenso. E isso seria a causa das sucessivas demissões que o

governo passou a sofrer no Congresso. Aldo confirmou o encontro com Lula em março. Mas ressaltou que as denúncias foram genéricas. A oposição quer ouvir Jefferson e todos os ministros e deputados criados por ele. E considera que o abertura da CPI para apurar as denúncias é inevitável. No mercado financeiro, o dia foi mais nublado para quem investe no Brasil ou em dólar, a bolsa despenhou 3,07% e o dólar, que chegou a subir mais de 2%, fechou em alta de 0,94%.



À tarde, já todos em Brasília, o gabinete da Presidência convocou o líder na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), e o ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo (PCdoB-SP). Àquela altura, Chinaglia ainda não conhecia a opinião de todos os partidos aliados. Sabia da posição do PP e do PL, que haviam divulgado nota oficial, e do PSB. Todos favoráveis à investigação, mas pela Corregedoria da Câmara, não por uma CPI.

Aldo e Chinaglia saíram da reunião da tarde no Planalto com a missão espinhosa de defender a posição pró-CPI, preferida por seu chefe, mas já atenuada pela insistência dos bombeiros. A defesa deveria ser feita de forma que não a tornasse irreversível.

De volta à Câmara, Chinaglia tratava de completar a delicada operação. Avisava ter convocado uma reunião com os líderes dos partidos aliados do governo e que a decisão final cabia a eles. "A posição do presidente é a de que o governo está aberto à CPI, desde que os deputados queiram." Os líderes foram chamados a Brasília, mas não conse-

guiram chegar a tempo. A reunião ficou para hoje.

### "Nada a ver"

O vice-presidente da República e ministro da Defesa, José Alencar, defendeu uma "firme investigação" das denúncias feitas pelo presidente do PTB. "Se ele (Jefferson) falou, deve ser investigado rigorosamente", afirmou Alencar, que é do PL, um dos partidos citados por Jefferson como tendo recebido "mesada" do PT para votar a favor do governo.

Ao ser questionado sobre se as denúncias abalam o governo Lula, Alencar respondeu que "o presidente Lula, na minha opinião e na dos brasileiros que o conhecem, tem um histórico de sensibilidade social e um comportamento absolutamente correto. Não acredito que possa afetar o presidente porque ele não tem nada a ver com isso", afirmou.

"Se esse cidadão traz uma informação dessa natureza, obviamente tem que ser investigada", ressaltou. Alencar disse que nunca tinha ouvido falar em "mesada" a partidos políticos e que, se soubesse, seria "óbvio e ululante" que teria tomado providências. "Isso não pode (acontecer)".

Para Alencar, se alguém recebeu a "mesada", a única forma de descobrir isso é investigando, "porque se alguém recebeu é claro que vai dizer que não". "Por isso tem que investigar", disse.

### JOSÉ CRUZ

DA EQUIPE DO CORREIO

*Longe da Seleção Brasileira que disputa as Eliminatórias à Copa do Mundo de 2006, o craque Ronaldo esteve ontem perto da crise política que se agravou no governo federal. Recebido no Palácio do Planalto pelo presidente Lula, Ronaldo se colocou à disposição para divulgar os projetos sociais do governo nas áreas da educação e do esporte. No encontro reservado com Lula, Ronaldo ajudou a amenizar o ambiente tenso do poder. Lula, um apaixonado por futebol, brincou ao recepcionar o ídolo: "Você até está mais gordo do que eu..." Os dois riram à vontade. Em seguida, Ronaldinho presenteou Lula com a camisa que usa da Seleção Brasileira n.º de número 9*

*O presidente disse que na recente visita que fez à Coreia do Sul o governo daquele país candidatou-se a receber um jogo da Seleção Brasileira.*

*Lula acredita que a oportunidade é para um amistoso entre as seleções da Coreia do Norte e a do Sul, reunindo pelo esporte dois países separados geograficamente e politicamente desde a guerra de 1953. O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, deverá fazer as primeiras negociações nesse sentido, e poderá ter Ronaldo como parceiro, na tentativa de convencer os coreanos a formarem seleção única.*

*No encontro de Ronaldo com o ministro da Educação, Tarso Genro, o ambiente também estava descontraído. Tarso brincou com o auditório, em torno de 120 pessoas: "Eu sei que vocês vieram aqui para me ver..."*

**Ministro admite que Lula ouviu acusações do presidente do PTB sobre o "mensalão"**

## PLANALTO SABIA DA DENÚNCIA

**SANDRO LIMA**  
DA EQUIPE DO CORREIO

O ministro da Coordenação Política, Aldo Rebelo, confirmou ontem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi informado pelo deputado federal Roberto Jefferson (RJ), presidente do PTB, da existência de pagamento do "mensalão" de R\$ 30 mil a parlamentares do PP e do PL para que apoiassem o governo. Escalado para responder ontem às acusações que Jefferson tornou públicas, Aldo alegou que o presidente mandou investigar a denúncia.

Em tumultuada e curta entrevista, que durou apenas dez minutos, as declarações de Aldo deixaram clara a estratégia governista: jogar sobre o PT a responsabilidade por eventuais irregularidades. "Não há nenhuma acusação que relacione o governo ao pagamento a parlamentares. A denúncia refere-se ao hipotético pagamento de um partido a parlamentares de outros partidos. O governo não sofreu qualquer tipo de acusação", afirmou o ministro. Aldo não quis responder às perguntas dos jornalistas sobre quais atitudes o governo tomaria em relação às denúncias e se o PT e o tesoureiro do partido, Delúcio Soares, acusado de ser o responsável pela distribuição da mesada, serão investigados.

Segundo o relato apresentado ontem pelo ministro Aldo Rebelo, durante uma reunião de Lula com o PTB Jefferson relatou o esquema ao presidente da República, que posteriormente mandou averiguar. "Em uma reunião (no Palácio do Planalto) com Roberto Jefferson, o líder do partido (PTB) na Câmara, José Múcio (PE); o ministro do Turismo, Walfrido Mares Guia; e o líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP), quando se discutia a relação entre o governo e o PTB, de passagem, durante esta conversa, o deputado Roberto Jefferson fez referência ao pagamento a parlamentares na Câmara", confirmou Aldo. De acordo com o ministro Aldo Rebelo, encerrada a reunião "o presidente (Lula) solicitou a mim e ao líder Arlindo Chinaglia informações sobre o comentário do deputado Roberto Jefferson". Segundo Aldo, o presidente Lula pediu explicações e foi informado que a Câmara já havia investigado o episódio no ano passado, durante a gestão de João Paulo Cunha, e arquivado a denúncia por falta de provas.

No dia 25 de setembro do ano passado, o então presidente da Câmara, João Paulo Cunha

(PT-SP), determinou a abertura de um processo na Corregedoria-Geral e na Procuradoria da Câmara para apurar as denúncias, motivado por uma matéria publicada no *Jornal do Brasil*.

Aldo disse que nenhum parlamentar da base governista lhe relatou a existência do esquema do "mensalão". O ministro disse ainda que na ocasião da conversa não se fez nenhuma pergunta mais detalhada a Jefferson porque se entendia que o deputado "teria o espaço para fazer as suas denúncias na Câmara dos Deputados". Aldo disse que a reunião de março teve como objetivo discutir a relação entre governo e PTB e, assim que foram tomadas providências de pedir que a Câmara abrisse a investigação, manteve o presidente Lula informado.

Consta na agenda oficial do presidente Lula que este encontro com o PTB ocorreu às 4h30 do dia 23 de março. Na versão de Aldo Rebelo, diferente da divulgada por Roberto Jefferson, Lula não chorou ao saber das denúncias no encontro com o PTB.

Ontem à tarde, em nota oficial, o ministro Antonio Palocci Filho (*Fazenda*) negou que tivesse ouvido do presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ), a denúncia de que o PT pagava uma mesada a deputados de partidos aliados. "O ministro Antonio Palocci Filho nunca foi abordado pelo deputado Roberto Jefferson sobre procedimentos inadequados junto à base parlamentar", afirmou a assessoria de imprensa da Fazenda.

**Partidos de oposição querem ouvir explicações de todos os citados por Roberto Jefferson**

# MINISTROS DEVERÃO DEPOR

DA REDAÇÃO

**A** oposição apresentou no Senado mais de 30 requerimentos para depoimentos de pessoas citadas na entrevista do presidente do PTB, Roberto Jefferson (R). Entre os envolvidos estão os ministros da Casa Civil, José Dirceu, da Fazenda, Antonio Palocci, do Turismo, Walfrido Mares Guia, da Coordenação Política, Aldo Rebelo, e da Integração Nacional, Ciro Gomes. Entre os relacionados, encontram-se também 11 deputados federais e outras 14 outras autoridades.

Os convites para depor partiram do líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM). O parlamentar tucano incluiu na lista 12 deputados: entre eles os líderes e presidentes do PTB, Roberto Jefferson, do PP, Pedro Corrêa, do PL, Valdemar Costa Neto, e do PT, José Genoino, o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, e o do líder do governo na Câmara, Arlindo Chinaglia (PT-SP).

Antes de Virgílio, o vice-líder do PFL no Senado, José Jorge (PE), havia apresentado requerimento para Roberto Jefferson comparecer à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Para Virgílio e José Jorge, a CPI dos Correios ficou "pequena" para a gravidade das denúncias. O líder tucano pediu uma atitude dura do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Virgílio quer do governo uma explicação que não deixe dúvidas de que nenhum crime foi cometido. "Quem tomou conhecimento e não denunciou, prevaricou. Isso vale para o presidente Lula e para todos os demais membros do governo. Se o presidente Lula sabia e não fez nada é prevaricação, é crime de responsabilidade", afirmou.

O tucano afirma não acreditar em risco institucional e afirmou que ainda é cedo para se falar em impeachment do presidente Lula. "Ainda não é o caso de impeachment. Espero sinceramente que não seja nunca. O Brasil não pode viver essa experiência sempre. Da outra vez se provou a vitalidade das instituições, mas isso não pode virar arroz-de-festa. Além do mais, é mais fácil o presidente se livrar dos indesejáveis dele que o Brasil se livrar dele", afirmou.

## Reflexão

O líder do PSDB cobrou uma reflexão do presidente Lula. Na opinião de Virgílio, está na hora de o presidente apurar os fatos e se livrar de todos aqueles que agiram mal, sob pena de não conseguir levar seu mandato até o fim. "Não se trata de

golpismo, mas o governo precisa fazer uma faxina moral", cobrou Virgílio.

José Jorge, por enquanto, pretende convidar apenas o deputado Roberto Jefferson para confirmar as denúncias feitas, só que na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. "Se o deputado confirmar as denúncias, aí partiremos para ouvir os demais envolvidos", afirmou o pefelista.

Na opinião do deputado Geddel Vieira Lima (PMDB-BA), as declarações feitas no fim de semana não melhoram a situação do presidente do PTB, envolvido em denúncias de corrupção nos Correios e no Instituto de Resseguros do Brasil (IRB). "O que ameniza um caso de acusação de ilícito é a absolvição. O que nós e a sociedade brasileira queremos saber é se os envolvidos nos escândalos são inocentes ou culpados", disse.

O líder do governo no Senado, Fernando Bezerra (PTB-RN), recusa-se a permanecer no PTB com a legenda sob o comando de Roberto Jefferson. Foi o que o próprio senador comunicou no fim da tarde de ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL). Segundo um interlocutor de Renan, Bezerra estava revoltado com Jefferson e já havia começado a articular a mudança de partido.

O líder do governo não é voz solitária contra Jefferson no PTB. Desde que estourou o escândalo de corrupção envolvendo o presidente da legenda na cobrança de uma "mesada" de R\$ 400 mil do ex-presidente do Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) Lídio Duarte, cresce no partido um movimento para forçá-lo a renunciar à presidência. Com as novas denúncias sobre o "mensalão" pago a deputados do PP e PL, as resistências a ele cresceram muito.



Prefeito José Serra diz que a oposição não deve apostar no "quanto pior, melhor"

## Tucanos pedem moderação e evitam citar impeachment

DA REPORTAGEM LOCAL

Numa estratégia traçada na noite de domingo — quando já circulavam rumores sobre o teor da entrevista de Roberto Jefferson à Folha — e após a divulgação do conteúdo na internet, o comando do PSDB recomendou moderação na reação às denúncias. Ditada em telefonemas que incluíram o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, a ordem é sugerir investigação, inclusive a CPI, mas sem alimentar o argumento do governo de que a crise é produto da antecipação das eleições.

Os tucanos, disse um deles, não querem ser "bodes expiatórios" da crise, nem acusados de golpismo. A avaliação é que, com os tremores na própria base aliada, a oposição nem precisa ser incendiária. Ontem, o prefeito de São Paulo, José Serra, e o governador do Estado, Geraldo Alckmin, seguiram a orientação.

Serra disse que a oposição deve se comportar com muita responsabilidade e não se deixar "dominar pela paixão e muito menos pela ideia do quanto pior, melhor". Ele conta que leu a notícia à noite na internet e ficou tão preocupado que teve dificuldade para dormir: "Fiquei muito preocupado pela instabilidade que isso pode trazer para o Brasil".

Embora tenha afirmado que "todos nós aguardamos as palavras do presidente Lula, que certamente vai dar as devidas explicações", Alckmin evitou atacar o presidente diretamente. "Nós não vamos colaborar para criar um ambiente ainda mais tenso do que estamos vivendo", disse.

Até o inflamado líder do PSDB no Senado, Artur Virgílio (AM), disse que esse não é um caso de impeachment. E o secretário-geral do partido, Bismarck Maia (CE), afirmou que "a determinação é acompanhar com cuidado, exigir investigação, mas sem pirotecnia".

Alckmin voltou a defender a CPI dos Correios. Mas ressaltou que "tudo isso deve ser apurado com serenidade, com isenção na busca da verdade". Questionado sobre o fortalecimento de seu nome para sucessão presidencial, Alckmin — que em pesquisa Datafolha aparece disputando um eventual segundo turno com Lula —, disse que "não tem nenhuma relação com candidatura. Eleição é no ano que vem."

As declarações foram dadas na manhã de ontem em São Paulo, durante evento no Celex (Centro de Logística da Exportação). Alckmin esteve acompanhado por Luiz Fernando Furlan, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que, no entanto, não fez comentários sobre o pagamento dos "mensalões", afirmando que esteve fora do país nas últimas semanas e que só hoje, em Brasília, se informaria sobre a situação.

Já Serra sugeriu que o governo permita o curso das investigações. "É espantoso, mas possível é. Eu estive 16 anos no Congresso e nunca vi nada parecido", disse, a respeito do suposto esquema de mesadas a parlamentares.

O prefeito comentou o assunto durante a assinatura de um convênio com o Rotary Club de São Paulo no prédio da prefeitura. Segundo Serra, a denúncia deve ser investigada "de maneira correta, completa e até o fundo das coisas". Para o prefeito, o caso não chega a comprometer a governabilidade, mas "certamente não faz bem à imagem do governo".

Em pesquisa Datafolha sobre sucessão presidencial divulgada no domingo, Serra aparece com 26% contra 36% do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A margem de erro é de dois pontos percentuais para mais ou menos. A pesquisa Datafolha foi realizada em todo o país nos dias 31 de maio e 1º de junho.

### PMDB

Em Salvador, o deputado fede-

ral Geddel Vieira Lima (PMDB) disse que o governo perdeu o controle da crise política. "As denúncias publicadas pela Folha são muito graves, gravíssimas, e envolvem prevaricação por parte do governo". De acordo com o parlamentar, "o que não podemos aceitar é, sob o risco de manter a governabilidade, a gente observar o governo jogar toda a podridão embaixo do tapete".

"Na entrevista à Folha, o deputado Roberto Jefferson disse que o presidente Lula tinha conhecimento do caso. E sabemos que ele não fez nada. E agora, o que temos de fazer? Não existe outra alternativa, a não ser uma investigação imediata, a não ser uma CPI. Não podemos mais perder tempo com tanta lama", disse. (CATIA SEABRA, LUIZA BRITO E VICTOR RAMOS)

Colaborou a Agência Folha, em Salvador

## PSDB paulista chama governo de 'Cosa Nostra'

DA REPORTAGEM LOCAL

Nota divulgada pela Executiva estadual de São Paulo destoava ontem da prudência do PSDB nacional. Sob o título "PT transforma governo Lula em Cosa Nostra", o documento diz que o "PSDB de São Paulo continua estarecido com a onda de graves denúncias de corrupção envolvendo o governo Lula, atingindo seus quadros próximos e de confiança".

"Receamos que o governo Lula esteja querendo transformar a República, "Res-Pública" (coisa pública) em "Cosa Nostra" (coisa nossa)." A nota afirma ainda que as denúncias "têm origem entre os seus próprios aliados, que já sepultaram discursos sobre modelos históricos de ética e moral".



**O SR. REGINALDO DUARTE** (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, ocupo a tribuna, neste momento, para comentar o artigo do colunista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo** do dia 31 de maio de 2005, intitulado “Revelou-se?”

No artigo, ele comenta a entrevista que Frei Betto concedeu ao mesmo jornal, enumerando as críticas, em sua avaliação, ao governo Lula: “O PT continuará a ser vítima de seus equívocos enquanto não se adequar, no poder, ao discurso que fazia na oposição. Contar entre seus coligados com o PP e o PTB é favorecer o pragmatismo em detrimento dos princípios. Isso tem preço”.

Já para o colunista, frei Betto “Será acusado pelos petistas hidrófobos de fazer parte da conspiração da elite para desestabilizar o governo Lula”.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo citado seja considerado parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

## Revelou-se?

SÃO PAULO - Fico imaginando o que frei Betto estava querendo dizer quando escreveu (para a Folha de ontem) que “as pessoas não mudam quando chegam ao poder. Elas se revelam”.

Será que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está entre os que “se revelaram”? Deve estar, porque frei Betto não faz exceções na sua frase e ainda acrescenta os seguintes comentários sobre o governo de seu amigo e de seu partido:

1 - Critica “um executivo que excluiu do alicerce de sua governabilidade os movimentos sociais, dos quais deveria ser a expressão política, e optou por ampliar a base aliada no Congresso sem indagar dos partidos coligados se há entre eles um projeto comum para o Brasil”.

2 - “A Fazenda corta dos ministérios — vide o Ministério do Desenvolvimento Agrário e a reforma agrária —, mas jamais do Legislativo”.

3 - “O PT continuará a ser vítima de seus equívocos enquanto não se

adequar, no poder, ao discurso que fazia na oposição. Contar entre seus coligados com o PP e o PTB é favorecer o pragmatismo em detrimento dos princípios. Isso tem preço”.

Nada que seja especialmente novo para quem tem olhos de ver. Mas, vindo de quem continua sendo leal amigo do presidente da República, é todo um manifesto, ainda que escrito em linguagem cautelosa.

Escrever que coligar-se com PP e PTB é apenas “favorecer o pragmatismo” é coisa de amigo, não é?

Pobre frei Betto. Agora será acusado pelos petistas hidrófobos de fazer parte da conspiração da elite para desestabilizar o governo Lula, conforme a esdrúxula teoria petista.

Ou de participar da montagem de um esquema para eleger alguém do PSDB/PFL em 2006, como dizem os hidrófobos de todos aqueles que mostram que o PT rifou princípios.

@ → [rossi@uol.com.br](mailto:rossi@uol.com.br)

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB –AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores, no Brasil, entre tantos problemas, há um que mereceria um pouco mais de atenção. É a questão dos transplantes de fígado, um problema realmente muito grave na área da saúde.

O que ocorre é que os transplantes de fígado obedecem a uma fila cronológica, em princípio válida. O paciente que precisa de um transplante de fígado entra na fila e fica no aguardo da vez. Em muitos casos, a vez chega tardiamente.

Em razão desses aspectos, a Câmara Técnica de Fígado criou novas regras em março último, estabelecendo que em caso de comprovada gravidade, o paciente passaria à frente.

Essas normas deveriam ter entrado em vigor em 15 de maio, mas, até hoje, a decisão desta engavetada no gabinete do Ministro da Saúde, Humberto Costa. E ali permanece.

Isso faz lembrar a frase que, em Minas, foi atribuída ao escritor Otto Lara Resende: *o mineiro não é solidário nem no câncer*. Otto passou a vida desmentindo ser o autor da frase. E morreu sem conseguir desfazer o equívoco.

No caso presente, o mínimo que se pode dizer dessa omissão do Ministro da Saúde é que ele *não é solidário nem com os dos transplantes de fígado*. Nem precisa ser o autor da frase. Até quando vai durar esse pouco caso do Ministro?

Lembrei-me desse assunto ao receber um des- se assunto ao receber um e-mail da Sr<sup>a</sup> Maria Inês G. Assumpção, de algum lugar Brasil adentro.

Ela narrou o fato e o drama dos pacientes que não podem esperar na fila. E indaga, aflita: “Para que a novas normas entrem em vigor é preciso o aval do Ministro. E cadê? Tem muita gente morrendo por causa dessa omissão” – diz D. Inês.

Morrendo, completo, porque o Ministro da Saúde não é solidário com os pacientes que precisam de transplante de fígado.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte:

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 1-8-2005.

2

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

(Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23-2-2005)

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no artigo 60*

do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 12, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 87, DE 2003**

*(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26-4-2005)*

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

### PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa*.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

8

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B*.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 11 minutos.)*

**OS Nº 13870/05**

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 17 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero inicialmente, somar-me a essa manifestação.

A força dessa manifestação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra está exatamente na organização, no caráter massivo, na longa marcha a que procederam atravessando vários Estados da Federação. Mostraram-nos a força de um movimento pela reforma agrária, em defesa da agricultura familiar e de uma plataforma de reivindicações que está sendo apresentada.

É verdade que estamos aquém da expectativa do movimento e da população do campo quanto à reforma agrária. Também é verdade que no primeiro ano assentamos trinta e uma mil famílias e foram desapropriados apenas quatro ou cinco milhões de hectares. Mas no segundo ano de Governo, o número de assentados subiu para mais de oitenta e três mil famílias e foram desapropriados mais de 9 milhões de hectares.

O concurso para técnico do Incra permitiu reapeilar a instituição que, basicamente, não possuía capacidade operacional para dar prosseguimento à meta ambiciosa da reforma agrária, que é compatível com um País que ainda possui muita terra ociosa e uma capacidade de produção agrícola absolutamente espetacular. Por isso, quero me somar a todos aqueles que reconhecem as justas reivindicações apresentadas por meio de uma manifestação organizada, legítima, forte, relevante, que seguramente só ajuda a impulsionar a luta pela reforma agrária e pelo apoio à agricultura familiar. Portanto, parabênizo todos aqueles que procederam a essa marcha, bem como o Congresso Nacional por acolher essas reivindicações, que, tenho certeza, serão analisadas com muito carinho pelo Governo Lula, na busca de atender à expectativa de todos aqueles que lutam por essa justa e histórica reivindicação, que é modificar a estrutura fundiária, altamente concentrada e perversa, que nós ainda temos em nossa sociedade.

Queria, igualmente, Sr. Presidente, tratar de outros assuntos que foram expressos desta tribuna. Vi as Lideranças da Oposição cobrando providências, o que é absolutamente legítimo e indispensável à função do Legislativo e da Oposição. Só não posso compartilhar de colocações, segundo as quais, em relação a episódios anteriores, o Governo não adotou as providências

necessárias por meio dos instrumentos de fiscalização e controle da sociedade.

Vamos ao caso Waldomiro Diniz, que foi aqui manifestado hoje. Assim que foi publicada a denúncia, que dizia respeito a um episódio anterior ao Governo Lula e que havia ocorrido no Estado do Rio de Janeiro, antes, repito, da posse desse Governo, imediatamente o Sr. Waldomiro Diniz foi afastado da sua função. Não apenas foi exonerado, como foi aberta sindicância por parte da Coordenação Política e Assuntos Institucionais da Presidência da República. A Advocacia-Geral da União entrou imediatamente com um processo contra o Sr. Waldomiro Diniz por atos de improbidade administrativa. Ao mesmo tempo, o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal, instaurou um processo de investigação para apurar todas as denúncias que diziam respeito à trajetória desse funcionário na administração pública do Estado do Rio de Janeiro e na de nível federal.

Foram criadas, ao contrário do que se diz, duas CPIs: uma na Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro e uma na de Goiás. A CPI da Loterj, no Rio de Janeiro, apresentou seu relatório em 26 de outubro, no qual, em conclusão, pede o indiciamento e a prisão preventiva do Sr. Waldomiro Diniz e do Sr. Carlos Cachoeira, enquadrando ambos em dez crimes praticados naquele processo de corrupção.

Esse relatório foi entregue ao Ministério Público estadual, que, no dia 13 de janeiro deste ano, desencadeou vinte ações cíveis públicas por improbidade administrativa contra três ex-presidentes da Loterj, inclusive o Sr. Waldomiro Diniz; contra 47 pessoas envolvidas no processo de corrupção; e contra 43 bingos que foram arrolados nessas ações por improbidade administrativa. Vinte ações civis públicas foram encaminhadas à Justiça do Rio de Janeiro.

O Procurador-Geral da República também abriu sindicância para apurar o comportamento dos Subprocuradores José Roberto Santoro, Marcelo Serra Azul e Mário Lúcio Avelar naquele episódio aqui na Procuradoria-Geral da República, absolutamente incompatível com o desempenho da função dos procuradores, desrespeitando os princípios do promotor natural, extrapolando as responsabilidades do Ministério Público. A Caixa Econômica Federal encaminhou um processo licitatório, acabando com o monopólio da GTech, que era a origem dessa denúncia, herdada do Governo anterior. Foi suspenso o processo de contrato com a GTech e aberta uma sindicância para substituir os fornecedores.

Portanto, a única decisão que precisa agora ser tomada – e o Ministério Público Federal também solicitou novas investigações pela Polícia Federal para



concluir o processo – a única coisa que aguardamos agora são os procedimentos por parte da Justiça, culminando com a punição exemplar do Sr. Waldomiro Diniz e de todos os demais envolvidos nesse episódio.

Concedo um aparte à Senadora Ideli Salvatti.

**A Sr<sup>a</sup> Ideli Salvatti** (Bloco/PT – SC) – É de fundamental importância, além do detalhamento que V. Ex<sup>a</sup> apresenta, no caso específico Waldomiro Diniz, que é recorrente neste plenário – é sempre Waldomiro, Waldomiro, Waldomiro, Waldomiro –, deixar registradas todas as ações tomadas em prol do combate à corrupção que este Governo vem desenvolvendo ao longo desses quase dois anos e cinco meses. Nunca a Polícia Federal desenvolveu ações tão irrepreensíveis no combate à corrupção, inclusive com a prisão de todo tipo de agente público, seja quem for – agentes do aparelho do Estado, de todos os Poderes, com políticos sendo investigados e até presos em flagrante –, numa demonstração clara de que aquilo que se diz – “este Governo não rouba nem deixa roubar” – se dá na prática, por intermédio dos aparelhos do Estado, comandados pelo Governo. Além das ações da Polícia Federal, também é o exemplar o trabalho desenvolvido pela Controladoria-Geral da União, com os sorteios mensais das prefeituras, nas quais, após minuciosas auditorias, foram descobertas as mais diversas fraudes, falcatruas e desvios de finalidade. Assim, não consigo entender como tentam transformar determinadas situações em crise institucional, quando nós temos tido, ao longo desses mais de dois anos, ações concretas e efetivas de combate à corrupção exemplarmente executadas pelos órgãos de Governo. Então, eu queria apenas trabalhar um pouco mais na lógica do que vem sendo feito no geral, além daquelas explicações que V. Ex<sup>a</sup> está detalhando no caso recorrente do Waldomiro Diniz. E, no caso atual dos Correios, não será diferente, pois já foram afastados os envolvidos, foram instaurados os inquéritos e abertos os processos. Está aí o Ministério Público para acompanhar. O Deputado Roberto Jefferson vai fazer um pronunciamento na Câmara – não sei até se já não o fez –, trazendo esclarecimentos. Portanto, é nessa lógica que nós devemos trabalhar e não na lógica daqueles que estão sonhando com uma crise institucional, quem sabe para, nesse devaneio, terem a perspectiva de voltar ao Poder de onde saíram.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Eu queria concluir, Sr. Presidente, primeiro, reforçando que a Polícia Federal tem, de fato, se havido como uma polícia de Estado, uma polícia republicana de grande competência, com métodos científicos de investigação, com muita agilidade, com total independência, demonstrando muita eficiência no combate à

corrupção, ao narcotráfico, ao contrabando, ao crime organizado. Mais de seiscentas pessoas foram presas nas operações Anaconda, Vampiro, Zaqueu, Gafanhoto e em tantas outras. Houve afastamento de governadores de Estado, de administradores públicos, de policiais federais, de fiscais da Previdência e de outros órgãos, mostrando que esse trabalho permanente de luta pela ética, pela transparência na gestão do setor público é uma grande contribuição que este Governo tem dado para a construção de um Estado que possa ser controlado pela sociedade, com transparência e controle na gestão da coisa pública. E essas instituições, eu diria, têm contribuído de forma decisiva para isso, especialmente o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal.

Esse processo de trabalho, de luta, de combate à corrupção tem que estar permanentemente atento para evitar qualquer tipo de tolerância em relação a esse tipo de prática recorrente que nós temos, infelizmente, em nossa sociedade.

No episódio recente, em que tivemos um gerente de terceiro escalão dos Correios, um funcionário com 28 anos de carreira, recebendo uma propina de R\$3 mil, vendendo, portanto, o interesse público – um fato lamentável que agride todo cidadão desta República –, a providência foi imediata: não só o indivíduo foi exonerado, como o diretor foi afastado e foi instaurado inquérito. A Polícia Federal já entrou no circuito para investigar a fundo esse episódio, a fim de verificar todo e qualquer tipo de envolvimento nesse ilícito. Tudo tem que ser investigado, todas as figuras que foram mencionadas por esse sujeito, que, em princípio, pelo que vi naquela fita, não merece crédito. E, por isso mesmo, as providências estão sendo tomadas. O Procurador-Geral da República disse que aguardará o inquérito da Polícia Federal para ver as novas iniciativas que deverão ser tomadas. E creio que foi uma manifestação de equilíbrio e de competência.

A mesma recomendação faço a esta Casa: vamos aguardar o desempenho da Polícia Federal nesse episódio, e os esclarecimentos que, tenho certeza, serão prestados por algumas pessoas – particularmente o Deputado Roberto Jefferson, que já o faz, neste momento, da tribuna da Câmara dos Deputados – para verificarmos outras providências que venham a ser necessárias.

Sr. Presidente, para concluir, chamo a atenção para a ligeireza com que a Oposição trata de alguns assuntos. Fala dos problemas das estatais. Hoje, as manchetes dos jornais dizem que a Petrobrás está alcançando a auto-suficiência na produção de petróleo. O que está nos jornais é que as plataformas e os navios – que eram todos importados e com índice de

nacionalização de 14% –, hoje, têm um índice de nacionalização de 75%; que o Banco do Brasil bate recorde em rentabilidade no setor, mostrando a eficiência, a competência da gestão; paralelamente, o Banco do Brasil, junto com a Caixa Econômica Federal, está abrindo contas à população de baixa renda – quatro milhões e seiscentos mil brasileiros que não tinham acesso à conta bancária –, além de permitir o crédito consignado em folha para aposentados e assalariados, alavancando o crédito, reduzindo o **spread** e, por conseguinte, permitindo o crescimento econômico.

Portanto, aquelas estatais que não foram vendidas pelo Governo anterior – porque 76% das empresas foram privatizadas, liquidadas do patrimônio público – as que sobreviveram, as que resistiram são indispensáveis à construção de um projeto, como é o Banco do Brasil, o financiamento público e a Petrobrás. Estamos vendo neste início de século uma guerra pela disputa do petróleo entre nações poderosas, como a Europa – o Velho Continente – e os Estados Unidos, que praticamente não têm essa reserva estratégica. O Brasil tem e está se transformando em um País auto-suficiente. Não temos mais problemas com o impacto do preço de petróleo em nossa balança de pagamentos, pela eficiência, pelos investimentos, pelo desenvolvimento e pelo impulso ao crescimento.

Por tudo isso, espero podermos fazer uma discussão séria sobre a necessidade da fiscalização, do controle, da transparência, mas, na proporção dos fatos, sem as generalizações apressadas, sem o julgamento prévio...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOÍZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – ...e respeitando, portanto, toda a eficiência do trabalho de combate à corrupção que temos hoje em nossa sociedade.

A Polícia Federal tem apenas sete mil homens e tem dado um exemplo de eficiência, de competência, de isenção, de profundidade e, portanto, de credibilidade nesse combate. O mesmo ocorre com o Ministério Público. Vi hoje fatos e ouvi elogios à Procuradoria-Geral da República. E faço aqui também os meus elogios ao desempenho do Procurador-Geral da República, pelo trabalho que o Ministério Público vem fazendo junto ao Tribunal de Contas da União e todas as outras instituições de fiscalização e controle do Estado brasileiro. Por isso, acredito na eficiência dessa investigação. E temos de aguardar esses passos que estão sendo dados, para verificar a necessidade de novas iniciativas por parte do Poder Legislativo.

Muito obrigado.

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALOIZIO MERCADANTE NA SESSÃO DO DIA 18 DE MAIO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria, inicialmente, retomar a intervenção do Senador Tião Viana. Não me parece que seja essa a única incorreção da matéria publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo** no dia de hoje.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Aloizio Mercadante, com o perdão da interrupção, eu queria designar os Senadores Demóstenes Torres, Romeu Tuma e Luiz Otávio para coordenarem o processo de votação da escolha de três nomes oriundos do Ministério Público Estadual.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – O jornal expressa a manchete “Empresa de amigo de Lula é citada em vídeo” e diz que a empresa Novadata é mencionada por ter firmado um termo aditivo de contrato da ordem de R\$5,5 milhões referentes à compra de equipamentos de informática. Em seguida, a manchete diz assim: “Reajuste de contrato com Correios rendeu à empresa R\$5,5 milhões”. Menciona ainda: “Empresa de amigo de Lula faturou R\$273 milhões desde o início do mandato”.

Quando lemos a matéria, vemos que as manchetes não são propriamente a expressão do seu conteúdo, porque a matéria diz que o contrato fundamental foi feito em junho de 2002. Portanto, três meses antes das eleições, o Governo anterior assina um contrato de US\$98 milhões para a compra de equipamentos a um dólar de R\$2,60. Com a desvalorização do Real, um ano depois, chegando a quase R\$4,00 o dólar, houve o pagamento de uma parte do prejuízo que a empresa teria tido pela desvalorização cambial, que alterou o equilíbrio contratual. A perda seria estimada em R\$11 milhões, e houve uma repactuação de R\$5,5 milhões. Portanto, o contrato é anterior ao Governo Lula.

A matéria também diz que essa empresa, a Novadata, foi o maior fornecedor do Governo Fernando Henrique Cardoso. E, embaixo, diz que faturou R\$273 milhões, mas diz que 95 milhões são fruto de três pregões eletrônicos, que é a forma mais transparente, mais competitiva e mais eficiente de licitação de qualquer coisa relacionada ao Poder Público. E não apenas isso. A matéria diz assim:

Os negócios com a administração direta registraram um aumento no segundo ano do mandato de Lula, mas ainda assim ficaram aquém do volume de negócios fechados pela

Novadata no último ano do Governo Fernando Henrique Cardoso.

Ou seja, o Governo anterior foi quem contratou; o Governo anterior contratou muito mais do que o novo Governo; o Governo anterior fez um contrato três meses antes das eleições; no entanto, as manchetes tentam fazer uma associação indevida. Eu realmente estranho esse tipo de manifestação, que não ajuda a informação, não ajuda na discussão e não ajuda no papel de fiscalização da imprensa, sobretudo quando, associado a isso, sequer houve compra de material por parte do Governo do Acre, como atesta a matéria.

Mas eu queria aproveitar o pouco tempo que tenho para dialogar com algumas intervenções que estão sendo feitas aqui e que me preocupam. Eu assisti, em primeiro lugar, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso dizer que há risco de uma crise institucional. Agora, assisti ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com sua experiência e sua vivência, lembrar do episódio da deposição de Getúlio Vargas e *en passant* falar de *impeachment* e dizer que ele se daria na urna.

Há umas três semanas ou um pouco mais, no dia 14 de abril, portanto, há um mês, o Senador Antonio Carlos Magalhães termina seu pronunciamento dizendo o seguinte: “Ou ganha autoridade moral, ou este Governo, que já se julga reeleito e até perpetuado no poder, irá se decepcionar. Será apeado do poder pelo voto”. Considero absolutamente democrático que a Oposição manifeste sua tendência, seus desejos; mais do que uma tendência, um desejo. Mas continua o Senador: “Se não for pelo voto, por aqueles que têm dignidade de reagir, de qualquer maneira, para que o Brasil não viva na desordem que vive”. Aí eu não posso aceitar. Afastar um Governo de qualquer maneira, a pretexto de que vivemos uma desordem, é uma manifestação antidemocrática, absolutamente infundada, improcedente e que não corresponde aos fatos.

O País não apenas vive uma situação de Estado de Direito, de plena liberdade de manifestação e opinião, com as instituições democráticas funcionando com toda a sua plenitude, como, mais do que isso, vivemos um momento de intenso debate político, do contraditório, da discussão. A Oposição tem as suas iniciativas, acha que as medidas que são tomadas em referência ao combate à corrupção são insuficientes, mas poucas vezes na história tanto tem sido feito no combate à corrupção.

Basta ver cotidianamente, semanalmente, a atitude da Polícia Federal, desmontando todo e qualquer esquema de corrupção, como aconteceu agora nessa nova operação e em tantas outras iniciativas que foram feitas. Pelo menos, o Ministério Público Federal, ao contrário do que ocorria no Governo anterior, não

engaveta processos ou procedimentos. Imediatamente, encaminha-os à Justiça para o processo de apuração e de investigação. E o Governo toma todas as medidas de ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– ...afastamento imediato de quem quer que seja, de qualquer indício relacionado à corrupção e toma as providências cabíveis, que é a abertura de inquérito, a Corregedoria-Geral da União, por sua vez, tomando seu pulso firme na investigação de qualquer indício de corrupção, e o Ministério Público, que tem absoluta independência, eficiência, liberdade, atuando com bastante presteza. Por isso, não apenas no combate à corrupção, mas sobretudo nos resultados do País, nós encontramos realmente um País ameaçado: a dívida externa, a crise na balança de pagamentos, a falta de reservas cambiais, o crescimento medíocre que vimos há muito tempo, as demandas sociais, o endividamento público, a venda de patrimônio público, o aumento de carga tributária. Tudo isso gerava um ambiente de muito insegurança.

No entanto, o resultado, em dois anos e cinco meses de Governo, é um crescimento maior do que o ocorrido em qualquer ano do Governo anterior. A criação de empregos é três vezes superior à média do período anterior: são dois milhões e quatrocentos e cinquenta mil empregos – em abril batemos novo recorde de empregos no País – contra apenas 740 mil empregos no Governo anterior. São três vezes mais empregos.

Portanto, temos crescimento e as políticas sociais avançando. E é por isso que a Oposição concentra a sua força no Parlamento, onde o setor conservador tem mais força, onde essas idéias infelizmente às vezes ainda se manifestam.

Mas a sociedade civil brasileira sabe o valor que tem a democracia e o respeito que tem o resultado das urnas. Todas as pesquisas de opinião mostram o reconhecimento dos resultados do trabalho deste Governo, do prestígio do Presidente, e a dificuldade que a Oposição tem, hoje, de encontrar um pólo de aglutinação para lançar um candidato competitivo. Ela está dividida, não encontra um nome que tenha popularidade e estatura, com condições de enfrentar o Presidente. Portanto, ela tenta ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– ...ela busca acirrar o debate político e criar, por meio do Parlamento, um clima de impasse, de tensão, de instabilidade que absolutamente não é o que vemos

nas ruas do País, no trabalho, na produção, na indústria, na agricultura, nos resultados.

É evidente que o País tem imensas demandas sociais e há dificuldades econômicas, mas o resultado do trabalho deste Governo é reconhecido por qualquer instituto de pesquisa, que mostra a evolução fantástica que nós tivemos ao bater todos os recordes de exportações, de saldo comercial, de crescimento da economia e da agricultura, de geração de empregos e as políticas sociais inovadoras, como o Programa Bolsa Família. Essas realizações mostram a força popular do Presidente Lula, o respaldo, o apoio, o respeito, especialmente por parte daqueles que menos têm. E esta é a maior dificuldade deste Governo: inverter prioridades, distribuir renda, riqueza, poder e cultura.

Não é fácil fazer um programa como o ProUni para criar cento e dez mil vagas gratuitas no ensino público superior. Não é fácil dar prosseguimento ao Bolsa Família, que atende a doze milhões de crianças hoje, que têm uma complementação de renda, o que nunca foi feito nessa amplitude e com esse valor para combater a pobreza e a exclusão social.

Não é fácil avançar na desapropriação de terra. Nós dobramos o volume de desapropriação de 2003 para 2004 e o volume de assentamentos para avançarmos a reforma agrária e a agricultura familiar. São essas estruturas antigas e arcaicas que precisam ser superadas, mas é no campo da democracia, do debate político do Estado de Direito e da legitimidade das urnas. Esse é o único caminho de alternância que a sociedade permite. Portanto, espero que isso tenha sido apenas um arroubo no pronunciamento e que, de fato, não haja nenhuma intenção do setor oposicionista de criar tal ambiente no País, porque seguramente será rechaçado pela opinião pública e pelas instituições democráticas.

***DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 17 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.***

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu ia pedir a metade do tempo que teve o Senador Delcídio Amaral.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – V. Ex<sup>a</sup> terá o tempo necessário.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, mas não vou usar tanto tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Quero dizer que hoje, sexta-feira, a sessão poderá ir até o anoitecer, portanto, temos tempo suficiente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Tenho a impressão de que o País será diferente depois desses dias traumáticos que estamos vivendo. Esse é o meu desejo. Temo estar confundindo desejo com previsão, mas espero que a previsão e o desejo caminhem juntos para que possamos, dos escombros da credibilidade pública, provocados pelas estocadas da corrupção, construir uma nova imagem para a instituição pública brasileira.

Temo, exatamente, que ocorra o que ouvi ao final do discurso do Senador Delcídio Amaral: S. Ex<sup>a</sup> afirmou que assumiu a Presidência da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para defender o Governo. Esperamos que se defenda a investigação completa, a investigação eficiente que possa oferecer ao País a verdade. A manipulação dessa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito será mais uma afronta às aspirações da sociedade que deseja a construção de uma nova imagem para o poder público no País.

Sr. Presidente, vou esperar terminar a discussão aqui atrás para que eu possa falar.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – A Presidência solicita aos Srs. Senadores atenção. Há orador na tribuna.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, vou mudar de lugar para que eles possam continuar a discussão interna do PT, esse assunto de economia doméstica do Partido dos Trabalhadores. Vou-me deslocar até a tribuna para fazer uso da palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que ocupe a tribuna, ao tempo em que solicito aos Srs. Senadores atenção ao orador, Senador Alvaro Dias, que faz brilhante pronunciamento.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Efraim Morais, imagino que essa briga interna do PT, que hoje veio à tribuna do Senado Federal, exija do Senador Tião Viana que guarde flores, porque S. Ex<sup>a</sup> terá que usá-las certamente por várias vezes. Não vejo como esse episódio possa encerrar a disputa interna que há no Governo e no Partido dos Trabalhadores, diante de tantas contradições que atormentam o País neste momento.

Eu dizia, Sr. Presidente, que esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem enorme responsabilidade, e é preciso que ela diga a que veio desde o início. Por essa razão, apresentamos ontem alguns requerimentos, já protocolados na Secretaria da CPMI. Creio que esses requerimentos poderão revelar as reais intenções daqueles que a dirigem, em nome do Governo, como disse aqui o Senador Delcídio Amaral. Nós saberemos se querem realmente a investigação para valer ou se desejam distinguir determinados seto-



res do Governo que podem ser investigados de outros setores que devem ser blindados, acobertando fatos e protegendo pessoas.

Não há como, Senadora Heloisa Helena, não sentir uma predisposição para efetivamente se distinguir entre aqueles que podem ter as suas cabeças entregues numa bandeja e aqueles que devem ser protegidos até as últimas conseqüências. Ou seja, que a investigação alcance a Câmara dos Deputados e puna alguns dos Parlamentares, alcance até o Poder Executivo em escalões inferiores, mas não chegue ao núcleo central do poder. Essa, lamentavelmente, é a constatação que esses primeiros momentos de trabalho nos permitem fazer, que, aliás, reflete na opinião pública do País.

Veja, por exemplo, entre centenas de *e-mails* que recebi na manhã de hoje, vou destacar o de um cidadão de São Paulo que afirma o seguinte:

Hoje de manhã, no jornal da Rádio Jovem Pam, deram uma notícia que me fez pensar muito durante o meu café e que ainda não consegui entender. Gostaria que o senhor me ajudasse a destravar o cérebro. [Aí ele fala daqueles que foram demitidos nos Correios que foram nomeados consultores na mesma empresa.] Depois de ouvir isso, o meu cérebro travou agora cedo, e por isso lhe peço ajuda no destravamento. [Infelizmente, não sei como destravar o cérebro desse brasileiro, que certamente reflete a opinião de muito brasileiros.] Quer dizer que corrupto pego com a mão na massa agora vira consultor da empresa que traiu?! Isso não é o mesmo que colocar presidiários armados como guardas nas muralhas das prisões ou traficantes como consultores das delegacias de narcóticos? O senhor já pensou no Fernandinho Beira-Mar dando consultoria para a polícia?

Caro Senador, isso é o fundo do poço moral, pois quando corrupto ganha cargo de consultor é porque a coisa nos bastidores deve estar ainda muito pior!

É apenas, Senador Alberto Silva, um retrato dessa onda de indignação avassaladora que toma conta do nosso País.

É por essa razão que é preciso investigar pra valer. Por isso, apresentamos ontem dois requerimentos, os quais quero justificar. Um deles propõe a convocação do Sr. Waldomiro Diniz para depor na CPML dos Correios.

O que tem a ver o Sr. Waldomiro Diniz com os Correios? Tem muito a ver, Sr. Presidente Mão Santa. O Sr. Waldomiro Diniz, até pedir demissão, era Subchefe de Assuntos Parlamentares da Presidência da República. Portanto, todas as nomeações para cargos comissionados passavam pelo Sr. Waldomiro Diniz, que era o articulador parlamentar da Presidência da

República, que percorria os gabinetes dos Srs. Deputados e recolhia as indicações dos Partidos da Base aliada para a composição dos quadros administrativos do Governo.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Senadores, o Sr. Waldomiro Diniz é a ponta desse *iceberg* de corrupção que queremos desmoronar. O Sr. Waldomiro Diniz é peça chave para as investigações.

Quando eclodiu o escândalo Waldomiro Diniz, vieram à tona diversos nomes, que ressurgem agora no escândalo dos Correios.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – São os mesmos nomes daquela cúpula que arquitetou toda a estratégia de captação de recursos para sustentação do Partido dos Trabalhadores ou de Partidos da Base aliada, conforme as denúncias dos últimos dias. Nomes como o do Ministro José Dirceu, como do Tesoureiro Delúbio, como de Marcelo Sereno, de Sílvio Pereira, os mesmos nomes que surgiram naquele episódio e são repetidos agora, porque artífices dessa estratégia que levou o Poder Executivo a manter uma relação de promiscuidade com o Poder Legislativo, ou com parte do Poder Legislativo.

Esta é a razão...

*(Interrupção de som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, Senador Mão Santa, não vou usar o tempo usado pelo Senador Delcídio Amaral, mas preciso de um pouquinho mais de tempo apenas para concluir meu pronunciamento. Vou respeitar as inscrições e não vou abusar do tempo nem do Regimento.

Vou aproveitar para deixar uma sugestão. É preciso discutir mudança do Regimento. Ou nós mudamos o Regimento ou assumimos publicamente que o Regimento é uma peça de ficção, que nunca é respeitado. Nada a ver com o discurso do Senador Delcídio, a quem respeito pela postura cordial e elegante no trato com os seus colegas do Senado Federal, mas imagine, Senador Mão Santa, se todos os acusados no Congresso Nacional tiverem, a cada acusação, o tempo que teve o Senador Delcídio para se defender. Os que não são acusados jamais falarão. Muitos aqui ficaremos oito, dez mandatos sem nunca nos pronunciar.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Imagine, Sr. Presidente, se os 300 picaretas acusados pelo Lula fossem ter o mesmo tempo que teve o Senador Delcídio para se defenderem das acusações do Presidente Lula! A Câmara dos Deputados ficaria paralisada durante muitos mandatos. Portanto, ou respeitamos o Regimen-

to e o mudamos, ou então é preciso anunciar que o Regimento é peça de ficção no Senado Federal.

Sr. Presidente, um outro requerimento que apresentei diz respeito à quebra de sigilo. Entre outros, estamos sugerindo para esclarecer, não há nenhum prejulgamento, não estamos denunciado absolutamente nada, não estamos condenando ninguém, estamos apenas pretendendo esclarecimentos.

*(Interrupção de som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Em respeito a V. Ex<sup>a</sup> e de acordo com o Espírito das Leis, de Montesquieu, entendemos que o Regimento nasceu para servir o Parlamento, e não os Parlamentares para servir o Regimento.

V. Ex<sup>a</sup> representa essa grandeza e o nosso pensamento. E o povo quer ouvi-lo e, por isso, V. Ex<sup>a</sup> tem, de chofre, cinco minutos. Se quiser mais, terá.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Mão Santa. V. Ex<sup>a</sup> é a generosidade explícita.

Quero justificar a apresentação desse requerimento, que espero possa ser acolhido pela Comissão Parlamentar de Inquérito.

Solicitei a quebra de sigilo bancário do PT e do PTB. Por que, Sr. Presidente? Por que houve uma denúncia de que o PT repassou R\$4 milhões ao PTB na campanha, e que deveria repassar R\$20 milhões. E me parece que o saldo ficou pelo caminho, não chegou até os cofres do PTB, segundo denúncias do seu Presidente, Deputado Roberto Jefferson.

É uma denúncia do Presidente do PTB, assumindo, portanto, responsabilidade em relação a esse ilícito praticado. Hoje, o jornal **Estado de S. Paulo** – e o Líder José Agripino já fez referência – anunciou que, lá em São Paulo, mais R\$4 milhões teriam sido oferecidos. Nesse caso, apenas oferecidos e não transferidos ao PPS.

A Nação tem direito ao esclarecimento. Quer saber se, realmente, houve esse repasse e se esse repasse foi oficial, se está contabilizado, se faz parte ou não da movimentação bancária do Partido dos Trabalhadores ou se teve como fonte um caixa 2, no estabelecimento de mais uma irregularidade.

Refiro-me, Sr. Presidente, a esses dois requerimentos apresentados, que têm o objetivo da investigação, como disse o Presidente Lula, “doa a quem doer”, para que “não fique pedra sobre pedra”.

Acho que não dá para aceitar o cinismo oficial. Um discurso tão enfático, contundente e uma ação escusa, uma ação de manipulação que não chega a ser na clandestinidade, mas passa a ser visível na medida em que o próprio Presidente da CPI diz,

aqui da tribuna, como disse há pouco, que aceitou a Presidência da CPI para defender o Governo. A CPI não é instrumento para defender o Governo. A CPI é um instrumento da Minoria. Investigar e fiscalizar são responsabilidades primaciais das Minorias. A Minoria foi expulsa do comando dessa CPMI. Por que razão se afrontou a tradição? Por nada? É evidente que por nada não se afrontaria a tradição para assumir um desgaste político de proporções.

Na verdade, há, sim, subentendido, implícito, ou até de certa forma explícita, uma intenção determinada de proteger alguém, de proteger pessoas, de blindar setores do Poder Executivo, para que as investigações não cheguem à profundidade que se deseja, para se promover uma verdadeira assepsia no poder público do nosso País.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PL – RJ) – Senador, permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Pois não.

**O Sr. Marcelo Crivella** (Bloco/PL – RJ) – Brilhante o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>, que tem sido um guardião das coisas públicas neste País. Permita-me V. Ex<sup>a</sup> apenas lembrar que o Senador Delcídio, ao citar o ataque que sofreu na mídia hoje, disse que assumiu a Presidência da CPI, que caberia ao Partido ou ao Bloco de apoio ao Governo, a pedido do Governo. Na verdade, o que todos nós sabemos é que S. Ex<sup>a</sup> lá está para investigar. Defender o Governo é defender o que o Presidente Lula disse nos jornais: “doa a quem doer” e “corto a própria carne”. É isto que S. Ex<sup>a</sup> está defendendo: as diretrizes do Governo Lula. Gostaria apenas de deixar isso esclarecido a V. Ex<sup>a</sup>, para que tenha tranqüilidade e possa nos ajudar nessa CPI.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Senador Marcelo Crivella, obrigado pelo seu aparte.

Esse mecanismo novo aqui...

*(Interrupção de som.)*

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Esse mecanismo precisa ser mais adequado, mais eficiente, para não perturbar tanto os oradores.

Mas eu quero agradecer o aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Crivella, também um homem cordial e elegante, embora eu tenha que discordar, porque não caberia ao Governo assumir a parte executiva de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga o próprio Governo.

Na linguagem popular lá do interior do Piauí, certamente diriam que é o cabrito cuidando da horta, não é, Senador Mão Santa? Na verdade, é o Governo que está sendo investigado. Por que o Governo,

ao ser investigado, comanda a investigação? O oposto seria o correto: a Oposição deveria comandar as investigações.

Enfim, esperamos que essas preocupações sejam desmentidas pelos fatos no decurso dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Que ela possa cumprir o seu dever e possa, realmente, ser a ferramenta política capaz de determinar a construção de uma nova imagem para as instituições, os partidos

políticos e os políticos de forma geral, iniciando um novo tempo no Brasil, com maior credibilidade pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Mão Santa. PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, V. Ex<sup>a</sup> usou o tempo que quis.

Há uma passagem bíblica que diz: “Passarão o céu e a terra, mas as minhas palavras não passarão” (\*). Também as palavras do Senador Alvaro Dias ficarão. Ele, como Cristo, falou sob a forma de parábola: “Imaginal Beira-Mar consultor das polícias para combater o narcotráfico”.

# Ata da 87ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 21 de junho de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Tião Viana, Papaléo Paes,  
Alvaro Dias e Eduardo Azeredo

ÀS 14 HORAS ACHAM-SE PRESENTES  
AS SRAS E OS SRS. SENADORES:

## SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 21/6/2005 07:38:49 até 21/6/2005 20:30:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X		Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X	
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA	X		PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X	
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X		PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO	X						
PFL	BA	CÉSAR BORGES	X						
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELÍCIDIO AMARAL	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	ÉDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA	X						
Bloco-PT	PR	FLAVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	ES	JÓÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JÓÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LUCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
	MT	LUIZ SOARES	X						
PMDB	GO	MAGUITO VILELA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X						
PMDB	MA	MAURO FECURY	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
PMDB	AP	PAPALÉO PAES	X						
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X						
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL	X						

**Compareceram: 68 Senadores**



**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A lista de presença o comparecimento de 68 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 63/05

Brasília, 20 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador César Borges, pelo Senador Rodolpho Tourinho, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 252, de 2005, que “Instituiu o Regime Especial de Tributação para a Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e dá outras providências”.

Na oportunidade, renovo protestos de apreço e distinta consideração. – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, comunicação que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 16 de junho de 2005

Sr. Presidente,

Comunico a V. Ex<sup>a</sup> o meu desligamento do Partido Popular Socialista – PPS, a partir desta data.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senadora **Patrícia Saboya Gomes**

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa, parecer que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PARECER Nº 1.019/2005**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 160, de 2005, do Presidente da República (Mensagem nº 362, de 2005 na origem), que**

**“submete á apreciação do Senado Federal o nome do senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de procurador-geral da república, na vaga decorrente do término do mandato do doutor Cláudio Lemos Fonteles, com mandato de 2 anos”.**

A Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, em votação secreta realizada em 21-6-2005, apreciando o Relatório (em anexo) apresentado pelo Senador Álvaro Dias sobre a Mensagem (SF) nº 160, de 2005, do Presidente da República, opina pela aprovação da escolha do nome do Doutor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, nos termos dos arts. 84, XIV, 52, III, alínea e, e 128, § 1º, da Constituição Federal.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005. – **Antonio Carlos Magalhães** – Presidente, **Alvaro Dias** – Relator

#### **Relatório**

Relator: Senador **Alvaro Dias**

Esta Casa Legislativa é chamada a opinar sobre a indicação que o Senhor Presidente da República faz do Senhor Antonio Fernando Barros de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República, na vaga decorrente do término do mandato do Doutor Cláudio Lemos Fonteles.

A Constituição (art. 52, inciso III, e art. 128, § 1º) atribui ao Senado Federal competência privativa para aprovar, previamente e por voto secreto, a escolha do Procurador-Geral da República, após argüição em sessão pública.

O art. 101, inciso II, alínea i, do Regimento Interno, confere a esta Comissão competência para emitir parecer sobre indicações dessa natureza, obedecendo ao rito prescrito no art. 383.

Constam dos autos da sobredita mensagem o **curriculum vitae** e diversas informações complementares sobre o indicado, em obediência à prescrição do art. 383, inciso I, também do Regimento da Casa.

Homem público de longa carreira jurídica, o Doutor Antonio Fernando Barros de Souza nasceu a 30 de setembro de 1948. Formado em Direito, em 1972, pela Universidade Federal do Paraná, foi laureado, no ano de sua formatura, pela Instituição com as distinções Prêmio “Professor Ernani Guarita



No âmbito profissional, sobressaem os diversos trabalhos forenses como membro do Ministério Público Federal, consistentes em inúmeras manifestações perante a Justiça Federal de Primeira Instância no Estado do Paraná e em mais de quatro mil pareceres emitidos em processos junto ao Supremo Tribunal Federal, Tribunal Superior Eleitoral e Superior Tribunal de Justiça.

Destacam-se, ainda, do **currículo** do Senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza, a participação como membro efetivo do Instituto dos Advogados do Paraná, desde 1972; o exercício da Vice-Presidência da Associação Nacional dos Procuradores da República, no período de 1985 a 1987; o exercício da Direção da Associação Nacional dos Procuradores da República, na gestão 1987 a 1989; a Representação do Ministério Público Federal nas Comissões Supervisoras das provas escritas de diversos concursos públicos para provimento de cargos de Juiz Federal: a participação, como membro, da Banca Examinadora do teste seletivo para provimento de cargos de Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (1980); e o exercício da advocacia privada (de 1972 a 1985).

Acreditamos pertinente e ilustrativa a leitura de depoimento pessoal do Senhor René Afiei Dotti – Professor Titular de Direito Penal, Vice-Presidente e Membro do Comitê Científico da Associação internacional de Direito Penal (Paris) e Presidente do Grupo Brasileiro e Membro da Sociedade Mexicana de Criminologia – a respeito do Senhor Antonio Fernando Barros e Silva de Souza:

Conheci o Procurador Antonio Fernando Barros e Silva de Souza quando ele estudava em Curitiba, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. Corria o final dos anos 60 e início dos 70 e o ambiente universitário estava impregnado de dúvidas e incertezas determinadas pelos acontecimentos políticos e institucionais que mutilavam as liberdades públicas, os direitos e as garantias individuais. Fui professor de Direito Penal para a turma freqüentada pelo aluno Antonio Fernando e posso testemunhar, na convivência funcional de rotina, que ele demonstrava na sala de aula e em outros ambientes da Faculdade, as atenções e a dedicação próprias dos bons estudantes. Atento às exposições, discreto e lúcido nas participações individuais ou em grupo, o aluno Antonio Fernando já demonstrava grande

sensibilidade para as questões criminais. Além da virtude intelectual – que é facilmente percebida pelo professor no convívio acadêmico – ele revelava a amabilidade de trato para com os colegas, mestres e servidores.

Mais tarde eu o reencontrei, na Justiça Federal em Curitiba, como representante do Ministério Público. Agora eu não era mais o professor e sim o advogado que comparecia ao fórum. Ele não era mais o aluno. Mas as suas virtudes como ser humano atencioso, responsável e estudioso se mantiveram intactas não obstante a importância social e o poder institucional do cargo. A modéstia e a elegância no trato pessoal continuaram sendo virtudes que ele tem cultivado na função público e nas relações pessoais.

O Ministério Público é um agente político do Estado, embora com atribuições e responsabilidades distintas daquelas conferidas aos servidores que são os agentes administrativos.

Hely Lopes Meireles, o imortal mestre de Direito Administrativo, relaciona a instituição do Ministério Público na categoria das Casas Legislativas (Senado Federal, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores), das chefias do Executivo (Presidente da República, Governadores e Prefeitos Municipais) e também dos juizes e tribunais. E lembra que, em doutrina, os agentes políticos têm plena liberdade funcional, equiparável à independência dos magistrados em seus julgamentos (**Direito Administrativo Brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 11ª edição, 1985, p. 51).

O Procurador Antonio Fernando, pela notável contribuição já prestada no itinerário de sua virtuosa carreira, e pela dedicação com que defende as causas de interesse público será, certamente, um dos notáveis representantes de sua Instituição na proteção dos valores constitucionais e legais e, em especial, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Diante do exposto, entendemos que os Senhores Senadores integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania dispõem de suficientes elementos para deliberar sobre a indicação presidencial.

Sala da Comissão, 21 de Junho de 2005.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: MSF Nº 160 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/06/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>Antônio Carlos Magalhães</i>	
RELATOR: <i>Alvaro Dias</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS (RELATOR)	7-EDUARDO AZEREDÓ
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.



**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– O parecer que acaba de ser lido vai à publicação.  
Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 1.115/05

Brasília, 17 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-se a Vossa Excelência para comunicar que a Medida Provisória nº 240, de 1º de março de 2005, que “Dispõe sobre a aplicação dos arts. 5º, 6º, 7º e 8º da Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004”, e a Medida Provisória nº 243, de 31 de março de 2005, que “Altera a legislação tributária federal e dá outras providências”, foram declaradas prejudicadas em virtude da aprovação do Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2005 (Medida Provisória nº 232, de 30 de dezembro de 2004), e sua subsequente conversão na Lei nº 11.119, de 25 de maio de 2005.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevado apreço e distinta consideração.  
– **Severino Cavalcanti**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Os processados das Medidas Provisórias a que se refere o ofício que acaba de ser lido vão à Comissão Mista, usando por analogia o art. 11 da Resolução nº 1, de 2002 – CN.

Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

Ofício nº 800/2005/GM/MMA

Brasília, 30 de maio 2005

Assunto: Relatório Final nº 3/2005, referente ao assassinato da missionária Dorothy Stang.

Senhor Senador,

1. A Senhora Ministra Marina Silva incumbiu-me de participar a Vossa Excelência o recebimento do Ofício SF nº 742/2005, de 16 de maio de 2005.

2. Por apresentar conteúdo relativo à sua esfera de competência, o expediente foi encaminhado à Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, deste Ministério, sob o Protocolo Geral nº 10.029/2005-00, para análise do assunto e examinar a possibilidade de dar-lhe andamento, em face das providências decorrentes.

2. Por apresentar conteúdo relativo à sua esfera de competência, o expediente foi encaminhado à Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos, deste Ministério, sob o Protocolo Geral nº

10.029/2005-00, para análise do assunto e examinar a possibilidade de dar-lhe andamento, em face das providências decorrentes.

3. Informações complementares poderão ser obtidas diretamente junto à unidade indicada, por intermédio do telefone central nº (61) 4009-1000.

Atenciosamente, – **Bazileu Alves Margarido Neto**, Chefe do Gabinete da Ministra, interino.

Goiânia, 30 de maio de 2005

Senhor Presidente,

Encarregou-me o Senhor Governador de acusar o recebimento do ofício nº 723/2005 subscrito por V. Ex<sup>a</sup>, no qual encaminha exemplar do Relatório Final nº 3, de 2005, bem como de externar-lhe agradecimentos pela atenção dispensada.

Ao ensejo, expresso-lhe elevados protestos de apreço e consideração.

Cordialmente, – **Servito de Menezes Filho**, Chefe de Gabinete do Governador.

SGM/P nº 1.105/05

Brasília, 17 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o, acuso o recebimento do Ofício SF nº 752/2005, datado de 16 de maio do corrente ano, que encaminha a esta Casa o Relatório Final da Comissão Externa criada com a finalidade de acompanhar as investigações desenvolvidas pela Polícia Federal e Polícia Civil do Estado do Pará sobre o assassinato da Missionária Dorothy Stang.

Informo a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº 4.776, de 2005, foi aprovado pela Comissão Especial constituída para examinar a matéria e deverá ser apreciado pela Casa oportunamente, tendo, inclusive, constado da **Ordem do Dia** das últimas sessões.

Informo, ainda, que encaminhei cópia do expediente em apreço aos senhores líderes partidários, para conhecimento.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de elevada estima e distinta consideração.  
– **Severino Cavalcanti**, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os expedientes que acabam de ser lidos vão à publicação e serão juntados ao processado do Ato do Presidente do Senado Federal nº 8, de 2005.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 649, de 2005**

**Requerem Voto de Pesar pelo falecimento do músico Mestre Zé Paulo ocorrido em 14 de junho de 2005.**

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento de José Paulo Miranda, cavaquinista e violinista, conhecido no meio artístico como Mestre Zé Paulo.

Atuou também como jornalista, tendo trabalhado no **Jornal do Brasil** e em **O Globo**, voltando, dez anos depois a se dedicar à música, sua verdadeira paixão. Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família do músico.

#### **Justificação**

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação do músico à sua profissão. Mestre Zé Paulo morreu de infarto, abraçado com seu cavaquinho, enquanto interpretava a canção “Inútil Paisagem”, no palco do restaurante no qual se apresentava.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Sérgio Cabral**.

#### **REQUERIMENTO Nº 650, de 2005**

##### **Requerem Voto de Pesar pelo falecimento da cantora e atriz Norma Suely ocorrido em 14 de junho de 2005.**

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento da cantora e atriz Norma Suely, consagrada intérprete da música popular brasileira, além de participar de elencos de teatro e cinema.

Requeiro também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família da cantora, especialmente de seu marido, o comerciante Natal Luiz Prosdócimo.

#### **Justificação**

O Voto de Pesar que ora requeiro justifica-se pela dedicação da cantora e atriz Norma Suely, mineira de Ponte Nova, que começou a vida artística estudando canto lírico na Itália. No início, profissionalizou-se na Rádio Nacional, cantando operetas, para, depois, dedicar-se quase que exclusivamente à música popular.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – Senador **Sérgio Cabral**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos de pesar solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 651, de 2005**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **C**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

#### **REQUERIMENTO Nº 652, DE 2005**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **C**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2003.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

#### **REQUERIMENTO Nº 653, DE 2005**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **C**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

#### **REQUERIMENTO Nº 654, DE 2005**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, **C**, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão incluídos em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 57, DE 2005**

##### **Altera a redação dos arts. 114 e 209 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as atas.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º Os arts. 114 e 209 do Regimento Interno do Senado Federal passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 114. ....

§ 1º Cada sessão terá uma ata circunstanciada, publicada no Diário do Senado Fede-

ral no dia seguinte ao da sua realização, salvo se secreta, e que conterà lista de presença e chamada, texto das matérias lidas e votadas, pareceres, retificações, discursos, debate, incidentes e declarações da Presidência.

§ 2º.....

I – redigir as atas e enviá-las com seus anexos à Subsecretaria de Anais;

.....

III – ..... ”(NR)

“Art. 209. Os trabalhos das sessões do Senado, bem como as atas das comissões, serão organizados em anais, por ordem cronológica, para publicação gráfica e eletrônica.” (NR)

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

### Justificação

As atividades do Senado, no Plenário e nas comissões, estão cada vez mais públicas, graças à implantação da TV e da rádio Senado, que transmitem as sessões em tempo real. Extremamente importante para a atividade parlamentar, essa divulgação permite aos cidadãos conhecer e acompanhar a rotina do processo legislativo, o que favorece a formação de opiniões e possibilita uma maior participação política.

Além dessa divulgação, o registro dos trabalhos também atende ao princípio da publicidade, inscrito no art. 37 da Constituição Federal. Assim, as mudanças que estou propondo nos arts. 114 e 209 do RISF objetivam assegurar o registro em ata das informações mais importantes sobre as sessões das comissões permanentes e temporárias e sua publicação em meio gráfico e eletrônico, para maior facilidade de sua divulgação.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Sérgio Guerra**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

### Regimento Interno do Senado Federal

Art. 114. As comissões permanentes e temporárias serão secretariadas por servidores da Secretaria do Senado e terão assessoramento próprio, ouvida a Consultoria Legislativa ou a de Orçamentos, conforme o caso.(\*)

Parágrafo único. Ao secretário da comissão compete: (\*\*)

I – redigir as atas;

II – organizar a pauta do dia e do protocolo dos trabalhos com o seu andamento;

III – manter atualizados os registros necessários ao controle de designação de relatores. (NR)

.....  
Art. 209. Os trabalhos das sessões serão organizados em anais, por ordem cronológica para distribuição aos Senadores.

.....  
**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)  
– A Presidência comunica ao Plenário a abertura de prazo de cinco dias úteis, perante a Mesa, para recebimento de emendas ao **Projeto de Resolução nº 57, de 2005**, que acaba de ser lido, nos termos do art. 235, II, a, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)  
– Há oradores inscritos.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)  
– Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)  
– Pela ordem, concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito minha inscrição para uma comunicação inadiável, após o Senador Paulo Paim, que chegou antes de mim.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ)  
– Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a minha inscrição, como terceiro a chegar ao plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)  
– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex<sup>as</sup>. terão assegurado o uso da palavra por 5 minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Sem prejuízo da ordem de inscrição, concedo a palavra ao nobre Senador Paul Paim.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, falarei de um tema que, para mim, é muito importante, mas não deixarei de registrar a minha alegria, a minha satisfação e a minha confiança em relação à decisão tomada pelo Presidente da República de indicar a Ministra Dilma

Rousseff para assumir o cargo de Ministra Chefe da Casa Civil.

Eu tenho uma amizade muito grande pela Ministra Dilma, que é até bom recordar. Ainda jovem, metalúrgico, trabalhando no grupo Tramontina no Rio Grande do Sul, tive uma conversa com ela e recebi seu apoio para a primeira disputa que realizei quando me elegei Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Rio Grande do Sul, há aproximadamente 30 anos. Para minha alegria, contei com seu importante apoio quando me candidatei ao Senado da República e em todas as vezes que participei da disputa para a Câmara dos Deputados.

Dou esse depoimento, Sr. Presidente, por reconhecer na Ministra Dilma competência, seriedade e responsabilidade. Pode haver neste País muita gente séria e responsável tanto quanto a Ministra, mas não mais séria nem mais responsável e com mais zelo pela questão pública do que ela, essa mineira que escreveu a sua trajetória política no combate à ditadura. Para nosso orgulho, foi Secretária de Estado, em duas oportunidades, no meu Rio Grande do Sul.

Faço esse depoimento, porque entendo que o Presidente Lula foi muito feliz na escolha da Ministra Dilma para assumir a Casa Civil.

Sr. Presidente, quero fazer hoje um pronunciamento relacionado à primeira Desembargadora negra do Brasil.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um brevíssimo aparte, antes de V. Ex<sup>a</sup> entrar propriamente no conteúdo do seu discurso?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Roberto Saturnino** (Bloco/PT – RJ) – Quanto à referência à escolha do Sr. Presidente, quero também secundar as palavras de V. Ex<sup>a</sup>. Estamos numa fase já para o fim do Governo e é necessário haver no Palácio, junto ao Presidente, uma pessoa com a capacidade executiva da Ministra Dilma, mais voltada para o lado executivo do que para o político, a fim de dar implementação a alguns projetos que estão efetivamente em retardo. Desse modo, a escolha foi certíssima e parabenizo V. Ex<sup>a</sup> por ter feito essa referência.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Roberto Saturnino.

Repito uma frase que ouvi de alguém no meu Rio Grande, que diz o seguinte: “Se queriam um choque de gestão, vão ter” – em razão da competência e da capacidade da nossa Ministra. Digo mais, Senador Roberto Saturnino. Considero a Ministra tão competente que, se quisessem que ela exercesse um cargo mais político, podem estar certos de que ela saberia exercê-lo com competência. Todavia, pediram que ela fosse

administrar, gerenciar a máquina pública na Casa Civil. Tenho certeza de que ela o fará como ninguém, pois, repito, pode ter alguém tão sério e tão honesto, mas não mais do que a Ministra. Por isso, a minha alegria neste momento.

Sr. Presidente, eu quero falar hoje de uma Desembargadora que não é gaúcha, mas baiana. Começo com palavras dela: “...os muros são altos, as pedras no caminho são enormes, os fossos cavados são profundos. Mas valeu a pena”. É com muita honra e muito orgulho que registro essas palavras da nova Desembargadora, Dra. Neuza Maria Alves da Silva, a primeira Desembargadora negra do Brasil.

Essa mulher guerreira, nascida na querida cidade de Salvador, contou em recente entrevista concedida à revista **O Magistrado** ser estudante oriunda de escola pública e ter enfrentado obstáculos de ordem econômica, de acesso à informação, a viagens, cursos, mestrados, doutorado.

Ela enfrentou o dever de criar filhos e ajudar parentes em situação menos favorecida, mas não desistiu de sonhar.

Cursou Direito na Universidade Federal da Bahia e enfrentou concursos públicos de provas e títulos, chegando com grande merecimento ao lugar de primeira Desembargadora negra do nosso País.

A despeito da discriminação que atinge a raça negra, temos aí, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, mais um exemplo de coragem e de luta. E digo, com muita honra, que é a raça negra buscando o espaço que lhe é de direito!

A Desembargadora fala do preconceito e da discriminação que o negro sofre, lembrando que, apesar de existirem várias pessoas, homens e mulheres negros que reúnem condições de ocupar espaços de destaque no cenário nacional, encontram barreiras vindas de diversas direções que impedem o reconhecimento à sua capacidade.

E eu volto a perguntar aos meus nobres pares: o que podemos fazer para enfrentar esta realidade? As ações afirmativas visam alterar este quadro a fim de que a igualdade se torne a nossa realidade.

Mais uma vez insisto na importância da política das cotas.

A Desembargadora Neuza Maria coloca muito bem a questão quando diz:

As cotas são um caminho, não o único, mas são um caminho rumo ao resgate da cidadania do povo negro, tão espezinhado e quase reduzido à condição de coisa, ao longo dos séculos de escravidão e mesmo após a ‘libertação’ [que não veio em 13 de maio de 1888].



Eu ratifico as palavras da Desembargadora, Sr. Presidente, porque ela vai além e diz:

O sistema de cotas visa à inclusão do negro na vida do grupo social ao qual pertence, devendo ser incentivado seja na educação, no mercado de trabalho, nos meios de comunicação e propaganda, na saúde, na política, a fim de se resgatar a sua plena condição de cidadão.

Nós, que somos da raça negra, temos o dever de mostrar aos nossos filhos exemplos como o da Desembargadora Neuza Maria, do Ministro Joaquim Benedito, e outros exemplos de pessoas que não se intimidaram e foram à luta, buscaram o seu espaço. Nós temos o dever de contar aos nossos filhos sobre a luta de Zumbi dos Palmares, de Abdias do Nascimento, que foi Senador da República, de homens e mulheres negros, exemplos de enfrentamento da injustiça social.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Pois não, Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Paim, o assunto é realmente apaixonante toda vez que tratamos dele. Falar nas cotas, por mais que se escutem as pessoas que dizem que já temos aqui a igualdade, que podemos, com a política de cotas, colocar pessoas não merecedoras de um espaço nas universidades ou até em outros... Lembro-me que começamos a tratar da participação mínima da questão de gênero nos postos de direção lá na CUT. V. Ex<sup>a</sup> era um dirigente lá à época, e se discutia isso lá. Quando começamos, esse debate parecia coisa de brincadeira, as pessoas não queriam levar a sério. Isso a CUT estabeleceu, depois foi para dentro do PT, que estabeleceu isso e, hoje, para nossa alegria, consta inclusive na lei eleitoral, obrigando os partidos a obedecerem essa regra. Então tudo é começo. Estou aqui me congratulando com V. Ex<sup>a</sup>. A política de cotas é um começo, ela tem de ser instalada e depois aperfeiçoada no correr do tempo para, digamos, dirimir qualquer conflito que possa vir a surgir. Mas parabênizo V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Aproveito, Senador Sibá, V. Ex<sup>a</sup>, que é um Vice-Líder do Bloco de apoio ao Governo, para dizer que essa mesma colocação de V. Ex<sup>a</sup> lembra o início do meu pronunciamento. Lembro a Ministra Dilma, mulher, tão discriminada também neste País. Em toda a história da República é a primeira vez que uma mulher vai ser Chefe da Casa Civil. Então, quando estamos falando de discriminação contra o negro, o índio, o branco também, enfim, por outros motivos, quero aproveitar o seu aparte e voltar

ao início do meu pronunciamento, dizendo que o Governo Lula quebra mais um tabu quando busca uma mulher para chefiar a Casa Civil.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Para concluir, Sr. Presidente, se me permitir, é rápido.

É a nossa história, a nossa raiz, e nossas crianças precisam se reconhecer nessa história e traçar com orgulho e com determinação o rumo que querem seguir, cientes de que enfrentar a discriminação é o caminho.

A política de cotas é uma ação positiva. Quero lembrar aqui o Estatuto da Igualdade Racial, de nossa autoria, que está pronto para ser votado no Senado, e tenho certeza de que o Presidente Lula há de sancioná-lo entre os dias 16 e 20 de novembro.

Termino, Sr. Presidente, com uma breve fala da nossa desembargadora. Diz ela:

Espero firmemente que outros profissionais portadores das minhas e de outras “diferenças” se sintam motivados a tentar ascender na escala profissional, primando sempre pela sua capacitação e dispostos a enfrentar os percalços decorrentes dos desafios naturais advindos da ousadia. É necessário ter coragem, é necessário ousar, acreditar que podemos. Só assim venceremos.

Sr. Presidente, fiz questão de fazer o discurso hoje da Desembargadora Neuza Maria Alves da Silva como uma homenagem a todas as mulheres e a todos que são discriminados. Fiz aqui um misto do trabalho da Desembargadora Neuza Maria Alves da Silva e também da Ministra Dilma, por tudo o que ela representa, principalmente agora naquilo que considero o principal posto da República, que é a chefia da Casa Civil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**

**O SR. SENADOR PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup>. e Srs. Senadores. “...os muros são altos, as pedras no caminho são enormes, os fossos cavados são profundos. Mas valeu a pena.”

Sr. Presidente, é com muita honra e muito orgulho que eu registro essas palavras. São as palavras da nossa nova Desembargadora, Neuza Maria Alves da Silva. A primeira Desembargadora negra do Brasil!

Essa mulher guerreira, nascida na nossa amada cidade de Salvador, contou, em entrevista concedida à revista **O Magistrado**, ser estudante oriunda da escola pública e ter enfrentado obstáculos de ordem econô-

mica, dificuldades de acesso à informação, a viagens, cursos, mestrado, doutorado.

Ela enfrentou o dever de criar filhos e ajudar parentes em situação menos favorecida, mas não desistiu de sonhar.

Cursou Direito na Universidade Federal da Bahia e enfrentou os concursos públicos de provas e títulos, chegando com grande merecimento ao lugar de primeira Desembargadora negra do nosso País.

A despeito da discriminação que atinge a raça negra, temos aí, Sr<sup>as</sup> e Srs. Parlamentares, mais um exemplo de coragem e de luta. Digo, com muita honra, que é a raça negra buscando o espaço que lhe é de direito!

A Desembargadora fala do preconceito e da discriminação que o negro sofre, lembrando que, apesar de existirem várias pessoas, homens e/ou mulheres negros que reúnem condições de ocupar espaços de destaque no cenário nacional, eles encontram barreiras vindas de diversas direções que impedem que esse reconhecimento.

E eu volto a perguntar aos meus nobres Pares: o que podemos fazer para enfrentar essa realidade? As ações afirmativas visam alterar esse quadro a fim de que a igualdade se torne a nossa realidade.

Mais uma vez, insisto na importância da política de cotas.

A Desembargadora Neuza Maria coloca muito bem a questão quando diz:

“As cotas são um caminho, não o único, mas são um caminho rumo ao resgate da cidadania do povo negro, tão espezinhado e quase reduzido à condição de coisa, ao longo dos séculos de escravidão e mesmo após a “libertação”, assim, entre aspas”.

Ratifico as palavras da Desembargadora quando diz:

“O sistema de cotas visa à inclusão do negro na vida do grupo social ao qual pertence, devendo ser incentivado seja na educação, no mercado de trabalho, nos meios de comunicação e propaganda, na saúde, na política, a fim de se resgatar a sua plena condição de cidadão.”

Nós que somos da raça negra temos o dever de mostrar aos nossos filhos exemplos como esse da Desembargadora Neuza Maria, do Ministro Joaquim Benedito e outros exemplos de pessoas que não se intimidaram, que foram à luta e buscaram seu espaço.

Temos o dever de contar aos nossos filhos sobre a luta de Zumbi dos Palmares, de Abdias do Nascimento, de homens e mulheres negros, exemplos de enfrentamento da injustiça social.

É a nossa história, a nossa raiz, e nossas crianças precisam se reconhecer nela e traçar com orgulho

e determinação o rumo que querem seguir, cientes de que enfrentar a discriminação é o caminho.

A política de cotas é uma ação positiva.

O Estatuto da Igualdade Racial é uma ação positiva que espera pela aprovação do Congresso Nacional, para alforriar a nação negra.

Desembargadora, meus sinceros parabéns. Agradeço, em nome da população negra, por suas palavras positivas:

“Espero firmemente que outros profissionais portadores das minhas e de outras “diferenças” se sintam motivados a tentar ascender na escala profissional, primando sempre pela sua capacitação e dispostos a enfrentar os percalços decorrentes dos desafios naturais advindos da ousadia. É necessário acreditar que podemos. E seguir em frente.”

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – O Presidente Renan Calheiros designou Relator revisor do **Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005**, proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005, o nobre Senador Maguito Vilela.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Nezinho Alencar.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (PSB – TO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para falar em nome da Liderança do meu Partido, o PSB, quando V. Ex<sup>a</sup> considerar conveniente, mas antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da palavra agora, como Líder, por cinco minutos, para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Tem V. Exa a palavra.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para falar pela Liderança do Bloco antes da Ordem do Dia. Daqui a pouco, farei chegar às mãos de V. Ex<sup>a</sup> a autorização do Líder.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito. Aguardaremos o documento necessário para a devida autorização.

Com a palavra o Senador Nezinho Alencar.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (PSB – TO. Pela Liderança do PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, sábado passado, visitei o interior do meu Estado, Tocantins. Fui à cidade de

Juarina, às margens do rio Araguaia. O povo daquela cidade, Sr. Presidente, esperava, ansioso, reunido debaixo de um pé de manga.

Quando cheguei ali, ouvi o clamor e vi o descontentamento e o choro de mães de família por uma ação injusta, desumana, desleal de um superintendente do Incra daquele Estado. Famílias proprietárias de apenas quatro alqueires de terras!

A lei diz, Sr. Presidente, e reconheço, que os proprietários ou os assentados não podem vender as suas propriedades, mas há mais de vinte anos ou há quase vinte anos grande parte daqueles proprietários assentados vendiam as suas propriedades – às vezes a preço de banana –, mas vendiam as suas propriedades. E o Incra, na oportunidade em que deveria tomar providência, não a tomou. Agora, quase vinte anos depois, aquelas famílias, já reconhecidas pelo próprio Incra, receberam carta de anuência para fazer financiamento junto ao Basa, Senador Eduardo Siqueira Campos. Entendo que o Incra já reconheceu esses pequenos proprietários como legítimos donos daquelas terras, mas mesmo assim a irresponsabilidade – digo assim, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores – fez com que o Superintendente do Incra daquele Estado entrasse com uma ação que foi julgada sem que as vítimas fossem ouvidas, Senador Eduardo Siqueira Campos, que também é do meu Estado e deve estar sofrendo na pele o mesmo que eu. Caro Senador Eduardo Siqueira Campos, a quem concederei um aparte, e Sr. Presidente, a situação é caótica. Aquelas famílias implorando, pedindo, pelo amor de Deus, que seja reparado esse dano causado pelo Superintendente do Incra daquele Estado.

Fiz questão de visitar aquele desumano superintendente. Quando cheguei lá, ele disse: “Se eu tivesse um gravador, eu iria gravar porque o senhor está tentando que eu prevarique. O senhor está tentando, e a lei me ampara”. Eu respondi: eu sei disso, sei que a lei o ampara. Vou falar sobre isso no Senado Federal.

Sr. Presidente, a minha vida é transparente. Eu falo em qualquer lugar. Chame a imprensa, grave o que eu disse. Não havia nenhuma prevaricação. Eu apenas estava lhe dizendo que era uma grande injustiça tirar a terra da mão daquele que, autorizado pelo próprio Incra, fez o financiamento, tirou R\$50 mil no Banco da Amazônia, construiu casa, formou pasto, dividiu aquelas terras e depois vê uma outra família, que nunca fez absolutamente nada por aquilo, tomar conta da sua propriedade.

Ouçõ, com prazer, o nobre Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos** (PSDB – TO)  
– Senador Nezinho Alencar, quero, de forma muito ob-

jetiva, até para que V. Ex<sup>a</sup> não ultrapasse seu tempo, dizer a V. Ex<sup>a</sup> que eu...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos** (PSDB – TO)  
– ... dessa mesma tribuna, fiz uma séria denúncia contra essa operação do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) no Tocantins, ou seja, substituir trabalhadores assentados há quinze, vinte anos, com operações em andamento no Basa (Banco da Amazônia S/A), por novos assentados, sem nenhuma explicação lógica para isso. Fui alertado pelo Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Araguaína, Alan Kardec, conhecido de V. Ex<sup>a</sup>, importante líder daquela região há muitos anos, e pelos das cidades de Piraquê, Santa Fé do Araguaia, Darcinópolis e Marianópolis, e todos estão vendo essa prática na qual as famílias estão sendo retiradas de seus assentamentos. Aproveito, Senador Nezinho Alencar, uma vez que o Presidente do Incra teve essa postura com V. Ex<sup>a</sup> em nosso Estado, para intimá-lo a esclarecer, de público, as denúncias que estão fazendo os trabalhadores do Tocantins.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos** (PSDB – TO)  
– Segundo os trabalhadores, algumas ONG, presididas por integrantes de um partido político que eu entendo deve ser o primeiro a pedir a transparência e a publicação dos esclarecimentos, estão recebendo diretamente do Incra recursos para fazer as estradas. Peço ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, ao Presidente Nacional do Incra, uma vez que não vejo isenção do Incra no Tocantins, que digam publicamente sobre as verbas que estão sendo repassadas a essas ONG, para que nós saibamos quem está dirigindo essas ONG, que estão fazendo estradas, o que é muito estranho. Mas o Presidente do Incra tem se pautado, lá em no Estado, por esse tipo de comportamento, no mínimo deselegante, como aconteceu com V. Ex<sup>a</sup>, um representante do povo...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Eduardo Siqueira Campos** (PSDB – TO)  
– ... que não merece ser tratado assim por ninguém, quanto menos pelo representante de um órgão público, como o Incra.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO)  
– Muito obrigado, Senador Eduardo, pelo seu aparte. Sr. Presidente, já estou encerrando...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)  
– V. Ex<sup>a</sup> já teve a terceira prorrogação. Tem mais 36 segundos.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO)

– Não há som aqui, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Há, sim, Excelência.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, acredito, de coração, Senador Sibá Machado, no Governo do Presidente Lula, acredito no Ministro da Reforma Agrária e acredito no Presidente do Incra. Sei que eles haverão de substituir aquele superintendente por uma pessoa voltada para os interesses do nosso Estado, pela realização da reforma agrária e que trate nossos trabalhadores rurais com dignidade e não levando polícia para bater neles. Não permito esse tipo de comportamento. Vou denunciá-lo enquanto estiver aqui, meu caro Senador Sibá Machado.

Conheço a sensibilidade do Presidente da República. Sei que Sua Excelência haverá de tomar providência no sentido de trocar imediatamente aquele superintendente.

Muito obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Pela ordem, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra, Senador Maguito Vilela.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro minha inscrição para falar pelo PMDB após a Ordem do Dia. Já providenciei o documento, que está nas mãos do diretor.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido de acordo com o Regimento Interno.

Continuando a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Mão Santa, que terá até dez minutos para seu pronunciamento. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Sibá Machado, para uma comunicação inadiável.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Papaléo Paes, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros na Casa e que assistem aos nossos trabalhos pelo sistema de comunicação do Senado.

Senador Paulo Paim, o Rio Grande do Sul deu muito ao Brasil. Talvez, a página mais bela dessa contribuição tenha sido a Revolução Farroupilha. Senador Sibá Machado, esse foi o primeiro movimento para transformar este País numa democracia e libertar os negros. Durou dez anos, com a atuação de Bento Gonçalves e dos lanceiros negros. Hoje o Piauí vem aqui homenagear um filho ilustre desse grandioso Estado do Brasil: Leonel Brizola.

Venho aqui, diferentemente do Senador Maguito Vilela, que está esperando procuração para falar pela Liderança do PMDB, falar pelo MDB do Deputado Ulysses Guimarães, do Senador Teotônio Vilela, do Presidente Tancredo Neves, do Presidente Juscelino Kubitschek, cassado quando era Senador pelo Estado de Goiás.

É uma homenagem ao Governador Leonel Brizola. Hoje faz um ano que faleceu Leonel Brizola.

Hoje, dia 21 de junho, faço minhas, Senador Paulo Paim, Senador Sibá Machado, Senador Suassuna, as palavras de Brizola aconselhando Lula. Ninguém foi mais verdadeiro, mais gaúcho, mais bravo, mais lutador do que Leonel Brizola, possuidor daquela virtude a que Ulysses se referiu quando disse: “Se lhe falta coragem, faltarão todas as virtudes”. Brizola, que representava a coragem do Rio Grande do Sul, deixou um recado, mas o núcleo duro não deixou o Presidente Lula ouvi-lo. Ele disse, nas suas últimas palavras: “Lula foi eleito para mudar o Brasil, e não para mudar de lado”. Brizola entendia que a salvação era o trabalhismo de Alberto Pasqualini, do Rio Grande do Sul, de Getúlio Vargas, do Rio Grande do Sul, de Rui Barbosa, baiano do Brasil – e tem muito a ver citar Rui Barbosa.

Sibá, atente bem V. Ex<sup>a</sup>, que emprestamos ao Acre, lá de nosso Piauí, com sua inteligência: Rui Barbosa, ninguém mais do que ele, merecia chegar à Presidência. É a destinação. E ele não chegou, não foi Presidente. Mas perguntai a uma criança brasileira – não sabemos o nome de dez Presidentes –, toda criança sabe o nome de Rui Barbosa. E assim é com relação a Brizola. Ele não chegou à Presidência numa destinação, assim, de Rui Barbosa. Mas Brizola acreditava no trabalho, como Rui. E, como Rui, disse que o trabalho vem antes. O trabalho e o trabalhador têm que ter a primazia, o respeito e o apoio, porque eles é que fazem a riqueza e o capital.

E Lula trocou de entendimento das coisas. Mudou para o lado dos poderosos, dos ricos, dos banqueiros. Só quem está se dando bem é banqueiro nesta pátria do ganho fácil.

De Brizola, sem dúvida nenhuma, todos nós nos lembramos. Eu me lembro da emoção, quando renunciou Jânio da Silva Quadros. Sete meses de governo, Paulo Paim, e lá no meu Piauí nós ouvimos a voz dele.

O Senador José Jorge lá no Pernambuco ouviu a Cadeia da Legalidade. Brizola colocou na Assembléia a Rádio Guaíba e liderou este País para que se obedecesse à Constituição e tomasse posse o Presidente legítimo, o vice-Presidente, também gaúcho, João Belchior Goulart, que se encontrava na China. Os militares não queriam. E hoje, contrariando o entendimento dos



militares, ficou para a História. João Goulart, a imagem de Francisco, o Santo, que carregava a bandeira paz e bem, promoveu a paz neste País. Tomaram-lhe o Poder e ele entregou, para que não houvesse mortes. E a Cadeia da Legalidade!

Mas quero dizer aqui alguns trechos de quando os militares não queriam respeitar a Constituição. E ele falava, lá do Rio Grande do Sul para todo o Brasil, as palavras gravadas, que faço minhas, e que são trazidas à história do Brasil pela Jornalista Dione Kuhn em seu livro, a cujo lançamento meu amigo Paulo Paim me levou.

Então, eu concedo a palavra ao representante do Rio Grande do Sul, para esta homenagem também a Brizola, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela homenagem que faz da tribuna, quando lembramos um ano da morte do ex-Governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, Engenheiro Leonel de Moura Brizola.

Senador Mão Santa, Brizola ficará para sempre na nossa mente pela forma como ele pensava este País. Brizola era um lutador, era um guerreiro, era um homem que pensava no social em primeiro lugar. Eu que falo tanto em movimento negro, Brizola foi, pelo PDT, o primeiro a organizar os negros dentro de uma agremiação política partidária. Eu sei que o meu tempo é pouco. Quero só dizer a V. Ex<sup>a</sup> que jamais vou esquecer quando Brizola teve que sair do País. As suas fotos foram queimadas, os livros, proibidos de circular, e quem lia os trabalhos de Brizola poderia ser preso. Tenho comigo a imagem de Brizola, de forma permanente. Ele continua sendo uma grande referência, não só para o povo gaúcho, mas também para o povo brasileiro.

Concluo dizendo que Quilombo Silva, onde V. Ex<sup>a</sup> esteve comigo lá em Porto Alegre, para evitar que eles fossem à força retirados da terra que eles têm de direito, passou também pela mão de Leonel de Moura Brizola, que naquela época já tinha sido avisado, já tinha apontado que era legítimo que os quilombolas ficassem com aquela propriedade. Brizola conversou, tenho certeza, a partir da reunião que tivemos com V. Ex<sup>a</sup> na Assembléia Legislativa, unindo todos os Poderes.

O Presidente Lula, calculo eu, ainda esta semana, deve de uma vez por todas assegurar a titularidade para a terra da família Silva, legítimos representantes dos quilombolas. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>. Quero dizer que estou muito orgulhoso de ter caminhado com Leonel Brizola ainda nas Diretas Já, mas de ter caminhado também com V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa, lá no Quilombo Silva e naquela audiência pública memorável de que participei com V. Ex<sup>a</sup> e esposa, em Porto Ale-

gre, e que o Rio grande do Sul também jamais há de esquecer. Parabéns, Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Incorporo as palavras do Senador Paulo Paim e reivindico ao Senador Papaléo Paes, cardiologista – o sentimento da generosidade está no coração, S. Ex<sup>a</sup> bem sabe disso –, que me permita conceder apartes, já que há precedente, quando o Plenário permite. Estou vendo vários Senadores querendo participar da singela homenagem desta Casa à grandeza maior política da história contemporânea que foi Brizola. Como exemplo, a Câmara Federal fez uma sessão solene para homenageá-lo.

Então, concedo a palavra ao Líder do PDT, Osmar Dias, já confiando na sua generosidade, n'Ó Espírito das Leis de Montesquieu, no respeito a Brizola, ao Rio Grande do Sul, a nossa democracia, à Heloísa Helena e a Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, o Plenário não poderá, neste momento, alterar o Regimento. Temos de seguir o Regimento da Casa. Cada Senador já recebeu uma comunicação de reiteração, feita pelo Presidente da Casa, exatamente porque muitos Senadores estão se queixando à Presidência por não terem o espaço suficiente, devido ao fato de alguns nobres Senadores ocuparem esse espaço além do que deveriam, de acordo com o Regimento. Vamos conceder, na medida do possível, a palavra àqueles que estão pedindo um aparte, mas saiba V. Ex<sup>a</sup> que também não podemos impedir que os próximos oradores façam uso da palavra.

A Senadora Heloísa Helena fará uso da palavra, de acordo com o seu consentimento.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, quero adverti-lo de que talvez essas palavras sobre o brizolismo o estejam atraindo, porque V. Ex<sup>a</sup> quer mudar de Partido, como eu. Está apertado, porque houve um equívoco. Segundo a Senadora Heloísa Helena, que sabe todo o Regimento Interno e sua modificação, são dez mais cinco. Mas saíram dez mais dois. Eu compreendo.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – São dez mais cinco quando estamos em sessão não-deliberativa. Hoje, a sessão é deliberativa.

Senador Mão Santa, vamos aproveitar o seu tempo.

**O Sr. Osmar Dias** (PDT – PR) – Sr. Presidente, colaborarei com a Mesa. Apenas agradeço ao Senador Mão Santa pela homenagem ao nosso Líder Leonel Brizola. Como Líder do PDT, peço a minha inscrição para falar logo a seguir e deixar tempo, então, para os outros apartes, cumprimentando o Senador Mão Santa e agradecendo essa homenagem.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Ouço, com prazer, a Senadora Heloísa Helena, fundadora do P-SOL e candidata a Presidente da República.

**A SRA. Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Senador Mão Santa, quero também solidarizar-me com o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup>. Sei que atinge não apenas o povo do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro, mas todos os trabalhistas históricos do Brasil, além dos Parlamentares do PDT desta Casa – o Senador Osmar Dias já disse que vai pronunciar-se sobre este assunto. Mas eu não poderia deixar, Senador Papaléo Paes, de fazer este aparte, até porque Brizola foi especial num período muito difícil da minha vida. Quando eu estava passando pelo tribunal de inquisição do PT, naquele processo de expulsão – e hoje agradeço todos os dias por lá não mais estar para ter que justificar tanta podridão –, eu estava em primeiro lugar na intenção de voto da Prefeitura de Maceió. E o Brizola me procurou e, com muita humildade, me ofereceu o PDT como abrigo. Disse-me claramente que eu não precisava me comprometer com as concepções do programa do PDT, mas que ele se sentia na obrigação de me entregar o PDT como um abrigo, para que eu pudesse disputar a eleição. E lembro a última vez que eu o vi, junto com o Lupi, que hoje é o Presidente do PDT, Senador Sibá. Lógico que eu não imaginava que ele pudesse morrer tão rápido, porque, apesar da idade, ele era uma pessoa muito brilhante, inteligente, cheio de saúde. Uns dois meses antes da sua morte, eu o encontrei no seu apartamento no Rio. Milton Temer, eu, ele e Lupi fomos tomar café juntos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**A SRA. Heloísa Helena** (P-SOL – AL) – Ele abriu a janela do apartamento que dava para aquele marzão lindo de Copacabana e disse “Olha, este apartamento não vale nada. O que vale é esse mar tão lindo”. Ele, que era um homem mais do campo, mais rural, dizia uma coisa assim, no auge da sua humildade. Eu, às vezes, ficava polemizando por ele estar fazendo algumas reuniões com o PFL; eu brigava com ele por isso. E, humildemente, tratando de como a conjuntura estava se dando, ele dizia que se sentia no final da vida, como se o sol estivesse se pondo. Por isso, ele achava que seria muito importante eu estar junto do PDT, com eles. Lógico que fizemos uma outra opção de construir um abrigo para a esquerda socialista democrática. Mas a lembrança que tenho de Brizola é de brilhantismo, de inteligência, de capacidade de luta e, ao mesmo tempo, de humildade, um lado dele que eu não conhecia. Então, saúdo o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e saúdo também todos os trabalhistas históricos que, além dos Parlamentares, fazem o PDT, ou seja,

todos que foram parte, companhia, presença fundamental na vida dessa grande Liderança política. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Incorporo as palavras da Senadora Heloísa Helena ao meu discurso.

Atentai bem, Heloísa Helena! Vamos entender as coisas: mulher, eu só tenho uma, mas Partido, temos que ter mais de um, nesse pluripartidarismo. Fui Prefeitinho da minha cidade e governei o Estado do Piauí. Agora eu quero lhe dizer, Senador Osmar Dias, que durante toda a minha trajetória política eu estive ao lado do PDT. Vamos dizer: sou do PMDB, sou casado com o PMDB, mas a amante mais atraente, mais forte, tem sido o PDT, ao longo da minha vida.

E Deus me permitiu receber Leonel Brizola, candidato a Presidente da República, na Cidade de Parnaíba, ao lado de Elias Ximenes de Prado Júnior, um Che Guevara nosso que morreu. E, quando governei o Estado, eu entreguei a Cohab para ele, Prado Júnior – o nosso Che Guevara –, que nos deixou. Ele fez 40 mil moradias populares no Estado do Piauí – o PDT nos ajudando a governar mais do que o Governo do núcleo duro. Essa é a realidade!

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador Mão Santa, mais um minuto para V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – E outro para o Sibá. Está certo?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Um minuto, Senador.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Para o Sibá ou para mim?

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Para V. Ex<sup>a</sup>, uma vez que não é mais permitido aparte.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Senador Papaléo Paes, permita-me então, Excelência.

Quando a ditadura viria impedir João Goulart, então soaram aquelas palavras para alertar o Brasil no discurso que ele fez na Rádio Guaíba, na cadeia da legalidade – o José Jorge ouviu, em Pernambuco. Lerei apenas algumas frases, para inspirar V. Ex<sup>a</sup> a liderar o povo do Amapá, a vencer as eleições futuras, a governar como Brizola governou.

Ele dizia – o discurso é longo, mas citarei apenas algumas frases:

Não pretendemos nos submeter. Que nos esmaguem. Que nos destruam. Que nos chacinem, neste palácio. Chacinado estará o

Brasil com a imposição de uma ditadura contra a vontade de seu povo.

(...)

Penso com independência. Não penso ao lado dos russos ou dos americanos. Penso pelo Brasil e pela República. Queremos um Brasil forte e independente. Não um Brasil escravo dos militaristas e dos trustes e monopólios norte-americanos. Nada temos com os russos. Mas nada temos também com os americanos, que espoliam e mantêm nossa pátria na pobreza, no analfabetismo e na miséria.

E mais:

Vejam se não é loucura. Esse homem está doente. [Falava contra o homem do Exército.]

Queremos ordem civilizada, ordem jurídica, a ordem do respeito humano.

(...)

Não aceitarei qualquer imposição.

(...)

Venham, e se eles quiserem cometer essa chacina, retirem-se, mas eu não me retirarei e aqui ficarei até o fim. Poderei ser esmagado. Poderei ser destruído. Poderei ser morto. Eu, a minha esposa e muitos amigos civis e militares do Rio Grande do Sul. Não importa. Ficará o nosso protesto, lavando a honra desta nação. Aqui resistiremos até o fim. A morte é melhor do que vida sem honra, sem dignidade e sem glória. Podem atirar. Que decolem os jatos. Que atirem os armamentos que tiverem comprado à custa da fome e do sacrifício do povo.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Que essas palavras de Brizola fiquem na mente de todos os brasileiros.

E a última frase de Brizola: “Lula foi eleito para mudar o Brasil e não para mudar de lado”.

Esta é uma homenagem do Piauí ao maior Líder contemporâneo de nossa História.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a palavra pela Liderança do PDT.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– Após a palavra do Senador Sibá Machado, que fará uso como Líder do Bloco da Maioria, V. Ex<sup>a</sup> fará uso da palavra também, pela Liderança, Senador Osmar Dias.

Senador José Jorge, pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, para pedir a palavra como Líder da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP)

– V. Ex<sup>a</sup> está inscrito após o Senador Osmar Dias, Senador José Jorge.

Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> terá cinco minutos para seu pronunciamento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria, em primeiro lugar, fazer minhas as palavras do Senador Paulo Paim a respeito da Ministra de Estado Dilma Rousseff.

Gostaria, ainda, de acrescentar, além do que já disse o nosso eminente Senador, que a Ministra Dilma, à frente do Ministério de Minas e Energia, colocou vários programas substanciais para a nova matriz de energia nacional. É bom lembrar aqui o marco do setor elétrico, matéria discutida amplamente no Congresso, aprovada, o Programa Luz para Todos, um dos mais ousados de infra-estrutura básica no campo brasileiro; o Programa do Biodiesel, que já é uma realidade em vários Estados; o Proinfa, que vai tratar de fontes de energia, principalmente as alternativas, como assim são conhecidas no País.

Sr. Presidente, eu queria fazer um breve comentário a respeito do ex-Ministro, o Deputado Federal José Dirceu, grande guerreiro, militante do nosso Partido, um dos fundadores do PT, que, de uma hora para outra, tentam transformá-lo naquilo que... A cada dia que escuto as notícias, elas doem em mim, machucam, porque tenho absoluta certeza da consciência, da lucidez, da honestidade do Deputado José Dirceu. Não posso acreditar que no Brasil se faça uma campanha dessa natureza, Sr. Presidente. Ela chega a ser satânica – essa é a palavra que eu queria dizer. Mas, como S. Ex<sup>a</sup> mesmo disse, ele vai ter a oportunidade de fazer a própria defesa, vai ter a oportunidade de mostrar, com todas as letras, quem está mentindo nessa história.

Acabei de ter acesso ao interrogatório do Sr. Maurício Marinho, prestado à Polícia Federal, e, para minha surpresa, simplesmente ele vem agora nos fazer de moleques – é isso que quero entender, hoje quero estar presente nessa primeira audiência da CPI – e praticamente dizer que nunca viu Roberto Jefferson, praticamente dizer que não tem nenhuma relação

com esse cidadão. Isso é molecagem, Sr. Presidente! As fitas são claras. Dá para ver o que está escrito lá! Qualquer criança vai entender isso. É um absurdo com o qual não podemos concordar! Absolutamente! E espero que se faça justiça mesmo. Tem que se fazer justiça no Brasil!

Não temos medo de esclarecimento algum, Sr. Presidente, porque nossas consciências estão limpas, absolutamente limpas. Muito mais do que notícias, prefiro ter a consciência limpa. O meu Partido tem a consciência limpa, e vamos deixar isso muito claro em todos os momentos em que for necessário: seja na Câmara, seja na CPI, seja na Polícia Federal.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Concederei já o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Quero apenas um esclarecimento.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Pois não.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Eu queria saber, já que V. Ex<sup>a</sup> leu o depoimento do Sr. Maurício Marinho na Polícia Federal, se o depoente falou se conhecia ou não o Sr. Delúbio Soares.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Não; não falou.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Ele disse que não conhecia Roberto Jefferson.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Não; não falou.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Nem Delúbio Soares, nem Roberto Jefferson?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Não falou. Simplesmente não falou.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Obrigado, Senador.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – É como se nada tivesse acontecido. Então, gostaria de que esta Casa imediatamente tomasse providências sobre isso. Ficarei lá. Vou assistir ao depoimento dele. Se tiver oportunidade, quero também indagá-lo.

Ouçõ a Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Senador Sibá Machado, como sempre, V. Ex<sup>a</sup> assoma à tribuna para colocar um posicionamento correto. E quero dizer que é isso que nós queremos também. Ficamos até preocupados, porque parece que se tenta jogar toda a lama, como se todos fossem iguais. Não vamos abrir mão de que se esclareça absolutamente tudo neste País, inclusive o que declarou recentemente, numa entrevista, o Deputado Roberto Jefferson, que diz

respeito a esse caixa dois em outros Partidos. Espero que isso também possa ser esclarecido para o País.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Obrigado, Senadora.

Sr. Presidente, eu pediria aquele minutinho de tolerância de V. Ex<sup>a</sup> para dizer que a CCJ do Senado aprova hoje o eminente Dr. Antonio Fernando Barros e Silva, Procurador-Geral da República, em substituição ao Dr. Cláudio Fonteles. O Presidente Lula não teve nenhuma dúvida em atender ao primeiro da lista, escolhido pela própria Casa. E o próprio Dr. Cláudio Fonteles foi muito claro em dizer que tem total e absoluta confiança no seu sucessor. A corporação do Ministério Público brasileiro tem a confiança absoluta na sucessão. Fico aqui mais ainda tranqüilo, porque tenho ouvido bastante o Senador Pedro Simon tratando dessa questão, e S. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa que muito observo nesta Casa, em todos os seus pronunciamentos. Então, como o Senador, também fico feliz com essa escolha e parabênico o Presidente Lula por não ter nenhuma dúvida, não teve nenhuma preocupação de imediatamente fazer o convite ao eminente Dr. Antonio Fernando.

Portanto, Sr. Presidente, trago essas questões aqui em tom de desabafo, porque é demais. Para quem viveu a vida que vivemos, com as origens que temos, as dificuldades das nossas vidas, ver companheiros, como os nossos, mortos nas masmorras, pelas patas dos cavalos, ver companheiros nossos perderem a família, perderem filho na sua frente, e agora querem nos comparar com isso, Sr. Presidente?! É impossível, não vamos admitir isso, mas contra fatos outros. E espero imediatamente que possamos elucidar cada acusação, cada uma delas, para que o Brasil volte a ter o respeito e a confiança que sempre teve na história daqueles que fazem a História pelas suas próprias mãos!

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra ao nobre Senador Osmar Dias, como Líder.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agradeço ao Senador Mão Santa por utilizar o seu tempo na tribuna hoje para homenagear o grande Líder Leonel Brizola, porque hoje completa um ano de sua morte. Ontem, em Porto Alegre, o PDT se reuniu, com a presença de militantes e lideranças do Partido de vários Estados brasileiros. Infelizmente, não pude estar presente, mas trago aqui o “Manifesto de Porto Alegre”, que vou ler desta tribuna. Esse manifesto é, na verdade, a afirmação dos princípios de Leonel



Brizola, que, durante toda a sua vida, pautou-se pela ética e coerência na política e nos deixou um legado de extremo valor. Exatamente nesses dias em que se discute tanto a incoerência, a falta de ética, a corrupção na política, faz muita falta a presença de um líder carismático, forte, exemplar como Leonel Brizola.

Tenho muito orgulho de ter sido abrigado... Assim como a Senadora Heloísa Helena disse que Brizola a convidou para se abrigar no PDT, o mesmo aconteceu comigo em 2001, quando eu me encontrava sem Partido, pelas circunstâncias conhecidas pela Casa, e ele, pessoalmente, veio a Brasília e me fez o convite: “Se você precisar de um abrigo, se precisar de uma bandeira limpa para disputar as eleições, empalme a bandeira do PDT, e você será muito bem-vindo”. Eu aceitei o convite, e hoje sou o Líder do PDT nesta Casa, com muita honra, e aqui estou para falar sobre o “Manifesto de Porto Alegre”, a carta do PDT neste momento triste que a Nação brasileira vive, e que é uma tentativa de nos inspirarmos na pregação de Brizola durante toda a sua vida pública.

Não vou ler a carta inteira, porque ela é extensa, mas apenas alguns trechos:

#### Manifesto de Porto Alegre.

O Diretório Nacional do Partido Democrático Trabalhista, reunido em Porto Alegre, por ocasião do primeiro aniversário da morte do seu fundador, Leonel Brizola, sob a inspiração de sua memória que, ao lado da de Getúlio Vargas e de João Goulart, encarna os verdadeiros princípios do trabalhismo, e diante da gravíssima crise político-institucional que abala o nosso País, assume, diante da Nação brasileira, os seguintes compromissos:

1 – Defender, contra qualquer tentativa de manipulação, a apuração completa e a punição exemplar de todos os envolvidos nos espantosos episódios de corrupção, suborno e desvio de dinheiro público que vêm sendo denunciados, bem como do financiamento clandestino e criminoso de campanhas eleitorais;

2 – Protestar, por isso, contra qualquer interferência, do Poder Executivo ou das forças políticas a ele ligadas, de limitar, obstar ou impedir a total averiguação da origem e dos responsáveis pelo fluxo criminoso de dinheiro, que, sob o pretexto de sustentá-lo politicamente, fez ou permitiu que fizesse conspurcar a lisura das decisões legislativas que têm sérias implicações na vida de cada brasileiro. Neste sentido, nosso partido, ao lado do PPS e do PV, quer a imediata instalação da Comissão

Parlamentar Mista de Inquérito para apurar o suposto “mensalão” pago a deputados governistas;

3 – Denunciar que já se percebem, a esta altura, manobras políticas para, em lugar de sanear empresas e instituições públicas atingidas por atos de corrupção de integrantes da base governista, o mesmo governo que os indicou vá, simplesmente, entregá-las a grupos privados. O IRB e os centenários Correios do Brasil, empresas que movimentam bilhões de reais e que sempre foram reconhecidas por sua eficiência e seriedade, não podem ser dados como prêmio a empresários, entre os quais está a fonte primária e corruptora donde brotou o dinheiro espúrio que está escandalizando a Nação. Se há deputados, dirigentes partidários e administradores públicos corruptos, há, também, os empresários que os corrompem para conseguir vantagens.

(...)

O PDT, coerente com seu compromisso histórico com a ética na política, repele a impunidade e confia que as CPI, com a vigorosa participação das bancadas pedetistas na Câmara e no Senado, farão a verdade vir à tona, revelarão os culpados – por ação e por omissão – por estas práticas corruptas e abrirão caminho para sua punição, devolvendo a credibilidade às instituições republicanas e democráticas. Nada disso, porém, ocorrerá, sem que a opinião pública exija que toda essa vergonha seja desmascarada!

Porto Alegre, 20 de junho de 2005.

Essa é a carta do PDT, escrita ontem, em Porto Alegre, que leio aqui desta tribuna em nome do nosso Partido, que tem uma posição muito clara nesta Casa. Nós não queremos transformar CPI em palanque político. Queremos a investigação séria, serena, equilibrada, mas queremos que ela seja feita profundamente para chegar aos responsáveis e que eles sejam punidos. Se é para valer esta CPI, deve ser feita com absoluto rigor e seriedade, respeitando, evidentemente, o direito que todos têm de apresentar sua defesa, mas não deixando de lado nenhuma denúncia que tenha sido feita, para que todas sejam investigadas com profundidade.

V. Ex<sup>a</sup> pediu um aparte, Senador Jefferson Péres?

**O Sr. Jefferson Péres** (PDB – AM) – Senador Osmar Dias...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Jefferson Péres** (PDB – AM) – Senador Osmar Dias, infelizmente, não pude ir a Porto Alegre. Mandei uma mensagem por meio do Presidente, Carlos Lupi. Em mais um ano sem Leonel Brizola percebe-se como o Brasil está ficando sem grandes homens públicos. Quaisquer que fossem as nossas divergências com Brizola, em termos de propostas para o País, não se podia deixar de admirar nele o homem movido por idealismo, que tinha um enorme respeito pela coisa pública, se comparado com os homúnculos de hoje, que olham o Estado como *cosa nostra*. Este espetáculo doloroso e nauseante a que se assiste diariamente...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Vou conceder mais um minuto, Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDB – AM) – É enorme a saudade e a sensação de vazio com a ausência do nosso grande líder. Parabéns pelo seu pronunciamento.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Obrigado, Senador Jefferson Péres. Eu tenho orgulho de sucedê-lo na Liderança do nosso Partido, o PDT. V. Ex<sup>a</sup> nos representa na CPI e haverá de levar essa posição do Partido até a CPI, para que as investigações sejam feitas sem marolas, mas com profundidade e com seriedade. Esse é o princípio que estamos colocando, do PDT, em relação a tudo que vem ocorrendo.

Está solicitando um aparte o Senador Sibá Machado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador, seu tempo já está esgotado. Não é permitido mais aparte.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Então, peço desculpas ao Senador Sibá Machado e encerro meu pronunciamento aqui, reiterando nossa grande saudade do grande líder Leonel Brizola.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, há poucos momentos fomos informados de que faleceu a mãe da Senadora Ideli Salvatti. Eu queria aqui registrar, em nome da Bancada, nosso apoio, nossa solidariedade e nossa consternação. Independentemente de suas posições, a Senadora Ideli Salvatti é respeitada por todos nesta Casa. Neste momento difícil em que perde um ente querido, eu queria manifestar aqui o nosso carinho e a nossa solidariedade à Senadora Ideli Salvatti e à sua família.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – A Mesa usa suas palavras para transmitir as condolências desta Casa à família da Senadora Ideli Salvatti.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Jorge, pela Liderança da Minoria.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Presidente Lula, hoje, em uma solenidade em Luziânia, Goiás, disse o seguinte: “Ninguém tem mais autoridade ética do que eu para combater a corrupção.” Isso é uma meia verdade, Sr. Presidente. Antes desse fato, o passado do Presidente Lula lhe permitiria combater a corrupção. Mas, infelizmente, não é o que Sua Excelência está fazendo neste caso. Desde o início deste processo, no caso Waldomiro, depois na entrevista do Maurício Marinho, depois na entrevista do Deputado Roberto Jefferson, o Governo tem trabalhado não no sentido de fazer uma apuração limpa, aberta, mas de tentar impedir, de todas as maneiras, que a CPI funcionasse. Primeiro, não deu as assinaturas necessárias, depois, quando as conseguimos, tentou, até a meia-noite daquela noite negra, retirar as assinaturas, para que a CPI não funcionasse. Posteriormente, Senador Jefferson Péres, como não conseguiram, tentaram minimizar a CPI na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e conseguiram aprovar um parecer restringindo a atuação dela.

Acontece que, para valer, esse parecer deveria ser aprovado pelo Plenário do Congresso Nacional. Mas, aparentemente, eles esqueceram do parecer; ninguém fala mais nisso. Como dissemos na época, aquilo não teria nenhuma importância, porque, como diria o Presidente Ulysses Guimarães, numa CPI, o que vale é Sua Excelência o Fato.

Posteriormente, veio a parte que considero mais grave: transformar esta CPI em chapa-branca. No Senado, nas duas CPIs mistas que temos, sempre o Relator é da Oposição; ou o Presidente é da Oposição e o Relator é do Governo. Infelizmente, nesta agora, não. O Relator é um deputado do Governo, o Presidente é o Líder do PT aqui na Casa, o Senador Delcídio Amaral, e o Vice-Presidente é o Senador Maguito Vilela, da Bancada do PMDB, que, todos sabemos, é talvez o que mais apóia o Governo. Então, temos uma CPI que podemos chamar de chapa-branca. E o interessante disso é que a primeira reunião da diretoria da CPI, quer dizer, Presidente, Vice-Presidente e Relator, deu-se na sala do Líder do PT, e somente essas pessoas foram chamadas. Então, foi uma reunião interna da base do Governo dentro da CPI, e com a presença da Senadora Ideli Salvatti, que não tem nada a ver

com a CPI, é um membro igual a todos nós, e nenhum de nós foi convidado. Portanto, a CPI já começa sob suspeição. Precisamos ter uma atenção muito grande, para que a população brasileira não venha a se decepcionar mais uma vez com a atuação dos políticos nessas investigações.

Outra questão que eu considerei bastante grave foram as declarações do ex-Ministro José Dirceu na reunião que o PT fez para se solidarizar com ele. Na realidade, penso que a reunião de solidariedade é importante, pois o Ministro José Dirceu deixou de ser o Ministro mais importante do Governo Lula, chamado de “Primeiro-Ministro”, que mandava até mais que o Presidente, para virar um simples Deputado. O Ministro José Dirceu foi a pessoa que montou o PT. Portanto, era previsível que o Partido fizesse uma grande reunião em sua homenagem, uma espécie de enterro de luxo. Isso era esperado, foi feito, e ninguém tem nada contra isso.

Entretanto, as palavras do Ministro José Dirceu, naquele momento, realmente deixaram o País surpreso. Em primeiro lugar, disse que está havendo uma tentativa de golpe no Brasil e que a Oposição – no caso, o PFL e o PSDB; creio que ele esqueceu o PDT e a Senadora Heloísa Helena – estava querendo tirar o Presidente Lula. Infelizmente, para nós da Oposição, essa crise do Governo Lula é gerada somente pelo próprio Governo. Não somos aliados de Roberto Jefferson, não nomeamos Maurício Marinho, não nomeamos Waldomiro. Somos vítimas do próprio Governo. Ao contrário, ficamos prejudicados visto que não pudemos exercer o nosso direito de fazer oposição, porque, ao mesmo tempo, o Governo exerce o direito de ser Governo e de ser Oposição a si mesmo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Vou encerrar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> já está na prorrogação de seu tempo. Não é mais permitido conceder apartes.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Concederei um aparte a Sibá Machado, mas antes lerei uma frase...

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Não é mais permitido, pois V. Ex<sup>a</sup> já está na prorrogação do tempo.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Então, vou apenas ler uma frase. O Senador Delcídio Amaral, na sexta-feira, disse desta tribuna a seguinte frase: “O maior adversário do PT não é a Oposição” – infelizmente, porque, para nós, o prazer seria que o maior adversário do PT fôssemos nós, mas não somos. O maior adversário do PT não é a Oposição. Quem está

dizendo isso é o Líder do PT na Casa e Presidente da CPMI “Chapa Branca”. E continuou: “O maior adversário do PT somos nós mesmos, alguns companheiros que nos acusam injustamente, que querem pôr nas manchetes homens dignos. Esses bacanas que plantam dossiês sistemáticos em revistas de jornais nunca saíram de São Paulo.”

Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> tem 30 segundos para fazer o seu aparte.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador, não é permitido aparte.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Desculpe-me. Serei disciplinado, atendendo ao apelo do Presidente e do Senador Jefferson Péres.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, essa é a nossa idéia. Vamos fazer uma CPMI correta para que tudo possa ser apurado da melhor maneira possível.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Obrigado pela sua compreensão, Senador José Jorge.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, não estou inscrito para falar, mas, se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, quero fazer um registro referente a um ano do desaparecimento de Leonel Brizola.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Senador, V. Ex<sup>a</sup> deve inscrever-se regimentalmente.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, entendo perfeitamente. Solicitarei à Liderança do PSDB permissão para poder falar sobre essa figura da qual temos saudade. Meu nome é Leonel em razão de Leonel Brizola. Mais tarde, farei isso.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito para uma comunicação inadiável em terceiro lugar.

Concedo a palavra ao nobre Senador César Borges. Como orador inscrito, V. Ex<sup>a</sup> terá o prazo de até dez minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Capital do meu Estado, a Cidade de Salvador, amanheceu estupefata e perplexa. O povo baiano foi surpreendido por uma decisão absolutamente lamentável do Governo Federal, anunciada ontem pelo Ministro das Cidades, o Sr.

Olívio Dutra, de cancelar em definitivo o empréstimo com o Banco Mundial para a construção do metrô de Salvador, no valor de US\$52 milhões, Sr. Presidente.

Na verdade, eram US\$84 milhões. O Governo já tinha cancelado US\$32 milhões e, agora, cancela mais US\$52 milhões, com a desculpa de que haverá recursos provenientes do Orçamento Geral da União. Trata-se de um empréstimo difícil de ser conseguido, e o Ministro Olívio Dutra foi a Salvador anunciar essa péssima notícia para os baianos.

O sentimento do povo baiano hoje é de justa revolta e indignação. Foi uma verdadeira traição à cidade de Salvador e a seu povo, que tanto confiou nas promessas do Presidente Lula e deu a ele uma das maiores votações do País: 90% dos votos no segundo turno.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Essa é a retribuição do Presidente Lula.

Pois não, Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Isso só pode ser uma vingança contra o povo da Bahia. Na realidade, estamos todos aqui trabalhando para que o Governo melhore e o Governo toma uma atitude dessa forma: vingando-se. Sempre se disse que a vingança é um prato que se come frio. Esse Governo a come quente, Senador. Trata-se de uma simples vingança. Quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e principalmente com o povo da Bahia e de Salvador.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador José Jorge. Pode ser uma vingança pelo fato de que, no passado, a Bahia conquistou o complexo automotivo da Ford quando era Governador do Rio Grande do Sul o atual Ministro Olívio Dutra. Seria duplamente odioso que S. Ex<sup>a</sup> pudesse estar encetando esse tipo de vingança contra Salvador e seu povo.

Ouçõ o aparte do Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tirou praticamente o objetivo do meu aparte porque era exatamente isso que eu queria dizer. Vingança, às vezes, come-se fria; às vezes, come-se quente. O que o Ministro Olívio Dutra fez com a Bahia foi exatamente vingar-se daquela derrota que teve com relação à instalação da fábrica da Ford. Tenho certeza de que S. Ex<sup>a</sup> deve estar se sentindo com a alma lavada, embora não olhe para os grandes prejudicados que são os baianos, principalmente os soteropolitanos. Não importa. Essa é a maneira de o Governo agir. Os baianos têm que esperar e, mais cedo ou mais tarde, a virtude triunfa sempre.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço-lhe, Senador Heráclito Fortes. Mas onde estará o

Presidente Lula? Sua Excelência não governa? Não vê esse tipo de atitude mesquinha do Ministro das Cidades? Sua Excelência teve 90% dos votos da Cidade de Salvador.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Governo do PT é o verdadeiro responsável pelos transtornos que essa decisão causará a Salvador, uma cidade que apresenta um crescimento continuado, ao longo dos últimos anos, e sofre os mesmos problemas das grandes capitais brasileiras. É a maior cidade sem serviço de transporte metropolitano, tipo metrô. Salvador tem 2,4 mil ônibus e suas avenidas e ruas não mais suportam o tráfego.

Pois bem, está adiado **sine die** um sonho da Cidade de Salvador.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – O Governo do Partido dos Trabalhadores é o único responsável por isso. Essa paralisação vai gerar perda de material, perda de recursos públicos, aumento do custo da obra, caos no tráfego gerado pelas obras paralisadas e pelo inchaço no sistema de transporte que afeta principalmente a população mais pobre da Cidade de Salvador.

Concedo um aparte ao nobre Senador Sibá Machado, que, talvez, tenha alguma explicação para esse corte de US\$84 milhões efetuado pelo Governo para uma obra tão importante para a Cidade de Salvador.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Quanto a essa preocupação, Senador, não tenho esclarecimentos a dar. Eu gostaria até de me informar sobre isso. Mas, no que diz respeito a vinganças e à questão da Ford, essa história conheço um pouco. Durante o Governo de Olívio Dutra, no Rio Grande do Sul, houve um grande debate sobre a instalação dessa fábrica da Ford, e a notícia que chegou para nós foi que o próprio Governador, à época, atualmente Ministro, recusou a empresa, porque cada emprego gerado pela Ford, no Rio Grande do Sul, custaria mais dez. Então seria melhor ele aplicar esse dinheiro em outra coisa do que conceder tantos benefícios à Ford que acabariam por prejudicar o erário do Rio Grande do Sul. Pelo que me consta, ele aplicou na reforma agrária os recursos que poderiam ser aplicados na instalação da indústria. Acho que V. Ex<sup>a</sup> tem razão de querer saber. Não há cidade do tamanho de Salvador que não esteja, neste momento, precisando de alternativas de vias de transporte urbano. Penso que precisamos saber a razão desse corte, o que vou procurar descobrir. Tenho a impressão de que foi para evitar mais problemas na questão dos empréstimos que incidem sobre metas da macroeconomia nacional. Precisamos saber também



se isso vai estar estabelecido no Orçamento de 2006. Acho que essa é uma garantia que podemos ter do Ministro. Estando estabelecido, é só então uma questão de tempo para a liberação dos recursos. É válida a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, mas quero dizer que não se trata de vingança, que é uma opinião imediata do Ministro, que poderíamos esclarecer.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sibá Machado, o aparte.

Em primeiro lugar, o Governo do Ministro Olívio Dutra no Rio Grande do Sul foi tão desastroso que ele nem conseguiu ser candidato ao Governo, porque seu próprio Partido o rejeitou e escolheu o atual Ministro Tarso Genro, que também foi derrotado pelo povo gaúcho.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador César Borges?

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Permitirei em seguida, Senador Heráclito Fortes.

Em segundo lugar, ele justifica, na Bahia, dizendo que é realmente para diminuir a dívida externa do País. Só que hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos, foram apresentadas duas propostas de empréstimos internacionais do Governo, uma de US\$33 milhões para a Embrapa e outra de US\$30 milhões para melhorar a máquina arrecadadora do Governo Federal e até dos Estados. Quer dizer, são dois pesos e duas medidas, Senador Sibá Machado.

Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Revelador e muito importante esse aparte do Senador Sibá Machado. Peço, inclusive, que a Taquigrafia depois me remeta uma cópia porque vou guardá-la em meus arquivos, pois é um marco na história. Em primeiro lugar, temos uma revelação inédita do Ministro Olívio Dutra, que não quis a fábrica, preferindo investir em agricultura. Ele pode ter feito essa confissão quando o PT ainda tinha aquela unidade, quando ainda fazia as discussões em sala fechada e ninguém sabia depois o que acontecia. Na realidade, para o público, a posição do Ministro era outra. Segundo ponto: pergunto ao Senador Sibá Machado se, de uma vez por todas, o PT rompeu ou não com o FMI? Se rompeu com o FMI, às favas o déficit internacional. O déficit internacional a que V. Ex<sup>a</sup> se refere é para cumprir mais uma das metas com o FMI. Mais uma vez, o Partido de V. Ex<sup>a</sup>, que tanto combatia o Fundo Monetário Internacional, deixa de atender a uma importante cidade do Nordeste para atender ao Fundo Monetário Internacional. Senador Sibá, com a autoridade e a competência que V. Ex<sup>a</sup> tem, mande o PT acabar com aquela história de que só o Lula botaria o FMI para fora, porque isso é uma balela para enganar inglês. Nós não vamos mais aceitar isso.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Heráclito Fortes, pelo aparte. Mas a realidade é que este é mais um capítulo de uma novela que começou no início do Governo Lula, em 2003. Ao longo destes dois anos e meio, a população de Salvador obteve como retribuição pela expressiva votação dedicada ao Presidente apenas bravatas, promessas não cumpridas e muita, muita enrolação.

Por diversas vezes, estive nesta tribuna para denunciar o descaso, a má vontade e a falta de compromisso do Governo em relação ao metrô de Salvador. Os recursos para as obras do metrô, além de insuficientes, estiveram sempre contingenciados. E, além disso, o Governo Federal já havia cancelado, como eu disse anteriormente, US\$32 milhões do empréstimo com o Banco Mundial. Tudo isso com a justificativa de cumprir o exagerado e criminoso superávit fiscal, acordo com o Fundo Monetário Internacional.

Mas, Sr. Presidente, pelo jeito, essa novela ainda não acabou. O Governo continua com suas mentiras e bravatas, talvez porque os petistas baianos não tenham coragem de dizer a verdade para o povo baiano: que não têm prestígio político nem competência para garantir os recursos necessários à conclusão do metrô de Salvador.

De acordo com as manchetes dos principais jornais da Bahia hoje, o Ministro das Cidades justificou o cancelamento do contrato como uma medida para reduzir o endividamento do País no exterior. Os recursos para a conclusão do metrô viriam, então, do Orçamento Geral da União, quando não há investimento nenhum – e nós sabemos disso –, pois a União não investiu mais do que 1,75% do que estava previsto para investimento neste ano.

No ano passado, antes das eleições municipais, aprovamos, nesta Casa, um empréstimo de US\$100 milhões do Banco Mundial para a cidade de São Paulo. Se pretendia “reduzir o endividamento do País”, por que o Ministério da Fazenda deu parecer favorável à aprovação do empréstimo para a cidade de São Paulo? O que está realmente por trás dessa decisão? Vejo que o Ministro Antonio Palocci deve urgentes explicações a esta Casa, até porque, por coerência, teremos que cancelar muitos outros empréstimos externos que estão aí para serem aprovados.

Já falei dos empréstimos que estavam e estão na Comissão de Assuntos Econômicos. Mas, Sr. Presidente, por que o Ministro Olívio Dutra não fala a verdade? Por que S. Ex<sup>a</sup> não conta à população o real motivo do cancelamento, como já fez em carta encaminhada ao Prefeito Antônio Imbassahy em junho de

2003? Refrescarei a memória de S. Ex<sup>a</sup>. Diz a correspondência:

Identificado o contrato, verificamos que não existe impedimento ao repasse de recursos a contratos firmados para obras civis. Entretanto, por ora, estamos impossibilitados de atendê-lo, uma vez que permanece a restrição, nos limites orçamentários e financeiros, ao repasse de recursos tanto do Banco Mundial como da contrapartida da União à Companhia de Transportes Urbanos de Salvador.

A carta é assinada pelo Ministro das Cidades e desmascara uma das muitas mentiras inventadas pelos petistas baianos para justificar a não-liberação dos recursos para o metrô de Salvador. Diziam os bravateiros que a obra não tinha recebido recursos por conta de supostas irregularidades apontadas pelo TCU.

Confessa o Ministério das Cidades que não é este, nem de hoje, o motivo da falta de recursos. É, sim, o contingenciamento, a falta de liberação de recursos e, eu diria, Sr. Presidente, que é também a falta de compromisso do Presidente Lula e do seu Partido com a cidade de Salvador, com o Estado da Bahia.

Sr. Presidente, como o tempo já está se esgotando, quero dizer que esse cancelamento foi a opção escolhida pelo Governo. Ou seja, o Governo confirmou que não tem a intenção de liberar recursos para o metrô de Salvador. E sabem V. Ex<sup>as</sup> que para conseguir o empréstimo do Banco Mundial é uma luta muito grande. E tudo isso agora está destruído por um Governo inoperante, que não possui o menor apreço pela coisa pública e que apresenta evidentes sinais de incompetência administrativa.

Não tenho dúvida de que o Governo Federal age deliberadamente para colocar o metrô de Salvador entre as mais de três mil obras inacabadas em todo o País. A Bahia está sendo criminosamente afetada por essa decisão.

Finalmente, tenho plena convicção de que a população do meu Estado saberá responder a esse verdadeiro achincalhe. A população não só tem o direito, mas tem o dever de protestar contra esse desrespeito ao Estado da Bahia e à cidade de Salvador.

Desafio o Presidente a visitar Salvador, para que possa sentir, pessoalmente, a revolta da população que o elegeu como legítimo representante do povo e hoje vê, frustrada, todas as suas esperanças.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Quero fazer o registro da presença dos Deputados Helder Paiva e Nalu Gouveia, do Estado do Acre.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição para antes da Ordem do Dia, como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – V. Ex<sup>a</sup> poderá fazer uso da palavra por cinco minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaléo Paes. PMDB – AP) – Pela ordem, tem V. Ex<sup>a</sup> a palavra.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, estou inscrito. Se não for falar como inscrito, pedirei a palavra pela Liderança da Minoria ou do meu Partido. Peço a V. Ex<sup>a</sup> que me oriente.

**O SR. PRESIDENTE** (Papaleo Paes. PMDB – AP) – Os Senadores Pedro Simon e Heloísa Helena usarão da palavra. Em seguida, falará V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, as coisas estão adquirindo ares de complicação tão intensa que nada resta a esse Governo a não ser o caminho da explicação cabal dos fatos. A tergiversação e o diversionismo seriam os piores conselheiros de quem se vê a braços com uma crise de tamanhas proporções ainda não calculadas.

O Presidente Lula – hoje isso me parece parte de uma estratégia, mas não vou, de forma alguma, mostrar-me conivente com isso – diz hoje, segundo o **Globo Online**, numa solenidade, que ninguém tem mais autoridade ética do que Sua Excelência para combater a corrupção. Tomara que seja assim. Desejo que seja assim. Mais adiante o Presidente diz que – aqui está o grave –, se fizerem acusações contra o Congresso Nacional, é um problema do Legislativo, que tem mecanismos de auto-investigação. Então, Sua Excelência diz que não tem aqui no Congresso nenhum projeto pedindo aumento salarial para si próprio, e o comentarista que faz **O Globo Online** é que o Presidente da República entende – ou quer que entendamos assim – que a crise é do Congresso e que, portanto, o Sr. Delúbio Soares deve ser Senador, o Sr. Silvio Pereira\* deve ser Deputado Federal. Já o Ministro renunciante da Casa Civil, José Dirceu, é mesmo Deputado Federal, mas nenhum ato de que é acusado se deu enquanto estava no Congresso; tudo se passou quando S. Ex<sup>a</sup> era Ministro de Estado. O Sr. Marinho não era, graças a Deus, Parlamentar; o Sr. Osório\*, tampouco, assim como ninguém do IRB.

Em outras palavras, a crise é do Executivo. Ela tem claras ramificações no Legislativo, sim, mas é uma crise do Executivo. Significa um desserviço à democracia, além de uma covardia cívica e política,

o Presidente tentar “tapar o sol com a peneira” desse jeito, jogando pedras sobre o Poder Legislativo, que é, precisamente, o mais desarmado, o mais vulnerável neste País.

Concedo o aparte ao Senador Jefferson Péres.

**O Sr. Jefferson Péres** (PDT – AM) – Senador Arthur Virgílio, sem dúvida que a crise passa pelo Congresso também. São Deputados acusados por outro Deputado, mas a crise aponta não apenas para o Executivo de modo geral, aponta, Senador Arthur Virgílio, para o Palácio do Planalto. A cloaca a que faz alusão o Deputado Roberto Jefferson, com fortes indícios de verdade, passa na porta – passou durante muito tempo – do gabinete presidencial. O Presidente, repetindo o que disse aquele colunista da **Veja**, “é cúmplice ou é inepto”. Isso começa a me preocupar muito, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Torcemos todos para que o caso seja de inépcia. A Oposição tem sido muito comedida, procurando admitir que se trata de inépcia e não de algo mais grave.

Entendo, Senador Jefferson Péres, Sr<sup>tes</sup> e Srs. Senadores, que a cruzada deste Parlamento deve ser pela apuração dos fatos e não pela cortina de fumaça.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Todos sabem do meu afeto pelo PSDB, da minha relação pessoal e política com o Presidente Fernando Henrique. Ainda há pouco, a repórter de uma televisão me perguntou: “Ontem, o então Presidente Fernando Henrique recebeu o dinheiro, pagou para o PTB?” Não, Fernando Henrique, segundo Roberto Jefferson, teria recebido dinheiro como candidato – ele era ex-Ministro, não era Presidente de coisa alguma. “Teria recebido dinheiro” é algo bem diferente.

É ingrato o Fernando Henrique, porque, no seu governo, o Sr. José Andrade Vieira, que era conhecido como José do Banco, ficou como ex-Zé do Banco, pois perdeu o banco no Governo do Fernando Henrique. Ingrato. Estou começando a achar que o Presidente Fernando Henrique não é bom amigo, porque, no seu Governo, depois de supostamente ter recebido um favor de campanha, o Sr. Andrade Vieira deixou de ser banqueiro e, até hoje, é um desafeto pessoal do ex-Presidente.

Não conheço ninguém em sã consciência neste País que queira entrar no jogo dessa cortina de fumaça. Todos querem saber da extensão das responsabilidades desse Governo, praticadas agora, no âmbito do Congresso, por inspiração do Executivo; no Executivo, por inspiração de quem quer que seja, para que o Brasil não viva essa situação constrangedora de imaginar

que há um saco de gatos e que, desse saco de gatos, fazem parte todos os Senadores, todos os Deputados, todos aqueles que optaram pela vida pública.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não posso aceitar, porque esse é o caminho mais rápido para termos uma visão fascista sobre a realidade brasileira.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Arthur Virgílio, conceda-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Concedo o aparte ao Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Somente para colaborar com V. Ex<sup>a</sup>, pois talvez tenha se esquecido. Outro banco fechado no Governo Fernando Henrique foi o da sua própria nora.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – O Banco Nacional. É verdade.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – O Banco Nacional.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Eu, se soubesse, não teria nem me aproximado do Presidente Fernando Henrique, que é péssimo amigo.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Se isso é cortar na carne, não tem exemplo melhor do que esse.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, concluo dizendo que temos tudo para fazer um bom trabalho. O Governo não deve meter os pés pelas mãos. Amanhã sai a decisão sobre a tal CPI do Waldomiro, dos Bingos. Sai a decisão sobre o direito da Minoria de fazer CPI, no Supremo Tribunal Federal. Não prejudgo o que vai julgar o Supremo, até porque a palavra do Supremo, para mim, é sempre a última mesmo.

Temos essa tal CPI do Mensalão. Por mim, faríamos somente uma investigação no âmbito dessa que está instalada, que, ao meu ver, não deve investigar somente os Correios, mas todas as denúncias que estão causando o tormento da sociedade e sendo examinadas caudalosamente pela imprensa investigativa deste País.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Mas algo deve ficar como advertência muito clara, Sr. Presidente: não tente o Presidente, o seu Partido ou quem quer que seja soltar a cortina de fumaça. Não vamos aceitar esse jogo de pega-ladrão de feira, em que aquele que está com a carteira diz que há alguém com a carteira em seu lugar. Não vamos aceitar o jogo de pega-ladrão de feira.

Queremos os fatos, a verdade. Não queremos mais do que a verdade. Não queremos a honra de ne-



nhum inocente nem a isenção à liberdade de nenhum culpado. Queremos pura e simplesmente que o Brasil se passe a limpo e que possamos dizer que o Congresso tem espaço para a honra. Quanto ao Executivo, as pessoas que para lá se dirigirem devem trabalhar pelo País, com honradez, característica que, tenho certeza, é da maioria dos Parlamentares brasileiros e dos cidadãos da nossa Pátria.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Papaléo Paes, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário..*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apresento uma nota de condolências em nome da Bancada do PSDB, em nome do Senador Arthur Virgílio, em nome de todos os Senadores do PSDB, à ilustre Senadora Ideli Salvatti pelo falecimento de sua genitora ocorrido no dia de hoje. Estendo os votos de condolências aos demais membros da família Salvatti. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Leonel Pavan, pedimos que encaminhe à Mesa o voto subscrito por V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, por cessão do Senador Arthur Virgílio, por dez minutos.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aqui estou hoje para homenagear um grande brasileiro, um excepcional líder político gaúcho. Refiro-me ao engenheiro Leonel de Moura Brizola, cuja morte aos 82 anos ocorreu exatamente há um ano.

Leonel Brizola, por sua vasta obra política, por sua visão aguda da conjuntura nacional e internacional, foi um grande estadista, um verdadeiro estadista, embora não tenha assumido, como se esperava, a Presidência da República. Reivindicou para si o título de herdeiro de Getúlio Vargas e de João Goulart.

Leonel Brizola foi um extraordinário comandante político numa geração que contou com outros homens de grande envergadura. Eu citaria, para exemplificar, apenas três dos seus contemporâneos: Tancredo Neves, Ulysses Guimarães e Miguel Arraes.

Brizola é um homem político cuja biografia, com o passar do tempo, cada vez mais se engrandecerá.

Julgado pela História, ele terá, enfim, reconhecida a sua grande colaboração a este País.

Início este pronunciamento relatando um episódio que ilustra bem a grandeza desse homem. Na eleição de 1989, passaram para o segundo turno os candidatos Fernando Collor, que teve 22 milhões de votos, que correspondiam a 28,5% dos votantes, e Luiz Inácio Lula da Silva, com 11,6 milhões de votos, correspondendo a 16% dos votos.

Em terceiro lugar, ficou Leonel Brizola, que recebeu 11,1 milhões de votos – ali, colado em Lula. Depois, em quarto lugar, vinha Mário Covas, que teve 7,8 milhões de votos.

É importante salientar que, exatamente em uma hora como essa, Brizola procurou Lula dizendo: “Você tirou o 2º lugar; eu tirei o 3º e o Covas, 4º. Ficaram você e o Collor, mas eu tenho a convicção de que, para ganhar do Collor, o homem é o Covas. O Covas tem todas as condições, porque contra você se levantarão muitas campanhas, muitas forças empresariais, de tudo o que se possa imaginar. Contra o Covas, não há nada”. O Lula reuniu o seu Partido, e o PT não concordou. Eu até respeito que o PT não tenha concordado, mas acho importante destacar o mérito de o Brizola, àquela altura, procurar o Lula para encontrar o nome. E, a esta altura, nós sabemos, não há dúvida nenhuma de que o Covas teria ganho do Collor. O Covas estava mais preparado. O Covas não receberia – até digo, quase que ingenuamente – os ataques grosseiros por parte do Collor. E o Covas não teria um programa de televisão cruel, como a Globo fez sobre o debate entre Lula e Collor, que, na minha opinião pessoal, definiu a eleição. E um programa que não correspondia à realidade. Eu, governador, assisti até o fim, e acho que o Collor foi melhor, porque o Lula não respondeu como devia ter respondido. Quando se falou na filha dele, ele deveria ter dito: “Eu reconheci minha filha. Minha filha hoje tem o meu nome. Enquanto que você...” E aí, meu Deus do céu, o que podia ser do Collor!? Brizola teve essa grandeza.

Ainda há um outro episódio peculiar naquela mesma eleição e que mostra como o acaso pode ter influência na vida de um país. O então Senador Maurício Corrêa – que viria a ser, depois, Presidente do Supremo Tribunal Federal – quis reunir em Brasília, na casa dele, Brizola e Itamar Franco. Maurício Corrêa achava que, tendo Itamar Franco como vice na sua chapa, Brizola seria imbatível.

Houve um contratempo qualquer e o encontro entre Brizola e Itamar acabou não se realizando. Em função do desencontro e de outros acontecimentos, Itamar acabou sendo vice de Fernando Collor de Melo,



e assumiu o Governo. Se Itamar fosse o vice de Brizola, provavelmente a chapa vitoriosa seria a deles.

O candidato a vice de Brizola, naquela ocasião, não representava nada, com todo o respeito a ele. E se Itamar tivesse sido o vice-Presidente, mudaria a situação de Minas Gerais.

Preciso mencionar aqui um outro fato extraordinário da vida desse grande líder político. Refiro-me ao episódio histórico da chamada "Legalidade".

Naquele evento dramático, ocorrido num momento muito grave da vida nacional, Leonel Brizola mostrou-se disposto a um sacrifício ainda maior do que abrir mão de uma simples candidatura. Dispôs-se a lutar, e, se necessário, morrer debaixo das bombas que ameaçaram o Palácio Piratini. Mas ele disse que resistiria até o fim, lutando pela posse do Presidente João Goulart.

Em 1961, quando da renúncia de Jânio Quadros, forças conservadoras tentaram impedir a posse do vice-Presidente eleito, João Goulart, que se encontrava em viagem à China.

Os golpistas pretendiam que uma junta militar assumisse o Governo do País. Para comandar a reação, Brizola requisitou uma importante emissora do Rio Grande do Sul, a Rádio Guaíba, cujos estúdios foram instalados dentro do Palácio Piratini. Aos poucos, outras emissoras do Brasil inteiro se juntaram à Guaíba e foi criada a chamada "Cadeia da Legalidade". Logo as transmissões estavam chegando a todo o Brasil.

Diante da ação corajosa de Leonel Brizola, os golpistas recuaram. Em meio à crise, o Congresso Nacional achou uma fórmula intermediária para garantir a posse de João Goulart. Instalou-se o Parlamentarismo. Em resumo, com um microfone, Leonel Brizola derrotou os militares com toda a sua força. Sua resistência foi essencial para que João Goulart assumisse a Presidência da República.

Leonel Brizola foi um homem de reconhecida probidade, dignidade e seriedade, assim como o foram também os grandes políticos trabalhistas do Rio Grande do Sul, como Getúlio Vargas, João Goulart, Alberto Pasqualini e Salgado Filho.

Brizola casou-se com uma mulher extraordinária, Dona Neuza, que era proveniente de família abastada. Dona Neuza era irmã de João Goulart. Conta-se que, certa vez, Leonel Brizola herdou uma fazenda da família da esposa e nela fez o seu pioneiro programa de reforma agrária.

É a única notícia que se tem de alguém que, tendo uma fazenda, fez questão de distribuí-la, realizando um autêntico projeto de reforma agrária, lá no Banhado do Colégio, em terras de sua propriedade. Uma herança que ele, nascido pobre, que praticamen-

te nada tinha, poderia valorizar. Era a sua chance de transformar-se em fazendeiro. Não fez isso, e colaborou para a reforma agrária.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Mais tarde, como Governador, tomou medidas concretas para que se iniciasse, por fim, o processo da reforma agrária no Rio Grande do Sul.

Sr. Presidente, Sras e Srs. Senadores, Leonel Brizola teve um início de vida muito duro. Seu pai foi assassinado brutalmente nas lutas entre Chimangos e Maragatos. Foi criado por sua mãe, mulher de grande valor. Garoto ainda, foi para Porto Alegre. Na capital, trabalhou como ascensorista e como engraxate, até conseguir uma vaga no Instituto Agrícola de Viamão. Formou-se ali e, a seguir, estudou engenharia.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte, Senador Pedro Simon?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, com prazer, Senador Paulo Paim.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Também peço um aparte, Senador Pedro Simon.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pois não.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Pedro Simon, o tempo urge, mas gostaria de dizer uma frase. Pedro Simon, nosso Senador, V. Ex<sup>a</sup> foi companheiro de Leonel Brizola nessa longa caminhada em defesa da democracia. Brizola lembra educação e lembra a questão da reforma agrária, como V. Ex<sup>a</sup> cita. Mas V. Ex<sup>a</sup>, que é um grande homem, de forma generosa, lembra nomes do Rio Grande: João Goulart, Leonel Brizola, Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas. Vou terminar dizendo que, entre os grandes políticos do Rio Grande, quero que fique também registrada a figura de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Pedro Simon. Só isso. Obrigada, Senador.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – A amizade leva a gente a cometer equívocos. Mas agradeço a amizade de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Pois não.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Pedro Simon, neste momento da solenidade, quero de público, em nome do PT, fazer também um agradecimento. Refiro-me àquele momento, em 1989, do segundo turno das eleições presidenciais em que Leonel Brizola e Mário Covas sobem ao palanque de Lula, em São Paulo. Naquele momento, a arrancada para o segundo turno fez com que essas forças chegassem

a mais de trinta milhões de votos – o que não é um número pequeno. Além de tudo o que já foi dito por V. Ex<sup>a</sup> e demais Senadores em homenagem a Leonel Brizola, aquele momento precisa também ser registrado. Apesar de todas as críticas que já foram feitas de ambos os lados, na construção da virada de página do Brasil pela redemocratização, aquele momento é impagável. Por isso, agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, em nome do PT, e felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo discurso.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Muito obrigado, Senador.

Em 1945, juntamente com outros líderes sindicais, fundou o primeiro núcleo gaúcho do PTB, o Partido Trabalhista Brasileiro. Um ano depois, elegeu-se Deputado à Assembléia Constituinte Estadual. Em 1954, tornou-se Deputado Federal, com a maior votação até então alcançada no Rio Grande do Sul. Um ano depois, deixou o mandato para assumir a Prefeitura de Porto Alegre.

Como Prefeito de Porto Alegre, teve desempenho excepcional. Já naquela época, criou várias obras viárias que só bem depois tiveram seu valor reconhecido. Brizola tinha uma visão de futuro.

Depois, em 1958, assumiu o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Ali desenvolveu uma gestão de altíssima qualidade, que acabou por destacar nacionalmente o seu nome. Mostrou que era, acima de tudo, um entusiasta da Educação. Fez algo que até hoje impressiona: construiu 5.500 escolas no Rio Grande do Sul.

À frente do governo gaúcho, enfrentou e venceu empresas multinacionais. Acabou encampando companhias que exploravam a telefonia e a energia elétrica. Com essas encapações, passou a ser conhecido internacionalmente. Temos aqui uma outra marca de sua atuação política: era um verdadeiro nacionalista. Levou adiante grandes obras: criou a Aços Finos Piratini; instalou a Refinaria Alberto Pasqualini.

Em 1962, ainda Governador gaúcho, Brizola candidatou-se e foi eleito Deputado Federal pelo então Estado da Guanabara. Em 1964, novamente, tentou mobilizar a sociedade contra o golpe militar. Não conseguindo, exilou-se no Uruguai, de onde foi expulso com o golpe militar naquele país, em 1977, mudando-se, daí, para Portugal.

Depois da ditadura de 1964, sofreu um duro exílio que durou mais de 15 anos. Na verdade, Brizola quis reagir ao golpe. Insistiu com João Goulart para que não entregasse o cargo. Eu lá estava e me lembro muito bem quando Brizola dizia a Jango: “Me nomeie Ministro da Fazenda e nomeie o General Ladário Ministro da Guerra.” Lamentavelmente, o General Ladário dizia

que já havia grandes deserções e que a resistência seria realmente difícil.

E João Goulart, evitando uma guerra civil, viajou para o Uruguai. E Brizola, no seu exílio, tentou, de todas as formas, criar um movimento de resistência aqui no Brasil.

Com a anistia de 1979, Leonel Brizola voltou ao Brasil e fundou o seu próprio partido. Nós, do PMDB, achávamos que a oposição deveria permanecer unida num só partido. Os militares queriam nos dividir. Pensávamos que só depois da Assembléia Nacional Constituinte deveria ser aberto o leque partidário.

Inicialmente, Brizola tentou recriar o antigo e querido PTB, mas a sigla foi apropriada por Ivete Vargas. Então, ele fundou o Partido Democrático Trabalhista, o PDT, que comandou por toda a sua vida.

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR. *Fazendo soar a campanha.*)** – Senador Pedro Simon, peço a V. Ex<sup>a</sup> que conclua.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Sr. Presidente, não sei quando vai acontecer o outro.

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)** – V. Ex<sup>a</sup> já teve mais de vinte minutos.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Ah, não. Eu não tenho mais do que nove minutos, Sr. Presidente. Perdoe-me a sinceridade. Eram 15h48min quando assumi o poder.

**O SR. PRESIDENTE (Alvaro Dias. PSDB – PR)** – V. Ex<sup>a</sup> começou a falar às 15h32min.

**O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS)** – Os militares queriam nos dividir. Pensávamos que só depois da Assembléia Nacional Constituinte deveria ser aberto o leque partidário.

Brizola tentou criar o PTB, mas conseguiu criar o PDT.

Depois do retorno ao Brasil, Brizola elegeu-se duas vezes Governador do Rio. Em 1982, elegeu-se após uma contagem paralela dos votos sob seu comando, porquanto foi constatada, logo em seguida, uma fraude enorme decorrente de programa adulterado usado pela Justiça Eleitoral. Em 1991, voltou ao Governo do Rio, onde permaneceu até 1994.

É extraordinário lembrar a administração de Brizola no Rio de Janeiro. Os Cieps são talvez a fórmula mais espetacular de educação que se conhece em toda a América Latina. Os Cieps que ele construiu ofereciam educação com tempo integral, pois não adiantava, segundo ele, manter a criança na escola por quatro horas, e, o resto do tempo, ela ficar na rua. Também não adiantava ir à escola com fome, não tendo o que comer. O Ciep foi uma organização extraordinária, talvez uma das mais bonitas criações do sistema educacional brasileiro.

Encerro este meu pronunciamento, Sr. Presidente, dizendo que Brizola foi realmente um verdadeiro estadista, um dos maiores políticos do século XX. Digno, de honestidade comprovada, sério, totalmente voltado para a vida pública, administrador de visão, gestor competente, corajoso, humanista e legalista. Esse era Leonel Brizola, um homem que merece o respeito de todos os brasileiros.

Leonel Brizola alinha-se entre os maiores políticos brasileiros deste último século, ombreando-se com Getúlio Vargas, Juscelino, Tancredo, Ulysses e Alberto Pasqualini.

Leonel Brizola deixou o exemplo de trabalho incessante e incansável a todos nós que nos dedicamos à vida pública, independentemente da linha política adotada por nós individualmente.

Aos integrantes do seu Partido Democrata Trabalhista, aos seus familiares envio as mais calorosas homenagens.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me, apenas...

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço a compreensão do Senador Suplicy, pois não há mais possibilidade de apartes.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – A minha solidariedade ao pronunciamento do Senador Pedro Simon, cumprimentando-o pela bonita homenagem que faz ao ex-Governador, Deputado Brizola. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Senador Pedro Simon, rapidamente, gostaria de solidarizar-me com as palavras de V. Ex<sup>a</sup> a respeito do notável homem público que foi o Governador Leonel Brizola. Acho que a história fará justo reconhecimento de sua obra e sobretudo de sua conduta. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PEDRO SIMON** (PMDB – RS) – Agradeço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado ao Senador Pedro Simon.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos para o seu pronunciamento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o debate da ética já ocupou muitos pronunciamentos de vários Parlamentares e meus na Casa. Muitas coisas já foram ditas em relação a isso, as CPIs estão instaladas, como também a Comissão de Ética da Câmara, e muitas outras coisas mais. Vários Senadores hoje já se pronunciaram sobre isso também, e o Presidente da República fez mais uma das suas frases de efeito, que, com certeza, ocupará manchetes dos jornais. Sempre

faço questão de repetir que ele dizia que ninguém tem mais autoridade moral do que ele – certamente, no passado, sim; no presente, não.

Mas acho que esse debate da corrupção, especialmente no que se relaciona ao Congresso Nacional, é algo que tem que nos dar muita preocupação. Sei que não estamos numa democracia de fato, porque democracia sem justiça social não se consolida como tal. Sei que a democracia representativa não se consolida simplesmente porque existem mulheres e homens sentados nas cadeiras azuis do Senado, ou nas cadeiras verdes da Câmara, ou nas assembléias legislativas como a da nossa querida Naluh Gouveia espalhadas pelo Brasil todo. Não é isso a democracia representativa. Vivenciamos uma democracia representativa falida, vendida, carcomida, onde muitos parlamentares compram seus respectivos mandatos ou se aproveitam do aparelho do Estado e se apropriam da dor, da miséria e do sofrimento da grande maioria da população para dali usufruir cargos, prestígio e poder.

O Congresso Nacional sempre foi visto como uma Casa desmoralizada, porque se submete à promiscuidade com o Palácio do Planalto. Todas as vezes que o Presidente da República ou qualquer outra personalidade política faz pouco caso do Congresso Nacional, até digo que o Congresso Nacional bem que merece, porque alguns parlamentares se comportam como lideranças políticas vendidas que, ao invés de defender aquilo que se comprometeram ao longo de suas histórias de vida, se submetem ao balcão de negócios sujos e à promiscuidade com o Palácio do Planalto.

É evidente que, no debate atual sobre a corrupção, não adianta querer relacionar somente o Congresso Nacional. É claro que aqui existem parlamentares vendidos, inseqüentes, irresponsáveis, alguns até com muita pose. Quando fazem o debate do alto clero e do baixo clero, tanta gente se apresenta como se do alto clero fosse, mas tem a estatura moral da ralé clero. Tanta gente que se apresenta de forma sofisticada, com palavras mirabolantes, minuciosas, é igualmente vendida a muitos outros mais facilmente condenáveis pelo Brasil afora.

O que é importante ser dito é que neste momento que vivemos é importante a Comissão Parlamentar de Inquérito. Volto a repetir que só uma CPI, por ter poder de investigação, próprio das autoridades judiciais, consegue aprofundar as investigações e possibilita que o Congresso cumpra com a sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo.

Agora, uma coisa que tem que ser deixada clara, a não ser quem é da corriola do Palácio do Planalto ou quem de alguma forma está se lambuzando no banquete farto do poder, com cargos, prestígio, liberação

de emenda e outras coisas mais, precisamos deixar absolutamente claro que todas as denúncias de corrupção, os indícios relevantes de crimes contra a administração pública que estão sendo apresentados, para estarrecimento, indignação e tristeza da grande maioria da população, estão relacionados diretamente com a forma como o Presidente Lula, que imita o Presidente Fernando Henrique, distribui, partilha o aparelho de Estado. Não sei por que há dificuldade de a gente dizer isso. O aparelho de Estado, o aparato público, quando os cargos são distribuídos para conhecidos delinqüentes de luxo, é óbvio que esses delinqüentes de luxo, que se consolidaram ao longo da história política do País, parasitando e privatizando a máquina pública, quando são restituídos aos cargos pelo Presidente Lula, muitos delinqüentes de luxo que serviram ao Governo Fernando Henrique, isso significa entregar a eles o aparelho de Estado, o aparato público para que eles continuem a parasitar. É aquela velha história. Todas as vezes que se fala em corrupção no País, imediatamente a população diz: Ah! Mas tem que restituir o roubado. Se não restituir o que roubou, não adianta.

Claro que todos nós sabemos que político que enriquece na política é ladrão. Ninguém se enriquece com salário. Se um político enriqueceu na política, é ladrão. Não se enriquece com salário. Enriquece-se traficando influência, intermediando interesse privado, explorando prestígio, parasitando o aparelho de Estado. Muitos desses, inclusive, verbalizam o compromisso com a ética. É por isso que o povo não acredita em político. É por isso que a grande maioria da população não acredita em político, porque vê tantas personalidades que nunca tiveram compromisso com a ética verbalizando a defesa da ética, do mesmo jeito que muitos, no passado, assumiram compromisso com a ética e fazem acordos espúrios com os delinqüentes de luxo do Brasil. Em relação àquilo que o povo do Brasil diz, que tem que obrigá-los a restituir o que roubaram, o Governo Lula, tal qual o governo passado, em vez de obrigar o ladrão a restituir o que roubou, restitui o ladrão ao cargo público para que ele continue a roubar, a parasitar e a privatizar o espaço público. Não sei por que a dificuldade de dizer isso. Isso não significa um ataque pessoal a Ministro, a Presidente da República ou a quem quer que seja. Quem é que tem dúvida da história belíssima do Presidente Lula, um operário, um retirante nordestino, um filho da pobreza, um filho do povo, que chegou pela primeira vez na maior instância de decisão política do País pelas mãos belas, legítimas e livres do povo? Quem é que tem dúvida sobre o passado? Quem é que deixa de admirar e reconhecer o passado? Entretanto, temos obrigação de

dizer isto. É impossível que alguém acredite que qualquer mecanismo de corrupção poderia ser implantado, implementado dentro do Palácio do Planalto sem o Presidente Lula saber. Tem que acabar com isso. Ou todos são inocentes ou todos são efetivamente responsáveis. É óbvio. Tem que acabar com esse comportamento preconceituoso, elitista, de caracterizá-lo como um pau-mandado quando é cômodo. Não é. É uma figura brilhante, absolutamente conhecedora da máquina partidária, da máquina governamental. Tem um misto de incompetência em relação a outros? Todos nós podemos não ser profundos conhecedores de áreas técnicas, é por isso que temos que escolher quem profundamente conhece áreas técnicas, independentemente da sua carteirinha de filiação partidária ou das suas concepções ideológicas, para ajudar a máquina pública.

Mas isto tem que ser dito: se tem delinqüente de luxo aqui, se tem delinqüente de luxo no Congresso Nacional, foi comprado pelo Presidente Lula ou pelos seus amigos do Palácio do Planalto. Se tem delinqüente de luxo ocupando cargo, prestígio e poder – não bateadores de carteira, porque bateador de carteira é simplório para determinadas personalidades –, muitos dos conhecidos e ilustres delinqüentes de luxo foram nomeados. Alguém imagina que a Abin (Agência Brasileira de Inteligência), a Abin, quando não sabe da vida de alguém, ela inventa, ela cria. É impossível que alguém possa ser nomeado para um cargo público sem o devido conhecimento da Abin. A Abin fiscaliza a vida de todas as pessoas, monta dossiês, monta escândalos, cria ou apresenta os que efetivamente ocorrem.

Então sejamos honestos intelectualmente. É evidente que só uma CPI mostra exatamente tudo. Se a CPI mostrar que o Presidente Lula, ou o Ministro José Dirceu, ou qualquer um dos outros denunciados são inocentes, eu venho para esta tribuna declarar a inocência dessas pessoas. Agora, por honestidade intelectual e por tudo o que eu conheço, vamos acabar com isso, porque é muito feio e gera palavras de ordem: “Ninguém tem mais ética do que eu!” São bravatas que pousam muito bem nas páginas dos jornais, mas efetivamente não correspondem à realidade objetiva. Se delinqüentes de luxo foram nomeados para cargos públicos, o foram com o conhecimento do Presidente da República, compartilhando com ele. E se eles estavam utilizando....

Ontem, naquela entrevista do Deputado Roberto Jefferson, ele disse: “O Presidente Lula ligou para mim e falou que CPI não é bom para o Governo”. Então, acabemos com isso. Essa gente não pode mais nem falar do Roberto Jefferson. Estavam com ele um dia desses, de mala e cuia, todos juntos; como agora vão



falar? Podemos alguns de nós falar. Nós, aqueles que nunca tivemos identidade ou percorremos os mesmos caminhos. Mas até um dia desses eram da mesma tropa e corriola! Estavam parasitando o espaço público da mesma forma. Então sejamos ao menos honestos intelectualmente.

Eu concedo um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Alvaro Dias, e depois a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Sérgio.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senadora Heloísa Helena, o Presidente Lula tem sido poupado exatamente em função dessa sua bela história a que V. Ex<sup>a</sup> se refere, da sua origem e passado. Mas eu creio que está na hora de o Presidente responder pelo seu presente. O passado é bom para a história. Certamente os historiadores se encarregarão do passado do Presidente, mas nós, que representamos o povo do Brasil aqui, temos que nos preocupar com o presente. E não há como não responsabilizar o Presidente da República por tudo o que está ocorrendo. De quando em vez o Presidente se apresenta com o viés autoritário, como hoje, dizendo que ninguém tem mais moral e ética do que ele para falar sobre o que está ocorrendo. Queremos que o Presidente, em vez de falar autoritariamente, apresentando-se com esse viés autoritário, utilize sua autoridade para mandar investigar para valer e não para acobertar determinados fatos, proteger determinados setores do Governo e pessoas, que se constituíram em coadjuvantes do Presidente durante todo o período de militância partidária e, agora, na Presidência da República. Portanto, Senadora, é hora, sim, de o Presidente assumir responsabilidades em relação ao presente. Aplaudimos o passado de Sua Excelência, mas queremos que dê respostas às exigências da sociedade em relação a sua postura no presente.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Concedo um aparte ao Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Senadora Heloísa Helena, rigorosamente os últimos dias têm caracterizado uma situação muito clara: o Governo, as forças que têm hegemonia no Governo, o PT de maneira especial, ensaiam um discurso cuja clareza é óbvia: remeter a crise, a corrupção para o Congresso Nacional, o que nada mais é do que provar a tese do Presidente, dos 300 picaretas.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Muitos estão com ele hoje.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Pois é. E o Presidente reitera sua vida pública, o Ministro José Dirceu afirma sua história oposicionista, todos se autologiam, fazem um discurso pretensamente ideológico e não vão ao essencial: por que nomearam essas pessoas, qual o quadro de convivência que têm com

essas pessoas, qual o papel desse Dr. Delúbio, cujo nome é tenebroso e a prática parece ser mais ainda, qual é o conteúdo da relação sombria deste Governo, do Partido dos Trabalhadores, com esses aliados? Como é que eles funcionam? Será que só há culpa de um lado? Será que a culpa não é amplamente compartilhada? Quem quer resolver as coisas o que tem a fazer é permitir ampla investigação, e é tudo o que até agora não se desejou fazer. Não se fez isso no primeiro episódio – Waldomiro Diniz – e, na verdade, não se deseja fazer isso agora. A CPMI que estamos fazendo é restrita e seus administradores fazem parte do Governo. Antes de levantar a suspeição – não sou desse tipo –, tenho absoluta clareza e tranqüilidade ao afirmar, corroborando o que está dizendo a Senadora, que os fatos são comprometedores. Este Governo não tem como explicá-los. E toda a ação, toda a sua política, não tem nenhuma sinceridade, cuja finalidade é remeter para outro campo, tirar dele um foco de investigação que tem de começar no Governo. Hoje vai começar no “cara” dos três mil reais, mas ele é a ponta do **iceberg**, é consequência de um processo de formação do poder corrupto, complicado, que não é capaz de governar o Brasil. Está remetendo a vida do Presidente Lula para um questionamento muito mais amplo do que ele imagina. Anteontem, em uma festa de São João no interior de Pernambuco, quando alguém falou em “mensalão”, houve uma indignação geral. Essa indignação não exclui o Presidente da República nem o seu Governo, e inclui de maneira muito clara o que todos percebem: PTB, PL, PP são sublegenda de PT.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tasso Jereissatti.

**O Sr. Tasso Jereissatti** (PSDB – CE) – Senadora Heloísa, parece-me que tem havido, principalmente nos últimos dias, uma tentativa muito clara de dividir o que está acontecendo em dois departamentos: um culpado e outro inocente. O Congresso Nacional seria o corrupto e o Executivo seria vítima desta corrupção. Conheço muito bem V. Ex<sup>a</sup> e sei que não vai imaginar que estamos querendo tirar a culpa do Congresso. Hoje a imagem do Congresso está destruída e não há como dizer que, de alguma maneira, não mereça essa imagem que está aí.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Com certeza.

**O Sr. Tasso Jereissatti** (PSDB – CE) – Mas dizer que o Executivo é vítima dessa corrupção me parece uma fantasia, não tem nada a ver com a realidade. Acho que nós, considerando o que V. Ex<sup>a</sup> disse, precisamos reagir dentro do Congresso, primeiro, fazendo o **mea culpa** e examinando a fundo o que está acontecen-

do aqui no Congresso; segundo, reagindo e deixando bem claro que a iniciativa desse momento de corrupção vem, claramente, do Executivo e que não apenas partidos pequenos ou alguns Deputados, ou boa parte dos Deputados, foram beneficiários dessa corrupção; partidos grandes também foram beneficiários e tiveram a iniciativa dessa corrupção. Só queria ouvir de V. Ex<sup>a</sup> se concorda com este meu entendimento.

**A SRA. HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Vou concluir, Senador Tão Viana, pois sei que estou ultrapassando o tempo. Quero deixar absolutamente claro também que não tenho dúvida de que o Congresso Nacional é uma estrutura desmoralizada perante a opinião pública, e o é porque há parlamentares vendidos e porque há Governo igualmente corrupto para comprar parlamentares e manter a promiscuidade nas relações entre o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto.

Não posso deixar a tribuna sem reafirmar que todos os dias ficam discutindo na imprensa que existe um golpe para derrubar o Governo Lula, um golpe da direita. Evidentemente, muitos representantes da direita brasileira fazem oposição ao Governo Lula. Temos de dizer também que o pior da direita brasileira está no Governo Lula, também.

O Governo Lula prevaricou, porque não foi capaz de investigar os indícios relevantes de crimes contra a Administração Pública no processo de privatização do Governo Fernando Henrique Cardoso, que alardeávamos todos os dias nesta Casa. Nunca a pocilga do capital, a direita, carcomida, cínica, parasita sem pátria do capital financeiro, chafurdou com tanta desenvoltura como agora. Muitos delinquentes de luxo, que vai desde a tropa de choque de Collor a muitos irresponsáveis, amorais, dos tapetes azuis ou dos tapetes verdes, estão dentro do Governo Lula. Então, vamos devagar com o andor.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

*Durante o discurso da Sra. Heloísa Helena, o Sr. Alvaro Dias, Suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, que dispõe de dez minutos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço minha inscrição, pela Liderança da Minoria, para falar após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito em segundo lugar após as comunicações inadiáveis.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o nobre Senador César Borges já verberou mais um crime do Governo Federal contra a Bahia: o cancelamento do contrato com o Banco Mundial relativo ao metrô. Isso também afetará, Senadores Tasso Jereissati e Sérgio Guerra, Pernambuco, Ceará e Minas Gerais.

Se V. Ex<sup>as</sup> não fizerem uma frente violenta contra este Governo, ele continuará sendo o que é. Mesmo saindo o Sr. José Dirceu e entrando outra pessoa no lugar dele, o Governo continuará sendo o mesmo. É inacreditável que o Presidente da República diga hoje, praticamente em resposta aos Senadores e aos Deputados: “Ninguém tem mais autoridade moral e ética do que eu”. Mentira! Falta-lhe autoridade moral e ética, porque quem nomeia ladrões tem participação, evidentemente, pelo menos, na ética em relação ao Governo. E a malta de ladrões que hoje está toda no Governo não foi tirada. A saída de José Dirceu é apenas um pequeno anúncio para calar a Oposição e a sociedade, que tinha a impressão – talvez até verdadeira – de que o Presidente da República era José Dirceu e não o Presidente Lula.

A situação, portanto, é muito grave. Nós vamos perder o metrô da Bahia, no qual o Governo do Estado e a Prefeitura já investiram muitos recursos. Mas eu fico assim a pensar: não será Lula também querendo destruir o PT? Acho que sim, porque esse PT da Bahia não tem cara para aparecer em rádio e em televisão para dizer que faz alguma coisa pelo Estado. Ao contrário, só faz prejudicar a Bahia, e a Bahia não aceita isso.

Por outro lado, eu também penso que fizemos bem. Esse metrô já estaria pronto se procurássemos Waldomiro Diniz, Maurício Marinho, Delúbio Soares, Marcos Valério, Marco Dutra, Humberto Costa “vampiro”, Sílvio Pereira, Marleno Sereno, e aí tem uma série de tantos outros. Se o Governo tivesse optado por essa fórmula de dar comissão, o metrô estaria pronto – e a Bahia também desmoralizada, como estão todos esses que pagam e os que recebem o mensalão. Mas, com certeza, o metrô já estaria pronto, e não seria um incompetente, e que não tem ética também nem moral, como o Sr. Olívio Dutra, que vai a minha terra para dizer ao povo da Bahia que não fará o metrô porque vai cancelar o empréstimo do Banco Mundial. E mente.

Diz: “não, farei o metrô com recursos próprios do orçamento”, quando não colocou recursos no orçamento e nem vai colocar recursos suficientes no orçamento. É um farsa, é uma enganação! É o que se chama, no comum, uma molequeira política entre as muitas molecagens que este Governo tem feito com o Brasil.

Aqui há uma lista de acusados. Ela é tão grande, Sr. Presidente, que eu não vou lê-la, mas tem muitos acusados e todos com culpa no cartório. Evidentemente que esta lista será lida aqui, ou na CPI ou em qualquer parte. O que nós não podemos é aceitar que os Estados estejam se deteriorando, estejam passando por grandes dificuldades, quando poderíamos, através do Delúbio – santo Delúbio! santo Delúbio! –, que o PT não tem coragem de botar para fora porque tem medo que ele conte realmente tudo o que se passa naquele ambiente...

É uma tristeza que isso aconteça. E como eu sei que isso fere também o Senador Marco Maciel, que já quer me apartear, concedo-lhe o aparte para depois continuar.

**O Sr. Marco Maciel** (PFL – PE) – Nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, desejo dizer estou solidário com a denúncia que V. Ex<sup>a</sup> faz com relação à descontinuidade das obras do metrô, especificamente da Bahia, de Fortaleza e do Recife. Há cerca de três meses, fiz um pronunciamento nesta Casa, chamando a atenção sobre o metrô do Recife. Nós o deixamos praticamente concluído no fim de 2002, restando apenas um pequeno percentual para que pudesse a sua ampliação entrar em funcionamento, uma ampliação que vai permitir passar de 160 mil passageiros/dia para quatrocentos mil passageiros/dia, que, por falta de liberação de recursos nos anos de 2003 e 2004, está extremamente atrasada. E V. Ex<sup>a</sup> agora traz uma notícia mais grave. Espero que a rescisão do acordo com o Banco Mundial não venha retardar ainda mais a conclusão dessas obras fundamentais, porque o transporte em massa hoje é a solução para as grandes metrópoles, como é o caso da capital do Estado da Bahia, o caso do Recife e de Fortaleza. Daí por que espero que o apelo de V. Ex<sup>a</sup> seja ouvido e, revista essa decisão, se permita continuar com as obras. O financiamento do Banco Mundial também tem a grande vantagem de ser destinado a obra que, de alguma forma, obedeça a critérios técnicos precisos. O Banco Mundial, ao financiar uma obra, também procura fiscalizá-la e fazer que ela corra, se desenvolva da melhor forma possível. Não tenho dúvida em afirmar que

certamente a palavra de V. Ex<sup>a</sup> vai ser ouvida – assim espero –, como a de outros oradores que se seguirão à minha, aparteando V. Ex<sup>a</sup>, para que tal medida não seja efetivada, sob pena de retardarmos mais uma vez a conclusão de obra tão importante. E, para concluir, devo dizer o seguinte: houve no passado um grande economista, Juvenal Osório Gomes, que sempre defendeu a tese muito interessante de que a inflação tinha também causas invisíveis. Uma delas, era o fato de termos obras não concluídas. O raciocínio dele era o seguinte: na medida em que ocorreram investimentos públicos nessas obras, na medida em que essas obras não começavam a prestar os seus serviços, isso provocava, conseqüentemente, o não-retorno do investimento feito, o não-retorno econômico e o não-retorno social. Então, penso que adiar a conclusão dessas obras significa, certamente, concorrer primeiro para que o investimento não tenha o seu retorno e que a sociedade continue a padecer com as péssimas condições dos transportes urbanos nas grandes metrópoles. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço muito a V. Ex<sup>a</sup>, que, com a argúcia de um grande político, me fixou um ponto no seu aparte, que acho é a razão de ser de cancelar o contrato com o Banco Mundial. É a fiscalização. O Banco Mundial também fiscaliza a obra e, porque fiscaliza a obra, dificulta, talvez, a maneira que eles têm de fazer comissões com os empreiteiros que realizam qualquer obra no Brasil, pois este Governo não tem autoridade moral nem ética. Se tivesse, o Presidente da República não formaria o Ministério que formou e nós não estaríamos passando a vergonha que estamos passando, nacional e internacionalmente, de um País corrupto e de um País sem solução.

Senador Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Antonio Carlos, mais uma vez, V. Ex<sup>a</sup> vem a esta tribuna com sua indignação contra injustiças feitas contra o seu Estado. Se V. Ex<sup>a</sup> me permitir, eu queria fazer parte do seu discurso, fazendo referência também ao meu Estado. Há pouco tempo, aqui nesta Casa, discutimos...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – ...sobre o Banco Popular do Brasil – não sei se V. Ex<sup>a</sup> lembra –, quando, estranhamente, esse banco que mal começa a gastar 25 milhões em publicidade, tendo apenas ope-

rado menos de 20 milhões. Depois disse que, no ano seguinte, ia gastar mais 25 milhões em publicidade, e isso tinha sentido porque, afinal de contas, era um banco que precisava ser conhecido. Estamos falando em 50 milhões. Agora, iniciaremos a votação, Senador Antonio Carlos, de uma verba de 300 milhões para o Brasil brincar de guerra lá no Haiti. Em outras terras, nós vamos brincar de guerra. Ao mesmo tempo, obras fundamentais, iniciadas há anos – na sua cidade de Salvador, na minha cidade de Fortaleza, na cidade do Recife do Senador Marco Maciel – são interrompidas por falta de recursos. Isso causa prejuízo gigantesco a toda uma área que foi interdita durante todos esses anos para que a população tivesse um mínimo de qualidade de vida. Só computando essas três cidades, estou falando de pelo menos sete milhões de pessoas. Nós gastamos praticamente isso. Hoje, vamos aprovar o brincar de guerra no Haiti. Depois, pasme, Senador Antonio Carlos, esses 50 milhões de publicidade nós descobrimos que eram para ser dados para o tal de Marcos Valério, que não sabíamos direito quem era. Marcos Valério aparece aí agora como o homem que paga o “mensalão”, ligado ao Sr. Delúbio, tesoureiro do PT, ligado ao José Dirceu, ligado ao Presidente Lula!

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Claro. Essa é a ética e a moral!

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Essa é a ética e a moral. Nós não podemos admitir isso! Eu pediria ao Senador Arthur Virgílio que nós, do Nordeste e do PSDB, não votássemos nada aqui enquanto uma agressão como essa é feita contra nós, contra o povo do Nordeste, da maneira como está sendo feita, ainda mais quando sabemos que existem recursos que estão indo para esses objetivos escusos, imorais e antiéticos que todo o Brasil hoje comprova.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão e, como sempre, aparteia para enriquecer o meu discurso, sobretudo com fatos concretos. Estamos diante de uma catástrofe administrativa...

*(A Presidência faz soar a campainha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) –... e de um Presidente totalmente incapaz de formar sequer um ministério. Ele quer demitir, mas não encontra. Está procurando o Presidente Renan Calheiros, o Sr. Suassuna – todos esses é que vão realmente indicar os ministros, porque o Presidente

não tem coragem de escolher homens de bem para o seu ministério.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Antonio Carlos, apenas para pedir aos oradores que pedem o aparte...

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Serei breve.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – ... que eu concederei três minutos para que possam, objetivamente, colaborar com os apartes.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Vou conceder os apartes, porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Mais três minutos, Senador.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – ... tinha um tempinho, e o Senador Pedro Simon teve meia hora, de maneira que...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, eu não estava na Mesa.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Senador Antonio Carlos, quero me somar à sua indignação em relação a esse caso do metrô de Salvador e trazer brevemente o relato do que ouvi no Banco Mundial há cerca de quinze dias, conversando com o Dr. Jorge Rebelo, que é mais ou menos o diretor de vários projetos de metrô no Brasil. Eu estava inclusive acompanhado do Deputado Luiz Carreira, que por acaso está aqui do meu lado neste momento. Ele disse claramente que esse é o único caso que ele conhece em que vai haver cancelamento de contrato no Banco Mundial. Isso foi colocado pelo diretor do projeto do Banco Mundial. É realmente um absurdo imaginar-se que isso possa acontecer a pedido do Governo brasileiro. Quero associar-me à sua indignação e trazer esse depoimento, essa verdade do que presenciei lá há 15 dias.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço seu aparte e posso imaginar como V. Ex<sup>a</sup> ficou rubro quando ouviu uma declaração dessa de um diretor do Banco Mundial, manchando a nossa terra, a Bahia, mas sobretudo o Brasil, que hoje é governado, infelizmente, pelos incompetentes.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos Magalhães...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Ouço o Senador Eduardo Azeredo, um sofrador em Minas Gerais.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos Magalhães, trago também a minha solidariedade. Estive na Bahia, em Salvador, há poucos



dias – realmente, todos voltam de Salvador muito bem impressionados com a cidade –, mas é evidente que a questão do metrô é fundamental para o transporte, especialmente, das pessoas das classes menos favorecidas. E o Governo perder o financiamento?! É difícil conseguir financiamento internacional, e o Governo permitir seja cancelado um financiamento internacional é demais. Vivemos um momento em que o Governo se defronta com as críticas do ponto de vista ético – esse Governo que sempre se disse dono da ética. Além dessas preocupações, ele tem de se preocupar com o funcionamento do governo, o que não está ocorrendo. Apenas como consolo, na minha cidade de Belo Horizonte, também o metrô está paralisado; não há recursos, e o PT era sempre o mais crítico, o mais ácido, querendo que a construção do metrô fosse a mais rápida possível. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>, e a expectativa é de que a Bahia consiga recuperar esse recurso.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão.

A Senadora Patrícia Gomes quer um aparte. Depois, falará o Senador Heráclito Fortes, porque a Senadora Patrícia tem prioridade, como é natural.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, principalmente depois que ela está órfã partidária.

**A SRA. Patrícia Saboya Gomes** (Sem Partido – CE) – Senador Antonio Carlos Magalhães, gostaria apenas de somar minha indignação com a de V. Ex<sup>a</sup> e de todos os outros Senadores que aqui se pronunciaram. Eu, que tenho o privilégio da convivência com o Senador Tasso Jereissati, sei que sua manifestação foi de indignação. Desde que nós dois aqui chegamos a esta Casa, ao lado do Senador Reginaldo Duarte, tratamos, em alguns momentos, dessa questão do metrô de Fortaleza, essencial para o transporte de milhares e milhares de pessoas da nossa cidade...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**A SRA. Patrícia Saboya Gomes** (Sem Partido – CE) – ...que têm no metrô a possibilidade de garantia de um transporte que possa melhorar as condições de vida do nosso povo. E cancelar um convênio, um contrato dessa natureza, é, sem dúvida alguma, algo que eu deveria dizer – sou comedida – muito mais do que lamentável, muito mais do que uma irresponsabilidade, sobretudo em cidades do Nordeste, pobres como são as nossas, com tantas dificuldades. Esses

contratos são essenciais para a sobrevivência, para a melhoria das condições de vida do nosso povo! Então, gostaria apenas de somar minha palavra à de V. Ex<sup>a</sup> e à do Senador Tasso Jereissati, mostrando a nossa indignação e preocupação em relação à questão do metrô também na nossa cidade de Fortaleza.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Por isso, Senadora Patrícia, a cada dia V. Ex<sup>a</sup> cresce aos olhos dos seus Colegas, pela sua sensatez e também pela sua coragem de enfrentar qualquer luta em defesa do Ceará, ao lado de Tasso Jereissati e Reginaldo Duarte.

Ouçó o Senador Heráclito Fortes.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Antonio Carlos, vamos esperar para ver se a CGU toma alguma medida. O seu chefe é um baiano. Creio que esse é um dos casos que merece investigação. Saber por que parou. Como diziam antigamente, parou por quê? Entendo que cabe à CGU a manifestação sobre esse assunto, pelos prejuízos que causa à Bahia, pelos prejuízos que causa ao País. Mas, Senador Antonio Carlos, V. Ex<sup>a</sup> já me viu algumas vezes chamar atenção aqui para a “farra do boi” que vem envolvendo o Governo e os fundos de pensão. O **Correio Braziliense** de hoje, em matéria de primeira página no Segundo Caderno, salvo engano, traz “Operação Chapa Branca.” É exatamente a manipulação de recursos dessa área dos fundos, comandado no Palácio do Planalto pelo Ministro da Comunicação Social, Sr. Gushiken, para maquiagem resultados de aplicações na Bolsa. A matéria é detalhada, com gráfico, Presidente Tião Viana. E, ao final, uma declaração do assessor do Ministro, de que isso é um trabalho da Oposição para expô-lo. Imagine onde estamos vivendo, Senador Antonio Carlos. O Ministro das Cidades vai à Bahia e pratica essa violência contra o baiano; aqui, o Ministro da Comunicação Social entra na área da Previdência, determina as aplicações como bem quer e não quer que o Congresso cumpra o seu papel. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que traz um elemento a mais para mostrar ao Presidente da República que a sua autoridade moral e ética não é a que ele diz nem a que ele pensa; é a que o povo hoje já está sentindo.

Senador Tuma, concedo a V. Ex<sup>a</sup> o último aparte para atender ao Senador Tião Viana, que merece o nosso respeito e admiração.

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – Senador Antonio Carlos Magalhães, eu me sentei deste lado para receber

o espírito do nordestino, para me deixar ser tomado pela coragem e pela força que tem e enfrentar aquilo que traz prejuízo a milhões de brasileiros que vivem, muitas vezes, na miséria. Como paulista, sinto-me à vontade para falar que o nordestino que comanda este Governo parece ter esquecido sua origem. Será que ele tem vergonha de ser nordestino? Faça essa pergunta em função das negativas que tenho testemunhado, em função de ver virarem as costas para aqueles que precisam. Tudo bem comer um acarajé e colocar um chapéu de couro, mas a reação é outra quando se trata de financiar algo tão importante, como é o transporte coletivo; a reação é outra quando se trata de evitar o sofrimento que diariamente muitos cidadãos enfrentam. Não vão comprar 60 milhões de tênis para os Correios? Mas o pobre anda de tênis ali também. Será que ele não merece a mesma consideração? A briga de V. Ex<sup>a</sup> tem sua razão de ser. Nós sabemos que o Governo rompeu com o FMI. Tudo bem, mas captou bilhões agora no mercado internacional. Então, tem ou não dinheiro sobrando? Por que cancelar um contrato cujos recursos já haviam sido aprovados pela Comissão de Assuntos Econômicos? Era um valor que tinha contrapartida. Se ele está captando dinheiro no exterior para aumentar a sua dívida, por que não financiar algo que vai dar retorno?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – E contrapartida do Estado e da Prefeitura!

**O Sr. Romeu Tuma** (PFL – SP) – E com retorno com a conclusão das obras.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão, seu depoimento é extremamente importante. Fico feliz que todos sintam a discriminação do Presidente Lula com relação ao Nordeste.

Mas tem uma desculpa: ele é contra o transporte coletivo, ele é apenas pelo “Aerolula”, que é limitado, que é somente para os ministros dele, é para ele dormir e tomar banho de chuveiro, o que não é possível fazer em avião algum do País. Ele é contra o coletivo, mas a favor do individual, do avião “Aerolula” que ele possui.

Peço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que fale com o Líder do Governo para devolver o meu projeto sobre a presença do Cade no Banco Central. Digo agora a V. Ex<sup>a</sup> que vou colocar em pauta o Orçamento Impositivo. Se o Governo tiver coragem, que o derrube. Disse que iria fazê-lo em etapas. É tudo mentira! Não faz em etapas nem de qualquer outra forma. Tem de devolver. O Senador Mercadante já está há mais de seis meses com o meu projeto, projeto que S. Ex<sup>a</sup> disse apoiar, que é sobre o Cade no Banco Central.

Quanto ao Orçamento Impositivo, sobre o qual já falei tanto nesta Casa: toda a Casa o apóia, e o Governo diz que também é favorável, mas ele não anda. V. Ex<sup>a</sup> poderia nos ajudar, porque eu vou colocar esse orçamento em pauta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Haverá problemas, mas não vou prejudicar o País pela vontade de alguns que estão aqui sem querer trabalhar, que só querem defender os que estão assaltando os cofres públicos – foram muitos os que aqui citei e muitos os que ainda vou citar.

Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º do Regimento Interno.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, antes do Senador Saturnino, com a devida vênua.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, venho há dias chamando a atenção desta Casa para o envolvimento indevido de setores do Governo com os fundos de pensão. A propósito desse tema, quero pedir a V. Ex<sup>a</sup> a transcrição de uma matéria de hoje do **Correio Braziliense**, assinada pelo jornalista Vicente Nunes. Trata-se de matéria detalhada, com gráficos, em que o jornalista mostra a manipulação de recursos dos maiores fundos de pensão, quais sejam, o do Banco do Brasil, o da Petrobras e o da Caixa Econômica Federal, no sentido de diminuir um pouco os efeitos que a crise poderia provocar nas aplicações.

Solicito também a V. Ex<sup>a</sup> que remeta à CVM e à ex-Previ, que agora novamente é Secretaria de Previdência Complementar, essa matéria, para que seja analisada e as conclusões tiradas.

Também gostaria que o Líder do Governo, Aloizio Mercadante, assim como o Líder do PT no Senado, recebessem cópias dessa matéria, para que amanhã não se diga que a Oposição não vem alertando o Governo para o que está acontecendo no Palácio do Planalto, de maneira indevida: a manipulação dessa área tão sensível da economia brasileira.

Muito obrigado.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR HERÁCLITO FORTES EM  
SEU PRONUNCIAMENTO.**

### Correio Braziliense

Publicado em: 21/06/2005

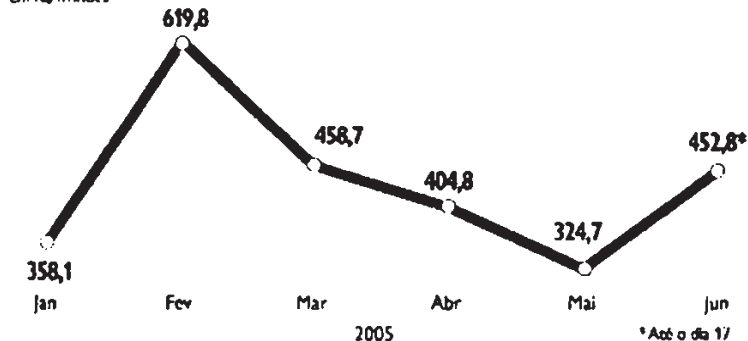
#### Operação Chapa-branca

Vicente Nunes



#### O ESFORÇO DOS FUNDOS DE PENSÃO

Volume médio diário de negócios dos fundos de pensão. Observe que no período de crise mais forte (junho) houve aumento nas compras de ações



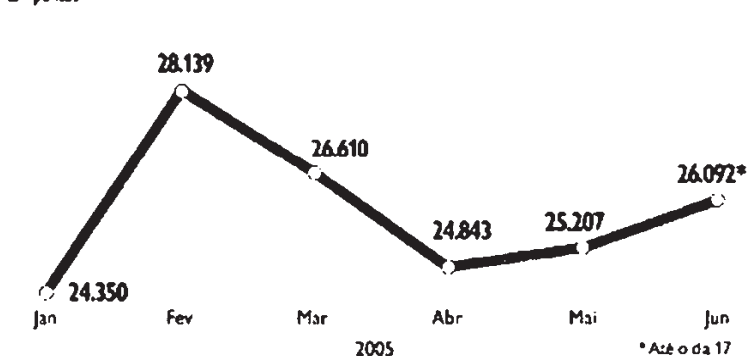
#### A FUGA DO CAPITAL ESTRANGEIRO

Saldo de dinheiro vindo do exterior aplicada



#### O DESEMPENHO DA BOVESPA

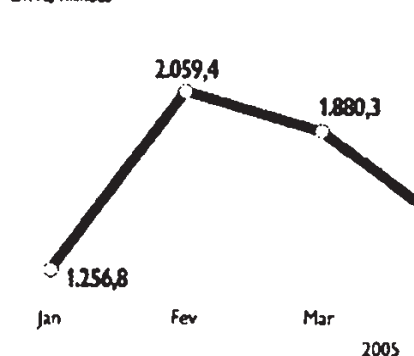
O Índice da Bolsa de Valores de São Paulo



Fonte: Bolsa de Valores de São Paulo

#### O VOLUME DE NEGÓCIOS

Média diária de compra e venda de ações



O governo Lula ressuscitou uma prática comum na administração anterior: a de usar os grandes fundos de pensão para amortecer os efeitos de crises políticas no mercado de ações. Pelo menos essa é a avaliação dos operadores de seis corretoras de São Paulo. Desde o estouro da crise política, há um mês, dia após dia, as fundações vêm aumentando as ordens de compra de ações (Bovespa) para evitar quedas bruscas no Ibovespa, índice que mede a lucratividade dos papéis mais negociados. Esse movimento é chamado de Operação Chapa-branca. Por meio dela cria-se a impressão de que o mercado está livre de turbulências que sacodem o país e evita-se um clima de pânico entre os investidores.

São fortes as insinuações de que o governo recorreu à Operação Chapa-branca para acalmar os ânimos na bolsa. Pedro Paulo Bartolomei da Silva, especializado no mercado de ações. Tal estratégia envolveria, sobretudo, os principais fundos: Previ (dos empregados do Banco do Brasil), Petros (funcionários da Petrobras) e Funcef (empregados da Caixa). Não deixar nenhum sinal evidente, as compras de ações estariam sendo feitas em pequenos lotes e de forma massiva.

Conforme os números divulgados pela Bovespa até a sexta-feira passada, dia 17, pode-se confirmar a maior participação qualificada pela bolsa como investidores tradicionais, nas transações. A média diária de negócios das fundações foi de R\$ 324,7 milhões para R\$ 452,8 milhões - um incremento de 39%. Nesse mesmo período, os investidores estrangeiros reforçaram a saída do pregão paulista. Somente nos dez primeiros dias de junho, deixaram um buraco

"Não posso garantir que foi a mando do governo. Mas que os fundos de pensão se movimentaram de forma massiva nas últimas semanas, não resta a menor dúvida", conta um dos seis operadores consultados pelo Correio. "Com patrimônio considerável, qualquer espirro que os fundos derem no mercado, o efeito é sentido imediatamente, para o bem ou para mal. As fundações não apenas têm segurado o mercado, como têm garantido altas em meio à grave crise política", acrescenta

Para Fernando Barroso, diretor da Arbor Gestão de Recursos, não se pode cravar a existência das operações de compra de ações de pensão. Ele reconhece que as fundações até aumentaram a presença no mercado desde o início do mês, coincidindo com a compra de parlamentares da base aliada do governo pelo PT. Mas essa não teve o intuito de segurar a Bovespa. Foi decorrente das boas oportunidades de negócio que surgiram com a alta nos meses anteriores. Em fevereiro deste ano, a Bovespa bateu consecutivos recordes de lucratividade, mas de forma contaminada pelo esvaçamento da base aliada do governo.

Entre os operadores, o comentário é de que as operações chapas-brancas foram orquestradas pelo secretário de Economia, Gushiken, que controla os fundos de estatais com mão-de-ferro. No Palácio do Planalto, assessores próximos do chefe na estratégia e garantem que o titi que ronda o mercado foi plantado pela oposição, visando criar um secretário às investigações da CPI dos Correios. Gushiken, por sinal, vem reclamando de várias notas contra ele em jornais e revistas.

#### **Negativa veemente**

Por meio de sua assessoria de imprensa, a Previ também nega, "com veemência", qualquer interesse em segurar o mercado ao vendaval provocado pela crise política. Segundo a diretoria de Investimentos da fundação, nenhuma das operações não fugiu à normalidade. Já a assessoria da Funcef informa que a carteira própria de ações e os fundos de previdência só refletiram as oscilações do mercado, isto é, não houve nenhum aporte de recursos para a compra de novos papéis

Na opinião do consultor Pedro Paulo da Silva não se deve atribuir somente às operações chapas-brancas o crescimento do mercado. Apesar da crise política, ele reconhece que os fundamentos econômicos do país estão muito positivos e minimizam o risco para os investidores. Tanto que o risco-país está bem próximo dos 400 pontos, um patamar razoável ante o momento de crise. A Bovespa encerrou o dia com baixa de 0,18%, nos 26.045 pontos e volume financeiro de R\$ 2,64 bilhões. O dólar foi cotado a R\$ 2,394 para venda. Já os C-bonds, os títulos mais negociados da dívida externa brasileira, tiveram um ganho de 102,12% de seu valor de face (real).

---

## **Mais dinheiro lá fora**

O volume de dinheiro aplicado por pessoas físicas e empresas brasileiras no exterior cresceu 14,6% entre 2003 e 2004, levantamento realizado pelo Banco Central. No ano passado, esses investimentos somavam US\$ 94,731 bilhões, correspondendo a operações feitas pelas empresas.

Os números constam do censo de capitais brasileiros no exterior, pesquisa que o Banco Central realiza todos os anos. Neste ano, participaram da declaração todos os residentes no Brasil cujas aplicações no exterior superem os US\$ 100 mil. Neste ano, participaram 1.637 companhias.

Aqueles que não entregaram a declaração ao Banco Central estão sujeitos a uma multa de até R\$ 125 mil. Os dados são preliminares e não identificam, por exemplo, os países ou os setores da economia que mais recebem investimentos em 2004, do total de dinheiro que os brasileiros possuem aplicado no exterior, US\$ 70,691 bilhões estão em investimentos em participações em empresas instaladas em outros países.

[Envie esta notícia para um amigo, clicando aqui.](#)

[Voltar](#)

[Voltar para c](#)



**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ.

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, decidi falar mesmo depois do discurso do Senador Pedro Simon, que todos escutamos com atenção redobrada – S. Ex<sup>a</sup> falou com muito mais brilho, com muito mais conhecimento de causa e até com muito mais tempo do que eu, que tenho o tempo da breve comunicação. Sinto-me no dever também de dizer algumas palavras sobre esse grande brasileiro que desapareceu há um ano, que foi Leonel de Moura Brizola.

Sinto-me nesse dever, Sr. Presidente, pela ligação que ele teve com o Rio de Janeiro na segunda fase de sua vida política, depois que voltou do exílio, pela convivência muito estreita que tivemos em campanhas memoráveis que fizemos juntos a partir de sua primeira eleição para Governador em 1982, quando fui candidato a Senador, seu companheiro de chapa, e em função de toda a convivência que se desenrolou ao longo de seus dois mandatos à frente do governo do Estado, que deixaram essa marca indelével, que são os Cieps. Realmente, foi um feito no setor de educação no Brasil que não sei se terá sido igualado – creio que não –, porque foi o projeto mais avançado, mais arrojado e mais consentâneo com todas as declarações de prioridades que se têm feito neste País a respeito da educação.

Foi, efetivamente, um grande brasileiro. Leonel Brizola foi um grande brasileiro na liderança política, na capacidade de argumentação, de convencimento, na capacidade de arregimentação política, com seu grande carisma, sua dedicação integral à política – a política foi toda a sua vida.

E foi também grande na sua brasilidade, no amor ao Brasil, ao seu povo trabalhador, na crença que sempre teve, no fundo do seu coração, da grandeza deste País, que é o nosso, e que muitas vezes é posta em dúvida por brasileiros que atingem posições de governança. Brizola nunca duvidou da capacidade de projeção e de realização dos destinos maiores do nosso País entre as diversas nações do globo.

Foi grande também na probidade e na honradez. Acusações passaram à margem de seu caminho político e não deixaram nenhuma marca. Há um reconhecimento unânime a respeito da honradez, da qualidade de honradez e de probidade de Leonel Brizola.

Agora, foi uma figura polêmica. Como todo grande líder, teve afetos e desafetos profundos. Era um homem de convivência difícil – vamos reconhecer.

Os que conviveram com ele, não apenas eu, tiveram rompimentos – César Maia também, Marcelo Alencar também e muitos outros. A convivência com Leonel Brizola era difícil pela especificidade da sua liderança, que era de caráter muito pessoal, dificultando o diálogo democrático que se deve processar também mesmo diante de uma capacidade de liderança extraordinária como era a dele. Entretanto, divergências profundas, rompimentos mesmo nunca atingiram a respeitabilidade da figura de Leonel Brizola perante aqueles que tiveram essas divergências com ele.

Particularmente, tive dois rompimentos, e, passado um tempo depois do primeiro rompimento – que era no momento em que eu estava na Prefeitura –, numa campanha oito anos depois, que eu fazia para Vereador da cidade, Brizola compareceu a um ato público da minha campanha e declarou, de livre e espontânea vontade, para surpresa minha, que tínhamos tido desavenças, eu e ele, erros de parte a parte, mas ele reconhecia que os erros dele tinham sido maiores do que os meus.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje gostaria de dizer o que não pude dizer, porque a morte de Brizola surpreendeu a nós todos, foi repentina. Mas gostaria de ter tido a oportunidade de dizer que, no segundo rompimento, essa declaração deveria ter sido minha. Houve erros e acertos de ambos os lados, porém os erros maiores, nessa segunda separação, foram de minha parte. Infelizmente, não tive essa oportunidade e queria fazê-lo frente a ele, como ele fez a primeira, frente a mim.

Sr. Presidente, vou encerrar, pois o meu tempo é limitado, mas presto esta homenagem em nome do Rio de Janeiro, que reconhece em Leonel Brizola uma grande figura, que optou pelo Rio de Janeiro para projetar-se nacionalmente, tendo feito uma grande obra no Rio Grande do Sul e deixando outra marca indelével no Rio de Janeiro.

Faz falta a liderança de S. Ex<sup>a</sup> neste momento. Sei que ele teve e declarou divergências grandes em relação ao Governo do Presidente Lula, mas gostaria de vê-lo presente agora, saber que posição tomaria, ele que presenciou, que testemunhou, que viveu as campanhas orquestradas contra Getúlio Vargas e João Goulart. Enfim, gostaria de ver a posição que tomaria neste momento, apesar de todas as divergências que teria em relação ao Presidente Lula.

Nossa homenagem, em nome do Rio de Janeiro, à grande figura que foi Leonel de Moura Brizola.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Roberto Saturnino e concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por

cinco minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também queremos, no dia de hoje, prestar uma homenagem ao querido amigo que sempre esteve presente no início da nossa carreira política, o saudoso Leonel Brizola.

Meu pai era filiado ao PTB, justamente em função de Getúlio Vargas, de Leonel Brizola e de João Goulart, e tinha por Brizola o maior apreço, o maior carinho. Ele dizia, na época, que Brizola seria o maior líder do nosso País.

Em 1954, no dia 7 de setembro, em Sarandi, meu pai prestou uma homenagem ao Brizola, ou à nossa própria família, e me deu o prenome de Brizola: Leonel Arcângelo Pavan.

Meu pai sempre dizia, ao longo dos anos, quando ainda éramos meninos, que Brizola seria a maior marca para buscarmos a democracia neste País.

Filiei-me ao PDT em 1981, quando, pela primeira vez, busquei um espaço na vida pública e me lancei candidato a Vereador. Fui Vereador até 1988, sendo o único Vereador do PDT no Estado de Santa Catarina.

Em 1988, lancei-me candidato a Prefeito, e lá esteve Brizola na minha cidade, Balneário Camboriú. Conseguimos superar os 50%, e me elegi Prefeito. Já em 1989, prestamos uma homenagem a Leonel Brizola e construímos o primeiro Ciep do Sul do Brasil. Lá esteve Brizola para inaugurar aquela grande obra, que até hoje permanece, prestando um grande serviço para as crianças do nosso Município, com aulas em tempo integral.

Em 1994, concorrendo a Deputado Federal pelo PDT, também nos elegemos, e Brizola, mais uma vez, fez-se presente em nossa eleição.

Em 1996, outra vez, concorri à Prefeitura pelo PDT, e fomos vencedores, com o apoio do Brizola.

Em 2000, mais uma vez, pelo PDT, reelegemo-nos para Prefeito.

Distanciamos-nos da legenda do PDT, mas não nos distanciamos dos compromissos com a democracia, com o social, com as nossas crianças, com os nossos trabalhadores, com o meu Município, com o meu Estado e com o Brasil, sempre levando como exemplo as lutas de Leonel Brizola.

Por isso, hoje deixo aqui marcados nosso sentimento e nossa homenagem a esse grande homem público que nos orgulha e que sempre defendeu o Brasil.

Se Brizola, que foi candidato a Vice-Presidente de Lula, estivesse vivo hoje, certamente estaria envergo-

nhado de ter ajudado um homem que se elegeu, levando a proposta trabalhista, proposta dos trabalhadores brasileiros, e que hoje envergonha a todos os que nele confiaram o voto, envergonha a Nação brasileira.

Recordo-me de quando Brizola pediu para que seus militantes, para que seus eleitores votassem em Lula. Naquela oportunidade, ele disse a toda a Nação: “Não confiamos plenamente, mas somos obrigados a engolir um sapo barbudo”. Era o que Brizola falava na época. Depois, inclusive, veio a ser o seu candidato a Vice-Presidente. Não foram felizes.

Porém, há que se deixar registrado que Brizola, mesmo sem ter sido Presidente de nosso País, deixou escrito na história da nossa Pátria a sua luta, o seu trabalho pela democracia e, principalmente, por aqueles que eram desprezados pela elite nacional.

Fica aqui registrado este momento de dor pelo nosso saudoso Leonel Brizola, no dia em que comemoramos um ano de seu desaparecimento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna por permuta com o Senador Tião Viana. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de até dez minutos.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Há 75 anos ocorria, na Paraíba, a célebre Revolta de Princesa, acontecimento político importante e merecedor da justa evocação.

Resgatar a história e mantê-la viva na memória coletiva é dever de cada brasileiro, para que as lições do passado repercutam no presente, de modo a construirmos, a partir de erros e acertos que desvelam, um futuro melhor para o povo brasileiro.

O Município de Princesa, no início do século XX, participava discretamente da política paraibana. Além disso, a exemplo do que acontecia em todo o País nas primeiras décadas do período republicano, o poder local caracterizava-se por uma alternância, enfadonha e previsível, dos personagens das elites, situação frequente no interior da Paraíba.

O atraso que marcou toda a Primeira República iria desembocar na Revolução de 30, capitaneada pelo Presidente Getúlio Vargas, movimento que galvanizou as insatisfações das forças políticas excluídas do processo decisório nacional.

Enquanto os insatisfeitos, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul, uniam-se para refutar os resultados das eleições presidenciais, outros acontecimentos de grande importância contribuíram para levar a

minha querida Paraíba ao “olho do furacão”, ao centro nevrálgico do processo revolucionário.

Em 22 de outubro de 1928, João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque assumira a Presidência da Paraíba. Uma vez no poder, passou a desprestigiar os líderes do interior, auto-intitulados “coronéis”, elementos que João Pessoa considerava perniciosos à política paraibana.

Na opinião do Presidente do Estado, os coronéis, em regra, adotavam postura autoritária, mandamental e refratária a qualquer controle por parte do Governo ou da sociedade, a ponto de resistir ao pagamento de tributos.

Em 19 de fevereiro de 1930, João Pessoa viajou para a cidade de Princesa, com o objetivo de contornar uma crise resultante da divergência entre o seu governo e as elites locais, na composição de uma chapa para Deputado Federal. Lá chegando, desentendeu-se com o famoso coronel José Pereira Lima, com quem acabaria rompendo politicamente.

Dias após, o Presidente do Estado decidiu, em represália a José Pereira, retirar do Município os funcionários estaduais, além de demitir dos empregos públicos os seus parentes e exonerar o Prefeito e o Vice-Prefeito de Princesa, também indicados pelo coronel – era um tempo em que havia uma espécie de ditadura forte.

No pequeno Município, o adjunto do Promotor também acabou defenestrado, bem como os subdelegados dos distritos de Tavares, Belém, Alagoa Nova e São José. O juiz Clímaco Xavier, de sua parte, decidiu abandonar a cidade, em razão da ausência de garantias para o exercício da judicatura.

A situação política na Paraíba esgarçou-se a ponto de caminhar para a luta armada. O coronel José Pereira podia fazer uso de grande quantidade de armas, que lhe foram repassadas anteriormente, pelo próprio Governo estadual, para que, desde Princesa, combatesse os cangaceiros de Lampião e a Coluna Prestes, de inspiração socialista.

Em 24 de março de 1930, 150 homens fiéis a José Pereira conseguiram expulsar as tropas do Governo estadual que invadiram o Município, após dez horas de luta sangrenta e encarniçada.

Uma segunda investida seria logo tentada pelas tropas da Polícia Estadual, com um contingente aproximado de 200 homens fortemente armados, e que ainda contavam com os préstimos de um feiticeiro para lhes proteger espiritualmente.

A emboscada sofrida por esse grupo no povoado de Água Branca resultou, no dia 5 de julho de 1930, em baixas superiores a 100 mortos e 40 feridos, sen-

do o feiticeiro – ele não era bom de feitiço – a primeira vítima fatal.

Em Princesa, o vitorioso José Pereira fez publicar, juntamente com o Prefeito José Frazão de Medeiros Lima, o Presidente da Câmara de Vereadores, Manoel Rodrigues Sinhô, e o Vereador Antônio Cordeiro Florentino, na primeira página do **Jornal de Princesa**, o Decreto nº 1, declarando a autonomia político-administrativa, em caráter provisório, da cidade rebelada. Era a República de Princesa.

Pelo documento, a rebelde Princesa, contornando o Executivo paraibano, estaria subordinada apenas – e diretamente – ao Governo Federal.

O pitoresco texto legal chegou a ser lido no Senado da República, e sobre o seu conteúdo manifestaram-se juristas de notório saber, como Paulo Lacerda e Clóvis Beviláqua, que reputaram inconstitucional o desmembramento almejado.

Àquela altura, o Município, que chegou a convidar Lampião para cerrar fileira ao lado de suas tropas, já contava com seu próprio hino, bandeira, leis, jornal, ministros, Exército e dinheiro próprio. O Município começou a imprimir seu próprio dinheiro.

O Governo da Paraíba lançou panfletos à população, por via aérea, em 6 de junho de 1930, ameaçando a cidade de bombardeio iminente. Alugaram um avião chamado Garoto, que bombardearia Princesa, se, em exíguas 24 horas, os revoltosos não aquiescessem em depor as armas.

O bombardeio anunciado não se concretizou, e o coronel José Pereira seguiu fustigando as tropas da polícia estadual, em várias cidades paraibanas.

Entrementes, no Recife, às 17 horas do dia 26 de julho de 1930, o advogado João Duarte Dantas, motivado por razões políticas e, sobretudo, particulares, matou João Pessoa a tiros, no interior da Confeitaria Glória.

Esse grave fato político, que acabou sendo o detonador da própria Revolução de 30, causou comoção na Paraíba, esvaziando a revolta em Princesa. José Pereira, que a essa altura dizia ter perdido o gosto pela luta, entrou em acordo com o Presidente Washington Luís para sacramentar o desejado armistício.

Em 11 de agosto de 1930, o Governo Federal retomou a cidade de Princesa, que não ofereceu qualquer resistência às tropas federais.

Posteriormente, os insurretos foram perseguidos e torturados pelos soldados da Polícia Estadual, sendo que o conflito deixou um saldo total de seiscentas baixas. Em 1934, o aguerrido coronel José Pereira, já anistiado, passou a residir na fazenda Abóbodas, na região de Serra Talhada, em Pernambuco.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço votos para que o episódio interessante que apresentei a esse Plenário desperte o interesse da inteligência nacional para a riqueza da história do nosso País, principalmente aquela que jaz esquecida nos Estados e nas regiões menos privilegiadas, que vêm sendo postas à margem da atenção nacional.

Acontecimentos como esse, capitaneado pelo coronel José Pereira, auxiliarão a historiografia brasileira a melhor entender esse imenso e admirável País, de perfil complexo, rico, seminal e multifacetado.

Rogo a Deus para que eventos como o da Revolta de Princesa, pelo imenso valor que encerram, despertem o interesse da própria indústria cultural, para que a sua produção seja capaz de motivar o público, nas telas dos nossos cinemas, à reflexão aprofundada do que fomos, do que somos, e, acima de tudo, do que almejamos ser: uma Nação próspera e feliz, em que a cultura e a memória das áreas hoje situadas na periferia dos eixos de poder tenham seu imenso valor reconhecido.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Azeredo.*

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Concedo a palavra ao Senador Tião Viana, 1º Vice-Presidente desta Casa.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ocupo a tribuna com o propósito claro de desejar muito êxito à Ministra Dilma Rousseff que assume nesse momento o Gabinete da Casa Civil da Presidência da República do Governo do Presidente Lula. Trata-se de uma Ministra reconhecida por seus méritos no cenário nacional, por sua história, por sua vida.

Entendo que é preciso que o Senado brasileiro se afirme numa expectativa muito positiva. Sei do respeito que todos os Senadores têm pela biografia e pelo trabalho de S. Ex<sup>a</sup> e sei também das divergências que movem alguns Senadores em relação a sua prática política e a sua maneira de gestão.

Pessoalmente tenho muito orgulho da história de vida da Ministra Dilma Rousseff, uma mineira como V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que construiu sua vida no Rio Grande do Sul, onde foi Secretária de Estado da Fazenda e Secretária de Estado de Minas e Energia e Comunicação, desenvolveu um trabalho reconhecido por todo o povo gaúcho, como muito bem ressaltado pelo Senador Paulo Paim. É uma profissional que pro-

curou conduzir sua vida acadêmica de maneira sólida e que pudesse ter credibilidade quando chamada a colaborar com a vida pública brasileira. É mestre em Economia pela Universidade de Campinas e doutora em Economia monetária e financeira, também pela Universidade de Campinas, tendo realizado um estudo extraordinário sobre teoria econômica. Representa inquestionavelmente uma parte viva da história do processo de redemocratização do Brasil. Saiu do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para contribuir com o Presidente Lula, quando eleito Presidente da República, na fase de transição, tendo dirigido a chamada equipe de transição na área de infra-estrutura.

Trata-se de uma profissional de mérito inquestionável, uma acadêmica que tenta aplicar a sua vida, os seus propósitos profissionais e pessoais na vida pública. Do que tenho acompanhado do dia-a-dia da Ministra Dilma Rousseff só consigo observar méritos, responsabilidade política e social.

Procurei depoimentos e testemunhos sobre a Ministra e ouvi da Professora Maria da Conceição Tavares o seguinte:

Dilma Rousseff foi uma aluna brilhante, capaz – imagine – de me atazanar fazendo perguntas incômodas. Fui sua professora no Doutorado da Unicamp. É minha primeira discípula que chega a um cargo dessa importância, o que nos orgulha a todas nós mulheres. Um quadro político com enorme sensibilidade e competência, capaz de combinar sorriso e dureza, de uma maneira exemplar.

A sua sensibilidade é percebida em toda a sua luta política, num processo de confronto com os anos de arbítrio e os anos de endurecimento de regime militar. Foi contemporânea de vários dos nossos dirigentes de hoje, foi presa pela ditadura, enfrentou a prisão e alega que só conseguiu fazer a travessia e sair com vida dos porões da ditadura, porque estava ao lado de outras companheiras que lhe davam motivação e lhe passavam uma vontade de viver e de superar aquela fase tão difícil da vida nacional.

Não perdeu o rumo da vida. Procurou se afirmar na academia. Foi para a universidade. Foi para a vida pública e, de maneira exemplar, cumpriu com todas as suas funções. No Ministério das Minas e Energia, deu seqüência ao trabalho de um Ministro da estatura de Rodolpho Tourinho, que cumpriu, também, com brilhantismo, a sua responsabilidade. O Ministro Tourinho implantou em meu Estado um belíssimo programa chamado Luz no Campo e que foi muito reconhecido, recentemente, pelo Senador Sibá Machado como uma grande demonstração de que é possível cons-



truir o Brasil que queremos, onde quer que seja. Lá nos rincões do Amazônia, sua gestão como Ministro das Minas e Energia foi solidária ao Acre, foi solidária à Amazônia.

Por sua vez, o Presidente Lula consolidou o programa Luz para Todos, um programa ousado e determinado que, de fato, atinge e procura resgatar uma dívida com oito milhões de brasileiros que vivem na Amazônia ainda em situação semelhante à do século XIX, em plena escuridão, Senador Heráclito Fortes.

Mais um belo exemplo em sua vida foi, quando na famosa e triste fase do apagão, a Ministra enfrentou, em um curto período de tempo, 31 dias de corte de energia, de meia hora até mais de sete horas. Naquele episódio ela ficou reconhecida, também, pela famosa citação que fez de Bob Dylan: “A resposta, meu amigo, está soprando nos ventos”.

Então, é uma pessoa que conseguiu angariar o respeito da sociedade brasileira na sua atividade como gestora. Encontra algumas dificuldades na regra de convivência política, o que é natural, pois cada um tem seus momentos de melhor abordagem, de melhor ação e momentos de dificuldade em algumas partes do seu dia-a-dia. E como o desenho da Casa Civil é de acompanhamento de gestão, um catalisador das atividades do Estado, integrando e criando uma interface entre todos os Ministérios, sinto-me muito otimista e muito respeitoso pelo que S. Ex<sup>a</sup> pode representar para o Governo e para a sociedade brasileira nesse momento.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte, com muita satisfação, ao nobre Senador Heráclito Fortes e, em seguida, ao Senador Sibá Machado.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Tião Viana, o meu depoimento sobre a Ministra Dilma Rousseff é extremamente pessoal, não é partidário. Faço-o por dever de justiça. Há cerca de sessenta dias ou menos, recebi um telefonema do seu chefe de gabinete, informando que a Ministra desejava vir ao meu gabinete, na Comissão de Infra-estrutura, para tratar de assunto da sua Pasta. Imaginei de antemão que se tratava do episódio da derrota do Dr. Fantini lá na Comissão. Como aprendi na vida a respeitar as hierarquias, eu disse ao chefe de gabinete da Ministra que iria ao Ministério. E ela marcou comigo uma hora infeliz para nós aqui, Parlamentares, às 14 horas. Eu fui preparado para desencontros, para uma conversa difícil. Mas quero lhe confessar que conversamos por quase duas horas sobre vários temas, sobre vários assuntos e fiquei impressionado com a Ministra. Jamais

pensei, naquele momento, que S. Ex<sup>a</sup> aceitaria essa missão de extremo sacrifício que é a Casa Civil, mas vi pelo menos uma qualidade: S. Ex<sup>a</sup> tem credibilidade, que considero o ingrediente principal que está faltando aos negociadores do Governo de V. Ex<sup>a</sup>. Achei a conversa de S. Ex<sup>a</sup> franca, centrada, em que demonstrou ser profunda conhecedora das questões nacionais. Pessoalmente, torço para o seu sucesso como Ministra-Chefe da Casa Civil, porque será o sucesso do Brasil. Essa história de que nós da Oposição queremos ‘quanto pior, melhor’ não é verdade. Se desde o início, na Casa Civil, houvesse um interlocutor com competência, mas com credibilidade, talvez a situação não tivesse chegado aonde chegou.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Tenho certeza, por exemplo, de que a Ministra vai afastar daquelas cercanias do Palácio pessoas que estão exatamente prejudicando o Governo Lula. Outro depoimento que dou da Ministra: S. Ex<sup>a</sup> não é daquelas pessoas que, ao saber do assunto, joga para debaixo do tapete. S. Ex<sup>a</sup> vai, procura e investiga. Portanto, meu caro Senador Tião Viana, esse depoimento que, repito, é inteiramente pessoal, é de muita confiança de que S. Ex<sup>a</sup>, à frente da Casa Civil, vença as limitações de não ser uma política militante, até de acusações dos seus próprios colegas pela falta de habilidade de que seria possuidora. Tenho a impressão de que a credibilidade e, acima de tudo, a autoridade superarão quaisquer outras falhas e quaisquer outros defeitos da Ministra. Portanto, dou aqui o meu testemunho e apresento o voto de confiança, de esperança de que S. Ex<sup>a</sup>, finalmente, dê tranquilidade ao Presidente Lula. O Brasil precisa. Muito obrigado.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, que externa cordialidade e uma honesta manifestação de apreço e respeito político pela figura da Ministra Dilma Rousseff. Senador Heráclito Fortes, eu não poderia esperar outra atitude de V. Ex<sup>a</sup> com o testemunho que pôde ter naquela conversa com a Ministra.

Concedo o aparte ao Senador Sibá Machado e ao Senador Rodolpho Tourinho

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Tião Viana, são bastante oportunos o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> e o reconhecimento que faz do trabalho de uma pessoa como a Ministra Rousseff. A imagem dela representa a máxima da Esquerda brasileira e sul-americana, dos momentos em que devemos ser duros sem jamais perder a ternura. Todos admiramos seu perfil de pessoa meio avessa às conversas prolongadas, ao devaneio, mas que gosta de ir diretamente ao ponto

do seu trabalho. A Casa Civil terá duas riquezas, neste momento: essa inovação importante e o perfil da primeira mulher a assumir uma Pasta dessa natureza. Felicito V. Ex<sup>a</sup> pelo pronunciamento.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao Senador Rodolpho Tourinho, digno ex-Ministro de Minas e Energia do Brasil.

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – Muito obrigado, Senador Tião Viana, pelas referências de V. Ex<sup>a</sup> à minha pessoa. Eu queria fazer minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes quanto ao desempenho e à figura da Ministra Dilma Rousseff. Tenho total confiança no trabalho que S. Ex<sup>a</sup> fará à frente da Casa Civil, mesmo porque acompanhei, desde o tempo em que era Secretária de Energia do Rio Grande do Sul, a sua atuação sempre muito competente e dura nas negociações, mas, sobretudo, muito...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Rodolpho Tourinho** (PFL – BA) – ... determinada a cumprir seus objetivos. De forma que só tenho a louvar o seu pronunciamento e quero desejar à Ministra toda a felicidade.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Concedo um aparte ao Senador Cristovam Buarque e, em seguida, ao Senador Delcídio Amaral.

Anuncio a chegada do nosso Presidente Renan Calheiros.

**O Sr. Cristovam Buarque** (Bloco/PT – DF) – Senador Tião Viana, fico satisfeito que V. Ex<sup>a</sup> tenha feito esses elogios à Ministra e subscrevo-os. A história de S. Ex<sup>a</sup> é muito parecida, sob o ponto de vista do heroísmo, com a do Ministro José Dirceu, devemos reconhecer. Acredito que o grande acesso do Presidente Lula é, com esse nome, seguir o exemplo dos Governos anteriores do Brasil, que sempre tiveram na Casa Civil – salvo uma exceção, que foi o nosso colega atualmente, Senador Marco Maciel – pessoas que não têm voto, que ao sentarem-se, cada uma delas, com um Vereador, sentem-se modestas diante do Parlamentar e quando falam forte, é porque fazem-no em nome do Presidente, não por si próprias. Nesse sentido, pela história e pelo trabalho da Ministra, foi um acerto do Presidente. Vamos todos torcer para que essa nova Ministra facilite o trabalho e a realização dos projetos do Presidente Lula.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo um aparte ao nobre Senador Delcídio Amaral, distinto Líder do Bloco de Apoio ao Governo.

**O SR. DELCÍDIO AMARAL** (Bloco/PT – MS) – Meu caro Senador Tião Viana, Vice-Presidente do Senado, quero cumprimentá-lo pelo pronunciamento e dizer que todos sabemos do trabalho que a Ministra Dilma fez pelo seu Estado e pelo Brasil. Não tenho dúvida, com esse novo perfil técnico da Casa Civil, de que ela vai continuar não só brilhando, mas sendo uma das Ministras mais importante do País. Tenho absoluta

certeza de que ela vai-nos ajudar bastante, principalmente na área de infra-estrutura, em que é especialista. Com isso, teremos todas as condições de enfrentar talvez o maior desafio do País, que é a infra-estrutura. Parabéns, meu caro Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concluo, Sr. Presidente, agradecendo a generosa oportunidade da prorrogação do tempo e desejando pleno êxito à Ministra Dilma. Que Deus a ilumine nessa trajetória e que ela seja reconhecida quando toda a gestão do Governo Lula estiver andando bem, quando todo o movimento político e social for de serenidade e de tranquilidade no nosso País. Pleno êxito à Ministra.

Segundo ela, “a resposta, meu amigo, está soprando nos ventos” – *blowin’ in the Wind*, como diz Bob Dylan.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Eduardo Azeredo. PSDB – MG) – Mesmo não sendo regimental, quero registrar, Senador Tião Viana, o meu apreço pessoal, o respeito da Oposição pela Ministra Dilma Rousseff e o desejo de que o diálogo seja permanente e de que ela possa desempenhar bem a suas funções.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares.

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os últimos momentos da política nacional ficam a demonstrar que, apesar da gravidade deste instante histórico por que passa o nosso País, as nossas instituições democráticas continuam funcionando normalmente. Não houve nenhum terremoto; não houve qualquer tentativa, como era de se esperar, já que vivemos na plenitude democrática, de qualquer golpe de Estado.

Antes, durante a redemocratização do País, que mediou a saída de Getúlio Vargas e depois o seu retorno, qualquer pronunciamento que fosse feito pelas Lideranças da Oposição, notadamente por Carlos Lacerda, seria um sinal de que os quartéis estavam-se movimentando e que as vivandeiras estavam visitando as forças militares, na tentativa de impor uma situação excepcional sob o ponto de vista das nossas instituições.

Felizmente, Sr. Presidente, isso não está acontecendo em nosso País. Muito embora denúncias estejam pipocando, no âmbito do Executivo, contra Parlamentares, a democracia, no Brasil, segue a sua trilha normal.

O Poder Executivo, com a obrigação de administrar, tem que governar; o Poder Executivo, com a obrigação de investigar, tem que investigar; e o Poder Legislativo, com o dever e a atribuição que tem de legislar e investigar, tem que legislar e investigar. Não há mal nenhum em que as CPMLs sejam instaladas. A governabilidade está garantida, mesmo porque estamos a verificar, Sr. Presidente, que nenhum Partido que compõe a base oposicionista, nesta Casa ou na Câmara dos Deputados, está interessado na interrupção do processo democrático.

co, em derrubar as nossas instituições. Não há qualquer provocação nesse sentido, Sr. Presidente.

Por isso, este é o momento de nos debruçarmos sobre as investigações, mas sem pararmos o bom andamento do Legislativo e, também, o bom encaminhamento das soluções em favor do Brasil, no âmbito do Executivo. Por exemplo, existem muitas proposições que estão aí, engavetadas, sem merecer uma atenção prioritária quer do Senado, quer da Câmara dos Deputados. Posso apontar uma delas, em um conjunto de proposições, que toca em uma questão fundamental para o nosso País: a reforma política. Já tivemos três grandes oportunidades para implantarmos uma legislação eleitoral e política capaz de corrigir essa desfaçatez, essa hipocrisia que existe para o financiamento privado de campanhas eleitorais. Precisamos, Sr. Presidente, garantir, no nosso Brasil, uma legislação avançada, que não proteja o corrupto, o comprador de votos, aquele que, detentor do poder político ou do poder econômico, consegue vencer as eleições em detrimento de muitos que, por não terem dinheiro, não chegam ao Senado, à Câmara dos Deputados e sequer à Câmara de Vereadores.

Sr. Presidente, haveremos de ter prudência para encontrarmos esse caminho, que já se encontra aberto no âmbito do Congresso Nacional. O Senado Federal já teve oportunidade de aprovar vários dispositivos de nossa legislação eleitoral, que, sem dúvida alguma, irão coibir, ainda com maior profundidade, a ocorrência de escândalos como esse que, atualmente, está dominando as páginas dos jornais do nosso País.

A reforma política já foi objeto de compromisso durante a cassação do Presidente Collor. Aquele foi um momento histórico. Ali tínhamos de aproveitar para fazer a modernização da nossa legislação constitucional, infraconstitucional e ordinária, visando proteger o eleitor do abuso do poder econômico nas eleições.

Em seguida, no Governo passado, houve denúncias, não comprovadas – mas, com certeza, houve denúncias –, de compra de Parlamentares para a reeleição do Presidente da República. Era um outro momento edificante para que o Congresso Nacional tomasse uma posição e aprovasse uma legislação, como eu disse, destinada a proteger a sociedade brasileira da corrupção e da fraude eleitoral.

Sr. Presidente, não há um mal que não traga um bem. O Brasil foi sacudido por essas denúncias dos Correios, depois pelas do mensalão, por meio da palavra do Presidente do PTB, Roberto Jefferson.

Ora, Sr. Presidente, podemos fazer tudo o que consta das nossas atribuições no Congresso Nacional, não apenas pensando que, com as CPIs, o Senado vai parar. Não! Vamos fazer as CPIs! Vamos trabalhar para que elas funcionem, para que elas investiguem detidamente cada caso. E, posteriormente, o resultado dessas CPIs deve ser levado ao Ministério Público e à Justiça para punição exemplar dos culpados. Mas, enquanto isso, Sr. Presidente, não nos podemos esquecer

de que, no próximo ano, haverá uma nova eleição. E uma nova eleição no Brasil sempre é o prenúncio de novos escândalos. É melhor prevenir do que remediar, Sr. Presidente.

Este é o ano em que o Brasil tem a oportunidade de ouro – quem sabe – para que possamos corrigir, de uma vez por todas,...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES** (Bloco/PSB – SE) – ... essas mazelas, que estão desmoralizando cada vez mais o Congresso Nacional.

Estamos numa democracia. Aqui há liberdade. A imprensa tem toda a liberdade para divulgar o que quiser. Do ponto de vista democrático, o nosso País é perfeito, mas, do ponto de vista das nossas instituições, existem imperfeições, e este é o momento de as corrigirmos, Sr. Presidente!

Era o que tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Valadares, o Sr. Eduardo Azeredo, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Rodolpho Tourinho.

**O SR. RODOLPHO TOURINHO** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pelo interesse do assunto, a PEC paralela, seria importante avisar, neste momento, que entregarei, nas próximas 48 horas, o relatório da PEC paralela, dentro daquele espírito do que foi aprovado no Senado no ano passado. Hoje, entendo, ultimamos todas as providências para que isso seja concretizado.

Era essa a informação que eu queria dar, porque a julgo muito importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Rodolpho Tourinho. Mais uma vez, esta Casa deposita em V. Ex<sup>a</sup> toda a confiança, para que possamos construir novamente uma convergência com relação a essa importante proposta de emenda à Constituição.

Concedo a palavra ao Senador José Agripino, Líder do PFL.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de até cinco minutos.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na sexta-feira, no sábado e no domingo estive em São Paulo. Fui lá fazer um *check-up*, pois havia cinco anos que eu não investigava como andava o meu coração, os meus órgãos, a circulação, as carótidas. No sábado e no domingo, fiz esse *check-up* e constatei que está tudo bem.

Sr. Presidente, estando em São Paulo, tive a oportunidade de conversar com muita gente. Senador



Mão Santa, quero dizer a V. Ex<sup>a</sup>, que é médico, que conversei com muitos colegas seus, com muitos enfermeiros e com muitos auxiliares de enfermagem. Saindo do hospital, conversei também com o motorista de táxi. Depois de encerrado o *check-up*, no domingo, fui a um *shopping*. Ali, algumas pessoas reconheceram-me, abordaram-me e falaram uma coisa e outra. Deu para perceber o sentimento das classes “a”, “b”, “c” e “d”, em São Paulo, com relação ao momento político que estamos vivendo: a indignação.

Há um fato que muito me impressionou. Eu estava no *shopping* com um amigo, quando o dono de uma grande loja de artigos finos importados saiu de sua loja, partiu para o meu amigo e veio falar comigo. Ele teceu comentários sobre a minha atuação; perguntou-me o que eu achava dessa CPMI. Eu lhe respondi. E ele me disse: “Senador, o que me conforta é que vamos, depois dessa CPMI, ser um País melhor do que somos hoje, porque essa CPMI vai passar o País a limpo!”

Senador Mão Santa, ouvi bem o que esse cidadão falou. Ele está colocando nas suas mãos, nas minhas mãos, nas mãos de quem tem responsabilidade na Câmara e no Senado de investigar a corrupção denunciada de passar isso tudo a limpo. Ele está entregando a lisura das instituições a nós. Se falharmos, vamos todos pelo ralo.

Senador Heráclito Fortes, a observação daquele cidadão, para mim, diz tudo. Senador Delcídio Amaral, V. Ex<sup>a</sup>, que é Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ouça bem o que ouvi acerca do que está incomodando as pessoas. E, por falar em incomodar, li, em noticiário da Internet, uma manchete intitulada “Lula ataca. Tem gente incomodada”. Isso é verdade, e quem está incomodada é toda a sociedade brasileira. Mas está incomodada sabe com o quê? Não é com a questão dos Correios, mas com o que surgiu da denúncia dos Correios. É com a prática absolutamente reprovável, nojenta, de se comprar, com o dinheiro público, um partido político inteiro.

Defeitos e vícios no sistema político existem aqui, na França, nos Estados Unidos, em toda parte. Agora, comprar partido político inteiro com dinheiro público? É isso que está incomodando a sociedade brasileira. E foi referindo-se a isso que o cidadão dono da Loja Bonita me disse que esperava que o Brasil que resultasse dessa CPI fosse um Brasil melhor, porque, passada a crise e aplicados os remédios, seríamos um País mais limpo.

Agora, seremos mais limpos se formos fundo, se não nos intimidarmos diante de qualquer tipo de pressão. Eu não vou me intimidar. Mas não vou mesmo, porque quero voltar às ruas, como fui agora, e ser cumprimentado pelas pessoas. A responsabilidade dos que são Governo é igual à responsabilidade dos que são Oposição, porque as pessoas estão depositando nas nossas mãos de Oposição o direito de inquirir, de ir a fundo, de exigir que se rasguem as próprias carnes e que não fique pedra sobre pedra, mas que se investigue tudo.

Investigar tudo o que é? Primeiro de tudo, de quem foi a idéia?

Não é a questão dos Correios, é quem foi que criou essa idéia de comprar Parlamentar com dinheiro público. Quem foi que criou? Foi Roberto Jefferson, foi Maurício Marinho, foi Delúbio Soares ou foi o Ministro José Dirceu?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Não sei se posso, Senador Mão Santa.

Quem é que teve a idéia? Quem teve a idéia foi buscar o dinheiro em algum lugar. Onde? Nos Correios, no IRB, na Eletronuclear? Vamos investigar. Quem é que foi buscar esse dinheiro? Quem são os estafetas? É Marcos Valério? É Henrique Brandão?

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Vamos investigar. E último, para onde foi o dinheiro? Para as mãos de que Deputados, de que Parlamentares? Quando chegarmos às respostas para esses quatro pontos, teremos dado uma resposta ao incômodo da sociedade brasileira, que está sabendo que aqueles R\$30 mil do mensalão foram pagos com o dinheiro que ele recolhe de impostos e que está sendo gasto com o mensalão.

A indignação do cidadão tem que ser proporcional à nossa indignação.

Senador Mão Santa, concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, com muito prazer.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador José Agripino, eu e o País todo estamos atentamente ouvindo e aprendendo. V. Ex<sup>a</sup> foi a São Paulo e falou com muito mérito, e eu quero falar como professor de biologia. Se fizéssemos o DNA do mensalão, tenho plena convicção de que o pai estava no núcleo duro.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Senador Mão Santa, sabe o que me perguntaram na rua de São Paulo, no *shopping*? Se eu sabia se o Presidente Lula sabia do que estava acontecendo. Eu disse a ele que não sabia, Senador Romeu Tuma. Eu não estava habilitado a responder àquela pergunta. Aí o cidadão me disse: “Mas ele não disse” – referindo-se a José Dirceu – “que tinha uma fidelidade canina ao Presidente, que tudo o que ele fazia o Presidente sabia?” Eu disse: “Quem disse isso foi José Dirceu”. Mas quem disse que José Dirceu é o culpado e é o dono da idéia?

O que está na cabeça das pessoas é até onde vai a cadeia de responsabilidades. Em jogo está a credibilidade do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Já vou concluir, Sr. Presidente.

Em questão está a credibilidade do próprio Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que não tem o direito de dizer: “Lula parte para o ataque”, “ninguém tem mais autoridade ética do que eu para combater a corrupção”,



“ninguém tem mais autoridade moral e ética do que eu”, diz Lula. “Muitos já estão com medo da reeleição”, diz Lula. “A Oposição tem pressa em relação a 2006”, diz o Presidente. Ninguém está falando de reeleição. Estamos falando de corrupção, de passar a limpo a corrupção.

Para encerrar, Sr. Presidente, só temos um caminho: fazer uma seqüência lógica. O que temos de fazer antes da reunião da CPMI? Uma seqüência lógica de convocações. Vem aí o Sr. Maurício Marinho. Certo. Vamos chamar, em seguida, aqueles dos Correios que estão diretamente citados. Em seguida, chamaremos o Deputado Roberto Jefferson, porque ele tem um grande volume de informações para nos dar, para, aí, envolver ou não Delúbio Soares, Marcos Valério, IRB, Petrobras, Eletronorte, Sílvio Pereira, quem quer que seja, para que o Presidente possa bater no peito e dizer: “Eu tenho autoridade para falar em padrão ético”. Senão, não tem. Porque queremos passar este País a limpo, porque temos responsabilidade para com os cidadãos com quem conversei nas ruas de São Paulo, é por isso que queremos um entendimento em torno de investigações que não entediem a platéia e nem signifiquem bucha de canhão para iludir a opinião pública.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante. Em seguida, votaremos dois requerimentos de pesar. Deixaremos a Ordem do Dia para amanhã.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, inicialmente, quero comunicar à Casa a ausência da Senadora Ideli Salvatti. S. Ex<sup>a</sup> foi a São Paulo porque perdeu a mãe, D. Helena Salvatti. Nós a conhecíamos. Da última vez em que a Bancada do PT teve um encontro com o Presidente Lula, foi D. Helena que fez o jantar. Era uma senhora extremamente simpática. É uma grande perda para a Senadora. Quero, de público, expressar o nosso sentimento de condolências a S. Ex<sup>a</sup> e a toda a família.

Quero, igualmente, registrar o significado da perda do engenheiro Leonel Brizola, que foi uma liderança importantíssima na história do Brasil, na luta democrática, na luta em defesa de um projeto nacional de desenvolvimento. Ele esteve presente em todas as conjunturas nacionais, sempre com sua personalidade marcante, com suas posições firmes, combativas, transparentes. Estivemos juntos em muitas campanhas e separados em alguns momentos. É inegável que se trata de uma figura de grande expressão histórica.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Nobre Senador Aloizio Mercadante, permita-me. Quero apenas dizer que também estou solidário com V. Ex<sup>a</sup> nesses votos de pesar.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Tenho certeza de que este é o sentimento de toda a Casa: o reconhecimento à personalidade, à história e à biografia de Brizola.

Quero também registrar o falecimento do Dr. Paulo Afonso, que foi Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados durante muitos anos, homem que tinha uma longa vivência parlamentar. Era uma figura extremamente relevante na interpretação do Regimento, nas orientações de votações, na vida do Parlamento brasileiro. Depois, ele foi Ministro do Tribunal de Contas da União.

O Dr. Paulo Afonso faleceu hoje também, e eu gostaria de registrar e lamentar essa perda para o Parlamento brasileiro, para o Tribunal de Contas, para todos aqueles que têm apreço às instituições democráticas.

Sr. Presidente, eu gostaria agora de registrar o pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva hoje, na íntegra. Não aquilo que é publicado, ou os trechos que são apresentados. Não todo, porque é um pronunciamento bastante longo, mas a parte que diz respeito à vida do Parlamento.

O Presidente disse:

Os projetos que estão no Congresso Nacional são de interesse deste País, de 180 milhões de brasileiros. As pessoas podem gostar ou podem não gostar. As pessoas votam ou não votam, porque gostam ou porque não gostam. Nós não podemos permitir que, por conta de uma CPI, o Congresso não funcione. O Congresso pode estabelecer horário para CPI, pode estabelecer horário para as Comissões, pode estabelecer horário para votar. Este País é muito grande, a democracia está muito sólida para a gente achar que uma CPI pode criar qualquer embaraço. O que a CPI pode fazer é apurar. Se apurou, vai para o Ministério Público, quem tiver culpa pagará pelo erro que cometeu, quem não tiver será absolvido. É assim que funciona a democracia, é assim que funcionam as leis. O que não dá é para a gente ficar sempre assistindo coisas que não condizem com a realidade.

Vamos pegar a questão do Correio. A questão do Correio, no sábado em que saiu a matéria, nós já abrimos inquérito policial; o acusado já estava fora [daquela instituição], nós afastamos o outro diretor [diretamente envolvido]. Esse é o papel do Governo. Não tem outro papel do Poder Executivo, a não ser fazer isso. É mandar a Polícia Federal para dentro. Se tem outras coisas, que digam, quantas aparecerem... porque no Brasil as pessoas tinham o hábito de fazer denúncia de corrupção que morria no dia seguinte. Eles não sabem com quem estão lidando. E vou repetir aqui uma coisa, que é o seguinte: com corrupção a gente não brinca. O que a gente não pode é manchar o nome das pessoas, a gente não pode colocar pessoas desnudas na frente da sociedade, depois não provar nada e ninguém pede desculpas. Nós já vimos isso ao longo da história.

Mas todas as denúncias que forem pertinentes ao governo federal serão investigadas, contra quem quer que seja (...) [sic].

Portanto, o Presidente mostra que o Poder Executivo vai, sim, investigar toda e qualquer denúncia, todo e qualquer indício de corrupção.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Mais que isso, o Presidente ressalta que o Congresso Nacional deve instalar CPIs, porque elas têm um papel a cumprir, que é complementar o da Polícia Federal, o do Ministério Público, o da Controladoria-Geral da União. Se essas investigações ajudarem na apuração dos fatos, serão bastante importantes ao País. Isso é o que a sociedade deseja, e isso é o que ocorrerá.

Tenho certeza de que a Câmara dos Deputados instalará também uma CPI sobre o episódio do “mensalão” e investigará todos os indícios, se houve, ou não, compra de Deputados, inclusive porque o projeto de CPI restitui a investigação desde a discussão da compra de votos na reeleição. Todo e qualquer indício em relação a práticas ilícitas no Parlamento serão investigados por aquela CPI, que tem um espectro amplo. Já existem as assinaturas necessárias, já foi protocolado na Mesa o pedido de instalação, e há um requerimento de urgência para ser votado. Assim que forem votadas três medidas provisórias, a disposição das Lideranças, inclusive da Base, é retirar a urgência dos demais projetos, para permitir a votação da urgência e a instalação dessa outra CPI.

Haverá hoje, às 18 horas, o primeiro depoimento na CPI dos Correios: o do Sr. Maurício Marinho, objeto daquele vídeo que deu origem a toda essa denúncia. Iniciaremos, a partir desse fato, uma investigação completa sobre toda a história recente dos Correios, todos os contratos, licitações, sindicâncias, auditorias. Com isso, seguramente, por todo e qualquer ilícito identificado será buscado o responsável, que será punido, encaminhado ao Ministério Público, à Justiça e às instituições competentes. Assim, poderemos recuperar o prestígio desta instituição, tão importante à vida do povo brasileiro.

Sr. Presidente, concluo o pronunciamento, dizendo que hoje aprovamos, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o nome indicado pelo Presidente Lula do novo Procurador-Geral da República. O Dr. Barros e Silva, além de todas as prerrogativas – excelente vida acadêmica, professor universitário de currículo exemplar –, foi várias vezes escolhido por unanimidade entre os membros do próprio Ministério Público. Era o Vice-Procurador-Geral, vinha trabalhando por indicação do Sr. Cláudio Fonteles, que também foi escolhido pelo mesmo critério: ter sido o mais votado entre os Procuradores.

O Sr. Cláudio Fonteles prestou um grande serviço a este País, mudou a imagem do Ministério Público, resgatando, de um lado, a imagem da independência, da determinação e da firmeza na investigação de qualquer

ilícito, seja do Poder Legislativo, seja do Poder Judiciário ou do Poder Executivo. Mais do que isso, os abusos do Ministério Público, que, em muitas instâncias da Federação, têm sido praticados, além de atitudes precipitadas, muitas vezes motivadas por inspiração partidária, eleitoral, o Sr. Cláudio Fonteles também trabalhou para eliminar, ainda que isso não esteja completamente erradicado. O Conselho Superior do Ministério Público...

(Interrupção do som.)

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– O Conselho Superior do Ministério Público vai exercer, seguramente, esse controle democrático, essa transparência, esse aperfeiçoamento do poder, mas queremos manter o padrão do Dr. Cláudio Fonteles: de isenção, de independência, de firmeza, de determinação na apuração de qualquer ilícito, inclusive em relação ao Governo.

Portanto, essa indicação é mais uma confirmação da disposição do Presidente Lula de investigar tudo que precisa ser investigado. Dobrou a verba da Polícia Federal, aumentou seu contingente, numa atitude republicana, independente, isenta, e, da mesma forma, tem agido o Ministério Público.

Tenho certeza de que o nome de Barros e Silva será muito bem recebido por esta Casa, por sua biografia, por sua história, por seu compromisso e pela continuidade que dará a todo o trabalho que já vinha sendo feito pelo Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles.

Saúdo, portanto, o Presidente Lula, o Dr. Cláudio Fonteles e a decisão, que só engrandece esta Casa, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício.

**O PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, rapidamente, só quero encaminhar à Mesa o requerimento que assegura um calendário especial, em regime de urgência, à PEC Paralela. Trata-se de um amplo acordo. O requerimento é assinado pelas Lideranças do Governo Lula e de sua Base de apoio, como também pelas Lideranças da Oposição.

Há a vontade, na Casa, de que essa PEC seja votada antes do recesso parlamentar de julho. Sei que essa é a vontade também do Relator Rodolpho Tourinho. Fiz um acordo com S. Ex<sup>a</sup> de só encaminhar o requerimento à Mesa depois de entendimento com a Relatoria. O Relator me autorizou, então, neste momento, eu o estou encaminhando, com a assinatura de todos os Líderes do Senado. Lembro que a PEC Paralela é um acordo feito entre a Câmara, o Senado e o Executivo.

Era isso o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.



Leonel Brizola, que governou seu Estado natal, o Rio Grande do Sul e, depois, o Estado do Rio de Janeiro. Sua falta no meio político é sentida, pelo muito que ele fez, inclusive como candidato à Presidência da República.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senadora **Heloísa Helena**, Líder do PSOL, – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT, – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL.

#### REQUERIMENTO Nº 656, DE 2005

##### Requerem Voto de Pesar pelo Falecimento do Paulo Afonso Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados.

Requeremos, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata de Voto de Pesar, pelo falecimento, ocorrido hoje, dia 21 de junho de 2005, do ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Requeremos também que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento dos Similares de Paulo Afonso, *especialmente* à esposa, Sr<sup>a</sup> Anna Vitória.

#### Justificação

Paulo Afonso Martins de Oliveira foi um dos mais dedicados servidores da Câmara dos Deputados, da qual, por longos anos, foi Secretário-Geral da Mesa. Nela ingressou ainda no Rio de Janeiro e depois veio para Brasília, com a transferência da Capital. Foi um dos significativos servidores que auxiliaram a elaboração de duas Constituições, a de 1945 e a de 1988. Com o seu desaparecimento, perdemos um grande valor, que viveu intensamente cada minuto da política brasileira. Nas memoráveis sessões da Câmara, inclusive em momentos de grande turbulência, Paulo Afonso era o bom conselheiro, sempre com uma palavra de orientação.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL, – Senador **Marco Maciel**.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Peça a palavra para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Para encaminhar, concedo a palavra ao autor do requerimento e primeiro signatário, Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é movido de grande sentimento de pesar que solicito a V. Ex<sup>a</sup> permissão para fazer o encaminhamento dessa proposta que chega à Mesa.

Perdeu hoje o Brasil uma das figuras mais extraordinárias com que minha geração conviveu, o Dr. Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Quando cheguei à Câmara dos Deputados, o Dr. Paulo Afonso, na época, Secretário-Geral da Mesa, foi, naqueles meus primeiros momentos, o meu “anda-já”. Era exatamente no gabinete do Dr. Paulo Afonso, o qual eu freqüentava diariamente, que procurava os primeiros ensinamentos, os primeiros conselhos, ao assumir o mandato. Jovem, pouco conhecedor das atividades e dos segredos da Câmara dos Deputados, tive naquele grande amigo um apoio e, acima de tudo, um orientador. Tive a facilidade de Paulo Afonso ser casado com Ana Vitória, que é uma piauiense de Bom Jesus do Gurguéia. Ao chegar à Câmara, já tinha uma relação de amizade travada com ele de algum tempo, daí por que as coisas se tornaram muito fáceis. Tive a felicidade de, na convivência com o Dr. Paulo Afonso, aprender muito do que sei hoje, o que me tem ajudado no exercício da minha atividade parlamentar.

Vários foram os Deputados – e alguns se encontram hoje no Senado da República – que tiveram o prazer e o privilégio de conviver com essa extraordinária figura.

Paulo Afonso encerrou seus trabalhos como servidor da Câmara, sendo Secretário-Geral, logo após a Constituinte. Foi indicado para a função de Ministro do Tribunal de Contas por Parlamentares do Congresso Nacional, Câmara e Senado, e exerceu o cargo com o mesmo brilhantismo e dignidade com que fez todas as suas atividades públicas, saindo de lá, exatamente para chefiar o Gabinete de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, como Ministro da Justiça. Paulo Afonso, portanto, foi um grande amigo e orientador de uma geração de políticos que passaram por esta Casa. Associe-me, assim, a todos os seus familiares, alguns deles, seus filhos, funcionários da Câmara e do Senado, todos por concurso – é bom que se diga. Deixa um vasto círculo de amizade e, acima de tudo, o exemplo de homem correto e reto que teve toda sua vida dedicada à causa pública.

Solicito a V. Ex<sup>a</sup> que envie aos familiares o meu voto de pesar pela perda dessa extraordinária figura pública. E o Senador Tião Viana solicita que o faça em seu nome também.

**O Sr. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao nobre Senador Marco Maciel.

**O SR. MARCO MACIEL** (PFL – PE. Para encaminhar a votação. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Renan Calheiros, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, faço minhas as palavras do Senador Heráclito Fortes acerca do sentimento de pesar que consiga pervadir toda a Casa pelo falecimento do ex-Ministro



Paulo Afonso Martins de Oliveira. Paulo Afonso Martins de Oliveira, advogado, depois, funcionário da Câmara dos Deputados durante 42 anos ininterruptos, foi, durante muito tempo, Secretário-Geral da Mesa. Teve a oportunidade de secretariar 11 presidentes daquela Casa, entre os quais eu me incluo. Certamente, todos concordarão que Paulo Afonso foi um eficiente Secretário-Geral da Mesa, não somente pelo conhecimento que tinha da Casa, mas também porque era uma pessoa extremamente estudiosa, capaz, graças à sua grande intuição, de interpretar adequadamente as questões políticas que geralmente são suscitadas no debate parlamentar.

Foi, portanto, Paulo Afonso um formador de quadros também, deixando com sua aposentadoria pessoas como o Dr. Mozart Vianna e outros, que, de alguma forma, seguem as suas pegadas na Secretaria-Geral da Mesa na Câmara dos Deputados.

Como lembrou o Senador Heráclito Fortes, o Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira, foi posteriormente escolhido para o Tribunal de Contas da União, e lá se houve com o mesmo brilho e competência. Depois, teve oportunidade de assessorar V. Ex<sup>a</sup> como Ministro da Justiça.

O Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira era uma privilegiada memória viva destes últimos 50 anos da vida pública brasileira. Conhecia bem a política nacional e, de modo especial, os meandros do Congresso Nacional, sobretudo da Câmara dos Deputados. O seu falecimento, portanto, nos enche de tristeza.

Tive oportunidade, como parlamentar em dois mandatos e presidente da Câmara dos Deputados, de haurir muitos ensinamentos que ele na ocasião nos ofereceu a respeito de momentosas e delicadas questões que enfrentei no exercício presidência da Casa.

A enfermidade que acometeu Paulo Afonso fez ele sofrer muito nos últimos anos. No entanto, se é verdade que foi grande o seu sofrimento, tenho certeza de que ele não morreu de tristeza, porque tinha a consciência de que oferecera ao País o melhor dos seus serviços nas diferentes funções que exerceu.

Por isso, eu não estaria exagerando se dissesse que, com o seu desaparecimento, deixa um exemplo que servirá para que a instituição congressual possa louvar-se nas suas lições e nas suas observações. Assim, poderemos continuar a vê-lo como exemplo.

Peço, finalmente, Sr. Presidente, que, da decisão da Casa, seja dado conhecimento à viúva, Sr<sup>a</sup> Ana Vitória, bem como aos seus filhos, dois dos quais, pelo que sei, funcionários do Senado Federal.

Encerro minhas palavras dizendo que Paulo Afonso Martins de Oliveira, além de deixar muitos amigos, converteu-se num paradigma a ser seguido.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs Senadores, é um dever de consciência trazer neste instante a minha palavra de pesar e, diria até, de sofrimento pelo falecimento de Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Como Deputado Federal, logo que cheguei ao Congresso Nacional, tive sempre o seu apoio e até os seus conselhos. Quando presidia a Câmara o Dr Raineri Mazzilli, ele, com o seu jeito educado, e sobretudo com os seus conhecimentos, ajudava ao Presidente e também ao Parlamentar.

Paulo Afonso se tornava sempre amigo daqueles com quem trabalhava e daqueles que estimava – e V. Ex<sup>a</sup> é um deles. Fez a carreira como o melhor assessor no seu tempo na Câmara dos Deputados.

Depois, foi para o Tribunal de Contas – e agia com isenção absoluta e competência, julgando os processos com a imparcialidade de juiz, embora conhecesse todos os Parlamentares da República.

Logo que se aposentou – e isso coincidiu com a minha ida para a Presidência do Senado –, chamei-o para trabalhar na Presidência do Senado, onde ele trabalhou também ao meu lado por algum tempo, até que V. Ex<sup>a</sup> foi ser Ministro da Justiça.

Paulo Afonso Martins de Oliveira pode figurar como o exemplo de funcionário do Legislativo brasileiro. É muito comum a louvação quando se morre, mas a louvação de Paulo Afonso é um ato de justiça, principalmente daqueles que trabalharam no Legislativo.

Sei que V. Ex<sup>a</sup> o estimava muito, assim como eu. Quantas vezes, nas minhas caminhadas naquela trilha da Casa do Senado, encontrava Paulo Afonso, conversava com Paulo Afonso e aconselhava-me com Paulo Afonso. Inclusive, para terminar, o problema da caixa parlamentar foi um trabalho exclusivo de Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Desse modo, quero, não só nesta Casa, levar à sua esposa, aos seus filhos, esse testemunho de pesar, bem como de reconhecimento. O reconhecimento não é meu, mas de todo o Legislativo brasileiro, por um funcionário que se destacou por onde passou como um dos melhores funcionários da burocracia brasileira. Era também um bom advogado e, como um bom advogado, sabia defender com propriedade as causas que lhe eram enviadas.

Por tudo isso, Sr. Presidente, associe-me às homenagens do Senado, que certamente serão maiores

ainda na Câmara, a essa figura notável do Ministro Paulo Afonso Martins de Oliveira.

*Durante o discurso do Sr. Antonio Carlos Magalhães, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, queria me associar às palavras dos Senadores Antonio Carlos Magalhães, Marco Maciel, Heráclito Fortes e, com certeza, às palavras de todos os Senadores que estão aqui, palavras de profundo pesar pelo falecimento de Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Se, infelizmente, não tive o privilégio de conviver com ele como parlamentar, tive o privilégio de conhecê-lo antes de ser parlamentar e de com ele conviver nas minhas visitas ao Congresso Nacional, como Governador e em outras oportunidades, quando aprendi a conhecer e a admirar um verdadeiro servidor público do Legislativo.

Paulo Afonso representava tudo aquilo que de bom deve ter e tem o servidor público. Dedicado, extremamente dedicado, sua vida era praticamente voltada para o seu trabalho profissional na Câmara dos Deputados. Conhecedor profundo, talvez um dos maiores conhecedores não só do Regimento mas de todo o funcionamento e dos meandros da Câmara dos Deputados, era admirado por todos os que com ele conviveram pelo seu caráter.

Há pouco tempo, há, no máximo, um ano, tive a oportunidade de mais uma vez comprovar o seu caráter íntegro e único: precisando de determinados conselhos sobre o Legislativo e sobre o Regimento, pedi para ter uma conversa com ele no sentido profissional. Eu queria remunerá-lo para que ele me desse umas aulas sobre Regimento e sobre o funcionamento do Legislativo. Ele prontamente rejeitou a minha proposta e disse: “Você não sabe do que está falando, você não sabe o quanto você me ofende”. E se colocou inteiramente a minha disposição, 24 horas, no momento em que quisesse, para dirimir qualquer dúvida que eu pudesse vir a ter.

Portanto, eu me associo a todos os Senadores para, em nome do Senado Federal, manifestar os nossos sentimentos de profundo pesar, um pesar sentido mesmo, pela morte de um homem bom. Esta Casa, juntamente com a Câmara, perde um dos seus melhores servidores.

*Durante o discurso do Sr. Tasso Jereissati, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não há como fugir do lugar comum, porque, de fato, é uma grande perda o falecimento de Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Foi um servidor público dedicado, homem de talento invulgar, correção a toda prova. Em uma hora em que alguns se acomodam com o saco de gatos, com a vala comum de que ninguém prestaria, de que a vida pública seria o endereço de pessoas eticamente deturpadas, nós temos exemplos em sentido contrário presentes e vivos neste Senado e na Câmara dos Deputados, temos o exemplo da figura que acabamos de perder, que é Paulo Afonso Martins de Oliveira.

Ministro do Tribunal de Contas da União, figura que abrilhantou todos os cargos por onde passou, Paulo Afonso era para meu pai – falecido há muito mais tempo – um amigo muito querido. Para mim, era uma espécie de conselheiro, uma figura que o tempo inteiro passava a idéia da pureza de sentimentos, da lealdade, da correção, do espírito público, da fraternidade, do amor pelos seus semelhantes.

Quando cheguei à Câmara dos Deputados pela primeira vez, jovem, disposto a muita luta, reinava no Brasil o império de um regime de exceção. Eu observava a figura de Paulo Afonso com olhos sectários; eu dizia: “Esse homem serve aos meus inimigos”. Era engano típico da minha imaturidade, porque Paulo Afonso servia com dedicação e corretamente à Mesa da Câmara dos Deputados, não servia aos meus inimigos da ditadura, que fazia tanto mal ao País. O tempo foi desmentindo o meu primeiro conceito, e o último conceito, esse que o leva para o túmulo, é precisamente o de um homem admirável, notável na cultura e correto no procedimento.

Posso dizer que aprendi muito na Câmara dos Deputados, já no meu primeiro mandato, percebendo aquilo que o meu pai me dizia, me ensinava: era um platô privilegiado de onde se podia observar todos os problemas do País. Se tivesse que dizer que ascendi a esse platô pelo voto soberano do povo do Estado do Amazonas, acrescentaria dizendo igualmente que o voto do povo do Amazonas me possibilitou conhecer Paulo Afonso Martins de Oliveira. Ele se vai, temos de compreender essas verdades da vida, esse mistério do nascimento, esse mistério da morte, esse mistério da

travessia que fazemos entre um momento e outro, ao mesmo tempo em que nos esforçamos – e devemos fazê-lo – para honrar esses exemplos. Uma civilização é feita de exemplos, uma civilização é feita de cultura acumulada, uma civilização é feita de atitudes, de gestos, e vi pouca gente neste País oferecer tantos gestos positivos para que o Brasil pudesse ir formando a sua cultura de civilização democrática, de Estado que cada vez oprima menos o povo brasileiro.

Tenho, Sr. Presidente, a mais absoluta convicção de que o Brasil perdeu um grande homem, o Congresso perdeu um mestre. Algumas pessoas passam pela vida sem que as percebamos, mesmo estando na vida pública; outras pessoas, percebemos que elas não morrem precisamente quando falecem, tornam-se imortais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Edison Lobão.

**O SR. EDISON LOBÃO** (PFL – MA. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não posso deixar de lamentar o desaparecimento do Dr. Paulo Afonso Martins de Oliveira, não posso deixar de lamentar por ser ele um amigo que tive e construí ao longo da vida e também por tudo quanto ele significava para o Poder Legislativo brasileiro.

Cheguei em Brasília em 1962, jornalista político, e, freqüentemente, comparecia ao seu gabinete à procura de informações qualificadas, onde encontrava uma romaria de outros jornalistas, que, como eu, buscavam a mesma coisa.

Paulo Afonso foi aquele Secretário da Mesa Diretora da Câmara e do Congresso Nacional que, ao longo de sua atuação, deixou um rastro de competência, uma verdadeira escola para todos aqueles que o ajudavam no desempenho de suas funções como também para aqueles que viriam, posteriormente, a exercer a mesma relevante tarefa de Secretário-Geral da Mesa.

O Poder Legislativo no Brasil tem um tipo de configuração diferente da dos Estados Unidos na sua administração interna. Lembro-me da votação da Constituição de 1988. Paulo Afonso foi fundamental, era a memória, o computador de toda a ação que ali se desenrolava. Ao contrário do que aconteceu nos Estados Unidos, onde a Constituição foi votada com apenas sete ou oito artigos e onde não teve acesso à sala de discussão e de exame da Constituição nenhuma outra autoridade que não fossem os Constituintes. Um parlamentar cuidou da tarefa de redigir todas as matérias, de fazer o papel de secretaria, até que se erigiu essa Constituição extraordinária que ainda hoje funciona nos Estados Unidos. No Brasil, não, tudo foi feito às claras,

às escâncaras, e Paulo Afonso era esse escrivão fundamental que a tudo acudia e que a tudo assistia.

O seu desaparecimento, portanto, é lamentável para todos nós que fazemos a política no Brasil e também para os jornalistas. Aqui falo como Parlamentar, como Senador, como Deputado que fui, como jornalista que também fui e sou e como amigo dessa figura extraordinária que tanta saudade nos deixa.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Edison Lobão.

Concedo a palavra ao Senador Maguito Vilela.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero também manifestar as minhas condolências, os meus sentimentos à família do Dr. Paulo Afonso, grande amigo, grande companheiro. Tive uma convivência muito estreita com ele durante o processo constituinte de 1986 a 1990.

Tive a honra de ser Constituinte e pude observar que o comportamento do Dr. Paulo Afonso foi exemplar durante todo aquele período, informando-nos de tudo o que acontecia na Comissão de Sistematização, acompanhando o nosso Líder, Deputado Ulysses Guimarães, e nos orientando, inclusive, nas emendas que apresentávamos à Assembléia Nacional Constituinte.

Portanto, é um grande brasileiro que, lamentável e precocemente, perdeu a vida, ainda no auge da sua sabedoria, do seu equilíbrio, da sua competência. Estive com o Dr. Paulo Afonso recentemente, nos corredores do Congresso Nacional.

Quero, portanto, deixar as minhas mais profundas condolências a toda a família do Dr. Paulo Afonso.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, também quero lamentar a falta do nosso querido Leonel Brizola, que, há um ano, veio a falecer, deixando uma lacuna muito grande na classe política brasileira. Foi um guerreiro, combativo, idealista, nacionalista, enfim, um homem extremamente corajoso, que deixou grandes e excelentes exemplos a estas e às futuras gerações.

Muito obrigado, Sr. Presidente

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Maguito Vilela.

Em votação o **Requerimento nº 655, de 2005**, referente ao Governador Leonel Brizola.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Em votação o **Requerimento nº 656, de 2005**, de pesar pelo falecimento ocorrido hoje do ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados, ex-Ministro do Tribunal de Contas da União e ex-Secretário Execu-

tivo do Ministério da Justiça Dr. Paulo Afonso Martins de Oliveira.

As Sr<sup>as</sup> e os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Tião Viana, já darei a palavra a V. Ex<sup>a</sup>.

Antes, porém, gostaria de somar as minhas mais sinceras, profundas e fraternas homenagens à mãe da Senadora Ideli Salvatti, Dona Helena, ao Governador Leonel Brizola e, especialmente, ao querido amigo Paulo Afonso, com quem muitos de nós compartilharam momentos políticos históricos do País e com quem tive a honra, pessoalmente, de trabalhar de maneira ainda mais próxima quando Ministro da Justiça, sete anos atrás.

Lá tive a oportunidade de aprender com a experiência, com a serenidade, com o equilíbrio, com o conhecimento e com a habilidade de Paulo Afonso. Essas são características reconhecidas e admiradas por todos. Memoráveis, ainda, são as observações e os conselhos ditados em muitas reuniões, num momento crucial da vida política do País.

Os ventos da redemocratização passaram, sem dúvida – e muitos já disseram aqui –, pela pequena sala de Paulo Afonso na Câmara dos Deputados, ponto de encontro de jornalistas e dos mais destacados políticos na década de 80.

Paulo Afonso Martins de Oliveira deixa mais que saudades. Nestes tempos tempestuosos, Paulo Afonso, tenho convicção, saberia, com sua ponderação habitual e sua experiência, indicar o caminho mais seguro para trilharmos. Foi em tempos muito difíceis que ele próprio, Paulo Afonso, discreta e decisivamente, ajudou a pavimentar o caminho para a redemocratização do País.

Como Secretário-Geral da Câmara, Casa que conhecia como poucos, como Ministro do Tribunal de Contas da União, como Secretário-Executivo do Ministério da Justiça, Paulo Afonso sempre se destacou pela dedicação absoluta à função pública, pelo zelo na eficiente aplicação dos gastos públicos e na observação dos princípios democráticos.

Como todos disseram, Paulo Afonso deixa muitas saudades e, mais do que saudades, deixa também exemplos a serem seguidos. Sem nenhum risco de contestação, Paulo Afonso pode ser homenageado como exemplo de funcionário público.

Meu amigo Paulo Afonso, repouse em paz. Que Deus lhe guarde!

Essa era a homenagem justa que gostaria de prestar em nome do Senado Federal.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Tião Viana.

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas me associar à manifestação de V. Ex<sup>a</sup> e pedir que o meu nome também conste – vou tentar assiná-lo, mesmo já tendo sido votado – do requerimento de pesar assinado pelos Senadores Arthur Virgílio, Leonel Pavan e Eduardo Suplicy, referente à genitora da nobre Senadora Ideli Salvatti.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes..

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 657, DE 2005

Requeiro, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal e da alínea **a**, do inciso I do art. 215 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas as seguintes informações ao Presidente do Banco Central do Brasil (BCB), sobre multas aplicadas por aquela instituição aos importadores:

1) O rol de multas aplicadas com base na Lei nº 10.755, de 3 de novembro de 2003, e em normas correlatas, indicando-se a entidade punida, o valor da punição, o valor da operação de importação, o motivo da punição e se a multa já foi paga ou foi objeto de recurso.

2) Quais são os montantes pagos e a receber de multas aplicadas por irregularidades nas operações de importação? Quantas são as punições? Quantos são os punidos? Qual é o valor da maior multa? E da menor? Qual é a distribuição, por faixas (de cinco a dez), dos valores das multas aplicadas, relacionando-se os valores com as quantidades correspondentes de punições aplicadas? Qual é a relação, por faixa, entre o valor médio das multas aplicadas e o valor médio das operações de importação?

3) Quantos são os processos punitivos ora em exame no âmbito do BCB? Qual é o montante máximo que poderá resultar desses processos?

4) Quanto tempo se passou da data da suposta irregularidade até a data da formalização pelo BCB dos primeiros cinquenta processos punitivos? Posteriormente, quanto tempo mais o BCB precisou para analisar as defesas apresentadas e prolatar as respectivas decisões? Quais foram as conseqüências financeiras para os importadores do tempo despendido pelo BCB no exercício de suas competências legais?



5) Quais são os critérios empregados pelo BCB para fixar a “taxa prefixada de empréstimo para capital de giro”, prevista no § 1º do art. 4º da Lei nº 10.755, de 2003? Como essa taxa se comportou de agosto de 1999 até esta data comparativamente com as demais taxas praticadas pela autoridade monetária e pelas instituições financeiras?

6) Por que o BCB trata como fixa, ao longo de todo o período de incidência da multa (até seis ou sete anos), a “taxa prefixada de empréstimo para capital de giro”? Essa taxa não seria válida apenas para os trinta dias seguintes ao da data de sua apuração, o que recomendaria o uso de taxas flutuantes?

7) Qual é a justificativa econômico-financeira para a não consideração dos efeitos da variação cambial nas situações previstas nos incisos II e III do § 1º do art. 4º da Lei nº 10.755, de 2003 (ou seja, nas importações licenciadas para pagamento em reais em atraso e quando o pagamento da importação não for efetuado até 180 dias após o primeiro dia do mês subsequente ao previsto para o pagamento)? Por que essas situações não recebem tratamento semelhante ao dado no inciso I do mesmo dispositivo legal, já que todas se referem a operações de importação?

8) As fórmulas “1.c” e “2.c” do item “1-12-13-2” do Regulamento do Mercado de Câmbio e Capitais Internacionais (RMCCI) são consistentes com as fórmulas “3.c)c.1” e “3.c)c.2”? E as fórmulas “1.d” e “2.d” do item “1-12-13-3” em relação às fórmulas “3.d)d.1”, “3.d)d.2”, e “4.d)d.2”? Há indícios de que as primeiras fórmulas de cada conjunto gerariam multas incorretas. Convém que a resposta a esta pergunta seja exemplificada.

9) Qual é “jurisprudência” das decisões do BCB sobre casos concretos e situações variadas, como descontos, refinanciamentos, pagamentos sem recurso ao mercado de câmbio, etc? Como o BCB procede nos casos de mercadorias recebidas total ou parcialmente fora de especificação? De mercadorias total ou parcialmente proibidas para ingresso no país pelas autoridades sanitárias ou outras? De concordata do importador? De descontos, perdões, extensões de prazo ou capitalizações dos créditos por parte dos exportadores? De simples erros ou enganos nos preenchimentos dos formulários? De paralisações ou incapacidade operacional da parte de autoridades alfandegárias ou fiscais? Para efeito das multas, há indícios de que o BCB estaria, arbitrariamente, ora reconhecendo essas situações específicas nas datas em que ocorreram, ora reconhecendo-as somente a partir do momento em que constarem de controles burocráticos como as Declarações de Importação (DI) e os Registros de Operações Financeiras (ROF).

## Justificação

A legislação que penaliza importadores por atraso no pagamento de suas compras é o resultado de esforços da autoridade cambial, em 1997/1998, para diminuir a competitividade dos fornecedores externos **vis-à-vis** os domésticos. Como esses esforços foram, em boa medida, ignorados pelo mercado, além de se mostrarem de controle e de implementação tecnicamente inexecutáveis, houve uma série de alterações nos regulamentos (consubstanciadas em várias medidas provisórias e na Lei nº 9.817, de 1999, substituída pela Lei nº 10.755, de 2003). As alterações desvirtuaram a intenção original, incorporando novas hipóteses de incidência de multa e implementando critérios de cálculo das multas progressivamente mais arbitrários e gravosos.

As hipóteses de incidência de multa que realmente contam são:

1) a contratação de câmbio fora dos prazos regulamentares, de controle e imposição inexecutáveis;

2) o simples atraso no pagamento da importação, concedida uma carência de 180 dias, hipótese na qual se baseiam todos os milhares de processos em andamento.

Essa última hipótese é esdrúxula. O pagamento do aluguel, da mensalidade escolar e da prestação do carro pode atrasar, mas se o cidadão atrasa o pagamento de um contrato de importação precisa pagar juros altíssimos, a título de multa, ao Banco Central do Brasil (BCB)!!! Em benefício, ou em proteção, do crédito de estrangeiros???

Além do mais, no exame de situações concretas, surgiram dificuldades que a tecnocracia do BCB tem resolvido” não apenas de maneira arbitrária, mas também irracional. Há exemplos de:

1) mercadorias que foram proibidas de entrar no mercado nacional ou que foram entregues fora das especificações, mas que, a despeito de comprovação documental (ofício ou despacho das autoridades sanitárias ou laudo técnico de empresa independente), acabaram sendo objeto de multas, aparentemente porque essas situações não estavam formalizadas nas DI, mediante reclamadas retificações; ressalte-se que as obrigações de pagamento como originalmente registradas não deviam nem podiam ser cumpridas, até mesmo pelo risco de se incorrer em “evasão de divisas”;

2) credores que foram pagos no exterior, no vencimento, por meio de corriqueiras linhas externas de refinanciamento obtidas junto aos bancos, mas que foram objeto de multas até a retificação das DI e a inclusão no ROF, embora o pagamento propriamente dito tenha sido feito no prazo;

3) partes que repactuaram as condições de pagamento, fato comprovado por contrato particular, mas

que acabaram sendo objeto de multas por não haver retificação da DI e inclusão no ROF; o pagamento, repactuado, contudo, não estava mais inadimplido ou em atraso.

4) casos em que fornecedor e importador pertencem a um mesmo grupo econômico, quando a repactuação está implícita, mas que também foram objeto de penalidade.

Assim, fatos financeiros e comerciais corriqueiros, como pagamentos, descontos, prorrogações de prazos, refinanciamentos, capitalizações de créditos, etc., ora são reconhecidos, para efeito dos cálculos das multas, nas datas em que ocorreram, ora são ignorados se não estiverem refletidos em controles burocráticos, como o Sistema Integrado de Comércio Exterior (Siscomex) e o Sistema de informações do Banco Central (Sisbacen), por meio de alterações, vinculações o cancelamentos, nas DI, nos ROF ou nos contratos de câmbio, sendo que as datas dessas providências é que passam a ser determinantes para a apuração das multas.

Então surge novo problema: as providências burocráticas requeridas amiúde dependem da intervenção de diversos órgãos da administração (BCB, Secretaria de Comércio Exterior – SECEX/Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX, ambos do Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio – MDIC, etc), os quais, provocados pelos interessados, ou demoram para agir ou simplesmente não tomam providência alguma. Configura-se, então a situação de o contribuinte ser multado por um braço do Estado (O BCB) por conta de não ter conseguido que outros braços do mesmo Estado tomassem as providências requeridas!

Por fim, parece que as autoridades cambiais se esqueceram de que, na sua esfera de atuação, as DI ou os ROF são apenas requisitos burocráticos para garantir a importadores, devedores de financiamentos ou investidores estrangeiros o direito de recorrerem ao mercado de câmbio para honrarem suas obrigações ou repatriarem seus haveres, não para imporem a obrigação de fazê-lo.

Ademais, o próprio cálculo das multas é feito de forma desproporcional. Atrasos de (US\$1.000,00 provocam penalidades de US\$6.000,00 a US\$10.000,00. Isso ocorreria por quatro motivos:

1) fórmulas matemáticas inconsistentes no RMC-CI;

2) não consideração dos efeitos da variação cambial para alguns dos casos de incidência das multas;

3) cálculos das multas com base na taxa *overnight*, decorrente da “taxa prefixada de empréstimo para capital de giro”, prevista no § 1º do art. 4º da Lei nº 10.755, de 2003;

4) não uso da “taxa prefixada de empréstimo para capital de giro” como flutuante, por ser válida apenas para os trinta dias seguintes ao da data sua apuração; pelo contrário, essa taxa tem sido tratada como fixa ao longo de todo o período de incidência da multa, seis ou sete anos à frente.

O cidadão em geral, e o empresário em particular, não podem ser incomodados pela burocracia, perder tempo e dinheiro, contratar advogados, para fazer frente a imposições descabidas. Corre-se, inclusive, o risco de se estar sobrecarregando o funcionamento do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (CRSFN).

À luz dos motivos expostos acima, solicito o apoio dos meus pares para o presente requerimento, a ser encaminhado ao Presidente do BCB, cargo alçado à condição de Ministro de Estado pelo art. 2º da Lei nº 11.036, de 22 de dezembro de 2004.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**.

(À Mesa, para decisão)

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### REQUERIMENTO Nº 658, DE 2005

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro autorização para desempenhar missão, nos Estados Unidos da América, no período compreendido entre 20-6 a 1º-7 do corrente ano, quando estarei tratando junto ao Departamento de Segurança Nacional daquele país, a situação dos 18.312 brasileiros detidos pelo Serviço de Imigração de outubro de 2004 até o presente momento.

Sala das Sessões, 21 de junho de 2005. – Senador **Marcelo Crivella**.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 394/2005-GSMC

Brasília – DF, 16 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Renan Calheiros  
MD. Presidente do Senado Federal



**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre o acordo de lideranças para a apreciação do Item 1 da pauta.

Portanto, está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

1

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2005

(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

2

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000 (Votação nominal)

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29, DE 2002

(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23.2.2005)  
(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, *que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004 (Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*



Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Discussão adiada, em virtude de requerimento  
aprovado em 26-4-2005)

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

### PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ger-son Camata.

8

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência defere, nos termos do art 41, do Regimento Interno, o **Requerimento nº 644, de 2005**, da Senadora Roseana Sarney, lido no dia 16 último, que solicita licença para tratamento de saúde.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Exª.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não me leve a mal, mas, quando abrir a pauta, V. Exª poderia incluir a apreciação do nome do indicado para o Tribunal de Contas, o Deputado Augusto Nardes. Penso que esse seria um ato de caridade, senão S. Exª acabará morrendo aqui.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço-lhe a intervenção, Senador Antonio Carlos Magalhães.

Há pouco, eu dizia ao futuro Ministro do Tribunal de Contas da União que estava aguardando apenas a indicação dos Líderes para que pudéssemos proceder à votação do seu nome, o que vamos fazer na sessão ordinária de amanhã, juntamente com o nome do Procurador-Geral da República, tão logo seja desobstruída a nossa pauta.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra a V. Exª. Em seguida, encerrarei a sessão.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro a V. Exª que conste a minha assinatura no requerimento de pesar pela morte da Dona Helena Salvatti, mãe da nossa querida e grande companheira Ideli Salvatti, uma mulher guerreira, combativa e muito querida por todos nós. Lamento a morte da sua genitora e transmito a toda a sua família os meus sentimentos. Quero que V. Exª consigne também o meu nome no requerimento de pesar.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará o pedido de V. Exª, Senador Maguito Vilela.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, permita-me usar da palavra até para pedir um conselho a V. Exª.

Estamos passando por um momento difícil da política nacional. Essa situação toda, essa confusão toda criada pelo próprio Governo em relação ao mensalão, à compra de votos de partidos, à questão dos Correios, tem trazido uma grande insatisfação popular.

(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – No Senado, estamos pagando o preço que não deveríamos pagar.

Sr. Presidente, já que instalamos uma CPMI, já que vamos encontrar e punir os culpados, precisamos de uma manifestação do Senado Federal, porque não podemos todos ser jogados na mesma vala. A classe política está pagando um preço muito alto em função de alguns corruptos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup>, um Líder em quem tanto confiamos e que o Brasil respeita, que tome providências, em nome do Senado, para esclarecer à opinião pública que a maioria não pode pagar por uma minoria, que, infelizmente, entregou-se aos braços do Governo por propinas. Nós, Senadores, trabalhamos diariamente, com seriedade, buscando esclarecer as questões em que a população ainda encontra dúvidas, em benefício da população brasileira, e estamos todos sendo jogados na mesma vala.

Como Senador que representa Santa Catarina, com hombridade e orgulho, gostaria que o Senado Federal tomasse uma posição para explicar à Nação brasileira que uma minoria, e muito pequena, deverá ser punida pelo Senado, pelo Congresso e pela Justiça.

Peço ao Sr. Presidente que seja dada uma explicação à opinião pública porque é o Congresso brasileiro que está apurando essas falcatruas. Somos nós que estamos buscando os culpados. E eles serão punidos por nós mesmos.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Flávio Arns. Em seguida, concederei a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a inclusão do meu nome na moção de pesar que será enviada à Senadora Ideli Salvatti pela morte de sua genitora. Quero também aproveitar a ocasião para deixar um abraço fraterno e amigo tanto para S. Ex<sup>a</sup> quanto para todos os seus familiares.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Ata registrará o pedido de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a V.

Ex<sup>a</sup> que inclua o meu nome nos pêsames que serão apresentados à Senadora Ideli Salvatti e também, se possível, à família do nosso querido Paulo Afonso. Eu o conheci antes de ser parlamentar.

Quando o Deputado Robson Tuma assumiu seu mandato, jovem, ainda menino, com 21 anos de idade, teve, como padrinho, Paulo Afonso, que o orientou em toda sua carreira política, dando-lhe firmeza de caráter e exemplo de comportamento nesta Casa.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que me inclua entre os que estão homenageando a memória de Paulo Afonso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra pela ordem.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Da mesma maneira, Sr. Presidente, gostaria de ter o meu nome entre os que manifestam solidariedade e pesar à Senadora Ideli Salvatti e à família do Sr. Paulo Afonso e do Presidente Leonel Brizola.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Alvaro Dias, Arthur Virgílio e Flávio Arns enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de manter os juros básicos da economia em 19,75%, depois de nove meses de altas consecutivas, não é capaz de assegurar a retomada do crescimento da economia.

Os juros reais seguem em rota de alta. Saindo de 13,55% em maio, os juros reais já alcançam o patamar de 13,93% – taxa mais elevada do planeta.

As lideranças empresariais consideram que o primeiro semestre já foi sepultado e se articulam para tentar salvar o ano restante.

No plano externo, Senhor Presidente, gostaria de ressaltar que os contornos da crise são captados no exterior e podem afugentar ou adiar investimentos em nosso País. Cito, como exemplo, o jornal britânico “*Financial Times*”, edição do dia 16 de junho corrente, na qual é destacada a crise política no Brasil, afirmando que os investidores demonstram “temor à medida que os escândalos crescem”.

Em matéria de governança, a leitura do estudo do Tribunal de Contas da União – TCU – não recomen-

daria a atual gestão administrativa federal a qualquer investidor em potencial.

O referido estudo do TCU aponta que, de 118 programas federais analisados, mais da metade – 63 exatamente – teve desempenho considerado insatisfatório.

O TCU considerou insatisfatórios todos os programas que receberam menos de 75% dos recursos previstos no orçamento e apresentaram resultados abaixo de 60% do previsto. Na lista de programas considerados insatisfatórios aparecem programas de infra-estrutura, educação para a primeira infância, promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente, saneamento ambiental urbano, entre outros.

É mister destacar que o TCU aprovou com 30 (trinta) ressalvas as contas do governo federal referentes ao ano de 2004. Os problemas apontados pelo tribunal estão relacionados principalmente às metodologias de cálculo utilizadas pelo Tesouro e à inconsistência das informações fornecidas pelo governo federal.

Para que as Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores possam dimensionar o escopo das ressalvas, o TCU considerou que o governo não cumpriu a aplicação mínima de 30% dos recursos da educação no combate ao analfabetismo.

No que se refere ao superávit primário obtido pelo governo, o relatório do ministro do TCU Benjamin Zymler destaca que parte dos recursos economizados é proveniente de fontes vinculadas, como a Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), que contribuiu com R\$9,8 bilhões para o superávit de 2004, e o Fust (Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações), que nunca foi gasto pelo governo e acumula um saldo R\$3,6 bilhões.

Sr. Presidente: gostaria, ainda, nesta oportunidade, de abordar a questão da dívida pública interna. A esse respeito, iniciarei salientando que o maior programa de transferência de renda do governo federal se consubstancia quando se paga, a cada ano, mais de R\$100 bilhões para um grupo de 7 milhões de pessoas que estão entre as mais ricas do Brasil (4% da população do país). São os gastos com juros da dívida interna, pagos para os que investem em títulos públicos. Segundo dados do Tesouro Nacional e do Banco Central, 92% dos títulos públicos em circulação no mercado estão nas carteiras de bancos e de fundos de investimento.

De acordo com a CVM – Comissão de Valores Mobiliários – os fundos de investimento – como os de renda fixa e de ações – possuem 6,75 milhões de cotistas. Esse é o grupo que, em abril passado, possuía R\$763 bilhões aplicados em títulos públicos. Os demais R\$66 bilhões (ou 8% do total) estavam nas

mãos de um número pequeno de empresas privadas e estatais. São 181 os bancos múltiplos, comerciais e de investimentos que atuam no Brasil.

Segundo Márcio Pochmann, economista da Unicamp, “o governo pune o pobre na arrecadação e transfere o dinheiro arrecadado para os ricos”. O especialista em epígrafe destaca que quem aplica em títulos públicos são os que têm renda mais elevada para permitir um grau maior de poupança.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o descalabro referente aos juros está patente nos dados estatísticos. Em 2004, o Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva gastou R\$101,4 bilhões em juros da dívida. Enquanto isso, destinou pouco mais de 5% desse montante para o Programa Bolsa-Família.

As cifras alarmantes, Sr. Presidente, impõem ao Senado da República um posicionamento assertivo. Tenho ocupado a tribuna desta Casa para denunciar o requinte da ortodoxia da política econômica, levada às últimas conseqüências pela equipe econômica do ministro Antonio Palocci.

Surpreendentemente, nem mesmo os reconhecidos especialistas em economia que integram da base de apoio do governo, os quais no passado combateram a política econômica do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, se pronunciaram sobre os rumos excessivamente ortodoxos adotados sob inspiração do Fundo Monetário Internacional. A esse respeito, o FMI “doméstico” conseguiu superar o dogmatismo em matéria econômica, cultuado na sede do organismo multilateral financeiro, em Washington.

Para concluir, Sr. Presidente, gostaria de reproduzir trechos de estudo do Banco Mundial sobre a economia informal. O referido estudo revela: uma em cada três empresas do país opera na clandestinidade e dois trabalhadores em cada três não têm carteira assinada. Portanto, não têm direitos trabalhistas de qualquer espécie.

Segundo estimativas do Banco Mundial, 39,8% do Produto Interno Bruto (PIB) estão na economia informal. Pelo cálculo oficial, a economia informal não passaria de 12% do PIB, enquanto para o Banco Mundial é de quase 40%.

No setor rural a informalidade deve estar acima de 60%; nos serviços em geral, acima de 50%; em alguns ramos industriais, a informalidade aproxima-se de 80%.

Sr. Presidente: os dados aqui reproduzidos são reveladores e devem ser objeto de análise desta Casa.

Muito obrigado. Era o que tinha a dizer.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a manifestação que vimos ao meio-

dia de hoje, em favor da rápida aprovação do projeto que marca a data do plebiscito do desarmamento, é um aviso e uma advertência: para que ninguém duvide do olho do povo, sempre vigilante.

O movimento *Brasil sem Armas* merece nosso apoio. Na manifestação de hoje, diante do Congresso, seus participantes disseram que têm pressa na aprovação do PDL, que se encontra pendente de decisão da Câmara dos Deputados.

A pressa se justifica. O projeto precisa ser ultimado em tempo de o TSE preparar o plebiscito para outubro próximo.

O plebiscito é necessário. Afinal, como mostra o *Brasil sem Armas*, a cada 15 minutos morre uma pessoa no Brasil, vítimas de armas de fogo. Em cada dia são 104 vítimas.

Ao aplaudir o gesto a que me referi, saúdo seus participantes, que são familiares de vítimas de violência, estudantes e, de forma geral, a sociedade civil.

Que sejam, pois atendidos, com a aprovação do PDL do Plebiscito.

Outro assunto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, refere-se às exportações de produtos fabricados no Pólo Industrial de Manaus mais do que dobraram nesses cinco primeiros meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2004. O crescimento registra expressivos 134,68%. O valor exportado foi de US\$873,619 milhões, contra US\$372,162 milhões, em 2004.

A Superintendente da ZFM, Flávia Grosso, continua otimista e espera alcançar a meta de US\$1,5 bilhão até o fim do ano. O Amazonas, por conta do seu Pólo Industrial, é hoje a área de maior crescimento econômico do País.

Esses resultados não apenas confirmam o acerto da criação da Zona Franca de Manaus. São a melhor paga para os esforços que desenvolvemos, inclusive aqui no Senado, em diferentes ocasiões, pelo fortalecimento e, mais do que isso, pela consolidação de uma idéia que, como se vê, é vitoriosa.

Já hoje, em todo o Brasil, não há qualquer dúvida de que a ZFM, em transformação para Pólo Industrial de Manaus, foi uma iniciativa necessária. Ali, hoje, se concentra um notável parque avançado de tecnologia, exportando produtos para o mundo inteiro.

As vendas do Pólo têm os Estados Unidos como maior comprador, com o percentual de 30,25% na participação do volume exportado. Em valores, os Estados Unidos compraram do Pólo Industrial de Manaus US\$ 264,271 milhões, com crescimento de 133,31 em relação ao mesmo período do ano anterior.

Segue-se a Argentina, segundo maior importador da Zona Franca de Manaus, com o total de US\$43,511, com um acréscimo de 452,67% no período.

Outros grandes importadores da ZFM são o Chile e Alemanha, com crescimento de 224% e 242%, respectivamente.

Segundo a Associação do Comércio Exterior da Amazônia-ACEAM, a linha de telefones celulares produzidos no Pólo foi responsável pelo forte incremento das exportações da Amazônia.

Essa ascensão vem ocorrendo desde o ano 2000, com um incremento de grande monta em 2002, um acréscimo ainda maior em 2003, um pequeno decréscimo em 2004 e já agora com a retomada das vendas em grande volume.

Saúdo o excelente desempenho da Zona Franca de Manaus e encerro afirmando que valeu o esforço de quantos se esforçaram para que chegássemos a essa marca.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> Senadoras e Srs. Senadores, tive a honra de participar, no dia 10 de junho, de um debate sobre Genética e Política durante o 17º Congresso Brasileiro de Genética Clínica, realizado na cidade de Curitiba e promovido pela Sociedade Brasileira de Genética Clínica, inclusive com a participação do Senador Osmar Dias, do Deputado Gustavo Fruet, do Deputado Tarcísio Perondi e do Ex-deputado Euclídes Scalco. Foi um momento de grande relevância em função não só da importância do tema, mas, principalmente, por termos falado para expectadores como médicos, estudantes e pesquisadores da área de genética.

Na ocasião, discutimos com ênfase a questão da utilização de células-tronco embrionárias em pesquisas, aspecto contemplado pela Lei de Biossegurança, sancionada neste ano pelo Presidente Lula e que, como todos sabem, recebeu meu voto contra no Plenário desta Casa, por motivos já expostos em outras ocasiões.

Entretanto, gostaria de concentrar este pronunciamento em um tema que debatemos em Curitiba e que é fundamental para a saúde dos brasileiros. Trata-se da necessidade de caracterização da Genética Clínica como política pública.

Na visão dos especialistas na área e do próprio Ministério da Saúde, este é o principal desafio a ser superado no Brasil. Atualmente, não há previsão de médico geneticista na rede pública de saúde.

Sabemos que a atuação destes profissionais é fundamental para a detecção de doenças genéticas, aspecto essencial para o diagnóstico e posterior tratamento adequado aos pacientes. Sabemos também



que, segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 10% da população possui algum tipo de deficiência, o que, no Brasil, corresponde a 17 milhões de pessoas. Destas, 3% possuem deficiências de origem genética, ou seja, 5,1 milhões de brasileiros nascem com problemas genéticos.

O que vemos, no entanto, é uma presença tímida desta área no Sistema Único de Saúde. Hoje, o que temos em termos de aconselhamento genético e exames básicos se restringe ao Programa Nacional de Triagem Neonatal.

A presença dos médicos geneticistas em equipes multiprofissionais em prestadores de serviços do SUS é a principal aspiração da área.

Neste sentido, o Ministério da Saúde, por meio da Portaria nº 2.380, de 28 de outubro de 2004, institui o Grupo de Trabalho de Genética Clínica com o objetivo de sistematizar a proposta de Política Nacional de Atenção à Saúde em Genética Clínica e elaborar a proposta de inserção no SUS.

O Grupo é composto por representantes das secretarias de Atenção à Saúde; de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos; de Gestão no Trabalho e da Educação na Saúde; de Vigilância Sanitária; da Sociedade Brasileira de Genética Clínica; dos Serviços de Genética Clínica; do Conselho Nacional de Secretários da Saúde; do Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde; do Conselho Nacional de Saúde; da Agência Nacional de Saúde Suplementar e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

A previsão é de que, para o segundo semestre deste ano, esteja concluída uma portaria que instituirá uma política de saúde que inclua o estabelecimento de programas específicos na área de genética, com diferentes níveis de complexidade e aconselhamento genético.

No caminho para a caracterização da genética como política pública, sentimos a necessidade da integração desta área com as demais, o que se dará pela inclusão desse profissional na equipe multiprofissional, podendo atuar junto à pediatria, por exemplo, tanto nos exames pré-natais como no acompanhamento clínico das crianças após o nascimento.

Mas não há política pública sem a participação no orçamento. Por isso, é fundamental que esta área também esteja prevista nas diretrizes orçamentárias, inclusive para a realização de exames moleculares, doenças mais complexas e testes de DNA. Daí a importância deste tema estar disposto também na legislação, por meio de leis e portarias que tratem de recursos para a área.

Buscando aprofundar este debate, estou propondo à Subcomissão de Saúde, presidida pelo nobre Se-

nador Papaléo Paes, a realização de audiência pública para trazer ao Senado esta discussão.

Certamente, o envolvimento do poder legislativo e da sociedade neste debate contribuirá para que tenhamos uma política pública de qualidade que apresentará uma alternativa viável e de custo reduzido para evitar as conseqüências do crescimento relativo das doenças genéticas no Brasil.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

## ORDEM DO DIA

1

### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO Nº 14, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos  
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

Relator revisor:

Prazo final: 1-8-2005.

2

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 31, DE 2000

*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorá-

vel, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2002**

*(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23-2-2005)  
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, *que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, *que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que

*altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 87, DE 2003**

*(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26-4-2005)  
(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, *que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

**PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), *que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.*

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

8

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, *que altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 33 minutos.)*

**O.S. 13942/2005**

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 20 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.**

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, certamente viveremos mais uma semana de tensão, de expectativa e, obviamente, de revelações, porque, no dia de amanhã, a CPMI dos Correios começa a trabalhar, ouvindo já o primeiro depoente.

Lamentavelmente, chegamos a um momento crítico, previsto com grande antecedência. Lastimamos, mas é impossível deixar de frisar que não só a Oposição, como também a imprensa brasileira vinham há muito tempo alertando o atual Governo sobre as possibilidades de recrudescimento da crise, em função dos descaminhos trilhados pelo Poder Executivo Federal.

Com a crise moral que se abate sobre o País, em cada semana, muitos daqueles que integram o Governo vivem, nos dias que antecedem o sábado e o domingo, momentos apreensivos, porque fica sempre a expectativa sobre o que pode ocorrer nas revistas, aos finais de semana. Qual será o próximo escândalo? Quem será o próximo desonesto execrado nas páginas das revistas semanais do País?

É lamentável, mas é a realidade que estamos vivendo. E é evidente que tem de haver a preocupação do Congresso Nacional, acima de tudo, de buscar alternativas de saída, que possam significar – repito o que tenho dito nos últimos dias – a construção de uma nova imagem, por quê? O Legislativo é o Poder que vem sofrendo mais desgaste com essa crise. As últimas pesquisas revelam essa realidade. Cresceu, assustadoramente, a condenação ao desempenho do Congresso Nacional pela opinião pública brasileira.

Há uma preocupação dos artífices do Governo em fazer com que a crise se concentre na Câmara dos Deputados; em estabelecer uma blindagem a determinados setores do Governo, em proteger determinadas pessoas, especialmente aquelas que figuram no núcleo central do Poder. E há, sobretudo, uma enorme preocupação em preservar a imagem do Presidente Lula. Mas não podemos, evidentemente, conviver com o cinismo oficial. Dizer que o Presidente da República

não sabia de nada é considerá-lo ingênuo em excesso ou imaginar que Sua Excelência vive longe das atividades do seu Governo, não acompanha o dia-a-dia da administração e sequer toma conhecimento do que se fala no Congresso Nacional ou mesmo na mídia do País.

Há quanto tempo estamos falando em relação promíscua do Poder Executivo com o Poder Legislativo? Não é de hoje. Há, por exemplo, um discurso que pronunciei desta tribuna, em 2003, em que abordava essa questão:

Se Collor tinha um PC Farias, que operava nos bastidores da vida pública nacional, que incursionava no seio do setor privado brasileiro, Lula tinha uma equipe de PCs, que se instalou no próprio Palácio do Planalto, em situação privilegiada, para operar de dentro para fora, em detrimento dos postulados de natureza ética, sustentados pelo PT ao longo de muito tempo.

Esse discurso, repito, foi pronunciado em 2003, portanto, já no primeiro ano da gestão Lula, indagamos quem seria o PC do Lula, exatamente denunciando a relação de promiscuidade do Poder Executivo com o Legislativo, a existência de um modelo que lamentavelmente instituiu a barganha para obter sustentação política no Congresso Nacional; estabelecia uma postura de desonestidade para conquistar adesões no Congresso Nacional.

Não entendo como pode um Presidente da República admitir que esse seja o modelo adequado para obter apoio. Não tenho dúvida alguma de que um Presidente da República com apoio popular terá sempre o Congresso Nacional ao seu lado. Um presidente popular, realizando um governo popular, adotando medidas que satisfaçam as aspirações da sociedade, terá sempre o apoio majoritário do Congresso Nacional.

Não há exemplo na história de Congresso que atue contra um presidente popular. Eu não conheço. O Congresso não rema contra a correnteza da popularidade, isso jamais. O Congresso, Senador Mão Santa, é um reflexo da aspiração da sociedade. O Senador Geraldo Mesquita Júnior sabe muito bem que a opinião pública conduz as lideranças políticas, já que quem tem como origem o voto popular para o exercício da função pública não pode jamais ignorar as aspirações daqueles que o elegem.

Lembro muito bem quando o Presidente Collor se elegeu e se instalou no “bolo de noiva”, aqui em Brasília, e começou a ouvir lideranças. Eu era Governador do Paraná, à época, e fui convidado. O Presidente me indagou, já que havia sido eleito sem o apoio dos políticos – todos se lembram de que ele se elegeu por um partido minúsculo, praticamente expulsando do seu palanque os políticos. Vinte e três governadores apoiavam Ulysses Guimarães, de saudosa memória, e Collor, praticamente sozinho, se elegeu presidente. E indagava o que deveria fazer para ter o apoio do Congresso Nacional. Foi exatamente isto o que disse ao Presidente Collor,

naquela oportunidade: Presidente, adote medidas que signifiquem mudança, que conquistem a credibilidade da população e, por conseqüência, o apoio da sociedade brasileira, e terá o apoio do Congresso Nacional – sem fazer nenhuma concessão, nenhuma barganha, sem instalar um balcão de negócios no Palácio do Planalto. Adotar medidas de impacto que sejam a síntese da expectativa da Nação é obter o apoio do Congresso Nacional. Lamentavelmente, o Presidente não se comportou como devia e foi levado ao *impeachment*.

Se Lula era uma esperança, não se comportou como representante das aspirações e esperanças do povo brasileiro. Já na montagem do governo, quando constituiu o seu ministério, decepcionou. Primeiramente, porque o País tem essa expectativa de redução das despesas de custeio, emagrecimento da máquina pública, e o Presidente, na contramão dessa expectativa do País, engordou a máquina pública, convocou lideranças derrotadas do seu partido e constituiu um equipe que, lamentavelmente, puxou para baixo a qualidade administrativa do Governo Federal. E o País ficou sujeito...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – ... a uma administração sem programa, sem plano, sem idéias criativas, a uma administração que não corresponde às expectativas de mudança, a uma administração que incorporou o fisiologismo da forma mais acentuada que se imaginava poder existir, e estabeleceu, sim, essa relação de promiscuidade.

Agora imaginar ou afirmar que o Presidente da República não sabia é apostar na ingenuidade das pessoas e subestimar a inteligência do povo brasileiro.

Além desse pronunciamento do ano de 2003, faço referência a um outro.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Já concederei, Senador Mão Santa.

Senador Pedro Simon, foram inúmeros os pronunciamentos alertando o Governo para essa relação promíscua, para o fisiologismo, esse modelo impróprio adotado pelo Governo.

No dia 14 de abril de 2004, desta tribuna, chegamos a alertar o Governo, fazendo referência ao argentino Fernando de la Rúa, que foi obrigado a renunciar ao mandato em meio a uma crise política e social. E eu dizia que tinha procedência o temor de que, em face da falta de rumo do Governo do Presidente Lula, incapaz de retirar o Brasil da crise e promover a retomada do crescimento econômico, estávamos correndo sério risco de assistirmos aqui à repetição do fenômeno De la Rúa na Argentina.

Concedo, Senador Mão Santa, o aparte a V. Ex<sup>a</sup>.

Consulto o Sr. Presidente: tenho mais cinco minutos?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – Mais três minutos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Não tem a prorrogação de cinco minutos?

**O SR. TIÃO VIANA** (Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais três minutos; já está na prorrogação.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Alvaro Dias, vamos fazer um pouco de justiça ao ex-Presidente Collor. Aliás, Rui Barbosa, que está ali, disse que justiça tardia é injustiça desqualificada. O que acontece hoje no Brasil é muito pior, mais vergonhoso e mais nojento. Vamos e venhamos: sou do Nordeste e era prefeito de Parnaíba quando se deu o episódio. O PC Farias se aproximou do Collor como tesoureiro de campanha, mas nunca foi do *staff* de Collor. Nunca foi secretário da prefeitura de Collor, nunca foi secretário do Governo de Collor, nem ministro e nem segundo escalão. Aproximou-se do Governo Collor usando a influência, para vender até telefone. Telefonava para os prefeitos do interior de Alagoas e dizia que era interesse do Estado, ganhou muito dinheiro, depois contratou; isso ele quis fazer no plano federal, mas era alheio, justiça seja feita, e não se pegou nada de corrupção. A esposa dele, uma boa brasileira, humilde – talvez envolvida em determinados processos da LBA e um Fiat Elba. Mas insignificante, tanto que foi absolvido pelo STF. Agora o de hoje é muito mais vergonhoso. Assisti, Senador Geraldo Mesquita, no chão, o dia todo, ao depoimento e à votação da Câmara Federal.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – E um dos maiores homens públicos que passou por este Parlamento, Luís Eduardo Magalhães, teve coragem e hombridade para defender Collor. Agora não tem. Quem vai defender essa quadrilha? Isso é a mais vergonhosa nódoa da História do Brasil.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Obrigado, Senador Mão Santa. Fiz referência a esse discurso de 2003 exatamente porque não é correto isentar o Presidente da República em responsabilidade, ele é o maior responsável.

Veja, Senador Geraldo Mesquita Júnior, um trecho desse discurso. Esta é a estratégia da corrupção nos governos. Os “corruptólogos” indicam secretários, indicam diretores, ocupam cargos nos quais se trabalha com recursos públicos e, a partir desses cargos, arrecadam em benefício próprio, a pretexto de se ar-



recadar, muitas vezes, em benefício das campanhas eleitorais” – trecho do discurso de 2003.

O Presidente da República foi avisado pelo Deputado Roberto Jefferson e pelo Governador Marconi Perillo\*. Em Brasília, todos nós sabíamos da existência disso. O relator da CPI diz isso aqui. O Deputado Osmar Serraglio, relator da CPI, meu amigo, afirma: “Vamos ver acontecer o que aconteceu com o Collor” – o deputado se refere ao processo de *impeachment* que culminou com a cassação do ex-Presidente Fernando Collor de Mello\*. O relator afirma que Lula foi omissos ao tratar das denúncias de corrupção, sobretudo quanto ao “mensalão” sobre o qual o presidente foi alertado pelo governador de Goiás, Marconi Perillo, e pelo Deputado Roberto Jefferson. Na opinião de Serraglio,

se forem comprovadas a existência do “mensalão” e a conivência do governo petista com essa irregularidade, vários deputados serão cassados e aí “vamos ver acontecer o que aconteceu com o Collor”.

Espero que essa postura do relator, o Deputado Osmar Serraglio, revelada em entrevista no Paraná, que é a sua base eleitoral, possa nos animar a acreditar que a tentativa do governo de manipular a CPI dos Correios será frustrada. Se o relator sustentar essa independência, essa postura ativa, certamente poderemos investigar com eficiência e profundidade e oferecer um diagnóstico completo dessa crise para que a responsabilização dos envolvidos possa se dar de forma exemplar.

# Ata da 88ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 22 de junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Tião Viana, Efraim Morais, Romeu Tuma e da Srª Heloísa Helena

(Às 14 Horas, Acham-se Presentes  
as Sr<sup>tes</sup> e os Srs. Senadores.)

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 22/6/2005 07:41:00 até 22/6/2005 21:42:12

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE		X
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X
Bloco-PT	PA	ANA JULIA CAREPA		X
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE		X
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X
PFL	BA	CÉSAR BORGES		X
Bloco-PT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X
Bloco-PT	MS	DELCLÍDIO AMARAL		X
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X
PFL	PB	EFRAIM MORAIS		X
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X
PTB	RN	FERNANDO BEZERRA		X
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS		X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO		X
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR		X
PMDB	ES	GERSON CAMATA		X
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X
PMDB	MG	HÉLIO COSTA		X
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES		X
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES		X
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA		X
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE		X
PFL	MT	JONAS PINHEIRO		X
PFL	SC	JORGÉ BORNHAUSEN		X
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO		X
PFL	PE	JOSÉ JORGE		X
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO		X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA		X
PSDB	SC	LEONEL PAVAN		X
PSDB	GO	LUCIA VANIA		X
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X
	MT	LUIZ SOARES		X
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA		X
PMDB	GO	MAGUITO VILELA		X
PMDB	PI	MÃO SANTA		X
PFL	PE	MARCO MACIEL		X
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X
PMDB	MA	MAURO FECURY		X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI		X
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR		X
PDT	PR	OSMAR DIAS		X
PMDB	AP	PAPALÉO PAES		X
Bloco-PPS	CE	PATRÍCIA SABOYA GOMES		X
PFL	DF	PAULO OCTAVIO		X
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE		X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS		X
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO		X
PFL	BA	RODOLPHO TOURINHO		X
PFL	SP	ROMEU TUMA		X
PMDB	RJ	SÉRGIO CABRAL		X
PSDB	PE	SÉRGIO GUERRA		X
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X
Bloco-PT	MT	SERYS SLHESSARENKO		X
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO		X
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X
Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA		X
PP	DF	VALMIR AMARAL		X
PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ		X

**Compareceram: 72 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 72 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 229, DE 2005**

**Dispõe sobre a autenticidade e o valor jurídico e probatório de documentos produzidos, emitidos ou recebidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, por meio eletrônico.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os documentos produzidos, emitidos ou recebidos por órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como pelas empresas públicas, por meio eletrônico ou similar, têm o mesmo valor jurídico e probatório, para todos os fins de direito, que os produzidos em papel ou em outro meio físico reconhecido legalmente, desde que assegurada a sua autenticidade e integridade.

Parágrafo único. A autenticidade e integridade serão garantidas pela execução de procedimentos lógicos, regras e práticas operacionais estabelecidas pelo Poder Público, na forma que dispõe a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Art. 2º A cópia, traslado ou transposição de documento em papel ou em outro meio físico para o meio eletrônico somente terá validade se observados os requisitos estabelecidos nesta Lei e em seu regulamento.

Art. 3º A reprodução em papel ou em outro meio físico de documento eletrônico somente terá validade jurídica se autenticada na forma do regulamento.

Art. 4º O documento eletrônico a que se refere esta lei deverá ser acessível, legível e interpretável segundo os padrões correntes em tecnologia da informação.

Art. 5º Fica autorizado o arquivamento por meio magnético, óptico, eletrônico ou similar, de documentos públicos ou particulares.

Art. 6º Atendido o disposto nesta lei, os documentos arquivados na forma do artigo anterior, assim como suas certidões, traslados e cópias obtidas diretamente dos respectivos arquivos, em meio magnético, óptico, eletrônico ou similar, produzirão, para

todos os fins de direito, os mesmos efeitos legais dos documentos originais.

Art. 7º O arquivamento deverá garantir a integridade e autenticidade dos documentos, assegurando, ainda, que:

I – sejam acessíveis e que os respectivos dados e informações possam ser lidos e interpretados no contexto em que devam ser utilizados;

II – permaneçam disponíveis para consultas posteriores;

III – sejam preservados no formato em que foram originalmente produzidos.

Art. 8º O sistema de arquivamento na forma autorizada por esta lei deverá ainda:

I – manter equipamentos de computação necessários para a recuperação e a exibição dos dados arquivados, durante o prazo em que as respectivas informações permanecerem úteis;

II – dispor de métodos e processos racionais de busca e trilhas de auditoria;

III – conter dispositivos de segurança contra acidentes e emergências, capazes de evitar a destruição ou qualquer dano que impossibilite o acesso aos dados arquivados ou em processo de arquivamento.

Art. 9º Os documentos em papel ou em outro meio físico e que tenham sido arquivados em meio magnético, óptico, eletrônico ou similar poderão, a critério da autoridade competente, ser eliminados por incineração, destruição mecânica ou outro processo adequado para este fim.

§ 1º A eliminação a que se refere o **caput** far-se-á mediante lavratura de termo circunstanciado, por autoridade competente.

§ 2º Os documentos de valor histórico não serão eliminados, e poderão ser arquivados em local diverso da repartição que os detenha, para sua melhor conservação.

Art. 10. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

### **Justificação**

A presente proposição tem por objetivo legitimar e autenticar o conteúdo e o trâmite eletrônico de documentos no setor público. Com efeito, hoje é corriqueiro o manuseio da veiculação de informações informatizadas. Na verdade, sem nenhum exagero, já é possível vislumbrar um futuro próximo em que o uso dos recursos eletrônicos para a transmissão de dados seja tão natural que seus usuários teriam extrema dificuldade em imaginar o mundo sem essas ferramentas. De fato, é raro hoje ver uma criança que não tenha contato ou noção destas modernas tecnologias.

Adicionado a esta evolução nas comunicações está o crescente nível de ferramentas informatizadas das relações sociais públicas e privadas. Como um exemplo bem próximo, afirmo que hoje seria inimaginável o acompanhamento dos trabalhos legislativos e o andamento das proposições sem o auxílio das redes de computadores.

Neste caminho rumo à otimização dos trabalhos e à modernidade, fazem-se necessárias e imprescindíveis as adequações legais destes novos procedimentos, entre as quais, urge a questão da validade, juridicidade e autenticidade dos documentos oficiais produzidos, veiculados e armazenados por novas tecnologias.

Trata-se, em suma, de dar valor legal ao papel eletrônico. Não são poucas as proposições que tramitam no Congresso Nacional com estes intentos, inclusive há uma de minha autoria – o PLS nº 565/99 – que valida juridicamente os documentos gravados nos chamados discos ópticos, tal como o CD e o DVD. Como esta iniciativa existem outras assemelhadas, que em geral só variam na especificação do método ou dos tipos de procedimentos. Também indo nesta mesma via, está a anunciada modernização do processo judicial, pelo menos nas Cortes Superiores, que já é conhecida como o e-processo, onde as partes, devida e justificadamente, veiculariam os elementos processuais via internet, com isso dando um grande passo rumo à simplificação e à agilização das ações judiciais, cuja lidez, é desnecessário dizer, é a grande dor de cabeça da sociedade e dos governos.

Nesta busca por melhores instrumentos que viabilizem e tornem real este sonho de modernidade, tomei conhecimento deste anteprojeto do Poder Executivo do governo anterior, que dá, a meu ver, o melhor tratamento legal e operacional ao tema. Por motivos que desconheço a matéria não prosperou, apesar de já estar institucionalizada – MP nº 2.220-2 – toda sistemática que viabilizaria estas profundas transformações na burocracia estatal. De forma que submeto a meus pares esta feliz iniciativa, para a qual solicito o apoio e a aprovação.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2005. – **Pedro Simon.**

#### LEGISLAÇÃO CITADA

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.200-2,  
DE 24 DE AGOSTO DE 2001

**Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.**

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP –Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Art. 2º A ICP-Brasil, cuja organização será definida em regulamento, será composta por uma autoridade gestora de políticas e pela cadeia de autoridades de Registro – AR.

Art. 3º A função de autoridade gestora de políticas será exigida pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, vinculado à Casa Civil da Presidência da República e composto por cinco representantes da sociedade civil, integrantes de setores interessados, designados pelo Presidente da República, e um representante de cada um dos seguintes órgãos, indicados por seus titulares:

- I – Ministério da Justiça;
- II – Ministério da Fazenda;
- III – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
- IV – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- V – Ministério da Ciência e Tecnologia;
- VI – Casa Civil da Presidência da República; e
- VII – Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

§ 1º A coordenação do Comitê Gestor da ICP-Brasil será exercida pelo representante da Casa Civil da Presidência da República.

§ 2º Os representantes da sociedade civil serão designados para períodos de dois anos, permitida a recondução.

§ 3º A participação no Comitê Gestor da ICP-Brasil é de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 4º O Comitê Gestor da ICP-Brasil terá uma Secretaria-Executiva, na forma do regulamento.

Art. 4º Compete ao Comitê Gestor da ICP-Brasil;

I – adotar as medidas necessárias e coordenar a implantação e o funcionamento da ICP-Brasil;

II – estabelecer a política, os critérios e as normas técnicas para o credenciamento das AC, das AR e dos demais prestadores de serviço de suporte à ICP-Brasil, em todos os níveis da cadeia de certificação;

III – estabelecer a política de certificação e as regras operacionais da AC Raiz:



IV – homologar, auditar e fiscalizar a AC Raiz e os seus prestadores de serviço;

V – estabelecer diretrizes e normas técnicas para a formulação de políticas de certificados e regras operacionais das AC e das AR e definir níveis da cadeia de certificação;

VI – aprovar políticas de certificados, práticas de certificação e regras operacionais, credenciar e autorizar o funcionamento das AC e das AR, bem como autorizar a AC Raiz a emitir o correspondente certificado;

VII – identificar e avaliar as políticas de ICP externas, negociar e aprovar acordos de certificação bilateral, de certificação cruzada, regras de interoperabilidade e outras formas de cooperação internacional, certificar, quando for o caso, sua compatibilidade com a ICP-Brasil, observado o disposto em tratados, acordos ou atos internacionais; e

VIII – atualizar, ajustar e revisar os procedimentos e as práticas estabelecidas para a ICP-Brasil, garantir sua compatibilidade e promover a atualização tecnológica do sistema e a sua conformidade com as políticas de segurança.

Parágrafo único. O Comitê Gestor poderá delegar atribuições à AC Raiz.

Art. 5º À AC Raiz, primeira autoridade da cadeia de certificação, executora das Políticas de Certificados e normas técnicas e operacionais aprovadas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, compete emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados das AC de nível imediatamente subsequente ao seu, gerenciar a lista de certificados emitidos, revogados e vencidos, e executar atividades de fiscalização e auditoria das AC e das AR e dos prestadores de serviço habilitados na ICP, em conformidade com as diretrizes e normas técnicas estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, e exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pela autoridade gestora de políticas.

Parágrafo único. É vedado à AC Raiz emitir certificados para o usuário final.

Art. 6º Às AC, entidades credenciadas a emitir certificados digitais vinculando pares de chaves criptográficas ao respectivo titular, compete emitir, expedir, distribuir, revogar e gerenciar os certificados, bem como colocar à disposição dos usuários listas de certificados revogados e outras informações pertinentes e manter registro de suas operações.

Parágrafo único. O par de chaves criptográficas será gerado sempre pelo próprio titular e sua chave privada de assinatura será de seu exclusivo controle, uso e conhecimento.

Art. 7º Às AR, entidades operacionalmente vinculadas a determinada AC, compete identificar e cadastrar usuários na presença destes, encaminhar so-

licitações de certificados às AC e manter registros de suas operações.

Art. 8º Observados os critérios a serem estabelecidos pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil, poderão ser credenciados como AC e AR os órgãos e as entidades públicas e as pessoas jurídicas de direito privado.

Art. 9º É vedado a qualquer AC certificar nível diverso do imediatamente subsequente ao seu, exceto nos casos de acordos de certificação lateral ou cruzada, previamente aprovados pelo Comitê Gestor da ICP-Brasil.

Art. 10. Consideram-se documentos públicos ou particulares, para todos os fins legais, os documentos eletrônicos de que trata esta Medida Provisória.

§ 1º As declarações constantes dos documentos em forma eletrônica produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 – Código Civil.

§ 2º O disposto nesta Medida Provisória não obsta a utilização de outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, inclusive os que utilizem certificados não emitidos pela ICP-Brasil, desde que admitido pelas partes como válido ou aceito pela pessoa a quem for oposto o documento.

Art. 11. A utilização de documento eletrônico para fins tributários atenderá, ainda, ao disposto no art. 100 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1996 – Código Tributário Nacional

Art. 12. Fica transformado em autarquia federal, vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, com sede e foro no Distrito Federal.

Art. 13. O ITI é a Autoridade Certificadora Raiz da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira.

Art. 14. No exercício de suas atribuições, o ITI desempenhará atividade de fiscalização, podendo ainda aplicar sanções e penalidades, na forma da lei.

Art. 15. Integração e estrutura básica do ITI uma Presidência, uma Diretoria de Tecnologia da Informação, uma Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas e uma Procuradoria-Geral.

Parágrafo único. A Diretoria de Tecnologia da Informação poderá ser estabelecida na cidade de Campinas, no Estado de São Paulo.

Art. 16. Para a consecução dos seus objetivos, o ITI poderá, na forma da lei, contratar serviços de terceiros.

§ 1º O Diretor-Presidente do ITI poderá requisitar, para ter exercício exclusivo na Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas, por período não superior a um ano, servidores, civis ou militares, e empregados de órgãos e entidades integrantes da Administração

Pública Federal direta ou indireta, quaisquer que sejam as funções a serem exercidas.

§ 2º Aos requisitados nos termos deste artigo serão assegurados todos os direitos e vantagens a que se façam jus no órgão ou na entidade de origem, considerando-se o período de requisição para todos os efeitos da vida funcional, como efetivo exercício no cargo, posto, graduação ou emprego que ocupe no órgão ou na entidade de origem.

Art. 17. Fica o Poder Executivo autorizado a transferir para o ITI:

I – os acervos técnico e patrimonial, as obrigações e os direitos do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação do Ministério da Ciência e Tecnologia;

II – remanejar, transpor, transferir, ou utilizar, adotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2001, consignadas ao Ministério da Ciência e Tecnologia, referentes às atribuições do órgão ora transformado, mantida a mesma classificação orçamentária, expressa por categoria de programação em seu menor nível, observado o disposto no § 2º do art. 3º da Lei nº 9.995, de 25 de julho de 2000, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de defesa, fontes de recursos, modalidades de aplicação e identificadores de uso.

Art. 18. Enquanto não for implantada a sua Procuradoria Geral o ITI será representado em juízo pela Advocacia Geral da União.

Art. 19. Ficam convalidados os atos praticados com base na Medida Provisória nº 2.200-1, de 27 de julho de 2001.

Art. 20. Esta Medida Provisória entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de agosto de 2001; 180º da Independência e 113º da República.

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 565, DE 1999**

**Atribui valor jurídico a gravação de documentos em disco óptico e dá outras providências.**

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)*

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 230, DE 2005**

**Dispõe que os crimes de corrupção na Administração Pública são inafiançáveis e imprescritíveis.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A prática de ato de corrupção, em qualquer nível do Serviço Público, punida nos termos dos artigos 317 e 333, do Decreto nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal Brasileiro, constitui crime inafiançável e imprescritível.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### **Justificação**

A corrupção não é um fenômeno exclusivo de uma sociedade ou de um momento de seu desenvolvimento, mas o Brasil vive, possivelmente, a sua maior crise de moralidade e todos concordam que, não fosse por isso, ele estaria já inserido no quadro dos países “do primeiro mundo”.

A cultura de corromper e ser corrompido, atualmente, atinge níveis alarmantes no âmbito das atividades da Administração Pública, em todos os níveis, podendo ser diagnosticada como uma das maiores, senão a maior, causa das desigualdades sociais e da miséria que afetam a grande parcela da população brasileira.

Não constitui novidade para qualquer brasileiro o fato de que quantias absurdas de dinheiro público são desviadas e desperdiçadas diariamente nos três níveis da Administração Pública, mediante práticas de improbidade administrativa, designativo técnico para a chamada corrupção administrativa, tais como a obtenção de vantagens patrimoniais indevidas às expensas do erário, o exercício nocivo das funções e empregos públicos, a concussão e o clientelismo, o tráfico de influência, o favorecimento de poucos em detrimento dos interesses da sociedade mediante a concessão de obséquios e privilégios ilícitos, entre outros.

No entanto, o mais grave é o fato de que políticos e administradores públicos desrespeitam a lei, praticam sucessivos atos de improbidade, e a sociedade, historicamente, não os assistiu serem efetivamente punidos nem na esfera administrativa nem na esfera judicial, criminal ou civil.

Beneficiando-se dos emperrados mecanismos dos órgãos judicantes, o corrupto consegue favorecer-se das leis envelhecidas, anacrônicas, utiliza as brechas legais e obtém em seu favor sucessivos recursos protelatórios, o que, comumente, leva à prescrição das ações intentadas pelo Estado contra ele.

Livra-se, de todo modo, de qualquer punição, e pode usufruir com tranqüilidade dos bens e do dinheiro que auferiu criminosamente pelo desvio de sua conduta pública.

Daí a importância de se inserir no ordenamento jurídico brasileiro, relativamente aos crimes de corrupção ativa ou passiva, as figuras da inafiançabilidade

e da imprescritibilidade, como forma de tomar-se a lei mais rigorosa e atual em seu alcance e efetividade.

Sala da Comissão, 22 de junho de 2005. – Senador **Hélio Costa**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 2.848,  
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940

### Código Penal.

#### Corrupção passiva

Art. 317. Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12-11-2003)

§ 1º A pena é aumentada de um terço, se, em consequência da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou deixa de praticar qualquer ato de ofício ou o pratica infringindo dever funcional.

§ 2º Se o funcionário pratica, deixa de praticar ou retarda ato de ofício, com infração de dever funcional, cedendo a pedido ou influência de outrem:

Pena – detenção, de três meses a um ano, ou multa, de quatrocentos mil réis a dois contos de réis.

#### Corrupção ativa

Art. 333. Oferecer ou prometer vantagem indevida a funcionário público, para determiná-lo a praticar, omitir ou retardar ato de ofício:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 10.763, de 12-11-2003).

Parágrafo único. A pena é aumentada de um terço, se, em razão da vantagem ou promessa, o funcionário retarda ou omite ato de ofício, ou o pratica infringindo dever funcional.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 231, DE 2005

**Confere isenção do pagamento de foro e taxas de ocupação, relativos aos terrenos de marinha e acrescidos, aos templos de qualquer culto e às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º São isentos do pagamento de foros e taxas de ocupação, referentes a terrenos de marinha e seus acrescidos, os templos de qualquer culto e as instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos.

§ 1º Para os efeitos desta lei, entendem-se como templos de qualquer culto àquelas edificações destinadas a celebração de quaisquer formas racionalmente possíveis de manifestação organizada de religiosidade.

§ 2º Para os fins aqui considerados, são instituições de educação sem fins lucrativos as entidades de caráter permanente, públicas ou privadas, que atuem no campo educacional, na forma do art. 205 da Constituição.

§ 3º As instituições de assistência social sem fins lucrativos devem ser entendidas como aquelas que secundam o Estado na realização do bem comum, avocando suas atribuições típicas, de modo a auxiliá-lo a promover o pleno desenvolvimento das pessoas para o exercício da cidadania, através do fornecimento de meios materiais e intelectuais próprios.

Art. 2º A entidade titular do benefício deverá requerê-lo anualmente, na pessoa de seu representante legal, perante a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) da respectiva circunscrição.

Parágrafo único. O requerimento para a concessão do benefício deverá ser instruído com documentos que comprovem tratar-se o requerente de quaisquer das entidades mencionadas nos §§ do artigo anterior.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

#### Justificação

Este projeto de lei foi idealizado pelo acadêmico de Direito das Faculdades Integradas de Vitória (FDV) e estagiário concursado do Ministério Público Federal Gabriel Quintão Coimbra, que tem se dedicado ao estudo do instituto jurídico dos terrenos de marinha e seus acrescidos.

Primeiramente, cumpre destacar que os templos de qualquer culto são munes á tributação por meio de impostos, a teor do art. 150, VI, **b**, da Constituição da República.

Trata-se, por óbvio, de irradiação do princípio da liberdade de crença e prática religiosa, consagrados no art. 5º, VI a VIII da Carta Magna, os quais preceituam:

Nesse sentido, nenhum óbice há de ser criado para impedir ou dificultar o direito a liberdade religiosa, conquista constitucional que reflete a maturidade de um povo, vez que consiste em verdadeiro corolário da

liberdade de pensamento e manifestação. É por este motivo que o legislador constituinte de 1988 elencou no rol de limitações ao poder de tributar do estado a proibição de instituir-se impostos sobre templos de qualquer culto, que consiste em garantia outorgada ao contribuinte e, via de consequência, integra o núcleo intangível (cláusulas pétreas).

Em suma: os foreiros e ocupantes estão mais vulneráveis ao poder arrecadatório do estado, vez que despidos de garantias constitucionais próprias do direito tributário, construídas ao longo da afirmação história dos direitos humanos.

Com efeito, faz-se necessário conferir-se isenção aos templos de qualquer culto, edificadas sobre imóveis de marinha ou acrescidos, do pagamento de foros e taxas de ocupação, numa reafirmação dos postuladas da liberdade de crença e prática religiosa.

Ademais, é forçoso admitir-se a relevância social dessas instituições, que não raras vezes são responsáveis por inúmeros projetos assistenciais, suprimindo a ausência ou insuficiência do Poder Público em áreas essenciais ao pleno desenvolvimento do ser humano, tais como saúde, educação, cultura, dentre outras.

É inconcebível que a 1ª Igreja Presbiteriana de Vitória/Espírito Santo, por exemplo, seja compelida ao pagamento anual de R\$4.318,00 (quatro mil trezentos e dezoito reais), a título de taxa de ocupação, pelo simples fato de estar edificada sobre terreno de propriedade da União, sem nenhuma contraprestação em serviços públicos.

Tal situação está a demonstrar o descompasso da sistemática legal disciplinadora dos terrenos de marinha e acrescidos com o arcabouço jurídico, constitucional brasileiro, que determinou de forma peremptória a separação do Estado e da Igreja (Estado Laico), ao mesmo tempo em que assegurou a plena liberdade religiosa e o livre exercício dos cultos, protegendo-os de indevida ingerência estatal.

Por derradeiro, registre-se que a expressão “templos de qualquer culto” deve ser objeto de um exegese extensiva, abrangendo em seu âmbito todas as edificações destinadas à celebração de quaisquer formas racionalmente possíveis de manifestação organizada de religiosidade.

O art. 205 da Carta Magna estabelece ser a educação direito de todos e dever do Estado.

Deste modo, tem-se que o Constituinte erigiu a educação como valor fundamental, apto a proporcionar o progresso do povo e o aprimoramento do Estado. Neste contexto, em se tratando de interesse social de extrema valia e cômulo das limitações do aparato estatal, a Constituição permitiu que o ensino fosse ministrado também por meio de instituições privadas.

Para favorecer esta cooperação com o Estado, no sentido de auxiliar-lhe a promover o pleno desenvolvi-

mento das pessoas mediante real acesso à educação, é que a Carta Republicana instituiu a imunidade de impostos para as instituições de educação sem fins lucrativos.

Ressalte-se que a expressão “sem fins lucrativos” não está a exigir a gratuidade na prestação deste serviço como requisito essencial para que a entidade seja alcançada pela referida hipótese de imunidade tributária. Se com o produto da arrecadação de mensalidades dos alunos a instituição de educação limita-se a manter sua estrutura material e de recursos humanos, de acordo com as leis de mercado. Portanto, este mesmo raciocínio há de ser aplicado para a presente proposição legislativa, cujo objetivo é isentar do pagamento de foros e taxas de ocupação tais entidades educacionais.

Assim, em face do relevante papel desempenhado pelas instituições de educação sem fins lucrativos, no resguardo da formação didático-cultural de um povo, valor que integra o chamado interesse público primário (interesse da coletividade), faz-se mister prestigiar a sua atuação, isentando do pagamento de foros e taxas de ocupação aquelas edificadas sobre áreas de marinha ou acrescidos.

A aprovação deste Projeto de Lei consistirá em mais um incentivo para que as pessoas privadas mantenham entidades deste porte, suprimindo a insuficiência do Estado na seara educacional, bem como preservará o exercício de suas atividades da desnecessária intromissão estatal.

As instituições de assistência social sem fins lucrativos também desempenham papel de destaque na sociedade, secundando o estado na realização do bem comum. É dizer, avocam atribuições estatais típicas, como o fazem as Santas Casas de Misericórdia, que prestam assistência médico-hospitalar gratuita a pessoas carentes.

Sem dúvida, o substrato ético vislumbrado no citado dispositivo é o reconhecimento de que tais instituições auxiliam na consecução dos fundamentos e objetivos da República Federativa do Brasil, notadamente no resgate da dignidade humana; na construção de uma sociedade livre, justa e solidária; na erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais e regionais e na promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Donde depreende-se que a aprovação desta proposição legislativa afigura-se uma forma de reconhecer o relevante papel que vem sendo desempenhado pelas instituições assistenciais sem fins lucrativos no país, bem assim estimular a proliferação destas entidades com vistas à superação das notórias deficiências do Poder Público nos setores sociais.



Diante desses argumentos, espero contar com o apoio dos ilustres membros desta Casa para ver aprovada a presente proposição, que, sem dúvida, prestigiará valores fundamentais tutelados pela ordem jurídica, conforme restou exaustivamente comprovado no decorrer desta exposição.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2005. – Senador **Gerson Camata**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

#### CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....  
Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....  
VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e suas liturgias;

VII – é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

.....  
Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

.....  
VI – instituir impostos sobre:

.....  
**b) templos de qualquer culto;**

.....  
Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

.....  
*(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa.)*

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 232, DE 2005

#### Altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 8.730, de 10 de novembro de 1993, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 13 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, bem como de prévia autorização de quebra de seu sigilo bancário, a fim de serem arquivadas no Serviço Pessoal Competente.

.....  
§ 5º A autorização para quebra de sigilo que dispõe o **caput** deste artigo ficará arquivada na unidade de pessoal do órgão de lotação do servidor ou autoridade e poderá ser disponibilizada, para fins de investigação, à Receita Federal; às autoridades judiciais; às comissões previstas no § 3º do art. 58 da Constituição Federal.

I – A Receita Federal somente poderá solicitar a prévia autorização de que trata o **caput** deste artigo, por meio de ofício a ser subscrito pelo detentor do cargo de Secretário da Receita Federal, não cabendo delegação.

II – À autoridade judicial somente poderá ser entregue a prévia autorização por meio de requerimento judicial;

III – Às comissões previstas no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, poderá ser entregue a referida autorização de quebra de sigilo, na forma de seus regulamentos internos.

Art. 2º O art. 1º da Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º É obrigatória a apresentação de declaração de bens, com a indicação das fontes de renda, bem como prévia autorização de quebra de seu sigilo bancário, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo emprego ou função, por parte das autoridades e servidores públicos adiante indicados:

.....  
§ 3º A cópia da declaração de bens constante do **caput** deste artigo deverá ser entregue anualmente à Unidade de Pessoal do órgão ou entidade a que se vinculem, conforme o disposto na Instrução Normativa TCU nº 005, de 10 de março de 1994, e ao término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo.

§ 4º A autorização de quebra de sigilo citada no **caput** deste artigo ficará arquivada na unidade de pes-

soal do órgão de lotação do servidor ou autoridade e poderá ser disponibilizada, para fins de investigação, à Receita Federal; às autoridades judiciais; às comissões previstas no § 3º do art. 58 da Constituição Federal.

I – A Receita Federal somente poderá solicitar a prévia autorização de que trata o **caput** deste artigo, por meio de ofício a ser subscrito pelo detentor do cargo de Secretário da Receita Federal, não cabendo delegação.

II – À autoridade judicial poderá ser entregue a prévia autorização por meio de requerimento judicial;

III – Às comissões previstas no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, poderá ser entregue a referida autorização de quebra de sigilo, na forma de seus regulamentos internos.

Art. 3º Ficam também obrigadas a disponibilizarem seus sigilos bancários:

I – Entidades sem fins lucrativos e seus dirigentes, quando estas receberem recursos públicos, constituindo-se o disposto no caput desce artigo em documento imprescindível para a celebração de convênios, contratos, ou termos de parceria;

II – Empresas fornecedoras e prestadoras de serviços a quaisquer órgãos da União.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo ficará arquivada no órgão concedente dos recursos e poderá ser disponibilizada, para fins de investigação, à Receita Federal; às autoridades judiciais; às comissões previstas no § 3º do art. 58 da Constituição Federal.

I – A Receita Federal somente poderá solicitar a prévia autorização de que trata o caput deste artigo, por meio de ofício a ser subscrito pelo detentor do cargo de Secretário da Receita Federal, não cabendo delegação.

II – À autoridade judicial poderá ser entregue a prévia autorização por meio de requerimento judicial;

III – Às comissões previstas no § 3º do art. 58 da Constituição Federal, poderá ser entregue a referida autorização de quebra de sigilo, na forma de seus regulamentos internos.

Art. 4º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

### Justificação

Os fatos de corrupção envolvendo servidores públicos, autoridades e políticos têm se tornado recorrente no país. Em parte isto demonstra uma maior fiscalização, tanto dos órgãos públicos competentes quanto da imprensa, mas também evidencia uma prática a ser coibida em todas as esferas de poder.

A pré-disponibilização do sigilo bancário quando da posse ou entrada em exercício do servidor ou au-

toridade é um meio de inibir possíveis futuros desvios de conduta uma vez que a Receita Federal, ao efetuar o cruzamento das informações fiscais declaradas anualmente com o montante da Contribuição sobre Movimentação Financeira poderá solicitar ao órgão de lotação do servidor ou autoridade a autorização previamente dada para a quebra do sigilo bancário deste a fim de proceder à investigação e, se for o caso, instaurar o devido processo administrativo e/ou judicial. Da mesma forma a autoridade judicial e as Comissões Parlamentares de Inquérito.

As entidades e empresas que se relacionam com órgãos governamentais, neste contexto, vêm sendo apontadas como as corruptoras do processo e, portanto, poderão também ser investigadas por estes entes fiscalizadores.

No caso das entidades, o intuito do projeto é impedir o desvio de recursos públicos recebidas para a assistência social, crime, ao meu ver, dos mais repugnantes, uma vez que tira um benefício que é destinado aos mais carentes e desprotegidos socialmente.

Finalmente, apresento aos meus ilustres pares o Projeto de Lei em tela para que Vossas Excelências possam, à luz de seus conhecimentos, aprimorá-lo.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2005. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

### LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 8.429, DE 2 DE JUNHO DE 1992

**Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

.....

### CAPÍTULO IV

#### Da Declaração de Bens

Art. 13. A posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

§ 1º A declaração compreenderá imóveis, móveis, semoventes, dinheiro, títulos, ações, e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais, localizado no País ou no exterior, e, quando for o caso, abrangerá

os bens e valores patrimoniais do cônjuge ou companheiro, dos filhos e de outras pessoas que vivam sob a dependência econômica do declarante, excluídos apenas os objetos e utensílios de uso doméstico.

§ 2º A declaração de bens será anualmente atualizada e na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, cargo, emprego ou função.

§ 3º Será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, o agente público que se recusar a prestar declaração dos bens, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa.

§ 4º O declarante, a seu critério, poderá entregar cópia da declaração anual de bens apresentada à Delegacia da Receita Federal na conformidade da legislação do Imposto sobre a Renda e proventos de qualquer natureza, com as necessárias atualizações, para suprir a exigência contida no **caput** e no § 2º deste artigo.

.....  
LEI Nº 8.730, DE 10 DE NOVEMBRO DE 1993

**Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e dá outras providências.**

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É obrigatória a apresentação de declaração de bens, com indicação das fontes de renda, no momento da posse ou, inexistindo esta, na entrada em exercício de cargo, emprego ou função, bem como no final de cada exercício financeiro, no término da gestão ou mandato e nas hipóteses de exoneração, renúncia ou afastamento definitivo, por parte das autoridades e servidores públicos adiante indicados:

- I – Presidente da República;
- II – Vice-Presidente da República;
- III – Ministros de Estado;
- IV – membros do Congresso Nacional;
- V – membros da Magistratura Federal;
- VI – membros do Ministério Público da União;
- VII – todos quantos exerçam cargos eletivos e

cargos, empregos ou funções de confiança, na administração direta, indireta e fundacional, de qualquer dos Poderes da União.

§ 1º A declaração de bens e rendas será transcrita em livro próprio de cada órgão e assinada pelo declarante;

§ 2º O declarante remeterá, **incontinenti**, uma cópia da declaração ao Tribunal de Contas da União, para o fim de este:

I – manter registro próprio dos bens e rendas do patrimônio privado de autoridades públicas;

II – exercer o controle da legalidade e legitimidade desses bens e rendas, com apoio nos sistemas de controle interno de cada Poder;

III – adotar as providências inerentes às suas atribuições e, se for o caso, representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

IV – publicar, periodicamente, no **Diário Oficial** da União, por extrato, dados e elementos constantes da declaração;

V – prestar a qualquer das Câmaras do Congresso Nacional ou às respectivas Comissões, informações solicitadas por escrito;

VI – fornecer certidões e informações requeridas por qualquer cidadão, para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou à moralidade administrativa, na forma da lei.

.....  
*(À Comissão de Constituição, justiça e cidadania, em decisão terminativa.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência convoca sessão solene conjunta a realizar-se no dia 10 de agosto do corrente ano, quarta-feira, às 11 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à promulgação da **Emenda Constitucional nº 47, de 2005**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– A Presidência convoca ainda sessão conjunta a realizar-se quarta-feira, dia 29 do corrente, às 20 horas, no plenário da Câmara dos Deputados, destinada à leitura de expedientes.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

– **Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2003**, de autoria do Senador Roberto Saturnino, que *dispõe sobre a destinação a ser dada aos valores relativos às cotas de fundos de investimento em títulos e valores mobiliários representativas de fundos fiscais criados pelo Decreto-Lei nº 157, de 10 de fevereiro de 1967, não resgatadas por seus respectivos titulares*;

– **Projeto de Lei do Senado nº 24, de 2004**, de autoria do Senador Romeu Tuma, que *altera o art.*

57 da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, para obrigar a que as bulas de medicamentos sejam impressas com letras cujas dimensões permitam a leitura fácil;

– **Projeto de Lei do Senado nº 282, de 2004**, de autoria do Senador Delcídio Amaral, que institui o Dia Nacional de Combate à Psoríase; e

– **Projeto de Lei do Senado nº 298, de 2004**, de autoria do Senador Aloizio Mercadante, que acrescenta alínea ao § 3º do art. 18 da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, para estender o benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema em municípios com menos de cem mil habitantes.

Tendo sido aprovados terminativamente pelas Comissões de Assuntos Econômicos, de Assuntos Sociais e de Educação, os Projetos vão à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, § 3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso no sentido da apreciação, pelo Plenário, do **Projeto de Decreto Legislativo nº 160, de 2005** (nº 1.238, de 2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Clube do Pará PRC-5 Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda tropical na cidade de Belém, Estado do Pará.

Tendo sido aprovada terminativamente pela Comissão de Educação, a matéria vai à promulgação.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

Of. nº 570/05 – BLP

Brasília, 15 de junho de 2005

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a V. Exª que o Bloco PL/PSL indica, como titular, o Deputado Inaldo Leitão (PL/PB), e este Líder, como suplente, para integrarem a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar as causas e conseqüências de denúncias de atos delituosos praticados por agentes públicos nos Correios – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Sendo o que se apresenta para o momento, reitero ao ilustre Presidente meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Sandro Mabel**, Líder do Bloco PL/PSL.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

OF/LID/Nº 259/2005

Brasília, 21 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o deputado Cezar Silvestri – PR, para ocupar a vaga de titular, em substituição ao meu nome, na Comissão Mista de Orçamento.

Atenciosamente, – Deputado **Dimas Ramalho**, Líder.

Ofício nº 064/05

Brasília, 22 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador César Borges pelo Senador Paulo Octavio, como titular na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito destinada a apurar os crimes e outros delitos penais e civis praticados com a imigração ilegal de brasileiros para os Estados Unidos e outros países, e assegurar os direitos de cidadania aos brasileiros que vivem no exterior.”

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria

Ofício nº 065/05

Brasília, 22 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador Romeu Tuma pelo Senador César Borges, como suplente na Comissão Mista Parlamentar de Inquérito da Reforma Agrária e Urbana.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Serão feitas as substituições solicitadas.

Sobre a mesa, pareceres que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 1.020, DE 2005**

**Da Comissão de Constituição Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, de autoria do senador Sérgio Cabral, que acrescenta dois artigos à Lei nº 8.987, Lei da Concessão e Permissão de prestação de serviços públicos, que impedem que concessionárias e permissionárias**



**de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor e que efetivem na cobrança da conta mensal diferenças relativas a contas já pagas e dá outras providências.**

Relator: Senador **Antonio Carlos Magalhães**

**I – Relatório**

Nos termos regimentais, vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o anexo Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, que tem por objetivo vedar às empresas concessionárias e permissionárias de serviço público a interrupção da prestação de serviço ou do fornecimento de bens sem prévio aviso ao consumidor, e, ainda, obstar que consignem na conta mensal diferenças de tarifas relativas a períodos anteriores.

Alega o ilustre autor que o consumidor não pode ficar privado do fornecimento de bens e serviços essenciais, como, dentre outros, gás, energia elétrica e água, que, pela sua essencialidade, necessitam de proteção maior da lei. E necessário que se dê ao usuário prazo razoável para quitar eventuais débitos, demonstrar que já pagou sua conta ou, ainda, pedir parcelamento.

Outro ponto importante a justificar sua pretensão diz com a prática das concessionárias de fazerem medições por amostragem durante vários meses, vindo, de repente, incluir em um único mês os valores atual e as diferenças verificadas em relação a meses anteriores. Tal procedimento pode até ser conveniente para a empresa concessionária, como forma de redução de custos, mas causa tremendo impacto na renda dos trabalhadores, sendo, as mais das vezes, o motivo de muitas inadimplências, sobretudo para a população de baixa renda.

**II – Análise**

A prestação de serviços públicos é dever indeclinável do Poder Público, quer diretamente, quer através de interpostas pessoas, como as concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

Nosso Estatuto Fundamental dispõe sobre essa matéria em seu art. 175, onde se lê:

Art. 175. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente o sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de servos públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de ca-

ducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II – os direitos dos usuários;

III – política tarifária;

IV – a obrigação de manter serviço adequado.

Em atendimento ao mandamento constitucional, fbi editada a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 1º e parágrafo único).

No ponto que diz com a proposição em exame, a chamada Lei das Concessões assim dispõe:

Art. 6º .....

§ 3º Não se caracteriza como descon-tinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso quando:

I – motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;

II – por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Cumpre observar, desde logo, que já existe previsão legal para a obrigatoriedade de aviso prévio para a interrupção de fornecimento de bens ou da prestação de serviço nas duas hipóteses previstas nos incisos do art. 6º acima transcritos. Apenas não há na lei estipulação de prazo para esse aviso, daí as justas ponderações do nobre autor do projeto.

Quanto ao outro aspecto da proposição, também tem razão o proponente, pois pode até ser útil para as concessionárias a prática de medições periódicas, mas esse proceder não deve acarretar dificuldades para os consumidores.

De notar, ainda, que a referida Lei das Concessões é norma de caráter nacional, destinando-se a todas as esferas de poder da Federação, de sorte que é desnecessária e reafirmação desse fato em outras de suas partes.

Por tais razões e fundamentos, evidencia-se que a proposta carece de alguns aperfeiçoamentos, especialmente quanto à definição de prazos mínimos para a adoção de providências sancionatórias por parte das concessionárias.

**III – Voto**

Nessa perspectiva, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, na forma do Substitutivo oferecido como conclusão do Voto em Separado do Senador Fernando Bezerra:

**EMENDA Nº 1 CCJ (SUBSTITUTIVO)**

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2003**

**Altera a Lei nº 8.987/95 (Lei de concessão e permissão da prestação de serviços públicos) e a Lei nº 9.472/97 (Lei Geral de Telecomunicações) para impedir que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor; disciplina a cobrança de diferenças relativas a débitos anteriores, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 6º .....

§ 4º Se o inadimplemento do consumidor decorrer de falta de pagamento da conta mensal dos serviços, o prévio aviso da interrupção deverá ser feito por escrito, com prazo mínimo de quinze dias de antecedência. (NR)

Art. 31-A. A cobrança de valores relativos a serviços prestados em meses anteriores ao mês de referência da conta a ser paga pelo

consumidor deverá ser devidamente discriminada e em documento específico.

Parágrafo único. Ao consumidor fica garantido o direito de ser informado sobre a origem e o motivo das diferenças eventualmente cobradas, assegurando-se-lhe o pleno direito de defesa previamente ao pagamento, na forma do que dispuser a entidade responsável pela regulação do serviço.

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 3º .....

§ 1º Nos casos de suspensão do serviço prestado em regime público em virtude do não pagamento do documento de cobrança, o prévio aviso a que se refere o inciso VIII deste artigo dar-se-á no prazo mínimo de quinze dias de antecedência, assegurado ao consumidor o pleno direito de defesa previamente ao pagamento.

§ 2º A cobrança de serviços prestados feita após os prazos determinados pela agência reguladora deve ser em separado e objeto de negociação entre a prestadora e o consumidor.(NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**PROPOSIÇÃO: PLS Nº 62 DE 2003**

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 04/05/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE EVENTUAL: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	1-ROMU TUMA
CÉSAR BORGES	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE ALMEIDA LIMA	5-RODOLPHO TOURINHO
ÁLVARO DIAS	6-TASSO JEREISSATI
ARTHUR VIRGÍLIO	7-EDUARDO AZEREDO
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	8-LEONEL PAVAN
<b>BLOCO DE APOÍO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLYC <i>Presidente Eventual</i>	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
FRANCISCO PEREIRA	4-JOÃO CAPIBERIBE
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO	7-MARCELO CRIVELLA
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

EMENDA Nº 1 - CCJ (SUBSTITUTIVO)  
 PROPOSIÇÃO: PLS Nº 62, DE 2003

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL

TITULARES - BLOCO DA MINORIA (PEL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X				1 - ROMEU TUMA	X			
CÉSAR BORGES	X				2 - MARIA DO CARMO ALVES				
DEMÓSTENES TORRES	X				3 - JOSÉ AGRIPINO				
EDISON LOBÃO					4 - JORGE BORNHAUSEN				
JOSÉ JORGE					5 - RODOLPHO TOURINHO	X			
ALMEIDA LIMA					6 - TASSO JEREISSATI				
ÁLVARO DIAS					7 - EDUARDO AZEREDO				
ARTHUR VIRGÍLIO					8 - LEONEL PAVAN				
JUVENIO DA FONSECA (PDT) *	X				9 - GERALDO MESQUITA JUNIOR (PSOL) *				
TITULARES - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
ALOIZIO MERCADANTE					1 - DELCÍDIO AMARAL				
EDUARDO SUPLYCY					2 - PAULO PAIM				
FERNANDO BEZERRA					3 - SÉRGIO ZAMBIASI				
(VAGO) **					4 - JOÃO CAPIBERIBE				
IDELI SALVATTI	X				5 - SIBÁ MACHADO				
ANTONIO CARLOS VALADARES	X				6 - MOZARILDO CAVALCANTI				
SERYS SLHESARENKO	X				7 - MARCELO CRIVELLA				
TITULARES - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - PMDB	SIM	NÃO	AUTOR	ABSTENÇÃO
RAMEZ TEBET					1 - NEY SUASSUNA				
JOÃO BATISTA MOTTA					2 - LUIZ OTÁVIO				
JOSÉ MARANHÃO					3 - SÉRGIO CABRAL				
MAGUITO VILELA					4 - GERSON CAMATA	X			
AMIR LANDO					5 - LEOMAR QUINTANILHA				
PEDRO SIMON					6 - GARIBALDI ALVES FILHO				
TITULAR - PDT					SUPLENTE - PDT				
JEFFERSON PERES					1 - OSMAR DIAS				

TOTAL: 12 SIM: 10 NÃO: — ABSTENÇÃO: — AUTOR: 1 PRESIDENTE 1

*Eduardo Suplicy*  
 Senador EDUARDO SUPLYCY  
 Presidente Eventual

SALA DAS REUNIÕES, EM 04 / 05 / 2005

O VOTO DO AUTOR DA PROPOSIÇÃO NÃO SERÁ COMPUTADO, CONSIGNANDO-SE SUA PRESENÇA PARA EFEITO DE QUORUM (art. 132, § 8º, do RISF)  
 U:\CCJ\2005\Reunião\Votação nominal.doc (atualizado em 30/04/2005)

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.  
 (\*\*) O Senador Francisco Pereira deixa o exercício do cargo em 30/04/2005 em virtude de reassunção do titular.

## TEXTO FINAL

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62, DE 2003**  
**Na Comissão de Constituição,**  
**Justiça e Cidadania que:**

**Altera a Lei nº 8.987/95 (Lei de concessão e permissão da prestação de serviços públicos) e a Lei nº 9.472/97 (Lei Geral de Telecomunicações), para impedir que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor, disciplina a cobrança de diferenças relativas a débitos anteriores, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 6º.....

§ 4º Se o inadimplemento do consumidor decorrer de falta de pagamento da conta mensal dos serviços, o prévio aviso da interrupção deverá ser feito por escrito, com prazo mínimo de quinze dias de antecedência. (NR)

Art. 31-A. A cobrança de valores relativos a serviços prestados em meses anteriores ao mês de referência da conta a ser paga pelo consumidor deverá ser devidamente discriminada e em documento específico.

Parágrafo único. Ao consumidor fica garantido o direito de ser informado sobre a origem e o motivo das diferenças eventualmente cobradas, assegurando-se-lhe o pleno direito de defesa previamente ao pagamento, na forma do que dispuser a entidade responsável pela regulação do serviço.

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte alteração:

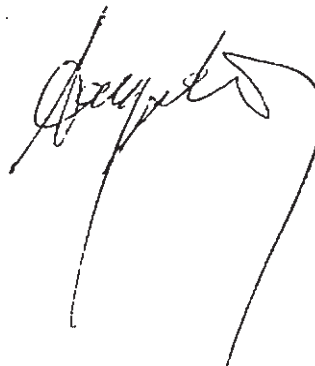
Art. 3º.....

§ 1º Nos casos de suspensão do serviço prestado em regime público em virtude do não pagamento do documento de cobrança, o prévio aviso a que se refere o inciso VIII deste artigo dar-se-á no prazo mínimo de quinze dias de antecedência, assegurado ao consumidor o pleno direito de defesa previamente ao pagamento.

§ 2º A cobrança de serviços prestados feita após os prazos determinados pela agência reguladora deve ser em separado e objeto de negociação entre a prestadora e o consumidor. (NR)

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 1º de junho de 2005. –



, Presidente

LEGISLAÇÃO CITADA  
 ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA  
 REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II – os direitos dos usuários;

III – política tarifária;

IV – a obrigação de manter serviço adequado.

LEI Nº 8.987, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1995

**Mensagem de veto**

**Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.**

Art. 1º As concessões de serviços públicos e de obras públicas e as permissões de serviços públicos reger-se-ão pelos termos do art. 175 da Constituição Federal, por esta lei, pelas normas legais pertinentes e pelas cláusulas dos indispensáveis contratos.

Parágrafo único. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a revisão e as adaptações necessárias de sua legislação às prescri-



ções desta Lei, buscando atender as peculiaridades das diversas modalidades dos seus serviços.

Art. 6º Toda concessão ou permissão pressupõe a prestação de serviço adequado ao pleno atendimento dos usuários, conforme estabelecido nesta Lei, nas normas pertinentes e no respectivo contrato.

§ 1º Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.

§ 2º A atualidade compreende a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e a sua conservação, bem como a melhoria e expansão do serviço.

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso, quando:

- I – motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações; e,
- II – por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Art. 31. Incumbe à concessionária:

I – prestar serviço adequado, na forma prevista nesta lei, nas normas técnicas aplicáveis e no contrato;

II – manter em dia o inventário e o registro dos bens vinculados à concessão;

III – prestar contas da gestão do serviço ao poder concedente e aos usuários, nos termos definidos no contrato;

IV – cumprir e fazer cumprir as normas do serviço e as cláusulas contratuais da concessão;

V – permitir aos encarregados da fiscalização livre acesso, em qualquer época, às obras, aos equipamentos e às instalações integrantes do serviço, bem como a seus registros contábeis;

VI – promover as desapropriações e constituir servidões autorizadas pelo poder concedente, conforme previsto no edital e no contrato;

VII – zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço, bem como segurá-los adequadamente; e

VIII – captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço.

Parágrafo único. As contratações, inclusive de mão-de-obra, feitas pela concessionária serão regidas pelas disposições de direito privado e pela legislação trabalhista, não se estabelecendo qualquer relação entre os terceiros contratados pela concessionária e o poder concedente.

LEI Nº 9.472, DE 16 DE JULHO DE 1997

## Regulamento

**Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e**

## outros aspectos institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995.

Art. 3º O usuário de serviços de telecomunicações tem direito:

I – de acesso aos serviços de telecomunicações, com padrões de qualidade e regularidade adequados à sua natureza, em qualquer ponto do território nacional;

II – à liberdade de escolha de sua prestadora de serviço;

III – de não ser discriminado quanto às condições de acesso e fruição do serviço;

IV – à informação adequada sobre as condições de prestação dos serviços, suas tarifas e preços;

V – à inviolabilidade e ao segredo de sua comunicação, salvo nas hipóteses e condições constitucional e legalmente previstas;

VI – à não divulgação, caso o requeira, de seu código de acesso;

VII – à não suspensão de serviço prestado em regime público, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização ou por descumprimento de condições contratuais;

VIII – ao prévio conhecimento das condições de suspensão do serviço;

IX – ao respeito de sua privacidade nos documentos de cobrança e na utilização de seus dados pessoais pela prestadora do serviço;

X – de resposta às suas reclamações pela prestadora do serviço;

XI – de peticionar contra a prestadora do serviço perante o órgão regulador e os organismos de defesa do consumidor;

XII – à reparação dos danos causados pela violação de seus direitos.

OFÍCIO Nº 127/05-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 1º de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor  
Senador Renan Calheiros  
Presidente do Senado Federal

Assunto: Substitutivo definitivamente adotado em turno suplementar

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adota definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, de autoria

do Senador Sérgio Cabral, que “Acrescenta dois artigos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 – Lei da Concessão e Permissão de prestação de serviços públicos, que impedem que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor e que efetivem na cobrança da conta mensal diferenças relativas a contas já pagas e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**DOCUMENTOS ANEXADOS PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.**

**RELATÓRIO**

Relator: Senador **Antonio Carlos Magalhães**

**I – Relatório**

Nos termos regimentais, vem ao exame desta Comissão, em decisão terminativa, o anexo Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, que tem por objetivo vedar às empresas concessionárias e permissionárias de serviço público a interrupção da prestação de serviço ou do fornecimento de bens sem prévio aviso ao consumidor, e, ainda, obstar que consignem na conta mensal diferenças de tarifas relativas a períodos anteriores.

Alega o ilustre autor que o consumidor não pode ficar privado do fornecimento de bens e serviços essenciais, como, dentre outros, gás, energia elétrica e água, que, pela sua essencialidade, necessitam de proteção maior da lei. E necessário que se dê ao usuário prazo razoável para quitar eventuais débitos, demonstrar que já pagou sua conta ou, ainda, pedir parcelamento.

Outro ponto importante a justificar sua pretensão diz com a prática das concessionárias de fazerem medições por amostragem durante vários meses, vindo, de repente, incluir em um único mês os valores atual e as diferenças verificadas em relação a meses anteriores. Tal procedimento pode até ser conveniente para a empresa concessionária, como forma de redução de custos, mas causa tremendo impacto na renda dos trabalhadores, sendo, as mais das vezes, o motivo de muitas inadimplências, sobretudo para a população de baixa renda.

**II – Análise**

A prestação de serviços públicos é dever indeclinável do Poder Público, quer diretamente, quer através

de interpostas pessoas, como as concessionárias e permissionárias de serviços públicos.

Nosso Estatuto Fundamental dispõe sobre essa matéria em seu art. 175, onde se lê:

Art. 175. Incumbe ao poder público, na forma da lei, diretamente o sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de servos públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I – o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II – os direitos dos usuários;

III – política tarifária;

IV – a obrigação de manter serviço adequado.

Em atendimento ao mandamento constitucional, foi editada a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos para a União, Estados, Distrito Federal e Municípios (art. 1º e parágrafo único).

No ponto que diz com a proposição em exame, a chamada Lei das Concessões assim dispõe:

Art 6º. ....

.....

§ 3º Não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso quando:

I – motivada por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações;

II – por inadimplemento do usuário, considerado o interesse da coletividade.

Cumpra observar, desde logo, que já existe previsão legal para a obrigatoriedade de aviso prévio para a interrupção de fornecimento de bens ou da prestação de serviço nas duas hipóteses previstas nos incisos do art. 6º acima transcritos. Apenas não há na lei estipulação de prazo para esse aviso, daí as justas ponderações do nobre autor do projeto.

Quanto ao outro aspecto da proposição, também tem razão o proponente, pois pode até ser útil para as concessionárias a prática de medições periódicas, mas esse proceder não deve acarretar dificuldades para os consumidores.

De notar, ainda, que a referida Lei das Concessões é norma de caráter nacional, destinando-se a todas as esferas de poder da Federação, de sorte que é desnecessária e reafirmação desse fato em outras de suas partes.

Por tais razões e fundamentos, evidencia-se que a proposta carece de alguns aperfeiçoamentos, especialmente quanto à definição de prazos mínimos para a adoção de providências sancionatórias por parte das concessionárias.

### III – Voto

Nessa perspectiva, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, na forma do seguinte substitutivo:

#### **PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62 (SUBSTITUTIVO), DE 2003**

##### **Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, para disciplinar a interrupção de fornecimento de bens ou de prestação de serviços nas hipóteses que menciona.**

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigor com as seguintes alterações:

“Art. 6º.....  
.....

§ 4º Na hipótese do inciso II do § 3º, o prévio aviso da interrupção deverá ser feito por escrito comprovadamente enviado ao consumidor, com prazo mínimo de dez dias de antecedência. (NR)”

“Art. 31-A. É vedado às empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos incluir na conta mensal dos serviços que prestam ou dos bens que fornecem, valores relativos a diferenças de cobrança de contas de meses anteriores.

§ 1º A cobrança de eventuais diferenças relativas a contas anteriores será efetivada em separado.

§ 2º Ao consumidor fica garantido o direito de ser informado sobre a origem e o motivo das diferenças eventualmente cobradas, assegurando-se-lhe o pleno direito de defesa, previamente ao seu pagamento.

§ 3º A empresa concessionária ou permissionária de serviço público somente poderá interromper a prestação de serviço ou o fornecimento de bens, em virtude de não pagamento de diferenças de contas anteriores, após notificar e conceder ao usuário o prazo mínimo de trinta dias para que este possa regularizar sua situação.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

#### **VOTO EM SEPARADO DO SENADOR FERNANDO BEZERRA APRESENTADO NA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA.**

### I – Relatório

O projeto em epígrafe, apresentado pelo ilustre Senador Sérgio Cabral, propõe alterações na Lei de Concessões, de nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995. Primeiramente, institui um prazo mínimo de dez dias para a interrupção dos serviços prestados ao consumidor, independentemente do motivo que lhe deu causa. Estatuí também que a cobrança de eventuais diferenças relativas a contas anteriores seja efetuada em separado, ficando garantido ao consumidor o direito de ampla defesa e de ser informado sobre a origem e os motivos das diferenças. Por fim, proíbe que as concessionárias ou permissionárias de serviços públicos interrompam a prestação em virtude do não pagamento de cobranças de diferenças de contas anteriores, salvo autorização judicial.

Nesta Comissão, o projeto foi relatado pelo nobre Senador Antonio Carlos Magalhães, que apresentou Relatório propondo alterações na forma de um substitutivo, prevendo o prazo de dez dias de aviso prévio antes da interrupção do serviço na hipótese de inadimplemento do consumidor. Permite, ainda, a interrupção da prestação dos serviços em caso de não pagamento de diferenças de contas anteriores, desde que o consumidor seja notificado e tenha um prazo mínimo de trinta dias para regularizar sua situação.

### II – análise

Inicialmente, gostaríamos de saudar a iniciativa do Senador Sérgio Cabral. Ao apresentar a proposição, que visa resguardar e aprimorar os instrumentos de defesa dos usuários dos serviços públicos, refletiu uma demanda da sociedade pelo estabelecimento de normas claras em favor do consumidor, que, nessa relação de consumo, é ainda mais vulnerável. E isto ocorre devido ao alto grau de essencialidade dos serviços, que acaba por reservar ao consumidor um papel de clientela cativa, além do próprio poder de mercado que as concessionárias possuem, ressaltando o caráter assimétrico da relação.

Também não podemos deixar de fazer referência às contribuições valiosas produzidas pelo Senador Antonio Carlos Magalhães ao relatar o projeto nesta Comissão. Na forma de um substitutivo, propôs mudanças que tornaram o projeto mais claro em seus objetivos.

No entanto, há algumas considerações que desejamos fazer com o intuito de aprimorar ainda mais

o projeto em tela. A primeira se refere às especificidades de cada setor econômico às quais a Constituição Federal ou a legislação em geral, devido à importância da atividade para o desenvolvimento econômico e social, conferem um regime de prestação específico identificado como “regime de serviço público”.

A chamada Lei de Concessões, de nº 8.987, de 1995, disciplina este regime de maneira ampla, deixando às regulamentações de cada setor a adaptação ou incorporação das regras gerais à especificidade de cada serviço público, muitos deles regulados, após o processo de privatização das empresas estatais, pelas chamadas agências reguladoras. Desse modo, as agências, em suas resoluções, têm disciplinado o procedimento de suspensão do fornecimento dos serviços decorrente do inadimplemento do consumidor, considerando as diversas formas de descumprimento contratual, que podem envolver tanto a obrigação principal de pagamento das contas, como outras possíveis obrigações acessórias. Em todos esses casos há previsão de aviso prévio ao consumidor. Ressalta-se também a presença de procedimentos específicos para a cobrança de valores relativos a serviços prestados em meses anteriores. Nestes casos, há diferenças técnicas entre os setores de telecomunicações e o setor elétrico que, por exemplo, acarretam procedimentos diversos.

Sendo assim, e com base nas ponderações acima, entendemos que a Lei de Concessões deve assumir um caráter geral que não imponha restrições setoriais que possam inviabilizar a regulamentação mais adequada da prestação dos serviços públicos.

Outra consideração se revela pertinente e se refere exatamente ao setor de telecomunicações. Tal setor foi talvez sujeito às maiores mudanças com o processo de privatização. A introdução da concorrência na prestação dos serviços e a criação de um regime não público de determinadas atividades não consideradas essenciais promoveram uma revolução no setor, que foi disciplinado pela chamada Lei Geral de Telecomunicações (Lei nº 9472, de 1997). O art. 210 da referida Lei prevê que “as concessões, permissões e autorizações de serviço de telecomunicações e de uso de radiofrequência e as respectivas licitações regem-se exclusivamente por esta Lei, a elas não se aplicando as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, nº 9.074, de 7 de julho de 1995, e suas alterações”.

### III – Voto

Enfim, não há como não fazer coro à essência da proposta inicial do Senador Sérgio Cabral e da contribuição ofertada pelo Senador Antonio Carlos Magalhães. O mérito de suas averbações é inegável.

Considerando, porém, as ponderações supra-referidas e, ainda, com o intuito de buscar o justo equilíbrio entre a necessidade de proteção aos economicamente mais fracos e de prever uma certa margem de flexibilidade ao poder de normatização das agências reguladoras, propomos algumas alterações na forma do substitutivo abaixo.

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 62 (SUBSTITUTIVO), DE 2003

**Altera a Lei nº 8.987/95 (Lei de concessão e permissão da prestação de serviços públicos) e a Lei nº 9.472/97 (Lei Geral de Telecomunicações), para impedir que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor, disciplina a cobrança de diferenças relativas a débitos anteriores, e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, passa a vigor com as seguintes alterações:

Art. 6º.....

§ 4º Se o inadimplemento do consumidor decorrer de falta de pagamento da conta mensal dos serviços, o prévio aviso da interrupção deverá ser feito por escrito, com prazo mínimo de quinze dias de antecedência. (NR)

Art. 31-A. A cobrança de valores relativos a serviços prestados em meses anteriores ao mês de referência da conta a ser paga pelo consumidor deverá ser devidamente discriminada e em documento específico.

Parágrafo único. Ao consumidor fica garantido o direito de ser informado sobre a origem e o motivo das diferenças eventualmente cobradas, assegurando-se-lhe o pleno direito de defesa previamente ao pagamento, na forma do que dispuser a entidade responsável pela regulação do serviço.

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 3º.....

§ 1º Nos casos de suspensão do serviço prestado em regime público em virtude do não pagamento do documento de cobrança, o prévio aviso a que se refere o inciso VIII deste artigo dar-se-á no prazo mínimo de quinze dias de antecedência, assegurado ao consu-



midor o pleno direito de defesa previamente ao pagamento.

§ 2º A cobrança de serviços prestados feita após os prazos determinados pela agência reguladora deve ser em separado e objeto de negociação entre a prestadora e o consumidor.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Fernando Bezerra.**

Ofício nº 52/2005-Presidência/CCJ

Brasília, 4 de maio de 2005.

Assunto: Turno Suplementar.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que “Acrescenta dois artigos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 – Lei da Concessão e Permissão de prestação de serviços públicos, que impedem que concessionárias e pressionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor e que efetivem na cobrança da conta mensal diferenças relativas a contas já pagas e dá outras providências”.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o ai. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, – **Antonio Carlos Magalhães**  
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

#### **PARECER Nº 1.021, DE 2005**

**Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005, (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.**

Relator: Senador **Marcelo Crivella**

#### **I – Relatório**

O Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005, objetiva alterar a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico

e dá outras providências, para introduzir as seguintes modificações:

**a)** revogar o inciso II do art. 2º da referida lei para extirpar do texto vigente a necessidade do empregado doméstico apresentar atestado de Boa Conduta;

**b)** vedar ao empregador de efetuar qualquer desconto nos salários do empregado, salvo quando resultar de adiantamento ou de dispositivo legal, constante da Consolidação das Leis do Trabalho ou de lei esparsa.

Segundo o Autor, o ilustre Deputado Luiz Alberto, o dispositivo constitucional que assegura o direito à irredutibilidade salarial para os empregados domésticos, inscrito no parágrafo único do art. 7º da Constituição Federal, vem sendo burlado por muitos empregadores.

A fórmula legal encontrada recebe o nome de salário **in natura**, constituindo em pagar ao empregado doméstico o salário integral, descontado, entretanto, de itens como os de Alimentação, produtos de higiene e moradia.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

#### **II – Análise**

Nos termos do art. 90, inciso I c/c o art. 100, inciso I do Regimento Interno, compete à esta Comissão dar parecer sobre a matéria a que se refere o presente Projeto.

A temática do emprego doméstico ainda é vista com muitas divergências na doutrina. Uns, alegam que o trabalho é **sui generis** merecendo, por isso, legislação especial; outros, argumentam que, por tratar-se de discriminação injustificada, deveria ser enquadrado no amplo espectro da Consolidação das Leis do Trabalho.

Enquanto não se pacifica esse conflito, a legislação social de proteção ao empregado doméstico vai tendo os seus avanços, como recentemente, com a aprovação para eles do FGTS e do seguro-desemprego. Discute-se, agora, esta proposta para vedar a realização quaisquer descontos salariais, como seriam, entre outros, os mais comuns a título de fornecimento de alimentação, de produtos de higiene ou de moradia.

A realização do serviço doméstico é obviamente nas residências, sendo difícil, assim, dissociar a moradia do empregador da moradia do empregado que

lhe presta serviços diariamente, muito embora muitos deles, atualmente, retomem ao fim do dia para a própria casa ou a de sua família.

De qualquer forma, salvo os casos em que o empregado doméstico tem domicílio em local distante ou até em outra cidade, entende-se que ele só reside na casa do empregador por necessidade deste, que recebe, em contrapartida, maior prestação de serviços, uma vez que não há jornada delimitada para esse tipo de trabalho.

Afigura-se aí verdadeira compensação, onde a prestação de mais serviço é trocada pelo benefício da moradia, alimentação e outros.

Teria cabimento, portanto, a iniciativa legislativa de pretender vedar ao empregador doméstico a dedução de despesas dessa natureza, intrínsecas a realização do trabalho no âmbito residencial. Todavia, ao aprofundar o estudo da matéria, sob a ótica jurídica, cabe observar que a redação do art. 2º-A, que se pretende acrescentar à Lei nº 5.859, de 1972, poderá ser absolutamente inócua.

É que essa lei, por ser especial, excepciona a regra geral disciplinada pela legislação consolidada. Assim, o art. 2º-A, ao dispor que é vedado qualquer desconto, exceto o constante da CLT, mantém a possibilidade da dedução que se pretendia ver proibida, como é o caso da contida no § 3º do art. 458 da lei consolidada.

Além disso, a obrigação do empregador em relação às anotações na Carteira de Trabalho e Previdência Social do empregado doméstico fica na dependência da apresentação deste documento, sem que nenhum prazo seja fixado para tanto, como ocorre com a CLT. Por outro lado, sendo documento essencial de qualquer trabalhador, não cabe a sua retenção pelo empregador, mesmo o doméstico, devendo-se sujeitá-lo, se o fizer, às sanções aplicáveis aos empregadores em geral na forma prevista pelo art. 29 da Consolidação.

Um outro elemento importantíssimo é que a simples anotação na CTPS do empregado doméstico não lhe assegura a inscrição na Previdência Social, muitas vezes “esquecida” pelo empregador com a conseqüente obrigação legal da sua contribuição para a Seguridade Social. O ideal é que o empregador exija do empregado doméstico o número de sua inscrição na Previdência Social, para anotá-la na CTPS, proporcionando-lhe o acesso aos benefícios previdenciários, quando isso se fizer necessário.

A matéria é de relevância social e merece de todos nós especial atenção, razão pela qual, com a adoção dos ajustes aqui referidos, manifestamo-nos pela sua aprovação.

### III – Voto

Em face do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005, nos termos do seguinte

#### EMENDA Nº 1 – CAS

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13 (SUBSTITUTIVO), DE 2005

**Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º Para admissão ao emprego deverá o empregado doméstico apresentar:

I – Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

II – número de inscrição na Previdência Social;

III – atestado de saúde, a critério do empregador.

§ 1º A anotação da Carteira de Trabalho e Previdência Social deve ser efetivada no prazo máximo de dez dias, findo o qual aplicar-se-á ao empregador as mesmas disposições do § 3º do art. 29 da Consolidação das Leis do Trabalho.

§ 2º O empregado doméstico que for contratado e ainda não tiver inscrição na Previdência Social terá direito a um dia útil de folga para adotar essa providência, podendo o empregador, de comum acordo, fazê-lo em seu lugar.(NR)

Art. 2º A Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A

Art. 2º-A. Ao empregador é vedado efetuar qualquer desconto no pagamento do salário do empregado doméstico, salvo quando resultar de adiantamento ou for decorrente de contribuição devida à Previdência Social.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, – **Patrícia Saboya**, Presidente em exercício.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 13, DE 2005.

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 9/6/2005, OS SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES

*Patricia Saboya Gomes (em exercício)*

RELATOR: SENADOR MARCELO CRIVELIA

BLOCO MINORIA (PFL E PSDB) - TITULARES

BLOCO DA MINORIA (PFL E PSDB) - SUPLENTE

MARCO MACIEL - PFL

1- HERÁCLITO FORTES - PFL

JONAS PINHEIRO - PFL

2- JOSÉ JORGE - PFL

MARIA DO CARMO ALVES - PFL

3- DEMÓSTENES TORRES - PFL

RODOLPHO TOURINHO - PFL

4- ROMEU TUMA - PFL

FLEXA RIBEIRO - PSDB

5- EDUARDO AZEREDO - PSDB

LEONEL PAVAN - PSDB

6- ALMEIDA LIMA - PSDB

LÚCIA VÂNIA - PSDB

7- TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB

REGINALDO DUARTE - PSDB

8- SÉRGIO GUERRA - PSDB

PMDB TITULARES

PMDB SUPLENTE

JOÃO BATISTA MOTTA

1- HÉLIO COSTA

WIRLANDE DA LUZ

2- RAMEZ TEBET

VALDIR RAUPP

3- JOSÉ MARANHÃO

MÃO SANTA

4- PEDRO SIMON

SÉRGIO CABRAL

5- MAGUITO VILELA

PAPALÉO PAES

6- GERSON CAMATA

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, PTB, PL E PPS)

ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB)

1- CRISTOVAM BUARQUE (PT)

FLÁVIO ARNS (PT)

2- MAGNO MALTA (PL)

IDELI SALVATTI (PT)

3- EDUARDO SUPPLY (PT)

MARCELO CRIVELIA (PL)

4- FÁTIMA CLEIDE (PT)

PAULO PAIM (PT)

5- MOZARILDO CAVALCANTI (PTB)

PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)

6- JOÃO CAPIBERIBE (PSB)

PDT TITULARES

PDT SUPLENTE

AUGUSTO BOTELHO

1- JUVÊNCIO DA FONSECA

*LEGISLAÇÃO CITADA*  
*ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988

.....  
Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

I – relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei complementar, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos;

II – seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário;

III – fundo de garantia do tempo de serviço;

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim;

V – piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho;

VI – irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

VII – garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, para os que percebem remuneração variável;

VIII – décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria;

IX – remuneração do trabalho noturno superior à do diurno;

X – proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa;

XI – participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei;

XII – salário-família pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda nos termos da lei; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XIII – duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho; (vide Decreto-Lei nº 5.452, de 1943)

XIV – jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva;

XV – repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

XVI – remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em cinquenta por cento à do normal; (Vide Del 5.452, art. 59 § 1º)

XVII – gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal;

XVIII – licença à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de cento e vinte dias;

XIX – licença-paternidade, nos termos fixados em lei;

XX – proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei;

XXI – aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo no mínimo de trinta dias, nos termos da lei;

XXII – redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança;

XXIII – adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XXIV – aposentadoria;

XXV – assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até seis anos de idade em creches e pré-escolas;

XXVI – reconhecimento das convenções e acordos coletivos de trabalho;

XXVII – proteção em face da automação, na forma da lei;

XXVIII – seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa;

XXIX – ação, quanto aos créditos resultantes das relações de trabalho, com prazo prescricional de cinco anos para os trabalhadores urbanos e rurais, até o limite de dois anos após a extinção do contrato de trabalho; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 28, de 25-5-2000)

XXX – proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil;

XXXI – proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência;



XXXII – proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual ou entre os profissionais respectivos;

XXXIII – proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998)

XXXIV – igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.

Parágrafo único. São assegurados à categoria dos trabalhadores domésticos os direitos previstos nos incisos IV, VI, VIII, XV, XVII, XVIII, XIX, XXI e XXIV, bem como a sua integração à previdência social.

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

### **Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho**

Art. 29. A Carteira de Trabalho e Previdência Social será obrigatoriamente apresentada, contra recibo, pelo trabalhador ao empregador que o admitir, o qual terá o prazo de quarenta e oito horas para nela anotar, especificamente, a data de admissão, a remuneração e as condições especiais, se houver, sendo facultada a adoção de sistema manual, mecânico ou eletrônico, conforme instruções a serem expedidas pelo Ministério do Trabalho. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24-10-1989)

§ 3º A falta de cumprimento pelo empregador do disposto neste artigo acarretará a lavratura do auto de infração, pelo Fiscal do Trabalho, que deverá, de ofício, comunicar a falta de anotação ao órgão competente, para o fim de instaurar o processo de anotação. (Redação dada pela Lei nº 7.855, de 24-10-1998)

Art. 458. Além do pagamento em dinheiro, compreende-se no salário, para todos os efeitos legais, a alimentação, habitação, vestuário ou outras prestações **in natura** que a empresa, por força do contrato ou do costume, fornecer habitualmente ao empregado. Em caso algum será permitido o pagamento com bebidas alcoólicas ou drogas nocivas. (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28-2-1967)

§ 3º A habitação e a alimentação fornecidas como salário-utilidade deverão atender aos fins a que se destinam e não poderão exceder, respectivamente, a 25% (vinte e cinco por cento) e 20% (vinte por cento).

### **PARECER Nº 1.022, DE 2005**

**Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 156, de 2005 (347/2005 na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, de principal, para o financiamento parcial do Programa de Mobilização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX.**

Relator: Senador **Demóstenes Torres**

#### **I – Relatório**

O Presidente da República encaminha, para exame do Senado Federal, proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX.

Segundo informações contidas em parecer da Secretaria do Tesouro Nacional, o custo total do programa, nessa sua primeira fase, está estimado em US\$ 64,4 milhões, sendo que, além dos recursos decorrentes desse empréstimo, serão aportados, como contrapartida da União e dos Tribunais de Contas dos Estados, valor equivalente a até US\$ 25,8 milhões.

De acordo com a homologação dos financiamentos externos envolvidos nesse programa, efetivada pela Comissão de Financiamentos Externos – CO-

FIEX, a execução de sua segunda fase, no valor de até US\$34,2 milhões, somente ocorrerá com a verificação do bom desempenho da etapa anterior e após a utilização de, pelo menos, 50% dos recursos externos e comprometimento de, pelo menos, 25% adicionais daqueles recursos.

O empréstimo em exame apresenta as seguintes características financeiras:

**Devedor:** República Federativa do Brasil;

**Credor:** Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

**Valor total:** até US\$ 38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

**Modalidade de Empréstimo:** Mecanismo Unimoneitário;

**Prazo de Desembolso:** até quatro anos;

**Amortização:** parcelas semestrais e consecutivas, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar vinte anos após a assinatura do contrato;

**Juros:** exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de margem razoável, expressa em termos de porcentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;

**Comissão de Crédito:** exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, e calculada com base na taxa de até 0,75% ao ano, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, sendo que, a princípio, o Mutuário pagará taxa de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano;

**Recursos para Inspeção e Supervisão Geral:** durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período. Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1%

do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

## II – Análise

A operação de crédito pretendida será contratada pela União, e alcança o valor de até US\$ 38.600.000, 00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América). Destina-se ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX, e contará, também, com recursos da União e dos Tribunais de Contas dos Estados, como contrapartida nacional.

As operações de crédito externo dessa natureza, em apreciação nesta Comissão de Assuntos Econômicos, sujeitam-se ao cumprimento de uma série de condições e exigências definidas na Constituição Federal e na Resolução nº 96, de 1989, do Senado Federal.

A observância dos preceitos ali contidos constitui, pois, condição imprescindível para que o Senado possa conceder a autorização solicitada. Com efeito, as exigências e as condições estipuladas naquela norma do Senado Federal, que disciplina o processo de endividamento da União, dizem respeito a aspectos de natureza financeira e de instrução processual.

Nesse contexto, relativamente à solicitação em exame, são de se destacar as seguintes constatações:

**a)** os limites de endividamento da União, estipulados nos artigos 2º, 3º e 4º da referida resolução são atendidos, conforme é informado e demonstrado em anexos ao Parecer STN/COREF/GERFI Nº 236, de 6 de junho de 2005.

**b)** o parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, PGFN/COF/Nº 845, de 7 de junho de 2005, encaminhado ao Senado Federal, no exame das cláusulas das minutas contratuais conclui que a minuta de contrato de empréstimo contém cláusulas admissíveis, segundo a legislação brasileira, tendo sido observado o disposto no art. 5º da Resolução nº 96, de 15 de dezembro de 1989, do Senado Federal, que veda disposições contratuais de natureza política, atentatórias à soberania nacional e à ordem pública, contrárias à Constituição e às leis brasileiras, bem assim

que impliquem a compensação automática de débitos e créditos.

Nesse parecer é salientado que a assinatura do contato de empréstimo correspondente está condicionada à edição de dispositivo legal que autorize as transferências voluntárias aos respectivos Tribunais de Contas. Isso porque o Promoex trata de atividades próprias e específicas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, portanto, estranhas às de competência da União. E dispor a União de seus recursos próprios para financiar algo não inserido em sua competência exige autorização legal específica.

A Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento entende, todavia, ser desnecessária essa autorização, pois a “autorização jurídico-formal para a execução do Promoex consiste na previsão do programa na Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, Plano Plurianual para o período 2004/2007, na Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, com as alterações promovidas pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004, Lei das Diretrizes Orçamentárias, e na Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005”.

A despeito das considerações acerca da necessidade ou não de edição de lei que autorize as transferências de recursos no âmbito do Promoex, cumpre frisar que, em 13 de junho do corrente ano, foi encaminhado ofício do Congresso Nacional ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil, submetendo à sanção do Presidente da República autógrafos do Projeto de Lei de Conversão nº 11, de 2005, relativo à Medida Provisória nº 237, de 2005.

E, nos termos do art. 8º desse Projeto de Lei de Conversão, fica concedida a autorização para que a União possa prestar assistência financeira e técnica aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios com os objetivos previstos no referido Programa Promoex.

c) relativamente à exigência constitucional de que programas ou projetos constem do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual, é informado pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI que o programa referido encontra-se incluído no Plano Plurianual da União 2004/2007, nos termos da Lei nº 10.933, de 11 de agosto de 2004, no Programa Gestão Pública para um Brasil de Todos, a ser viabilizado pela ação 0684 – apoio à Modernização do Controle Externo dos Estados e Municípios Brasileiros – PRO-

MOEX, no valor total para o quadriênio de R\$ 24.246.878,00.

Entende aquela SPI que os investimentos decorrentes da presente operação estão plenamente amparados no PPA 2004/2007, sendo necessário, entretanto, segundo o cronograma de desembolso, aumentar o valor previsto para esta ação no PPA, de forma a viabilizar a execução do Programa. Informa, ainda, esta Secretaria, que já estão sendo tomadas providências nesse sentido, de forma a adequar os valores previstos ao montante necessário, por meio de projeto de lei específico.

Ademais, quanto à previsão orçamentária, entende a Secretaria do Tesouro Nacional que, considerando as informações acerca das dotações orçamentárias previstas para o Programa, prestadas pela SOF e, ainda, o cronograma de utilização dos recursos, as dotações orçamentárias existentes serão suficientes para dar suporte ao início do Programa no exercício corrente.

Por seu turno, caberá ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, como de praxe, providenciar, nas épocas oportunas, a suplementação orçamentária, quando necessária, a fim de compatibilizar o ingresso de bens e serviços, e adotar as medidas cabíveis para a inclusão nos orçamentos anuais de todos os recursos necessários para o cumprimento das respectivas obrigações contratuais.

Não é demais enfatizar que as condições dessa operação de crédito foram incluídas no Sistema de Registro de Operações Financeiras – ROF, do Banco Central do Brasil – BACEN: TA338348. Dessa forma, a referida operação de crédito foi credenciada por intermédio da carta crede/Decec/Diope/Suaut-2005/058, de 31 de maio de 2005.

Ressalte-se por fim que, de acordo com cálculos estimativos realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional, a operação de crédito pretendida deverá implicar custos efetivos equivalentes a 5,1% a.a., flutuante conforme a variação do custo de captação e da margem aplicada pelo BID, levando aquela Secretaria a concluir que as referidas estimativas constituem indicativos bastante favoráveis se comparados com o custo das emissões de **global bonds** da República para prazo semelhante, atualmente em tomo de 7,6% ao ano.

É de se enfatizar também a observância, pela União, das restrições e exigências estabelecidas na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.

Por fim, registre-se que esse Programa, com recupe de recursos da União mediante transferência voluntária aos Tribunais de Contas, tem como objetivo o fortalecimento do 'controle externo como instrumento da cidadania, incluindo a intensificação das relações intergovernamentais e interinstitucionais, com vistas ao cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.' Na execução, além dos órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, contará com a colaboração da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (ATRICON) e do Instituto Ruy Barbosa (IRB). Medidas, portanto, que contribuem para o fortalecimento institucional, integrando tribunais de contas, aperfeiçoando procedimentos de autoria e disponibilizando informações úteis ao controle de gestão da coisa pública pela sociedade.

### III – Voto

Assim, manifesto-me no sentido de que seja concedida a autorização pleiteada pela Mensagem nº 156, de 2005, nos termos do seguinte:

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58, DE 2005

**Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$ 38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.**

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.

*Parágrafo único.* Os recursos advindos dessa operação de crédito destinam-se ao financiamento parcial do Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX

Art. 2º As condições financeiras básicas da operação de crédito são as seguintes:

I – Devedor: República Federativa do Brasil;

II – Credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID;

III – Valor total: até US\$38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscentos mil dólares dos Estados Unidos da América);

IV – Modalidade de Empréstimo: Mecanismo Unimonetário;

V – Prazo de Desembolso: até quatro anos;

VI – Amortização: parcelas semestrais e consecutivas, tanto quanto possível, iguais, vencendo-se a primeira seis meses a partir da data inicialmente prevista para o desembolso final e a última o mais tardar vinte anos após a assinatura do contrato;

V – Juros: exigidos semestralmente, calculados com base no custo de captação do Banco para empréstimos unimonetários qualificados, apurados durante os seis meses anteriores aos respectivos vencimentos, acrescidos de margem razoável, expressa em termos de porcentagem anual, para cobertura de despesas administrativas;

VI – Comissão de Crédito: exigida semestralmente nas mesmas datas de pagamentos dos juros, e calculada com base na taxa de até 0,75% ao ano, sobre o saldo não desembolsado do empréstimo, entrando em vigor sessenta dias após a assinatura do contrato, sendo que, a princípio, o Mutuário pagará taxa de 0,25% ao ano, podendo este percentual ser modificado semestralmente pelo Banco sem que, em caso algum, possa exceder o percentual previsto de 0,75% ao ano;

VII – Recursos para Inspeção e Supervisão Geral: durante o período de desembolsos, não serão reservados recursos para atendimento de despesas de inspeção e supervisão gerais, salvo se o Banco estabelecer o contrário durante tal período. Em nenhum caso, para atender as referidas despesas em um semestre determinado, poderão destinar-se recursos superiores a 1% do financiamento, dividido pelo número de semestres compreendidos no prazo original de desembolsos.

*Parágrafo único.* As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato.

Art. 3º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida num prazo de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 21 de junho de 2005.



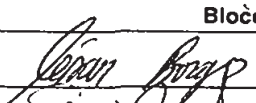
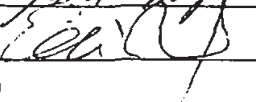
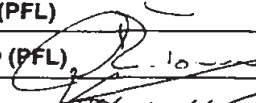
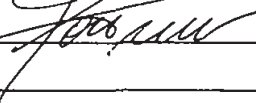
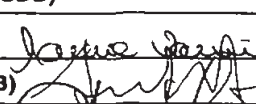
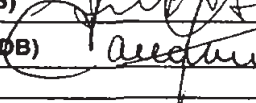
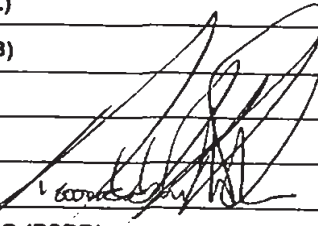

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS  
MENSAGEM SENADO FEDERAL Nº 156, DE 2005  
NÃO TERMINATIVA

ASSINARAM O PARECER NA REUNIÃO DE 21/06/05 OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):


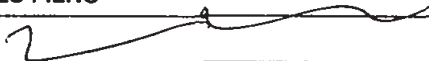
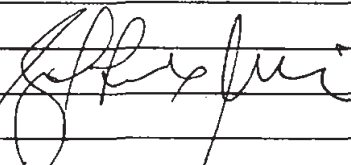
PRESIDENTE: 

RELATOR(A): 

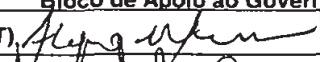
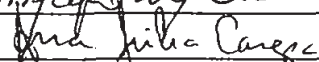
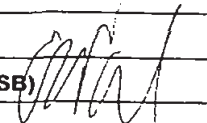
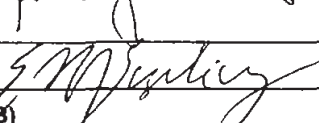
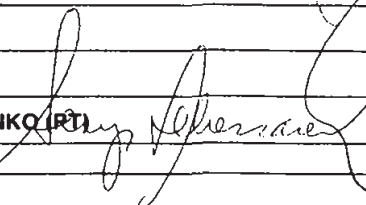
**Bloço da Minoria (PFL e PSDB)**

CÉSAR BORGES (PFL) 	1-JOSÉ AGRIPINO (PFL)
EDISON LOBÃO (PFL) 	2-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL)
JONAS PINHEIRO (PFL)	3-HERÁCLITO FORTES (PFL)
JORGE BORNHAUSEN (PFL)	4-DEMÓSTENES TORRES (PFL)
RODOLPHO TOURINHO (PFL) 	5-JOSÉ JORGE (PFL)
ROMEU TUMA (PFL) 	6- ROSEANA SARNEY (PFL)
ALMEIDA LIMA (PSDB)	7-ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB)
EDUARDO AZEREDO (PSDB)	8-ÁLVARO DIAS (PSDB)
LÚCIA VÂNIA (PSDB) 	9-LEONEL PAVAN (PSDB)
SÉRGIO GUERRA (PSDB) 	10-FLEXA RIBEIRO (PSDB) 
TASSO JEREISSATI (PSDB) 	11-TEOTÔNIO VILELA FILHO (PSDB)

**PMDB**

RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA 
LUIZ OTÁVIO	2-HÉLIO COSTA
GARIBALDI ALVES FILHO	3-ANTÔNIO LEITE
MÃO SANTA 	4-PEDRO SIMON
SÉRGIO CABRAL	5- VAGO
GILBERTO MESTRINHO 	6-GERSON CAMATA
VALDIR RAUPP	7-PAPALÉO PAES
JOSÉ MARANHÃO	8-JOÃO BATISTA MOTTA

**Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)**

ALOIZIO MERCADANTE (PT) 	1-IDELI SALVATTI (PT)
ANA JÚLIA CAREPA (PT) 	2-AELTON FREITAS (PL)
DELCÍDIO AMARAL (PT)	3-ANTÔNIO CARLOS VALADARES (PSB) 
EDUARDO SUPLICY (PT) 	4-ROBERTO SATURNINO (PT)
FERNANDO BEZERRA (PTB)	5-FLÁVIO ARNS (PT)
JOÃO CAPIBERIBE (PSB)	6-SIBÁ MACHADO (PT)
PATRICIA SABOYA GOMES (PPS)	7-SERYS SLHESSARENKO (PT) 

**PDT**

OSMAR DIAS	1- JEFFERSON PERES
------------	--------------------

LEGISLAÇÃO CITADA  
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 10.933, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

**Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2004/2007.**

LEI Nº 10.934, DE 11 DE AGOSTO DE 2004

**Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

LEI Nº 11.086, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2004

**Altera o inciso IV do § 4º do art. 7º, inclui os §§ 2º-A e 5º-A ao art. 19, altera o inciso III do § 1º do art. 29, acrescenta o § 4º ao art. 64 e o art. 100-A à Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2005 e dá outras providências.**

LEI Nº 11.100, DE 25 DE JANEIRO DE 2005

**Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2005.**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 237,  
DE 27 DE JANEIRO DE 2005

**Autoriza a União a prestar auxílio financeiro aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, com o objetivo de fomentar as exportações do País, e dá outras providências.**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 127/05–PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 1º de junho de 2005

**Assunto:** Substitutivo definitivamente adotado em turno suplementar

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, combinado com o art. 284, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão, em turno suplementar, adota definitivamente o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que “Acrescenta dois artigos à Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 - Lei da Concessão e Permissão de prestação de serviços públicos, que impedem que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor e que efetivem na cobrança da conta mensal diferenças relativas a contas já pagas e dá outras providências”.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente, \_ Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o **Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003**, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.021, de 2005**, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o **Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005** (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Foi lido anteriormente o **Parecer nº 1.022, de 2005**, da Comissão de Assuntos Econômicos, concluindo pela apresentação do **Projeto de Resolução nº 58, de 2005** (MSF 156/2005), que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até trinta e oito milhões e seiscentos mil

*dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.*

A proposição ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “f”, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 660, DE 2005**

##### **Requerem Voto de Aplauso a jornalista Miriam Leitão, pelo prêmio Maria Moors Cabot.**

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à jornalista Miriam Leitão, contemplada com o “Prêmio Maria Moors Cabot”, da Universidade Columbia, dos Estados Unidos.

Requeremos, ainda, que o presente voto seja levado ao conhecimento da homenageada e à Rede Globo de Televisão.

#### **Justificação**

Criado em 1938, o Cabot Prize é concedido a jornalistas dos Estados Unidos e da América Latina que tenham contribuído para o entendimento entre as Américas e para a defesa da liberdade de imprensa. O referido prêmio é uma consagração à carreira de um jornalista.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2005. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB – **José Agripino**, Líder do PFL – **José Jorge**, Líder da Minoria.

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 222, § 1º, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 661, DE 2005**

O Senador que esse subscreve, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requer seja oficiado, ao Desembargador Hugo Bengtsson, votos de congratulações pela sua eleição no dia 20 de junho de 2005, como novo Presidente do Tribunal de

Justiça de Minas Gerais – TJMG – a partir da segunda quinzena de agosto, quando tomará posse.

#### **Justificação**

O Desembargador Hugo Bengtsson foi eleito pelos votos de 92 magistrados num colégio de 110. Este expressivo resultado vem reconhecer os serviços prestados por este homem público de notório saber jurídico, que começou no Ministério Público, nas comarcas de Grão Mogol, Rio Espera e Santa Maria do Suaçui daí indo integrar a magistratura em Ibiraci, Espinosa, Carmo do Rio Claro, Juiz de Fora e Belo Horizonte.

Chegou ao TJMG em dezembro de 1998 e foi vice-Presidente e Presidente do Tribunal Regional Eleitoral – TRE MG, vice-Presidente do TJMG, superintendendo a área judiciária do Tribunal.

Dedicado, ainda encontra tempo para o magistério superior como professor de pós-graduação da Unifenas e professor assistente da PUC Minas.

Irá suceder o Desembargador Márcio Antônio Abreu Correa de Marins, que encerra seu mandato de dois anos em agosto próximo.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2005. – Senador **Eduardo Azevedo**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 662, DE 2005**

##### **Solicita ao Ministério do Desenvolvimento Agrário informações sobre repasse de recursos a Organizações Não-Governamentais.**

Nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os artigos 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitado ao senhor Ministro do Desenvolvimento Agrário Miguel Rosseto as seguintes informações:

1) Relação de todos os contratos, convênios ou quaisquer outros atos que impliquem em repasses de recursos, firmados entre a Superintendência Regional do Inkra no Tocantins e Organizações Não-Governamentais, desde o ano de 2003;

2) Relação de todos os contratos, convênios ou quaisquer outros atos que impliquem repasses de recursos, firmados entre o Mi-

nistério do Desenvolvimento Agrário ou Inkra Nacional e Organizações NãoGovernamentais, que tenham por objeto ações a serem desenvolvidas ou já desenvolvidas no estado do Tocantins, desde o ano de 2003.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2005. – Senador **Eduardo Siqueira Campos**.

(À Mesa para decisão.)

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 663, DE 2005**

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, sejam encaminhados Votos de Congratulações ao Professor Doutor Miguel Srougi por sua condução à titularidade da Cadeira de Urologia da prestigiosa Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP, nos termos da justificação.

#### **Justificação**

Natural de São Paulo, o Professor Doutor Miguel Srougi é formado pela Universidade de São Paulo, em 1970, tendo aprofundado seus estudos na Universidade de Harvard, nos Estados Unidos. O professor tem publicado mais de uma centena de artigos e é ganhador de inúmeros prêmios em Medicina, em seu ramo de atuação e estudos. Fato inédito, o Doutor Miguel Srougi já é professor titular da Urologia da Escola Paulista de Medicina, inclusive, o primeiro, na Escola, a ser conduzido a esta condição de titular por intermédio de concurso. Trata-se, enfim, de profissional, professor e cientista respeitado nacional e internacionalmente.

Por tudo isso, pela honrosa missão que lhe foi confiada pela Universidade de São Paulo, por tudo que o renomado professor, cientista e profissional fez e ainda fará pela medicina do país, requeiro ao Senado da República que apresente Votos de Congratulações ao ilustre brasileiro Professor Doutor Miguel Srougi.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2005. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência encaminhará o voto solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Papaléo Paes.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 664, DE 2005**

Nos termos do art. 40 do Regimento Interno, requeiro licença e autorização para representar a Casa em missão ao exterior, a convite da República Bolivariana de Venezuela, para a VII Reunião Binacional do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Fronteiriço Venezuela – Brasil, em Santa Elena de Uairén, Estado Bolívar, Venezuela, nos dias 27 e 28 de junho de 2005.

Sala das Sessões, 22 de junho de 2005. – Senador **Mozarildo Cavalcanti**.

#### **REQUERIMENTO Nº 665, DE 2005**

Requeiro, nos termos do inciso VII do art. 71 da Constituição Federal, que seja solicitado ao Tribunal de Contas da União esclarecimento sobre por que o coeficiente de participação de Macapá, Estado do Amapá, no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) passou de 3,30853, no exercício de 2004, para 2,92, no exercício de 2005, conforme as Decisões Normativas do TCU nºs 54, de 10 de dezembro de 2003 - TC nº 020.256/2003-9, e 63, de 15 de dezembro de 2004 - TC nº 013.324/2004-9. Essa redução ocorreu a despeito do crescimento de 2,42% da população no mesmo período (de 318.761 para 326.466 habitantes), em que pese haver norma legal genérica sobre a matéria.

Sala de Reuniões, 22 de junho de 2005. - Senador **Papaléo Paes**.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Os requerimentos lidos vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Há oradores inscritos.

Antes, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Garibaldi Alves Filho.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup>, de acordo com o Regimento, tempo para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder, antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa.



**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pela ordem.)

– Sr. Presidente, solicito a minha inscrição para uma comunicação inadiável na hora em que V. Ex<sup>a</sup> entender mais adequada, que será antes da Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Os Senadores Garibaldi Alves Filho, Hélio Costa e Paulo Paim ficam inscritos nos termos do § 2º do art. 158 do Regimento Interno.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, como Líder, pelo prazo de cinco minutos, nos termos do art. 14, inciso II, alínea “a”, do Regimento Interno.

Antes, a Presidência informa que, por expressa recomendação e solicitação do Presidente da Casa, como tem havido claro prejuízo dos Oradores inscritos quando há excesso de permanência dos Srs. Senadores na tribuna, a Mesa tem procurado exercer as atividades com o máximo de cordialidade, tolerância e compreensão em virtude da importância dos debates, mas defenderá o Regimento Interno e as reclamações justas de vários Senadores sobre o abuso no uso da tribuna por parte de alguns no que diz respeito ao tempo.

O Senador Mozarildo Cavalcanti tem direito à palavra, como Líder, pelo prazo de cinco minutos, com até dois minutos de tolerância.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB

– RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, farei o registro de um importante evento que se realizará na Cidade de Santa Helena do Uairen, na Venezuela, fronteira com o Brasil e, portanto, com o meu Estado, Roraima. Trata-se da 7ª Reunião Binacional do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Fronteira Venezuela–Brasil.

Tive a honra de receber o convite do Cônsul da Venezuela em Roraima, Dr. Rafael Santiago Medina Unamo, para estar presente neste evento que ocorrerá nos dias 27 e 28 de junho e quero fazer o registro não só do convite, mas principalmente dos temas abordados nesta sétima reunião. Os temas principais serão comércio e alfândegas, transporte, saúde, desenvolvimento fronteira, assuntos consulares. A reunião se dará em dois dias, nos dias 27 e 28, e teremos, portanto, digamos assim, mais um avanço nessa questão.

Eu quero pedir a V. Ex.<sup>a</sup> que seja transcrito na íntegra o convite, o programa da reunião e matérias publicadas nos jornais de Roraima sobre o assunto

que faço questão que sejam parte integrante do meu pronunciamento.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de comentar exatamente a questão fronteira Brasil-Venezuela. O Presidente Lula parece que vai estar no dia 28 em Caracas, já deve ter ido lá algumas vezes, não sei ao certo quantas, mas com certeza mais de três. Então a relação entre o Presidente Lula e o Presidente Chavez está muito boa, a relação comercial do Brasil, de São Paulo e dos grandes centros, com Caracas e os grandes centros da Venezuela também está muito boa. Paradoxalmente, de maneira absurda, o relacionamento da parte do Brasil que toca a Venezuela, da Venezuela que toca no Brasil, que é justamente o meu Estado de Roraima, mais precisamente o Município de Pacaraima e o Estado bolívar, do outro lado, principalmente a cidade de Santa Helena do Uiarén, não são boas.

Há uma complicação terrível no que tange ao funcionamento da Receita Federal do lado brasileiro, a Polícia Federal, a Agência de Vigilância Sanitária... É um complicador permanente! Vivemos em constante retaliação: uma hora, o Brasil complica de um lado, e a Venezuela complica do lado de lá como retaliação; outra hora, a Venezuela complica do lado de lá, e o Brasil complica do lado de cá.

Fiz um ofício ao Secretário da Receita Federal e ao Diretor-Geral da Polícia Federal, reclamando do horário de fechamento da nossa fronteira lá, às dez horas, Sr. Presidente! Não funciona a partir das dez horas da noite! Participei, recentemente, de um evento lá, e os venezuelanos que vieram para o evento estavam preocupadíssimos por terem que retornar às dez horas porque a partir daí, oficialmente, não funciona a fronteira. Mas o que é pior: funciona a fronteira informal. E aí, passa tudo, passa de um lado e de outro! E há o contrabando de gasolina, Sr. Presidente! É inacreditável que não tenhamos chegado a um acordo ainda para importar combustível da Venezuela, um acordo entre a Petrobras e a PDVSA, porque a nossa gasolina é várias vezes mais cara do que a gasolina venezuelana! Então é querer muito, digamos assim, que as pessoas pobres que estão ali não vão lá comprar, na maioria das vezes, clandestinamente. Os índios da reserva São Marcos, que margeia toda a BR-174, hoje, ou estão fazendo contrabando, ou estão, nas suas comunidades, armazenando o combustível contrabandeado e depois revendido.

Então desejo chamar atenção do Ministério das Relações Exteriores. Temos, na Venezuela, o Embaixador Souza, que é um homem que trabalhou durante muito tempo aqui no Senado e que é dedicado a essa questão. Mas, repito, o comércio que realmente interessa ao Brasil, a nós de Roraima, é o comércio

entre Roraima e a Venezuela. É poder comprar alguns produtos mais baratos e poder exportar o que produzimos, como a soja, que produzimos e não conseguimos exportar este ano; o milho, enfim, os grãos de um modo geral, a madeira e tudo o que produzimos em Roraima; tudo poderíamos exportar para a Venezuela. Mas a burocracia e principalmente os desentendimentos na fronteira são realmente inaceitáveis.

Eu queria, ao registrar este encontro que vai se realizar nos próximos dias 27 e 28, pedir providência, não só ao Senado, pela sua Comissão de Relações Exteriores, como também ao Poder Executivo, por intermédio do Ministério de Relações Exteriores: que efetivamente tenhamos uma política de integração, de efetiva integração daquela fronteira.

Roraima precisa muito disso, tanto para importar alguns produtos que são mais baratos na Venezuela,

como cimento e ferro, quanto para exportar tudo o que produzimos lá, dos grãos à carne, à madeira. Vou estar presente ao encontro e espero trazer um relatório sobre esta sétima reunião. Seis já foram feitos, mas os avanços têm sido pequenos. O Governo brasileiro tem que olhar isso. Não adianta fazer graça e dizer que está tudo bem. O Presidente Lula vai lá, o Presidente Chávez vem aqui, e nós, em Roraima, que estamos colados na Venezuela, sofremos as dificuldades que sofremos.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI  
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)*

REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA  
CONSULADO GENERAL EN BOA VISTA  
RORAIMA - BRASIL

## CONVITE

Excelentíssimo Senhor  
**Senador FRANCISCO MOZARILDO MELO CAVALCANTI**  
Membro Titular da Comissão de Relações Exteriores e  
Defesa Nacional no Senado Federal  
BRASÍLIA/DF

O Consulado da República Bolivariana da Venezuela em Boa Vista, Roraima, tem a honra de convidar Vossa Excelência para a **VII REUNIÃO BINACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO VENEZUELA - BRASIL** a realizarse em Santa Elena de Uairen, Estado Bolivar, Venezuela durante os dias **27 e 28 de junho de 2005**

Esta Missão Consular considera de suma importância a sua presença já que nos ajudará a expor a problemática fronteiriça e dar possíveis soluções aos problemas que afetam nossa fronteira conuintratando de ativar as políticas de cooperação e integração propostas repetidamente pelos chefes de estado da Venezuela e Brasil

Boa Vista, 21 de junho de 2005



**Rafael Santiago Medina Unamo**  
Cônsul de Segunda



# REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA

Ministério de Relações Exteriores  
Direção Geral de Soberania, Limites e Assuntos Fronteiriços

## PROGRAMA

### VII REUNIÃO BINACIONAL DO GRUPO DE TRABALHO DE DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO VENEZUELA - BRASIL

**LOCALIDADE:** Santa Elena de Uairén, Estado Bolívar - Venezuela

**DATA:** 27 e 28 de junho de 2005.

**LOCAL:** Hotel Gran Sabana, Santa Elena de Uairén

**Temas:**

- I. Comércio e Alfândegas
- II. Transporte
- III. Saúde
- IV. Desenvolvimento Fronteiriço
- V. Assuntos Consulares

#### Segunda Feira 27 de junho de 2005:

**9:00** Instalação da VII Reunião do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Fronteiriço Venezuela - Brasil.

- Palavras de bem-vindas do Senhor Vice-Ministro para América Latina e o Caribe do Ministério de Relações Exteriores
- Palavras do Chefe da Delegação brasileira

**10:00** Plenária:

#### *Mesa de Trabalho Nº. 1: Comércio e Alfândegas*

**Temas**

- 1 Homologação dos horários de trabalho nas Alfândegas de ambos os países na fronteira Brasil - Venezuela
- 2 Agilizar os trâmites na fronteira
- 3 Requisitos mínimos que devem cumprir as unidades de transporte e de carga (carretas, baús, tanques de combustíveis, cegonhas), com o objeto de ser autorizados
- 4 Promoção comercial na fronteira da Venezuela - Brasil

#### *Mesa de Trabalho Nº. 2: Transporte*

- 1 Acordo Internacional de Transporte Terrestre de Carga e Passageiros entre a República da Venezuela e a República Federativa do Brasil, 1995
- 2 Convênio de Transporte Fronteiriço entre a República de Venezuela e a República Federativa do Brasil, 1982
- 3 Transporte de substâncias perigosas

**Ministério de Relações Exteriores**  
**Direção Geral de Soberania, Limites e Assuntos Fronteiriços**

- 4 Transporte turístico entre ambos os países

***Mesa de trabalho Nº 3: Saúde***

- 1 Febre amarela.
- 2 Seguimento e resultados das Reuniões do Tratado de Cooperação entre Países (TCC) para tratar a febre amarela
- 3 Programas conjuntos para tratar doenças endêmicas na fronteira Venezuela - Brasil
- 4 Programas de saúde integral para as áreas indígenas localizadas na fronteira Venezuela - Brasil

***Mesa de trabalho Nº 4: Desenvolvimento Fronteiriço***

- 1 Problema do combustível a nível fronteiriço venezuelano - brasileiro
- 2 Projetos e programas a serem aplicados na Região Fronteiriça
- 3 Centro de Estudos Fronteiriços Venezuela - Brasil

***Mesa de Trabalho Nº 5: Assuntos Consulares***

- 1 Ativar o Comitê Fronteiriço para atender todas as necessidades e eventualidades que se apresentam na fronteira (constituído pelas autoridades na fronteira Venezuelana - Brasileira, o Cônsul Geral de Venezuela em Boa Vista e o Consulado de Brasil em Porto Ordaz)

**13:00** Almoço oferecido pelo Ministro das Relações Exteriores da República Bolivariana de Venezuela. Local: Hotel Gran Sabana

**14:30** Continuação das deliberações na mesa de trabalho.

**16:30** Encerramento do dia.

**Terça Feira 28 de junho de 2005:**

**9:00** Continuação das deliberações na mesa de trabalho.

**10:00** Refeição.

**11:15** Continuação das deliberações na mesa de trabalho.

**13:00** Almoço.

**04:30** Leitura das conclusões das mesa de trabalho e Acta da VII Reunião Binacional.



**NÓS ADMINISTRAMOS  
O SEU IMÓVEL**

**AMAZÔNIA**  
IMÓVELS



A FOLHA | ASSINATURAS | DENÚNCIAS | SUGESTÕES | A REDAÇÃO |

Sábado, 18 de Junho de 2005

**.: Política .:**

## Agenda de reunião na fronteira Brasil/Venezuela está definida

A agenda da VII Reunião Binacional do Grupo de Desenvolvimento Fronteiriço Venezuela/Brasil está definida. O encontro será realizado nos dias 27 e 28 de junho, na cidade de Santa Elena, Venezuela. A pauta dividida por temas será discutida em cinco mesas de trabalho: Comércio e Alfândega, Transporte, Saúde, Desenvolvimento Fronteiriço e Assuntos Consulares.

A instalação do evento às 9h acontecerá com o discurso do vice-ministro para a América Latina e Caribe, do Ministério das Relações Exteriores da Venezuela e do chefe da delegação brasileira. Às 10h, começam as plenárias nas mesas de trabalho.

**Comércio e Alfândega** – Essa Mesa vai discutir sobre 1) Homologação dos horários de trabalho nas alfândegas de ambos os países na fronteira Brasil-Venezuela; 2) Agilização dos trâmites na fronteira; 3) Requisitos mínimos que devem cumprir as unidades de transporte e de carga (carretas, baús, tanques de combustíveis, cegonhas); 4) Promoção comercial na fronteira Venezuela-Brasil.

**Transporte** – A Mesa número dois tratará de 1) Acordo Internacional de Transporte Terrestre de Carga e Passageiros entre a República da Venezuela e a República Federativa do Brasil; 3) Transporte de substâncias perigosas; 4) Transporte turístico entre os dois países.

**Saúde** – Os integrantes desse grupo vão falar de: 1) Febre Amarela; 2) Seguimento e resultado das reuniões do Tratado de Cooperação entre Países (TCC) para tratar a febre amarela; 3) Programas conjuntos para tratar doenças endêmicas na fronteira Venezuela-Brasil; 4) Programas de saúde integral para as áreas indígenas localizadas na fronteira Venezuela-Brasil.

**Desenvolvimento Fronteiriço** – Os temas em debate serão 1) Problema do combustível em nível fronteiriço venezuelano-brasileiro; 2) Projetos e programas a serem aplicados na região fronteira; 3) Centro de Estudos Fronteiriços Venezuela-Brasil.

**Assuntos Consulares** – Nesta Mesa apenas um assunto será discutido: 1) Ativar o Comitê Fronteiriço para atender todas as necessidades e eventualidades que se apresentem na fronteira (constituído pelas autoridades na fronteira Venezuelana-Brasileira, o Cônsul Geral da Venezuela em Boa Vista e o Cônsul do Brasil em Puerto Ordaz).

As mesas de trabalho discutirão os temas durante os dias 27 e 28. Esta prevista para as 16h30 a leitura das conclusões dos debates e da Ata da VII Reunião Binacional.

O cônsul da Venezuela em Boa Vista, Rafael Sanbago Medina Unamo tem a expectativa que no encontro sejam decididas as ações práticas resultantes de compromissos firmados entre instituições brasileiras e venezuelanas. "Creio que essa será uma reunião interessante porque poderemos precisar no tempo e no espaço um cronograma de atividades com as possíveis soluções para as diferentes questões na fronteira".

Para ele, a reunião é importante porque permitirá que as pessoas que vivem em Pacaraima e Santa Elena e as autoridades de Roraima e do Estado Bolívar pleiteiem soluções práticas para não continuarem fazendo reuniões sobre os mesmos assuntos. "No bom sentido da palavra, pressionar por soluções políticas acertadas das quais realmente precisamos".

Rafael Unamo disse que ao longo de cinco meses colheu informações nos encontros dos quais participou com autoridades dos dois países e elaborou um diagnóstico de todas as situações. "Debatendo cada um dos tópicos poderemos indicar as soluções. Mais que isso, fortalecer a construção da integração entre os dois países. Passamos muito tempo falando, agora é o momento de ação. Acredito que a partir dessa reunião será iniciada uma nova etapa, a da construção real", declarou o cônsul venezuelano.

| A FOLHA | ASSINATURAS | DENÚNCIAS | SUGESTÕES | A REDAÇÃO |

:: NOTÍCIAS

Quinta-feira, 31 de Março de 2005

Primeira página

A Charge

Opinião

Política

Cidades

Variedades

Polícia

Esportes

:: COLUNAS

Parabólica

Social

Horóscopo

.: Política .:

## Integração Brasil/Venezuela é positiva para RR, diz deputado

O deputado Raul Lima (PSDB), primeiro-secretário da Assembléia Legislativa, avalia que o processo de integração entre o Brasil e a Venezuela é indispensável ao desenvolvimento econômico e social de Roraima, mas disse que está avançando a "passos tímidos, porém firmes e consistentes".

Disse ter sido bastante positivo o encontro entre os presidentes Lula da Silva e Hugo Chávez, do qual ainda participaram Álvaro Uribe (Colômbia) e José Luis Zapatero (Espanha), em Ciudad Guayana, na Venezuela, quando se falou em parcerias possíveis de serem firmadas nos setores de transporte, energia e comunicação

Raul Lima afirmou que o comércio internacional e o incremento do turismo são os caminhos mais sólidos ao crescimento da economia de Roraima. Para ele, o fortalecimento do agronegócio é um dos pilares a transformação do Estado.

O parlamentar observa que está sendo fechado um acordo de integração Ibero-Americana, que vai abrir as portas para o comércio entre os países envolvidos. "Existe o compromisso para a realização de ações de grande e de pequeno porte envolvendo esse acordo. Essa aproximação é de muita valia para Roraima", ressaltou

O deputado tucano disse que a sua confiança em torno do intercâmbio decorre da posição de proximidade de Lula e de Hugo Chávez. Conforme o parlamentar, o vice-ministro venezuelano de Relações Exteriores para América Latina e Caribe, Eustoquio Contreras, disse que novos paradigmas nas políticas externas fortalecem essa aliança.

Raul Lima comenta que o vice-ministro chamou a atenção para os "novos conceitos morais e éticos" que estão definindo a liderança de países como o Brasil e a Venezuela, o que implica em nova geopolítica na região. Eustoquio Contreras defendeu na reunião uma maior cooperação na região da fronteira amazônica. Esses novos valores substituem a idéia de competência, que pressupunha uma hierarquização entre ricos e pobres, pelo conceito de complementaridade. Essa preocupação com a área fronteira implica em colaboração na preservação ambiental e em equipamentos de defesa

Acrescentou que o diálogo está sendo guiado por um humanismo, colocando o ser humano como centro das atenções e chamando a atenção do mundo para o fato de que todo homem e mulher, de qualquer país que seja, desenvolvido ou não, tem os mesmos direitos a uma vida digna.

Presidente da Câmara Brasil/Venezuela de Turismo, Raul Lima faz a defesa da desburocratização das relações comerciais entre os dois países, principalmente na área de fronteira. Ressaltou que esse aspecto é pouco debatido nas discussões entre os governos brasileiro e venezuelano

Aponta como um dos avanços na busca de solução para os problemas fronteiriços a audiência que manteve com o general Júlio Garcia Montoya (embaixador da Venezuela no Brasil) há duas semanas, em Brasília. A próxima reunião da comissão de fronteira, prevista para o mês de abril, acontecerá em Santa Elena de Uairén.

Representantes de Roraima, segundo o deputado, vão poder participar de forma ativa das discussões. Isso antes era impensável, pois os encontros que discutiam as relações binacionais eram restritos a Brasília e Caracas. "A mudança mostra que os dois países estão conscientes de que os entraves fronteiriços têm que ser superados", frisou Raul Lima

## Reuniões fecham as diretrizes do encontro Brasil/Venezuela

O presidente da Câmara Brasileira Venezuelana de Comércio e Indústria, deputado Raul Lima (PSDB) esteve ontem na Venezuela, para conversar com o diretor da alfândega venezuelana na região da fronteira com o Brasil, com representantes de instituições responsáveis pela emissão de documentos na Venezuela e com o comandante da Guarda Nacional

O objetivo é definir estratégias para o encontro do Comitê de Desenvolvimento Fronteiriço do Brasil e da Venezuela, que ocorre nos dias 23 e 24, em Santa Elena de Uaiare

Raul Lima ainda vai reunir-se hoje com representantes dos setores de transportes, de restaurantes, de turismo e de hotelaria quando ouvirá reivindicações e propostas "A intenção é termos noção profunda da situação da fronteira", frisou

Na sexta-feira está prevista reunião com o vice-governador Erci de Moraes (PPS) e com Haroldo Amoras, secretário de Planejamento, no intuito de solidificar a posição do Estado em torno do Comitê de Fronteira do Brasil e da Venezuela. Empresários de Roraima foram convidados

"Será a primeira vez que o encontro acontecerá na região de fronteira, antes restrita a Brasília e a Caracas, abrindo espaço para se apresentar com clareza os interesses de Roraima. É uma oportunidade crucial para mostrarmos os problemas setoriais e as soluções adequadas", destacou o parlamentar

**PASSAPORTE** – Raul Lima falou sobre a importância do incremento do turismo entre os dois países, observando tanto o lado jurídico quanto o do bom senso "Detalhes estão prejudicando a indústria jurídica", disse ao se referir à lei que prevê o ingresso de estrangeiros sem passaporte até o primeiro município.

Até a transformação de Pacaraima em município, os venezuelanos podiam visitar Boa Vista sem precisar de passaporte. A limitação, segundo Raul Lima, reduz a quantidade de turistas em Roraima "Pequenos ajustes reforçariam o turismo, gerando riquezas e novos postos de trabalho no Estado"

Na avaliação dele, a desburocratização também deveria acontecer do lado da Venezuela, permitindo que brasileiros fossem sem precisar de passaporte até a cidade de Puerto Ordaz. Um requerimento feito por Raul Lima virou projeto de lei e está em tramitação na Assembleia Nacional Venezuelana

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)  
– Agradeço, Senador Mozarildo, a colaboração com o tempo.

Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa, por cessão da Senadora Ideli Salvatti.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com dois minutos de tolerância, Senadora.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, público que nos ouve ou que assiste à TV Senado em todo o Brasil, ontem, em evento no Município de Luziânia, no Estado de Goiás, próximo do Distrito Federal, o Presidente da República fez uma série de afirmações, segundo o nosso posicionamento, extremamente importantes para o momento político vivenciado pelo nosso País. E falo isso, Sr. Presidente, porque, ao tratar do cooperativismo e sua importância em nosso País, o Presidente o fez sem desconectar o tema da realidade. Assim é que deve ser. Observemos o contrário. Se o Presidente Lula faz um discurso e não trata do momento político, é criticado porque está desconsiderando aquela que, equivocadamente, tem sido chamada de crise institucional. Se o Presidente fala algo e se posiciona, é criticado porque deveria cuidar das coisas de Governo, mas saberemos sobrepor, ultrapassar este momento e continuaremos a apresentar os inúmeros resultados positivos do nosso Governo. A sociedade tem, cada vez mais, capacidade de discernir entre o que é positivo ou não, e, principalmente, o povo sabe diferenciar o joio do trigo no jogo político que estamos vivenciando. É fato que foi dado pela mídia o foco em afirmações específicas e, num certo sentido, foi nessa mesma tecla que alguns Parlamentares, desde ontem, vieram bater neste plenário para, democraticamente, manifestar-se sobre o que havia sido dito pelo Presidente Lula.

Começo lembrando o que ele disse:

Vocês sabem melhor do que eu a relevância que tem o cooperativismo para uma cidade, para um estado e para uma nação. Hoje, por exemplo, um agricultor cooperado tem uma produtividade média 20% superior àqueles que trabalham isoladamente.

Pois faço questão de trazer aqui um olhar distinto daqueles que ouvi e li ontem, e hoje também na imprensa, em relação ao referido discurso do Presidente, que consta no anexo do meu pronunciamento e que, desde já, solicito ao Sr. Presidente seja dado como lido, para que conste dos Anais desta Casa. Destaco uma reflexão fundamental do Presidente Lula:

A solidariedade é um pré-requisito fundamental para superar os obstáculos históricos,

políticos e econômicos que ainda mantêm a grande maioria da nossa população apartada dos benefícios do progresso.

Mais do que um posicionamento, temos aqui uma questão de procedimento, uma demonstração de uma vida de luta, na qual Lula, bem sei, é acompanhado por várias pessoas em nosso País, não apenas de um partido político, ou de uma ou outra entidade apenas. Nunca desejamos no PT esta exclusividade, pois temos certeza de que a solidariedade faz parte das virtudes que se colocam hoje como indiscutíveis para vários Senadores e Senadoras da República.

O Presidente destacou em seu discurso dois pontos que considero fundamentais e que hoje, mais que nunca, nosso Governo tem como básicos:

**Ponto 1:** Superar esses obstáculos, promovendo o crescimento e a inclusão social, e **esse** tem sido o nosso desafio e a nossa maior prioridade. E o fortalecimento e a expansão do cooperativismo e da economia solidária estão cumprindo um papel insubstituível nessa estratégia.

**Ponto 2:** Estou falando de parceria e companheirismo, de um trabalho que tem sido feito por meio do diálogo franco, consistente e amplo com a sociedade. Aliás, esse diálogo é um princípio e um método de trabalho que tem trazido bons resultados e dá muito orgulho ao meu governo.

Eu gostaria de dar relevo aos aspectos institucionais do que ali foi tratado por Lula. Afirmou o Presidente:

Criamos, em junho de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, com apoio do (...) Professor Paul Singer, e a participação dos movimentos que historicamente sempre defenderam essa bandeira. Desde então, a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem fomentado a criação de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários no campo e na periferia das grandes cidades. Sua ação vai dos assentamentos de reforma agrária às comunidades urbanas e rurais pobres.

Os resultados desse trabalho são palpáveis, Sr. Presidente. E é sobre isso que a mídia deveria também estar alerta e disposta (por que não?) a divulgar com todas as luzes e holofotes.

Destacou o Presidente ontem:

O trabalho da Secretaria resultou, entre outros, em projetos desenvolvidos em 200 co-



munidades quilombolas, beneficiando mais de 76 mil pessoas e na realização de feiras que aglutinam e dão visibilidade aos produtores da economia solidária em todos os Estados da Federação. Outras iniciativas de grande importância incluem a recuperação de empresas falidas, mas com viabilidade econômica, por trabalhadores em regime de autogestão. Estamos preparando também a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, que será um espaço especial de participação da sociedade civil na elaboração e proposição de políticas públicas relativas ao setor.

Iniciativas como essas foram citadas pelo Presidente Lula.

Cito um exemplo ocorrido no último final de semana: a Feira de Agricultura Familiar da região sul e sudeste do Estado do Pará, que mostrou produtos da agricultura familiar de assentamentos. Vimos com orgulho que já avançou, e muito, o extrativismo no nosso País.

Sr. Presidente, estamos diante de um momento em que, agora, o importante é trazer dados.

Esse é o melhor argumento, de novo, do discurso do Presidente Lula:

Juntas, as nossas cooperativas congregam mais de 5 milhões de brasileiros, em 13 setores diferentes; correspondem a 25% da economia agrícola e a 20% dos seus produtores; produzem 62% do trigo brasileiro, 45% do leite, 39% do algodão e 29% da soja; 55% dos cooperados rurais são pequenos proprietários com até 50 hectares de terra.

E mais:

O ano de 2005 foi proclamado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o Ano Internacional do Microcrédito. Não seria exagero, porém, afirmar que este é também o Ano Brasileiro do Microcrédito. No final de fevereiro passado, mais de 5 milhões e 500 mil contratos já tinham sido feitos por pessoas de baixa renda que tiveram acesso a empréstimos com juros de até 2% ao mês.

Eu não poderia, depois de ter trazido todas essas informações, deixar de mencionar em que contexto o nosso Presidente tratou da questão da corrupção. Disse ele:

Eu quero dizer para vocês que, de vez em quando, você é pego de surpresa com notícias que nenhum brasileiro gostaria de ser pego, sobretudo quando se trata de corrupção.

De vez em quando, fico me perguntando se é isso mesmo que as pessoas querem, porque se as pessoas querem combate à corrupção, as pessoas deveriam estar, todas, sobretudo as que estão acusando, aplaudindo o Governo. Porque na História Republicana, e ousou dizer isso na frente de trabalhadores e trabalhadoras rurais do meu País, na História Republicana, nenhum governo fez contra a corrupção 20% do que estamos fazendo. Nenhum governo fez. É só pegar todas as denúncias de corrupção dos últimos 10 anos. Podem pegar, tem gosto para tudo. Podem pegar.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte, Senadora Ana Júlia Carepa?

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Continuo.

Peguem as revistas brasileiras, peguem os jornais brasileiros, vocês vão perceber que ao longo de anos e mais anos são denúncias e denúncias de corrupção. Então vocês vão pensar: bom, todos são tratados igualmente, porque se fala que tem nesse, mas falavam que tinha no outro, a imprensa está sendo justa. Verdade. E a imprensa cumpre um papel extremamente importante em denunciar as possíveis mazelas que existem em qualquer lugar do País. Aliás, esse é um papel importante da imprensa. Agora o que muitas vezes não fica claro é a diferença entre o governo que age para combater e o governo que deixa a imprensa esquecer a manchete.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia Carepa, mais dois minutos e o som será cortado.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Obrigada. E depois de uma semana...

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Senadora Ana Júlia Carepa...

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Eu gostaria muito de conceder um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, mas preciso concluir meu pronunciamento.

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Mas todos conhecem o discurso do Presidente Lula.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Prossigo:

E depois de uma semana não se fala mais. Somente nesses dois anos e seis meses de Governo foram 1.290 pessoas presas por

investigações do Governo. Alguns são soltos depois porque o Governo não tem o poder de prender. A Justiça é quem determina a prisão ou não, como é o caso daquele que foi acusado de matar os fiscais do trabalho, que foi preso, depois foi candidato a prefeito, ganhou, e a Justiça o absolveu ou pelo ele menos ganhou uma liminar. Não podemos fazer nada. Mas só dentro da própria Polícia 129 policiais, entre policial federal e policial rodoviário, foram presos. Todas as grandes operações que vocês viram na imprensa – Operação Vampiro, Operação Anaconda, Operação Curupira – foi tudo feito por nós e decisão nossa. E vamos investigar tantas quantas aparecerem. O que não pode é o Governo ficar correndo atrás de denúncia vazia.

Sobre as menções ao parlamento, disse o Presidente:

Se tem denúncia contra a atuação do Congresso, é um problema do Congresso Nacional. Ali tem 513 Deputados, 81 Senadores, ou seja, eles que criem mecanismos de auto-investigação. Não tem como o Poder Executivo fiscalizar. É da responsabilidade dos Deputados. Que criem quantas CPIs quiserem criar. Agora, o que não pode é, por conta de insinuações ou ilações, você deixar de cumprir com

**Senhor Presidente,  
Senhora e Senhores Senadores.**

**Ontem, em evento no Município de Luziânia no Estado de Goiás, próximo aqui do Distrito Federal, o Presidente da República fez uma série de afirmações – segundo nosso posicionamento – extremamente importantes para o momento político vivenciado pelo nosso País.**

**Falo isso, Senhor Presidente, porque ao tratar do cooperativismo e sua importância em nosso País, o Presidente o fez, sem desconectar o tema da realidade. E assim deve ser!**

**Observemos o contrário. Se o Presidente Lula faz um discurso e não trata do momento político é criticado por que está desconsiderando aquela que equivocadamente tem sido chamada de 'crise institucional'. Se o Presidente fala algo, e se posiciona, é criticado por que deveria cuidar das coisas de Governo. Mas saberemos sobrepor, ultrapassar, este momento, e continuaremos a apresentar os inúmeros resultados positivos do nosso Governo. A sociedade tem, cada vez mais, capacidade de discernir entre o que é positivo ou não e, principalmente, o povo sabe diferenciar o joio do trigo no 'jogo político' que estamos vivenciando.**

**É fato que foi dado pela mídia o foco em afirmações específicas, e num certo sentido foi nesta mesma tecla que alguns parlamentares, desde ontem, vieram a este Plenário para – democraticamente – manifestar-se sobre o que havia dito pelo Presidente Lula. Começo lembrando o que ele disse:**

*"Vocês sabem melhor do que eu a relevância que tem o cooperativismo para uma cidade, para um estado e para uma nação. Hoje, por exemplo, um agricultor cooperado tem uma produtividade média 20% superior àqueles que trabalham isoladamente."*

o papel do próprio Congresso Nacional, que é votar as coisas que o Brasil tem interesse.

Querem discutir corrupção no Brasil, a Imprensa pode fazer o levantamento, a Imprensa pode fazer, a Imprensa tem arquivo, pede tudo que saiu de corrupção há dez anos, toda semana, todo dia e todo mês. E vejam o que foi investigado neste País.

E eu concluo, dizendo: é necessária a calma para justificar o que for devido...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senadora Ana Júlia Carepa, o tempo de V. Ex<sup>a</sup> está esgotado. A Mesa ainda permitirá um minuto e, depois, nenhuma tolerância.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Eu concluo, Sr. Presidente, afirmando e ratificando minha integral confiança em nosso Governo, em nosso Presidente Lula, e aqui estarei para defendê-los, sempre que necessário, com a calma necessária para explicar e justificar o que for devido, mas sem tergiversar naquilo que nos é mais caro:

Corrupção não!

Lugar de corrupto é na cadeia!

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA  
SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA.**

**Pois faço questão de trazer aqui um 'olhar distinto' daqueles que ouvi e li ontem e hoje em relação ao referido discurso do Presidente (*constante do anexo ao meu pronunciamento*), que desde já solicito ao Presidente seja dado como lido, para que passe a constar dos Anais desta Casa. Destaco uma reflexão fundamental do Presidente Lula:**

*"A **solidariedade** é um pré-requisito fundamental para superar os obstáculos históricos, políticos e econômicos que ainda mantêm a grande maioria da nossa população apartada dos benefícios do progresso."*

**Mais que um posicionamento, temos aqui uma questão de procedimento, uma demonstração de uma vida de luta, na qual Lula, bem sei, é acompanhado por várias pessoas em nosso País, não apenas de um Partido Político, ou de uma ou outra entidade apenas. Nunca desejamos no PT esta exclusividade, pois temos certeza que a solidariedade faz parte das virtudes que se colocam hoje como indiscutíveis para vários dos Senadores da República.**

**O Presidente destacou em seu discurso dois pontos que considero fundamentais e que hoje, mais que nunca, nosso Governo tem como básicos:**

**Ponto 1:** *Ao nosso Governo cumpre "superar esses obstáculos, promovendo o crescimento e a inclusão social", e esse "tem sido o nosso desafio e a nossa maior prioridade. E o fortalecimento e a expansão do cooperativismo e da economia solidária estão cumprindo um papel insubstituível nessa estratégia."*

**Ponto 2:** *"Estou falando de parceria e companheirismo, de um trabalho que tem sido feito por meio do diálogo franco, consistente e amplo com a sociedade. Aliás, esse diálogo é um princípio e um método de trabalho que tem trazido bons resultados e dá muito orgulho ao meu governo."*

## **Gostaria de dar relevo aos aspectos institucionais do que ali foi tratado por Lula. Afirmou o Presidente:**

*"Criamos, em junho de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, com o apoio do (...) professor Paul Singer e a participação dos movimentos que historicamente sempre defenderam essa bandeira. Desde então, **a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem fomentado a criação de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários no campo e na periferia das grandes cidades**. Sua ação vai dos assentamentos de reforma agrária às comunidades urbanas e rurais pobres."*

**Os resultados deste trabalho são palpáveis, Senhor Presidente. E é sobre isso que a mídia deveria também estar alerta e disposta (por que não?) em divulgar com todas as luzes dos holofotes. Destacou o Presidente:**

*"O trabalho da Secretaria resultou, entre outros, em **projetos desenvolvidos em 200 comunidades quilombolas, beneficiando mais de 76 mil pessoas**, e na realização de feiras que aglutinam e dão visibilidade aos **produtores da economia solidária em todos os estados da Federação**. Outras iniciativas de grande importância incluem a recuperação de empresas falidas, mas com viabilidade econômica, por trabalhadores em regime de autogestão. **Estamos preparando, também, a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, que será um espaço especial de participação da sociedade civil na elaboração e proposição de políticas públicas relativas ao setor.**"*



**Pois é isso Senhor Presidente. Estamos diante de um momento em que agora, o importante é trazer os dados. Esse é o melhor argumento:**

*"Juntas, as nossas cooperativas congregam mais de cinco milhões de brasileiros em 13 setores diferentes. Correspondem a 25% da economia agrícola e a 20% dos seus produtores. Produzem 62% do trigo brasileiro, 45% do leite, 39% do algodão e 29% da soja. Cinquenta e cinco por cento dos cooperados rurais são pequenos proprietários com até 50 hectares de terra."*

**E mais:**

*"O ano de 2005 foi proclamado pela Assembléia Geral das Nações Unidas como o Ano Intenacional do Microcrédito. Não seria exagero, porém, afirmar que este é também o Ano Brasileiro do Microcrédito. No final de fevereiro passado, mais de 5 milhões e 500 mil contratos já tinham sido feitos por pessoas de baixa renda que tiveram acesso a empréstimos com juros de até 2% ao mês."*

**Eu não poderia depois de ter trazido todas estas informações deixar de mencionar em que contexto o nosso Presidente tratou da questão da corrupção. Disse ele:**

*"Eu quero dizer para vocês que, de vez em quando, você é pego de surpresa com notícias que nenhum brasileiro gostaria de ser pego, sobretudo quando se trata de corrupção. De vez em quando eu fico me perguntando se é isso mesmo que as pessoas querem, porque se as pessoas querem combate à corrupção, as pessoas deveriam estar, todas, sobretudo as que estão acusando, aplaudindo o governo. Porque na história republicana, e*

ousou dizer isso na frente de trabalhadores e trabalhadoras rurais do meu país, na história republicana, nenhum governo fez, contra a corrupção, 20% do que estamos fazendo. Nenhum governo fez. É só pegar todas as denúncias de corrupção dos últimos 10 anos, podem pegar, tem gosto para tudo. Podem pegar. Peguem as revistas brasileiras, peguem os jornais brasileiros, vocês vão perceber que ao longo de anos e mais anos são denúncias e denúncias de corrupção, então vocês vão pensar: bom, todos são tratados igualmente, porque se fala que tem nesse, mas falavam que tinha no outro, **a imprensa está sendo justa**. Verdade. E a imprensa cumpre um papel extremamente importante em denunciar as possíveis mazelas que existem em qualquer lugar do país. Aliás, esse é um papel importante da imprensa. Agora, o que muitas vezes não fica claro é a diferença entre o governo que age para combater e o governo que deixa a imprensa esquecer a manchete. E depois de uma semana não se fala mais. **Somente nesses dois anos e seis meses de governo foram 1.290 pessoas presas por investigações do governo**. Alguns são soltos depois porque o governo não tem o poder de prender, a Justiça é quem determina a prisão ou não, como é o caso daquele que foi acusado de matar os fiscais do trabalho, que foi preso, depois foi candidato a prefeito, ganhou, e a Justiça o absolveu ou pelo menos ganhou uma liminar. **Não podemos fazer nada. Mas só dentro da própria Polícia, 129 policiais, entre policial federal e policial rodoviário, foram presos**. Todas as grandes operações que vocês viram na imprensa, da Operação Vampiro, Operação Anaconda, Operação Curupira, foi tudo feito por nós e decisão nossa. **E vamos investigar tantas quantas aparecerem. O que não pode é o governo ficar correndo atrás de denúncia vazia.**"

**Sobre as menções ao Parlamento, disse o Presidente:**

"Se tem denúncia contra a atuação do Congresso, é um problema do Congresso Nacional. Ali tem 513 deputados, 81 senadores, ou seja, eles que criem mecanismos de auto-investigação. Não tem como o Poder Executivo fiscalizar. É da responsabilidade dos deputados. **Que criem quantas CPIs quiserem criar.** Agora, o que não pode é, por conta de insinuações ou ilações, você deixar de cumprir com o papel do próprio Congresso Nacional, que é votar as coisas que o Brasil tem interesse."

**Portanto fica claro que o Presidente respeita o preceito constitucional da independência dos Poderes, além do fato óbvio de que a investigação é do interesse de todos. Nós, políticos, sabemos disso. A sociedade está atenta o nosso trabalho. É chegado o momento de estirpar este mal, a chaga da corrupção. E o Presidente sabe disso, tendo afirmado:**

*"Querem discutir corrupção no Brasil, a imprensa pode fazer um levantamento, a imprensa pode fazer, a imprensa tem arquivo, **pede tudo que saiu de corrupção há dez anos, toda semana, todo dia e todo mês. E vejam o que foi investigado neste país.**"*

**Bem, Senhor Presidente. Concluo afirmando e ratificando minha integral confiança em nosso Governo, em nosso Presidente e aqui estarei para defendê-los, sempre que necessário, com a calma necessária para explicar e justificar o que for devido, mas sem tergiversar naquilo que nos é mais caro:**

**Corrupção não!**

**Lugar de corrupto é na cadeia!**

**Era o que tinha a dizer.**

**Obrigado!**

**Senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA)**

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A  
SRA. ANA JÚLIA CAREPA EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso  
I, § 2º do Regimento Interno.)*

21/06/2005 - 15:42:53 Globo Online

**Leia a íntegra do discurso de Lula durante encontro sobre  
agricultura familiar**

"Comecem a ficar entusiasmados que daqui a pouco vocês vão ver o que vai acontecer. Meu caro Alcides Rodrigues Filho, governador do estado de Goiás; meus companheiros ministros de Estado, Miguel Rossetto, Olívio Dutra, Jaques Wagner, Dulci; meu companheiro José Fritsch; meus queridos companheiros deputados federais aqui presentes, o Zezé não está na minha nominata mas citá-lo-ei de forma precisa,

"Meu caro Assis Miguel do Couto; meu caro Vinhatti; meu caro Orlando Desconsi, Pedro Canedo; senhor Hélio Roriz, prefeito em exercício de Luziânia; meu querido companheiro Paul Singer; meu caro Humberto Oliveira, secretário do Desenvolvimento Agrário; meu caro José Paulo Ferreira Crisóstomo, representante da Coordenação Provisória da Unicafes,

"Meu companheiro Luiz Marinho, presidente da CUT; meu caro Manoel dos Santos, presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura; meu caro Daniel Kothe, representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar; meus companheiros e minhas companheiras delegados desse primeiro Congresso Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária,

"Muitos são os assuntos que poderiam me motivar, aqui, num improviso, mas eu pretendo ler algumas palavras para vocês. A solidariedade é um pré-requisito fundamental para superar os obstáculos históricos, políticos e econômicos que ainda mantêm a grande maioria da nossa população apartada dos benefícios do progresso.

"Superar esses obstáculos, promovendo o crescimento e a inclusão social, tem sido o nosso desafio e a nossa maior prioridade. E o fortalecimento e a expansão do cooperativismo e da economia solidária estão cumprindo um papel insubstituível nessa estratégia.

"Estou falando de parceria e companheirismo, de um trabalho que tem sido feito por meio do diálogo franco, consistente e amplo com a sociedade. Aliás, esse diálogo é um princípio e um método de trabalho que tem trazido bons resultados e dá muito orgulho ao meu governo.

"Por isso é para mim uma grande alegria participar hoje aqui do lançamento da União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

"Vocês representam uma nova e forte voz nos debates nacionais acerca das formulações e da implantação de políticas públicas relacionadas ao cooperativismo. E todos sabem que já demos passos importantes nesse caminho. É só olhar um pouquinho para trás, para saber o quanto nós avançamos.



"Criamos, em junho de 2003, a Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego, com o apoio do nosso querido professor Paul Singer e a participação dos movimentos que historicamente sempre defenderam essa bandeira. Desde então, a Secretaria Nacional de Economia Solidária tem fomentado a criação de cooperativas e empreendimentos econômicos solidários no campo e na periferia das grandes cidades. Sua ação vai dos assentamentos de reforma agrária às comunidades urbanas e rurais pobres.

"O trabalho da Secretaria resultou, entre outros, em projetos desenvolvidos em 200 comunidades quilombolas, beneficiando mais de 76 mil pessoas, e na realização de feiras que aglutinam e dão visibilidade aos produtores da economia solidária em todos os estados da Federação.

"Outras iniciativas de grande importância incluem a recuperação de empresas falidas, mas com viabilidade econômica, por trabalhadores em regime de autogestão. Estamos preparando, também, a criação do Conselho Nacional de Economia Solidária, que será um espaço especial de participação da sociedade civil na elaboração e proposição de políticas públicas relativas ao setor.

"Todas essas ações envolvem diferentes órgãos do governo federal e vão aumentar ainda mais o já destacado papel do cooperativismo e do associativismo na nossa economia. Não me canso de repetir que o Brasil ainda vai ser um dos países mais cooperativistas do mundo.

"Vocês sabem, e aqui eu quero dar ênfase a uma coisa, quando o nosso secretário, é um companheiro da Bahia, faz nascer dentro de mim um desejo, porque quando se falava em cooperativa no Brasil, se falava no sul do país; quando se falava em cooperativa se falava no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, um pedacinho do Paraná, e quase nada de São Paulo. E hoje, eu não vou nem perguntar porque os nordestinos vão esmagar o restante, pela grande quantidade de nordestinos que tem aqui hoje, numa demonstração de que a gente pode, através da cooperativa, através da organização de vocês, sonhar que o Nordeste brasileiro possa, num curto espaço de tempo, se transformar numa região tão organizada e tão produtiva quanto a região Sul ou Sudeste do país.

"Vocês sabem melhor do que eu a relevância que tem o cooperativismo para uma cidade, para um estado e para uma nação. Hoje, por exemplo, um agricultor cooperado tem uma produtividade média 20% superior àqueles que trabalham isoladamente.

"Juntas, as nossas cooperativas congregam mais de cinco milhões de brasileiros em 13 setores diferentes. Correspondem a 25% da economia agrícola e a 20% dos seus produtores. Produzem 62% do trigo brasileiro, 45% do leite, 39% do algodão e 29% da soja. Cinquenta e cinco por cento dos cooperados rurais são pequenos proprietários com até 50 hectares de terra.

"Estejam certos de que o estímulo ao crédito popular que vem sendo feito pelo governo federal tem tido grande impacto sobre o setor, assim como as regulamentações que têm viabilizado e fortalecido as cooperativas de crédito e as instituições de microcrédito.

"Eu quero lembrar que quando tomamos posse a grande reclamação é que era impeditivo, era proibido criar cooperativa de crédito neste país. Tinha normas e mais normas do Banco Central que criavam dificuldades atrás de dificuldades. Às vezes, os companheiros nos procuravam para dizer que estavam de oito meses a um ano esperando. Foi numa reunião que constituímos um grupo de trabalho com vários representantes de cooperativas e nós praticamente fizemos um grande (inaudível) na criação de cooperativas.

"Lógico que quando se trata de cooperativa de crédito, o governo federal e o Banco Central têm que ter um pouco mais de cuidado, porque se não tiver um pouco de cuidado e uma cooperativa quebrar, quem é que vai ficar com o prejuízo do cooperado? Quem é que vai devolver ao cooperado aquilo que ele aplicou? Então, o governo tem que se precaver para garantir que as pessoas que criam as cooperativas sejam da maior seriedade, da maior responsabilidade, porque não se pode brincar com o dinheiro alheio, sobretudo com o dinheiro do pequeno produtor ou do companheiro cooperado. É por isso que, recentemente, autorizamos a criação de cooperativas abertas de crédito, que vinham sendo reivindicadas junto ao Banco Central desde 1999.

"Vamos, agora, ampliar o leque de cooperativas que podem receber recursos oficiais por meio de uma série de medidas que o Conselho Monetário Nacional votará em breve.

"Meus companheiros e minhas companheiras. O ano de 2005 foi proclamado pela Assembléia Geral das Nações Unidas como o Ano Intenacional do Microcrédito. Não seria exagero, porém, afirmar que este é também o Ano Brasileiro do Microcrédito.

"No final de fevereiro passado, mais de 5 milhões e 500 mil contratos já tinham sido feitos por pessoas de baixa renda que tiveram acesso a empréstimos com juros de até 2% ao mês.

"Regulamentamos, em abril, a Lei do Microcrédito Produtivo Orientado, também com a participação do nosso querido Paul Singer, voltada para a população mais pobre que busca criar ou ampliar o seu micro ou pequeno negócio, gerando trabalho e renda para suas famílias.

"Aqui eu quero lembrar e quero saber se estão de acordo com o que foi a pretensão. No Brasil nós tivemos, durante oito anos seguidos, no governo passado, em média 30 milhões colocados à disposição do microcrédito. E nós, em abril, anunciamos, na verdade, 600 milhões de reais disponibilizados por conta do microcrédito orientado, o que é, nada mais, nada menos, que 20 vezes mais do que era a média anual disponibilizada nos governos anteriores.

"Esses empreendedores podem retirar empréstimos de até 5 mil reais com juros mais baixos e recebem assistência técnica para gerenciar suas atividades. Aí está envolvido o Sebrae e todos os organismos do governo, de ministérios que podem ajudar as pessoas a gerenciarem corretamente esses empréstimos que fazem.

"Além disso, os bancos públicos, como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, e o Banco da Amazônia - por que não o BNB? Não colocaram aqui, no meu discurso o BNB, que tem sido um parceiro extraordinário - já abriram mais de 5 milhões e 300 mil contas correntes simplificadas entre março de 2003 e março de 2005. Este é, certamente, o maior programa de inclusão bancária já visto no Brasil. Parece uma coisa simples, mas eu participei do primeiro ato, em que levamos as primeiras pessoas que entraram nessa inclusão bancária. E era fantástico as pessoas dizerem que nunca tinham pensado que era possível entrar num banco para tomar dinheiro emprestado se ela não tinha dinheiro para abrir uma conta. Antigamente as pessoas tinham que abrir a conta, então, às vezes, tinham que dar uma quantia em dinheiro maior do que a que iam depositar para abrir uma conta.

"A inclusão bancária, ela colocou praticamente cinco milhões de pessoas novas abrindo conta no banco sem precisar pagar para abrir a conta, e com a possibilidade de conseguir sacar um empréstimo para fazer um pequeno empreendimento. É, na verdade, não uma inclusão bancária, mas uma revolução no comportamento do sistema financeiro brasileiro, sobretudo dos bancos públicos que, quando tomamos posse, bancos importantes como o Banco do Brasil, tinha gerentes em alguns lugares que não sabiam mais emprestar dinheiro do Pronaf para o agricultor familiar. Não estavam mais habituados.

"As pessoas perderam o hábito de emprestar para pequenos, era muito mais fácil ficar sentado numa cadeira e emprestar de uma vez só tudo, do que ficar atendendo 300, 400 pessoas para pegar, cada um, um pouquinho. Esse foi um processo, até o Marinho, em agosto de 2003, me ligou se queixando. Nós fomos ver o que era. Tinha cidades brasileiras em que o gerente tinha desaprendido totalmente a lidar com a agricultura familiar. E em outros lugares do Brasil o agricultor familiar, tão cansado de ir atrás e não conseguir, já não ia mais.

"Essa é uma grande novidade que eu tenho dito aos companheiros da Contag. A grande novidade não é apenas você pular de 2 bilhões e 200 milhões que foram contratados, em 2002, 2003, para 6 bilhões e 250 milhões em 2004/2005. A grande vantagem, na verdade, não é apenas o montante de dinheiro, é que pela primeira vez nós conseguimos nacionalizar o crédito para o trabalhador da agricultura familiar.

"Hoje, o nordestino está indo buscar crédito; hoje, o pessoal do Norte do país está indo buscar crédito. Antigamente, e aí o pessoal do MDA sabe muito bem como é isso, até quatro ou cinco anos atrás, você

quando anunciava o Pronaf, saía normalmente 50% do que estava anunciado. E do que saía, 80% eram para a região Sul do país. Pela primeira vez nós estamos nacionalizando. Você, Zezéu, pode pegar sua terrinha, na Bahia, e ver quantos contratos foram feitos nessa safra 2004/2005, para você nunca mais falar mal do Rossetto. Você vai ver o quanto foi.

"E pode pegar, Manoel, Pernambuco, pode pegar a Paraíba, pode pegar Rio Grande do Norte, pode pegar o Piauí, pode pegar o Maranhão, pode pegar o Ceará, que vocês vão ver que, na história do Pronaf, nunca foram feitos 10% dos contratos que foram feitos nesses últimos dois anos de safra no nosso governo. E, se Deus quiser, vai se fazer muito mais este ano, porque tem gente que pensa assim: olha, companheiro, nós colocamos 7 bilhões este ano, o pessoal só contratou 6 bilhões e 250 milhões, que já foi quase 90% do disponibilizado. É recorde na história do Brasil. Então, vamos manter os mesmos 7. Não, vamos desafiar os trabalhadores.

"Nós criamos o Pronaf Mulher e ele ainda não pegou. Não pegou porque é uma questão cultural, é uma coisa nova, mas a mulher está sendo desafiada a discutir, dentro de casa, como é que ela vai pegar o seu dinheiro, fazer a sua lavoura, independentemente do marido. E também o Pronaf Jovem é uma reivindicação muito antiga, sobretudo do pessoal do Sul do país, que nós queremos estender para o Brasil inteiro. Às vezes um menino de 17 anos, de 20 ou de 21 anos, se tivesse a oportunidade de produzir num pedaço de terra da sua família, ele não iria para a cidade, então, nós criamos a possibilidade.

"Agora, Maneco, um conselho para você, da Contag; para o Marinho da CUT; para você, meu companheiro, como é nova aqui, a Unicafes, José Paulo, da Unicafes, essas coisas têm que ser divulgadas por vocês também, as pessoas têm que saber. Na hora em que uma dona de casa souber que independentemente do empréstimo que o marido dela fizer, ela pode ir ao Banco e "cavucar" o dela também para fazer a rocinha, o marido plantou a mandioca ela planta o feijão, o marido plantou... sabe, eu penso que nós temos que transformar essas coisas todas, não apenas em políticas públicas, porque políticas públicas vão na lei, são aprovadas, é decisão, mas quantas leis existem no país que não funcionam?

"É preciso que isso seja um movimento. Vejam, tem 9 bilhões à disposição da agricultura familiar, das cooperativas neste país, vocês têm que malhar para sacar os 9, têm que malhar. Vejam, eu digo sempre para os meus companheiros, se chegar em janeiro ou fevereiro do ano que vem, ou março, e o Miguel Rossetto me comunicar:

"Presidente, acabaram os 9". Podem ficar certos de que vai aparecer um pouquinho mais de dinheiro, podem ficar certos.

"Agora, se não gastarem os 9, aí fica difícil porque, de repente, e a



imprensa existe para informar a opinião pública, daqui a pouco a imprensa pega, faltaram 100 reais, e ela fala, "o governo não cumpriu a meta do Pronaf". Se a gente gastar mais, não vai dizer nada, mas a gente tem que gastar porque é necessário, é preciso criar uma outra cultura. Vocês estão lembrados que eu disse várias vezes: ao terminar o meu mandato, eu não quero ser lembrado por uma obra, porque uma obra qualquer um faz, eu quero ser lembrado pela relação estabelecida entre o Estado e a sociedade, entre o governo e o povo trabalhador deste país. É isso que faz a diferença, não é uma obra. É o grau de confiança e o grau da relação entre a sociedade, que é composta por homens e mulheres, com o governo e com o Estado brasileiro, com as instituições brasileiras.

"É por isso que a organização é fundamental. É por isso que não pode ser uma coisa eventual, vem um presidente e faz, vem outro não faz, vem outro faz, vem outro não faz, ou seja, não pode ser uma sanfona. Isso tem que ser uma política definida. Por quê? Porque estamos convencidos de que a agricultura familiar, que a cooperativa urbana... eu tenho exemplo de cooperativa urbana lá em São Bernardo, lá em Diadema, que é motivo de orgulho, é uma empresa, a Unisoja, era uma empresa de quase 3 mil trabalhadores, faliu, metade dos trabalhadores resolveu brigar na Justiça para receber os seus direitos. Até hoje não receberam, não é Marinho? E outra metade resolveu se organizar em cooperativa e hoje é uma fábrica altamente produtiva. Já tem mais de 500 trabalhadores, são todos cooperados, estão ganhando mais do que ganhavam antes, estão exportando e estão felizes da vida. Mas você não sabe como demorou para a gente conseguir um empréstimo do BNDES para que ele...ainda no outro governo, porque foi malho, ali foi duro. Se fosse hoje, se teria liberado com mais facilidade o dinheiro do BNDES.

"Vejam que interessante, companheiros, vocês sabem que eu estou falando de cooperativa porque eu não posso falar, como Presidente, daquilo que eu gostaria de falar aqui, não vim aqui para isso, cada coisa tem o seu momento, a sua hora. E como o peso da responsabilidade do presidente é maior do que o do cidadão comum, e eu não posso falar a quantidade de bobagens que se fala por aí, eu tenho que sempre esperar o momento certo para fazer as coisas que têm que ser feitas.

"Nós fizemos uma coisa neste país, que eu, de vez em quando, brinco com meus amigos economistas, que eu fiz tanta reunião e nós nunca discutimos isso. E no governo eu recebi uma sugestão da CUT... Hoje tem muita gente que fala que sugeriu isso para mim. Filho bonito é assim, todo mundo quer ser pai. É uma coisa maluca, porque o crédito consignado ocupa hoje 40% do mercado de crédito pessoal. É muito dinheiro que os trabalhadores estão tomando emprestado, é muito dinheiro que os aposentados e pensionistas estão tomando emprestado a juros de menos de 50% daquilo que ele pagava antes, porque o pobre

vivia exatamente na agiotagem. E isso foi uma pequena revolução no sistema bancário deste país. E aí, outra vez, o movimento sindical teve um papel importante, porque o movimento sindical fez acordo com as entidades representativas do banco e hoje... E nós tivemos o cuidado de não permitir que o trabalhador viesse a tomar um empréstimo em que ele tivesse que gastar mais de 30% do seu salário, porque antes existia para o setor público, mas muitas vezes o trabalhador se endividava tanto que esse trabalhador fazia o quê? Esse trabalhador não recebia mais pagamento. O pagamento dele ficava, totalmente, no banco. Agora nós limitamos a 30%, portanto, o companheiro pode pegar o empréstimo para pagar em 12 meses, 24 meses e sair da agiotagem. "Tem companheiro que na fábrica emprestava dinheiro, porque em 15 dias tinha que deixar o relógio como garantia. Então, agora ele está mais tranqüilo, ele pode pegar... Agora, nós precisamos fiscalizar para não permitir que ele comprometa o seu orçamento fazendo empréstimo que é só para coisas importantes.

"Eu queria dizer a vocês, meus companheiros e companheiras, que o lançamento da União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária ocorre em um momento histórico para os pequenos agricultores e agricultoras do nosso querido Brasil.

"Definimos, na semana passada, junto com os companheiros da Contag, o Plano Safra da Agricultura. O Plano Safra da Agricultura Familiar, que é o mais importante plano já feito neste país. A sua dimensão é mais uma prova dos bons resultados que estamos alcançando em parceria com os homens e as mulheres do campo. Eu ia lançar, lá em Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, na quinta-feira passada, não foi possível porque choveu muito e a gente não pôde descer. Eu queria fazer o lançamento no Nordeste, mas no Nordeste a época de começar o plantio é outra, portanto, são áreas diferentes. Mas nós ainda vamos ao Nordeste fazer o lançamento. Mas é com muita alegria que a gente pode olhar no olho de cada trabalhador e trabalhadora e dizer: este ano vocês terão disponibilizados 9 bilhões de reais para o Pronaf.

"Eu penso que, com isso, e eu disse ao companheiro Mané, no dia em que fizemos a reunião com Contag, eu disse ao Movimento Sem-Terra, eu disse aos companheiros da Fetraf-Sul: é importante a gente ir acumulando as reivindicações, porque eu sou daqueles, viu Marinho, companheiros sindicalistas, eu sou daqueles que acha que o movimento sindical nunca deve parar de reivindicar. E quanto mais se conquista, é normal que se queira um pouco mais. Isso é a nossa vida, ou seja, a gente conquista uma vírgula, a gente quer uma palavra; conquista uma palavra, a gente quer um texto completo; conquista o texto, a gente quer um livro; ganhou o livro, a gente quer uma biblioteca, ou seja, esse é um desejo insaciável e sadio do movimento social no Brasil e no mundo inteiro.

"A única coisa que eu acho é que a gente não pode reivindicar perdendo de vista aquilo que a gente já conquistou, porque as conquistas têm que fazer parte do manancial de conquistas históricas da classe trabalhadora. Eu disse ao Mané: nós vamos ter, em junho mais ou menos do ano que vem, quando nós formos lançar um novo Plano Safra 2006/2007, nós vamos fazer uma parada, Mané, quem sabe você me convoque na Contag, quem sabe em um lugar, para a gente fazer um balanço do que aconteceu na agricultura familiar, na relação do governo com a Contag, na relação do governo com os sem-terra, na relação do governo com as cooperativas, na relação do governo com as entidades do microcrédito. Nós vamos fazer um balanço do que aconteceu nos nossos quatro anos e o que aconteceu nos outros 40 anos neste país, para a gente poder avaliar concretamente qual é a evolução que nós tivemos.

"Eu quero dizer para vocês que o Brasil precisou passar por muitas transformações antes que o acesso à terra e aos meios de produção comesçassem a ser tratados pelo governo como direito básico dos nossos homens e das nossas mulheres. O que me incomodava mais, e quem conviveu comigo mais tempo sabe, era que às vezes a gente ficava brigando pela reforma agrária para assentar mais gente, e a gente não tinha uma política para tratar de quem já tinha a terra. Então, era uma coisa maluca que acontecia. Você estava fazendo uma caminhada para dar mais terra para quem não tinha terra e você passava do lado de quem tinha terra e você não tinha uma proposta para aquele que tinha a terra. E ele imaginava que você ia tirar a terra dele. A gente não tinha discurso para os milhões de brasileiros e brasileiras que já tinham a terra, já eram pequenos produtores, já tinham cultura e a gente parecia... eu me lembro que em 1982 eu chegava em algum lugar, às vezes o companheiro tinha, como diria minha mãe, no Nordeste, tinha "10 tarefas", ou não sei quantas "braças" e as pessoas pensavam que a gente ia tomar a terra deles porque a gente não tinha um discurso para a política da agricultura familiar.

"Agora não, agora nós temos estruturada uma política para a agricultura familiar, uma política para os assentamentos, e vamos fazer as coisas do jeito que precisam ser feitas, bem-feitas, de forma muito ordenada, e eu acho que a criação dessa União de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária, será um passo extraordinário.

"Eu quero dizer para vocês que, de vez em quando, você é pego de surpresa com notícias que nenhum brasileiro gostaria de ser pego, sobretudo quando se trata de corrupção. De vez em quando eu fico me perguntando se é isso mesmo que as pessoas querem, porque se as pessoas querem combate à corrupção, as pessoas deveriam estar, todas, sobretudo as que estão acusando, aplaudindo o governo. Porque na história republicana, e ousar dizer isso na frente de trabalhadores e

trabalhadoras rurais do meu país, na história republicana, nenhum governo fez, contra a corrupção, 20% do que estamos fazendo. Nenhum governo fez.

"É só pegar todas as denúncias de corrupção dos últimos 10 anos, podem pegar, tem gosto para tudo. Podem pegar. Peguem as revistas brasileiras, peguem os jornais brasileiros, vocês vão perceber que ao longo de anos e mais anos são denúncias e denúncias de corrupção, então vocês vão pensar: bom, todos são tratados igualmente, porque se fala que tem nesse, mas falavam que tinha no outro, a imprensa está sendo justa. Verdade. E a imprensa cumpre um papel extremamente importante em denunciar as possíveis mazelas que existem em qualquer lugar do país. Aliás, esse é um papel importante da imprensa.

"Agora, o que muitas vezes não fica claro é a diferença entre o governo que age para combater e o governo que deixa a imprensa esquecer a manchete. E depois de uma semana não se fala mais. Somente nesses dois anos e seis meses de governo foram 1.290 pessoas presas por investigações do governo. Alguns são soltos depois porque o governo não tem o poder de prender, a Justiça é quem determina a prisão ou não, como é o caso daquele que foi acusado de matar os fiscais do trabalho, que foi preso, depois foi candidato a prefeito, ganhou, e a Justiça o absolveu ou pelo menos ganhou uma liminar. Não podemos fazer nada. Mas só dentro da própria Polícia, 129 policiais, entre policial federal e policial rodoviário, foram presos.

"Todas as grandes operações que vocês viram na imprensa, da Operação Vampiro, Operação Anaconda, Operação Curupira, foi tudo feito por nós e decisão nossa. E vamos investigar tantas quantas aparecerem. O que não pode é o governo ficar correndo atrás de denúncia vazia. Se tem denúncia contra a atuação do Congresso, é um problema do Congresso Nacional. Ali tem 513 deputados, 81 senadores, ou seja, eles que criem mecanismos de auto-investigação. Não tem como o Poder Executivo fiscalizar. É da responsabilidade dos deputados. Que criem quantas CPIs quiserem criar. Agora, o que não pode é, por conta de insinuações ou ilações, você deixar de cumprir com o papel do próprio Congresso Nacional, que é votar as coisas que o Brasil tem interesse.

"Eu não tenho no Congresso Nacional nenhum projeto pedindo aumento para o Presidente, eu não tenho no Congresso Nacional nenhum projeto pedindo prorrogação de mandato para o Presidente, eu não tenho nenhum projeto no Congresso pedindo para fazer a tri reeleição do Presidente. Não tem nenhum projeto de meu interesse. Os projetos que estão no Congresso Nacional são de interesses deste país, de 180 milhões de brasileiros. As pessoas podem gostar ou podem não gostar. As pessoas votam ou não votam, porque gostam ou porque não gostam. Nós não podemos permitir que por conta de uma CPI, o



Congresso não funcione. O Congresso pode estabelecer horário para CPI, pode estabelecer horário para as Comissões, pode estabelecer horário para votar. Este país é muito grande, a democracia está muito sólida para a gente achar que uma CPI pode criar qualquer embaraço. O que a CPI pode fazer é apurar. Se apurou, vai para o Ministério Público, quem tiver culpa pagará pelo erro que cometeu, quem não tiver será absolvido. É assim que funciona a democracia, é assim que funcionam as leis. O que não dá é para a gente ficar sempre assistindo coisas que não condizem com a realidade.

"Vamos pegar a questão do Correio. A questão do Correio, no sábado em que saiu a matéria, nós já abrimos inquérito policial, o acusado já estava fora, nós afastamos o outro diretor. Esse é o papel do governo. Não tem outro papel do Poder Executivo, a não ser fazer isso. É mandar a Polícia Federal para dentro. Se tem outras coisas, que digam, quantas aparecerem... porque no Brasil as pessoas tinham o hábito de fazer denúncia de corrupção que morria no dia seguinte. Eles não sabem com quem estão lidando. E vou repetir aqui uma coisa, que é o seguinte: com corrupção a gente não brinca. O que a gente não pode é manchar o nome das pessoas, a gente não pode colocar pessoas desnudas na frente da sociedade, depois não prova nada e ninguém pede desculpas. Nós já vimos isso ao longo da história.

"Mas todas as denúncias que forem pertinentes ao governo federal serão investigadas, contra quem quer que seja, sem bravata, porque neste país eu já vi bravata. Neste país eu já vi alguém ser eleito em nome de ser um caçador de marajá. E todo mundo viu o que aconteceu neste país.

"Querem discutir corrupção no Brasil, a imprensa pode fazer um levantamento, a imprensa pode fazer, a imprensa tem arquivo, pede tudo que saiu de corrupção há dez anos, toda semana, todo dia e todo mês. E vejam o que foi investigado neste país. Eu digo uma coisa para vocês, meus companheiros, eu digo todo dia isso, já disse na televisão, que é o seguinte: eu sou filho de uma mãe analfabeta e pai analfabeto. Minha mãe morreu sem saber escrever um "o" com um copo. E determinadas coisas a gente não aprende na universidade, a gente não aprende na política, a gente não aprende na rua, a gente aprende dentro de casa. Vergonha na cara a gente aprende é dentro de casa.

"E, portanto, vocês nunca vão me ver nervoso e fazendo bravata. Não é esse o meu papel, eu já fiz muita. Eu agora sou Presidente da República. Eu, agora... Vocês pensam que eles não ficam incomodados porque eu estou aqui sem gravata? Porque tem um ritual, eu sou a negação do ritual histórico que foi criado neste país, mas não pela minha roupa, porque eu até me visto melhor do que muita gente, mas pela minha origem, de onde eu vim, isso é que faz a diferença. Estar aqui com vocês, fazendo o que estamos fazendo, faz diferença, sabem

por quê? Porque incomoda, incomoda muita gente. Vocês sabem quanto nós fizemos de transferência de renda nesse pouco tempo que estamos no governo? São 17 bilhões de reais de transferência de renda, dinheiro que sai dos cofres públicos e vai para a mão do povo pobre deste país, que vai para a mão daqueles que nunca tiveram dinheiro.

"É por isso que o Estatuto do Idoso ficou 13 anos para ser aprovado no Congresso Nacional e não era aprovado. É por isso que o Bolsa Família incomoda: mas esse Lula está dando dinheiro para pobre. E nós ainda nem cumprimos aquilo que vamos cumprir. Eu acho que o dinheiro mais sagrado, o dinheiro mais sagrado que o Estado pode designar é o dinheiro que pode garantir a uma pessoa ter acesso à informação, ao trabalho, a comer, e isso nós vamos garantir. Até porque o dinheiro que este país tem, vem lá de baixo e, se vem lá de baixo, tem que ser devolvido de forma sadia e honesta.

"Eu não gostaria de ter o Bolsa Família, eu gostaria de ter emprego para todo mundo, mas todo mundo sabe que essas coisas também não acontecem com um passe de mágica. Não tem nem príncipe encantado, nem fada para, com um toque, arrumar tudo que tem que arrumar, mas estamos fazendo aquilo que está ao nosso alcance e eu sei que tem gente incomodada: mas 7 milhões de famílias recebendo o Bolsa Família? Em dezembro, vão ser 8 milhões e 700 mil famílias, para a pessoa poder comprar o leite para o seu filho, para a pessoa poder comprar o pão para o seu filho. Tem gente que não gosta, aliás, tem gente que fala que isso é gasto, tem gente que trata como gasto e, na minha consciência, esse é o investimento, é o investimento que salva uma vida.

"Vejam, então vocês imaginem que deve ter alguém que não está gostando disso porque 17 bilhões de transferência de renda, mais 15 bilhões de empréstimos consignados, são 32 bilhões de reais que entraram no mercado, o povo deve estar comprando alguma coisa. Porque os que torciam para que fosse um desastre o governo, já estão com medo hoje é da reeleição. Esse é o dado concreto e objetivo. Começaram dizendo que nós não sabíamos gerenciar, depois começaram dizendo que nós tínhamos muitos ministros, incomodou a eles criarmos a Secretaria da Igualdade Racial, incomodou a eles criarmos a Secretaria da Mulher, incomodou criarmos a Secretaria da Pesca, ou seja, por que incomoda tanto você criar Secretarias que organizam a sociedade? Por que incomoda tanto?

"Depois que nós fomos quebrando todas as barreiras que eles foram colocando, todas, eles então resolveram mexer na questão ética. E vejam que tudo isso que nós estamos vivendo é por conta de um cidadão que diz que pegou 3 mil reais. Um cidadão de terceiro escalão. Vocês podem fazer um levantamento e ver o quanto importavam as outras denúncias de corrupção no Brasil. Para mim, eu vou dizer uma

coisa para vocês, se as pessoas sérias deste país quiserem ver o que vai acontecer, podem saber que nós vamos fazer a luta contra a corrupção se transformar, não numa bandeira, porque isso não pode ser bandeira apenas, a luta contra a corrupção tem que ser uma prática cotidiana, tem que ser uma mudança em todas as instituições, tem que ser uma mudança de comportamento e, se é para fazer, ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu para fazer o que precisa ser feito neste país.

"Por isso companheiros, como eu ainda não estou candidato, tenho uma função a cumprir até dia 30 de dezembro, e eu sei que quem é oposição tem mais pressa, é sempre assim. O mandato para quem está no governo é curto, de 4 anos, para quem está na oposição é uma eternidade, e vocês sabem que eu tenho experiência de ser oposição, porque já fui quantas vezes? Eu acho que nós temos que fazer a reforma política neste país, temos que fazer as coisas que tiverem que ser feitas e vamos ter que fazer o processo eleitoral com a maior tranqüilidade possível, no tempo certo.

"Eu, por enquanto tenho dito o seguinte: o meu problema é fazer aquilo que eu tenho o compromisso com vocês e quero dizer que a prestação de contas, nossa, se Deus quiser será num grande ato, com todo o movimento social, para poderem julgar.

"Eu digo sempre o seguinte: o maior legado que eu quero levar quando deixar a Presidência da República, é poder encontrar com vocês de cabeça erguida, como eu estou agora, e poder chamar vocês de companheiros e companheiras, como eu chamava antes de ser Presidente da República.

"Muito obrigado, e boa sorte para vocês."

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador César Borges.

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de lavrar um protesto pela atitude antiparlamentar da Senadora Ana Júlia Carepa, porque é uma tradição, nesta Casa, que, ao solicitar um aparte, tendo tempo, sempre seja concedido. Eu queria apenas indagar: se ela é contra a corrupção, onde está o Waldomiro Diniz, onde está o caso que tanto alardeou o País e que foi abafado pelo Governo Federal?

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – Onde está a CPI dos Correios. Porque se dependesse do Governo não estaria instalada. Está lá porque, efetivamente...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. CÉSAR BORGES** (PFL – BA) – ... o Deputado Roberto Jefferson fez as declarações que o Brasil precisava conhecer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nobre Senador César Borges, V. Ex<sup>a</sup> faz uma manifestação pela ordem. A Mesa só esclarece que é facultado ao orador conceder ou não o aparte.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Sr. Presidente, baseada no art. 14 do Regimento Interno, solicito a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Senadora Ana Júlia Carepa tem o direito de usar a palavra nos termos do art. 14, neste momento, até por cinco minutos.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA. Para uma explicação pessoal. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero dizer que, no início desta sessão em que eu aqui estava, o Presidente, Senador Tião Viana, foi muito claro ao dizer que cumprirá o Regimento, porque muitos Senadores e Senadoras estão reclamando, com razão, de que os pronunciamentos se estendem pelo dobro, pelo triplo ou por quatro ou cinco vezes o tempo para um único orador, que acaba, com isso, simplesmente monopolizando o Plenário, não dando chance para que todos falem. Todos aqui me conhecem e sabem que sou uma pessoa que procura dar apartes, uma pessoa cordata, que, independentemente das nossas divergências políticas, tenho um relacionamento extremamente cordial com todos os Senadores e Senadoras, inclusive da Oposição, e o Senador é testemunha disso.

Portanto, quero dizer que não tive uma atitude antiparlamentar, mas, como estava falando de um assunto importante, estava aqui falando do discurso do Presidente Lula, de um outro olhar sobre esse discurso, se eu desse um aparte – que lhe daria com todo prazer, como já o fiz em outros momentos, e V. Ex<sup>a</sup> é testemunha – eu o faria, porque o nosso Presidente foi muito claro. Acho, inclusive, que a Mesa está tomando uma atitude correta. Para que todos possam ter o direito de falar, é necessário que possamos fazer isso. Muitas vezes, temos vontade de dar muitos apartes, mas nós tomamos a decisão de diminuir o tempo de cada um na tribuna para que mais pessoas pudessem falar.

Não tenho dúvidas. Quero dizer que, sempre que possível, darei aparte com o maior prazer.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Demóstenes Torres. (Pausa)

Senador Alberto Silva. (Pausa)

Senador Efraim Morais.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com dois minutos de tolerância.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ouvi atentamente os pronunciamentos nesta Casa no dia de hoje. Eu dizia a V. Ex<sup>a</sup> que ontem estive até a meia-noite, ao lado de outros Parlamentares, na CPI dos Correios, ouvindo o Sr. Maurício Marinho, que passou a noite numa linha, tentando negar o que estava escrito na gravação da fita. Mas hoje, Senador César Borges, os próprios advogados do Sr. Maurício chegaram ao ponto de ameaçar abandonar o seu constituinte, desde que ele não continuasse a dizer a verdade. Resolveu falar a verdade e daí a reunião vai bem.

Eu quero dizer, Sr. Presidente, que o discurso feito ontem pelo Presidente Lula, tentando desviar o foco da corrupção no seu Governo, é lamentável. É de quem, realmente, quer tapar o sol com a peneira.

Quero aqui fazer um registro e me solidarizar com o Presidente desta Casa, Senador Renan Calheiros, quando afirma que não é hora “de transferir responsabilidades”. Diz a matéria da **Agência Senado**:

A propósito das afirmações do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sobre o Congresso em relação às denúncias de corrupção, o Presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou em entrevista coletiva no final da manhã desta quarta-feira que não é hora “de transferir responsabilidades, é hora de investigar, de responsabilizar e de punir exemplarmente, se for o caso.

Eu concordo com a Senadora Ana Júlia Carepa que lugar de corrupto é na cadeia. O que eu não estou vendo é nenhuma providência do Governo Lula de co-



locar corrupto na cadeia, porque até hoje não se sabe o que foi dito no depoimento do Sr. Waldomiro Diniz. Até hoje não sei qual foi a providência tomada pelo Governo Lula em relação ao Sr. Waldomiro Diniz. Não sei nem como o pobre está vivendo, porque, desempregado, era para se encontrar em estado emergencial, faminto. Mas eu sei que o ex-patrão dele, poderoso, deve estar dando toda a cobertura – ex-poderoso! Hoje é um companheiro do Congresso Nacional.

Sr. Presidente, quero aqui apenas mostrar o que vem ocorrendo sem que haja qualquer providência. Está aqui. Os companheiros Ministros foram avisados pelo Roberto Jefferson, Deputado Federal, e continuam no Governo. Foram avisados do mensalão. Foram avisados que estavam sendo alugadas Bancadas inteiras no Congresso Nacional para aprovar os projetos de interesse do Governo Lula, do Governo do PT.

E o que é que se pergunta, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores: o dinheiro para pagar esses Deputados vem de onde?

Parece-me que há gente desinformada aqui, que não assistiu ao Sr. Maurício Marinho, aqui ainda há pouco, quando disse que lá ia o Sr. Delúbio, o Sr. Silvio, Luiz Gushiken, Ministro ligado à Diretoria de Marketing dos Correios. Aqui está: Antonio Palocci foi avisado; Aldo Rebelo foi avisado; o Ciro Gomes foi avisado; o Miro Teixeira e o Walfrido Mares Guia, todos foram avisado, mas ninguém viu uma única providência.

O Governo Lula não tem mais essa autoridade toda de dizer que somente ele pode falar em ética. Essa história, em que todo eleitorado se envolveu, a história de uma grande figura, é uma história muito bonita. É a história de um homem que saiu lá do meu Nordeste, venceu na vida, chegou ao posto mais alto deste País e, aí, decepcionou o povo brasileiro, principalmente os mais humildes que esperavam um homem humilde como era o Presidente Lula. Lamentavelmente, o Governo Lula não tem autoridade nenhuma neste momento, quando encobre e deixa os que estão sendo denunciados no seu Governo: o diretor do PT, o tesoureiro do PT – Partido de Sua Excelência –, o Sr. Delúbio. Isso está comprovado em todas as denúncias. Está aí a secretária Karina. Está aí o Maurício. Estão aí todos os depoimentos. Esse cidadão está envolvido. Está aí o Sr. Silvio, que é o Secretário-Geral do PT, mas o PT não tem coragem. O Governo, o PT e os aliados estão com medo da verdade. Essa é a verdade. Está faltando coragem ao PT, porque, no mínimo, o Sr. Delúbio diz: se me tirarem daqui e me jogarem às feras, eu vou entregar os outros.

A história é só esta: trata-se de proteção. Estão tentando blindar, mas não se blindam quando se tem,

acima de tudo, o caminho reto para se descobrir a corrupção que vem dentro deste Governo.

Então é preciso que o Brasil inteiro fique atento, mais do que nunca. Esta Casa, o Congresso Nacional começa a cortar – e deve cortar mesmo – a partir dos seus membros. Todos que estejam envolvidos, todos que tenham responsabilidade, sejam Deputados, sejam Senadores, se estiverem envolvidos, têm que pagar. E aí o Poder Executivo tem que fazer a sua parte, porque o dinheiro para o mensalão não chegou aqui caído do céu, não. Ele veio do Poder Executivo; ele veio dos cofres do PT. E cabe a nós, ao Poder Legislativo, investigar e chegar, exatamente, aos fatos.

Senador César Borges, escuto V. Ex<sup>a</sup>; em seguida, o Senador Sérgio Guerra e a Senadora Ana Júlia Carepa.

**O Sr. César Borges (PFL – BA)** – Senador Efraim Morais, eu lhe agradeço. V. Ex<sup>a</sup> demonstra que é alguém que defende e que permite o debate. É por meio do debate que podemos chegar à verdade. Não adianta fazer discurso, ler o discurso do Presidente, que procura mostrar algo que o País inteiro sabe que não é verdade, porque não há apuração da corrupção neste País, Senador Efraim. V. Ex<sup>a</sup> centra no problema da impunidade. Seria diferente se ela tivesse sido apurada desde o início, quando houve o Caso Waldomiro Diniz, alguém que trabalhava no Palácio do Planalto e que não tinha condições de estar aqui no Congresso, desde aquela época, aliciando consciências de Parlamentares por intermédio da troca de favores e – agora nós sabemos – também de dinheiro. Mas nada foi feito. O Governo tentou abafar e abafou a CPI dos Bingos. O Governo tentou abafar a CPI dos Correios, e tantas outras denúncias não foram apuradas. Agora, a CPI dos Correios, em apenas dois dias de funcionamento, já mostra o grau de comprometimento das estatais, de dinheiro público.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. César Borges (PFL – BA)** – Dinheiro que está sendo usado para subverter a consciência de Parlamentares. Portanto, V. Ex<sup>a</sup> está certíssimo, e eu o cumprimento pelo seu discurso. Não adianta discurso “chapa branca”, oficial, nem ler discurso de Presidente da República, que quer transferir responsabilidade para o Congresso. Se alguém deve no Congresso, que pague. O dinheiro do mensalão, foco ativo da corrupção no Brasil, saiu dos cofres do Poder Executivo; dinheiro do povo brasileiro para comprar consciência.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O Sr. César Borges** (PFL – BA) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pelo seu pronunciamento, Senador Efraim Morais.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nobre Senador Efraim Morais, como V. Ex<sup>a</sup> é membro da Mesa e tem dado toda a colaboração, ressalto que há uma solicitação expressa do Presidente Renan Calheiros, atendendo a reclamações, para que possamos cumprir o horário. Sendo assim, solicito que os apartantes colaborem com V. Ex<sup>a</sup> em mais dois minutos, para que se encerre o seu pronunciamento.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente.

Senador César Borges, além do que V. Ex<sup>a</sup> aborda, daqui a pouco, o Supremo dará continuidade ao julgamento da CPI dos Bingos. Quando conseguimos a assinatura mínima, a Bancada que dá apoio ao Governo – PT, PMDB e outros Partidos – não fez a indicação dos membros da CPI, impedindo, abafando a CPI. Lamentavelmente, agora, o Supremo obrigará a Presidência desta Casa a fazer as indicações dos membros da CPI. Isso é muito ruim para o Poder Legislativo. Sabemos que falta apenas um ou dois votos e ainda votarão seis ou sete Ministros, o que significa que, além dessas outras CPIs, teremos que buscar o Sr. Waldomiro Diniz, que ninguém sabe onde está. Entretanto, nós o buscaremos por meio da CPI.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Alerta que o som será interrompido em um minuto.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup>, até porque...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Infelizmente, não vou poder atendê-lo, apesar de ter a maior estima por V. Ex<sup>a</sup>, Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – De fato, não há espaço nem interessa muito ao PT discutir este assunto. É por isso que o PT está ausente.

Ouçõ V. Ex<sup>a</sup> com prazer, Senador Sérgio Guerra.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Sr. Presidente, farei uma rápida ponderação na linha do discurso do Senador Efraim Morais. Primeiramente, no que diz respeito à declaração do Presidente da República, entendo, pessoalmente, que se trata de um homem honesto e decente. Mas quem o é não precisa dizer que ninguém é mais decente e honesto do que ele.

Ao contrário, um Presidente da República que sofre, no seu Governo, acusações que Sua Excelência está sofrendo deve tomar a seguinte atitude: vamos fazer, sobre essas acusações, um exame de consciência em todo lugar e, seguramente, no Congresso, nas CPIs.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concederei mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Sérgio Guerra** (PSDB – PE) – Não vamos criar constrangimentos. Mas o Presidente não pode ficar dizendo que, em razão do seu passado, a vida dele está acima do bem e do mal, porque não é verdade. No Governo, há, seguramente, denúncias muito graves que precisam ser apuradas. Não estou prejulgando, mas elas têm que ser apuradas. Mas o conjunto do que vemos é, primeiramente, uma confirmação do que está ocorrendo na Comissão da Câmara dos Deputados e do que houve hoje na CPI, isto é, a confirmação de tudo o que tem sido dito até agora. Há uma lógica consistente. O Deputado Gustavo Fruet, há dez minutos, organizou todo esse processo com enorme lucidez na CPI – e não foi contestado por nenhum petista presente. Temos que ter tranquilidade, acabar com esse negócio de falar mal de Congresso, de Deputado, de Senador. Tudo o que é picareta na vida, quando quer parecer honesto, fala mal de Deputado ou de Senador. Virou mania esse negócio. Se tem Deputado, Senador, com responsabilidade no caso, são os Deputados que estão sendo citados, que isso seja apurado com tranquilidade, como devemos fazer. Não é isso?

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Sérgio Guerra, infelizmente a Mesa não pode conceder mais tempo a V. Ex<sup>a</sup>, porque tem havido reclamações de diversos Senadores, por diversos dias. Há uma quebra, inclusive, do princípio da autoridade de quem está presidindo os trabalhos. Assim, para respeitar os Senadores inscritos, peço a V. Ex<sup>a</sup> que faça a sua inscrição e use o tempo necessário. Infelizmente, a Mesa não vai conceder a nenhum Senador além de um minuto do tempo da tolerância. Lamento muito. Tenho tido a mais absoluta cordialidade com todos, mas é um princípio de proteção dos Senadores, que têm reclamado, e ontem a Mesa reiterou, por escrito, essa manifestação do Presidente Renan Calheiros.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, peço um minuto para concluir. Quero concluir o meu pronunciamento agradecendo aos Senadores e dizendo ainda à Senadora que, dos meus sessenta segundos, vinte segundos posso ceder a S. Ex<sup>a</sup>. Só vinte segundos, para que eu conclua em vinte segundos.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa** (Bloco/PT – PA) – Agradeço, Senador, e só quero lembrar que o que o Presi-

dente disse é que nunca se combateu tanto a corrupção neste País. E não é verdade que não se prenderam corruptos. Muitos foram presos. Infelizmente, vou ter que ir para a CPMI da Terra, mais uma CPMI nesta Casa.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Eu lamento ter que discordar de V. Ex<sup>a</sup> e dizer que é um combate de fachada. Na realidade, o que estamos vendo é que o Governo inteiro está envolvido nas denúncias. A corrupção no Executivo nunca foi vista como neste Governo. A verdade é essa!

Desejo, Sr. Presidente, hipotecar irrestrita solidariedade às palavras do Sr. Presidente Renan Calheiros, e com a certeza de que o Presidente não deve transferir responsabilidades, mas deve investigar.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Efraim Morais.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, por cessão do Senador Jonas Pinheiro.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador José Jorge.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever como Líder da Minoria para após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito após a Ordem do Dia.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, não vou continuar falando só sobre CPI, CPI, CPI, até porque entendo que é legítimo o debate que está ocorrendo na Comissão, e, como temos dito aqui, quase diariamente, doa a quem doer, a CPI vai cumprir o seu papel, como também a Polícia Federal e o Ministério Público!

Desejo falar, Sr. Presidente, de algo positivo, que foi o acordo firmado entre Câmara, Senado e o Executivo sobre a PEC paralela. Enfim, depois de mais de vinte dias, consegui, no dia de ontem, um grande entendimento com todos os Líderes da oposição e da situação e encaminhei à Mesa o requerimento para que a PEC paralela tramite em regime especial, ou seja, com urgência.

O Senador Rodolpho Tourinho, atual Relator da matéria, disse que esta semana ele entrega o seu relatório para o debate e a votação já aqui no plenário. Isso é muito bom, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, porque se criou, na opinião pública, uma enorme desconfiança, e até julgavam que era uma farsa o relatório de V. Ex<sup>a</sup>. E, quando me perguntavam, eu dizia que não era uma farsa e que nós haveríamos de votar a PEC

paralela, assegurando paridade, transição, subteto, não contribuição do inativo com doença incapacitante, aposentadoria para a dona de casa, controle social para evitar, inclusive, a corrupção.

Felizmente, o relatório está pronto. Há uma ou duas questões mais polêmicas, que vamos decidir com tranquilidade, aqui no plenário e no voto. O importante é que o acordo firmado no Senado da República, tenho certeza, será respeitado. E milhões porque não são somente os servidores, milhões de trabalhadores deste País, entre eles as donas-de-casa, graças ao seu relatório, Senador Tião Viana, serão beneficiados. Participei das articulações, e a recepção de todos os Líderes foi muito boa, mas, se não fosse a costura feita por V. Ex<sup>a</sup>, não teria sido possível. Assim, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>, que foi o primeiro Relator. Hoje, na Mesa, não poderia continuar com a relatoria, mas o Senador Rodolpho Tourinho está cumprindo essa parte, e a está fazendo muito bem.

Então, estamos caminhando para que aquilo que era quase só uma esperança se torne uma realidade. Creio que poderemos ver a PEC paralela votada antes do recesso.

Mais uma vez, Sr. Presidente, quero dizer que as entidades dos trabalhadores da área pública e da área privada estão apoiando esse movimento. Ficaram de plantão aqui em Brasília e estarão aqui em massa, com certeza, na próxima semana, acompanhando a votação, que espero seja por unanimidade.

Sr. Presidente, destaco ainda, nesta oportunidade, a importância do grande movimento que está sendo feito na sociedade brasileira para aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, que tem todas as condições de ser votado no máximo até o dia 16 de novembro, nas duas Casas, para assegurarmos a sanção no dia 20 de novembro.

Quanto ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, já participaram desse debate mais de 25 mil pessoas. Foram exatamente 1.252 reuniões para caminharmos com esse objetivo.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senador Paulo Paim, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Ouço V. Ex<sup>a</sup>, Senador Efraim Morais.

**O Sr. Efraim Morais** (PFL – PB) – Senador Paulo Paim, quero parabenizar V. Ex<sup>a</sup> por trazer o assunto da PEC paralela para o nosso debate. V. Ex<sup>a</sup> pode ter certeza de que nós, que fazemos o PFL, teremos a mesma posição que tivemos. E espero – concordo com V. Ex<sup>a</sup> – que haja unanimidade nesta Casa, como foi aprovada a PEC paralela com 69 votos a favor, sem nenhum contrário. Digo a V. Ex<sup>a</sup> que nós do PFL, na tarde de ontem, sob a liderança do Senador José Agri-

pino, reunimo-nos com o Relator Tourinho, e o próprio Senador José Agripino, com o aval de toda a Bancada, assinou, ao lado do Senador José Jorge, que é Líder da Minoria, a urgência para que a matéria venha a plenário. Então, parabeno V. Ex<sup>a</sup>. Sei da luta de V. Ex<sup>a</sup> e de vários companheiros nesta Casa. Digo que a posição da nossa Bancada do PFL em relação à PEC paralela continua a mesma: vamos votar a matéria por unanimidade, ou seja, sempre em defesa dos interesses dos trabalhadores brasileiros. Parabeno V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Ouço o Senador José Jorge.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Minha intervenção é no mesmo sentido, Senador Paim. Na realidade, é muito importante aprovar a PEC paralela. Infelizmente, o Governo não deu a prioridade que deveria ter dado na Câmara, e só agora a PEC paralela chegou ao Senado. Quanto ao Estatuto da Igualdade Racial, que é uma iniciativa de V. Ex<sup>a</sup>, fico muito feliz de saber que a sociedade inteira está-se mobilizando para isso. Só faço um apelo à sociedade, às diversas ONGs, mesmo essas que são ligadas ao Governo e ao Partido dos Trabalhadores, para que não se mobilizem contra a apuração das corrupções que estão sendo investigadas pelas CPIs, porque, na realidade, o Ministro José Dirceu, na homenagem que recebeu do PT no sábado, pediu a essas instituições que fizessem essa mobilização. Essa será a primeira mobilização do mundo a favor da corrupção. Precisamos que a sociedade apóie a apuração da CPMI, como é o desejo de todo o Brasil. Muito obrigado.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Senador José Jorge, Senador Efraim Morais, quero avalizá-los, quando dizem que o PFL efetivamente está a favor da PEC paralela. Por que digo isso? Eu havia combinado com todos os Líderes que só entregaria à Mesa o requerimento de urgência se todos os Líderes o assinassem. Exatamente ontem, o Líder José Agripino assinou o requerimento e pude, então, entregá-lo à Mesa, depois de fazer naturalmente um debate com a Bancada e com o Relator Rodolpho Tourinho. Nós conseguimos a unanimidade: assinou pela Liderança do Governo o Senador Aloizio Mercadante, assinou Delcídio pelo bloco de apoio, e assinaram todos os Líderes da Oposição e dos outros Partidos da base do Governo.

Senador José Jorge, quanto à segunda questão, V. Ex<sup>a</sup> pode ter certeza absoluta, eu tenho uma relação – e me orgulho disso – muito forte, muito grande com os movimentos sociais. Eu tenho dialogado com todas as centrais sindicais. Tenho dialogado com todas as confederações de trabalhadores. Tenho dialogado, ao longo dessa caminhada, com dezenas de ONGs. Pode

ter certeza V. Ex<sup>a</sup> de que os atos que estão sendo realizados no País – inclusive fui convidado para participar de um, neste mês, em Porto Alegre – têm a seguinte linha: pelo combate à corrupção, pela governabilidade e pela ética na política. São os três eixos em que o movimento social organizado está atuando.

Nós, por ampla maioria, sempre dissemos que a CPI vai a fundo, doa a quem doer. O Ministério Público há de cumprir a sua parte, a Polícia Federal e o Congresso Nacional também. Estamos todos muito tranquilos quanto a esta questão. Pode ter certeza de que a sociedade organizada e os líderes dos movimentos sociais estão caminhando com muita responsabilidade, porque sei que ninguém aqui jogaria contra a governabilidade; ninguém jogaria contra o Brasil ou contra o povo brasileiro. Por isso, combater a corrupção está correto; querer ética na política está correto; e defender a governabilidade em nosso País também está correto. Não há nenhuma discordância entre nós. Tenho certeza de que o conjunto dos movimentos sociais deste País, repito, todas as centrais sindicais – não retiro nenhuma –, todas as confederações e todas as entidades civis que têm compromisso com a liberdade, com a igualdade, com a solidariedade, que lutaram anos e anos contra a ditadura, estarão nesta trincheira conosco.

Quem tiver culpa em cartório vai ter de pagar, e não tem volta.

Para não dizer que não falei da CPI ou das CPIs, ao longo desses meus 20 anos no Congresso, não participei de nenhuma CPI. De nenhuma. Voto quando a matéria vem ao plenário. Mas também não concordo com aqueles que dizem que CPI vai dar em pizza. É claro que houve CPIs que não deram em nada, mas tivemos algumas CPIs cujo resultado está na memória do povo brasileiro e marcou muito bem.

Por isso, é com muita tranquilidade que reafirmo a minha posição. A Maioria não só do Senado, mas do próprio Congresso, vai a fundo na questão na CPI. E quem tiver culpa vai ter que responder até mesmo com a perda do mandato.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a colaboração com a Mesa.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, se me permitir, peço que seja publicado na íntegra o meu discurso, em que falo da importância de dar oportunidade para as pessoas com deficiência.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.**



**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores,

Mostrando Caminhos

“Tinha uma pedra no meio do caminho

Tinha um buraco no meio do caminho

Tinha uma árvore, um orelhão, uma lixeira

Uma via sem calçada, uma escada sem corrimão

E ninguém me viu não

Ninguém olhou para o lado

Todo o mundo apressado, ninguém viu o irmão

Encontrei num cão

Alguém que me desse a mão

E me abrisse os caminhos

Um cão”

Essa poesia, escrita pelo nosso assessor Luciano, reflete apenas um fio da realidade que enfrentam as pessoas com deficiência visual e a importância do projeto que está abrindo caminhos em nossa sociedade: o Projeto Cão Guia.

O cão é o melhor amigo do homem. O cão guia é o melhor amigo do deficiente visual. O Projeto Cão Guia, trabalho realizado por uma ONG de Brasília, pioneiro no Brasil, representa um salto de autonomia na vida do deficiente visual.

De alcance local, o Projeto Cão Guia em breve será estendido a todo o Brasil.

Sem custos para o deficiente visual que pretenda adquiri-lo, o cão, após passar por um período de adaptação em famílias hospedeiras, é levado para um centro de treinamento onde receberá o treinamento final, tornando-se, enfim, um cão guia, pronto a conduzir os deficientes pelas ruas e diversos ambientes.

Ele tem autorização legal para adentrar qualquer local desde que portando o arreio e a coleira de identificação.

Patrocinado por uma empresa de nutrição animal, a alimentação e o acompanhamento veterinário estão garantidos por um convênio firmado entre a ONG e a empresa.

Sr. Presidente, gostaríamos de fazer uma referência ao projeto de iniciativa do Senador Romeu Tuma, o PLS nº 181/2001, que será sancionado pelo Presidente da República nos próximos dias.

O projeto assegura à pessoa com deficiência visual o direito de ingressar e permanecer com o cão guia nos veículos e nos estabelecimentos públicos e privados de uso coletivo, inclusive nas dependências do Congresso Nacional.

Segundo a redação final do projeto, constitui ato de discriminação, a ser apenado com interdição e mul-

ta, qualquer tentativa voltada a impedir ou dificultar o gozo do direito acima previsto.

Chamando a atenção de toda a sociedade, o Projeto Cão Guia é o retrato de um novo tempo, dentro de uma nova realidade que começamos a experimentar, uma nova realidade onde todos buscam o melhor caminho.

Entendemos que o caminho para uma vida melhor é um caminho circular: a sociedade como um todo dando oportunidades para que o deficiente mostre a sua plena capacidade para o trabalho e as demais atividades da vida e de outro lado o deficiente gozando, se necessário, dos recursos especiais oferecidos, mostrando sua plena aptidão. Pessoas com e sem deficiência enxergando na diferença de seu semelhante a riqueza das várias experiências!

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra ao Senador Marco Maciel. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Roberto Saturnino.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com até dois minutos de tolerância.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, está acontecendo o que todos previram: o Congresso brasileiro com as suas atenções inteiramente voltadas para a apuração das acusações que correm pela imprensa e por depoimentos vários que vão acontecendo.

A nossa confiança, Sr. Presidente, é completa no sentido de que tudo será apurado, nada será escondido, porque não é mais possível esconder essas coisas no Brasil de nossos dias. Houve tempo, passado não muito remoto, em que era possível esconder essas coisas. Agora, não é mais possível. O Brasil galgou um patamar de democracia, de qualidade e de regime democrático em que esse tipo de ocultação não é mais possível. É claro que não posso prever o resultado final dessas apurações. A política tem surpresas e sutilezas que impedem qualquer cidadão comum que não tenha capacidades adivinhatórias de prever o final, o balanço de perdas e ganhos de cada lado.

Sr. Presidente, tenho completa confiança em que o nosso Governo não é corrupto e não vai sair demasiadamente machucado. Pode ter cometido erros, mas não vai sair demasiadamente machucado. Quem sabe outras partes que hoje se manifestam de forma eufó-

rica quando acusações vão aparecendo possam sair ainda mais atingidas do que o nosso Governo.

De qualquer maneira, contribuímos, colaboramos na apuração. Fazemos questão de que ela vá até o fim, porque é a Nação que vai ganhar, e isso é o que importa. Acima de nosso Partido, acima de nosso Governo, o que importa é a Nação brasileira. A Nação vai ganhar na medida em que conquistou esse patamar em que as coisas que antigamente se ocultavam não podem mais ser ocultadas hoje. A Nação vai enriquecer ainda mais a sua prática democrática com a eliminação de certos procedimentos que foram, durante muito tempo e até muito recentemente, corriqueiros neste País e na nossa vida política, e que, daqui para frente, não serão mais.

Estou certo de que todo esse episódio vai resultar num grande ganho, num enorme, num profundo ganho para a correção da vida política neste País. Com legislação que possa sair ou não, com reforma política ou não, os hábitos, os costumes vão se modificar a partir de todo esse episódio que está se processando e se revelando com aspectos que, aparentemente, num primeiro momento, podem não ser favoráveis ao Governo, mas que, no final das apurações, não sei a que parte trará mais prejuízo em termos políticos.

Eu tenho confiança e vou prosseguir com essa confiança até o momento em que ficar evidente que não há mais motivo para mantê-la.

O Governo, entretanto, na medida em que tenha confiança, não deve se deixar paralisar por tudo isso. O Congresso, evidentemente, vai estar ocupado com a questão, e é inevitável que as atenções se voltem para o caso, mas o Governo, ao contrário, tem que aproveitar este momento de crise e, mantendo a sua confiança, mantendo a solidez da sua confiança, avançar nas suas realizações não só para contrapor ações efetivas a essa onda de acusações que cai sobre ele, mas, principalmente, para deixar indelével, deixar definitiva sua marca, de forma irreversível, no avanço a que se propôs, nos compromissos que assumiu com a Nação e com o povo e que tem que realizar de forma irreversível.

A nomeação da Ministra Dilma Rousseff, nesse sentido, foi altamente positiva. É a pessoa certa para, com a capacidade executiva que tem, acelerar as ações do Governo para deixar a marca indelével que caracteriza o compromisso nosso com a Nação e com o povo brasileiro. Essa marca existe, embora até companheiros nossos fiquem de certa forma confusos, porque, na política fiscal e monetária, o nosso Governo é inteiramente semelhante aos governos anteriores. Entretanto, há marcas absolutamente próprias, dis-

tinguíveis e muito profundas, importantíssimas para o destino do País.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Roberto Saturnino, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte no momento adequado? Eu aguardo.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Essas marcas estão, obviamente, mais notórias na política externa, quando o Governo afirma a posição do Brasil de uma forma como nunca foi feita, quando o Governo se empenha articuladamente com outras nações que aspiram também a essa elevação no cenário internacional e que combatem essa estratificação que sempre imperou no mundo, dando às nações mais ricas e mais fortes do hemisfério norte o comando total.

Estamos nos empenhando e articulando de uma forma absolutamente eficiente, eficaz, os resultados estão aparecendo e haverão de aparecer. Essa é a marca mais notória. Há outras marcas a que quero me referir neste pronunciamento, não sem antes ouvir o Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Saturnino, quero somente cumprimentá-lo porque comungo na íntegra com tudo aquilo que V. Ex<sup>a</sup> está falando. Tenho insistido muito neste plenário – e fico feliz pela forma como V. Ex<sup>a</sup> se coloca – em dizer, em primeiro lugar, que o País não pode parar. Como disse o Presidente Lula, se quiserem instalar meia dúzia de CPIs, que instalem! Mas o País não pode parar. Há a questão da fome, da educação, da saúde, da própria reforma política, que tem tudo a ver com esse momento, o debate dos grandes temas no campo da Previdência. Eu poderia aqui citar uma dúzia de assuntos. É impossível! O povo brasileiro, que está do lado de fora, não come CPI, não vive somente de CPI. Por isso, quero cumprimentar V. Ex<sup>a</sup>. E entendo mais: além de o Executivo não parar, o Congresso também não pode parar. Há tempos a Câmara e o Senado não votam mais nada. Eu até sou chato, pois vou para a tribuna e falo: “PEC paralela”, “PEC paralela”! Porque essa eu sei que dá para votar hoje. Poderíamos aqui listar essas matérias. Talvez os Presidentes da Câmara e do Senado e os Líderes pudessem se reunir e fazer uma pauta de votação. A CPI que cumpra o seu papel lá na Comissão. Repetimos que doa a quem doer, mas não podemos ficar parados olhando, como se não tivéssemos nada a ver com isso. Isso significa que o Congresso não teria razão de ser? O Congresso existe apenas para CPIs? CPIs são importantes, repito. Não tenho nada contra. Sou totalmente a favor, tanto que assinamos juntos a CPI do Mensalão, enfim, e assinaremos tantas quantas forem necessárias, mas não dá para o Congresso Nacional parar. Então, meus cumprimentos a

V. Ex<sup>a</sup>, tenho uma alegria enorme de ser um Senador companheiro de V. Ex<sup>a</sup> na Bancada.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim. Nossa comunhão de pensamentos é realmente completa, porque também estou aqui colaborando, como V. Ex<sup>a</sup> disse, para levantar outras questões e não ficar o Congresso Nacional unicamente debruçado nessa questão da CPI, e apelando ao Governo, estimulando-o e mesmo impulsionando-o a acelerar suas ações nos campos que marcam sua característica: o projeto desenvolvimentista, o retorno das empresas estatais a sua missão principal, que é a missão desenvolvimentista. Temos o exemplo da Petrobras, conseguindo a auto-suficiência em um momento em que o mercado de petróleo leva os preços desse produto às nuvens, encomendando suas plataformas e seus navios no País, gerando emprego, alavancando a renda e a economia brasileira. Temos ainda o exemplo das demais estatais: BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica.

Na questão do microcrédito – parece-me que essa é uma marca fundamental – precisamos avançar, porque há um costume: mesmo nos bancos estatais – Banco do Brasil e Caixa Econômica –, os gerentes estão acostumados a perseguir suas metas, que são ditadas pela direção e os impedem de dar atenção necessária ao microcrédito, ao microcliente, que vem ali buscar esse crédito, fundamental para a geração de empregos. A microempresa é a maior geradora de empregos neste País e em qualquer outro.

Então, temos que impulsionar essa vertente do Governo, que considero essencial, fundamental, uma vertente de raiz em nosso compromisso, na medida em que caracteriza exatamente a aliança do Governo com o microempresário, com o brasileiro que está empreendendo, pela primeira vez, o seu negócio, o seu empreendimento, gerando emprego e renda para o País.

Por fim, cito a marca social, que é a mais importante de todas. Recentemente, em dias passados, tivemos dois eventos da maior importância: em primeiro lugar, a assinatura do projeto do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica), que vai injetar bilhões no reforço à educação básica deste País. Pela primeira vez isso acontece. O aumento do número de anos...

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC. *Fazendo soar a campanha.*) – Senador Roberto Saturnino, mais um minuto e o som será cortado.

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ) – Já termino, Sr. Presidente.

O aumento de oito para nove anos do período da Educação Fundamental também é uma inovação

da maior importância, porque vai na base da formação do nosso povo, da sua instrução, do seu preparo para a vida moderna, para a vida mais produtiva, e ao mesmo tempo significa abertura de oportunidades para os brasileiros mais modestos que nunca tiveram capacidade de competir no mercado.

Assim também o programa de habitação popular. Enfim, há muitas outras iniciativas na área social que caracterizam esse Governo e que precisam ser implementadas com mais vigor, agora mais do que nunca, para vencer essa onda de acusações que ameaça paralisar o Governo e o Congresso. Nós não deixaremos paralisar exatamente por esta iniciativa que estamos tomando aqui hoje nesta tribuna.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – A Mesa volta a manifestar um apelo aos Srs. Senadores. Atendendo a reclamações de inúmeros Parlamentares, a Mesa tem a necessidade de fazer cumprir o tempo do orador na tribuna. Então, peço a colaboração de todos os Srs. Senadores para o bom aproveitamento dos trabalhos e das manifestações de todos aqui presentes.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Maguito Vilela.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, requeiro a minha inscrição, como Líder do PMDB, para o momento oportuno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex<sup>a</sup> fica inscrito.

Concedo a palavra ao Senador Leonel Pavan, por cessão da Senadora Lúcia Vânia. A seguir, falará o Senador Alberto Silva, por cessão da Senadora Ana Júlia Carepa.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos que nos movimentar mais do que atletas de maratona, porque temos que controlar a vez de falar, controlar as comissões, compromissos, audiências, atendimentos nos gabinetes, e principalmente para dar conta do recado, das nossas obrigações e dos nossos compromissos. Estou há cerca de três dias tentando usar da palavra – certamente outros Senadores também – e não tenho conseguido.

O meu objetivo aqui hoje era justamente falar sobre alguns assuntos que estão sendo esquecidos, como a questão das rodovias novamente. Digo que estão sendo esquecidos porque essa confusão toda criada nos últimos dias está segurando os trabalhos

no Congresso. Todos estão voltados para a questão dos depoimentos de pessoas que estariam envolvidas em denúncias que surgem todos os dias neste atual Governo.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, felizmente, até o presente momento, o Senado está isento, está imune às questões do mensalão e tenho a certeza de que nós, aqui, no Senado Federal, vamos continuar imunes até o final dos nossos mandatos. Mas quero deixar registrado que, como diz o Boris Casoy, é uma vergonha o que este Governo está proporcionando para o nosso País todas as horas, todos os dias, em relação a desmandos e corrupção. Por mais que o Governo, por mais que a Base do Governo tente dividir a responsabilidade, tente afastar os compromissos do Governo, está difícil, muito difícil convencer a população do não-envolvimento deste Governo com as falcatruas. Raramente se encontra alguém do PT – perdoe-me o Senador Paulo Paim, que tem sido um lutador, um guerreiro, nesta tribuna, na busca de projetos que possam sanar os problemas mais graves do nosso País, principalmente na área social –, mas é muito raro se encontrar alguém do PT que venha defender o Lula e o seu Partido da forma como defendia no passado. É muito raro.

De vez em quando, deparamo-nos com o fechamento de rodovias por movimentos de toda ordem. E lá não se encontra uma bandeira do PSDB, uma bandeira do PFL, como se encontravam, antigamente, as bandeiras do PT. A cada denúncia que surgia, a cada reivindicação que faziam, lá estavam as bandeiras do PT tremulando, buscando justiça social, buscando transparência. Hoje há vários movimentos, mas as do PT não estão mais presentes, porque esses movimentos são contra o PT, são contra aquela bandeira que, até há algum tempo, organizava, patrocinava os movimentos.

O PSDB e o PFL não estão no meio desses movimentos, meu amigo Presidente Tião Viana. Por que não estamos lá? Porque queremos ordem – não que estejam fazendo desordem –, mas nós não queremos o “quanto pior, melhor”. Somos, sim, contra o golpe, golpe que o PT tentou, por diversas vezes, dar no passado. Não somos pelo “fora Lula”, como fazia o PT no passado, com o “fora FHC”. Queremos o bem do País, mantendo a estabilidade econômica e social da nossa Nação.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Senador Leonel Pavan, V. Ex<sup>a</sup> aborda um tema e consegue penetrar

exatamente no fulcro da questão. A Oposição que hoje o Brasil conhece é responsável, equilibrada, que não quer ver, como se diz na gíria popular, “o circo pegar fogo”. Sabe-se que alguns setores do PT – nem todos os petistas agem assim – estão tentando colocar os seus militantes na rua.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Patrocinados.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Sabe-se quanto custa cada mobilização dessa. Aquele movimento dos sem-terra que veio de Goiânia para cá...

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agora a CUT.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – ... deu para termos uma idéia. O Senador Tião Viana, um homem de bom senso e lógico, há de concordar comigo. Seria a primeira vez na história do País – e no Brasil já houve mobilizações populares em diversos momentos da sua história –, se isso vier mesmo às ruas, será a primeira vez que veremos bandeiras vermelhas, da CUT e de outros movimentos sociais defendendo a corrupção. Estamos querendo esclarecer a questão, o que só ocorre mediante fatos. Ora, estamos no primeiro dia de depoimento. Está aí o Sr. Maurício Marinho, que, segundo alguns do Partido e do Governo, é um desqualificado, pertencente ao terceiro, quarto ou quinto escalão. Isso não importa, pois é um cidadão que viveu a história tenebrosa que se passou nos Correios e que, de repente, resolveu falar. Inicialmente, falou pouco; hoje, após a garantia da Comissão de que terá segurança para si e para sua família, porque estava sendo ameaçado – é o segundo caso de pessoa ameaçada, porque a secretária de Belo Horizonte disse a mesma coisa –, ele começou a falar, começou a dar nomes e, acima de tudo, começou a mostrar a geografia do crime, mostrando aonde a Comissão poderá apurar outros fatos. Temos cerca de trinta ou quarenta depoimentos. É preciso um pouco de paciência para, depois, os “donos” dos movimentos sociais colocarem nas ruas os seus companheiros, que, antes, empunhavam a bandeira de cabeça erguida. Hoje, infelizmente, o quadro é outro.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e tenho mais dois apartes, que concederei com muita honra, mas faltam apenas três minutos e o Presidente me chamou a atenção.

Não é possível, não é possível que alguém que é acusado, que alguém que tem que dar explicações para a Comissão de Ética ou para a CPI saia do Governo e venha dizer que a Oposição quer dar o golpe. Quem está denunciando, quem denunciou não fomos nós, mas a própria Base do Governo. Estão chutando seus próprios calcanhares, estão batendo cabeça. São



eles que estão se denunciando. Quem quer dar o golpe? Não sei se a briga é por projetos, por recursos, por mensalão, mas quem quer dar o golpe são justamente aqueles que estão aliados ao Governo.

Não podemos nos calar quando alguém tenta justificar o injustificável, tenta justificar o que está ocorrendo no Governo jogando a culpa na Oposição. A Oposição esta fazendo o seu papel, denunciando, fiscalizando, cobrando, como o processo democrático permite, sem baderna, sem injustiça e sem aquele pensamento do “quanto pior, melhor”.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Paulo Paim.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Leonel Pavan, falarei de forma muito rápida, pois sei que o tempo está esgotado e o nosso Líder Tião Viana está sempre, implacável, corretamente, cumprindo o Regimento. Eu só gostaria de dizer, Senador Pavan, que, em relação aos movimentos sociais – e fui convidado a participar de algumas atividades deles –, o eixo é, em primeiro lugar, o combate à corrupção, em segundo, a ética na política e, em terceiro lugar, em nome da governabilidade, que é em nome da própria democracia. Por isso, desejo, neste aparte a V. Ex<sup>a</sup>, dizer que respeito muito suas posições, como sei que V. Ex<sup>a</sup> respeita as minhas. Entendo que a CPI vai cumprir o seu papel.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Leonel Pavan, V. Ex<sup>a</sup> terá mais dois minutos antes de o som ser cortado.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Serei rápido, Senador. A CPI é um instrumento do processo democrático. Eu dizia, há pouco tempo, da tribuna, que umas “terminaram em pizza” e outras foram fundamentais. O País jamais vai esquecer o resultado de duas CPIs que acompanhamos, pelo menos eu, que estou nesta Casa há mais ou menos 20 anos. Desejo, mais uma vez, afirmar que entendo que V. Ex<sup>a</sup> faz um discurso forte, contundente, mas respeitoso, demonstrando que V. Ex<sup>a</sup> não está entre aqueles que podem supor que alguém, neste Congresso, gostaria de dar um golpe no Presidente da República. Faço o aparte muito mais para deixar claro a V. Ex<sup>a</sup> que, no meu entendimento, os movimentos sociais, legitimamente, deverão se basear em três eixos: combate à corrupção, ética na política, em nome da democracia e da governabilidade.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Vou conceder o aparte ao nobre Senador João Capiberibe, se eu conseguir. Um minutinho, Senador Capiberibe.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – No entanto, Sr. Senador, o Presidente está nos provocando, está provocando a Oposição. Como dizer que quer a transparência, como dizer que quer resolver a questão da corrupção e dar força à CPMI se tentou, de todas as formas, que ela não fosse instalada? Não se pode jogar a culpa na Oposição.

Nos telegramas, nas mensagens, é colocado um “PT” no final. Agora estamos entendendo por que PT. Os Correios devem dar uma explicação sobre isso. É preciso tirar o PT dali.

Há três coisas que, diz o Senador Mão Santa, só se faz uma vez na vida: nascer, morrer e votar no PT – pelo menos ninguém mais do nosso Partido.

Concedo o aparte ao Senador Capiberibe, com muita honra.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Não há tempo. Infelizmente, não há tempo. V. Ex<sup>a</sup> tem nove segundos.

O Senador Capiberibe pode pedir a inscrição, que será atendido em outro momento. Agora, infelizmente, o tempo ficará prejudicado. É para o bem dos Senadores que reclamaram para a Presidência.

Agradeço ao Senador Pavan e ao Senador Capiberibe.

Concedo a palavra ao Senador Alberto Silva, por dez minutos.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, cumprimento o Presidente porque está fazendo cumprir o Regimento, pois temos 10 minutos e devemos falar nos 10 minutos.

O que eu vinha dizendo e quero continuar hoje? Anteontem, ocupei esta Tribuna e fiquei preocupado com o que está ocorrendo no País porque estão instaladas as CPIs que o povo espera, estão agindo, estão surgindo denúncias, estão sendo apuradas.

Enquanto isso, o País, perplexo, pergunta o que vai ocorrer com o desemprego. Na minha opinião e na de muitos companheiros nossos aqui, o desemprego é a causa maior de grandes coisas que ocorrem no País, a começar pela violência. Quem está desempregado não tem como sustentar a sua família.

Ontem o Senador Pedro Simon fez um retrato, com pinceladas fortes, da desgraça brasileira: cinquenta milhões de pessoas vivendo com menos de meio salário. Falando nos analfabetos, falou bem, bonito, num português escorreito, mas, ao terminar, esqueceu de apontar um rumo. O que fazer?

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, pretendo, continuando aquele discurso de anteontem, dizer que o País elegeu um Presidente com 70 milhões de votos e que, de acordo com seu programa de governo, mostra que

executou várias das promessas que fez quando estava na campanha para Presidente. Discute-se que algumas foram bem feitas; outras, não; outras não foram alcançadas; mas uma delas, por exemplo, a dos 10 milhões de empregos, seguramente está longe de ser atingida – mas essa talvez seja a principal ação que o Governo deve tomar.

O que nós, o que eu e alguns companheiros meus que comungam com as minhas idéias nesta Casa e na outra Casa do Congresso pensamos em aconselhar ao Presidente ou sugerir?

A minha sugestão foi esta: Presidente, se Vossa Excelência foi eleito com o aval de 70 milhões de brasileiros, se agora existe tudo isso, esse caos que está ocorrendo, de corrupção sendo apurada aqui e ali, assumo o comando! Creio que Vossa Excelência não tem necessidade neste momento de dizer que não tem culpa ou que ninguém é mais honesto do que Vossa Excelência. Todos sabemos da honestidade de Vossa Excelência. Ninguém fala sobre isso aqui, já o disse uma vez a Vossa Excelência.

Ao sair da minha escola, fui dirigir uma oficina de operários na Central do Brasil. Ali ensinei operários e aprendi com eles, só não consegui ser um líder. E Vossa Excelência lutou da mesma maneira, veio lá de baixo, como se diz, no pau-de-arara, lutou com seus companheiros no ABC paulista e chegou à Presidência da República.

Neste instante, o Brasil espera, Presidente, que Vossa Excelência assumo o comando das ações produtivas deste País, e o resto que aconteça! Vossa Excelência mesmo disse que se apure o que deve ser apurado e que se corte na própria carne. Que se corte! Mas Vossa Excelência tem obrigação, como Presidente, de comandar os 180 milhões de brasileiros, que não podem ficar parados, esperando.

Vamos resolver o problema dos sem-terra? Vamos. Como? É muito simples: três hectares para cada um plantar mamona e feijão. Com isso, eles terão um salário de R\$800 por mês. Eu assino embaixo, porque estamos testando isso no Piauí.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Senador Alberto Silva, concede-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Concedo o aparte ao Senador Ney Suassuna.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Desejo apenas me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup> e dizer que o seu discurso é aquele de quem sabe fazer, de quem sabe decidir, de quem gosta do desafio, de quem enfrenta o desafio e de quem passa o obstáculo. Parabéns.

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Muito obrigado.

O que eu queria dizer, Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, é que tem jeito, sim.

Ontem, por exemplo, eu tive uma reunião com técnicos de alto nível. Eu sou, digamos, o pai, a mãe e a avó do biodiesel, há trinta anos. Quero ver o biodiesel gerando milhões de empregos no campo. Para isso, é necessário um comando unificado.

Esse comando pode estar lá no Palácio. Ontem, assistimos à passagem de comando da Casa Civil de um companheiro do Presidente para uma companheira do Presidente.

Quero dar um depoimento, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores. Tive um entendimento com essa senhora, com a Ministra de Minas e Energia. Daqui digo ao País que tive dela a impressão melhor, como engenheiro, quando discuti o problema da luz no campo. Apresentei minha proposta técnica sobre energia elétrica, e ela imediatamente alcançou o sentido de se colocar energia solar no campo em vez de esticarmos quilômetros e quilômetros de linha desnecessariamente, gerando perda no sistema elétrico. Senti que ela tem competência, capacidade e decisão.

Por isso, digo ao Presidente: Vossa Excelência acertou. Não discuto quem é melhor, mas essa senhora que já estão chamando de nova Margareth Thatcher vai realmente executar os grandes programas.

Coloco à disposição da Ministra, neste instante, dois projetos.

Quanto ao projeto das estradas, estou refazendo aquele estudo que mandei ao Palácio e que seguramente foi metido na gaveta. Tenho certeza de que a ministra Dilma Rousseff não mete projeto bom na gaveta. Levarei o projeto de reparação de 40 mil quilômetros de estrada, com R\$8 bilhões, em 18 meses, dinheiro da economia do combustível, porque as carretas gastam R\$6 bilhões por ano ao jogar combustível fora. Levei isso ao conhecimento do Presidente várias vezes, mas alguém meteu o estudo na gaveta.

Tenho certeza de que a Ministra Dilma vai fazer isso funcionar, mas não pode ser por ministérios. Os ministérios ficarão fazendo parte, sendo parceiros, mas o comando tem de ser de Vossa Excelência, Senhor Presidente Lula. Assuma o comando do programa das estradas e, em 18 meses, Vossa Excelência economiza para o Brasil em frete, que está elevado; na perda de grãos, já que as carretas batem nos buracos; e no óleo perdido. Uma economia de quase R\$20 bilhões. Senhor Presidente, pense nisso. Com R\$6 milhões, R\$8 bilhões, Vossa Excelência coloca 40 mil quilômetros de estrada para funcionar.

Com relação ao biodiesel, não deixe que se transforme no Proálcool, em que os grandes usineiros ganham muito dinheiro. Está tudo certo, o Brasil produz

14 bilhões de litros de álcool. Mas quem corta a cana – os bóias-frias – ganha salário miserável. Temos que gerar bilhões de litros de biodiesel para exportar.

A China queima carvão vegetal e pede, pelo amor de Deus, que lhe vendamos biodiesel, porque assinou o Protocolo de Kyoto e não pode mais queimar carvão, enviando para a atmosfera os efeitos ruins do carvão vegetal ou do diesel mineral.

Assim sendo, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estou preparando o documento que trata do biodiesel para levar à Ministra Dilma Rousseff.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. ALBERTO SILVA** (PMDB – PI) – Dois minutos, Sr. Presidente, e concludo, agradecendo a V. Ex<sup>a</sup>.

O programa do biodiesel no Brasil tem que ser imediatamente implementado.

Senhor Presidente, assumo o comando de dois grandes projetos e Vossa Excelência terá o reconhecimento do Brasil inteiro. Quarenta mil quilômetros de estradas federais reparadas em dezoito meses, por seis, oito bilhões de economia em um ano, já é mais da metade do dinheiro necessário. Quanto ao biodiesel, Ministra Dilma Rousseff, confiamos na sua competência. Levo a V. Ex<sup>a</sup> os dois projetos. Presidente Lula, pelo amor de Deus, assumo o comando, e toque o País para frente. Quando as Comissões terminarem, os culpados serão punidos, e V. Ex<sup>a</sup> terá o reconhecimento do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Alberto Silva a colaboração com a Mesa, cumprindo exemplarmente o tempo do orador.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR) – Sr. Presidente, peço a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Osmar Dias, Líder do PDT.

**O SR. OSMAR DIAS** (PDT – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, faço um reconhecimento pela posição que V. Ex<sup>a</sup> assume ao presidir a sessão, cumprindo rigorosamente o Regimento Interno e permitindo que todos tenham o direito de falar, atentando para o tempo de cada orador, o que foi objeto de uma reunião de Lideranças e não vinha sendo cumprido. V. Ex<sup>a</sup> vem cumprindo, e apóio a posição adotada por V. Ex<sup>a</sup> na Mesa.

Também lembro que precisamos iniciar a Ordem do Dia no horário. Ontem, por exemplo, a Ordem do Dia foi iniciada às 18 horas. Isso é impossível! O Presidente Renan Calheiros havia assumido o compromisso de,

impreterivelmente, iniciá-la às 16 horas. Após a Ordem do Dia, todos os que desejam debater podem permanecer aqui debatendo, mas entendo que deve ser cumprido o acordo firmado entre os integrantes da Mesa e os Líderes dos Partidos para que sejam obedecidos os horários, principalmente o da Ordem do Dia.

Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup> por cumprir o que determina o Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Osmar Dias, que tem sido um dos mais zelosos Parlamentares no que diz respeito ao cumprimento do Regimento Interno do Senado Federal, um exemplo de defesa da atividade parlamentar à luz do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma, por cessão do Senador Sibá Machado.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senadores Arthur Virgílio e Leonel Pavan, estava acompanhando, por deferência do Dr. Carreiro e da Dr<sup>a</sup> Cláudia, o julgamento do recurso da Minoria com respeito à instalação da CPI dos Bingos. O Tribunal está discutindo, e já existe o levantamento pelo Ministro Eros Grau de que, por decorrência de prazo, não haveria mais necessidade do julgamento, pois o prazo estaria prescrito. A decisão foi contrária à premissa levantada pelo Ministro Eros Grau, porque ficou claro, pela decisão primária do Supremo Tribunal Federal, que o prazo passa a correr após a instalação. A CPI não foi instalada, e é essa a razão do recurso da Minoria.

Hoje é dia de julgamento. Vi, pela televisão, que alguns Senadores lá se encontram, acompanhando de perto as decisões que faltam dos Srs. Ministros. Quatro Ministros estavam a favor da designação dos membros de partidos que se recusam a fazê-lo, e acredito que sairá vencedora essa tese. Sem dúvida alguma, terminará hoje o julgamento, se nenhum dos Ministros pedir vista.

Outra coisa, Senador Arthur Virgílio e Senadora Heloísa Helena, se puderem me ouvir, gostaria de fazer uma consulta a respeito de um assunto com que me preocupei bastante. Sei que V. Ex<sup>as</sup> e eu, de outra parte, passamos muitas dificuldades nas décadas de 60 e 70, por todos os conflitos, angústias e sofrimentos. Li, na entrevista da Ministra Dilma Rousseff sobre o que passou no final da década de 60, início de 70, que S. Ex<sup>a</sup> disse que houve erros e fez um retrospecto de sua vida no período da guerra revolucionária, nos padrões brasileiros.

Hoje, Senadora Heloísa Helena, assustei-me ao ler os jornais, pois, ao saudar a Ministra Dilma Rousseff, o ex-Ministro e Deputado José Dirceu – com todo o



respeito a S. Ex<sup>a</sup> – chamou-a “companheira de armas”. Acredite que me assustei um pouco. Aqui, V. Ex<sup>a</sup>, Senador Arthur Virgílio, tem falado de seu passado, de seu sofrimento, de tudo que passou durante aquele período, e nunca falou em armas. Em um momento destes, faz-se um movimento de rua de apoio ao ex-Ministro e se fala em “companheira de armas”... Creio que não se trata de força de expressão, porque não se saúda ninguém como “companheiro de armas” depois de ter um passado como o citado. E, atualmente, ficou provado que a conquista do poder pelas armas não é tão forte quanto a conquista pela política e pela argumentação. Por isso estão no Governo, e respeitamos.

Portanto, vamos com calma! Não se fala em armas, porque não é hora de se falar em armas e nem em companheiros de armas, como se quisessem novamente estabelecer um processo revolucionário que não cabe mais no País, a não ser a luta brilhante que V. Ex<sup>a</sup>, Senadora Heloísa Helena, trava desta tribuna. A grande arma de V. Ex<sup>a</sup> é a voz, o grito, a repulsa, a coerência na disposição de mostrar os erros cometidos.

Fiquei um pouco preocupado com isso. Não sei, talvez aquelas questões do passado se tornaram bastante presentes. Os filmes começaram a repassar, inclusive a minha convivência daquela época com o Presidente Lula. Tudo repassa em nossa cabeça, e é necessária uma blindagem contra isso.

Por essa razão, trouxe à tribuna minha preocupação, e vou continuar seguindo a minha generala Heloísa Helena em sua luta, em sua disposição de enfrentar alguém que realmente defendeu por muitos e muitos anos. Toda a sua história está aí, e tem valor pela sua alma, pelo seu coração e pela sua disposição em servir aos menos favorecidos, sem precisar pegar em armas. Isso não traz benefício a ninguém. Acredito que marchamos para um processo de tranquilidade futura, se deixarem investigar o que está sendo investigado.

V. Ex<sup>a</sup> viu, hoje pela manhã, o desespero em função da pressão exercida sobre um depoente, que passou a mentir. Quando conversei com ele, ele me disse: “Estou apavorado. Pelo amor de Deus, me ajude, porque estou com medo!”. Eu disse: “Fico aqui do seu lado. Garanto”. Liguei para a Polícia Federal e solicitei que desse toda a garantia ao depoente quando sua família saísse daqui, para que ele tivesse tranquilidade de contar a verdade. O problema era contar a verdade, e não ir contra ninguém, para que a sociedade, os Parlamentares soubessem da verdade. Então, inibir um depoente, alguém que está assumindo a responsabilidade por um crime que fez, pegando dinheiro de origem ilegal? Ele assumiu. Se ele não tem explicação, claro que vai a julgamento e vai pagar pelo erro cometido. Mas ele queria mostrar como é que funciona

toda a infra-estrutura dos Correios, quais são os responsáveis, quais foram as indicações, quem tem ou não participação naquilo que tem origem ilegal, em concorrências, etc.

Então, temos que dar tranquilidade, apoio e serenidade ao depoente para que ele realmente possa fazer um depoimento de acordo com sua consciência, que é quem o está levando a reconhecer o erro cometido e a querer colaborar para que tudo seja esclarecido por inteiro. Sua reação foi perfeita. O advogado me disse ontem, durante aquela questão que durou mais de uma hora – se o depoente devia jurar, se não devia jurar, se devia prestar juramento: “Ele pode prestar juramento na hora e no instante em que quiser; não há negativa nisso, porque, na hora em que ele começar a mentir, eu desisto de sua defesa. Sou juiz, tenho uma história, e pode ficar tranquilo, doutor, que eu não permitirei que ele minta”. E tanto é que hoje houve aquele incidente de que V. Ex<sup>a</sup> foi testemunha.

Então, temos que mostrar que, dentro de uma CPI, não existe o interesse político-partidário, meu Presidente Tião Viana. Existe o interesse da sociedade. E eu ouço muito a expressão, Senador Paulo Paim, “doa a quem doer.” Dói é no povo, que perde o dinheiro dos investimentos que poderiam lhe trazer benefícios sociais. Vai doer sempre nas costas daquele que precisa do dinheiro. Então, essa expressão não cabe. “Paga quem deve”, e não, “doa a quem doer.” Eu fico um pouco preocupado, porque é como se essa expressão justificasse qualquer tipo de atitude.

V. Ex<sup>a</sup> está pedindo um aparte, Senador?

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Pedi um aparte a V. Ex<sup>a</sup>, mas eu posso falar agora pelo art. 14. Daí eu não ocuparia o seu tempo.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Não, mas eu paro no momento em que meu tempo acabar. A sua presença aqui, o seu aparte acho que engrandece o meu pronunciamento.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Eu gostaria de fazer um aparte em dois tempos. Primeiro, eu estava ontem no Palácio, aonde dificilmente vou; dificilmente vou a Ministérios, bem como a solenidades como aquela de ontem. Todavia, como era a posse da Ministra Dilma Rousseff, gaúcha que conheço há mais de trinta anos, não poderia deixar de ir até lá.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Tem todo o nosso respeito.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Eu poderia dizer que a Ministra Dilma foi fundamental na minha primeira eleição para presidente de sindicato. Então, é toda uma história. E assisti ontem ao discurso do Ministro José Dirceu. V. Ex<sup>a</sup> pode ver que é muito difícil eu falar sobre esse assunto aqui no plenário. Mas eu



entendi que, ontem, ele usou uma força de expressão ao referir-se a ela como “companheira de armas”, uma vez que ambos lutaram contra a ditadura. E, naquele tempo, queiramos ou não, havia uma luta de guerrilha. Queiramos ou não, ele apenas se referiu à uma época, dizendo “companheira de armas”, reportando-se àquela oportunidade. Mas, em nenhuma ocasião, por tudo o que nós conhecemos do processo democrático no País, essa expressão está sendo usada para o momento atual. Eu entendi que S. Ex<sup>a</sup> usou a força da expressão, lembrando o passado de ambos, quando foram presos, torturados. E a Ministra Dilma, como ninguém, explícita, inclusive em entrevista, o momento difícil por que ela passou. Por isso, eu faço essa analogia, com muita tranquilidade. Mas quero também aproveitar o momento para homenagear V. Ex<sup>a</sup>. Eu conversava aqui com o Senador Agripino, e ele me disse que V. Ex<sup>a</sup>, ao procurá-lo a pedido das entidades e por saber da posição dele, conseguiu a assinatura que assegurou a tramitação da PEC paralela em regime de urgência. Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela posição clara, sempre defendendo a PEC paralela. Eu sou testemunha de que os delegados que estão aí conversaram muito com V. Ex<sup>a</sup> e com todos nós e estão colaborando para que o tema venha a plenário. Em caso de divergência, decidiremos no voto. Pois bem, quanto ao assunto anterior, não justifico, mas explico que entendi “companheira de armas” como força de expressão de um passado distante, que não tem nada a ver com o momento atual.

**O SR. ROMEU TUMA** (PFL – SP) – Fico feliz e agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pelos esclarecimentos, porque fui consultado sobre isso, e, graças à intervenção de V. Ex<sup>a</sup>, o assunto fica esclarecido.

Vou manter minha posição em relação à PEC paralela, em defesa da recomposição do que já havia antes da Constituição de 1988 para delegados de polícia e outras categorias.

E meu Líder foi muito correto comigo: não vai fechar questão. O Senador Efraim Morais, em aparte a V. Ex<sup>a</sup>, já falou sobre esse assunto. Cada um vai votar de acordo com a sua vontade. Vou oferecer um destaque à matéria, mas sem prejudicar a paridade, as donas-de-casa, os pensionistas, tudo isso que é a grande preocupação de V. Ex<sup>a</sup>. Também estou lutando e acho importantíssimo alcançarmos nosso objetivo. Se Deus quiser, vamos vencer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, solicito a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva para falar pela Liderança do PFL após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador Efraim Morais, V. Ex<sup>a</sup> será o primeiro inscrito após a Ordem do Dia.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Com a palavra o Senador João Capiberibe.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser o segundo inscrito, após a Ordem do Dia, para falar pelo PSB, Partido Socialista Brasileiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Nobre Senador João Capiberibe, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito.

Concedo a palavra ao eminente Senador Arthur Virgílio, pela Liderança do PSDB, e, a seguir, ao Senador Jorge Bornhausen.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, antes de mais nada, quero manifestar a minha estranheza, que pode ser demonstrada com a edição de hoje do **Jornal do Senado**. Uma visita feita ao Presidente da Casa pelos nossos queridos colegas Senador Aloizio Mercadante e Senador Eduardo Suplicy, acompanhados de Líderes do que chamam de movimento social, a começar pelo Sr. Stédile, desse movimento que contesta a ordem constituída no Brasil todos os dias e que, agora, ousa chamar a Oposição brasileira de golpista. Isso é inaceitável, sobretudo quando se tem o Presidente Lula fazendo eco a tantos absurdos.

O Presidente Lula – eu convencionava ainda há pouco com o Senador José Agripino – entra por um terreno perigoso que é o terreno da provocação, que sempre leva a conseqüências funestas para os que adotam esse tipo de arma.

O jornal **O Globo** de hoje noticia: “Lula minimiza escândalo e joga crise para o Congresso”. E continua: “Lula desafia Oposição e Congresso”; “Stédile defende Lula”; “Lula desafia o Congresso”. Seria uma forma de chavismo canhestra e medíocre, como a da Venezuela, mas visando a usar uma espécie de braço armado contra a democracia brasileira? É muito mais fácil explicar a corrupção que tem apodrecido as estruturas e as células do Governo que aí está.

A **Folha de S. Paulo** publica: “Ninguém é mais ético do que eu, diz Lula”. Pura bravata, Sr. Presidente. É preciso demonstrar. Não basta mais apenas ser. No jornal, está o Presidente Lula exibindo uma face de derrota que não é a que o Brasil gostaria de ver no seu Líder. “Lula elogia a sua ética e diz que estão com medo da reeleição”. Ele reduz toda a crise a um suposto medo da sua reeleição. Se ele perder a reeleição será precisamente porque o seu Governo afrouxou em relação à ética.

O Presidente Lula diz que a culpa é do Congresso: “Marinho se diz bode expiatório e acusa PT”. Está aí esse cidadão depondo e, no seu destampatório, desmente cabalmente o Presidente da República.

**Folha de S. Paulo:** “PT esvazia poder de Delúbio e Silvinho”. Se é verdade o que diz o referido jornal e que Silvinho e Delúbio nada têm a ver com esse esquema de mensalão e de corrupção, por que, então, tirarem o poder de pessoas tão santas? Algo de estranho e de esquisito se passa no reino da Dinamarca.

Lê-se na **Folha de S. Paulo:** “Para MST e CUT, elite quer desmoralizar Lula”. Talvez tenham razão, pela primeira vez, o MST e, num de seus poucos acertos, a CUT. Talvez, sim, certa elite esteja querendo desmoralizar o Presidente Lula, essa elite que rapina os Correios, o IRB e outras estatais, que paga mensalão, que tem relações promíscuas com o Parlamento. Talvez essa elite queira, de fato, desmoralizar o Presidente. A Oposição é obrigada a combatê-lo quando ele erra, quando ele é fraco e quando ele não comanda a Nação.

**Estado de Minas:** “Lula desafia a Oposição”.

**Diário de S. Paulo:** não há nenhuma matéria sobre esse episódio na capa, mas há uma crítica ao Presidente do PL, Deputado Waldemar da Costa Neto\*, partindo do irmão dele.

**Correio Braziliense:** “A crise piora, mas o que Lula vê é medo da reeleição” O Presidente Lula virou uma espécie de Alice num país que não é o das maravilhas.

**Correio Braziliense:** “Lula desafia a Oposição”. Essa foi a compreensão e a percepção da imprensa brasileira. É provocação e tentativa de arranjar bode expiatório para uma crise que tem a sua ramificação no Legislativo, mas uma crise moral e ética que é do Executivo, que nasceu e que partiu do Executivo na direção do Legislativo.

**Jornal do Brasil:** “Petroleiro na negociação política”. No interior do periódico, há matéria relativa ao tema: “Lula esvazia denúncias; afirma que ninguém, mais do que ele tem autoridade moral e ética para combater a corrupção; que não se pode ficar correndo atrás de denúncia vazia”. Não sei se tem alguma coisa mais cheia e menos vazia do que aquela cena

deprimente de dinheiro apanhado não sei de quem e colocado no bolso de funcionário de confiança deste Governo.

**Zero Hora:** “Ministra Dilma Rousseff. Eu não convivo com corrupção”. Tenho a impressão de que se trata de uma pessoa séria, mas tem convivido com a corrupção, sim. Neste Governo dela tem havido corrupção, e ela tem é que ajudar a limpar algo que precisa ser limpo em nome dos costumes brasileiros.

Sr. Presidente, a **Zero Hora** aqui diz que o Presidente Lula em Goiás fez todas as bravatas. Ele, que se admitiu como bravateiro no passado. Eu queria dizer para ele não ser modesto porque continua bravateiro no presente.

**O Dia:** “Secretária confirma malas de dinheiro. Família de testemunha sofre ameaça”.

**Jornal do Comércio:** “Secretária agora confirma mensalão” Não tem nada a ver apenas com o Congresso. Tem a ver com Parlamentares corruptos, sim, mas tem a ver sobretudo com quem tivesse interesse em ver esses Parlamentares agindo e votando de acordo com determinados sinais.

**O Estado de S. Paulo:** “Secretário amplia denúncias sobre o mensalão” e, lá dentro, em **O Estado de S. Paulo:** “Ninguém neste País tem mais autoridade moral e ética do que eu”, o Presidente Lula em sua autoconfiança.

**A Tarde,** da Bahia: “Secretária confirma denúncia e pede proteção policial”

Sr. Presidente, tenho a impressão que ninguém mais será responsável pelo aprofundamento da crise do que o próprio Presidente Lula se ele não recuar desse comportamento. Tenho a impressão que Sua Excelência teria que reconhecer o comportamento da Oposição brasileira, teria que se dignar a reconhecer que esta é a mais democrática Oposição que funcionou neste País desde 1946 para cá e que esse não é o caminho. O caminho é o da investigação, o caminho é o da punição dos culpados, o caminho é o da reforma dos costumes intragoverno e o da reforma do Governo para efeitos de ação administrativa. Tenho a impressão de que, fora disso, é o Presidente ajudar a cevar uma crise que não interessa ao País e que, seguramente, não haveria de interessar ao Governo dele. A palavra está com Sua Excelência, porque Sua Excelência começa a ser olhado com alguma desconfiança pela Nação brasileira, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU  
PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

 **FOLHA DE S. PAULO**

*Funcionário nega ter recebido propina de R\$ 3.000 e atribui responsabilidade das licitações aos indicados por Silvio Pereira*

# Marinho se diz 'bode expiatório' e acusa PT

## PT esvazia poder de Delúbio e Silvinho

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal - Ano XII - Nº 2163 - Brasília, quarta-feira, 22 de junho de 2005

# CPI convoca Roberto Jefferson, secretário do PT e publicitário

Lista de convocados inclui também ex-secretária de agência, dois ex-diretores dos Correios, empresário responsável pela gravação de fita na estatal e militar que teria chantageado ex-presidente do PTB

## CORREIO BRAZILIENSE

# LULA DESAFIA A OPOSIÇÃO



# Lula minimiza escândalo e joga crise para o Congresso

# JORNAL DO BRASIL

## PETROLEIRO NA NEGOCIAÇÃO POLÍTICA

**CORREIO BRAZILIENSE**

**A CRISE PIORA, MAS**

**O QUE LULA VÊ É**

**“MEDO DA REELEIÇÃO”**

**ESTADO DE MINAS**

# Lula desafia oposição

**FOLHA DE S.PAULO**

*Movimentos que assinam documento pedem mudanças na política econômica e a saída de Meirelles e Jucá na reforma ministerial*

## Para MST e CUT, elite quer desmoralizar Lula

*Presidente afirmou que Planalto não pode correr atrás de denúncias “vazias”*

# Lula elogia sua ‘ética’ e diz que estão com ‘medo da reeleição’



**O GLOBO**

# Lula desafia oposição e Congresso

JORNAL DO BRASIL

## Lula esvazia denúncias

Presidente afirma que ninguém mais do que ele tem autoridade moral e ética para combater a corrupção



**FOLHA DE S. PAULO**

Presidente afirma ser a pessoa com mais autoridade moral no país para combater a corrupção e que a oposição teme sua reeleição

## Ninguém é mais ético que eu, diz Lula

**O ESTADO DE S. PAULO**

Secretária

amplia denúncias

sobre o mensalão

Fernanda Karina disse que foi forçada a se desmentir  
no depoimento à PF em Minas porque sofreu ameaças

**ZERO HORA**

Dilma Rousseff – Exclusivo

DOCUMENTO A QUE SE REFERE

“Eu não convivo  
com corrupção”

# A TARDE

## Secretária confirma denúncia e pede proteção policial

Fernanda Karana, ex-secretária do publicitário Marcos Valério, apontado pelo deputado Roberto Jefferson como o principal operador do "mensalão", confirmou ter visto saques em malas de dinheiro destinados a políticos das empresas do ex-patão. Ela vai pedir proteção à Polícia Federal. **por [nome]**

# O ESTADO DE S. PAULO

## 'Ninguém neste país tem mais autoridade moral e ética do que eu'

### JORNAL DO COMMERCIÓ

do Rio de Janeiro

# SECRETÁRIA AGORA CONFIRMA MENSALÃO

Fernanda Karana quebra o silêncio e dá a primeira confirmação sobre o esquema de mensalão. Ela recusa ao PI porque tem sido ameaçada antes do depoimento. **Um Goiás, Lula disse que ninguém tem mais autoridade moral e ética para combater a corrupção do que ele. [nome]**

# O DIA

## SECRETARIA CONFIRMA MALAS DE DINHEIRO DO MENSALÃO Família de testemunha sofre ameaça

Fernanda Karana Romão Santiago, que havia negado sua participação no esquema de mensalão por meses e depois voltou atrás, disse ontem o que a lei exige de suas denúncias em depoimento à Polícia Federal. Foi durante a Segunda ex-senadora de publicitário a respeito do envolvimento com o mensalão, em sua declaração de [nome] que ela afirmou que seu marido é filho "poderoso" e ela "poderia estar em risco" se não confirmasse o que aprendeu com amigos e integrantes da cúpula do PI. **[nome]**

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao Senador Arthur Virgílio a colaboração com a Mesa.

Concedo a palavra ao eminente Senador Jorge Bornhausen, por cinco minutos, com tolerância de dois minutos; a seguir, ao Senador José Agripino e, posteriormente, ao Senador Maguito Vilela.

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC. Pela Liderança da Minoria. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, em nome da Liderança da Minoria, falando em nome do meu Partido, o PFL, que presido, venho aqui trazer a análise de dois fatos que reputo de importância e de responsabilidade.

Em primeiro lugar, cabe-me aqui fazer referência à resolução do Partido dos Trabalhadores, que, reunido nesse final de semana, por 39 a 12, baixou uma nota em que diz que o PT enfrenta uma inescrupulosa campanha patrocinada pelos setores da Oposição, para a seguir dizer que existe um evidente vínculo entre os agentes de falsas denúncias contra o PT, com setores da Oposição, especialmente do PSDB e do PFL.

Falsa é a afirmação! A Oposição cumpre o seu dever, de forma responsável, de fiscalizar o Governo. Esse dever nos foi delegado nas urnas em outubro de 2002.

As denúncias não vieram de setores da Oposição. A revista **Época** denunciou o caso Waldomiro Diniz, que foi apresentado nas televisões. A **Veja** fez larga reportagem sobre os recursos para o PTB nas eleições de 2004. A **Veja** trouxe também as denúncias sobre os Correios e o Instituto de Resseguros do Brasil, e matéria a respeito do mensalão dos parlamentares.

Repudiamos a nota e perguntamos: por que então o Presidente demitiu a diretoria dos Correios e a do IRB se as denúncias eram falsas? Por que foi demitido o Sr. Ministro Deputado José Dirceu se as denúncias eram falsas? Não aceitamos a imputação e respondemos com a investigação, doa a quem doer, custe o que custar.

O segundo ponto é a respeito do pronunciamento do Presidente da República ontem, com um plenário preparado, com um cenário para, com adeptos e palmas, poder se apresentar bem às televisões. Ele declarou: “Ninguém tem mais autoridade moral e ética do que eu para combater a corrupção”.

Não, Senhor Presidente, a sua credibilidade está abalada, e não é de agora, vem do caso Waldomiro Diniz, que o senhor permitiu ser abafado e que poderia ter impedido o crescimento da corrupção e a instituição definitiva do mensalão.

Senhor Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, não confunda credibilidade com popularidade. A popularidade é uma gangorra, ela sobe e desce na vida pública, mas a credibilidade não pode jamais ser perdida pelo homem público. Não fique em posição arrogante, não se considere dono da verdade. A humildade e a correção dos erros é o caminho mais adequado. Como primeiro mandatário da Nação, Vossa Excelência tem a obrigação de apurar as denúncias, que são graves, como a do mensalão, avisadas por um Governador de Estado, não desmentido; avisadas por quem o senhor...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. JORGE BORNHAUSEN** (PFL – SC) – .... chamou de parceiro, a quem deu um cheque em branco e não desmentiu. Ao contrário do que disse Vossa Excelência, que o Governo não deve correr atrás das denúncias, o Governo deve, sim, procurar esclarecê-las; abrir, dentro da lei, as sindicâncias e os inquéritos e punir os culpados. Não transfira, Senhor Presidente da República, a responsabilidade para o Congresso Nacional. Aqui já houve a tentativa de coibir a CPI pelo impedimento às assinaturas, pela tentativa frustrada da retirada das assinaturas e pela CPI chapa-branca. Não é por aí, não adianta esconder que o dinheiro que produz a corrupção dentro do Parlamento vem do Poder Executivo com licitações fraudulentas e falcatruas que permitem a ação de corrupção que redundará nesta situação difícil por que passa o Parlamento, mas que vai honrar a sua história, a sua tradição e o seu pilar democrático, apurando mediante CPI tudo aquilo que tem de ser apurado e punindo quem deve ser punido.

Sr. Presidente, a verdade é uma só: na democracia, quem é Governo é quem é escolhido pelo eleitorado para representá-lo e tem que governar bem e quem é Oposição deve cumprir o mandato das urnas, que coloca os partidos na fiscalização das ações do Governo. Não adianta falar, não adianta esconder; a corrupção existe. Não seja fundamentalista, nem arrogante, aguarde os resultados, mude os rumos do seu Governo. A Oposição está aqui para cumprir o seu dever e vai continuar a fiscalizar.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Jorge Bornhausen a colaboração com a Mesa no uso da tribuna.

Antes de conceder a palavra ao Senador Agripino, a Mesa reitera aos Srs. Senadores o esclarecimento de que há expressa recomendação do Presidente do Senado, atendendo reclamações de inúmeros Sena-

dores, para que seja cumprido, à luz do Regimento, rigorosamente o uso da palavra na tribuna.

Senador José Agripino, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, por cinco minutos e até dois de tolerância.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, Senador César Borges, ontem V. Ex<sup>a</sup> estava, como eu também, na reunião de instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, que, depois de muita discussão para colocar o bonde nos trilhos, para ordenar os trabalhos, para programar o trabalho de quinze dias, começou a ouvir ontem o Sr. Maurício Marinho, funcionário dos Correios. S. S<sup>a</sup> foi visto numa gravação em fita de vídeo recebendo aquele macinho de dinheiro, com a pontinha dos dedos. S. S<sup>a</sup> fez um pronunciamento ontem que foi todo desmentido hoje. Ontem ele disse que isso, aquilo e aquilo outro era a versão dele. Hoje, para surpresa de todos, em dado momento, pressionado pelos advogados, que perceberam que ele estava mentindo e ameaçavam abandonar a causa, diante da perspectiva do pior, o Sr. Maurício Marinho resolveu confessar a culpa e dizer que tudo que ele havia dito até aquele momento era mentira e que a verdade era a que ele passava a expor.

Eu gostaria de salientar esse fato, Senador Geraldo Mesquita, porque quem faz isso é porque está falando a verdade agora. Ele contou uma mentira para ser flagrado, para ser encostado no canto da parede e, depois de encostado no canto da parede, dizer: agora a verdade é essa e eu vou ter que abrir. A verdade é a que ele expôs e ainda está expondo.

Muito bem. Ontem, diante de tudo que ele expunha à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Presidente ia a Luziânia, fazia um pronunciamento para uma platéia favorável e, animado pelos aplausos, cometeu, na minha opinião, excessos imperdoáveis.

A televisão, à noite, noticiou à larga o teor do discurso de Sua Excelência o Presidente. Confesso a V. Ex<sup>as</sup> que fiquei pasmo com a audácia do Presidente. Depois da onda de denúncias, do acúmulo de fatos a investigar e esclarecer, Sua Excelência dizer o que disse é incrível, mas...

Abri os jornais de hoje e queria fazer comentários rápidos sobre o que está na imprensa de hoje, que transmite a percepção da opinião pública. O **Estado de Minas** diz: “LULA DESAFIA A OPOSIÇÃO”, que é o que ficou claro. Ele estava, de forma arrogante, desafiando a Oposição. Ele acusou a Oposição de explorar um caso no terceiro escalão para antecipar a campanha eleitoral de 2006. Gozado, terceiro escalão é o caso denunciado e Sua Excelência demite – por-

que foi demitido – o “primeiro-ministro” do Governo. O caso é do terceiro escalão, mas o demitido é o “primeiro-ministro”.

**O Estado de S. Paulo** traz na primeira página: “Secretária amplia denúncias sobre o mensalão”. Curiosamente o noticiário de uma das redes mais poderosas de televisão, durante oito minutos, colocou no ar a Secretária do Sr. Marcos Valério, que, igualmente, numa atitude curiosamente semelhante à atitude do Sr. Maurício Marinho, desdisse o que havia dito anteriormente e disse que estava desmentindo, desmentindo o desmentido porque havia desmentido por pressões e ameaças de morte, mas que agora, a cavaleiro, recolocava a verdade dos fatos. E a verdade dos fatos era a participação no esquema de dação de dinheiro de uma empresa que ganhava dinheiro nos Correios, em empresas públicas, dava dinheiro ao Sr. Delúbio, ao Sr. Sílvio Pereira e – quem sabe? –, ao ex-Ministro José Dirceu levar para aqueles que são os seus, politicamente. É isso que é terceiro escalão?

Diz o **Correio Braziliense**: “A crise piora, mas o que Lula vê é medo de reeleição”.

É curioso, Senador César Borges, o mundo pegando fogo e o Presidente falando em reeleição. Parece que Sua Excelência é – vou repetir – autista. Parece que só o Presidente não percebe que o País está impactado. E vem falar em reeleição! É tudo que não nos interessa neste momento, é tudo de que a opinião pública não quer falar neste momento. O que a opinião pública quer é a investigação da corrupção.

Diz, na contracapa, o **Correio Braziliense**: “LULA DESAFIA OPOSIÇÃO”. Em letras garrafais.

Para, em seguida, vir o **O Globo** dizendo: “Ex-Secretária confirma malas de dinheiro”. Malas.

“Lula desafia Oposição e Congresso” E diz mais: “Ninguém tem mais autoridade moral e ética do que eu para combater a corrupção”.

Senador Geraldo Mesquita, Senador Mão Santa, deixem-me fazer uma pergunta aqui a V. Ex<sup>as</sup>: vamos admitir que V. Ex<sup>as</sup> conheçam um chefe de departamento de uma empresa ou de uma empresa pública e chega um chefe de departamento semelhante...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Senador José Agripino, em um minuto o som será cortado.

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Já encerro, Sr. Presidente. Chega um chefe de departamento semelhante e diz: amigo velho, Fulano de tal do seu



departamento está roubando. Denuncia: está roubando. O que V. Ex<sup>as</sup> fariam, Senadores Mão Santa e Geraldo Mesquita? Duas atitudes: ou investiga e bota para fora o ladrão, se não conviver com a improbidade; ou então não faz nada, deixa o tempo passar, ou por medo ou por convivência. Isso é o que está na cabeça do povo, que não entende. O Presidente da República, alertado por “a”, “b”, “c”, pelo Governador Marconi Perillo, por Roberto Jefferson e por não sei quantas pessoas de que havia o “mensalão”, só tomou providências depois que isso veio a público. Mas, enquanto não vem a público, não...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ AGRIPINO** (PFL – RN) – Vou concluir em trinta segundos. A última: “Lula minimiza escândalo e joga a crise para o Congresso”. Só se joga a crise para o Congresso com a remessa de volta para cá do ex-Ministro José Dirceu, que realmente está de volta ao Congresso e está fazendo agora um pronunciamento.

Faço esses comentários para dizer o seguinte: estamos vivendo um momento de muita tensão, Senadora Heloísa Helena. Agora, eu, como V. Ex<sup>a</sup>, estou seguro, não vou entrar hora alguma naquela do “Fora, Lula”. Hora nenhuma. Não me falem em *impeachment*, mas também não me falem em esconder investigação até porque o que traduz a vontade do povo é ir às últimas conseqüências nem que não fique pedra sobre pedra.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Muito obrigado pela colaboração com a Mesa, Senador José Agripino.

Concedo a palavra ao nobre Senador Maguito Vilela, pela Liderança do PMDB, por cinco minutos.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Pela ordem também, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao nobre Senador Sérgio Cabral.

**O SR. SÉRGIO CABRAL** (PMDB – RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero apenas, no meio de tanta notícia ruim, registrar e celebrar que amanhã, no Estado do Rio de Janeiro, inaugura-se o Pólo Gás-Químico, uma obra importantíssima, uma parceria do setor público com o setor privado e que teve a Petrobras, inclusive, como parceira. São milhões e milhões de dólares investidos nessa obra, que vai

gerar centenas e centenas de empregos na Baixada Fluminense, no Estado do Rio de Janeiro.

Então, é uma boa notícia. Cumprimento o ex-Governador Garotinho, que tomou essa iniciativa alguns anos atrás e amanhã será celebrada com a inauguração do novo Pólo Gás-Químico. Aliás, acho que o Presidente da República estará presente, como nosso convidado, para essa solenidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pela ordem.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou encaminhando à Mesa, para que seja publicado nos Anais, o artigo de hoje do jornalista Elio Gaspari, intitulado “Ser direito dá cadeia”. É algo assim, brutal, é algo de violência arrepiante, Sr. Presidente, porque, no dia 2 de junho, o Procurador da República Mário Lúcio Avelar e a Polícia Federal provocaram a prisão de um Diretor do Ibama, chamado Antônio Carlos Hummel, Diretor de Florestas dessa autarquia brasileira.

Algemado, difamado, constatou-se depois que nada havia contra esse policial. E diz Elio Gaspari: “Aos 50 anos, esse engenheiro florestal com 23 anos de serviço público, dois filhos, um apartamento de três quartos e dois carros Gol (...)”. Nada contra ele. Mais adiante, relata Gaspari, a Polícia Federal disse que nada tinha contra ele. Teria havido, na verdade, um gesto precipitado e descabido do Procurador Avelar. Já concluo, Sr. Presidente, para dizer a V. Ex<sup>a</sup> apenas que o Sr. Hummel foi solto sem nenhuma satisfação, sem ser desonerado de culpa tão grave e injusta que tentaram imputar a ele.

Eu gostaria de fazer esse reparo, Sr. Presidente, porque, numa hora grave e delicada, não podemos permitir que pisoteiem sobre a reputação de pessoas inocentes. Fica aqui o protesto do PSDB em relação a esse gesto do Procurador Avelar, a esse equívoco da Polícia Federal e, sem dúvida nenhuma, a nossa solidariedade a um profissional atingido na sua honra. Se ele tem honra, essa honra tem de ser mantida.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.)*

JORNAL <b>O GLOBO</b>	DIA: <b>22</b>	MÊS/ANO: <b>Junho/05</b>	EDITORIA: <b>Opinio</b>	CADERNO: <b>A</b>	PÁGINA: <b>71</b>
--------------------------	-------------------	-----------------------------	----------------------------	----------------------	----------------------

# 'Ser direito dá cadeia

ELIO GASPARI

**A**conteceu entre Brasília e Cuiabá um episódio que deve levar os procuradores do Ministério Público e a imprensa a refletirem sobre seus papéis na defesa da lei e dos direitos dos cidadãos.

Deu-se o seguinte:

No dia 2 de junho os esforços do procurador Mário Lúcio Avelar e da Polícia Federal resultaram no desencadeamento da Operação Curupira, destinada a capturar laráprios que se haviam associado a quadrilhas de desmatadores de terras indígenas. Em poucos dias encarceraram-se 93 pessoas. O maior peixe da rede, preso a pedido do procurador, chamou-se Antônio Carlos Hummel, diretor de Florestas do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente, o Ibama. Depois de ser tratado como foragido, Hummel se apresentou à Polícia Federal, em Brasília. Viajou algemado para Cuiabá. Aos 50 anos, esse engenheiro florestal com 23 de anos de serviço público, dois filhos, um apartamento de três quartos e dois carros Gol, foi transformado no seguinte:

Segundo o procurador, "ele autorizou operações ilegais que levaram à comercialização de dez milhões de metros cúbicos de madeira". (Feitas as contas, noticiou-se que a quadri-

lha desmatou área equivalente a 52 mil campos de futebol, tirando madeira suficiente para encher 66 mil caminhões, ao valor de quase R\$ 900 milhões.) Faz bem à saúde pública que o Ministério Público corra atrás da ladroeira florestal, mas havia uma questão pendente na cadeia de Cuiabá: e o que é que Hummel teve a ver com isto? A essa altura, guardado numa cela, o engenheiro chorava.

O presidente do Ibama defendeu-o e a ministra Marina Silva lembrou que não recebera o inquérito que o incriminava. "Se ela quiser eu envio para ela. Já mandei uma cópia para a PF, é só ela pedir que vai entender tudo", respondeu o doutor Avelar.

No dia 7, depois de passar quatro noites na cadeia, o engenheiro soube, pelo procurador, que seria solto. Só então iriam ouvi-lo. Com a palavra o delegado federal Tardelli Boaventura, responsável pelas investigações da Curupira: "O procurador acompanhou o interrogatório. A Polícia Federal não tinha nada contra ele. No final, o procurador concluiu que não deveria sequer ter indiciado ele."

Vai-se à Internet e cadê a notícia de que Hummel foi desonerado e solto? Foi publicada aqui e ali, mas gra como um laquir. Jogou-se fora o

trigo e mascou-se o joio. Um diretor de órgão público avançando no patrimônio da Viúva não chega a ser novidade. Sensacional é o servidor honesto ir para a cadeia e vir a saber, antes de ser ouvido, que será solto sem mais nem menos. Isso é que é notícia, como diz Hummel: "Ser direito dá cadeia."

O sujeito trabalha a vida toda naquilo que gosta, servindo ao Estado na defesa do meio ambiente. Constrói uma reputação internacional e, de uma hora para outra, está em cana, com a vida triturada. Desde a prisão de Edmond Dantés sabe-se que coisas desse tipo podem acontecer, até por acidente. Hummel não pretende ser um Conde de Monte Cristo, mas vai à Justiça para entender o que lhe aconteceu.

O engenheiro estava na cadeia enquanto a ECT do ministro Eunício Oliveira contratava como consultores diretores que demitira. Henrique Meirelles e Romero Jucá continuavam no Banco Central e no Ministério da Previdência. Ambos respondem a inquéritos no Supremo Tribunal Federal. Lula, que não sabia do mensalão, prefere mantê-los nos cargos. Já o pobre (pobre mesmo) Hummel foi preventivamente afastado da diretoria de Florestas do Ibama.

ELIO GASPARI é jornalista.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Moraes, pela ordem.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, dentro do cumprimento rígido do Regimento que vem sendo feito por V. Ex<sup>a</sup>, a quem quero parabenizar, eu gostaria de dizer a V. Ex<sup>a</sup> que estamos já passando 13 minutos da Ordem do Dia, para que pudéssemos também fazer dentro daquilo que determina o Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Senador Efraim Moraes, V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão. Eu tenho reiterado a preocupação com essa situação de não-cumprimento do Regimento no que diz respeito ao início da Ordem do Dia. Mas o Presidente Renan Calheiros solicita que sempre se aguarde a chegada de S. Ex<sup>a</sup> em sessão. S. Ex<sup>a</sup> pedirá que a Mesa proceda com a Ordem do Dia. Apenas por essa razão eu não comecei às 16 horas e agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT –

AC) – Pela ordem, com a palavra o Senador Geraldo Mesquita.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL

– AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, é apenas para anunciar que o Supremo Tribunal Federal encontra-se em processo de apreciação e votação da CPI dos Bingos, e o placar encontra-se seis a um, favoravelmente à instalação da CPI dos Bingos. Portanto, faltam três ou quatro ministros votarem, e o resultado não poderá mais ser revertido.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC)

– Com a palavra o Senador Maguito Vilela, como Líder. A seguir, o Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO. Pela Li-

derança do PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, na semana retrasada, o Governador do Tocantins, Marcelo Miranda, assinou ficha de filiação ao PMDB. Filho de uma família cujas raízes políticas estão intrinsecamente ligadas ao antigo MDB, Marcelo Miranda, na verdade, volta ao convívio de antigos companheiros.

Seu pai, o ex-Deputado Brito Miranda, fez carreira no PMDB de Goiás, antes da criação do Estado do Tocantins. Brito Miranda, com brilhantismo, lutou ao lado do Prefeito Iris Rezende, do ex-Governador Henrique Santillo e de tantos outros grandes nomes. Agora, voltam juntos às origens. Eu tive a honra de ser Deputado Estadual com Brito Miranda, quando S. Ex<sup>a</sup> era Presidente da Assembléia Legislativa de Goiás.

No último dia 10, a cidade de Palmas assistiu a uma das mais expressivas manifestações políticas do Tocantins. Mais de vinte mil pessoas participaram do ato público de filiação do Governador, manifestando apoio a seu projeto de construir um Estado, cada vez mais justo, mais democrático, com oportunidades para todos.

O Estado do Tocantins cresceu bastante desde sua criação, é verdade. Mas, como bem disse o Governador Marcelo Miranda, é preciso agora dar um novo salto de desenvolvimento, um salto de qualidade, onde o foco principal de todas as ações do Governo seja o cidadão.

É este o projeto do Governador: fazer com que as grandes conquistas do Estado se transformem em pequenas conquistas para todos os tocantinenses. Seja na melhoria do atendimento à saúde, no aperfeiçoamento da educação, seja na geração de empregos e de oportunidades para cada pessoa que lá nasceu ou que escolheu aquele belo Estado como lugar para viver.

É um projeto que está em andamento, ajudado pelo estilo de Marcelo Miranda de fazer política. Um Governador que trabalha democraticamente, em sintonia com os anseios de seu povo, dando voz e vez à participação popular. Este é o perfil de Marcelo Miranda: um homem público íntegro, competente e humilde.

Os maiores líderes do PMDB estiveram em Palmas para prestigiar o Governador: o Presidente Nacional do PMDB, Deputado Michel Temer, o ex-Governador Anthony Garotinho, o Governador Joaquim Roriz, o Governador Roberto Requião e muitos líderes aqui do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, além de dezenas de Prefeitos, entre eles o grande e extraordinário Prefeito de Goiânia, Iris Rezende Machado.

A filiação do Governador representa um grande reforço para o PMDB. Agora, além da maior bancada do Senado e uma das maiores bancadas na Câmara dos Deputados, o PMDB é o Partido que tem também o maior número de Governadores hoje no nosso País.

Mais do que nunca, o nosso Partido mostra sua força nas diversas Regiões do Brasil. E o PMDB é um Partido que tem buscado o seu crescimento com lisura, dando vez ao surgimento de novos e importantes líderes. É um Partido que tem se renovado em nomes e em idéias e projetos.

Se ontem o PMDB foi o Partido que lutou contra o arbítrio pela democracia, hoje o PMDB enverga as bandeiras do crescimento e do desenvolvimento com geração de empregos e justiça social. É o Partido que, onde governa, tem olhado com prioridade para os mais carentes, mas sem perder de vista ao apoio produtivo,

que faz crescer Estados e o País, que gera empregos e oportunidades.

Ao lado de Marcelo Miranda estão outros Governadores dando o melhor exemplo – e não nos esqueçamos que os Senadores Mão Santa, Garibaldi Alves, Gerson Camata, José Maranhão e tantos outros deram excelentes exemplos em seus Estados quando foram Governadores –, como o jovem Germano Rigotto e os experientes Roberto Requião e Luiz Henrique no Sul do País. O competente tocador de obras Joaquim Roriz aqui em Brasília, Rosinha Matheus no Rio – e agora mesmo Sérgio Cabral anunciava inaugurações importantes do Rio de Janeiro amanhã, onde estarão grandes Líderes...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. MAGUITO VILELA** (PMDB – GO) – ...em companhia da Governadora Rosinha Garotinho. E Jarbas Vasconcelos também, em Pernambuco, outro Governador eficiente do PMDB.

Da mesma forma, fazem os Prefeitos e os nossos Líderes. O PMDB, forte, tem dado a sua contribuição a este País. Íris Rezende em Goiânia, na Prefeitura, e tantos outros Prefeitos.

Portanto, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu saúdo a chegada de Marcelo Miranda ou a volta de Marcelo Miranda às suas origens. É muito bem-vindo ao PMDB um Governador que busca construir um Estado para todos, justo, moderno, com mais empregos e melhor qualidade de vida. Nós, do PMDB, estaremos juntos nesse projeto, pensando em um Estado cada vez melhor.

Marcelo Miranda enriquece o PMDB, fortalece o PMDB e torna o PMDB o maior Partido deste País. Que sejam muito bem-vindos o Governador e todos aqueles que o acompanharam nessa decisão importantíssima para o nosso Partido!

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço ao nobre Senador Maguito Vilela.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloizio Mercadante pela Liderança do Governo.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de cinco minutos com dois de tolerância.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu queria, inicialmente, registrar nos Anais do Senado Federal documento que recebemos ontem, entregue ao Presidente Renan, denominado Carta ao Povo Brasileiro. Trata-se de uma carta que se posiciona contra a desestabilização política do Governo e contra a corrupção, por mudanças na polí-

tica econômica, pela prioridade nos direitos sociais e por reformas políticas democráticas.

É uma manifestação importante de dezenas de entidades, como: Central Única dos Trabalhadores; MST; União Nacional dos Estudantes; Central de movimentos Populares; ABI – Associação Brasileira de Imprensa; ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais; INESC; Pastoral Operária; Grito dos Excluídos; a Marcha Mundial das Mulheres; UBM; UBES; CONEN; JOC; SINE; CPT; FENAC; vários sindicatos, enfim, um conjunto muito grande de movimentos sociais, de entidades que fazem uma conclamação democrática, questionam o comportamento de setores da Oposição e defendem que haja uma completa apuração da corrupção e fazem a defesa do Governo e das instituições democráticas. Pedem a mudança, na política econômica, com ênfase, nas reformas políticas democráticas e, em particular, a reforma política. Pareceu-me uma manifestação importante, não só pela abrangência, mas também pela consistência do pronunciamento.

Eu gostaria, também, de aproveitar essa oportunidade e responder a algumas Lideranças que interpretam, de forma absolutamente equivocada, o pronunciamento do Presidente Lula. Gostaria de lê-lo na íntegra e pedir às pessoas que, pelo, menos, se atenham ao que foi dito, para que o debate possa ser, de fato, colocado em seus devidos termos nesta Casa.

O Presidente disse ontem:

Eu não tenho no Congresso Nacional nenhum projeto pedindo aumento para o Presidente, eu não tenho no Congresso Nacional nenhum projeto pedindo prorrogação de mandato para o Presidente, eu não tenho nenhum projeto no Congresso pedindo para fazer a reeleição do Presidente. Não tem nenhum projeto de meu interesse. Os projetos que estão no Congresso Nacional são do interesse deste País, de 180 milhões de brasileiros. As pessoas podem gostar ou não gostar. As pessoas votam ou não votam, porque gostam ou porque não gostam. Nós não podemos permitir que, por conta de uma CPI, o Congresso não funcione. O Congresso pode estabelecer horário para a CPI, pode estabelecer horário para as Comissões, pode estabelecer horário para votar. Este País é muito grande, a democracia está muito sólida para a gente achar que uma CPI pode criar qualquer embaraço.

Portanto, ele claramente apóia a independência do Congresso Nacional e os trabalhos da CPI, desde que sejam mantidos o processo de votação e as responsabilidades públicas do Poder Legislativo.

O que a CPI pode fazer é apurar. Se apurou, vai para o Ministério Público, quem tiver culpa pagará pelo erro que cometeu, quem não tiver será absolvi-



do. É assim que funciona a democracia, é assim que funcionam as leis. O que não dá é para a gente ficar sempre assistindo coisas que não condizem com a realidade.

Vamos pegar a questão do Correio. A questão do Correio, no sábado, em que saiu a matéria, nós já abrimos inquérito policial, o acusado já estava fora, nós afastamos o outro diretor. Esse é o papel do Governo. Não tem outro papel do Poder Executivo, a não ser fazer isso. É mandar a Polícia Federal para dentro. Se tem outras coisas, que digam, quantas aparecerem... porque no Brasil as pessoas tinham o hábito de fazer denúncia de corrupção que morria no dia seguinte. Eles não sabem com quem estão lidando. E vou repetir aqui uma coisa, que é o seguinte: com corrupção a gente não brinca. O que a gente não pode é manchar o nome das pessoas, a gente não pode colocar pessoas desnudas na frente da sociedade, depois não prova nada e ninguém pede desculpas. Nós já vimos isso ao longo da história.

Mas todas as denúncias que forem pertinentes ao Governo serão investigadas, contra quem quer que seja.

Portanto, o Senhor Presidente deixou muito claro, entendendo que a CPI é um instrumento complementar a todo esforço que o Governo vem fazendo no combate à corrupção, em particular o trabalho da Polícia Federal e do Ministério Público.

A CPI já está bastante avançada. Mais de uma centena de requerimentos já foram aprovados, as testemunhas estão convocadas e os depoimentos estão iniciando-se. Todos os contratos, licitações e ex-Diretores serão investigados – tanto deste Governo quanto de Governos anteriores. Todas as empresas que prestam serviço terão a sua relação com o Congresso apurada.

E não se trata apenas desse assunto. A CPI – tenho certeza – será complementada também por outra CPI para investigar a questão do mensalão. A base do Governo na Câmara dos Deputados já apresentou as assinaturas necessárias, como também, um requerimento de urgência para que seja instalada uma nova CPI naquela Casa para que investigue as denúncias apresentadas.

Já ouvi gente dizendo que um terço dos membros da Câmara estão envolvidos, outros afirmam que são 100 Deputados, há quem alegue que são seis Parlamentares. Uns dizem que não procedem as denúncias. O que o povo quer é uma investigação completa dessa e de todas as demais denúncias. É o que o Congresso Nacional fará com equilíbrio e moderação, sem vedetismos, açodamentos nem pré-julgamentos, mas apurando com bastante rigor todas essas denúncias.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Prorrogo o prazo por dois minutos para V. Ex<sup>a</sup> terminar, por favor.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Faço, portanto, desta tribuna, um apelo à Câmara dos Deputados. As denúncias sobre pagamentos de mensalidades para Deputados, o suposto mensalão, têm que ser investigadas no âmbito da Câmara dos Deputados. O decoro parlamentar é de natureza da Casa. Quando temos problemas de decoro parlamentar no Senado, nós os tratamos no Conselho de Ética. Já temos o Conselho de Ética e a Corregedoria da Câmara apurando todos esses indícios, mas é preciso uma CPI, porque uma CPI tem poder de justiça: pode quebrar o sigilo bancário, fiscal, telefônico, convocar testemunhas, documentos. E, portanto, o que a sociedade aguarda, neste momento, é a instalação da CPI do chamado mensalão na Câmara dos Deputados.

A Liderança do Governo vem fazendo um esforço muito grande para aprovar as medidas provisórias. Ontem, foram votadas mais três medidas provisórias. Portanto, falta muito pouco para que a pauta seja desobstruída no âmbito da Câmara dos Deputados e que a CPI possa, portanto, entrar na agenda e ser votada.

Da mesma forma, desejo pedir ao Senado Federal que possamos, hoje, votar esta única medida provisória, que é um crédito para as Forças Armadas, para, com isso, liberarmos a pauta e poderemos votar todas as emendas constitucionais que estão postas na mesa e que estão na pauta do dia de hoje. Assim, poderemos aprovar também o Procurador-Geral da República e o cargo do Tribunal de Contas da União, que já são duas indicações, uma da Câmara dos Deputados e outra da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do Vice-Procurador-Geral da República, que trabalhava com o Procurador Cláudio Fonteles e que teve um excelente desempenho à frente do Ministério Público Federal, para, dessa forma, portanto, irmos ao encontro desse pronunciamento do Presidente!

Que o Congresso funcione, que legisle, que responda à sociedade suas obrigação fundamental que é elaborar leis do País e que as CPIs trabalhem com toda independência, com toda isenção e com todo rigor, sem precipitação, mas apurando todos os fatos!

Obrigado!

*Durante o discurso do Sr. Aloizio Mercadante, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Para uma comunicação inadiável, convido o Senador Garibaldi Alves para usar da tribuna por cinco minutos.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meu caro Presidente, Senador Romeu Tuma, não é esta a primeira vez que eu trago este assunto à tribuna do Senado Federal. E cada vez que eu o trago, tenho a sensação, a impressão de ser uma voz clamando no deserto, falando sobre algo que, no momento, não interessa aos Srs. e às Sr<sup>as</sup> Parlamentares. Sei, Sr. Presidente, que todos estão muito envolvidos com a atividade parlamentar de investigação e não querem ter o seu tempo ocupado pela função de legislar ou, pelo menos, de realçar ou de aprimorar algo que já existe e que está tramitando nesta Casa.

Sr. Presidente, eu estou me referindo à Reforma Política, estou me referindo ao fato de já existir uma proposta de reforma em tramitação na Câmara dos Deputados que já passou aqui pelo Senado Federal. O Senado Federal já aprovou as suas principais propostas e, no momento, ela está sendo examinada por uma comissão especial da Câmara dos Deputados.

Comunico à Casa que, infelizmente, foi apresentado um requerimento pelo Deputado Inaldo Leitão para que fosse retirada de pauta essa proposta. S. Ex<sup>a</sup> simplesmente propõe a retirada de pauta da Reforma Política na Câmara dos Deputados. Conheço o Deputado Inaldo Leitão, mas não posso compreender essa atitude de S. Ex<sup>a</sup> de, especialmente neste momento, propor a retirada da pauta da Reforma Política. Este não é o momento de retirá-la, mas de acelerá-la, de fazê-la tramitar.

Final, o que está sendo apurado? O financiamento privado de campanha, que se vale de órgãos públicos e dá no que dá. O que está sendo apurado? O problema da fidelidade partidária, da compra de votos de parlamentares, parlamentares que mudam de partido como mudam de camisa.

Tudo leva a crer que estamos diante de um desafio, que é o de limpar a face política e administrativa do País, varrer a corrupção que está aí. E estamos diante de outro desafio, que é o de fazer com que esses fatos não se repitam, promover uma verdadeira blindagem. Como podemos blindar nossas instituições se somos humanos, Sr. Presidente? Temos de blindá-las por meio da reforma dos costumes, da reforma das leis. Temos de dar prioridade à Reforma Política, que, infelizmente, caminha a passos trôpegos, tramita dessa maneira no Congresso Nacional.

Portanto, eu não poderia deixar de trazer essas palavras – eu, que já vi, por exemplo, a CPI do Orçamento produzir resultados, cassar parlamentares. No entanto, a CPI do Orçamento, em vez de produzir seus efeitos mais além, não foi muito adiante nesse aspecto: repete-se tudo aquilo que vi na CPI dos Anões do Orçamento.

No meu primeiro mandato de Senador, eu fui relator de matéria relativa ao Capítulo das Subvenções Sociais, à manipulação vergonhosa que se fazia das subvenções sociais. Estou vendo agora, de novo, a manipulação de verbas, a mesma história. E penso, Sr. Presidente, que, além da condenação daqueles que prevaricaram agora, deve vir também a eliminação definitiva da possibilidade de se ter a repetição dos mesmos crimes. Daí por que, Sr. Presidente, eu estou...

*(O Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – V. Ex<sup>a</sup> teve dois minutos para encerrar.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Ao pedir o apoio de todos, chamo a atenção para matéria de **O Globo** publicada hoje, para a coluna de Merval Pereira. Quem a leu, viu comentários sobre uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Assuntos Estratégicos, ligado ao Governo Federal. Foi feita uma pesquisa ampla, foram ouvidas organizações não-governamentais, organizações governamentais e a Reforma Política foi apreciada. Ouvidas essas pessoas quanto à reforma, a cuja importância atribuíram nota de zero a dez, foi o seguinte o resultado: de fundamental importância, nota 7,91; muito importante, nota 8; importante, nota 9 e pouco importante, nota 1,4. Basta isso para que nós tenhamos a consciência...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, houve a recomendação de que seriam somente dois minutos de prorrogação em razão de todos os outros haverem observado o tempo. V. Ex<sup>a</sup> dispôs dos dois minutos finais.

**O SR. GARIBALDI ALVES FILHO** (PMDB – RN) – Eu gostaria somente de dizer, Sr. Presidente, que havia encerrado.

Sr. Presidente, encerro e agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Eu é que agradeço V. Ex<sup>a</sup> pela compreensão, Senador Garibaldi Alves.

Concedo a palavra ao Senador Hélio Costa, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, nesta semana de CP-MIs e de CPIs na Câmara e no Senado especialmente, é muito importante ressaltar que, na manhã de hoje, foi instalada uma CPMI para investigar a migração ilegal. Sob a presidência **pro tempore** do Senador Romeu Tuma, fomos indicados, escolhidos e eleitos pelos Pares Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que vai apurar os crimes praticados na emigração ilegal, ou seja, na saída dos jovens brasileiros para os Estados Unidos, para a Europa e para a Ásia.

É extremamente importante, Sr. Presidente, ressaltar o trabalho imediato desta CPMI, que vai pedir, inicialmente, à Polícia Federal que venha nos explicar, principalmente com relação a algumas regiões do País, por que há tamanha evasão de talentos de jovens. Por que em determinadas regiões, como o leste de Minas, como a região norte de Santa Catarina, como o Estado de Rondônia, como uma grande parte do Estado de Goiás, principalmente a região metropolitana de Goiânia, enfim, por que tantos jovens estão deixando o País e entrando numa aventura perigosa, que já custou a vida de dezenas de brasileiros? E por que razão eles se propõem a entrar, Senado Mão Santa, numa aventura que, lamentavelmente, apenas 1% tem dado resultado?

Ficamos surpresos, na manhã de ontem, ao recebermos a informação oficial, partindo do Departamento de Segurança Interna do Governo americano, de que neste momento, nos Estados Unidos, só nos Estados Unidos, estão presos 23.800 brasileiros. Vinte e três mil e oitocentos brasileiros nos Estados Unidos! Somem-se a isso 1.300 brasileiros presos no Japão, mais de 1.000 presos na Inglaterra, centenas presos na Espanha.

É uma situação que merece a atenção do Governo, do Poder Público, do Congresso, do Senado em especial, da Câmara dos Deputados. Daí a razão de ser da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito cujo Relator designado é o Deputado João Magno e o Vice-Presidente eleito, o Senador Marcelo Crivella, que participou conosco, no começo do ano passado, de uma missão que foi aos Estados Unidos para repatriar os brasileiros que estavam presos nas penitenciárias do Texas, no Arizona, por razões de imigração ilegal.

E todos estamos absolutamente conscientes da necessidade de apurarmos esses crimes. Temos contabilizados o crime de falsificação de passaporte; o crime de falsificação de documentos, como certidão de idade; declarações falsificadas. São inúmeros crimes cometidos para aliciar o jovem, para vender para

o jovem o sonho de que ele será colocado do outro lado da fronteira, do outro lado do rio, mas, na verdade, apenas 1%, conforme eu disse, consegue chegar do outro lado, consegue realmente se estabelecer. A grande maioria é chegar, pisar no território americano e ser preso imediatamente.

E hoje está acontecendo praticamente a mesma coisa nos países europeus, como Portugal, Espanha e Inglaterra: os brasileiros estão sendo presos logo que chegam e são repatriados. A Itália e a França são raríssimas exceções.

Então, esta Comissão Parlamentar de Inquérito instalada hoje pela manhã certamente terá a oportunidade de estudar essa diáspora brasileira, essa lamentável fuga do talento do jovem brasileiro, que está indo embora. Quando falamos de 23 mil brasileiros presos neste momento nos Estados Unidos, é algo que me deixa preocupado, é algo desesperador para mães, pais, parentes e amigos.

Então, na próxima semana, vamos começar os trabalhos da Comissão Parlamentar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador, vou prorrogar a sessão por dois minutos, para V. Ex<sup>a</sup> concluir.

**O SR. HÉLIO COSTA** (PMDB – MG) ... e, num breve espaço de tempo, tenho certeza, vamos apresentar um relatório, indicando os caminhos para as soluções neste momento.

Já na próxima sexta-feira, estarei na cidade de Governador Valadares, que é o centro, vamos dizer assim, em Minas Gerais, da ida desses jovens para os Estados Unidos. Vou acompanhado de autoridades da Universidade Federal de Minas Gerais. Em Governador Valadares, faremos uma audiência pública que, entre coisas, vai discutir a possibilidade de se colocar na cidade, na região do Vale do Rio Doce, uma extensão da Universidade Federal de Minas Gerais.

O caminho é criar oportunidades para o nosso jovem, para que possa estudar e se realizar, porque, senão, o caminho será ir embora para os Estados Unidos. Espero e tenho certeza de que a colaboração das autoridades locais, do prefeito, dos vereadores, das autoridades do Judiciário, do Ministério Público, toda essa ajuda de todas as pessoas envolvidas vai colaborar para que encontremos os caminhos para resolver essa questão a ser discutida pela CPMI da Imigração Ilegal a partir da próxima semana.

E já vamos começar a discutir o retorno desses brasileiros, como é que vamos repatriá-los. Da outra vez,

utilizamos vôos **charters** que foram pagos pelo Governo americano, diga-se de passagem. Mas eram 1.200. Agora, são 23 mil. Temos, inclusive, que pensar como é que vamos resolver essa questão. Só não podemos é deixar os nossos patrícios, os nossos companheiros, os brasileiros desolados, perdidos, sem apoio no exterior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Convido o Senador Jonas Pinheiro para uma comunicação urgente, por cinco minutos, de acordo com o Regimento Interno.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já levantamos o problema, em várias oportunidades, sobre o que poderia acontecer com a agricultura, com o agronegócio no Brasil. Infelizmente, a situação é muito pior do que aquilo que estávamos prevendo.

O produtor rural não paga a conta com esse desequilíbrio que houve entre a despesa e a receita. A despesa, de um lado da balança, inclui juros altos, impostos e custo de produção elevadíssimos. E ainda tivemos a conseqüência desagradável devido ao tempo: seca em boa parte do País, sobretudo no Sul, chuvas em determinados pontos do País na época da colheita, e, no caso da soja, ainda houve a influência danosa da ferrugem asiática.

Por outro lado, o lado da receita, tivemos preço baixo em todo o mundo. E, pior do que o preço baixo em todo o mundo, a conseqüência dessa política econômica do Governo, que fez com que a cotação do dólar hoje fosse muito diferente daquela da época do plantio. Plantou-se uma lavoura com o dólar a R\$3,20 e hoje se vai vender o produto dessa lavoura com o dólar a apenas R\$2,40. Não há, portanto, como fechar.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, estamos lutando com o Governo Federal, de forma incansável, para que o Tesouro não venha a tirar qualquer recurso do seu caixa. Estamos querendo apenas o apoio do Governo para o entendimento entre a iniciativa privada, os fornecedores de insumo e os produtores, no sentido de que seja utilizado dinheiro do FAT, que está à disposição para essa negociação, para que a parcela da dívida deste ano seja emprestada ao produtor, que ficará devendo esse recurso do FAT, mas que quer ter a possibilidade de continuar plantando no próximo ano.

Mas o Governo não está abrindo nenhuma hipótese de negociação.

Ainda ontem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, houve uma reunião no Ministério da Agri-

cultura, com a presença da Comissão da Agricultura da Câmara, com a minha presença, representando a Comissão de Agricultura do Senado, com o Secretário-Executivo, Dr. Murilo Portugal, com a presença do Ministro da Agricultura...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – ...e do Ministro Antonio Palocci. Saímos de lá muito mais preocupados do que quando entramos, porque não vimos abertura para fazer essa negociação.

Sr. Presidente, só para V. Ex<sup>a</sup> ter uma idéia, a Esalq tem publicado o preço do boi gordo a R\$52,00 a arroba, em São Paulo. Esse era o preço de dez anos atrás, quando, nesse período, tivemos uma inflação de 183%. Portanto, não fecha a conta também dos pecuaristas.

Por último, quero anunciar à Casa, já que a Câmara fez isso...

*(Interrupção no som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Jonas Pinheiro, vou prorrogar o tempo de V. Ex<sup>a</sup> por dois minutos para que possa terminar o seu discurso.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Nos dias 28, 29 e 30 deste mês, como última medida, os produtores rurais do Brasil farão um movimento em Brasília. Entrará na cidade uma caravana de mais de mil tratores para chamar a atenção desta República. Cerca de vinte mil produtores rurais vão se reunir para clamar para que o Governo os escute e resolva esse problema no ano de 2005. Esperamos que, em 2006, esta situação esteja melhor disciplinada, a favor do Brasil.

Se não houver entendimento do Governo, o que vai acontecer, Sr. Presidente? Haverá desemprego generalizado, como já está ocorrendo, falta de alimento, queda nas exportações e, com certeza, toda cidade brasileira que depende, direta ou indiretamente, do setor agrícola ficará penalizada.

Esta é a situação que estamos antevendo, de forma muito clara, já para esses próximos dias, eu diria até para as próximas horas, se não dermos um atendimento ao agricultor. Eles estão pedindo apenas a possibilidade de continuarem trabalhando, contribuindo com o Brasil e criando suas famílias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DO SR. SENADOR JONAS PINHEIRO.**



PRONUNCIAMENTO DO SENADOR  
JONAS PINHEIRO NA SESSÃO DO  
SENADO FEDERAL DO DIA DE JUNHO  
DE 2005.

Assunto: Crise na Agricultura Brasileira.

Senhor Presidente,  
Senhoras e Senhores Senadores,

Ontem, participei de uma reunião no Ministério da Agricultura, com o Ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e Deputados Federais, que representavam a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, a Frente Parlamentar do Agronegócio e a Frente Parlamentar do Cooperativismo.

Naquela oportunidade, os parlamentares que representam o setor agropecuário nacional discorreram para o Ministro da Fazenda, com detalhes, sobre o quadro de crise por que passam importantes segmentos produtivos desse setor no país, e apresentaram sugestões de medidas que podem ser adotadas pelo Governo Federal para amenizar essa crise.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, só para recordar: a atual crise por que passa a agropecuária nacional neste ano de 2005 decorre, basicamente, da conjugação de quatro fatores: o primeiro, as alterações no quadro de oferta e procura das *commodities* no mercado internacional; as quais provocaram uma drástica queda na cotação dos produtos; segundo, a expressiva elevação dos custos de produção em consequência do aumento desproporcional do preço dos insumos agropecuários e das máquinas e equipamentos; o terceiro, a brutal queda do dólar e a decorrente valorização do real; e o quarto, a deterioração dramática da *infra-estrutura viária e portuária*, que onerou consideravelmente o custo dos fretes.

Outra dificuldade que os produtores rurais tiveram de enfrentar neste ano agrícola foi o desequilíbrio nas manifestações da natureza, o qual provocou longo período de seca em algumas regiões e excesso de chuva em outras. No caso dos produtores de soja, estes ainda sofreram com a elevada incidência de ferrugem asiática nos cultivos desse grão, o que exigiu um número de pulverizações além do previsto, que encareceu mais ainda os custos de sua produção.

Nesse contexto, a quase totalidade dos produtores rurais contabilizou receitas menores que as despesas e estão tendo enorme dificuldade para cumprir os compromissos que assumiram com os financiadores de suas safras. Ora, se não quitarem ou renegociarem as suas dívidas atuais, não terão como financiar a próxima safra e, se não conseguirem financiar a próxima safra, não poderão ter receitas para pagar as dívidas, que se acumularão. Um perverso círculo vicioso que, se não for rompido rapidamente, levará os produtores rurais à insolvência.

Assim, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, os parlamentares apresentaram como sugestão as seguintes medidas para serem adotadas em curto prazo pelo Governo Federal:

1. prorrogar o prazo de pagamento das dívidas de custeio e de investimento dos produtores rurais que tiveram frustração de safra este ano ou dificuldade de comercializar suas últimas safras;
2. ampliar a dotação de recursos do FAT e facultar a sua utilização nas regiões que tiveram frustração econômica de safra, com a finalidade de possibilitar que os produtores rurais renegociem as suas dívidas com seus fornecedores de insumos agropecuários, e de máquinas e equipamentos agrícolas;
3. reajustar, nos contratos de crédito já pactuados, o cronograma de pagamento das prestações a vencerem, de acordo com a capacidade de pagamento dos produtores que foram afetados pela seca e por dificuldades de comercialização;
4. recompor o orçamento do Ministério da Agricultura tendo em vista, especialmente, os serviços de defesa agropecuária, fiscalização e pesquisa agropecuária;
5. alocar recursos no orçamento das Operações Oficiais de Crédito, o chamado 2OC, para atender às políticas de apoio à comercialização e ao seguro rural;
6. autorizar , em caráter de urgência, a importação de defensivos agropecuários genéricos, principalmente os relacionados no acordo do Mercosul;
7. incluir, no Plano Agrícola e Pecuário 2005/2006, as reivindicações apresentadas pelos representantes do setor produtivo agropecuário, sobretudo as que prevêm o reajustamento dos preços mínimos.

Senhor Presidente, no entanto, lamento ter de informar que o posicionamento do Senhor Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, diante do pedido apresentado a ele pelos parlamentares em favor dos produtores rurais foi o de acenar com promessas para o futuro e condicionar também futuras liberações de recursos à votação de temas de interesse do Governo Federal no Congresso Nacional. Isso gerou uma profunda frustração em todos nós, acompanhada de um sentimento de angústia e de preocupação com esse futuro.

A nós nos pareceu, Senhor Presidente, que o Ministro Palocci não só não entendeu a profundidade e a gravidade da crise agrícola atual, como também foi

muito intransigente e muito rígido, não abrindo espaço para nenhuma negociação de acordo com o tempo que os produtores rurais precisam.

Senhor Presidente, desde o final do ano passado, venho alertando sobre a turbulência que sofreria o agronegócio brasileiro no presente ano. Prevendo então essas dificuldades, propus, e a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal aprovou, emenda ao Orçamento Geral da União de 2005, de R\$ 2 bilhões para possibilitar que o Governo Federal adotasse as ações de apoio à comercialização agrícola. Entretanto, o relator não acolheu essa emenda sob a alegação de que o Presidente da República havia se comprometido textualmente em assegurar esses recursos no momento oportuno.

O momento oportuno é agora, Senhor Presidente; e esses recursos não foram assegurados, Senhoras e Senhores Senadores. Aliás, o Governo Federal até que anunciou a liberação de R\$ 400 milhões, mas, até o momento, esses recursos ficaram somente no papel; é mais uma decepção para os produtores rurais.

O próprio orçamento do Ministério da Agricultura para 2005 é o menor dos últimos anos e corresponde a apenas 0,3 % do orçamento geral; mesmo assim, os recursos daquela Pasta foram cortados em cerca de 80 % e estão contingenciados. A tal ponto, por exemplo, que os serviços de defesa agropecuária federal, que têm uma função estratégica no controle da sanidade dos produtos agropecuários, não dispõem de recursos sequer para pagar as contas de telefone ou para comprar combustíveis ou ainda para pagar as diárias dos fiscais federais em viagem de serviço.

Senhor Presidente, diante dessa "ducha de água fria", os produtores rurais estão cada vez mais preocupados e, agora, se preparam para uma manifestação em Brasília, na próxima semana, que está sendo chamada de "Tratoração – O Alerta do Campo", a qual terá início no dia 28 deste mês. Essa manifestação, que deverá trazer a Brasília produtores rurais de todas as regiões do país, tem o claro objetivo de sensibilizar a opinião pública e as autoridades federais quanto à bruta perda de renda do setor, e de protestar pela atitude indiferente e apática até agora adotada pelo Governo Federal e, mais ainda, o de reivindicar também medidas efetivas e saneadoras que atenuem os efeitos da presente crise.

É profundamente lamentável, Senhor Presidente, que os produtores rurais tenham de se valer desse recurso de alarde e espalhafato para serem ouvidos pelo Governo Federal. Exatamente o Governo que vem tendo êxito em sua política graças ao desempenho do agronegócio, já que ele é responsável pelo equilíbrio das nossas contas públicas, pela manutenção de empregos e pela geração, só no ano passado, de quase 40 bilhões de reais em excedentes exportáveis.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

Peço licença à Casa para comunicar a presença entre nós da cineasta Tisuka Yamasaki, que vem lançar o filme “Gaijin – Ama-me Como Sou”. (Palmas.)

Hoje, houve uma reunião da Subcomissão de Cinema, e é uma honra poder recebê-la em plenário. Desejamos sucesso para o seu filme, que conta a história dessa colônia tão importante. O Senador Jonas Pinheiro falava sobre a agricultura e, nessa área, devemos muito à colônia japonesa.

Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB

– TO) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

**O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS** (PSDB

– SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em apoio às palavras de V. Ex<sup>a</sup>, registrando tão importante presença em nossa Casa, quero anunciar que, depois de ter assistido pessoalmente ao entusiasmo do povo japonês com o lançamento do filme que conta a saga da migração daquele povo para o nosso querido Brasil, a Comissão de Educação – e estamos em entendimento com o Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – promoverá, no segundo semestre, uma sessão de exibição deste filme nesta Casa.

Antecipadamente, em nome da cineasta Tisuka Yamasaki e da sua produtora, Liane, quero transmitir o convite às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores, principalmente em função da importância do filme, quando estamos às vésperas de comemorar 100 anos da migração japonesa para o nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela ordem.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR.

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, gostaria de me inscrever como Líder para falar após a Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Romeu Tuma. PFL – SP)

– V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento. V. Ex<sup>a</sup> será o terceiro inscrito após a Ordem do Dia como Líder.

Voltamos à lista de oradores.

Convido o Senador Antônio Leite para fazer uso da palavra por dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

**O SR. ANTÔNIO LEITE** (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr.

Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, há tempo, falar desta tribuna sobre a situação da malha rodoviária federal tornou-se um exercício de rotina, quer dizer, uma repetição de reclamações, críticas e reivindicações. Todos sabemos da situação em que se encontra esse setor.

Inúmeras vezes, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores já se têm pronunciado sobre o problema, alertando as autoridades, pedindo providências para corrigir, consertar e evitar prejuízos maiores, seja para os meios que trafegam nas rodovias, seja para a agricultura e a indústria, que necessitam de boas estradas para terem seus produtos transportados com segurança e com o menor custo possível até os centros de consumo.

A questão, no entanto, permanece em grande parte sem providências, obviamente com desgastes e prejuízos cada vez maiores para a União e para a população.

Refiro-me, hoje, em particular, à BR-226, de modo especial, ao trecho que passa pelo Município de Barão do Grajaú. A BR-226 foi implantada há quase vinte anos. Ela parte do Estado do Rio Grande do Norte e termina no Estado do Pará, percorrendo uma extensão de 3.369 quilômetros. A BR-226 liga Porto Franco, microrregião do mesmo nome que se distende às margens do rio Tocantins, a Grajaú. É a principal via de comunicação do Estado do Maranhão com o interior do Nordeste. Pela rodovia, é transportada grande parte da produção agrícola do centro-sul do Estado, de toda a microrregião do Alto Mearim e, em especial, a produção do pólo gesseiro de Grajaú.

A BR-226, no entanto, foi abandonada após sua construção. Encontra-se hoje em situação lamentável, beirando a intrafegabilidade. Pode ser definida como malha de buracos e crateras, sem leito e sem acostamento, uma armadilha de perigos em constante ameaça para os transeuntes, vítimas potenciais de repentinas e dolorosas surpresas. Um caos, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores!

Devo lembrar, também, a BR-230, que também reproduz o caos da falta de conservação. Uma tragédia anunciada, engendrada pelo tempo, pelas chuvas e pelo abandono. “Os acidentes se multiplicam, aumenta o número de mortos, dos veículos quebrados, de homens e mulheres mutilados”, segundo dados publicados na **Folha do Maranhão do Sul**, em 28 de abril de 2005.

Em se tratando da BR-230, deve-se acrescentar outro dado, este de ordem econômica, também grave pelas perdas que ocasiona. Perda de dinheiro e de produtos: pela BR-230 é transportada a produção de soja da região de Balsas, que tem 275 mil hectares plantados, cuja última safra produziu 900 mil tonela-



das. Oitenta por cento dessa produção são exportados. Segundo estimativas dos especialistas, na microrregião de Balsas ainda existem 800 mil hectares de terra agricultável, aptos para a produção de grãos. Balsas produz ainda álcool – 53 milhões de litros –, o terceiro maior produtor do Nordeste, e algodão – 500 toneladas na última safra, todas exportadas para os Estados Unidos.

Mas como produzir mais se faltam estradas? Como crescer se os ganhos em produtividade é desperdiçado ao longo de rodovias que se tornaram imprestáveis?

O mesmo se diga das rodovias estaduais maranhenses. As estradas da Baixada maranhense. Estas, de responsabilidade do Governo do Estado, não têm conservação; estão entregues à natureza e à inexorabilidade das chuvas e das inundações. Cito, por exemplo, a MA-280, particularmente nos trechos que ligam Montes Altos e Sítio Novo e outros trechos. Padece quem por elas precisa transitar, exportar sua produção, pequena ou abundante, quem precisa deslocar-se até ao hospital! Um padecimento silencioso, um padecimento que humilha porque esmaga o cidadão, que paga impostos e sustenta a estrutura pública e se sente abandonado na própria impotência.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Antônio Leite, eu gostaria de participar.

**O SR. ANTÔNIO LEITE** (PMDB – MA) – Pois não, Excelência.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – V. Ex<sup>a</sup> traz as preocupações do Maranhão, que são as de todo o Brasil, em relação à precariedade das estradas. Gostaria apenas de lembrar ao Governo que esse problema é muito velho e a história é para ensinar. Pedro II, que fez apenas uma viagem à Europa – diferentemente de Lula, que todo dia vai e está tonto de tanto rodar o mundo, escreveu uma carta a sua filha: “Isabel, minha filha, lembre-se de que a estrada é o melhor presente que se pode dar a um povo”. Depois, o Presidente da República Washington Luiz ensinou que “governar é fazer estradas”. E Juscelino Kubitschek dizia que “energia é transporte”. Então, o Lula está tonto, voando, e não vê, no ensinamento da história, essa meta de recuperar as nossas estradas.

**O SR. ANTÔNIO LEITE** (PMDB – MA) – Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup> pelo seu aparte, que reforça realmente a nossa preocupação.

Pedimos a reforma e também a construção da duplicação da ponte que liga a cidade de São Luís, capital do Estado do Maranhão, ao continente, para que evitemos uma interdição, como já aconteceu recentemente.

Com extrema preocupação, exponho esse problema ao Senado Federal e faço veemente apelo ao Ministério dos Transportes e ao Governo do Estado do Maranhão, para que intervenham rapidamente, cada qual na sua área de competência, para salvar e recuperar o que resta dessas rodovias e das MAs do Maranhão.

Era o que me cumpria expor e requerer. Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Antonio Leite, o Sr. Romeu Tuma, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Magno Malta. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, por dez minutos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, representante do Pará e, portanto, amazônida, falo hoje muito à vontade sobre um dia de suma importância, especialmente para a minha região, e que pode ser o melhor exemplo da falta de articulação que marca o atual Governo.

Falo da Ordem do Dia da última quarta-feira, 15 de junho, em que ficou mais do que evidente o desconcerto do Governo petista do Presidente Lula. Falo do Projeto de Lei de Conversão à MP nº 239, de que fui Relator.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a aprovação era de interesse do Governo, que, no entanto, demonstrou pouco esforço ou não soube, em sua soberba, caracterizar a importância da aprovação da MP, que caducaria no dia 20 de junho, segunda-feira passada.

O Governo Lula, sabem os Srs. Senadores e as Sr<sup>as</sup> Senadoras e sabe a Nação, tem número suficiente para aprovar nesta Casa as matérias de sua iniciativa. Tem número, mas não tem humildade nem se esforça para que as votações possam fluir sem risco para os propósitos governistas.

A MP nº 239, como todos sabiam, versava sobre as unidades de conservação da natureza, matéria de fato importante para a preservação das reservas ambientais brasileiras.

Fui Relator desse projeto, Senador Cristovam Buarque, e, após examinar detidamente o seu mérito, entendi procedente o substitutivo proveniente da Câmara, proposição amplamente debatida e acordada pela nossa Bancada naquela Casa. Honrei o compromisso assumido pela liderança do Partido no Senado no sentido de apoiar, na integralidade, o texto procedente da Câmara.

Esta posição, favorável ao texto da Câmara, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, foi comunicado à Ministra Marina Silva – por meio de sua assessoria parlamentar – ao Presidente Renan Calheiros – por mim diretamente – e ao Líder Aloizio Mercadante.

No entanto, ao longo da discussão da matéria no Senado, fui abordado por Senadores que divergiam da aprovação do texto procedente da Câmara. Busquei, ao longo da semana, com a ajuda permanente de nosso Líder, o consenso para que a votação no plenário ocorresse da forma mais tranqüila possível.

Não posso deixar de mencionar e enaltecer a grandeza da Bancada do PFL, cuja posição foi significativa para reconhecer a relevância e importância da matéria, especialmente dos eminentes Senadores José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Heráclito Fortes e José Jorge.

Dessa forma, a matéria foi aprovada na quarta-feira passada, sem ser adiada, como se postulava, porque houve empenho, muito empenho. Não da Liderança do Governo. O grande artífice que nos conduziu à votação foi a Bancada de Oposição, a partir do empenho de seus Líderes.

Ficou, pois, muitíssimo claro que a Oposição brasileira da atualidade em nada se assemelha à velha Oposição petista. É uma Oposição responsável, que grita pela governabilidade.

Esta, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é a grande verdade do Brasil de hoje: o Governo está à deriva, sem que o timoneiro nem seus líderes percebam. Millôr Fernandes, na revista **Veja** desta semana, retrata a situação atual dizendo: “Esse governo é um barco a três. Um olha prum lado, outro rema pro outro. Sem patrão.”

Nobre Senador Mão Santa, o autoritarismo desse Governo é também cego e não permite que seus integrantes percebam que eles, os do PT, só logram êxitos no Legislativo por conta das Oposições, que se colocam no único caminho que, para nós, oposicionistas, tem validade. É o caminho da construção em favor do Brasil.

Quanto às lideranças e bancadas governistas, sua linguagem é apenas a que vem de uma cartilha, algo tão em voga no Governo, a cartilha da soberba. Pensam que podem tudo e o seu Governo só não desmorona porque há, aqui, uma Oposição responsável.

Em diversas ocasiões, como na noite de terça-feira, surgem, aqui, as perguntas que deveriam constranger a base aliada: por onde anda a maioria governista?

A resposta, infelizmente, é uma só: devem estar em algum lugar, menos em plenário, maquinando esquemas para sufocar as minorias, Presidente Tião

Viana, como fizeram na eleição dos dirigentes da CPMI dos Correios. A tarde do grande blefe! O Governo sozinho na CPMI que já tem apelido, nascido no próprio PT: a CPMI Chapa Branca.

A base governista, diga-se a verdade, desrespeita as minorias e, sobretudo, o povo brasileiro. E essa base é a mesma que não vem votar aqui e, por isso, passa a depender das Oposições, mas nega às Oposições o direito de ocupar posições na CPMI dos Correios.

Foi o povo quem elegeu, Senador Mão Santa, uma Oposição para fiscalizar legitimamente os atos do Governo. Nós aqui estamos. A base aliada governista some. Não tem tempo para o Brasil.

Que se registre, pois, com o meu testemunho de Relator da MP 239: não foi a base aliada quem garantiu a sua aprovação. Não fosse a postura responsável das Oposições, o Governo seguramente estaria, agora, amargando mais uma derrota.

A medida foi aprovada porque aqui houve o reverso do que seria a linguagem da antiga Oposição petista. O reverso foi traduzido no esforço do Líder oposicionista Arthur Virgílio, esse extraordinário homem da Amazônia e, também, um Parlamentar que tem a visão voltada para o bem do Brasil.

Ao Governo, não os louros da vitória. Ao Governo fica mais uma lição. Uma lição que, como as outras, acabará por ficar no esquecimento.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> está sendo muito feliz quando demonstra ao País o valor da Oposição. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que fizesse uma reflexão. Rui Barbosa, que foi um dos ícones da Proclamação da República, foi Ministro da Fazenda de Deodoro e, depois, de Floriano, quando percebeu que queriam um continuísmo militar, disse: “Estou fora! Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”. Então, ele passou mais de 30 anos nas Oposições, fazendo a grandeza da democracia e deste Parlamento em que estamos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa, pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que enriquece o meu pronunciamento.

Afinal, o Governo que aí está é o Governo do Desconcerto, nobre Senador Azeredo.

Desconcerto, sabemos, Presidente Tião Viana, significa desordem, desarranjo, transtorno, desarmonia, discordância. Ou seja, o retrato de corpo inteiro do Governo petista do Presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> deseja permutar com o Senador Eduardo Azeredo.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, Senador Eduardo Azeredo. (Pausa.)

Senador Eduardo Azeredo, houve um equívoco da Mesa, pois há muita coisa rasurada aqui. O Senador Suplicy antecede V. Ex<sup>a</sup>. Se não se importar, para uma correção, foi mero equívoco aqui, pela rasura que está no papel.

Primeiramente, o Senador Eduardo Azeredo; depois, o Senador Suplicy.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP) – S. Ex<sup>a</sup> pode falar primeiro.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Azeredo, por dez minutos.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, trago a preocupação com relação à imagem e toda a vida parlamentar, nesses dias tensos que temos vivido no País. É fundamental que o Congresso não possa ser nivelado por baixo, que não seja o responsável por todas as mazelas, como, infelizmente, tenta-se colocar. O próprio Presidente Lula não agiu da maneira mais adequada ontem, ao querer imputar ao Congresso os problemas que estão acontecendo.

De fato, são problemas graves, que precisam de esclarecimento, precisam de punição e nós temos a responsabilidade maior de não deixar que o Senado Federal seja paralisado e seja visto pela população, como um todo, como uma entidade na qual os interesses maiores do País não estão devidamente representados. Pelo contrário, devemos estar permanentemente atentos e com o equilíbrio necessário, para que, neste momento grave do País, as questões sejam devidamente esclarecidas. Ao mesmo tempo, não podemos, realmente, aceitar que se imputem ao Congresso todas as mazelas do País.

Assim, também, não é razoável que o Presidente da República queira dizer que a Oposição está antecipando o processo eleitoral, que não quer reeleição. Não é fato. Basta que se acompanhe o comportamento da Oposição para se ver que, pelo contrário, estamos segurando o processo eleitoral e que não estamos fazendo exploração eleitoral como talvez o PT fizesse se estivesse no nosso lugar. Estamos buscando que, neste momento, o País possa ter uma continuidade administrativa, em vez de sucumbir a problemas permanentes.

Como bem disse o Governador de Minas Gerais, Aécio Neves, não podemos ter o País confundido com uma delegacia de polícia. Cada questão deve ser discutida no seu devido espaço e local. Os problemas principais precisam continuar sendo discutidos.

Assim é que, além de trazer essa preocupação e esse repúdio à crítica injusta à Oposição e ao Congresso em si, quero também abordar, mais uma vez, a questão referente às estradas brasileiras, como tantas e tantas vezes já o fiz.

Está comigo um jornal da minha cidade natal, Belo Horizonte, **Estado de Minas**, onde se lê: “Abandono ameaça estradas”.

Milhares de quilômetros, no Estado de Minas Gerais – que não são diferentes dos de outras partes do Brasil –, têm manutenção totalmente inadequada, com riscos permanentes para a vida das pessoas e com a conseqüente perda, sob o ponto de vista de custos, para as empresas de transporte.

Eu estive, recentemente, na Zona da Mata. A Rio–Bahia, que é uma estrada fundamental para ligar o Sul ao Nordeste brasileiro, está tendo os buracos tampados com terra. Eu vi as pessoas tampando os buracos com terra. Os Prefeitos querem até assumir, se puderem, a manutenção, tal o descaso, a morosidade do tráfego e o risco que existe em uma estrada como a Rio–Bahia.

Essa matéria fala também de uma outra BR de Minas Gerais, a 135, que vai ao norte do Estado, a Montes Claros. Nela, também não há a menor condição de se realizar transporte. O empresário responsável pelo contrato de manutenção diz que não recebe desde agosto do ano passado. Pelo menos essa é a informação que ele nos dá.

O dinheiro existe. Os recursos da Cide – todos sabemos – estão guardados, mas não estão sendo devidamente utilizados.

Há outros casos, como o da BR-101, que não corta o meu Estado, mas que segue em direção ao sul do Brasil; as obras foram anunciadas e prometidas, mas a manutenção está inadequada.

Poderia citar também a BR-262, que liga Minas Gerais ao Espírito Santo e que se encontra em péssimas condições de tráfego.

Até quando vamos esperar? Já são dois anos e meio do Governo Lula, e essas obras continuam apenas como propostas e não são executadas!

Sr. Presidente, há um outro ponto que me preocupa. Refiro-me à questão da transferência da responsabilidade pela manutenção das rodovias federais para os Estados. Gostaria de lembrar que, ao final de 2002, vários Estados, entre eles o de Minas Gerais, assinaram convênio no sentido de transferir a manutenção

das rodovias federais para os Estados, com recursos financeiros também transferidos para os respectivos Estados. Como as estradas não foram devidamente preparadas, hoje existe um impasse: os Estados não assumem a manutenção dessas estradas, e o Governo Federal não faz a manutenção.

São 14 mil quilômetros de rodovias federais – seis mil deles em Minas Gerais – que se estão transformando em terra de ninguém. O Governo Federal diz não poder investir ali porque as estradas já foram transferidas para os Estados, e os Estados não reconhecem como suas essas estradas federais.

Há de se buscar alternativa. É verdade que o Governo transferiu recursos, sim. Lembro-me bem que, ao final de 2002, o Governo do Estado de Minas Gerais não tinha recursos para pagar o 13º salário. Então, o antecessor do Governador Aécio Neves utilizou esses recursos, que havia recebido, para pagar o 13º salário, senão ele passaria o Governo com o 13º salário em aberto – notadamente ele, que havia criticado tanto essa questão referente ao governo passado.

Na realidade, as estradas precisam de manutenção, e, portanto, o impasse está instalado.

O Governo de Minas, agora, não tem como assumir as estradas, e o Governo Federal não investe. É terra de ninguém – repito. Há de se buscar uma solução imediata: se o recurso transferido foi insuficiente, que se busque alternativa de complementação; se o recurso foi utilizado em outra área que não a devida, que se busque até mesmo uma devolução. O que não posso é concordar que a população dos Estados atingidos – Minas Gerais e Rio Grande do Sul – seja prejudicada, já que não se tem e nem se sabe a quem recorrer: se ao Governo do Estado ou se ao Governo Federal.

Sr. Presidente, trago um apelo: que o Governo busque e acelere uma solução para a situação do impasse, no sentido da manutenção necessária de inúmeras de nossas estradas.

Sr. Presidente, para não dizerem que estou aqui apenas criticando, até para garantir a minha credibilidade, quero dizer que o Governo iniciou a obra de uma estrada importante. Refiro-me à rodovia que liga Belo Horizonte a Brasília, ao seu projeto de duplicação, para o qual está destinada a emenda que apresentei, como Senador, aprovada como emenda de Bancada. O Governo, nessa segunda-feira, iniciou o processo de audiência pública, para que a duplicação seja retomada em cerca de mais 50 quilômetros em direção a Brasília. Trata-se uma obra muito importante, porque vai atender a mais de cem Municípios do Estado de Minas Gerais e à própria região do Entorno de Brasília, já que haverá um tráfego mais adequado num dos locais em que há alto índice de acidentes na BR – 040.

Esse é o ponto que trago. Quero também cumprimentar, no que se refere a esse caso, a tomada de posição do Governo em iniciar essa obra. Que esse não seja um exemplo isolado, mas, sim, um bom exemplo! E que muitas outras providências sejam devidamente tomadas!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Peço a palavra, pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Alvaro Dias.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, apenas quero dizer que o Supremo Tribunal Federal acaba de decidir sobre o recurso ou mandado de segurança das Oposições relativo à CPI dos Bingos. Foram nove votos a um. Portanto, o Presidente do Congresso Nacional está respaldado juridicamente para indicar nomes, compondo essa Comissão Parlamentar de Inquérito.

Registramos o fato e, naturalmente, aguardamos o pronunciamento da Presidência do Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Tião Viana. Bloco/PT – AC) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, que dispõe de dez minutos, com prorrogação de até dois minutos.

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Tião Viana, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Alvaro Dias acaba de dar uma informação importante sobre uma decisão que, obviamente, devemos respeitar: o Supremo Tribunal Federal acaba de deliberar sobre um direito da Minoria, quando, por um por terço de seus membros, decide assegurar o direito de realização de Comissão Parlamentar de Inquérito. Trata-se de um direito que, em verdade, é importante como princípio constitucional. Obviamente, os Partidos que agora compõem a base de apoio do Governo poderão, em outra ocasião, estar na Oposição. Então, trata-se de um princípio que, em verdade, assegura direito a ambos os lados.

Sr. Presidente, quero, aqui, repercutir a palavra do Presidente da República, que tem expressado, nos últimos dias, a importância de o Congresso Nacional realizar as investigações da forma mais equilibrada possível, apurando, com sensatez, tudo aquilo que, porventura, tenha representado qualquer desvio de procedimento de quem quer que seja.

Quero também cumprimentar a Ministra Chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, que sucede o Ministro



José Dirceu, que, certamente, colaborou, nos últimos 30 meses, para que o Presidente pudesse realizar muito daquilo que foi significativo e importante na condução de transformações sociais e políticas para o Brasil.

Ontem, a Ministra Dilma Rousseff destacou, em seu pronunciamento, ao qual assisti, que a sua missão envolve aspectos técnicos e políticos. É de conhecimento público que a Ministra Dilma Rousseff, em algumas ocasiões, negou-se a aceitar designações de natureza puramente política para resguardar as instituições, as organizações do Ministério de Minas e Energia. Penso que isso é bom sinal.

Gostaria, aqui, de fazer uma sugestão ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva: que Sua Excelência imprima uma característica ao seu relacionamento com o Congresso Nacional, dizendo claramente a cada Senador e a cada Deputado Federal que as nossas decisões e votos acerca de emenda à Constituição, de projeto de lei ou de qualquer indicação de nome, para que finalidade for, sejam dados em função daquilo que considerarmos como sendo a defesa do interesse público e da Nação. Jamais devemos dizer que o nosso voto está na dependência de designação de nomes para tal ou qual cargo na Administração Pública, ou da liberação de verba colocada em emenda, e assim por diante.

Mas, Sr. Presidente, quero transmitir um apelo tão importante, de caráter humanitário, que a Sr<sup>a</sup> Isabel Vasconcellos encaminhou ontem, e por meu intermédio, ao Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, digníssimo Presidente da República, nos seguintes termos:

Na qualidade de irmã do engenheiro brasileiro seqüestrado no Iraque em 19.01.05, Sr. João José de Vasconcellos Júnior, venho à presença de Vossa Excelência solicitar uma audiência nessa Presidência, quando pretendo expor as razões que nos levaram a considerar o “abandono” pelo Governo Federal à nossa causa, fato já saneado com a brilhante atuação da Ministra Maria Nazareth.

Existem muitas informações que possuímos, dúvidas que precisam ser esclarecidas e medidas que acreditamos só poderão ter seu curso com a prestimosa atuação de Vossa Excelência.

Neste Termos,

Pedimos Deferimento.

Juiz de Fora, 21 de junho de 2005.

Isabel Vasconcellos El Khouri.

Isabel é irmã de João José de Vasconcellos.

Quero aqui transmitir a carta que encaminhei, ontem, ao Presidente, nos seguintes termos:

Excelentíssimo Senhor Luiz Inácio Lula da Silva

Atenção do Sr. Gilberto Carvalho [Secretário pessoal do Presidente]

Prezado Presidente Lula:

Encaminho em anexo a carta da Sr<sup>a</sup> Isabel Vasconcellos que gostaria de poder ser recebida por Vossa Excelência para solicitar a atenção do governo brasileiro, visando à liberação de seu irmão, o engenheiro João José Vasconcellos Júnior, na esperança de que ainda esteja vivo, seqüestrado no Iraque desde janeiro último. A sua família tem observado que o empenho pessoal de Chefes de Estado, como os da França, Itália, Japão e Austrália, tem sido fator muito importante para se conseguir a liberação de cidadãos desses países após longo tempo de cativo sob o controle dos rebeldes iraquianos. Coloco-me à disposição de ajudar Vossa Excelência no que for possível para atender a esse apelo de natureza humanitária, inclusive, se avaliar como útil e necessário, me disponho a ir ao Iraque. Creio ser importante que possa ler a matéria publicada no último domingo, no Caderno Aliás, do jornal **O Estado de S.Paulo**, em que é registrado o sofrimento da esposa de João José Vasconcellos, Tereza Oliveira Vasconcellos, bem como, de toda sua família, seus filhos, que aguardam ansiosos por notícias suas e que têm grande esperança nos passos que Vossa Excelência como Presidente poderá dar junto aos iraquianos e à comunidade árabe, com a qual tem desenvolvido um excelente relacionamento.

O abraço amigo,

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. EDUARDO SUP LICY** (Bloco/PT – SP) – Com muita honra, Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Eduardo Suplicy, quero manifestar a minha solidariedade ao ato de V. Ex<sup>a</sup> e agradecer, na verdade, como mineiro que sou, o seu interesse na situação do engenheiro João José. Uma situação que se vai prolongando. Não se tem notícia do que realmente aconteceu com o engenheiro, se ainda há expectativa de que ele realmente esteja vivo – evidentemente, é o que todos desejamos. Sabemos que o Governo brasi-

leiro tem procurado acompanhar a situação, mas essa iniciativa que V. Ex<sup>a</sup> toma no sentido de buscar mais um caminho para que possamos manter essa chama de esperança acesa é muito importante. Solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP)

– Muito obrigado, Senador Eduardo Azeredo.

Creio ser muito justa a aspiração da família de João José Vasconcellos Júnior em poder, pelo menos um dos seus familiares mais próximos, por exemplo, a irmã dele, ser recebida pelo Presidente Lula a fim de expor o quanto é a esperança da família no empenho pessoal do Presidente da República para conseguir com que o engenheiro volte novamente ao seio de seus familiares no Brasil.

A Sr<sup>a</sup> Isabel Vasconcellos me transmitiu que tem observado, nesses últimos meses, como o Presidente da Itália, Silvio Berlusconi, se empenhou pessoalmente e conseguiu a libertação da jornalista italiana que ali estava também seqüestrada. O Presidente Jacques Chirac atuou da mesma maneira, com empenho pessoal e conseguiu a libertação de uma importante jornalista francesa, do jornal **Libération**. Da mesma maneira, os Chefes de Estado da Austrália e do Japão atuaram pessoalmente e conseguiram a volta de seus entes queridos.

Agradeço-lhe a solidariedade, Senador Eduardo Azeredo, e também concedo o aparte ao Senador Hélio Costa.

**O Sr. Hélio Costa** (PMDB – MG) – Senador Supply, é apenas para agradecer a V. Ex<sup>a</sup> pelo empenho e dedicação nesse caso em particular, que comove a todos nós, mineiros, especialmente o Senador que é da região da Zona da Mata, porque todos estamos sentindo muito na pele essa situação que a família do João José está vivendo. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>, em nome do povo de Minas, pelo seu empenho, dedicação e carinho por essa causa. Muito obrigado.

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP)

– Gostaria de transmitir a V. Ex<sup>as</sup>, Senadores Eduardo Azeredo e Hélio Costa, que, assim que o Presidente conceder essa audiência à Sr<sup>a</sup> Isabel Vasconcellos, eu os avisarei e, quem sabe, os Senadores de Minas Gerais queiram nos acompanhar.

Disponho-me também a fazê-lo para reforçar esse apelo junto ao Presidente Lula, que desenvolveu um extraordinário relacionamento com a comunidade das nações árabes, no recente encontro da Cúpula dos Países da América do Sul com todos os Chefes de Estado dos Países Árabes. Era a esperança da família de João José Vasconcellos Júnior, que, naquela reunião...

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. EDUARDO SUPPLY** (Bloco/PT – SP)

– ...houvesse um grande apelo, mas não aconteceu da maneira que eles esperavam, ainda que o próprio Ministro Celso Amorim tivesse me transmitido que o apelo foi feito ao Chefe de Estado iraquiano, mas que não houve, digamos, todo o empenho que poderia ter havido. Entretanto, a própria Sr<sup>a</sup> Isabel Vasconcellos El Khouri informou-me de que, recentemente, a Ministra Maria Nazareth, Chefe de Gabinete do Ministro Celso Amorim, está pessoalmente empenhada, sob a orientação do Ministro, para resolver esse problema o quanto antes.

É importante que o próprio Presidente Lula se empenhe ainda mais na direção de termos de volta ao Brasil, o Sr. João José Vasconcellos Júnior.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Supply, o Sr. Tião Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente,

peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pela ordem.

Sem revisão do orador.) – Estou pedindo a palavra pela ordem apenas para comunicar à Casa que o Supremo Tribunal Federal concluiu, neste momento, o julgamento do Mandado de Segurança, proposto por diversos Senadores, para que o Presidente do Senado indique os membros dos Partidos da base do Governo para comporem a CPI dos Bingos.

A decisão, Sr. Presidente, foi por nove votos contra um. Portanto, praticamente por unanimidade, foi declarado aquilo que nós sempre dissemos que era inconstitucional: que, depois de a minoria conseguir as assinaturas, os Partidos majoritários não fizessem as indicações impedindo o funcionamento da CPI.

Portanto, peço a V. Ex<sup>a</sup>, como Presidente, que imediatamente faça a indicação dos membros dos Partidos do Governo.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela informação.

Dentro de poucos minutos, estará neste plenário o Senador Renan Calheiros. Aguardaremos o nosso Presidente para que S. Ex<sup>a</sup> tome as providências cabíveis.

V. Ex<sup>a</sup> se refere à decisão do Supremo Tribunal Federal em relação à CPI dos Bingos, o qual determinou que a Presidência desta Casa fizesse a indicação dos membros dos Partidos que até o presente não a fizeram.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA)

– Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, já com a concordância da Senadora Lúcia Vânia, só para fazer um registro e dar como lido um pronunciamento.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Concedo a palavra à nobre Senadora Ana Júlia Carepa.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA.

Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Esta semana, em Santarém, no Estado do Pará, está acontecendo o seminário “O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil: Resultados, Lições e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia”.

Essa é uma questão importante, por isso faço esse registro.

***SEGUE, NA ÍNTEGRA, DISCURSO DA SRA. SENADORA ANA JÚLIA CAREPA.***

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/ PT – PA.

Sem Apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje venho a essa tribuna para noticiar a todos sobre a realização do seminário “O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil: Resultados, Lições e Desafios para o Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, que está acontecendo essa semana na cidade de Santarém, no Pará, coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, com a presença da Ministra Marina Silva e com a participação da sociedade civil.

O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil foi criado em 1992, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), e representa uma das maiores iniciativas de cooperação multilateral voltado à temática ambiental em âmbito global. Mais de uma década depois de sua criação, o programa contabiliza aproximadamente 400 milhões de dólares investidos em projetos na Amazônia e Mata Atlântica, oriundos de doações internacionais, provenientes de países como Alemanha (maior doador), União Européia, Reino Unido, EUA, Holanda, Japão, Itália, França e Canadá.

Esse programa tem trazido enormes contribuições para o esforço de conservação das florestas tropicais no Brasil. Desde que foi criado, conseguiu agregar um conjunto diversificado de experiências voltadas para a exploração e o uso sustentável dos recursos

naturais na Amazônia e Mata Atlântica, revelando-se uma das iniciativas de sucesso do governo federal, na área ambiental.

O êxito do programa, Senhor Presidente, deve-se principalmente à participação, em sua execução e em suas instâncias de decisão, de grupos como seringueiros, povos indígenas, agricultores familiares e quilombolas, assim como entidades da sociedade civil como as redes de Ongs GTA (Grupo de Trabalho Amazônico) e a RMA (Rede Mata Atlântica), e instituições governamentais em âmbitos federal, estadual e municipal, os quais devemos aqui enaltecê-los.

A participação desses grupos ocorre por meio de projetos que apóiam o desenvolvimento de experiências inovadoras de produção sustentável, manejo florestal, educação ambiental e fortalecimento de instituições públicas envolvidas com a formulação de políticas ambientais. Nessa linha estão incluídos os Projetos Demonstrativos (PDAs), Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia (Promanejo), Projeto de Manejo dos Recursos Naturais da Várzea (ProVárzea) e Subprograma de Políticas de Recursos Naturais (SPRN).

Além desses, também são executados projetos voltados à conservação de áreas protegidas (florestas nacionais, reservas extrativistas e terras indígenas), a pesquisas científicas para promover geração e disseminação de conhecimentos relevantes à conservação e ao desenvolvimento sustentável das florestas tropicais, e a disseminação para divulgação ampla dos aprendizados gerados no intuito de influenciar as políticas públicas ambientais.

O seminário, que está sendo realizado entre 21 e 24 do corrente, irá discutir estratégias de incorporação dos aprendizados do programa nas políticas públicas, tendo como foco o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que reúne as diretrizes do governo federal para a implementação de uma política nacional de desenvolvimento para a região, por meio de duas ações: o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia Cuiabá-Santarém (Plano BR-163 Sustentável) e do Plano de Ação, Prevenção e Combate ao Desmatamento e às Queimadas.

Esta intervenção do Governo LULA merece, além de ser parabenizada, nossos agradecimentos, pois as políticas públicas que vêm sendo implementadas têm sido dialogada com a população. Isto demonstra que o povo amazônico não foi subestimado. Isso é fato que comprova seriedade e responsabilidade de um governo.

Essa experiência constitui fato inédito nunca acontecido em nossa região e, o Governo Federal deverá aproveitar o patrimônio de conhecimentos acumulados

e as relações consolidadas com os diversos atores sociais ao longo da implementação do Programa Piloto. Não queremos presenciar as experiências do passado. Nós, amazônidas temos plena consciência da necessidade e urgência de construirmos políticas públicas voltadas para um modelo de desenvolvimento sustentável. Portanto, senhoras e senhores parlamentares, o seminário se traduz em um momento de oportunidades e desafios, e de, com base no que já foi feito, ampliar o debate e olhar para o futuro.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)  
– Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra à nobre Senadora Lúcia Vânia.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos, com mais dois de tolerância.

**A SRA. LÚCIA VÂNIA** (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, vivemos, no Congresso Nacional, instantes de extrema tensão. Durante o período da manhã, houve na CPMI dos Correios, o depoimento do Sr. Maurício Marinho, que, de certa forma, deixou todos nós perplexos com a gravidade das acusações que fez. Ao mesmo tempo, hoje à tarde, a Câmara dos Deputados também é cenário de um dos momentos mais desconfortáveis e, por que não dizer, graves da vida nacional.

Acredito que, quando se cobra do Congresso Nacional trabalho em um momento como este, é preciso que a população brasileira entenda que esta Casa precisa de certo tempo, para esclarecer determinados fatos que estão, sem dúvida alguma, à frente de qualquer outro trabalho neste País.

Nesta Casa de leis, no momento que estamos vivendo, torna-se humanamente impossível seguirmos um ritmo de trabalho, sem que concentremos nossa preocupação na apuração dos fatos gravemente relatados durante esta semana. Mesmo diante dessas dificuldades, temos feito um trabalho sobre-humano, para levar avante alguns projetos que consideramos da mais alta importância para este País.

Nesta oportunidade, mesmo sendo Senadora da Oposição, desejo sucesso à Dr<sup>a</sup> Dilma Rousseff, Ministra-Chefe da Casa Civil, para que tenha condições, mesmo vivendo um momento grave no Governo, de tocar alguns projetos fundamentais. Ontem, em seu discurso, quando perguntada sobre o esvaziamento do Congresso Nacional em função dessas denúncias que somos levados a investigar, S. Ex<sup>a</sup> respondeu – segundo minha visão, com equilíbrio – que o Governo já tinha, por meio de votações promovidas pelo Congresso Nacional, alguns projetos que poderiam

ser levados avante, sem que houvesse aceleração das votações.

Pensando nisso, visualizei um projeto que votamos na semana passada, o ProJovem, do qual fui Relatora. Havia muita reserva em relação a ele, não só da Relatora, mas principalmente dos Partidos de Oposição. Diante da crise que vivíamos aqui, consegui angariar a boa vontade dos meus Pares no sentido de que não fizéssemos, naquele momento, nenhuma emenda que viesse a trazer morosidade à sua tramitação.

Chamávamos a atenção para o fato de que aquele projeto já havia sido iniciado no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Bastava que se colocasse algum dinheiro lá, para que ele tivesse andamento e fosse operado de forma eficiente pelos Municípios. Apontávamos, naquela ocasião, que o local adequado para o projeto não era a Secretaria-Geral da Presidência da República; que levaríamos o problema da juventude brasileira a um local inadequado para o seu acompanhamento, fiscalização e interface com os demais Ministérios.

Apesar de nossa ponderação, entendeu o Governo que a Secretaria Nacional de Juventude deveria ser vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República. Passamos por cima disso e entendemos, naquela oportunidade, que o mais importante era que o projeto fosse feito.

Portanto, faço um apelo ao Governo: leve em frente esse projeto. Se não puder, neste momento, instalar a Secretaria da Nacional de Juventude, faça com que o ProJovem seja realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, por intermédio do programa, já existente, Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano.

Por que faço esse apelo? O jornal **Folha de S.Paulo** ontem divulgou uma nota na página C3 do Caderno Cotidiano, que mostra a situação dos jovens dependentes de drogas em nosso País. Essa matéria choca qualquer cidadão brasileiro.

Intitulada “Mãe acorrenta filho viciado em crack no Rio Grande do Sul”, seu texto bem poderia ser o retrato de tantos e tantos lares onde o abuso de drogas acaba por tornar a convivência entre pais e filhos praticamente impossível.

São jovens que começam, ainda na adolescência, a utilizar drogas, abandonam a escola – quando vão – e se envolvem com o mundo da violência e do tráfico. Se estudar já se torna difícil para eles, trabalhar é praticamente impossível.

Além dos programas de recuperação capazes de ajudar esses jovens, medidas sócio-educativas e o incentivo ao mercado de trabalho, com certeza, podem auxiliá-los a se livrarem da dependência. É nesse sen-



tido que indagamos por que o Governo vai criar, depois de dois anos e meio, uma Secretaria, se há o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Pesquisas mostram que, a cada dois desempregados no País, um tem menos de 25 anos. Apesar de programas como o Primeiro Emprego, lançado em 2003, e o ProJovem, em fevereiro de 2005, a situação da juventude brasileira é de desalento quanto a sua total falta de perspectiva, o que abre caminho fácil para as drogas e a violência.

A proposta do Primeiro Emprego era a de inserir jovens de baixa escolaridade no mercado de trabalho. O ProJovem pretende garantir auxílio financeiro a jovens que não concluíram o ensino fundamental, durante um ano.

Sr. Presidente, o ProJovem foi lançado por medida provisória, que tramita na Câmara dos Deputados. Certamente, haverá de receber correções antes de ser aprovado.

Em fevereiro, foi lançada a Secretaria Nacional de Juventude, no entanto ela não pôde sair do papel. E entendo que não sairá tão cedo, em função das dificuldades vividas pelo Governo neste momento. Todos já conhecemos, em situação de extrema normalidade, a morosidade do Governo em colocar em prática as ações cujos resultados trariam benefícios de curto e médio prazo para a população.

Faria melhor o Governo – como disse anteriormente – se voltasse os olhos para programas mais antigos, como o Agente Jovem de Desenvolvimento Social e Humano e o Serviço Civil Voluntário, que já obtiveram grandes resultados no passado e que só não foram melhores no sentido de abranger um número maior de jovens de alto risco.

Se levar mais um ano para instalar a Secretaria e desenvolver os programas que criou, o Governo vai acabar, e continuaremos a ver notícias como a dessa mãe que precisou acorrentar o filho, para que não saísse à rua à procura de drogas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB) – Concedo a palavra ao nobre Senador Demóstenes Torres.

V. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos com mais dois minutos de tolerância.

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, “o Brasil será respeitado quando for forte economicamente, tecnologicamente e militarmente” Luiz Inácio Lula da Silva.

Rio de Janeiro. Era uma tarde de sexta-feira, 13 de agosto de 2002. O dia não foi nada agourento para o então candidato a presidente do Brasil, Luiz Inácio

Lula da Silva. Ele fora recebido com entusiasmo pela cúpula militar em visita à Fundação de Altos Estudos de Política e Estratégica, vinculada à Escola Superior de Guerra. Na ocasião, ao resumir a situação de penúria das Forças Armadas, o candidato do PT pareceu engraçado a uma platéia que não trata de forma jocosa os seus interesses. Da forma mais coloquial possível, descontraíu e ao mesmo tempo conseguiu vender esperança quando afirmou que “não adiante ter soldado, general, ter o canhão e não ter a pólvora”. Como se falasse para os representantes de uma massa famélica, aduziu: A tropa “precisa estar bem preparada e com soldados comendo três refeições por dia”.

O candidato falou o que os militares gostariam de ouvir e, naturalmente, não despertou a menor desconfiança de que, uma vez eleito, trataria as Forças Armadas com menosprezo e espicaçaria a sua missão institucional. Ao contrário, foi tão convincente que o presidente do Clube Militar, General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa, a quem devoto o maior respeito, comentou ao final da exposição que “Lula teve respostas objetivas e mostrou conhecimento dos temas propostos”. A cena fez lembrar uma passagem de Eça de Queirós em **A Correspondência de Fradique Mendes**, em que o personagem comenta: “Depois que compreendi, simpatizei!”.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 2005. Em carta aberta ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, os presidentes do Clube Militar, General Luiz Gonzaga Schroeder Lessa; do Clube Naval, Vice-Almirante Odilon Luiz Wollstein; e do Clube da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar, Ivan Moacyr da Frota, cobraram o cumprimento da palavra do Governo sobre o pagamento da recomposição do soldo de 23%. Com tom elegante, mas elevado, a Carta da Comissão Interclubes observou a “penúria, o estado de necessidade e até mesmo a situação vexatória a que os militares têm sido submetidos”. O documento despertou dúvidas sobre até quando, diante das injustiças que aquietam os quartéis, a tropa manterá “a disciplina, a coesão e o espírito militar”. Ao ressaltar que o “trato entre os militares alicerça-se, basicamente, na confiança depositada nos chefes e nos comandantes”, a Carta destinada ao Presidente Lula lembrou o comandante supremo das Forças Armadas de honrar o compromisso acordado.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, durante as comemorações dos 60 anos da Força Aérea Brasileira (FAB), no Rio de Janeiro, o Excelentíssimo Sr. Vice-Presidente da República e Ministro da Defesa, Dr. José Alencar, efetuou uma prodigiosa conferência sobre as crises institucionais provocadas pela política econômica do Governo Lula. Conforme declarou o Dr. José Alencar,

“o grande problema do Orçamento da República é a rubrica de juros com a qual se rola a dívida pública brasileira”. Em seguida, o Vice-Presidente reiterou que, devido à política de juros altos, “não tem havido recursos para atender a necessidades essenciais como, por exemplo, educação, saúde, saneamento e também a recuperação das perdas salariais das Forças Armadas e de outras categorias, inclusive civis”.

A declaração do Vice-Presidente da República é recorrente, o que não descarta a pertinência do argumento. É claro que, na condição de mega-empresário do setor têxtil, o Dr. José Alencar não pode mesmo apoiar um sistema financeiro especulativo, como o que dispõe o Governo Lula. Enquanto Vice-Presidente, também o Doutor José Alencar deve ter motivos de sobra para excomungar a alta dos juros. Afinal, como um homem público honrado que é, pretende apenas o bem do Brasil. Mas o que motivou o Ministro da Defesa a se insurgir contra os juros daquela vez foi a quebra de confiança no episódio que envolveu o reajuste salarial às Forças Armadas. Exatamente há 15 meses, o Governo Lula concedeu um reajuste de 33% aos integrantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. Na ocasião, foram incorporados aos soldos 10% a título emergencial e outros 23% integralizariam o pactuado até o final do mês de março deste ano. Como o Governo Lula não adimpliu com o acordo, as mulheres dos militares vêm realizando uma série de manifestações com a finalidade de, pela via do constrangimento, convencer os mais altos escalões da República de que é defeso à autoridade vilipendiar a palavra empenhada.

Desde março, o Governo Lula vem fomentando a impaciência no meio militar sobre um tema que deveria ser incontroverso. É como, com muita sabedoria, resumiu o Ministro da Defesa: “Nós não podemos acusar as Forças Armadas de estar pedindo aumento de soldo. O que se pleiteia é correção de perdas. Nós precisaríamos de pelo menos 35%”.

O Presidente Lula, durante a solenidade de apresentação dos generais recém promovidos, afirmou que trataria o reajuste de 23% do soldo das Forças Armadas “não só com vontade política, mas com carinho”. O problema é que afago não paga a conta do supermercado. Os militares, desde 1994, estão insatisfeitos com o tratamento de segunda classe que recebem do Poder Executivo, especialmente no que se refere à política salarial e à manutenção do poder de defesa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

O quadro dentro dos quartéis é de manutenção da disciplina, mas não deixam de ser latentes as pressões sobre as cadeias de comando. Ao dispensar desprezo às Forças Armadas, o Governo Lula promove o que se chama “crise criada”. Primeiro, houve um

acordo! O termo final se cumpriu! Vem o Presidente Lula, se reúne com o alto comando, confirma o pagamento do reajuste, mas resolve voltar atrás e não se fala mais no assunto. Acredito que não há nada mais indesejável, neste momento, do que o Governo Lula alimentar linha de confronto com as Forças Armadas. Não sabemos aonde vão dar as investigações da CPI dos Correios, nem da reação da sociedade brasileira ante o rumo dos escândalos.

Sr. Presidente, observo componentes explosivos na convocação que o Deputado José Dirceu fez para que o MST venha às ruas vingar a honra que o PT conspurcou. Veja que gravidade! Um dia após deixar a chefia da Casa Civil, quem era o segundo homem da República, o príncipe dos poderes adjuntos, o premier **ad hoc** da Esplanada dos Ministérios, o guardião da caixa de maldades, volta ao palanque da utopia revolucionária para fazer um chamado aos baderneiros de todo o gênero, para que venham bagunçar o Brasil em nome da proteção de uma horda mercenária.

Esse chamamento ao MST expõe duas hipóteses. Caso o Deputado José Dirceu tenha êxito, fica patente que o ex-Chefe da Casa Civil tinha controle do “movimento” e podia ter evitado, para a tranqüilidade do País e do próprio Governo Lula, por exemplo, o Abril Vermelho, do Sr. Pedro Stédile. Se tem controle...

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Com muito prazer, nobre Senador.

**O Sr. José Jorge** (PFL – PE) – Quero me solidarizar com V. Ex<sup>a</sup>, que está denunciando algo muito grave: a tentativa de utilização dos movimentos sociais, que tantos serviços já prestaram ao País na redemocratização e em tudo aquilo que contribuiu para que o País evoluísse em todo esse período. O Ministro José Dirceu agora quer utilizar os movimentos sociais para impedir a apuração da corrupção que existe no Governo. O que a Oposição quer é muito simples: ela quer apurar esses fatos. Talvez seja, no mundo, o primeiro movimento feito em favor da corrupção. Não vamos apurar nada? Os movimentos sociais não vão se solidarizar com isso! É um equívoco muito grande o que se está tentando fazer, e V. Ex<sup>a</sup> levanta muito bem essa questão neste momento. Meus parabéns!

**O SR. DEMÓSTENES TORRES** (PFL – GO) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o importante aparte. E é verdade: os movimentos sociais não vão aderir a esse chamado.

Mas dizia: se tem José Dirceu controle, pode mandar incendiar o Brasil. Caso o brasileiro repudie o levante, o Deputado José Dirceu poderá ser produtor de funesto e, talvez, definitivo episódio. As instituições não estão em crise! Quem está à bancarrota é o Go-

verno do PT. O Brasil aguarda com paciência o rumo das investigações, como bem frisou o nobre Senador José Jorge. As evidências da cadeia de corrupção no Governo Lula surgem em tempo real, mesmo assim o País não se inquieta, apenas indigna-se. Vai haver pretexto para crise institucional se o MST invadir prédios públicos, bloquear estradas, promover saques, invadir propriedades com o único propósito de se portar como o anjo vingador que o Dr. José Dirceu guardava no colete do fraque.

Para o próximo dia 1º de julho, quando estará se realizando em Goiânia o 49º Congresso da União Nacional dos Estudantes (UNE), o MST programou a primeira grande manifestação urbana do “Fica, Lula, Fica!” Vão tentar começar pela capital de Goiás, empenhados na tradição democrática da cidade. Foi em Goiânia o primeiro comício das Diretas Já! Podem estar cometendo um erro duplo ao buscar arremedos na história. Primeiro, os tempos são outros. O PT, à época, era uma instituição que reunia os cacos da esquerda brasileira não-brizolista. Hoje tem a hegemonia do poder. Antes, o PT era depositário de todas as esperanças nacionais de ter uma administração limpa. Hoje, o Partido vai ao cadafalso e pode levar o Presidente Lula de roldão. Eu gostaria de saber com qual argumento o pessoal do PT vai convencer os estudantes a protestar em favor do Presidente Lula. Conspiração das elites? Quais elites? A neolite que tomou posse do Brasil em 2003? Os recém-incluídos do PT, que, para festejar e manter a ascensão social, decidiram fazer da alta administração do País a tábua do mensalão? A conspiração está ao lado do rei! Quando surgiu o Escândalo dos Vampiros, eu adverti esta Casa de que o PT havia recepcionado com pompa e circunstância o sistema de corrupção que havia no Brasil. Se o PT promoveu alguma inovação na matéria, foi a criação de uma unidade monetária de referência da corrupção.

Srª Presidente, para concluir: é inaceitável que o MST venha invadir o pouco que resta da tranquilidade urbana para atender um chamado do Deputado José Dirceu. Isso é uma chantagem, que pode se converter tanto em chanchada como em tragédia. Na primeira situação, os movimentos sociais agregados do PT podem despertar o asco da sociedade brasileira ao cinismo, como fez o ex-Presidente Collor ao pedir o auxílio misericordioso da Nação. A segunda alternativa é pior. O MST pode estar imaginando que chegou a hora de apertar o gatilho. É fato o envolvimento do MST com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e com o Primeiro Comando da Capital (PCC), organização criminosa de São Paulo. Se é isso que o Deputado José Dirceu está urdindo contra a Nação, com reajuste ou sem reajuste, chegará a hora

de o General Avelar, o imorredouro personagem de **O Pasquim**, arrumar o quepe.

Muito obrigado, Srª Presidente.

*Durante o discurso do Sr. Demóstenes Torres, o Sr. Efraim Morais, 1º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Heloísa Helena.*

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Srª Presidente, peço a palavra pela ordem.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – É pela ordem mesmo, sobre o andamento dos trabalhos?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É pela ordem mesmo.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Concedo a palavra a V. Exª bem rapidinho, porque há um orador na tribuna.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – É o seguinte, Srª Presidente. Esta semana eu estive no Ministério da Justiça – aliás, já lhe comuniquei isso pessoalmente, e V. Exª até se admirou por eu ter ido lá, sendo eu um Senador da Oposição. Fui participar da reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos, do qual, como Líder da Minoria, sou membro nato.

A reunião foi marcada para às 10h, horário no qual tenho aqui diversas reuniões na terça-feira – na Comissão de Educação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, na CPI etc. –, mas achei que era muito importante comparecer à reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos.

O Conselho é presidido pelo Ministro Nilmário Miranda, por quem esperei, Srª Presidente, de 10h às 10h30, e o Ministro não chegou. Considerei que era um desrespeito a mim, aos demais conselheiros e ao Senado da República, que manda um de seus membros para representá-lo. Além de mim, outras pessoas esperavam, e o Ministro não chegou até às 10h30 e nem nos deram explicações. Em vista disso, vim embora.

Comunico o ocorrido à Mesa e peço que seja feita uma reclamação ao Ministério da Justiça, porque, se esse Conselho é importante e deve existir, deve funcionar na hora marcada. O Governo tem 36 ministérios, Senadora, e o Ministro Nilmário Miranda não deve ter tanta coisa assim para fazer. Não há razão para ele não chegar no horário. Sendo assim, gostaria de protestar em meu nome e em nome do Senado.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – V. Exª será atendido na forma do Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não bastassem as denúncias – com toda sua crueza e contundência – que há dias chocaram e ainda chocam a Nação, eis que sobre elas recaem novos ingredientes, que a agravam e potencializam.

É simplesmente inadmissível o comportamento do Governo Federal, querendo fazer supor que a crise é tão-somente do Congresso Nacional. Não é. É, sobretudo, do Executivo, pois lá é que se originou.

Soa também como disparate, algo que ofende a inteligência do povo brasileiro, atribuir a uma pretensa movimentação golpista as denúncias em curso. Falemos de cada uma dessas duas manobras de argumentação, levadas à opinião pública pelo Governo e seus agentes na tentativa – vã – de lançar uma cortina de fumaça sobre os acontecimentos.

A crise tem origem no Executivo. Começa, na verdade, lá atrás, em fevereiro do ano passado, quando da eclosão do escândalo Waldomiro Diniz, personagem que exercia altas funções de subchefe da Casa Civil – e era o articulador parlamentar do então todo-poderoso Ministro José Dirceu.

Era ele, Waldomiro Diniz, preposto do Ministro-Chefe da Casa Civil, o braço corruptor no Legislativo, no empenho de comprar apoio parlamentar. O vídeo em que aparece achacando um empresário da jogatina mostra uma das fontes de captação de recursos para a aquisição de apoio político.

Se o Presidente Lula, naquela ocasião, tivesse se empenhado em cortar na própria carne e apoiado as investigações que esta Casa quis fazer, não estaria vivendo agora esses dissabores, que conspiram contra a sua biografia e contra as próprias instituições. Em vez disso, no entanto, o Presidente manteve o seu Chefe da Casa Civil e comandou a operação “abafa CPI”, que, felizmente, Senadora Heloísa Helena, foi desfeita hoje pelo Supremo Tribunal Federal.

Naquele episódio, o Presidente comprometeu seu patrimônio ético, patrimônio esse que responde por sua eleição triunfal, agora submetida à monumental frustração popular. O Presidente vem a público sustentar que ninguém é mais ético do que ele. Até há pouco, ele não precisava dizer nada disso. Sua história era a expressão desse conceito. Expressava essa convicção, que, aliás, estava na origem de sua eleição. Depois, porém, que se recusou a apurar a corrupção em sua ante-sala, limitando-se a demitir Waldomiro Diniz, essas palavras caíram no vazio.

Contra fatos, não há argumentos – diz o dito popular. E o fato é que houve corrupção na Casa Civil,

detectada há um ano e meio. Desde então, o Governo perdeu substância moral.

Quando o Deputado Roberto Jefferson fez suas acusações, elas encontraram terreno propício para vicejar. Constatou-se que, se não eram verdadeiras – e em grande parte parece fora de dúvida que são –, eram ao menos verossímeis.

Se, como diz o acusador, o esquema do mensalão era operado a partir da Casa Civil, pelo braço partidário do Governo, o Congresso não é a matriz, senão o estuário da crise.

Sua origem e formulação estavam no Palácio do Planalto. Hoje, as denúncias do mensalão – e do envolvimento da cúpula partidária do PT e do ex-Chefe da Casa Civil no processo – não se restringem a Roberto Jefferson. Outras vezes a ele se associam, confirmando-as. Basta ler os jornais, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores.

O argumento, exaustivamente repetido pela base governista, de que não há provas é falso. Na medida em que o denunciante faz uma confissão e se torna co-réu nas acusações que faz, inverte o princípio da presunção de inocência. São os que ele arrola como cúmplices que precisam agora convencer a sociedade de que são inocentes. Mas eles não o fazem, não conseguem.

Dizem – e insistem – que não há provas. E agora falam em manobra golpista para derrubar o Governo Lula. O ex-Ministro José Dirceu, na patética cerimônia com que se despediu do cargo, avisou que irá às ruas e praças públicas para denunciar uma manobra das elites contra as conquistas populares do Governo Lula.

Com isso, sinaliza que pretende dividir o País ao meio, como o fez o ditador Hugo Chávez, na Venezuela. Mas temos certeza de que não será bem-sucedido nessa manobra diversionista, que pretende isentá-lo de investigação por crime de corrupção ativa, primeiro porque lhe falta, neste momento, autoridade moral para mobilizar quem quer que seja. O povo, Deputado José Dirceu, não é bobo. Convém lembrar que o Presidente Collor tentou algo parecido, quando se viu acuado pelas denúncias, convocando o povo para ir às ruas, vestido de verde-amarelo, para protestar contra uma suposta manobra golpista por sua deposição. O povo, inversamente, compareceu de luto, intensificando a campanha pelo *impeachment*.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, permita-me um aparte?

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Uma manobra golpista, Senador Mão Santa, pressupõe movimento articulado, de fora para dentro do Governo. Vale lembrar que as denúncias em curso tiveram origem dentro da base governista. Acusados e acusadores



compartilham a mesma trincheira: o mesmo discurso e o mesmo mensalão.

Não foi o PFL ou o PSDB ou o P-SOL ou mesmo o PDT que vieram a público revelar as obscenidades que estarreceram a Nação. Foi um Deputado governista, Presidente de um dos partidos da base aliada, que o fez. E não faz sentido agora tentar desqualificá-lo, já que, dias antes de fazer suas denúncias, recebeu do Presidente da República um atestado de honestidade explícita. Disse Sua Excelência o Presidente da República – e toda a Nação se recorda – que daria ao Deputado Roberto Jefferson “um cheque em branco” e a seguir “dormiria tranqüilo”. Como agora sustentar o contrário?

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Peço-lhe um aparte, Senador Efraim Morais.

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – No mínimo, o Presidente da República estaria dando uma demonstração de inépcia, o que também não lhe cairia bem.

O que há de fato é a revelação de que a estrutura de sustentação política do atual Governo é podre. Sustenta-se em esquemas mafiosos, movidos a dinheiro – dinheiro público, extraído das empresas estatais.

Concedo o aparte a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Efraim Morais, V. Ex<sup>a</sup> foi o general da Minoria, que a transformou em Maioria e que deseja a esperança no Brasil. Mas ao Deputado José Dirceu – sei que S. Ex<sup>a</sup> aprendeu em Cuba, com Fidel Castro, muitas coisas – gostaria de ensinar Abraham Lincoln, que disse que a democracia é o governo do povo, pelo povo e para o povo. E mais adiante ele dizia, Senadora Heloísa Helena, que governar é caridade para todos, malícia para nenhum e firmeza no direito. E ele deixou grandes ensinamentos: podemos enganar poucos por muito tempo, muitos por pouco tempo, mas ninguém engana todo mundo por todo tempo. Já encheu, José Dirceu!

**O SR. EFRAIM MORAIS** (PFL – PB) – Agradeço, Senador Mão Santa, o aparte de V. Ex<sup>a</sup> e incorporo-o ao meu pronunciamento com muita alegria.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, se essas denúncias comprometessem apenas a imagem do Governo, seria menos mau. Mas comprometem as instituições políticas em seu conjunto – isto é, a própria democracia.

Cada um de nós, parlamentares, somos vistos com suspeição pelo cidadão comum, como se fôssemos todos farinha do mesmo saco. E não somos. A maioria absoluta dos integrantes das Casas do Legislativo é gente idônea, movida pelo ideal de bem servir a Pátria. Não se pode tomar a parte pelo todo, mas,

se não levarmos as investigações às últimas consequências, sem complacência com ninguém – mas com ninguém mesmo –, é isso que acontecerá. Já está acontecendo.

Portanto, essa não é uma causa partidária. É uma causa do Poder Legislativo, é uma causa da democracia, já que são as instituições democráticas que estão na berlinda, em face das denúncias em curso.

Concluo, apelando para que os homens de bem desta Casa se associem ao empenho geral da sociedade brasileira pela ampla e profunda investigação das denúncias, o que pressupõe a instalação das CPIs do Mensalão e do Bingo e de quantas mais se fizerem necessárias, para o esclarecimento cabal dos fatos e devidas responsabilizações.

Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, somente após essa depuração, o Congresso Nacional readquirirá, perante a sociedade, legitimidade para empreender as indispensáveis reformas política e do Estado. O que está em pauta é a sobrevivência das instituições políticas e da democracia. Pensem nisso.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE** (Heloísa Helena. P-SOL – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Com a palavra o Senador Mozarildo Cavalcanti, pela Liderança Partidária.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr<sup>a</sup> Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, tenho evitado trazer à tribuna desta Casa assuntos em que haja críticas ao meu Estado, mas não posso, como médico, ficar calado diante de uma realidade que está prejudicando enormemente Roraima.

Por toda a semana passada, estive no meu Estado e o que eu vi na capital, Boa Vista? Uma quantidade enorme de pessoas acometidas de dengue. E qual é a ação que temos visto por parte da Secretaria Municipal de Saúde? Somente a propaganda na televisão e no rádio, alertando a população para não deixarem pneus jogados, para não fazerem isso, não fazerem aquilo.

Ora, Sr. Presidente, isso é passar a culpa para a população. Esclarecer, fazer campanha educativa é importante, mas é preciso pôr agentes de saúde nas ruas, para ir de casa em casa, orientando e fiscalizando.

Se fôssemos esperar, no tempo de Oswaldo Cruz, que a população aceitasse pacificamente ser vacinada, talvez até hoje ainda houvesse varíola no Brasil.

É por isso que vim aqui fazer uma denúncia contra o Ministério da Saúde, contra a Fundação Nacional de Saúde e contra as prefeituras, que são as respon-

sáveis e executoras do planejamento de saúde, principalmente da ação preventiva.

Quero ler, para não dizerem que são palavras minhas somente, que é apenas uma dedução minha, a matéria que saiu no jornal **Brasil Norte**, de Roraima:

Casos de dengue aumentaram em 42% este ano, com relação a 2004.

Conforme a explanação do diretor de endemias do Estado, James Rodrigues, em comparação a 2004, Roraima experimentou um aumento este ano de 42% nas notificações de dengue.

Os Municípios com maior incidência de dengue no Estado são Pacaraima, [na fronteira com a Venezuela], Mucajaí, [coladinho na capital], e Boa Vista, [a capital]. Mesmo assim, mais de 90% dos casos estão na capital. Atualmente todos os Municípios têm registro da doença.

Em Boa Vista, os bairros com maior número de casos são Caraná e Sílvia Botelho, [por sinal, Senador Augusto Botelho, o nome do seu pai, nosso mestre, Dr. Sílvia].

Conforme Rodrigues, “do ponto de vista epidemiológico, a situação da dengue em Roraima é preocupante” [– preocupante é uma palavra muito amena para um índice como esse em Roraima]. Essa preocupação se dá pelo fato, segundo ele relatou, de que no Estado já circula os três sorotipos da doença, o que torna Roraima vulnerável para a dengue hemorrágica.

Ele afirmou ainda que há uma grande possibilidade de já se verificar o sorotipo 4 da dengue em Roraima. Esse sorotipo já existe na Venezuela.

Sr. Presidente, quero fazer essa denúncia e pedir da tribuna uma providência ao Ministro da Saúde, ao Presidente da Funasa, aos Prefeitos dos três Municípios citados e, principalmente, à Prefeita de Boa Vista porque 90% dos casos estão na capital, onde reside 60% da população do Estado. Então, não é possível que essa situação seja observada de maneira tranqüila.

É bom que a Brasil entenda que a dengue não fica circunscrita a Roraima. Recentemente, houve no Rio de Janeiro um surto enorme de dengue. Os aviões vão e vêm com a maior facilidade. Os mosquitos podem estar a bordo. Uma pessoa portadora do vírus antes de ele se manifestar pode chegar ao Rio de Janeiro ou a São Paulo. Daqui a pouco, de novo, haverá uma epidemia nacional e não mais uma epidemia regional, como é o caso de Roraima hoje.

Porém, na capital do meu Estado, não faltam obras faraônicas e desnecessárias. E, enquanto isso, a Prefeitura, que tem a responsabilidade de cuidar disso, não cuida. Portanto, as pessoas estão lá adoecendo e correndo o risco de chegar à fase hemorrágica da doença.

Ouçõ o aparte do Senador Augusto Botelho, que é médico de Roraima, foi Secretário de Saúde e conhece muito bem o problema.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Senador Mozarildo Cavalcanti, muito obrigado por me conceder o aparte. Foi, realmente, com preocupação que vi o que está ocorrendo, em Roraima, em relação à dengue e também à malária. Houve um descuido de todas as prefeituras do interior. Inclusive, os microscopistas que ficam dentro dos lotes, nas frentes de colonização, foram retirados pelas prefeituras, e voltaram a ocorrer os casos de malária. Em Roraima, já existem quase 20 mil casos de malária neste ano. A dengue é uma responsabilidade da Prefeitura. Não tenho visto ação conjunta não só da Prefeitura, mas do Governo do Estado também. Se não for feita uma ação conjunta para recolher os pneus, ir aos focos, ferros-velhos, cemitérios e fazer uma campanha de educação, haverá epidemia e, tenho certeza, dengue hemorrágica. Os três tipos circulam em Roraima. Na fronteira, há o tipo quatro. Fazer a salada, começar a dengue hemorrágica e haver mortes por dengue é rápido. As prefeituras serão responsabilizadas pelas mortes que ocorrerem em seus Municípios. Vou cobrar isso. Alerto que os casos de malária também estão começando a aumentar de forma descomunal. Fazia uns cinco anos que ela vinha caindo e, de dois anos para cá, começou a subir. Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Senador Mozarildo Cavalcanti, V. Ex<sup>a</sup> tem exatamente um minuto para que possamos encerrar a sessão, às 18h30.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (Bloco/PTB – RR) – Gostaria apenas de dizer, Senador Augusto Botelho, que V. Ex<sup>a</sup> tem toda razão, mas precisamos deixar bem claro que 90% dos casos estão na capital e a capital tem 60% da população. Não é possível esse descaso com a população.

A malária, que V. Ex<sup>a</sup> mencionou, pelo menos, tem cura, tem remédio, mas a dengue, não.

É preciso chamar a atenção e vou além deste pronunciamento: amanhã, formularei por escrito, ao Ministro da Saúde e ao Presidente da Funasa, uma solicitação de providências enérgicas sobre o assunto.

Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, a Sra. Heloísa Helena, deixa a cadeira*

*da presidência, que é ocupada pelo Sr. Efraim Morais, 1º Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Passa-se à

### ORDEM DO DIA

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de Lideranças para apreciação da Ordem do Dia. Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens sobrestados:

– 1 –

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

**Nº 14, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

Relator revisor:

**Prazo final: 1.8.2005.**

– 2 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 31, DE 2000**

*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 3 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 29 DE 2002

*(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23.2.2005)  
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 5 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2003

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Rela-

tora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2003

(Discussão adiada, em virtude de requerimento  
aprovado em 26.4.2005)

(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 7 –

### PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

– 8 –

### PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB)

– Não há mais oradores inscritos.

Os Srs. Senadores Arthur Virgílio e Papaléo Paes enviaram discursos à Mesa para serem publicados na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex<sup>as</sup> serão atendidos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a Dr<sup>a</sup> Ruth Cardoso é Presidente da

*Comunitas*, uma organização de interesse público, dedicada ao fortalecimento da sociedade civil e à promoção do desenvolvimento social no Brasil.

A entidade está lançando hoje, em São Paulo, um dos mais profundos estudos sobre a gestão sustentável dos investimentos sociais.

Essa análise consta do livro a ser conhecido naquela oportunidade, mostrando o caminho que os empresários do setor energético seguem – e que deve ser imitado – no tocante à responsabilidade social.

Não é sempre que um setor, no caso o energético, se dedica a uma metodologia que possa apontar caminhos novos para o Brasil, diante do quadro social que o caracteriza.

Estou certo da relevância do estudo, que conta com o apoio da CBIEE, a Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica, que representa os 16 maiores investidores privados brasileiros e estrangeiros. Esse conjunto é responsável por 66% da distribuição e por 28% da geração de energia elétrica no País.

Por isso, cumprimento Dona Ruth Cardoso e o Presidente da CBIEE, Cláudio J.D.Sales, pela iniciativa, que chega em boa hora num País que precisa crescer e, portanto, não pode prescindir de planejamento e produção de energia elétrica. Mas que, também, não pode virar as costas para suas responsabilidades sociais.

Era o que tinha a dizer.

**O SR. PAPALÉO PAES** (PMDB – AP. Sem Apanhamento Taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Senadores, Revistas de Grande Circulação e Programas de Elevada Audiência, do Rádio e da Televisão, Costumam Difundir Muita Matéria Jornalística Sobre Questões de Saúde. Novos Tratamentos, Novos Remédios, Novas Modalidades de Ginástica, Benefícios Recém-descobertos de Antigas Drogas – A Toda Hora Somos Bombardados com esse Tipo de Notícia. o que Buscam Jornais, Revistas e Estações de Rádio E Televisão, com tal Procedimento, é atender a uma demanda específica, qual seja, o interesse da população por informação sobre terapias curativas ou procedimentos preventivos das moléstias mais comuns, ou mais temidas.

Esse interesse, em si, é bom e deve até ser estimulado. a preocupação com a própria saúde leva as pessoas, quando bem informadas, à adoção de condutas saudáveis – como a alimentação equilibrada e a prática regular de exercícios físicos – e à fuga de hábitos nocivos – como o sedentarismo, o tabagismo ou a ingestão exagerada de gordura, de sal e de proteína animal, ou o abuso do álcool. o dr. dráusio varela, nesse quadro, é exemplo de propagador, por meio dos meios de comunicação, de boa informação e conselhos válidos de saúde.



Se todas as reportagens apresentadas nos meios de comunicação contivessem, como as intervenções do dr. varela, apenas informação correta e adequada ao entendimento das pessoas leigas em medicina, nenhum reparo teríamos a fazer a sua difusão. discutível, porém, é a qualidade da informação contida na maioria das reportagens. infelizmente, é muito fácil, para jornalistas e responsáveis pela pauta dos órgãos de comunicação, fazer sensacionalismo com novidades, sejam terapias esotéricas da moda – as chamadas “medicinas alternativas”, sem qualquer fundamentação científica – ou medicamentos anunciados como revolucionários pelos laboratórios farmacêuticos.

É curioso, sr. presidente, sr<sup>as</sup> e senadores, como duas inclinações tão contrárias exercem igual fascínio sobre as pessoas e são, por isso mesmo, exploradas pelos órgãos de comunicação: de um lado, a contestação irresponsável do saber oficial e legalmente reconhecido, evidente na busca de alternativas não-científicas à medicina; do outro lado, certa idolatria, igualmente irracional, à ciência e à tecnologia, manifesta na expectativa dos chamados “milagres da técnica”. se a primeira atitude dá oportunidade ao sucesso de todo tipo de charlatanismo, a segunda abre caminho à publicidade dos grandes laboratórios farmacêuticos.

Esses grandes conglomerados transnacionais, por sinal, estão muitas vezes por trás da publicação dessas matérias, que constituem, na verdade, propaganda – nada barata – disfarçada de jornalismo informativo. embora, como dito, a preocupação com a saúde seja saudável, em princípio, a má orientação, motivada pelo ânimo contestatário do esoterismo, e a mitificação de panacéias, promovida pela ganância dos laboratórios, podem ser muito prejudiciais à população, sobretudo quando estimulam as pessoas ao costume, muito comum em nosso país, da automedicação.

Neste mês de abril, por exemplo, noticiou-se que a ingestão diária de aspirina propiciaria, a pessoas de idade acima dos 50 anos, uma redução significativa dos riscos de ataques cardíacos e derrames. o boletim da bbc brasil na internet, no dia 13 de abril, mencionava a recente aceitação, para publicação no british medical journal, do relatório de um estudo realizado no reino unido com 2 mil e 500 pacientes, ao longo de 25 anos. esse estudo, segundo a reportagem, teria comprovado o benefício de doses diárias de aspirina a pessoas dessa faixa etária.

A matéria da bbc brasil, justiça seja feita, até que é correta, porque adverte o leitor para os riscos associados à ingestão regular de aspirina por longo período, como os de sangramento no estômago e de reação alérgica. ressalta, ainda, a necessidade de acompanhamento médico de qualquer uso rotineiro

de remédios. a matéria, porém, não informa o leitor de que o dr. peter elwood, da universidade de cardiff, no país de gales, autor do estudo em questão, já tem trabalhos publicados sobre benefícios da aspirina desde 1974 e é financiado pela aspirin foundation, organização bancada, entre outras empresas, pelas indústrias bayer ag, de leverkusen, na alemanha.

Cabe lembrar que “aspirina”, na verdade, é o nome-fantasia registrado pela bayer para o ácido acetilsalicílico após a descoberta, em 1897, pelo bioquímico felix hoffman, empregado da empresa, do efeito dessa substância na redução das dores resultantes de artrite reumatóide. fica evidente, portanto, que não se trata de uma pesquisa desinteressada, se é que alguma existe.

Outro mérito a ser destacado na matéria da bbc brasil é o fato de a sua reportagem mencionar, claramente, a dosagem de aspirina recomendada a partir do estudo do dr. elwood: nada mais que 75 miligramas diários – muito menos que os 500 miligramas de um comprimido comum vendido nas farmácias ou mesmo que os cem miligramas da aspirina infantil comercial.

Sr. presidente, Sr<sup>as</sup> e Senadores, a relação entre o uso regular da aspirina e o risco reduzido de acidentes cardiovasculares já era conhecida – ou pelo menos dela se suspeitava – desde o início dos anos sessenta, não constituindo, portanto, grande novidade. a fronteira da pesquisa médica, nem sempre bem compreendida pelo grande público, está na busca da quantificação precisa dos supostos benefícios e da sua contrastação aos riscos. os médicos mais atualizados sabem disso muito bem e têm notícia desses experimentos muito antes, em seminários, congressos e por meio da circulação interprofissional de informações; os meios de comunicação, porém, vivem da venda de sensações que não correspondem à verdade objetiva dos resultados dessas investigações.

O problema desse descompasso reside no fato de muitas pessoas lerem somente as manchetes ou ouvirem somente as chamadas para os programas na televisão. até mesmo as que lêem as reportagens ou assistem aos programas tendem, às vezes, a reter somente as frases mais retumbantes e a esquecer os pormenores que recomendam cautela. entre ouvir mal uma notícia e correr à farmácia para se abastecer da mais nova panacéia e se automedicar, muita vez, basta um passo.

não estou aqui defendendo qualquer tipo de censura ou proibição da divulgação de matérias jornalísticas de conteúdo médico, até porque reconheço a utilidade da boa informação sobre saúde para a melhoria das condições de vida da população. mas é preciso alertar todos, responsáveis pelos órgãos de comuni-

cação e população em geral, quanto aos perigos da automedicação. o emprego não monitorado de antibióticos, por exemplo, pode causar o aparecimento de cepas resistentes de bactérias, prejudicando todos os pacientes que, no futuro, poderiam fazer uso do medicamento, não fora a resistência adquirida pelos microorganismos. outro risco conhecido da automedicação está precisamente no uso da aspirina para redução de dores e da febre em caso de dengue. o efeito anticoagulante dessa substância pode agravar as hemorragias da doença e levar até à morte do paciente.

O que se faz necessário, portanto, em todas as reportagens sobre saúde, é que os responsáveis insistam sobre este ponto: somente se deve usar qualquer medicamento sob a supervisão de um médico.

muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Morais. PFL – PB) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr<sup>as</sup> e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã, às 14 horas, a seguinte

### ORDEM DO DIA

– 1 –

#### PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

**Nº 14, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)*

*(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Maguito Vilela

**Prazo final: 1.8.2005.**

– 2 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 31, DE 2000**

*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição*

*Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

– 3 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 29 DE 2002**

*(Votação adiada, em virtude de requerimento*

*aprovado em 23.2.2005)*

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, que *inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 4 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 12, DE 2004**

*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 5 –

#### PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

**Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como pri-

meiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

– 6 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 87, DE 2003**

*(Discussão adiada, em virtude de requerimento aprovado em 26.4.2005)*

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais* (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

– 7 –

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que *altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.*

Parecer sob nº 463, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

– 8 –

**PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que *institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.*

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Gerson Camata.

– 9 –

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que *altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.*

**O SR. PRESIDENTE** (Efraim Moraes. PFL – PB)

– Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 18 horas e 31 minutos.)*

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ROBERTO SATURNINO NA SESSÃO DO DIA 21 DE JUNHO DE 2005, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.**

**O SR. ROBERTO SATURNINO** (Bloco/PT – RJ.

Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, decidi falar mesmo depois do discurso do Senador Pedro Simon, que todos escutamos com atenção redobrada – S. Ex<sup>ª</sup> falou com muito mais brilho, com muito mais conhecimento de causa e até com muito mais tempo do que eu, que tenho apenas o tempo da breve comunicação. Sinto-me, porém, no dever também de dizer algumas palavras sobre esse grande brasileiro que desapareceu há um ano, que foi Leonel de Moura Brizola.

Sinto-me nesse dever, Sr. Presidente, pela ligação que ele teve com o Rio de Janeiro na segunda fase de sua vida política, depois que voltou do exílio, e pela convivência muito estreita que tivemos em campanhas memoráveis que fizemos juntos a partir de sua primeira

eleição para Governador em 1982, quando fui candidato a Senador, seu companheiro de chapa, convivência que se desenrolou ao longo de seus dois mandatos à frente do governo do Estado, que deixaram essa marca indelével, que são os Cieps, vistos em todo o Estado. Realmente, foi um feito no setor de educação no Brasil que não sei se terá sido igualado – creio que não –, porque foi o projeto mais avançado, mais arrojado e mais consentâneo com todas as declarações de prioridades que se têm feito neste País a respeito da educação.

Foi, efetivamente, um grande brasileiro. Leonel Brizola foi um grande brasileiro na liderança política, na capacidade de argumentação, de convencimento, na capacidade de arregimentação política, com seu grande carisma, sua dedicação integral à política – a política foi toda a sua vida.

E foi também grande na sua brasilidade, no amor ao Brasil, ao seu povo trabalhador, na crença que sempre teve, no fundo do seu coração, da grandeza deste País, que é o nosso, e que muitas vezes é posta em dúvida por brasileiros que atingem posições de governança. Brizola nunca duvidou da capacidade de projeção e de realização dos destinos maiores do nosso País entre as diversas nações do globo.

Foi grande também na probidade e na honradez. Acusações passaram à margem de seu caminho político e não deixaram nenhuma marca. Há um reconhecimento unânime a respeito da qualidade de honradez e de probidade de Leonel Brizola.

Agora, foi uma figura polêmica. Como todo grande líder, teve afetos e desafetos profundos. Era um homem de convivência difícil – vamos reconhecer. Muitos que conviveram com ele, não apenas eu, tiveram rompimentos – César Maia também, Marcelo Alencar também e muitos outros. A convivência com Leonel Brizola era difícil pela especificidade da sua liderança, que era de caráter muito pessoal, dificultando o diálogo democrático que se deve processar mesmo diante de uma capacidade de liderança extraordinária como era a dele. Entretanto, divergências profundas, rompimentos, mesmo nunca atingiram a respeitabilidade da figura de Leonel Brizola perante aqueles que tiveram essas divergências com ele.

Particularmente, tive dois rompimentos, e, passado um tempo depois do primeiro rompimento – que foi no momento em que eu estava na Prefeitura –, numa campanha oito anos depois, que eu fazia para Vereador da cidade, Brizola compareceu a um ato público da minha campanha e declarou, de livre e espontânea vontade, para surpresa minha, que tínhamos tido desavenças, eu

e ele, erros de parte a parte, mas ele reconhecia que os erros dele tinham sido maiores do que os meus.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, hoje gostaria de dizer o que não pude dizer, porque a morte de Brizola surpreendeu a nós todos, foi repentina. Mas gostaria de ter tido a oportunidade de dizer que, no segundo rompimento, essa declaração deveria ter sido minha. Houve erros e acertos de ambos os lados, porém os erros maiores, nessa segunda separação, foram de minha parte. Infelizmente, não tive essa oportunidade e de fazê-lo frente a ele, como ele fez a primeira, frente a mim.

Sr. Presidente, vou encerrar, pois o meu tempo é limitado, mas presto esta homenagem em nome do Rio de Janeiro, que reconhece em Leonel Brizola uma grande figura, que optou pelo Rio de Janeiro para projetar-se nacionalmente, tendo feito uma grande obra no Rio Grande do Sul e deixando outra marca indelével no Rio de Janeiro.

Faz falta a liderança de S. Ex<sup>a</sup> neste momento. Sei que ele teve e declarou divergências grandes em relação ao Governo do Presidente Lula, mas gostaria de vê-lo presente agora, ver a posição que tomaria, ele que presenciou, que testemunhou, que viveu as campanhas orquestradas contra Getúlio Vargas e João Goulart. Enfim, gostaria de ver a posição que tomaria neste momento, apesar de todas as divergências que teria em relação ao Presidente Lula.

Nossa homenagem, em nome do Rio de Janeiro, à grande figura que foi Leonel de Moura Brizola.



# Ata da 89ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 23 de junho de 2005

## 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Aelton Freitas, Alvaro Dias, Paulo Paim,  
Leonel Pavan, Alberto Silva e Augusto Botelho.

(Às 10 Horas, Acham-se Presentes as Sr<sup>as</sup>  
e os Srs. Senadores.)

### REGISTRO DE COMPARECIMENTO

#### Senado Federal

#### SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 10:00 HORAS

Período : 23/6/2005 07:42:24 até 23/6/2005 18:30:02

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS	X		Bloco-PT	AC	TIÃO VIANA	X	
PMDB	PI	ALBERTO SILVA	X		PP	DF	VALMIR AMARAL	X	
Bloco-PT	SP	ALOIZIO MERCADANTE	X		PMDB	RR	WIRLANDE DA LUZ	X	
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X						
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPÁ	X						
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	X						
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X						
PMDB	MA	ANTÔNIO LEITE	X						
PSDB	AM	ARTHUR VIRGILIO	X						
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO	X						
Bloco-PT	DF	CRISTÓVAM BUARQUE	X						
Bloco-PT	MS	DELCÍDIO AMARAL	X						
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES	X						
PFL	MA	EDISON LOBÃO	X						
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO	X						
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X						
PFL	PB	EFFRAIM MORAIS	X						
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE	X						
Bloco-PT	PR	FLÁVIO ARNS	X						
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X						
PMDB	RN	GARIBALDI ALVES FILHO	X						
P-SOL	AC	GERALDO MESQUITA JÚNIOR	X						
PMDB	ES	GERSON CAMATA	X						
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO	X						
PMDB	MG	HÉLIO COSTA	X						
P-SOL	AL	HELOISA HELENA	X						
PFL	PI	HERÁCLITO FORTES	X						
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI	X						
PDT	AM	JEFFERSON PÉRES	X						
PMDB	ES	JOÃO BATISTA MOTTA	X						
Bloco-PSB	AP	JOÃO CAPIBERIBE	X						
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	X						
PFL	SC	JORGE BORNHAUSEN	X						
PFL	PE	JOSÉ JORGE	X						
PMDB	PB	JOSÉ MARANHÃO	X						
PMDB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	X						
PSDB	SC	LEONEL PAVAN	X						
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X						
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO	X						
-	MT	LUIZ SOARES	X						
Bloco-PL	ES	MAGNO MALTA	X						
PMDB	PI	MÃO SANTA	X						
PFL	PE	MARCO MACIEL	X						
PMDB	MA	MAURO FECURY	X						
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X						
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	X						
Bloco-PSB	TO	NEZINHO ALENCAR	X						
PDT	PR	OSMAR DIAS	X						
Bloco-PPS	CE	PATRICIA SABOYA GOMES	X						
PFL	DF	PAULO OCTAVIO	X						
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM	X						
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X						
PSDB	CE	REGINALDO DUARTE	X						
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X						
Bloco-PT	RJ	ROBERTO SATURNINO	X						
PFL	SP	ROMEU TUMA	X						
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI	X						
Bloco-PT	MT	SÉRY S LHESSARENKO	X						
Bloco-PT	AC	SIBÁ MACHADO	X						
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI	X						

**Compareceram: 63 Senadores**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 63 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, informo a Vossa Excelência que, nos dias 23 e 24 estará respondendo pela Liderança do PFL o Senador Demóstenes Torres.

Cordialmente, – Senador **José Agripino**, Líder do PFL Senado Federal.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O ofício que acaba de ser lido vai à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência defere o **Requerimento nº 658, de 2005**, do Senador Marcelo Crivella, lido na sessão do dia 21, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência, da mesma forma, defere o **Requerimento nº 664, de 2005**, do Senador Mozarildo Cavalcanti, lido na sessão do dia 22, nos termos do art. 41 do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Esgotou-se ontem o prazo previsto no art. 91, §3º, do Regimento Interno, sem que tenha sido interposto recurso, no sentido da apreciação, pelo Plenário, das seguintes matérias:

- **Projeto de Lei do Senado nº 512, de 2003**, de autoria do Senador Jonas Pinheiro, que *torna obrigatória a proteção contra radiação ultravioleta nos óculos de sol, e dá outras providências*;
- **Projeto de Lei do Senado, nº 212**, de 2004, de autoria do Senador Marco Maciel, que *denomina “Ordem do Mérito das Comunicações Jornalistas Roberto Marinho” a Ordem do Mérito das Comunicações*.

Tendo sido apreciadas terminativamente pelas Comissões de Assuntos Sociais e de Educação, respectivamente, as matérias vão à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, mensagem que passo a ler.

É lida a seguinte:

**MENSAGEM Nº 163, DE 2005**

(Nº 370/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 56, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Os méritos do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 20 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 198/DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 14 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal e com o disposto no art. 56, § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 39, § 1º, do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal destinada à indicação do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Encaminho, igualmente anexos, informação sobre o país e **curriculum vitae** do Embaixador José Vicente de Sá Pimentel que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

**I N F O R M A Ç Ã O****C U R R I C U L U M V I T A E****MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ VICENTE DE SÁ PIMENTEL****CPF.: 4214820100****ID.: 3204-MRE**

- 1946 Filho de Victor Hugo Pimentel e Sonia de Sá Pimentel, nasce em 02 de março, em Vitória/ES.
- 1970 CPCD - IRBr
- 1970 Terceiro Secretário em 03 de fevereiro
- 1970 Bacharel em Direito pela UnB/DF, em 20 de dezembro
- 1972 Curso de Prática Diplomática e Consular - IRBr
- 1973 Segundo Secretário, por merecimento, em 01 de janeiro
- 1973 Embaixada em Washington, Segundo Secretário
- 1976 Embaixada em Santiago, Segundo e Primeiro Secretário
- 1978 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1979 Gabinete, Assessor do Ministro
- 1980 Ordem de Bernardo O`Higgins, Chile, Oficial
- 1982 Medalha Mérito Tamandaré, Ministério da Marinha, Brasil
- 1982 Conselheiro, por merecimento, em 16 de junho
- 1982 Embaixada em Paris, Conselheiro
- 1985 Reescalonamento da dívida da Costa Rica para com o Brasil, Clube de Paris, Paris, Chefe de delegação
- 1985 CAE - IRBr - "François Mitterrand e os Países Subdesenvolvidos: a Herança, as Promessas e os Fatos"
- 1985 Reescalonamento da dívida do Togo e Zâmbia para com o Brasil, Clube de Paris, Chefe de delegação
- 1985 Reescalonamento da dívida da Polônia para com o Brasil, Clube de Paris, Varsóvia, Chefe de delegação
- 1985 Embaixada na Guatemala, Conselheiro
- 1988 Divisão da América Central e Setentrional, Chefe
- 1989 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 18 de dezembro
- 1990 Secretaria de Imprensa, Chefe
- 1990 Instituto Rio Branco, Professor de Prática Diplomática

- 1991 Consulado-Geral em Roma, Cônsul Geral
- 1991 República de San Marino, Cônsul Geral (cumulativo)
- 1993 Medalha Mérito Santos Dumont, Ministério da Aeronáutica, Brasil
- 1994 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
- 1994 Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, Assessor Especial
- 1994 Negociações preparatórias à "Cúpula das Américas": Panamá, Nicarágua, Guatemala, São José, San Salvador, Tegucigalpa, São Domingos, Chefe de delegação
- 1995 Secretaria de Planejamento Diplomático, Chefe
- 1995 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira Contemporânea
- 1995 Ordem do Rio Branco, Brasil, Grande Oficial
- 1996 Departamento da África e Oriente Próximo, Diretor-Geral
- 1996 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretória, Chefe de delegação
- 1996 Instituto Rio Branco, Professor de Diplomacia Brasileira (1996/1997)
- 1996 Reunião de Altos Funcionários das Chancelarias dos Países de Língua Portuguesa, Maputo, Chefe de delegação
- 1997 Consultas Políticas com a África do Sul, Pretória, Chefe de delegação
- 1998 Instituto Rio Branco, Professor de Política Externa Brasileira
- 1998 Missão brasileira aos países do Golfo Árabe. Riade, Jedá, Kuaite, Abu-Dhabi, Dubai, Chefe de delegação
- 1998 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Funchal, Chefe de delegação
- 1998 Consultas políticas com a Namíbia, Windhoek, Chefe de delegação
- 1998 Reunião CPLP-CEDEAO para mediação da crise na Guiné Bissau, Abidjan, Chefe de delegação
- 1998 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 29 de dezembro
- 1999 Reunião dos Responsáveis Políticos da CPLP, Cascais, Chefe de delegação
- 2000 "Relações entre o Brasil e a África Subsaariana", in Revista Brasileira de Política Internacional, ano 43, nº 1, 2000, Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, Brasília
- 2001 "O Padrão de Votação Brasileiro na ONU e a Questão do Oriente Médio", in "Israel-Palestina: A Construção da Paz Vista de uma Perspectiva Global", Editora UNESP, São Paulo
- 2001 Consulado-Geral em Los Angeles, Cônsul Geral
- 2004 Embaixada em Nova Delhi, Embaixador

  
**CLAUDIA D'ANGELO**  
Diretora do Departamento do Serviço Exterior



## BANGLADESH

- **Capital:** Daca
- **População:** 144.319.628 (est. julho de 2005)
- **Área:** 143.998 km<sup>2</sup>
- **Idiomas:** bengali (oficial), inglês, dialetos regionais
- **Religiões:** islamismo, hinduísmo, outras
- **Sistema Político:** república parlamentarista
- **Chefe de Estado:** Presidente Iajuddin AHMED
- **Chefe de Governo:** Primeiro-Ministro Khaleda ZIA
- **PIB (PPP):** US\$ 275.7 bilhões (2004)
- **PIB per capita (PPP):** US\$ 2.000 (2004)
- **Unidade monetária:** taca

Bangladesh encontra-se na lista dos 50 países caracterizados pelas Nações Unidas como de menor desenvolvimento relativo. É um dos países mais pobres do mundo, com uma renda per capita de US\$ 400, em 2003. Da população de 138 milhões de habitantes, cerca de 50% vivem abaixo da linha de pobreza (rendimento inferior a US\$ 1,00). Não obstante, o país tem mantido taxas de crescimento real do PIB por volta de 5% ao ano há mais de dez anos. O déficit fiscal e a dívida pública vêm declinando de maneira gradual. A dívida externa situa-se em aproximadamente 18,8 bilhões de dólares em 2003, dos quais 13 bilhões com bancos multilaterais de desenvolvimento (IDA – Bando Mundial). O Governo de Bangladesh continua com o processo de reforma nas áreas econômica, de telecomunicações e energia. Na área de políticas de alívio à pobreza, a experiência de micro-crédito do Banco Grameen constitui um êxito internacional reconhecido.

Bangladesh adota um regime de governo parlamentarista e com expressiva participação da sociedade civil na implementação de políticas públicas. As ONGs do país são classificadas pelo Banco Mundial entre as mais ativas do mundo. A coalizão atualmente no poder, composta de quatro partidos, é liderada pelo Bangladesh Nationalist Party (BNP), tendo à frente a Primeira

Ministra Begum Khaleda Zia, eleita em 2001 para um segundo mandato (o primeiro foi entre 1991-96). O Presidente Iajuddin Ahmed (set/2002) desempenha funções protocolares. Há eleições previstas para inícios de 2006. A relação entre o BNP e os partidos de oposição, liderados pela Liga Popular Awami, tem sido tensa ao longo dos anos, com a ocorrência freqüente de assassinatos políticos.

O tsunami de 2004 não causou danos extensos ao país, tendo vitimado duas pessoas.

Até meados de fevereiro de 2005, Bangladesh não havia definido posição sobre os modelos de reforma do Conselho de Segurança. Bangladesh apóia limitação no uso do veto com vistas à sua eliminação e já se manifestou contra a criação de novo “clube de privilegiados”.

Após duas décadas de relacionamento bilateral, a Embaixada do Brasil em Daca foi temporariamente desativada em julho de 1998, passando à Embaixada em Nova Delhi, cumulativamente, a representação diplomática do Brasil junto ao Governo de Bangladesh. A Embaixada do Bangladesh em Brasília, por sua vez, encerrou suas atividades em 31 de agosto de 2002. O Senhor Sayeeful Islam foi designado, em 2005, cônsul honorário em Daca. Tendo em vista que Bangladesh oferece oportunidades para exportações brasileiras, há que se buscar meios para viabilizar uma presença comercial brasileira no país.

Em sua passagem por Xangai, em maio de 2004, o Presidente Lula manteve breve encontro com a Primeira Ministra de Bangladesh, Khaleda Zia, oportunidade em que discorreu sobre programas sociais no Brasil.

#### **Intercâmbio Comercial Brasil – Bangladesh (US\$)**

	<b>Exportações brasileiras</b>	<b>Variação</b>	<b>Importações brasileiras</b>	<b>Variação</b>	<b>Total do intercâmbio</b>	<b>Saldo</b>
2001	66.620.164	36,23%	17.340.211	24,29%	83.960.375	49.279.953
2002	44.817.932	-32,73%	10.660.872	-38,52%	55.478.804	34.157.060
2003	84.743.132	89,08%	11.814.886	10,82%	96.558.018	72.928.246
2004	202.209.592	138,61%	11.085.560	-6,17%	213.295.152	191.124.032
2005*	57.108.879	7,31%	2.048.130	-33,18%	59.157.009	55.060.749

\* Janeiro a abril/2005.

Fonte: MDIC

Aviso nº 600 – C. Civil

Em 20 de junho de 2005

A Sua Excelência o Senhor  
Senador Efraim Morais  
Primeiro-Secretário do Senado Federal  
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor José Vicente de Sá Pimentel, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para, cumulativamente com o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Índia, exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Bangladesh.

Atenciosamente, **José Dirceu de Oliveira e Silva**, Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

*(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A matéria vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, Avisos do Tribunal de Contas da União, que passo a ler.

São lidos os seguintes:

- Aviso nº 21, de 2005-CN (nº 715-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 730, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de reurbanização e canalização dos Córregos Botafogo e Capim Puba no Município de Goiânia, no Estado de Goiás, inseridas no Programa de Trabalho nº 13.077.0458.1244.1076 (TC nº 005.309/2005-6).
- Aviso nº 22, de 2005-CN (nº 716-SGS-TCU/2005, na origem), que encaminha ao Congresso Nacional, cópia do Acórdão nº 716, de 2005-TCU (Plenário), bem como dos respectivos Relatório e Voto que o fundamentam, referente à auditoria realizada nas obras de construção do Edifício Anexo ao Tribunal Regional Fede-

ral da 5ª Região, em Recife/PE, Programa de Trabalho nº 02.061.0569.1922.0101 (TC nº 006.558/2003-0).

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Os expedientes que acabam de ser lidos retornam à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, projeto que passo a ler.

É lido o seguinte:

### **PROJETO DE LEI Nº 9, DE 2005-CN**

#### **MENSAGEM Nº 57, DE 2005-CN**

(Nº 363/2005, na origem)

**Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$1.400.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), para atender à programação constante do Anexo desta lei.

Art. 2º Os recursos necessários à execução do disposto no art. 1º decorrem de:

I – superávit financeiro do Fundo de Combate à Pobreza apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$ 210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais);

II – excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$ 700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); e

III – operação de crédito proveniente do lançamento de Títulos da Dívida Agrária – TDA, no valor de R\$490.000.000,00 (quatrocentos e noventa milhões de reais).

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

ORGAO : 49000 - MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO AGRARIO  
 UNIDADE : 49201 - INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA - INCRA

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0135 ASSENTAMENTOS SUSTENTAVEIS PARA TRABALHADORES RURAIS									700.000.000
ATIVIDADES									
21 631	0135 4460	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA							700.000.000
21 631	0135 4460 0001	OBTENCAO DE IMOVEIS RURAIS PARA REFORMA AGRARIA - NACIONAL							700.000.000
			F	5	2	90	0	164	490.000.000
			F	5	2	90	0	379	210.000.000
TOTAL - FISCAL									700.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000.000

ORGAO : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA  
 UNIDADE : 90000 - RESERVA DE CONTINGENCIA

ANEXO CREDITO SUPLEMENTAR  
 PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTACAO) RECURSOS DE TODAS AS FONTES - R\$ 1. 00

FUNC	PROGRAMATICA	PROGRAMA/ACAO/SUBTTITULO/PRODUTO	E S F	G N D	R P	M O D	I U	P T E	VALOR
0999 RESERVA DE CONTINGENCIA									700.000.000
OPERACOES ESPECIAIS									
99 999	0999 0998	RESERVA DE CONTINGENCIA							700.000.000
99 999	0999 0998 0105	RESERVA DE CONTINGENCIA - FISCAL							700.000.000
			F	9	0	99	0	100	700.000.000
TOTAL - FISCAL									700.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									700.000.000



**MENSAGEM Nº 363**

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 61 da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto do projeto de lei que “Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e da Reserva de Contingência, crédito suplementar no valor global de R\$1.400.000.000,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente”.

Brasília, 15 de junho de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM nº 98/2005/MP

Brasília, 8 de junho de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Dirijo-me a Vossa Excelência para apresentar proposta de abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005), no valor global de R\$1.400.000.000,00 (um bilhão e quatrocentos milhões de reais), em favor do Ministério Desenvolvimento Agrário – MDA e da Reserva de Contingência.

2. A solicitação visa a adequar o orçamento vigente daquele Órgão às suas reais necessidades de execução, de acordo com a seguinte demonstração:  
R\$ 1,00

Órgão / Unidade Orçamentária	Suplementação	Origem dos Recursos
Ministério do Desenvolvimento Agrário Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA	700.000.000	
Reserva de Contingência Reserva de Contingência	700.000.000	
Superávit financeiro do Fundo de Combate à Pobreza - FCB		210.000.000
Excesso de arrecadação de Recursos Ordinários		700.000.000
Títulos da Dívida Agrária - TDA		490.000.000
<b>Total</b>	<b>1.400.000.000</b>	<b>1.400.000.00</b>

3. A suplementação em favor do MDA visa assegurar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, a continuidade na implantação de assentamentos rurais, uma vez que os custos médios de R\$570,00 por hectare aprovados na Lei nº 11.100, de 25 de janeiro de 2005 – LOA/2005, não refletem a realidade da média nacional do preço das terras cm desapropriação, que atualmente encontra-se no patamar de R\$1.190,00 por hectare.

4. Considerando esse novo custo médio por hectare e o tamanho médio das parcelas de terra (16,2 hectares) destinadas a cada família, a dotação orçamentária constante da LOA/2005, cujo valor é de R\$754,8 milhões, é insuficiente para atender a meta

proposta no Segundo Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Os recursos adicionais permitirão atender a cerca de mais 36,2 mil famílias, contribuindo para o alcance das metas previstas no II PNRA.

5. O presente crédito será viabilizado com recursos provenientes da incorporação de superávit financeiro do Fundo de Combate à Pobreza – FCB apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004, no valor de R\$210.000.000,00 (duzentos e dez milhões de reais); de excesso de arrecadação de Recursos Ordinários, no valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais); e de operação de crédito decorrente do lançamento de Títulos da Dívida Agrária – TDA, no valor de R\$490.000.000,00 (quatrocentos e noventa milhões de reais).

6. Esclareço, a propósito do que estabelece o art. 65, § 11, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2005 – LDO/2005), que as alterações decorrentes da abertura deste crédito não afetam a obtenção da meta de resultado primário para o corrente exercício, tendo em vista que a suplementação de despesas primárias à conta de recursos de origem financeira, no valor de R\$700.000.000,00 (setecentos milhões de reais), está sendo compensada pela suplementação, no mesmo valor, da Reserva de Contingência da União, à conta de excesso de arrecadação de receita primária oriunda de Recursos Ordinários, e o art. 14 do Decreto nº 5.379, de 25 de fevereiro de 2005, condiciona a execução das despesas objeto dos créditos abertos e reabertos aos limites estabelecidos no referido Decreto.

7. Ressalte-se que o procedimento de suplementar a Reserva de Contingência com Recursos Ordinários visa a propiciar a utilização de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União do exercício de 2004 e a priorização de ações custeadas com recursos de operações de crédito, mantendo inalterada a meta fiscal estabelecida para o corrente ano.

8. É demonstrado no quadro anexo à presente Exposição de Motivos o excesso de arrecadação proveniente de Recursos Ordinários, utilizados parcialmente neste crédito, em atendimento ao disposto no art. 65, § 9º, da LDO/2005.

9. A abertura do crédito viabilizar-se-á mediante projeto de lei, estando de acordo com o disposto no art. 43, § 1º, incisos I, II e IV da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, obedecidas as prescrições do art. 167, inciso V, da Constituição.

10. Nessas condições, submeto à deliberação de Vossa Excelência o anexo projeto de lei, que visa a efetivar abertura do referido crédito suplementar.

Respeitosamente, – **Paulo Bernardo Silva**.

**DEMONSTRATIVO DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO**  
(Art. 65, § 9º, da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004)

Fonte: 00

R\$ 1,00

NATUREZA	2005		EXCESSO / FRUSTRAÇÃO
	LEI	REESTIMADO	C = (B-A)
	(A)	(B)	
11100000 Impostos	71.085.038.693	72.682.550.176	1.597.511.483
11200000 Taxas	96.234.190	91.301.629	-4.932.561
12100000 Contribuições Sociais	32.112.893.606	31.982.313.850	-130.579.756
12200000 Contribuições Econômicas	2.364.329.396	2.240.427.497	-123.901.899
13100000 Receitas Imobiliárias	146.628.070	171.536.747	24.908.677
13900000 Outras Receitas Patrimoniais	28.070.993	31.235.715	3.164.722
17200000 Transferências Intergovernamentais	313.956	671.320	357.364
17300000 Transferências de Instituições Privadas	904.491	5.867	-898.624
17400000 Transferências do Exterior	17.973	138.361	120.388
17500000 Transferências de Pessoas	182.889	0	-182.889
19100000 Multas e Juros de Mora	1.429.517.556	1.076.157.772	-353.359.784
19200000 Indenizações e Restituições	265.118.190	241.947.067	-23.171.123
19300000 Receita da Dívida Ativa	220.984.888	238.223.583	17.238.695
19900000 Receitas Diversas	678.117.045	908.514.498	230.397.453
22100000 Alienação de Bens Móveis	577.816	721.278	143.462
22200000 Alienação de Bens Imóveis	270.000.000	0	-270.000.000
25900000 Outras Receitas	2.169.652	5.009.644	2.839.992
<b>Subtotal (D)</b>	<b>108.701.099.404</b>	<b>109.670.755.004</b>	<b>969.655.600</b>
<b>Modificações orçamentárias efetivadas (E)</b>	<b>-2.494.044.685</b>	<b>-</b>	<b>2.494.044.685</b>
<b>Posição Atualizada F = (D+E)</b>	<b>106.207.054.719</b>	<b>109.670.755.004</b>	<b>3.463.700.285 (*)</b>
<b>Créditos publicados à conta da utilização do Excesso de Arrecadação (G)</b>			<b>111.298.749</b>
Abertura de Créditos Extraordinários			111.298.749
Abertura de Créditos Suplementares e Especiais			0
<b>Excesso de arrecadação disponível H = (F-G)</b>			<b>3.352.401.536</b>

(\*) Excesso de arrecadação compatível com o disposto no § 4º do art. 64 da Lei nº 10.934, de 11 de agosto de 2004 (LDO de 2005), acrescentado pela Lei nº 11.086, de 31 de dezembro de 2004.

**À Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– O projeto lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Nos termos das normas constantes da Resolução nº 1, de 2001 – CN, adotadas pela Presidência (Ofícios do Congresso Nacional nºs 823 e 824, de 2004), fica estabelecido o seguinte calendário para tramitação do projeto:

Até 28/6 Publicação e distribuição de avulsos;

Até 6/8 Prazo final para apresentação de emendas;

Até 11/8 Publicação e distribuição de avulsos das emendas;

Até 21/8 Encaminhamento do parecer final à Mesa do Congresso Nacional.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Sobre a mesa, pareceres que passo a ler.

São lidos os seguintes:

**PARECER Nº 1.023, DE 2005**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003, (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.**

Relator: Senador **Garibaldi Alves Filho**

**I – Relatório**

Nos termos do art. 65 da Constituição Federal, vem a exame deste Colegiado, em revisão, o anexo Projeto de Lei da Câmara que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda.

Esse projeto é originário do Poder Executivo, fundamentado na alínea e do inciso II do § 1º do art. 61 da Constituição Federal, segundo a qual compete privativamente ao Presidente da República a iniciativa das leis que disponham sobre a criação, estruturação e atribuições dos Ministérios e órgãos da administração pública.

Justificando o pedido de providência legislativa, o Ministro da Saúde, na Exposição de Motivos nº 79/GM, de 15 de outubro de 1999, assim se manifestou:

Tenho a honra de submeter á elevada consideração de Vossa Excelência o incluso projeto de lei, que tem por escopo obter autorização legislativa para a formalização dos atos que se fazem necessários para concluir a extinção da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., (SAE), que se encontra desativada desde 1985.

Segundo, ainda, a referida Exposição de Motivos, essa iniciativa teve, primeiramente, orientação do Tribunal de Contas da União que, ao apreciar o processo de prestação de contas da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., referente ao exercício de 1989, recomendou a adoção de medidas tendentes à imediata liquidação da empresa, urna vez que se encontra completamente desativada, no tocante ao cumprimento de seu objetivo social, desde 1985.

A deflagração da providência legislativa teve, também, a opinião da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, conforme pareceres PGFN/CRF nº 726/91 e PGFN/CRF nº 294/92.

No mesmo sentido – ressalta ainda o Senhor Ministro da Saúde —, igualmente se pronunciou o Departamento de Extinção e Liquidação, da Secretaria de Recursos e Tecnologia da Informação do então Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE), consoante Nota Informativa Deliq nº 32.

Na Câmara dos Deputados, a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público opinou, quanto ao mérito, pela aprovação do projeto, e a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação deu pela sua constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa.

**II – Análise**

A empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., (SAE) “atuava no transporte aéreo de enfermos, medicamentos e serviços correlatos, vinculados à sua especialidade, de assistência médica e sanitária no território nacional”. Seu capital escritural tem a seguinte configuração: 100.000 cotas pertencentes à União; 300.000 cotas pertencentes ao Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.; e 300.000 cotas pertencentes ao Hospital Cristo Redentor.

Portanto, trata-se de uma sociedade em que a União tem participação minoritária, por isso que não se configura a hipótese prevista no art. 178 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.

Em face de todas essas considerações, pode-se asseverar que o objetivo do projeto em referência é o de obter autorização legislativa para doação das 100.000 cotas pertencentes à União, com vistas à formalização dos atos de extinção da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição Ltda., (SAE), que se encontra desativada desde 1985.

**II – Voto**

Considerando que foram observados os preceitos constitucionais, legais e regimentais que informam o processo legislativo e, bem assim, a iniciativa do Poder Executivo e as reiteradas manifestações dos órgãos competentes de administração e controle dos bens da União, o parecer é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 52 DE 2003

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/06/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(AS):

PRESIDENTE: <i>[Assinatura]</i>	
RELATOR: <i>[Assinatura]</i>	
<b>BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA <i>[Assinatura]</i>
CÉSAR BORGES <i>[Assinatura]</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE <i>[Assinatura]</i>	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA <i>[Assinatura]</i>	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN <i>[Assinatura]</i>
JUVÊNCIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPLICY	2- PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO ZAMBIASI <i>[Assinatura]</i>
MAGNO MALTA <i>[Assinatura]</i>	4-JOÃO CAPIBERIBE <i>[Assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESARENKO <i>[Assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA <i>[Assinatura]</i>	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA <i>[Assinatura]</i>
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO (RELATOR)
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.



*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 61. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara dos Deputados, do Senado Federar ou do Congresso Nacional, ao Presidente da República, ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores, ao Procurador-Geral da República e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta constituição.

II – disponham sobre:

e) criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública, observado o disposto no art. 84, VI; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

Art. 65. O projeto de lei aprovado por uma Casa será revisto pela outra, em um só turno de discussão e votação, e enviado à sanção ou promulgação, se a Casa revisora o aprovar, ou arquivado, se o rejeitar.

**DECRETO-LEI Nº 200,  
DE 25 DE FEVEREIRO DE 1967**

**Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.**

Art. 178. As autarquias, as empresas públicas e as sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, bem assim as fundações criadas pela União ou mantidas com recursos federais, sob supervisão ministerial, e as demais sociedades sob o controle direto ou indireto da União, que acusem a ocorrência de prejuízos, estejam inativas, desenvolvam atividades já atendidas satisfatoriamente pela iniciativa privada ou não previstas no objeto social, poderão ser dissolvidas ou incorporadas a outras entidades, a critério e por ato do Poder Executivo, resguardados os direitos assegurados, aos eventuais acionistas minoritários, nas leis e atos constitutivos de cada entidade. (Redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.299, de 1986)

**PARECER Nº 1.024, DE 2005**

**Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tri-**

**bunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.**

Relator: Senador **José Jorge**

**I – Relatório**

É submetido ao exame desta Comissão o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999, de 2002, na origem), de autoria do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências.

A proposição cria, no quadro de pessoal do TRT da 15ª Região, sediado na cidade de Campinas, Estado de São Paulo, e com jurisdição sobre seiscentos e um municípios daquela unidade da Federação, setecentos e vinte funções comissionadas nível FC-2.

O Colendo Tribunal Superior do Trabalho justifica a proposição afirmando:

Criado em 1986 a partir do desmembramento da área jurisdicionada pelo TRT da 2ª Região, em São Paulo, o TRT da 15ª Região possui atualmente 127 Varas do Trabalho, com urna jurisdição que abrange 601 municípios distribuídas numa área de 238.400km² pelo interior de São Paulo e registra uma das maiores demandas processuais da Justiça Trabalhista, figurando entre os três primeiros Regionais em termos de processos recebidos em 2ª instância.

O Tribunal de Contas da União, ao deliberar a respeito da criação, por meio de decisão do órgão Especial daquela Corte Trabalhista, datada de 12-6-96, de 720 (setecentas e vinte) funções gratificadas de Representação de Gabinete, atuais funções comissionadas pela Lei nº 9.421/96, preferiu decisão nos autos do Processo TC-700.053/1998-0, determinando fossem adotadas as providências necessárias ao exato cumprimento do disposto no art. 48, inciso X, do art. 96, inciso II, alínea **b**, da Constituição Federal.

Nesse sentido, o anteprojeto de lei ora submetido à deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional contempla a criação de 720 (setecentas e vinte) funções comissionadas indispensáveis ao pleno desenvolvimento das atividades projetadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, por configurarem merecido incentivo aos executores materiais dessas ações, com a conseqüente extinção daquelas instituídas por meio de ato administrativo da citada corte.

Aprovado na Câmara dos Deputados, vem a proposição à revisão deste Câmara Alta, onde não recebeu emendas.

**II – Análise**

Os requisitos formais de constitucionalidade são atendidos pelo Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005, tendo em vista que a matéria deve ser disciplinada em lei ordinária (CF, art. 48, X), de iniciativa privativa do respectivo Tribunal Superior (CF, art. 96, II, **b**), não

havendo, também, qualquer reparo no tocante à constitucionalidade material e à juridicidade.

Quanto ao mérito, cabe ressaltar que o objeto da presente proposição é, na verdade, promover a regularização de situação existente no Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região desde o ano 1996, quando as funções que são objeto do PLC nº 8, de 2005, foram instituídas por ato administrativo daquela Corte, julgado irregular pelo Tribunal de Contas da União.

A existência dessas funções se justifica pelo elevado número de feitos da Justiça Trabalhista do interior do Estado de São Paulo, que, conforme referido acima, conta com cento e vinte e sete Varas do Trabalho, o que tem evidenciado o constante aumento da atividade de seus servidores, impondo-se a adequação da estrutura administrativa do órgão para fazer frente à sua elevada missão institucional.

De outra parte, é oportuno observar que, conforme assevera o eminente Ministro-Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, na justificação do projeto ora em análise, a criação das funções aqui proposta não implica aumento de despesa, uma vez que os respectivos valores já estão previstos no orçamento do TRT da 15ª Região desde o ano de 1996, quando elas já existiam de fato.

A aprovação da presente proposição representa, assim, providência urgente e correta no sentido de, ao regularizar a situação acima descrita, permitir a adequada prestação da justiça trabalhista naquele grande Estado.

### III – Voto

Destarte, votamos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005.

Sala da Comissão, 15 de junho de 2005.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

PROPOSIÇÃO: PLC Nº 8 DE 2005

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 15/06/2005, OS SENHORES(AS) SENADORES(A):

PRESIDENTE:	<i>[Assinatura]</i>
RELATOR:	<i>[Assinatura]</i> <i>San José Jorge</i>
<b>BLOCO DA MINORIA (PEL e PSDB)</b>	
ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES (PRESIDENTE)	1-ROMEU TUMA
CÉSAR BORGES <i>César Borges</i>	2-MARIA DO CARMO ALVES
DEMÓSTENES TORRES	3-JOSÉ AGRIPINO
EDISON LOBÃO	4-JORGE BORNHAUSEN
JOSÉ JORGE (RELATOR)	5-RODOLPHO TOURINHO
ALMEIDA LIMA	6-TASSO JEREISSATI
ÁLVARO DIAS <i>[Assinatura]</i>	7-EDUARDO AZEREDO
ARTHUR VIRGÍLIO	8-LEONEL PAVAN <i>[Assinatura]</i>
JUVÊNIO DA FONSECA (PDT) *	9-GERALDO MESQUITA JÚNIOR(*)
<b>BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB, (**), PL e PPS)</b>	
ALOIZIO MERCADANTE	1-DELCÍDIO AMARAL
EDUARDO SUPPLY	2-PAULO PAIM
FERNANDO BEZERRA	3-SÉRGIO ZAMBIASI
MAGNO MALTA	4-JOÃO CAPIBERIBE <i>[Assinatura]</i>
IDELI SALVATTI	5-SIBÁ MACHADO
ANTONIO CARLOS VALADARES <i>[Assinatura]</i>	6-MOZARILDO CAVALCANTI
SERYS SLHESSARENKO <i>[Assinatura]</i>	7-MARCELO CRIVELLA
<b>PMDB</b>	
RAMEZ TEBET	1-NEY SUASSUNA
JOÃO BATISTA MOTTA	2-LUIZ OTÁVIO
JOSÉ MARANHÃO <i>[Assinatura]</i>	3-SÉRGIO CABRAL
MAGUITO VILELA	4-GERSON CAMATA
AMIR LANDO	5-LEOMAR QUINTANILHA <i>L. Quintanilha</i>
PEDRO SIMON	6-GARIBALDI ALVES FILHO <i>[Assinatura]</i>
<b>PDT</b>	
JEFFERSON PÉRES <i>[Assinatura]</i>	1-OSMAR DIAS

Atualizada em: 08/06/2005

(\*) Vaga ocupada por cessão do PSDB.

(\*\*) O PTB deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo em 08/06/2005.

**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA  
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**

**CONSTITUIÇÃO DA  
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL 1988**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

X – criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, **b**; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32 de 2001)

Art. 96. Compete privativamente:

II – ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169:

**b**) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19-12-2003)

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Os pareceres que acabam de ser lidos vão à publicação.

As matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, **d**, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

PS-GSE nº 235

Brasília, 24 de maio de 2005

Senhor Secretário,

Em resposta aos ofícios OF/SF nºs 253 e 256 a 287, datados de 7 de março de 2005, encaminho a Vossa Excelência, em anexo, listagem informando a tramitação dos projetos consultados, bem como suas respectivas fichas de tramitação.

A par disso, muito agradeceria a Vossa Excelência se pudesse informar a esta Secretaria o estágio de tramitação das proposições de iniciativa dos Deputados Federais e outras, enviadas à revisão do Senado Federal, a fim de serem, conforme o caso, encaminhadas ao arquivo.

Atenciosamente, Deputado **Inocência Oliveira**,  
Primeiro-Secretário.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O ofício que acaba de ser lido vão à publicação.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com referência ao expediente que acaba de ser lido, são as seguintes as matérias a serem arquivadas, uma vez que já tiveram sua tramitação encerrada na Câmara dos Deputados:

– **Projetos de Lei do Senado nºs 53, de 1989; 279, de 1991; 142, de 1995; 58, de 1996; 55, de 1999 – Complementar, e 189, de 1999; 92 e 217, de 2000; e**

– **Projetos de Lei da Câmara nºs 37, de 1990; 97 e 109, de 1994; 93, de 1995; e 54, de 2000.**

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 069/05-GLPDT

Brasília, 22 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram indicados, como titular, em substituição ao designado, o Senador Augusto Botelho e como suplente o Senador Juvêncio da Fonseca, para comporem a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 251.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência protesto de estima e consideração. – Senador **Osmar Dias**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência designa o Senador Juvêncio da Fonseca, como suplente, para integrar a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória nº 251, de 2005, de conformidade com o expediente que acaba de se lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 070/05-GLPDT

Brasília, 22 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que foram indicados, como titular, em substituição ao designado, o Senador Juvêncio da Fonseca e como suplente o Senador Augusto Botelho, para comporem a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 252.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência pro-  
testo de estima e consideração. – Senador **Osmar  
Dias**, Líder do PDT.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT –  
RS) – A Presidência designa o Senador Augusto Bo-  
telho, como suplente, para integrar a Comissão Mista  
destinada a apreciar a Medida Provisória nº 252, de  
2005, de conformidade com o expediente que acaba  
de se lido.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)  
– Sobre a mesa, ofícios que passo a ler.

São lidos os seguintes:

OF. PSDB Nº 643/2005

Brasília, 22 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência, como membro titular, o  
Deputado Custódio Mattos e, como membro suplente,  
o Deputado Gonzaga Mota, em substituição aos ante-  
riormente indicados, para integrarem a Comissão Mista  
destinada a analisar a Medida Provisória nº 0252/05,  
que institui o Regime Especial de Tributação para a  
Plataforma de Exportação de Serviços de Tecnologia  
da Informação – REPES, o Regime Especial de Aquisi-  
ção de Bens de Capital para Empresas Exportado-  
ras – RECAP e o Programa de Inclusão Digital, dispõe  
sobre incentivos fiscais para a inovação tecnológica e  
dá outras providências.

Respeitosamente, Deputado **Alberto Goldman**,  
Líder do PSDB.

Ofício nº 357-L-PFL/05

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Indico a Vossa Excelência o Deputado Moroni Tor-  
gan para integrar, como membro suplente, a Comissão  
Parlamentar Mista de Inquérito destinada a “investigar  
as causas e conseqüências de denúncias de atos deli-  
tuosos praticados por agentes públicos nos Correios –  
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos”, em  
substituição a Deputada Kátia Abreu.

Atenciosamente, Deputado **Rodrigo Maia**, Lí-  
der do PFL.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)  
– Serão feitas as substituições solicitadas.

**O SR. PRESIDENTE** (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)  
– Há oradores inscritos: Senador Paulo Paim; Senador  
Luiz Otávio; Senador Eduardo Suplicy; Senador José  
Jorge; Senador Paulo Octávio; Senador Maguito Vilela;  
Senador Marco Maciel; Senador Antônio Leite; Sena-  
dora Serys Silhessarenko; Senador Mozarildo Caval-  
canti; Senador Garibaldi Alves Filho; Senadora Heloísa  
Helena; Senador Nezinho Alencar; Senadora Ana Júlia  
Carepa; Senador Wirlande da Luz; Senador Mão Santa;  
Senador Tião Viana e Senador Alberto Silva.

Passo a Presidência ao Senador Augusto Botelho  
para eu fazer uso da palavra como inscrito.

*O Sr. Paulo Paim, deixa a cadeira da  
presidência, que é ocupada pelo Sr. Augusto  
Botelho.*

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT  
– RR) – Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim,  
por dez minutos.

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS. Pronuncia  
o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Pre-  
sidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, neste pronunciamento  
de hoje, como ex-sindicalista, eu não poderia deixar  
de registrar o movimento dos servidores públicos em  
todo o País, servidores do Ministério da Fazenda, da  
Advocacia-Geral da União, do Ministério da Agricultura,  
Pecuária e Abastecimento, da Delegacia Regional do  
Trabalho, da Funai, da Funasa, do Inbra, do Ministério  
da Cultura, do Ministério da Previdência e Assistência  
Social, entre outros ainda, que estão neste momento  
paralisados.

Sr. Presidente, sempre defendi a greve como um  
legítimo direito dos trabalhadores das áreas pública e  
privada, com o objetivo de forçar um processo de ne-  
gociação na busca dos seus direitos.

Entendo que o reajuste de 0,01% não correspon-  
de, evidentemente, ao mínimo esperado pela categoria.  
Por isso, é legítimo esse movimento, buscando estabe-  
lecer um processo negocial para que seja retomado à  
mesa de entendimento. Esperamos que essa medida  
ocorra o mais rápido possível.

Sr. Presidente, tenho olhado, com carinho e muito  
respeito, o movimento liderado pelas mulheres de mi-  
litares na busca do cumprimento de um acordo enca-  
minhado, mediante o qual os militares teriam reajuste  
correspondente a 33%. Asseguraram-se 20% e faltam  
os outros 23%. Registro a minha posição de solidari-  
dade a esse movimento de todos os servidores, da  
área pública e militar.

Recebi inúmeros dados da categoria informando,  
por exemplo, que o número de servidores, que era de  
47,1 mil, caiu para 41,1 mil, ou seja, 13,7% – menos  
do que havia em 1991. Há, ainda, outra informação  
correspondente ao período de 1991 a 2003, segundo  
a qual a concessão de benefícios por servidor passou  
de 28 para 86 processos, crescendo 207%. A manu-  
tenção de benefícios para o servidor aumentou de 267  
para 535, acrescentando 100%.

Esses dados que me forneceram as entidades de  
servidores públicos são uma demonstração, Sr. Presi-  
dente, de que diminuiu o número de servidores e au-  
mentou o trabalho. Por isso que não sou daqueles que  
coloca publicamente que os servidores não trabalham.  
Os servidores trabalham e muito. Claro que, em todas  
as áreas da atividade pública e privada, há aqueles  
que, como cita a entidade, acabam se escorando, ou  
seja, há problemas como há problemas no Parlamen-  
to, no Executivo, na área privada, enfim, em todo os



setores da sociedade. Mas os servidores públicos do Brasil, com certeza absoluta, continuam defendendo a administração pública com muita garra, com muito respeito, e eles têm autoridade para fazer essas manifestações na busca do entendimento.

Sempre digo, Sr. Presidente, como ex-sindicalista – fui sindicalista em grande parte da minha vida –, que ninguém faz greve porque gosta. A greve é um processo de pressão natural do sistema democrático e do próprio sistema capitalista. Ela existe em qualquer parte do mundo. É natural que as categorias de movimento, como vimos em Brasília durante toda esta semana, grandes passeatas pressionem o Governo para que haja o tal do entendimento, para que haja a sensibilidade com os movimentos sociais.

Ao mesmo tempo, enfatizo a verdadeira cruzada nacional que estão fazendo os aposentados e pensionistas na busca de receberem o mesmo percentual de reajuste concedido ao salário mínimo. Entendo que é mais do que legítimo, Sr. Presidente. Os idosos estão nesse grande movimento e esperam ser recebidos pelo Presidente Lula para demonstrar que a defasagem deles já está acima dos 60%.

Ontem a Câmara iniciou o debate do salário mínimo. O Senador Augusto Botelho, que preside a sessão neste momento, é testemunha da nossa luta pelo salário mínimo. Isso demonstra que todos temos compromisso com esse avanço.

Há pouco tempo, no plenário, Sr. Presidente, V. Ex<sup>a</sup> me dizia: “Paim, acho que alguém não está entendendo a importância daquela luta”. V. Ex<sup>a</sup> dizia que o salário mínimo tinha que ultrapassar os US\$100. Ultrapassou. E com a nossa luta – V. Ex<sup>a</sup> dizia e eu confirmava. Agora, é claro, esperamos que ele chegue um dia a US\$500.00, o que seria ideal. Este é mais ou menos o valor do salário mínimo conforme determina o art. 7º da Constituição e também o próprio Dieese. Mas trata-se de um processo de construção. Ultrapassamos a barreira dos US\$100.00, chegamos aos US\$120.00. Vamos continuar trabalhando para que ele chegue a US\$150.00, a US\$200.00, a US\$300.00 e para que a economia inclusive pague com tranquilidade o seu assalariado.

Repito sempre uma frase que é o símbolo do próprio capitalismo, de autoria de Henry Ford. Ele dizia que o empresário, o Estado inteligente é aquele que paga bem os seus trabalhadores, porque o povo é um consumidor em potencial. Se o povo tem um salário decente, ele reativa o mercado interno, o que gera mais venda, mais lucro e, conseqüentemente, aumenta a produção. Todos vão produzir mais, trabalhar mais, vender mais e comprar mais. Isso é matemática, é a história da economia, de forma muito simplificada. Se o povo tem poder de compra, alguém vai produzir e, para produzir, vai gerar emprego. E nós lutamos muito aqui por novas fontes de emprego.

Esse debate vai vir para o plenário do Senado, pretendemos contribuir para a discussão. Essa ban-

deira do salário mínimo, que, como alguns dizem, está cravada na testa do Senador Paulo Paim, eu diria que está cravada na mente, na alma, no coração de todo o povo brasileiro. O povo brasileiro trabalha com o objetivo de que, efetivamente, o salário mínimo seja recuperado e chegue a um patamar decente, que atenda os interesses do trabalhador e de sua família.

Mas, Sr. Presidente, eu quero também falar, no dia de hoje, sobre uma importante decisão que trata do primeiro quilombo urbano da história do Brasil. Vou discorrer aqui sobre isso, e peço um pouquinho de tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Superintendente Regional do Incra, no Rio Grande do Sul, fez publicar, no **Diário Oficial da União** do dia 21 de junho, a Portaria nº 19, que aprova as conclusões do Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional e Cartorial do Quilombo dos Silva, em Porto Alegre.

O relatório traz um estudo detalhado, tranqüilo sobre a situação social, histórica e antropológica. Um importante levantamento da cultura e da história dos descendentes de escravos que vivem na região de Três Figueiras, em Porto Alegre, capital do meu Estado.

Fazem parte, também, do relatório dados socioeconômicos, o memorial descritivo, a planta da área ocupada, que era uma área nobre em Porto Alegre, cercada por mansões. Estão ali onze famílias, dos chamados descendentes dos quilombolas. Também nesse relatório está a cadeia dominial completa da área pleiteada pelos quilombolas, e naturalmente com respaldo no aspecto da justiça.

O parecer conclusivo afirma o seguinte: “Trata-se de terra pertencente às famílias remanescentes de quilombos.” Diz mais: “Precisamos lutar por um Brasil que entenda suas diferenças e pretenda buscar soluções dignas para o combate às discriminações.”

A publicação oficial de tal relatório faz parte de um rito a ser cumprido para que seja reconhecida, de forma definitiva, a propriedade dos quilombolas na capital do Rio Grande do Sul. Após conclusivas e diversas etapas processuais, pode ser remetida, enfim, a titulação da terra aos verdadeiros e legítimos donos.

É importante salientar esse marcante passo dado pelo Governo Federal para o reconhecimento da área destinada ao primeiro quilombo urbano do Brasil.

Queremos prestar nosso reconhecimento ao trabalho do Presidente Lula nessa área, em especial ao Ministro Miguel Rossetto, pela forma como tem caminhado o debate pelo reconhecimento de cerca de 2.228 quilombos no território nacional.

A edição do Decreto nº 4.887/2003, que veio regulamentar o processo de titulação dos quilombolas, é um marco importantíssimo para todos os descendentes de escravos que vivem em nosso País.

Sr. Presidente, aproveitamos a oportunidade para fazer um pedido especial ao PFL, para que reveja a decisão que levou à implantação da ação direta de in-

constitucionalidade ajuizada no Supremo Tribunal Federal contra esse decreto. É o apelo que nós fazemos, entendendo que eles serão sensíveis a esse pedido.

O referido decreto tem como objetivo regular o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes dos quilombos.

Precisamos, também, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, agradecer a participação de todos que estiveram conosco na audiência pública do Senado em Porto Alegre. Especialmente quero aqui registrar os meus agradecimentos e de todo o povo do Rio Grande ao Senador Mão Santa. S. Ex<sup>a</sup> foi comigo, representando o Senado da República, a uma audiência pública em Porto Alegre, com todos aqueles que estão nessa luta permanente. Destaco aqui o Senador Mão Santa, o Deputado Edson Portilho, o Deputado Marcon, a Comissão de Direitos Humanos, o Ministério Público, a Prefeitura de Porto Alegre, o Governo do Estado, o Governo Federal, a Sepir, a Fundação Palmares, o Ministério da Reforma Agrária, o assessor do Ministro Miguel Rossetto, o Dr. Mozar Dietrich, e também o próprio Ministro, que fez contato direto conosco quando estávamos naquela atividade.

Sr. Presidente, se me permite, é muito importante registrar nos Anais da Casa a decisão do Juiz Federal Cândido Alfredo da Silva Leal Júnior, porque emocionou a todos o seu parecer. Diz o juiz federal, reconhecendo a terra dos quilombos: "... que se abstenham de reivindicar, turbar ou esbulhar a posse que a parte autora reconheceu em favor de Associação Comunitária do Quilombo da Família Silva sobre o imóvel discutido na ação".

Fixou inclusive uma multa de R\$10 mil por dia para aqueles que descumprirem e tentarem invadir ou tomar, de forma ilegal, a terra do Quilombo da Família Silva. Ele diz mais: "É óbvio que a regularização da situação não ocorre de forma instantânea, existindo procedimentos burocráticos, administrativos e legais que devem ser adotados...". Mas, com certeza, a favor dos quilombolas. Diz ele "que os procedimentos burocráticos não podem impedir que os integrantes do quilombo continuem usando e gozando do direito que é seu." Diz mais: "Seria absurdo esse juízo, diante de tão flagrantes provas e evidências, de que os quilombolas fossem desapossados e retirados da área, para que então fossem feitos os procedimentos administrativos do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT/88..."

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Sr. Presidente, eu sei que não há tempo para que eu possa discorrer sobre essa decisão. Mas o juiz diz que essa família está na terra há mais de sessenta anos. Ao redor dessa extensão de quase 5 mil m<sup>2</sup>, existem dezenas de mansões, mas é um direito adquirido.

Peço a V. Ex<sup>a</sup> que aceite, na íntegra, o despacho do juiz. Quem o ler, há de se emocionar.

Seria uma violência contra aqueles seres humanos que estão naquela extensão de terra cultivando as suas regiões, trabalhando a terra, produzindo. Os filhos vivem de forma humilde, mas trabalham, estudam. Seria uma violência da elite brasileira, desmedida, descabida, que ele próprio não aceita. Por isso, ele profere esse belíssimo parecer, que peço que V. Ex<sup>a</sup> registre nos Anais da Casa, porque é um documento histórico. Dizem os que estavam na audiência, que o Exm<sup>o</sup> Sr. Dr. Cândido Alfredo Silva Leal Júnior, Juiz Federal da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, emocionou-se quando leu seu parecer a favor dos quilombolas. Isso faz com que acreditemos cada vez mais na Justiça e com que os descendentes dos quilombolas – quase três mil no Brasil – possam ver, a partir de decisões como essa, os seus direitos reconhecidos.

Informo que o Ministro Miguel Rossetto estará, neste fim de semana, domingo à tarde, lá na área, dando apoio aos familiares. E realizaremos uma reunião, na terça-feira, às 14 horas, no Ministério da Reforma Agrária...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Concluírei, Sr. Presidente.

Uma reunião com a Família Silva, o Ministério da Justiça, o Ministério da Cultura, a Seppir (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), da Ministra Matilde Ribeiro. Enfim, estarão presentes todos os Ministérios envolvidos nessa grande jornada.

É importante dizer que esse reconhecimento agora feito oficialmente pela Justiça, Sr. Presidente, teve o apoio de todos os Partidos. Todos trabalharam juntos. A Prefeitura de Porto Alegre não é do PT – perdemos –, mas estava lá conosco; o Governo do Estado não é do PT – perdemos –, mas estava lá conosco; o Governo Federal, aí sim, é a marca do PT, estava lá conosco. Enfim, estavam lá Vereadores e Membros da Comissão de Direitos Humanos. Eu e o Senador Mão Santa fomos recebidos pelo Presidente da Assembléia Legislativa, que também não é do PT, mas nos deu todo o apoio. Isso demonstra que, quando a luta é justa, quando o movimento é correto, adequado, respeitoso, sem nenhuma violência, é vitorioso.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PAULO PAIM** (Bloco/PT – RS) – Por isso, posso hoje assegurar que a Comunidade Urbana Quilombola Família Silva é vitoriosa, pela unidade de homens de bem que querem efetivamente que a verdade e o direito dos quilombolas sejam reconhecidos.

Concluo, Sr. Presidente, dizendo da minha alegria em saber que, na semana que vem, votaremos aqui a PEC paralela, mediante o acordo firmado ontem

entre os Líderes e o Senador Rodolpho Tourinho, que está com o seu parecer pronto. Falo diariamente da PEC paralela, mas essa proposta não é uma vitória de um ou de outro Senador; é uma vitória do Senado, do acordo entre Executivo e Legislativo, da Câmara dos Deputados e principalmente das entidades de servidores públicos que estão aqui, passo a passo, acompanhando o desenrolar desse processo, que fe-

chará com chave de ouro, eu diria, com a aprovação definitiva na semana que vem.

Era o que eu tinha a dizer.

Obrigado pela tolerância, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O  
SR. SENADOR PAULO PAIM EM SEU PRO-  
NUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

PODER JUDICIÁRIO  
**JUSTIÇA FEDERAL**

**PLANTÃO**

**VARA FEDERAL AMBIENTAL, AGRÁRIA E RESIDUAL**

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600 8º andar - Porto Alegre/RS - CEP 90.010-395

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**

PROCESSO 2005.71.00.020104-4  
AUTOR: FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES e outros  
RÉU: JOSE ANTONIO MAZZA LEITE e outros  
INTIMANDO: INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA  
AGRÁRIA - INCRA  
ENDEREÇO: LOUREIRO DA SILVA, 515 PRAIA DE BELAS  
90010420 PORTO ALEGRE RS

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR, Candido Alfredo Silva Leal Júnior Juiz Federal da VARA FEDERAL AMBIENTAL, AGRÁRIA E RESIDUAL da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.**

**MANDA** ao Oficial de Justiça Avaliador, a quem for o presente distribuído, que, em seu cumprimento, proceda à **INTIMAÇÃO** do **INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA**, na pessoa do seu representante legal, do conteúdo da decisão de fls. 659-675, que segue em anexo por cópia.

**CUMpra-se**, na forma e sob as penas da lei, cientificando-o de que este Juízo funciona no Fórum da Justiça Federal, localizado no endereço em epígrafe, **com expediente externo das 13 às 18 horas.**

**DADO E PASSADO**, nesta cidade de Porto Alegre, em 20 de junho de 2005. Eu, Geziana Locatelli, Técnica Judiciária, expedi o presente mandado judicial, que segue subscrito pelo(a) DIRETORA DE SECRETARIA, abaixo firmada por ordem do MM. Juiz Federal.

  
**ANA CLAUDIA CARIOLI**  
DIRETORA DE SECRETARIA EM EXERCÍCIO

**PODER JUDICIÁRIO**  
**JUSTIÇA FEDERAL**

**PROCESSO 05201044 - DESPACHO**

1. **RELATÓRIO.** Trata-se de ação de manutenção de posse ajuizada por FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES e INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA contra JOSÉ ANTÔNIO MAZZA LEITE, EMÍLIO ROTHFUCHS NETO e MARÍLIA COELHO DE SOUZA ROTHFUCHS, na defesa da Comunidade Urbana Quilombola Família Silva, localizada no Bairro Três Figueiras, em Porto Alegre (RS). A parte autora pediu deferimento da liminar de manutenção de posse do art. 928 do CPC (item B de fls. 21). A petição inicial foi apresentada em plantão, tendo o Juiz-Plantonista determinado a distribuição para essa Vara Ambiental (fls. 02). A parte autora juntou documentos (fls. 252-257). Determinou-se a intimação da parte autora para emendar a petição inicial e juntar documentos que o Juízo tinha por relevantes para recebimento da inicial e exame da liminar (fls. 258). Feita a intimação da parte autora (fls. 263-264), o autor INCRA veio aos autos com a petição de fls. 266-271 e os documentos de fls. 272-657. Vieram conclusos. É o relatório. Decido.
  
2. **FUNDAMENTAÇÃO.** Sobre a situação fática pretérita e atual (fatos novos depois do trânsito em julgado), a documentação juntada pela parte autora dá conta da situação fática que existe quanto ao imóvel discutido na ação. Temos uma ação reivindicatória (processo estadual nº 01198180786) ajuizada pelos réus da presente manutenção de posse (proprietários do imóvel) contra diversas pessoas físicas integrantes da Comunidade Quilombola Família Silva (fls. 272-278). Essa ação reivindicatória tramitou na Justiça Estadual e foi julgada procedente em 10/08/99 em razão da revelia dos demandados (fls. 281-283). A sentença estadual transitou em julgado em 14/09/99 (fls. 283) e estava



sendo executada pelos réus-proprietários, buscando a retomada do imóvel e a retirada dos respectivos ocupantes. Encontra-se atualmente suspensa por força de decisão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, em agravo de instrumento (fls. 254-256). Nesta ação reivindicatória, parece que não foi discutida a natureza do imóvel nem houve qualquer intervenção ou participação dos autores dessa ação possessória (não são partes), o que parece só ter ocorrido posteriormente ao trânsito em julgado. Ainda não está esclarecido nos autos o motivo pelo qual os proprietários não conseguiram executar a sentença da reivindicatória nem tiveram ainda a posse do imóvel. Mas é certo que, mesmo depois do trânsito em julgado, ainda não tiveram a posse do imóvel, que se encontra ainda em poder dos demandados daquela ação. Mas, depois do trânsito em julgado da sentença da Justiça Estadual (em 14/09/99) e antes que os proprietários tivessem posse do imóvel, ocorreram fatos novos, que não parece ainda terem sido considerados pelo Juízo Estadual, até porque afetos à competência da Justiça Federal. Tais fatos supervenientes e relevantes são os seguintes: **(a)** em **30/04/04** a Fundação Cultural Palmares passou certidão de auto-reconhecimento em favor da Comunidade da Família Silva, reconhecendo que a mesma é e ocupa área remanescente de comunidades de quilombos (fls. 23); **(b)** em **03/06/05** o INCRA reconheceu a posse da Associação Comunitária Kilombo da Família Silva sobre o imóvel localizado no bairro Três Figueiras, em Porto Alegre (fls. 24), discutido nessa ação, sendo esse reconhecimento de posse publicado no Diário Oficial da União de 14/06/05 (fls. 645); **(c)** em **17/06/05** o INCRA expediu a Portaria 19/05 (fls. 656-657), em que aprova as conclusões do *Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional e Cartorial, elaborada pela Comissão nomeada, para*

*afinal reconhecer e delimitar as terras dos remanescentes da comunidade de quilombo – Associação Comunitária Kilombo da Família Silva”, determina a publicação no Diário Oficial e notifica os presumíveis detentores de título de domínio, ocupantes, confiantes e demais interessados na área objeto do reconhecimento, para os fins que especifica (fls. 656-567). A documentação juntada pela parte autora torna perfeitamente plausível e verossímil a afirmação de que providenciará, “cumpridos todos os trâmites burocráticos, emitir o Título Definitivo de Propriedade para a Associação Comunitária Kilombo da Família Silva, no bojo do Programa Brasil Quilombola” (fls. 270), o que deveria acontecer em breve, apenas se aguardando o cumprimento de “todos os trâmites burocráticos”, tudo para os fins do art. 68 do ADCT/88. Daí a conclusão desse Juízo de que é essa a situação fática atual, com fatos novos e supervenientes à sentença estadual transitada em julgado em 1999, e de que esses fatos estão suficientemente provados nos autos pelos documentos que foram trazidos.*

3. Sobre o recebimento da petição inicial de ação possessória, diante desse quadro fático e considerando a existência anterior de ação reivindicatória transitada em julgado na Justiça Estadual, cabe a esse Juízo Federal examinar se essa ação de manutenção de posse se mostra viável para os fins e na forma proposta. Ora, não há dúvida que os autores detêm legitimação ativa para ingressarem com essa medida judicial, uma vez que não foram partes na ação reivindicatória que tramitou na Justiça Estadual, uma vez que existem fatos novos ocorridos depois do trânsito em julgado daquela ação reivindicatória e uma vez que a própria Constituição Federal ordena ao Poder Público que proteja e defenda o patrimônio cultural brasileiro “por meio de inventários,

registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação" (art. 215-§ 1º da CF/88, grifou-se), expressamente prevendo que "ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos" (art. 215-§ 5º da CF/88) e que "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos" (art. 68 do ADCT/88). O "Poder Público" de que trata o art. 215 da CF/88 aqui é representado pelos autores Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA, que ocupam o pólo ativo dessa ação e que não foram partes na ação reivindicatória que tramitou e transitou em julgado na Justiça Estadual. Estando ameaçada a posse exercida há muitos anos pelos integrantes daquela Comunidade Quilombola (em razão da pretensão reivindicatória dos réus dessa ação), existindo reconhecimento da natureza pública daquela área como remanescente de quilombo (fatos novos antes referidos) e não tendo isso sido discutido na ação reivindicatória que tramitou na Justiça Estadual sem a participação do INCRA ou da Fundação Cultural Palmares (porque os fatos são novos e supervenientes, não existindo ainda na forma atual na época em que transitou em julgado a sentença estadual), é certo que a presente medida judicial se mostra apropriada e viável para a finalidade de defender a posse exercida pela Associação Comunitária Kilombo Família Silva, ao menos até a emissão definitiva do título de que trata o art. 68 do ADCT/88. Descaberia aqui cogitar se os autores deveriam ajuizar ação cautelar preparatória de ação expropriatória ou embargos de terceiro contra o ato de imissão na posse ordenado pelo Juiz de Direito, porque a ação de manutenção de posse pode perfeitamente desempenhar a função postulada nessa ação:

defesa de posse velha em razão de fatos novos e supervenientes, ordenando aos réus dessa ação – **se for o caso** – que se abstenham de tomar medidas contra os integrantes da Comunidade Quilombola ou de obstar o exercício da respectiva posse, enquanto vigente a determinação judicial. Daí a conclusão desse Juízo de que se mostra cabível e admissível a presente ação de manutenção de posse, na forma em que recebida nesse despacho.

4. Sobre o alcance dessa ação possessória e das decisões desse Juízo Federal, considerando que existe anterior sentença da Justiça Estadual (fls. 281-283), transitada em julgado em 14/09/99 (fls. 283) e ainda não executada, é conveniente examinar se disso não decorre coisa julgada que vinculasse esse Juízo e as partes dessa ação de manutenção de posse, ou então examinar se essa sentença não tomou a posse dos integrantes da Comunidade Quilombola ilegítima e ilícita, o que justificaria a rejeição da presente demanda possessória. Por entender necessário o exame do alcance do que havia sido decidido anteriormente na ação que tramitou na Justiça Estadual, esse Juízo Federal determinou que os autores emendassem a petição inicial e trouxessem comprovação dos atos processuais e judiciais praticados na Justiça Estadual (fls. 258), o que foi atendido pela parte autora. Vindo aos autos esses elementos documentais, esse Juízo conheceu e pode examinar os limites da sentença transitada em julgado na Justiça Estadual, concluindo agora que pode conhecer, processar e julgar a ação de manutenção de posse ora proposta sem que isso viole a decisão estadual nem alcance questões que tenham sido objeto de coisa julgada naquela ação reivindicatória.
5. É certo que a sentença estadual, tendo transitado em julgado, é lei entre as partes, produz coisa julgada e somente poderá ser



rescindida mediante a competente ação de rescisão. Mas isso não obsta a que esse Juízo Federal conheça e eventualmente defira a tutela possessória postulada na ação de manutenção ora proposta pela Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA, pelos motivos a seguir declinados:

6. Primeiro, porque não há identidade entre causas de pedir e pedidos nas duas demandas. Na ação reivindicatória, partes privadas discutiam propriedade. Os autores daquela ação reivindicatória (réus nessa ação possessória) pediam o reconhecimento da propriedade sobre o imóvel e a conseqüente imissão de posse. Isso foi reconhecido por sentença que transitou em julgado em 1999. Mas a presente ação possessória não discute propriedade. *Limita-se a discutir a permanência dos integrantes da comunidade remanescente de quilombo naquela área, enquanto se ultimam os procedimentos de titulação definitiva do art. 68 do ADCT/88 (fatos novos e supervenientes ao trânsito em julgado da ação reivindicatória).* Os pedidos são distintos, os fundamentos são distintos, as lides são distintas. Uma não interfere na outra, uma não obsta a outra.
7. Segundo, porque a *Fundação Cultural Palmares e o INCRA não foram partes na ação reivindicatória que transitou em julgado na Justiça Estadual em 1999. Mesmo que se alegasse que o direito reconhecido pela Constituição Federal (art. 215 da CF/88 e art. 68 do ADCT/88) é anterior ao trânsito em julgado da sentença da ação reivindicatória, ainda assim aquela sentença da Justiça Estadual somente vincularia e produziria efeitos em relação ao INCRA e à Fundação Cultural Palmares se eles tivessem participado da respectiva relação processual, o que não ocorreu. Se não foram partes da ação reivindicatória, não ficam vinculados ao que lá foi decidido, nem estão impedidos de reconhecer a*

posse da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre a área discutida ou então até mesmo desapropriá-la. O art. 472 do CPC não deixa dúvidas: *“a sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não beneficiando nem prejudicando terceiros. Nas causas relativas ao estado de pessoa, se houverem sido citados no processo, em litisconsórcio necessário, todos os interessados, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros”* (grifou-se). Ora, o INCRA e a Fundação Cultural Palmares não foram citados para a ação reivindicatória, não foram partes na ação reivindicatória, não são alcançados pela coisa julgada que de lá deriva. Então, não estão impedidos de ajuizar a presente ação de manutenção de posse na defesa do patrimônio cultural brasileiro, como lhes impõe o art. 215 da CF/88. Apenas para ilustrar como ambos ficam excluídos da coisa julgada decorrente da sentença da ação reivindicatória, pode-se recorrer à analogia com a sentença proferida pela Justiça do Trabalho em relação ao INSS: um empregado ajuíza uma reclamatória trabalhista contra o empregador, para reconhecer determinado vínculo de emprego. O empregador deixa de contestar a ação e, revel, é condenado, declarando o Juiz do Trabalho que existiu durante aquele período a relação de emprego e o vínculo trabalhista. Pois bem, isso não é imediatamente oponível ao INSS para fins previdenciários. O INSS, que não foi parte naquela demanda trabalhista, não está obrigado a computar aquele tempo de serviço reconhecido pelo Juiz do Trabalho pela singela razão de que não foi parte naquela relação processual. A coisa julgada ali produzida não lhe alcança porque não foi parte no processo. O mesmo acontece em relação aos autores dessa ação quanto à sentença da ação reivindicatória que tramitou na Justiça Estadual: a sentença, mesmo que transitada em julgado, não é oponível contra INCRA e Fundação

Cultural Palmares, que não foram partes nem participaram daquela relação processual.

8. Terceiro, porque posse e propriedade não são relações estáticas no tempo, que se consumam num único momento, que sejam exauridas ou cristalizadas no exato instante em que reconhecidas. São relações continuativas, que dependem do tempo, que produzem efeitos no tempo, dia após dia, instante após instante. São influenciadas pela passagem do tempo e pelo que acontece no mundo fático e no mundo jurídico, tanto que o Código Civil prevê situações em que a propriedade e a posse são adquiridas (arts. 1204-1209 e 1238-1274 do CC) ou perdidas (arts. 1223-1224 e 1275-1276 do CC), evidenciando que são relações dinâmicas, que se sucedem e produzem efeitos no tempo. Basta imaginar, por exemplo, que o fato de alguém ter sido vitorioso numa ação de reivindicação contra outrem não lhe garante propriedade absoluta, eterna ou permanente sobre a coisa, que pode vir a ser desapropriada pelo Poder Público nas hipóteses legais, havendo então um fato novo e superveniente que provoca a perda da propriedade (art. 1275-V do CC). A própria tutela possessória prevista na legislação processual é garantida mediante tutelas fungíveis entre si (art. 920 do CPC), evidenciando que o direito reconhece e trata a posse como algo essencialmente dinâmico e mutável, que não fica cristalizado no tempo nem se exaure num único instante. Então, o fato de uma sentença estadual ter reconhecido em 1999 o direito dos então autores-proprietários se imitirem na posse do imóvel de sua propriedade não impede que posteriormente, ainda não cumprida aquela determinação judicial, esses mesmos autores-proprietários sejam impedidos de terem a posse do mesmo imóvel por força de fatos supervenientes e novos, que naquela época ainda não

estavam concretizados de forma inequívoca, como acontece no caso dos autos. Como já foi dito anteriormente, a sentença estadual da ação reivindicatória transitou em julgado em **14/09/99** (fls. 283). Mas, como ainda não foi executada, ainda não houve a perda da posse pelos ocupantes do imóvel discutido, tendo havido fatos novos e supervenientes em **30/04/04** (conforme fls. 23, quando a Fundação Cultural Palmares passou certidão de auto-reconhecimento em favor da Comunidade da Família Silva, reconhecendo que a mesma é e ocupa área remanescente de quilombo), em **03/06/05** (conforme fls. 24, quando o INCRA reconheceu a posse da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre o imóvel discutido nessa ação), em **14/06/05** (conforme fls. 645, quando esse reconhecimento pelo INCRA foi publicado no Diário Oficial da União e tomado público), e em **17/06/05** (conforme fls. 656-657, quando o INCRA expediu a Portaria 19/05, aprovando as conclusões do "*Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional e Cartorial, elaborada pela Comissão nomeada, para afinal reconhecer e delimitar as terras dos remanescentes da comunidade de quilombo – Associação Comunitária Kilombo da Família Silva*"). Tudo isso ocorreu muito depois do trânsito em julgado da sentença da ação reivindicatória, versando sobre questões que não foram ventiladas nem tinham porque serem ventiladas na ação reivindicatória, que envolvia apenas partes privadas e uma pretensão de natureza civil sobre a área. Mas esses fatos supervenientes alteraram as relações dos réus em relação à área discutida, assegurando o reconhecimento estatal de que o imóvel discutido se enquadra naquilo que prevêm os arts. 215 da CF/88 e 68 do ADCT/88, com as conseqüências jurídicas daí decorrentes, que se encontram na iminência de serem praticadas pelo INCRA nos próximos dias. Portanto, como



fatos novos e supervenientes, eles provocam alteração direta na situação fática e indireta na situação jurídica relativamente à posse da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre a área discutida nessa ação possessória e naquela ação reivindicatória da Justiça Estadual.

9. Quarto, porque o art. 471-I do CPC estabelece que *“nenhum juiz decidirá novamente as questões já decididas, relativamente à mesma lide, salvo (...) se, tratando-se de relação jurídica continuativa, sobrevier modificação no estado de fato ou de direito; caso em que poderá a parte pedir a revisão do que foi estatuído na sentença (...)”*. Ora, não é propriamente disso que se trata nos autos, porque não cabe aqui decidir questões já decididas (nada foi decidido a respeito do art. 68 do ADCT/88 ou do art. 215 da CF/88 na sentença da ação reivindicatória), não se trata de revisão da mesma lide (a lide é diversa) e não são as mesmas as partes (o INCRA e a Fundação Cultural Palmares não foram partes na ação reivindicatória). Mesmo assim, é possível a utilização do princípio processual posto no art. 471-I do CPC para permitir que as questões novas e supervenientes ocorridas em relação ao imóvel discutido nessa ação fossem conhecidas e apreciadas pelo Juízo competente, que no caso é o Juízo Federal (art. 109-I da CF/88), sem que isso significasse violação à coisa julgada decorrente da ação reivindicatória. Como dito, posse e propriedade são relações continuativas, que perduram no tempo, que não se esgotam num instante. Mesmo que passada em julgado sentença de mérito em ação reivindicatória, as novas e supervenientes questões surgidas quanto às relações de posse e propriedade poderão ser apreciadas em nova sentença, o que é o caso dos autos.

10. Em conclusão, nessa ação possessória ajuizada pelo INCRA e pela Fundação Cultural Palmares não se discute a propriedade que os réus (autores da ação reivindicatória) tinham anteriormente sobre o imóvel, nem se discute a rescisão da sentença proferida pela Justiça Estadual na ação reivindicatória. Não é disso que trata a presente ação possessória. Nada se desconstitui nessa possessória, nada se ordena ao Juiz de Direito. Sua competência jurisdicional não é invadida por esse Juízo, que se limita a examinar a proteção possessória pedida pela parte autora para a situação atual e contemporânea. A atuação jurisdicional desse Juiz Federal da Vara Ambiental de Porto Alegre se volta tão-somente contra os réus da presente ação (mesmo que sejam eles os mesmos que foram autores-proprietários da ação reivindicatória). É contra eles que a parte autora se volta, é contra eles que eventualmente se volta decisão desse Juízo Federal. Apenas será determinado, se for o caso, que os mesmos se abstenham de turbar ou esbulhar a posse que a parte autora reconheceu em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre o imóvel discutido nessa ação, ordenando aos réus dessa ação possessória que se abstenham de adotar quaisquer providências, judiciais ou extrajudiciais, que possam provocar, limitar ou afetar a posse sobre a área reconhecida pela parte autora em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva, tudo até ulterior julgamento da presente ação de manutenção de posse ou à ultimação da titulação definitiva de que trata o art. 68 do ADCT/88. Daí a conclusão desse Juízo Federal que esses são os limites e o alcance da presente ação possessória, que não invade competência do Juiz de Direito da ação reivindicatória anteriormente transitada em julgado.

11. Sobre a liminar possessória, a parte autora comprova documentalmente nos autos, de forma inequívoca, a posse legítima e constitucionalmente reconhecida da Associação Comunitária Kilombo Família Silva. Entende esse Juízo que essa posse está comprovada principalmente a partir dos seguintes documentos que constam dos autos: (a) o minucioso, detalhado e bem-lançado laudo antropológico e histórico de reconhecimento da comunidade remanescente de quilombo Família Silva, denominado "*Família Silva: Resistência Negra no bairro Três Figueiras*", elaborado por Ana Paula Comin de Carvalho e Rodrigo de Azevedo Weimer, de fls. 40-235 dos autos, dando conta de como se formou aquela comunidade remanescente de quilombo, bem como a forma pela qual ela se enquadra na previsão constitucional do art. 68 do ADCT/88, ao que agora me reporto; (b) a certidão de auto-reconhecimento em favor da Comunidade da Família Silva, passada pela Fundação Cultural Palmares, em 30/04/04, de fls. 23, onde foi oficialmente reconhecido pelo Poder Público que a área ocupada é remanescente de quilombo e assim goza da proteção constitucional; (c) o termo de reconhecimento de posse feito pelo INCRA em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva, em 13/06/05, concluindo aquele reconhecimento, conforme fls. 24 (publicado no DOU de 14/06/05, conforme fls. 645); (d) a Portaria 19/05, do INCRA, de 17/06/05, conforme fls. 656-657, quando o INCRA aprovou as conclusões do "*Relatório Técnico de Identificação, Delimitação e Levantamento Ocupacional e Cartorial, elaborada pela Comissão nomeada, para afinal reconhecer e delimitar as terras dos remanescentes da comunidade de quilombo – Associação Comunitária Kilombo da Família Silva*" e determinou as providências necessárias à ultimateção dos procedimentos de titulação definitiva da área, na forma do art. 68 do ADCT/88.

Esses são documentos idôneos que constam dos autos, aptos ao reconhecimento pelo Poder Público de que a Associação Comunitária Kilombo Família Silva preenche os requisitos constitucionais do art. 68 do ADCT/88 e, portanto, tem direito àquela proteção constitucionalmente prevista.

12. É óbvio que a regularização da situação não ocorre de forma instantânea, existindo procedimentos burocráticos e administrativos que devem ser adotados, inclusive para prevenir e resguardar eventuais direitos de terceiros, como talvez seja o caso dos réus da presente ação, que talvez tenham direito a alguma espécie de compensação pela titulação definitiva do art. 68 do ADCT/88, se for o caso e como se decidirá na instância administrativa e judicial apropriada. Mas isso não pode impedir que os integrantes da Associação Comunitária Kilombo Família Silva continuem usando e gozando da posse sobre a área discutida, como parece vem sendo feito pelos seus antepassados há mais de 60 anos, nos termos do laudo antropológico e histórico antes referido. Seria absurdo permitir esse Juízo, diante de tão-claras provas e evidências, que os integrantes da Comunidade Quilombola fossem desapossados e retirados da área, para que então fossem feitos os procedimentos administrativos do art. 68 do ADCT/88 e então eles pudessem retomar apenas quando tivessem um título definitivo. Se durante mais de 60 anos os remanescentes da comunidade permaneceram e lutaram pela posse da área, ali exercendo suas atividades, dali extraindo sua subsistência, ali existindo, vivendo, morando, trabalhando, sofrendo, lutando, resistindo sempre à margem da ordem vigente e muitas vezes contra a própria ordem vigente, seria verdadeira heresia jurídica que esse Juízo, a título de cumprimento do art. 68 do ADCT/88, permitisse que os



mesmos fossem dali retirados para que então fosse reconhecido o título definitivo à posse. A cidade que cresceu à volta da comunidade quilombola durante 60 anos não pode agora esmagá-los. Se durante 60 anos não conseguiu esmagá-los, não pode agora fazê-lo às vésperas do reconhecimento do seu título definitivo do art. 68 do ADCT/88. A Constituição Federal atribui dever de proteção e preservação do patrimônio cultural ao Poder Público (art. 216-§ 1º da CF/88), incluindo-se no termo "Poder Público" não apenas o INCRA e a Fundação Cultural Palmares, mas também o próprio Poder Judiciário, a quem cabe a prestação de jurisdição de forma a fazer valer a legalidade e também de tornar eficiente e adequada a proteção aos bens e aos interesses discutidos em juízo, inclusive o patrimônio cultural brasileiro.

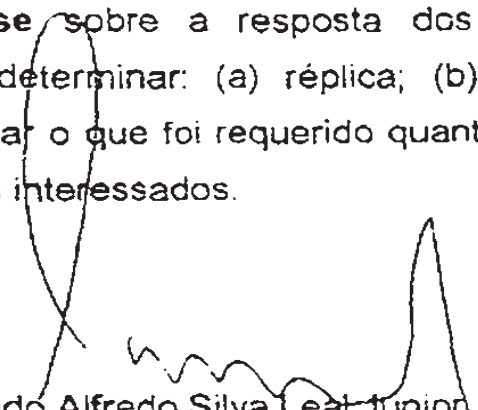
13. Dessa forma, ocupando a área há mais de 60 anos e estando isso agora devidamente reconhecido pelo Poder Público e em vias de titulação definitiva, a Comunidade Quilombola parece ter inequívoco direito ao que postula, sendo cabível o deferimento da proteção possessória agora postulada, como forma de: **(a)** garantir o exercício do seu direito constitucional do art. 68 do ADCT/88; **(b)** acautelar, proteger e preservar o patrimônio cultural brasileiro (art. 216-§ 1º da CF/88); **(c)** assegurar um resultado útil e eficiente (art. 37-caput da CF/88) aos procedimentos administrativos adotados no âmbito da Fundação Cultural Palmares e do INCRA para titulação definitiva da área (art. 68 do ADCT/88); **(d)** assegurar proteção àqueles que há tanto tempo resistem e lutam pela própria sobrevivência, mesmo que às margens da ordem vigente e ao custo da própria sobrevivência, sem nunca terem perdido sua dignidade ou deixado de lutarem por ela.

14. **DECISÃO.** Por isso, defiro a liminar requerida (item B de fls. 21 e art. 928 do CPC) para: (a) reconhecer e assegurar provisoriamente a posse da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre a área discutida na presente ação, nos termos em que reconhecido pela Fundação Cultural Palmares e pelo INCRA; (b) determinar aos réus JOSÉ ANTÔNIO MAZZA LEITE, EMÍLIO ROTHFUCHS NETO e MARÍLIA COELHO DE SOUZA ROTHFUCHS que se abstenham de reivindicar, turbar ou esbulhar a posse que a parte autora reconheceu em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva sobre o imóvel discutido nessa ação; (c) ordenar a esses réus JOSÉ ANTÔNIO MAZZA LEITE, EMÍLIO ROTHFUCHS NETO e MARÍLIA COELHO DE SOUZA ROTHFUCHS que se abstenham de adotar quaisquer providências, judiciais ou extrajudiciais (inclusive aquelas já em curso, que deverão imediatamente sustar), que possam provocar, limitar ou afetar aquela posse sobre a área reconhecida pela parte autora em favor da Associação Comunitária Kilombo Família Silva, tudo até ulterior julgamento da presente ação de manutenção de posse ou à ultimação da titulação definitiva de que trata o art. 68 do ADCT/88; (d) fixar multa diária de R\$ 10.000,00, por dia, para cada réu que descumprir os termos da presente decisão ou deixar de adotar as providências necessárias para efetivação da presente ordem judicial, com fundamento nos arts. 273 e 461 do CPC, e sem prejuízo das sanções cabíveis pelo descumprimento, tudo nos termos da fundamentação.
15. **Expeça-se mandado de intimação e citação dos réus** (JOSÉ ANTÔNIO MAZZA LEITE, EMÍLIO ROTHFUCHS NETO e MARÍLIA COELHO DE SOUZA ROTHFUCHS) ~~para~~ que fiquem cientes e dêem imediato cumprimento à presente liminar, bem

como para que respondam ou contestem no prazo legal, sob pena de revelia.

16. **Expeça-se mandado de intimação** para o autor INCRA, para que fique ciente da presente decisão.
17. **Comunique-se por meio cêlere** (item 3 de fls. 258) o autor FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, para que fique ciente da presente decisão.
18. **Expeça-se mandado de intimação** (com cópia da petição inicial e do presente despacho) para que a Associação Comunitária Kilombo Família Silva (fls. 29 e 32-39), na condição de terceiro interessado, fique ciente do ajuizamento da ação e do despacho.
19. **Oficie-se ao Juiz de Direito** do processo 01198180786 (fls. 272-273), remetendo cópia da petição inicial e da presente decisão, tão-somente para lhe dar ciência do ajuizamento da ação para as providências que e se entender cabíveis.
20. Após, feitas as comunicações e decorrido o prazo de resposta dos réus, **remetam-se ao MPF** para manifestar-se sobre seu interesse em intervir no feito, em cinco dias.
21. Após, **certifique-se** sobre a resposta dos réus e **venham conclusos** para determinar: (a) réplica; (b) especificação de provas; (c) examinar o que foi requerido quanto à intervenção do MPF e de terceiros interessados.

Em 20/6/2005.

  
Cândido Alfredo Silva Leal Junior  
Juiz Federal da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual.

**O SR. PRESIDENTE** (Augusto Botelho. PDT – RR) – O nobre Senador será atendido, conforme o Regimento.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o Senador Paulo Paim referiu-se aos movimentos sociais que estão fazendo o seu trabalho em Brasília, como as esposas de militares e os funcionários públicos. Informo que, nos dias 28, 29 e 30 de junho, haverá a hora do agricultor. Virão a Brasília agricultores do Rio Grande do Sul; do Acre, Estado do Senador Sibá Machado; de Roraima, Estado do Senador Augusto Botelho; e virão também do Nordeste. O Nordeste que não se enquadrava nesses movimentos não resiste mais. Do Centro-Oeste, devem chegar a Brasília, no dia 28, em torno de 1,5 mil máquinas, tratores, colheitadeiras, equipamentos agrícolas, e a soma dos produtores deve girar em torno de 25 mil. Será que esses produtores vêm passear em Brasília? Não. Está na hora de preparar o solo.

Sr. Presidente, Sr<sup>s</sup> e Srs. Senadores, a Nação está assistindo à paralisia quase total da agricultura brasileira porque a safra deste ano caiu 18 milhões de toneladas de grãos e pluma. Entretanto, essa não foi a maior praga que se abateu sobre os produtores rurais brasileiros. Foi exatamente o desequilíbrio entre o custo da produção e a receita. Se colocados em uma balança, o custo de produção está muito mais alto que a receita.

E vem do Sul do País, principalmente do Rio Grande do Sul, um abate sobre a produção em função da seca, que acarretou um decréscimo de 70% na produção em relação ao ano passado.

Isso tudo fez com que os agricultores se movimentassem. Constrangidos, eles vêm a Brasília para pedir ao Congresso Nacional, pedir ao Governo Federal que lhes dê apoio. Ninguém virá aqui pedir anistia de dívida, pedir perdão de dívida ou querendo dar calote nos bancos ou nas empresas privadas. Eles vêm aqui pedir uma renegociação da dívida deste ano de 2005, Sr. Presidente, porque, se no ano passado tivemos uma boa produção e uma boa comercialização, espera-se que no ano de 2006 já ocorra isso.

No entanto, o clima hoje é horrível, em função desse desequilíbrio e da perda de renda do produtor brasileiro este ano. É tão dramática a situação que os agricultores perderam quase tudo que construíram nesses últimos nove anos, que foram de boa produção, de bom preço.

Alguns setores do Governo entendem que, se o agricultor foi bem nesses nove anos, ele está com dinheiro no banco, ele tem gordura para queimar, ele

pode suportar o prejuízo deste ano. Aí está o engano. Nenhum produtor guarda dinheiro ou manda valores para a Suíça ou para algum país considerado do mundo econômico. Não, não manda. Ele investe na terra, compra mais máquinas agrícolas, constrói mais armazéns, aplica em melhor tecnologia, seja na pecuária, seja na agricultura. O agricultor, enfim, não tem recurso guardado para suportar a atual situação.

Por isso, falamos ontem aqui e repetimos hoje que o movimento social que hoje temos em Brasília será engrossado na próxima semana com os produtores rurais, aqueles que no passado eram caloteiros e que, depois da renegociação de suas dívidas, foram para a produção e fizeram deste Brasil o paraíso do agronegócio. Esses produtores, hoje, não conseguem pagar suas contas e não conseguem continuar fazendo sua lavoura para o próximo ano. O resultado, Senador Augusto Botelho, é que no próximo ano teremos uma menor safra, uma degeneração do emprego, e o Brasil não terá produto para exportação. Enfim, as cidades morrerão, porque não têm aquilo que mais agrega valores, que agrega emprego e renda à sociedade brasileira, sobretudo nos municípios produtores.

Por isso, mais uma vez estamos aqui encarecendo ao Governo. Eu disse ontem que não foi bom o encontro das duas Comissões de Agricultura, da Câmara e do Senado, com o Ministro Antonio Palocci no Ministério da Agricultura anteontem. O Ministro Palocci foi insensível à causa dos agricultores dizendo que, se a Previdência está com o déficit de R\$9 bilhões por ano, não sobra dinheiro para ajudar a agricultura brasileira.

Por isso, encareço aos Senadores para que somemos esforços. Essa comissão de produtores estará no Senado no dia 29. Vamos recebê-los com carinho e fazer o possível para, independentemente do partido político... Aqui não há diferenciação do produtor pelo seu porte: o pequeno produtor e o assentado estão no mesmo barco. O que não há é preço para o seu produto. E pior: o Ministério da Agricultura não tem dinheiro para comprar sequer dos produtores das áreas de assentamento, dos quais o Governo tanto prometeu comprar, mas não tem dinheiro.

Disse o Ministro Palocci que já liberou R\$400 milhões para a compra dos produtos agrícolas nas áreas de preço deprimido. Não! Esse dinheiro não saiu, não existe, e está lá o Ministro Roberto Rodrigues numa saia justa, porque S. Ex<sup>a</sup> é Governo e também é do seio dos produtores rurais deste País, sem poder fazer nada.

Há uma solicitação de aparte do Senador Augusto Botelho, a quem concedo a palavra.

**O Sr. Augusto Botelho** (PDT – RR) – Senador Jonas Pinheiro, V. Ex<sup>a</sup> é um dos nossos defensores da



agricultura e também um defensor do emprego, porque cada emprego gerado no campo resulta na criação de quatro indiretos na cidade. Essa quebra da safra vai prejudicar nosso superávit comercial deste ano. Nossos títulos estão sendo vendidos a 120% do valor de face. Fazia tempo que não se chegava a isso, graças ao desempenho, sobretudo, da agricultura, que entendo ser a grande responsável por isso. A agricultura tem muitas variantes. Para plantar, depende-se do clima, do tempo, da chuva, do tempo certo de aplicar o defensivo ou o calcário... Então, as variantes que envolvem a agricultura são muitas e nossos agricultores têm tecnologia e sabem produzir sem subsídio do Governo, mas o Governo tem que fazer um esforço agora para conseguir socorrer a agricultura e conseguir mais crédito. A agricultura precisa de R\$80 bilhões para o plantio sair do jeito que se espera, para os investimentos necessários, mas talvez o Governo só libere R\$45 bilhões. Mas vamos lutar, porque a agricultura não tem partido. Aliás, ela tem um partido, sim, o do povo, porque, produzindo-se mais, a comida fica mais barata e o povo pode comer mais. Um salário mínimo equivalente a US\$120 significará mais comida no prato do povo. Mas só vai haver mais comida se houver mais produção, porque, se a produção diminuir, o preço vai subir, como é a lei do mercado. Os agricultores estarão aqui em Brasília e terão todo o apoio e carinho desta Casa. V. Ex<sup>a</sup> e o Senador Osmar Dias são os principais porta-vozes da agricultura no Brasil, mas todos nós Senadores desta Casa sabemos da importância que tem a agricultura para a economia e principalmente para o povo brasileiro, que precisa ser mais bem alimentado.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Muito obrigado pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Senador Augusto Botelho, uma das belas revelações nesta Casa nesta última legislatura.

Concedo o aparte, com muito prazer, ao nobre Senador Sibá Machado.

**O Sr. Sibá Machado** (Bloco/PT – AC) – Senador Jonas Pinheiro, em primeiro lugar, como também sou um filho desta área, camponês que fui durante dez anos da minha vida, uma das lições duras que aprendemos é que o setor camponês vive sempre da própria sorte, em todos os aspectos. No primeiro momento, quando a natureza é muito dura, muito drástica, porque chove demais, porque chove de menos, porque aparece uma praga, há o prejuízo, pois estamos à mercê da vontade da natureza; em outros momentos, quando ela é generosa, quando tudo acontece no seu belo ritmo, ocorre o problema da supersafra e o camponês, o agricultor, o produtor rural continua com problemas porque vai conviver com uma situação de desequilíbrio de preço. Mas, no meio disso tudo, temos duas coisas para tra-

tar. Uma delas é o lado bom de que a representação do nosso Governo, a representação do Brasil na OMC abre cada vez mais canais de equilíbrio do mercado mundial sobre os produtos de exportação nacional. Agora tivemos mais uma vitória na OMC, pois a União Européia, no ramo do açúcar, vai ter que rever seus incentivos aos seus produtores para poder permitir um melhor equilíbrio de vendas. Mas agora estamos diante desse fato que V. Ex<sup>a</sup> acaba de trazer. Temos um problema. Concordo com V. Ex<sup>a</sup> quando diz que o produtor rural não acumula capital. É uma verdade, ele não acumula capital, porque os investimentos são muito rotativos e exigem, cada vez mais, uma garantia de preço básico por conta ou de um investimento muito grande em alta tecnologia, que têm de ser feito para se gerar competição, ou por conta da geração de novos postos de trabalho. Estou estudando a preocupação de V. Ex<sup>a</sup>, estou, digamos, acatando essa preocupação. Acho que precisamos realmente analisar com todo carinho do mundo, porque, pelos bons números das exportações brasileiras nesses últimos períodos, a produção rural teve uma participação notável, pública e notável. Portanto, não pode um dos setores mais importantes hoje para o dinamismo da economia brasileira, de uma hora para outra, ter de responder por um problema e ficar a sua própria sorte. Portanto, irmano-me a V. Ex<sup>a</sup> na sua preocupação, que acho muito justa, e quero me colocar à disposição para ajudar nas negociações que se fizerem necessárias.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Senador Sibá Machado...

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Senador Jonas Pinheiro, peço a V. Ex<sup>a</sup> um aparte.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Sei que a nossa preocupação é também a de V. Ex<sup>a</sup>. Daqui a pouco farei um resumo e agora concedo ao Senador Paulo Paim, que tem tratado do assunto porque “sofre na carne” aquilo que sofrem os gaúchos.

**O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex<sup>a</sup>, um especialista na área e uma referência para todos nós, por trazer a debate um assunto que tenho cobrado muito aqui no Senado, cobrado de forma respeitosa, porque tenho cobrado dos nossos parceiros, dos nossos companheiros de legislatura, o debate de grandes temas nacionais. De fato, este tema está na Ordem do Dia. Entre os dias 28 e 29, como muito bem lembra V. Ex<sup>a</sup>, estarão aqui cerca de 20 mil produtores rurais de todo o País querendo discutir uma política para o setor e, naturalmente, a política de recursos, a política de exportação e até mesmo a forma como hoje estão entrando no País o arroz, o vinho e outros produtos, até por contrabando, pelo Uruguai, pela Argentina, numa disputa totalmente ilegal, até como

**dumping**, em relação ao nosso produtor. Será com muita alegria que receberei, nos dias 28 e 29, uma delegação de produtores do Rio Grande, que irá me entregar, em meu gabinete, um lenço vermelho e um branco, como símbolo da luta entre maragatos e chimangos, pedindo a unidade da Bancada gaúcha, pois maragatos e chimangos eram adversários que só se uniram mesmo no momento de defender a caminhada do Presidente da República, na época Getúlio Vargas. Maragatos e chimangos estariam unidos na defesa dos nossos produtores, porque a boa produção no campo significa alimento mais barato na mesa do trabalhador, significa mais empregos, mais divisa, significa que o Estado, que está muito mal, vai arrecadar muito mais. Por isso, sou solidário a esse movimento. Acho legítima essa mobilização, porque democracia é isso: os setores se organizam, se mobilizam e buscam políticas que atendam à reivindicação, que é mais do que justa. Parabéns a V. Ex<sup>a</sup>!

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Muito obrigado, Senadores Augusto Botelho, Sibá Machado e Paulo Paim.

Este meu breve pronunciamento é para solicitar, de fato, que os lenços brancos e vermelhos se unam neste instante, porque precisamos dessa união. O que o agricultor está pedindo? Está pedindo algo que o Governo pode fazer.

Sr. Presidente, encerrarei o meu pronunciamento em um minuto.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Para a parcela da dívida deste ano que o agricultor não pode pagar, há um recurso do FAT. O Codefat já quer fazer essa negociação com os produtores, porque sabe que pode ocorrer desemprego se não houver esse apoio aos produtores rurais do Brasil inteiro. Eles querem ajudar a pagar essa conta aos fornecedores. Hoje, 65% do crédito do produtor vem dos vendedores de insumos, da fábrica de fertilizantes, da fábrica de defensivo agrícola e de máquinas e equipamentos.

Esse recurso do FAT é pago, por meio do Banco do Brasil, a essas empresas, que ficam com crédito para continuar renovando a sua lavoura. Esse dinheiro existe.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – O tempo de V. Ex<sup>a</sup> se esgotou. Concederei mais um minuto.

**O SR. JONAS PINHEIRO** (PFL – MT) – Portanto, trata-se de um apoio do Governo Federal para que eles consolidem a dívida deste ano e possam trabalhar. É o que estamos precisando.

Por fim, estou indo agora para São Paulo. Existe uma reunião referente ao 4<sup>a</sup> Congresso Brasileiro de Agribusiness, em São Paulo. Representarei a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. A minha participação naquele encontro do agronegócio no Brasil enfatizará exatamente este tema: precisamos do apoio não só do Governo e do Congresso Nacional, mas também do agronegócio brasileiro – aqueles que ganharam muito dinheiro com relação ao produtor. Queremos que agora essas empresas, fábricas e indústrias também colaborem com o agricultor brasileiro.

Desculpe-me, Sr. Presidente, mas o assunto era muito importante.

Obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Augusto Botelho, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Aelton Freitas, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Aelton Freitas. Bloco/PL – MG) – Com certeza, Senador Jonas Pinheiro. Faça das suas as minhas palavras.

Concedo a palavra ao Senador Luiz Otávio. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy, por dez minutos.

**O SR. EDUARDO SUP LIC Y** (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Aelton Freitas; Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, semana passada, a convite do Governo alemão e representando o Senado Federal, por indicação do Presidente Renan Calheiros, participei do Seminário Internacional sobre Políticas contra a Fome, realizado em Berlim.

Considerando que é necessária a mobilização da comunidade internacional para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Ministério de Proteção ao Consumidor, Alimentação e Agricultura alemão reuniu cientistas sociais e especialistas em desenvolvimento e direitos humanos de todo o mundo para debater a implementação de Diretrizes Voluntárias que possam apoiar a realização progressiva do Direito à Alimentação Adequada a todas as pessoas no planeta.

O encontro foi presidido pelo embaixador do Irã, Saeid Nouri-Naemi, e teve a participação, entre outros, de Joel Aliro-Omara, da Comissão de Direitos Humanos de Uganda, do Ministro da Agricultura de Serra Leoa, Sama Sahr Monde; e especialistas dos cinco continentes. Do Brasil, Flavio Luiz Schieck Valente, relator nacional do Direito à Alimentação, expôs muito bem o programa Fome Zero, por meio de suas iniciativas, como a reforma agrária, o apoio à agricultura familiar, a construção de cisternas na região semi-árida, o apoio às formas cooperativas de produção, o programa Bolsa-Família, entre outras.

A segurança alimentar existe quando todas as pessoas têm acesso físico e econômico à alimentação suficiente e segura para atender as necessidades dietéticas de uma vida ativa e saudável. Os quatro pilares fundamentais da segurança alimentar são: disponibilidade, estabilidade de oferta, acesso e utilização.

A realização progressiva do direito à alimentação adequada requer que os governos preencham as obrigações de direitos humanos diante da lei internacional. O problema maior existe quando há um número muito grande de famílias que não são capazes de prover o necessário para seus membros, seja porque são muito idosos, muito moços, inabilitados, seja porque não conseguem realizar trabalhos produtivos que lhes possam assegurar renda adequada. Nesses casos, muitos países adotam uma rede de segurança alimentar.

Uma das experiências, relatada por Bernd Schubert, foi o programa desenvolvido na Zâmbia, onde há um milhão de famílias pobres, metade da população. Destas, apenas 400 mil conseguem consumir entre 1.400 e 1.800 calorias diárias, e as outras 600 mil estão em estado crítico, consumindo menos de 1.400. Constatou-se que muitas vezes os programas de combate à pobreza atendem mais as famílias pobres em estado menos crítico do que aquelas em condição mais vulnerável. Daí se considerou a adoção dos seguintes princípios:

– as políticas sociais devem priorizar os mais necessitados, especialmente nos países

pobres, onde a escassez de recursos limita a compreensão desses programas;

– a abrangência da assistência deve ser eficaz, de maneira que ninguém, entre os mais necessitados, fique excluído e que aqueles que não estão em necessidade sejam excluídos;

– os princípios de não-discriminação, assim como dignidade e autonomia dos beneficiários da assistência, devem ser respeitados;

– a assistência precisa ser fornecida numa maneira regular, confiável, em tempo hábil e levar em conta as prioridades dos beneficiários;

– as garantias legais devem ser estabelecidas para assegurar aos beneficiários seu direito na justiça;

– a capacidade administrativa e as circunstâncias locais, como os mercados e interesses comerciais de produtores da cada região, devem ser respeitados;

– os programas precisam ter baixos custos de transferência e impacto alto em relação ao seu custo, maximizando benefícios;

– as pessoas afetadas devem participar da maneira mais integral possível no desenho, na implementação e no monitoramento dos respectivos programas sociais.

Foi então que se debateu a instituição de uma renda básica de cidadania, ou seja, a extensão do direito a uma renda modesta, mas, na medida do possível, suficiente para atender as necessidades vitais, incluindo a de se alimentar adequadamente três vezes ao dia, a todos, não importando origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica. Essa pode ser a maneira mais eficaz de atingir todos e justamente aqueles que estão em maior dificuldade.

É claro que perguntaram por que pagar também aos mais ricos. Mas compreenderam que esses contribuiriam mais, para que eles próprios e todos os demais na sociedade recebessem. Verificou-se, então, que a Renda Básica de Cidadania paga a todos é um ideal a ser buscado por todos os países e uma solução alternativa considerada muito boa. É a melhor forma de prover dignidade e autonomia a todos, por isso todos saudaram a iniciativa brasileira. Em janeiro de 2004, o Congresso

Nacional aprovou, e o Presidente Lula sancionou, a lei que institui gradualmente a Renda Básica no Brasil.

Quero aqui anexar, Sr. Presidente, o texto da palestra que ali formulei, relativamente aos prospectos de uma renda básica como instrumento para erradicar a fome e a absoluta pobreza, e de como, no Brasil, foi aprovada e sancionada a renda básica de cidadania, como será ela implementada, passando-se, gradualmente, das experiências que estão tendo rápida evolução no Bolsa Família, que atingirá, no próximo ano, um quarto da população brasileira, cerca de 11 milhões e 200 mil famílias, até que cheguemos à nova etapa da instituição de uma renda básica de cidadania.

Sr. Presidente, também quero aqui fazer uma exposição a respeito do requerimento que apresentei e foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, na última terça-feira, no sentido de que o Presidente Henrique Meirelles e todos os diretores do Banco Central do Brasil – Alexandre Schwartzman, Alexandre Antônio Tombini, Afonso Sant’Anna Bevilaqua, Antonio Gustavo Matos do Vale, João Antônio Fleury Teixeira, Paulo Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e Sérgio Darcy da Silva Alves, membros do Conselho de Política Monetária, Copom – prestem esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal acerca dos critérios utilizados na definição mensal da Taxa Selic, ou seja, da taxa de juros básica.

Considerando que na audiência pública de 29 de março último, quando perguntei ao Ministro Antônio Palocci a respeito da proposição de se instituir uma sistemática tal pela qual as reuniões do Copom passassem a ser gravadas – se não transmitidas ao vivo, pelo menos retransmitidas, digamos, 24h ou 48h após a reunião –, de maneira que a opinião pública pudesse conhecer a forma de raciocínio dos diretores do Banco Central no momento de definir a taxa básica de juros. Naquela ocasião, o Ministro da Fazenda, Antônio Palocci, respondeu: “os membros do Copom e o Presidente Henrique Meirelles podem ser convidados, e tenho certeza de que virão aqui, com satisfação, dialogar com os Senadores a respeito daquilo que preside as prioridades que o Copom estabelece ou que oriente as decisões. Tenho certeza de que eles virão com satisfação, e vão fazer uma discussão muito mais apropriada do

que no meu caso, que não participo das reuniões e que não tenho assento no Copom, mas acredito que a política monetária desenvolvida pelo Banco Central está tendo sucesso e é correta”.

Diante dessa resposta, abracei a proposição do Ministro Antônio Palocci para que os Diretores do Banco Central possam explicar como, por exemplo, consideram a evolução da atividade econômica da taxa de emprego...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– Sr. Presidente, só vou concluir.

Sr. Presidente, como os diferentes diretores do Banco Central e os membros do Copom refletem? Será que uma diminuição gradual da taxa de juros poderá, diante de uma situação em que a taxa de desemprego ainda se encontra acima de 10% da força de trabalho, não proporcionar um estímulo maior ao investimento que possa resultar em aumento da capacidade produtiva, em aumento da oferta de bens e serviços e condições para que, considerando todos os fatores que afetam a demanda agregada e a oferta agregada de bens e serviços, como o aumento da capacidade produtiva e da oferta...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Senador Eduardo Suplicy, concedo a V. Ex<sup>a</sup> apenas um minuto, sem prorrogação, já que assim foi decidido pela Mesa e pelos demais Líderes.

**O SR. EDUARDO SUPLICY** (Bloco/PT – SP)

– Muito bem. Complemento o pensamento: de maneira que pudesse a oferta de bens e serviços contribuir para o próprio objetivo da autoridade monetária de estabilizar os preços na economia?

Espero que, em agosto, possamos ter a oportunidade de promover esse debate com os membros do Copom na Comissão de Assuntos Econômicos.

Requeiro, Sr. Presidente, sejam transcritos o teor completo do requerimento e também a íntegra da palestra que fiz em Berlim.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPLICY EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*



**JB**

## **Políticas contra a Fome**

*EDUARDO SUPLICY***[19/JUN/2005]**

A convite do governo alemão, participei nesta semana do Seminário Internacional sobre Políticas contra a Fome, em Berlim. Considerando que é necessária a mobilização da comunidade internacional para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o Ministério de Proteção ao Consumidor, Alimentação e Agricultura alemão reuniu cientistas sociais e especialistas em desenvolvimento e direitos humanos de todo o mundo para debater a implementação de Diretrizes Voluntárias que possam apoiar a realização progressiva do Direito à Alimentação Adequada a todas as pessoas no planeta.

O encontro foi presidido pelo embaixador do Irã, Saeid Nouri-Naemi, e teve a participação, dentre outros, de Joel Aliro-Omara, da Comissão de Direitos Humanos de Uganda, e do Ministro da Agricultura de Serra Leoa, Sama Sahr Monde. Do Brasil, Flávio Luiz Schieck Valente, relator nacional do Direito à Alimentação, expôs muito bem o programa Fome Zero, através de suas iniciativas, como a reforma agrária, o apoio à agricultura familiar, a construção de cisternas na região semi-árida, o apoio às formas cooperativas de produção, o programa Bolsa-Família, entre outras.

A segurança alimentar existe quando todas as pessoas têm acesso físico e econômico à alimentação suficiente e segura para atender as necessidades dietéticas de uma vida ativa e saudável. Os quatro pilares fundamentais da segurança alimentar são disponibilidade, estabilidade de oferta, acesso e utilização.

A realização progressiva do direito à alimentação adequada requer que os governos preencham as obrigações de direitos humanos diante da lei internacional. O problema maior existe quando há um número muito grande de famílias que não são capazes de prover o necessário para seus membros, seja porque são muito idosos, muito moços, não habilitados, ou porque não conseguem realizar trabalhos produtivos que lhes possam assegurar renda adequada. Nesses casos, muitos países adotam uma rede de segurança alimentar.

Uma das experiências, relatada por Bernd Schubert, foi o programa desenvolvido na Zâmbia, onde há um milhão de famílias pobres, metade da população. Destas, apenas 400 mil conseguem consumir entre 1400 e 1800 calorias diárias e as outras 600 mil estão em estado crítico, consumindo menos de 1400. Constatou-se que muitas vezes os programas de combate à pobreza atendem mais as famílias pobres em estado menos crítico do que aquelas em condição mais vulnerável. Daí se considerou a adoção dos seguintes princípios:

- As políticas sociais devem priorizar aos mais necessitados, especialmente nos países pobres, onde a escassez de recursos limita a compreensão desses programas;

- A abrangência da assistência deve ser eficaz, de maneira que ninguém, dentre os mais necessitados, fique excluído e que aqueles que não estão em necessidade sejam excluídos;

- Os princípios de não-discriminação assim como de dignidade e autonomia dos beneficiários da assistência devem ser respeitados;

A assistência precisa ser fornecida numa maneira regular, confiável, em tempo hábil e levar em conta as prioridades dos beneficiários,

-As garantias legais devem ser estabelecidas para assegurar aos beneficiários seu direito na justiça;

-A capacidade administrativa e as circunstâncias locais como os mercados e interesses comerciais de produtores de cada região devem ser respeitados;

- Os programas precisam ter baixos custos de transferências e impacto alto em relação ao seu custo, maximizando benefícios;

-As pessoas afetadas devem participar da maneira mais integral possível no desenho, na implementação e no monitoramento dos respectivos programas sociais.

Foi então que se debateu a instituição de uma renda básica de cidadania, ou seja, a extensão do direito a uma renda modesta, mas na medida do possível suficiente para atender as necessidades vitais, incluindo a de se alimentar adequadamente três vezes ao dia, a todos, não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou mesmo sócio-econômica. Essa pode ser a maneira mais eficaz de atingir a todos, e justamente àqueles que estão em maior dificuldade.

É claro que perguntaram por que pagar também aos mais ricos. Mas então compreenderam que estes contribuiriam mais, para que eles próprios e todos os demais na sociedade estivessem recebendo. Verificou-se então que a Renda Básica de Cidadania, paga a todos, é um ideal a ser buscado por todos os países e uma solução alternativa muito boa. É a melhor forma de prover dignidade e autonomia a todos, por isso todos saudaram a iniciativa brasileira. Em janeiro de 2004 o Congresso Nacional aprovou, e o presidente Lula sancionou, a lei que institui gradualmente a Renda Básica no Brasil.

Copyright © 1995, 2000, Jornal do Brasil. É proibida a reprodução total ou parcial do conteúdo do JB Online para fins comerciais

**Workshop Internacional**  
**Políticas contra a Fome IV: Implementando Diretrizes Voluntárias**  
**O Potencial das Diretrizes ao Direito de Alimentação Adequada para Ajudar Atingir os**  
**Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**  
**14 a 16 de Junho de 2005 em Berlim, Alemanha**

**As Perspectivas da Renda Básica como Instrumento para Erradicar a Fome e a Pobreza Absoluta**

**A aprovação e a sanção da Lei de Renda Básica no Brasil: Como a lei será implementada**

*Eduardo Matarazzo Suplicy*

No dia 8 de Janeiro de 2004, com a destacada presença de um dos Fundadores e Secretário da BIEN, Philippe Van Parijs, no Palácio do Planalto, em Brasília, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº. 10.835, aprovada pelo Congresso Nacional do Brasil no último mês de Dezembro, instituindo a Renda Básica de Cidadania. Ela será implementada gradualmente a partir do ano de 2005, sob o critério do Poder Executivo, dando prioridade aos mais necessitados, até abranger todos os brasileiros residentes no país, e os estrangeiros residentes no Brasil há cinco anos ou mais, independentemente de sua condição sócio-econômica.

A Renda Básica de Cidadania será um benefício monetário de igual valor pago a todos, anual ou mensalmente. O Poder Executivo definirá o seu valor, em princípio o suficiente para atender as despesas básicas de cada um com alimentação, educação, saúde, levando em consideração o nível de desenvolvimento da Nação e da disponibilidade dos recursos do orçamento. Ao definir o Orçamento Anual, a partir de 2005, o Poder Executivo estabelecerá o montante necessário de recursos para a implementação do Programa.

Foi um dia muito especial. Pela primeira vez na História, o Congresso aprovou e o Presidente da Nação sancionou uma lei instituindo uma renda básica incondicional para todos, mesmo com a característica de implantação gradual, começando pelos mais necessitados. De fato, era esta característica que levou o Senado brasileiro, primeiramente, – uma vez que o Projeto de Lei foi apresentado por um Senador – e depois a Câmara dos Deputados, a aprovar o projeto e o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci, recomendar ao Presidente Lula para sancionar a Lei, por considerá-la viável.

Foi uma longa jornada até aqui. Apesar de ter sido aprovada por uma Lei, há muito a fazer até introduzirmos a Renda Básica de Cidadania para todos no Brasil.

Hoje o Brasil tem uma população de aproximadamente 183,5 milhões de habitantes, correspondendo a cerca de 46 milhões de famílias. Em 2003 existem 11,4 milhões de famílias ou cerca de 46 milhões de pessoas vivendo abaixo da Linha de Pobreza considerada pelo governo como R\$ 100,00 per capita, por mês. Em outubro de 2003, Lula decidiu unificar quatro dos diversos programas de transferência de renda existentes, que eram Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio-Gás e o Cartão Alimentação, no Programa Bolsa Família. Este é ainda um programa condicional que proporciona um complemento de renda para aquelas famílias cuja renda mensal per capita esteja abaixo de R\$ 100,00. Se a renda per capita mensal for de até R\$ 50,00, o benefício mensal é de R\$ 50,00 mais R\$ 15,00, 30,00, ou 45,00, dependendo se a família tem uma, duas, três ou mais crianças de até 16 anos de idade, respectivamente. Se a renda per capita mensal da família está na faixa de R\$ 50,00 a R\$ 100,00, o benefício será de apenas R\$ 15,00, 30,00 ou 45,00 por mês, dependendo se a família tem uma, duas, três ou mais crianças de até 16 anos de idade, ou se a família ainda não tem crianças, mas a mulher está grávida. Se a renda familiar per capita da família estiver no intervalo entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00, o benefício será de apenas R\$ 15,00, 30,00 ou 45,00 por mês, dependendo se a família tem uma, duas, três ou mais crianças de até 16 anos de idade.

Existem alguns requisitos. A família deve comprovar que os seus filhos de 0 a 6 anos de idade estão tomando as vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde, tais como as vacinas contra poliomielite, varíola e outras, e que as crianças vão periodicamente aos postos de saúde para o acompanhamento do seu desenvolvimento. As crianças de 6 a 15 anos e 11 meses devem apresentar 85% de frequência na escola.

Em outubro de 2003 havia 2,7 milhões de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família, que foi iniciado principalmente nas regiões mais pobres do Brasil, tais como as regiões semi-áridas do Nordeste - Norte. Em junho de 2005 havia 7,2 milhões de famílias cadastradas. O plano prevê uma expansão para 8,7 milhões de famílias até dezembro de 2005, e para 11,2 milhões de famílias ou cerca de 45 milhões de habitantes em 2006. O governo acredita que com o crescimento da economia esse número será equivalente ao número de famílias com renda mensal per capita abaixo de R\$ 100,00 no Brasil.

A Secretária Executiva do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate contra a Fome, Ana Fonseca, no de fevereiro de 2004 mencionou numa entrevista no programa Roda Viva, da TV Cultura, em São Paulo, que o Programa Bolsa Família pode ser considerado como o precursor da Renda Básica de Cidadania no Brasil. Isto é, nos primeiros anos, como foi estabelecida na lei, os mais necessitados receberão o benefício, que exige alguns requisitos. Posteriormente, poderemos estender o direito para receber aquela quantia modesta para todos os cidadãos brasileiros.

E quanto aos requisitos? Com o tempo não teremos mais nenhuma condicionalidade. Todos receberão a renda básica como direito de cidadania para participar da riqueza da nação. Mas aqueles requisitos não eram positivos? Sim, aprendemos com os grandes educadores como Jean Piaget, Maria Montessori, Anísio Teixeira e Paulo Freire que a educação é um processo libertador através do qual a pessoa passa a ser mais e mais consciente. Da mesma forma que os ricos normalmente tomam as devidas medidas para que as suas crianças sejam vacinadas e frequentem para as melhores escolas, podemos também esperar que todas as famílias, uma vez que elas tenham o direito de receber uma renda básica para todos os seus membros, farão todo o esforço para a saúde e a educação de seus filhos.

Mas por que pagar aos ricos e àqueles que não precisam? Bem, eles vão contribuir proporcionalmente mais para eles próprios e todos venham a receber. Como pudemos aprender a partir da reflexão acumulada dos membros da BIEN, teremos então as seguintes vantagens: 1. A eliminação da tremenda burocracia que trata da necessidade de perguntar a cada um quanto cada pessoa está ganhando no mercado formal ou informal para poder receber a Renda Básica. 2. Não haverá o estigma e o sentimento de vergonha de ter que dizer: Só recebo tanto, por essa razão



mereço receber este complemento de renda. 3. Não haverá mais problema de dependência que cria o fenômeno de armadilha da pobreza ou armadilha de desemprego. Isto é, se a pessoa estava pensando em iniciar uma nova atividade econômica que pode gerar uma renda equivalente ao limite do programa de transferência de renda, como a Bolsa Família, e se a pessoa perceber que pode perder o benefício, então ela pode não aceitar aquele emprego ou atividade econômica. Com a renda básica incondicional tudo que a pessoa ganhar com a nova atividade será acrescido à sua renda. 4. Muito mais importante, a partir do ponto de vista da dignidade e da liberdade de cada pessoa, é muito melhor saber de antemão que durante os próximos doze meses, e daqui em diante em cada ano, mais e mais com o progresso da nação, que ele ou ela e todos os membros da família, terão o direito de receber a Renda Básica.

Qual será o montante? Ele será definido a critério do Poder Executivo. Suponhamos que ele comece com o valor modesto de R\$ 40,00 por mês, por pessoa. Isto significa que numa família de seis pessoas, ele será de R\$ 240,00. Se o chefe de família estiver recebendo pelo seu trabalho somente o salário mínimo atual no Brasil, de R\$ 300,00 por mês, e não existir outra fonte de renda recebida pela família, então a Renda Básica aumentará a renda da família para R\$ 540,00. No caso de um empresário muito bem sucedido que estiver recebendo R\$ 240.000,00 por mês, também com seis pessoas na família, a sua renda será aumentada por apenas R\$ 1,00 em R\$ 1.000.

Se o Brasil pagar R\$ 40,00 por mês, ou R\$ 480,00 por ano, por pessoa, para todos os 183,5 milhões de habitantes, isto daria um dispêndio total de R\$ 87 bilhões anualmente, o equivalente a 4,6% do Produto Nacional Bruto de cerca de R\$ 1,9 trilhão estimado para 2005. É uma enorme quantia, mas bem inferior aos R\$ 145 ou R\$ 135 bilhões que o setor público do Brasil, considerando a União, os Estados e os Municípios pagou sob a forma de juros aos detentores da dívida interna e dívida externa pública respectivamente nos anos de 2003 e 2004, de acordo com as informações oficiais do Banco Central (boletim de maio 2005).

É claro que, mesmo uma modesta Renda Básica de R\$ 40,00 por mês resultará num montante maior que o do Programa Bolsa Família que beneficiará 11,2 milhões de famílias em 2006, pagando um valor médio de R\$ 73,00 mensalmente por família, o que daria um total de quase R\$ 10 bilhões. Para este dispêndio o Governo Federal já reservou os recursos necessários, mas ainda não para a Renda Básica para os próximos anos.

A Bolsa Família ainda é uma pequena proporção de todos os programas de transferência de renda existentes no Brasil, especialmente quando considerarmos todo o sistema de previdência social, o sistema de assistência social e o sistema de proteção ao emprego e ao trabalhador. Em 2002, por exemplo, enquanto que o Programa Bolsa Escola, o principal precursor do programa Bolsa Família, registrou uma despesa de R\$ 1,6 bilhões, como parte da despesa de R\$ 10,2 bilhões em programas de assistência social, as despesas com previdência social totalizaram R\$ 123 bilhões e as despesas com sistema de proteção ao emprego e ao trabalhador totalizaram R\$ 9,5 bilhões.

Existe um aspecto relevante na Renda Básica que devemos observar com relação ao que acontece com programas de transferência de renda que existem em outros países e seus efeitos sobre os mercados internacionais. Em 2003 o governo dos Estados Unidos pagou a mais de 20 milhões de famílias, ou mais de 59 milhões de pessoas, US 37 bilhões sob a forma de EITC – Crédito sobre Imposto de Renda. Por exemplo, um trabalhador que recebe o salário mínimo de US \$5,20 por hora, em 160 horas por mês durante 12 meses recebe cerca de US\$ 10.000,00 por ano. Se ele tiver uma esposa e dois ou mais filhos, ele tem o direito de receber US\$ 4.000,00 de EITC, também conhecido como EIC. A sua renda familiar passará a ser de US\$ 14.000,00.

Qual é o efeito do EITC? Ele significa que a sociedade dos Estados Unidos decidiu pagar um montante extra aos seus trabalhadores para aumentar a sua renda próxima à Linha de Pobreza dos Estados Unidos. Como efeito, isto torna as empresas norte-americanas mais competitivas em relação às nossas se não fizermos a mesma coisa ou ainda melhor. É importante observar que na sua autobiografia, *My Life (Minha Vida)* (Hutchinson, London, 2004), o Presidente Bill Clinton fez 17 referências ao EITC. Quando ele iniciou o seu primeiro mandato em 1993, a taxa de desemprego nos EUA estava em torno de 7,5%. Na época ele decidiu a aumentar o valor do EITC para mais que o dobro além de conceder um EITC mais modesto aos trabalhadores pobres sem dependentes. Também em decorrência dos méritos das políticas do Conselho da Reserva Federal e seu presidente, Alan Greenspan, o fato é que a expansão do EITC era compatível com a redução da taxa de desemprego para cerca de 3,9% em 2002 no final do segundo mandato do Clinton.

O que acontece com a economia que compete mais estreitamente com a dos Estados Unidos? No Reino Unido, onde já existia o Programa de Suporte à Renda, no ano 2000 o Primeiro Ministro Tony Blair decidiu implantar o Crédito de Imposto Familiar, com o desenho e efeito similares. Um trabalhador com uma família no Reino Unido recebendo uma modesta renda mensal de 800 libras recebe cerca de 400 libras a mais como Crédito de Imposto Familiar.

Nota-se que é nos Estados Unidos que temos a melhor evidência do que poderia ser superior que o EITC. Porque em todos os Estados Americanos existem programas de transferência de renda federais, tais como seguro desemprego, cupom de alimentação, TANF e EITC. Mas somente num Estado existe uma experiência única e bem sucedida de renda básica. Isto acontece desde 1980 no Estado de Alasca, onde 50% dos royalties provenientes da exploração dos recursos naturais eram destinados ao Fundo Permanente do Alasca, pertencente a todos os habitantes do Estado, desde que residam lá por um ano ou mais. O montante líquido deste fundo evoluiu de US\$ 1 bilhão, em 1980, para US\$ 28 bilhões em 2004. Cada ano o Fundo Permanente do Alasca tem pago um dividendo igual a todos os seus residentes que varia em torno de US\$ 300,00 no início dos anos oitenta para US\$ 1.107,00 em 2003 e US\$ 920,00 em 2004.

Durante os anos noventa o Alasca destinou 6% do seu PIB para todos os seus habitantes, que hoje é de 700.000, através desse sistema. Qual foi o resultado? Ele fez do Alasca o Estado mais equitativo de todos os Estados Americanos. Enquanto que nos Estados Unidos de 1989 a 1999 a renda média das famílias mais ricas cresceu 26%, a renda média das famílias 20% mais pobres cresceu 12%. No Alasca, como o Professor Scott Goldsmith da Universidade de Vancouver, Alasca, nos informou no nosso IX Congresso Internacional da BIEN, em Genebra, a renda media das famílias 20% mais pobres cresceu 28%, enquanto que a das famílias mais ricas cresceu 7%.

Este é um tipo de desenvolvimento que gostaríamos de ver no Brasil e em muitas outras nações para termos mais igualdade e justiça. Estou plenamente convencido de que a Renda Básica de Cidadania é um instrumento de política econômica que deve ser seriamente estudado por aqueles países onde existe grande necessidade de resolver os seus conflitos internos, tais como Iraque, Columbia, Venezuela, El Salvador, África do Sul, Argentina, Sudão e muitos outros. Fiquei feliz em saber quando estava participando no último mês de Junho na Assembléia Nacional da França de que o membro da Academia Nacional da França, Maurice Druon, propôs à Nação para ser o pioneiro da Renda Básica no mundo.

Foi por isso que em 2003 propus ao Sérgio Vieira de Melo, assim que ele foi nomeado Coordenador das Ações das Nações Unidas no Iraque, para que ele estudasse o sistema de dividendos do Alasca. Ele disse que achou a proposta muito boa e que ele recomendaria às autoridades responsáveis pela administração daquele país. O Embaixador Paul Bremer III anunciou essa proposta no dia 23 de junho de 2003 em Jordânia no seu discurso: *Iraque. Quais são os Próximos Passos?*, no Encontro de Reconciliação Mundial. No dia 1 de agosto de 2003, Sérgio Vieira de Melo me telefonou dizendo que a proposta foi muito bem aceita e que até o Banco

Mundial a considerava viável. No dia 19 de agosto ele foi assassinado. Espero que o novo governo eleito do Iraque considere a proposta seriamente.

Existem 26 Estados, um Distrito Federal e 5.561 municípios no Brasil. Em vista da expansão descrita do Programa de Bolsa Família, como resultado das ações coordenadas da União, dos Estados e dos Municípios, e da aprovação e sanção da Lei de Renda Básica de Cidadania, tenho proposto a todos os governadores e prefeitos que eles coordenem os seus esforços junto à União para instituir gradualmente a Renda Básica de Cidadania durante os próximos anos.

Levando em consideração a sugestão do Thomas Paine, na Justiça Agrária (1795), e a experiência do Alasca, em 1999, apresentei um Projeto de Lei para instituir um Fundo Brasil de Cidadania que ao longo do tempo deverá fornecer os recursos necessários para financiar uma renda mínima garantida ou uma Renda Básica de Cidadania para todos os habitantes da Nação. O capital inicial do fundo será constituído por 10% da participação acionária da União no capital das empresas públicas, sociedades de economia mista, incluindo as instituições financeiras. Os recursos do fundo serão formados por dotações consignadas no Orçamento Geral da União, 50% dos recursos provenientes das concessões de obras e serviços públicos; 50% dos alugueis de imóveis pertencentes à União, outros ativos e doações. Este projeto de lei está para ser votado pela Comissão de Assuntos Econômicos em caráter final e conclusivo, após ser aprovado pela Comissão de Justiça e Constituição e Comissão de Assuntos Sociais.

O que está acontecendo no Brasil está de acordo com as recomendações de um dos mais destacados membros permanentes da BIEN, o Prêmio Nobel em Economia de 1977 Nobel, James Edward Meade (1907-1995). Nos seus livros sobre Agathotopia - *Agathotopia: the economics of partnership* (*Agathotopia: a economia da parceria*) (Aberdeen, 1989) – um bom lugar que foi construído por pessoas imperfeitas que foram capazes de conviver com as melhores instituições e organizações sociais para atingir os objetivos de liberdade, igualdade e eficiência, ele menciona que devemos mover firme, mas gradualmente para a direção correta. Ele recomenda que devemos ter a flexibilidade de preços e salários para obter eficiência na alocação de recursos; bastante interação entre capital e trabalho no processo produtivo, com o trabalho sendo remunerado não só por salários, mas também com participação nos resultados e, muito importante, uma renda básica de cidadania. Se nós introduzirmos essas instituições de um dia para outro, provavelmente teremos muitas rupturas. A história da humanidade revelou isso. É por isso que devemos mover firmemente passo a passo, como estamos fazendo hoje no Brasil. É minha esperança de que podemos até acelerar o caminho em direção a Agathotopia.

De fato, quanto ao gradualismo, temos também que levar em consideração as recomendações do Martin Luther King Jr. durante a época de muitos conflitos nos EUA por que os negros, em muitas partes do país, não podiam estar nas mesmas escolas, ônibus, restaurantes, hotéis, toaletes onde se encontravam os brancos, e nem podiam mesmo votar. Em seu mais citado discurso de 28 de agosto de 1963, diante do Memorial do Abraham Lincoln, "Eu Tenho um Sonho", ele disse:

*"Este não é o tempo de nos darmos ao luxo de nos acalmar ou de tomar a droga tranquilizadora do gradualismo. Agora é a hora de tornarmos reais as promessas da democracia ... Seria fatal para a nação não perceber a urgência do momento... Mas há algo que eu preciso falar para o meu povo, que está no limiar caloroso que nos leva para o palácio da justiça... Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo do cálice da amargura e do ódio... Todas as vezes, e a cada vez, nós precisamos alcançar as alturas majestosas de confrontar a força física com a força da alma."*

É claro que devemos ter em mente que os problemas sociais do Brasil, um dos campeões de desigualdade no mundo, são de tal ordem, com tantas conseqüências, por exemplo, em termos de

violência e criminalidade diária, que devemos ter o mesmo senso de urgência citado por Martin Luther King Jr. O caminho correto, portanto, é mover gradualmente, mas rapidamente, na direção correta de uma Renda Básica de Cidadania integral.

Estou plenamente convencido de que o exemplo do Brasil será importante para todas as nações, incluindo as desenvolvidas como a Alemanha, ou as nações em desenvolvimento da América do Sul que são nossas vizinhas e da Ásia. É bastante encorajador saber, por exemplo, que existe um interesse crescente no conceito da renda básica em países como África do Sul, Namíbia e Serra Leoa.

Para todos os participantes deste Workshop Internacional sobre Políticas contra a Fome, é importante saber como através da Bolsa Família em primeiro lugar e depois através da Renda Básica de Cidadania esperamos ver cada ser humano no Brasil com direito de ter três refeições por dia, além de mais e mais liberdade para todos com o progresso da nação.

#### REQUERIMENTO Nº , DE 2005

Requeiro, nos termos regimentais, sejam convidados o Presidente, Henrique Meirelles, e os diretores do Banco Central do Brasil, Alexandre Schwartzman, Alexandre Antônio Tombini, Afonso Sant'Anna Bevilacqua, Antônio Gustavo Matos do Vale, João Antônio Fleury Teixeira, Pauto Sérgio Cavalheiro, Rodrigo Telles da Rocha Azevedo e Sergio Darcy da Silva Alves, membros do Conselho de Política Monetária, Copom, para prestar esclarecimentos perante a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal (CAE), acerca dos critérios utilizados na definição, mensal, da Taxa Selic.

#### Justificação

- Considerando que na última audiência pública, em 29 de março último, o Ministro Antônio Palocci afirmou, na Comissão de Assuntos Econômicos, que os membros do Copom e o Presidente Henrique Meirelles podem ser convidados e tenho certeza de que virão aqui, com satisfação, dialogarem com os Senadores a respeito daquilo que preside as prioridades que o Copom estabelece ou que oriente as decisões. Tenho certeza de que eles virão com satisfação e vão fazer uma discussão muito mais apropriada de que no meu caso, que não participo das reuniões e que não tenho assento no Copom, mas acredito que a política monetária desenvolvida pelo Banco Central está tendo sucesso e é correta.”

- Considerando que os resultados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, elaborados pelo Seade/Dieese mostram pequeno aumento da taxa de desemprego aberto – de 10,9%, em março, para os atuais 11,1% —, enquanto a de desemprego oculto permaneceu estável em 6,4%. A taxa de desemprego total, em abril variou de 17,3% para 17,3% da População

Economicamente Ativa. O contingente de desempregados foi estimado em 1.753 mil pessoas em abril.

Por sua vez, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE nas seis principais regiões metropolitanas do país, a taxa de desocupação atingiu 10,8% em março, ante 10,6% no mês anterior e 12,8% no mesmo mês de 2004. O acréscimo mensal na taxa de desocupação ocorreu a despeito do aumento de 0,7% no número de trabalhadores ocupados, uma vez que, seguindo o padrão sazonal, houve aumento n número de desocupados, de 2,7%.

- Considerando que a taxa de juro real brasileira projetada para os próximos doze meses deverá ficar em torno de 13,3% apresentando valores bem superiores aos demais países com igual grau de desenvolvimento nosso. Por exemplo, nos países em desenvolvimentos (emergentes) esse valor é inferior a 2%, nos países desenvolvidos a taxa é próxima a 1%.

Diante de tais considerações, a presença da diretoria do Banco Central nessa Casa, antes da próxima reunião do Copom, reveste-se de grande importância para esclarecer o Parlamento e a sociedade brasileira acerca do processo decisória de fixação da Taxa Selic. Vale notar, que essa audiência dará um grande passo no processo de democratização da Política Monetária.

Sala das Sessões, – Senador **Eduardo Matarazzo Suplicy**.

*Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Aelton Freitas, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Leonel Pavan.*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– V. Ex<sup>a</sup> será atendido nos termos regimentais.



**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES)

– Sr. Presidente, peço minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr.

Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Pela ordem, Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem.) – Sr. Presidente, também quero me inscrever para uma comunicação inadiável.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> que me inscreva para falar pela Liderança do PFL.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Ouço o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, minha pergunta é sobre a ordem dos Senadores que falarão como inscritos. Houve um chamamento e vários Srs. Senadores não estavam presentes. A ordem normal será mantida?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Sibá Machado, estamos obedecendo à lista de oradores na segunda chamada. Agora seria a vez do Senador José Jorge, mas S. Ex<sup>a</sup> permutou com o Senador Paulo Octávio. Então, agora está inscrito o Senador Paulo Octávio, em permuta com o Senador José Jorge. Depois, a lista continuará normalmente.

Há inscritos para a prorrogação da Hora do Expediente, que terão assegurado o uso da palavra, por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno. O Senador João Batista Motta falará em primeiro lugar. Em seguida, o Senador Eduardo Azeredo. Pela Liderança do PFL, falará o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – E a seqüência da inscrição?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Seqüência da inscrição: depois do Senador Paulo Octávio, o Senador José Jorge. Logo após, os Senadores Maguito Vilela, Marco Maciel, Antônio Leite, e assim por diante. Se V. Ex<sup>a</sup> desejar se inscrever pela Liderança do PT ou para uma comunicação inadiável, ainda existe vaga para uma inscrição, ou pode aguardar, caso os demais Senadores estejam ausentes no momento em que forem chamados.

**O SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Peço minha inscrição pela Liderança do Bloco.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Mesa aguarda a autorização do PT.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, pela ordem.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pela ordem.) – V. Ex<sup>a</sup> poderia informar a este Plenário se haverá Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Não temos, até o presente momento, nenhuma comunicação de que haverá.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Não haverá, portanto, Ordem do Dia?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Não existe, por enquanto, acordo para votação. Os líderes certamente se reunirão e decidirão.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela informação.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Com a palavra o Senador Paulo Octávio, em permuta com o Senador José Jorge.

**O SR. PAULO OCTÁVIO** (PFL – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Agradeço ao Senador José Jorge pela permuta.

Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, embora tenha se dado em maio próximo-passado, mais especificamente no período de 9 a 11 daquele mês, faz-se oportuno discorrer sobre a realização, na capital do País, da Cúpula América do Sul – Países Árabes.

Ainda que não se possa falar sobre profusão de resultados práticos imediatos dela decorrentes, abre-se, a partir do evento, um leque de perspectivas otimistas, de cunho político-econômico e diplomático do nosso país.

A iniciativa, em sendo cultivada com efetivo empenho, doravante, quantos aos objetivos que a motivaram, poderá elevar – e muito – os valores da nossa balança comercial, os índices do turismo estrangeiro em solo brasileiro, além de estreitar as nossas relações diplomáticas entre os países participantes do evento.

A Cúpula, entre seus vários objetivos, pautou-se numa premissa maior, ou seja, a redescoberta recíproca de duas regiões de afinidades históricas, com um vasto potencial ainda por ser explorado no campo das relações bilaterais.

Sabemos que os pontos de contato entre os dois mundos – árabe e sul-americano – datam do tempo da presença árabe na Península Ibérica e da conformação das culturas que deram origem à América Latina. Os laços humanos entre as duas regiões estreitaram-se historicamente pelas correntes migratórias árabes em direção à América do Sul. Estas prestaram inequívoca contribuição à formação social e cultural de um número importante de países da região. No Brasil, vivem mais de 10 milhões de descendentes árabes – aliás, comportamos a maior colônia árabe do mundo.

Tais aspectos, com efeito, mereciam – há muito – ser contemplados pelo Brasil, com vistas a realização desse encontro. Dele participaram representantes dos 22 países árabes e dos 12 países latino-americanos, tendo resultado em negócios para o Brasil, em perspectiva de vários outros e no acerto de novas reuniões futuras.

Recebemos demandas de países como a Síria, o Líbano, os Emirados Árabes, o Iraque, a Mauritânia, a Argélia e o Equador. Entre elas, estão papéis, artefatos de papéis, máquinas para área de transporte e para bens de consumo, serviços, calçados, projetos e materiais para a construção civil, açúcar, produtos químicos, petróleo, jóias, alimentos e frutas.

Tratou-se, de fato, de feliz iniciativa, levando-se em conta serem os países sul-americanos e, notadamente, os países árabes grandes consumidores. Esses, anualmente, importam cerca de US\$120 bilhões em produtos de todo o mundo. Em 2004, as relações comerciais entre o Brasil e os árabes chegaram a US\$8,1 bilhões, à guisa de aquisição do nosso frango, trigo, açúcar, carne bovina, minério de ferro, tudo daqui, do nosso País. Há projeções pós-Cúpula, segundo o Ministro Furlan, de que essa cifra, atualmente, possa ser aumentada para US\$15 bilhões nos próximos três anos.

Cite-se, ainda, a importância do documento nominado “A Declaração de Brasília”, originado dos trabalhos desse encontro histórico, em que predominaram aspectos relevantes de cunho político-diplomático, amplamente divulgados pela mídia brasileira.

Paralelamente à realização da Cúpula América do Sul–Países Árabes, deu-se um “Encontro Empresarial” no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, cuja abertura contou com a presença e pronunciamento do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Luiz Fernando Furlan, e dele participaram mais de 1.200 empresários provenientes de países árabes e sul-americanos.

As conclusões dos cinco painéis descortinados nesse Encontro Empresarial apontaram para a necessidade de se persistir na organização de seguidos eventos similares, num esforço conjunto da classe empresarial e instituições de vários segmentos, inclusive público-financeiras, de encontro de soluções que, a partir de uma visão estratégica, propiciem uma maior integração da infra-estrutura física, energética e de telecomunicações – envolvendo a América do Sul e demais regiões do mundo, com benefícios evidentes para o Brasil.

Os empresários participantes – aqui abro um parêntese para cumprimentar o empresariado do Distrito Federal que, em significativo número, brilhou no evento no Centro de Convenções Ulysses Guimarães

– demonstraram reconhecimento pela iniciativa, considerando, ainda, o vislumbre de posteriores e seguidos encontros com os seus pares.

Daí, certamente resultarão mais diálogos produtivos, voltados para o fortalecimento de laços econômicos, comerciais, financeiros e culturais entre os países de origem dos eventuais participantes.

Dessa prática, resultariam, ainda, parcerias público-privadas interessantes e convenientes à propulsão do desenvolvimento brasileiro, potencializando-se, também, o turismo e toda a infra-estrutura que ele requer, para fazermos deste País, conforme sua reconhecida vocação, um exponencial nessa área.

Enalteço, portanto, a realização da Cúpula América do Sul–Países Árabes e o pertinente e paralelo Encontro Empresarial havido em Brasília e, sobretudo, cumprimento a classe empresarial brasileira – e destaque a do Distrito Federal – dado o seu comparecimento e participação maciça nos citados eventos, numa prova inconteste de que o empresariado do nosso País jamais se omite nas questões preponderantes que respeitem à promoção de atos que impliquem a soberania do País e progresso da Nação brasileira.

Quero também aproveitar para cumprimentar o Itamaraty, que promoveu o encontro, o Governo do Distrito Federal e a Polícia Militar de Brasília. Foi um encontro com as mais diversas autoridades, tudo correndo na mais perfeita harmonia, na mais perfeita ordem, mostrando que Brasília é realmente uma cidade apropriada para os grandes eventos internacionais. Como Capital do País, ela tem essa missão.

Agradeço, Senador Leonel Pavan, o tempo que me foi oferecido e agradeço ao Senador José Jorge.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Nós que agradecemos, Senador Paulo Octávio, porque V. Ex<sup>a</sup> encerrou o pronunciamento três minutos antes do tempo.

O Senador José Jorge havia permutado com o Senador Paulo Octávio; agora, o Senador José Jorge permuta com o Senador Antonio Carlos Magalhães e vai ocupar a tribuna como Líder do PFL.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu estou inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Então, V. Ex<sup>a</sup> fala como Líder da Minoria, ou fala como inscrito?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Eu prefiro falar como inscrito.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O Senador José Jorge, em permuta com o Senador Paulo Octávio, tem dez minutos e mais dois minutos

improrrogáveis, segundo acordo da Mesa com as Lideranças.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Agradeço também ao Senador Antonio Carlos Magalhães nessa pequena confusão de trocas.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, ontem foi um dia bastante importante, em que ocorreram depoimentos graves que praticamente estão tomando a atenção de todo o povo brasileiro. Por exemplo, no **Jornal Nacional** – o mais importante jornal e de maior audiência na televisão brasileira – bem como nos jornais das demais emissoras, a programação praticamente tratou das questões que aqui estão sendo discutidas. Tirando-se o jogo do Brasil, o resto foi exatamente aquilo que nós vimos aqui no Congresso.

Fatos bastante graves e importantes aconteceram ontem, e, por isso, eu gostaria de fazer aqui alguns comentários, em primeiro lugar, em relação ao depoimento do Sr. Maurício Marinho. O depoente começou, na realidade, escondendo uma série de questões, mas, depois, fez um depoimento que considero de extrema gravidade e de muita importância para a CPMI. A partir de agora, aquela Comissão tem um roteiro para investigar, de forma bastante detalhada, o que aconteceu na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. Infelizmente, por enquanto vamos investigar os Correios e Telégrafos, mas aparentemente coisa parecida está acontecendo em outras, como, por exemplo, a Eletronorte, o próprio IRB, a Petrobras, citados pelo Sr. Maurício Marinho.

Vou ler agora o que foi escrito pelo Sr. Maurício Marinho ontem: “Solicito investigar os contratos com as agências de propaganda vinculadas à Secretaria de Comunicação do Governo, através do Departamento de Marketing da ECT e, inclusive, o Ministro Luiz Gushiken”.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, fiz um requerimento, protocolado ontem na CPMI, com o seguinte teor: “Em termos regimentais, requeiro sejam convocados, para prestar esclarecimentos sobre os contratos de publicidade da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, o Ministro da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica da Presidência da República Luiz Gushiken, o Secretário-Adjunto dessa Secretaria, Marcus Vinícius di Flora e também o Subsecretário de Publicidade da mesma Secretaria, Expedito Carlos Barsotti. É exatamente porque essas pessoas trabalham na área de publicidade e, portanto, estão também sob suspensão, tendo em vista não só o depoimento do Sr. Maurício Marinho, como também as próprias palavras do Deputado Roberto Jefferson,

que diz que foi um diretor de uma grande agência de publicidade que levava as malas de dinheiro – a secretária dele já confirmou isso na Polícia Federal –, para pagar o “mensalão”.

Então, na realidade, as agências de publicidade também devem ser investigadas e principalmente os governistas ou aqueles Ministros que cuidam dessa área. Além disso, agora a CPMI tem assim uma série bastante grande de contratos a serem investigados, principalmente, na área de tecnologia, que praticamente usa 60% dos recursos do correio e cujo diretor foi indicado pelo Sr. Sílvio Pereira, secretário do PT, que nem do Governo é. Portanto, não deveria estar se metendo a indicar diretor e nem a despachar no Palácio do Planalto.

Em segundo lugar, vimos a vitória da Oposição no Supremo Tribunal Federal. Desde a época em que o Presidente José Sarney se recusou a fazer as indicações para os membros da CPI dos bingos, nós, da Oposição, temos dito que isso é inconstitucional. Por quê? Porque, na verdade, se o Governo, majoritário, pudesse se recusar a implantar uma CPI, evidentemente a CPI deixaria de ser um instrumento da Minoridade para ser um instrumento da Maioria, o que, na realidade, é um absurdo.

Na realidade, essa foi uma vitória importantíssima. Nós temos que elogiar o Supremo Tribunal Federal pelo papel que vem exercendo de maneira isenta. Nós já ganhamos, nós já perdemos. Estamos ganhando mais do que perdendo, porque, na verdade, o Governo comete algumas arbitrariedades. E se ganhou, como no caso da intervenção no Rio de Janeiro, foi de dez a zero. Agora, nessa outra questão foi nove a um. Portanto, são vitórias praticamente por unanimidade que mostram de qual lado está a razão.

Em terceiro lugar, houve o discurso do Ministro José Dirceu, ou melhor, do ex-Ministro José Dirceu, do Deputado José Dirceu, que voltou para a Câmara dos Deputados. Na realidade, ele está saindo do Governo sob denúncia de corrupção. Ele está sendo afastado sob denúncia de corrupção que, aliás, existe desde o caso Waldomiro. Agora ele volta para a Câmara e, em vez de voltar para colaborar no sentido de minimizar os problemas que estão acontecendo no País, acalmar o que está agitado, não; ele voltou para a Câmara para agitar ainda mais isso que já está tão turvo e tão agitado. Contratou uma claque daqui, de Brasília, possivelmente muitos deles pagos, que foi para lá exatamente fazer aquilo que, na realidade, não era o que se deveria fazer naquele momento, que é agitar e transformar a sessão da Câmara naquilo em que se transformou. Aí outros Deputados, como o Deputado Jair Bolsonaro e outros radicais, transformaram a sessão da Câmara

num espetáculo lamentável, a que o povo brasileiro assistiu. Acho que, aliás, muitos Senadores e Deputados do PT têm dito isso, é hora de nós tentarmos minimizar essas questões e não agitar ainda mais.

Nós vemos todos os dias o Presidente do PT, o ex-Deputado José Genoino, ir à televisão desmentir alguma coisa; todos os dias, ele desmente umas três coisas. São as acusações aparecendo, e ele simplesmente dizendo: “Não. precisa provar, precisa fazer, precisa desfazer. É quem mais mistifica hoje dentro do PT. Infelizmente, o PT está sob alta suspeição. Acho, até, que o PT é mais importante do que o Governo, porque o Governo passa e o PT não. O PT é um partido que demorou 25 anos para ser montado. Agora, resolveu, agora resolveu colocar na sua sede, e sempre aparece quando o deputado José Genoino está falando, a inscrição PT-25, 25 anos. Acho que ele devia tirar isso, porque, na realidade, o número do PT é 13; 25 é o número do PFL. Está fazendo confusão ao pôr o número do PFL junto com a sigla do PT. Eu faria um apelo ao presidente do PT, José Genoino, para que retirasse o número do PFL, porque isso não é bom para nós. Em segundo lugar, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo ao Ministro José Dirceu, no sentido de que agora, como deputado, tire toda aquela empáfia e colabore para que as coisas se acalmem aqui no Congresso e no país, a fim de que tenhamos um Governo que tenha tranqüilidade e possa, efetivamente, governar.

Eu gostaria, também, de comentar a declaração da Deputada Raquel Teixeira – conheço a Deputada Raquel Teixeira, porque trabalho muito na área da Educação e ela foi Secretária de Educação de Goiás, quando eu ocupava o mesmo cargo em Pernambuco. É séria, correta. Na realidade, temos tudo para acreditar na declaração dela, muito mais do que, infelizmente, no Deputado Sandro Mabel. A carreira da Deputada Raquel Teixeira e a do Deputado Sandro Mabel são completamente diferentes. Jamais a Deputada Raquel iria mentir a respeito de um assunto de tal gravidade. Eu não diria o mesmo do Deputado Sandro Mabel, porque, na realidade, as acusações se somam e os sintomas são cada vez piores.

Quero manifestar minha solidariedade à Deputada Raquel Teixeira e dizer que acreditamos inteiramente em tudo aquilo que ela disse.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Concedo-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Senador José Jorge, tenho a convicção de que estamos caminhando na direção de apurar os fatos que representaram uma preocupação muito grande para

o Congresso Nacional, especialmente para nós, do Partido dos Trabalhadores, que confiamos no Presidente Lula e no seu propósito de apurar inteiramente essas acusações. Eu gostaria de expor alguns pontos. Tive oportunidade de estar presente ontem quando o ex-Ministro e Deputado Federal José Dirceu fez o seu pronunciamento. Naquele plenário, a provocação surgiu muito mais de um procedimento, que não está de acordo com as regras parlamentares...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – ..., visto que o Deputado Jair Bolsonaro, sem pedir um aparte, que é a atitude normal, começou a gritar palavras que não eram as mais adequadas no diálogo com um Parlamentar. Com respeito ao número de pessoas que apóiam José Dirceu e que foram à Câmara para ouvir o primeiro pronunciamento dele, tenha V. Ex<sup>a</sup> a certeza de que essas pessoas voluntariamente ali apareceram. Em relação ao depoimento do Sr. Maurício Marinho, houve alguns pontos importantes, entre os quais o seu esclarecimento de que muitas práticas incorretas que caracterizam a ação de alguns setores da Administração Pública – ficou claro na sua exposição – ocorrem há muito tempo. Não se iniciaram...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Comunico que o tempo já esgotou.

Concedo ao Senador José Jorge mais um minuto para encerrar.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Muitas das ações irregulares nos Correios e na Administração Pública começaram bem antes – pelo seu esclarecimento. Esse fato poderá ser interessante para que venhamos a corrigir práticas indevidas no seio da Administração Pública a partir do que agora se apurar. No que diz respeito ao depoimento da Deputada Raquel Teixeira, também fiquei impressionado. Observo que ela, ali, não citou a responsabilidade de qualquer membro do Governo ou do Partido dos Trabalhadores. Foi algo no âmbito do PL pelo menos até o presente momento. Mas é fato que uma Deputada como a Sr<sup>a</sup> Rachel Teixeira expor aquela situação significa um...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador José Jorge, concedo-lhe mais um minuto para que V. Ex<sup>a</sup> encerre até porque já se passaram três minutos além do tempo.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Só para concluir, trata-se de um depoimento que me parece sério e constitui uma contribuição para que venhamos a



acabar com esse tipo de procedimento na história do Congresso Nacional. Eu acho muito importante que ela tenha exposto um assunto de tal gravidade.

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Sr. Presidente, agradeço o aparte do Senador Suplicy. Infelizmente, não concordo com quase nada do que S. Ex<sup>a</sup> disse, mas não tenho tempo para responder.

Gostaria de encerrar dizendo o seguinte: o Presidente Lula...

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Na realidade, Sr. Presidente, gostaria de encerrar dizendo o seguinte: hoje o Presidente Lula requisitou uma rede nacional de televisão para falar ao povo brasileiro.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOSÉ JORGE** (PFL – PE) – Espero que o Presidente Lula seja sincero, que Sua Excelência vá à televisão e diga aquilo que está efetivamente fazendo, porque infelizmente o Presidente não está colaborando para a apuração da verdade. Para instalar a CPMI, a Oposição teve o maior trabalho porque o Governo queria esvaziá-la. Na hora de eleger a direção da CPMI, o Governo, o próprio Presidente Lula, fez com que a CPMI virasse uma CPMI chapa branca.

Espero que o Presidente Lula não use a sua credibilidade, que acha tão alta e que era tão alta, no sentido de defender corruptos ou pessoas que estão assaltando o setor público brasileiro; que Sua Excelência efetivamente passe, a partir desses depoimentos, a colaborar com as investigações.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador José Jorge, V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento em relação ao nome da Deputada Raquel Teixeira.

O próximo inscrito é o Senador Antonio Carlos Magalhães, em permuta com o Senador Marco Maciel.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, qual é a minha ordem de inscrição?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Mão Santa, V. Ex<sup>a</sup> está inscrito conforme a lista e pelo art. 17.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> anistia do art. 17 e que me colocasse preferencialmente para usar a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> será atendido, conforme o Regimento.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHAES** (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, os fatos são mais fortes do que as versões. Fez-se a CPI, conforme salientou o Senador José Jorge, contrariando a vontade de muitos do Governo, ou melhor, de todo o Governo

e de alguns Senadores do PT. Alguns eram favoráveis e a eles, neste instante, cabe a palavra não de agradecimento, mas de louvor à sensatez em virtude dos fatos que estão sendo comprovados.

Não há mais dúvida nenhuma. Nenhum homem ou mulher deste País tem dúvida da corrupção existente, sob o comando do Governo e do Partido dos Trabalhadores, nos órgãos públicos.

Logo no início da legislatura chamei a atenção do Governo. Era fato raro um Presidente chegar com tão grande votação ao Palácio do Planalto e essa oportunidade não poderia ser perdida. Era preciso escolher os melhores, pertencessem a que partido pertencessem, os melhores homens desta República para governar com ele, que não é preparado para o Governo.

Não é nada de mais que ele não tenha preparo; mas se ele não tem preparo, ele é obrigado a cercar-se de quem é preparado, para que não haja o desastre que está havendo neste País, sobretudo, e acima de tudo, o moral.

O Presidente Lula adora ir ao exterior. Com que cara vai chegar o Presidente no exterior doravante quando todos virem que ele é o Presidente do País mais corrupto do mundo, que ele é o responsável por essa corrupção, porque escolheu corruptos para governar com ele; que ele é responsável porque não soube fazer valer-se da força do voto que o povo lhe conferiu? É muito triste. Vai chegar escabreado. Os jornais aqui poderão noticiar outra coisa, mas ele vai chegar triste. Aliás, triste, ele já anda. Nós não somos da sua intimidade, mas sabemos por alguns dos seus íntimos que a sua situação é quase de depressão, porque aquela alegria também pode ser depressão. No sentido médico da palavra, a depressão pode ser alta ou baixa. Nós poderemos ver pessoas altamente felizes mas que são depressivas e outras que estão muito tristes e são também depressivas. Então, quando ele acha que ninguém é igual a ele, que chegou ao poder, que ninguém é igual a ele, tão ético, tão moral, isso não é fruto da normalidade de consciência; é uma normalidade patológica. O Dr. Botelho, nosso colega, conhece bem isso, grande médico que é, já viu esses estados de espírito. Nós também já vimos, em grandes políticos nacionais, isso também acontecer.

Quero dizer aos Senhores que o depoimento ontem do Sr. Maurício Marinho demonstrou clara e insofismavelmente que o loteamento que se fez entre os seus Partidos aliados, onde o mérito para a escolha era ser o pior – quanto pior, melhor. Então, escolheram sempre os piores, e os piores estão aí fazendo um governo desastroso. Não diria que são todos, porque seria injusto. Há em todos os Partidos pessoas competentes, inclusive no PT há uma plêiade de homens

capazes, que foram totalmente esquecidos. E esse esquecimento os levou a uma posição de distância do Partido, que tem hoje um mar de candidatos à disputa da Presidência para, evidentemente, enganar o povo brasileiro.

O Presidente Lula, acredito, tinha propósitos sinceros. Acredito, mas, chegou no governo e não quis utilizá-los. Vejo membros desta Casa que não querem nem que participem do debate, mas, vejo o Senador Eduardo Suplicy, que tem coragem de enfrentar em vários momentos, em outros não, situações difíceis no seu Partido, é popular, é competente, mas não lhe dão oportunidade.

Paulo Paim, esse aqui chegou pelo seu trabalho, pela sua luta. O defensor primeiro – eu me coloco como o segundo – do salário mínimo decente para o trabalhador do País. Ninguém se lembra de chamar para um Ministério Paulo Paim. Tião Viana é outro, sem falar no próprio Aloizio Mercadante, que poderia estar em qualquer Ministério. De modo que a escolha é sempre do pior, porque o pior é mais fácil. O pior se adapta às regras que o PT, infelizmente, traçou quando chegou ao Governo, que são regras totalmente opostas ao PT na Oposição. Tudo o que ele pensava que os outros governos faziam de errado – e não faziam – eles estão fazendo agora como se fosse certo.

Chegou o momento de reflexão. O Presidente Lula fez uma modificação no Governo como se quisesse, com essa modificação, demonstrar ao País que a coisa tinha mudado. Mas não é isso o que o País espera. O País espera que ele tire do Ministério principalmente os que têm o amargo da derrota pelo voto. Um Ministério de 36 pessoas, onde há casos – e não são poucos – que, em um ano, o Presidente só tratou uma vez com o Ministro. Quem governou, mesmo em Estados menores – e aqui há vários Governadores –, sabe que quem sempre cumprir essa rotina do debate diário com os seus auxiliares e com tudo o que acontece evidentemente não governa, é governado. É governado por aquele que leva os papéis para ele assinar e que muitas vezes ele não lê e assina. Isso já aconteceu várias vezes neste País, e nós fomos aqui vítimas disso.

Chegou o momento de o Presidente ainda acertar. Ninguém deseja a sua queda por golpe. Nós queremos que ele vá até o fim, Sr. Presidente, e que seja golpeado nas urnas. E isso eles vão procurar evitar. Como? Desqualificando a CPI. É por aí que passa. Os membros da CPI devem ficar acanhados quando intervêm, porque o povo brasileiro está assistindo a todo esse debate e está vendo aqueles que estão cumprindo seus deveres com o País e aqueles que estão realmente defendendo, não talvez em causa própria,

mas defendendo terceiros, causas tremendas como até o mensalão.

Sr. Presidente, a situação do País é gravíssima. Cada um de nós tem responsabilidade.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais dois minutos.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Atenderei a V. Ex<sup>a</sup>.

Nós não queremos que o País seja destruído pelos maus brasileiros que estão no Governo. Não queremos expulsá-los, por meio de *impeachment*, do Governo, mas nós queremos que eles, por vontade própria, por consciência e por dever com o Brasil, melhorem a sua atuação.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Com prazer, Excelência.

**O Sr. Eduardo Suplicy** (Bloco/PT – SP) – Acho importante que V. Ex<sup>a</sup> esteja ressaltando, como um dos principais Líderes do PFL, que não há propósito algum do PFL, da Oposição de realizar um verdadeiro golpe ou uma campanha para que o Presidente termine o seu mandato antes do que foi definido constitucionalmente. Mas tenha V. Ex<sup>a</sup> a certeza – eu tenho a confiança – de que o Presidente Lula poderá sair dessa situação tão difícil com a maior retidão, decisão e, sobretudo, transmitindo a todos, no Congresso Nacional, que a relação entre o Executivo e Congresso Nacional precisa ser feita em diferentes bases, e não naquela que por tanto tempo prevaleceu, não apenas no Governo Lula, mas durante décadas. E é preciso que a relação entre o Governo e Deputados e Senadores seja feita de tal maneira que cada Parlamentar aqui vote não porque foi designada tal ou qual pessoa, aqui ou acolá, ou porque foi liberada a verba, mas porque considera que um projeto, ou uma emenda à Constituição, ou um nome em votação esteja sendo designado ou proposto pelo Governo porque realmente objetiva o interesse público e o da Nação brasileira, e não o interesse particular do Senador ou Deputado. Isso precisa ser transformado. Avalio inclusive que V. Ex<sup>a</sup>, com sua experiência, poderá colaborar nessa direção. Isso interessa a todos os partidos, ao Congresso Nacional e à Nação brasileira.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Veja que V. Ex<sup>a</sup> disse que há muitas décadas, mas duas décadas e meia já pertencem ao seu partido, que tanto condenava, que tanto reclamava desse tipo de Governo e hoje é quem mais atua dessa forma que condenava, colocando a moral do País tão baixa, como nunca esteve, em relação à sua atuação nos Ministérios. De maneira que sei o quanto V. Ex<sup>a</sup> sofre,

porque é um homem decente. Eu sei o quanto os outros colegas de V. Ex<sup>a</sup> sofrem, porque são decentes.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Eu vou terminar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – É a campanha.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – Mas é indispensável que o Governo se transforme e se modifique com urgência. Quanto à demora, uns dizem que estão esperando o Senador José Sarney chegar; outros dizem que o Senador Renan Calheiros ainda não escolheu; outros dizem que o Vice-Presidente da República precisa mudar, precisa atuar mais forte, porque está ajudando esse fogo amigo que está havendo no Governo da República. É preciso acabar com tudo isso. Que ele pense na votação que o povo lhe deu e na decepção que está trazendo a todo esse povo, inclusive a V. Ex<sup>a</sup>. V. Ex<sup>a</sup> não diz, não deve dizer, mas sabemos que V. Ex<sup>a</sup> é um decepcionado com a atitude do Presidente Lula.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Eu gostaria de informar apenas que, em função do comunicado da Mesa... Mas vamos conceder mais um minuto para o Senador Eduardo Azeredo.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Senador Antonio Carlos Magalhães, assim como V. Ex<sup>a</sup> coloca a sua posição pela sua experiência, pelo seu Partido, o PFL, o PSDB tem a mesma posição, conjunta com o PFL, na questão de nós refutarmos, de maneira muito firme, essa insinuação de que o PSDB e o PFL, as Oposições, o PDT, estivéssemos atrás de uma articulação golpista. Não é, de maneira alguma, essa a forma nossa de trabalhar. A nossa forma é de buscar, nas eleições democráticas, uma mudança para o País. Nós não aceitamos essas insinuações e lamentamos que a postura conciliatória, que a postura madura da Oposição seja confundida com outras maneiras de trabalhar. Não é assim que nós estamos trabalhando. V. Ex<sup>a</sup> tem toda a razão, e o PSDB está solidário nessa busca de caminhos democráticos para solucionar a crise entre o Governo e seus aliados.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> fala com a autoridade de Presidente de um grande Partido, que está agindo assim e que de-seja, como o PFL, que isso ocorra.

Quem está levando o País para o sistema Chávez é o próprio Presidente da República. Nós não queremos também “chavenizar” o Brasil. Nós queremos um Brasil democrático, um Brasil que vá às urnas de quatro em quatro anos e que escolha os seus governantes. Nós não queremos tirar o Lula em nenhuma hipótese. Agora, os amigos do Lula estão forçando a sua saída com os crimes que praticam contra a Nação.

Muito obrigado, Excelência.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Sr. Presidente, permita, com a sensibilidade de V. Ex<sup>a</sup>, que eu participe do debate deste extraordinário estadista de coragem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Infelizmente, eu gostaria...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Eu quero um “felizmente”. Não é um “infelizmente”. “Infelizmente” é a situação do País. Estou buscando o “felizmente”, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Vou conceder ao nobre Senador Mão Santa mais um minuto, porque sabemos que o Senador Mão Santa contribuirá com este debate.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – É muito. Em um minuto Cristo fez o Pai-Nosso. Todos nós estamos ouvindo atentamente o Senador Antonio Carlos Magalhães. Não abrimos mão da democracia, que não tem nada a ver com o PT de José Dirceu, que já encheu. Ele que vá lá para Cuba. A democracia prega a alternância de poder, nesta em que estamos. O meu PMDB tem dois: um que anda atrás de cargo vergonhosamente, e outro que ausculta Ulysses, que disse: “Ouça a voz rouca das ruas”. E a voz rouca das ruas quer alternância, quer que o PMDB tenha coragem como Ulysses, que se lançou anticandidato pela democracia. Isso que eu quero dizer. Sou desse PMDB do povo. E o povo quer alternância de poder...

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> tem absoluta razão nos seus argumentos. Realmente, há o PT do bem e o PT do mal. Mas o PT do bem também não quer essa união com o PMDB. De modo que não sei como isso vai dar, mas de que não vão dar bem, eu estou certo.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, recebemos hoje – todos os Senadores o receberam em seus gabinetes – um comunicado do Presidente Renan Calheiros, para que todos os Senadores possam seguir rigorosamente o que determina o Regimento e o seu tempo. Ontem mesmo eu usei a tribuna e infelizmente não consegui completar o pronunciamento, em função de que o



Presidente de ontem, que era o Senador Tião Viana, disse que ia cumprir o tempo com rigor.

Eu acabei aqui tendo alguma tolerância, pela importância do tema que o Senador Antonio Carlos Magalhães trouxe a esta Casa. Porém, eu gostaria de avisar a todos os Senadores que vamos cumprir aqui o tempo que o Presidente Renan Calheiros determinou.

Concedo a palavra, pela ordem, a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu solicito a palavra pela Liderança do PSB.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Capiberibe, V. Ex<sup>a</sup> quer falar agora, ou após o próximo inscrito, que é o Senador Sibá Machado?

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Se possível, imediatamente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> quer usar a palavra agora? Tem direito, se assim desejar.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Eu posso usar a palavra agora?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Pois não.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> tem cinco minutos.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu vou cumprir rigorosamente, porque considero que o uso do tempo e o respeito ao seu uso é uma forma democrática de nós nos relacionarmos nesta Casa.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr<sup>as</sup> Senadoras, eu hoje amanheci mais otimista, depois de constatar que é possível investigarmos; é possível funcionar a CPI do Congresso Nacional sem paralisar as ações desta Casa e da Câmara. Prova disso é que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o texto da reforma política, que é um passo adiante, uma resposta, digamos, a esta crise que o País está vivendo, à crise política. Na reforma política, vamos acabar com o voto nominal, esse balcão de negócios da política nacional, onde se dá um voto na pessoa, então cada um é proprietário de mandato. Essa reforma, se aprovada na Câmara dos Deputados, como pretende o Presidente Severino Cavalcanti, já na semana que vem, retornará ao Senado Federal, e quem sabe se não conseguimos aprová-la até o final de setembro e fazê-la valer já para o ano? Esse é um passo adiante.

Agora, precisamos dar outros passos mais profundos, precisamos modernizar a burocracia estatal, fazer o que os europeus fizeram já no final do século

XIX, ou seja, tornar a burocracia estatal profissional, reduzir esses cargos de nomeação, de confiança, estabelecer um patamar de 10%, 15%, no máximo, de mudanças para quando mudar o governo, porque senão fica quase ingovernável o País. Toda vez que assume um governo, muda todo mundo, paralisa a máquina pública, e precisamos urgentemente apresentar projetos na direção da modernização. Nós, que governamos nossos Estados – aqui há vários governadores –, sabemos disso, não é necessário modificar, mudar todo mundo, é fundamental valorizar o funcionário público de carreira, porque conhece a máquina. Enfim, essa é uma reforma fundamental para que aos poucos mexamos naquilo que é estrutural e que permite esse festival de irregularidades, de falcatruas que presenciamos na gestão pública do Estado brasileiro.

Outro ponto: o Senado acaba de dar um passo adiante, o Senado criou o sistema de informação gerencial, o “Siga Brasil”, que está aqui nos computadores e que nos permite acompanhar todos os gastos públicos de forma mais simplificada. Mas ainda assim é difícil para o cidadão que não tem intimidade com a Internet, com essa comunicação tão democrática e que pode alcançar a todos nós. Precisamos, ainda assim, avançar no sentido de dar transparência não só aos gastos públicos das receitas e das despesas, porque o aparelho de Estado é o responsável por este grave problema da sociedade brasileira, que são as desigualdades sociais.

Nós sabemos que as falcatruas, as irregularidades, os crimes, são cometidos nas duas pontas da contribuição do cidadão. Na ponta da arrecadação, há os sonegadores, aqueles que se apropriam dos impostos pagos. Alguns escândalos provocaram a investigação nessa ponta da arrecadação, como é o caso aqui de uma grande empresa, dos seus diretores, seus donos, seus proprietários, que foram presos, acusados de se apropriarem dos impostos pagos pelo cidadão. Então, há sim, de fato. E a Receita Federal sabe disso, os fiscais estaduais sabem que há apropriação indevida dos recursos do contribuinte lá na ponta da arrecadação.

A outra ponta, que nós conhecemos todos, está na hora da aplicação do recurso. É o que nós estamos investigando neste momento, foi o que aconteceu nos Correios – e outras denúncias que surgem em todo canto.

Agora, saber que podemos investigar e que tudo pode continuar funcionando, parece-me uma informação importante para todos nós. O Congresso normalmente trabalhando. A Câmara ontem aprovou vários projetos. E no Senado, tenho certeza de que as Lideranças vão dar essa contribuição, para mostrar que



nós temos essas funções todas e que podemos exercê-las muito bem aqui no Congresso Nacional.

Portanto, Sr. Presidente, respeitando o tempo, que sei que é precioso para todos nós aqui, estes três pontos: a reforma política anda, está avançando e espero que para a semana se consolide lá no plenário da Câmara; e a reforma do aparelho do Estado...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)  
– ... nós podemos tomar a iniciativa de contribuir nessa reforma, na modernização do aparelho de Estado e também na transparência de todos os gastos e de todas as decisões públicas.

Veja o que acontece – e todo mundo sabe – quando os Tribunais de Contas iniciam uma auditoria. Isso tem que ser público, e o resultado também tem que ser público, porque senão termina numa negociação entre poucas pessoas, em portas fechadas. Então, a comunicação pela *Internet* pode nos ajudar enormemente a recuperar a confiança que perdemos do cidadão. É inegável que há uma desconfiança atroz e que recai sobre todos nós; não é só sobre a Câmara, não, sobre todos os agentes políticos deste País. E, para recuperar essa confiança, temos que tornar cada vez mais transparentes todos os nossos atos, inclusive o de votar aqui. Acabar esse negócio de voto secreto é um passo decisivo para todos nós.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Senador João Cabiperibe, vou conceder-lhe mais um minuto para que V. Ex<sup>a</sup> encerre o seu discurso.

**O SR. JOÃO CAPIBERIBE** (Bloco/PSB – AP)  
– A votação secreta nesta Casa é uma demonstração clara de que queremos dar transparência a todos os nossos atos.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– O Senador João Capiberibe usou da palavra para uma comunicação inadiável de interesse partidário, nos termos do art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno, pela Liderança do PSB.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Flexa Ribeiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Sr. Presidente, peço a V. Ex<sup>a</sup> a minha inscrição para uma comunicação inadiável.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Na prorrogação da Hora do Expediente, V. Ex<sup>a</sup> terá assegurado o uso da palavra para uma comunicação

inadiável, por 5 minutos, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno.

Os primeiros Senadores inscritos são: João Batista Motta, Eduardo Azeredo. V. Ex<sup>a</sup> é o terceiro.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Obrigada a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Concedo a palavra ao nobre Senador Sibá Machado, por permuta com o Senador Maguito Vilela. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de dez minutos e mais dois de prorrogação.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna para fazer uma reflexão tranqüila, devido a tantas defesas um pouco mais enfáticas que já tenho feito até o momento nesta Casa, daquilo que eu, sinceramente, acredito, do fundo do coração, com todos os ensinamentos que trago da minha família e do meu berço.

Até o presente momento, eu custava a acreditar que pudesse estar havendo no Brasil uma tentativa de se colocar o País numa derrocada. Porém, essa situação começa a incomodar-me.

Ouvi todos os depoimentos até agora. Participei de alguns pessoalmente e tomei conhecimento de outros pela imprensa escrita e televisionada. Começo a crer que há alguém cumprindo um grande e sujo serviço na política brasileira. Fiquei impressionado com o depoimento de ontem e com o que ocorreu hoje – e que ainda deve estar ocorrendo, mas que não tive mais paciência de ouvir.

Estou constrangido de participar de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, mas com vontade, de fato, de prestar a minha singela contribuição para a elucidação de inúmeros acontecimentos que tanto enojam a todos nós.

Sr. Presidente, parto do pressuposto de que uma pessoa que tem a inteligência de montar esquemas tão perfeitos de roubo precisa dispor de tempo para fazer isso, para arquitetar essas ações. Essa pessoa não pode, de uma hora para outra, revelar-se, por milagre, tão hábil para comandar tantos atos. Ouvi, pela imprensa, o caso do Amapá, em que o cidadão chegava ao ponto de ter uma senha do Siafi, que é secretíssima, a que somente poucos têm acesso. Entrava-se tranqüilamente no Siafi, inseriam-se várias Prefeituras no rol da adimplência no início da noite. Elas amanheciam adimplentes, apresentavam seus convênios aos institutos federais e, no fim do dia, eram devolvidas à inadimplência.

Não posso acreditar que uma pessoa tenha aprendido esse esquema em 24 horas, Sr. Presidente. Fiz esta pergunta ontem ao Sr. Maurício Marinho: há quan-

tos anos ele trabalha nos Correios? Ele respondeu: “26 anos”. Em 26 anos, o Sr. Maurício Marinho chegou a ter a mesma impressão que está tendo no Governo Lula? Ele afirmou que o fato ocorreu somente agora. Nunca ele havia ouvido nada errado sobre os Correios até o início do ano de 2004. Eram santos, santíssimos da Trindade.

De uma hora para outra, o Sr. Maurício Marinho, cansado de trabalhar, depois de 14 horas diárias – como se ninguém aqui fizesse isso –, exaurido de seu dia, resolveu pegar R\$3 mil não sei para quê.

Não pretendo tratar dessa questão, mas do fato. Fiz outra pergunta ao Sr. Maurício: se ele tem algo prático e concreto para trazer a esta CPI e que envolva qualquer pessoa. Não interessa quem seja, mas ele precisa dizer-nos se uma única vez ele viu alguém, em algum momento e em determinado lugar, fazendo algo errado. Infelizmente, a resposta foi “não”. Ele nunca viu. Ele suspeita, imagina e pensa.

Eu também penso muitas coisas. Eu sempre acho que o Flamengo deve ganhar do Vasco, mas nem sempre acontece. Sempre acho que o Flamengo deveria ganhar todos os campeonatos, mas não acontece. Eu acho muitas coisas, Presidente. Olha, eu estou impressionado. Hoje recusei-me ir à CPMI. Eu fiquei meditando a noite passada: será que eu estou vendo coisas? Não é possível o que está acontecendo! Uma pessoa no afã de sentar numa cadeira, abrir a boca e dizer que agora só escapou o Papa! Ontem colocou sob suspeição várias, mas várias, pessoas. O que aconteceu com Dr. Hummel, aquilo é intragável! O Procurador-Geral da República do Estado de Mato Grosso imagina que o Dr. Hummel é uma pessoa errada e decretou prisão. Destruíu uma vida e não tem nada. A Polícia Federal não encontrou um telefonema. E esse Maurício Marinho, que pegou R\$3 mil, a única coisa prática que até agora ele trouxe à CPMI foi esses R\$3 mil que ele pegou. Só. Não disse nada ontem, nada!

Como o Sr. Roberto Jefferson: seja homem! Venha a esta Casa e diga quem foi, aonde foi, com quem foi, quanto foi, diga isso! Não fique aqui chutando pro ar, tirando a tranqüilidade de pessoas. Seja homem! Honre as calças que veste e diga de público quem é! Se tiver alguém do PT, ninguém mais do que nós, nesta Casa, terá imediatamente a atitude de colocar para fora do Partido, de colocar à execração pública!

Fiquei ferido ontem e o que me impressiona é que o que ele disse ontem: “ah, eu suspeito que esse contrato...” “Esse contrato passa lá...” Chegou a citar até o Gushiken. E lembrou-se do Gushiken não sei por que cargas d’águas! Como é que funciona um processo de licitação na propaganda dos Correios? O Governo ordenou que qualquer propaganda do governo

passasse pelo crivo do Ministério das Comunicações para que se desse organização a isso. Só que cada setor da iniciativa, da administração indireta, tinha que fazer de maneira própria. E ele se lembrou, não sei por que cargas d’água, de Gushiken. Isso é palhaçada, Sr. Presidente, isso é brincadeira, isso é molecagem! Molecagem da mais alta estirpe, ou da mais baixa, sei lá como queira!

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V.** Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) –** Vou já conceder os apartes, mas desejo terminar o meu pronunciamento. Tenho cinco minutos, dá para ouvir os apartes. Três que me restam e mais dois de tolerância, que é o que a Casa tem feito.

**O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) –** Só vou explicar: são três minutos e mais dois de tolerância. A Sr<sup>a</sup> Serys Silhessarenko pediu aqui que fosse rigoroso, então vou tentar sê-lo. Mas, se for necessário...

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) –** Então, deixe-me ouvir os apartes logo.

Ouçõ a Senadora Ana Júlia, que pediu primeiro.

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) –** Senador Sibá, desejo dizer que agora a defesa mais fácil é o ataque. Alguém que veio aqui depor, que foi visto pegando R\$3 mil, colocando no bolso, passa a atacar genericamente as pessoas. Mas o cidadão que está depondo agora, e estava lá na CPMI, está exatamente expondo para todo o Brasil que esquema que o Sr. Maurício Marinho passou a comandar.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) –** Gerente de esquema é ele!

**A Sr<sup>a</sup> Ana Júlia Carepa (Bloco/PT – PA) –** Exatamente! Dizia que era o chefe, era o chefe, exatamente mais até do que o diretor. Isso é que está testemunhando lá o empresário, e disse, inclusive, o quanto protegia uma empresa que ganhava licitações, quando ia entregar o produto. Nem o laboratório dos Correios aceitava, porque não estava nas especificações, e essa empresa não era multada, essa empresa não era proibida de participar de outra licitação. É lógico que tudo isso vai ser apurado, mas ele está sendo colocado, ali, como chefe de quadrilha.

**O SR. SIBÁ MACHADO (Bloco/PT – AC) –** Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>. Ouçõ o Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) –** Vou apartear V. Ex<sup>a</sup> de pé, porque V. Ex<sup>a</sup> está crescendo muito no PT. Hoje é a figura principal da liderança do PT. Temos visto isso aqui, nas comissões. Agora,

V. Ex<sup>a</sup> seria parceiro e daria um cheque em branco a Luiz Gushiken?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Daria, Sr. Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – V. Ex<sup>a</sup> vai ficar mal na vida.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Daria. Daria. A Gushiken e a todos os demais.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – A todos os demais?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – É. Do PT.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Pelo amor de Deus, não faça isso!

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Do PT, Senador.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Não faça isso.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Do PT. Faria. Um cheque do meu salário. E não posso dar mais cheque do que esse. Só o do salário.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – O Delúbio, em atenção a V. Ex<sup>a</sup>, não vai aceitar, porque não quer prejudicar V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Agradeço o aparte de V. Ex<sup>a</sup>.

Tenho escutado, reiteradas vezes, a expressão “loteamento de cargos”. Quero lembrar aqui, Sr. Presidente, que qualquer pessoa que se elege, que qualquer partido político, ao ganhar uma eleição, o que faz, na República brasileira? Convida a força política que o ajudou a se eleger para montar a sua administração. Todos fazem isso. E o PT ganhou uma eleição, com o Presidente Lula, montou uma base política e convidou essa base política para ajudar na gestão. E pronto. Isso é prática normal, corriqueira e abençoada pela Constituição Federal. A diferença que temos de tratar aqui, Sr. Presidente, é se há ou não há ilicitudes, seja nos Correios ou em qualquer outro lugar. Mas o que vimos até agora, infelizmente, foi um festival de tentativas de colocar uma pecha numa das pessoas que têm tirado o sono de muitos...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – ...por não aceitarem jamais que um operário de baixa escolaridade tenha chegado ao mais alto posto desta Nação. E mais, tentaram por todos os motivos, achando que ele ia errar naquilo que seria o curso natural, por incompetência. Mostrou o Presidente que é um sucesso na sua administração, motivo de sucesso. Agora, estão querendo dizer que é desonesto. Não vão con-

seguir, porque, naquilo que vai ser apurado, e vamos apurar, vou me colocar agora, mais do que nunca, à disposição da apuração. Quero agora ir até o fim, mais do que qualquer um. Coloco-me nessa posição para que, naquilo que for possível, identifiquemos a corrupção, o tamanho dela, sua localização e seus reais responsáveis.

Gostaria muito de continuar o debate, mas estou dependendo do Presidente, que só me concedeu dois minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Sibá Machado, vou lhe conceder mais dois minutos se V. Ex<sup>a</sup> permitir que apenas um dos oradores faça o aparte.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Como já ouvi o Senador Antonio Carlos, concedo o aparte ao Senador Mão Santa. Mas quero 30 segundos para a réplica.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – O Sibá é o quarto Senador do Piauí. Nós o emprestamos ao Acre, mas o Piauí é mais forte. Sibá, União, a Igreja. Lembre-se de Cristo: “Em verdade, em verdade vos digo”. V. Ex<sup>a</sup> disse que dá um cheque em branco para esse povo?

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Para o Sr. Luiz Gushiken, sim, do meu salário.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Sibá Machado, V. Ex<sup>a</sup> é do Piauí, do Município de União, inteligente. Nós o emprestamos para o Acre. Cedemos uma das melhores personalidades que temos. Mas sei que V. Ex<sup>a</sup> é inteligente. V. Ex<sup>a</sup> dá cheque em branco para essa gente? Porque V. Ex<sup>a</sup> sabe que eles já têm tanto dinheiro guardado por aí que não precisam de mais.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – O cheque é da minha confiança. Não se trata de valor financeiro, porque acho que é impagável o valor da confiança que se tem nas pessoas. Vou continuar confiando nos meus companheiros. Tenho absoluta certeza da sua inocência e da seriedade dos seus trabalhos. E o Brasil tem orgulho de ter o Governo que elegeu por mais de 50 milhões de votos.

Sr. Presidente, vou apresentar minha inscrição como Líder para continuarmos o debate daqui a pouco.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O próximo orador inscrito é o Senador Magno Malta. Chegou aqui a autorização da Liderança do Partido Liberal para que S. Ex<sup>a</sup> possa falar por cinco minutos

para uma comunicação urgente de interesse partidário, nos termos do art. 14, II, **a**, do Regimento Interno.

Após o Senador Magno Malta, que falará pela Liderança do PL, teremos na tribuna, uma vez que os oradores estão sendo intercalados, o Senador Antonio Leite.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES. Pela Liderança do PL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de iniciar meu pronunciamento, cumprindo uma promessa que fiz a mim mesmo e à sociedade brasileira de que, até chegarmos ao final da novela PEC paralela, todas as vezes em que fizesse uso do microfone desta tribuna, falaria sobre a matéria e a cobrança.

Senador Paim, Senador Mão Santa, a sociedade está ávida, entristecida como nós e acompanhando de perto o trabalho daqueles que empenhados estão, desde o primeiro momento, para que a PEC paralela seja entregue a seus respectivos donos, em razão de acordos que foram feitos e até agora não cumpridos. E eis aí a chamada “base gelatinosa do Governo”, somada a tantas outras coisas, Senador Sibá, que prejudicam o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, somada ao comportamento vaidoso dos Ministros, que não recebem ninguém, que não atendem telefonema de ninguém. Como o nosso Ministro Humberto Costa, que, quando me devolveu um pedido de audiência, marcou para seis meses à frente; que não respeita o Parlamento; que faz acordo e não cumpre. E estamos cobrando a PEC paralela.

Se os Ministros soubessem – quem dera! – que eles são parte de um todo; que fazem parte de um Governo; que o comportamento do Ministro se reflete no Presidente, na administração; que ele não é um isolado; que não é Ministro de si mesmo e está fazendo um trabalho para si, quem sabe não estaríamos vivendo essa turbulência pela qual passamos.

Apelo para que resolvamos o problema da PEC paralela, conclamando aos Srs. Ministros a que se compenetrem de que fazem parte de um Governo que, como um todo, precisa se comportar, para desempenho melhor da Administração. Digo isso com muita tristeza.

Senador João Batista Motta, o Presidente Lula, juntamente com o Ministro Tarso Genro, a quem faço deferência com muito respeito, assinaram a criação do Campus de São Mateus. O Governo Federal criou o Campus Universitário de São Mateus, que deve abrir sete novos cursos. Isso é bacana. Mas nós, da

bancada federal, não ficamos sabendo. Nem fomos chamados, Senador João Batista Motta, para a assinatura desse ato. Trata-se da criação de um campus importante. Estou com as atas das reuniões, de quando liderei a bancada, assinadas por mim, pelo Senador João Batista Motta, pelo Senador Gerson Camata, por dez Deputados. Quatro atas, de quatro reuniões, e chegamos a este desfecho: ficamos sabendo pela imprensa. Essas coisas, Senador Sibá Machado, os Ministros não entendem.

Fomos eleitos por um povo que confiou nas proposições do presente. Penso que alguém é votado pelo presente, e não pelo que está dizendo que vai fazer. A luta é da bancada. Fica parecendo, na imprensa do Estado, que a bancada federal nada faz. Está aqui. Fico entristecido.

Por outro lado, fico muito feliz pela universidade que São Mateus acaba de receber. Esperamos que o mesmo aconteça com o sul do Estado. Haverá uma reunião em Alegre, na próxima segunda-feira. Os cursos irão. O campus também será montado. Agradecemos a disponibilidade e a boa vontade do Governo em querer fazer justiça ao Estado do Espírito Santo, mas é preciso que a Bancada Federal, os Senadores, os Deputados Federais sejam comunicados das atitudes, porque elas se concretizam a partir da luta de cada um desses Parlamentares.

Sr. Presidente, o meu tempo é muito escasso. Esta semana estaremos comemorando o Dia Internacional de Combate às Drogas, no dia 26. É de conhecimento de V. Ex<sup>a</sup> – aliás, já tivemos oportunidade de debater longamente a esse respeito – que a violência no seio da sociedade brasileira advém atualmente, na sua força maior, do uso, do consumo e do abuso de drogas.

Há muitos anos, Senador Mão Santa, recuperando drogados, tirando pessoas da rua, juntamente com a minha família, acabei conhecendo o outro lado do balcão quando presidi a CPI do Narcotráfico. No exercício da misericórdia, tirei pessoas da rua durante 25 anos e o faço ainda – aliás é o ar que conheço e que gosto de respirar. E, na Presidência da CPI do Narcotráfico, conheci o outro lado do balcão.

A SENAD (Secretaria Nacional Antidrogas), criada ...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – V. Ex<sup>a</sup> dispõe de mais um minuto.



**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – A Senad foi criada pelo Governo Fernando Henrique para gestar políticas preventivas, mas o Presidente, ao sair do Governo, deixou essa Secretaria com R\$68,00 de orçamento. A Senad precisa ser fortalecida, no sentido de gerir políticas públicas, mas não tem como fazê-lo só.

Há muitos anos temos imprimido uma cartilha – o tempo é curto; vim para cá pensando que disporia de dez minutos, porque precisava falar cinco minutos sobre cada assunto. E eu trouxe aqui alguns sinais das novas drogas, as drogas da moda, porque cocaína, maconha, merla, haxixe e *crack* já são drogas conhecidas da sociedade e sabemos do malefício que elas têm produzido, incluindo o somatório da violência advinda tanto do tráfico quanto do consumo. São drogas conhecidas a partir das drogas que estão na legalidade, ou seja, o fumo e o álcool. Nesse ponto, afirmo que somos vítimas de uma sociedade...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Magno Malta, V. Ex<sup>a</sup> é uma pessoa honrada do PL e tem mais um minuto.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Já encerro.

Somos uma sociedade hipócrita, que se alcooliza, que se destrói com nicotina e alcatrão e busca providências na polícia para resolver os problemas dos drogados que estão nas ruas.

A situação dos drogados e a violência advinda disso são muito mais um problema de família que de polícia ou de Governo, porque quem cria filho e quem produz cidadão para a sociedade não é a polícia nem o Governo, mas a família. Então, é importante que abramos os nossos olhos.

Trago, então, essa proposta de cartilha. Muitos aspectos dela significativamente estão nas cartilhas da Senad, que acabam não chegando a todo o Brasil. Esta Casa, que tem um grande parque gráfico, pode muito bem contribuir no sentido de que essas informações primárias e significativas cheguem às mãos do cidadão, da família, do pai, da mãe e, de forma significativa, às escolas, às Câmaras de Vereadores, às Assembléias Legislativas para poder ajudar neste momento em que tratamos de prevenção...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Para encerrar, concedo mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Agradeço. Esse é um assunto muito vasto.

Dia 26 é o Dia Internacional de Combate às Drogas, e aqui conclamo a sociedade. Ao fazê-lo gostaria de ter podido falar sobre o *ecstasy* e o “Boa Noite Cinderela”, as drogas novas que estão na moda e carcomendo os jovens de classe média e média alta, dos melhores e mais maravilhosos condomínios, dos que freqüentam as melhores e as maiores boates deste País, que estão se autodestruindo, levando consigo a sociedade – refiro-me a sua sociedade particular, a sua família – que é carcomida pelas lágrimas, pela miséria das noites não dormidas.

Peço ao Sr. Presidente Renan Calheiros que posamos, pela gráfica do Senado, publicar informações nesse sentido, a fim de produzirmos colaboração.

Sinto muito que o tempo seja tão curto. Agradeço a sua benevolência, Sr. Presidente.

O Senador Mão Santa deseja fazer um aparte. Tenho tempo ainda?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Apenas mais 40 segundos.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Magno Malta, a sua foi a mais séria denúncia: seis meses para marcar uma audiência com um Senador, um Ministro. V. Ex<sup>a</sup> é do Partido do Vice-Presidente da República e representa o Espírito Santo. Nem respeito a Pai, Filho e Espírito Santo essa gente tem. Então, como Shakespeare diz, não tem bem nem mal, Senador Leonel Pavan, o que vale é a interpretação. Felizes...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Felizes somos nós, que não estamos nesse Governo e não precisamos nem saber do nome desses 40 Ministros que não servem ao País. Nossa solidariedade a V. Ex<sup>a</sup>, que é um homem cristão e foi vítima desse desrespeito. Faltou sobretudo aquilo que a santa Dadá ensinou: “Amai-vos uns aos outros.”

**O SR. MAGNO MALTA** (Bloco/PL – ES) – Encerro, Sr. Presidente, agradecido.

Cumprimento Cachoeiro de Itapemirim pelo seu aniversário.

Lembro também aos Senadores Sibá Machado e Ana Júlia Carepa, que são os representantes do Partido do Governo, que sou o autor da CPI dos Bingos. Não me deixaram entrar na CPI dos Correios, mas, pelo menos, deixem-me entrar em uma CPI da qual sou proponente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. MAGNO MALTA EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

*(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)*

## SINAIS GERAIS DO USO DE QUALQUER DROGA

- Mudanças bruscas no comportamento
- Queda do rendimento escolar ou abandono dos estudos
- Queda na qualidade do trabalho, inquietação, irritabilidade, insônia ou, ao contrário, depressão e sonolência
- Atitudes furtivas ou impulsivas, uso de óculos escuros mesmo sem excesso de luz, camisas de manga longa mesmo no calor
- Uso de sons em alto volume
- Troca do dia pela noite
- Síndrome emotivacional

Obs.: a constatação de dois ou três sintomas não significa afirmar positivamente que o jovem está usando drogas.

Contudo, está indicando que ele carece de uma melhor observação e acompanhamento!

### Nicotina

Sintomas e sinais de conduta: irritabilidade, palpitação, tontura, ansiedade e fadiga.

O Brasil tem hoje quase 40 milhões de fumantes.

Cerca de 300 morrem por dia, vítimas de doenças provocadas pelo fumo.

Ao ser queimado, o tabaco produz uma fumaça composta de, pelo menos, 4.800 componentes, sendo 68 deles já identificados como provocadores de câncer.

Alguns aditivos do cigarro:

Amônia: também usada em produtos para desinfetar banheiros

Acetona: também usada para remover esmaltes e tintas

Arsênico: inseticida, também venenoso para seres humanos

Cianeto: veneno usado em câmaras de gás durante a Segunda Guerra Mundial

Tolueno: solvente industrial

Butano: usado como gás de isqueiro

Monóxido de Carbono: gás tóxico emitido na fumaça de carros

DST: inseticida

Naftalina: produto que usamos para matar traças e baratas

Cadmium: usado em baterias de carro

### Álcool

Sintomas e sinais de conduta: desnibição, impulsão, perda da consciência e até coma alcóólico.

### Maconha, Marijuana, Haxine, 0-9-THC

Nomes mais conhecidos da maconha: haxixe, cânhamo, bangh, ganja, diamba, marihuana.

Nomes populares: baseado, erva, tora, beise, fumo, bagulho, fininho.

Sintomas e sinais de conduta: tagarelice, excitabilidade, risadas ou depressão e sonolência. Aumento do apetite (doces), olhos vermelhos congestos, alucinações, distúrbios na percepção do tempo e do espaço.

Elementos acessórios: Odor de relva queimada no local. Presença de vegetal cinza-esverdeado triturado com pequenas sementes lisas, restos de cigarros feitos à mão e odor nas roupas.

Estimulantes, Anfetaminas ou “Bolinhas” e Moderadores do Apetite

Sintomas e sinais de conduta: inquietação, excitabilidade, tagarelice constante, confusão mental, falta de apetite com emagrecimento, insônia, conduta agressiva, boca seca com irritação das narinas, alucinações e dilatação da pupila.

Elementos acessórios: preseça de comprimidos, diversos tipos, hábito de fumar cigaros constantemente, inquietação motora (não pára quieto)

Solvente volátil, Cola de Sapateiro ou de Aeromodelismo, Limpa-tipos, Lança-perfume, Flúidos de Limpeza, Éter, Clorofórmio, Benzina, “Loló”

Sintomas e sinais de conduta: aparência de ébrio, excitação, hilariedade, linguagem enrolada, perda de equilíbrio, olhos vermelhos, nariz escorrendo (constipado), sonolência, inconsciência.

Elementos acessórios: latas ou bisnagas de cola, frascos de lança-perfume, restos de sólidos ou nódoas em panos, lenços ou sacos plásticos.

LSD, DMT, STP, Mescalina, Psilocibina, “Chá de Cogumelo”

Sintomas e sinais de conduta: alucinações, delírios, confusão mental e dificuldade de raciocínio. Risos e choros, atitudes impulsivas e irracionais. Calafrios, tremores, sudorese, pupilas dilatadas, reações de pânico com sensação de deformação no corpo e objetos.

Elementos acessórios: pequenos comprimidos ou drágeas, cubos de açúcar com manchas, restos de cogumelos (com cheiro de esterco), pequenos frascos.



## Cocaína

Sintomas e sinais de conduta: excitação, aumento da atividade, agressividade, idéias delirantes com suspeita de tudo e de todos, palidez acentuada e dilatação da pupila.

Elementos acessórios: septo nasal perfurado e com pequenas hemorragias, pó branco cristalino, objetos metálicos tipo caixa de rapé ou pequenos tubos metálicos.

### Obs.:

- A Colômbia responde por 72% do volume de cocaína em circulação no mundo. E agora também avança na produção de heroína, deixando para trás tradicionais fornecedores como o Afeganistão. Hoje abastece 90% da cocaína e 60% da heroína consumida nos Estados Unidos;
- Em pesquisa realizada em 2001, dois entre cada cem brasileiros relataram ter usado cocaína pelo menos uma vez na vida.

## Ópio, Morfina, Heronina e Narcóticos da Síntese (Alfagan), Pembenyk

Sintomas e sinais de conduta: estupor, analgesia, lacrimejamento, coriza, “pupila em cabeça de alfinete”, sonolência

Elementos acessórios: pós brancos cristalinos ou escuros, ampolas, frascos de xarope, seringas hipodérmicas e acessórios, agulhas, manchas de sangue na roupa, feridas, cicatrizes e abscessos no corpo, dedos queimados.

## CRACK E MERLA

Reputado como uma nova droga, o crack não passa de um novo jeito de preparar e usar a cocaína. Tornando popular nos meados da década de 90, o crack é denominado *pedra* pelos usuários brasileiros

e consumido por via oral (fumado em cachimbo). Menos de 1% dos brasileiros já teve algum contato com crack, segundo pesquisas

A Merla (mela, mel ou melado) é a cocaína apresentada sob a forma de base ou pasta, um produto ainda sem refino e muito contaminado com as substâncias na extração. É preparada de forma diferente do crack, mas também é fumada, trazendo ao usuário os mesmos efeitos da cocaína em pó.

### ECSTASY

Chamada erroneamente de “droga do amor” e de “droga de final de semana”, o ecstasy é considerada uma droga nova em muito conhecida entre a galera que sai à noite na balada, principalmente em raves.

O ecstasy causa uma sensação de euforia e prazer, leveza e poder.

Está muito errado quem pensa que só porque o ecstasy é consumido em final de semana não vicia. Vicia sim! O ecstasy é uma anfetamina, uma droga sintetizada em laboratório.

Anfetamina é estimulante do sistema nervoso central. Ou seja, faz com que você fique “ligado” por mais tempo do que o normal, executando atividades e descartando o descanso. Só que esse cansaço aparece depois que a droga sai do organismo. Quando o usuário for tomar a droga de novo, a energia vem em menor intensidade. Aí, é claro que a pessoa vai tomar uma dose muito maior na próxima vez. O organismo da pessoa vai ficando cada vez mais tolerante à droga e aí vira uma bola de neve. Quando menos se imagina, a pessoa já virou dependente.

Segundo estimativa da ONU, mais de 29 milhões é o número de usuários de ecstasy no mundo.

## BOA NOITE CINDERELA

Chama-se de “Boa Noite Cinderela” a um conjunto de drogas:

- GHB (ácido gama-hidroxiburítico)
- Ketamina (Special K)
- Rohypnol (Flunitrazepam)

O famoso golpe Boa Noite Cinderela, no qual uma droga é dissolvida na bebida, fazendo com que a pessoa perca a consciência de seus atos, tornando presa fácil de um mal intencionado.

Também são conhecidas como “rape drugs” (DROGAS DE ESTUPRO).

Em comum essas drogas apresentam um efeito depressor sobre o sistema nervoso central, principalmente quando combinados com o álcool, que tem efeito similar.

O nome tem origem no uso dessas drogas para dopar vítimas em potencial de assalto ou abuso.

O seu efeito pode durar até três dias.

## PRIMEIRO CONTATO COM ÁLCOOL OU DROGAS

As estatísticas mostram que o primeiro contato com as drogas ocorre já na tenra faixa etária de 8 a 10 anos, seguidos pela faixa etária entre 11 e 14 anos. Quanto aos dependentes de álcool, 24% têm tido o primeiro contato com álcool já dos 8 aos 10 anos. Esta estatística revela a importância do trabalho de prevenção desde a mais tenra idade junto às crianças, e, também, junto aos pais, que normalmente induzem os filhos ao primeiro contato com o álcool.

## ESPÍRITO SANTO

Dados da SENAD – Secretaria Nacional Antidrogas, mostram que em Vitória, no ano de 2004,:

67,6% do estudantes tiveram contato com álcool

22,6% com o tabaco

6,0% com a maconha

2,6% com a cocaína

18,6% com os solventes.



## DADOS ESTATÍSTICOS

- 51% dos leitos hospitalares, psiquiátricos e 30% dos leitos clínicos são ocupados, hoje, pelos dependentes químicos
- A estimativa de perda para o País é de US\$ 1 bilhão por mês em consequência do uso de substâncias químicas.
- 10 milhões de brasileiros são dependentes de álcool; 28 milhões de nicotina; 1 milhão de drogas ilegais.
- 2/3 dos espancamentos de crianças e de agressões entre marido e mulher, ocorrem com a presença de alcoolismo
- 75% dos acidentes fatais de trânsito estão ligados com o abuso de bebida alcóolica
- Recuperação é oito vezes mais barata que prisão  
O presidente da Associação Nacional de Justiça Terapêutica, procurador Ricardo de Oliveira Silva, apresentou estatísticas durante o II Fórum Nacional Antidrogas provando que um preso custa em média R\$ 479 por mês. Já Justiça Terapêutica, com o dependente sendo submetido a tratamento fora da cadeia, este custo é reduzido a R\$ 59.  
A taxa de recaída no uso de drogas nos programas terapêuticos é de 20%. No sistema prisional, a reincidência atinge a 85% dos detentos.
- As vendas de drogas movimentam anualmente a astronômica cifra de 150 bilhões de dólares em todo o mundo – praticamente a metade do que gera a indústria farmacêutica (dados da Divisão de Repressão a Entorpecentes da Policia Federal)

## DOCUMENTO A QUE SE REFERE

## BANCADA DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 6ª Reunião da Bancada do Espírito Santo, da 52ª Legislatura - 1ª Sessão, realizada em sete de maio de 2003, quinta-feira.

Aos sete dias do mês maio de dois mil e três, no Gabinete do Coordenador da Bancada do Espírito Santo, Senador Magno Malta, reuni-se a Bancada Capixaba, Senadores Gérson Camata e João Batista Motta, e os Deputados Feu Rosa, Iriny Lopes, José Carlos Elias, Manato, Marcelino Fraga, Marcus Vicente, Neucimar Fraga, Nilton Baiano, Renato Casagrande e Rose de Freitas. Registra-se a presença do Prefeito de São Mateus, Lauriano Marco Zancanela e dos vereadores Nílís Castberg e Eduardo de Biazzí. Na pauta da reunião foi discutido o futuro e perspectivas para ampliação do Pólo Universitário de São Mateus. Sendo aprovada a proposta do Coordenador, sugerindo que se formalize um ofício ao Ministro da Educação, Cristóvão Buarque, para que na próxima semana a Bancada Capixaba possa apresentar projetos sobre cursos de extensão e manutenção da extensão da UFES e para reivindicar que o Pólo seja transformado em Centro Universitário. Nada mais havendo a tratar, assinam a presente Ata os parlamentares que integram a Bancada do Estado do Espírito Santo.

  
Senador **MAGNO MALTA**  
Senador **JOÃO BATISTA MOTTA**  
Deputada **IRINY LOPES**  
Deputado **MANATO**  
Deputado **MARCUS VICENTE**  
Deputado **NILTON BAIANO**  
Deputada **ROSE DE FREITAS**  
Senador **GERSON CAMATA**  
Deputado **FEU ROSA**  
Deputado **JOSÉ CARLOS ELIAS**  
Deputado **MARCELINO FRAGA**  
Deputado **NEUCIMAR FRAGA**  
Deputado **RENATO CASAGRANDE**

**BANCADA DO ESPÍRITO SANTO**

**Ata da 8ª Reunião da Bancada do Espírito Santo, da 52ª Legislatura - 1ª Sessão, realizada em 03 de junho de 2003, terça-feira.**

Aos três dias do mês de Junho de dois mil e três, no Gabinete do Senador Magno Malta, com a presença dos senhores Senadores Gerson Camata e João Batista Motta, e dos Deputados Feu Rosa, Iriny Lopes, José Carlos Elias, Manato, Marcelino Fraga, Marcus Vicente, Neucimar Fraga, Nilton Baiano, Renato Casagrande e Rose de Freitas, reuniu-se a Bancada de congressistas do Estado do Espírito Santo, sob a Coordenação do Senador Magno Malta. Registrou-se a presença do Reitor da Universidade Federal do Espírito, José Weber Freire Macedo. Tendo como pauta a discussão da interiorização da Universidade, a bancada, em comum acordo, estudará as potencialidades de cada região para esboçar o projeto de ampliação da UFES. O Senador Magno Malta propôs ao Reitor que se trabalhe um ante projeto, para que então seja apresentado a Lideranças, Secretários e Prefeitos das regiões envolvidas. Após a concordância geral, a Bancada articulará junto ao Governo Federal na busca da concretização do Projeto.

Nada mais havendo a tratar, assinam a presente Ata os Deputados e Senadores da Bancada Federal do Espírito Santo.

  
Senador **MAGNO MALTA**  
Senador **GERSON CAMATA**  
Senador **JOÃO BATISTA MOTTA**  
Deputado **FEU ROSA**  
Deputada **IRINY LOPES**  
Deputado **JOSÉ CARLOS ELIAS**  
Deputado **MANATO**  
Deputado **MARCELINO FRAGA**  
Deputado **MARCUS VICENTE**  
Deputado **NEUCIMAR FRAGA**  
Deputado **NILTON BAIANO**  
Deputado **RENATO CASAGRANDE**  
Deputada **ROSE DE FREITAS**

**BANCADA DO ESPÍRITO SANTO**

**Ata da 27ª Reunião da Bancada do Espírito Santo, da 52ª Legislatura - 1ª Sessão, realizada em dois de dezembro de 2003, terça-feira.**

Aos dois dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, na Sala dos Senadores da Biblioteca do Senado Federal, reuni-se a Bancada Federal do Espírito Santo, com a presença dos Deputados Neucimar Fraga, Manato, Rose de Freitas, Marcelino Fraga, Nilton Baiano e Renato Casagrande. Justificou sua ausência a Deputada Iriny Lopes por estar recebendo homenagem na Assembléia Legislativa do Espírito Santo. O Deputado Neucimar Fraga foi designado pelo Coordenador da Bancada, Senador Magno Malta a conduzir a reunião. Registra-se a presença do Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, José Weber Freire Macedo, do Vice-Reitor, Rubens Sérgio Rasseli, do Pró-Reitor de Graduação, Sr. Renato Pirola e da Assessora de Gabinete da Universidade, Sra. Inajara de Moraes Peres. A Reitoria veio até a Bancada pedir apoio junto ao Ministro da Educação, Cristóvam Buarque, para que seja nomeado o novo Reitor da UFES, que por votação interna na Universidade tem como indicado o Sr. Rubens Sérgio Rasseli, Vice-Reitor. O Deputado Neucimar Fraga propôs a elaboração de um documento que será encaminhado ao Ministro onde a Bancada apoiará a indicação do Sr. Rubens Sérgio Rasseli, a sugestão foi acatada por todos. O Sr. Rubens Sérgio Rasseli pediu que a Bancada participe ativamente da Instituição, atendendo a Universidade quando a mesma necessitar. Disse ainda, esperar que a partir do ano que vem, o Congresso seja um prolongamento da UFES. Sugeriu, também, uma reunião da Bancada com o Governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, pois acredita que o Governo e a Bancada poderão fortalecer o pleito junto ao Ministro. A Deputada Rose de Freitas discordou, dizendo que a Bancada precisa se fortalecer primeiro entre eles, para depois tentar reaproximação com o Governo. O Reitor José Weber retornou ao assunto abordado em audiência anterior, sobre o Projeto de interiorização da UFES, e disse que o maior problema é a decisão do local da construção da extensão da Universidade. O Deputado Renato Casagrande indicou os municípios de São Mateus e Alegre, pois segundo o mesmo, ali se tem uma boa estrutura física, de pessoal e laboratórios, e que ficaria mais barato a construção devido aos recursos existentes. O Deputado Marcelino Fraga falou da necessidade do município de Colatina, que tem uma demanda de quase dois milhões de pessoas, que não têm condições financeiras de freqüentar uma das duas universidades particulares que ali existem. Disse ainda, que é preciso que sejam criados novos cursos nas áreas de petróleo e granito, que são dois dos principais recursos que o Estado dispõe. O Deputado Neucimar Fraga, falou da importância de se fazer uma profunda análise técnica, incluindo o percentual da população que poderá ser beneficiada com a criação de novos campus e cursos. A mesma opinião foi relatada pelo Deputado Manato. O Reitor, Sr. José Weber, disse que a Instituição irá fazer um levantamento de critérios, como populacional e renda dos municípios que têm prioridade, para então apresentar à Bancada. Ficou decidido, ainda, que brevemente a Bancada marcará um café da manhã, que poderá ser na Universidade, para continuação das discussões e conclusões de tais questões. Nada mais havendo a tratar, assinam a presente Ata os parlamentares que integram a Bancada do Estado do Espírito Santo.



Deputado NEUCIMAR FRAGA



Deputado MANATO



Deputado NILTON BAIANO



Deputado RENATO CASAGRANDE



Deputado MARCELINO FRAGA



Deputada ROSE DE FREITAS



**BANCADA DO ESPÍRITO SANTO**

**Ata da 30ª Reunião da Bancada do Espírito Santo, da 52ª Legislatura - 1ª Sessão legislativa, realizada em dezessete de dezembro de 2003, quarta-feira.**

Aos dezessete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e três, no Gabinete do Coordenador, Senador Magno Malta, reuniu-se após a devida convocação, a Bancada de Congressistas do Espírito Santo. Presentes o Senador Magno Malta e os Deputados Manato, Neucimar Fraga, Nilton Baiano, Marcus Vicente, Renato Casagrande e Rose de Freitas. Dentre outros assuntos, a reunião teve como pauta a discussão das seguintes propostas apresentadas pela Deputada Rose de Freitas, em relação à LOA-2004: 1 - modificação do título da emenda de Bancada nº 71090014, incluída no Relatório da Área Temática nº "IX" - Integração e Meio Ambiente para Construção de Barragem nos municípios do Norte do Espírito Santo; 2 - O remanejamento dos recursos financeiros acordados com o Relator Setorial nº "VI" - Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Esporte e Turismo, que seriam destinados à CEFET - ES Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Educação Profissional - EMENDA Nº 71090010 e UFES - Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino no ES, Emenda nº 71090011, para "Implantação de Núcleos de Esportes nos municípios do Estado do Espírito Santo"; 3- O remanejamento dos recursos financeiros da Emenda de Bancada nº 71090015, do Relator Setorial nº "V" - Construção de Trechos Rodoviários na BR - 342, totalizando em R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais), para construção de trechos rodoviários, no Estado do Espírito Santo, Emenda nº 7190007 - Construção de Trechos Rodoviários no Estado do Espírito Santo, no valor de R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais). Após discussões, a Deputada Rose de Freitas ficou encarregada de colher as assinaturas de apoio e encaminhá-las ao Senhor Relator Geral da LOA-2004, com as cópias dos ofícios anexadas à presente Ata. Outro assunto discutido, foi o Ofício de nº 309/2003, enviado pelo Deputado Renato Casagrande, solicitando que a Emenda de Bancada ao Orçamento da União de 2004, sob o título "Apoio a Projetos de Desenvolvimento de Setor Agropecuário no Estado do Espírito Santo", Funcional Programática nº 20.606.999.xxx.402.0000, seja destinada 50% para a modalidade de aplicação "30" e 50% para a modalidade de aplicação "40". O Coordenador, Senador Magno Malta, colocou o assunto em discussão, não obtendo quorum regimental para aprovar a mudança na emenda de bancada ao Orçamento da União para 2004, conforme solicitado pelo Deputado Renato Casagrande. Isso ocorreu porque de acordo com o art. 24 inciso II da Resolução nº 2001 do Congresso Nacional, exige-se que as emendas coletivas sejam aprovadas por dois terços dos Deputados e dois terços dos Senadores da respectiva unidade da Federação. Não havendo nada mais a ser tratado, a reunião foi dada por encerrada e o presente termo assinado pela Bancada Federal do Espírito Santo.



Senador **MAGNO MALTA**



Deputado **MANATO**



Deputado **NILTON BAIANO**



Deputada **ROSE DE FREITAS**



Deputado **NEUCIMAR FRAGA**

Deputado **MARCUS VICENTE**



Deputado **RENATO CASAGRANDE**

Jornal A Gazeta, dia 17/06/2005

## CIDADES > EDUCAÇÃO

### São Mateus ganha campus universitário em 2006

*Sandra Pacheco*

São Mateus. A luta pela criação de Centro Universitário em São Mateus, no Norte do Estado, tem sua primeira vitória. O Governo federal pretende criar um campus universitário na cidade em 2006. O Pólo Universitário de São Mateus – que possui atualmente dois cursos – será ampliado e deverá oferecer nove cursos.

O anúncio foi feito ontem em Brasília pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na solenidade de entrega do projeto acadêmico da Universidade Federal do Grande ABC, em Santo André, São Paulo.

O Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior do Ministério da Educação (MEC) prevê a construção de 21 novos campi no país em 2006, incluindo o de São Mateus.

Os outros ficam em São Paulo, Minas Gerais, Bahia, Alagoas, Pernambuco, Ceará, Paraíba, Maranhão (com um campus cada um); Piauí, Goiás, Mato Grosso (com dois campi); e Amazonas e Rio Grande do Sul (ambos com três campi).

**Investimento.** Para a criação do campus de São Mateus, serão disponibilizados R\$ 8 milhões. Provavelmente, a estrutura será erguida no mesmo terreno onde já funciona o Pólo Universitário. Dos atuais 244 alunos, a extensão da Ufes em São Mateus deverá atingir 2,1 mil alunos em quatro anos.

O reitor da Ufes, Rubens Rasseli, comemorou a inclusão de São Mateus na lista. Segundo ele, a iniciativa da Ufes – que pediu a ampliação do projeto de interiorização – e a mobilização dos municípios do Norte foram fatores decisivos para a criação do novo campus.

**Cursos.** Segundo a Ufes, a comissão criada para preparar o projeto que será entregue ao ministro já constatou que a região comporta implantação de nove cursos. A proposta é criar cursos inéditos no Estado nas áreas de Saúde e Tecnologia.

O estudo também aponta a abertura de 450 vagas por ano. A

previsão do MEC é contratar de 80 a 100 professores para cada um dos novos campi.

O gestor do pólo, Manoel Aranha, ressaltou que, durante a mobilização da comissão pró-universidade – formada pelo Pólo, Associação dos Ex-alunos e diversas entidades – enfrentou desavenças com pessoas que preferiam lutar apenas pela universidade. "Esse é um projeto para o futuro." A coordenadora da comissão, Zenilza Pauli, ressaltou que "com o campus será mais fácil se lutar pela universidade".

### **População fica na expectativa**

#### **"Não posso pagar faculdade particular"**

*Rosiere de Souza, 16 anos - Vendedora*

"Conclui o Ensino Médio há um ano e meio e ainda não tive possibilidade de fazer faculdade. Não quero Educação Física nem Matemática, mas também não dá para pagar por uma faculdade particular. Espero que tenha algum curso do meu interesse, que é Propaganda."

#### **"A cidade vai ganhar mais respeito"**

*Janerson Rodrigues, 23 - Empresário*

"A cidade vai ganhar mais dignidade e respeito, porque os moradores daqui têm poucas opções. Se essa ampliação ocorrer, vai ser ótimo porque isso também vai atrair empresas. Quero fazer uma coisa que eu gosto, e não fazer por fazer. Gostaria de cursar Ciências da Computação."

#### **"Estudar em outra cidade é muito difícil"**

*Mayane Vasconcelos, 18 - Estudante*

"Se isso acontecer mesmo, vai ser ótimo porque largar tudo para estudar em outra cidade é muito difícil. Já estou pesquisando para fazer faculdade no ano que vem. Vou ficar de olho para ver se esse campus vai se tornar realidade mesmo. Senão, vou ter que pagar por uma faculdade particular."

### **Pólo Universitário**

#### **O presente**

**Cursos:**

São oferecidos os cursos de Matemática e Educação Física

**Alunos:**

344 (dados de 2004), sendo 134 de Matemática e 110 de Educação Física

**O passado****Criação:**

Em 1991, como Coordenação Universitária de São Mateus (Ceunes)

**Cursos:**

Biologia, Pedagogia, Letras, Matemática e Educação Física

**Formados**

1.812 alunos se formaram no pólo nestes 14 anos, sendo 204 em Biologia; 433 em Pedagogia; 240 em Letras; 514 em Matemática; 421 em Educação Física

**O futuro****Cursos:**

Nove cursos, ainda não oferecidos pela Ufes, devem ser abertos, nas áreas de Saúde e Tecnologia

**Vagas:**

Serão 450 novas vagas por ano, totalizando 2,1 mil alunos quando todos os cursos estiverem implantados

**Turmas:**

Devem ser maiores que a média atual, de 40 alunos por turma

**Objetivo:**

Atrair alunos de 21 municípios na região de São Mateus



# Criado campus de São Mateus

**O governo federal criou o Campus Universitário de São Mateus, que deve abrir sete novos cursos**

O presidente da República, Lutz Inácio Lula da Silva (PT), assinou ontem a criação do Campus Universitário de São Mateus, que vai am-

pliar a oferta de vagas da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) no Norte do Estado, com previsão de abertura de sete cursos de graduação na região.

Com o objetivo de atender a carência de atividades acadêmicas no Norte capixaba, a medida vai possibilitar que o espaço onde está instalado o Pólo Universitário de São Mateus abrigue o campus.

Também viabiliza a abertura de 450 vagas com as novas atividades, segundo informou a assessoria de imprensa da Ufes.

A decisão do governo também prevê a descentralização universitária, com a autonomia orçamentária, destinando recursos diretamente para o campus.

Na próxima semana, a Ufes deve apresentar mais detalhadamente os planos para o governo. A intenção é abrir cursos na áreas de saúde e tecnológica que não estão disponíveis nos outros campus da instituição.

Ainda não há prazos definidos, segundo a assessoria da universidade, para a consolidação da ampliação.

Representantes da comunidade local já definiram as áreas que eles consideram prioritárias: turismo, petróleo, agricultura, comércio e meio ambiente.

O anúncio da medida federal foi feito pelo ministro da Educação, Tarso Genro, que entregou ao presidente da República o documento que foi assina-

do e divulgado hoje no Diário Oficial da União.

Para a construção da infraestrutura do novo campus, o governo vai incluir no orçamento do próximo ano R\$ 25 milhões.

No documento, Tarso Genro disse que a região de São Mateus agrega quatro cidades, estendendo-se por uma área de 4.669,70 quilômetros quadrados e concentrando uma população de 157.575 habitantes.

O deputado federal Renato Casagrande, líder do PSB na Câmara, participou da solenidade e ressaltou a importância da criação do campus para atender a demanda de graduação na região Norte.

## PROJETO DE LEI Nº 2.913, DE 2004

(Do Sr. Neucimar Ferreira Fraga)

**Dispõe sobre a criação de Universidade Federal na Região Norte do Estado do Espírito Santo, no Município de São Mateus e dá outras providências.**

Artigo 1º Fica o Poder Executivo autorizado a instituir Universidade Federal no Município de São Mateus, na região Norte do Estado do Espírito Santo;

Parágrafo único. A Universidade Federal do Norte do Espírito Santo terá por objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento dos cursos efetivamente oferecidos e promover a extensão universitária garantida a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e o desenvolvimento regional do Estado do Espírito Santo;

Artigo 2º A Universidade Federal do Norte do Espírito Santo terá personalidade jurídica a partir da inscrição de seus atos constitutivos no registro civil das pessoas jurídicas do qual será parte integrante seu estatuto devidamente aprovado pela autoridade competente;

Artigo 3º A implantação da Universidade Federal do Norte do Espírito Santo fica sujeita à existência de dotação específica no orçamento da União e ao disposto na Lei nº 9.962, de 22 de fevereiro de 2000.

Artigo 4º Esta lei entra em vigor no ato de sua publicação. – **Neucimar Ferreira Fraga**, Deputado Federal – PL/ES.

### Justificação

O Município de São Mateus, destacado e importante em toda Região Norte do Estado do Espírito Santo, destaca-se pela presença regionalizada de unidade de exploração da Petrobrás, como também por sua importância para a economia e desenvolvimento dos municípios vizinhos.

A implantação de um centro superior de ensino na região, cumpre, para o Estado do Espírito o papel de permitir-lhe a regionalização e interiorização do desenvolvimento, permitindo a municípios do interior crescimento sustentável e clara melhoria da qualidade de vida.

Ademais, o Estado do Espírito Santo, tem se destacado pela descoberta de novos mananciais petrolíferas, sobretudo em sua região Norte que ensejam a necessidade de oferta de ensino superior qualificado de modo a atender a crescente demanda do mercado associado ao desenvolvimento de todo o Estado conforme dito supra.

Em recente estudo publicado pela Associação de docentes das Universidades Paulistas constatou-se que Atualmente, apenas cerca de 24% dos jovens

paulistas se matricula em uma instituição de ensino superior, seja pública ou privada.

Embora esse percentual de matrículas seja superior ao dos demais estados brasileiros, ele é inferior à média de diversos países sul-americanos (Argentina, Venezuela, Peru, Chile e Uruguai). Além disso ele é muito inferior ao que se observa nos países desenvolvidos, onde a taxa de matrícula supera, e às vezes em muito, 60%”.

Mediante a certificação de tais dados, observa-se que é grande a demanda por ensino superior no Brasil, razão pela qual resta oportuna e necessária a ampliação da oferta de ensino superior tendente a viabilizar o aumento de vagas e sua oportunidade a comunidades interioranas. – **Neucimar Ferreira Fraga**, Deputado Federal – PL/ES.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Pela ordem, Senador Flávio Arns.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pela ordem.) – Eu gostaria de solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que me inscrevesse também, na seqüência, pela Liderança do Partido, conforme documento já entregue a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Já foi entregue à Mesa documentação assinada pelo Delcídio Amaral, autorizando que o Senador Flávio Arns possa, como Líder do PT, usar da palavra por cinco minutos para comunicação urgente de interesse partidário, conforme art. 14, inciso II, alínea **a**, do Regimento Interno.

Como estamos intercalando a tribuna, o próximo orador inscrito é o Senado Antônio Leite. Após o pronunciamento de S. Ex<sup>a</sup>, serão concedidos cinco minutos, pela Liderança do PT, ao Senador Flávio Arns.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes que o Senador inicie seu pronunciamento, eu queria saber se teremos Ordem do Dia.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Sr. Senador Sibá Machado, está havendo reunião de Líderes com o Presidente da Casa. Se houver acordo para haver votação, certamente teremos Ordem do Dia. Por enquanto não há comunicação alguma do Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Eu queria me inscrever pela Liderança do Bloco, mas estou em dúvida se o faço antes ou após a Ordem do Dia. Por isso estou aguardando. Esperarei mais tempo e, depois, farei a solicitação.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Peça a compreensão do Senador Sibá Machado para

esperar o resultado da reunião das Lideranças. Caso houver um acordo, V. Ex<sup>a</sup> poderá ser inscrito.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Antônio Leite.

**O SR. ANTÔNIO LEITE** (PMDB – MA. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, uma das grandes preocupações ou dos grandes anseios das sociedades atuais repousa na questão da qualidade de vida. Os avanços do conhecimento e do progresso científico e tecnológico e o aumento do apelo ao consumo dos bens produzidos nesses setores proporcionaram às pessoas e às comunidades não apenas as informações sobre os recursos disponíveis para melhorar a qualidade de vida, mas também conhecimento sobre a etiologia e as formas terapêuticas mais adequadas ao tratamento das doenças. Nessa área, ainda restam alguns desafios grandes a vencer, mas as pesquisas estão avançadas e não param. Todos sabemos dos problemas que permanecem no que diz respeito ao câncer, essa terrível doença que tanto sofrimento causa às pessoas acometidas, seja pelas características próprias, seja pelas formas do tratamento, que exigem longo tempo, freqüentemente são invasivas e têm desagradáveis efeitos colaterais.

No Estado do Maranhão, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, de acordo com informações da Associação de Amparo aos Pacientes de Câncer da Região Tocantina – Ampare, 91% da população atingida pelo mal não encontra estruturas para o tratamento recomendado, porque existe no Estado apenas um Centro de Alta Complexidade em Oncologia – Cacon, localizado na cidade de São Luís.

Grande parte dos doentes, no entanto, não procura o centro de São Luís para tratar o seu problema, porque são pobres e, portanto, não têm condições para se deslocar até a capital, pois isso tem custo, custo de locomoção, de alimentação, de hospedagem, não apenas para si, mas também para o acompanhante.

Além disso, o centro de São Luís vive congestionado pela alta demanda, sem condições de atender a todos. Por outro lado, os hospitais do interior e os postos de saúde, sem recursos físicos e humanos, são evitados pelos pacientes por temerem orientações e terapias erradas.

Há necessidade premente de mais um centro especializado no Estado. A sede ideal do novo centro é a região tocantina, na cidade de Imperatriz, que, aliás, já foi visitada, em 2004, por técnicos do Ministério da Saúde e do Instituto Nacional do Câncer – Inca, os quais deixaram recomendações, consignadas em Protocolo

de Intenções, para viabilizar a implantação do hospital do câncer: pré-projeto e alguns outros requisitos de ordem legal. No nível do Estado e do Município, porém, infelizmente, ainda não foram cumpridas as relações técnicas. Tal fato pode ser de extrema gravidade porque, após dois anos, Imperatriz poderá perder a oportunidade de ver instalados os equipamentos que lhe foram assegurados pelo Governo Federal. Com isso, ficará prejudicada toda a população carente do Estado do Maranhão, do sul do Estado do Pará e do norte do Estado de Tocantins.

Lanço aqui o meu apelo, em nome dessa população que padece silenciosa a falta de recursos para tratar seus males, a todas as autoridades competentes, no âmbito do Município, do Estado e do Governo Federal. Apelo em particular ao Ministério da Saúde para que prorrogue o prazo de vencimento do Protocolo de Intenções acima referido e, paralelamente, disponibilize recursos para construção ou compra da estrutura para a instalação do hospital do câncer. Tenho plena confiança na ação dos Poderes públicos para atendimento dos anseios de mais de um milhão de pessoas da região tocantina que necessitam e esperam a solidariedade, a sensibilidade e a determinação para terem a qualidade de vida mínima no que diz respeito às suas necessidades de cuidar da saúde de suas famílias.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonal Pavan. PSDB – SC) – De acordo com o critério de alternância entre Líderes e oradores inscritos, terá a palavra, pelo prazo de cinco minutos, pela Liderança do PT, o Senador Flávio Arns.

Comunico ainda ao Senador Sibá Machado que está presente o Senador Delcídio Amaral, Líder do Bloco e do PT, que já havia autorizado o Senador Flávio Arns a falar pela Liderança do PT. Portanto, fica prejudicado o pedido do Senador Sibá Machado.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR. Pela Liderança do PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, eu também gostaria, sim, de pensar um pouco, refletir junto com os Senadores e com a sociedade a respeito das dificuldades pelas quais o Brasil vem passando no momento.

Se pensarmos no combate à corrupção, eu diria que esse tem que ser o objetivo não só de um Partido político, mas de toda a sociedade brasileira. Se falarmos com qualquer setor da sociedade, o povo, por unanimidade, vai dizer que o combate à corrupção é prioritário. Ele tem que acontecer. É o dinheiro que está faltando, faltam políticas públicas para a cidadania, para que os direitos sejam assegurados à criança, ao idoso, ao menino de rua, falta educação,

saúde, trabalho. São muitas as necessidades que o Brasil tem; faltam recursos por diversos fatores, entre eles a corrupção.

Temos que analisar também que, no Governo atual, muitas coisas estão sendo enfatizadas de uma maneira boa, correta. Se olharmos o trabalho da Procuradoria-Geral da República, do Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles, de todo o grupo do Ministério Público Federal e também do Ministério Público do Trabalho, veremos que estão fazendo um trabalho efetivo e do qual temos que nos orgulhar, sem dúvida alguma. Isso é positivo.

Também é positivo o sorteio que faz a Controladoria-Geral da União para selecionar os Municípios sobre os quais deve recair um exame sobre a correção das verbas públicas aplicadas neles. Isso começou no Governo passado e foi consolidado neste, podendo melhorar muito mais ainda.

O trabalho da Polícia Federal, com dezenas de operações no Brasil, é também algo bom, pois a corrupção vem sendo combatida, não apenas no meio político, no Legislativo, mas também no Executivo, na própria Polícia Federal, no Judiciário, entre os empresários. A situação mudou, e vem mudando também o próprio conceito que a sociedade faz dessas iniciativas todas.

Surgiram problemas com um enfoque que envolve diretamente parlamentares e partidos políticos. Sem dúvida alguma, eu diria, esses fatos devem ser esclarecidos à sociedade e investigados até o fim. Há apenas um caminho, uma solução: investigar os acontecimentos, completa e totalmente, de forma transparente, para que toda a sociedade saiba que tudo foi feito de maneira adequada.

Quero abordar três aspectos em relação a todos esses fatos. O que podemos fazer para contribuir e proporcionar o clima de tranquilidade e segurança que o País merece, inclusive para o povo saber em que sentido devemos enfatizar a nossa caminhada? O primeiro aspecto refere-se ao fato de que o Maurício Marinho não apresenta provas, não faz isso nem faz aquilo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Houve uma confusão tremenda na CPML. Isso pode estar ocorrendo, mas o objetivo daquela Comissão é deixar tudo claro. Esses depoimentos e tantos outros que já foram aprovados devem deixar tudo absolutamente transparente. Se alguém fizer uma declaração falsa, que seja punido. Aqueles que forem indicados, caso tenham culpa demonstrada, também devem ser punidos.

Houve fatos importantes na CPI, Sr. Presidente. Ontem, a manifestação do Senador César Borges, do

PFL, e a do Senador Pedro Simon foram no sentido de assegurar para a sociedade que aquela questão de CPI chapa-branca não estava ocorrendo. O próprio Senador César Borges, que concorreu com o Senador Delcídio Amaral...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (PT – PR) – ... apontando, Sr. Presidente, no sentido de mostrar a transparência dos trabalhos.

Mas poderíamos ir adiante ainda. Devemos acabar com essa discussão de que se está tentando aplicar um golpe no Brasil. Falo como parlamentar do PT. O que todos temos que querer é transparência.

Vejo o Presidente do PSDB Nacional, o Senador Eduardo Azeredo, meu amigo de longos anos. Nenhum de nós jamais imaginaria o Presidente do PSDB, uma pessoa correta e valorosa, que pensa no Brasil, planejando qualquer tipo de golpe para o País. Eu fazia este comentário agora há pouco: é necessário parar com essa conversa.

O mesmo ocorre em relação ao Senador Jorge Bornhausen, que já prestou tantos serviços ao Brasil.

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Flávio Arns, concedo mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup> para concluir.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – O Senador Jorge Bornhausen já conduziu tantos trabalhos adequados e corretos para o Brasil, como Senador e Governador. Trata-se de pessoa que atua com as Apaes no Brasil inteiro e respeita os movimentos sociais. S. Ex<sup>a</sup> está longe de pensar em termos de golpe. Ao contrário, todos temos o desejo de que tudo seja apurado. Há que ser apurado e não há outra solução. O esforço deve ser nessa direção.

Causa ainda muita discussão a questão de o nosso Presidente Lula ter sido um operário que veio da área sindical. Foi ótimo. Mostrou que o Brasil é maduro. Vamos parar com essa discussão também de que haveria setores da sociedade que estariam com inveja desse fato. Nós, do PT, temos que responder às demandas, às necessidades do Brasil e principalmente da transparência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Senador, permite-me um aparte?

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Infelizmente, não é possível conceder aparte agora porque o Senador estava inscrito pela Liderança do PT por cinco minutos, e não caberia aparte.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Mas trata-se de uma fala tão sensata, tão importante.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães pela ordem.

**O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES** (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Presidente do Partido, o Senador Tasso Jereissati, que é um grande líder, e eu desejávamos felicitar o Senador Flávio Arns pela colocação sobre este assunto. S. Ex<sup>a</sup> é realmente um petista autêntico e coloca com muita propriedade este assunto para todos nós, brasileiros, que não queremos golpe.

**O Sr. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Tasso Jereissati.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também gostaria de ressaltar a importantíssima palavra do Senador Flávio Arns, que, na verdade, representa o verdadeiro e o puro PT, aquele que tem os seus ideais cristãos e deles não se afasta.

O seu depoimento corresponde ao desejo do País e ao desejo do PT, aquele que nasceu para ser o partido que responde pelos trabalhadores brasileiros, que fala em nome dos trabalhadores brasileiros, que deseja ver todo este episódio profundamente esclarecido e que pretende que tudo seja feito com tranquilidade, na maior ordem institucional.

Conheço a grandeza do Senador Flávio Arns, com quem tenho o privilégio de conviver há muitos anos, desde quando eu era Presidente do Partido. Conheço o seu trabalho e a sua grandeza. A cada dia que passa, S. Ex<sup>a</sup> se reafirma e é um orgulho para este Senado.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador e Presidente do PSDB Nacional, Eduardo Azeredo.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem.) – Como S. Ex<sup>a</sup> foi citado, poderia usar o art. 14, Presidente por cinco minutos.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Sibá Machado, agradeço a V. Ex<sup>a</sup> a intervenção, mas o Senador Eduardo Azeredo, certamente, fica honrado por receber essa autorização de um petista.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sim, Sr. Presidente,



porque o art. 14, normalmente, é utilizado para fazer um reparo. No caso, pelo contrário, quero agradecer ao Senador Flávio Arns as referências e dizer que S. Ex<sup>a</sup> é um Senador respeitado pela sua coerência, pela sua atuação pessoal, pela sua história de vida. S. Ex<sup>a</sup> fez, com muita sensatez, uma análise do momento político brasileiro.

É exatamente isso que a Oposição quer. O Senador Antonio Carlos já havia se manifestado sobre o assunto. Queremos um processo democrático. Longe de nós qualquer processo golpista. Ficamos revoltados por alguém pensar que a Oposição deseja outros caminhos que não o da democracia. Foi muito difícil o Brasil ter de volta a democracia.

Cumprimento V. Ex<sup>a</sup> pela sensatez da sua palavra, de quem é do PT, de quem tem realmente uma visão clara de que este momento é grave, mas as pessoas de bom senso têm que ter o equilíbrio necessário para encontrar os caminhos para o fortalecimento e a sobrevivência do País.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR) – Sr. Presidente, quero solicitar a palavra, pelo art. 66, parágrafo único, como Líder do PSDB.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Alvaro Dias, “ausente ou impedido o Líder, as suas atribuições serão exercidas pelo Vice-Líder”. V. Ex<sup>a</sup>, após a palavra pela ordem, terá o direito de falar por cinco minutos, pela Liderança do PSDB.

Concedo a palavra ao Senador Geraldo Mesquita Júnior.

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, desejo falar claramente do sentimento em relação ao Senador Flávio Arns nesta Casa. Ontem, numa roda de colegas Senadores, ouvi de um colega – se me autorizar, eu digo o seu nome – que o ideal para o gabinete civil da Presidência da República, no caso de um homem, seria o PT indicar o Senador Flávio Arns e, no caso de uma mulher, a Senadora Ana Júlia.

Digo isso para revelar o sentimento da Casa com relação à postura, à correção, à retidão do Senador Flávio Arns, cujo discurso traduz, com relação ao Senador Eduardo Azeredo, com relação ao contexto atu-

al, a interpretação que só um homem da estatura do Senador Flávio Arns poderia nos brindar.

Torço para que o ex-Ministro e atual Deputado, ex-Chefe da Casa Civil, José Dirceu, tenha ouvido o discurso do Senador Flávio Arns, porque foi o ex-Ministro José Dirceu que saiu do Gabinete Civil dizendo que havia por parte da Oposição deste País o propósito, o desejo de interromper o processo democrático.

Senador Flávio Arns, V. Ex<sup>a</sup> está dizendo exatamente o contrário, que, no conceito e na interpretação de V. Ex<sup>a</sup>, isso não existe, isso é uma balela, isso é uma tentativa de tapar o sol com a peneira para os fatos da maior gravidade que estão ocorrendo no nosso País. Portanto, caso o Deputado José Dirceu não tenha ouvido o seu pronunciamento, vou enviar a ele, cortês e gentilmente, as notas taquigráficas para que sinta como um parlamentar do PT da estatura de V. Ex<sup>a</sup> interpreta os fatos e como entende, vê e observa o comportamento da Oposição nesta Casa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI) – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra ao Senador Mão Santa. Posteriormente, aos Senadores Sibá Machado e Cristovam Buarque.

E comunico ao nosso querido amigo Senador João Batista Motta que V. Ex<sup>a</sup> está inscrito para uma comunicação inadiável após a palavra, pela Liderança do PSDB, do Senador Alvaro Dias.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Mão Santa.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Leonel Pavan, eu queria assumir o que o Senador Geraldo Mesquita Júnior disse. Fui eu, eu assumo. O Presidente Lula errou mais uma vez. O homem era este. E, se optasse por uma mulher, a mulher seria aquela, por sua luta.

Eu queria dizer ao Senador Flávio Arns que eu não sei se Evaristo Arns ganha dele não. O mais que conseguirá é empatar.

V. Ex<sup>a</sup> é para o PT, não vou dizer a estrela, que é fraca e só brilha à noite, e V. Ex<sup>a</sup> brilha todos os instantes de todos os dias e todas as noites.

Este homem deveria ter sido aproveitado. Eu torci muito para que ele fosse para a Casa Civil. Já imaginaram o relacionamento, a aproximação com as virtudes que este Governo teria com o núcleo duro, que se tornou maligno, com a presença dele, que representa Deus, que representa a fé, a esperança e a caridade? Como últimas palavras, um conselho ao irmão cristão do Piauí, Senador Sibá Machado: V. Ex<sup>a</sup> quer dar cheque em branco para o PT, dê somente para o Senador Flávio Arns.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Sibá Machado.

**O SR. SIBÁ MACHADO** (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o pronunciamento do Senador Flávio Arns representa o pensamento de todos nós. Longe do PT tratar todos esses problemas como se fosse um problema de cerceamento de uma democracia conseguida a duras penas. É claro que, se uma ou outra pessoa expressou esse pensamento, deve ter sido no meio de uma situação em que a cabeça estava quente ou coisa parecida. Mas, em nenhum momento, isso pode representar o pensamento da coletividade.

No que diz respeito ao não convite do Presidente Lula à Senadora Ana Júlia Carepa e ao Senador Flávio Arns é porque S. Ex<sup>as</sup> são tão importantes para esta Casa que, se os convidasse, com certeza, atrapalharia o bom desempenho do Senado Federal. Precisamos dos dois aqui.

Parabéns, Senadores!

**O SR. GERALDO MESQUITA JÚNIOR** (P-SOL – AC) – Talvez tenha sido por isso que Sua Excelência demitiu o Ministro Cristovam Buarque.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Com a palavra, pela ordem, o Senador João Batista Motta.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de acrescentar algo ao que disse o Senador Sibá Machado a respeito de uma democracia a duras penas. A duras penas por Tancredo Neves, por Tasso Jereissati, por Fernando Henrique Cardoso e por tantos outros brasileiros, não somente pelo PT.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Cristovam Buarque. Logo após, pela Liderança do PSDB, ao Senador Alvaro Dias. Posteriormente, chamarei os inscritos para uma comunicação inadiável, por estarmos próximos da Ordem do Dia.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

**O SR. CRISTOVAM BUARQUE** (Bloco/PT – DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Flávio Arns, fico feliz ao ouvir o discurso de um companheiro do meu Partido com essa posição. Creio que é um equívoco muito grande, em primeiro lugar, levantar a idéia de risco às instituições democráticas, sobretudo partindo de pessoas do próprio Governo. Quem está no Governo quer reduzir ao máximo as fricções sociais. Às vezes, penso que, nos últimos

dias, o Governo e o nosso Partido têm criado fricções sociais cujo risco só vêm contra nós.

Além disso, o pior erro é achar que o erro é cometido pelos outros e não por nós próprios. Se não descobirmos, com seriedade, os equívocos que cometemos e estamos cometendo, se continuarmos jogando a culpa nos outros, aí sim, a situação ficará fora de controle. A Oposição faz o que é seu direito em cima de nossos equívocos. Não é ela que cria equívocos para nós. Espero que um discurso como o de V. Ex<sup>a</sup> alerte cada um de nós para descobrir onde estamos errando a fim de que possamos corrigir as falhas.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Senador Flávio Arns, como cortesia, concedo mais um minuto a V. Ex<sup>a</sup>. Não como cortesia, mas como um direito, para que possa agradecer aos demais Senadores, pois todos demonstraram profunda admiração pela pessoa e pelo trabalho de V. Ex<sup>a</sup>. Eu também, como catarinense, Estado próximo ao Paraná, endosso as palavras dos demais Senadores. Como um dos integrantes do PT, não sei se são poucos, mas, dos poucos, V. Ex<sup>a</sup> realmente é uma pessoa honrada e ética. Meus cumprimentos a V. Ex<sup>a</sup>.

V. Ex<sup>a</sup> tem mais um minuto para as considerações finais.

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Gostaria de também manifestar meu grande carinho e apreço pelo Estado de Santa Catarina, apesar de ser do Paraná, pois as famílias, tanto do meu pai como da minha mãe, são de Santa Catarina. Agradeço as referências de todos os Srs. Senadores. Nosso grande desafio, daqui para frente, ao diagnosticarmos as dificuldades e os problemas, é estarmos muito sintonizados e compatibilizados com os anseios da sociedade brasileira, fazermos uma avaliação de nossa caminhada, como foi dito, permanentemente, e, juntos, tomarmos muito cuidado com todos os posicionamentos e atitudes, a fim de que o Brasil tenha...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. FLÁVIO ARNS** (Bloco/PT – PR) – A fim de que o Brasil tenha a tranqüilidade e a segurança de um futuro melhor e seguro, com a participação de todos. Esse é o anseio de todos. E que prime pela absoluta transparência e combata a corrupção. Com isso, poderemos criar mecanismos a fim de que esse dinheiro, tão sofrido, beneficie a realização dos direitos humanos fundamentais e da cidadania do povo brasileiro, que merece.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O art. 66, parágrafo único, dispõe que, “ausente ou impedido o Líder, suas atribuições serão exercidas pelo

Vice-Líder”. Concedo a palavra ao Vice-Líder, Senador Alvaro Dias, do nosso querido Estado do Paraná, pela Liderança do PSDB.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Pela Liderança do PSDB. Sem revisão do orador.) –

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. SENADOR ALVARO DIAS NA SESSÃO DO DIA 23 DE JUNHO DE 2005, QUE, RETIRADO PELO ORADOR PARA REVISÃO, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.**

(Art. 201, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno.)

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Na prorrogação da Hora do Expediente, será assegurado o uso da palavra por cinco minutos, para uma comunicação inadiável, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, ao Senador João Batista Motta. Após S. Exª, falará o Senador Eduardo Azeredo e logo após, encerrando a comunicação inadiável, o Senador Flexa Ribeiro. Eu peço a todos que observem os cinco minutos, conforme o Regimento.

**O SR. JOÃO BATISTA MOTTA** (PMDB – ES. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, como é do conhecimento desta Casa, o Espírito Santo, meu Estado, possui uma fábrica de chocolates por demais conhecida em todo o Brasil: a Garoto. Essa fábrica, que sempre deteve 80% do mercado de chocolates, teve que ser vendida por um problema da família que a administrava. Também é do conhecimento desta Casa que o Cade, após dois anos e meio da compra da Garoto pela Nestlé, resolveu vetar a negociação. Foi um escândalo denunciado nesta Casa pela Bancada do Espírito Santo.

Logo a seguir, a Garoto conseguiu uma liminar na Justiça e hoje opera graças a ela.

Os jornais da semana passada noticiaram que o Cade está empenhando, com “unhas e dentes”, a derrubar a liminar, quer vencer a batalha agora na Justiça.

Sr. Presidente, eu estou até torcendo para que a Justiça dê ganho de causa ao Cade. Eu estou torcendo hoje para que o Cade faça a corretagem da empresa para outro grupo. Talvez tirando do grupo suíço e colocando nas mãos de um grupo americano. Eu estou torcendo, repito, para que haja uma decisão da Justiça contrária aos interesses da Garoto, para ver aonde vai chegar o interesse do Cadê. Por certo, talvez cheguemos a mais uma CPI.

Não entendo por que essa gana, essa vontade de atrapalhar uma empresa que vem trabalhando como a Garoto sempre trabalhou no mercado nacional. Repito, quero ver aonde o corretor Cade quer chegar, agora na Justiça, para impedir a negociação da Garoto. Vamos ver se amanhã conseguiremos com a nova empresa

que suceder a Nestlé. Quero ver se o grupo americano que pretende assumir a direção da Garoto, por obra e graça do Cade, conseguirá fazer, no Espírito Santo uma empresa maior, com mais empregos e mais nome no mercado interno e internacional que a Garoto.

Muito obrigado, Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O próximo orador inscrito para comunicação inadiável é o Presidente do PSDB nacional, Senador Eduardo Azeredo.

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, tenho participado de reuniões referentes à implantação da reforma política no País; reforma que há mais de 10 anos vem sendo discutida no Brasil; reforma que foi prometida pelo Presidente Lula; reforma que constou dos discursos de posse do Senador José Sarney como Presidente desta Casa, do Presidente Renan Calheiros neste ano.

Foi mencionado aqui pelo Senador João Capi-beribe que ontem tivemos um avanço, qual seja, a votação, pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados, de projeto que traz realmente a aprovação de pontos da reforma política. Como Presidente do PSDB, quero salientar que é um avanço sim; agora vamos ter a discussão no plenário da Câmara dos Deputados. Como se aprovou o projeto originário da Câmara, ele terá que vir aqui para o Senado. Entretanto, vimos discutindo outros pontos que estavam acordados, pelo menos, entre os Presidentes dos quatro principais Partidos: entre o Presidente do PFL, Senador Jorge Bornhausen; do PMDB, Deputado Michel Temer; do PT, Deputado José Genuíno, e por mim, pelo PSDB.

A idéia era que fizéssemos a aprovação por partes de projetos que já foram votados pelo Senado; portanto, estão em melhor condição de aprovação. Entretanto, a Câmara fez a aprovação do projeto em bloco – basicamente são os mesmos temas: a lista para votação de eleição de Deputados, Vereadores, o financiamento público de campanha... Mas alguns pontos importantes foram deixados de lado, como a fidelidade partidária. É verdade que no sistema de listas o Deputado que mudar de partido vai para o fim da lista; esse será um problema para ele porque não estará bem colocado na lista. Só lembrando que na lista deixa-se de votar no nome e se vota na lista apresentada pelo partido. E toda a polêmica é como se montar essa lista, qual é a prioridade, quais são os primeiros da lista.

Existem vários modelos: existe um modelo em que se coloca na lista quem já é Deputado; existe um modelo que tem, evidentemente, problemas de renovação; existe um modelo em que a direção partidária

monta a prioridade da lista, mas esse modelo também apresenta problemas porque pode haver uma ditadura partidária; há um modelo favorável às convenções municipais, os delegados municipais montariam também a lista. Nesse caso, ocorre também um problema, porque pode haver a cooptação de delegados municipais. Portanto, não há uma magia que leve ao sistema ideal, mas o sistema de listas é utilizado na maior parte dos países e é uma mudança enorme na tradição brasileira.

A fidelidade partidária é fundamental. Não podemos mais continuar convivendo com essa promiscuidade – chego a usar esse termo mesmo, Senador Mão Santa. Na Câmara dos Deputados, por exemplo, Deputados mudaram de partido três ou quatro vezes; mais de 150 Deputados, dos 500 eleitos, mudaram de partido.

Assim também é a questão da cláusula de desempenho. A cláusula de desempenho existe na Alemanha e nas grandes democracias do mundo. É um instrumento para que tenhamos maior representativa partidária. O partido precisa se impor no País para estar representado. Hoje no Brasil há 35, 36 partidos autorizados a funcionar. Desses partidos, 13 ou 14 estão representados na Câmara, e 8 estão no Senado. Evidentemente, não queremos também um sistema que evite o surgimento de novos partidos, como é o caso do P-SOL, que surgiu no Senado e conta com 2 Senadores. Também não é razoável que tenhamos a continuidade do sistema atual porque, na época de eleições, partidos são vendidos; o tempo do partido é vendido, é alugado. Assistimos a eleições em que os candidatos são fictícios, existem apenas para ocupar o espaço, atacam candidatos de outros partidos, alugam ou vendem o seu tempo. Há os partidos que fazem com que o sistema partidário fique conturbado. Existe essa questão de “por qual partido vamos nos candidatar, é melhor escolher um partido pequeno do que um grande”. Tudo isso gera instabilidade partidária que não é boa para a democracia brasileira – daí a importância de se continuar discutindo.

Registro a importância do avanço da aprovação pela Câmara, sim. Mas, no caso específico da cláusula de desempenho já aprovada para vigorar no próximo ano, a posição do PSDB é de manter o que já foi aprovado anteriormente – ou seja, 5% no mínimo de votos em todo o Brasil e 2% no mínimo em nove dos Estados brasileiros. Assim, teremos partidos funcionando com mais representatividade. Não há perda de mandato. Quem for eleito por um partido menor não perde o mandato, mas deve se agrupar numa federação de partidos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Sr. Presidente, antes de terminar o meu tempo previsto, comunico que estou encaminhando um requerimento para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitando informações sobre o ramal ferroviário para Pirapora–Unaí, no noroeste de Minas Gerais. Esse ramal estava previsto na época da privatização da Vale do Rio Doce, tendo sido objeto, inclusive, de um fato relevante. Eu era Governador naquela época e lutei muito pela construção desse ramal. Depois, apesar de constar como um projeto prioritário no Plano “Brasil em Ação”, acabou sendo abandonado.

A Vale do Rio Doce tem capacidade financeira para fazer novos investimentos e está fazendo agora. Já anunciou um novo ramal que ligará o Triângulo Mineiro à Região Metropolitana de Belo Horizonte, basicamente de Ibiá a Sete Lagoas, o que economizará 120 km, melhorando a capacidade de transporte de todo o Centro-Oeste brasileiro em direção aos portos do Espírito Santo. Então se capacidade tem...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. EDUARDO AZEREDO** (PSDB – MG) – Só para concluir, Sr. Presidente. Se capacidade tem a Vale para fazer um investimento ferroviário desse porte, é importante que se retome também esse outro projeto que estava previsto na época da privatização que é esse ramal Unaí–Pirapora, atendendo toda essa região próxima de Brasília, uma grande região do agronegócio, uma região produtora, uma nova fronteira agrícola.

Então o meu requerimento é no sentido de que o Ministério do Planejamento nos informe em que ponto está esse projeto que é característico para a Parceria Público-Privada, que é exatamente para projetos que não têm capacidade de, por si só, obterem retorno financeiro de curto prazo e que precisam, portanto, de uma participação também do Governo Federal. Daí esse requerimento ser muito importante para que possamos ter a execução dessa obra.

Sr. Presidente, agradeço a oportunidade para falar destes dois temas: a importância da reforma política, pela qual o nosso Partido, o PSDB, se bate há muito tempo, e também essa questão específica de Minas Gerais referente à ferrovia Unaí–Pirapora.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC)  
– Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

#### **REQUERIMENTO Nº 666, DE 2005**

Nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regi-



mento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, as seguintes informações sobre o projeto de construção do ramal ferroviário ligando Pirapora a Honraí em Minas Gerais:

- 1) qual a situação atual quanto a recursos e cronograma para o projeto em todas as suas fases;
- 2) qual a fonte de recursos para serem empregados no projeto e se serão usadas as prerrogativas da legislação das PPP – Parceria Público Privada;

### Justificação

No processo de privatização da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, foi publicado nos principais jornais do país a comunicação de fato relevante, qual seja o compromisso a ser assumido por quem fosse o vencedor do leilão das ações da empresa estatal, de construir e operar em parcerias diversas o ramal ferroviário ligando Pirapora a Unaí, região mineira produtora e exportadora de grãos, frutas, gado e algodão, etc.

À época não estavam disponíveis as prerrogativas asseguradas pela Lei da Parcerias Público Privadas e ainda, era natural que se aguardasse que o mandatário da nova empresa tomasse conhecimento dos seus detalhes operacionais, promovesse os ajustes empresariais adequados, enfim, colocasse a empresa funcionando em bases empresariais privadas.

Recentemente a CVRD veio comunicar em evento ferroviário em São Paulo, conforme artigo de Nairo Alméri no jornal mineiro “Hoje em Dia” de 21 de junho, os investimentos da ordem de US\$475 milhões de dólares, R\$ 1,1 bilhão de reais, na empresa controlada por ela, a Ferrovia Centro Atlântica – FCA, relativos à construção, já iniciada, da ligação ferroviária da região da Serra do Tigre, Ibiá, à região de Sete Lagoas, em Minas Gerais, significando uma modernização da ligação do Centro Oeste brasileiro e do Triângulo Mineiro, rumo aos portos do Espírito Santo, um modal que opera com volumes crescentes de carga mista, minério, grãos, combustíveis, aço, etc.

Significa uma redução de 120 km da ligação atual, de 570 para 450 km, com aumento de velocidade operacional, viagens na metade do tempo, mais que o dobro de capacidade de carga, de 9 para 21 milhões t/ano, previsão de aumento de US\$6 bilhões na balança comercial, enfim melhor produtividade, ao evitar as sinuosidades do trecho antigo e evitando a região metropolitana de Belo Horizonte, no seu trecho mais crítico e densamente povoado.

Fica assim evidente que a empresa controladora da FCA, a CVRD, dá mostras de consistência econômica e torna-se oportuno requerer as informações acima ao Governo Federal, através do Ministério do

Planejamento, sobre em que fase se encontram as negociações do projeto discutido por ocasião da privatização da empresa.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **Eduardo Azeredo**

(À Mesa para decisão)

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, ao Senador que orgulha o Estado do Pará, o Senador Flexa Ribeiro, e também orgulha o nosso Partido, o PSDB.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Senador Leonel Pavan, Senador Mão Santa, Sr<sup>as</sup> Senadoras, Srs. Senadores, faço uso da tribuna para registrar artigo do jornalista Clóvis Rossi, na **Folha de S.Paulo** de hoje, intitulado “Bravata ontem, bravata hoje”.

Em que mundo vive o presidente da República que o torna capaz de autoproclamar-se o campeão brasileiro (ou talvez mundial) da ética?

É ético fazer carreira política à base de bravatas, como já confessou uma vez e repetiu anteontem no discurso em que se concedeu o título de o mais ético dos brasileiros? É ético eleger-se com base em mentiras (ou bravatas, tanto faz) para só depois de eleito dizer que eram bravatas (ou mentiras, tanto faz)? Não é o mesmo que confessar: “Ah, bobões, enganei vocês todos?” É essa a ética de que se gaba o presidente?

É ético expulsar companheiros e companheiras de partido cujo único crime foi o de acreditarem que Luiz Inácio Lula da Silva dizia a verdade e não bravatas? É ético expulsar pessoas cujo único crime, como ironiza a Senadora Heloísa Helena, agora no P-SOL, foi o de cometer “fidelidade partidária”?

É ético andar “em más companhias”, para usar a expressão de um querido amigo e velho companheiro do presidente, o Ministro Olívio Dutra (Cidades)? Más companhias, aliás, que trabalharam durante um tempo no próprio Palácio do Planalto, como é o caso de Waldomiro Diniz, o que significa que um comportamento nada ético habitou a mesma casa do homem mais ético do País sem que ele percebesse. Não parece exatamente um reforço ao título de campeão do combate à imoralidade que Lula se atribuiu.

É ético falar em criar quantas CPIs forem necessárias depois de o Partido de Lula ter feito o diabo para

impedir a CPI dos Correios, só se curvando a ela depois que surgiu um novo escândalo, o do “mensalão”?

É ético descartar como “denúncias vazias” acusações que não foram apuradas...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> me concede um aparte?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Concedo um aparte ao nobre Senador Mão Santa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Sobre ética e política existe um livro do Max Weber. Senador Moza-rildo, ética é o correto. Agora eu perguntaria ao campeão da ética, ao campeão...

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – É como diz o jornalista Clóvis Rossi.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – ...se é ético, ou pelo menos se é cristão, se é correto. Faleceram dois irmãos do Presidente e ele não compareceu a nenhum dos enterros. Isso é ético, é cristão, é solidariedade, é exemplo?

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Obrigado, Senador Mão Santa.

É ético...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Já con-cluo, Sr. Presidente:

É ético descartar como “denúncias vazias” acusações que não foram apuradas ainda, ao mesmo tempo em que se defende a apuração de tudo, doa a quem doer?

É ético afastar o Ministro (José Dirceu) se, afinal, as denúncias contra ele são “vazias”?

O que é ético, Presidente Lula? Respondo em nome de milhões de brasileiros: é promover o choque de moralidade que a sociedade reclama. Não bastam apenas palavras. O povo quer, exige, clama por ações morais concretas. Vamos à guerra, mas à guerra pela moralidade da vida pública.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente Alvaro Dias.

*Durante o discurso do Sr. Flexa Ribeiro, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presi-dência, que é ocupada pelo Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Muito obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

#### **REQUERIMENTO Nº 667, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimen-to Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja enca-

minhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Es-tado do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tol-masquim, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-mo-radia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxilia-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido au-xilia-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pa-gos neste penado de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### **Justificação**

Com o aumento do quantitativo de cargos comis-sionados na Presidência da República, Vice-Presidên-cia, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenien-tes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxilia-moradia para funcio-nários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Di-retora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério de Minas e Energia, de moda a que o Senado Federal acom-panhe a execução das concessões do auxílio-mora-dia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Se-nador **José Jorge**

*(À Mesa para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 668, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimen-to Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de

Estado do Ministério das Relações Exteriores, Celso Amorim, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério das Relações Exteriores, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

### REQUERIMENTO N.º 669, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Previdência Social, Romero Jucá, o

presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Previdência Social, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

### REQUERIMENTO N.º 670, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, o presente requerimento para

que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solícito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor o Ministro de Estado do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

### REQUERIMENTO Nº 671, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente, Marina Silva, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou

do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir a Ministra sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solícito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento à senhora Ministra de Estado do Ministério do Meio Ambiente, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

### REQUERIMENTO Nº 672, DE 2003

Nós termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitan-



te, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Justiça, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

#### REQUERIMENTO Nº 673, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional, Ciro Gomes, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99,

para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

**b)** Quantos servidores civis ocuparam móveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Integração Nacional, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

#### REQUERIMENTO Nº 674, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Fazenda, Antonio Palloci, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Fazenda, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão.)*

### REQUERIMENTO Nº 675, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Esporte, Agnelo Queiroz, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério do Esporte, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

### REQUERIMENTO Nº 676, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Educação, Tarso Genro, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Educação, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

### REQUERIMENTO Nº 677, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão.)

### REQUERIMENTO Nº 678, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério do Desenvolvimento Agrário, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

### REQUERIMENTO Nº 679, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Defesa, José Alencar, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Defesa, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

### REQUERIMENTO Nº 680, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Cultura, Gilberto Gil, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004.



**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados.

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa.

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Cultura, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

### REQUERIMENTO Nº 681, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, Waldir Pires, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

### REQUERIMENTO Nº 682, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, Eunício Oliveira, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor o Ministro de Estado do Ministério das Comunicações, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

### REQUERIMENTO Nº 683, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Ciência e Tecnologia, Eduardo Campos, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004?

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados?

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado.

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa?

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais?

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Ciência e Tecnologia, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

### REQUERIMENTO Nº 684, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério das Cidades, Olívio Dutra, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### **Justificação**

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério das Cidades, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**

(À Mesa para decisão)

#### **REQUERIMENTO Nº 685, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotado neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir a ministra sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado; imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### **Justificação**

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento à senhora Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2005. – Senador **Jose Jorge**.

#### **REQUERIMENTO Nº 686, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o, art 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### **Justificação**

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – **Senador José Jorge.**

*(À Mesa para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 687, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, Luiz Gushiken, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

**n)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### **Justificação**

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, em 23 de junho de 2005. – **Senador José Jorge.**

*(À mesa para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 688, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com a art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;



c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

#### REQUERIMENTO Nº 689, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União, Álvaro Ribeiro Costa, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citados;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor o Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

#### REQUERIMENTO Nº 690, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Jaques Wagner, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

#### REQUERIMENTO Nº 691, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, Gen. Jorge Armando Félix, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

#### REQUERIMENTO Nº 692, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, José Fritsch, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2005. – Senador **Jose Jorge**.

(À Mesa para decisão)

#### REQUERIMENTO Nº 693, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Nilmário Miranda, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa; e

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

(À Mesa para decisão)

#### REQUERIMENTO Nº 694, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir a Ministra sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento à senhora Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

#### REQUERIMENTO N° 645, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado à Excelentíssima Senhora Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos n°s 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir a ministra sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa; e

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento à senhora Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À mesa para decisão)*

#### REQUERIMENTO N° 696, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério da Saúde, Humberto Costa, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos n°s 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que têm usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;



c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério da Saúde, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

#### REQUERIMENTO Nº 697, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência da República, Luiz Dulci, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa; e

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

#### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor o Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência da República, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

#### REQUERIMENTO Nº 698, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Turismo, Walfrido Mares Guia, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais.

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério do Turismo, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão).*

### REQUERIMENTO Nº 699, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego, Ricardo Berzoini, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e

3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

a) Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

b) Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

c) Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

d) Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

e) Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

### Justificação

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor ministro de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

### REQUERIMENTO Nº 700, DE 2005

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, requeiro que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, Alfredo Nascimento, o presente requerimento para que forneça informações

a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### **Justificação**

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de junho de 2005. – Senador **José Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

#### **REQUERIMENTO Nº 701, DE 2005**

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, requero que seja encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de

Estado da Secretaria de Imprensa e Divulgação, André Singer, o presente requerimento para que forneça informações a respeito da concessão de auxílio-moradia ou do custeio da estada às expensas do órgão requisitante, nos termos dos Decretos nºs 1.840/96 e 3.255/99, para servidores públicos federais lotados neste órgão administrativo.

Gostaríamos de inquirir o Ministro sobre:

**a)** Quantos são os servidores que tem usufruído do auxílio-moradia, ou que têm sua estada custeada pela União nos anos de 2000 a 2004;

**b)** Quantos servidores civis ocuparam imóveis funcionais no Distrito Federal nos anos citados;

**c)** Relação de todos os servidores do órgão que tenham ocupado imóveis funcionais ou recebido auxílio-moradia no período citado;

**d)** Quais são os totais dos auxílios-moradia pagos neste período de 2000 a 2004, discriminando por órgão sob supervisão administrativa;

**e)** Quais são os critérios para a distribuição do benefício entre os servidores públicos federais;

#### **Justificação**

Com o aumento do quantitativo de cargos comissionados na Presidência da República, Vice-Presidência, Ministérios e suas entidades vinculadas, inclusive autarquias e agências, é previsível que a cidade de Brasília tenha recebido novos funcionários provenientes dos diversos Estados da Federação.

Como a legislação vigente prevê o benefício do imóvel funcional ou do auxílio-moradia para funcionários públicos que não tenham imóveis no Distrito Federal, pressupõe-se um aumento das despesas na concessão deste auxílio, de tal forma que urge que o Congresso Nacional faça o devido acompanhamento deste dispêndio orçamentário.

Por oportuno, solicito aos membros da Mesa Diretora o devido encaminhamento deste requerimento ao senhor Ministro de Estado da Secretaria de Imprensa e Divulgação, de modo a que o Senado Federal acompanhe a execução das concessões do auxílio-moradia aos servidores públicos federais entre os anos de 2000 e 2004.

Sala das Sessões, 23 de Junho de 2005. – Senador **Jose Jorge**.

*(À Mesa para decisão)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Passa-se à

**ORDEM DO DIA**

Não chegou à Presidência informação sobre acordo de lideranças para a apreciação do Item 1 da pauta.

Dessa forma, está encerrada a Ordem do Dia. São os seguintes os itens sobrestados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO  
Nº 14, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005)  
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 241, de 2005), que *abre crédito extraordinário, em favor da Presidência da República, dos Ministérios da Justiça e da Defesa e dos Encargos Financeiros da União, no valor global de R\$ 299.594.749,00 (duzentos e noventa e nove milhões, quinhentos e noventa e quatro mil, setecentos e quarenta e nove reais) para os fins que especifica.*

Relator revisor: Senador Maguito Vilela  
Prazo final: 1-8-2005.

2

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 31, DE 2000**  
*(Votação nominal)*

Continuação da votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2000, tendo como primeira signatária a Senadora Maria do Carmo Alves, que *acrescenta inciso XVIII-A ao art. 7º da Constituição Federal, para beneficiar, com licença-maternidade, as mulheres que adotarem crianças.*

Parecer sob nº 972, de 2003, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta, com voto em separado do Senador Aloizio Mercadante.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 29, DE 2002**

*(Votação adiada, em virtude de requerimento aprovado em 23-2-2005)  
(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 2002, tendo como primeiro signatário o Senador Francisco Escórcio, *que inclui § 8º no artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a finalidade de ampliar a vigência do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).*

Parecer sob nº 119, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

4

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº  
12, DE 2004**  
*(Votação nominal)*

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.* (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.863, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 12, DE 2003**

*(Votação nominal, se não houver emendas)*

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.*

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.



6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 87, DE 2003**

(Discussão adiada, em virtude de requerimento  
aprovado em 26-4-2005)  
(Votação nominal, se não houver emendas)

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais (dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer favorável, sob nº 685, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO  
Nº 42, DE 2003**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Pedro Simon, que altera dispositivos constitucionais relativos aos limites máximos de idade para a nomeação de magistrados e ministros de tribunais e para a aposentadoria compulsória do servidor público em geral.

Parecer sob nº 463, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador José Jorge, favorável, nos termos das Emendas nºs 1 e 2-CCJ que apresenta.

8

**PROJETO DE LEI DO CÂMARA Nº 73, DE 2004**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 73, de 2004 (nº 834/2003, na Casa de origem), que institui o Dia Nacional da Imigração Japonesa.

Parecer favorável sob nº 9, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Ger-son Camata.

9

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 142, DE 2005**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº

142, de 2005, de iniciativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – “Desmanche”, que altera a redação do art. 126 da lei nº 9.503, de 24 de setembro de 1997, renumera e altera o seu parágrafo único, passando-o para § 1º e acrescenta os § 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º e 9º, instituindo ainda, os artigos 126-A e 126-B.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Retornaremos à lista de oradores.

Está inscrito pela Liderança do PSDB o Senador Leonel Pavan, a quem concedo a palavra.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, é claro que não deverei usar os 20 minutos, para colaborar com os demais Senadores que pretendem usar da palavra.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, antes de fazer aqui alguns comentários referentes aos mais éticos do Brasil ou ao único ético deste País, queria dizer que, recentemente, estivemos em Araranguá, Santa Catarina, onde assistimos a uma manifestação da Frente de Produtores de Arroz. E lá estavam inúmeros Parlamentares, entre eles Luiz Carlos, do PT do Rio Grande do Sul. Lá, debaixo de muita chuva, os agricultores, todos, estavam num movimento ordeiro, sem baderna, apenas fazendo um protesto e tentando lembrar ao Governo do PT, ao Governo Lula, os compromissos que ele assumiu com os agricultores do País inteiro, principalmente com a agricultura familiar. Eram pequenos agricultores, produtores de arroz, que estão em situação difícil, muito difícil.

E diziam lá os líderes dos agricultores que era preciso que os representantes do PT, que era preciso que a Base do Governo – e alguns estavam lá – levassem a mensagem ao Presidente Lula, lembrassem ao Presidente Lula os seus compromissos assumidos em campanha. Queriam ser reconhecidos, queriam ser respeitados, queriam que o Governo Federal desse atenção aos agricultores, aos produtores de arroz para que eles não perdessem toda a sua safra, para que eles pudessem, pelo menos, recuperar um pouco do haviam investido, porque estavam tendo prejuízo.

Naquele movimento, Senador Mão Santa, não se via nem uma bandeira do PT. E eu me recordo de que antes das eleições de 2002 em todos os movimentos que havia neste País, movimento de agricultores, dos sem terra, dos sem teto, dos sem cabelo, dos sem qualquer coisa, todos, lá estava o PT envolvido com a sua bandeira, tentando sensibilizar os governos ou, até pior, tentando tumultuar o processo. Era assim

que o PT fazia: fechava rodovias, fechava estradas, queimava dezenas de produtos e outras coisas mais para tentar emplacar na imprensa. E, nesses casos, quando não se vê a bandeira do PT, vê-se movimentos ordeiros, vê-se movimentos de pessoas que apenas tentam sensibilizar este Governo, cujos militantes, no passado, faziam movimentos com baderna.

Ouçó, com muito orgulho, o aparte do Senador Flexa Ribeiro, do Estado do Pará

**O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA)** – Senador Leonel Pavan, solidarizo-me com V. Ex<sup>a</sup> e registro que é necessário saber com qual PT estamos lidando neste Governo. V. Ex<sup>a</sup> registra o fato ocorrido em Santa Catarina. Informo que aprovamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, esta semana, com o voto favorável da Oposição e o voto contrário do PT, da Bancada do Governo, a renegociação da dívida dos microprodutores rurais, para que eles possam ter seus negócios com andamentos normalizados. A Bancada do Governo se colocou contrária ao projeto do Senador César Borges, que teve a relatoria favorável do Senador Jonas Pinheiro. É estranho, como V. Ex<sup>a</sup> bem disse, que o PT, sempre favorável aos microprodutores rurais e aos assentados, que devem estar na mesma situação, se coloque contrário a um projeto que vem em benefício dos pequenos agricultores na Comissão de Assuntos Econômicos. É a Oposição responsável que aprova o projeto que virá ao plenário. E a Bancada do Governo, depois de pedir verificação de voto nominal para que constataste a aprovação do projeto, faz o comentário de que vai derrubar a proposta no plenário, como se aqui também pudesse votar contra o pequeno produtor rural, que tem, sim, o apoio da Oposição responsável. Era esse o nosso aparte.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Senador Flexa Ribeiro, sobre o seu pronunciamento, ainda quero lamentar que os Estados de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e do Paraná tinham uma emenda para que também fosse prorrogada a dívida e liberados, pelo Governo, recursos para investimentos na agricultura do meu Estado, dos Estados do sul do País. E, num acordo, retiraram esses três Estados, que precisavam da mesma atenção dos demais Estados que receberam. Mesmo assim, sabendo da importância que é a agricultura para o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste, vimos aqueles que empunhavam bandeiras no passado, gritando por justiça aos agricultores – nós os vimos, Senador Alvaro Dias –, votarem contra. Como podem, tão rapidamente, esquecerem o seu passado? O povo não tem memória curta.

Antes de conceder aparte ao meu Presidente, o Senador Eduardo Azeredo, eu queria comentar o seguinte: lá, naquele movimento de Santa Catarina, num

trevo de Araranguá, no sul do Estado, próximo do Rio Grande do Sul, havia alguns integrantes do Governo. Ele ouviu: “Fiquem tranquilos, vamos falar com o Palocci”. Nem falaram o nome do Ministro da Agricultura, como se o Palocci mandasse até na Pasta da Agricultura. Vamos falar e vamos resolver.

Os agricultores, educadamente, sofridos, com as mãos calejadas, molhados pela chuva, aceitaram as explicações e retornaram para as suas casas, para as suas lavouras, na expectativa de que seriam realmente reconhecidos. Mais uma vez, mentiram e continuam mentindo, pois o Governo prometeu comprar o arroz dos produtores, já que reivindicavam apenas R\$30,00 a saca. O Governo sequer se propõe a negociar, oferece R\$19,00 pela saca do arroz. Isso é uma afronta aos nossos agricultores! Aliás, é uma afronta aos agricultores que, no passado, confiaram, depositaram os votos, saíram para as ruas erguendo a bandeira daquele que se dizia e se diz hoje o único homem ético do País.

É ético prometer e não cumprir?

É ético mentir para a população?

É ético dizer que, no passado, falavam bravatas?

É ético vir dizer hoje que é a favor das CPIs, quando tentou anulá-las, impedir que fossem instaladas?

É ético dar cheque em branco, dizer que dormia tranquilo, a uma pessoa que hoje é repudiada e criticada pelo seu próprio Partido?

Ele precisa estudar um pouco mais sobre o que é ética. Devia espelhar-se em Mário Covas. Esse, sim, foi o exemplo maior da ética em nosso País, mas, mesmo assim, nunca disse que era o único homem ético da nossa Nação. Ele pregava, ele dizia, ele mostrava como devíamos proceder para buscarmos a dignidade, a honradez e a ética na vida pública.

Concedo um aparte ao Senador Eduardo Azeredo, com muita honra.

**O Sr. Eduardo Azeredo (PSDB – MG)** – Senador Leonel Pavan, V. Ex<sup>a</sup> é muito feliz neste pronunciamento, inclusive lembrando o nosso Governador Mário Covas, que foi um dos fundadores do PSDB. Eu diria até que um dos motivos para que eu também participasse da fundação do PSDB foi a sua presença. Quanto a este tema levantado em relação aos pequenos produtores, nós tivemos uma aprovação de 13 a 12, o Governo perdeu mais uma vez na Comissão de Assuntos Econômicos. A questão de Santa Catarina não foi incluída, mas ainda há tempo para que ela possa ser incluída aqui em plenário.

**O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC)** – Nós vamos encaminhá-la aqui, no plenário.

**O Sr. Eduardo Azeredo** (PSDB – MG) – Sim, e o Governo alega que vai tentar derrotá-la aqui. Nós queremos o contrário. Nós queremos reafirmar a aprovação, porque beneficia produtores com dívida de até R\$50 mil – pequenos produtores e não grandes produtores –, e vem dar essa possibilidade de renegociação, evitando que os produtores que já têm condições difíceis de sobrevivência percam seus bens e tenham dificuldades acrescidas. Essa questão mesmo do arroz por que passa todo o sul do Brasil se assemelha a muitas outras produções no Brasil, como a do café, em Minas Gerais. Ainda no último Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a cultura do café estava num momento de crise. O que fez o Governo Federal, então? Comprou parte da safra e até ganhou dinheiro com isso, porque, depois de certo tempo, quando o café voltou ao melhor preço, o Governo pôde colocar à venda o que tinha adquirido naquele momento difícil em que os produtores não tinham sequer um preço mínimo. Essa é uma prática usual no mundo todo. A Europa e os Estados Unidos dão atenção especial aos produtores agrícolas, exatamente para que eles não estejam sujeitos a essa sazonalidade, que acaba por destruir até a esperança e a vontade de trabalhar no campo. De maneira que quero dizer que conte com meu apoio para que também essa renegociação possa ser estendida a Santa Catarina. Ela foi aprovada na Comissão com meu voto, como Senador de Minas Gerais. Não votei contra os interesses de Minas Gerais, porque ela atende exatamente regiões mineiras que precisam muito – o norte de Minas, o Vale do Jequitinhonha e do Mucuri. Não seria razoável que pudesse votar contra um projeto que beneficia, primeiro, produtores de menor capacidade financeira e, segundo, de região tão carente, como é a região do Jequitinhonha, do Norte e do Mucuri.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Senador Eduardo Azeredo, o Governo se orgulha e fala sobre a produção do nosso País. A produção, realmente, vem crescendo – ou vinha crescendo –, em função de tudo que foi investido e preparado no passado. Há uma política agrícola de muito tempo, mas, no momento, o agricultor familiar está passando por muitas dificuldades. É o produtor de banana, alho, cebola, milho, e nós não ouvimos o Governo falar de incentivos e de investimentos que realmente tragam resultado. São capazes de dizer: estamos investindo nisso, investimos naquilo, estamos fazendo aquilo. Mas nós queremos é solucionar o problema. Não precisamos de esmolinhas. O agricultor brasileiro não pode ficar sempre na expectativa de vir algum recurso ou benefício, apenas para poder sobreviver, justamente quando a safra não é feliz.

Este Governo precisa começar a botar a mão na massa, a começar a trabalhar. Parece-me que o Presidente Lula deverá anunciar hoje – eu não sei – mais uma vez uma reforma política. A saída do Zé já é uma pequena reforma, ou uma grande reforma, Senador Mão Santa, porque sai o rei e ficam os plebeus. Sai o homem que mandava. Oras, saiu por quê? Saiu porque era bom? Se era bom, tinha que ficar. E se era ruim, tem que assumir.

Espero que o Governo faça uma reforma ampla e comece a trabalhar. Faltam apenas mais seis meses para acabar o ano. Vêm aí o final de ano, as férias, o recesso, e depois mais três ou quatro meses para licitar, porque já são novas eleições. O Governo está acabando e nós estamos pedindo para que comece a governar. Felizmente, parece que o Presidente está cancelando as viagens para o exterior. Sua Excelência dizia: “Tire o traseiro da cadeira e vamos brigar para baixar os juros”. E nós falávamos aqui: Presidente, coloque o traseiro na cadeira da Presidência e comece a governar este País. E parece que vai começar, e há tempo de recuperar.

Concedo o aparte ao nobre Senador, grande Senador do Espírito Santo, Senador João Batista Motta.

**O Sr. João Batista Motta** (PMDB – ES) – Senador Leonel Pavan, quero lhe dar parabéns pelo pronunciamento, principalmente no que diz respeito à situação do homem do campo no Brasil. Quando começou o ano e iniciou a colheita da safra, nós percebemos que os preços eram exatamente um terço do preço de quando essa safra foi plantada. Este País não dá garantia a quem trabalha, principalmente se esse trabalhador for do campo. Na cidade não acontece a mesma coisa. Quando os automóveis não estão encontrando mercado, o Presidente da República cria consórcios, baixa os juros, perdoa o IPI, faz qualquer coisa, primeiro, para que o preço não caia, segundo, para que não sobrem carros nos pátios das montadoras. É um exemplo. Agora, quando se trata de produto agrícola produzido pelo brasileiro e, portanto, não é produzido por uma multinacional, aí os economistas do Governo vêm para a televisão se vangloriar de que os preços baixaram e que é fruto da oferta e da procura. Portanto, que o produtor nacional morra. Não interessa ao Brasil ou pelo menos não interessa ao Governo brasileiro salvar uma política agrícola, coisa que nós não temos. Não temos garantia de preços. Estávamos esperançosos de que o Governo pudesse baixar os juros e ter um pouco de consideração com o produtor nacional, com aquele que exporta, dando atenção ao câmbio que está sendo adotado, ruim para quem exporta e ruim para quem produz. Quando estávamos esperando por

uma solução do Governo, eis que aparece a CPI dos Correios. E agora eu não tenho a menor dúvida de que o Governo vai-se debruçar sobre a CPI para se defender. E que continue o produtor nacional morrendo. E que esta Casa se prepare para, daqui a pouco, ter que votar leis perdoando as dívidas, votar leis para criar nova securitização, porque o produtor nacional, do jeito que a política está para ele, vai continuar sem poder pagar suas dívidas, e a produção do próximo ano só Deus sabe o que vai ser.

Muito obrigado, Senador.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Pavan, V. Ex<sup>a</sup> concede-me um aparte?

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Senador Motta, quero ter a honra aqui de conceder um aparte a este fantástico Senador, grande Senador não apenas do Piauí, mas também do Brasil e muito respeitado por Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – e nós vimos recentemente as centenas de *e-mails* que ele recebe, principalmente da Região Sul. Portanto, quero conceder um aparte ao Senador Mão Santa, mas, antes, preciso só de trinta segundos para completar nosso tempo... Aliás, primeiro, quero conceder um aparte ao Senador Mão Santa, ainda dentro do meu tempo.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Leonel Pavan, quero citar ao País como eu o conheci. Eu governava o Piauí e fui buscar a Ceval, a Bunge para lá. Estava num restaurante, jantando. Aí a população de Camboriú se apresentava: “Sr. Governador do Piauí, tem de conhecer Leonel Pavan. Ele foi um garçom...”

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Será que vamos ter de ir lá para o Paraná, para a Boca Maldita, para expressar a verdade?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB PR) – V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra, Senador.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB PI) – Não, aqui. Deus o colocou aí na Presidência. Aliás, o Senador Leonel Pavan deve ser convidado neste ano ao Japão.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB SC) – Eu já fui...

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Eu senti o entusiasmo. Mas Deus me permitiu e colocou – e eu me sinto um privilegiado por isso na companhia de V. Ex<sup>a</sup> aqui. Mas atentai bem, Brasil. Lula, um operário que chegou à Presidência. Este é um garçom, três vezes prefeito, reconhecido pelo povo, que transformou Camboriú no maior pólo turístico do Brasil. E aí está, na tribuna do povo, defendendo o povo, sem trair o povo. E eu faria, ao padrão da ética, as palavras de Brizola: Lula, nós o elegemos para mudar o Brasil, e não para

Vossa Excelência mudar de lado, o lado dos ricos e dos banqueiros.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Agradeço as palavras, Senador Mão Santa.

Há pouco, ouvimos aqui o Senador Flexa Ribeiro, citando um artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado hoje no jornal **Folha de S.Paulo**.

Quero dizer que quem está falando sobre a falta de compromisso, sobre a falta de ética do atual Governo é a própria imprensa. Jornalistas famosos, comentaristas famosos estão lembrando aos integrantes do Governo que eles precisam olhar um pouco pelo retrovisor para recordar o que falavam no passado. Não podem acusar a Oposição.

Infelizmente, lamentavelmente, muitos usam a tribuna e nos acusam, Senador Alvaro Dias. Ainda fazem discursos como se a Oposição estivesse dando força ou querendo desestabilizar o Governo. Mas quem está desestabilizando o Governo – se é que estão –, até por fraqueza dos próprios integrantes, é a própria Base do Governo, ou seja, são aqueles que até agora estiveram juntos – se é que ainda estarão daqui para frente. Aqueles que estavam juntos é que estão denunciando as falcatruas.

Tenho a impressão de que pegaram um bolo, mas, na hora de fatiá-lo, de dividi-lo, alguém ficou sem a sua fatia, sem a sua parte, e passou a denunciar um por um, colocando o dedo na ferida.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Para finalizar, Sr. Presidente, ressalto que a Oposição está fazendo a sua parte e cumprindo com seu compromisso ético e democrático de defender a população e de levar a verdade ao povo. Não nos estamos esquivando dos nossos compromissos. Se nos calássemos, seríamos cúmplices desse Governo que falta com a verdade.

Por isso, Srs. Senadores, nós somos da Oposição, mas queremos e estamos fazendo uma Oposição olhando para frente e para o futuro do nosso País, tentando orientar esse Governo que infelizmente, lamentavelmente, não quer olhar para o seu próprio nariz nem acreditar que mente e que traiu as esperanças do povo brasileiro.

O mínimo que o Presidente tem que fazer hoje é pedir desculpas e dizer: “Eu não sabia que, em minha volta e em meu Governo, havia pessoas que cometiam tantos desmandos e que deverão ser expulsas do Governo e do Partido”.

O Brasil precisa ser dedetizado, a começar pelo Partido do Governo, do Presidente e por alguns integrantes da base que lhe dão sustentação. Esse Governo, hoje, mais do que nunca, cometeu estelionato eleitoral nas outras eleições.



Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)

– Muito obrigado, Senador Leonel Pavan, pelo cumprimento rigoroso do horário.

Concedo a palavra à Senadora Ana Júlia Carepa e, posteriormente, ao Senador Arthur Virgílio, pela Liderança da Minoria.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA.

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, como vou falar de vários assuntos, primeiro quero reiterar um convite já feito a todos os Deputados Federais, a todos os Senadores, aos Deputados Estaduais para uma reunião que vamos fazer amanhã, em Belém. Vou representar a Comissão de Desenvolvimento Regional, da qual sou Vice-Presidente, e vamos discutir com a Eletronorte e com a Celpa os projetos e a possibilidade concreta de fornecimento de energia tanto para a Ilha de Marajó quanto para os Municípios da margem esquerda do rio Amazonas.

Então, fica o convite para a reunião que acontecerá amanhã pela manhã, no auditório da Celpa, em Belém. Este assunto tem sido matéria da imprensa e já existem recursos. Aliás, os prefeitos agradeceram porque para eles é muito melhor que a reunião seja em Belém do que aqui em Brasília. São muitas prefeituras pequenas, a região do Marajó é uma das mais pobres, e o custo para os prefeitos virem a Brasília é muito alto. Quero agradecer ao Senador Tasso, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, que aprovou a realização dessa audiência em Belém. Os prefeitos estão extremamente contentes, Senador, porque levar a reunião para o Estado é fundamental, é muito melhor. Então, estaremos lá representando a Comissão de Desenvolvimento Regional, discutindo o projeto para levar energia elétrica para aquelas regiões, que sabemos que é tão fundamental.

Aproveito para falar sobre investimentos que estão sendo feitos no Estado, principalmente na região de Altamira, Anapu, na região oeste, que ficou mais conhecida no Brasil inteiro, infelizmente, pelo triste fato do assassinato covarde e cruel da Irmã Dorothy.

Lembro que uma das causas apontadas da violência era a ausência do Estado na região, e a Comissão que acompanhou as investigações e que eu presidi constatou claramente que um dos maiores problemas é a segurança pública, ou melhor, a falta de segurança pública, obrigação constitucional do Governo do Estado.

Recebi – aqui está escrito ontem, mas foi dois dias atrás – um telefonema de um dirigente da Fundação Viver, Produzir e Preservar, do Movimento pelo Desenvolvimento da Rodovia Transamazônica e Xingu,

sediada em Altamira, que me informou sobre as dificuldades por que passa um convênio que foi assinado no final de 2003, em Belém – eu estava presente! –, um convênio assinado com o BNDES e que tem a contrapartida do Governo do Estado e de várias prefeituras da região. Esse convênio envolve investimentos da ordem de R\$18 milhões; R\$11 milhões são do BNDES. São projetos de consolidação da agricultura familiar e contenção do desmatamento na Transamazônica e Xingu. A Secretaria de Educação do Estado deveria repassar, como contrapartida, pouco mais de R\$3 milhões, num período de 4 anos. Para que isso? Para o pagamento de monitores, para que haja assistência técnica ao pequeno agricultor e educação para os seus filhos. Só que um ano e meio depois de assinado o convênio, não foi repassado um único centavo do Governo do Estado para esse convênio. Esse convênio destina-se à construção de 12 casas familiares rurais. É um projeto importantíssimo para a região, porque vai atender mais de 4 mil famílias e vai atender, vai formar técnicos, principalmente entre filhos de agricultores.

Dos R\$11 milhões do BNDES, R\$3 milhões já foram aplicados, especialmente na parte física do projeto, em equipamentos. Três casas familiares rurais já estão aptas a atender a comunidade rural nos municípios de Brasil Novo, Medicilândia e Uruará, porém não podem iniciar o seu funcionamento por falta de recursos do Estado para pagar os serviços que serão prestados pelos monitores.

As aulas, que já ocorriam mesmo em espaços improvisados, cedidos pela Igreja e pela comunidade, estão suspensas desde julho de 2004 por falta de monitores, o que é responsabilidade do Estado. São cerca de 4 mil famílias, como falei aqui, a serem atendidas pelo projeto em assistência técnica e educação para os filhos dos agricultores. Então, são essas pessoas que estão sendo prejudicadas por uma postura muito diferente daquela que o Governador do PSDB do Pará discursa a todo momento. Quando vai o Presidente Lula levar recursos para o Estado, há um discurso de que o Pará é maior do que qualquer partido, mas, na hora de repassar os recursos para uma Fundação que vai atender ao pequeno agricultor, o Governo do Estado se recusa a passar para a Fundação Viver, Produzir e Preservar. Fundação para a qual o próprio BNDES já está repassando os recursos. Foi feita, inclusive, uma proposta alternativa: repassar para as prefeituras, que topavam, apesar de que, no convênio, não era dessa forma. Isso também não foi viabilizado.

Esse Projeto da Casa Familiar Rural existe na Transamazônica desde 1994. É uma experiência piloto implantada pela Fundação Viver, Produzir e Preservar

no Município de Medicilândia e sempre funcionou com a parceria exemplar das famílias envolvidas, movimentos sociais, igrejas e órgãos do Governo nas esferas municipal, estadual e federal. Ao longo desse período, os resultados positivos demonstrados pelos projetos expandiram-se e novas casas familiares rurais surgiram em todas as regiões do Pará.

Esse convênio, com participação principalmente do Governo Federal, através do BNDES, com maior aporte de recursos, R\$11 milhões, do Governo do Estado, com pouco mais de R\$3 milhões, e dos 12 municípios, é parte de um processo de ampliação da presença do governo na região e das estratégias de apoio à agricultura familiar e do projeto BR-163, porque os municípios que estão sendo atendidos situam-se na área de influência da rodovia, cujo asfaltamento é esperado com muita expectativa por aquela população.

A concepção do programa é louvável, primeiro porque surgiu da própria comunidade; segundo porque, acima de tudo, significa dar dignidade, cidadania, ao homem do campo e principalmente ao agricultor familiar, principalmente ao pequeno produtor que ali naquela região é responsável pela maior parte da produção agrícola daquela região.

Temos que refazer a história que, ao longo de décadas, tem sido marcada pela expulsão do homem do campo à procura principalmente de educação para seus filhos.

Faço esse registro, Sr. Presidente, na expectativa de que o Governo do meu Estado, a Secretária de Educação, o Secretário Especial, que está acima dessa Secretaria de Educação, Dr. Gerson Peres, demonstrem sensibilidade, viabilizando, com a máxima urgência, os repasses do convênio que estão pendentes, cessando, assim, os prejuízos ao atendimento dos trabalhadores e dos seus filhos em 12 Municípios da região da rodovia Transamazônica e Xingu. E são eles: Altamira, Itaituba, Rurópolis, Placas, Uruará, Medicilândia, Brasil Novo, Anapu, Pacajá, Senador José Porfírio, Porto de Moz e Vitória do Xingu. Portanto, eu quero dizer que, nesse convênio, especificamente, o Governo Federal está fazendo a sua parte, bem diferente do discurso do Governador do PSDB, que a cada momento chora, dizendo que o Governo Federal não repassa recursos, o que é uma absoluta inverdade, haja vista inclusive o crescimento significativo do volume de recursos que aconteceu, por exemplo, na área da saúde. Mas a política do Governo do Estado para o pequeno agricultor é, infelizmente, pífia. E quando ele se compromete, além de tudo, não cumpre, como nesse convênio em que eles estão querendo, na verdade, acabar com essa possibilidade de educação para os filhos dos trabalhadores rurais e garantir, ao mesmo tempo, assistência

técnica para evoluirmos de um estágio de extrativismo, para que aquela população possa ter uma produção agrícola mais qualificada e sustentável. Esse é o desejo dos amazônidas. Já há várias casas prontas. As estruturas já foram inauguradas, mas estão esperando esses investimentos.

Eu não poderia deixar também de fazer este apelo à Secretária de Educação e ao Governo do Estado: que cumpram com o compromisso assinado no convênio do BNDES e não deixem os trabalhadores rurais da região oeste do Pará, desses doze Municípios, à míngua, já que têm a responsabilidade de garantir os monitores.

Quero ainda falar de outro assunto, pois foi citado o meu nome. Primeiro, agradeço ao Senador Mão Santa. S. Ex<sup>a</sup> disse que, se o Presidente Lula quisesse indicar um homem para a Casa civil, deveria ser o Senador Flávio Arns; e uma mulher, deveria ser eu. Agradeço ao Senador Mão Santa a gentileza, a deferência, mas quero dizer que estou muito satisfeita com a escolha da Ministra Dilma. Conheço a Ministra, sei da competência e da capacidade dessa mulher, que, para nós, é um exemplo e um orgulho. É uma mulher que sabe que o seu cargo é político, mas não abre mão de que todos os cargos que devem ser preenchidos nos órgãos do Governo, aqueles que precisam da competência e da eficiência técnica, assim o sejam. Ela não abre mão disso. Essa é uma característica da Ministra Dilma Rousseff. Com certeza, o trabalho dela será muito positivo para o Governo neste momento. Gostei muito de sua indicação. Senador Mão Santa, acho que ela já está fazendo o papel que eu gostaria de fazer se estivesse nesse lugar. Ela já disse que não é preciso superávit no Brasil. Essa já é uma posição que defendo, então quero dizer que concordo plenamente. Portanto, quero dizer que estou me sentindo bem representada, como mulher, como cidadã e como uma pessoa que acredita muito, mesmo com todas as dificuldades, no Presidente Lula. A Ministra Dilma Rousseff vai dar uma grande contribuição para o Governo.

Quero fazer um registro aqui. Não sei se vou ter tempo de ler, mas quero pelo menos falar sobre o que disse o Senador Flávio Arns. Não queria fazer apartes, pois já há tantos apartes. Concordo com quase 100% do que disse o Senador, mas quero só lembrar ao povo que vivemos uma crise. Agora se diz que não se trata de tentativa de golpe. Agora, sim, mas no primeiro momento falou-se nisso sim. Não vamos esquecer essas coisas; não vamos ser ingênuos. Eu defendi, em minha Bancada, desde o início, a assinatura das CPIs. Eu defendi e defendo a apuração de todos os fatos, e quem tiver cometido qualquer improbidade que seja punido. Mas não é possível que consigamos extrair

500 anos da história de um país e passemos a entender o Brasil apenas como um momento específico de dois anos e meio.

Cito como exemplo – inclusive peço que seja registrado nos Anais, Sr. Presidente – o artigo “O silêncio tucano e uma possível lição”, do jornalista Marco Aurélio Weissheimer, que deve ser alemão, e não sei alemão.

Na entrevista ao Roda Viva, Roberto Jefferson denunciou, entre outras coisas, a existência de caixa dois na campanha de FHC. Tucanos destacaram gravidade das outras denúncias, mas silenciaram sobre esta. Entre silêncios e escolhas, Jefferson talvez tenha algo a nos ensinar.

“Que conversa é essa? Estou estranhando tudo isso. Parece que estamos num convento de freiras. Pensei que fôssemos discutir aqui financiamento de campanhas políticas. Vocês sabem disso tudo que estão me perguntando”. As declarações do Deputado Federal Roberto Jefferson causaram um visível constrangimento entre os jornalistas que participaram do programa Roda Viva, da TV Cultura, na noite de segunda-feira. De repente, de modo inesperado, Jefferson diz que o ex-banqueiro José Eduardo Andrade Vieira (e futuro Ministro), do falecido Bamerindus, foi um dos financiadores “por dentro e por fora” da primeira campanha de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. Tinha caixa dois, sim, senhor, e vocês sabem disso”, disse o petebista em tom desafiador aos jornalistas. O apresentador do programa, Paulo Markum, chamou o intervalo e na volta nenhum jornalista quis tocar no assunto, apesar do desafio de Jefferson e da provocação ao chamá-los de freiras.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> me permite um aparte?

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Se é possível, sim, Senador.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Fico muito grato. Senadora, eu compreendo a desorganização partidária que o PT vive no momento, mas penso que, até para a própria história do Partido, deveria haver uma definição, por parte das Lideranças, com relação ao Sr. Roberto Jefferson, se o Partido acredita no que S. Ex<sup>a</sup> diz ou se não acredita. O que não se pode é acreditar no Roberto Jefferson pela metade e desacreditar na outra metade. No que não interessa, não se acredita no que diz Roberto Jefferson, no que interessa se acredita em Roberto Jefferson. Então, essa é uma questão em que é preciso haver uma definição porque isso vai deixar a imprensa enlouquecida e vai nos deixar atônitos. Vamos, mais uma vez, conviver com a nova versão petista, que é a falta de coerência. O PT usava, com muito orgulho, durante anos, a

coerência como bandeira e como troféu. A blindagem anticorrupção, essa nem se fala mais, porque está envolvido. Vemos em V. Ex<sup>a</sup> o aspecto de abatimento; vemos a tristeza em seus olhos. Nota-se isso. Agora, era preciso a definição de uma linha para que pudéssemos agir: a palavra de Roberto Jefferson vale ou a palavra de Roberto Jefferson não vale. Muito obrigado.

**A SRA. ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Obrigada, Senador Heráclito Fortes. É exatamente isso.

Peço só mais um minuto para poder concluir, Sr. Presidente.

*(Interrupção do som.)*

**A SRA ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Eu, na verdade, estou lendo não um documento meu, como disse. Foi uma publicação do jornalista Marco Aurélio Weissheimer – o sobrenome deve ser de origem alemã, por isso não sei a exata pronúncia –, da **Agência Carta Maior**, que fala exatamente isso, Senador Heráclito, e se V. Ex<sup>a</sup> ler este documento poderá comprovar. Diz o jornalista que alguns Partidos, e aqui ele citou o PSDB – é ele que está citando, estou lendo este documento –, quando transcrevem a entrevista, só transcrevem algumas verdades, só transcrevem algumas coisas que disse Roberto Jefferson, não transcrevem outras. Ele fala que trouxe novas denúncias – e essa era uma nova – e não se referem a isso.

Então, Senador Heráclito Fortes, quero lhe dizer que essa questão não cabe a mim. Não me sinto assim, nem me sinto triste. V. Ex<sup>a</sup> me conhece. É lógico que não consideramos isso bom. Temos uma história na nossa vida, e eu tenho uma história de luta que muito me honra – por isso o Senador Mão Santa tinha me indicado para ser da Casa Civil.

Quero dizer claramente que não temos dúvidas. Vamos investigar.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Fique tranquila, não me referi...

**A SRA ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Inclusive, defendo que investiguemos e façamos a punição de todos, diferentemente do Governador tucano do Pará, que não permite uma única CPI. Foram R\$47 milhões de perdão da dívida de uma cervejaria em troca de recursos para a campanha eleitoral e mais 12 anos de isenção de ICMS, 95% de isenção.

Então, quero dizer que fazemos isso porque muitas vezes as pessoas têm memória...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora Ana Júlia, peço a colaboração de V. Ex<sup>a</sup>.

**A SRA ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – Mais um minuto.

Quero dizer que às vezes falta memória a algumas pessoas e somente se coloca um aspecto. Parece-me que hoje o que diz qualquer pessoa, independentemente de se saber sua qualificação e caráter, passa a ser verdade. Desejo, mais do que ninguém, que se aprofunde.

Quanto aos corruptos, já disse ontem aqui – inclusive um Senador fez referência ao que falei: fora, corrupção! Lugar de corrupto é na cadeia!

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – V. Ex<sup>a</sup> fique tranqüila...

**A SRA ANA JÚLIA CAREPA** (Bloco/PT – PA) – E todos os corruptos têm de estar na cadeia, independentemente do tempo.

Então, agradeço a sua gentileza, Sr. Presidente.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Obrigado, Senadora Ana Júlia.

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Em momento algum, Senadora, eu me referi ao Partido de V. Ex<sup>a</sup>.

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. Heráclito Fortes** (PFL – PI) – Agora, que os olhos de V. Ex<sup>a</sup> são iguais aos da Carolina, da canção do Chico Buarque, isso não tem... Esses olhos tristes de tanta dor, a dor que já não existe.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC) – Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra, pela ordem, o Senador Leonel Pavan.

**O SR. LEONEL PAVAN** (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Alvaro Dias, há pouco, no calor do meu pronunciamento, acabei falando em ratos. Eu queria pedir a V. Ex<sup>a</sup> que retirasse das notas taquigráficas essa palavra. Até induzido, porque houve algumas brincadeiras de se colocarem alguns ratos aqui dentro, quando falei algo eu me referi a ratos. Eu queria pedir, e com respeito aos ratos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Pois não, Senador. V. Ex<sup>a</sup> será atendido na forma do Regimento.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, pela Liderança da Minoria. S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Pela Liderança da Minoria. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, não tive a felicidade de ouvir o discurso correto e equilibrado do Senador Flávio Arns, mas recebi o relato dos Senadores Tasso Jereissati e Antonio Carlos Magalhães quanto aos méritos da palavra de S. Ex<sup>a</sup>, desmontando de

uma vez por todas essa balela de que apuração de corrupção é golpismo, para dizer que o caminho para a governabilidade é o equilíbrio político, a apuração, sem subterfúgios e sem meias palavras.

Sinto que a esse Governo e ao PT faltam figuras ponderadas e de efetiva capacidade de articulação. E posso citar alguns nomes, como Jarbas Passarinho, posso citar Petrônio Portela, devo citar Daniel Krieger, posso citar Tancredo Neves, devo citar Ulysses Guimarães. Ontem, eu citava para um jornalista o pai de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Eduardo Azeredo, como um homem capaz de encaminhar soluções em momento de crise, e os homens públicos experientes – e aqui está o Senador Antonio Carlos Magalhães, com sua história de vida –, que servem precisamente para, nos momentos de dificuldade, nos momentos de crise, encontrar as saídas justas, as saídas descentes para o País.

Percebo que, se o PT não criar juízo, se o Governo Lula não criar juízo, as dificuldades levarão ao imponderável. E o imponderável pode não ser bom para o País; seguramente não será bom para o Governo que aí está.

Assisti ao resumo da fala do ex-Ministro José Dirceu ontem. Não considero que o discurso de S. Ex<sup>a</sup> tenha sido um discurso de agravo às Oposições. Não me sinto no direito de exigir que um adversário se ajoelhe, não me sinto no direito de exigir a humilhação de nenhum adversário. Portanto, reconheço que todos têm o direito de ser ativos, têm até o dever de o serem. Um condenado à morte – e sou contra a pena de morte – tem no Alabama o direito de ser ativo no seu último momento; o que não vai morrer também tem o dever e o direito de ser ativo. Entendo que o discurso não foi ruim; ruim foi o gesto de levarem uma claque para dentro da Câmara dos Deputados; ruim foi o fato de que parecia proporem uma espécie de guerra popular, em uma reedição medíocre daquele modelo medíocre do Presidente Hugo Chávez da Venezuela; ruim foi exacerbarem o quadro de inquietação que já aguardava o Ministro José Dirceu na Câmara.

Eu sabia que o Deputado Jair Bolsonaro poderia fazer lá o seu protesto, a sua manifestação; eu sabia que o Deputado Babá, a Deputada Luciana Genro, o Deputado João Fontes, depois de terem sofrido a arbitrariedade que sofreram, legitimamente estariam inquietos e querendo disputar a opinião política em posição de igualdade com o Ministro José Dirceu. Portanto, algum tumulto haveria, mas o grosso se deveu àquela manifestação meio quixotesca de entrada triunfal com bandeira de PT, enfim. E dizendo mais: se quiséssemos nós, faríamos um comício na Praça da Sé, protestando contra esse estado de coisas que reina no País; faríamos um, em seguida, na Cinelândia; não tenho dúvida



de que faríamos um na Bahia; e não tenho dúvida de que faríamos um em todo e qualquer recanto deste País por onde grasse o sentimento de repúdio a esse quadro estranho, que ameaça a governabilidade pela inércia de um Governo e, ao mesmo tempo, por uma situação que se pretende prevenir pela transferência de responsabilidades e até por uma postura bastante inconseqüente diante da crise.

Se me perguntassem onde está o quadro de des-governo, eu diria que está na falência da Administração Pública; eu diria que está na percepção generalizada de corrupção nesse Governo; eu diria que está na exteriorização dessa falência, por exemplo, quando seguranças do PT agredem equipe de uma televisão muito importante do País, à porta do Partido dos Trabalhadores em São Paulo. Já chegaram ao ponto de agredir trabalhadores que cumprem com seu dever e que nem sequer escrevem o que será publicado. Cinegrafistas filmam. A intolerância não percebe que cinegrafista filma. E eles não teriam o direito de agredir os redatores, ninguém. É livre no País a manifestação de opinião. E televisão não foi feita somente para agradar ao Governo do PT. Isso é sinal claro de descontrole. Isso é sinal de perda de domínio sobre uma situação que ameaça avassalar este Governo inepto.

Se querem outro exemplo gritante, nítido, aberrante do descontrole a que chegou este Governo, cito manchete de matéria publicada hoje no **Correio Brasileiro**: “Mínimo quase chega a R\$536,00”. Ele era de R\$300,00, mas alguém apresentou uma emenda que elevava de R\$300,00 para R\$536,00, e ela passou sem que as Lideranças do Governo na Câmara dos Deputados se tivessem dado conta de que esse não era o interesse do Governo à luz do que seria o impacto desse aumento sobre as contas públicas brasileiras. Lembrem-se de que o Governo se dispôs a votar contra a emenda que Parlamentares oposicionistas apresentaram, Senadora Heloísa Helena, aumentando em mais R\$10,00 o salário mínimo. Eles disseram: “Não vamos aceitar mais R\$10,00, porque R\$300,00 é o máximo”. Por incompetência, deixaram passar R\$536,00. Alguém pode perguntar: “Puxa, mas R\$536,00 não é muito?” Nem entrarei nessa discussão. Abordarei o fato de que o Governo não queria R\$310,00, mas, por uma hora, deixou vigorar no País, Presidente Alvaro Dias, R\$536,00, sem querer, por inépcia, por incompetência, por absoluto descontrole e por absoluta falta de articulação naquela Casa do Parlamento. As Oposições concordaram com que se fizesse uma nova votação, e foi feita uma nova votação.

Eu gostaria, Sr. Presidente, de refletir certo desânimo, certa tristeza diante do que estou vendo, diante do que está ocorrendo, porque percebo desarticulação,

desculpas, e até uma atitude de certa forma desrespeitosa em relação a uma Oposição que – repito, fazendo disso um refrão – tem sido a mais democrática que já funcionou neste País desde 1946.

Há uma certa dose de despreparo e infantilidade. Por exemplo, Senador Heráclito Fortes, não vou perder muito tempo discutindo – porque V. Ex<sup>a</sup> já o fez muito bem – o que teria sido a relação do ex-Presidente do Banco com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com quem, depois, tive oportunidade de falar.

O Sr. Roberto Jefferson não participou da campanha de 1994. Além disso, não houve nenhuma ajuda do Sr. Andrade Vieira para a campanha daquele ano. Ainda assim, antes de saber disso tudo, eu disse que, se houve ajuda, o Presidente Fernando Henrique Cardoso acabou fazendo uma separação marcante entre o comportamento dele e o do Presidente Lula, porque tudo o que o Sr. Andrade Vieira conseguiu no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso foi perder o banco que ele detinha, assim como a nora do Presidente Fernando Henrique deixou de ser herdeira do Banco Nacional.

Esses fatos mostram claramente que o Presidente não chamava qualquer um de parceiro, até porque Presidente da República não deve ter parceiro. Ele pode ter auxiliares, pois tem cidadãos, não súditos, para governar. Mas parceiros, seguramente, ele não pode ter.

O comportamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso em relação ao Sr. Andrade Vieira foi completamente impessoal: “Amigo ou não, colega ou não, perderá o banco, porque ele está insalubre”.

Alerto para o fato de que hoje desabafei para a imprensa brasileira, desabafei de maneira bastante ampla, irrestrita, e desabafei na reunião de Líderes tudo que eu tinha no cérebro e no coração. Fiz as minhas advertências, entendo que o País tem que ser trabalhado com consciência por setores da Oposição e pelo Governo de modo a que não confundamos o caminhar do País com as apurações, que têm que ser feitas.

Eu disse que o PSDB está aberto para discutir o momento de se instalar a CPI dos Bingos, que foi autorizada, a pedido das Oposições, pelo Supremo Tribunal Federal. Disse que tudo que nós queremos do Governo é respeito. Gostaria que reconhecessem que somos uma oposição democrática. Gostaria que reconhecessem que não temos compromisso com golpes. Gostaria que reconhecessem que se impõe uma certa autocrítica. Por exemplo, não é bom Congresso invadido por bandeirinhas vermelhas, porque daqui a pouco as ruas podem estar invadidas por outro tipo de palavra de ordem. Não repitam o que não deu certo no passado recente.

Eu disse aos meus colegas Líderes partidários que o PSDB está muito cansado de ser interpretado de maneira equivocada. Quando diz amarelo, está querendo dizer amarelo mesmo, não está querendo dizer preto nem vermelho. Quando diz vermelho, está dizendo vermelho. Então, é desconfortável para o Partido... E no Partido não faltam os nossos falcões, que querem mais e mais ações em cima de uma situação que já é grave por si só, que já é ameaçada ela própria de descontrole. Temos pago os nossos preços internos, mas tudo que não queremos é que, quando fazemos a abertura para se ter uma data, quem sabe, não sei quando, para funcionamento efetivo da CPI dos Bingos, tudo que não queremos é ouvir que estamos querendo que isso aconteça perto da eleição, que estamos querendo, primeiro, ver como fica essa dos Correios ou que não estamos querendo discutir as privatizações no Governo Fernando Henrique, e o autor da proposta de discutir privatizações fui eu.

Se e quando se instalar esta Comissão das privatizações, eu farei parte dela por entender, primeiro, que vamos discutir muito a visão do mundo. Não sei o que seria deste País se, com os critérios de nomeação que adotaram agora, ainda houvesse muitas “teles” para nomearem. Não sei o que teria sido! Mas eu quero discutir visão de mundo. E se alguém me pergunta, para eu buscar na minha integridade intelectual uma resposta, eu dou a resposta clara agora. Se alguém me pergunta se é provável, se é possível, se é certo, qualquer coisa, eu digo que é muito provável que, num processo de privatização daquela monta, haja alguém que tenha se locupletado. Seria acreditar demais no ser humano, e eu não acredito tanto assim. Vendo tanto dinheiro, alguém sempre vai delinquir, com regras frouxas, como o Brasil sempre teve. Para mim, o que se vai mesmo debater nas privatizações é a visão de mundo, é saber se tinha outro desdobramento para o País que não fosse esse. Eu próprio vou fazer parte da CPI. Já pedi ao Senador Tasso Jereissati que aceitasse a incumbência. S. Ex<sup>a</sup> disse que aceita. Eu estava dizendo ao Senador Antonio Carlos que outra figura que deveria participar de uma CPI como essa seria o Senador Rodolpho Tourinho, por todo o seu preparo, por toda a sua capacidade de entender os desdobramentos da economia mundial, *vis-à-vis* a economia brasileira, com seus reflexos sobre a economia brasileira.

Portanto, quero ser entendido na inteireza do que disse. Eu quis dizer e disse que a situação deste País me preocupa, que as respostas para esta crise não estão em palavras soltas ou em provocações estereis. Este Governo não está em condições de provocar ninguém. Ele não está em condição de soltar qualquer cortina de fumaça. Este Governo tem de cumprir dois

deveres: governar o País e permitir que esse processo de investigação avance. São duas coisas que são inevitáveis, irrecorríveis. Essas duas vão acontecer.

Quando vejo tanta coisa, tantos aliados e cor-religionários do Presidente Lula a complicarem o seu Governo, do ponto de vista ético, eu me pergunto: será que estamos pedindo muito? Será que nós que não fizemos nada para que essa crise acontecesse – não fizemos nada, um só gesto, estamos, graças a Deus, muito longe desses eventos –, será que estamos pedindo demais querendo, primeiro, que nos ouçam sem má fé e que, portanto, não imputem má fé em palavras que estão carregadas de boa fé, as nossas? Segundo, será que estamos pedindo demais, querendo que nos respeitem? Porque, se as coisas radicalizam, vamos aceitar a radicalização, por mais que isso entristeça o meu coração. Vamos ter que aceitar. Não queremos. É determinação nossa não fazê-lo. Mas já não queremos as palavras turvas, as palavras que tentam ver malícia onde não há e que tentam ver verdades inexistentes, contrapondo essas verdades inexistentes a verdades verdadeiras, a verdades sentidas.

Tenho dito e repisado que carrego uma história de apego às liberdades democráticas, e não é muito fácil raciocinar em termos de regressão dos patamares a que já chegamos, a que já atingimos neste País. Alguns podem me dizer que o Brasil precisa de mais consolidação democrática e de espalhar os efeitos dessa suposta democracia para setores mais amplos da população, porque democracia também é comida, é casa, é emprego. É verdade, é tudo isso, mas nunca vi nenhum país conseguir casa, comida, emprego para os seus cidadãos se não obtiver liberdade de funcionamento do Parlamento, se não obtiver independência para o Judiciário, se não obtiver um quadro sem o qual o que primeiro cai é o império da lei, o que primeiro cai é o poder da justiça, o que primeiro cai é a liberdade ou até o funcionamento do Congresso.

Não tenho tradição familiar nem pessoal para compactuar com nada que não seja legal. Agora, também não me sinto obrigado a compactuar com nada que não seja a apuração dura e firme dos fatos que estão aí a serem denunciados.

Sr. Presidente, algo que está sendo um teste para mim e para o meu Partido é precisamente estarmos mantendo a cabeça fria em todos os momentos de uma crise que nos surpreende pela força avassaladora de provocar conseqüências.

Vejo diante de nós uma crise que não tem ainda os seus contornos delimitados e definidos. Não tem, portanto, seus limites estabelecidos. É uma crise que, a meu ver, teria que idealmente ser tratada nos seus

limites, e estou vendo uma certa dificuldade de a contarmos.

Adverti meus colegas Líderes do nosso dever de procurarmos ter algum controle sobre os fatos.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Não sei se somos capazes de ter todo o controle sobre os fatos. Não sei. Mas tudo o que se referir à democracia neste País haverá de ter o nosso concurso positivo; tudo o que se referir à apuração dos fatos rigorosa haverá de ter o nosso concurso positivo; tudo o que significar diálogo sincero, embate sincero, confronto sincero, nos limites da democracia, haverá de ter o nosso concurso positivo.

Sinto-me muito tranqüilo, Sr. Presidente, a ponto de poder, neste momento, falar um pouquinho, quando encerrar este pronunciamento, sobre a minha terra. A crise não é minha, mas estou há um mês sem ir ao Amazonas.

Em Manaus, existe uma instituição Salesiana, o Pró-Menor Dom Bosco, que é mantida com doações e convênios e que hoje enfrenta um emaranhado de filigranas burocráticas.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Estou pedindo ao Ministro Luiz Fernando Furlan que resolva a questão da liberação de dois motores, pois a instituição deles necessita, para continuar a preparar cidadãos que vão servir com muita honra ao meu Estado e ao meu País.

Encaminhei ao Ministro Furlan um ofício e imagino que S. Ex<sup>a</sup>, um homem público de respeito, saberá se colocar de uma maneira sensível nesse episódio.

Mas, encerro, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil está a esperar de cada um de nós o melhor que cada um puder dar. O melhor que cada um de nós pode dar não é contemplar qualquer proposta de abafa às investigações e não são, por outro lado, atitudes intempestivas que revelem imaturidade política. Portanto, é incongruente essa imaturidade política com a democracia que temos feito tudo para consolidar neste País.

Desço desta tribuna, Senador Tasso Jereissatti, seguro de que, numa greve, se conquista uma coisa e de que, em outra greve, se perde outra coisa. Estou falando de um instrumento tão caro e tão prezado ao Partido dos Trabalhadores e ao seu Governo. Nós temos conquistas. Eu tenho uma conquista a fazer hoje.

Eu espero sair desta tribuna com o meu Partido tendo o respeito político consagrado pelos nossos adversários. Gostaria muito de ouvir que reconhecem que

somos uma Oposição democrática; gostaria muito de ouvir que têm respeito pela forma como lidamos com as agruras do País, que têm respeito pela compreensão que temos, sim, diante de um momento difícil do País. Isso, para mim, é uma grande resposta. Isso, para mim, é um passo significativo. Isso, para mim, é a demonstração clara de que algum amadurecimento estará se processando nos cérebros que hoje têm o dever de tocar para porto seguro este País tão querido e tão complexo chamado Brasil.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, solicito a palavra a V. Ex<sup>a</sup> pela Liderança do PFL, informando, inclusive, que o documento já se encontra sobre a mesa.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – V. Ex<sup>a</sup> está inscrito, Senador Heráclito Fortes.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, regularmente inscrito, e, posteriormente, ao Senador Aloizio Mercadante, como Líder do Governo. Depois, Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> estaria com a palavra, inscrito regularmente.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, desejo falar pela Liderança.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Então, fica para depois, Senador Heráclito.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Abro mão da inscrição como orador, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Depois, como inscrito, falará o Senador Nezinho Alencar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Apelo a V. Ex<sup>a</sup> que mantenha a ordem dos oradores. Eu gostaria apenas de falar como Líder na ordem normal, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, então, V. Ex<sup>a</sup> falará como orador inscrito. Disporá do mesmo tempo que teria para discursar.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Do mesmo tempo?

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – O mesmo tempo: 20 minutos.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Sr. Presidente, fica mantida, então, a minha inscrição como orador.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A Presidência prorrogará a sessão para que todos possam se pronunciar. Apelo aos Srs. Senadores, se houver possibilidade, que utilizem menos tempo. A Presidência agradece.

A Senadora Heloísa Helena está inscrita pela Liderança. Falará na seqüência, havendo a intercalação.

Concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti.

**O SR. MOZARILDO CAVALCANTI** (PPS – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, o País vem, há alguns meses, ouvindo um noticiário incessante de denúncias de corrupção que começaram muito antes dessa denúncia dos Correios e perpassaram várias personalidades do Governo.

O País já presenciou, no passado, escândalos como os investigados pela CPI do PC Farias e pela CPI dos Anões do Orçamento.

Depois que se resolvem, mesmo que parcialmente, escândalos como esse, há uma espécie de anestesia da sociedade e, ao mesmo tempo, até uma idéia de que, se os grandes roubam, todo mundo pode roubar; se os grandes fazem corrupção, todo mundo pode fazer corrupção.

Tenho observado, com muita atenção, os pronunciamentos tanto daqueles da Oposição, quanto daqueles que defendem o Presidente Lula, e quero me situar muito claramente numa linha de independência, porque não estou, embora seja de um Partido aliado, apoiando mais o Governo Lula. Mas também não estou ainda fazendo uma oposição ao Governo Lula. Quero manter uma linha de análise de isenção para, depois, tomar uma decisão definitiva.

Nessas análises, recentemente, ouvi uma entrevista do Senador Pedro Simon que me chamou muito a atenção. S. Ex<sup>a</sup> apresentou, há sete ou oito anos, um projeto que estabelecia a quebra do sigilo bancário para Presidente da República, Ministros de Estado, Senadores, Deputados. Esse projeto, embora esteja limitado e tenha um grande foco, poderia ser ampliado.

Por essa razão, apresentei um projeto que, em síntese, propõe que qualquer servidor público concursado, comissionado, eleito, qualquer agente público, ao assumir o cargo, tenha automaticamente o seu sigilo bancário posto à disposição da Receita Federal. Portanto, a Receita não vai depender de autorização judicial para acompanhar, passo a passo, o dinheiro que entra na conta do agente público, seja ele vereador, prefeito, deputado estadual, governador, deputado federal, senador, presidente da República, ministro, seja o simples porteiro de uma repartição pública, seja até mesmo servidores terceirizados e também empresas que, de alguma forma, recebem recursos do Poder Público. Em todas essas confusões, o que vemos é: de onde parte o dinheiro dos corruptores? Dos cofres públicos. Ou seja, são empresas que superfaturam obras, serviços e entregam no papel apenas material. E é esse o dinheiro que, na verdade, é utilizado para corromper quem está disposto a ser corrompido.

E que mecanismo podemos utilizar para frear isso? A CPI? Toda vez – vou colocar aspas –, “mandar” a Polícia Federal investigar? Esses mecanismos devem existir, e são muito importantes, mas deve haver uma lei que proteja o recurso público. Entendo que essa lei deve atingir todos os funcionários públicos – municipais, estaduais, federais, concursados, comissionados, eleitos – e todas entidades ou empresas que recebem recursos públicos. Com isso, fica muito fácil para a Receita Federal e para qualquer investigação saber como o dinheiro caminhou. Da forma como estamos vendo agora, vai se descobrir que o dinheiro veio não sei de onde, entregava para não sei quem, e não sei quem dava mensalão para não sei quem.

Então, o projeto, para o qual estou inclusive recolhendo a assinatura dos Líderes para que se torne urgente – logicamente que pode ser aprimorado, não tenho sequer a veleidade de pensar que é um projeto perfeito –, foi inspirado, digo claramente, na idéia do Senador Pedro Simon. Avancei de maneira mais abrangente, mas é evidente que pode ser aprimorado. Nesta Casa, há excelentes juristas, mas entendo que temos que apresentar, urgentemente, uma medida que seja coercitiva, que tenha o condão de colocar um paradeiro nessa farra com o dinheiro público. Não sabemos qual será o resultado das CPIs que aí estão, a CPI dos Correios, a CPI dos Bingos, que vai se instalar daqui a pouco, a CPI do Mensalão, que deverá se instalar também, e outras CPIs que venham, e devem vir. Penso que não tem que haver nenhum tipo de movimento para evitar investigação, e também entendo que uma investigação deve ser conduzida com serenidade, mas com severidade, pois se trata não do meu dinheiro, do de fulano ou do de beltrano, mas do dinheiro do cidadão brasileiro, que paga imposto. E uma maneira de darmos uma resposta é justamente essa.

Eu até ouvi – não estava aqui na ocasião – que a Senadora Heloísa Helena estava colhendo assinaturas para que todos abram seu sigilo bancário. Com esse projeto, não há mais necessidade de alguém dizer que abre seu sigilo bancário. Não, o sigilo bancário estará aberto automaticamente, por força de lei. E, lógico, sempre haverá os “artistas”, os malandros, que encontrarão fórmulas para burlar a lei. Mas, com certeza, o projeto dificultará bastante tal atitude, e facilitará o trabalho da Receita Federal, do Ministério Público e da própria Polícia Federal, enfim, das instituições encarregadas de zelar pela boa aplicação do dinheiro do povo.

Sr. Presidente, atualmente, na opinião pública, mais do que nunca, a imagem do homem público, seja do parlamentar, seja do ministro, seja do diretor de uma empresa estatal, está extremamente comprometida.



Temos que fazer essa depuração, temos que fazer essa investigação, passar a limpo – como diz Boris Casoy – o País, e tentar reconstruir uma democracia que tenha por princípio, acima de tudo, o respeito pela coisa pública.

Estou no PTB desde fevereiro. Portanto, qualquer evento anterior, no qual se venha a comprovar que o PTB estava envolvido, não ouvi dizer. Além disso, estou no PTB porque saí de um partido do qual discordei da forma autoritária como era conduzido. Agora, se efetivamente ficar comprovado que o partido no qual estou há poucos meses tem envolvimento, estarei fora dele, porque não me elegi para compactuar.

Assim como o Senador Mão Santa, minha profissão é a de médico. Eu tinha uma clientela particular e de convênios de que eu não dava conta. Ganhava proporcionalmente muito mais do que aqui. Mas foi o desejo pessoal de servir meu pequeno Estado de Roraima que me fez decidir que precisava tratar de um doente maior, do ponto de vista social: o meu Estado, modificando sua situação de Território Federal para Estado, tentando fazer com que melhore a cada dia.

Não vim para a política para fazer barganha. Não vim para a política negociar qualquer coisa. Aliás, até entendo que algumas reivindicações, para quem ocupa cargo público, são legítimas. Reivindicar, por exemplo, uma participação no Governo que apóia, se é para participar no sentido de atuar, é legítimo. Eu, por exemplo, reivindiquei, como médico, que a coordenação da Funasa em meu Estado fosse uma indicação minha. Indiquei o nome de uma pessoa íntegra, um médico, ex-Deputado. Indiquei também o Superintendente-Adjunto da Suframa. Nunca foram nomeados. Graças a Deus, não foram nomeados. Assim, eu me sinto totalmente tranqüilo em relação a essa questão e também quanto às emendas permanentemente levadas à opinião pública como se nós, Parlamentares, que conhecemos cada Município de nossos Estados, não fôssemos os mais legítimos para indicar quais são suas necessidades, como se fossem mais legítimos os tecnocratas de Brasília, que, com todo o brilhantismo que possuem, não podem ter a sensibilidade da convivência de cada Município.

E o que fazem com as nossas emendas, há muito tempo? Contingenciam, não liberam, empenham, deixam restos a pagar. Eu mesmo elaborei uma emenda que está há dois anos em “restos a pagar” para a BR-432, uma estrada que foi federalizada por um projeto meu. O Governo do Estado iniciou as obras e está utilizando seus recursos, porque o recurso, embora empenhado, não é liberado. E não é liberado por quê? Não sei. A estrada é necessária, é correta, está tudo certo, mas não liberam. Mas, se o custo para liberar for

o de me curvar, eu não me curvarei. Se o custo para liberar for o de ter que tergiversar ou negociar minha honra, também não o farei. Se isso vai prejudicar meu Estado, lamento. Lamento que a conduta de liberar recurso necessário para uma obra seja o de sempre estar de acordo com tudo, de votar com tudo.

Portanto, Sr. Presidente, peço o apoio dos Líderes partidários a fim de que possamos dar urgência a esse projeto para que, muito antes de a CPI ser concluída, haja instrumentos legais no sentido de pelo menos monitorar um pouco o andar do dinheiro público de repartição em repartição, de empresa em empresa, e possamos pensar que, a partir daí, haja mais – é tão falada esta palavra, não gosto muito – transparência no que tange às coisas públicas. Gosto de ver clareza. Prefiro o termo clareza.

Encerro meu pronunciamento pedindo, mais uma vez, o apoio dos Líderes para esse projeto que considero um passo importante para começar a transformar a história de corrupção no País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR)  
– Obrigado, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante, Líder do Governo.

S. Ex<sup>a</sup> dispõe de vinte minutos.

Em seguida, têm a palavra o Senador Heráclito Fortes, regularmente inscrito, e a Senadora Heloísa Helena, pela Liderança do P-SOL.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP.  
Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)  
– Eu queria, inicialmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, debater um pouco o cenário político e a situação em que se encontra o Senado Federal.

Nós instituímos uma CPMI para apurar as denúncias dos Correios: 1 hora e 54 minutos de gravação de um indivíduo que colocava R\$3 mil no bolso e descrevia os esquemas de corrupção na instituição. A CPMI foi instalada, começou a ouvir os depoentes. Tenho certeza de que os fatos todos serão apurados. Mais de uma centena de requerimentos aprovados, convocação de testemunhas, quebra de sigilo bancário, fiscal, telefônico, todos os contratos e licitações, sindicâncias, todas as informações serão associadas ao trabalho da CPMI e, junto com o esforço da Polícia Federal, do Ministério Público, seguramente, nós teremos o esclarecimento necessário, identificar os ilícitos e punir os responsáveis.

Da mesma forma, tivemos denúncia de compra de votos na Câmara dos Deputados. Não é um fato novo na vida do Parlamento brasileiro. Em outros momentos da história, tivemos denúncias semelhantes, mas é igualmente muito grave. Por isso, nós estamos

defendendo que seja feita uma CPI na Câmara dos Deputados. O requerimento foi apresentado à Mesa da Câmara e há um requerimento de urgência para ser votado em plenário, assim que for encerrada a votação da MP do salário mínimo; falta apenas mais uma medida provisória que trata do Timemania, que é uma forma de contribuir para melhorar as finanças dos clubes de futebol no País, sobretudo o atraso no pagamento dos encargos previdenciários. Estamos prontos para aprovar esse requerimento e instalar, na Câmara dos Deputados, a CPI do chamado mensalão, o suposto pagamento de mesada a Deputados de dois partidos que foram denunciados. Isso precisa, evidentemente, ser esclarecido, a bem dessas Bancadas, a bem do Parlamento, a bem do contribuinte e da sociedade brasileira, com todo o rigor.

Em função desse quadro, ontem eu me encontrava com alguns líderes da Oposição na sala da Presidência do Senado Federal e expressei a minha posição, com bastante transparência e franqueza, como é o meu estilo. Disse que achava absolutamente impropriedade que fosse constituída uma CPI mista ou que fosse feita uma CPI no Senado, como era intenção originária, ou mesmo que se levasse esse episódio para a CPMI dos Correios, porque CPI tem de ser por fato determinado. A minha preocupação fundamental é que, quando tratamos de decoro parlamentar, é a Casa envolvida que tem de investigar. Já disse isso repetidas vezes neste plenário. O que estamos vendo, nesse momento, é uma denúncia que diz respeito ao mandato de Deputados. Os Senadores não devem investigar ou apurar fato de decoro parlamentar relacionado a Deputados. Isso cria um problema institucional, mesmo porque quem vota ou não eventual cassação, ou afastamento, ou qualquer tipo de punição a Deputado são exclusivamente os Deputados. Não diz respeito ao Senado Federal. Ao dizer isso, comecei a arrolar, na lista da denúncia do Deputado Roberto Jefferson, os parlamentares que estavam... Diz-se que é uma centena, que é um terço, que são seis, que são dez, enfim, que não é ninguém. Isso tem de ser investigado e apurado. Eu falei: "Como vamos trazer essa pauta para o Senado Federal?" E mencionei alguns parlamentares daquela lista na linha de que os depoimentos eram impropriedades. Isso não é tarefa do Senado. Em momento algum pronunciei, para quem quer que seja neste plenário, lista de eventual cassação de parlamentares da Câmara. Primeiramente porque isso não é da minha natureza. Não prejudigo quem quer que seja. Nunca ouvi falar nesse episódio de mensalão. Quero que o fato seja investigado e apurado. Esse tipo de atitude não faz parte nem da minha biografia, nem da minha natureza. Não prejudigo, não condeno e não participarei desse tipo de atitude.

Da mesma forma, jamais sugeri a blindagem de qualquer parlamentar. Blindagem em relação a quê? Em relação a esse episódio? Que se apure, que se investigue o fato com clareza, com transparência, como estão fazendo o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar e a CPMI. Portanto, a matéria hoje publicada com fontes anônimas no jornal **Correio Braziliense** absolutamente não condiz com os fatos, e eu gostaria que fosse feita a reparação do que foi publicado, mesmo porque há, neste plenário, três Senadores que participaram daquela conversa, são testemunhas e sabem que não há qualquer procedência naquilo que foi publicado hoje.

Concedo um aparte ao Senador Antonio Carlos Magalhães.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Peço permissão para prorrogar a sessão por 40 minutos. Depois, dividiremos o horário entre os oradores inscritos.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Sr. Presidente, ontem à tarde, participamos de uma reunião para discutir matérias que poderiam ou não entrar na própria Ordem do Dia de ontem. Esse foi o motivo da reunião à qual o Senador Aloizio Mercadante até chegou atrasado. Durante todo o tempo em que S. Ex<sup>a</sup> esteve lá, realmente, não tratou sobre cassação de ninguém. Logo, a notícia merece a devida retificação aqui no plenário e até na própria imprensa. É do meu dever dar este testemunho, que é um testemunho da verdade. Não estou nem sequer defendendo o Senador Aloizio Mercadante. Estou dizendo o que houve. Ele jamais pronunciou a palavra blindagem ou referiu-se a quem deve ou não ser cassado. Este testemunho é do meu dever apresentar nesta hora não só ao Senador Aloizio Mercadante, mas também à Casa e à opinião pública.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela forma como se colocou, mostrando que é um adversário duro, mas franco e transparente nas suas posições. Esse é sempre o melhor caminho para a convivência na vida pública. Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Permite-me V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Ouço V. Ex<sup>a</sup> com prazer.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Gostaria apenas de corroborar, confirmar as palavras do Senador Antonio Carlos Magalhães. Também estive presente a essa reunião em que tratamos de vários assuntos relativos à pauta do Congresso para os próximos dias e semanas. Em nenhum momento foi tratado – muito menos por parte de V. Ex<sup>a</sup> – de cassação

ou de blindagem de qualquer parlamentar. Esse não foi o propósito nem o assunto da nossa conversa, e V. Ex<sup>a</sup>, em nenhum instante, discutiu sobre essa questão. Quero deixar esse fato claro, a bem da verdade, a fim de que meu testemunho seja não só para esta Casa, mas também para a imprensa, que se referiu ao caso. Muito obrigado.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Eu queria agradecer também a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Tasso Jereissati, pelo depoimento.

Fiz questão de tratar deste assunto porque hoje o Deputado Pedro Henry me ligou dizendo que a imprensa está atrás para saber o que é que ele tinha a declarar, como se fosse homem-bomba e precisasse de blindagem. São coisas inaceitáveis. Ontem à noite ainda liguei para o jornal dizendo que não procede essa informação, jamais falei em blindagem de quem quer que fosse, muito menos em lista de cassação. E por que isso é importante? Porque nesses momentos cada redação, cada jornalista, motivado pelo espírito da profissão, quer dar o furo, quer estar à frente, é pressionado, há competição dos órgãos de comunicação, os parlamentares todos querem ter a sua presença na fiscalização. Eu mesmo já participei disso algumas vezes na condição de membro da Oposição. A Polícia Federal quer mostrar eficácia, o Ministério Público quer desempenhar suas funções. Nesses momentos, pequenas injustiças perante o problema que a sociedade está discutindo muitas vezes é a destruição da reputação e de uma identidade pessoal de forma absolutamente irreparável.

Ontem eu li, e já tinha lido, na coluna do grande jornalista Elio Gaspari uma menção a Antonio Carlos Hummel, Diretor de Floresta do Ibama. Quer dizer, um trabalho de dois anos, de 22 meses de investigação, 123 mandados de prisão. Mas havia uma intenção deliberada de envolver o partido. A revista **Veja**, que eu respeito muito, publicou a matéria, fez a denúncia, mas a capa é assim: Petistas envolvidos. Em 123 mandatos de prisão, havia três petistas, se bem que carteirinha de petista não quer dizer absolutamente nada do ponto de vista da honestidade, da integridade ou do desempenho da função. Ter ou não ter carteira não representa absolutamente nada. Mas parece que há uma motivação de envolvimento, e nós estamos vendo que não há uma denúncia contra o Diretor de Floresta do Ibama. Foi algemado, preso. Uma coisa praticada pelo Governo, por uma instituição republicana que tem que ser muito dura no combate ao crime, mas muito cuidadosa nos seus procedimentos.

Eu quero lembrar o caso da Escola de Base, em 1994, de uma denúncia envolvendo os seus diretores em pedofilia. Depois de destruírem a instituição

e aquelas pessoas, descobriram que a denúncia não tinha procedência.

Não podemos repetir esse tipo de injustiça contra quem quer que seja. Tem de ser apurado, tem de ser investigado, não tem de poupar e proteger quem quer que seja, não há nada que tenha de ser blindado quando se trata da ética e da transparência na vida pública.

Nicola Sacco e Bartolomeo Vanzetti eram sindicalistas que foram condenados à morte em agosto de 1927 nos Estados Unidos.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Permite-me um aparte?

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP)

– Um minutinho só.

O casal Rosenberg – Julius e Ethel –, nos Estados Unidos, foi condenado à morte, à cadeira elétrica, em junho de 1953, acusado de espionagem em favor da União Soviética. Alfred Dreyfus, um dos casos clássicos da Justiça, o capitão do Exército francês, também acusado de espionagem em favor da Alemanha, foi condenado à prisão perpétua e só depois de muito tempo se descobriu que não havia procedência na denúncia.

Para que não tenhamos casos clássicos como esses, eu acho que há de se ter cuidado. Há de se ter rigor, seriedade, mas muito equilíbrio na forma de tratar um momento como esse, seja um funcionário mais humilde que tenha de prestar esclarecimento, seja um empresário, seja um parlamentar, sobretudo na vida pública. Apesar de a Constituição dizer que todo e qualquer cidadão é inocente até prova em contrário e em última instância, na vida pública ocorre o inverso: você é culpado até que prove a inocência. Em momento como esse basta qualquer testemunha fazer qualquer ilação, imediatamente o cidadão tem de se defender e tem de prestar conta. É assim a cobrança, mas tem de haver, eu diria, o contraditório, o direito de defesa.

Por isso, o prejulgamento açodado, precipitado, em geral, representa graves danos à justiça, à ética e à transparência.

Senador Arthur Virgílio.

**O Sr. Arthur Virgílio** (PSDB – AM) – Nobre Líder Mercadante, se V. Ex<sup>a</sup> fizer justiça a este seu colega de Senado, haverá de remarcar que ontem fui, talvez, o único parlamentar a se manifestar em defesa da honra do Sr. Antônio Carlos Hummel, por uma razão bem simples: eu me convenci de que se tratava de vítima de grave injustiça. Hoje, as explicações do Procurador Avelar me pareceram esfarrapadas. Falta de prova não quer dizer que não haja o indício, mas algemar alguém, prejudicar alguém, como fez S. Ex<sup>a</sup>, é algo indesculpável. Fico muito à vontade nesse campo, porque eu me

movo basicamente pelo meu sentimento de justiça, pelo meu sentido de justiça. Quando estou errado, eu sou injusto, mas não por querer ser injusto. Em relação, por exemplo, a militares, tenho amigos militares e amigos civis. Jamais bajulei militar, por uma razão bem simples: eu não bajulo civil e não bajulo militar. Eu não bajulo militar, porque não bajulo civil e não bajulo civil, porque não bajulo militar. E nunca fui vivandeira de ministério público. Nunca estive em porta de ministério público para trabalhar os meus objetivos políticos. Por isso, com muita vontade, ontem, fiz candentes críticas ao Procurador Avelar. E fiz uma clara defesa de um adversário, que é o Sr. Antônio Carlos Hummel, ou seja, eu continuo me mexendo apenas pelo que é o meu sentimento de justiça. Ontem, eu estava incomodado de me omitir nesse episódio. E dormi tranqüilo porque defendi alguém que, a meu ver, foi vítima de uma covarde injustiça praticada contra a sua reputação e contra a sua vida funcional. Muito obrigado a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE (Bloco/PT – SP)**

– Agradeço o aparte e concluo naquilo que eu acho que é mais substantivo da discussão do dia de hoje, ainda que esse seja um tema que vai permanecer conosco durante todo esse período de apuração. E faço um apelo público tanto aos membros da CPMI, quanto à imprensa e aos órgãos de comunicação: que tenhamos muito cuidado no acusar, no denunciar, no proceder para que não se imponham novas injustiças como a história tem demonstrado com certa recorrência. Que isso também não sirva de motivação para que as coisas não sejam apuradas, mas que haja muita moderação. Hoje, li um trecho de um discurso do Senador Arthur Virgílio, de 22 de maio de 2001. Dei o discurso a ele para que lesse o que tinha pronunciado. Ele me disse que mantém tudo o que disse. De fato, acho que não há nada que o desabone, mas há duas passagens que são muito ilustrativas do que estamos vivendo neste momento. Ele dizia à época:

Quero dizer aos ilustres membros da Bancada do PT do meu apoio, porque golpista não sou. A continuar o clima de denunciamento, um eventual governo do Presidente Lula não duraria seis meses no poder.

E aí ele faz uma análise dizendo:

Passamos, então, a imaginar o eventual governo do PT. Esse Partido, que tem 56 Deputados, passaria a contar, digamos, com 85 ou 90, num crescimento que nem ele próprio talvez preveja, nessa monta, que, com exagerada boa vontade – na realidade, não era exagerado, foi exatamente o que aconteceu – lhes concedo, obviamente, a título de imaginação. Depois, a isso somar-se-iam alguns partidos, perfazendo 120 a 140 Deputados. Não sei que credibilidade reuniriam para efetivamente tocar a governabilidade.

Então, ele faz um crescimento do partido, de que a esquerda não teria maioria no Congresso e que o Governo teria problemas de governabilidade. Mas a parte mais importante do seu pronunciamento diz o seguinte:

A única frase que me ficou na mente quando houve a tragédia no Palácio **La Moneda** – e quando eu lhe falei disso ele me disse que foi ele quem falou, porque eu não tinha dito quem era o autor – Allende suicidou-se ou foi assassinado. A história controvertida desse episódio, dentre todas as que foram proferidas, foi o Secretário-Geral do então Partido Comunista, Enrico Berlinguer, que sentenciou: acabei de descobrir que maioria escassa não basta. Imaginem, então, o eventual Governo do PT, exposto no Congresso Nacional, a um pedido de CPI atrás do outro, fictício ou não, legítimo ou não, um atrás do outro viria a ingovernabilidade, o caos administrativo e – quem sabe? – a interrupção do mandato presidencial.

Vou repetir:

Imaginem um eventual Governo do PT, exposto no Congresso Nacional, a um pedido de CPI atrás do outro, fictício ou não, legítimo ou não, um atrás do outro viria a ingovernabilidade, o caos administrativo e – quem sabe? – a interrupção do mandato presidencial. Digo isso não por minha causa. Eu faria oposição a ele com dignidade e espírito construtivo. Não sou golpista.

E hoje realmente fui com isso de baixo do braço para saber qual seria o desdobramento da reunião. Por que vimos hoje a decisão do Supremo Tribunal Federal, que estabelece que temos de instalar três outras CPIs: a dos Bingos, a CPI do caso Waldomiro Diniz e a CPI das Privatizações. Os requerimentos de criação das três foram aprovados e os Partidos terão de indicar os membros para a instalação delas.

Quero dizer do apreço que tive hoje pela intervenção do Senador Arthur Virgílio. Elogiei isso publicamente na imprensa antes de vir para cá. Dele e de outros membros da Oposição, porque, inicialmente a reflexão na reunião ia na direção de quanto mais CPI melhor para a Oposição. E eu disse que não necessariamente, porque não acho que ingovernabilidade, prejudicar o desempenho do Congresso Nacional, criar um clima de instabilidade, ajude a democracia e a Oposição para aqueles que não estão no quanto pior, melhor. E o Senador Arthur Virgílio foi exatamente na direção que eu esperava que ele fosse. E disse que não compartilhava dessa visão e que achava que tinha de ser indicados membros da CPI, mas que devíamos avaliar, com muita responsabilidade, a instalação de mais uma CPI. Mesmo porque nós temos ainda a definição da CPI do Mensalão que eu espero seja exclusivamente da Câmara, por tudo que já disse aqui, tantas vezes,



pois decoro parlamentar é responsabilidade da Casa específica. Nós já temos três CPIs mistas funcionando. Temos, portanto... Com essas outras três – são 22 Senadores para cada CPI –, cada Senador teria de participar de, pelo menos, duas CPIs para darmos conta desse volume de CPIs.

Eu, realmente, não acho que o País... E a CPI da Terra, CPI da Imigração Ilegal e, sobretudo, a CPMI dos Correios têm uma responsabilidade imensa, exige um esforço, gera tensões e, muitas vezes, dificulta o trabalho legislativo, como em outros momentos do País. Nós estamos o tempo inteiro discutindo e acompanhando esse processo. Então, eu acho que foi muito madura a decisão, hoje, do Colégio de Líderes, de nós indicarmos os membros e, não, necessariamente, instalarmos a CPI, pelo menos neste momento. Deixarmos amadurecer um pouco esse cenário e avaliar quando e como vamos implementar esses novos instrumentos. E, por isso, eu acho que, o final do discurso de V. Ex<sup>a</sup>, ao dizer que não é golpista, mas colocar que o Governo do Presidente Lula poderia ver-se diante de um quadro de uma CPI atrás de outra, fictícia ou não, necessária ou não, para criar um clima de ingovernabilidade e – quem sabe? – inviabilizar o Governo, realmente foi, nos dois sentidos, tanto na previsão de que a Bancada seria de 90 Deputados quanto neste eventual cenário, foi bastante rigoroso em relação aos fatos que viriam. E, por isso, quero saudar a Oposição pela atitude, que me pareceu madura, no sentido de nós, por consenso, termos deliberado que não devemos caminhar nessa direção, mas aguardarmos a evolução do fato, apurarmos com rigor o que aí está, os Correios e instalarmos a CPI do suposto “mensalão”, da compra de votos de Parlamentares na Câmara dos Deputados e continuarmos as demais CPIs. Mesmo porque já temos uma CPI sobre privatização na Câmara que ainda não foi instalada, apesar de os membros terem sido nomeados.

Por tudo isso, queria dar esse depoimento. Agradeço os apartes que recebi e a tolerância da Mesa em relação ao tempo.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, pelo art. 14, por ter sido citado. V. Ex<sup>a</sup> tem respaldo regimental, por isso tem a palavra por cinco minutos.

Temos ainda quatro oradores inscritos: o Senador Heráclito Fortes, a Senadora Heloísa Helena, o Senador Mão Santa e o Senador Nezinho Alencar, mas dispomos de apenas nove minutos.

Mais uma vez, prorrogamos a sessão por trinta minutos, fazendo um apelo aos Srs. Senadores para que utilizem apenas o tempo da prorrogação, dividindo-o.

**A SRA HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, pela ordem. Desculpe-me, Senador Arthur Virgílio.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Ouço a Senadora Heloísa Helena.

**A SRA HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, falarei pela Liderança. Sei que V. Ex<sup>a</sup> tem todo o direito de ampliar o tempo, de prorrogar a sessão para isso, mas solicito o mesmo tempo. Porque como agora vai começar o duelo de amor explícito, essa relação de amor e ódio entre o PT e o PSDB – daqui a pouco, o outro falará também –, e como não estou nesse dilema emocional, vou solicitar a V. Ex<sup>a</sup> que me dê o meu tempinho a que tenho direito pela Liderança do P-SOL, florzinha. Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senadora Heloísa Helena, o meu dilema é o Regimento. Infelizmente, o Regimento não possibilita. O Regimento só permite...

**A SRA HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Deixe o Senador falar, para não ser até indelicado da nossa parte, e depois entraremos no debate.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Deixe-me concluir a minha resposta a sua questão de ordem. Realmente, o Regimento impossibilita. Estamos sendo condescendentes em permitir a prorrogação. Na verdade, o Regimento só permite a prorrogação para concluir votações. Tornou-se uma prática na Casa, e estamos evidentemente respeitando a prática. De qualquer maneira, consulto o Plenário. Se o Plenário concordar com essa prorrogação, atenderemos, evidentemente fazendo um apelo aos Senadores para que, se possível – não é o caso da Liderança, que realmente, em função deste debate, tem que usar o seu tempo todo –, reduzam a sua participação na tribuna.

**A SRA HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Assim, desse jeito, eu aceito. Debate regimental não.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, um esclarecimento bem básico: não sou um homem de dilemas emocionais, até porque me sinto fortemente um ser humano, mas V. Ex<sup>a</sup>, Senador Aloísio Mercadante, não está incluído nesses meus dilemas – isso é bom que fique bem claro. E o esclarecimento, sem nenhum preconceito, são a estima, a relação de adversidade, que faz parte da democracia.

Sr. Presidente, eu pego aqui um outro trecho do meu discurso, que me foi gentilmente cedido pelo Senador Aloizio Mercadante, para ler para a Casa: depois de ter me referido ao episódio do Palacio de La Moneda e à frase de Enrico Berlinguer, secretário-geral do antigo PCI – Partido Comunista Italiano, hoje Partito Democratico della Sinistra– PDS, tem uma outra frase. Eu digo assim: digo isso não por minha causa, ou seja, na hipótese de ingovernabilidade do Presidente Lula, e ele tem que cuidar da sua governabilidade, basicamente isso, com respostas que dependem muito mais dele do que de mim ou das oposições.

Eu diria: eu faria oposição a ele com dignidade e com espírito construtivo. Não sou golpista. Se houvesse exílio e para lá ele fosse, na hipótese de um golpe, eu certamente iria junto, ainda que divergindo dele, mesmo lá no exílio. Não sou golpista. E aí fiz críticas à Prefeita de São Paulo Marta Suplicy e a um aumento de 21% para os ônibus, quando a inflação era de 6% no País. Obtive aqui candentes apartes do ex-Presidente da Casa, João Paulo, do prezado colega Clóvis Ilgenfritz, do Deputado Ivan Valente e de tantos outros colegas. Mas, basicamente, tentei advertir para o clima de denunciamento.

Eu vou fazer desse discurso uma separata, porque ele foi um presente de ouro que me deu o Senador Aloizio Mercadante, ao me lembrar de uma fase tão construtiva da minha vida pública. Eu adverti para o fato do denunciamento – e não dá para se dizer que são denúncias vazias as que aí estão; adverti para o fato de que era fundamental defendermos a democracia; adverti para o fato, sem querer ser premonitório, de que é dever de um Governo cuidar, sim, até do ponto de vista numérico, da sua governabilidade. Então, há um sistema que, de certa forma, é torto; agora, tem um sistema que poderia ter sido mais bem cuidado pelo atual Governo.

A forma como o atual Governo lidou com o Congresso é responsável pela crise, que espero que não chegue a ameaçar a governabilidade, que aí está. A forma desregrada, desleixada, até promíscua, é responsável pela crise que aí está.

Não vou me estender. Ouvirei o Senador Tasso Jereissati, apenas dizendo, Sr. Presidente, que falei – e me sinto muito pouco obrigado a continuar falando muito – com o coração e falei aquilo que o meu coração transmitiu para o meu cérebro. A palavra final ficou com o meu cérebro, quem fez a jurisprudência da minha posição hoje foi meu cérebro. Entendo que é possível mantermos um diálogo construtivo com os nossos adversários, mesmo nos momentos mais duros, e entendo que deve ficar de pé aquilo que solicitei ao Governo: respeito a nossa postura de Oposição de-

mocrática, respeito ao nosso direito legítimo de fazer oposição e de querer desvendar os mistérios de um quadro muito grave de corrupção, que está a ocupar os telejornais, está a ocupar as rádios, está a ocupar os noticiários da imprensa brasileira.

Senador Tasso Jereissati.

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Senador Arthur Virgílio, me parece que existe uma tentativa grosseira de tentar misturar as coisas, misturar uma série de denúncias que vieram a público com indícios veementes de uma corrupção generalizada em órgãos do Governo Federal, que vem se comprovando a cada dia que passa com golpes ou tentativas de desestabilização de cunho político. Na verdade, essa conotação política tem sido dada pelo próprio Governo ultimamente. Ontem, eu vi uma cena que realmente me chocou. Na sala de reunião de Presidente da República, cercado do Presidente do República, no Palácio da Alvorada, faixas colocadas nas mesas – não sei se V. Ex<sup>a</sup> viu, Senador Antonio Carlos – do MST, CUT e uma série de outros chamados movimentos sociais...

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O Sr. Tasso Jereissati** (PSDB – CE) – Peço um minutinho para poder me expressar: como se estivesse preparando uma grande movimentação de caráter de mobilização dessas organizações para um confronto político a *la Chávez*. Agora, evidentemente, isso é uma balela. Ninguém aqui acredita, em sua consciência, que V. Ex<sup>a</sup>, seu Partido, qualquer pessoa aqui da Oposição, tenha caráter golpista. Até porque não estamos discutindo golpe, não existe nada de ideologia. Nós estamos discutindo roubo – roubo! Nós estamos discutindo corrupção grossa; nós estamos discutindo delinquência feita dentro do Governo Federal, que pode ser de direita, de esquerda, de centro, de centro-avante ou de centro-direita; nós estamos discutindo o que é corrupção, em qualquer regime e em qualquer instância. E mais importante, nenhuma dessas acusações ou denúncias foram feitas por V. Ex<sup>a</sup> nem por seu Partido. O Waldomiro foi V. Ex<sup>a</sup> quem denunciou? O caso dos Correios foi V. Ex<sup>a</sup> quem denunciou? A questão do IRB foi V. Ex<sup>a</sup> quem denunciou? A questão do Banco do Brasil foi V. Ex<sup>a</sup> quem denunciou? Tudo veio cair nesta Casa e nós ficamos absolutamente perplexos diante de uma onda de corrupção organizada e sistêmica como nunca se viu neste País. Não tem nada de ideologia. Não vamos discutir ideologia neste momento; de centro, de esquerda ou política. Nós estamos discutindo moral e ética. É necessário que a discussão venha para esse tom e campo. Levar para o lado de golpe ou não-golpe político é uma tentativa que me parece grave, porque

é de quem tem o que temer, de quem não consegue enfrentar a verdade e quer mudar o rumo das discussões. Roubo é roubo. Corrupção é corrupção. Corrupto é corrupto. Bandido é bandido.

**O Sr. Antonio Carlos Magalhães** (PFL – BA) – Ora, Excelência, o discurso antigo de V. Ex<sup>a</sup> pode ter interpretação boa ou má de quem lê. Entretanto, a interpretação verdadeira é de um democrata que quer advertir para que não ocorram fatos graves que levem a isso. V. Ex<sup>a</sup> profetizava, talvez, os dias de hoje. Portanto, esse discurso não desestabiliza V. Ex<sup>a</sup>. Esse discurso o enobrece, porque V. Ex<sup>a</sup> estava chamando a atenção do Partido em que se fizesse sobreviver cada vez mais forte a democracia no Brasil.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> Senador Antonio Carlos Magalhães e concluo.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, a minha intenção era basicamente àquela altura falar muito mais do futuro do que do presente até tormentoso que eu vivia. O Senador Tasso Jereissati dá o limite. É isto: é discutir apuração dos fatos de corrupção apontados pela Imprensa, pelo domínio de ampla parcela da opinião pública.

O Senador Antonio Carlos Magalhães completa, dizendo da necessidade de se valorizar neste País todo e qualquer agente que aja de boa vontade para com as coisas e as agruras deste País.

Portanto, com muito orgulho, devolvo ao Senador Aloizio Mercadante o discurso de minha lavra, de 2001, e com muito orgulho eu anuncio que vou pedir à Gráfica do Senado que imprima esta separata para que eu possa levar esse discurso à discussão pública. Não retiro uma só palavra, um só das defesas que fiz...

*(Interrupção do som)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... acerca das pessoas do Governo passado. Não retiro uma só linha da previsão que, infelizmente, têm uma certa realização neste ex-futuro, neste presente que estamos vivendo. Nada. Eu digo mais, procuro ver nesse discurso algo que é bom para os meus filhos, ou seja, a mesma pessoa que defendia um projeto político e um Governo, essa pessoa hoje faz Oposição com a mesma responsabilidade intelectual, com o mesmo respeito pelo País, com os mesmos limites que pedia no passado, sem ser atendido, oferecendo esses limites no presente que está sendo vivido por nós.

Só tenho a dizer que esta é uma forma de se manter a coerência nessa travessia democrática de exercício do Governo para o exercício da Oposição.

As duas fases não devem significar duas pessoas diferentes em qualquer um de nós. Fico feliz de perceber, de constatar...

*(Interrupção do som.)*

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ... que consegui me manter a mesma pessoa.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP) – Sr. Presidente, peço o direito à réplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – A profecia da Senadora Heloísa Helena se realiza.

Com a palavra, pelo art. 14, o Senador Aloizio Mercadante.

A Presidência vai garantir o direito à palavra de todos inscritos porque realmente não há Senador de primeira e de segunda classes; todos são de primeira classe.

Com a palavra o Senador Aloizio Mercadante.

**O SR. ALOIZIO MERCADANTE** (Bloco/PT – SP. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, aprendi uma coisa – demorei um pouco para aprender: comunicação não é o que a gente diz, é o que os outros entendem ou não o que a gente diz. Vim aqui, li o discurso do Senador Arthur Virgílio e disse que levei esse discurso para a reunião esperando qual seria a atitude dele hoje, e, antes que eu lesse o discurso, ele se antecipou e falou: “Acho que nós temos que avaliar muito bem o momento que nós estamos vivendo se é o caso de instalar mais duas ou três CPIs, porque acho que isso pode dificultar o trabalho do Congresso”.

Aí eu li o texto, sem dizer que era dele, e elogiei por ter tido essa atitude, que foi uma atitude de consenso do colégio de Líderes, porque, de fato, quando ele diz “criando uma CPI atrás da outra, podemos inviabilizar um Governo e paralisar administrativamente” era o cenário que estávamos discutindo e que poderia acontecer. Ao mesmo tempo, ele dizia: “Não sou golpista e não faria Oposição dessa forma”.

Elogiei-o, pela decisão que tomamos hoje – acho que é madura – de indicar os nomes para a CPI. Se não instalar necessariamente, avaliaremos a evolução.

Entretanto, vejo uma resposta aqui que parece que fiz outra coisa da tribuna. Quero responder, evidentemente, ao que foi dito.

Eu diria que a corrupção é um dos ilícitos mais perversos na sociedade, sobretudo na gestão do Estado, em particular num País que tem uma carga tributária tão alta e demandas sociais tão grandes para serem atendidas. A sociedade tem de estar sempre muito atenta e muito rigorosa no combate à corrupção.

Eu não concordo com duas coisas. Primeiro, não concordo com a análise de que temos uma corrupção sistêmica agora instalada no País. Absolutamente não procede! Não é verdade! O tempo vai demonstrar que não é.

Por isso, insisto em apurar um período mais longo da história. Vamos ver os contratos, as licitações, as empresas que prestavam serviço, a carreira das pessoas que estão no serviço público, para verificar quando, onde e por que começou, e não simplesmente nos atermos aos episódios mais recentes. A análise mais longa na CPMI dos Correios e das demais instituições, seguramente, vai ajudar a esclarecer que algumas empresas estão há muito tempo; que os contratos, se foram superfaturados ou não, já vêm de alguma data anterior, como foi o caso da Operação Vampiros, da Operação Anaconda, da Operação Gafanhotos, da Operação Curupira. Nada começou agora. Está sendo desmontado agora, porque a Polícia Federal atua como uma polícia republicana com isenção; porque o Ministério Público tem, desde o Procurador-Geral da República, a independência e a valorização da carreira, que precisa de equilíbrio, de moderação, mas de muita firmeza no combate à corrupção. Quanto mais combatemos a corrupção, mais a percepção da sua evolução aumenta.

Voltam a falar do caso Waldomiro. Ele é anterior a este Governo. Trata-se do episódio da Loterj, e já foi realizada uma CPI. Ele e três ex-Presidentes da Loterj foram enquadrados em vinte artigos do Código Penal, além de 47 empresas e 43 pessoas que foram enquadradas nesse episódio. Esse fato não diz respeito a este Governo, mas a uma nomeação infeliz, inaceitável, imprecendente. À medida que os indícios vieram a público, ele foi imediatamente afastado, e tudo foi investigado. Quebraram os sigilos bancário, telefônico e fiscal, a Polícia Federal e o Ministério Público atuaram, a CPI foi realizada no Rio de Janeiro, e ele está enquadrado sob o ponto de vista do Código de Processo Penal. É assim que devemos atuar.

Analiso também com preocupação a tese, que já vinha da época da campanha eleitoral, agora reeditada, de chavismo. O Presidente Lula vem-se comportando com respeito integral ao Estado de Direito, às instituições democráticas. Ganhou credibilidade internacional, como poucas vezes um chefe do Estado do Brasil obteve, e vem dialogando e negociando com as instituições. O Governo conta com o apoio de 40 entidades, desde a Associação Brasileira de Imprensa, a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais, Pastoral Operária, CPT, Cimi, MST, UNE, CUT, até as entidades populares e da sociedade civil, dizendo que querem apoiar o Governo e combater a

corrupção, mostra o amadurecimento dessa sociedade e a confiança que a sociedade civil organizada tem no Presidente Lula e no Governo.

Há a certeza de que ele apurará tudo o que tiver ocorrido, seja quem for, na situação que estiver. Ele usará todos os instrumentos que estiverem à sua disposição para esse combate à corrupção, inclusive valorizando as iniciativas do Legislativo, como estão sendo feitas as CPIs instituídas, com equilíbrio, sem abuso nem perseguição a quem quer que seja – e sem o palanque político.

Se é verdade que a corrupção é um instrumento que, desde a Grécia Antiga, era utilizado para o debate político e para o ataque à Oposição – é sempre assim na História –, ela era usada, em muitos momentos, com comportamentos golpistas. Não é o momento que estamos vivendo agora – e tenho certeza de que não será, porque a sociedade brasileira não retrocederá.

Por isso, elogiei o comportamento da Oposição – em particular, o do Senador Arthur Virgílio hoje, na reunião do Colégio de Líderes. Li o discurso e o elogiei lá, antes de vir ao Plenário e da tribuna, porque, apesar de estar escrito “colocar CPI necessária, fictícia ou não, quantas forem possíveis para inviabilizar um Governo” não é, felizmente, o que está acontecendo.

Essa atitude da Oposição – segundo a qual, por meio de consenso, vamos deliberar que indicaremos mas somente instalaremos depois de avaliarmos melhor a oportunidade e o momento – mostra maturidade democrática, que é o que espero. Assim como a Oposição cobra esse discurso do Governo, eu também o cobro da Oposição.

Onde está uma mobilização “chavista”? Onde há o confronto? Não há. Quanto ao fato de as entidades irem ao Presidente da República e manifestarem solidariedade, não há uma atitude nessa direção.

Não é isso que a sociedade brasileira espera. Não queremos ofuscar, deixar de apurar, de identificar, de punir, de desmontar toda e qualquer quadrilha que exista à sombra do Estado brasileiro. Será feito e quem estiver envolvido, seja de que partido for, que cargo tiver, que função ou que carreira, terá que ser punido. Agora, isso não significa absolutamente desqualificar a iniciativa de algumas entidades que manifestaram solidariedade ao Governo pedindo apuração da corrupção. Eu não vejo isso. Não vejo dessa forma.

E termino lembrando o seguinte, Sr. Presidente: eu lembro quando havia 1,5 milhão de assinaturas, milhares de pessoas pedindo a apuração no caso Telebrás, no caso Marka/Fonte Cindam e em outros momentos muito difíceis por que o Governo anterior passou; lembro uma parte da militância dizendo “Fora FHC!” e alguns parlamentares, inclusive do meu Parti-



do, entrando com pedido de crime de responsabilidade e, apressadamente, açodadamente, improcedentemente, pedindo *impeachment* do Presidente. Sei qual foi o discurso que fiz no passado, qual foi a decisão da minha Bancada e do meu Partido: nós não vamos aderir a essa política golpista de tentar inviabilizar um governo sem ser no processo eleitoral.

Queríamos apurar. Não tivemos a CPI. Queríamos ter feito; não fizemos, mas não tivemos esse comportamento. E tivemos um debate interno no Partido, do qual ajudei a construir uma política responsável. Não aceitamos o “Fora FHC!”. No “Fora Collor”, eu estava na linha de frente porque trabalhei na CPI e ajudei a mostrar para o Brasil cada cheque que estava ali. Eu estava na linha de frente demonstrando o esquema de corrupção que passava por dentro do Palácio do Planalto. Mas não fizemos “Fora FHC!” como centro da tática, como política de desestabilizar um governo. Não fizemos. E dissemos: queremos chegar ao governo pela eleição, pelo processo democrático. Já tínhamos perdido três eleições, e é assim que se constrói uma democracia: com alternância de poder, com valorização, com interlocução e com debate entre Oposição e Governo.

Por isso, termino como comecei: elogiando o comportamento da Oposição e, particularmente, o do Senador Arthur Virgílio, pela atitude que teve na reunião, hoje, antes que eu lesse o discurso. Desejo, então, elogiá-lo, porque está de acordo com o que S. Ex<sup>a</sup> disse no passado. E S. Ex<sup>a</sup> terminou dizendo: “Não sou golpista!” Realmente falei que a sua atitude, hoje, está demonstrando isso e desejo parabenizá-lo.

Muito obrigado.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE) – Sr. Presidente, fui citado indiretamente. Eu gostaria apenas de um minuto para responder.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Regimentalmente, não seria possível. Mas, como hoje estamos colocando o Regimento em segundo plano, estamos adotando um regimento próprio para este momento de crise, V. Ex<sup>a</sup> tem a palavra.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço a palavra para a tréplica.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Senador Arthur Virgílio, da mesma forma, pelo Regimento, não há essa possibilidade. Vamos permitir evidentemente, porque já se estabeleceu essa prática, e não vamos impedir.

**O SR. TASSO JEREISSATI** (PSDB – CE. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, gostaria de colocar três coisas: primeiro, sobre corrupção sistematizada, não fui eu que falei; está aí a imprensa, e não eu. Bas-

ta abrir os jornais e ligar as televisões. Não vou falar sobre isso.

Segundo, sobre “chavismo”, é só observar o espetáculo de ontem, na Câmara dos Deputados, com as galerias cheias, bandeiras jogando objetos do plenário da Câmara, mobilização na Esplanada, ao mesmo tempo em que o próprio Presidente Lula se encontrava na sala de reuniões do Planalto.

Terceiro, vamos parar com essa história de golpe e vamos esclarecer. Está ficando muito feio para a história desse partido, para a história do Presidente e para o próprio País. Vamos parar com essa história de golpe e vamos esclarecer essas coisas todas! É tão simples! Não é preciso passar 50 minutos ali falando em golpe ou teoria de golpe. Esclareça a corrupção. Vamos todos juntos. Ninguém quer que o Lula caia. O Lula fica. Mas vamos todos juntos, de mãos dadas, esclarecer para o País e pela honra desta Casa também.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB) – Sr. Presidente, quero me inscrever para falar como Líder posteriormente.

**O SR. PRESIDENTE** (Alvaro Dias. PSDB – PR) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio, para a tréplica. Peço a compreensão de V. Ex<sup>a</sup>, a fim de que exercite a sua capacidade de síntese ao máximo.

O Senador Ney Suassuna está inscrito como Líder.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Para uma explicação pessoal. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é claro que, se o Governo avança na direção do reconhecimento de que enfrenta uma oposição democrática, e se se dispõe a colaborar de maneira transparente para a elucidação dessas denúncias tão graves, é muito evidente, é muito claro, é muito nítido que não devemos – nós, da Oposição – virar as costas a esse novo patamar de convivência política no Senado.

Mas é evidente que temos, sim, preocupações com o que poderia ser a “chavezização” do País. O Senador Tasso Jereissati apontou alguns dados. Um deles foi essa visita das tais entidades: CUT, que pregava o “Fora FHC!”, antes; MST, que pensei que estivesse rompido com o Presidente Lula e que demonstra não estar rompido com o Presidente Lula. E, ambas, na ocasião, esta e em outras, falando, sim, em pacto das elites para apejar do poder um Governo dito por eles popular e democrático. Isso é verdade. Assim como o método da *rentrée* do Sr. José Dirceu na Câmara dos Deputados, o método sugeria algo que já aconteceu na Venezuela do Presidente Hugo Chávez: a mobilização popular para defender a permanência no poder de alguém que, supostamente, estaria ameaçado. Não é esse o caso do Presidente Lula e não posso nem dizer

que não fosse esse, em algum momento, o caso do Presidente Chávez. Não é esse o caso do Presidente Lula, que não corre perigo algum por ação da Oposição e a ética não corre perigo nenhum por omissão da Oposição. Esse é o balizamento, esse é o limite. Quando o Sr. José Dirceu aceita ser acompanhado por uma claque de 300 ou 200 pessoas para ocuparem as galerias da Câmara dos Deputados, é evidente que fica ali uma proposta de radicalização. Não tenho nada contra o teor do seu discurso. Volto a dizer que não pediria um discurso cabisbaixo de nenhum adversário meu. Acho que todos têm o direito de vencer, de lutar, de matar e de morrer com respeito próprio, com direito preservado à altivez. Portanto, não me espanto com o discurso, o discurso foi muito bom até, de acordo com o seu discurso anterior, aquele que prometia, sem a menor possibilidade real de cumprir a promessa de incendiar o país. Estranhei apenas a claque e aquilo poderia ser parte, sim, de um processo de “chavezização”. Temos feito reuniões da Bancada do PSDB, temos nos reunido com o PFL e analisado se isso é uma manifestação isolada de um ou de outro, ou se é uma manifestação sistêmica. Se existe algo do tipo, paralelamente às Oposições, eles, Governo, iriam provocar um aumento da temperatura política no País.

Nós, então, estamos advertindo. Se o Governo nos propõe um diálogo respeitável, estamos advertindo de que a nós soa como uma tentativa autoritária e ilegítima sim – a nós, soa. A nós soa e ressoa como uma tentativa autoritária. Não nos assusta, mas nos preocupa.

O Presidente Lula não vai sair dessa crise com entidades do que ele chama de movimento social. Não vai. Ele vai sair da crise com a resposta às questões de agressão à ética postas pela sociedade brasileira. O Presidente Lula vai sair da crise se souber tocar o seu Governo paralelamente a essas respostas éticas que seu Governo deve dar.

Portanto, sinto-me melhor com esse nível de diálogo, porque, se queremos tirar da frente as cortinas de fumaça, temos que, então, mergulhar a fundo – e aí tem inteira razão o Senador Tasso Jereissati – na investigação dos fatos.

Tenho muita alegria de ter proposto hoje a V. Ex<sup>a</sup>, Presidente Renan Calheiros, que nos concentrássemos nessa CPI, se fosse esse o desígnio do Governo, para que ela rendesse todos os seus frutos regeneradores, se Deus quiser. E em seguida, sem dichotes, sem interpretações quaisquer, faríamos a outra ou as outras investigações que pudessem se mostrar cabíveis.

Entendo que há uma crise – repito e encerro, Sr. Presidente – de contornos, limites e alcance ainda não delimitados, ainda não completamente definidos,

e qualquer pessoa pública responsável neste País tem que trabalhar sempre com o olhar nas conseqüências para a sociedade brasileira. Esse é o dever do general da guerra; esse é o dever do líder político responsável, na paz. Não tenho mais reparos. Faço apenas o registro de que é muito bom...

*(Interrupção do som.)*

**O Sr. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM) – ...nos alçarmos a patamares mais respeitáveis de diálogo, deixando bem claro que é um avanço ficar desmoralizada de uma vez por todas essa tese de golpismo. E é um avanço não termos nada a discutir agora, a não ser os fatos delituosos cometidos no interior deste Governo e com conseqüências que a Oposição responsável tem de acompanhar passo a passo, por ter interesse em uma saída boa, respeitável e satisfatória para o povo brasileiro.

Era o que eu tinha a dizer.

*Durante o discurso do Sr. Arthur Virgílio, o Sr. Alvaro Dias, suplente de Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.*

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Heráclito Fortes.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, quero confessar a todos que os discursos que me antecederam tumultuaram todo o meu raciocínio. Aí paga um preço alto quem fica no fim da fila. Vou ocupar regimentalmente esta oportunidade, até porque existem alguns registros que merecem ser feitos.

Em primeiro lugar, o Senador Aloizio Mercadante inaugurou uma nova era do seu mandato como Líder nesta Casa. Senador Arthur Virgílio, S. Ex<sup>a</sup> veio ao plenário discutir, debater, ouvir e mostrar seu ponto de vista. Tenho certeza de que, se S. Ex<sup>a</sup> persistir nessa sua nova fase, trará benefícios ao Governo do Presidente Lula.

Em segundo lugar, Senador Tasso Jereissati, lembro que é desumana e desleal a maneira como o PT tenta colocar o Presidente Lula nessa questão. Isso me lembra muito a nossa infância, Senador Renan Calheiros. Todo menino atrevido tinha um companheiro maior para, quando provocasse seus colegas, sua vizinhança, usar como escudo, por ser maior, mais forte, brigão. É isso o que acontece com o PT. O Partido faz besteira, erra, faz bobagem e corre para debaixo da saia do Presidente Lula, pedindo a defesa do seu mandato,

a proteção do seu Governo, como se isso passasse, sequer de longe, pela cabeça da Oposição brasileira.

Se formos consultar os Anais da Casa, veremos que, nos últimos anos, ninguém superou o PT na arte de pedir instalação de CPIs. É verdade que não conseguia instalar, porque o Governo passado tinha uma base sólida e não existia mensalão naquela época. Tinha uma base que discutia. As Lideranças eram coordenadas, e os Líderes não permitiam que isso fosse feito.

Volto a examinar o meu Estado, o Piauí, Senador Mão Santa. Só o Deputado Federal Wellington Dias, hoje governador do Piauí, entrou no Ministério Público com 148 pedidos de processos contra prefeitos. Assumi o Governo e esqueceu tudo isso. Até me parece, Senadora Heloísa Helena, um caso típico aqui em Brasília: houve, no final do Governo Fernando Henrique, Senador Arthur Virgílio, a intervenção do fundo de pensão do Banco do Brasil, chamado Previ. Foram afastados o Sr. Sérgio Ricardo Rosa e o Sr. João Pizzolatti. Entraram na Justiça, acusando o interventor. Pois bem, a intervenção foi suspensa, Senador Arthur Virgílio. O Dr. João Pizzolatti e o Dr. Sérgio Ricardo Rosa voltaram para suas funções. Não deram andamento a nenhuma das denúncias feitas contra o interventor. E sabem onde trabalha o interventor? Pelo menos até anteontem, trabalhava na Casa Civil da Presidência da República. Durma-se com um barulho desses!

Agora seria uma homenagem a V. Ex<sup>a</sup>, Senador Geraldo Mesquita: O PT precisa acabar com essa história de vir para cá e dizer que a “Operação Curupira”, “Pé-rapado”, vem de lá, vem de cá é sua obra de Governo; que o Ministério Público está trabalhando porque é o Governo do PT. É um desrespeito! Que a Polícia Federal está agindo. Como se fosse obra do Partido.

Outro dia, o Senador Romeu Tuma chamou a atenção para um fato grave aqui. Quem manda apurar manda parar a apuração. Deixa muito mal o Governo e coloca sob suspeita a honrada Polícia Federal brasileira. É preciso que se acabe com essa falácia. Essas operações estão sendo feitas porque tramitam no Ministério Público. E aí vem a pergunta: foi o Governo do PT que mandou prender o diretor da Schincariol? Que ingratião! Colaborador de campanha do Partido! É preciso que essas coisas fiquem bem claras. O PT precisa ter coerência com o que diz.

Ontem, vivi um episódio muito interessante. Disse aqui, num aparte, que o mais difícil para o PT era trazer seus movimentos sociais para a rua, com bandeira, para defender corrupção. Disse isso após atravessar a avenida da Esplanada dos Ministérios e ver alguns carros mobilizados numa reivindicação. Recebi quatro telefonemas de manifestantes, queixando-se: “O

senhor está muito enganado. Estamos reclamando é de salário atrasado, de injustiça. Estamos combatendo a corrupção. De forma que o senhor não confunda essa manifestação. Não estamos apoiando os erros do Governo e queremos a apuração da corrupção, como quer qualquer brasileiro”.

Sr. Presidente, Senador Alvaro Dias, é preciso que prestemos atenção a um fato que ocorreu ontem na Câmara dos Deputados. Tirando de lado a provocação feita pelo retorno lógico, justo, democrático do Sr. José Dirceu, o retorno triunfal, com claque, com tudo, o episódio iria passar sombriamente.

Senadora Heloísa Helena, sabe quando é que o tumulto começou? Quando o Deputado José Dirceu anunciou, solenemente, que voltava à Câmara para ser candidato ao Governo de São Paulo. Se V. Ex<sup>a</sup> se lembrar, há dois anos digo nesta Casa que todas as crises que o PT vive aqui no Congresso são motivadas pela sucessão do Governo de São Paulo. No pleito municipal, priorizaram a eleição futura de 2006 e esqueceram a eleição municipal. Nos últimos dias, o próprio Senador Aloizio Mercadante foi o garoto-propaganda da Prefeita Marta Suplicy porque era preferencial S. Ex<sup>a</sup> se mostrar como futuro candidato a Governador do que ela como candidata a Prefeita. Não há uma grande crise nesta Casa em que o fundo da questão não seja a sucessão paulista.

Isso vem de todos os megalomaniacos que, quando assumem o poder, querem fazer um projeto para vinte anos. E o Brasil está cheio dessas tentativas, Senador Tasso Jereissati. Todos que assumiram – e são muitos – anunciando projeto de governo de 20 anos se deram mal.

O que compromete o PT? As contradições. O PT anunciou, fez *outdoor* pelo Brasil afora dizendo que tinha rompido com o FMI. E hoje a **Folha de S.Paulo** anuncia que o Fundo Monetário Internacional vai monitorar o Brasil. Não ouvimos Líder algum, não ouvimos ninguém aqui esclarecer, justificar, protestar nem coisa nenhuma, porque sabemos que aquele rompimento foi uma falácia, foi apenas o fim de um crédito especial que o Fundo tinha, como crédito rotativo, uma espécie de cheque-ouro, mas continua aqui o monitoramento.

Ontem, na CPI, acusaram a Secom (Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica) de manipulação nas concorrências da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, e o mundo quase veio abaixo. Hoje, a **Folha de S.Paulo** traz matéria: “Secom muda regra de edital da licitação da ECT”. A reportagem fornece números, apresenta dados e mostra, inclusive, que a assessoria jurídica da ECT teve o cuidado e a cautela de documentalmente alertar para o erro.



Senador Alvaro Dias, antes de lhe passar a palavra, com muita alegria, quero dizer que talvez a grande culpa do PT, pela vaidade, pela prepotência e pela arrogância, foi não ter tido a humildade de aceitar a CPI do Waldomiro. Talvez, se naquele momento a CPI tivesse sido instalada, eles tivessem visto muito do que estava acontecendo no Palácio. Providência nenhuma foi tomada, e o Waldomiro passou a ser o símbolo da impunidade. Todos pensaram que poderia ser, com mais cautela, competência e habilidade, um Waldomiro. E criou-se uma verdadeira escola de “Waldomirinhos” que achavam que podiam exercer essa atividade impunemente. O Partido perdeu o controle, e o que vemos é exatamente esta terra arrasada que está aí.

Ouçó, com muito prazer, o Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Heráclito Fortes, V. Ex<sup>a</sup> aborda a questão da publicidade, e creio que essa deve ser uma preocupação do Congresso Nacional. Só no ano passado, as agências do Sr. Marcos Valério receberam R\$29 milhões dos Correios. Mas há a adoção dessa prática de utilização de agências de publicidade até mesmo na Itaipu Binacional. Duas agências de publicidade foram contratadas pela Itaipu Binacional, que nunca se utilizou de recursos de publicidade, porque é uma empresa que pode prescindir dessa divulgação. Como não tem concorrência, não há porque estabelecer gastos incríveis com publicidade, como faz agora a atual gestão da empresa. Como não podemos investigá-la, pois a CPI dos Correios não investigará a Itaipu Binacional, pegamos carona nessa sugestão, nesse apelo da Transparência Brasil, que está pedindo ao Presidente da República que instale o Conselho de Combate à Corrupção, criado por Decreto em 18 de novembro de 2003, se não me falha a memória, e que não operou até hoje. Trata-se de um Conselho constituído pela CNBB, pela OAB e pela ONG Transparência Brasil. Há um apelo ao Ministro Waldir Pires para que convoque esse Conselho. E faço aqui a sugestão de que esse Conselho se preocupe com a questão da publicidade, não só nos Correios, não só na Petrobras, no Banco do Brasil, na Caixa Econômica, no Banco Popular, mas também na Itaipu Binacional. Se houver essa preocupação, esse cuidado de investigar o que está ocorrendo, certamente encontrarão desvios, certamente o desvio de finalidades estará realçado também lá na aplicação de recursos de publicidade para outros fins.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> o aparte e agora peço permissão à Senadora Heloísa Helena para me apropriar de uma frase dela, que é perfeita: “O PT transformou o governo passado e, de maneira especial, o Presidente Fernan-

do Henrique em um objeto de desejo.” Para todos os seus erros traçam ou tentam traçar um paralelo com o governo passado.

Hoje, na CPI, vimos a alegria e a sofreguidão de alguns quando viram que uma concorrência tinha sido realizada no ano de 2002, e foram aprofundando. “Chegamos! Pegamos o homem!” Daí a pouco chamei a atenção do Senador Alvaro Dias. Isso foi concorrência feita na véspera de campanha, quando o Presidente Lula já estava eleito, quando não se discutia mais, e aquele povo que abandona o barco antes da hora começou a fazer os acertos com o governo futuro. E não deu outra. Toda a execução começou no ano de 2003. E deu no que estamos vendo.

Ouçó o Senador Geraldo Mesquita.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior** (P-SOL – AC) – Senador Heráclito, eu estava no meu gabinete há poucos instantes e ouvi a palavra do Senador Mercadante, Líder do Governo nesta Casa, se referindo a uma reunião de líderes ocorrida no dia de hoje, no gabinete do Presidente Renan Calheiros, da qual participei a pedido da Senadora Heloísa Helena, que se encontrava atuando na CPI dos Correios. Posso ter ouvido mal, mas tenho a impressão de ter ouvido o Senador Mercadante afirmar que houve consenso nessa reunião a respeito de decisões acerca de se instalarem ou não CPIs no Congresso ou nesta Casa. Quero afirmar que o consenso que percebi naquela reunião foi apenas quanto a uma deliberação acerca de uma decisão tomada pelo Presidente Renan – e aqui se faça justiça ao Presidente Renan –, muito acertada por sinal, de, na sessão de hoje à tarde, solicitar aos líderes partidários que indiquem os membros para a CPI dos Bingos, e que, caso isso não venha a ocorrer, dentro de 24 horas, 48 horas, 2 ou 3 dias após, S. Ex<sup>a</sup> fará as indicações. Quero afirmar aqui que o P-SOL tem a seguinte posição: se há necessidade de se apurarem os fatos, que se instalem uma, duas, três, quatro, cinco, quantas CPIs forem necessárias. O P-SOL não abre mão desse entendimento. Portanto, quero dizer que não me recorde de decisão consensual, naquela reunião, envolvendo decisão acerca de se instalar ou não a CPI. Ao contrário, o que houve foi um consenso em torno da decisão do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, acerca da solicitação imediata aos líderes partidários para que façam a indicação dos membros, pois, caso contrário, o Presidente o fará em poucas horas ou em dois ou três dias. Esse foi o objeto do consenso que se verificou naquela reunião, não para não se instalar a CPI. Não ouvi isso, não participei desse consenso. Se consenso desse porte houve, não estive presente, representando o P-SOL.



**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Em seguida, darei o aparte...

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Peço um aparte. Será muito rápido.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Pois não, Senador.

**O Sr. Ney Suassuna** (PMDB – PB) – Apenas para dizer também, com relação a isso, que o consenso foi em relação à atitude do Presidente, que foi correta, certa quanto ao que disse que faria. O que combinamos depois foi que o Presidente vai fazer e depois as Lideranças se reunirão para discutir. Ponto. Mas não houve consenso, não houve fechamento de nenhuma posição.

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Agora, o estranho disso tudo, Senador Mão Santa, é que o “marqueteiro” do Presidente vem a Brasília, conversa horas e horas com o Presidente da República, que vai para a imprensa e diz que a CPI paralisa o Congresso Nacional, tentando jogar essa crise no Congresso Nacional. O Congresso Nacional não é causa, mas efeito. A corrupção está no Executivo. Os corruptores até podem estar no Congresso, mas os corruptores estão lá. Entretanto, se o Presidente quiser que o Congresso funcione – é a velha história –, sugiro que recolha as medidas provisórias. Estou certo, Presidente Renan Calheiros? Mande recolhê-las e deixe no Congresso apenas as medidas provisórias de extremo interesse da Nação. Tire aquelas que são verdadeiros “cabelos em ralo de pia”, que só servem para entupir, para impedir a vazão da água, as micro-medidas provisórias. Acabe com elas que S. Ex<sup>a</sup> verá esta Casa funcionar normalmente.

Por fim, em homenagem à galeria que nos está ouvindo, quero dizer a V. Ex<sup>as</sup> que a grande frustração da Oposição brasileira é uma só. Estamos chegando a quase três anos de Governo do Presidente Lula, que não tem culpa disso. Não conseguimos criar ainda nenhuma crise para o Governo; o Governo cria todas. Waldomiro Diniz não é crise da Oposição; Correios não é crise da Oposição; o IRB não é crise da Oposição. Todas as crises são provocadas pelo próprio Governo, que se enrola nas próprias pernas, que não tem unidade, que tem grupos que se dividem. Exemplo maior ocorreu na eleição para Presidente da Câmara, quando o Partido majoritário apresentou três candidatos, cada um com uma tendência, e perdeu a eleição. As crises que estamos vivendo têm começo, meio e fim.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. HERÁCLITO FORTES** (PFL – PI) – Chama-se desorganização partidária. O fator maior é a ambição desmedida de alguns com relação ao Governo de São Paulo. Estão deixando o Presidente da República, já não digo órfão, mas, só.

Lembro-me muito bem, Sr. Presidente, que a imprensa mostrou uma estrela de flores feita no quintal do Palácio da Alvorada, o que foi um escândalo. Chamei a atenção: só tem acesso àquela estrela quem entra no Palácio. Nem por avião poderia ser, porque a um helicóptero é proibido sobrevoar a área do Palácio por questões de segurança. Aquela estrela foi fotografada por gente íntima que freqüentava o Palácio, que quis expor e colocar o Presidente e sua esposa em situação constrangedora.

É preciso que o Governo assuma a responsabilidade. Ser Governo é bom, mas há dor e dificuldades. Governar é bom, mas tem seus momentos ruins. E essa história de só querer a praça pública quando ela está cheia, de só querer as benesses, o orçamento e as estatais? Não! Vamos assumir o Governo de corpo e alma, com o que há de bom e de ruim. A biografia do Presidente Lula não precisa disso. Tampouco façam do Presidente Lula um *sparring*, uma defesa para os erros que V. Ex<sup>as</sup> cometem a todo dia. Criem juízo para o bem do Brasil!

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Informo à Casa e ao País que, hoje, reunido com os Líderes partidários, estabelecemos para até às 16 horas o prazo para a indicação dos líderes para a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Fiz, na oportunidade, um apelo para que todos os Líderes indicassem os Membros, porque, senão, como aconteceu com a Comissão Parlamentar de Inquérito anterior, eu teria que indicar, sobretudo depois da decisão do Supremo Tribunal Federal, que não me compete discutir. Não vou aqui discutir uma decisão da Suprema Corte do País; vou dar concretude a ela. Aliás, na linha do comportamento adotado, qualquer requerimento, seja qual for, de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito que tenha fato determinado, que tenha o número mínimo de assinaturas, que tenha prazo para investigação vai ter o mesmíssimo encaminhamento. Ou seja, vou dar um prazo para que os líderes indiquem os membros; se eles não o fizerem, eu o farei. Por quê? Porque a circunstância política muda e, se nós não retirarmos o Presidente do Senado e do Congresso Nacional da circunstância política, será muito ruim. As pessoas que defendiam com ênfase a instalação e as investigações talvez hoje não defendam mais, e eu tenho que ter o mesmo comportamento, porque não sou, nesta Casa, porta-voz da Bancada de sustentação

do Governo ou Líder de Oposição. Tenho que manter a coerência, manter a isenção, e tantos requerimentos me sejam apresentados terão o mesmo tratamento. Por exemplo, com relação ao “mensalão”, eu sempre disse e quero repetir que não vejo coerência em criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado Federal para que Senadores investiguem a quebra de decoro parlamentar de Deputados. A denúncia se circunscreve à Câmara dos Deputados, então ela tem que ser investigada prioritariamente pela Câmara dos Deputados. Mas há sobre a Mesa da Presidência do Senado Federal um requerimento para criação de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Mensalão. Eu não tenho outra coisa a fazer senão, na quarta-feira, como combinei com os líderes, mandar ler na sessão do Congresso Nacional, mantendo coerência com o encaminhamento adotado anteriormente.

O Brasil tem acompanhado isso. Não vou sair dessa isenção, desejo que tudo seja absolutamente investigado, vou fazer o possível para compatibilizar o funcionamento do Senado Federal com qualquer investigação. É falsa essa colocação de que a investigação atrapalha o funcionamento do Senado, o Senado já demonstrou o contrário outras vezes. Vamos, na prática, comprovar que dá, sim, para compatibilizar o funcionamento do Congresso e do Senado com qualquer investigação. A sociedade deseja que tudo, absolutamente tudo seja esclarecido. Noventa por cento da opinião pública deseja que o Congresso Nacional ajude a tirar as dúvidas que ainda tem, e nossa responsabilidade é exatamente colaborar com isso.

Vou fazer, portanto, o que for possível para adotar, em todas as questões, o mesmo posicionamento. Não me importa saber se o Congresso vai ou não se transformar em delegacia de polícia. Não é essa a pergunta. É que temos um encaminhamento regimental e constitucional a seguir, e vamos segui-lo.

Portanto, para qualquer requerimento que me for apresentado, que tiver fato determinado, que tiver prazo para investigação e o número mínimo de assinaturas, vou combinar com os líderes, marcarei uma sessão do Congresso Nacional, se for CPI mista, para lê-lo. A instalação e o funcionamento não dependem do Presidente, dependem das Bancadas, das Lideranças, do comparecimento da maioria. Essa é uma outra questão. Mas vou, verdadeiramente, esgotar a minha responsabilidade: não indicando os Líderes no prazo, eu indicarei. Vou cumprir verdadeiramente o meu papel.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – A Presidência, de acordo com as indicações das Lideranças, designa a Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar e apurar a utilização

das casas de bingo para a prática de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, bem como a relação dessas casas e das empresas concessionárias de apostas com o crime organizado, criada pelo Requerimento nº 245, de 2004.

**TITULAR****SUPLENTE****Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)**

- |                        |                            |
|------------------------|----------------------------|
| 1. Romeu Tuma (PFL)    | 1. Paulo Octávio (PFL)     |
| 2. José Jorge (PFL)    | 2. Demóstenes Torres (PFL) |
| 3. Efraim Moraes (PFL) |                            |
| 4. Almeida Lima (PSDB) | 3. Alvaro Dias (PSDB)      |
| 5. Leonel Pavan (PSDB) |                            |

**PMDB**

- |                    |                          |
|--------------------|--------------------------|
| 1. Luiz Otávio     | 1. Garibaldi Alves Filho |
| 2. Wirlande da Luz | 2. Leomar Quintanilha    |
| 3. Maguito Vilela  | 3. Valdir Raupp          |
| 4. Ney Suassuna    |                          |

**Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)**

- |                             |                 |
|-----------------------------|-----------------|
| 1. Paulo Paim               | 1. Siba Machado |
| 2. Antonio Carlos Valadares | 2. Tião Viana   |
| 3. Fátima Cleide            | 4. Magno Malta  |

**PDT**

- Juvêncio da Fonseca

**PTB**

- Mozarildo Cavalcanti

**PDT/PTB/PP**

- Sérgio Zambiasi

Obs.: composição partidária do dia 23-6-05.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Ney Suassuna.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr Presidente, nós, todos os Líderes, exultamos com a posição de V. Ex<sup>a</sup>. Consideramos que foi mais do que correta, e o PMDB já exerceu a sua função. Já está sobre a mesa de V. Ex<sup>a</sup> a indicação dos membros do PMDB para essa CPI.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Antes de conceder a palavra à próxima oradora inscrita, Senadora Heloísa Helena, permito-me ler a indicação que os Srs. Líderes Partidários fizeram da composição dos membros da CPI dos Bingos:

Pelo Bloco Parlamentar da Minoria (PFL/PSDB)  
Pelo PFL:

Titulares: Romeu Tuma, José Jorge e Efraim Moraes

Suplentes: Paulo Octávio e Demóstenes Torres.  
Pelo PSDB:

Titulares: Almeida Lima e Leonel Pavan.

Suplente: Alvaro Dias.

Pelo PMDB:

Titulares: Luiz Otávio, Wirlande da Luz, Maguito Vilela e Ney Suassuna.

Suplentes: Garibaldi Alves Filho, Leomar Quintanilha e Valdir Raupp.

Pelo Bloco de Apoio ao Governo (PT/PSB/PL)

Titulares: Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Fátima Cleide e Magno Malta.

Suplentes: Sibá Machado e Tião Viana.

PDT: Juvêncio da Fonseca.

PTB: Mozarildo Cavalcanti.

E representando esses Partidos, dentro do critério de rodízio (PDT/PTB/PP): Sérgio Zambiasi.

É essa a composição. Em qualquer designação de qualquer outra Comissão Parlamentar de Inquérito quero, de antemão, dizer que vou marcar um prazo para os Líderes indicarem. E, se os Líderes não indicarem, também vou indicar.

**A SRA HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL) – Sr. Presidente, peça a palavra, pela ordem.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Concedo a palavra a V. Ex<sup>a</sup>, pela ordem.

**A SRA HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, ainda existe uma polêmica jurídica e regimental que teremos que tratar de outra forma, mas só para deixar colocado, porque, infelizmente, a minha assessoria errou e não trouxe a tempo: caso o P-SOL tenha vaga será indicado o Senador Geraldo Mesquita, embora saibamos, todos nós, e V. Ex<sup>a</sup> já comunicou na reunião de Líderes ao Senador Geraldo Mesquita, que será um assunto tratado à parte.

**O SR. PRESIDENTE** (Renan Calheiros. PMDB – AL) – Agradeço a intervenção de V. Ex<sup>a</sup>.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna como Líder do PMDB.

**O SR. NEY SUASSUNA** (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a minha colocação, hoje, é que a partir de amanhã nós teremos a comemoração do São João em todas as cidades do Nordeste, mas especificamente, de forma mais intensa, na minha cidade de Campina Grande, onde comemoramos o maior São João do mundo.

Gostaria de desejar a todos os nordestinos, a todos os brasileiros, um feliz São João, porque todos sabemos que, no Nordeste, na verdade, comemorase a safra, a alegria do que a terra nos dá, o trabalho realizado.

Dessa forma, gostaria de mandar um abraço a todos os nordestinos e mais especialmente a todos os paraibanos e, ainda mais apertado, ao povo da minha cidade, Campina Grande, que, como já disse, comemora por 30 dias seguidos o maior São João do mundo. Muito obrigado.

*Durante o discurso do Sr. Ney Suassuna, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Alberto Silva.*

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Com a palavra a Senadora Heloísa Helena por cinco minutos.

**A SRA HELOÍSA HELENA** (P-SOL – AL. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – O Senador Ney Suassuna acabou deixando uma deixa: sei que ele estava falando das quadrilhas de São João. Claro que eu, como nordestina também, sei que estarão todos lá. Eu também queria estar lá, brincando nas quadrilhas de São João, mas, infelizmente, não posso porque estamos aqui, na CPMI, tentando colocar na cadeia as quadrilhas dos ladrões de luxo. Sei que lá está uma danação, porque quando se grita pega ladrão é uma danação. Coisa de quadrilha de São João, de um costume belíssimo do Nordeste.

Embora esteja solidária e queira muito estar lá no Nordeste, em Alagoas, no sertão, em Campina Grande ou João Pessoa ou em Caruaru, enfim, também gostaria muito de estar lá brincando, saudando a alegria desse movimento extremamente especial no Nordeste, mas a vida, a obrigação parlamentar me impõe estar aqui atuando na CPMI, tentando apresentar ao povo brasileiro as piores, malditas e infames quadrilhas de ladrões de terno e gravata, de saqueadores dos cofres públicos, de delinquentes de luxo que usam a máquina pública de forma parasitária e, portanto, assim a privatizam.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, já tinha dito aqui na Casa que todas as vezes que eu visse o duelo, a mistura de paixão desenfreada, amor platônico, ódio visceral, ou seja, essa composição de dilema emocional entre PT e PSDB, viria aqui também para intervir no debate, até porque nós, Senador Geraldo Mesquita, não estamos diante desse dilema emocional. E porque eu já disse também, várias vezes, que, na realidade, é um querendo copiar o que o outro foi no passado. É sempre a mesma coisa: um querendo copiar o que o outro foi no passado. E o que é mais duro para mim, como sabe esta Casa, é que dediquei os melhores anos da minha vida para ajudar a construir o PT e a fazer a eleição de Lula e, evidentemente, não posso trazer de volta os melhores anos da vida que eu lhe dediquei, porque a mecânica da vida e a rotação da Terra impedem que isso seja feito.

Todas as vezes em que vejo Lideranças importantes do Governo, ilustres excelências de um lado ou de outro se atacarem, fico absolutamente impressionada como é que especialmente a Liderança do atual Governo tem a ousadia de vir à tribuna do Senado e começar, hoje, a meter o dedo na corrupção do Governo Fernando Henrique, quando, com três anos de governo, nada foi feito para apurar a corrupção do Governo Fernando Henrique. E fico absolutamente impressionada como isso é tratado de forma sofisticada, em um misto de cinismo e dissimulação.

Ora, continuo achando que houve corrupção – e da grande – no Governo Fernando Henrique. Quando eu era Líder do PT e Líder da Oposição ao Governo Fernando Henrique, eu não acusava, não solicitava procedimentos investigatórios, porque eu era uma bravateira, uma demagoga eleitoreira, ou vigarista política. Quem fez isso que assuma essa carapuça e aceite como tal. Entretanto, o mais grave é que, se havia indícios de crime na administração pública, no processo de privatização, por que diabos nada foi feito? Não houve auditoria, não houve revisão dos contratos. Nada foi feito para mostrar à sociedade os crimes que foram patrocinados, inclusive no processo de privatização.

É por isso que V. Ex<sup>a</sup> faz muito bem, Senador Geraldo Mesquita Júnior, ao deixar claro para a Casa que o P-SOL não é parte de nenhum acordo. Como está na manchete, agora há pouco vi na Internet do UOL: adiada CPI dos Bingos e Privatização. O que ficará no imaginário popular? Que é uma troca dos crimes do antigo Governo contra os crimes do atual Governo.

A CPI dos Bingos era muito importante. O ideal mesmo era que fosse uma única CPI. Quem não aceitou foi a base de bajulação do Governo. Uma única CPI para tratar de todos os fatos determinados relacionados à corrupção, não apenas a denúncias, mas a indícios relevantes de crimes contra administração pública, tráfico de influência, intermediação de interesses privados, ou seja, no popular, a trambicagem que é feita utilizando o aparato público para beneficiar personalidades políticas ou setores empresariais amigos da estrutura do poder.

Então, a CPI dos Bingos deveria ser instalada mesmo. Quantos aqui gritaram, espernearam, dizendo que ela seria fundamental para identificar lavagem do dinheiro sujo do narcotráfico? Qual foi o dono de bingo inocentado ou qual foi penalizado pela legislação em vigor como lavador de dinheiro do narcotráfico? Não aconteceu nada, absolutamente nada.

Diziam que a estrutura dos bingos era para lavar o dinheiro sujo do narcotráfico – e penso que a maioria é mesmo –, portanto, só uma CPI pode mostrar isso.

Se tinham personalidades políticas dentro do Palácio do Planalto, no Senado, na Câmara, no Congresso Nacional ou onde quer que seja, que essas pessoas sejam criminalizadas e apresentadas à sociedade também.

Só para deixar mais uma vez o nosso protesto. Não tenho nada contra entidades fazerem ato, manifestação, aplauso, absolutamente nada. Portanto, se várias entidades querem fazer um ato de apoio ao Governo Lula que o façam. Se parte da Oposição, como aqui falou o Senador Arthur Virgílio, resolver fazer atos, representando o PSDB e o PFL, que os façam. Pena que não tenhamos nem os meios de comunicação nem dinheiro nem governo para fazer esses grandes atos.

Talvez para nós, Senador Geraldo Mesquita, sejam os atos mais simples, o cumprimento da nossa obrigação constitucional aqui. Talvez o ato simples que está sendo veiculado na Internet, onde conclamam, no dia 29 de junho, a todos usarem uma camisetinha preta. Eu, que só gosto de branco, vou usar também a minha camisetinha preta, até em homenagem a esses internautas que estão tentando ajudar no combate à corrupção, essa podridão que assola o País, porque existem a omissão e a cumplicidade. Se não existissem, efetivamente, isso não seria feito.

Portanto, quem não quis uma única CPI, que não paralise os trabalhos do Congresso, foi a base de bajulação do Governo, a cúpula palaciana do PT, o Palácio do Planalto. Foram estes que não a quiseram. Por nós, bastava uma CPI capaz de dar conta de mecanismos necessários para desvendar os mistérios sujos da corrupção: se são cargos, prestígio, liberação de emenda, poder, “mensalão” ou outras mais. Os problemas não estão apenas lá. Certamente, a tática deve ser diferenciada para comprar Parlamentar. Já disse várias vezes que tem Parlamentar que pousa de alto clero, mas tem a estatura moral da ralé clero. Pousa melhor do que outro, usa métodos mais sofisticados para parasitar, roubar e privatizar o espaço público. Então, o melhor instrumento é a CPI.

Sr. Presidente, Senador Alberto Silva, sabe V. Ex<sup>a</sup> que uma CPI entrega o tributo da inocência, a honraria da inocência para quem é inocente. Mas o único instrumento que possibilita que o Congresso Nacional cumpra sua tarefa nobre de fiscalizar os atos do Executivo é a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Concedo um aparte, bem rápido, ao Senador Mão Santa, para que possamos atender à Mesa.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senadora Heloísa Helena, eu e o Senador Alvaro Dias estamos diante de centenas de *e-mails*. Um é de Cosme Mendes de Almeida, de Ipatinga, Minas Gerais, que diz o seguinte: “Caro amigo Mão Santa, espero que não se chateie



por assim chamá-lo, pois, depois da minha querida Senadora Heloísa Helena, o senhor é o político mais agradável de se escutar. (...) Mas o importante é o seguinte: ajude, com a Heloísa Helena, o Brasil a mudar. São pessoas como o senhor e a Heloísa Helena que ainda nos prendem à frente da TV Senado. Abram os olhos com os “Zés”, são muito perigosos politicamente. Tem o Zé Waldomiro, o Zé Delúbio e o Zé Dirceu”. Há outro *e-mail*, para ver como é uma opinião nacional, do Ceará, da Natália Maia Rodrigues: “Senador, parabéns pelo seu trabalho parlamentar e pelo seu trabalho fora do Senado. O senhor dá ao povo cearense muito orgulho, ao lado da nobre Senadora Heloísa Helena”. Leio essas mensagens para estimulá-la a continuar a sua trajetória com perspectiva invejável na política do Brasil.

**A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Obrigada pela generosidade de V. Ex<sup>a</sup>, Senador Mão Santa. Espero que tenhamos todos nós fé em Deus e fé na luta do povo.

Ao terminar, aproveito para abraçar o povo nordestino que estará brincando nas quadrilhas de São João. E que o mesmo povo nordestino fique vigilante, atuante, pressionando para que as quadrilhas da corrupção, dos ratos de terno e gravata espalhados por este Brasil possam ser definitivamente trancafiadas, como manda a legislação em vigor no País.

Para terminar, concedo um aparte ao Senador Geraldo Mesquita.

**O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (P-Sol – AC)** – Senadora Heloísa Helena, quero apenas trazer um fato pitoresco ao anúncio que V. Ex<sup>a</sup> fez da convocação dos internautas para que todos usem preto no dia 29. No meu Estado, governado pelo PT e que muita gente pensa que é o paraíso da democracia, os internautas também convocam a população para essa manifestação. Mas eles sabem que lá a barra é pesadíssima mesmo, qualquer manifestação é tratada como algo impossível, a divergência é proibida. Para que V. Ex<sup>a</sup> saiba o que acontece na minha terra, os internautas sugeriram que as pessoas, para se comunicarem com sua própria consciência, já que não podem exibir uma camisa ou uma calça preta, porque seria uma manifestação ostensiva de divergência ao próprio Governo, usassem peças íntimas na cor preta. E ligaram-me agora dizendo que, em Rio Branco, acabou o estoque de roupas íntimas pretas tanto para mulheres como para homens. Sei que estão todos mobilizados para essa manifestação, se bem que ela não será assim tão ostensiva, mas, no íntimo, as pessoas estarão vestidas de preto, para demonstrar todo o seu repúdio e a sua repulsa a esse mar de lama que está tomando conta

do País, protagonizado e provocado pela cúpula palaciana, como V. Ex<sup>a</sup> disse, e a cúpula do PT.

**A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Agradeço a V. Ex<sup>a</sup>.

Para concluir, Senador, todas as vezes que vejo essa conversa fiada de golpismo, de outras coisas mais – e hoje o Senador Flávio Arns falou sobre isto e sei que o Senador Cristovam já falou também, da necessidade de aprofundar as investigações –, digo que é uma coisa absolutamente ridícula. Nunca me senti golpista, quando, cumprindo até uma tradição da Esquerda, usava palavras de ordem nas ruas, palavras de ordem nas manifestações.

Então, que possamos realmente, do pouco que se conquistou da democracia representativa, que ainda não é democracia, porque não tem justiça social, ainda não é a democracia representativa porque Parlamentares vêm para cá vendidos para os setores econômicos poderosos e aqui comportam-se igualmente vendidos para setores poderosos também no Executivo ou no mundo empresarial, pelo menos, possamos fazer todo o protesto belo, legítimo, necessário para o combate à corrupção.

E, sem nenhuma filosofia relacionada à ética, até porque sempre nós, da Esquerda, tivemos um debate muito grande sobre se a ética do capital era a mesma do trabalho, sempre fez muito parte das nossas discussões e das polêmicas “ideologizadas” no mundo da Esquerda, mas que pelo menos possamos encarar este momento, como dizia Dom Pedro Casaldáliga, no auge da sua juventude de mais de oitenta anos: Ética na política, vergonha na cara e amor no coração.

Então, que todos nós sejamos capazes de viabilizar pelo menos isso, enquanto ação concreta: tanto o mais simples, que está aqui trabalhando, qualquer Parlamentar ou o mais simples cidadão, possa estar aqui contribuindo para eliminar, se não completamente, pelo menos minimizar as alternativas que são criadas, ou pelo vazio da legislação, ou pela legislação que é rasgada para viabilizar interesses escusos. Que possamos melhorar isso.

Concedo o aparte ao Senador Cristovam Buarque.

**O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PT – DF)** – Senadora Heloísa Helena, fico feliz obviamente de ouvir o seu discurso. Quero apenas complementar. Primeiro, para dizer que estou totalmente de acordo com a sua indignação diante desse clima que vivemos. É preciso apurar tudo. Mas quero dar um passo além, coerente com o resto do seu discurso, aqui; por exemplo, com o seu projeto de garantia de creche para todas as crianças. É triste reconhecer, mas temos um débito com o regime militar. No regime militar, nós gostávamos de

política, a juventude fazia política, ia para as ruas. É triste dizer isso, mas a juventude se alienou. De repente, ela ressurgiu com esses *e-mails* que o Senador Mão Santa recebe. Eu também recebo centenas. É bom que ressurgja, mas, mais uma vez, o faz por uma razão que nos mostra como estamos atrasados. Ressurgiu contra a corrupção. Da outra vez foi contra o regime militar. Precisamos que essa juventude desperte também para uma corrupção invisível, clandestina, que é a corrupção nas prioridades. Estamos lutando aqui contra a corrupção no comportamento do Poder público e de políticos. É preciso que, um dia, lutemos contra a corrupção implícita nas próprias prioridades da política. Aquele famoso prédio do TRT, que terminou levando à cassação de Senadores e punindo juízes, era contra a corrupção do roubo que fizeram do dinheiro público. Mas é preciso lembrar que a construção daquele prédio já era uma corrupção em si. Em um País que precisa de água, de esgoto, de escola, quando se constrói um prédio de luxo para uma atividade pública, já é uma corrupção. Mesmo que ninguém roubasse nenhum dinheiro seria o roubo de um dinheiro que, em vez de servir a uma prioridade do povo, serviria a uma prioridade das elites. Eu gostaria que passasse logo esta crise, esta CPMI. Espero que possamos passar o Brasil a limpo, para que comecemos a brigar pelas prioridades, pela não-corrupção nas prioridades, pela ética nas prioridades e não apenas a ética no comportamento. Sei que o discurso de V. Ex<sup>a</sup> tem sido coerente, lutando pelas duas éticas, a do comportamento e a das prioridades.

**A SRA HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL)** – Exatamente, Senador Cristovam Buarque. E certamente foi isso que motivou a frase de Dom Pedro Casaldáliga, que citei há pouco, “ética na política é vergonha na cara e amor no coração”. E, portanto, é o respeito à legislação do País em vigor e o respeito ao espaço público para que ele não seja parasitado, privatizado ou tratado com se fosse uma caixinha de objetos pessoais para suas quadrilhas, corriolas, aparentados, apaniguados ou partidários, e o amor no coração, que é o debate grande que fazemos aqui.

É por isso que, para mim, é doloroso ver, identificar as opções que estão sendo feitas pelo atual Governo e pela cúpula palaciana do PT, porque ela introduz duas atitudes antiéticas, como o desrespeito à legislação em vigor, entregando o espaço público para ser apropriado, parasitado por quem nem tem competência, nem tem honestidade e que trata o espaço público como se fosse uma caixinha de objetos pessoais para sua corriola e seus partidários. Da mesma forma, é um tipo de administração em que, sabemos todos nós, nunca a pocilga do capital comemorou e chafurdou

com tanta desenvoltura, porque houve não apenas a continuidade da política econômica do Governo Fernando Henrique Cardoso, mas o aprofundamento do projeto neoliberal.

Sei que V. Ex<sup>a</sup> é como eu. Imagine o que é estarmos no ano 2005 falando em creche, em educação infantil para criança pobre de zero a seis anos, enquanto no mundo se fala em clonagem; escuta-se, pelo computador, o barulho de uma nave espacial; descobrindo um novo planeta, uma nova lua. No ano 2005, estamos tratando de mecanismos tão básicos, como educação infantil, tentando alterar a Constituição do País para que o Governo pense nas crianças pobres de zero a seis anos, que são as mais frágeis, as mais fracas, as que acabam sendo mais comprometidas pela pobreza e pela miserabilidade crescente.

Espero que a velha, maravilhosa e atual frase de Dom Pedro Casaldáliga possa, permanentemente, estar em nossas mentes e em nossos corações, pautando a nossa vida de uma forma geral.

Sr. Presidente, muito obrigada e desculpe-me por ter ultrapassado o tempo.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Prorrogo a sessão por dez minutos para dar oportunidade de falar ao Senador Nezinho Alencar e, depois, ao Senador Mão Santa, por cinco minutos. Em seguida, encerraremos a sessão.

Concedo a palavra ao Senador Nezinho Alencar.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>es</sup> e Srs. Senadores, hoje, fiz uma confusão tremenda em minha cabeça com relação ao Regimento Interno desta Casa. Primeiramente, eu achava que o Regimento determinava que a abertura das sessões fosse às 14 horas. Liguei a televisão ao meio-dia e a sessão já estava aberta. Antes, os Líderes falavam por cinco ou dez minutos. Hoje, falaram por 20 minutos. Portanto, fiz uma confusão tremenda. Não quero enveredar por aí, Sr. Presidente, mas gostaria de registrar minha preocupação em relação a isso.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Nezinho Alencar, gostaria de fazer um aparte para esclarecer V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO) – Pois não, Senador Alvaro Dias.

**O Sr. Alvaro Dias** (PSDB – PR) – Senador Nezinho Alencar, os Líderes, depois da Ordem do Dia, regimentalmente, falam por 20 minutos. Como hoje não houve Ordem do Dia, aqueles Líderes que se inscreveram posteriormente a esse horário falaram por 20 minutos. Então, é regimental.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO)

– Muito obrigado pela informação, nobre Senador.

Sr. Presidente, sou representante de um Estado pequeno, o Tocantins. No entanto, esse Estado também está representado aqui no Senado Federal e nós precisamos também usar a palavra para fazer nossas reivindicações. O Tocantins é um Estado pequeno, Sr. Presidente, mas se os Governadores cumprirem a meta estabelecida pelo nosso primeiro Governador, Siqueira Campos, as metas fiscais, com certeza, no ano de 2020, estaremos entre a sétima e oitava economia deste País. Melhoramos consideravelmente depois da nossa criação.

A nossa malha rodoviária encontra-se quase que totalmente asfaltada. No setor saúde, existe ainda um déficit muito grande. Temos um hospital construído na cidade de Palmas, que ainda não está funcionando por falta de equipamento. O déficit é muito grande.

O que me traz hoje a esta tribuna é a questão da educação. Quando o Estado do Tocantins foi criado, na região conhecida como Bico do Papagaio, que é a congruência dos rios Araguaia e Tocantins, lá no norte do Estado, o índice de analfabetismo alcançou 89%, uma criança morria de febre, de malária. E, hoje, lá no Bico do Papagaio, o índice de analfabetismo não alcança 10%.

Mas nós temos um problema muito sério, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, que é o ensino superior. Foi criada, há dois ou três anos, a Universidade Federal do Tocantins: são apenas 258 professores e mais 96 do concurso em andamento e 8.121 alunos, conforme dados de maio de 2004.

Temos campus nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. Essas escolas funcionam de forma precária, mas estão funcionando.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO)

– Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex<sup>a</sup> me desse mais alguns minutos para que eu conclua o meu raciocínio.

A cidade de Guaraí, onde moro, lamentavelmente, teve de municipalizar os cursos superiores lá existentes, assim como também a cidade de Colinas. Há três cursos superiores funcionando na cidade de Colinas e cinco, na minha cidade de Guaraí.

Aquelas escolas têm mais de mil alunos cada uma e agregam alunos das cidades vizinhas, porque a procura é muito grande.

Tentamos, por meio de audiência com o Sr. Ministro da Educação, Tarso Genro, sugerir a viabilidade

de que essas duas unidades de ensino superior sejam incorporadas à Universidade Federal do Estado ou sejam federalizadas. O Sr. Ministro nos informou que não havia possibilidade nem de federalizar nem de arrancar recursos para o ano de 2006, porque estaria federalizando 11, 12 ou 13 faculdades no Brasil inteiro.

Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, naqueles dois Municípios, há famílias pobres e carentes que vão, às vezes, limpar quintal para pagar a mensalidade dos seus filhos na faculdade.

*(O Sr. Presidente faz soar a campanha.)*

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO)

– Sr. Presidente, agradeço a tolerância de V. Ex<sup>a</sup>.

O clamor é muito grande. Estudantes abandonam o curso no meio porque não têm condições de pagar a mensalidade. As mantenedoras, até há dois anos, eram as Prefeituras. Contudo, elas não tiveram condições financeiras de se manter e, então, transformaram-se em fundações. Portanto, são obrigadas a cobrar a mensalidade daqueles alunos.

Aproveitando os últimos segundos que tenho para falar, peço o empenho desta Casa no sentido de que me ajude a federalizar aquelas unidades de ensino ou de que me ajude a incorporar a Universidade Federal do Estado.

Sr. Presidente, eu gostaria de falar muito mais. Lamentavelmente, porém, houve essa questão em que voltarei a insistir.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Na próxima vez.

**O SR. NEZINHO ALENCAR** (Bloco/PSB – TO)

– Está certo. Agradeço a V. Ex<sup>a</sup> pela tolerância e encerro minhas palavras.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI)

– Concedo a palavra ao Senador Mão Santa, por cinco minutos.

**O SR. MÃO SANTA** (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente Alberto Silva, Senador do Piauí, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, brasileiros e brasileiras, Senador Alberto Silva, V. Ex<sup>a</sup> fica bem aí. Acredito que deveríamos pensar em senadores vitalícios, como há em Roma, na Itália. Norberto Nobbio foi um exemplo.

Agorinha, Senador Cristovam Buarque, Heloísa Helena falou do Bispo Pedro Casaldáliga. Que definição, que experiência a dos mais velhos: “ética, vergonha na cara e amor no coração”.

Senador Alberto Silva, atentai bem, ouvimos o Presidente falar do espetáculo do crescimento, mas o que houve foi o crescimento do espetáculo.

Temos muito que fazer, ainda, Senador Alvaro Dias. E ali, Alberto Silva, na tecnologia, pesquisávamos no computador, no *site* do Senador Alvaro Dias, os resultados de uma enquete. Senador Cristovam Buarque, atentai bem: 97,14% acreditam no “mensalão”. Para que contrariar os fatos?

#### 1 – ESPETÁCULO DO DESEMPREGO

Dois milhões e 700 mil estão desempregados nas seis maiores capitais do País, segundo o IBGE. O desemprego atinge 20,6%, como nunca dantes.

#### 2 – ESPETÁCULO DA CONCENTRAÇÃO DE RENDA

Renda dos 10% mais pobres cai seis pontos percentuais, enquanto a renda dos 10% mais ricos aumenta 2,9%. Senador Alvaro Dias, são os ricos mais ricos e os pobres mais pobres.

#### 3 – ESPETÁCULO DA MORDOMIA

É a mordomia deslumbrada do PT. Alberto, V. Ex<sup>a</sup> é professor de Matemática. Sabe a quantas casas populares correspondem R\$176 milhões, agora? A 8,8 mil casas populares, ou seja, 50 mil brasileiros deixaram de ter habitação por uma vaidade.

#### 4 – O ESPETÁCULO DO EMPREGUISMO

República dos Companheiros. Mais de 20 mil militantes petistas são nomeados. Além disso, são criados três mil novos cargos de confiança e 20 Ministérios, pela primeira vez em 500 anos de Brasil, Cristovam Buarque. Havia 14, 15, 16 e Collor diminuiu. Essa é a verdade.

#### 5 – ESPETÁCULO DE INVASÕES

Diz respeito ao título de propriedades.

#### 6 – ESPETÁCULO DO ARROCHO E DO DESCASO

Senador Alberto, adota-se a política do descaso com os investimentos. Apenas 1,17% dos recursos previstos em infra-estrutura foram gastos.

#### 7. ESPETÁCULO DO AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA

São 76 impostos, Alberto.

Recebi um *e-mail* dos Estados Unidos – atentai à novela “América”, Cristovam Buarque –, que diz: “Senador Mão Santa, não são só 76. Nós trabalhamos aqui, pagamos Imposto de Renda nos Estados Unidos e, chegando no Brasil, do dinheiro que mandamos para os nossos familiares é cobrado Imposto de Renda”.

#### 8 – ESPETÁCULO DA CONTRADIÇÃO

Em vez de mudar a política econômica, está aí. Brizola morreu dizendo, Cristovam Buarque: “Elegemos Lula para mudar o Brasil”. Mas Lula mudou de lado: do lado do trabalhador, ele passou para o lado dos banqueiros, essa é a verdade.

#### 9 – ESPETÁCULO DA HUMILHAÇÃO E DA PERSEGUIÇÃO AOS IDOSOS

Os aposentados e os idosos aí estão, taxados e intranquilos.

#### 10 – ESPETÁCULO DO CRESCIMENTO NEGATIVO

O Brasil não está a crescer.

#### 11 – ESPETÁCULO DA CORRUPÇÃO E DA FALTA DE ÉTICA

É, nunca, dantes, em 505 anos, se viu tamanha falta de vergonha na cara e amor no coração, como disse o Bispo.

#### 12 – ESPETÁCULO DA INSENSIBILIDADE SOCIAL

Programa Fome Zero tirou zero, mesmo. Se não há nem dinheiro para comprar o gás, que é o mais caro do mundo, para cozinhar, vai comer cru? Não, Lula.

#### 13 – ESPETÁCULO DA MENTIRA E DA HIPOCRISIA

Pensando naquilo que Goebbels, ministro de Hitler, dizia: “Uma mentira repetida se torna uma verdade”, inventaram Duda Mendonça para ser a luz do PT e esqueceram a luz que está ali, do saber. Quis Deus que Sócrates dissesse que só há um grande bem, que é o saber – e o PT despreza o saber –, e que só há um grande mal, que é a ignorância – e a ignorância do PT é audaciosa.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Sobre a mesa, ofício que passo a ler.

É lido o seguinte:

Ofício nº 071/05

Brasília, 23 de junho de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição do Senador José Jorge, pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, como membro titular, na vaga destinada ao Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos.

Cordialmente, – Senador **José Jorge**, Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Será feita a substituição solicitada.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Antes de encerrar a sessão, quero apanhar a dica do Senador Mão Santa, quando declarou que estamos recebendo *e-mails* do País inteiro, a respeito das nossas palavras no plenário do Senado.

Também tenho recebido muitos. Mão Santa leu uns três e houve um que me tocou muito de perto. Ele vem do Rio de Janeiro e diz:

Excelentíssimo Sr. Dr. Engenheiro, Senador Alberto Silva, o Brasil é uma Nação VIÁVEL em face da conduta de um homem público como a de V. Ex<sup>a</sup>.



Honra o Brasil o seu patriotismo. Vejo sempre a  
TV Senado, com sua fala verdadeira.

Francisco Morais, um cidadão brasileiro.

Obrigado, Francisco Morais. Sua mensagem vai  
para os Anais do Senado.

É a seguinte a correspondência lida:

Rio de Janeiro, RJ, 20/6/05

Exmo. Sr. Dr.  
Engenheiro Juvenal  
Alves da SILVA.

O Brasil é uma  
noção VIÁVEL em face  
a conduta de homens  
públicos como o de V. Excia

Honra o Brasil o seu  
patriotismo. Vejo sempre a  
TV. Senado, com sua fala  
verdadeira.

Francisco F. Morais  
o cidadão.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Os Srs. Senadores Alvaro Dias e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o inciso I e o § 2º do art. 210 do Regimento Interno.

S. Exª serão atendidos.

**O SR. ALVARO DIAS** (PSDB – PR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, desejo registrar nos anais desta Casa acontecimento para o qual quero chamar a atenção do Ministério do Meio Ambiente, mais particularmente do IBAMA. Trata-se da reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do meu Estado, ocorrida recentemente no Campus Universitário da UNIPAR, na cidade de Guairá/PR, com representantes da Associação de Proteção dos Ilhéus da Ilha Grande e do próprio IBAMA, para tratar de assunto pertinente ao pagamento das indenizações devidas pela União às famílias desalojadas da Ilha Grande, no Entorno do Lago Itaipu, por ocasião do Decreto de 1967, que criou o Parque Nacional de Ilha Grande. As famílias desalojadas naquela época não receberam até hoje as indenizações que lhe são devidas e é fácil imaginar-se as agruras pelas quais estão passando, diante de sucessivos governos que jamais tiveram a sensibilidade de atentar para o seu sofrimento. A reunião, presidida pelo deputado José Domingos Scarpellini, contou com a participação do deputado Ademir Bier; do Prefeito de Guaira, Fabian Persi Vendrusculo; do gerente executivo do IBAMA/PR, Marino Eligio; do Coordenador Geral de Regulamentação Fundiária do IBAMA, Boris César; do representante da APIG, Eduardo Orti, além de vereadores da região e grande numero de ilhéus. A tônica de todos os pronunciamentos foi o drama das famílias com a falta de pagamento das indenizações devidas pela União, passados já tantos anos da perda de suas terras, de suas casas e de seus pertences. Os ilhéus desapropriados clamaram por justiça, reclamando os seus direitos. O que esperam é que o IBAMA, que tem revelado boa vontade, mas que não traduz esse sentimento em algo concreto, venha romper com os entraves burocráticos e proceda ao pagamento das indenizações. Entende-se, senhor presidente, senhores senadores, que exista um trâmite a ser obedecido para o pagamento das indenizações e louve-se mesmo a iniciativa do IBAMA de criar uma Comissão para cuidar do assunto. Sabe-se que existem mais de 600 processos aos quais se devem juntar certidões para se proceder a vistoria das terras desapropriadas, para o

fim do pagamento, mas convenhamos que já se passou tempo suficiente para que o IBAMA concluísse esse trabalho, tirando da angústia centenas de famílias que necessitam receber suas indenizações para manter o ritmo normal de suas vidas. O estranho nisso tudo é que, como bem observou o lavrador Eduardo Orti, representante dos ilhéus, as terras desapropriadas tinham sido tituladas pelo Incra e o próprio IBAMA elegeu Ilha Grande como uma das quatro prioridades nacionais para o pagamento. Mas, apesar disso, o tempo tem passado e nenhuma solução é dada para o impasse. O líder disse, também, que a associação criada para a defesa dos interesses dos ilhéus atua dentro da ordem e da lei, mas não aceita que o Governo continue a desrespeitar os direitos de seus associados e pediu esforços de todos para uma solução negociada. Mas houve quem, na reunião, se manifestasse desiludido com o governo Lula. Um cidadão do povo, que se apresentou apenas com o nome de Eufrásio, disse que depositou esperança no Governo Lula para que os direitos dos ilhéus desapropriados de suas terras fossem enfim respeitados, mas começa a se desencantar porque o tempo está passando e o Governo age da mesma forma de outros do passado, frustrando o legítimo anseio de receber a indenização por suas terras desapropriadas. Vale ressaltar, também, o desabafo de outro ilhéu, presente à reunião, o Sr. Antonio Vieira da Silva, que desabafou: “Desde 1997, o Ibama só aparece para enganar”; enquanto houve quem invocasse o Estatuto do Idoso para pedir o imediato pagamento das indenizações, argumentando que os ilhéus desapropriados estão ficando velhos e, por conseqüência, necessitando de amparo e, sem o pagamento das indenizações, vêem-se mergulhados em situação de miséria. O que não faltaram, enfim, na reunião dos moradores desapropriados, foram críticas à atuação do Ibama, com acusações de que o órgão, ao contrário de agilizar os procedimentos, cria cada vez maiores obstáculos burocráticos, retardando indefinidamente o pagamento das indenizações. Outro orador, representante das lideranças, foi Pedro da Mata, vice-prefeito de Altônia, que levantou a questão de uma senhora da ilha que hoje não consegue ser reconhecida como trabalhadora rural porque mora no Parque Nacional e não é considerada como tal. Ele defendeu a tese de que os ilhéus que sempre viveram da agricultura de subsistência sejam reconhecidos como trabalhadores rurais.

Ao final da reunião foi aprovada a sugestão da vinda a Brasília de uma Comissão para reivindicar junto ao Presidente Lula e à Ministra do Meio Ambiente, Marina da Silva, a adoção de medidas concretas para o pagamento das indenizações.

Espero, sinceramente, senhor presidente, senhores senadores, que esta comissão obtenha êxito e que consiga, finalmente, sensibilizar estas autoridades para o drama em que vivem centenas de famílias do meu Estado que não pedem outra coisa senão aquilo que lhe é devido, ou seja, a justa retribuição financeira pela desapropriação de suas terras.

Era o que tinha a comunicar.

Muito obrigado.

**O SR. ARTHUR VIRGÍLIO** (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, meros entraves burocráticos são no Brasil impedimentos para o normal andamento de ações e trabalhos de natureza filantrópica. Por vezes, desanimam pessoas e entidades que se dedicam à educação e à assistência social.

Em Manaus, Capital do meu Estado, uma instituição salesiana, o Pró-Menor Dom Bosco, mantida com doações e convênios, enfrenta exatamente esse intrincado problema de filigranas burocráticas.

Há dois meses – para mencionar só um caso – o Pró-Menor Dom Bosco tenta sem êxito liberar dois motores que recebeu em doação de uma instituição do exterior.

Os motores, que fazem muita falta ao Pró-Menor, encontram-se retidos no porto de Manaus desde abril, com toda a documentação em ordem. Só não está em ordem a prestação das autoridades alfandegárias. E os motores correm risco de deterioração pela ferrugem.

Na semana passada, levei o caso ao conhecimento do Ministro Luiz Fernando Furlan, pedindo seu empenho para a pronta liberação dos motores do Pró-Menor de Manaus.

Conheço o trabalho desenvolvido no Amazonas por essa instituição, que atende a crianças carentes do Estado. É um trabalho meritório e que precisa ser preservado.

Que se desenrolem os trâmites burocráticos com urgência, já que, não há dúvida, não se trata de nada ilegal.

Era o que eu tinha a dizer.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE** (Alberto Silva. PMDB – PI) – Está encerrada a sessão.

*(Levanta-se a sessão às 17 horas e 10 minutos.)*

**OS Nº 13971**

**DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR FLEXA RIBEIRO NA SESSÃO DO DIA 22 DE JUNHO DE 2005, QUE ORA SE REPUBLICA PARA FAZER CONSTAR RETIFICAÇÕES EFETUADAS PELO ORADOR.**

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, representante do Pará e, portanto, amazônida, falo hoje muito à vontade sobre um dia de suma importância, especialmente para a minha região, e que pode ser o melhor exemplo da falta de articulação que marca o atual Governo.

Falo da Ordem do Dia da última quarta-feira, 15 de junho, em que ficou mais do que evidente o desconcerto do Governo petista do Presidente Lula. Falo do Projeto de Lei de Conversão à MP nº 239, de que fui Relator.

Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, a aprovação era de interesse do Governo, que, no entanto, demonstrou pouco esforço ou não soube, em sua soberba, caracterizar a importância da aprovação da MP, que caducaria no dia 20 de junho, segunda-feira passada.

O Governo Lula, sabem os Srs. Senadores e Senadoras e sabe a Nação, tem número suficiente para aprovar nesta Casa as matérias de sua iniciativa. Tem número, mas não tem humildade nem se esforça para que as votações possam fluir sem risco para os propósitos governistas.

A MP nº239, como todos sabiam, versava sobre as unidades de conservação da natureza, matéria de fato importante para a preservação das reservas ambientais brasileiras.

Fui relator desse projeto, Senador Cristovam Buarque, e, após examinar detidamente o seu mérito, entendi procedente o substitutivo proveniente da Câmara, proposição amplamente debatida e acordada pela nossa Bancada naquela Casa. Honrei o compromisso assumido pela liderança do Partido no Senado no sentido de apoiar, na integralidade, o texto procedente da Câmara.

Esta posição, favorável ao texto da Câmara, Sr. Presidente, Senador Tião Viana, foi comunicado à Ministra Marina Silva – por meio de sua assessoria par-

lamentar – ao Presidente Renan Calheiros – por mim diretamente – e ao Líder Aloizio Mercadante.

No entanto, ao longo da discussão da matéria no Senado, fui abordado por Senadores que divergiam da aprovação do texto precedente da Câmara. Busquei, ao longo da semana, com a ajuda permanente de nosso Líder, o consenso para que a votação no plenário ocorresse da forma mais tranqüila possível.

Não posso deixar de mencionar e enaltecer a grandeza da Bancada do PFL, cuja posição foi significativa para reconhecer a relevância e importância da matéria, especialmente dos eminentes Senadores José Agripino, Antonio Carlos Magalhães, César Borges, Heráclito Fortes e José Jorge.

Dessa forma, a matéria foi aprovada na quarta-feira passada, sem ser adiada, como se postulava, porque houve empenho, muito empenho. Não da Liderança do Governo. O grande artífice que nos conduziu à votação foi a Bancada de Oposição, a partir do empenho de seus Líderes.

Ficou, pois, muitíssimo claro que a Oposição brasileira da atualidade em nada se assemelha à velha Oposição petista. É uma Oposição responsável, que grita pela governabilidade.

Esta, Sr. Presidente, Sr<sup>as</sup> e Srs. Senadores, é a grande verdade do Brasil de hoje: o Governo está à deriva, sem que o timoneiro nem seus líderes percebam. Millôr Fernandes, na revista **Veja** desta semana, retrata a situação atual dizendo: “Esse governo é um barco a três. Um olha prum lado, outro rema pro outro. Sem patrão.”

Nobre Senador Mão Santa, o autoritarismo desse Governo é também cego e não permite que seus integrantes percebam que eles, os do PT, só logram êxitos no Legislativo por conta das Oposições, que se colocam no único caminho que, para nós, oposicionistas, tem validade. É o caminho da construção. Em favor do Brasil.

Quanto às lideranças e bancadas governistas, sua linguagem é apenas a que vem de uma cartilha, algo tão em voga no Governo, a cartilha da soberba. Pensam que podem tudo e o seu Governo só não desmorona porque há, aqui, uma oposição responsável.

Em diversas ocasiões, como na noite de terça-feira, surgem, aqui, as perguntas que deveriam constrianger a base aliada: **Por onde anda a maioria governista?**

A resposta, infelizmente, é uma só: devem estar em algum lugar, menos em plenário, maquinando

esquemas para sufocar as minorias, Presidente Tião Viana, como fizeram na eleição dos dirigentes da CPMI dos Correios. A tarde do grande blefe! O Governo sozinho na CPMI que já tem apelido, nascido no próprio PT: a CPMI Chapa Branca.

A base governista, diga-se a verdade, desrespeita as minorias e, sobretudo, o povo brasileiro. E essa base é a mesma que não vem votar aqui e, por isso, passa a depender das Oposições, mas nega às Oposições o direito de ocupar posições na CPMI dos Correios.

Foi o povo quem elegeu, Senador Mão Santa, uma Oposição para fiscalizar legitimamente os atos do Governo. Nós aqui estamos. A base aliada governista some. Não tem tempo para o Brasil.

Que se registre, pois, com o meu testemunho de Relator da MP 239: não foi a base aliada quem garantiu a sua aprovação. Não fosse a postura responsável das Oposições, o Governo seguramente estaria, agora, amargando mais uma derrota.

A medida foi aprovada porque aqui houve o reverso do que seria a linguagem da antiga Oposição petista. O reverso foi traduzido no esforço do Líder oposicionista Arthur Virgílio, esse extraordinário homem da Amazônia e, também, um Parlamentar que tem a visão voltada para o bem do Brasil.

Ao Governo, não os louros da vitória. Ao Governo fica mais uma lição. Uma lição que, como as outras, acabará por ficar no esquecimento.

**O Sr. Mão Santa** (PMDB – PI) – Senador Flexa Ribeiro, V. Ex<sup>a</sup> está sendo muito feliz quando demonstra ao País o valor da Oposição. Eu pediria a V. Ex<sup>a</sup> que fizesse uma reflexão. Rui Barbosa, que foi um dos ícones da Proclamação da República, foi Ministro da Fazenda de Deodoro e, depois, de Floriano, quando percebeu que queriam um continuísmo militar, disse: “Estou fora! Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério”. Então, ele passou mais de 30 anos nas Oposições, fazendo a grandeza da democracia e deste Parlamento em que estamos.

**O SR. FLEXA RIBEIRO** (PSDB – PA) – Muito obrigado, nobre Senador Mão Santa, pelo aparte de V. Ex<sup>a</sup>, que enriquece o meu pronunciamento.

Final, o Governo que aí está é o Governo do Desconcerto, nobre Senador Azeredo.

Desconcerto, sabemos, Presidente Tião Viana, significa desordem, desarranjo, transtorno, desarmonia, discordância. Ou seja, o retrato de corpo inteiro do Governo petista do Presidente Lula.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.



**COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL  
(52ª LEGISLATURA)**

	<b>BAHIA</b>	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	<b>RIO DE JANEIRO</b>	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		<b>SANTA CATARINA</b>
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	<b>MARANHÃO</b>	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Antonio Leite	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		<b>ALAGOAS</b>
PFL	Roseana Sarney	P - SOL	Heloísa Helena
	<b>PARÁ</b>	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		<b>SERGIPE</b>
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	<b>PERNAMBUCO</b>	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		<b>AMAZONAS</b>
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	<b>SÃO PAULO</b>	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Peres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		<b>PARANÁ</b>
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	<b>MINAS GERAIS</b>	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		<b>ACRE</b>
PMDB	Hélio Costa	BLOCO - PT	Tião Viana
	<b>GOIÁS</b>	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		<b>MATO GROSSO DO SUL</b>
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	<b>MATO GROSSO</b>	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Jonas Pinheiro		<b>DISTRITO FEDERAL</b>
BLOCO - PT	Serys Shlessarenko	PMDB	Valmir Amaral
	<b>RIO GRANDE DO SUL</b>	BLOCO - PT	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		<b>TOCANTINS</b>
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	<b>CEARÁ</b>	BLOCO - PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		<b>AMAPÁ</b>
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	<b>PARAÍBA</b>	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		<b>RONDÔNIA</b>
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	<b>ESPÍRITO SANTO</b>	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		<b>RORAIMA</b>
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	<b>PIAUI</b>	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Wirlande da luz

**COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**  
**1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS**  
**(27 titulares e 27 suplentes)**

**Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL**

TITULARES	SUPLENTE
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Slhessarenko
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
 Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
 Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
 E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)



**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A  
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS  
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho  
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.  
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344  
E – Mail: [sscomcae@senado.gov.br](mailto:sscomcae@senado.gov.br)

**2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS**  
**(21 titulares e 21 suplentes)\***

**Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB**  
**Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

\* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE**  
**(8 titulares e 8 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)



**2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO**  
**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo  
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113515 Fax: 3113652  
E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE**

(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: [sscomcas@senado.gov.br](mailto:sscomcas@senado.gov.br)

**3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomccj@senado.gov.br](mailto:sscomccj@senado.gov.br)



**3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM  
CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA  
PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR  
(5 membros)**

**3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA  
(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:  
Relator: Geral:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Gildete Leite de Melo  
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3113972 Fax: 3114315  
E – Mail: [sscomcej@senado.gov.br](mailto:sscomcej@senado.gov.br)

**4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**  
(27 titulares e 27 suplentes)

**Presidente: Senador Hélio Costa - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho – PDT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	2. Jonas Pinheiro – PFL
José Jorge – PFL	3. João Ribeiro – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. José Agripino – PFL
Roseana Sarney – PFL	5. Marco Maciel – PFL
(vago – cedida ao PDT) – PFL *	6. Romeu Tuma – PFL
Teotônio Vilela Filho – PSDB	7. Leonel Pavan – PSDB
Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)	8. Alvaro Dias – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	9. Lúcia Vânia – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Tasso Jereissati – PSDB
<b>PMDB</b>	
Hélio Costa	1. João Batista Motta
Maguito Vilela	2. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	3. Mário Calixto
Gerson Camata	4. Papaléo Paes
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
José Maranhão	6. Luiz Otávio
Leomar Quintanilha	7. Romero Jucá
Gilberto Mestrinho**	8. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Paulo Paim
Cristovam Buarque	2. Aloizio Mercadante
Fátima Cleide	3. Fernando Bezerra
Flávio Arns	4. Delcídio Amaral
Ideli Salvatti	5. Antonio Carlos Valadares
Roberto Saturnino	6. Francisco Pereira
Sérgio Zambiasi	7. Patrícia Saboya Gomes
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca

\* Vaga cedida ao PDT, conforme Ofício nº 014/05-GLPFL, de 17.02.2005

\*\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA  
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:  
Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 3113498 Fax: 3113121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**  
(9 titulares e 9 suplentes)

**PRESIDENTE:**  
**VICE-PRESIDENTE:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares  
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.  
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121  
E – Mail: [julioric@senado.gov.br](mailto:julioric@senado.gov.br).

**4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE**  
(7 titulares e 7 suplentes)



**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E  
CONTROLE**  
(17 titulares e 17 suplentes)

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB**  
**Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
<b>PMDB</b>	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS  
(5 titulares e 5 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”**  
(5 titulares e 5 suplentes)

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**  
**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho  
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.  
Telefone: 3113935 Fax: 3111060  
E – Mail: [jcarvalho@senado.gov.br](mailto:jcarvalho@senado.gov.br).

**6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT**  
**Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Serys Shhessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos  
Telefone 3111856 Fax: 3114646  
E – Mail: [mariadul@senado.br](mailto:mariadul@senado.br) .



**7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL**  
**(19 titulares e 19 suplentes)**

**Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT**  
**Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS  
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

**(7 titulares e 7 suplentes)**

**Presidente: Senador**

**Vice-Presidente:**

**Relator:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA**  
(7 titulares e 7 suplentes)

**Presidente:**

**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
<b>PMDB</b>	
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
<b>PDT</b>	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello  
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa  
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.  
E – Mail: [luciamel@senado.gov.br](mailto:luciamel@senado.gov.br)

**8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA**  
(23 titulares e 23 suplentes)

**Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL**  
**Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
<b>Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
<b>PDT</b>	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente  
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa  
Telefone: 3114607 Fax: 3113286  
E – Mail: [cantony@senado.gov.br](mailto:cantony@senado.gov.br).



**9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB**  
**Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
<b>PMDB</b>	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
<b>PDT</b>	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

\* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

**10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA**  
**(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente:**  
**Vice-Presidente:**

<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
<b>Bloco da Minoria (PFL e PSDB)</b>	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
<b>PMDB</b>	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
<b>Bloco de Apoio ao Governo ( PT, PSB, PTB, PL e PPS)</b>	
Flávio Arns	1. Serys Slhessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
<b>PDT</b>	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

**CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

**COMPOSIÇÃO**  
(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

**1ª Eleição Geral:** 19.04.1995  
**2ª Eleição Geral:** 30.06.1999

**3ª Eleição Geral:** 27.06.2001  
**4ª Eleição Geral:** 13.03.2003

**Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA** <sup>13</sup>  
**Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES** <sup>2</sup>

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago) <sup>10</sup>			1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. Gerson Camata <sup>11</sup>	ES	3256
Luiz Otávio	PA	3050	4. Alberto Silva	PI	3055
PFL <sup>5</sup>					
Paulo Octávio	DF	2011	1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. César Borges <sup>4</sup>	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. Maria do Carmo Alves <sup>12</sup>	SE	1306
PT <sup>1</sup>					
Heloísa Helena <sup>14</sup>	AL	3197	1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago) <sup>8</sup>			3. Eduardo Suplicy <sup>3</sup>	SP	3213
PSDB <sup>5</sup>					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. (Vago) <sup>16</sup>		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca <sup>7</sup>	MS	1128	1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB <sup>1</sup>					
(Vago) <sup>6</sup>			1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB <sup>1</sup> , PL <sup>1-15</sup> e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. (Vago) <sup>9</sup>		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(atualizada em 09.08.2004)

**Notas:**

<sup>1</sup> Partidos pertencentes ao **Bloco de Apoio ao Governo** (PT/PTB/PSB/PL), constituído na Sessão do SF de 1.2.2003.

<sup>2</sup> Eleito Vice-Presidente em 18.3.2003, na 1ª Reunião do Conselho.

<sup>3</sup> Eleito na Sessão do SF de 18.3.2003.

<sup>4</sup> Eleito na Sessão do SF de 19.3.2003.

<sup>5</sup> Partidos pertencentes à **Liderança Parlamentar da Minoria** (PFL/PSDB), constituída na Sessão do SF de 29.4.2003.

<sup>6</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Geraldo Mesquita Júnior** (Bloco/PSB-AC) até 6.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003.

<sup>7</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Jefferson Péres** (PDT-AM) até 7.5.2003, quando anunciou, em Plenário, seu desligamento do Conselho, formalizado em comunicação lida na Sessão do SF de 8.5.2003. O Senador **Juvêncio da Fonseca** foi designado para essa vaga na Sessão do SF de 01.10.2003.

<sup>8</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Flávio Arns** (Bloco/PT-PR) até 8.5.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF desse dia. O Senador **Eurípedes Camargo** (Bloco PT-DF) foi eleito para essa vaga na Sessão do SF de 03.12.2003 e deixou o exercício do mandato em 23.1.2004, em decorrência do retorno do titular.

<sup>9</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Marcelo Crivella** (Bloco PL-RJ) até 13.8.2003, quando se desligou do Conselho, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>10</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Juvêncio da Fonseca** (PDT-MS) até 01.10.2003, quando foi designado, em Plenário, para a vaga do PDT, partido ao qual se filiou em 11.09.2003.

<sup>11</sup> Desfilou-se do PMDB em 15.9.2003, conforme comunicação lida na Sessão do SF dessa data.

<sup>12</sup> Vaga ocupada pelo Senador **Renildo Santana** (PFL-SE), no período de 19.3 a 15.9.2003. A Senadora **Maria do Carmo Alves** (PFL-SE) foi eleita para essa vaga na Sessão do SF de 18.9.2003.

<sup>13</sup> Eleito Presidente do Conselho na 9ª Reunião, realizada em 12.11.2003, para completar o mandato exercido pelo Senador **Juvêncio da Fonseca**, que renunciou ao cargo em 25.09.2003.

<sup>14</sup> Na Sessão de 29.01.2004, foi lido o Ofício nº 039/04-GLDBAG, de 29.1.2004, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, comunicando o desligamento da Senadora do Partido dos Trabalhadores.

<sup>15</sup> Desligou-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme comunicação lida na Sessão do SF de 13.04.2004.

<sup>16</sup> O Senador Reginaldo Duarte deixou o exercício do mandato em 03.08.2004 em razão do retorno do titular, Senador Luiz Pontes

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP) - Telefones: 311-4561 e 311-5255

sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

**CORREGEDORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução nº 17, de 1993)

**COMPOSIÇÃO**

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG)	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

Composição atualizada em 25.03.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5259  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)



**PROCURADORIA PARLAMENTAR**  
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

**COMPOSIÇÃO**

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

Atualizado em 16.5.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA  
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)  
Telefones: 311-4561 e 311-5257  
[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## **CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ**

Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,  
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

### **COMPOSIÇÃO**

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko  
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

<b>PMDB</b>
Senador Papaléo Paes (AP)
<b>PFL</b>
Senadora Roseana Sarney (MA)
<b>PT</b>
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
<b>PSDB</b>
Senadora Lúcia Vânia (GO)
<b>PDT</b>
Senador Augusto Botelho (RR)
<b>PTB</b>
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
<b>PSB</b>
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) - Sem partido
<b>PL</b>
Senador Magno Malta (ES)
<b>PPS</b>
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE)

Atualizada em 09.03.2005

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)

Telefones: 311-4561 e 311-5259

[sscop@senado.gov.br](mailto:sscop@senado.gov.br)

## ÍNDICE ONOMÁSTICO

	Pág.		Pág.
<b>ALBERTO SILVA</b>		Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de Procurador-Geral da República. ....	263
Demonstra apoio à CPI dos Correios, presidida pelo Senador Delcídio Amaral. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	78	Registra o pronunciamento do Presidente Lula na cerimônia de abertura do Congresso Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária em Luziânia/GO. ....	263
Reflete a respeito da crise política no país..	165	Resposta às críticas da oposição dirigidas aos discursos do Presidente Lula, referentes às denúncias de corrupção no governo. ....	366
Demonstra preocupação com a ausência de política destinada a minorar o problema do desemprego. ....	351	Debate sobre o cenário político atual e realiza defesa da instalação, na Câmara dos Deputados, de CPI destinada a investigar as denúncias de pagamento de “mensalão”. ....	511
Tece considerações a respeito de projeto de recuperação de estradas. ....	351	Realiza réplica ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio a respeito da CPI. ....	517
Tece considerações a respeito de projeto do biodiesel. ....	351		
<b>ALMEIDA LIMA</b>		<b>ALVARO DIAS</b>	
Comenta a matéria “A maior crise de Lula”, publicada na revista <b>Veja</b> , edição de 25 de maio de 2005.	125	Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2005, que altera a Lei nº 4.950-A, de 22 de abril de 1966, para estender aos técnicos de nível médio, regularmente inscritos nos Conselhos Regionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, o piso salarial mínimo. .	59
<b>ALOÍZIO MERCADANTE</b>		Tece comentário ao pronunciamento do Senador Edison Lobão a respeito da recomposição salarial dos militares das Forças Armadas da mesma forma que estão sendo atendidas a polícia judiciária e militar dos Estados e do Distrito Federal. Aparte ao Senador Edison Lobão. ....	71
Trata a respeito das providências adotadas pelo governo em relação ao caso Waldomiro Diniz. ....	210	Exalta a importância de uma investigação imparcial na CPI dos Correios. ....	214
Discorre a respeito de ações do Governo Lula em favor da reforma agrária. ....	210	Solicita ao Presidente Lula a investigação dos indícios de corrupção de seu governo. Aparte à Senadora Heloísa Helena.....	247
Realiza análise do episódio envolvendo funcionário da ECT em denúncia de corrupção. ....	212	Tece considerações a respeito de dados da política econômica do Governo Lula. ....	276
Esclarece matéria divulgada pelo jornal <b>Folha de S.Paulo</b> sobre negociação entre o governo do Acre e a empresa Nova Data. ....	212	Tece considerações a respeito da corrupção que atinge o governo. ....	281
Faz homenagem a Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte. ....	263	Trata da instalação do Conselho de Combate à Corrupção. Aparte ao Senador Heráclito Fortes.	522
Registra o falecimento da mãe da Senadora Ideli Salvatti. ....	263		
Realiza registro do falecimento de Paulo Affonso Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Mesa da Câmara dos Deputados. ....	263		
Registra aprovação, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do nome Sr. Antonio			

	Pág.		Pág.
Realiza registro de reunião da Comissão de Direitos Humanos, da Assembléia Legislativa do Paraná, para tratar do pagamento das indenizações devidas pela União às famílias desalojadas da Ilha Grande, no Entorno do Lago Itaipu, após a criação do Parque Nacional de Ilha Grande. ....	532	mandato do doutor Cláudio Lemos Fonteles, com mandato de 2 anos”. ....	219
<b>ANA JÚLIA CAREPA</b>			
Pede esclarecimentos às denúncias de corrupção realizadas pelo Deputado Roberto Jefferson. Aparte ao Senador Siba Machado. ....	234	Realiza críticas ao Presidente Lula pela decisão de cancelamento de empréstimo junto ao Banco Mundial, destinado às obras do metrô da capital baiana. ....	248
Realiza homenagem de pesar pelo falecimento da mãe da Senadora Ideli Salvatti. ....	236	Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. ....	267
Tece considerações a respeito do pronunciamento do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre o sistema de cooperativas, em Luziânia, Goiás. ..	322	Parecer nº 1.020, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que acrescenta dois artigos à Lei nº 8.987, Lei de Concessão e Permissão de prestação de serviços públicos, que impedem que concessionárias e permissionárias de serviço público interrompam a prestação de bens ou serviços sem aviso prévio ao consumidor e que efetivem na cobrança da conta mensal diferenças relativas a contas já pagas e dá outras providências. ....	294
Explica o porquê de não ter concedido o aparte ao Senador César Borges, alegando que os discursos estavam ficando demasiadamente longos. ....	342	Requerimento nº 663, de 2005, que requer sejam encaminhados votos de congratulações ao Professor Doutor MIGUEL SROUGI por sua condução à titularidade da Cadeira de Urologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo – USP. ....	314
Comenta o pronunciamento do Senador Efraim Moraes a respeito das denúncias de corrupção no Brasil. Aparte ao Senador Efraim Moraes. .	344	Atesta que o PFL não defende a queda de Lula e classifica de gravíssima a situação do País. ....	447
Registra seminário realizado em Santarém, no estado do Pará, sobre o desenvolvimento sustentável da Amazônia. ....	381	Felicita o Senador Flávio Arns pelo pronunciamento a respeito das dificuldades políticas que o país vem passando. Aparte ao Senador Flávio Arns. ....	474
Comenta o pronunciamento do Senador Siba Machado a respeito dos acontecimentos que estão ocorrendo no cenário político brasileiro. Aparte ao Senador Siba Machado. ....	452	Comenta o pronunciamento no qual o Senador Aloízio Mercadante debate sobre o cenário político atual e realiza defesa da instalação, na Câmara dos Deputados, de CPI destinada a investigar as denúncias de pagamento de “mensalão”. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. ....	512
Tece considerações sobre as denúncias de corrupção e a conseqüente necessidade de sua apuração. ....	503	Defende a democracia no Brasil. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	517
Registra reunião com representantes do setor de energia sobre fornecimento para a região Amazônica. ....	503	<b>ANTÔNIO CARLOS VALADARES</b>	
Realiza questionamentos sobre a implantação de projeto destinado à assistência social a pequenos agricultores no Estado do Pará. ....	503	Discorre a respeito da necessidade de amadurecimento das instituições democráticas brasileiras para enfrentamento da atual crise política. ....	260
<b>ANTONIO CARLOS MAGALHÃES</b>			
Trata da importância, para a apuração das denúncias de corrupção nos Correios, da atuação do relator e do presidente da CPI. ....	191	<b>ANTÔNIO LEITE</b>	
Parecer nº 1.019, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre a Mensagem (SF) nº 160, de 2005, do Presidente da República (Mensagem nº 362, de 2005, na origem), que “submete à apreciação do Senado Federal o nome do senhor Antônio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de procurador-geral da república, na vaga decorrente do término do		Realiza apelo ao Ministério dos Transportes para recuperação de rodovias do Maranhão. ....	374
		Trata da importância das pesquisas científicas para o combate ao câncer e da necessidade	



Pág.		Pág.
	da implantação do Hospital do Câncer no Estado do Maranhão. ....	472
<b>ARTHUR VIRGÍLIO</b>		
	Comenta o pronunciamento do Senador Edison Lobão a respeito da recomposição salarial dos militares das Forças Armadas da mesma forma que estão sendo atendidas a polícia judiciária e militar dos Estados e do Distrito Federal. Aparte ao Senador Edison Lobão. ...	71
	Comenta as acusações feitas ao Senador Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	79
	Comenta o início desacertado da CPI dos Correios. ....	110
	Transcreve o artigo “De volta ao apartamento de Roberto Jefferson”, publicado no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 4 de junho de 2005. ....	119
	Requerimento nº 647, de 2005, que requer voto de aplauso à Brasília Super Rádio FM, pelo transcurso de seu jubileu de prata. ....	140
	Demonstra expectativa quanto à reassunção no mandato de deputado federal pelo ex-Chefe da Casa Civil, José Dirceu.....	178
	Critica o Ministro da Saúde, Humberto Silva, pela demora na aprovação das normas criadas pela Câmara Técnica do Fígado, em março último, solicitando a prioridade para os transplantes de fígado em pacientes em casos de comprovada gravidade. ....	208
	Requerimento nº 649, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento do músico Mestre Zé Paulo, ocorrido em 14 de junho de 2005. ....	223
	Requerimento nº 650, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento da cantora e atriz Norma Suely, ocorrido em 14 de junho de 2005. .	224
	Tece considerações a respeito da crise política no Governo Federal. ....	240
	Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. ....	266
	Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. ....	268
	Requerimento nº 657, de 2005, que requer sejam solicitadas ao Presidente do Banco Central do Brasil (BCB) informações sobre multas aplicadas aos importadores, por aquela instituição bancária..	270
	Demonstra apoio à manifestação ocorrida em favor da urgente aprovação do projeto de decreto legislativo que marca a data do plebiscito do desarmamento. ....	277
	Registra novo recorde de exportações de produtos fabricados no Pólo Industrial de Manaus. ...	277
	Requerimento nº 660, de 2005, que requer Voto de Aplauso à Jornalista Miriam Leitão, contemplada com o Prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade de Columbia dos Estados Unidos, que seja levado ao conhecimento da homenageada e à Rede Globo de Televisão. ....	313
	Afirma que o Presidente Lula é responsável pelo aprofundamento da crise política brasileira. .	355
	Encaminha à Mesa, para que seja publicado nos Anais, artigo publicado pelo jornal <b>O Globo</b> , intitulado “Ser direito dá cadeia”, do jornalista Elio Gaspari. ...	363
	Discorre a respeito da responsabilidade social levada a sério com uma gestão sustentável dos investimentos. ....	390
	Reflete a respeito da postura adotada pela Oposição na defesa da apuração das denúncias de corrupção. ....	506
	Realiza defesa da honra do Senhor Antônio Carlos Hummel, Diretor de Floresta do Ibama. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. ....	513
	Responde ao pronunciamento do Senador Aloízio Mercadante a respeito da CPI. ....	515
	Reflete sobre a postura adotada pela Oposição na defesa da apuração das denúncias de corrupção. ....	519
	Apela às autoridades alfandegárias pela liberação de motores destinados à instituição salesiana Pró-Menor Dom Bosco, em Manaus. ....	533
<b>AUGUSTO BOTELHO</b>		
	Comenta o pronunciamento do Senador Mozarildo Cavalcanti a respeito do descuido dos órgãos responsáveis pela saúde pública no Brasil pela falta de ações preventivas para evitar a epidemia da dengue nos Estados da Região Norte. Aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti. ....	388
	Comenta o pronunciamento do Senador Jonas Pinheiro a respeito de manifestação de agricultores em Brasília, por melhores condições de financiamento para o setor agrícola. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. .	430
<b>CÉSAR BORGES</b>		
	Comenta a decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de afastamento do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu. ....	188
	Protesta contra decisão anunciada pelo Governo Federal de cancelar em definitivo o empréstimo com o Banco Mundial para construção do Metrô na cidade de Salvador. ....	237

	Pág.		Pág.
Projeto de Resolução nº 58, de 2005, que autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscientos mil dólares dos Estados Unidos da América), com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. ....	310	Comenta a escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	260
Realiza críticas ao Governo Federal. ....	342	<b>DEMÓSTENES TORRES</b>	
Protesta contra a atividade antiparlamentar da Senadora Ana Júlia Carepa ao não permitir o aparte do orador. ....	342	Discorre a respeito da política do Banco do Brasil para o Estado de Goiás. ....	179
Afirma que não há apuração das denúncias de corrupção no Brasil. Aparte ao Senador Efraim Morais. ....	343	Tece comentários ao pronunciamento do Senador César Borges a respeito da decisão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva de afastamento do Ministro Chefe da Casa Civil, José Dirceu. Aparte ao Senador César Borges. ....	189
<b>CRISTOVAM BUARQUE</b>		Parecer nº 1.022, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 156, de 2005 (347/2005 na origem), do Presidente da República, que encaminha ao Senado Federal proposta para que seja autorizada a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo no valor total de até US\$38.600.000,00 (trinta e oito milhões e seiscientos mil dólares dos Estados Unidos da América), de principal, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, de principal, para o financiamento parcial do Programa de Mobilização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros – PROMOEX. ....	307
Demonstra indignação diante das acusações feitas ao Senador Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	79	Comenta o chamado do Deputado José Dirceu para que o MST venha às ruas. ....	383
Congratula-se com o Senador Marco Maciel pelo lançamento de documentos que marcam uma nova etapa do Partido da Frente Liberal – PFL, no encontro denominado “Congresso da re-fundação” realizado nos dias 16 e 17 de junho de 2006. Aparte ao Senador Marco Maciel. ....	159	Tece comentários ao pronunciamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva realizado em clubes militares sobre reajuste para os servidores militares. ....	383
Discorre a respeito da crise política no país. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	167	<b>EDISON LOBÃO</b>	
Fala a respeito da escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	260	Defende a recomposição salarial dos militares das Forças Armadas da mesma forma que estão sendo atendidas a polícia judiciária e militar dos Estados e do Distrito Federal. ....	70
Louva o discurso do Senador Flávio Arns, que critica a acusação de existir no país uma oposição golpista. Aparte ao Senador Flávio Arns. ....	476	Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. ....	269
Tece comentários ao pronunciamento da Senadora Heloísa Helena a respeito das denúncias de corrupção nos governos passado e atual. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	527	<b>EDUARDO AZEREDO</b>	
<b>DELCÍDIO AMARAL</b>		Tece considerações a respeito do artigo “Sair da crise”, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 5 de junho de 2005. ....	124
Tece considerações a respeito dos trabalhos a serem desenvolvidos pela CPMI dos Correios. ....	72	Demonstra solidariedade ao pronunciamento do Senador Antônio Carlos Magalhães a respeito da descontinuidade das obras do metrô da capital	
Demonstra apoio ao ex-Ministro José Dirceu. ....	72		
Trata da questão enfrentada pela Petrobrás envolvendo o suprimento e transporte de gás natural da Bolívia. ....	72		
Afirma que a CPI não é feita apenas para punir, mas pode também melhorar práticas administrativas governamentais e das empresas estatais. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	93		

	Pág.		Pág.
baiana. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	250	Anuncia que haverá, no Senado Federal, sessão de exibição de filme que conta a saga da migração do povo japonês para o Brasil. ....	374
Requerimento nº 661, de 2005, que requer seja oficiado, ao Desembargador Hugo Bengtsson, votos de congratulações pela sua eleição no dia 20 de junho de 2005, como novo Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJMG. ....	313	EDUARDO SUP LICY	
Demonstra preocupação com o desgaste da imagem do Congresso Nacional em virtude de denúncias de corrupção. ....	377	Comenta a decisão do Supremo Tribunal Federal quanto à indicações para composição da CPI dos Bingos. ....	378
Trata da retomada de duplicação da BR-040, no Estado de Minas Gerais. ....	377	Realiza encaminhamento do apelo da Sra. Izabel Vasconcelos, irmã do engenheiro seqüestrado no Iraque, ao Presidente da República. ....	378
Comenta o encaminhamento do apelo da Sra. Izabel Vasconcelos, irmã do engenheiro seqüestrado no Iraque, ao Presidente da República. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	379	Trata da assunção, na Casa Civil, da Ministra Dilma Roussef como Ministra Chefe da Casa Civil. ....	378
Tece comentários ao pronunciamento no qual o Senador Antônio Carlos Magalhães atesta que o PFL não defende a queda de Lula e classifica de gravíssima a situação do País. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	449	Defende o comparecimento do Presidente do Banco Central, Sr. Henrique Meirelles, à Comissão de Assuntos Econômicos – CAE, para prestar esclarecimentos sobre os critérios utilizados pelo Comitê de Política Monetária (COPOM) para definição mensal da taxa de juros básica Selic. ....	432
Elogia o discurso do Senador Flávio Arns, que critica a acusação de existir no país uma oposição golpista. Aparte ao Senador Flávio Arns. ....	474	Apresenta relatório sobre as principais conclusões do seminário internacional sobre políticas contra a fome, realizado em Berlim, Alemanha, do qual S.Exa. participou representando o Senado. .	432
Encaminha requerimento para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o projeto de construção do ramal ferroviário ligando Pirapora a Unai, em Minas Gerais. ....	477	Afirma que as acusações de corrupção no Governo Federal serão apuradas. Aparte ao Senador José Jorge. ....	446
Salienta os avanços da Reforma Política. ...	477	Comenta o pronunciamento no qual o Senador Antônio Carlos Magalhães atesta que o PFL não defende a queda de Lula e classifica de gravíssima a situação do País. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	448
Requerimento nº 666, de 2005, que requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o projeto de construção do ramal ferroviário ligando Pirapora a Unai em Minas Gerais. ....	478	EFRAIM MORAIS	
Discorre a respeito de votação de projeto a respeito da renegociação da dívida dos microprodutores rurais. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	500	Tece comentários a respeito de matérias publicadas na imprensa sobre a crise política. ....	104
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		Solicita transcrição de artigo publicado pela Revista <b>Veja</b> , intitulado “Lula em seu labirinto”, do jornalista André Petry. ....	160
Comenta a substituição do superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do Estado do Tocantins, por promover a substituição de famílias assentadas no campo há cerca de 20 anos por outras recém-chegadas. Aparte ao Senador Nezinho Alencar. ....	229	Comenta o depoimento do Sr. Maurício Marinho na CPI dos Correios. ....	342
Requerimento nº 662, de 2005, que requer informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre repasse de recursos a Organizações Não-Governamentais firmados entre a Superintendência Regional do INCRA, no Estado do Tocantins. ....	313	Parabeniza o Senador Paulo Paim pelo pronunciamento a respeito da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	345
		Refuta as atribuições da crise política ao Congresso Nacional diante das diversas denúncias de corrupção no Governo Federal. ....	386
		FLÁVIO ARNS	
		Fala da necessidade de caracterização da genética como política pública. ....	278

	Pág.		Pág.
Reflete a respeito das dificuldades políticas que o país vem passando. ....	473	Discorre a respeito da necessidade de instalação de Comissões Parlamentares de Inquérito. Aparte ao Senador Heráclito Fortes. ....	522
<b>FLEXA RIBEIRO</b>		Realiza comentários ao pronunciamento da Senadora Heloísa Helena a respeito das denúncias de corrupção nos governos passado e atual. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	527
Tece considerações acerca da matéria “A agenda presidencial”, publicada no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 18 de maio de 2005. ....	127	<b>GERSON CAMATA</b>	
Comenta matéria intitulada “Ao vencedor, os problemas”, publicada no jornal <b>O Estado de S. Paulo</b> , edição de 20 de maio de 2005. ....	197	Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2005, que confere isenção do pagamento de foro e taxas de ocupação, relativos aos terrenos de marinha e acrescidos, aos templos de qualquer culto e às instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos. ....	289
Tece considerações a respeito do desinteresse do Governo Federal em relação ao Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória 239, que versa sobre as unidades de conservação da natureza. .	375	<b>HÉLIO COSTA</b>	
Registra artigo intitulado “Bravata ontem, bravata hoje”, do jornalista Clovis Rossi, do jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 23 de junho de 2005. ....	479	Parecer nº 1.018, de 2005, da Comissão de Educação, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 1.267, de 2004 (nº 1.039/2003, na Câmara dos Deputados), que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Eldorado de Mineiros Ltda., para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Mineiros, Estado de Goiás. ..	1
Trata de votação de projeto a respeito da renegociação da dívida dos microprodutores rurais. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	500	Projeto de Lei do Senado nº 230, de 2005, que dispõe que os crimes de corrupção na Administração Pública são inafiançáveis e imprescritíveis. ....	288
Discorre a respeito do desinteresse do Governo Federal em relação ao Projeto de Lei de Conversão à Medida Provisória 239, que versa sobre as unidades de conservação da natureza. ....	533	Discorre a respeito da importância da instalação da CPI destinada a investigar as irregularidades na emigração ilegal de brasileiros. ....	369
<b>GARIBALDI ALVES FILHO</b>		Agradece o Senador Eduardo Suplicy pelo empenho e dedicação no caso do engenheiro seqüestrado no Iraque, João José Vasconcellos. Aparte ao Senador Eduardo Suplicy. ....	380
Realiza apelo pela votação da reforma política em tramitação na Câmara dos Deputados. ....	368	<b>HELOÍSA HELENA</b>	
Parecer nº 1.023, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 2003 (nº 3.464/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que autoriza a transferência das cotas representativas da participação da União no capital da empresa Serviços Aéreos Especializados Médico-Hospitalar Conceição LTDA. ....	405	Comenta a saída do Ministro-Chefe da Casa Civil, José Dirceu. ....	99
<b>GERALDO MESQUITA JÚNIOR</b>		Solidariza-se com o Senador Mão Santa pela homenagem ao Líder do PDT, Leonel de Moura Brizola, pela passagem de um ano de sua morte, lembrando sua atuação na vida política brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	232
Critica a condução da política econômica quanto ao pagamento da dívida externa. ....	155	Comenta os indícios de corrupção no governo Lula. ....	245
Critica a condução da política econômica quanto ao pagamento da dívida externa. ....	185	Requerimento nº 655, de 2005, que solicita Voto de Lembrança pelo transcurso do primeiro aniversário de falecimento de Leonel Brizola. ....	265
Anuncia que o Supremo Tribunal Federal encontra-se em processo de apreciação e votação da CPI dos Bingos. ....	365	Tece considerações a respeito das denúncias de corrupção nos governos passado e atual. ....	525
Louva o discurso do Senador Flávio Arns, que critica a acusação de existir no país uma oposição golpista. Aparte ao Senador Flávio Arns. ....	475		



	Pág.		Pág.
<b>HERÁCLITO FORTES</b>		<b>JEFFERSON PERES</b>	
Discorda das acusações feitas ao Senador Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	78	Homenageia o Líder do PDT, Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte. Aparte ao Senador Osmar Dias. ....	236
Realiza comentários acerca da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	93	Demonstra preocupação com a crise política no Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	241
Comenta matéria, do Jornal <b>Correio Brasileiro</b> , de 17 de junho de 2005, intitulada “De Volta ao Congresso”. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	98	<b>JOÃO BATISTA MOTTA</b>	
Trata a respeito da crise política no País. ...	101	Tece considerações sobre o veto do CADE, às negociações de venda da fábrica de chocolates “Garoto”. ....	477
Culpa o Ministro Olívio Dutra pela decisão de cancelar em definitivo o empréstimo com o Banco Mundial para construção do Metrô na cidade de Salvador. Aparte ao Senador César Borges. ....	238	Parabeniza o Senador Leonel Pavan pelo pronunciamento no qual é registrado encontro dos produtores de arroz, ocorrido em Araranguá-SC. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	501
Faz comentários à decisão anunciada pelo Governo Federal de cancelar em definitivo o empréstimo com o Banco Mundial para construção do Metrô na cidade de Salvador. Aparte ao Senador César Borges. ....	239	<b>JOÃO CAPIBERIBE</b>	
Comenta o pronunciamento do Senador Antônio Carlos Magalhães a respeito da descontinuidade das obras do metrô da capital baiana. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	251	Trata da importância da Reforma Política em curso na Câmara dos Deputados. ....	450
Trata a respeito de irregularidades na manipulação dos recursos dos maiores fundos de pensão do país. ....	252	<b>JONAS PINHEIRO</b>	
Comenta a escolha da Ministra Dilma Rousseff para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	259	Reivindica recursos para setores do agronegócio atingidos por dificuldades econômicas. ....	370
Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. ....	266	Anuncia manifestação de agricultores em Brasília, por melhores condições de financiamento para o setor agrícola. ....	430
Comenta o pronunciamento do Senador Leonel Pavan, que afirma que a oposição não é golpista conforme anuncia o governo. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	350	<b>JORGE BORNHAUSEN</b>	
Comenta o pronunciamento da Senadora Ana Júlia Carepa a respeito das denúncias de corrupção e a conseqüente necessidade de sua apuração. Aparte à Senadora Ana Júlia Carepa. ....	505	Realiza análise de fatos que envolvem o Partido dos Trabalhadores em denúncias de corrupção. ....	361
Trata da falta de coerência do Partido dos Trabalhadores. ....	520	Critica a posição adotada pelo Presidente Lula em seus discursos, diante das denúncias de corrupção no governo. ....	361
<b>IDELI SALVATTI</b>		<b>JOSÉ AGRIPINO</b>	
Denuncia disputa dos veículos de comunicação, no caso das denúncias de corrupção no governo. ....	141	Comenta o pronunciamento do Senador Marco Maciel a respeito do transcurso, em 10 de junho, do dia Nacional da Língua Portuguesa. Aparte ao Senador Marco Maciel. ....	67
Registra ações tomadas pelo governo em prol do combate à corrupção. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. ....	211	Discorre a respeito da importância da isenção nas investigações da CPI dos Correios. ....	68
		Cumprimenta o Senador Edison Lobão pela qualidade do pronunciamento a respeito do valor do salário dos militares. Aparte ao Senador Edison Lobão. ....	72

	Pág.		Pág.
Discorre a respeito dos trabalhos pelo Senador Delcídio Amaral na CPMI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	73		
Afirma que as acusações feitas ao Senador Delcídio Amaral devem-se ao objetivo de tirar a credibilidade do presidente da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	78		
Registra viagem de S.Exa. a São Paulo, onde constatou a indignação da população com os últimos acontecimentos políticos no país. ....	261		
Tece considerações a respeito do depoimento do Sr. Maurício Marinho perante a CPI dos Correios. ....	362	Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério de Minas e Energia, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	480
<b>JOSÉ JORGE</b>			
Tece considerações acerca do funcionamento da CPI dos Correios. ....	236	Requerimento nº 668, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado das Relações Exteriores, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	480
Critica a decisão anunciada pelo Governo Federal de cancelar em definitivo o empréstimo com o Banco Mundial para construção do Metrô na cidade de Salvador. Aparte ao Senador César Borges. ...	238	Requerimento nº 669, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Previdência Social, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	481
Trata da importância da PEC Paralela. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	346	Requerimento nº 670, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	481
Registra a conclusão, pelo Supremo Tribunal Federal, do Mandado de Segurança proposto por diversos Senadores, para que o Presidente do Senado indique os membros dos Partidos da base do Governo para comporem a CPI dos Bingos. ....	380	Requerimento nº 671, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Meio Ambiente, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	482
Tece comentários ao chamado do Deputado José Dirceu para que o MST venha às ruas. Aparte ao Senador Demóstenes Torres. ....	384	Requerimento nº 672, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Justiça a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	482
Comunica à Mesa o não comparecimento do Ministro Nilmário Miranda à reunião do Conselho Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça. ....	385	Requerimento nº 673, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Integração Nacional, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	483
Parecer nº 1.024, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2005 (nº 6.999/2002, na origem), de iniciativa do Presidente da República, que dispõe sobre a criação de funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e dá outras providências. ....	407		
Aconselha o Presidente Lula a não defender pessoas acusadas de corrupção pela imprensa. .	445		
Manifesta satisfação diante da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de determinar ao presidente do Senado que indique os integrantes da CPI dos Bingos. ....	445		
Reivindica que o Governo colabore nas investigações de corrupção. ....	445		
Requerimento nº 667, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento			

Pág.	Pág.
<p>Requerimento nº 674, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Fazenda a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>	<p>cessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>
483	486
<p>Requerimento nº 675, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério do Esporte, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>	<p>Requerimento nº 681, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....</p>
484	487
<p>Requerimento nº 676, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério da Educação, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>	<p>Requerimento nº 682, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado das Comunicações, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>
484	487
<p>Requerimento nº 677, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>	<p>Requerimento nº 683, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Ciência e Tecnologia, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>
485	488
<p>Requerimento nº 678, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>	<p>Requerimento nº 684, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado das Cidades, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>
485	488
<p>Requerimento nº 679, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Defesa, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....</p>	<p>Requerimento nº 685, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações à Ministra de Estado da Casa Civil da Presidência da República a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....</p>
486	489
<p>Requerimento nº 680, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Cultura, a respeito da con-</p>	<p>Requerimento nº 686, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e abastecimento, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ..</p>
486	489
	<p>Requerimento nº 687, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo</p>

	Pág.		Pág.
50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria de Comunicação de Governo e Gestão Estratégica, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	490	lio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	493
Requerimento nº 688, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	490	Requerimento nº 694, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações à Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	493
Requerimento nº 689, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Advocacia-Geral da União, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	491	Requerimento nº 695, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações à Ministra de Estado da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	494
Requerimento nº 690, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria Especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	491	Requerimento nº 696, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Saúde, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	494
Requerimento nº 691, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Gabinete de Segurança Institucional, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	492	Requerimento nº 697, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria Geral da Presidência da República, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	495
Requerimento nº 692, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	492	Requerimento nº 698, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Turismo, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	495
Requerimento nº 693, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, a respeito da concessão de auxí-	492	Requerimento nº 699, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério do Trabalho e Emprego, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	496
		Requerimento nº 700, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Ministério dos Transportes, a	



	Pág.		Pág.
respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquele Ministério, no período de 2000 a 2004. ....	496	Congratula a Sra. Dilma Roussef, pela assunção na Casa Civil do Governo Federal. ....	382
Requerimento nº 701, de 2005, que requer, nos termos do disposto no artigo 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado da Secretaria de Imprensa e Divulgação, a respeito da concessão de auxílio-moradia a funcionários públicos federais, lotados naquela Pasta, no período de 2000 a 2004. ....	497	Questiona a criação da Secretaria da Juventude. ....	382
<b>JOSÉ SARNEY</b>		<b>MAGNO MALTA</b>	
Projeto de Lei do Senado nº 228, de 2005, que altera os arts. 62 a 69 e 2.033 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e revoga os arts. 1.199 a 1.204 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil). (Dispõe sobre a criação de Fundações). ....	60	Registra a comemoração do Dia Mundial do Combate às Drogas, no dia 26 de junho e apela à Mesa para que colabore com o parque gráfico da Casa para a publicação de cartilha de combate às drogas. ....	454
<b>LEONEL PAVAN</b>		<b>MAGUITO VILELA</b>	
Realiza transcrição do artigo “O ridículo e os escroques”, publicado no jornal <b>Folha de S.Paulo</b> , edição de 20 de maio de 2005. ....	118	Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. ....	269
Tece considerações a respeito de documento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária denominado “Regulamento Técnico sobre Boas Práticas de Manipulação de Medicamentos para Uso Humano em Farmácias”. ....	118	Saúda a volta do Governador do Estado do Tocantins, Marcelo Miranda, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro – PMDB. ....	365
Registra vários artigos publicados pela imprensa nacional a respeito da repercussão das denúncias feitas pelo Deputado Roberto Jefferson, referentes à existência do “Mensalão”. ....	198	<b>MÃO SANTA</b>	
Apresenta nota de condolências, em nome da Bancada do PSDB, à Senadora Ideli Salvatti, pelo falecimento de sua mãe. ....	242	Sugere a integração entre as Línguas Portuguesa e Espanhola. Aparte ao Senador Marco Maciel. ....	67
Presta homenagem a Leonel Brizola por ocasião do transcurso de um ano de sua morte. ....	256	Discorre a respeito do valor do salário dos militares. Aparte ao Senador Edison Lobão. ....	71
Trata a respeito da insatisfação popular com os últimos acontecimentos políticos no país. ....	275	Apóia a CPI dos Correios, presidida pelo Senador Delcídio Amaral. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	78
Afirma que a oposição não é golpista conforme anuncia o governo. ....	349	Comenta o pronunciamento do Senador Pedro Simon a respeito da crise política no País. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	97
Registra encontro dos produtores de arroz, ocorrido em Araranguá-SC, destacando a forma ordeira de reivindicação. ....	499	Comenta o pronunciamento do Senador Efraim Morais a respeito de matérias publicadas na imprensa sobre a crise política. Aparte ao Senador Efraim Morais. ....	106
<b>LÚCIA VÂNIA</b>		Discorre a respeito da crise política que assola o Governo. ....	107
Comenta o artigo “Lula sob a luz da História”, publicado no jornal <b>O Globo</b> , edição de 17 de junho de 2005. ....	128	Discorre a respeito dos gastos em propaganda na Petrobrás. ....	107
		Discorre a respeito do aumento do preço da gasolina no Brasil. ....	107
		Registra viagem de S.Exa. ao Rio Grande do Sul para tratar do problema dos quilombolas. ....	107
		Faz comentário ao pronunciamento do Senador Arthur Virgílio a respeito do início desacertado da CPI dos Correios. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	113

	Pág.		Pág.
Comenta o pronunciamento do Senador Efraim Morais a respeito do lançamento de documentos que marcam uma nova etapa do Partido da Frente Liberal – PFL, no encontro denominado “Congresso da re-fundação” realizado nos dias 16 e 17 de junho de 2006. Aparte ao Senador Efraim Morais.	162	Tece elogios ao Senador Flexa Ribeiro. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ....	534
Comenta a respeito da crise política no país. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	167	<b>MARCELO CRIVELLA</b>	
Comenta o pronunciamento do Senador Tião Viana, que solicita políticas públicas e decisão política para a eliminação da hanseníase do cenário nacional. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	169	Demonstra solidariedade ao Senador Delcídio Amaral, presidente da CPI dos Correios, pelas acusações que vem sofrendo. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	80
Critica o Governo do PT. ....	182	Comenta a crise política no País. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	92
Realiza homenagem ao Líder do PDT, Leonel de Moura Brizola, pela passagem de um ano de sua morte, lembrando sua atuação na vida política brasileira. ....	230	Realiza anúncio de viagem de S.Exa. aos EUA para tratar da repatriação de brasileiros presos por imigração ilegal. ....	99
Comenta o pronunciamento do Senador José Agripino a respeito da indignação da população com os últimos acontecimentos políticos no país. Aparte ao Senador José Agripino. ....	262	Comenta o pronunciamento do Senador Álvaro Dias a respeito da importância de uma investigação imparcial na CPI dos Correios. Aparte ao Senador Álvaro Dias. ....	216
Comenta o pronunciamento do Senador Álvaro Dias a respeito da corrupção que atinge o governo. Aparte ao Senador Álvaro Dias. ....	282	Requerimento nº 658, de 2005, que requer autorização para desempenhar missão nos Estados Unidos, no período de 20 de junho a 1 de julho de 2005, junto ao Departamento de Segurança Nacional daquele país, para tratar da situação dos 18.312 brasileiros detidos pelo Serviço de Imigração. ....	272
Comenta a precariedade das estradas de todo o Brasil. Aparte ao Senador Antônio Leite. ...	375	Parecer nº 1.021, de 2005, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 13, de 2005, (nº 1.652/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, que dispõe sobre a profissão do empregado doméstico e dá outras providências. ....	303
Elogia o fato de o Senador Flexa Ribeiro demonstrar ao país o valor da Oposição. Aparte ao Senador Flexa Ribeiro. ....	376	<b>MARCO MACIEL</b>	
Comenta o pronunciamento do Senador Efraim Morais, no qual são refutadas as atribuições da crise política ao Congresso Nacional diante das diversas denúncias de corrupção no Governo Federal. Aparte ao Senador Efraim Morais. ....	387	Registra transcurso, em 10 de junho, do dia Nacional da Língua Portuguesa. ....	65
Faz comentários ao pronunciamento no qual o Senador Antônio Carlos Magalhães atesta que o PFL não defende a queda de Lula e classifica de gravíssima a situação do País. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	449	Relata o lançamento de documentos que marcam uma nova etapa do Partido da Frente Liberal – PFL, no encontro denominado “Congresso da re-fundação” realizado nos dias 16 e 17 de junho de 2006. ....	157
Comenta o pronunciamento do Senador Magno Malta a respeito da comemoração do Dia Mundial do Combate às Drogas. Aparte ao Senador Magno Malta. ....	455	Agradece a referência do Senador Efraim Morais ao lançamento de documentos que marcam uma nova etapa do Partido da Frente Liberal – PFL, no encontro denominado “Congresso da re-fundação” realizado nos dias 16 e 17 de junho de 2006. Aparte ao Senador Efraim Morais. ....	161
Tece elogios ao discurso do Senador Flávio Arns, que critica a acusação de existir no país uma oposição golpista. Aparte ao Senador Flávio Arns.	475	Felicita o Senador Tião Viana por solicitar políticas públicas e decisão política para a eliminação da hanseníase do cenário nacional. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	168
Tece elogios ao Senador Leonel Pavan. ....	502	Demonstra solidariedade ao pronunciamento do Senador Antônio Carlos Magalhães a respeito da descontinuidade das obras do metrô da capital	
Comenta o pronunciamento da Senadora Heloísa Helena a respeito das denúncias de corrupção nos governos passado e atual. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	526		
Critica as políticas socioeconômicas do atual governo. ....	529		

	Pág.		Pág.
baiana. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	249	CPI destinada a esclarecer denúncias de corrupção no atual governo. ....	187
Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. ....	266	Registra o transcurso dos 75 anos da Revolta de Princesa, ocorrida no município de Princesa/PB.	256
<b>MOZARILDO CAVALCANTI</b>		Elogia o pronunciamento do Senador Alberto Silva a respeito de ausência de política destinada a minorar o problema do desemprego. Aparte ao Senador Alberto Silva. ....	352
Projeto de Lei do Senado nº 232, de 2005, que altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 8.730, de 10 de novembro de 1993, e dá outras providências. (Dispõe sobre a obrigatoriedade em disponibilizar as informações sobre bens patrimoniais e sigilo bancário de servidores, autoridades e entidades envolvidos com recursos públicos). ..	291	Registra a comemoração das festas juninas no Nordeste, especialmente, em Campina Grande/PB, onde se realiza o maior São João do mundo.	525
Requerimento nº 664, de 2005, que requer licença e autorização para representar a Casa em missão ao exterior, a convite da República Bolivariana de Venezuela, para a VII Reunião Binacional do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento Fronteiriço Venezuela – Brasil, em Santa Elena de Uairén, Estado Bolívar, Venezuela, nos dias 27 e 28 de junho de 2005. ....	314	<b>OSMAR DIAS</b>	
Registra encontro entre representantes do Brasil e Venezuela e tece considerações a respeito do fechamento da fronteira oficial entre o Estado de Roraima e Venezuela a partir das 22 horas. ....	315	Agradece ao Senador Mão Santa pela homenagem ao Líder do PDT, Leonel de Moura Brizola, pela passagem de um ano de sua morte, lembrando sua atuação na vida política brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	231
Realiza denúncias contra o descuido dos órgãos responsáveis pela saúde pública no Brasil pela falta de ações preventivas para evitar a epidemia da dengue nos Estados da Região Norte. ....	387	Realiza homenagem ao Líder do PDT, Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte. ..	234
Realiza defesa de projeto de lei de autoria de S.Exa., que determina, independentemente de autorização judicial, a quebra de sigilo bancário e telefônico para agentes públicos. ....	510	Afirma que o Regimento Interno do Senado Federal deve ser respeitado. ....	353
<b>NEZINHO ALENCAR</b>		<b>PAPALÉO PAES</b>	
Solicita a substituição do superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, do Estado do Tocantins, por promover a substituição de famílias assentadas no campo há cerca de 20 anos por outras recém-chegadas. ....	228	Requerimento nº 665, de 2005, que requer seja solicitado ao Tribunal de Contas da União esclarecimento sobre o coeficiente de participação de Macapá, Estado do Amapá, no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no exercício de 2004 e 2005, conforme as Decisões Normativas do TCU nºs 54 de 2003 – TC nº 020.256/2003-9, e 63 de 2004 – TC nº 013.324/2004-9. ....	314
Demonstra preocupação com os entraves para incorporação de faculdades à Universidade Federal do Tocantins. ....	528	Alerta para o perigo da automedicação estimuladas pelos meios de comunicação. ....	390
<b>NEY SUASSUNA</b>		<b>PATRÍCIA SABOYA GOMES</b>	
Tece considerações a respeito da atuação do PMDB no processo legislativo e, em especial, na		Demonstra indignação em relação à descontinuidade das obras do metrô da capital baiana. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ...	251
		<b>PAULO OCTÁVIO</b>	
		Apóia a realização do referendo sobre a proibição de comercialização de armas de fogo. ....	186
		Apresenta balanço da Cúpula América do Sul – Países Árabes, realizada em Brasília, em maio de 2005, e destaca as discussões ocorridas no encontro empresarial realizado paralelamente à cúpula, reunindo mais de 1.200 empresários de	

	Pág.		Pág.
países árabes e sul-americanos no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. ....	443		
<b>PAULO PAIM</b>			
Elogia a escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil. ....	225	Cumprimenta o Senador Jonas Pinheiro pelo pronunciamento a respeito de manifestação de agricultores em Brasília, por melhores condições de financiamento para o setor agrícola. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. ....	431
Realiza saudação à primeira Desembargadora negra nomeada no país, Doutora Neusa Maria Alves da Silva. ....	225	<b>PEDRO SIMON</b>	
Cumprimenta o Senador Mão Santa pela homenagem ao Líder do PDT, Leonel de Moura Brizola, pela passagem de um ano de sua morte, relembrando sua atuação na vida política brasileira. Aparte ao Senador Mão Santa. ....	231	Demonstra sua indignação diante das acusações sofridas pelo presidente da CPI dos Correios, Delcídio Amaral. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ....	79
Realiza homenagem a Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte e afirma que o Senador Pedro Simon foi companheiro de Brizola em defesa da democracia. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	243	Parabeniza o Senador Tião Viana pelo pronunciamento a respeito da crise política no País. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	93
Encaminha requerimento que assegura um calendário especial, para a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que dispõe sobre a Reforma da Previdência (PEC Paralela), e dá outras providências. ....	264	Discorre a respeito da crise política no País. ....	94
Requerimento nº 659, de 2005, que requer calendário especial, para a Proposta de Emenda à Constituição nº 77, de 2003, que dispõe sobre a Reforma da Previdência (PEC Paralela), e dá outras providências. ....	273	Reflete a respeito do papel do parlamentar para a construção da cidadania positiva. ....	152
Faz referência ao Projeto de Lei do Senado 181, de 2001, que regulamenta o cão guia. ....	345	Faz homenagem a Leonel Brizola, relembrando sua atuação na vida política brasileira. ....	242
Discorre a respeito da PEC Paralela. ....	345	Projeto de Lei do Senado nº 229, de 2005, que dispõe sobre a autenticidade e o valor jurídico e probatório de documentos produzidos, emitidos ou recebidos por órgãos públicos federais, estaduais e municipais, por meio eletrônico. ....	285
Cumprimenta o Senador Roberto Saturnino pelo pronunciamento no qual demonstra confiança na apuração, pela CPI dos Correios, das denúncias de corrupção. Aparte ao Senador Roberto Saturnino. ..	348	<b>REGINALDO DUARTE</b>	
Afirma que a CPI é um instrumento do processo democrático. Aparte ao Senador Leonel Pavan. ....	351	Tece comentários aos artigos “Degradação política” e “Fadiga dos metais”, publicados nos jornais <b>Folha de S. Paulo</b> e <b>Correio Braziliense</b> , edições de 21 e 22 de maio de 2005, respectivamente. ....	116
Comenta a forma de tratamento usada pelo ex-Ministro José Dirceu dirigindo-se à Ministra Dilma Roussef, chamando-a de “companheira de armas”. Aparte ao Senador Romeu Tuma. ....	354	Tece comentário a respeito de artigo do colunista Clóvis Rossi, intitulado “Revelou-se?”, publicado no jornal <b>Folha de S. Paulo</b> , edição de 31 de maio de 2005. ....	207
Solicita a transcrição, nos Anais do Senado, da decisão do juiz federal Cândido Alfredo da Silva Leal Júnior, da Vara Federal Ambiental, Agrária e Residual de Porto Alegre, que garantiu a posse aos legítimos ocupantes de uma área na região de Três Filgueiras, conhecido como “Associação Comunitária do Kilombo da Família Silva”, ocupada há mais de 60 anos, por famílias remanescentes de quilombos. ..	410	<b>RODOLPHO TOURINHO</b>	
Em defesa da greve dos funcionários públicos federais. ....	410	Requerimento nº 648, de 2005, que requer informações ao Ministro de Minas e Energia relativas ao andamento das obras de construção do GASENE. .	140
		Demonstra indignação em relação à descontinuidade das obras do metrô da capital baiana. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ...	250
		Trata a respeito da escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. ....	260
		<b>ROBERTO SATURNINO</b>	
		Tece elogios à escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	226



	Pág.		Pág.
Realiza homenagem a Leonel Brizola por ocasião do transcurso de um ano de sua morte. .	255	Afirma que há, no Governo, denúncias muito graves que precisam ser apuradas. Aparte ao Senador Efraim Morais. ....	344
Demonstra confiança na apuração, pela CPI dos Correios, das denúncias de corrupção. ....	347	SIBÁ MACHADO	
Realiza homenagem a Leonel Brizola por ocasião do transcurso de um ano de sua morte. .	393	Discorre a respeito da política de cotas. Aparte ao Senador Paulo Paim. ....	227
ROMEU TUMA		Demonstra indignação com as críticas feitas ao ex-ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, José Dirceu. ....	233
Tece comentários ao pronunciamento do Senador Antônio Carlos Magalhães a respeito da descontinuidade das obras do metrô da capital baiana. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ...	251	Parabeniza o Presidente Lula pela indicação do Sr. Antonio Fernando Barros e Silva de Souza para exercer o cargo de procurador-geral da República. ....	233
Reafirma posição com relação à PEC Paralela. ....	353	Comenta a decisão anunciada pelo Governo Federal de cancelar em definitivo o empréstimo com o Banco Mundial para construção do Metrô na cidade de Salvador. Aparte ao Senador César Borges. ....	238
Demonstra preocupação com a forma de tratamento usada pelo ex-Ministro José Dirceu dirigindo-se à Ministra Dilma Roussef, chamando-a de “companheira de armas”. ....	353	Homenageia o Líder do PDT, Leonel Brizola, na passagem de um ano de sua morte. Aparte ao Senador Pedro Simon. ....	243
SÉRGIO CABRAL		Discorre a respeito da escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República. Aparte ao Senador Tião Viana. ..	259
Registra a inauguração de Pólo de Gás-Químico no Estado do Rio de Janeiro. ....	363	Tece comentários ao pronunciamento do Senador Jonas Pinheiro a respeito de manifestação de agricultores em Brasília, por melhores condições de financiamento para o setor agrícola. Aparte ao Senador Jonas Pinheiro. ....	431
SÉRGIO GUERRA		Tece considerações acerca dos acontecimentos que estão ocorrendo no cenário político brasileiro. ....	451
Realiza transcrição do artigo “A ressaca do regresso”, publicado no jornal <b>Correio Braziliense</b> , edição de 29 de maio de 2005. ....	126	Elogia o discurso do Senador Flávio Arns, que critica a acusação de existir no país uma oposição golpista. Aparte ao Senador Flávio Arns.	476
Solicita transcrição nos Anais do Senado de várias matérias publicadas na imprensa nacional, tratando da turbulência no cenário político e de suas conseqüências no mercado econômico brasileiro. .	192	TASSO JEREISSATI	
Projeto de Resolução nº 57, de 2005, que altera a redação dos arts. 114 e 209 do Regimento Interno do Senado Federal, para dispor sobre as atas. ....	224	Comenta os indícios de corrupção no governo Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena. ....	247
Requerimento nº 651, de 2005, que solicita a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 180, de 2003. .	224	Comenta o pronunciamento do Senador Antônio Carlos Magalhães a respeito da descontinuidade das obras do metrô da capital baiana. Aparte ao Senador Antônio Carlos Magalhães. ....	249
Requerimento nº 652, de 2005, que solicita a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 231, de 2003. .	224	Encaminha para votação Requerimento nº 656, de 2005, que requer Voto de Pesar pelo falecimento de Paulo Martins de Oliveira, ex-Secretário-Geral da Câmara dos Deputados. ....	268
Requerimento nº 653, de 2005, que solicita a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 360, de 2003. .	224	Tece comentários ao pronunciamento no qual o Senador Aloízio Mercadante debate sobre o cenário político atual e realiza defesa da instalação,	
Requerimento nº 654, de 2005, que solicita a remessa à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, do Projeto de Lei do Senado nº 369, de 2003. .	224		
Fala a respeito dos indícios de corrupção no governo Lula. Aparte à Senadora Heloísa Helena.	247		

	Pág.		Pág.
na Câmara dos Deputados, de CPI destinada a investigar as denúncias de pagamento de “mensalão”. Aparte ao Senador Aloízio Mercadante. ....	512	TIÃO VIANA	
Discorre a respeito da conotação política que tem sido dada às denúncias de corrupção generalizada em órgãos do Governo Federal. Aparte ao Senador Arthur Virgílio. ....	516	Comenta a questão enfrentada pela Petrobrás envolvendo o suprimento e transporte de gás natural da Bolívia. Aparte ao Senador Delcídio Amaral. ..	77
Responde ao pronunciamento do Senador Aloízio Mercadante a respeito da CPI. ....	519	Tece considerações a respeito da crise política no País. ....	91
TEOTÔNIO VILELA FILHO		Solicita políticas públicas e decisão política para a eliminação da hanseníase do cenário nacional. ...	167
Discorre a respeito dos aspectos técnicos do projeto de transposição das águas do Rio São Francisco. ....	130	Elogia a escolha da Ministra Dilma Roussef para comandar a Casa Civil da Presidência da República.	258